









ISSN: 2238-6270
V. 13, N.1, AGO/2024

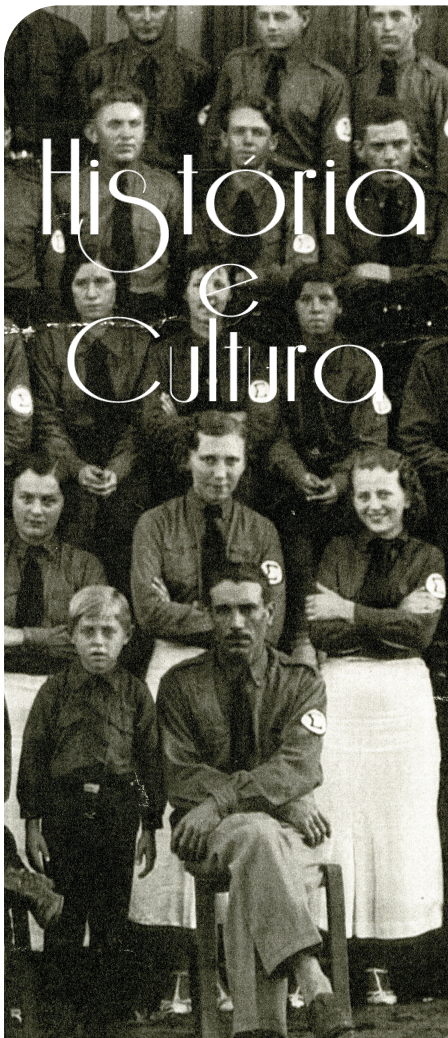
FASCISMOS E NEOFASCISMOS

NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

Organizadores:
Gabriela Santi Pacheco
Pedro Tanagino







Editora Científica

Valéria dos Santos Guimarães. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP-Franca), Programa de Pós-Graduação em História.

Editores

Larieli Ceron de Lima, Secretaria. Mestranda em História, PPGH – UNESP
Leandro Antonio da Silva, Dossiê. Mestrando em História, PPGH – UNESP
Isadora Remundini, Qualidade. Doutoranda em História, PPGH – UNESP
Ana Laura Galvão Batista, Artigos Livres. Mestranda em História, PPGH – UNESP
Maria Isabela da Silva Gomes, Comunicação. Mestranda em História, PPGH – UNESP

Conselho Editorial

Alicia Panicacci Figueiredo. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Amanda Ribeiro Mafra Lima. Doutoranda em História, PPGH - UNESP
Amanda Guimarães Silva. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Ana Laura Camargo Cunha. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Ana Luiza Mendes Verissimo. Doutoranda em História, PPGH - UNESP
Arthur Rodrigues Souza. Mestrando em História, PPGH - UNESP
Diego Reno Cândido. Mestrando em História, PPGH - UNESP
Edson Tadeu Pereira. Doutorando em História, PPGH - UNESP
Felipe Aparecido de Oliveira Camargo. Mestrando em História, PPGH - UNESP
Gabriel Aparecido Miranda Silva. Mestrando em História, PPGH - UNESP
Guilherme Cardinale de Araujo. Mestrando em História, PPGH - UNESP
Laura Felippe Romani. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Leonardo Lima Breda. Doutorando em História, PPGH - UNESP
Leticia Giroto Dilio. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Maísa Soares. Doutoranda em História, PPGH - UNESP
Maria Cecília Teixeira Miranda. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Marília Tofanetto Alves. Doutoranda em História, PPGH - UNESP
Natália Tamie Imaizumi de Luzia. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Nathan Rodrigues Falcucci. Mestrando em História, PPGH - UNESP
Paloma Caroline Catelan. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Rhaira Gabrielle Siva. Mestranda em História, PPGH - UNESP
Rodrigo Canossa Barbosa. Mestrando em História, PPGH - UNESP
Sofia Menck Zambelli. Mestranda em História, PPGH - UNESP

Conselho Consultivo Nacional

Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães, Universiade de São Paulo – USP.
Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.
Prof. Dr. Arno Wehling, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB / Universidade Gama Filho.
Prof. Dr. Carlos Leonardo Kelmer Mathias, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.
Prof. Dr. Carlos Martins Júnior, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
Profa. Dra. Consuelo Pondé de Sena, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia – IHGBA.
Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura, Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
Profa. Dra. Izabel Andrade Marson, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas, Universidade Federal de Uberlândia – UFU.
Prof. Dr. José Rivair Macedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
Profa. Dra. Kalina Vanderlei Silva, Universidade Federal de Pernambuco – UFRPE.
Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco, Universidade de São Paulo – USP.
Prof. Dr. Luís Alberto de Boni, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS / Universidade do Porto – UP.
Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva, "Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.
Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.
Profa. Dra. Maria Fernanda Baptista Bicalho, Universidade Federal Fluminense – UFF.
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.
Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
Profa. Dra. Regina Célia Lima Caleiro, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.
Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP/Franca.
Profa. Dra. Tania Costa Garcia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

Conselho Consultivo Internacional

Dr. Dom Marcus de Noronha da Costa, Academia Portuguesa da História, Portugal.
Prof. Dr. Alejandro Bancalari Molina, Universidad de Concepción, Chile.
Prof. Dr. Claudio Rolle, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile.
Prof. Dr. Darío Sánchez Vendramini, Universidad Nacional de la Rioja, Argentina.
Prof. Dr. David Treece, King's College - London, Reino Unido.
Profa. Dra. Ivani Vassoler, State University of New York Fredonia, Estados Unidos da América do Norte.

Prof. Dr. Juan Carlos Cruz Suárez, Aarhus Universitet, Dinamarca.
Prof. Dr. Juan Pablo González, Universidad Alberto Hurtado, Chile.
Prof. Dr. Julio Pinto Vallejos, Chile.
Profa. Dra. Maria-Aparecida Lopes, California State University - Fresno, Estados Unidos da América do Norte.
Prof. Dr. Rainer Guldin, Università della Svizzera Italiana, Suiça.
Profa. Dra. Regina Felix, University of North Carolina - Wilmington, Estados Unidos da América do Norte.
Prof. Dr. Roberto Di Stefano, Universidad Nacional de la Pampa, Argentina.
Prof. Dr. Santiago Castellanos, Universidad de León, Espanha.
Prof. Dr. Sven Schuster, Universidad del Rosario, Colômbia.
Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
Prof. Dr. Vinicius Mariano de Carvalho, King's College London, Reino Unido.
Profa. Dra. Viviana Boch, Universidad Nacional de Cuyo, Argentina.

Apoio/Patrocínio

Conselho do Programa de Pós-graduação em História da FCHS – UNESP/Franca.

Layout e Diagramação

Layout: Andrea Ramon Ruocco.
Diagramação: Marília Tofanetto Alves.

Informações da Capa

Imagem: Concentração de núcleo da Ação Integralista Brasileira em Carazinho, Rio Grande do Sul, no ano de 1933. Disponível em Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular - Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOS-PUCRS - DD/AIB 008).
Design da capa: Maria Isabela da Silva Gomes, Laura Felippe Romani, Natália Thamie Imaizumi de Luzia e Leticia Giroto Dilio.

Contatos

Endereço postal: Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Antonio Petraglia - Bloco III, Sala 10 - CEP 14409-160. Franca/SP, Brasil.
Telefone Institucional: +55 (16) 3706-8792.
Telefone para Suporte Técnico (STAEPE): +55 (16) 3706-8811.

E-mail: revistaeletronica.franca@unesp.br
E-mail/Secretaria: secretariahistoriaecultura@gmail.com
E-mail/Divulgação: historiaecultura.divulgacao@gmail.com
Portal/Site: https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/

Missão

A revista *História e Cultura* (ISSN: 2238-6270 - Qualis A3) é uma publicação eletrônica semestral editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), com sede na cidade de Franca, São Paulo, Brasil.
A *História e Cultura*, atenta às pesquisas e ao debate acadêmico desenvolvido na área de História e em áreas afins, publica textos inéditos de autoria de doutores, mestres e pós-graduandos stricto sensu, redigidos em português, espanhol, francês e inglês. Além de artigos para dossiês, a revista recebe contribuições em fluxo contínuo de artigos livres, entrevistas, resenhas e traduções.

SÚMARIO

EDITORIAL 6

FASCISMOS E NEOFASCISMOS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO 10

LAS RELACIONES ENTRE FALANGE, FASCISMO Y NAZISMO EN ESPAÑA A OJOS DE LA IGLESIA CATÓLICA, 1933–1939.....17

A IDEIA DE TEATRO FASCISTA DE ANTÓNIO FERRO.....43

EDUCAÇÃO FEMININA: O Projeto Político do Estado Novo Português pelas Lentes das Revistas *Modas e Bordados* e *Eva* (1930-1945).....73

INTEGRALISMO LUSITANO ENTRE CIRCULAÇÕES E COMPARAÇÕES COM O FASCISMO BRASILEIRO.....97

PLÍNIO SALGADO, A ESPANHA E OS CAMINHOS DO FASCISMO TRANSNACIONAL 120

BRAZILIAN INTEGRALISM AS A VARIANT OF FASCISM: The ideology of the leaders of the Brazilian Integralist Action.....149

“TENTAÇÃO FASCISTA NO BRASIL”: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a constituição do Estado Integral.....171

PROPAGANDA E IMAGINÁRIO SOCIAL NA IMPRENSA INTEGRALISTA: os casos de *A Offensiva e Monitor Integralista* 198

O CINEMA E O INTEGRALISMO: A Contribuição De Ironides Rodrigues Para *A Marcha* 225

NEOFASCISMO, ESPARTA ANTIGA E USOS DO PASSADO NO CONTEXTO BRASILEIRO (2017 – 2023) 250

O DUELO DA ILHA D’ÁGUA E A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA IMPRENSA “HONRADA” NO BRASIL (RIO DE JANEIRO, 1886).....286

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS ACORDES DO ROCK NACIONAL 312

“PALAVRAS QUE PROVOCARAM DESONESTIDADES”: Os Sacerdotes Solicitantes e o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas.....342

O JULGAMENTO DO FORASTEIRO NO TRIBUNAL DA BRASILIDADE Usos e Abusos do *Jazz* nos Vereditos Críticos de José Ramos Tinhorão e Tárik de Souza (1960-1970) 362

A POSIÇÃO DE ADÉLIA SAMPAIO DENTRO DO CINEMA BRASILEIRO ANTES E DEPOIS DE SUA REDESCOBERTA 399

A RETÓRICA DO TOSTÃO CONTRA O MILHÃO: INCURSÕES POLÍTICAS E LITERÁRIAS DE JOEL SILVEIRA 428

"LIBERTEMO-NOS DOS REACIONÁRIOS, POIS A ESTRADA DA LIBERDADE ESTÁ AO NOSSO ALCANCE'': Brasil Gerson e a América Latina no Jornal Tribuna Popular (1945-1946) 450

O TRAUMA, A MEMÓRIA E OS *GAMES*: Os Jogos Eletrônicos como Instrumento para Analisar o Trauma na Sala de Aula. 472

DOS MIGRANTES AOS TERRITÓRIOS NO RIO DE JANEIRO: Acervos da Literatura de Cordel e seu Processo de Conservação Virtual 490

"A CONTEMPLAR EMULDECIDA AS REFULGENTES HISTÓRIAS DE SEU PASSADO DE TRIUNFOS": Luiz José da Costa Filho e o anjo lacrimoso da História (1907-1917).....512

QUATRO DÉCADAS EM MOVIMENTO: A Evolução dos Videoclipes de Madonna 532

PERCURSOS METODOLÓGICOS SOBRE HISTÓRIA DA IMPRENSA E GÊNERO NO SÉCULO XIX 552

O ELO ENTRE A TRAJETÓRIA DE OTTOKAR DÖRFFEL E A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A HISTÓRIA E PARA O PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NA CIDADE DE JOINVILLE (SC) 579

MEMÓRIA E HISTÓRIA: Reflexões sobre a Lagoa do Mato em Paramirim-BA 602

THE BIRTH OF THE ACADEMY OF SCIENCES IN RUSSIA: An Overview on the Cultural Context 627

FAMÍLIAS POVOADORAS: Açorianos e a Vila de São José de Macapá nas Rotas do Atlântico Equatorial (1750-1788).....643

O INCESTO NA LITERATURA E NA HISTÓRIA: Uma Análise Das Obras Oitocentistas Mathilda, de Mary Shelley, e The Cenci, de Percy Shelley 671

MYSTICAL IMAGES IN THE ROMANTIC ERA ART WORKS: Through Ancient Legend of the Giselle Ballet to Picturesque Canvases by C.D. Friedrich 696

OS CAJUEIROS DAS ALMAS E SEPULTAMENTOS DE VÍTIMAS DO NAUFRÁGIO DO VAPOR BAHIA NO MAR DE PONTA DE PEDRAS, GOIANA-PE.....713

EL BRONCE DE ABDÓN CALDERÓN: Reflexiones Sobre la Construcción de su Imagen y Monumento.....732

NAÇÃO, ESPÍRITO E ESTADO: O Integralismo Brasileiro ao Longo do Século XX 758

EDITORIAL

Guilherme Cardinale de Araujo

Mestrando em História - PPGH/Unesp

É com satisfação que a Revista História e Cultura, elaborada pelos/as discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", apresenta seu volume 13, referente ao segundo semestre de 2024. Esta edição reúne dez artigos que compõem o dossiê temático "Fascismos e Neofascismos no Espaço Ibero-Americano", além de outros vinte selecionados para a seção de temática livre e um texto para a seção de "Notas de Pesquisa".

O dossiê apresenta artigos com a abordagem do fascismo, ideologia política autoritária e ultranacionalista, no mundo ibero-americano, gerando, de tal forma, discussões a respeito de movimentos neofascistas na contemporaneidade, sobretudo no Brasil, à exemplo do movimento integralista de Plínio Salgado. Ademais, o dossiê conta com dois artigos em língua estrangeira. Em língua espanhola, Toni Morant Arinõ (doutor em História Contemporânea, UV) aborda o fascismo espanhol através da relação entre a falange e os movimentos autoritários da Itália e da Alemanha. O segundo artigo em língua inglesa, de autoria de Carlos Martins (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), discorre sobre o integralismo como uma variante do fascismo, analisando a ideologia dos líderes brasileiros desse movimento.

Em *Neofascismo, Esparta Antiga e usos do passado no contexto brasileiro*, Ygor Klain Belchior (doutor em História Social, USP) e Gabriel Cabral Bernardo (doutorando em História Social, USP) discutem a respeito de como a extrema-direita brasileira apropria-se da antiga cidade-estado grega Esparta em seus discursos ideológicos autoritários e nacionalistas, abordando a importância do historiador se atentar aos diferentes usos do passado na contemporaneidade.

Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Andrelise Gauterio Santorum versa a ideia de um teatro fascista proposto pelo português António Ferro em seu artigo intitulado *A ideia de teatro fascista de António Ferro*. A autora refere-se a Portugal no contexto do Estado

Novo (1933-1974) de António de Oliveira Salazar, período ditatorial no qual o governo buscou controlar todas as formas de manifestação artística no país, utilizando-as para seus próprios interesses ideológicos e políticos. Neste contexto, António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), propôs a criação de um teatro fascista atuante como instrumento de propaganda em Portugal, atendendo, com isso, o projeto de nação e os interesses ideológicos fascistas.

O artigo *Propaganda e imaginário social na imprensa integralista: os casos de A Offensiva e Monitor Integralista*, de autoria das historiadoras Ana Júlia Corrêa Ferreira e Larissa Frazão Silva (mestrandas em História, Universidade Federal de Juiz de Fora), de forma similar, investigam o uso da propaganda pelos movimentos fascistas. As autoras discutem o papel desempenhado pela imprensa fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) na criação de um imaginário coletivo brasileiro, caracterizado pelo ideário autoritário, nacionalista e racista. No corpus documental, as autoras abordam periódicos integralistas operantes no período, entre eles, a *Offensiva* e o *Monitor Integralista*.

Ainda no recorte do integralismo no Brasil e sob a análise da imprensa integralista, Maria Rita Chaves Ayala Brenha, da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), apresenta seu artigo *"Tentação Fascista no Brasil": a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a constituição do Estado integral.* A autora traz o integralismo como o primeiro movimento tipicamente de massas no Brasil, nascente de um contexto pós-Revolução de 1930 e afirma que, muito embora não tenha ocorrido uma conquista Estatal por parte dos fascistas brasileiros, proporcionou profundas transformações nas estruturas políticas do país, configurando um *Estado Integral* influenciado pelos ideais totalitários do fascismo italiano e alemão.

Acerca do caso fascista português, Edson Tadeu Pereira (doutorando em História, UNESP) em *Educação Feminina: o projeto político do Estado Novo português pelas Lentes das Revistas Modas e Bordados e Eva*, expõe as intenções do regime salazarista em construir uma educação tipicamente voltada às mulheres, mediante um projeto educativo próprio apresentado nas revistas *Modas e Bordados* e *Vida Feminina e Eva*. O projeto educacional fascista estabelecia quais eram os papéis que as mulheres deveriam desempenhar, evidenciando o caráter patriarcal e misógino presente nesta ideologia.

O professor e pesquisador Borja Pérez Climent, da Universidade de Valência na Espanha, desenvolve uma comparação entre os movimentos fascistas do Brasil e da Espanha, no artigo *Plínio Salgado, a Espanha e os caminhos do fascismo tradicional.* O autor busca entender e analisar a trajetória da Falange Española e da Ação Integralista

Brasileira, no intuito de aprazar quais foram os elementos em comum compartilhados por ambos os regimes autoritários. Além disso, Climent analisa a relação que Plínio Salgado estabeleceu com a política de Franco, no período que se estende desde a década de 1940 até o ano de 1975.

Também comparando o fascismo brasileiro com o português, Leandro Pereira Gonçalves (Doutor em história, PUC-SP), em *Integralismo Lusitano entre circulações e comparações com o fascismo brasileiro,* traça um paralelo entre a experiência fascista ocorrida no Brasil, através da Ação Integralista Brasileira (AIB), com o movimento fascista de Portugal, representado pelo Integralismo Lusitano (IL) nas figuras de líderes como António Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Hipólito Vaz Raposo, José Pequito Rabelo, Luís de Almeida Braga e Francisco Rolão Preto. O autor demonstra como o movimento lusitano influenciou os fascistas brasileiros liderados por Plínio Salgado, e quais foram as conexões estabelecidas entre os países.

Encerrando o dossiê, o artigo de Gabriel Soares Predebon (Doutorando em História, Universidade Federal de Juiz de Fora) intitulado: *O cinema e o integralismo: a contribuição de Ironides Rodrigues para a Marcha,* objetiva enunciar a figura de Ironides Rodrigues, um notório militante do movimento negro brasileiro que acabou se envolvendo no jornal do Partido de Representação Popular (RPP), partido político herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado. O autor discorre sobre as razões que levaram Ironides a se filiar ao partido e o papel desempenhado pelo período para a propagação dos ideais fascistas.

Na seção de artigos livres, uma variedade de temas compõe o presente volume. Uma das temáticas abordadas é a questão da mulher e as discussões de gênero em uma perspectiva histórica, por meio dos artigos *A representação da mulher nos acordes do rock nacional de Rodrigo César Ribeiro Horta* (Mestre em História, UFMG), *Quatro décadas em movimento: a evolução dos videoclipes de Madonna* de João Paulo Pacheco Rodrigues (Doutor em História, UEM) e *Percursos metodológicos sobre História da imprensa e gênero no século XIX*, de Cristiane de Paula Ribeiro (Doutora em História, UNICAMP).

Fontes históricas de natureza distintas são abordadas nos artigos *O incesto na literatura e na História: uma análise das obras oitocentistas Mathilda, de Mary Shelley e The Ceni, de Percy Shelley,* de Luana da Silva de Souza (Doutoranda em História, UFSM), *Memória e História: reflexões sobre a Lagoa do Mato em Paramirim-BA de Roseli Ramos de Oliveira*, de Roseli Ramos de Oliveira (Doutoranda em História, UESB)

e José Alves Dias (Doutor em História Social, UGRJ), *Mystical Images in the romantic era art works: trhough ancient legendo f the Giselle Ballet to Picturesque Canvases by C.D Friedrich*, de Tatiana Portnova (Doutora em História da Arte, Institute of Arts and Choreography Art, The Kosygin State University Of Russia) e *O trauma, a memória e os games: os jogos eletrônicos como instrumento para analisar o trauma na sala de aula*, de Weber Albuquerque Neiva Filho (Mestrando em Ensino de História, UEMA) e Moab César Costa (Doutor em História, UNISINOS-RS).

Ao final, o volume traz como nota de pesquisa o artigo *Nação, espírito e Estado: o integralismo brasileiro ao longo do século XX*, de autoria das graduandas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Tamires de Moura Nogueira Rosa, Milene do Carmo Gomes e Juliana Nogueira Garcia Roque. Assim, as autoras partem do princípio de que o fascismo brasileiro não se encerrou com o fechamento do partido durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Na realidade, o movimento se rearticulou com o surgimento do Partido de Representação Popular (PRP), em 1945. Não obstante, as autoras utilizam como fontes dois manifestos totalitários, nacionalistas e corporativistas do AIB: o *Manifesto de Outubro de 1932* e o *Manifesto-Programa de 1936.*

Nós, do Corpo Editorial da Revista *História e Cultura*,
desejamos a todos uma ótima leitura!

▪ FASCISMOS E NEOFASCISMOS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

Gabriela Santi Pacheco[1]

Pedro Tanagino[2]

Nas últimas décadas, houve a emergência de grupos que se voltam contra marcos na construção das democracias do século XX, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos trabalhistas, os direitos civis e os movimentos sociais. Esses utilizam-se amplamente de discursos de ódio e violência contra seus adversários políticos, identificados de forma mais ou menos genérica como "a esquerda", "os globalistas", "os identitários", "a ideologia de gênero", entre outros conceitos antitéticos e assimétricos pelo seu conteúdo derrogatório em seu vocabulário político, que se concentra no âmbito das direitas.

O avanço, de forma crescente, de movimentos e culturas políticas nascidos no campo das direitas radicais e extremas direitas é, portanto, uma realidade, que pode ser observada desde os marcos históricos "passados", como os atentados de 11 de setembro de 2001, a Crise de 2008 e a Primavera Árabe em 2011, até as expressões mais recentes, como o crescimento de partidos de extrema direita – Chega, em Portugal, e Vox, na

[1] Doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT – 2023.00597.BD). Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Investigadora associada e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória. Investigadora colaboradora do Grupo História, Memória, Políticas Públicas (CEIS20). Integra a International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas) e o projeto História da Ditadura. E-mail: gabriela.pacheco@uc.pt

[2] Pesquisador em estágio de Pós-Doutoramento com o projeto "Libertas Quae Sera Tamen: por uma educação pública mineira de formação republicana e democrática" (Bolsa PDJ-CNPq-FAPEMIG/PPGH-UFJF). Pós-Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Bolsa PEPGH-PUCSP/CAPES-PNPD, 2019-2022). Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF - Bolsa CAPES, 2018), com Estágio de Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL Bolsa CAPES/PDSE, mar-ago 2017). Pesquisador do grupo Direitas, História e Memória (UFJF/CNPq), das redes "NETCOR" (International Network for Studies on Corporatism and the Organized Interests/Universidade Nova de Lisboa) e REDET (Red de Estudios de Estados de Excepción y Terrorismo de Estado/Universidad de Santiago de Compostela), e dos GT's "Grupo de Estudos Sobre Integralismo - GEINT" (UFF/CNPq), "História dos Partidos e Movimentos de Direita" (CNPq) e "História, Direita e Autoritarismo" (ANPUH). Lattes: http://lattes.cnpq.br/3260860883528869

Espanha, são exemplos – e a consolidação de governos, como o de Viktor Orbán, na Hungria.

Essas direitas, velada ou abertamente antidemocráticas, encontram-se em um processo de ascensão não visto desde o período entre as duas guerras mundiais (1918-1939), no âmbito da escalada autoritária gerada pelos fascismos, como o de Benito Mussolini e o de Adolf Hitler, que resultou na catástrofe da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto. O fascismo, entretanto, não se restringiu aos regimes italiano e alemão, constituindo-se como um fenômeno mundial e transnacional, que assumiu diversas variantes e interpretações políticas. Houve, por exemplo, um profundo processo de transferências políticas e práticas, marcado por diálogos entre América Latina e Península Ibérica. Isso porque, em decorrência de condições fronteiriças e interações históricas, políticas, sociais e culturais entre Espanha, Portugal e países latino-americanos, configurou-se um amplo campo de circulação de ideias, o que influi significativamente na composição política dessas direitas (Grecco; Gonçalves, 2022).

Desde as primeiras interpretações marxistas dos anos 1930 até a contemporaneidade, que possui perspectivas investigativas que contemplam a história transnacional e a ascensão de grupos neofascistas, o campo dos estudos sobre fascismo é profícuo e imprescindível, uma vez que muitas organizações contemporâneas acionam constantemente o passado fascista. Assim, refletir sobre os fascismos faz-se relevante, não só pela estrita compreensão do fascismo histórico, como também pela possibilidade de estabelecer conexões, semelhanças e divergências entre passado e presente. A partir disso, o campo de estudos sobre extremas direitas, direitas radicais e fascismos tem se desenvolvido, com expressivas investigações acerca dessas temáticas.

Como exemplo, para os marxistas, o fascismo é explicado como parte da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Ou seja, seria o resultado da tendência do capitalismo monopolista em organizar a vida social e o mundo do trabalho de forma totalitária, constituindo uma forma de reação antiproletária e, consequentemente, sendo um fenômeno com sua base social na classe média (Bottomore, 2001).

Em outra perspectiva, que se fortaleceu no campo da sociologia, aborda-se o fascismo por meio de uma "definição tipológica multidimensional", proposta por Juan Linz (1976). Essa tendência define o fascismo como um movimento hipernacionalista, ou pan-nacionalista, antiparlamentarista, antiliberal, anticomunista, populista, antiproletário, com possíveis traços antiburgueses e anticlericais, mas não necessariamente com o objetivo de implantar uma ditadura e impor o modelo corporativista de organização dos

mundos do trabalho e da representação política. Nela, destaca-se a retórica e o estilo próprios de discurso e performance políticos. Assim, a ação política fundamenta-se na combinação de táticas legais e ilegais, o que envolve a participação eleitoral, ao mesmo tempo em que há o emprego da violência e do terror.

Há, também, uma corrente que observa os fascismos enquanto fenômenos da cultura. Zeev Sternhell (1998), por exemplo, sustenta que, antes de se tornar uma força política, o fascismo definiu-se como uma cultura política, surgindo como parte de uma rebelião cultural nascida entre o final do século XIX e início do século XX, e espraiou-se por diversos países da Europa – e posteriormente para outras regiões – contra o legado do Iluminismo e a Revolução Francesa. Nesse sentido, é visto como um fenômeno cultural e político independente, que não foi menos autossuficiente do ponto de vista intelectual do que o socialismo ou o liberalismo.

Ademais, a historiografia do fascismo tem buscado, notadamente nas últimas décadas, analisar, entre outras questões, a caracterização e a conceituação do fascismo. Há uma vertente nos estudos sobre fascismo, defendida por autores como Stanley Payne (1995) e Michel Mann (2011), que estabelece uma explicação fundamentalmente europeia para o fascismo. Este último argumenta, partindo de um "mínimo fascista", caracterizado pelo nacionalismo, pelo estatismo, pela transcendência, pela depuração e pelo paramilitarismo, que apenas na Europa houve movimentos fielmente fascistas. Nesse sentido, essa abordagem enfatiza a singularidade do fascismo italiano existente entre 1919 e 1943, restringindo o fascismo, portanto, ao contexto histórico e à conjuntura de ascensão de Benito Mussolini e do Partido Nacional Fascista (PNF). Argumenta-se, assim, em torno do "fascismo histórico", por meio de uma abordagem que descarta a aplicação do conceito de "fascismo" a fenômenos congêneres em outros espaços e tempos (Saccomani, 1998).

Em contraposição, há uma perspectiva pautada pela compreensão de que o fascismo transcendeu a experiência na Europa, estabelecendo-se em diferentes contextos nacionais para além do universo europeu, marcado fundamentalmente pelas experiências italiana e alemã. Com isso, as investigações buscam analisar fenômenos correlatos em diferentes espaços e tempos, sendo chamada de abordagem dos "fascismos genéricos" (Griffin, 2006), na qual se entende o fascismo enquanto um fenômeno mundial e transnacional que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas (Finchelstein, 2019).

Com esse contexto em vista, parte-se, neste dossiê, da compreensão de que o fascismo pode ser interpretado tanto como fenômeno nacional quanto transnacional, uma

vez que transcendeu as fronteiras nacionais, todavia se ancorou em comunidades nacionais. Isso porque grupos, movimentos e regimes fascistas diferiram de acordo com contextos políticos e culturais específicos, mas apresentaram comunicações, trocas, interações e transferências entre congêneres (Bauerkämper; Rossoliński-Liebe, 2017), como é o caso da circulação de ideias e práticas na Ibero-América.

Sendo assim, este dossiê tem como proposta reunir investigações sobre as direitas constituídas nos séculos XX e XXI, com foco em grupos e regimes fascistas e neofascistas, partindo de uma perspectiva que considera as ligações desenvolvidas por meio de diálogos entre América Latina, Espanha e Portugal, visto que ainda são poucas as pesquisas sobre os fascismos nesse espaço transnacional, principalmente no que se refere ao recorte ibero-americano (Cf. Pinto, 2021, Grecco; Gonçalves, 2022). Tenciona-se contribuir com pesquisas sobre o passado dos fascismos ao mesmo tempo em que se busca a reflexão sobre os problemas atuais enfrentados por sistemas democráticos da América Latina e da Península Ibérica, que vivem o crescimento de formas de pensamento e ação política antidemocráticos.

O enfoque no cenário ibérico abre este dossiê, com três textos que refletem sobre experiências autoritárias em Espanha e Portugal no contexto da era dos fascismos. Toni Morant i Ariño investiga o surgimento da *Falange Española* e os desdobramentos durante a Guerra Civil espanhola, sobretudo no que se refere aos contatos com o Nazismo alemão e às reações da Igreja Católica. A conjuntura lusitana, por sua vez, é explorada por Andrelise Gauterio Santorum, que analisa o ideal de teatro fascista promovido pelo intelectual António Ferro à frente do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo de António de Oliveira Salazar. Ainda sobre Portugal, Elisa Fauth e Vitória Almeida Machado trazem à discussão o projeto de educação feminina do regime salazarista, por meio da análise de periódicos voltados para o público feminino, na qual buscam ampliar o debate sobre as relações de gênero e os espaços destinados às mulheres no âmbito da cultura política autoritária estadonovista.

Na sequência, há duas contribuições acerca da formação de redes de sociabilidade entre as direitas europeias e brasileiras. Leandro Pereira Gonçalves fala sobre a circularidade de ideias entre os integralismos organizados em Portugal e no Brasil. Ainda que sejam demarcadas diferenças significativas entre os dois movimentos, o autor examina a influência exercida pelo Integralismo Lusitano na organização da Ação Integralista Brasileira (AIB), expondo as relações estabelecidas a partir da análise da rede intelectual transnacional que se formou entre integralistas dos dois lados do Atlântico. Já

Borja Pérez Climent realiza uma análise comparativa entre os dois movimentos fascistas mais destacados no espaço ibero-americano do período entreguerras, a AIB e a *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (FE-JONS), bem como apresenta a relação que Plínio Salgado, chefe nacional da AIB, manteve com o regime de Francisco Franco, na Espanha.

Dando prosseguimento, são apresentados três artigos cujo foco de análise é o fascismo estabelecido no Brasil, que se configurou como a maior expressão fascista na América Latina. Em uma reflexão teórica, Carlos Martins analisa o integralismo brasileiro enquanto variante da ideologia fascista, evidenciando tanto as características que permitem enquadrar o movimento neste amplo fenômeno como as questões que demarcam a sua particularidade. Maria Rita Chaves Ayala Brenha, por seu turno, discorre sobre o projeto integralista de construção de um "Estado Integral" em moldes totalitários, colocando em evidência o contexto brasileiro pós-Revolução de 1930 para tratar a influência do fascismo, especialmente italiano, na estrutura organizacional burocrática da AIB e no estabelecimento das "Cortes do Sigma". O modelo fascista estabelecido pelo integralismo brasileiro é apresentado, também, por Ana Júlia Corrêa Ferreira e Larissa Frazão Silva, que investigam a propaganda e o imaginário veiculados nos dois principais jornais integralistas, *A Offensiva* e *Monitor Integralista*. Em uma análise comparativa entre eles, as autoras demonstram o modelo de propaganda fascista adotado pela AIB e apontam a forma como ambos os periódicos complementavam-se na transmissão de ideias.

O encerramento deste dossiê fica a cargo de dois trabalhos que abordam o cenário das direitas no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Gabriel Soares Predebon analisa as reverberações do fascismo brasileiro após o fim da AIB, com o estabelecimento do Partido de Representação Popular (PRP) após o retorno de Plínio Salgado do exílio em Portugal. Há como foco a relação de Ironides Rodrigues – um dos mais destacados militantes do movimento negro brasileiro – com o integralismo, bem como a sua contribuição, com análises cinematográficas, no principal periódico perrepista, *A Marcha*. Por fim, Ygor Klain Belchior e Gabriel Cabral Bernardo abordam o neofascismo e os usos do passado em torno do imaginário da Esparta Antiga, nomeadamente na conjuntura brasileira, demonstrando que a ascensão da extrema direita e de grupos neofascismos acende a discussão sobre a apropriação do passado histórico na criação de discursos de ódio e violência contra minorias e contra a democracia no país.

A partir do enfoque ibero-americano, que possibilita deslocar a centralidade – e por vezes exclusividade – posta nos fenômenos fascistas em Itália e Alemanha, este dossiê busca contribuir com o debate sobre organizações e ideias fascistas que circularam na sociedade tanto no período entreguerras como após 1945, uma vez que se tem visualizado ressonâncias antidemocráticas na sociedade contemporânea. Com isso, espera-se que o volume traga reflexões sobre os fascismos e neofascismos, auxiliando no aprofundamento histórico a respeito dos diferentes modelos estabelecidos nos dois lados do Atlântico, que ora apresentam aproximações, em seus contatos e redes transnacionais, ora demonstram afastamentos, particularidades e disputas por influência.

Referências

BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz. Introduction. In: BAUERKÄMPER, Arnd; ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz (Eds.). *Fascism without Borders*: Transnational Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe, 1918-1945. New York: Berghahn, 2017, p. 1-38.

BOTTOMORE, Tom. Fascismo. In: BOTTOMORE, Tom et.al. (Edit.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 147-148.

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.

GRECCO, Gabriela Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira (Eds.). *Fascismos iberoamericanos*. Madrid: Alianza editorial, 2022.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London and New York: Routledge, 2006.

LINZ, Juan J. Some Notes Toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective. In: LAQUEUR, Walter (Org.). *Fascism*: A Reader's Guide. Berkeley: University of California Press, 1976.

MANN, Michael. *Fascistas*. Lisboa: Edições 70, 2011.

PAYNE, Stanley. *A History of Fascism (1914-1945)*. Madison: University of Wisconsin Press, 1995.

PINTO, António Costa. *A América Latina na Era do Fascismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 466-475.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (Orgs.). *El nascimento de la*

ideología fascista. Madrid: Siglo Vintiuno de España Editores, 1998.

LAS RELACIONES ENTRE FALANGE, FASCISMO Y NAZISMO EN ESPAÑA A OJOS DE LA IGLESIA CATÓLICA, 1933–1939

AS RELAÇÕES ENTRE A FALANGE, O FASCISMO E NAZISMO NA ESPAÑHA AOS OLHOS DA IGREJA CATÓLICA, 1933-1939

Toni Morant i Ariño[1]

Resumen: La España de los años treinta supone un contexto más que adecuado para analizar la reacción de la Iglesia católica ante los tres sistemas que protagonizaron la principal pugna ideológica del periodo de entreguerras: el fascismo, la democracia y el comunismo. En su primera parte, el artículo analiza la reacción católica a la aparición de Falange Española en 1933 y su evolución posterior. La segunda parte se centra, sobre la base de documentación diplomática vaticana y alemana, en el miedo generado en la Iglesia por las intensas relaciones entre Falange y el partido nazi durante la guerra civil, y la influencia que ello podría granjear a la Alemania de Hitler en la futura *Nueva España*.
Palabras clave: Falange, Nazismo, España, Iglesia católica, Guerra Civil Española.

Resumo: A Espanha da década de 1930 oferece um contexto mais do que adequado para analisar a reação da Igreja Católica aos três sistemas que estavam no centro da principal luta ideológica do período entre guerras: fascismo, democracia e comunismo. A primeira parte do artigo analisa a reação católica ao surgimento da Falange Espanhola em 1933 e sua evolução posterior. A segunda parte enfoca, com base na documentação diplomática do Vaticano e da Alemanha, o medo gerado na Igreja pelas intensas relações entre a Falange e o partido nazista durante a guerra civil, e a influência que isso poderia ter sobre a Alemanha de Hitler na futura *Nova Espanha*.
Palavras-chave: Falange, Nazismo, Espanha, Igreja católica, Guerra Civil.

En su primer informe al Vaticano tras el golpe de Estado de julio de 1936 en España el cardenal Isidro Gomá explicaba al Secretario de Estado del Vaticano, cardenal Eugenio Pacelli, la composición política de las fuerzas que, cuatro semanas antes, se habían sublevado contra la Segunda República. El arzobispo de Toledo hablaba ya al futuro Pío XII de la "muy diversa ideología de los dirigentes del movimiento", compuesto por fuerzas heterogéneas y con objetivos políticos parcialmente diferentes cuando no divergentes, pero unidas por la meta común de derribar a la democracia republicana. Entre dichas fuerzas golpistas, Gomá destacaba también a *Falange Española*, precisando entre paréntesis "fascistas", para que Pacelli pudiera establecer las debidas correspondencias con la política italiana del momento (Andrés-Gallego; Pazos, 2001, p. 82).

[1] Toni Morant é Professor Associado na Área de História Contemporânea da Universitat de València. Email: toni.morant@uv.es. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1069082475010463. É membro da Coordenação da *Aula d'Història i Memòria Democràtica* da UV e do Comitê Executivo da Rede *Direitas, História e Memória*. Atualmente, é Pesquisador Principal 2 do projeto "Género y nación franquista. Perspectivas transnacionales e interseccionales" (PID2022-141082NB-22), financiado pelo Ministério da Ciência e Inovação da Espanha (2023-2026).

La guerra civil española supone un contexto histórico más que adecuado para analizar la reacción de la Iglesia católica ante los tres sistemas que protagonizaron la principal pugna ideológica de la Europa de entreguerras: el fascismo, la democracia y el comunismo. En el presente artículo me centraré en la primera de ellas y haré un breve repaso a la relación entre el partido fascista español (Falange), la Iglesia católica (tanto la jerarquía española como la vaticana) y el nazismo alemán. Para ello recorreré las dos fases políticas que atravesó la historia española en la década de 1930: los últimos años de paz de la Segunda República española (1933-1936) y la guerra civil (1936-1939). En especial para esta segunda fase me basaré en la documentación de la Santa Sede correspondiente al papado de Pío XI, consultable desde 2006 en el *Archivio Segreto Vaticano* (ASV), que combinaré con otros fondos, en especial de los archivos estatales alemanes e italianos.

Los últimos años de paz de la Segunda República, 1933-1936

La precisión de Gomá a Pacelli ("las Falanges (fascistas)") no estaba de más pues, a todas luces, debía de resultar un actor bien desconocido para la diplomacia vaticana. Al menos hasta la primavera de 1936, el partido fascista español había tenido una presencia, al principio, nula y posteriormente sólo mínima en los informes sobre la situación política española que la nunciatura en Madrid enviaba de forma periódica a la Santa Sede. Hasta aquel momento, la fuerza de Falange había sido bastante limitada: el triunfo de las derechas (y, con él, la neutralización, en primera instancia, de la 'amenaza' de izquierdas) en las elecciones celebradas en noviembre de 1933 y los propios problemas internos del fascismo español dificultaron su conversión en un partido de masas y la redujeron a la insignificancia política.[1]

Su líder, José Antonio Primo de Rivera (hijo del dictador que había gobernado España en la década anterior) había manifestado públicamente ya en marzo de 1933 su adhesión al fascismo, en el que veía el "movimiento que ahora anuncia en Europa su pleamar" y una "nueva fe civil" (*ABC*, 22.3.1933, p. 17-18), lo que apunta a una concepción inicial también del fascismo español como religión política en el sentido expuesto por Emilio Gentile (1994). En sus *Puntos iniciales* Falange, fundada a finales de aquel año, se mostraba ciertamente partidaria de "una interpretación católica de la vida" y de dar "un sentido católico" a su proyecto de nación. Ahora bien, Primo de Rivera establecía entre Estado e Iglesia una neta separación de las *respectivas* esferas: lejos de

conllevar persecución alguna ("Los tiempos de las persecuciones han pasado") antes de julio de 1936, el reconocimiento del "espíritu religioso católico tradicional" significaba para Falange que el Estado tenía *su* propia esfera de influencia y actuación y la Iglesia católica la suya. Quedaba claro que el Estado no iba a "asumir *directamente* funciones religiosas que correspondan a la Iglesia"… pero "menos" aún iba a "tolerar" por su parte "intromisiones o maquinaciones […] con daño posible para la dignidad del Estado o para la integridad nacional". Ni la terminología escogida ('tolerar', 'intromisiones', 'maquinaciones',…) ni la propia división de la sociedad en esferas podían resultar –en absoluto– del agrado de la Iglesia católica.[2] Pero, además, denotaban una clara jerarquía entre las esferas: era el Estado el que "concordar[ía]" con la Iglesia "las consideraciones y el amparo que le son debidos" (*F.E.*, 7.12.1933, p. 7). En plena 'era de los concordatos' y menos de cinco meses después del *Reichskonkordat* entre el Vaticano y la Alemania ya nazi, el verbo utilizado por los falangistas remite a la intención del líder fascista español de seguir los recientes ejemplos italiano (1929) y alemán (1933) a la hora de regular las relaciones entre el futuro *Estado nuevo* y el Vaticano.

Un año después se hizo público el programa de Falange. Su Punto 6 subrayaba el carácter del Estado como "instrumento *totalitario* al servicio de la integridad patria"; el número 23 fijaba el marco para una educación estatal y nacionalista, mientras que el 25, relativo a las relaciones entre Estado e Iglesia, era prácticamente un resumen literal de los Puntos Iniciales (*ABC*, 1.12.1934, p. 20). Pero no era sólo la insistencia en la separación entre poder civil y eclesiástico, o la decantación –en caso de duda– por el Estado. Pese a haber suavizado el tono de ciertas expresiones, el programa seguía dejando abierta la puerta a una 'religión política', de la que Falange iba a dar buenas muestras en sus discursos y prácticas (Saz, 2007; Box, Saz, 2011). Si con su uso absolutamente político del lenguaje y conceptos religiosos (martirio, "sacramento heroico de la muerte", Fe, redención, gracia, penitencia, salvación, misión, "altar de la España inmortal"…), pero vaciándolos del contenido tradicional, es decir, católico no quedaba bien clara la sacralización de la política que hacía Falange sobre todo –pero no sólo– antes de 1936, lo subrayaba en un plano práctico su culto y oraciones a unos 'caídos' que, lejos de haber muerto, estaban bien *presentes*. Así pues, más allá de tan genéricas como ambiguas manifestaciones sobre el valor del catolicismo, todo ello ponía claramente de manifiesto el carácter secular y laico –"y, por ende, en absoluto nacionalcatólico" (Saz, 2007, p. 34)– de la ideología falangista antes de la guerra civil.

Las consecuencias de tales afirmaciones doctrinales no se hicieron esperar. El mismo día que se publicaba el programa, uno de los dos únicos diputados falangistas (e importante financiador del partido), el marqués de la Eliseda, hacía público su baja de Falange. La justificaba acusándola públicamente (en las páginas de un importante diario conservador) de tener un programa "francamente herético", que reflejaría "una actitud laica frente al hecho religioso y de subordinación de los derechos de la Iglesia a los del Estado" (*ABC*, 30.11.1934, p. 34). Eliseda teñía así de diferencias ideológicas –aparentemente– irreconciliables lo que, en realidad, era una discusión estratégica sobre posibles alianzas de Falange con otros partidos de la derecha antirepublicana.[3] Y, al hacerlo, demostraba que era por el flanco 'religioso' donde políticamente se le podía hacer más daño a Falange. En un país en el que, durante dos siglos, identidad nacional y religiosa han sido entendidas desde el campo conservador como inseparables (todo patriota español –se afirmó a menudo– no podía ser sino 'buen' católico y viceversa), resultaba hasta cierto punto predecible que cualquier crítica a una fuerza política como Falange buscara negar precisamente ambas máximas: su carácter español y su catolicismo.

Así pues, pese a su debilidad política hasta la primavera de 1936, el partido fascista no pasó inadvertido a los sectores conservadores, de cuyas críticas se convirtió en blanco. Al fin y al cabo, dichas críticas no hacían sino trasladar al caso español argumentos utilizados ya desde sectores conservadores contra los fascistas en Italia y Alemania, lo que, por otro lado, no dejaba de ser un reconocimiento implícito de los nexos ideológicos entre movimientos fascistas a uno y otro lado de los Pirineos. No en vano, el fascismo había sido objeto incluso en su propia cuna italiana de fuertes críticas vaticanas y, pese a los pactos de Letrán, Pío XI (1931) había cargado en su contra, definiéndolo como "una ideología que se resuelve abiertamente en la estatolatría pagana". Desde España, el influyente *El Debate*, diario conservador muy próximo al catolicismo político, la Acción Católica y la nunciatura en Madrid, acusaba al fascismo italiano, al valorar los diez años transcurridos desde la *Marcia su Roma*, de inspirarse en principios "inaceptables para los católicos", como un ultranacionalismo que conducía a la "divinización de la Patria y a la omnipotencia del Estado" (*El Debate*, 23.10.1932). Pocos meses después, el director del *ABC*, el principal diario monárquico, había criticado a Primo de Rivera sobre todo el origen extranjero de la ideología fascista (*ABC*, 22.3.1933); la misma "influencia exótica" que criticaría, poco después, José María Gil Robles, el líder de la CEDA (Confederación Española de Derechas Autónomas, una coalición de partidos

católicos), en apenas implícita referencia a los dos principales fascismos europeos (*ABC*, 17.10.1933, p. 20). No en vano, a su regreso de un viaje por Alemania un mes antes, Gil Robles había expresado ya sus "reservas doctrinales" ante el nazismo, al que veía como un movimiento nutrido de "ciencias panteístas", con su "verdadera deificación del Estado" y su violencia (*ABC*, 15.9.1933, p. 23). Pocos después, criticaría a su epígono español afirmando que "la Falange no es católica", acusación elevada por los líderes de los sindicatos católicos en unas octavillas, en las que acusarían a los fascistas españoles nada menos que de "traidores a la religión y a la patria" (Payne, 1965, p. 59-60 y 54). En octubre de 1934, el cardenal Gomá habría insinuado "la sospecha de un pretendido laicismo" de Falange, relacionándolo además con otros fascismos europeos (Andrés-Gallego, 1997, p. 31 y 39). El calibre de las connotaciones del término 'laicismo' para un católico de la época queda de manifiesto si tenemos en cuenta que, casi una década atrás, en su encíclica *Quas Primas* (1925), Pío XI lo había definido como "la plaga de nuestra época [que] engendró con tanto daño a la sociedad", que debía ser combatida y vencida (*Enchiridion della Pace*, 2004, p. 353 y 355).

Ahora bien, estas críticas católicas al fascismo no eran, en absoluto, *tout court*. Por un lado, en su ya mencionado "balance" de la Italia fascista, *El Debate* trazaba una "visión de conjunto" en la cual "las alabanzas a la obra del Duce y del fascismo" habían de ser necesariamente "más abundantes y más calurosas que las censuras": no sólo enumeraba, además de "beneficios materiales […] inmensos y tangibles" para el país, "gloriarse de haber libertado a Italia del parlamentarismo" y "destruir el socialismo", sino que aludía explícitamente a "la reacción antiliberal y antisocialista del fascismo, que ha producido ya resultados, a nuestro juicio, llenos de promesas" (*El Debate*, 23.10.1932). Igualmente, Gil Robles parecía presentar sus críticas al nazismo como poco menos que 'obligadas': "Como católico, tengo que mantener todas las reservas doctrinales […]". Y las utilizaba, además –en esas mismas declaraciones realizadas a su vuelta de las "inolvidables" jornadas en el congreso del partido nazi en Nuremberg– como preludio a un conjunto mucho más extenso de alabanzas a unos movimientos fascistas (ocho meses antes había visitado la Italia de Mussolini) que, en su opinión, seguían teniendo "mucho de aprovechable". Como muestra de la parcialidad de esta crítica al fascismo, el líder del catolicismo político español veía su "deber" en "recoger" el "nuevo orden de cosas […] para armonizarlo con los postulados de la doctrina católica" (apud Rojas Quintana, 2010, pp. 83-94).[4] Así pues, tanto en la acusación de acatolicismo (cuando no de *anti*catolicismo) y 'exotismo', como en la parcialidad de la crítica a los movimientos

fascistas (nunca a su totalidad) y en la distinción además entre el caso alemán y el italiano, estas críticas prefijaban a grandes rasgos las líneas argumentativas de los ataques a Falange tras el verano de 1936. No en vano, para la mayoría de los católicos españoles, su adhesión o rechazo hacia el nazismo dependía en buena medida de las relaciones entre el Estado y la Iglesia en Alemania. Su notable empeoramiento tras la firma del ya mencionado Reichskonkordat en 1933 redujo de forma considerable la inicial satisfacción que la llegada de Hitler al poder había suscitado en los ambientes conservadores españoles.[5] Y esto se reflejaba, por ejemplo, en el paulatino enfriamiento del tono con el que informaba desde Berlín el corresponsal de *El Debate* (De la Hera Martínez, 2002, p. 298-299).

Nada de ello pasaba inadvertido a las instancias alemanas: antes de cumplirse dos años de su 'toma' del poder, su embajador en Madrid percibía un "cierto descontento" político (Viñas, 2001, p. 130); mientras que un funcionario del Servicio Alemán de Intercambio Académico (DAAD) advertía, igualmente desde Madrid, que se equivocaban quienes vieran en los ambientes conservadores españoles una actitud acríticamente favorable al nazismo (De la Hera Martínez, 2002, p. 298-299). Era una valoración refrendada en un informe de enero de 1935, dirigido al ministerio de Propaganda en Berlín:

> Motivos de índole confesional han tenido como consecuencia que la anterior actitud pro-germánica de gran parte de los círculos católicos [españoles], políticamente de derechas haya desaparecido y se haya trocado en lo contrario… Frente a ello son los círculos profascistas quienes muestran simpatías por la nueva Alemania y parecen receptivos al pensamiento nacional-socialista. (Viñas, 2001, p. 132)

Detrás de tales reticencias los diplomáticos alemanes en España verían la mano, directa o interpuesta, de la Iglesia católica. A sus ojos, la CEDA intentaba "adaptarse al espíritu del tiempo" y apropiarse de *formas* organizativas fascistas… pero lo hacía para "segarle al verdadero fascismo la hierba bajo los pies". Aunque el embajador alemán afirmaba que los 'verdaderos' fascistas no se estaban dejando engañar por esta especie de "fascismo católico", su encargado de Negocios había advertido ya que: "Quizás algún día la hábil y poderosa organización de la Iglesia católica […] conseguirá traer a su terreno al joven fascismo, si éste no es capaz de hacerse fuerte e independiente" (PAAA, R-71949). Aun reconociendo el interés político de su figura y su importancia, el líder de la CEDA (Gil Robles) no era sino el "exponente del Vaticano" en España y, "como ministro católico […] no comprende ciertamente la lucha alemana contra el ultramontanismo

católico"; en caso de que triunfara y llegara al poder, cabía incluso no descartar una "dictadura de base clerical" (Viñas, 1977, p. 413-417). Igualmente, no extrañará tampoco si durante el bienio conservador entre 1933 y 1935 (con gobiernos del centro-derecha republicano y la derecha católica), los medios de comunicación alemanes tendieron a informar lo menos posible de la presencia del catolicismo en la vida pública española o, si acaso, a hacerlo desde una perspectiva marcadamente crítica. Así, el corresponsal del *Frankfurter Zeitung* informaba de las tendencias *totalitarias* (en sentido católico, no-fascista) de grupos clerical-monárquicos, encabezados por la CEDA, mientras que el principal órgano de prensa del nazismo, el diario *Völkischer Beobachter*, condenaba la "influencia demasiado grande" del Vaticano en la política española y establecía paralelos con la situación alemana, donde semejantes circunstancias (es decir, la influencia del *Zentrum* católico) habían sido "superadas" (Peter 1992, p. 70-71 y 74).

En la primavera de 1936, la situación política se agravó en España: tras el triunfo de la coalición de izquierdas (el *Frente Popular*) en las elecciones de febrero, buena parte de las derechas abandonó la vía posibilista/accidentalista (intentar reformar la República en un sentido autoritario, según el modelo austriaco) y se posicionó abiertamente a favor de derrocar al gobierno por medios violentos. La CEDA, hasta el momento el partido de masas de la derecha, empezó a perder apoyos y miles de sus afiliados se incorporaron a opciones más radicalmente antidemocráticas, como el fascismo de los falangistas el tradicionalismo de los carlistas, es decir, los partidarios de otro pretendiente al trono español en una disputa dinástica que se remontaba a la década de 1830 (Casanova, 2008, p. 169). Y algo parecido puede afirmarse de Acción Católica (con la que los jóvenes de la CEDA compartían, a menudo, doble afiliación), organización del catolicismo seglar y obra predilecta de Pío XI (Montero, 2008), que se mostró incapaz de controlar la "politización radical" de sus propias juventudes y evitar que cambiaran de organización buscando una "acción más directa" (Watanabe, 2008, p. 78 y 80). En resumidas cuentas, un informe anónimo del que disponía la nunciatura apostólica en Madrid (entonces vacante) concluía, una semana antes del golpe de Estado de julio de 1936, que la única solución posible era "una acción más rápida y contundente" por parte del Ejército y la Falange. De ésta última, ahora sí con un torrente constante de nuevos afiliados, el anónimo autor destacaba que:

> maneja verdaderas masas de jóvenes valientes y audaces; no siempre actúa dentro de la legalidad, sino que con frecuencia utiliza las mismas armas de ataque que los revolucionarios, contra quienes dirige exclusivamente sus ataques. Su programa está basado, *al menos en*

> *cuanto a los principios generales*, en el *reconocimiento* de la religión católica. (ASV, ANM, B. 966, f. 355)

Desde un punto de vista católico, el lenguaje utilizado en el informe (Falange mostraría un "reconocimiento" de la religión, "al menos" en sus "principios generales") queda bastante lejos de reflejar la posterior interpretación de la Falange como movimiento exquisitamente católico. En efecto, tres días después, monseñor Sergio Sericano, el encargado de Negocios de la nunciatura se basaba fielmente en este informe para escribir a su Secretario de Estado (Pacelli) que en España unas derechas "algo deprimidas" habían llegado a la conclusión de que, contra la continuidad del sistema democrático, no cabía ya otra solución que "un golpe de fuerza" (ASV, ANM, B. 966, f. 358-359).

La guerra civil española, 1936-1939

Cuando importantes partes del ejército y de la sociedad española llevaron a cabo este 'golpe de fuerza' en julio de 1936, España quedó dividida en dos zonas. De inmediato, en el territorio rebelde tuvo lugar un doble proceso, cuyos efectos condicionarían su evolución política. Por un lado, la creciente fascistización de la esfera pública y del discurso político hizo posible que Falange, una opción política hasta poco antes diminuta y fracasada, se convirtiera en *el* partido de masas de la España rebelde (Saz, 2003, p. 160-161). Por el otro, y en paralelo, a las pocas semanas del golpe de Estado todo pareció ser anegado por una oleada de devoción católica que apuntaba mucho más allá de un mero retorno a la situación previa a la proclamación de la República en 1931; más aún si se tiene en cuenta que –a excepción de Navarra– la religión no había tenido ningún papel destacado ni durante los preparativos, ni durante las semanas posteriores al golpe (Álvarez Bolado, 1995; Raguer, 2008). Como resultado, la glorificación de la nación (y del partido fascista como encarnación de la nación), por un lado, y la defensa de una interpretación (ultra)católica, conformaron los elementos principales –en constante pugna– del discurso de la España sublevada (Raguer, 2008; Martín Santa-Olalla, 2003).

Con este trasfondo, entre agosto y septiembre de 1936 se empezó a abrir paso entre las altas instancias eclesiásticas españolas –por ejemplo, en el caso de Gomá y del obispo de Salamanca, Pla y Deniel– el miedo al establecimiento de un Estado totalitario de base laicista (Andrés-Gallego, 1997). En su ya mencionado primer informe, en el que explicaba a Pacelli la heterogénea composición de las fuerzas políticas golpistas, sus

objetivos y su evolución interna, el cardenal Gomá encontraba "muy de lamentar" que la falta de acuerdos previos entre los golpistas sobre "la forma que habrá de tener el nuevo Estado español" podía hacer "malograr en parte la victoria" y tampoco excluía un desenlace que incluso no tuviera en cuenta los 'sacrificios' realizados "primero y ante todo por la defensa de la Religión" (Andrés-Gallego; Pazos, 2001, p. 80-89). Antes de que acabara el año, Gomá insistía en que dicha división hacía "temer que no se saque todo el partido posible del enorme sacrificio que se está realizando para la reconquista de España" (Andrés-Gallego; Pazos, 2001, p. 404-434). Tratándose de una figura de esencial importancia para la Iglesia española en la década de 1930 (Botti, 2008, p. 136), no será difícil inferir que los informes de Gomá constituían para el Vaticano –en aquellos momentos sin nuncio en España y con su encargado de Negocios 'atrapado' en el Madrid republicano– *la* fuente de información más directa sobre lo que estaba sucediendo en la zona rebelde. Y, en consecuencia, desempeñaron un papel relevante cuando, en diciembre de 1936, el Vaticano nombró a Gomá su "representante oficioso" ante Franco.

Mientras las autoridades rebeldes se quejaban de la actitud –según ellos– poco favorable de la jerarquía eclesiástica (si bien, no tanto la española como la vaticana), Gomá estaría muy atento a la creciente importancia de Falange y especialmente a la influencia que el nazismo ejercía en ella. Los dos principales peligros (una palabra muy presente en la documentación eclesiástica sobre el tema) percibidos no eran sino la actualización de las críticas que, como hemos visto, había recibido el partido fascista español ya en tiempos de la República: su carácter 'laicista' o secular (y, por ende, no-católico) y, en estrecha relación, las influencias ideológicas que recibía del extranjero. Por un lado, el primado de la Iglesia española reconocía que Falange albergaba *también* –pero no sólo– a verdaderos católicos pero, al mismo tiempo, veía (por ejemplo, en sus órganos de prensa) a "intelectuales de tipo laicista", es decir, fascista (Andrés-Gallego; Pazos, 2001, p. 512-513). A ojos de Gomá, una vez constituida Falange, en abril de 1937, oficialmente como el partido único de la dictadura franquista:

> la resultante de la agrupación como tal da un producto de fuerza y de pragmatismo nacional y social en el que predomina menos la idea cristiana. La natural tendencia, que se observa en la literatura de los periódicos de Falange, de imitación del hitlerismo alemán y del fascismo italiano, podría acentuar esta orientación hacia la exaltación de la fuerza material y de la omnipotencia del Estado. [Asimismo, percibía la existencia de una] literatura mística, tan reprobada por nuestro Santísimo Padre en su Encíclica a los Obispos alemanes, en la que se vacían en fórmulas cristianas conceptos de otro orden. (apud Andrés-Gallego; Pazos, 2003, p. 236-237).

Como se puede observar, la desconfianza de la jerarquía eclesiástica española era notable. Por mucho que, ante el creciente peso que la religión iba ganando en la zona franquista, Falange asegurara que había sido y, a su modo, seguiría siendo católica (ASV, ANM, B. 973, f. 389r), Gomá consideraba que, al amparo del partido fascista, se empezaba a dibujar en la España rebelde "una ideología semipagana, que temo fundadamente vaya separándose paulatinamente del sentido católico tan arraigado en nuestra España" (Andrés-Gallego; Pazos, 2003, p. 160-161). Pero como, por otro lado, la victoria de la España rebelde dependía directamente de la ayuda directa de Italia y Alemania y el fascismo no podía ser atacado frontalmente, tuvo lugar un doble proceso: desde el campo 'católico' se intentó llevar a cabo "una apropiación distorsionada del fascismo, mientras que, en paralelo, desde el campo falangista se hizo lo propio respecto del catolicismo" (Saz, 2007, p. 43). Es decir, cada uno aprovechaba del otro, intentaba reinterpretar, aquello que creía útil para sus propios fines, sin cambiar la esencia, la sustancia de fondo, de sus respectivos planteamientos políticos.

A partir de 1937, en la correspondencia de la alta jerarquía eclesiástica entre España y la Santa Sede estuvo muy presente el temor a que la "infiltración alemana" en zona rebelde consiguiera –precisamente, a través de la propia Falange– inclinar la balanza de las relaciones Estado-Iglesia e incluso revertir el tradicional papel de la religión en un país como España. Existía la creciente "convicción de que Alemania hace un verdadero esfuerzo de captación del espíritu nacional, por todos los medios" (Andrés-Gallego; Pazos, 2004, p. 221). En líneas generales, la preocupación abarcaba dos grandes ámbitos. Del primero, la propaganda, se criticaba la falta de buena fe de la prensa falangista, siempre dispuesta a alabar extensamente la amistad con Alemania o a dar "publicidad a discursos paganos difundidos desde Berlín" (ASV, ANM, B. 968, f. 588-589), pero a la vez silenciosa –cuando no hostil– respecto del Vaticano (ASV, ANM, B. 968, f. 523v, 523r, 524v). Así, resulta significativo que, ya en su primer informe, el nuevo representante vaticano ante Franco, monseñor Hildebrando Antoniutti, atribuyera a una "sutil propaganda alemana" la difusión, durante largo tiempo, en la prensa falangista de "la opinión de que la S. Sede sea más favorable a los regímenes democráticos que a los nacionales" (ASV, ANM, B. 525-527, 525). Además, al igual que haría Gomá unos meses antes con su mencionada referencia a la 'literatura mística', Antoniutti criticaba el lenguaje secular ("de sabor exquisitamente nazi") que reflejaba el culto a los mártires de Falange y la –a sus ojos– clara limitación de la influencia eclesiástica en el ámbito público

de la España franquista (ASV, ANM, B. 572-579). Todo ello, además, estaría teniendo lugar bajo la dirección de un sacerdote navarro de filiación falangista, Fermín de Yzurdiaga, que ocupaba su cargo de Delegado Nacional de Prensa y Propaganda sin la preceptiva autorización eclesiástica, y que incluso sería nombrado Consejero Nacional, un "hecho lamentable", en opinión del arzobispo de Toledo (ASV, ANM, B. 970, f. 36). A su vez, el Secretario de Estado vaticano ordenaba a su Encargado de Negocios que extremara la especial vigilancia del clero (ASV, ANM, B. 968, f. 580-581).

La segunda gran queja de la jerarquía católica hacía referencia a las intensas relaciones que diversas organizaciones e instancias falangistas mantenían desde finales de 1936 con la Alemania nazi. En sus Organizaciones Juveniles, la Sección Femenina o el Auxilio Social estaba cristalizando "el envío frecuente de falangistas y enfermeras", quizá lo que más preocupaba en el Vaticano (ASV, ANM, B. 572-579 y 570-571). No en vano, el país germano era "un ambiente tan hostil a la religión católica" y, además, las enfermeras iban allí a formarse en "los hospitales del Reich donde, como es bien conocido, se practican métodos contrarios a los principios de la moral católica" (ASV, ANM, B. 973, f. 318-319). Desde la estabilización de los frentes de guerra en el otoño de 1936, las organizaciones falangistas se habían lanzado a pedir material informativo y de propaganda sobre la Italia fascista y, en especial, la Alemania nazi. Pronto esos contactos dieron paso a los viajes de estudio para que diferentes organizaciones falangistas pudieran ver sobre el terreno y con sus propios ojos los 'logros' de ambos países (Morant i Ariño, 2019).

En estrecha relación, vale la pena mencionar dos cuestiones concretas que suscitaron también la preocupación eclesiástica. Por un lado, el Servicio Social, una especie de servicio femenino obligatorio instituido en octubre de 1937 a instancias de Mercedes Sanz-Bachiller, la Delegada Nacional de Auxilio Social, la organización de bienestar falangista. En dicho servicio Gomá veía una indudable "influencia extranjera" y una "tendencia minimista en cuestión de religión y moral", por lo que presentó al ministro de la Gobernación (y hombre fuerte de la España franquista), Ramón Serrano Suñer, una lista de "Modificaciones convenientes", como dar más importancia a la capilla o que las mujeres prestadoras del Servicio Social pudieran dormir en casa y no, como hasta el momento, en residencias colectivas a cargo de Falange. En especial, concluía el arzobispo de Toledo, "más que suscitar en la mujer española tendencias y modos de tipo extranjero, conviene fomentar y encauzar en una sana modernidad las virtudes raciales de la clásica mujer española, muy superior al tipo moral de mujer de cualquier otra nación"

(ASV, ANM, B. 973, f. 311). Por el otro lado, la Iglesia también veía con desconfianza que las mujeres practicaran deporte, considerado uno de los "tristes aliados del mal" moderno, en el marco de la "verdadera cruzada por la moralidad" iniciada por la prensa católica de los años treinta (Malgieri, 1997, p. 180). Si bien no había estado muy extendida en España antes de la guerra civil, su práctica 'amenazaba' ahora con extenderse a través del encuadramiento de niñas y chicas en la Sección Femenina del partido fascista. Por último, también los uniformes de las falangistas eran objeto de escrupuloso escrutinio por parte de la Iglesia: eliminados ya los ceñidos correajes que, a inicios de la guerra, marcaban 'peligrosamente' los cuerpos femeninos de las integrantes de Falange (Lazo, 2001, p. 370), en pleno verano de 1938 hubo una polémica por las fotografías que la revista mensual de Sección Femenina publicó de las alumnas de un curso de gimnasia de su escuela de Santander: sin mangas, con los brazos descubiertos y la faldilla apenas por la rodilla. La rama femenina de Falange tuvo que publicar en el número siguiente una nota aclaratoria, afirmando que los uniformes observados en las imágenes no eran los definitivos, que habrían de ser "conforme a las normas de la moral cristiana" (*Y*, n. 6-7 y 8, 1938).

Por su parte, los diplomáticos alemanes en la España *nacional* eran bien conscientes de la postura eclesiástica y de las medidas tomadas para contrarrestar la influencia del nazismo en Falange y, por extensión, en la España rebelde. A sus ojos, las profundas diferencias constatadas, ya en noviembre de 1936, en el seno de la coalición franquista entre los falangistas, por un lado, y unos requetés 'monárquico-clericales', por el otro (PA AA, R-103189), dieron paso en la primavera siguiente (justo tras el Decreto de Unificación de todas las fuerzas políticas rebeldes en el partido único) a la aparición cada vez más frecuente en Salamanca de "hombres de fama muy católica", que los alemanes interpretaban como un reflejo de la "nueva influencia creciente de círculos vaticanófilos" en los aledaños del poder franquista. La actuación del nuevo partido único, Falange Española Tradicionalista y de las Juntas Nacional-Sindicalistas (FET), estaba provocando choques con los "reaccionarios" pero, de acentuarse la tendencia, el embajador alemán advertía a Berlín de la posible instauración en España de un *Pfaffenherrschaft* o "dominio de curas" (PA AA, DB Roma-Quirinal, caja 766; DB Madrid, caja 682; PAAA, R-102985). Sin embargo, tampoco se les escapaban a los nazis, en un nivel más general, ni la profunda recatolización antes mencionada ni sus omnipresentes consecuencias, que habrían dado a la Iglesia, según la opinión de Friedrich Burbach, un alto mando del partido nazi en España:

> una posición de poder que a toda persona racional no puede sino repugnar. La Iglesia somete al pueblo español, que es absolutamente honrado, a un terror que recuerda a los tiempos más oscuros de la Edad Media. Los métodos que actualmente utiliza la Iglesia para ganarse al pueblo español con toda violencia no pueden dar, a nuestro parecer, ningún buen resultado. Gente que en este tipo de cuestiones piensa de forma semejante a la nuestra va ahora a confesarse y comulgar varias veces por semana, para evitar siquiera dificultades o eventuales sospechas. […] Pero sería absolutamente equivocado que los extranjeros tomáramos partido. En las circunstancias actuales perjudicaríamos más a la causa alemana de lo que la favoreceríamos (PAAA, R-27226).

Dos ejemplos de los primeros meses de 1938 ponen de evidente manifiesto la interdependencia de lo ocurrido en el triángulo conformado por las relaciones de la Alemania nazi, el Vaticano y la España golpista. Por un lado, alarmado por informes como los mencionados, el secretario de Estado del ministerio alemán de Ciencia, Educación y Cultura advertía en enero al ministerio de Exteriores que la "cada vez más fuerte actitud reaccionaria-monarquista-clerical" en España podía hacer que su ministro se replanteara la mayor atención concedida –precisamente a raíz de la guerra civil- a la cultura y la lengua castellanas en el sistema educativo alemán (PAAA, DB Madrid, 615). Y si lo sucedido en la zona *nacional* podía afectar a acontecimientos en Alemania, el anticlericalismo nazi afectaba también a lo que ocurría en España. Así, el Vaticano había presentado una queja porque, en el número de febrero de su revista de mandos, las Juventudes Hitlerianas habían publicado un ataque frontal a Pío XI, a quien ya en el título se le atribuía una "Infalibilidad en el odio" mientras era caricaturizado en la ilustración como un reflejo cadavérico que se miraba en un espejo (PAAA, DB Roma-Vaticano, 407). Así pues, aunque la disputa era de base y venía de lejos, en última instancia ambas coincidían en el tiempo con la constatación de la embajada alemana en la España franquista de que la "prensa de orientación eclesiástica [intenta], ahora también con sus artículos, promover el privilegio de la Iglesia en cuestiones de la formación de la juventud" (PA AA, DB Madrid, 715).

En el verano de 1937, había sido cesado el primer representante de la diplomacia alemana ante Franco, Wilhelm Faupel, señalado muy negativamente por sectores conservadores y eclesiásticos por la "sospecha de excesiva actividad nazi entre las organizaciones falangistas", de las que este embajador "se ocupaba demasiado, y en un sentido no católico, y por tanto no español" (ASV, ANM, B. 968, f. 536 y 226-237). Según Antoniutti, Franco habría argumentado que Faupel había sido destituido

precisamente por sus intromisiones pero, pese a las aseguraciones de Gomá en sentido contrario, el Vaticano seguía viendo en el dictador español y en sus autoridades "relaciones de simpatía […] con el nazismo alemán" (ASV, ANM, B. 968, f. 549). Confrontado con dichas quejas, Franco recurría a una triple táctica: alegar desconocimiento, pero prometer informarse (algo muy recurrente en él), negar el peligro o asegurar que, pasada la guerra, todo retornaría a una 'normalidad' que no podía ser otra que la católica (ASV, ANM, B. 968, f. 564-565). Además, al hablar de la estrecha relación entre la España rebelde y la Alemania nazi, estableció ante Antoniutti una sucinta distinción entre nación y sistema político, según la cual las muestras españolas de amistad iban, pues, dirigidas a Alemania y no al nazismo (ASV, ANM, B. 968, f. 234). Impertérrito ante tal argumentación, Pacelli siguió advirtiendo de "algunas doctrinas y directrices erróneas, que tal vez no será tan fácil, como cree el Generalísimo, reconducir a las tradiciones religiosas de España" (ASV, ANM, B. 968, f. 523-525). Meses antes, había transmitido a Gomá la preocupación de un Pío XI "vivamente dolorido" por la futura situación jurídica de la Iglesia en España tras la esperada victoria franquista (Andrés-Gallego; Pazos, 2003, p. 45). Ahora, a finales de aquel 1937, su encargado de Negocios en España seguía hablando de "la solícita preocupación de la Santa Sede por ciertas infiltraciones nazis en el movimiento nacional [...], si no se evitan a tiempo, podrían perjudicar gravemente la situación religiosa en España y comprometer seriamente el programa católico que dice querer establecer" (ASV, ANM, B. 968, f. 563).

En realidad, Franco no hacía sino contemporizar con todos mientras llevaba a cabo su doble juego. Por ejemplo, en mayo de 1937 se habría mostrado de acuerdo con Faupel en que el Vaticano no hacía sino entrometerse en la política interior de España y Alemania. Además, añadió, el dictador le comunicó a Faupel su advertencia a Gomá para que se abstuviera de toda mención a la *Mit brennender Sorge* o a la reacción alemana, y le informó de que, para ahorrar cualquier crítica al 'Tercer *Reich'*, había prohibido que la prensa se hiciera eco de la polémica (PAAA, DB Roma-Quirinal, 766). Y, pocos meses después de quejarse a Antoniutti de las injerencias del ya ex-embajador alemán, expresó a un alto mando de las Juventudes Hitlerianas de visita en España su "decidida esperanza de que sea posible llevar a las organizaciones juveniles de ambos países a un contacto más profundo, que facilite a su vez la consecución de un intenso intercambio cultural" hispano-alemán (PAAA, DB Lisboa, 46).

En un país en el que tanto y tan agresivamente se ostentaba la tradición católica, la mención a la encíclica *Mit brennender Sorge* tenía todavía mayor significado. En marzo

de 1937, Pío XI se había expresado –como decía el título de la encíclica– "Con profunda preocupación" ante "el penoso camino de la Iglesia y el progresivo agravamiento de la opresión de los fieles" en Alemania. Además, había conminado a sus "Venerables Hermanos" del episcopado alemán a tener "un ojo especialmente atento cuando las nociones religiosas se vacían de su contenido genuino y se aplican a significados profanos", es decir, precisamente un aspecto central de la religión política fascista ya presente en la Falange antes de 1936 (Enchiridion della Pace, 2004, p. 464-465 y 485). Para sorpresa de la Santa Sede, mes y medio después de su publicación, la prensa de la España franquista –sujeta a la censura estatal– seguía sin hacer mención alguna a la encíclica (Andrés-Gallego; Pazos, 2003, p. 309). Publicada originalmente en alemán (un hecho, por cierto, inusual en los textos papales), el Vaticano envió a Gomá un ejemplar en italiano (más fácil de traducir) para que le diera "la maggiore diffusione possibile" (Andrés-Gallego; Pazos, 2003, p. 70-71). Pero, contraviniendo las indicaciones vaticanas, el primado de la Iglesia española se contentó con dar a conocer la traducción, "por ahora", a los obispos (Andrés-Gallego; Pazos, 2003, p. 278-279 y 369-370). De cara al cardenal Secretario de Estado lo argumentó recurriendo a "las circunstancias agudas actuales" en política interior (es decir, a las tensiones tras la Unificación), a la vez que descartaba con rotundidad –y algo de enojo poco encubierto– "una posible orientación del General Franco en sentido hitleriano o fascista" (Andrés-Gallego; Pazos, 2003, v. 5, p. 496-501). Más de medio año después de la publicación de la Encíclica, "razones de orden local" seguían impidiendo en España toda alusión a cualquier documento o protesta vaticana al nazismo (ASV, ANM, B. 968, f. 559). Al contrario que las otras encíclicas de la Pascua de 1937 (*Divini Redemptoris*, sobre el comunismo, y *Firmissimam Constantiam*, sobre México), *Mit brennender Sorge* no pudo ser difundida "libremente" en la España franquista hasta el febrero siguiente, con la sorprendente paradoja de que el tipo de documento más importante del magisterio papal fue conocido antes en la España 'roja' que en la 'muy católica' zona rebelde (ASV, ANM, B. 973, f. 365-366).[6]

Las repercusiones de todo ello en las relaciones diplomáticas entre la Santa Sede y la España franquista no se hicieron esperar. A mediados de junio de 1937 la Congregación de Asuntos Eclesiásticos Extraordinarios (una instancia deliberativa en materia de política exterior que actuaba como sección política de la Secretaría de Estado vaticana) se reunió para debatir la postura oficial a adoptar en la cuestión española. Varios de sus miembros –todos ellos cardenales– recordaron la evidencia y la claridad de la actitud demostrada en los once meses de guerra (la Iglesia ya había mostrado "sus

preferencias a quien tenía ojos para ver", "la causa de Franco es la causa de la Iglesia y de las almas", el Vaticano ya había concedido a Franco "todas Sus simpatías y deferencias") y el propio Pacelli, definido como "la cabeza política decisiva en la curia romana" (Wolf, 2008, p. 146), reconocía en principio la utilidad de decantarse del lado de las potencias fascistas. Sin embargo, dado que una de ellas (en velada referencia a la Alemania nazi) "quiere exterminar la religión" y en España muchos defendían las ideas nazis e "idolatran" a Hitler, el Secretario de Estado se preguntaba también: "¿Resulta útil para la Santa Sede posicionarse en el bloque fascista […]? ¿Y la Alemania nazi, que persigue a la Iglesia?" (ASV, A.E.S., Sessioni, 1937, s.f.).

Así las cosas, durante el primer año de guerra tanto el Vaticano como la España franquista carecieron de representación *oficial* mutua. La llegada de Antoniutti no tuvo lugar hasta el verano de 1937. Pese a ello, el episcopado español siguió viendo en las actitudes falangistas un "verdadero peligro para la España de mañana"; en concreto, como reconocía Pacelli, las visitas a Alemania causaban en Pío XI un "profundo pesar" (ASV, ANM, B. 968, f. 563-569 y 570-571). El pleno reconocimiento diplomático no tendría lugar hasta junio de 1938… casi dos años después del golpe de Estado y con la guerra ya claramente favorable a los franquistas. El elegido para el cargo en Burgos, Gaetano Cicognani, no parece haberlo sido al azar: nuncio en Viena hasta la anexión de Austria en marzo de 1938, su nombramiento fue interpretado como el de un diplomático cuyo conocimiento del nazismo le permitiría neutralizar mejor su influencia en la *Nueva España* (ASV, ANM, B. 968, f. 303).

En este triángulo de relaciones, al menos un último punto merece ser mencionado: el acuerdo cultural hispano-alemán (Marquina, 1979; Marquina, 1983, p. 142-153). Alcanzado el 24 de enero de 1939, en sus líneas generales se inspiraba en el firmado apenas dos meses antes por la Alemania nazi y la Italia fascista (Günther, 2007), interpretado por la historiografía como paso previo a la firma del Pacto de Acero y la alianza del Eje (Petersen, 1988). En el caso español, la negociación se había llevado a cabo con discreción durante prácticamente todo el año anterior y su culminación no se anunció hasta después de su firma. Las cláusulas del acuerdo (colaboración de ambos sistemas educativos, intercambio de alumnos y publicaciones, prohibición de publicar textos contrarios a la 'verdad histórica' del otro país, fomento de la lengua del otro país en el respectivo sistema educativo…) comprendía unos términos semejantes a lo ya acordado a nivel político, militar y económico por ambos países desde 1936. De hecho, a finales de noviembre de 1938 el embajador alemán había reconocido su "prisa por

firmar", porque "tal y como se desarrollan ahora las cosas en España es posible que en un futuro próximo chocaríamos con mayor resistencia", en clara referencia al aumento de la influencia católica en la España franquista (PAAA, DB Madrid, 615).

Cuando se anunció el acuerdo, la reacción eclesiástica fue inmediata. Las bases de su argumentación bien podrían extraerse del esquema que el administrador apostólico de Vitoria envió a Gomá apenas una semana después de que se diera a conocer el tratado: "Alemania, país hoy anticatólico, materialista, ateo; España, país católico, espiritualista, con Estado católico.// [¿]Cabe convenio 'en el campo del espíritu y de la cultura entre ambos países'? No, por tratarse [de] Alemania, país que ha declarado la guerra al Catolicismo" (Andrés-Gallego; Pazos, 2010, p. 202). La Iglesia veía en el acuerdo un "instrumento que puede ser de descristianización" (Andrés-Gallego; Pazos, 2010, p. 231-232) y un "arma muy peligrosa, en manos de Alemania", que comportaría no sólo "gravísimos peligros para la Fe", sino también –como advirtió poco veladamente el nuncio al ministro español de Exteriores– para la "colaboración entre la Iglesia y el Estado" español (Andrés-Gallego; Pazos, 2010, p. 347-348 y 348-351). Por último, el Secretario de Estado convocó al embajador español en el Vaticano y le transmitió las palabras literales de un Pío XI "profundamente dolorido" ante un acuerdo –y he aquí el gran miedo de la Iglesia– que:

> abre de par en par las puertas de la propaganda ideológica nazi, impregnada de espíritu pagano, en una nación tan católica como es España. El Santo Padre atribuye gravedad excepcional a este Acuerdo y expresa su gran alarma y su honda amargura por lo que estima ser una humillación a la conciencia católica española (Yanguas, 29.1.1939; apud Marquina, 1983, p. 440).

Sin embargo, interpelados repetidamente, los diversos ministros españoles competentes e incluso el propio Franco afirmaban no ver motivo de alarma: se trataba, según ellos, de un acuerdo muy general con una nación más y, además, no suponía ningún peligro para España dada precisamente la gran catolicidad del país. Así, Franco aseguró por escrito al Primado que "ni en la letra ni en el espíritu [del convenio], ni menos en su ejecución, hay ni habrá nada que pueda dar fundamento a sus temores" (Andrés-Gallego; Pazos, 2010, p. 321-322). También el ministro de Exteriores, el conde de Jordana (un militar reaccionario, pero no fascista) rechazaba las quejas del nuncio por estar muy "faltas de base y justificación" e incluso mostraba el "asombro, no exento de tristeza" del gobierno franquista por tales preocupaciones (Andrés-Gallego; Pazos, 2010, p. 211-214). Por su parte, el ministro de Educación Nacional, el reaccionario Pedro Sáinz Rodríguez,

insinuaba un reproche a Gomá por su "posible exceso de celo", a la vez que le aseguraba que "no hay ningún peligro". Entre otras razones:

> en nuestro propio Estado somos muchos los que hemos hecho y haremos manifestaciones adversas a *algunos* puntos de la doctrina que impera en el Estado alemán. Por ejemplo, el racismo, pero esto puede hacerse sin desfigurar la verdad histórica, sin insultar a la nación amiga y simplemente haciendo ver que esa doctrina es incompatible con la doctrina oficial de un pueblo que se jacta de ser católico, como lo es el nuestro (Sáinz Rodríguez, 4.2.1939, apud Andrés-Gallego; Pazos, 2010, p. 219).

Resulta significativo que fueran ministros como el de Exteriores y el de Educación –reaccionarios católicos y, por ende, nada favorables a un aumento de la influencia falangista– quienes, en primer lugar, habían llevado a término la firma de dicho tratado y, posteriormente, lo defendían frente a la jerarquía católica con tanta vehemencia. Y aún más significativo resulta que el ministro español de Educación Nacional, Pedro Sainz Rodríguez ("responsable en primera línea" del acuerdo e "importante partidario de la corriente reaccionaria y partidaria del clero [que], por lo demás, es apoyado precisamente por el clero español") no sólo habría confesado, de forma "estrictamente confidencial" durante una cena en la residencia del embajador alemán, sentirse "descaradamente atacado" por parte de la Iglesia, que le hacía directa "alusión al anticlericalismo nacionalsocialista", sino que le habría pedido, "de forma constante y expresa" durante la cena, que le suministrara "material apropiado del que se extraiga que, pese a atacar las actividades *políticas* de la Iglesia, el nacionalsocialismo no es enemigo de la religión" (PA AA, DB Madrid, 615).

Así las cosas, a finales de 1938 empezó a hacer fuerte mella en la jerarquía eclesiástica el pesimismo por la orientación ideológica del futuro Estado franquista… eso sí, una vez estuvo ya claro que la derrota de la República –el principal objetivo– era sólo ya cuestión de tiempo. La Iglesia temía que Franco se hubiera decantado ya por un totalitarismo laicista, lo que no hacía sino ahondar en el recelo del arzobispo de Toledo (hecho público en su pastoral *Catolicismo y patria*, de febrero de 1939) por que, siguiendo la "tendencia de algunos Estados a absorber toda actividad social", también en la España victoriosa se acabaran imponiendo desviaciones tan 'graves' como la estatolatría y el panestatismo. Siempre en privado, Gomá reconocía que "no vamos bien, ni siquiera regularmente bien" si los "dueños del cotarro" eran "cuatro mozalbetes audaces" y de "intenciones poco claras"… en poco velada referencia a los fascistas españoles. A ojos del cardenal, sólo pensar que la reconstrucción de España pudiera llevarse a cabo "sin

apelar al signo católico" devolvía a la Iglesia nada más y nada menos que a la casilla de salida del verano de 1936 y le hacía plantearse implícitamente si la guerra civil había valido la pena. Para el primado, lo que se estaba creando al final de la guerra civil "es muy distinto de lo que nació hace dos y medio años" (citas en Andrés-Gallego, 1997, p. 182-183, y 185). Ya desde finales de 1938, la "malísima impresión, o impresiones múltiples" de Gomá eran tales que afirmó: "Esto no es aquello", es decir, que por 'esto' que ahora tenían (un *Nuevo Estado* aparentemente fascista) no se había hecho 'aquello', es decir, la guerra (Andrés-Gallego; Pazos, 2009, p. 149-150). En aquellos últimos meses de guerra civil, Gomá veía las relaciones entre la España franquista y el Vaticano como en una situación de "cerrazón completa" y llegó incluso a compararlas como "un estado de cosas que sólo conocíamos de tiempos de la 'gloriosa'", es decir, la Revolución de 1868 que había puesto fin por primera vez a la monarquía borbónica (Andrés-Gallego; Pazos, 2009, p. 513-515).

Por su parte, los diplomáticos italianos registraron igualmente "un cierto endurecimiento de la Iglesia hacia los países totalitarios" en los meses inmediatamente precedentes a la victoria franquista en la guerra. Desde su punto de vista, el –ahora acentuado– "intento de resistencia perpetrado a través de los órganos de la Iglesia, contra la Falange y el desarrollo natural que pretende imponer a la revolución", buscaban, por un lado, evitar en España "su soldadura definitiva con el Eje de los países totalitarios". Sacerdotes, requetés y monárquicos estarían atacando a Italia y Alemania 'por sustitución', ante la imposibilidad de cargar directamente contra "las "tendencias excesivamente izquierdistas" –esto es, más radicalmente fascistas– del 'Glorioso Movimiento' (Documenti Diplomatici Italiani, 2006, doc. 215). En marzo de 1939, ya en la penúltima semana de guerra, el embajador italiano informaba a Roma de la "disimulada frialdad" con que se había recibido la elección de Pío XII tanto en el Cuartel General como en los ministerios de Interior y Exteriores: el malestar era, especialmente en Falange, tal que no sólo el ministro Serrano Suñer habría reaccionado a la noticia con "una frase de decepción tan expresiva como irrepetible", sino que algunos de los elementos más jóvenes del partido hablaban, incluso, de la necesidad de formar una Iglesia Nacional española (*Documenti Diplomatici Italiani*, 2006, doc. 323).

Sin embargo, el *Nuevo Estado* franquista estaba bien lejos de cualquier anticlericalismo y las intensas presiones eclesiásticas acabarían surtiendo efecto. El mismo 13 de febrero de 1939 en que redactó su informe sobre la mencionada cena con Sáinz Rodríguez, el embajador alemán informaba de la publicación, en el Boletín Oficial

del Estado, de la derogación de los decretos republicanos en materia eclesiástica, la devolución de los bienes materiales y el establecimiento de reparaciones para la Iglesia. Stohrer veía en todo ello no sólo la "supresión de la separación entre Iglesia y Estado en España", sino un nuevo paso hacia la restauración del poder de la Iglesia (PAAA, DB Roma-Quirinal, 767). Dada su proximidad temporal con la firma del acuerdo cultural –y las protestas eclesiásticas– parece manifiesta una relación causa-efecto.

Menos de cinco meses después de la victoria franquista, el pacto Ribbentrop-Molotov de agosto de 1939 y la inmediata invasión de la muy católica Polonia –que, además, había sido de los primeros países en reconocer diplomáticamente a la España rebelde– causarían un considerable malestar en los círculos conservadores españoles. Tras diversos retrasos y aplazamientos, aquel mismo septiembre en que empezó la Segunda Guerra Mundial, el nuevo ministro español de Exteriores, el coronel Juan Beigbeder, confirmaba al embajador alemán que el acuerdo cultural entre ambos países no sería ratificado: a ojos españoles, lo alcanzado en enero no representaría ya sino un acuerdo-marco, de carácter general, cuya concreción práctica habría de ser desarrollada en ulteriores convenios específicos. Nunca lo fue.

Conclusiones

Éste era precisamente el principal problema para un entendimiento de fondo. Existía, en palabras del historiador italiano Giovanni Miccoli (2004, p. 2), una "oposición drástica e irreductible entre la Iglesia y el Estado totalitario". Ciertamente, resulta difícil aproximarse a la relación triangular entre fascismo español, nazismo e Iglesia católica sin tener lo que pasó en España tras 1939, esto es, una restauración pública de la religión por todo lo alto, que iba mucho más allá no sólo de su estatus previo en 1931 sino también del de la monarquía liberal posterior a 1875. Sin embargo, lo cierto es que, desde la perspectiva de la Iglesia, la situación al inicio del golpe de Estado en 1936 distaba de ser ideal. Para empezar, durante la primavera anterior se había constatado fehacientemente la imposibilidad de que las derechas católicas recuperaran el poder por vías democráticas; de hecho, según numerosos observadores católicos o conservadores, la única forma de tomar el poder era a través de un 'golpe de fuerza'. Pero no sólo eso: las opciones más eminentemente católicas (ya fueran la CEDA en lo político o la Acción Católica en lo social) perdían, sobre todo entre sus juventudes, apoyos a espuertas en favor de opciones

más radicales y preparadas para enfrentarse frontalmente a la democracia republicana, es decir, de carlistas y, sobre todo, de falangistas.

Llegado el momento, la sublevación militar no sólo no estaría protagonizada por 'insignes' militares católicos (de hecho, la mayoría de sus cabecillas no se distinguía por su fervor religioso), sino que –al menos durante las tres primeras semanas– tampoco se justificó públicamente en términos religiosos, con la excepción quizá de Navarra. Por último, el golpe no hizo sino aumentar la entonces ya masiva afiliación al partido fascista español, una Falange que –lejos de la imagen 'caótica' que suele trascender– sabía lo que quería (Lazo, 2008, p. 25-30) y que para conseguirlo, fiel a su ideología (fascista y secular), mostraba claros signos de querer seguir fijándose como referentes ideológicos en la Italia fascista y, con una preferencia cada vez más evidente, la Alemania nazi. Así las cosas, a partir de septiembre de 1936 empezó a cundir entre la jerarquía eclesiástica (empezando por el Vaticano) el miedo a que, pese al sacrificio realizado, el resultado de la guerra no fuera sino el establecimiento en España de un –desde su perspectiva– nuevo Estado 'laicista', pero ahora en sentido fascista, totalitario y secular. Partiendo de sus propias experiencias en los años treinta, ello siguió representando a ojos de la Iglesia católica, al menos hasta 1941/1942, una amenaza bien palpable en España.[7]

Como se ha podido comprobar en el presente texto, los fondos vaticanos permiten comprobar cómo la recepción eclesiástica del fascismo español en la década de 1930 fue paralela a su crecimiento numérico y político como partido político. En menos de cuatro años, entre 1933 y 1937, Falange pasó de la indiferencia de la jerarquía eclesiástica a la progresiva constatación de su existencia poco antes del 'golpe de fuerza' para acabar llegando, en pocos meses, primero al temor y luego a una profunda consternación ante una posible repetición en España de lo ocurrido en la Alemania nazi… una consternación que alcanzó incluso a la más alta instancia espiritual del catolicismo mundial: el Papa. En este sentido, gracias a los fondos vaticanos podemos rastrear las advertencias de diverso origen que llegaban al Vaticano, los paralelismos que se trazaban con otros movimientos totalitarios o las discusiones y –eventuales– contramedidas adoptadas por la Santa Sede. Apoyados además por documentación en este caso alemana e italiana, estos fondos permiten también reconstruir hasta cierto punto las reacciones e interacciones, las interpretaciones y percepciones de los respectivos actores.

Ahora bien, como afirmó ya Alfonso Botti (2010, p. 107), la oposición de la Iglesia católica a la influencia nazi en España durante los años treinta no debe ser entendida como un "papel antitotalitario *tout-court* del catolicismo y de la iglesia en el

contexto español". Como hemos visto, las fuentes consultadas apenas contienen referencia alguna, por ejemplo, a la influencia del fascismo italiano, por otro lado, bien presente y no menos importante en la España franquista pero que parece no haber suscitado ningún temor en la jerarquía eclesiástica (Botti, 2010, p. 125). No en vano, la Italia fascista y la Santa Sede habían alcanzado en 1929 antes una *Conciliazione*, con un acuerdo concordatario que cabe calificar de histórico y que, pese a choques y dificultades, beneficiaba demasiado a ambas partes. De hecho, como reflejan las críticas de Antoniutti a que la Iglesia fuera presentada siquiera como equidistante entre las democracias y los 'regímenes nacionales', nada en las críticas al totalitarismo nazi y la extensión de su influencia en la España franquista tenía, pues, que ver con una defensa de la democracia.

Si la Iglesia católica se movía entonces en alguna categoría dicotómica no era nazismo/fascismos o democracia. Su preocupación estaba provocada por el miedo a que, como había sucedido en Alemania y no estaba del todo claro que no acabara sucediendo también en Italia, dicha influencia recortara también en España la libertad de la propia Iglesia, no las del individuo. De hecho, los años treinta fueron también los del renacimiento del *totalitarismo cristiano* como respuesta católica a los desafíos de la modernidad. En este sentido, cabría interpretar la España de la guerra y la inmediata posguerra civil como el escenario donde la Iglesia católica aplicó las lecciones extraídas de sus experiencias con la Alemania nazi y la Italia fascista… y, ya tras la Segunda Guerra Mundial, como el país donde quizá se estuvo más cerca de la tesis católica de un Estado *perfecto*. En 1946, diez años después del golpe de Estado que acabó con la democracia republicana, un Franco aislado internacionalmente tras la derrota de los regímenes fascistas se decidió a jugar completamente la carta católica (y anticomunista) y afirmó que: "El Estado perfecto es para nosotros el Estado católico" (Sabín Rodríguez, 1997).

Referencias

ABC (Madrid), 22.3.1933, 15.9.1933, 17.10.1933, y f1.12.1934.

ÁLVAREZ BOLADO, Alfonso. *Para ganar la guerra, para ganar la paz*. Iglesia y Guerra Civil (1936-1939). Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 1995.

ANDRÉS-GALLEGO, José. *¿Fascismo o Estado católico?* Ideología, religión y censura en la España de Franco, 1937-1941. Madrid: Encuentro, 1997.

ANDRÉS-GALLEGO, José. PAZOS, Antón (eds.). *Archivo Gomá. Documentos de la Guerra Civil*. Vol. 1, julio-diciembre de 1936. Madrid: CSIC, 2001.

ANDRÉS-GALLEGO, José. PAZOS, Antón (eds.). *Archivo Gomá. Documentos de la Guerra Civil*. Vol. 5, abril-mayo de 1937. Madrid: CSIC, 2003.

ANDRÉS-GALLEGO, José. PAZOS, Antón (eds.). *Archivo Gomá. Documentos de la Guerra Civil*. Vol. 6, junio-julio de 1937. Madrid: CSIC, 2004.

ANDRÉS-GALLEGO, José. PAZOS, Antón (eds.). *Archivo Gomá. Documentos de la Guerra Civil*. Vol. 12, octubre-diciembre de 1938. Madrid: CSIC, 2009.

ANDRÉS-GALLEGO, José. PAZOS, Antón (eds.). *Archivo Gomá. Documentos de la Guerra Civil*. Vol. 13, enero-marzo de 1939. Madrid: CSIC, 2010.

ANDRÉS-GALLEGO, José. La publicación de la *Mit brennender Sorge* en España. In: *Homenaje a D. José Luis Comellas*. Sevilla, Universidad, pp. 257-272, 2000.

ARQUIVO SEGRETO VATICANO, *Arquivo della Nunziatura di Madrid*, cajas 525-527, 570-571, 572-579, 966, 968, 970, y 973.

ARQUIVO SEGRETO VATICANO, *Affari Ecclesiastici Straordinari*, Sessioni, 1937.

BOTTI, Alfonso. *Cielo y dinero.* El nacionalcatolicismo en España 1881-1975. Madrid: Alianza, 2008 [1992].

BOX, Zira., SAZ, Ismael. Spanish Fascism as a Political Religion (1931-1941). *Politics, Religion & Ideology*, v. 12, n. 4, pp. 371-389, 2011.

CASANOVA, Julian. *República y guerra civil*. Barcelona y Madrid: Crítica y Marcial Pons, 2008.

DE LA HERA MARTÍNEZ, Jesús. *La política cultural de Alemania en España en el período de entreguerras*. Madrid: CSIC, 2002.

Documenti Diplomatici Italiani. Ottava Serie: 1935-1939, Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2006, volume XI (1º Gennaio – 22 maggio 1939), doc. 215, pp. 262-263.

El Debate (Madrid), 23.10.1932.

ENCHIRIDION DELLA PACE. 1. Pio X – Giovanni XXIII. Edizione bilingue. Bologna: Dehoniane, pp. 332-362, 2004.

F.E. (Madrid), 7.12.1933, y 30.11.1934.

GENTILE, Emilio. *Il culto del littorio*. La sacralizzazione della politica nell'Italia fascista. Bari: Laterza, 1994 [1993].

GENTILE, Emilio. *Contro Cesare*. Cristianesimo e totalitarismo nell'epoca dei fascismi. Milán: Feltrinelli, 2010.

GÜNTHER, Falk-Thoralf. Das deutsch-spanische Kulturabkommen von 1939. In: *Themenportal Europäische Geschichte* (2007), 5 págs., Disponible en: http://www.europa.clio-online.de/Portals/_Europa/documents/B2007/E_Guenther_Spanien.pdf2. Acceso el 29 feb.2024.

La Vanguardia (Barcelona), 12.6.1936.

LAZO, Alfonso. El imaginario católico de un fascismo provinciano. In: E. ARIAS *et alii* (eds.). *Comunicación, Historia y Sociedad.* Homenaje a Alfonso Braojos. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2001.

LAZO, Alfonso. *Una familia mal avenida.* Falange, Iglesia y Ejército. Madrid: Síntesis, 2008.

MALGIERI, Francesco. Chiesa cattolica e regime fascista. In: A. DEL BOCA *et alii* (a cura di). *Il Regime fascista.* Storia e storiografia. Bari: Laterza, 1995.

MARQUINA, Antonio. *La diplomacia vaticana y la España de Franco (1936-1945)*. Madrid: CSIC, 1983.

MARQUINA, Antonio. La Iglesia española y los planes culturales alemanes para España. In: *Razón y Fe*, vol. 975, pp. 354-370, 1979.

MARTÍN SANTA-OLALLA, Pablo. *De la victoria al Concordato.* Las relaciones Iglesia-Estado durante el "primer franquismo" (1939-1953). Barcelona: Laertes, 2003.

MICCOLI, Giovanni. Chiesa cattolica e totalitarismi. In: V. FERRONE (a cura di). *La Chiesa cattolica e il totalitarismo*. Firenze: Leo S. Olschki, 2004.

MONTERO, Feliciano. La "nueva" Acción Católica de Ángel Herrera durante la II República. In: MONTERO, Feliciano (coord.). *La Acción Católica en la II República*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá de Henares, 2008.

MORANT I ARIÑO, Toni. Spanish Fascist Women's Transnational Relations during the Second World War: Between Ideology and Realpolitik. In *Journal of Contemporary History*, vol. 54, n. 4, p. 834-857, 2019.

PAYNE, Stanley. G. *Falange.* Historia del fascismo español. Paris: Ruedo Ibérico, 1965.

PETER, Antonio. *Das Spanienbild in den Massenmedien des Dritten Reiches 1933-1945*. Frankfurt am Main y otros: Peter Lang, 1992.

PETERSEN, Jens. Vorspiel zu "Stahlpakt" und Kriegsallianz: Das deutsch-italienische Kulturabkommen vom 23. November 1938. *Vierteljahreshefte für Zeitgeschichte*, vol. 36, n. 1, pp. 41-77, 1988.

Pio XI, *Non abbiamo bisogno*, 1931. En (URL: 29.2.2024): http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno_it.html.

POLITISCHES ARCHIV DES AUSWÄRTIGEN AMTES (Archivo Político del Ministerio de Asuntos Exteriores, Berlin). *Reichszentrale* (Servicios Centrales): cajas 27226, 71949, 102985, y 103189.

POLITISCHES ARCHIV DES AUSWÄRTIGEN AMTES (Archivo Político del Ministerio de Asuntos Exteriores, Berlin. *Reichsauslandsvertretungen* (Legaciones en el Extranjero), Lisboa: caja 46.

- Madrid: cajas 615, 682, y 715.
- Roma (Quirinal): cajas 766, y 767.
- Roma (Vaticano): caja 407.

RAGUER, Hilari. *La pólvora y el incienso.* La Iglesia y la guerra civil española. Barcelona: Península, 2008.

ROJAS QUINTANA, Alfonso. *José María Gil-Robles*. Historia de un injusto fracaso. Madrid: Síntesis, 2010.

SABÍN RODRÍGUEZ, José .M. *La dictadura franquista (1936-1939).* Textos y documentos. Madrid: Akal, 1997.

SAZ, Ismael. *España contra España*. Los nacionalismos franquistas. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SAZ, Ismael. Religión política y religión católica en el fascismo español. In: Carolyn P. Boyd (ed.), *Religión y política en la España contemporánea*. Madrid: CECP, 2007.

Y. Revista para la Mujer, n. 6-7 (julio de 1938) y n. 8 (agosto de 1938).

[1] Falange sólo obtuvo dos diputados en las elecciones republicanas de 1933, además, elegidos de forma indirecta al presentarse en listas conservadoras. En las siguientes elecciones, en febrero de 1936, el partido fascista se tuvo que presentar en solitario y alcanzó unos resultados pírricos (unos 40.000 votos, un 0'6% del total), que no le reportarían ya ningún diputado (Tusell, 1971, p. 13 y 93ss.).

[2] Básicamente porque sabía, por su experiencia con el fascismo italiano, cuál era la amenaza implícita. En 1932, apenas tres después de la firma de los Pactos de Letrán, Mussolini había afirmado en un discurso oficial, en referencia además a un tema tan sensible para la Iglesia como la educación de la juventud, que "en el Estado la Iglesia no es soberana y no es siquiera libre"; para ello ya estaba el Estado fascista que "es católico, pero es fascista, es más, es sobre todo, exclusivamente, esencialmente fascista"; citado a partir de Gentile (2010), p. 202s.

[3] De hecho, al año siguiente no tendría inconveniente en reconocer explícitamente que semejante crítica "no contradice la afirmación de que el Fascismo es en el fondo católico"; cfr. Marqués de la Eliseda, *Fascismo, Catolicismo, Monarquía*, s.l., 1935, p. 165, citado a partir de Botti (2008), p. 151.

[4] No en vano, la ambigua actitud de la CEDA respecto a los fascismos oscilaba "entre un prudente distanciamiento y una no siempre encubierta admiración", según Ramírez Jiménez (1979), p. 71.

[5] Saludada con gran entusiasmo por la prensa conservadora española, entre otros –cada uno con sus matices– por *ABC*, *El Debate* y *La Nación* (Semolinos, 1985, p. 150-159; Rodríguez Jiménez, 2000, pp. 119-121).

[6] Sobre la encíclica, véase Andrés-Gallego (2000), p. 257-272, Raguer (2001), p. 144ss., y Wolf (2008), p. 301ss.

[7] Si bien, por parte de la jerarquía católica, todos estos reparos ideológicos no parecen haber llevado a crítica alguna (y mucho menos a pedir pública u oficialmente) la retirada de la ayuda militar, política y diplomática de la Alemania nazi, imprescindible para la victoria final de los sublevados.

Artigo recebido em 01/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

A IDEIA DE TEATRO FASCISTA DE ANTÓNIO FERRO
THE IDEA OF FASCIST THEATER BY ANTÓNIO FERRO

Andrelise Gauterio Santorum[1]

Resumo: Durante a vigência do Estado Novo (1933-1974), regime ditatorial instaurado em Portugal por António de Oliveira Salazar, a arte teatral foi constantemente controlada e instrumentalizada em prol dos interesses do regime. O presente artigo, sendo um recorte de uma investigação de tese mais ampla pretende apresentar uma breve reflexão sobre a ideia de teatro promovida pelo intelectual português António Ferro (1895-1956), diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), durante o Estado Novo. Através da análise de obras oficiais, discursos e textos em periódicos procuramos demonstrar que o modelo de teatro salazarista imposto neste período foi construído ainda no início da trajetória deste intelectual, para então compreendermos qual era exatamente o tipo de estética teatral que foi instituída como útil à nação [1].
Palavras-chave: teatro fascista; teatro salazarista; teatro colonialista; António Ferro.

Abstract: During the Estado Novo (1933-1974), a dictatorial regime established in Portugal by António de Oliveira Salazar, theatrical art was constantly controlled and instrumentalized in favor of the regime's interests. This article, being an excerpt from a broader thesis investigation, intends to present a brief reflection on the idea of theater promoted by the Portuguese intellectual António Ferro (1895-1956), director of the Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), during the Estado Novo. Through the analysis of official works, speeches and texts in periodicals, we sought to demonstrate that the model of salazarist theater imposed in this period was constructed at the beginning of this intellectual's trajectory, so that we could understand what exactly was the type of theatrical aesthetic that was established as useful to the nation.
Keywords: fascist theater; salazarist theater; colonialist theater; António Ferro.

Durante a vigência do Estado Novo (1933-1974), regime ditatorial instaurado em Portugal por António de Oliveira Salazar, foi definido um modelo único de teatro a ser seguido e, a partir dele, o tipo de teatro que deveria ser proibido de chegar até os palcos portugueses e aquele que deveria ser permitido e incentivado pelo regime. Tentava-se, através de variadas formas, institucionalizar o teatro e construir um *modelo teatral salazarista*.

O presente artigo pretende refletir sobre a ideia de teatro promovida por António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)[2], durante a vigência do Estado Novo, demonstrando qual era o tipo de estética teatral que se tentou instituir para condicionar o fazer teatral português neste período e quais eram os critérios utilizados

[1] Andrelise Gauterio Santorum, Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Sua investigação que teve como resultado a tese de doutorado intitulada *Palcos do Império: Teatro Português em Angola durante o Estado Novo (1930-1950)* foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Brasil através do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC); e em Portugal, durante o doutoramento sanduíche, através do Projeto Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt). E-mail: andrelisesantorum@yahoo.com.br Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5560469903545438

pelo regime para criar o código de valores que determinava as ideias ou temas considerados saudáveis ou corruptíveis à nação. Antes disso, porém, torna-se necessária uma breve visita ao contexto português dos anos 1920, período em que ocorre a gênese da estética artística (e política) de António Ferro, quando este era um jovem intelectual que utilizava a literatura e o jornalismo para "ensaiar" o que mais tarde ele iria chamar de *Política do Espírito*.

Nos primeiros anos do século XX, em torno dos tradicionais cafés do Chiado, um circunscrito núcleo de intelectuais, composto por uma elite literária, "organizava politicamente todo o país e construía as suas percepções sobre o mundo e o tempo" (Trindade, 2008, p. 82). Através das mais variadas formas de expressão artística, apareciam cada vez mais projetos de reconstrução da nação por meio da exaltação de uma série de elementos considerados sagrados para a cultura e a tradição histórica do país, como a língua portuguesa, o folclore aldeão ou o "talento português para dar novos mundos ao mundo". Apesar de algumas evidentes divergências políticas dentre estes intelectuais, nacionalismo e colonialismo eram ideias predominantes, assim como a crença em uma superior aptidão da intelectualidade artística para forjar uma nova ideia de nação.

Em especial após a Primeira Grande Guerra, período em que o fascismo[3], enquanto solução política e enquanto estética artística, eclode na Europa, os discursos nacionalistas em torno da regeneração da nação recebem um novo tom de angústia e pessimismo, gerando uma retórica de preocupação obsessiva com a decadência da nação portuguesa. Na lógica autoritária, elitista e salvacionista já posta, tornava-se cada vez mais evidente que não só todas as instâncias da sociedade deveriam ser instrumentalizadas para tal fim, mas também que seriam os homens de letras, os intelectuais e/ou artistas, dotados de uma suposta elevação moral e espiritual, que deveriam guiar a sociedade rumo a sua evolução.

Neste contexto destacavam-se intelectuais como Agostinho de Campos, Afonso Lopes Vieira, João Ameal, Leitão de Barros e, é claro, António Ferro. Torna-se notável nas duas primeiras décadas do século XX, assim, a efervescência de uma literatura de caráter cada vez mais moralizante que elencava não só "novas" soluções para o problema da decadência, como também novos culpados da crise. Se antes eram os romances ou poemas os meios de expressão destes intelectuais, a partir de então o meio privilegiado que dará voz a personalidades como António Ferro será o jornal ampliando de forma significativa o alcance das ideias nacionalistas.

António Ferro obteve um destaque neste período ao que tange esta nova retórica essencialmente imagética e performática. Será através dele que a fusão entre literatura, política e nacionalismo chegará até as suas últimas consequências. Ocorre aqui a gênese do seu modelo de teatro salazarista e a própria visão utilitarista em relação às belas-artes em geral como forma de reconstruir Portugal.

Ainda no início do século António Ferro publica suas primeiras obras literárias como *Missal de Trovas* (1914), *As Grandes Trágicas do Silêncio* (1917) e *O Ritmo da Paisagem* (1918). Nesta tríade responsável pelo lançamento de António Ferro no mundo literário merece destaque *As Grandes Trágicas do Silêncio*, a primeira conferência sobre cinema que acontece em Portugal, em 1917. Torna-se claro já neste discurso o início do seu gosto estético, nacionalista e moralizante, assim como a sua definição sobre a arte e os artistas. Para ele, a missão dos artistas seria a de "vestir a Vida, menti-la o mais possível para melhor ser suportada" (Ferro, 1917, p. 12-13). Assim, tendo em vista que as percepções reais sobre o país geravam, nesta época, o pessimismo, a angústia e a falta de fé no futuro português, o papel da arte seria fundamental para inventar a imagem do Portugal ideal, ou seja, inventar uma realidade fictícia capaz de fornecer esperança e orgulho nacional.

No início dos anos 1920, Ferro já atuava como jornalista e crítico de teatro em diversos jornais da época como *O Jornal*, *O Século* e *Diário de Lisboa*. No artigo "O Parlamento e os Artistas", publicado no *Diário de Lisboa* em 1921, Ferro afirmará que "a política, em Portugal, tem estado sempre divorciada da Arte. Os políticos, entre nós, com raras excepções, são os maiores inimigos dos artistas" (Ferro, 1921, p. 8). Para Ferro, seria esse "o maior defeito da vida pública portuguesa. Ninguém cuida de vestir os sentimentos, de lhes dar forma, de lhes dar elegância, de os por apresentáveis..." (Ferro, 1921, p. 8). O grande problema da política era o excesso de realidade: "Ninguém tem fé, ninguém tem ilusões... Já não se tem o cuidado, já não se tem a delicadeza de nos iludir..." (Ferro, 1921, p. 8). Para Ferro, a solução era óbvia. Era preciso, em suma, fazer com que a política e a arte se tornassem uma só coisa.

Por fim, será essa uma das primeiras vezes em que Ferro profetiza a obra que mais tarde tentará realizar à frente do Secretariado de Propaganda Nacional em prol da arte nacional. Ainda nos anos 1920 são lançadas, assim, as bases da sua *Política do Espírito*.

> Os artistas novos não têm uma voz no Parlamento. Os consagrados, uma vez por outra, ainda têm quem os defenda, ainda têm quem lhes zele pelos seus interesses. Os artistas novos, nunca. E são eles que mais precisam de ser ajudados, que mais precisam de ser estimulados. Está uma obra toda por fazer nesse sentido. Assim, **urge reformar o teatro**

> **nacional; arejá-lo, varrê-lo, dar-lhe horizontes mais largos**; urge reformar a Sociedade Nacional das Belas Artes, esse 'Retiro dos Pacatos', desses pacatos pintores de portas que andam para ahi consagrados... Urge tratar a sério da questão dos pensionistas do Estado, urge, numa palavra, modernizar Portugal. (Ferro, 1921, p. 8)

Note-se que várias ideias que irão mais tarde sustentar toda a visão política e artística de António Ferro no Estado Novo nascem ainda aqui, no início da sua trajetória intelectual, incluindo a sua ideia de teatro útil à nação. Destaca-se que, para além da sua atuação no jornalismo ou da publicação de obras literárias que aos poucos e de forma concomitante construíam a imagem pública de António Ferro, é com o teatro que se dá a elevação de seu nome como principal liderança do modernismo português. Ainda em 1921, ele escreve um manifesto literário, em estilo futurista, tal como havia feito Marinetti em 1915, intitulado *Nós* (Baptista, 2013). Sendo inicialmente publicado em folheto e distribuído pelo próprio autor na porta do café A Brasileira do Chiado, ele é escrito em forma de diálogo entre dois "personagens": Eu, inquieto e incompreendido, clamando por mudança; e A Multidão, que não ouve ou não compreende. Destacam-se, nestas breves páginas de manifesto, frases como "Morram, morram vocês, ó eteceteras da Vida!... Viva eu, viva EU, viva a Hora que passa… Nós somos a Hora oficial do Universo: meio dia em ponto com o sol a prumo!", (Ferro, 1921 *apud* Baptista, 2013, p. 65) exaltando a juventude, a velocidade e a violência da hora que passa, e criticando o comodismo. Torna-se claro no diálogo a ideia de superioridade do Eu, intelectual e soberano, porta-voz de uma geração; em contraposição com a ideia da Multidão, amorfa, incapaz, necessitando do Eu para as guiar rumo à regeneração.

Em maio de 1922, Ferro, ao lado de outras figuras de renome no campo artístico-teatral viaja em turnê para o Brasil para apresentar algumas conferências literárias, divulgando as suas ideias, o seu nome, e o seu estilo performático/teatral. Dentre as conferências realizadas obtiveram destaque *A Arte de Bem Morrer* e *A Idade do Jazz-Band*, acompanhadas por recitais de poesia de Fernanda de Castro. Conforme lembra Helena Baptista, *A Idade do Jazz-Band* terminava à maneira performática, "com a irrupção no palco de uma orquestra de *Jazz* e de uma mulher a dançar. Esta tendência para a teatralidade, para a pose mundana ou para a criação de efeitos surpresa está quase sempre presente em António Ferro" (Baptista, 2013, p. 57).

Na bagagem, Ferro levaria para a sua longa estadia no Brasil também a primeira peça de teatro de sua autoria, *Mar Alto*, drama em três atos, escrita em 1921/1922 e publicada posteriormente em livro. Seria no Brasil a sua estreia não só como dramaturgo, mas também como ator de teatro. A obra teve a sua estreia sendo sucesso de público e de

crítica, e tendo como elenco Lucília Simões, Erico Braga, Georgina Cordeiro e o próprio António Ferro. Conforme demonstram as críticas da imprensa portuguesa, trazidas pelo autor junto ao livro, Ferro adquire uma nova popularidade em Portugal por conta deste acontecimento. Aproveitando-se do momento, ele "conseguiu fazer da sua viagem ao Brasil o assunto do dia no interior do Chiado. [...] Depois foi o êxito a todos os níveis. Ferro encenava um acontecimento literário e encenava-se a si próprio como personagem literária moderna" (Trindade, 2008, p. 191).

Sua primeira tentativa de construir um novo teatro em Portugal também acontece neste contexto. Em 1925, às vésperas do golpe militar que dá início à Ditadura Militar em Portugal, ele funda, em parceria com José Pacheco, o *Teatro Novo*, no *foyer* do Cinema Tivoli, em Lisboa. Apesar de ter sido uma experiência efêmera, ali são representadas peças como *Knock* ou a *Vitória da Medicina*, de Jules Romains, e *Uma Verdade para cada Um*, de Pirandello. Fazia parte do projeto representar também autores como Almada Negreiros, José Osório de Oliveira, Carlos Selvagem, além do próprio António Ferro (Quadros, 1987). O objetivo era inovar a forma de se fazer teatro em Portugal, seja no repertório apresentado, seja na forma de representação teatral dos atores. Para ele, era urgente a "creação dum teatro nacional, com características próprias" (Bettencourt, 1929, p.12). Em uma entrevista sobre a crise do teatro no país, ele dirá que, "Em Portugal, representa-se como há vinte anos. As marcações são as mesmas, se não peores" (Bettencourt, 1929, p.12). Ele critica também a falta de uma estética nova para a cena portuguesa, mais plástica, haja vista que ele considerava o "scenario também um personagem, não o principal, mas o segundo, um personagem indispensável, que está encarregado de estabelecer as relações entre as várias figuras que dentro de ele se movem" (Bettencourt, 1929, p.14). Porém, a experiência do seu Teatro Novo acaba por ser breve devido a dificuldades financeiras.

Antes da entrada nos anos 1930, assim, já estaria lançado um conjunto de ideias que, juntas, formavam um senso comum predominante na sociedade portuguesa como a construção da imagem de António Ferro como principal nome a ser escolhido enquanto guia dos portugueses e representante máximo da sua geração de intelectuais modernistas; a necessidade e a urgência em estreitar os laços entre o poder político e a arte, elevando o campo artístico como instrumento privilegiado para a regeneração da nação; e a imprescindibilidade em criar um novo modelo de teatro nacional.

Metteur-En-Scène

António Ferro demonstrava ter ligações cada vez mais íntimas com o teatro: subiu ao palco como ator; escreveu peças de teatro; lançou ideias para a renovação do teatro nacional; atuou como crítico de teatro; e utilizou aspectos da teatralidade em conferências públicas. Resta mencionar, contudo, um último fator característico desta ligação: a utilização do recurso dramatúrgico na sua ação jornalística. Nos anos 1930 ele irá alcançar o posto de jornalista internacional justamente com um novo método de conduzir entrevistas, um método fundamentalmente teatral, em que o jornalista que conduz as perguntas confunde-se com um dramaturgo ou encenador.

Suas famosas séries de entrevistas, sempre publicadas inicialmente na imprensa e depois reunidas em livro, iniciam-se ainda em 1922 com *Gabriele D'Annunzio e eu*. A tríade de obras que reúne as entrevistas realizadas por Ferro completava-se com *Viagem a Volta das Ditaduras* e *Praça da Concórdia*, publicadas respectivamente em 1927 e 1929. Era a fase de um António Ferro sedento por experimentação intelectual, período em que foi possível testar métodos e verificar a sua eficácia na prática. Além disso, sua atuação como repórter internacional possibilitava a realização de viagens em busca de novas inspirações para serem implementadas em Portugal, algo que o interessava.

Em *Viagem a Volta das Ditaduras* foram entrevistadas, sob a encomenda do *Diário de Notícias*, personalidades como Mussolini, Primo de Rivera e Mustapha Kemal. Sua viagem à volta das ditaduras se inicia ainda em 1923, em Roma, passando por Madri, pela Turquia e novamente pela Itália, antes de regressar a Portugal em 1926. Os entrevistados, conforme aponta Raquel Pereira Henriques, são "os chefes imprescindíveis ao momento do pós-guerra, os novos Césares, os Desejados, os 'grande[s] mestre[s] da política moderna'" (Henriques, 1990, p. 28). Consistia no claro elogio não só do autoritarismo, mas do próprio casamento deste com o campo artístico, tendo em vista que "escrevendo, discursando, socorrendo-se da música e da cor para ilustrar pensamentos e atitudes, eles são os 'poetas da acção', como Ferro os intitula – nome que depois da sua morte reverte ironicamente para si próprio" (Henriques, 1990, p. 28).

Neste mesmo período, entre 1924 e 1926, também ocorrem as entrevistas que posteriormente serão publicadas em *Praça da Concórdia*. Os protagonistas aqui serão personalidades ligadas às letras, moda, teatro e artes em geral; e o cenário será apenas um, Paris. Dentre os entrevistados estão nomes como Jean Cocteau e François-Marsal. Após ter visto com seus próprios olhos as cores possíveis do autoritarismo na Espanha, na Itália e na Turquia, ele buscaria em Paris o grande centro artístico da Europa, as novas fórmulas estéticas que poderiam ser exportadas para Portugal.

Tendo em vista que António Ferro costumava tomar poucas notas das respostas dos entrevistados, o protagonismo das entrevistas acaba sendo das suas próprias perguntas e da forma como descreveria a ambiência dos espaços; a aparência dos entrevistados; as expressões faciais que as suas questões arrancavam destas personalidades, mencionando quando as perguntas causavam o riso e quando causavam o desconforto. Note-se, assim, que tais entrevistas diziam respeito muito mais às perguntas de António Ferro e às suas opiniões sobre os entrevistados do que ao conteúdo em si das entrevistas.

Ao longo de 1932, ano-chave para a ascensão de Salazar e de António Ferro ao poder, o jornalista coloca em prática toda a inspiração recebida durante as suas viagens. Passa a utilizar o espaço da imprensa de forma muito mais constante para proclamar as suas próprias opiniões sobre todas as questões problemáticas que precisariam ser transformadas em Portugal enumerando uma série de caminhos que deveriam ser tomados para a regeneração da nação.

Dentre os seus artigos mais notáveis publicados no *Diário de Notícias* ao longo deste ano, torna-se relevante destacar três deles: "Vida" e "Falta um Realizador", publicados em maio; e "Política do Espírito", publicado em novembro. Em "Vida", ele se dirige aos "governantes, aos orientadores do Portugal de hoje" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 131), afirmando que "não basta olhar, numa hora de renascença, os problemas graves e profundos da nacionalidade" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 131). De acordo com Ferro, este seria o caminho para modificar a alma do povo:

> Criando, talvez, fontes de vida, criando multidões alegres, criando multidões que se reúnem para construir e não para destruir... Construamos parques, estádios, inventemos cerimónias em que o povo encontre um pretexto para vibrar, estimulemos o desporto, **protejamos o teatro**, a pintura, o livro, todos os instrumentos dessa vida saudável [...] Há uma crise na nossa produção... faltam "actualidades gráficas"! Faltam páginas de *magazine*! Façamos tudo para diminuir a crise, para criar movimento, para fabricar alegria! (Ferro, *In*: Henriques, 1990, p. 131-132)

Era a solução colocada por Ferro: estruturar a obra de renascimento da nação essencialmente através das artes. No mesmo mês ele publica outro artigo, intitulado "Falta um Realizador". Nele, fica ainda mais clara a sua visão sobre a utilidade do campo artístico para a política. Recordando as viagens que fez, ele menciona países como a França, a Alemanha, a Itália e os Estados Unidos cujos governantes procuram, "para se movimentarem, para se defenderem da vida com a própria vida, os seus realizadores, os seus animadores" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 132). Entendendo a importância fundamental da contribuição artística, eles "esforçam-se, no entanto, pela criação duma

alegria para uso próprio, mesmo que essa alegria seja artificial... Se não é possível, na nossa época, fabricar certezas, fabriquem-se ilusões!" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 132). Portugal, de acordo com Ferro, ainda estaria em atraso nestas questões e, portanto, deveria olhar com atenção para o exemplo dado por outras nações. Ele exalta os trabalhos que a todo instante estão sendo criados pelos artistas portugueses, deixando claro que o problema do país não é a falta de qualidade artística. O problema seria que estas atividades ainda seriam "possessões dispersas, cada um com a sua bandeirinha, ilhas férteis mas desertas [...]. Tudo nos seus lugares, tudo à espera de ordens, tudo à espera dum traço de união" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 132-133). Para promover esta união, esta articulação de todo o campo artístico em uma mesma direção, faltaria um realizador: "O que falta, para fazer o filme, para criar movimento, para criar alegria, alegria de viver, o tónico das raças fortes, das raças com futuro? Falta um *metteur-en-scène*, falta alguém que junte esses elementos dispersos [...]" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 133).

Todas estas questões tornam-se ainda mais evidentes em novembro de 1932 quando ele publica no mesmo jornal o artigo intitulado "Política do Espírito". É a primeira vez que ele utiliza o termo que mais tarde irá nomear a política central que ele irá realizar como diretor do SPN. Criticando uma vez mais os políticos que desprezam as belas-artes, ele afirmará que "o desenvolvimento premeditado, consciente, da arte e da literatura é tão necessário, afinal, ao progresso duma nação como o desenvolvimento das suas ciências, das suas obras públicas, da sua indústria, do seu comércio e da sua agricultura" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 136-137). Sendo um admirador confesso do fascismo italiano, ele cita novamente o exemplo dado por Mussolini que "teve a preocupação dessa utilíssima política do espírito, desde a primeira hora do seu governo" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 137), afirmando que a realização de uma política do espírito em Portugal não seria somente necessária, mas fundamental para construir uma nova imagem do país:

> A política do espírito (Paul Valéry acaba de fazer uma conferência com o mesmo título) não é apenas necessária, se bem que indispensável em tal aspecto, ao prestígio exterior da nação. Ela é também necessária ao seu prestígio interior, à sua razão de existir. Um povo que não vê, que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Dever e Haver, torna-se um povo inútil e mal-humorado. A beleza – desde a beleza moral à beleza plástica – deve constituir a aspiração suprema dos homens e das raças. A literatura e a arte são os dois grandes órgãos dessa aspiração, dois órgãos que precisam duma afinação constante, que contêm, nos seus tubos, a essência e a finalidade da Criação. (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 138).

Neste artigo ele reconhece a obra iniciada pela ditadura já imposta desde 1926, citando de forma elogiosa o Ministério da Instrução e a Junta de Educação Nacional.

Também menciona os progressos promovidos em Portugal no setor econômico, sob a liderança de Salazar, mas diz que as questões do espírito continuavam ignoradas. Era urgente a realização de uma "política do espírito, inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura, significação e eternidade" (Ferro *In*: Henriques, 1990, p. 139). O segredo para a durabilidade de um governo estaria, então, nas coisas do espírito, ou seja, na expressão artística nacional. Estariam lançadas, assim, duas questões fundamentais para compreendermos a importância de António Ferro no Estado Novo e da obra que será operacionalizada por ele em prol das artes portuguesas, estando entre elas o teatro. Mas, antes disso, seria preciso ainda convencer Salazar sobre a necessidade da sua "Política do Espírito".

Em dezembro de 1932 serão publicadas no *Diário de Notícias* as cinco célebres entrevistas que Salazar concede a António Ferro e que mais tarde serão publicadas no livro *Salazar, o Homem e sua Obra*. Na visão de muitos especialistas, elas foram cruciais para construir a imagem pública do novo chefe, que já vinha adquirindo fama pela sua obra como Ministro das Finanças.

António Ferro confessa que há muito tempo "desejava fazer todas essas perguntas ao dr. Salazar, para responder à curiosidade do País, à inquietação dos seus amigos e à minha própria inquietação" (Ferro, 1933, p. 11), mas Salazar sempre recusava o convite. Não gostava de exposições. Desta vez, o convite finalmente foi aceito. Assim, "durante cinco dias seguidos, duas a três horas cada tarde, no seu gabinete, na sua casa, no automóvel do seu ministério" (Ferro, 1933, p. 12), Ferro conversou com Salazar, buscando incessantemente desvendar o político e o homem, retirando-lhe a habitual máscara da seriedade, da frieza, descontruindo a imagem pública do reservado professor de Coimbra, do Ministro das Finanças que nunca sorri e que jamais fala sobre a sua vida pessoal. O objetivo era humanizar Salazar. Teatralmente, então, Ferro, encenador confesso, encerra a introdução do seu livro anunciando que o espetáculo iria começar: "O pano vai subir. Quando êle descer sobre o ultimo acto, voltarei ao proscênio..." (Ferro, 1933, p. 13).

Duas temáticas que surgiram durantes estas entrevistas merecem aqui ser destacadas: a *Política do Espírito* e o *Problema da Censura*. Ferro aproveita-se desta aproximação com Salazar para falar sobre o cenário cultural do país. Esta seria a guinada decisiva na carreira de Ferro para sair do terreno da expressão de ideias e entrar finalmente no terreno da ação política. Com o tipo de abordagem incisiva que é encenada nas conversas com Salazar, ele objetiva também obter o apoio do setor artístico português, gerando nele o sentimento de que finalmente havia surgido aquele realizador que faltava,

alguém que entraria na política com a intenção de lutar pela causa artística, de representar os anseios da classe e de garantir a proteção da sua liberdade de expressão. E, para que não restem dúvidas a este respeito, ele questiona Salazar sobre o problema da censura, questionando se com a nova Constituição "será permitida a propaganda livre de ideias? Não terá chegado o momento, por exemplo, de acabar com a censura?" (Ferro, 1933, p. 45). Salazar responde admitindo, inclusive, que ela seria "uma instituição defeituosa, injusta, por vezes, sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor" (Ferro, 1933, p. 46). Porém, citando como exemplo a imprensa, ele define a censura como um corretivo necessário para a nação: "Temos agora o aspecto moralizador da censura, a sua intervenção necessária nos ataques e nos desmandos de linguagem. [...] Ora [se] o jornal é o alimento espiritual do povo deve ser fiscalizado como todos os alimentos" (Ferro, 1933, p. 48).

Ferro mostra-se irredutível ao longo de toda a condução da conversa sobre este tema, questionando Salazar sobre as possibilidades de abolição da censura em Portugal ou sobre soluções alternativas que poderiam ser tomadas, como a instituição de uma Lei de Imprensa menos severa, buscando deixar clara uma imagem específica a seu respeito, em especial quando Salazar pergunta se ele estaria de acordo sobre a necessidade da censura, e ele responde: "De modo algum! É possível que a minha inteligência concorde consigo [...], mas a minha sensibilidade e a minha epiderme de jornalista hão-de sempre revoltar-se com as vergastadas da censura [...]" (Ferro, 1933, p. 51).

Note-se que o seu público-alvo, neste caso, é justamente aquele a quem a abolição da censura mais interessa, o setor intelectual e artístico. Este interesse duplo de Ferro torna-se ainda mais perceptível quando chega o momento de tocar no assunto da "Política do Espírito". Novamente utilizando uma abordagem mais direta e incisiva, ele questiona Salazar:

> Permita-me, sr. Presidente, que aborde um problema, que chega na sua altura própria e que me interessa especialmente: o problema da arte, das letras e das ciências. Não lhe parece que essa frieza do momento, que essa falta de elevação e de animação se devem atribuir, em grande parte, à ausência duma inteligente e premeditada Política do Espírito dirigida às gerações novas, que as traga à superfície, que lhes dê um papel nesta hora de insofismável renovação? **Todos os grandes chefes, grandes condutores de povos, assim o fizeram. Desde os Médicis e Mussolinis, desde Francisco I a Napoleão, as artes e as letras foram sempre consideradas como instrumentos indispensáveis à elevação dum povo e ao esplendor duma época.** É que a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada duma nacionalidade, o que se vê lá de fora... Em Portugal – triste é dizê-lo – essa Política do Espírito, que já foi seguida por alguns reis e por alguns estadistas portugueses,

> tem sido abandonada lamentavelmente pelos poderes públicos nestes últimos cinquenta anos. (Ferro, 1933, p. 86)

Ferro admite serem notáveis os avanços que têm ocorrido em Portugal em torno do equilíbrio das finanças e no setor das obras públicas, mas afirma "que nada se fez ainda pelo desenvolvimento da literatura e das artes plásticas, que sufocam, sem poder alargar os seus horizontes, no saguão do nosso meio" (Ferro, 1933, p. 87). Ele exemplifica as questões que mereceriam a atenção do governo no campo artístico dando foco para os problemas que, na opinião dele, contribuíam para o atraso do teatro português, afirmando que o "problema do Teatro Nacional, que tem merecido ao sr. ministro algum interêsse, foi atamancado mas não resolvido", pois os portugueses não teriam ainda "uma única cena de vanguarda, um teatro de arte, porque o Estado não admitiria, sequer, a ideia de lhe dar um subsídio" (Ferro, 1933, p. 51).

De acordo com a descrição dada por Ferro, após ouvir pacientemente todas as questões esboçadas por ele, Salazar responde concordando com o cenário problemático exposto pelo entrevistador e com a necessidade de encontrar soluções para o campo artístico. Contudo, Salazar faz questão de lembrar que somente agora o governo poderia dar atenção a estas questões, pois antes existiam problemas mais graves e urgentes a serem resolvidas no país: "Como queria que eu encomendasse para os palácios nacionais uma estátua ou um quadro, se nalguns chovia como na rua, quando tomei conta do Ministério das Finanças?" (Ferro, 1933, p. 88). Após serem resolvidos os problemas, por ordem de prioridade, os assuntos culturais "hão-de ser resolvidos, lentamente mas definitivamente" (Ferro, 1933, p. 89).

Ferro mostra-se como ainda insatisfeito com as respostas dadas por Salazar ao problema das artes nacionais, reforçando que a preocupação do governo não poderia ser somente com o patrimônio cultural do país. Para além disso, os políticos e governantes deveriam "pensar na arte viva que deve acompanhar a nossa evolução, que deve ser a expressão do nosso momento", afirmando ainda que haveria "duas dúzias de rapazes, cheios de talento e mocidade, que esperam, ansiosamente, para serem uteis ao seu País, que o Estado se resolva a olhar para êles" (Ferro, 1933, p. 89). O assunto se encerra quando Salazar responde: "Estamos de acôrdo. O pensamento e o espírito não devem parar. Há que estimulá-los e dar-lhes um movimento contínuo. Diga, portanto, a êsses rapazes que tenham confiança e que saibam esperar..." (Ferro, 1933, p. 89).

Um destes rapazes seria António Ferro, e ele precisaria esperar apenas mais alguns meses para ser útil ao Estado. Já o setor artístico, ao contrário do que esperava, ganharia

a proibição ainda mais severa da sua expressão artística, a não ser que aceitassem criar dentro de um modelo artístico único que seria imposto por Ferro.

As artes a serviço da nação

A mais longa ditadura da Europa do século XX oficialmente terá início em 1933, a partir do plebiscito constitucional do novo regime. Salazar publica, então, o seu "pacote da legislação social-corporativa: Estatuto do Trabalho Nacional, criação dos Grémios, Sindicatos Nacionais e Casas do Povo, criação do Subsecretariado das Corporações e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)" (Rosas, 2012, p. 32-33). A lógica do corporativismo seria invisibilizar o conflito de classes no país determinando que todos estariam integrados em uma perspectiva de todo orgânico e, além disso, facilitar o controle e a vigilância da sociedade. Para o Estado Novo, a questão mais urgente a ser resolvida seria "a integração da Nação autêntica, os 'agrupamentos espontâneos dos homens à volta dos seus interesses ou actividades', no Estado. Esse era o grande desígnio, o Estado social e corporativo, organizador e representante da nação orgânica" (Rosas, 2012, p. 39). Através da proibição de partidos ou de sindicatos e do estabelecimento de corporações estatais, seria alcançada a pretendida integração da sociedade em uma harmonia social, em prol da nação e a partir da tríade *Deus*, *Pátria* e *Família*.

Já com a promulgação da Constituição foram estabelecidas as *Comissões de Censura*, destinadas ao controle da imprensa especialmente através da censura prévia. Conforme aponta Ana Cabrera, o artigo 3º definia que: "A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum" (Decreto-Lei nº 22.460, artigo 3º *apud* Cabrera, 2013, p. 22). Temia-se a propagação de ideias subversivas em Portugal, em especial as ideias comunistas.

Note-se, assim, que tanto a imagem de um povo português ingênuo e incapaz da sua própria defesa quanto a ideia de uma ameaça onipresente interessada na corrupção da sociedade e na consequente decadência moral da nação tornavam legítimo o recurso da violência. A partir de então, e durante toda a vigência do Estado Novo, o regime utilizaria a retórica de proteção da sociedade para justificar não só as proibições da censura a todas as formas de expressão, mas também para justificar outras ações como as prisões e perseguições orquestradas pela polícia política. Conforme aponta Fernando Rosas, esta seria a *violência punitiva*. Contudo, na lógica do regime, ela agiria somente quando

estritamente necessário, tendo em vista que, para Salazar, "deve o Estado ser tão forte que não precise ser violento" (Salazar *apud* Rosas, 2012, p. 39).

Mais importante do que a repressão direta, seria a *violência preventiva*[4], ou seja, a vigilância constante da sociedade em todos os espaços onde a socialização de indivíduos acontecia: no trabalho, no lar, no desporto, na escola, e até mesmo nos momentos de lazer e de entretenimento como as idas ao teatro ou ao cinema. A instituição de um clima de medo coletivo tornaria a repressão direta desnecessária quando "os sistemas de organização do 'consenso', de inculcação da aceitação" (Rosas, 2012, p. 16-17) deixassem claro, diante da sociedade, o código moral de valores entendidos como saudáveis ou subversivos para a nação. Estas duas facetas da violência agiam, assim, de forma complementar uma à outra, sendo a violência preventiva "a forma mais constante, mais omnipresente, mas mais 'silenciosa' ou 'invisível', da violência" (Rosas, 2020, p. 49).

O conceito-chave para o regime era o de *lusitanidade exemplar* (Lourenço, 1978, p. 33). A partir dele seriam fabricadas uma série de construções imagéticas que tentavam redefinir o que seria Portugal: país exemplo das nações, oásis de paz e de harmonia diante de uma Europa em conflito, refúgio espiritual diante de um mundo já corrompido moralmente; o farol da Europa rumo à modernidade e à civilização, devido ao seu talento colonizador para dar novos mundos ao mundo, como representante máximo dos valores europeus; Portugal não como um país pequeno mas como um grande Império, cuja ação civilizadora seria caracterizada pela solidariedade cristã e não por interesses materiais.

A faceta tradicionalista do salazarismo advinha de uma nova versão da história oficial do país, que exaltava o período dos descobrimentos como prova da superioridade portuguesa, e a faceta ruralista consistia no lugar português escolhido como espaço de excelência onde a alma nacional ainda sobreviveria intacta, o campo, onde vivia a personificação da lusitanidade exemplar: o homem simples, aldeão, sem interesses políticos, sem ambições materiais, interessado em servir a sua pátria através do trabalho, feliz na sua pobreza honrada, disposto a sofrer com resignação pelo bem da nação, orgulhoso da sua própria história, disseminador das tradições mais antigas da sua aldeia, temente a Deus e submisso à ordem estabelecida. Ao seu lado, obviamente, estaria a mulher cumprindo o seu desígnio sagrado como esposa e mãe, cuidando dos filhos e do marido, e protegendo a pureza moral da família.

Para a lógica do Estado Novo, a solução para regenerar a nação era reaportuguesar a sociedade a partir da ideia de lusitanidade exemplar, que pretendia em suma, forjar um novo homem português, inspirado nesta mencionada imagética do homem/mulher do

campo. Este projeto de reaportuguesamento de Portugal pretendia, assim, promover "o reencontro da nação consigo mesma, o retorno às origens, a convocação da tradição como valor central para a acção (política)" (Melo, 2001, p. 45). Promover este reencontro, fabricar esta nova pátria, então, seria a missão de António Ferro através do SPN.

António Ferro será o intelectual escolhido por Salazar para encenar a imagem da nação e do império como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Ele irá condensar os objetivos do Estado Novo no novo órgão de propaganda do regime, criado ainda em 1933 com o objetivo de "integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação" (Decreto-Lei n° 23.054, 1933, parágrafo único),[5] coordenando a propaganda interna e externa do Estado Novo, realizando a difusão das ações realizadas pela Presidência do Conselho e por todos os demais Ministérios, no país e no estrangeiro.

Na sua seção interna, deveria regular as relações entre a imprensa e o Estado; fomentar o surgimento de publicações periódicas destinadas à propaganda do regime; organizar manifestações e festas públicas de caráter educativo ou de propaganda; combater a penetração no país de ideias subversivas que prejudiquem o interesse nacional e a moral vigente; estimular a solução "de todos os problemas referentes à vida do espírito, colaborando com os artistas e escritores portugueses e podendo estabelecer prémios que se destinem ao desenvolvimento de uma arte e de uma literatura acentuadamente nacionais"; e, ainda, "utilizar a rádio-difusão, o cinema e o teatro como meios indispensáveis à sua acção". (Decreto-Lei n° 23.054, 1933, alíneas a, b, c, d, e, f, g e h). Note-se a visão utilitarista do regime em relação às belas-artes portuguesas, noção que definiria a relação estabelecida entre o regime e o campo artístico durante toda a sua vigência.

Ao que compete a seção externa seria responsabilidade do SPN: a colaboração com a imprensa estrangeira, divulgando informações sobre a ação do Estado Novo; promover conferências e exposições internacionais; "elucidar a opinião internacional sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do nosso Império Ultramarino"; e "promover a expansão, nos grandes centros, de todas as manifestações da arte e da literatura nacionais" (Decreto-Lei n° 23.054, 1933, artigo 5º, alíneas a, b e c).

Seja no âmbito interno ou externo, o novo órgão teria a responsabilidade de promover uma nova imagem sobre Portugal, instrumentalizando a imprensa e as belas-artes em prol dos interesses do regime, na divulgação da nação e do Império. Além de elaborar representações identitárias do regime, de Salazar, de Portugal ou dos portugueses; a propaganda do SPN agiria em estreita colaboração com a censura na já mencionada delimitação de um código moral de certo e errado.

As duas principais propagandas do SPN serão a "Política do Espírito" e a "Propaganda Colonial", que agirão em colaboração mútua e constante em prol dos objetivos do Secretariado. Ambas utilizarão a imprensa, a literatura e as belas-artes como veículos de expressão. A "Política do Espírito" visava de um lado proteger as coisas do espírito e de outro instrumentalizá-las, tornando realidade a tão desejada união entre política e arte que António Ferro dizia ainda nos anos 1920 ser necessária para a regeneração da nação. Através dela, o SPN pretendia "fazer reviver as nossas tradições populares, o nosso folclore, como fonte de soberania espiritual e fonte inspiradora dos nossos artistas, que podem ser modernos sem deixar de ser portugueses" (Ferro, 1948, s.p). As facetas ruralista, tradicionalista e colonialista do nacionalismo defendido pelo Estado Novo seriam a partir desta Política transformados em estética, tendo como base um forte conservadorismo católico personificados em torno da ideia do que seria moralmente saudável para a nação.

Desta forma, Ferro deixava claro que a sua Política do Espírito seria "aquela que procura proteger todos os criadores da Beleza não só estimulando-os a produzir obras de arte como preparando-lhes aquela atmosfera moral em que o Espírito seja Espírito" (Ferro, 1950, p. 20) afirmando, em nome do regime, que "o que defendemos – e defenderemos sempre – é uma vida saudável e uma arte saudável!" (Ferro, 1950, p. 36). E para Ferro arte saudável era sinônimo de arte nacionalista.

Para convencer a intelectualidade artística a colaborar com a Política do Espírito, ele relembrará os artistas que a política jamais havia se interessado por eles, e que agora o SPN estava oferecendo inclusive a possibilidade de contratações diretas, oferecendo emprego em troca das criações artísticas que exaltassem a pátria. Em suas palavras: "no escritor ou no artista interessa-me, acima de tudo, a sua obra. Se esta fôr nacional, se tiver raízes nacionais, apesar das ideias avançadas do seu autor, não tenho escrúpulos em me servir dela, em utilizá-la" (Ferro, 1943, p. 19). Neste contexto, serão promovidas ações como prêmios literários; exposições artísticas; espetáculos de teatro, música ou bailado; missões culturais; serões para os trabalhadores; além da criação de atividades itinerantes como as bibliotecas e o cinema ambulantes. Para tanto foram convocados a participar artistas dos mais variadores setores: música, teatro, dança, escultura, pintura, artes decorativas e artes gráficas.

No âmbito da *Propaganda Colonial*, cujo foco primordial era o de realizar a defesa do Império, foram organizadas feiras, congressos, exposições coloniais, espetáculos teatrais e cruzeiros de férias às colónias. Além disso, obteve destaque o surgimento de uma série de jornais e revistas voltados especificamente para difundir a

ação realizada pelo regime nas colônias, construindo uma imagem positiva e fictícia da presença portuguesa em África. A ideia era a de "formar uma 'consciência colonial', despertar o interesse pela colonização" (Matos, 2006, p. 70). É neste contexto, "mais do que em qualquer outro período anterior, que os homens de letras, arte e pensamento são chamados a se pronunciarem sobre a obra portuguesa de colonização" (Thomaz, 1996, p. 88). Para tanto, era necessário convocar a intelectualidade, fazê-la assumir um compromisso cívico com o projeto colonial, pois apenas ele restituiria a grandeza nacional. Assim, o renascimento do Império, a recuperação da glória vivida no período das grandes navegações, "teria que dar-se em todos os sentidos, no domínio, ocupação e exploração efetivos dos territórios africanos e orientais, mas, e sobretudo, na capacidade de produzir um determinado tipo de saber sobre as colônias alicerçado em sólidas instituições" (Thomaz, 1996, p. 89).

O Estado Novo e o Teatro Português

O teatro receberia uma atenção bastante particular do regime, que explica-se por uma série de fatores: a íntima ligação de António Ferro com o teatro desde a sua juventude e a sua ânsia de criar um teatro novo em Portugal; a natureza intrínseca da arte teatral, caracterizada pela reunião de indivíduos em um mesmo espaço e pela sua potência em gerar emoções no público, questões que por si só já eram vistas como potencialmente ameaçadores para o regime; além da própria popularidade, em especial do teatro de revista neste período. Para além disso, a histórica fama subversiva do teatro de revista e a sua estrutura dinâmica que se diferenciava do cinema pela sua efemeridade e possibilidade de improvisação dos atores alertavam o regime sobre a importância de estabelecer uma vigilância constante do teatro português.

Fazia parte do teatro oficial do regime a companhia teatral dirigida por Amélia Rey-Colaço e Robles Monteiro, a quem era concedida a exclusiva exploração do Teatro Nacional Dona Maria II desde 1929, cujas constantes renovações contratuais promoveriam a manutenção desta concessão até 1964. Durante os anos em que esteve à frente deste teatro, seria bastante comum a encomenda de trabalhos teatrais para os eventos oficiais do regime. As constantes renovações da tão desejada concessão do Teatro Nacional Dona Maria II obviamente teriam um preço, a sujeição à vontade do regime, colocando o seu potencial artístico a serviço dos interesses do Estado Novo. Exemplo disso foi a participação desta companhia em eventos como a 1° Exposição Colonial do

Porto ou a Exposição do Mundo Português, que deixa clara a utilização do teatro no âmbito da Propaganda Colonial.

Na *I Exposição Colonial Portuguesa*, por exemplo, que ocorreu em 1934 sob a direção de Henrique Galvão e com a colaboração de intelectuais como António Ferro, foi promovido o "Teatro da Exposição Colonial" que oferecia espetáculos teatrais dentro da programação da Exposição, no Teatro Gil Vicente do Porto, durante os três meses em que o evento acontecia. Neste contexto a Cia. Rey Colaço-Robles Monteiro apresentou, sob a encomenda do regime, peças de temática nacionalista e colonialista como *Viagem Maravilhosa*, de autoria de Gustavo Matos Sequeira, Pereira Coelho e Hugo Rocha; e *Nobre Povo*, de João Bastos. Em *Viagem Maravilhosa*, atuaram grandes nomes do teatro português deste período como Estevão Amarante, Maria Lalande, Raul de Carvalho e João Villaret, e contava também com a participação de nativos das colônias que atuavam como coro cênico ou interpretavam personagens cômicos, que eram representados como infantis e ingênuos. O espetáculo era um claro elogio ao colonialismo português, fazendo referência à época dos descobrimentos, e enaltecendo os grandes navegadores como Vasco da Gama. Os personagens negros participavam com seus batuques e cantos guerreiros demostrando a grandeza e a diversidade do Império nos dias de então, e a estética exótica da África. O objetivo do regime era reforçar a imagem de Portugal como uma grande nação una e indivisível, em que os habitantes, no Minho ou em São Tomé, seriam todos portugueses e conviveriam em ordem e harmonia.

Henrique Galvão já havia feito um apelo afirmando que "precisava do apoio dos artistas portugueses, a quem pediu que não se esquecessem de incluir as colónias na sua arte" (Menau, 2004, p. 44). Criticando o fato de a arte portuguesa não ser suficientemente nacionalista, com a exceção de um ou outro artista, ele pede que os artistas coloquem o seu espírito criador a serviço da nação e do império, pois, para ele, era impossível compreender "uma arte portuguesa sem inspiração ultramarina, sem a intervenção das colónias" (Galvão, 1940 *apud* Menau, 2004, p. 44). O modelo de teatro salazarista que estamos aqui esboçando tem como pano de fundo este contexto.

A ideia de um teatro saudável e útil para a nação foi imposto através de três vias principais durante a vigência do regime: (1) a censura; (2) o *Teatro do Povo*; e (3) o subsídio financeiro, total ou parcial, de companhias teatrais independentes interessadas em representar seus espetáculos em Portugal ou em digressões para o Brasil e para as colônias portuguesas localizadas em África.

Nos primeiros anos do Estado Novo o controle do teatro era feito apenas através da censura prévia ao texto teatral, que determinava se o texto estaria aprovado, reprovado

ou aprovado com cortes e sugestões de adaptações. Considerando-se a lógica da violência preventiva do regime, bem como o seu interesse em instrumentalizar o teatro, o parecer "aprovado com cortes" era significativamente mais comum do que a proibição dos espetáculos[6]. A censura prévia assumia, assim, "antes do mais um papel de orientação e de direção; o corte funcionava como punição, mas também como indicação" (Dos Santos, 2004, p. 57), na medida em que todas estas indicações tinham como base o modelo teatral imposto como saudável. Porém, não demoraria muito para que os censores percebessem que só a censura prévia não seria o suficiente para o controle do teatro português.

A classe teatral portuguesa tentava burlar a censura imposta através das mais variadas formas. No âmbito do teatro de revista[7], por exemplo, era comum o uso de metáforas através das quais os escritores construíam uma espécie de código de linguagem para que o texto fosse compreendido pelo público, mas não pelos censores. Por outro lado, a criatividade dos atores e atrizes assumia um papel protagonista no teatro de revista, tendo em vista que era característico a este gênero teatral o uso da improvisação cênica. A essência cômica do espetáculo muitas vezes não estava contida no texto em si, mas na forma em que ele era interpretado pelo artista através da sua expressão corporal, facial e vocal, ou seja, por meio de variações no tom de voz, de gestos, de formas de caminhar e de agir, ou de trejeitos feitos com a boca e com os olhos, que muitas vezes davam um outro tom ao que estava sendo dito em cena. Sendo caracterizado também por cenários e figurinos extravagantes, o teatro de revista utilizará muitas vezes o apelo visual para transmitir mensagens que estavam para além do texto ou da forma de interpretação dos artistas.

Seja no caso dos dramaturgos, dos artistas, dos cenógrafos ou dos figurinistas, o fato é que todos empenhavam-se para burlar a censura. E na medida que estas tentativas, às vezes eficazes, iam acontecendo, o regime ia sentindo a necessidade de adaptar a legislação censória vigente, estabelecendo critérios mais rígidos e orientações mais detalhadas aos censores. Ocorrem alterações na própria escolha dos censores que inicialmente faziam parte do meio militar e depois passam a ser substituídos por críticos de teatro e dramaturgos, com um conhecimento mais técnico sobre o teatro. Outro exemplo disso é a criação, em 1945, das Comissões de Censura ao Cinema e Teatro, determinando que, a partir de então, a censura ao teatro não agiria mais apenas sobre o texto, mas também sobre o ensaio geral e sobre a própria representação do espetáculo.

Após a aprovação prévia do texto, a companhia teatral precisaria agendar o chamado *ensaio da censura* que "supervisionava se a criatividade dos encenadores e atores não tinham dado outros sentidos ao texto, como forma de contornar as proibições

da censura" (Cabrera, 2013, p. 31), determinando que "o texto aprovado pela Comissão de Censura será rigorosamente observado durante a representação. As infrações podem levar à suspensão temporária ou definitiva do espectáculo" (Cabrera, 2013, p. 32-33). O ensaio era apresentado exclusivamente para a equipe de censores, que deveriam ser os mesmos que realizaram a censura prévia do texto, e precisaria acontecer com todos os elementos que iriam ser utilizados no dia da estreia, como cenários, figurinos, adereços e demais elementos de cena, para que a estética visual do espetáculo também pudesse ser verificada. Após a censura ao texto e ao ensaio geral, a apresentação do espetáculo também seria vigiada como uma última etapa para garantir se todas as orientações da censura estavam sendo cumpridas e se os artistas iriam controlar as suas ânsias de improviso diante do público. Assim, é possível perceber que a censura ao teatro foi sendo adaptada ao longo da vigência do regime. Os cortes e as adaptações orquestrados por ela tentavam modular o teatro nacional à estética considerada saudável pelo regime, sendo este o motivo de ela ser considerada a primeira via no projeto de construção de um teatro salazarista.

No objetivo de deixar ainda mais claro o modelo teatral desejado pelo regime, será criado em 1936 o *Teatro do Povo*: uma companhia de teatro oficialmente salazarista, fundada por António Ferro através do SPN. Após a tentativa frustrada de implantar um Teatro Novo em Portugal nos anos 1920, agora, como diretor do Secretariado, Ferro decidiria colocar em prática as suas ideias para a construção de um teatro nacional à imagem e semelhança da visão utilitarista que defendia em relação às artes. A ideia era clara: promover um modelo exemplar de teatro para ser seguido por todas as demais companhias portuguesas. Para ele, o propósito do teatro em relação ao povo deveria ser o de "divertir, sem dúvida, mas educando-o, civilizando-o sem ele dar por isso, isto é, dirigindo-se ao que nele há de melhor, à sua ânsia de elevação, a essa fome de poesia e de beleza que existe em todos os seres humanos [...]" (Ferro, 1950. p. 25-26).

O Teatro do Povo consistia em uma companhia teatral itinerante que promoveria espetáculos gratuitos no país, tendo como público-alvo a população rural das aldeias que geralmente não tinha acesso à programação teatral oferecida em Lisboa e no Porto.[8] Através de três caminhões eram transportados uma estrutura de palco desmontável, "uma plateia com 300 lugares, sistema de som e de iluminação próprio, camarins e cenários. A equipa era constituída não só por actores, como também por pessoal técnico (pessoal de cena, motoristas, auxiliares etc.)" (Patrão, 2012, p. 61-62). As digressões duravam cerca de três meses e faziam duas apresentações por região, em espetáculos em praça pública.

No espetáculo de inauguração do Teatro do Povo, no Jardim da Estrela, em Lisboa, foram representadas as peças *Cavalgada nas Nuvens*, de Carlos Selvagem; *Os três desenhos*, de Armando Pinto Vieira; e *Um pedido de Casamento*, de Tchekov. Nacionalismo e Colonialismo, os pontos mais sagrados do modelo teatral salazarista, aparecem já na estreia do Teatro do Povo que, portanto, servia não só à Política do Espírito como também à Propaganda Colonial do Estado Novo. Contrariando a ideia de teatro simples para um povo simples difundida por Ferro, o repertório de peças escolhidas para o Teatro do Povo durante o ano de 1936 caracteriza-se pela significativa presença de clássicos da dramaturgia nacional e internacional que fazem parte de um teatro mais erudito marcado por uma linguagem arcaica. A partir da segunda fase do Teatro do Povo, que se inicia em 1937 e perdura até meados de 1940, o teatro erudito sairá de cena dando lugar a um teatro mais popular, com peças inéditas escolhidas a partir de um *Concurso de Peças para o Teatro do Povo*, promovido por António Ferro no objetivo de "criar a nova dramaturgia popular e estabelecer um fundo coeso de peças para o teatro ambulante" (Melo, 2001, p. 243). As peças escolhidas no concurso trarão uma linguagem mais simples e consistirão em "pequenas histórias, narradas em um ou três actos com um máximo de sete personagens e, preferivelmente, inseridas no contexto da realidade do seu público ideal, a aldeia" (Paulo, 1994, p. 130-131). Estarão presentes nesta segunda fase de forma ainda mais notável não só o nacionalismo e o colonialismo, mas também o ruralismo defendido pelo regime. Alteridades como campo *versus* cidade, tradição *versus* progresso e materialismo *versus* espiritualismo também ganharão espaço neste novo contexto, assim como os códigos de certo e errado, as temáticas ligadas ao conservadorismo moralista e católico; e as imagens de lusitanidade exemplar personificadas nos personagens que estarão em cena e nos seus comportamentos, que exemplificavam as virtudes esperadas pelo regime do novo homem/mulher portugueses.

Era um teatro que visava provocar a submissão em torno do consenso daqueles que seriam os valores mais sagrados do Estado Novo. O modelo teatral de António Ferro tinha como base a ideia de que o teatro "não precisa da política para nada [...] porque a política é sempre a realidade e o teatro ligeiro, cuja matéria-prima é fantasia, deve ser o sonho, a irrealidade que nos liberte do quotidiano, dos nossos azedumes e rancores, das nossas divergências" (Ferro, 1950, p. 27-28). Tornava-se clara, assim, a noção de que "o teatro, sobretudo se for bem orientado, deve ser antes considerado uma escola, uma escola livremente frequentada, mas óptima para a formação do gosto, da sensibilidade, do próprio carácter, até das boas maneiras" (Ferro, 1950, p. 95).

Em *Apontamentos para uma Exposição*, Ferro mencionará várias ações promovidas pelo Secretariado ao longo dos Catorze anos de existência da Política do Espírito, exaltando o Teatro do Povo de forma orgulhosa, como mais feliz resultado da obra de regeneração da nação. De acordo com ele, entre 1936 e 1947, o Teatro do Povo: "realizou 799 espectáculos, visitou 389 povoações a que assistiram 2.088.100 espectadores" (Ferro, 1948, s.p.). Em 1955 seria feito um novo balanço do Teatro do Povo com os seguintes dados: "divulgação de 64 peças [...], visita a 550 localidades, 1134 espectáculos (quase sempre compostos por mais de uma peça) para um cômputo global de cerca de 3 milhões de espectadores" (Melo, 2001, p. 246-247). Oficialmente o Teatro do Povo será extinto em 1955, sendo substituído pelo Teatro Nacional Popular, companhia itinerante de Francisco Ribeiro.

Através dos critérios utilizados pela censura e pelo Teatro do Povo, instituía-se o modelo teatral salazarista: "um modelo nacionalista-ruralista-tradicionalista de cultura popular" (Melo, 2001, p.375), caracterizado também pela manutenção do colonialismo no imaginário coletivo no objetivo de "legitimar politicamente o regime e de estabelecer um consenso social em torno de um conjunto de valores, imagens e práticas culturais" (Melo, 2001, p.375).

A terceira via deste processo que tentava controlar e instrumentalizar o teatro português a partir de uma visão única de estética teatral salazarista consiste na concessão de subsídios financeiros para companhias teatrais independentes interessadas em receber o fomento do regime para as suas criações. Por meio de formas de patrocínio, diretos ou indiretos, operacionaliza-se o que alguns autores chamam de *censura econômica* (Rebello, 1977), que colaborava com a *censura ideológica* na medida em que só seria concedido o apoio financeiro às companhias que aceitassem enquadrar o seu teatro dentro do modelo desejado pelo Estado Novo. Justificados por um suposto interesse em proteger o teatro e colaborar com a grave crise em que o teatro português estava inserido no período, com um significativo número de artistas desempregados, António Ferro colaborava com a censura direta e com o Teatro do Povo através de subsídios que, quando concedidos, na verdade tentavam transformar o teatro em arma de propaganda doutrinária do regime.

Neste contexto, uma das primeiras ações promovidas pelo SPN foi a organização de concursos literários que concederiam prêmios em dinheiro aos artistas das mais variadas áreas. Os *Prémios Literários* são criados em 1934, com o objetivo de premiar "as obras consideradas as melhores no género da História (Prémio 'Alexandre Herculano'); Ensaio ('Ramalho Ortigão'); Poesia ('Antero de Quental'); Romance ('Eça

de Queiroz'); Doutrina ou Polémica ('António Ennes')" (Paulo, 1994, p. 83). Posteriormente, serão criados o *Prémio Gil Vicente*, para a melhor obra dramática do ano. Na ocasião da primeira festa de distribuição dos prêmios literários, António Ferro profere um discurso que deixará claro o modelo de arte que seria bem-vindo nos concursos promovidos pelo SPN ao mencionar que, como escritor, ele até poderia "admirar certas obras literárias inconformistas, que consideramos dissolventes e perigosas quanto mais fortes. Como dirigente dum organismo que se enquadra dentro do Estado Novo, não podemos aceitar nem premiar essas obras" (Ferro, 1950, p. 30). Assim, ele falava das intenções *amplamente construtivas* dos prêmios do Secretariado e alertava àqueles interessados em concorrer:

> As intenções *amplamente construtivas* dos nossos prémios são, portanto, facilmente compreensíveis. Para não serem classificadas como um problema de quebra-cabeças, bastará lembrarem-se os concorrentes de que o S.P.N. é um órgão da Presidência do Conselho e que o Presidente do Conselho é Salazar. Quem ler, atentamente, os seus discursos e os princípios morais que neles se contêm, compreenderá logo, *sem quebrar a cabeça*, o que nós entendemos por intenções amplamente construtivas. Quem não concordar com tais princípios – e com toda a acção que deles deriva no seu aspecto moral e racional – só tem um caminho a seguir: não concorrer aos nossos prémios. (Ferro, 1950, p. 30)

A ideia que se queria tornar hegemônica era: por que criar fora deste modelo, se ele contribuirá para o bem da nação e do império? O índice de desemprego em meio ao setor artístico neste período era expressivo e, portanto, desconsiderar os prêmios e demais subsídios promovidos pelo Secretariado era tido como incompreensível pelo regime. Em relação ao *Prémio Gil Vicente*, dentre os dramaturgos vencedores estão nomes como Vasco Mendonça Alves, Alfredo Cortês, Carlos Selvagem, Virgínia Victorino e Eduardo Schwalbach (Neto, 2001, p. 124-125), cujas peças falavam a mesma linguagem da estética promovida pelo regime, trazendo valores nacionalistas e colonialistas; temáticas ligadas ao moralismo conservador e cristão, tão caras ao Estado Novo; e questões que exaltavam a paisagem rural e aldeã.

Em outro discurso proferido em 1949, desta vez no âmbito da festa de distribuição dos *Prémios de Teatro e Cinema*[9], Ferro admite uma "tendência para o exagero do intervencionismo do Estado em certas actividades puramente privadas", reconhecendo que, em relação ao teatro, "demasiadas peias se opõem, por exemplo, ao aparecimento espontâneo de novos artistas" (Ferro, 1950, p. 94), afirmando que a falta de liberdade e o excesso de dirigismo do Estado poderiam estar prejudicando a evolução do teatro português. Todavia, ele assume o papel de artista que já foi um dia censurado para

relembrar a todos que "a limitação da Censura da qual se fala como dum espectro, como dum fantasma criado pelo Estado Novo" (Ferro, 1950, p. 94) já existia em Portugal muito antes da instauração da Ditadura. Relembrando de forma nostálgica a sua ligação com o teatro, ele diz: "Não me esqueci, porém, do meu combate nem traí o meu amor pelo teatro quando fui investido em funções em que poderia ser útil, dentro do meu campo de acção, a uma arte que tanto amei na minha juventude" (Ferro, 1950, p. 94), colocando como prova deste amor o Teatro do Povo, iniciativa de que tanto se orgulhava.

Após ter admitido, então, o excesso de dirigismo da intervenção do Estado no meio teatral, Ferro propõe um *dirigismo equilibrado* que para ele seria indispensável para a proteção do teatro nacional e para a resolução da crise vivida pelo meio, "dirigismo exigido, aliás, estranho, mas compreensível paradoxo dentro duma época paradoxal, por aqueles que o criticam, mas pedem ao Estado auxílios de toda a ordem: subsídios, empréstimos, teatros, controle sobre empresas, etc." (Ferro, 1950, p. 96). Para Ferro, era chegada a hora de os artistas teatrais decidirem de forma coerente se afinal querem ou não querem a intervenção do regime no teatro português: "dirigismo ou não dirigismo? Quer o teatro que o deixem entregue aos seus próprios recursos? Quer que o ajudem? Mas, neste caso, terá de sujeitar-se, é lógico, às responsabilidades e aos deveremos inerentes a essa ajuda" (Ferro, 1950, p. 96). Para aqueles que decidissem aceitar os subsídios do Estado o recado era claro. A única condição era que estes aceitassem enquadrar a sua arte dentro do modelo teatral tido como saudável pelo regime.

A crise que abalava o teatro português ainda poderia ser solucionada através do seu mais novo projeto, o *Fundo do Teatro*, uma proposta do SNI, construída por uma equipe presidida por Ferro e composta pelo presidente da União de Grémios dos Espectáculos, pelo presidente do Sindicato dos Profissionais do Teatro e pelo Inspector-Geral dos Espectáculos. O projeto de criação do Fundo do Teatro decretava que fosse criado um fundo especificamente voltado para a "concessão de subsídios às empresas cujo plano de exploração se coadune com a finalidade de estimular o gosto pelo bom teatro, favorecendo a sua penetração no público" (Ferro, 1950, p. 137), pois o governo reconhecia que "o teatro, quando exerce verdadeiramente a sua missão de cultura, não deve desaparecer nem definhar numa sociedade civilizada" (Ferro, 1950, p. 137). O objetivo seria "assegurar proteção ao teatro, com o fim de estimular a sua acção na cultura geral e elevar o seu nível artístico" (Ferro, 1950, p. 137), concedendo, então, subsídios a "empresas singulares e colectivas que explorem espectáculos do teatro declamado e, excepcionalmente, comédia musicada e opereta" (Ferro, 1950, p. 138).

Em relação às orientações para as companhias teatrais interessadas em concorrerem aos subsídios do Fundo, decretava-se que fossem apresentados, no ato da sua inscrição, documentos como o repertório e plano geral de espetáculos da época; uma declaração afirmando que a companhia se comprometia em representar originais portugueses durante a temporada que seria subsidiada; a relação do elenco artístico da Companhia, incluindo os nomes do diretor e ensaiador responsáveis pela encenação dos espetáculos; além de um certificado comprovando que a Companhia não teria quaisquer pendências a serem regularizadas junto à Inspecção dos Espectáculos (Ferro, 1950, p. 139). Para as companhias itinerantes, exigia-se ainda que fossem anexados junto ao restante da documentação informações como o "itinerário previsto; a relação do elenco e folha de despesa mensal da companhia, descriminada quanto aos vencimentos dos artistas" (Moura, 2007, p. 72). Após a concessão, seria competência do SNI "fiscalizar as explorações subsidiadas, a fim de garantir o escrupuloso cumprimento das obrigações assumidas perante o Conselho Teatral" (Ferro, 1950, p. 140).

Os critérios que orientavam o Conselho para a escolha das Companhias que receberiam os subsídios obviamente tinham como base o modelo de teatro instituído pelo regime. Seriam cuidadosamente avaliadas questões como "qualidade literária, valor moral, social e pertinência. Quando o conteúdo dos textos entrava em desacordo com os requisitos dessa comissão informal, as peças eram retiradas da programação, podendo ser apresentadas alternativas pelo próprio Conselho" (Moura, 2007, p. 77).

A partir de 1955, ano de início do funcionamento efetivo do Fundo, foram concedidos subsídios[10] para várias personalidades de renome na cena teatral portuguesa do período. O número significativo de apoios concedidos bem como a quantidade expressiva de artistas que concorreram ao Fundo demonstram que a autocensura, último objetivo de Salazar e de Ferro na sua preferência pela violência preventiva, teria sido finalmente atingida.

A partir de 1955, a modalidade destinada a subsidiar o teatro itinerante destinaria 10% da sua verba para digressões para Angola e Moçambique, sendo 6% para as itinerâncias ao Brasil, 5% para as turnês com destino às ilhas adjacentes; e 1% para as digressões pela Europa, ficando o restante da verba para as digressões no interior do próprio Portugal continental (Moura, 2007, p. 62). Apesar da notável preferência do Fundo para o teatro regular fixo[11], é válido ressaltar que foram subsidiadas, ao todo, sete digressões com destino a Angola, entre os anos de 1955 e 1972 (Santorum, 2023). Estes apoios que subsidiaram, de forma direta ou indireta, algumas companhias teatrais portuguesas interessadas em apresentar seus espetáculos nos palcos ultramarinos

demonstram o interesse do Estado em exportar o seu modelo de teatro salazarista para além da metrópole, visando instrumentalizar o teatro para dialogar com o público cada vez mais amplo de colonos portugueses que viviam nas colônias portuguesas localizadas em África, especialmente em Angola e em Moçambique.

Considerações Finais

A ideia de teatro saudável e útil à nação que será defendida por António Ferro através do SPN/SNI, está longe de ser uma criação original do salazarismo. O modelo de teatro instituído nada mais era do que o modelo de teatro nacionalista, colonialista e moralista já existente em Portugal. A partir de 1932, então, o Estado Novo apenas administrou um imaginário já colocado, operacionalizando a sua divulgação constante e onipresente para que fosse possível construir um consenso em torno do próprio consenso.

O modelo de teatro salazarista consistia, assim, em um compilado de concepções já em voga na intelectualidade portuguesa, adaptadas por António Ferro a partir das inspirações, políticas e estéticas, vivenciadas por ele no início da sua trajetória intelectual. Questões como o nacionalismo, o ruralismo, o tradicionalismo, o moralismo católico e o colonialismo foram, assim, cristalizadas por Ferro na sua "ideia de teatro fascista", e impostas a classe artística-teatral portuguesa como critérios obrigatórios para o fazer teatral.

Durante a vigência do Estado Novo o teatro português dialogou continuamente com o regime. Este diálogo, longe de ser estático, foi sofrendo mudanças na sua forma de operar na medida em que o contexto político em Portugal se alterava. A cada momento de crise interna ou externa vivido pelo regime, mudavam os interesses políticos do poder e, a partir deles, mudavam também os critérios até então utilizados para definir o que seria considerado um teatro saudável ou corruptível à nação. Como vimos, as mudanças neste diálogo também se explicam pelas adaptações que foram sendo feitas na legislação censória ao teatro na medida em que os dramaturgos e artistas iam utilizando a sua criatividade para encontrar meios de burlar a censura vigente. Apesar destas variadas adaptações, as temáticas em cena no teatro português que faziam alusão direta ou indireta ao colonialismo, ao nacionalismo, ao tradicionalismo e ao ruralismo foram mantidas na essência do modelo de teatro salazarista como ideias perenes, destacando-se a estreita correlação existente entre nacionalismo e colonialismo. Para o regime, não bastava que as artes portuguesas fossem nacionalistas, ruralistas e tradicionalistas. Para serem nacionalistas, obrigatoriamente elas precisariam ser colonialistas e imperialistas.

Seja na metrópole, seja além-mar, o fato é que o Estado Novo promoveu uma vigilância constante do teatro português, utilizando vias como a censura, o Teatro do Povo e a concessão de subsídios financeiro para controlar e instrumentalizar o teatro de acordo com seus interesses, buscando a todo momento impor um modelo único de teatro em Portugal, uma estética que reuniria em si as facetas mais essenciais do salazarismo.

Referências

Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo (1933-1949), Lisboa: BNL, 1988.

Decreto-Lei n° 23.054, que institui a criação do Secretariado de Propaganda Nacional.

Diário do Governo, I Série, nº 218, 25 de setembro de 1933.

Diário do Govêrno nº 116/1936, Série I de 1936-05-19, Decreto-Lei 26.611.

ACCIAIUOLI, Margarida. *António Ferro:* a vertigem da palavra. Retórica, Política e Propaganda no Estado Novo. Lisboa: Bizâncio, 2013.

BAPTISTA, Helena Márcia de Aço. *António Ferro Vanguardista:* "Nós", a experiência do teatro-manifesto. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

BETTENCOURT, Rebelo de. O depoimento de António Ferro. *A Função Social do Teatro*. Açores: Diário dos Açores, 1929.

CABRERA, Ana. Censura e Estratégias Censurantes na Sociedade Contemporânea *In:* CABRERA, Ana (org.). *Censura nunca mais!:* a censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo. Lisboa: Alêtheia Editores, 2013.

DOS SANTOS, Graça. *O espectáculo desvirtuado*: o teatro português sob o reinado de Salazar (1933-1968). Lisboa: Caminho, 2004.

FERRO, António. *As Grandes Trágicas do Silêncio*. Lisboa: Monteiro & Companhia, 1917.

FERRO, António. *O Ritmo da Paisagem*. Lisboa: Oficina Abel de Oliveira, 1918.

FERRO, António. O Parlamento e os Artistas. *Diário de Lisboa*, 7 de julho de 1921.

FERRO, António. *Mar Alto*. Lisboa: Portugália Editora, 1924.

FERRO, António. *Praça da Concórdia*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1929.

FERRO, António. Vida. Diário de Notícias, 7 de maio de 1932. *In:* HENRIQUES, Raquel Pereira. *António Ferro:* estudo e antologia. Lisboa: Alfa, 1990.

FERRO, António. Falta um Realizador. Diário de Notícias, 14 de maio de 1932. *In*: HENRIQUES, Raquel Pereira. *António Ferro:* estudo e antologia. Lisboa: Alfa, 1990.

FERRO, António. Política do Espírito. Diário de Notícias, 21 de novembro de 1932. *In:* HENRIQUES, Raquel Pereira. *António Ferro:* estudo e antologia. Lisboa: Alfa, 1990.

FERRO, António. *Salazar, o Homem e sua Obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

FERRO, António. Apontamentos para uma exposição. *Catorze anos de Política do Espírito*. Lisboa: SNI, 1948.

FERRO, António. *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa: SNI, 1950.

FERRO, António. *Dez anos de Política do Espírito (1933-1945)*. Lisboa: SPN, 1943.

FERRO, António. *Teatro e Cinema*. Lisboa: SNI, 1950.

GRIFFIN, Roger. *Fascism.* Oxford: Oxford University Press, 1995;

GRIFFIN, Roger. *International Fascism. Theories, Causes, and New Consensus.* Londres: Arnold, 1998;

GRIFFIN, Roger.. *Modernismo y fascismo: la sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler.* Madrid: Ediciones Akal, 2010.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia. *El nacimiento de la ideologia fascista*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1994.

HENRIQUES, Raquel Pereira. *António Ferro:* estudo e antologia. Lisboa: Alfa, 1990.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade:* psicanálise mítica do destino português. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Cores do Império.* Representações Raciais no Império Colonial Português. Lisboa: ICS, 2006.

MELO, Daniel. *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

MENAU, João. *A África no Teatro em Portugal:* Reflexos do colonialismo na dramaturgia dos anos 30. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos de Teatro) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.

MOURA, Nuno Costa. *Indispensável Dirigismo Equilibrado.* O Fundo de Teatro entre 1950 e 1974. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2007.

NETO, Sergio. Para o estudo da 'Estética Oficial' do Estado Novo, Os prémios de teatro 'Gil Vicente' do SPN/SNI (1935-1949). Coimbra: *Estudos do Século XX*, nº 1, 2001, p. 117-155.

PAULO, Heloísa. *Estado Novo e a Propaganda em Portugal e no Brasil:* o SPN/SNI e o DIP. Coimbra: Minerva, 1994,

PATRÃO, Ana Sofia Soares Caldeira. *Francisco Ribeiro:* determinação e circunstância: cenas de um percurso de teatro, 1936-1960. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa: Lisboa, 2012.

QUADROS, António. Bibliografia Cronológica de António Ferro. *Obras de António Ferro*. Intervenção Modernista. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

REBELLO, Luiz Francisco. *Combate por um Teatro de Combate*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

REBELLO, Luiz Francisco. *História do Teatro de Revista em Portugal*. Volume 1. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1984.

REBELLO, Luiz Francisco. História do Teatro de Revista em Portugal. Volume 2. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1985.

REBELLO, Luiz Francisco. *História do teatro português*. Publicações Europa-América, 1988.

ROSAS, Fernando. Os quatro regimes. *In:* ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco et. al. *O Século XX Português.* Portugal: Tinta da China, 2020.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder:* a arte de saber durar. Lisboa: Tinta da China, 2012.

SALAZAR, António de Oliveira. Discurso pronunciado na primeira festa da distribuição dos Prémios Literários do SPN em 21 de fevereiro de 1935. *In*: FERRO, António. *Prémios Literários* (1934-1947). Lisboa: SNI, 1950.

SALAZAR, António de Oliveira. Discurso pronunciado em 26 de outubro de 1933. *In:* FERRO, António. *Catorze anos de Política do Espírito*. Lisboa: SNI, 1948.

SANTORUM, Andrelise Gauterio. "Palcos do Império: Teatro Português em Angola durante o Estado Novo (1930-1950)". 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10848

TORGAL, Luís Reis. O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar. António Ferro e a Semana de Arte Moderna de São Paulo. *Estudos em homenagem a Luís Antonio de Olivera Ramos,* Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 1085-1102, 2004.

TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos. Estado Novo.* Ensaios de História Política e Cultural. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TRINDADE, Luís. Dar espetáculo: a cultura em Portugal no século XX. *In:* ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco *et al*. *O Século XX Português.* Portugal: Tinta da China, 2020.

TRINDADE, Luís. *O estranho caso do nacionalismo Português.* O salazarismo entre a literatura e a política. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Do Saber Colonial ao Luso-tropicalismo: 'Raça' e 'Nação' nas Primeiras Décadas do Salazarismo. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R.V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

[1]As informações mencionadas ao longo deste texto consistem em evidências encontradas pela autora ao longo de um amplo trabalho de investigação realizado a partir da leitura de fontes como textos teatrais, obras oficiais, discursos, periódicos, livros de memórias, fotografias, cartazes e programas teatrais. Estes documentos encontram-se salvaguardados em arquivos como o Museu Nacional do Teatro e da Dança, a Biblioteca Nacional de Portugal, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Ultramarino, todos situados em Lisboa, Portugal. Este artigo, portanto, consiste em uma breve reflexão retirada da tese de doutorado da autora, cuja referência é: SANTORUM, Andrelise Gauterio. "Palcos do Império: Teatro Português em Angola durante o Estado Novo (1930-1950)". 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10848

[2] O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), órgão de propaganda do Estado Novo, foi criado ainda em 1933, junto à Presidência do Conselho. Em 1944, ele sofre uma reestruturação transformando-se em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). (Paulo, 1994, p. 80).

[3] Nos referimos aqui ao fascismo não apenas como modelo de regime, mas antes enquanto um "fenômeno político" e um "fenômeno cultural" que marcou significativamente o século XX influenciando política e esteticamente os regimes de caráter conservador e autoritário que eclodiram durante os anos 1920 e 1930 na Europa, sendo o Estado Novo português um destes exemplos. Sobre este conceito ver: GRIFFIN, Roger. *Fascism.* Oxford: Oxford University Press, 1995; GRIFFIN, Roger. *International Fascism. Theories, Causes, and New Consensus.* Londres: Arnold, 1998; GRIFFIN, Roger. *Modernismo y fascismo: la sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler*. Madrid: Ediciones Akal, 2010; STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia. *El nacimiento de la ideologia fascista.* Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1994.

[4] Os conceitos de Violência Punitiva e Violência Preventiva são definições de Fernando Rosas. Ver: ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder:* a arte de saber durar. Lisboa: Tinta da China, 2012; ROSAS, Fernando. Os quatro regimes. *In:* ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco et al. *O Século XX Português*. Portugal: Tinta da China, 2020.

[5] Decreto-Lei n° 23.054, que institui a criação do Secretariado de Propaganda Nacional. *Diário do Governo*, I Série, nº 218, 25 de setembro de 1933, parágrafo único.

[6] De acordo com Ana Cabrera, segundo os números que aparecem nas Atas de Comissão de Censura entre 1950-1960, o número de peças proibidas é significativamente menor do que aquele que indica as peças aprovadas, com ou sem cortes. Em 1950, por exemplo, das 59 peças submetidas a censura, apenas 5 foram proibidas. Em 1951, 16 peças foram proibidas de um total de 166 e, em 1952, 5 foram proibidas, dentre 83 peças. Este padrão se mantém o mesmo até 1959. Em termos percentuais, o único ano que registrou mais de 10% de peças proibidas foi o ano de 1955, em que 25 peças foram proibidas de um total de 148 (16,8%). CABRERA, Ana. Censura e Estratégias Censurantes na Sociedade Contemporânea. *In:* CABRERA, Ana (org.). *Censura nunca mais!:* a censura ao teatro e ao cinema no Estado Novo. Lisboa: Alêtheia Editores, 2013, p. 36.

[7] O teatro de revista substituía aos poucos os dramas históricos e regionais ou as comédias de costumes mais tradicionais nos palcos portugueses. Inspirado nas revistas francesas, este gênero era caracterizado pela sátira social e pela união do teatro, da dança e da música em um mesmo espetáculo. Eram chamados inicialmente de Revistas do Ano e depois apenas de Revistas, "porque passavam em revista, com intenção crítica, os acontecimentos mais salientes da vida nacional ocorridos durante o ano" (Rebello, 1988, p. 91), de uma forma cômica e através de vários quadros independentes entre si, utilizando a figura do *Compére*, personagem protagonista que conduzia o espetáculo, como único elemento de permanência que apresentava os quadros e guiava a passagem de um quadro ou número para outro.

[8] Sobre as localidades visitadas pelo Teatro do Povo ver: DOS SANTOS, Graça. *O espectáculo desvirtuado*: o teatro português sob o reinado de Salazar (1933-1968). Lisboa: Caminho, 2004; e PATRÃO, Ana Sofia Soares Caldeira. *Francisco Ribeiro:* determinação e circunstância: cenas de um percurso de teatro, 1936-1960. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa: Lisboa, 2012.

[9] Discurso pronunciado no Teatro da Trindade, na festa de distribuição de Prémios de Teatro e Cinema de 1947 e 1948, em 21 de novembro de 1949. *In*: FERRO, António. *Teatro e Cinema*. Lisboa: SNI, 1950, p. 94.

[10] Inicialmente estes auxílios financeiros eram fornecidos de forma esporádica por instituições como o Ministério de Obras Públicas, através do Comissariado do Desemprego, e a Agência-Geral das Colónias (AGC). Várias companhias teatrais portuguesas interessadas em realizar temporadas na metrópole, nas ilhas adjacentes ou nas colônias localizadas na África, e que não tinham recursos para tirar seus projetos do papel, procuravam estes órgãos em busca de apoio. A partir de 1955 estes auxílios continuam sendo concedidos de forma concomitante com os subsídios distribuídos pelo Fundo do Teatro. Entre os anos 1953 e 1954, por exemplo, pelo menos três companhias teatrais receberam empréstimos do Comissariado do Desemprego para arcar com as expressivas despesas que envolviam a sua deslocação para África, sendo elas as Companhias: Alma Flora; João Villaret; e Berta de Bívar-Alves da Cunha. Contudo, é importante destacar que apesar de existirem estes órgãos oficiais que visavam subsidiar companhias ou artistas portugueses interessados em promover turnês para as colônias em África, na prática a maioria das digressões promovidas entre os anos 1930 e 1950 ocorreram sem nenhum apoio oficial, sendo iniciativas das próprias companhias portuguesas ou mesmo dos colonos que administravam as casas de espetáculo das colônias. Assim, seja pelo financiamento, seja pela permissão destas itinerâncias, o fato é que o Estado estava sempre presente condicionando o que poderia ou não subir aos palcos portuguesas, fossem eles metropolitanos ou ultramarinos. Sobre este tema, ver: SANTORUM, Andrelise Gauterio. "Palcos do Império: Teatro Português em Angola durante o Estado Novo (1930-1950)". 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10848

[11] Nuno Moura apresenta alguns gráficos que demonstram a distribuição das verbas em porcentagem para cada modalidade de apoio contemplada pelo Fundo. De acordo com estes dados, entre 1955 e 1973, 53,3% da verba teriam sido destinadas ao teatro declamado, sobrando apenas 12,7% para o teatro experimental e 12,3% para o teatro itinerante. Note-se, desta forma, que 65,8% da verba eram destinados para o teatro regular fixo, ou seja, o teatro declamado ou comédia musicada e opereta que acontecia na metrópole. Francisco Ribeiro, que também era empresário teatral e havia sido diretor do Teatro do Povo, acumulou a maior fatia dos subsídios do Fundo do Teatro durante estas duas décadas, ficando Vasco Morgado em segundo lugar e Giuseppe Bastos em terceiro, na lista de empresários ou companhias que foram mais beneficiadas pelo Fundo. Destaca-se que estes eram os três maiores nomes do teatro português do período, juntando-se à lista outros nomes como Couto Viana e Amélia Rey Colaço. (Moura, 2007, p. 91)

Artigo recebido em 27/02/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

EDUCAÇÃO FEMININA: O Projeto Político do Estado Novo Português pelas Lentes das Revistas *Modas e Bordados* e *Eva* (1930-1945)

FEMALE EDUCATION: The Political Project of the New State in Portugal through the Lens of *Modas e Bordados* and *Eva* magazines (1930-1945)

Elisa FAUTH[1]
Vitória Almeida MACHADO[2]

Resumo: O presente artigo analisa como o projeto educativo do regime salazarista foi apresentado e representado nas revistas - *Modas e Bordados* - *Vida Feminina* e *Eva* - *Jornal da Mulher e do Lar* - que focavam no público feminino e amplia o debate sobre os espaços destinados às mulheres e suas funções sociais a partir da cultura política autoritária que Portugal vivia. A análise das fontes considera o período imediatamente anterior à instauração do Estado Novo - desde o começo da década de 1930 - e até ao final da Segunda Guerra Mundial por considerar este o momento em que as bases do regime foram moldadas. Adicionalmente, proporciona uma compreensão abrangente das experiências femininas, suas resistências ou adesões às ideologias impostas, e a complexidade das relações de gênero sob o jugo autoritário.
Palavras-chave: História das mulheres; Salazarismo; Educação feminina; Estado Novo; Imprensa.

Abstract: This article examines how the educational project of the Salazar regime was presented and represented in the magazines Modas e Bordados - Vida Feminina and Eva - Jornal da Mulher e do Lar, which targeted a female audience. It expands the debate on spaces designated for women and their social functions within the authoritarian political culture of Portugal. The analysis of sources considers the period immediately before the establishment of the Estado Novo (New State) in the early 1930s to the end of World War II, as this is considered the moment when the foundations of the regime were shaped. Additionally, it provides a comprehensive understanding of women's experiences, their resistance or adherence to imposed ideologies, and the complexity of gender relations under authoritarian rule.
Keywords: Women's history, Salazarism; Female education; Estado Novo (New State); Press.

Introdução

A história das mulheres sob regimes autoritários, como o Estado Novo de Salazar em Portugal, oferece um campo rico para análises que exploram não apenas as dinâmicas

1 Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: mudança e continuidade num mundo global (PIUDHist), Centro de História da Universidade de Lisboa; bolsista financiada pela Fundação de Ciência e Tecnologia – Portugal - DOI 10.54499/UI/BD/152084/2021; elisa_fauth@hotmail.com; http://lattes.cnpq.br/3243024883174676; ORCID iD - 0000-0002-9783-7100.

[2] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com bolsa CAPES. Graduada em História pela Faculdade Porto-Alegrense. Estudante pesquisadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) "Direitas, História e Memória" (UFJF/UFF). Investigadora Associada da Rede "Direitas, História e Memória". Possui experiência nas áreas de História Contemporânea e História do Brasil República, dedicando-se principalmente a estudos sobre fascismo, autoritarismo, corporativismo, história das mulheres e imprensa. As pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas à História da América Latina e Europa, a partir de um viés transnacional e comparado, notadamente sobre a atuação de mulheres fascistas na década de 1930. Email para contato: vitoriamachado.historia@gmail.com; http://lattes.cnpq.br/0187932744160635; ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-9210-1970.

de gênero, mas também os mecanismos de controle e manipulação ideológica estabelecidos pelos regimes políticos. Neste estudo, direcionou-se o olhar para a interseção entre história das mulheres e autoritarismo, focalizando especificamente como o Estado Novo português empregou a educação como ferramenta essencial para moldar e restringir os espaços sociais das mulheres. Investigou-se como o regime salazarista concebeu e implementou políticas educacionais destinadas a consolidar uma visão patriarcal da sociedade, onde as mulheres eram relegadas a papéis tradicionais de mães e educadoras, utilizando principalmente a história das mulheres, história política e história da educação. Analisou-se, portanto, não apenas o conteúdo dos programas educacionais promovidos pelo Estado Novo, mas também o impacto dessas políticas na vida cotidiana das mulheres portuguesas, examinando como tais estratégias contribuíram para a perpetuação do autoritarismo e para a reificação das normas de gênero impostas pelo regime. Este estudo propõe-se, assim, a lançar luz sobre os mecanismos de controle social empregados pelo Estado Novo por meio da educação, e a compreender de que forma tais estratégias influenciaram a construção e manutenção dos espaços sociais das mulheres sob um governo autoritário.

Buscou-se examinar de que maneiras o Estado Novo português influenciou, impôs condicionamentos, promoveu modificações e estabeleceu normas que afetaram direta e indiretamente as funções sociais que permeavam o cotidiano das mulheres, especialmente no âmbito educacional. Para isso, optou-se por utilizar como fontes históricas duas revistas portuguesas do período: *Modas e Bordados - vida feminina* e a revista *Eva - Jornal da Mulher e do Lar.*

A partir da análise das reportagens publicadas buscou-se identificar de que maneira temas relacionados à educação foram apresentados na imprensa feminina, quais foram os papeis atribuídos às mulheres em relação ao ensino, qual era a importância da educação para meninas e as relações entre ensino e o desenvolvimento do país. Com isso, o presente artigo propõe analisar como o projeto educativo do regime salazarista foi apresentado e representado nas revistas que focavam no público feminino e compreender melhor qual(is) espaços destinados às mulheres e suas funções sociais a partir da cultura política autoritária que Portugal vivia. A análise das fontes considera o período imediatamente anterior à instauração do Estado Novo - desde o começo a década de 1930 - e até ao final da Segunda Guerra Mundial por considerar este o momento em que as bases do regime foram moldadas. Conforme aponta o historiador Fernando Rosas (1992) é no início da década em que as bases políticas e ideológicas da Ditadura Nacional são

lançadas para a formalização do regime como, por exemplo, a fundação da União Nacional.

Os usos da imprensa feminina

Entre as investigações no campo dos estudos de gênero, a imprensa se revela como uma fonte substancial para a compreensão dos estereótipos e discursos entranhados na sociedade no período. Ademais, as interações sociais, culturais e econômicas, implicitamente presentes, proporcionam uma compreensão mais aprofundada do período em análise e da representação das mulheres ao longo do tempo e em distintos contextos nacionais.

Ao delinear o escopo da imprensa feminina[1], voltada especificamente para o público feminino, é crucial evitar a armadilha de associá-la unicamente a questões culturais, corroborando com o imaginário vigente (particularmente proeminente no período abordado, mas ainda perceptível na contemporaneidade), que sugere o interesse exclusivo das mulheres por temáticas domésticas, moda e culinária.

> A imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado: o sexo de seu público faz parte de sua natureza (...) A começar do nome, a maioria das publicações, programa de rádio e TV femininos indicam claramente para quem se dirigem (Buitoni, 1990, p. 7).

Contudo, a relação entre imprensa e mulher transcende essas superficiais representações, englobando questões mais abrangentes, como os papeis sociais das mulheres, sua participação na esfera política, no mercado de trabalho, na educação, entre outras dimensões. Conforme aponta a historiadora Swain (2001), a presença ou ausência de determinados assuntos nessas publicações está diretamente vinculada ao que o mercado editorial considerava que poderia ser de interesse do público leitor. Portanto, a análise aprofundada da imprensa feminina permite identificar a presença de uma agenda política nesses impressos, que muitas vezes estavam vinculados aos grandes jornais.

A intencionalidade dessas edições pode ser verificada através da seleção dos assuntos abordados, bem como na edição das matérias. A opção pela análise da imprensa feminina proporciona ainda um espaço de inserção na pesquisa histórica para aceder a realidade da vida de mulheres provenientes de diversas classes sociais uma vez que apresentavam reportagens sobre a vida feminina e as percepções de mulheres de diversos lugares do mundo. Tanto as revistas Modas e Bordados quanto a Eva buscavam atingir um público vasto e diversificado de mulheres.

No tocante à abordagem da imprensa como fonte histórica, Tânia de Luca sustenta que, a partir da década de 1970 no Brasil, já se observavam pesquisas que empregavam jornais como uma valiosa fonte documental. A autora ressalta a existência de uma correlação intrínseca entre as temáticas historiográficas e a preferência por fontes impressas, argumentando que estas últimas registram meticulosamente "cada lance dos embates na arena do poder" (De Luca, 2005, p.128.)

Por sua vez, Capelato percebe a imprensa como uma fonte rica para a análise de discursos, destacando sua capacidade de captar as ideias preponderantes na época de sua circulação. A autora enfatiza o papel proeminente dos jornais na documentação e dissecação das correntes ideológicas, proporcionando uma leitura crítica das narrativas que permeiam o panorama sociopolítico.

> Confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos [...]. Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas. (Capelato, 1988, p. 34)

Seguindo a perspectiva teórica delineada por Rosanvallon (1995), a imprensa é considerada uma fonte fundamental para a pesquisa histórica, com o propósito de analisar os discursos dirigidos às mulheres. Nesse contexto, a proposta é desenvolver uma "história conceitual do político", que, em sua abordagem abrangente, busca transcender a fronteira que tradicionalmente separa a história política da filosofia política. A compreensão do passado e a indagação do presente convergem em uma empreitada intelectual unificada (Rosanvallon, 1995)

Muitos periódicos, desde o século XIX, passaram a integrar em seu corpo um espaço destinado às mulheres, porém esses espaços eram, majoritariamente, dominados por assuntos limitados. Importante ressaltar que o alto índice de analfabetismo em Portugal[2], a concentração da população na zona rural e a desigualdade social, fizeram com que o número de mulheres leitoras fosse menor que o número masculino. Entretanto, suplementos de revistas acabaram ganhando espaço no mercado, como foi o caso da revista Modas e Bordados - Vida Feminina (1912-1977). Originalmente um suplemento do jornal O Século (1881-1977), a revista tinha como propósito inaugural fornecer orientações às mulheres e jovens sobre moda, culinária, beleza e etiqueta. Entretanto, é com a entrada da jornalista Maria Lamas, em 1930, que o suplemento começa a ganhar cada vez mais leitoras até que, em 1938, se torna uma revista independente. A revista Modas e Bordados, durante os mais de sessenta anos que esteve presente no cotidiano das

mulheres portuguesas, se tornou uma das revistas mais lidas no país e, portanto, fonte importante para melhor compreensão da educação feminina imposta pelo regime salazarista.

A revista Eva (1925-1989), por sua vez, teve sua origem vinculada ao jornal Diário de Notícias (1864-presente), sob a direção editorial de Abel Coutinho e sob a direção geral de Helena de Aragão. É relevante observar que Helena de Aragão desempenhou o papel de diretora na revista Modas e Bordados em um período anterior. A transição de Helena de Aragão de diretora da Modas e Bordados para a posição equivalente na revista Eva evidencia uma continuidade de sua influência no cenário editorial, sublinhando conexões intertextuais e trajetórias profissionais dentro do contexto das publicações. No entanto, a editora não ficou muito tempo na direção da revista, que passou a ter maior popularidade sob o comando de Carolina Homem Christo em 1932[3].

A revista foi então expandida e passou a apresentar um maior número de páginas, assim como uma variedade cada vez maior de assuntos, como trabalho feminino, literatura, educação, saúde, maternidade e grandes feitos de mulheres ao redor do mundo. Apesar da censura que viria a ser instaurada com a implementação do Estado Novo[4], muitos dos assuntos que se tornariam "tabus" para a ditadura seriam mantidos nas revistas, mas apresentados de maneiras diferentes.

Políticas educacionais durante o Estado Novo

O regime implementado por António de Oliveira Salazar, um dos regimes autoritários[5] mais longos da história (1933-1974), teve como objetivo e característica a tentativa de estruturação da sociedade nas mais diversas esferas da vida dos portugueses e portuguesas, utilizando-se de diversas ferramentas.

A ascensão de Salazar ao poder não foi um acontecimento inesperado. A condição financeira de Portugal encontrava-se em um estado severamente crítico. Durante a década de 1920, a economia do país enfrentou dificuldades sucessivas, resultando em uma crise acentuada (Rosas, 1998).

Para o autor Rosas:

> Os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, da valorização do escudo, em 1924, e da Grande Depressão de 1929 tinham afetado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas. Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes setores das classes médias, o velho Estado republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelos "bonzos" do PRP, tornara-se sinônimo de "demagogia" e "desordem", isto é, da instabilidade política

> e social, de “escândalos”, de incapacidade geral de fazer face à crise (Rosas, 1998, p. 217).

Salazar foi convidado, em 1928, enquanto era docente da Universidade de Coimbra, para assumir o cargo de Ministro das Finanças no governo. Entre as exigências que o então professor fez, a mais emblemática foi o controle total das despesas governamentais. Com isso, os demais ministros ficaram proibidos de realizar modificações nos gastos de seus respectivos ministérios sem a autorização prévia de Salazar. A proposta foi aceita pelo General Carmona, líder da República, conferindo assim a Salazar uma autoridade discrepante em relação aos seus pares. A situação econômica de Portugal passou por diversas modificações com a decisão de Salazar assumir o cargo de Ministro das Finanças. Uma política rigorosa de contenção de despesas, a redução de investimentos em setores como saúde e educação, juntamente com o aumento de impostos, foi implementada.

Conforme esclarece Telo (1994):

> O fato de se dar prioridade ao problema financeiro obriga a uma profunda reorganização política, apesar de a aparência ser justamente a contrária. Em primeiro lugar, tal fato implica a concentração de poder dentro do próprio gabinete, bem expressa na condição colocada por Salazar de ter o direito de veto sobre qualquer aumento de despesa. Trata-se de uma exigência muito anormal, que, quando é aceite, transforma o ministro das Finanças no verdadeiro centro de poder, ao qual todos os outros ministros são obrigados a dirigir constantes pedidos (Telo, 1994, p. 787-788)

Na sua obra, o autor destaca que as estratégias econômicas foram fundamentais na orientação da política salazarista desde o início, desempenhando um papel crucial na configuração do regime. No entanto, mesmo com o apoio das forças armadas a partir de 1929, Salazar enfrentava uma base social extremamente limitada. A implementação de uma política de aumento de exportações resolveu a crise em setores industriais e agrícolas específicos, alterando o panorama do apoio social, especialmente considerando a forte ligação da economia portuguesa com setores agrários (Telo, 1994).

Por meio de variados movimentos políticos e econômicos, Salazar conseguiu estabilizar a economia portuguesa, e a partir de 1931, as estruturas econômico-sociais foram delineadas, consolidando as bases para a criação do Estado Novo a partir de 1933. Segundo Paschkes (1985), Salazar descreveu o país, na época, como uma "desordem estabelecida", abrangendo desordem política, financeira, econômica e social.

Em 1933, a nova Constituição portuguesa afirmou a igualdade entre os cidadãos, mas, conforme destacam Cova e Pinto (1997), a própria Constituição ressaltava as

diferenças entre homens e mulheres, fundamentando-se na natureza e no bem da família. O salazarismo, marcado pelo tradicionalismo e conservadorismo, adotou um discurso específico para as mulheres, enfatizando sua permanência no lar. Baseado nas diretrizes da Igreja Católica, o regime propagou a ideia de que as mulheres estavam intrinsecamente ligadas à natureza, enquanto os homens estavam associados à cultura. Essa distinção biológica, criticada pelo movimento feminista, moldou um imaginário sobre a função social feminina.

Num discurso proferido em Braga em 1936, Salazar afirmou: "Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever" (Salazar, 1936). Essa máxima salazarista serviu como base para as análises subsequentes, observando e examinando de que maneiras esse discurso de "Deus, pátria, família e trabalho" estava presente nas revistas femininas e como isso influenciou no projeto educativo do regime.

Ainda usando o discurso em Braga como base para melhor compreensão do que foi o regime salazarista, Pinto (2007) reforça que:

> O elo que o regime tinha com a Igreja Católica foi crucial para fundamentar ideologicamente o regime quanto para assegurar sua sustentabilidade: "É nas raízes ideológicas da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na relevância do catolicismo antiliberal como elemento cultural unificador, que encontramos os fundamentos ideológicos e políticos do regime de Salazar (Pinto, 2007, p. 25).

A partir dessa máxima de Salazar, pode-se perceber que os papeis sociais das mulheres durante o regime foram do alicerce do lar. E, ao compreender essa relação, pode-se ter uma melhor compreensão sobre o projeto educativo do regime para com as mulheres. Os papeis sociais das mulheres portuguesas estavam centrados no âmbito familiar, dedicando-se à edificação e preservação de um lar saudável para o esposo e os filhos. Sua função como mãe abrangia todos os membros da família, tanto os filhos quanto o marido. Cova e Pinto (1997) argumentam que a exaltação constante da "mulher-mãe" era uma característica marcante no Estado Novo, pois ela não apenas cuidava dos filhos, mas também era responsável pela harmonia do lar e pela tranquilidade do esposo.

Essa preocupação com a família representava uma questão ainda mais profunda, pois ia além dos deveres de manter o lar asseado, as crianças bem alimentadas e um marido satisfeito, “Ao cuidar do lar, a mulher estaria cuidando também da pátria. A casa era como a representação de uma “Pátria em miniatura”, que estaria sendo moldada e educada também pelas mulheres.” (Machado, 2018, p. 80). De acordo com Oelkers

(2020), a modernidade dos movimentos fascistas ou fascistizados eram expressas através de uma estética, da mídia e nas práticas cotidianas, entre elas a educação. Portanto, para que a nação fosse bem cuidada era necessário que o regime de Salazar desenvolvesse um projeto pedagógico específico para as mulheres. Pintassilgo (2017) aponta que o período do regime salazarista teve atuação severa na esfera feminina.

Para o autor Pintassilgo (2017):

> O Estado Novo representou um enorme recuo no que aos direitos das mulheres dizia respeito. O discurso tornou-se muito mais conservador. [...] A mesma concepção de mulher, mãe, esposa e dona de casa, resignada a esse papel é naturalizada nos manuais escolares (Pintassilgo, 2017, p. 135).

O autor explica ainda que:

> O Estado Novo procurou criar um sistema educativo em que a inculcação dos valores nucleares do salazarismo era uma finalidade essencial em articulação com um forte controle político e administrativo sobre os diversos atores em presença. Pretendia-se formar portugueses crentes em Deus, amantes da Pátria e do Império, respeitadores da família, da ordem, da autoridade, da hierarquia, obedientes e humildes. Trata-se, a este nível, de um caso exemplar no que diz respeito à utilização da educação tendo em vista a preservação de um regime autoritário (Pintassilgo, 2017, p. 142)

Pimentel apresenta, a partir dos dados da estatística da Educação de Lisboa, índices que comprovam aumento significativo da presença feminina nas instituições educacionais durante o período compreendido entre a década de 1930 e a década de 1960, destacando, sobretudo, a predominância feminina nos liceus. Contudo, esse aumento não foi considerado por todos como um avanço.

Para Pimentel (2011):

> Os liceus formavam as raparigas como se todas viessem a ser doutoras em vez de prepará-las para se tornarem boas donas de casa, esposas e mães, razão pela qual seria necessário dar incremento às escolas complementares femininas.” (Pimentel, 2011, p. 24)

Em virtude disso, ele advogava pela necessidade de fortalecer as escolas complementares femininas como uma medida corretiva.

As contribuições das mulheres para a Educação – O Período de Transição

No ano de 1900, apenas 27% dos portugueses com mais de 10 anos possuíam habilidades de leitura e escrita, um indicador que, em 1911, modestamente evoluiu para

31%. Este cenário de baixa alfabetização reflete uma realidade em que a educação enfrentou desafios significativos em Portugal. Ao longo desse período, os sucessivos governos republicanos demonstraram uma notável negligência em relação à educação de maneira abrangente, incluindo a educação das mulheres. Este contexto é marcado pela disparidade entre a retórica oficial, que professava um profundo interesse pela educação, e a falta de investimentos e políticas eficazes que efetivamente promovessem a alfabetização e o acesso à educação para toda a população (Candeias, 1999). Como mencionado anteriormente, o atraso educacional e os altos índices de iliteracia não tiveram grandes transformações nas primeiras décadas do século XX.

A questão do analfabetismo no país era tão grave no começo da década de 1930 - com cerca de 60% da população iletrada - que a imprensa decidiu iniciar uma campanha para combater o problema. Conforme matéria da revista Eva, o jornal Diário de Notícias estava publicando cartas das leitoras em que eram enviadas sugestões para encontrar "a cura dum mal que já tem fundas raízes e vai alastrando com pavorosa rapidez" (Barros, 1931, p. 3 e 31), o da iliteracia infantil em Portugal. No entanto, conforme destacava a professora Teresa de Barros, não eram apenas as crianças que sofriam com o mal do analfabetismo, mas também os adultos e esses casos eram ainda mais graves, pois impediam a plena inserção social dos indivíduos, afinal "Um analfabeto pode ser um instrumento manejado de outrem, mas civicamente, não é um ser completo" (Barros, 1931). Por essa razão era necessário encontrar maneiras de ensinar as letras à população e as mulheres eram consideradas um instrumento valioso para esse papel.

A revista apontava que mesmo aquela "Medianamente culta, poderia exercer uma atividade meritória no sentido de diminuir o número de analfabetos adultos" (Barros, 1931), e citava como exemplo o caso das senhoras que ensinavam suas *criadas* a lerem e obtinham grande sucesso na empreitada. Todas poderiam contribuir de alguma forma ensinando àqueles que gostariam e necessitavam de aprender. Ensinar aos adultos era importante pois contribuiria para a elevação das diversas classes sociais, para que todos tivessem maneira de aperfeiçoar seus trabalhos. A proposta, no entanto, não era dar novas oportunidades de emprego a essas pessoas, uma vez que o ensino aos adultos deveria contribuir para que desenvolvessem da melhor maneira possível os seus trabalhos.

Para Carvalho (1931):

> A instrução não deve arrancar o lavrador e o jornaleiro aos trabalhos do campo, nem o operário aos labores da oficina, mas sim concorrer para que eles saibam enobrecer essas profissões, amá-las e orgulhar-se delas, por serem tão dignas como qualquer outra, e porventura mais belas e mais úteis (Carvalho, 1931, p. 3).

As mulheres que se dedicavam à educação moral e religiosa dos pequenos, por sua vez, deveriam complementar sua ação caritativa ao convencer os pais de que as crianças não deviam abandonar a escola para trabalhar. Afinal, "um novo mandamento se impôs às consciências cristãs que pretendam viver bem consigo e com Deus: Honrarás pai e mãe, não matarás, não furtarás, evitarás que o próximo seja analfabeto…" (Barros, 1931). As leitoras da revista, em especial as professoras, mas não só, eram convocadas a prestar seus serviços disponibilizando horários durante a semana para ensinar as letras e ajudar a erradicar o analfabetismo. De acordo com a matéria, essas medidas certamente não resolveriam o problema, mas este gesto de civismo certamente contribuiria para pouco a pouco diminuir o número de pessoas que não sabiam ler e permitiria que a instrução chegasse a todas as classes.

As mulheres, consideradas as responsáveis pelo ensino, deveriam dedicar horas de voluntariado para ensinar aqueles que não tiveram oportunidades de aprender, eram também consideradas responsáveis por desenvolver nas crianças o gosto pelo estudo, podendo tornar o ensino detestável ou encantador. No entanto, de acordo com a reportagem publicada na revista *Eva*, a poetisa e jornalista Carvalho considerava serem as mães as responsáveis por impedir os filhos de frequentar a escola "É a mãe, quase sempre, que se opõe, nas famílias pobres e rurais, a que a criança vá à escola, porque precisa dela para vigiar os irmãos mais pequenos, para lhes pegar ao colo, para fazer recados" (Carvalho, 1931, p. 3).

As creches certamente poderiam ajudar nesta questão, mas de acordo com a matéria, as mulheres do campo precisavam ser convencidas de mandar os filhos para a escola, "sacrificando a utilidade imediata, que a sua curta vista alcança melhor, à vantagem futura" (Carvalho, 1931, p. 3). Mesmo nas áreas em que faltavam escolas, pouco se falava sobre as responsabilidades do Estado para melhorar os índices educacionais no país, era a dedicação feminina que deveria suprir a ausência de professoras: "nos sítios em que não haja escolas, ou as escolas não cheguem, cada mulher, de medianas habilitações, pode ser uma professora voluntária, dando de boa vontade o pão de espírito". (Carvalho, 1931).

A revista *Modas e Bordados*, por sua vez, alertava para o fato de ser necessário ensinar mais do que as componentes curriculares das letras e números, mas noções básicas de saúde e de higiene. Nesse momento o país sofria de diversos problemas relacionados à saúde e mortalidade infantil, portanto, era imperativo que as crianças fossem ensinadas noções básicas de higiene que ajudassem a combater esses problemas. A publicação

chamava atenção para o fato de que as iniciativas públicas de leis sanitárias e institutos de higiene não serem suficientes para tornar a população consciente dos males advindos da falta de asseio, uma vez que "O incitamento à prática é [normalmente] dirigido a adultos cujo ignorância, hábitos adquiridos e preconceitos constituem densa barreira à introdução de hábitos salutares nas escolas, onde a mocidade é o mais propício campo ao desabrochar de hábitos" (Primo, 1930, p. 4) residia o ambiente ideal para o ensino dessas questões. A proposta era de que as instituições de ensino deveriam ser mais do que a acumulação de conhecimentos intelectuais, mas que oferecessem uma "preparação do indivíduo para a vida, visando aquela seleção e cultura das qualidades da raça, tornando-o apto para agir e a vencer no meio a que é destinado" (Primo, 1930). Se as famílias - quase sempre traduzidas na figura das mães - pecavam na criação dos filhos e não conseguiam oferecer esses conhecimentos e o Estado não era capaz de estar em todos os lares, a escola deveria então suprir esse papel.

Havia, no entanto, uma discordância entre as colunistas e leitoras das revistas quanto ao papel da educação e a erradicação do analfabetismo no país. Em 1931 a revista Eva publicou um artigo a respeito do Problema do analfabetismo, em que eram emitidas opiniões a respeito dos transtornos que poderiam advir do ensino quando ele não era acompanhado da instrução moral. O artigo alertava que a leitura não deveria ser o único caminho para um estado satisfatório de educação. A autora argumentava que sem instrução o conhecimento poderia ser perigoso.

> Quase toda a gente acha que ensinar a ler, por si só, é de um grande alcance social, alvitrando-se várias soluções no sentido de que essa prenda se generalize a todas as classes, como agente de felicidade coletiva, como garantia de bem-estar de uma nação inteira. Eu, porém, acho que saber ler, apenas, desacompanhado esse conhecimento de outros conhecimentos, pode em certos casos tornar-se até um perigo. A leitura, sem disciplina moral, sem uma educação um pouco mais desenvolvida, não serve para nada senão para abrir nos espíritos incultos curiosidades perigosas. (Guerra, 1931, p. 3).

De nada valia que uma criada aprendesse a ler apenas para ver nos jornais histórias das raparigas do povo ou que um operário através das más leituras pudesse absorver "doutrinas vermelhas – as doutrinas onde se aprende que todos somos iguais e que a diferença do condão social representa uma injustiça fácil de punir pelo atentado reparador?" (Guerra, 1931). A sugestão de que sem o ensino moral os leitores poderiam ser seduzidos para leituras relacionadas ao comunismo mostra a presença de um conservadorismo e apoio às ideias propagadas pela Ditadura em vigor e pelo ideário do regime que estava sendo delineado. Por esta razão, a autora sugeria que para o bem-estar

da nação era necessário que os cidadãos recebessem também o antídoto para os venenos que pudessem encontrar nas leituras perigosas. Caso contrário, mais valeria um mestre de obras inculto do que "o iluminado deturpador de teorias mal semeadas e pior colhidas" (Guerra, 1931).

A questão estava associada à educação moral dos indivíduos e não ao ensino de conteúdos específicos. E o papel de guiar moralmente as crianças e os criados era responsabilidade era considerada diretamente atrelada ao papel da mulher.

> À mulher, como sacerdotisa do lar e mentora de almas, cabe uma grande parte dessa tarefa como mãe, como mestra e como senhora. Deverá alegar quanto possível os seus conhecimentos para poder transmitir aos filhos, aos discípulos e aos criados aqueles ensinamentos necessários para a formação de espíritos úteis (Guerra, 1931, p. 60).

A formação dos espíritos deveria ocorrer cotidianamente por meio do conhecimento moral feminino e transmitido a todos do seu meio. Os portugueses deveriam saber ler e escrever para conseguir acompanhar e contribuir com o país, porém sem a necessidade de instrução suficiente para criticar ou refutar as decisões do regime.

As reportagens e artigos de opinião publicados no período entre 1930 e 1933 e analisados até aqui permitem verificar uma crítica constante à maneira com que o combate ao analfabetismo e à falta de instrução estavam sendo conduzidas. Da mesma maneira, apontavam como era dever cívico das mulheres contribuir para a erradicação desses problemas.

A Educação (e a contribuição) feminina no Estado Novo

O período entre 1930 e 1936 foi, de acordo com o historiador António Nóvoa (1992), marcado por uma sucessão de ministros sem que fosse possível vislumbrar um propósito único no âmbito educacional que não fosse aquele relacionado com a demolição da arquitetura educativa republicana e uma reorganização dos serviços. Foi durante o mandato de Carneiro Pacheco como Ministro da Educação - entre 1936 e 1940 - que o regime salazarista colocou em prática a agenda da diminuição do analfabetismo em Portugal. Pimentel (2011) afirma que essa política de alfabetização tinha um propósito: a educação sem instrução. Como temos mostrado, essa era uma preocupação que vinha sendo denunciada desde antes da implementação do Estado Novo.

Conforme Oelkers (2020), fazia parte da agenda dos regimes autoritários nos entreguerras realizar transformações que transmitissem melhor as ideias desses governos

e fizessem com que as crianças fossem ensinadas desde pequenas a ideia de comunidade associada à nação.

> The agenda of authoritarian or fascist groups always contains postulates aiming towards a revolution in national education. Revolutionary acts and the will to power are aimed at destroying the existing education systems, which were seen as rigid and criticized for not allowing the youth to live their own lives according to their nature. The programs are almost always targeted against the existing education systems, which are to be subverted and realigned by means of political education (Oelkers, 2020, p. 575).

Essa agenda pode ser identificada a partir da Constituição Portuguesa de 1933. No seu Artigo 42 ficava definido que a educação era obrigatória e "Pertencia à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela". Além disso, de acordo com o do Artigo 43º o ensino realizado pelo Estado deveria ser independente de qualquer culto religioso e visava "além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais" (Constituição Política da República Portuguesa, 1933).

Nas revistas analisadas é possível observar uma manutenção desses discursos. Numa reportagem intitulada "A educação de nossas filhas", publicada em 1935, a revista Modas e Bordados aponta que a preocupação dos pais deveria ser dar às suas meninas uma formação para a sua mais nobre missão: a maternidade.

> Nada mais justo e louvável. No entanto, ao contrário do que muitos pensam, não basta um curso para dar à rapariga de hoje, que será a mulher de amanhã, uma garantia de independência, visto ser cada vez maior o número de concorrentes de ambos os sexos aos lugares oficias e, menos ainda, uma garantia de felicidade, porque a verdadeira felicidade da mulher está, afinal, no Lar, no cumprimento dos seus sagrados deveres de esposa e mãe. […] (A educação de nossas filhas. Modas e Bordados, nº 1214, 15 de maio de 1935, p. 5 e 6).

A reportagem retoma a ideia dos cuidados que a família deveria ter com as instruções das meninas, mais uma vez apontando para o seu papel de cuidadoras do lar e não para concorrer por cargos oficiais com o sexo oposto.

> As meninas deveriam ser preparadas para se tornarem companheiras do homem, no sentido mais nobre da palavra, que saibam carinhosamente, inteligentemente, colaborar com ele, sem para isso terem que sair das suas atribuições de mulher, não será muito mais vantajoso do que educar as raparigas apenas sob o ponto de vista intelectual, alheias à vida caseira, ignorantes dos mil segredos que transformam a boa dona de casa numa verdadeira fada benfazeja, que a tudo sabe atender sem descurar as pequeninas coisas de que depende a harmonia e o bem estar de toda a família? (A educação de nossas filhas. Modas e Bordados, nº 1214, 15 de maio de 1935, p. 5 e 6).

É possível, no entanto, inferir que as revistas tenham se apropriado de determinados discursos para burlar a censura à imprensa. Apesar do avanço do regime e das medidas implementadas ao longo dos anos, a análise das edições nestes quinze anos permite observar a constância e presença de diversos assuntos que, supostamente, não deveriam ser abordados na imprensa. Para defender a educação feminina e o papel das mulheres na instrução dos alunos, por exemplo, as reportagens afirmavam a necessidade de educar meninas para que elas se tornassem boas esposas.

No caso das jovens *sem famílias nem recursos*, que frequentavam espaços de assistência infantil, as reportagens afirmavam ser necessário proporcionar outras possibilidades que lhes garantisse alguma forma de manutenção quando atingissem a maioridade. Após a visita a uma dessas instituições, a jornalista Judith Maggiolly escreve à *Modas e Bordados* e afirma que quando saiu da "Instituição sonhava com uma obra grandiosa que podia ampliar-se desta tão linda ideia: a proteção à criança, à rapariga, à mulher! E o perfume deste pensamento inebriou-me, tão suavemente, como se evolasse das lindas flores colhidas por mãos pequeninas e orfãzinhas" (Maggiolly, 1936, p. 7).

As revistas alertavam ainda para o fato de a população portuguesa ser resistente e conservadora quando se tratava do ensino feminino e do papel das mulheres na educação. Na coluna permanente chamada *Ao Rebusco*, a escritora Emília Costa conhecida por defender o papel feminino na educação, conta uma anedota sobre como o letramento das meninas era associado, em parte, da população ao *Cataclismo Familiar*. A história diz respeito a uma suposta discussão que teria acontecido entre uma escritora e uma dona de dona. Após questionar à escritora se esta possuía habilidades de costura, a dona de casa teria respondido:

> Pois, confesso: estava bem longe de supor que qualquer escritora fizesse alguma coisa, fora das literatices. Para mim mulher literata tem as inquirições tiradas. Não pode ser boa dona de casa. É verdadeiro cataclismo da família. Quando a minha filha larga os livros de estudo, se estou em casa, não a perco de vista, no receio de que se afeiçoe a leituras. Nas férias da Páscoa, castiguei-a severamente, quando ao recolher do teatro a encontrei a ler um romance (Costa, 1936, p. 4 e 15).

Ao que a mulher letrada teria respondido que suas filhas se dedicavam às leituras proveitosas, para que pudessem conhecer melhor a literatura nacional e pudessem amar o país como deveriam. Percebendo a insistência da outra, que afirmava considerar mais proveitosas para as senhoras e futuras mães o aprendizado relacionado à costura e as prendas próprias do sexo, teria respondido que "O facto de se habilitarem para ganhar a

vida, se um dia precisarem, não as inibe da aquisição dos conhecimentos imprescindíveis a todas as mulheres e das prendas senhoris" (Costa, 1936).

Com o intuito de defender a importância da educação para as meninas a coluna invocava temas relacionados à ignorância da população para mostrar o quanto a falta de letramento poderia ser prejudicial. A necessidade de conhecer a história do país com a finalidade de amá-lo, por sua vez, era mencionada como um fator de aproximação com o engrandecimento da nação. Por último, a justificativa de que os conhecimentos adquiridos poderiam ser úteis no caso de necessitarem trabalhar no futuro e que eles não competiam com os dons femininos. A história termina com a escritora defendo que "Ser dona de casa exige estes dotes primaciais e indispensáveis: educação, instrução, lucidez, energia e método. As restantes qualidades, naturalmente, emanam desses dotes, como água duma fonte deriva da nascente." (Costa, 1936).

A partir de 1936 que foram implementadas as grandes medidas educacionais do regime, neste ano o Ministério da Instrução Pública passa então a denominar-se Ministério da Educação (Lei nº 1.941, de 11 de abril de 1936). No mesmo período são fundadas a Mocidade Portuguesa, a Obra das Mães pela Educação Nacional, a Junta Nacional da Educação e o Instituto Nacional de Educação Física (Lei nº 1941, de 11 de abril de 1936). No ano seguinte é fundada a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), que entrará em atividade oficialmente a partir de 1938 e surgiu como uma peça central na estruturação da juventude sob os princípios ideológicos do regime.

Fundada em 1937, a MPF buscava moldar uma nova geração de jovens comprometidos com os valores nacionalistas, patrióticos e religiosos defendidos pelo Estado Novo. Seu papel abrangia desde atividades educativas e cívicas até o envolvimento em eventos culturais e desportivos, servindo como uma importante ferramenta de doutrinação ideológica e de mobilização social. Paralelamente, a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) desempenhou um papel crucial na promoção da educação dentro das famílias portuguesas, incentivando a valorização da instrução e da moralidade como pilares da formação cívica e social das crianças. Além disso, a Junta Nacional da Educação (JNE) e o Instituto Nacional de Educação Física (INEF) atuaram como pilares institucionais na implementação das políticas educacionais do Estado Novo, supervisionando o ensino e promovendo a educação física como um elemento essencial na formação do caráter nacionalista e disciplinado preconizado pelo regime. Juntos, esses organismos desempenharam um papel significativo na construção da identidade e da ordem social durante o período autoritário em Portugal, deixando um legado complexo e multifacetado na história educacional do país.

Outra mudança implementada pelo regime iria afetar diretamente a vida das professoras. A partir de então, as professoras primárias que se quisessem casar tinham de pedir autorização ao Ministro da Educação Nacional. O Decreto-Lei 27.279 de 24 de novembro de 1936 dizia no seu artigo 9º:

> - O casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministro da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos termos seguintes:
> - 1º Ter o pretendente bom comportamento moral e civil;
> - 2º Ter o pretendente vencimento ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora (Decreto-Lei, nº 27.279, 1936).

Num curto espaço de tempo, esta norma seria estendida a todo o professorado. Estados autoritários como o regime de Salazar têm como característica o uso de controle de corpos. É comum encontrar em outros regimes semelhantes registros que comprovam que o Estado, através de diversas ferramentas, controlou especialmente os corpos femininos[6]. Diversas pesquisas sobre o Estado Novo em Portugal e o trabalho feminino, comprovam que a maioria das funções consideradas femininas e apoiadas pelo governo eram extensões do lar. Seja atuando na área da saúde ou da educação, as mulheres portuguesas ocuparam no mercado de trabalho, as funções que também exerciam no lar: o cuidado e a educação. O discurso salazarista era muito claro sobre o assunto:

> Assim nós temos como lógico na vida social, e como útil à economia, a existência regular da família do trabalhador; nós consideramos fundamental que seja o trabalhador a sustentá-la; defendemos que o trabalho da mulher casada, e de maneira geral, mesmo o da mulher solteira, compreendida na família e sem ser responsável por esta, não deve ser encorajado; nunca houve uma boa dona de casa que não tivesse muito que fazer. As mulheres não compreendem que não se atinge a felicidade pelo prazer, mas sim pela renúncia. As grandes nações deveriam dar o exemplo, conservando as mulheres no lar. Mas as grandes nações parecem ignorar que a constituição sólida da família não pode existir se a esposa viver fora da sua casa (Salazar, 1937).

Em reportagem publicada na revista *Modas e Bordados* em 1939 é possível identificar que não só o Estado via as profissões de cuidado como as mais indicadas para mulheres. As cartas das leitoras que respondiam à pergunta "Em que profissão pode a mulher ser mais útil para o seu país" também estavam de acordo com estas ideias.

> A Pátria carece de homens leais, bons, firmes e fortes. Quem os ensina e sabe, mais do que ninguém, educá-los, ensinando-lhes a respeitar e servir a Pátria? – A mãe. Quem os guia, até serem os homens de amanhã, seus leais defensores, bravos, destemidos? A mãe, a educadora irrepreensível! (Amelia, 1939, p. 4)

A leitora destacava que as melhores profissões para mulheres eram ser professora, enfermeira ou escritora, que deveria escrever para dar coragem aos espíritos fracos. A leitora apresentava ideias que se aproximavam do ideal do regime e afirmava que independente da profissão ou modo de vida, a mulher deveria ser "Sincera, dedicada, simples e afetuosa esposa e mãe amorável, terna e compreensiva! É a melhor forma de ser útil ao seu País!" (Amelia, 1939, p. 4). Esta não era uma visão única apresentada na revista, mas permite ver como os ideais do Estado Novo foram absorvidos por parte da população e permite ainda identificar como a ideia de educação e maternidade estavam fortemente atreladas no imaginário do período.

É interessante observar, após esse período, uma diminuição na presença de artigos ou colunas de opinião a respeito de temas ligados à educação feminina, com exceção daquelas que mostravam o funcionamento dos liceus ou outros espaços de acolhimento e ensino. Parece plausível supor que uma vez que o regime estava implementando medidas na área da educação as críticas a esse assunto tenham diminuído na imprensa. Por sua vez, o avanço da censura pode explicar a ausência destes temas, fosse porque as revistas optassem por não publicar ou porque haviam sido mesmo alvo do lápis azul.

Nos registros do Secretariado Nacional de Informação foram identificadas correspondências entre a revista *Eva* e o departamento, que nos dão algumas informações sobre reportagens que foram cortadas da publicação pelo SNI, tais como: uma crônica sobre a vida na Rússia, que havia sido considerada propaganda soviética ou uma crónica sobre as supostas relações amoras de Hitler, ambas em 1935. Ainda que não se tenham identificado cortes em assuntos relacionados à educação no período analisado, em 1947, dois artigos são alvos da censura. "Um artigo muitíssimo longo e intitulado: Inquérito à professora primária foi completamente cortado pela sua feição ultra derrotista: Tudo é mau, tudo carece de remodelação, tudo falta", e no mês seguinte, o artigo "'O problema dos professores primários, em grande parte cortado nos capítulos 'Ordenados e Assistência' porque as sugestões que apresenta são inacreditáveis" (EVA, ANTT, SNI, cx. 603). Esses relatórios do SNI corroboram com a ideia de que alguns assuntos tenham desaparecido das revistas analisadas porque as editoras estavam a par de que a censura iria barrar a sua publicação. Não foi possível, até o momento localizar essas informações a respeito da revista *Modas e Bordados*.

Outro tema, no entanto, passa a receber grande atenção das revistas analisadas, com reportagens e colunas constantes nesses periódicos: O aprimoramento físico feminino. A Educação Física teve papel fundamental no projeto educativo do regime salazarista assim como em outros regimes autoritários e fascistas como o de Mussolini na

Itália. A importância da Educação Física para as mulheres no regime foi dupla e complexa. Por um lado, as políticas promovidas muitas vezes reforçavam estereótipos de gênero tradicionais, limitando o papel das mulheres ao domínio doméstico e à maternidade, enquanto valorizavam a virilidade e a agressividade masculina nas atividades físicas e esportivas. A historiadora Irene Pimentel destaca que a discussão sobre as atividades físicas e o *desporto* feminino estava relacionada ainda com o debate eugênico da época, o papel da mulher e da mãe no aperfeiçoamento da raça ligava-se à questão do exercício físico feminino, uma bandeira que foi erguida em 1937 (Pimentel, 2000, p. 209).

Por outro lado, a Educação Física oferecia uma oportunidade limitada para as mulheres se envolverem em atividades físicas e esportivas, o que representava uma forma de emancipação dentro dos limites estabelecidos pelo regime. Sobretudo durante os períodos de guerra, as mulheres muitas vezes foram encorajadas a participar de programas de Educação Física como parte de esforços de mobilização nacional, onde poderiam contribuir para a defesa da pátria e fortalecer o espírito de solidariedade nacional. No entanto, é importante reconhecer que essa participação era muitas vezes limitada e controlada pelo Estado, e raramente se traduzia em igualdade de oportunidades ou reconhecimento para as mulheres no domínio esportivo. Assim, enquanto a Educação Física oferecia algumas oportunidades de empoderamento e participação para as mulheres nos regimes fascistas, essas oportunidades eram frequentemente acompanhadas por restrições e limitações que refletiam as normas de gênero predominantes da época (Ferreira, 2004).

Tanto a revista Modas e Bordados, quanto a revista Eva, delineavam de forma clara os critérios que definiam o que deveria ser considerado como esporte feminino, evidenciando, dessa maneira, a relevância atribuída à prática de atividades físicas no contexto do regime salazarista. Tal exposição revela uma marcante distinção de gênero, enfatizando a diferença significativa entre as oportunidades e as expectativas relacionadas à participação em atividades esportivas para homens e mulheres.

> [Sobre a importância da Ginástica Ritmica] de facto é essa a única compensação. A rítmica é a única gimnastica da mulher. Tenho procurado introduzir entre a mocidade feminina portuguesa esta realidade que se observa nos meios cultos: saber tirar todo o proveito da vida e da natureza! «Todos os órgãos da mulher ganham com o exercício ritmado. A mulher fez-se para o lar, da sua preparação física nasce o reflexo dum lar saudável e feliz. (*Modas e Bordados*, ano 24, nº 1279, 1936, p.12 e 13)

Esse recorte de gênero evidencia não apenas a existência de normas sociais estratificadas, mas também perpetua a subordinação da mulher e a limitação de sua atuação em esferas que tradicionalmente são associadas ao universo masculino.

Considerações finais

A participação feminina na esfera política esteve historicamente sujeita a limitações. Um exemplo elucidativo é o caso de Carolina Beatriz Ângelo, notória por ser a primeira mulher portuguesa a exercer o direito de voto em 1911. Seu feito residiu na aplicação de uma disposição legal que garantia tal prerrogativa a todos os chefes de família. Ângelo, uma viúva, instrumentalizou essa norma, que posteriormente foi emendada para especificar que apenas os "chefes de família homens" estavam autorizados a votar. Todavia, em 1931, ocorreu uma alteração legislativa significativa: o Decreto-Lei nº 19.694, datado de 5 de maio, concedeu o direito de voto às mulheres que possuíam formação secundária ou universitária.

Em 1946, uma expansão adicional ocorreu, estendendo o direito de voto também às mulheres chefes de família, independentemente do estado civil (se divorciadas, viúvas ou solteiras), desde que demonstrassem alfabetização ou pagassem ao Estado uma quantia não inferior a 100$00 em impostos. Esta disposição foi estabelecida pela Lei Eleitoral nº 2.317, promulgada em 26 de dezembro, com o intuito de ampliar o corpo eleitoral. Posteriormente, em 1974, um marco significativo foi alcançado com a promulgação da Lei nº 621/74, datada de 15 de novembro, que instituiu o sufrágio universal, concedendo o direito de voto a todos os cidadãos, independentemente do sexo, status civil ou nível de educação (Lousada, 2015). Com isso, percebe-se que a relação intrínseca entre educação e participação política assume um papel central na compreensão das restrições enfrentadas pelas mulheres no exercício de seus direitos eleitorais em Portugal. Ao longo das transformações legislativas, torna-se evidente que o acesso à educação não apenas moldou, mas também limitou significativamente a participação política das mulheres. A exigência de um nível mínimo de educação para o exercício do voto, como visto nas diferentes fases da legislação eleitoral, não apenas reflete as desigualdades sociais existentes, mas também perpetua um ciclo de exclusão política baseado na falta de acesso à educação

Essa pode ser uma das razões pelas quais as diretoras das revistas *Eva* e *Modas e Bordados* tenham continuado a publicar debates a respeito da educação feminina e do seu

papel enquanto educadoras. Para a revista *Modas e Bordados*, as mulheres mereciam ocupar um lugar de destaque no campo político, seja de forma direta ou indireta.

Sua missão envolvia denunciar as injustiças das quais o sexo feminino era vítima, refletindo os ideais de figuras proeminentes como Maria Lamas. O *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP)*, do qual Lamas foi uma integrante fundamental, sendo a sua última presidente entre 1945 e 1947, representou uma das poucas organizações feministas a persistir durante o Estado Novo, exercendo influência significativa no movimento feminista em Portugal entre as décadas de 1920 e 1940. O engajamento de Lamas no CNMP refletia-se em sua atuação como diretora da revista, onde muitas das preocupações do grupo encontravam eco nas páginas da revista. (Rodrigues, 2016) A diretora mais longeva de Eva, Carolina Homem Cristo, por sua vez, realizou um grande esforço para manter a publicação em funcionamento mesmo com o início da Guerra, problemas financeiros e a diminuição do número de exemplares, chegando mesmo a adquirir a revista para que ela não saísse de circulação (Gomes, 2011).

Ao analisar as revistas, ao longo destes quinze anos, percebe-se que se dedicaram em diversos momentos à análise da situação educacional das mulheres e jovens portuguesas. As publicações abordaram não apenas os papeis das mulheres como educadoras, mas também buscou contemplar o papel das mulheres enquanto educandas. Em 1940, por exemplo, a matéria intitulada "Raparigas de hoje: na escola superior colonial[7]" apresentou uma entrevista com Elisabeth Vidal Tenreiro, a única estudante mulher da referida instituição. A entrevistada expressou surpresa por ser chamada para a entrevista, acreditando que sua existência não era amplamente reconhecida.

Quando questionada sobre o desejo de casamento, Elisabeth afirmou que não considerava a possibilidade no momento, destacando: "Eu, por exemplo, casando, só deixaria de trabalhar se não tivesse necessidade de o fazer, porque então cometeria um ato de injustiça, usurpando o lugar necessário a outra menos favorecida" (*Modas e Bordados*, 1940, p. 5). É interessante observar que, ao longo da entrevista, há pouca indagação acerca da educação de Elisabeth, seus interesses acadêmicos etc. O enfoque da entrevista concentra-se na conciliação entre os estudos e a vida matrimonial. Não obstante, a entrevistada revela uma preocupação com seu futuro profissional, manifestando o desejo de alcançar uma posição independente na sociedade e o anseio por obter algum reconhecimento, para o qual tem se dedicado aos estudos (*Modas e Bordados*, 1940).

Para uma compreensão mais aprofundada do conteúdo apresentado, é essencial destacar dois aspectos relevantes. Primeiramente, ao empregar jornais e revistas como

fontes, é imperativo considerar o contexto político e social no qual o periódico está inserido. Não se espera que as revistas, na década de 1930, adotassem uma perspectiva substancialmente divergente dos discursos veiculados, uma vez que refletiam as normas e valores predominantes da época, notadamente em relação ao casamento, considerado quase como um percurso natural na vida das mulheres. Em segundo lugar, destaca-se a observação de que em edições anteriores a revista já havia conduzido entrevistas com mulheres que conciliavam suas atividades profissionais e a vida matrimonial. Pode-se conjecturar que tal série de entrevistas tenha servido como antecedente para a criação, em 1940, da seção "Raparigas de Hoje", na qual mulheres estudantes universitárias eram entrevistadas, proporcionando, assim, uma convergência entre as duas temáticas.

Em suma, ao analisar o contexto político, social e educacional retratado pela revista *Modas e Bordados - Vida Feminina e a Revista Eva* torna-se evidente a interconexão entre educação, participação política e papeis das mulheres na sociedade portuguesa durante o período do Estado Novo. As revistas não apenas refletiram as normas e valores predominantes da época, mas também proporcionam entendimentos valiosos sobre as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres em busca de igualdade e reconhecimento. Ao destacar a importância da educação como um elemento central na capacitação cívica e na busca por direitos e oportunidades equitativas, é crucial reconhecer a relevância histórica de tais discussões e reflexões para o entendimento mais amplo das dinâmicas de gênero e poder na sociedade portuguesa. Nesse sentido, o legado das revistas vai além de seu período de circulação, servindo como um registro significativo das lutas e conquistas das mulheres em meio a um contexto de autoritarismo e restrições políticas.

Referências

AMELIA, Rosa. Em que profissão poder a mulher ser mais útil para o seu país? *Modas e Bordados*, Ano 28, n. 1435, 1939.

BARROS, Tereza Leitão de. Combatamos o analfabetismo: um novo mandamento. *EVA*, ano 7, n. 333, 1931.

BELO, Maria; CABRAL, Iolanda. O Estado Novo e as Mulheres in O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959. *Colóquios*, v. 2, Lisboa, Fragmentos, 1987.

BOCK, Gisela. *Racism and Sexism in Nazi Germany:* motherhood, compulsory sterilization and the State Signs, v. 8, n. 3, Women and Violence, 1983.

BRANCO, Graciette. A mãe e o analfabetismo. *EVA*, ano 7, n. 337, 1931.

BRASÃO, Inês. Dons e Disciplinas do Corpo Feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo. *Deriva Editores*, 2017.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina.* 2. ed. São Paulo: Ática, 1990

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Maria de. A mulher e o Analfabetismo. *EVA*, ano 7, n. 334, 1931.

CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX*:* censos nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, n. 1, v. 50, 1999.

COSTA, Emília de Sousa. Ao rebusco: cataclismo familiar. *Modas e Bordados***,** Ano 24, n. 1279, 1936.

COVA, Anne; PINTO, Antônio Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. *Penélope:* revista de história e ciências sociais, v. 4, n. 17, 1997.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, António. G. A. O ensino da educação física em Portugal durante o Estado Novo. *Perspectiva*, v. 22, n. 3, 2004.

GOMES, Tânia Vanessa Araújo**.** *Uma revista feminina em tempo de Guerra:* O caso da "Eva" (1939-1945). Dissertação de mestrado em História. 2011. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal:* trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

GRAZIA, Victoria. *How fascism ruled women***.** Italy: 1922-1945. Berkeley: University of California Press, 1992.

GUERRA, Oliva. O problema do analfabetismo. *EVA*, ano 7, n. 336, 1931, p. 3.

LOUSADA, Isabel Cruz. Vozes e ecos de sufragistas britânicas em Portugal. *Gaudium Sciendi*, n. 1, v. 8, 2015.

MACHADO, Vitória de Almeida. *Para além de bordadeiras:*
a representação feminina nos periódicos Jornal das Moças e Modas e Bordados durante os Estados Novos (1937-1945). 2018. Dissertação (Mestrado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MAGGIOLLY, Judith. Pela criança: admirável obra social da Assistência Infantil da Freguesia de Santa Isabel. *Modas e Bordados*, Ano 60, n. 1273, 1936.

MARTINS. Ernesto Candeias. Desenvolvimento, educação e assistência social no salazarismo. *Série Estudos*: periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 23, p. 161-179, jan/jun. 2007.

MORCILLO, Aurora. *The Seduction of modern Spain.* The Female body and the Francoist body Politics. Bucknell University Press, 2010.

NÓVOA, António. A educação nacional. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, Ana. *Nova História de Portugal* (v. XII, p. 455-519). Lisboa: Presença, 1992.

OELKERS, Jürgen. Authoritarianism and education in the interwar period: a history and its renewal, *Paedagogica Historica*, v. 56, n. 5, p. 572-586, 2020.

PIMENTEL, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2000.

PIMENTEL, Irene Flunser. *A cada um o seu lugar:* a política feminina do Estado Novo. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2011.

PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa. O Estado Novo e a educação: entre a doutrinação e a escolarização dos portugueses. IN GONÇALVES, Leandro; PARADA, Maurício (org). *Políticas educacionais e regimes autoritários:* intelectuais, projetos e instituições. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Autografia: EDUPE: EDIPUCRS, 2017.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.). *O corporativismo em português:* estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PRIMO, Seomora. A educação e a cruz vermelha da mocidade. *Modas e Bordados*, Ano 18, n. 957, 1930.

RAMOS DO Ó, Jorge. Salazarismo e Cultura. In: SERRÃO, Joel & MARQUES, A.H. de Oliveira. *Nova História de Portugal*, v. 12, n. 4, p. 455-519, 1992.

RODRIGUES, Marilene. *Mulheres e Cidadania na Revista Modas & Bordados. Representação de um Percurso de Mudança entre 1928-1947*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo apresentada à Escola Superior de Comunicação Social, exemplar policopiado, Lisboa, 2016.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, v. 4, n. 30, p. 19, 1995.

ROSAS, Fernando (coord.). Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira. *Nova História de Portugal*, v. 12, n. 4, p. 455-51, 1992.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo*. Lisboa: Estampa, 1998.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas "femininas". *História:* Questões & Debates, n. 34, p. 11-44, 2001.

TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a ditadura financeira como caminho para a unidade política, 1928-1932. *Análise Social*, Lisboa, v. 29, n. 128, p. 779-800, 1994.

[1] Entende-se por imprensa feminina como uma imprensa baseada no *sexo* feminino, ou seja, dirigida a mulheres; onde o sexo é o público-alvo. Conforme Buitoni, 1990.

[2] Em 1930, o índice de mulheres analfabetas era de 69,9%, enquanto dos homens 52,8%, totalizando 61,8% da população (Pimentel, 2011).

[3] Alguns anos mais tarde a editora iria confessar que estava trabalhando na revista há um ano, mas somente em dezembro de 1932 é que o público tomaria conhecimento da sua participação da direção de Eva (Gomes, 2011).

[4] O Decreto nº 22469, "assinado a 11 de abril de 1933, dia da entrada em vigor da Constituição Política, sancionava a censura prévia a imprensa, cabendo ao Governo nomear-lhe (Ramos Do Ó, 1992, p. 441).

[5] Na presente pesquisa, optou-se por utilizar a expressão "regime autoritário" devido ao extenso debate historiográfico que envolve o regime salazarista. Embora a proximidade desse regime com o fascismo de Mussolini seja incontestável, a academia discute principalmente duas vertentes: se o salazarismo deve ser classificado como um regime fascista ou não fascista. Dentre os teóricos proeminentes, como Fernando Rosas, Luís Torgal e Manuel Loff, argumenta-se que o regime salazarista pode ser compreendido como fascista. Em contrapartida, Antonio Costa Pinto, Manuel Braga Cruz e Phillipe Schimitter propõem conceitos alternativos, associando-o, respectivamente, à direita conservadora, ao monopartidarismo conservador e, por último, a um modelo corporativista. A revisão das fontes para esta pesquisa sugere que, apesar da proximidade com o fascismo, o regime salazarista exibia características distintas, tornando-o singular. No entanto, é importante ressaltar que o foco central deste trabalho não está no debate historiográfico e conceitual sobre o salazarismo, justificando assim a escolha da expressão "regime autoritário". (Gonçalves, 2012)

[6] Ver mais em Gisela Bock (1983), Victoria de Grazia (1992), Aurora Morcillo (2010), e Vanda Gorjão (2017).

[7]A Escola Superior Colonial, instituída em 1906, ostentou significativa relevância no contexto educacional português durante a era colonial. Sua fundação foi motivada pela imperativa necessidade de formação de indivíduos destinados a ocupar posições estratégicas no funcionalismo das possessões ultramarinas lusas. A instituição, por conseguinte, ofertava uma formação abrangente englobando áreas como administração territorial, diplomacia, geografia e outros domínios de conhecimento pertinentes à administração eficaz dos territórios africanos e asiáticos sob a égide de Portugal. O currículo da Escola visava, assim, conferir aos futuros administradores coloniais competências técnicas e saberes práticos, com vistas a contribuir de maneira substancial para a orquestração política e administração eficiente das mencionadas possessões ultramarinas. Ao priorizar o desenvolvimento de aptidões essenciais para enfrentar as complexidades inerentes às colônias, a Escola Superior Colonial desempenhou uma função primordial na estratégia educacional de Portugal durante o período colonial.

Artigo recebido em 01/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

INTEGRALISMO LUSITANO ENTRE CIRCULAÇÕES E COMPARAÇÕES COM O FASCISMO BRASILEIRO[1]

LUSITANIAN INTEGRALISM BETWEEN CIRCULATIONS AND COMPARISONS WITH BRAZILIAN FASCISM

Leandro Pereira Gonçalves[1]

Resumo: O Integralismo Lusitano (IL), fundado em 1914 por jovens intelectuais, visava estabelecer um regime monárquico corporativista em Portugal. Liderado por figuras como António Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Hipólito Vaz Raposo, José Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Francisco Rolão Preto, o grupo buscava a restauração nacional com base nos valores medievais e no cristianismo. Paralelamente, defendia o nacionalismo, aproximando-se a tendências presentes no Brasil, onde se estabeleceu a mais bem-sucedida expressão do fascismo fora da Europa, a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado. Embora a composição dos integralismos português e brasileiro não seja idêntica, este estudo busca analisar como o movimento em Portugal influenciou seu congênere brasileiro, ambos inseridos em um contexto comum dentro de uma rede intelectual, o que contribuiu para a interlocução política entre os dois países.
Palavras-chave: Integralismo, Fascismo, Brasil, Portugal.

Abastract: Lusitanian Integralism (IL), founded in 1914 by young intellectuals, aimed to establish a corporatist monarchical regime in Portugal. Led by figures such as António Sardinha, Alberto de Monsaraz, José Hipólito Vaz Raposo, José Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga, and Francisco Rolão Preto, the group sought national restoration based on medieval values and Christianity. Simultaneously, they advocated nationalism, aligning with trends present in Brazil, where the most successful expression of fascism outside Europe, the Brazilian Integralist Action (AIB), led by Plínio Salgado, was established. Although the compositions of Portuguese and Brazilian integralism are not identical, this study aims to analyze how the movement in Portugal influenced its Brazilian counterpart. Both were embedded in a common intellectual network, which contributed to the political dialogue between the two countries.
Keywords: Integralism, Fascism, Brazil, Portugal.

No período que antecede a Primeira Guerra Mundial, foi fundado, por jovens monarquistas, um clube literário em Portugal, denominado Integralismo Lusitano (IL). Nos anos subsequentes, o grupo transportou-se para ação política organizada, com o intuito de realizar revoltas em prol da monarquia portuguesa (Pinto, 1994, p. 24). O modelo monárquico proposto por eles buscava o "estabelecimento do regime corporativo para as profissões e misteres", que não deveria ser confundido "com as repúblicas

[1] Professor de História do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador CNPq e FAPEMIG. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Investigador colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR/UCP). Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) e Coordenador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória e Membro do Conselho Administrativo da International Association for Comparative Fascist Studies (ComFas). Contato: leandro.goncalves@ufjf.br

monárquicas do século XIX, vulgarmente chamadas *monarquias liberais*" (Monsaraz, 1920, p. 5-25).

Dentre os principais membros, destacam-se António Sardinha – principal teórico –, Alberto de Monsaraz, José Hipólito Vaz Raposo, José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga, além do jovem Francisco Rolão Preto. Nesse sentido, não havia um líder único, apesar de Sardinha ocupar o papel de mentor incontestável (Pinto, 1994, p. 36). Alguns deles estabeleceram importante contato com a *Action Française*[2], que serviu de base inspiratória para a idealização do grupo, cuja fundação oficial relaciona-se à publicação do primeiro número da revista *Nação Portuguesa*, em 1914.

Sua organização foi dividida em três grandes fases: a primeira, da fundação até a Ditadura Sidonista de 1917-18; a segunda, até o ano de 1922, quando houve a tentativa de organizar efetivamente um movimento político; a terceira, em que houve maior proliferação descentralizadora dos núcleos até a dissolução, em 1932. Durante todo esse período e com um projeto que aspirava "à construção de uma monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar" (Ferreira, 2009, p. 239), o IL deixou uma profunda marca intelectual na cultura política portuguesa do século XX (Pinto, 1994, p. 25).

Sendo assim, analisar o integralismo que se estabeleceu em território lusitano é fundamental para a compreensão da política do período em Portugal: "sem o integralismo, não seria possível compreender a história das ideias e dos fatos em Portugal do nosso tempo – o *Integralismo Lusitano* explicava-o e explicava-nos" (Quintas, 2004, p. 13). Para mais, a influência exercida pelos integralistas portugueses ultrapassou as fronteiras nacionais, ressoando, inclusive, no Brasil, com a Ação Integralista Brasileira (AIB), que foi a mais bem-sucedida expressão do fascismo fora do continente europeu.

Ao contrário do movimento português, o integralismo brasileiro era centralizado no líder Plínio Salgado[3], que organizou a fundação do movimento em 1932, a partir do *Manifesto de Outubro*, documento que estabelecia as diretrizes iniciais do grupo. Nele, foi proposto um projeto para a nação: a formação de um grande movimento nacional, que apresentava a defesa de um nacionalismo baseado no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social e a aversão ao cosmopolitismo como sustentáculo em favor de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto autoritário (Gonçalves, 2018).

Com essa proposta, o fascismo no Brasil logrou de rápido crescimento, nomeadamente por apresentar uma intensa campanha com um simbolismo muito bem-preparado. Assim como os movimentos fascistas na Europa, havia uma importante representação simbólica no integralismo brasileiro. Em defesa do lema "Deus, pátria e

família", os militantes deveriam usar camisas verdes e eram representados pela letra grega sigma (∑), um símbolo matemático que indicava o projeto de um Estado único e integral. Era uma simbologia que fascinava os adeptos e que possuía a saudação máxima representada pela palavra "Anauê", cujo significado é "Você é meu parente". De origem indígena, era utilizada como caracterização do movimento, além de forma de respeito às categorias hierarquizadas dentro do integralismo (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Além disso, por mais que a AIB buscasse expressar originalidade em seu discurso, afirmando-se como um movimento genuinamente brasileiro e negando, por vezes, a existência de relações e inspirações políticas com outros grupos, é certa a existência de conexões que influenciaram na concepção do projeto idealizado por Salgado, especialmente com o catolicismo social, a *Action Française*, o próprio IL e o fascismo italiano (Gonçalves, 2018).

Tendo a composição dos movimentos brasileiro e português em vista, bem como os diferentes contextos em que se consolidaram, entende-se que os integralismos não possuem a mesma significação, nem tampouco podem ser colocados como similares de forma totalizante. No entanto, é visível que a organização lusitana serviu de abertura para o pensamento do congênere brasileiro. O conservadorismo português estava inserido em uma rede de ideias e práticas que promoveu inspiração política na organização do movimento estabelecido no Brasil. O líder, Plínio Salgado, desenvolveu uma série de apropriações de ideias que estavam disponíveis no seu tempo, por meio de uma associação entre as matrizes vindas da infância, da juventude e da interlocução com os modernistas.

Havia, portanto, uma circularidade cultural que o conservadorismo português e o brasileiro partilhavam. Com essa relação, vê-se a constituição da trajetória histórica do sujeito político que foi Salgado. Sendo assim, este artigo tem como objetivo investigar as relações entre integralismos, sobretudo a partir da concepção doutrinária de Plínio Salgado, que apresentava um discurso político baseado na visão cristã espiritualista. Busca-se realizar um processo comparativo no sentido de compreender as convergências e divergências entre eles.

Estruturação do integralismo em Portugal e as ressonâncias no caso brasileiro

Desde a fundação de ambos os integralismos, havia uma preocupação com a originalidade. Os integralistas em Portugal não aceitavam o rótulo de miméticos ou

plagiadores da *Action Française*, tendo em vista seu propósito de apresentar algo novo para a sociedade. Isso foi expresso, por exemplo, por Hipólito Raposo:

> [...] o equívoco de uns e a má-fé de muitos cercaram o Integralismo Lusitano de um rumor de suspeição que o acompanhou desde os primeiros passos. E ainda agora, após tantas justificações, este movimento de renovação nacional é considerado por muita gente como simples artigo de importação francesa, sem fundamento tradicional, sem razão de vida própria, enfim, como um caso de moda intelectual ou de pedantismo culto. (Raposo, 1929, p. 12)

Essa preocupação também foi demonstrada por Plínio Salgado, que possuía como necessidade básica a afirmação de originalidade perante a sociedade. Nesse sentido, o chefe do integralismo brasileiro afastava-se de afirmar diretamente as matrizes culturais e apropriações que embasavam o pensamento da AIB, muito embora elas fossem existentes. Sendo assim, por mais que o discurso dos dois integralismos tenha buscado esse afastamento, é evidente que houve um processo de circularidade basilar para a constituição das organizações, sobretudo no caso do IL, constituído por uma juventude intelectualizada oriunda da Universidade de Coimbra: "Nascidos nos anos 89-91 do século passado, é na Universidade de Coimbra que, nos anos que medeiam 1907-11, irão adquirir o fundamental da sua personalidade intelectual" (Pinto, 1983, p. 1411).

Por sua vez, Plínio Salgado, nascido em 1895, não possuía formação acadêmica, o que reflete em diferenças existentes entre as duas organizações. Apesar disso, o integralismo brasileiro muito se assemelha ao IL, visto que ambos apresentavam como base o nacionalismo e o anticomunismo, bem como tinham a presença de intelectuais tradicionais católicos em seu interior.

Em relação ao caso lusitano, o movimento surgiu em um contexto de reação às doutrinas emergentes no século XX e, assim, representou uma resposta conservadora aos avanços de modernização pelos quais o mundo passava naquele período:

> Em Portugal, o Integralismo Lusitano renovou o pensamento conservador (católico, antiliberal e contrarrevolucionário), conferindo-lhe um nacionalismo vincadíssimo e uma forte reação das forças agrárias ao Estado Liberal que começou a claudicar com a eclosão da I Guerra Mundial, propondo as teorias integralistas um retorno mais ou menos claro ao passado pré-liberal e ao reino encantado da nobreza latifundiária. (Ferreira, 2005, p. 308)

A expressão que deu nome ao grupo foi utilizada pela primeira vez no ano de 1913, em uma publicação feita por Luís de Almeida Braga – um dos "mestres"[4] do grupo – na revista *Alma Portuguesa*. Um ano depois, foi fundada a revista *Nação Portuguesa*, com intuito de difundir uma proposta monárquica em Portugal, a partir da concepção

integralista. No ano de 1922, as atividades do IL foram suspensas por falta de concordância com o *Pacto de Paris*[5]: "Sob o ponto de vista estritamente organizativo, o IL nunca recuperou da autodissolução de 1922. Alguns anos mais tarde, a morte do seu líder incontestado, António Sardinha, dificultou ainda mais a tentativa de reconstituição" (Pinto, 1994, p. 36).

Diferente do movimento brasileiro, que não só se transportou à ação pelo caráter fascista como também se tornou partido político[6], o IL nunca se transformou em uma agremiação política totalmente organizada em uma concepção partidária ou regimental. O movimento, por ser um celeiro de intelectuais, agia principalmente no campo das ideias, tendo as letras como principal arma de desenvolvimento político: "O Integralismo Lusitano foi um movimento político que, acima de tudo, sempre se caracterizou por um grande elitismo social e cultural" (Martins, 2004, p. 271).

A falta de uma força burocrática, em caráter partidário, gerou obstáculos no sentido de crescimento político, o que criou a ramificação do grupo:

> A opção fascista colocou-se a grande parte do setor juvenil e dos simpatizantes militares. O núcleo duro da Junta Central irá manter-se fiel à monarquia, apoiando todos os projetos de instauração de uma nova ordem corporativa e radicalmente antiliberal. [...] Alguns elementos da chamada segunda geração integralista aderiram de imediato à ordem salazarista, como Marcello Caetano, sucessor de Salazar no fim da década de 60. Mas em 1932, Rolão Preto, ao mesmo tempo que aceitava a dissolução da Junta Central da qual era o elemento mais jovem, fundou o Nacional-Sindicalismo. (Pinto, 1994, p. 36)

Excetuando o período relacionado a essa nova organização política nascedoura no interior IL, o Nacional-Sindicalismo (N/S)[7], as bases políticas sempre foram mantidas durante o período de vigência do movimento. Nesse sentido, os integralistas lusitanos

> [...] afirmaram-se como nacionalistas e corporativistas, monárquicos e reacionários, tradicionalistas e organicistas, antiparlamentaristas, positivistas de direita (como Barrès e os teóricos da *Action Française*, Maurras, Daudet e Bainville), cientificistas (o caso mais notável é Pequito Rebelo embrenhado na leitura de Gustave Le Bon), profetas da sociedade antiburguesa (como Geroge Sorel e George Valois agremiados no *Cercle Proudhon*) e antimaterialistas, progressivamente neotomistas (sobretudo António Sardinha na esteira de Jacques Maritain e de Maulnier). (Carvalho, 1995, p. 87)

Essas ideias, presentes desde a fundação do movimento lusitano, ganharam atenção no Brasil entre alguns movimentos conservadores, como é o caso do fascismo brasileiro. A AIB fez uso de ideias pautadas na leitura de Le Bon e outros teóricos, aliado a teorias desenvolvidas pelo líder. Além disso, o pensamento literário de Plínio Salgado foi consolidado, por meio do verdeamarelismo[8], em torno do discurso reformista,

conservador e radical, que pautou a década de XX no contexto brasileiro – o que havia ocorrido, de forma semelhante, em Portugal:

> [...] o ponto de unidade que os individualiza e cujo estigma marcará a sua intervenção futura inicia-se no campo literário e estético. Aqui intervenção enquanto estudantes, constituindo-se em tertúlia de debate e leitura. Sardinha republicano frequenta o monárquico Monsaraz e juntamente com Hipólito Raposo publicam ficção, poesia, crítica de teatro, etc. Eram conhecidos com o grupo dos 'Exotéricos'. (Pinto, 1983, p. 1412)

Verifica-se, portanto, uma forte influência cultural e intelectual na estruturação de ambos os integralismos, em Portugal e no Brasil. Ademais, havia uma rede de circulação cultural em que os movimentos português e brasileiro estavam inseridos.

Portugal e Brasil: circularidades entre integralismos

A prática da cultura política nacionalista "preconiza a criação de um Estado autoritário, eventualmente monárquico, que assentaria nas comunidades naturais, a cultura política católica procura as vias da realização do cristianismo na cidade através de organizações políticas diversas e por vezes opostas" (Berstein, 1998, p. 354). Essas concepções culturais estiveram presentes na criação de ambos os integralismos, em Portugal e Brasil, que se definiam como doutrinadores, ou seja, aqueles que possuem uma verdade a ser levada para a sociedade.

Na compreensão de Pequito Rebelo (1921, p. 5), "O integralismo, verdadeira ressurreição do espírito nacional, é ao mesmo tempo uma doutrina de princípios, um sistema de instituições e uma disciplina de combate". Nesse sentido, os princípios podem ser compreendidos como elementos políticos de dominação, que foram operacionalizados por meio da criação de mecanismos que possibilitassem o entendimento popular: "é conveniente que o integralismo seja traduzido na simples e forte linguagem do lavrador, que tem uma fala e um pensamento, aprendidos na escola da Terra" (Rebelo, 1921, p. 5). Ou seja, buscava-se a dominação e a catequização por meio da simplificação da linguagem, o que era uma perspectiva partilhada também por Plínio Salgado. Ao lançar o livro *O que é o integralismo* (1933), o líder do fascismo brasileiro disse:

> A presente exposição da doutrina integralista eu faço para as massas populares, procurando ser o mais simples possível [...] Escrevo para o meu povo, numa hora de confusão e de dúvidas, tanto nacionais como universais, e todo o meu desejo é tornar acessível aos simples o pensamento que já penetrou dominantemente as classes ilustradas do País. Este livro pertence ao operário das cidades e aos trabalhadores do

> campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os cursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais. (Salgado, 1937a, p. 31-32)

Com a adaptação dos fundamentos teóricos para uma linguagem simplificada, os movimentos buscaram sua expansão e, para esse fim, utilizaram a educação. No caso do português, foram criadas juntas escolares, que tinham o propósito de desenvolver, com mais propriedade, o movimento. Em 1931, a *Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano* lançou um comunicado que dizia:

> O esforço doutrinário do Integralismo Lusitano, em menos de duas décadas, bastou para varrer da melhor parte da mentalidade portuguesa a nuvem fantasmagórica e mitos que de há muito a vinham degradando. Dia a dia, os fatos de cá e de fora vêm dando luz mais viva às nossas diretrizes políticas, sociais e econômicas. [...] É nosso propósito promover a publicação duma série de Estudos Políticos, econômicos e sociais, de instante oportunidade, subscritos por alguns dos melhores valores do nacionalismo português. Só com grandes sacrifícios, que voluntariamente aceitamos, poderemos vencer as enormíssimas dificuldades materiais com que inevitavelmente vamos defrontar-nos. Conosco trazemos apenas aquela fé inabalável que multiplica as forças, e o entusiasmo, sem mancha da nossa mocidade. (JEC-IL – AHS-ICH, C034)

Já a AIB possuía diversos periódicos com o objetivo de divulgar os preceitos do integralismo brasileiro: "No período de existência legal do movimento integralista foram editados cento e trinta e oito jornais oficialmente ligados ao movimento, sendo dois de circulação nacional, trinta de circulação regional e cento e seis de circulação local ou nuclear" (Oliveira, 2011). Salgado afirmava que

> A grande missão que o país tem o direito de exigir da imprensa nestes dias [...] é, acima de tudo,- doutrinar. Doutrinar a boa doutrina, que é aquela que se origina da consideração superior dos acontecimentos [...] num rumo de superior finalidade política. [...] A imprensa falhará a sua finalidade, se si alistar [...] como orientador de grupos ou de classes, de interesses pessoais e de conclaves de ambições [...] não prestará nenhum serviço a nacionalidade. Agirá como uma deseducadora das massas. (Salgado, 1935b, p. 157-161)

Nesse sentido, o incentivo educacional era elemento central no discurso integralista, que tinha como preceito a dominação. Para o líder brasileiro, "A alma de um povo só se desperta com coragem, com fé, com energia, numa arregimentação contínua, em permanente doutrinação" (Salgado, 1935b, p. 198). Ou seja, havia a necessidade de doutrinar e mostrar à sociedade caminhos a serem seguidos, sobretudo crianças, que eram um dos alvos fundamentais da sua ação pedagógica.

Na ótica da doutrinação, a ideia de nação e o sentido da valorização nacionalista foram outra convergência entre os integralismos. Para o IL, a implantação da república em Portugal, no ano de 1910, havia promovido a destruição da nação, juntamente com a degradação já causada pela monarquia absolutista. A esse respeito, os integralistas portugueses eram defensores de uma política tradicionalista, na qual a visão sobre o absolutismo não correspondia à visão tradicionalista que identificava o poder pessoal como Monarquia absoluta. Desse modo, o IL

> [...] deseja provar que na nossa monarquia, salvo raras exceções, não houve 'absolutismo', pois os reis procuraram sempre respeitar as leis existentes e as liberdades do povo português. No liberalismo é que, efetivamente, houve 'absolutismo', pois calcaram-se as leis legitimas da monarquia. Esta foi, de fato, a ideia apresentada pelos integralistas, que distinguiram 'poder pessoal', que o rei tem efetivamente de assumir, e 'poder absoluto', que constitui já um vício. [...] É neste contexto teórico – de combate, é certo, mas já fora do ambiente polêmico pombalino de 1882 – que temos de entender a posição integralista em relação ao Ministro de D. José. Ela vai considerar que o 'poder absoluto' só existiu em Portugal no tempo de Pombal. [...] Diga-se, porém, como complemento, que não era o integralismo, movimento de raiz miguelista, o único setor monárquico que então tomara posição contra as manifestações em honra de Pombal. (Torgal, 1989, p. 84)

O objetivo dos integralistas lusitanos não era simplesmente promover a restauração nacional da época monárquica, mas, sim, criar um elemento que pudesse justificar a necessidade de retomar o Portugal dos chamados "tempos áureos", no processo caracterizado como medieval. Nesse sentido, António Sardinha afirmava que "é de uso corrente reputar-se à Idade Média como um eclipse duradouro da inteligência humana, só ressuscitada do seu sono longuíssimo pelos clarões vitoriosos da Renascença. A calúnia da Idade Média é a calúnia contra a Igreja" (Sardinha, 1975, p. 20). Ou seja, os valores medievais de defesa nacionalista estavam associados a uma prática cristã.

Pensar o nacionalismo com a prática religiosa era o caminho difundido pelos integralistas brasileiros da mesma forma que ocorria em Portugal. Segundo Salgado, "Construir uma Pátria é muito difícil. [...] Porque uma Nação pode ser uma obra política, mas uma Pátria é uma arquitetura moral e espiritual" (Salgado, 1936b, p. 15-18). Dessa forma, o discurso do líder fascista no Brasil congregava elementos de sentimento nacional e pensamento cristão, buscando relacioná-los:

> Despertar em si próprio as forças do sentimento nacional porque a fusão de todas as centelhas de patriotismo de cada coração formará fogueira que incendiará o grande coração da Pátria Total. Pedir a Deus coragem e paciência, fortaleza e inspiração, energia e bondade, severidade sem alarde, bravura sem ostentação, virtude sem orgulho puritanista,

> humildade sem dignidade e dignidade sem egolatria. (Salgado, 1935a, p. 18)

A defesa do espiritualismo era um artifício, além da crença, que possibilitava a mobilização da sociedade em torno do ideal integralista, pautado pelo discurso salvacionista: "Só o integralismo, portanto, salvará o Brasil? - Sim. Só o integralismo salvará o Brasil, porque é o único movimento que tem um fim patriótico. O integralismo quer a nossa Pátria livre de todos os seus inimigos e de todos os males que dificultam a felicidade do povo brasileiro". (Salgado, 1934a, p. 6)

Em um processo similar, o IL caminhava no sentido de buscar uma solução para os problemas portugueses. No início do século XX, os integralistas em Portugal mostravam certa preocupação com o rumo do que definiam por *lusitanidade*, ou seja, o nacionalismo português no sentido de glorificação das raízes no espaço da antiga Lusitânia. Para eles, o real objetivo de luta era retomar a origem mais pura da nação portuguesa no contexto de grandeza do país. O discurso do movimento tramitava na seguinte concepção:

> Precisamos, pois, de restaurar Portugal na pureza das instituições que fizeram a sua glória e que provieram em linha reta do seu gênio social e político. Se a sua vida se desnacionalizou, se deixou de ser bem português em algumas das mais belas manifestações do seu espírito, nas suas atuais maneiras e tendências, e se muito particularmente o deixou de ser no bom governo da sua casa, urge que nós o nacionalizemos, o reaportuguesemos, o reconduzamos à claridade primeira do caminho por onde outrora seguiam seus passos, na firmeza tranquila de quem não conhece tortuosidades ou desvios. Façamos que Portugal se ponha de acordo consigo mesmo, que regresse à linha de evolução naturalmente marcada pelo intimo sentido do seu melhor passado (Vide, 1923, p. 60).

Seria necessária, portanto, a retomada dos valores medievais. Nesse sentido, António Sardinha afirmava que "A constituição histórica da Europa, apoiada na propriedade e na família, é estruturalmente medieval e católica" (Sardinha, 1975, p. 33). Na concepção integralista, que definia o IL como "um movimento tradicionalista, conservador e contrarrevolucionário" (Ferreira, 2009, p. 246), a monarquia era vista como a única saída para as dificuldades de Portugal. Dessa forma, o caminho liberal adotado pelo país no início do século XX seria excluído e a grandeza restabelecida com a "restauração de uma tradicional concepção do Estado-Nação, contra a concepção liberal do Estado, fundada no individualismo político e expressa, através do sufrágio universal, na democracia parlamentar" (Cruz, 1982, p. 154).

Nessa perspectiva, o pensamento baseado na concepção cristã era exaltado, como pode ser observado no discurso de membros do movimento:

> Para nós a Nação tivera princípio, mas o fim só Deus lho poderá dar, devendo assim considerá-la pela inteligência e pelo sentimento, na sua indefinida duração, na sua quase-eternidade. Deste conceito derivou o nosso Nacionalismo de doutrina e ação, para a defesa da unidade de aspirações e sentimentos gerais, no conjunto das regiões das províncias e das corporações; e afirmou-se o nosso Patriotismo militante, como sentimento de amar à Nação pelo desejo de a servir em paz e de a defender em guerra justa: o Nacionalismo em pensamento, amor e ação. A Monarquia, a Realeza, aprecia-nos como meio, não como fim, neste destino de servir a coletividade; a doutrina do nosso nacionalismo, para que fosse lógico, perfeito, tinha de concluir na necessidade do Rei. O monarca era também, em primeiro lugar, um servidor da Nação. Esta foi a razão que, levanto-nos a confessar a Monarquia, nos tornou ao mesmo tempo adversários dos outros monárquicos que o eram por diversos motivos e sem nenhuma razão (Raposo, 1929, p. 43-44).

Na mesma tônica, a AIB defendia a reconstrução do Brasil. Enquanto para os integralistas de Portugal era preciso retomar a *lusitanidade*, para os brasileiros era preciso a busca da *brasilidade*. O próprio líder brasileiro afirmava que as relações entre Europa e Brasil eram próximas, pois os males existentes eram os mesmos:

> Afirmar que não temos os mesmos problemas sociais que agitam os povos da velha Europa é desconhecer candidamente leis que regem a evolução do capital e trabalho, na sua marcha secular. [...] Evidentemente, o aspecto forma do nosso problema social e político não é idêntico ao que nos apresentam outras nações. Pois cada país tem a sua fisionomia própria, suas circunstâncias especiais, sua maneira de sentir as crises de natureza universal. Mas o fato é que todas as situações de mal-estar dos povos têm a mesma origem, vão buscar suas causas nas mesma leis gerais e nos mesmos impositivos da marcha da civilização. (Salgado, 1935b, p. 149-150)

Teoricamente a *brasilidade* deveria estar na raiz indígena existente no Brasil, com os valores dados ao tupi-guarani, como a saudação *Anauê*, que é um exemplo claro da imagem que se tentava transmitir. No entanto, é preciso notar que a busca da brasilidade não ocorreu única e necessariamente nos indígenas: ao analisar o pensamento do líder integralista, verifica-se que o propósito do movimento era a valorização total do período colonial. Ou seja, o único período da História do Brasil que não havia independência era visto por ele como o mais benéfico e engrandecedor, justamente por ter a presença lusitana. Em *Psicologia da Revolução* (1933), obra destinada aos intelectuais, afirmou que

> O Brasil só fora realmente brasileiro, realmente nacionalista, dentro da Colônia. Parece um contrassenso, mas é exato. Pois Portugal estava tão longe de nós e nos excluía de tal forma de sua vida política e social, que tratávamos de viver uma vida em separado. Uma vida espontânea, bárbara e selvagem. Sobrevivendo a Independência e o contato mais a miúde com as nações da Europa, começamos a copiar, operação que

> nunca deixaríamos mais de praticar através de toda a Monarquia e através de quarenta anos de República. Essa ânsia de liberdade avassalava os povos. Toda a América palpitava no grande sonho do século. Em Portugal mesmo e na Espanha, acentuavam-se os movimentos liberais. (Salgado, 1935c, p. 128)

Plínio Salgado, portanto, mostrava atenção com os acontecimentos portugueses. Em 1932, antes da fundação da AIB, dizia "ali mesmo na península ibérica, Portugal assume uma atitude nacionalista que objetiva principalmente à restauração do prestígio do governo" (Salgado, 1934b, p. 147). O líder do integralismo no Brasil transportava para o período colonial a ideia medievalista do IL. Como no Brasil não houve Idade Média a partir da contextualização historiográfica europeia, ele buscou uma raiz da originalidade brasileira. Dessa forma, enxergou a colônia como o medievalismo do caso lusitano, buscando a chamada pureza brasileira, ou seja, a brasilidade:

> Eles nos demonstraram como as elites cultas do Rio e do litoral viviam uma vida francesa e inglesa, já nos primórdios da Independência, ao passo que o grosso das populações vivia ainda a vida brasileira que nós criamos durante o longo período da colônia, sem nenhuma influência, nem mesmo de Portugal. (Salgado, 1935c, p. 138)

Retomando o período áureo brasileiro, o nacionalismo e a força do Brasil poderiam ser restituídos de forma intensa e com grandeza a partir da AIB, com seus membros unidos em um grande movimento nacionalista. A forma de alcançar a mais pura nacionalidade era uma discussão fundamental para tanto para os integralistas brasileiros como para os lusitanos. No caso do IL, perseverante em procurar na História de Portugal elementos de legitimação, buscou no sebastianismo forças para comprovar a validade da doutrina:

> Na bibliografia do integralismo, vemos que o sebastianismo é aproveitado das seguintes formas: 1. Como característica racial. 2. Como forma de nacionalismo. 3. Como justificação de missão divina. 4. Como justificação do imperialismo. 1. A primeira [...] deve compreender-se como a afirmação esperançosa, ela própria talvez sebastianista, de uma reserva mística existente na população portuguesa, à qual os integralistas esperavam vir a recorrer para pôr em prática planos políticos. (Cardoso, 1982, p. 1404)

Nesse sentido, o IL desenvolvia discussões em torno da criação de uma mentalidade doutrinária a partir da mitologia, impulsionadas pelo argumento de que a busca épica e gloriosa seria o desejo da população. O apelo para angariar simpatizantes e engrandecer o pensamento intelectual era necessário para a sobrevida do movimento, uma vez que

> A renovação vinha na sequência do pensamento tradicional, pugnando por um renovar purificador do espírito português, uma modificação da mundividência dos portugueses pela restauração da Lusitanidade e pela luta da luminosa Verdade. Na reconstrução interessavam-lhe o ressurgimento material, a normalização das faculdades psicológicas do português, a pacificação e a segurança da vida social e política. Daí que se possa dizer que a mensagem integralista ficou eminente à solução imediata, sendo o caminho da reconstrução, naturalmente o preferido, dado o caos político-constitucional e sentimental generalizado provocado pelo estado amorfo da República demoliberal. (Ferreira, 2009, p. 243)

Desse modo, o sebastianismo colocava-se como elemento fulcral para os integralistas lusitanos, posto que a imagem de salvador era associada à imagem do Rei messiânico, místico e salvador. No caso da AIB, contudo, não havia rei, o que é uma diferença entre os modelos integralistas. Isso porque o Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, já era uma república consolidada, sendo o retorno monárquico inconcebível[9]. Esse contexto, entretanto, não impedia a chegada ao poder de um Messias. Em *O Rei dos Reis* (1945, p. 34), Salgado enunciava que "Dom Sebastião já não é o Dom Sebastião. Com o andar dos séculos, tornou-se o Esperado, o Desejado". Desse modo, no lugar do rei seria necessário um novo profeta, posição a qual o líder integralista se apresentou, sugerindo ser o Dom Sebastião brasileiro.

Na liderança que assumiu na AIB, considerava internamente a imagem de messias, principalmente por ver na "atitude de passividade messiânica do povo brasileiro" (Trindade, 1979, p. 64) certo elemento positivo. O "chefe exprime uma consciência, uma cultura, uma unidade de propósitos" (Trindade, 1979, p. 64) e o propósito do discurso teórico do líder era justamente reeducar as massas, mas no viés doutrinário e autoritário. Ademais, é possível observar uma matriz europeia no pensamento pliniano. Em *A voz do Oeste: romance-poema da época das Bandeiras* (1934), o messianismo torna-se temática central, especificamente o sebastianismo. Nele, Plínio Salgado

> [...] pensa que o povo brasileiro resulta da fusão do messianismo português ('sebastianismo'), nascido da lenda de D.Sebastião, rei durante a dominação espanhola, com o messianismo indígena que ouve o apelo da terra (a voz do oeste), de onde partiram seus ancestrais tupis. Os dois messianismos se mesclam na fusão dos dois povos. [...] deste encontro, nasceu o novo messianismo que não é nem o sonho errante do índio, nem o sonho contemplativo do lusitano. (Trindade, 1979, p. 65)

Por mais que o líder brasileiro tenha se posicionado de formas ambíguas acerca do messianismo[10], é inegável que, assim como para os lusitanos, o apelo para uma liderança divina e incondicional foi fomentado na AIB. A força colocada em Deus na atribuição da liderança a ser criada em torno da sua imagem era vista como um elemento

natural e de necessidade perante a situação de destruição que o mundo do período entreguerras vivia:

> Nesta hora tormentosa para o mundo, e neste momento de tantas angústias para o meu Brasil, sinto a minha responsabilidade grave e procuro falar menos como um agitador, que tive necessidade de ser para despertar minha Pátria do que como um construtor, um homem de Estado, um embaixador da Nova Nacionalidade. Volto-me para a única 'fonte de água viva', para a 'luz do mundo', para aquele que vivendo como um Deus a vida que só um Deus pode viver, ensinou aos homens a viver a vida de homens e deu-lhes o senso profundo da harmonia de que nos temos afastado tanto porque de há muito perdemos todo o conceito exato, linear, perfeito, da personalidade humana. (Salgado, 1936b, p. 124)

No componente de autoridade do IL, Hipólito Raposo destacou que à "ideia da igualdade humana, essencialmente injusta e anárquica, contrapunhamos a ideia de diferença que implica a hierarquia dos valores e a coesão da disciplina, sob o império da autoridade" (Raposo, 1929, p. 42). Nesse contexto, ressalta-se que o movimento português "apresentava uma série de propostas concretas essenciais à unidade: necessidade de um rei, como um líder único e incontestado" (Ferreira, 2009, p. 257). Com essa inspiração, Plínio Salgado, no Brasil, afirmava que, devido ao fato de que "a humanidade vai hoje caminhando sem disciplina, entregue a essas forças bárbaras que arrastam a todas as degradações e todos os crimes" (Salgado, 1934b, p. 62), era preciso a busca de uma solução forte capaz de resolver os males que atormentam a sociedade.

Em vista disso, o líder do integralismo brasileiro buscava desenvolver teorias para justificar a necessidade da forma autoritária nacionalista: "a Pátria, ela mesma, é uma expressão de disciplina. E, tendo desaparecido a disciplina, desaparece a Pátria [...] Como salvamos a Liberdade? Pela disciplina" (Salgado, 1934b, p. 222-223). Ressaltava, ainda, que "os governos perderam a autoridade" (Salgado, 1934b, p. 102), por isso havia a necessidade do discurso de força como único elemento de organização da sociedade brasileira:

> Precisamos de autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam sua influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordens. (Salgado, 1936a, p. 3)

Com inspiração na trajetória do IL e buscando demonstração de força e poder, o integralismo brasileiro desenvolveu-se sob a égide da Igreja Católica (cf. Gonçalves,

2018), que passou a ser sustentáculo tanto para os brasileiros como para os lusitanos. Sobre essa relação da Igreja com o integralismo em Portugal, Pequito Rebelo afirmou:

> A Monarquia não só reconhece a Religião, mas corporativista por essência, reconhece a Igreja no maior prestígio, dignificação e liberdade; e regime de ideal e espiritual, reconhece e projete todas as formas de embelezamento e elevação intelectual da vida humana, a arte e a ciência nos seus institutos, com sua representação. (Rebelo, 1921, p. 24)

No pensamento do IL, sobretudo no do principal intelectual – António Sardinha – , havia a prática da disciplina, elemento associado ao governo de força e autoridade. Em *O valor da raça*, o líder lusitano afirmava, por exemplo, que "O culto da disciplina cativa a juventude" (Sardinha, 1915, p. 173). De forma semelhante, Plínio Salgado pregava a disciplina no Brasil, tendo como objetivo a restauração da autoridade nacionalista contra o avanço democrático brasileiro no decorrer do século XX. Nesse sentido, defendia que

> Em relação a esse importante setor, nós o mantemos com 'escola de disciplina'. O camisa-verde aprende a ser modesto, diligente, respeitoso; adquire um exato conceito da Autoridade; aprende a amar a sua Pátria e a tudo sacrificar por ela, inclusive seus interesses e vaidades pessoais; aprende a sofrer, a calar, a trabalhar sem alarde; aprende a amar seus companheiros, que constituem hoje uma família de 400.000 irmãos. No dia em que todos os brasileiros forem 'camisas-verdes', estará resolvida a primeira questão desse complexo problema da Ordem. (Salgado, 1935a, p. 38)

Para a manutenção dessa ordem, havia a constante e suprema manutenção de Salgado na liderança da AIB. Assim, é possível verificar que havia uma força de rigidez e disciplina total no que se refere à organização e ao sentido do líder, conforme demonstram diversos documentos oficiais, como o *Regulamento do Departamento da Juventude Integralista*, em que se diz "Art.17º - O Chefe Nacional é o comandante supremo da Juventude Integralista" (Salgado, 1936c), e o *Estatutos da Ação Integralista Brasileira: 2º Congresso Integralista Brasileiro*, no qual consta que "A Ação Integralista Brasileira é uma associação civil, com sede na cidade de São Paulo, e é um partido político, com sede no lugar onde se encontrar o seu Chefe Supremo" (Salgado, 1950, p. 47).

A liderança de Plínio Salgado era indiscutível, assim como a sua atuação na construção política do integralismo brasileiro. Em 12 de junho de 1937, por exemplo, foi proclamado candidato à sucessão presidencial, na sessão soleníssima das Cortes do Sigma. Nesse momento, pronunciou um discurso, intitulado *O sentido cristão do integralismo*, em que afirmou:

> Esse é o Estado Integral, como eu compreendo no recesso de minha consciência, nas horas caladas em que me dirijo a Deus, pedindo-Lhe que faça a felicidade de meu Povo. É por isso que neste momento, quero fazer-vos a profissão pública de minha fé: Eu creio em Deus Eterno; creio na Alma Imortal; creio no poder optativo, deliberativo, da Alma Humana e na sua capacidade de interferência nos fatos históricos, levantando as multidões e conduzindo-as. Creio em Cristo e na luz que d'Ele desce. Creio que aqueles que O invocam, que Lhe suplicam inspiração, que Lhe requerem humildemente sabedoria, força, esperança, escutam as harpas misteriosas dos Arcanjos que despertaram um dia os homens simples e de boa vontade para que louvassem o Senhor. Por Cristo me levantei; por Cristo quero um grande Brasil; por Cristo ensino a doutrina da solidariedade humana e da harmonia social; por Cristo luto; por Cristo ensino a doutrina da solidariedade humana e da harmonia social; por Cristo luto; por Cristo vos conclamo; por Cristo vos conduzo; por Cristo batalharei; Na hora da perseguição, das dificuldades, das incertezas, para nós, para o Brasil, quero contar convosco, ó Cristo. Na hora da vitória, quero construir convosco. E quando nos chamarem fracos, ó Cristo, eu vos peço, dai-nos, do alto da vossa glória, a vossa fortaleza. (Salgado, 1937b)

Nesse discurso, a relação da liderança com o aspecto religioso é notável. Esse elemento, presente de forma marcante também no IL, foi mote de Salgado, que pregava a defesa de uma unidade cristã e a força em torno do cristianismo. Desse modo, buscava associar a sua figura de líder político a de líder religioso, tendo em vista o uso da imagem carismática como um elemento de unidade no integralismo brasileiro. Em entrevista concedida em 1970, afirmou que acreditava possuir "uma capacidade inata de comunicação com as massas. Embora não saiba explicar se se trata de um fenômeno psicológico ou de uma natureza, tem a certeza de possuir esse dom pessoal" (Trindade, 1979, p. 168).

Juntamente com a concepção religiosa, o líder do integralismo no Brasil elaborou outra forma de fortalecer a família cristã – um dos pilares do movimento. Para Salgado, o município possuía, por meio da família, a garantia de autonomia de um processo organizativo na política. Nesse sentido, exclamou, no *Manifesto de Outubro*, que era preciso "fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), segundo os impositivos da Nação Organizada, com bases nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família" (Salgado, 1932, p. 8). Complementarmente, na *Diretrizes Doutrinárias* (1933), afirmou que

> O Município é uma reunião de famílias. A origem do município na Família tornou-o sagrado, intangível, em tudo o que disser respeito a seus interesses peculiares. Esses interesses, porém, como os individuais, não podem exorbitar, ao ponto de a si próprios se ferirem. Assim, o Integralismo, mantendo a autonomia do município, subordina-

> o aos interesses da região ou da Nação, em tudo o que se relacionar com serviços de caráter geral e técnico.

Tal defesa fez com que ganhasse o rótulo de "pioneiro do municipalismo",[11] entretanto, não se tratava de um pioneirismo, uma vez que a valorização da autonomia municipalista era presente já no discurso do integralismo lusitano. Hipólito Raposo (1929, p. 33-35) afirmou que o "mestre" António Sardinha "era tradicionalista, tinha no mais alto grau o culto do lar e da família, professava e justificava a necessidade da nobreza, era municipalista, regionalista [...] Municipalistas éramos".

Sendo assim, houve uma clara base inspiratória lusitana na concepção das ideias acerca da autonomia municipal por parte de Salgado, que enfatizou a associação com a família. Com base nos valores tradicionalistas de cunho religioso e com objetivo claro de catequização social, o líder da AIB argumentava que

> A Família é a defesa moral do Homem que, só em razão dela, não se animaliza e só pelo seu respeito não se escraviza. Consequentemente, sustentamos o princípio da Propriedade. Porque ela é a garantia da Família, a defesa material do indivíduo e o elo concreto através do qual as gerações se ligam. A Propriedade é a esperança do trabalhador. Motivo por que o Estado Integral se opõe ao sentido capitalista da civilização burguesa e liberal, pois o capitalismo atenta contra o princípio da Propriedade, absorvendo, dia a dia, as posses dos pequenos, prosseguindo na sua obra marxista de proletarização das classes médias, sufocando as pequenas iniciativas com juros onerosos e escravizando as nacionalidades através de operações financeiras leoninas. Sustentamos os princípios da Família e da Propriedade, na defesa do operário, do pequeno artífice, do lavrador ou comerciante, na defesa das classes médias e liberais. Como consequência, o Estado Integral defende violentamente, a ideia da Pátria. [...] A voz da Pátria foi uma realidade histórica muito mais forte do que a luta de classe. (Salgado, 1995, p. 75-76)

Os pontos de defesa expressos no lema – "Deus, pátria e família" – eram evidentes, bem como a força antimaterialismo e a ênfase em elementos espiritualistas de cunho social, o que se assemelhava sobremaneira ao IL. Acerca do movimento português, Fernão da Vide apresentou uma interpretação convergente com esses ideais, afirmando que

> Por via da instituição da Família, a raça apegava-se cada vez mais à terra onde dormiam para sempre os seus mortos e de onde germinava o trigo loiro em cada retorno da primavera. [...] As várias formas de vinculação da terra à Família, e nomeadamente ao regime de vinculação por aforamentos, deveu o povoamento do Reino o seu maior e mais rápido incremento. [...] O conceito de Família, por tal maneira andava só pela conquista e amanho das terras se elevou e nobilitou, e esta só pela sua vinculação à comunidade familiar foi levada ao seu maior

> aproveitamento social, moralizada pela forte tendência de ascensão que à família proprietária estimulava e conduzia. (Vide, 1923, p. 38-40)

O elemento de defesa da terra, sustentáculo basilar para a família, era presente nos dois movimentos, que tinham a defesa da propriedade como questão central para o combate e luta maior, o comunismo. No *Manifesto de Outubro*, por exemplo, Plínio Salgado (1932, p. 2-5) afirmava que "Deus dirige os destinos dos povos. O Homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade" e que "O comunismo trama contra todos". Para o combate, o líder da AIB utilizava artifícios em torno de um discurso emocional (visto como cômico), buscando impedir que grupos sociais brasileiros entrassem na defesa materialista:

> Vi estampada numa revista de propaganda da URSS, a fotografia de um 'posto de ordenação' dos Sovietes. Uma fila de mulheres deixando-se ordenhar, como vacas, porque na Rússia é proibido às mães amamentarem seus filhinhos. Essa cena degradante, que apresentam como reclame do regime, demonstra a escravidão de um povo. No Brasil, jamais as mães tolerariam isso. (Salgado, 1936b, p. 52-53)

De forma similar, o IL demarcava os mesmos inimigos, identificados como causadores dos males. Nesse sentido, Luis de Almeida Braga afirmava que "O comunismo é um efeito, não é uma causa: é o remate lógico e normal do Liberalismo da Democracia, das falsas ideias igualitárias da Revolução Francesa" (Braga, 1959). Ademais, ao analisar a prática do regime soviético, em ascensão no período, Pequito Rebelo (1921, p. 31) argumentava que

> Esta experiência fez-se, na Rússia, com retumbante fracasso. A organização soviética, sendo a desorganização sistemática, deu o imediato retrocesso à barbárie, não se mostrou forma de vida, mas processo de morte. Passou logo a Rússia ao regime bolchevista: deixaram de mandar os operários e soldados, passou a tripudiar uma minoria de judeus intelectuais, apoiados numa guarda vermelha chinesa. Esta ditadura, feita sempre em nome do proletário, tem de fato renunciado a todos os princípios socialistas, pondo em vigor muitos princípios monárquicos; substitui o internacionalismo pelo nacionalismo, o pacifismo pelo militarismo, o parlamentarismo pela ditadura; depois de fuzilar muitos patrões, tomou os restantes e pô-los à testa das empresas com o nome de especialistas, ganhando milhares de rublos, e com os mais discricionários poderes sobre os trabalhadores, reconstituindo assim o patronato; por fim restabeleceu já, nos campos, a propriedade individual e, no xadrez internacional, favorece os desígnios do capitalismo cosmopolita. O bolchevismo em linguagem de lavrador é o trágico motim de todo o pessoal de uma herdade, que, levado por más ideias, assassina o patrão e subchefes para governar uns momentos na preguiça e na desordem até que novos chefes lhes fazem

> pagar com redobrado rigor os momentos de licença de que gozaram os seus baixos instintos.

Com a mesma apelação, Plínio Salgado (1936b, p. 28) utilizava um discurso de força, afirmando que "Os comunistas erguem a bandeira vermelha, com a foice e o martelo. Nós erguemos a bandeira verde-amarela e, para sustentá-la, para garanti-la, desfraldamos a bandeira azul e branca do sigma". Indicava, também, que

> O comunismo não é uma causa: é um sintoma. O mal não é o comunismo em si, porém, são as causas que geram o comunismo. O comunismo, por consequência, não se acaba com violência, com opressões e fuzilamentos: acaba-se com a extinção das fontes de que ele provém. É preciso encararmos o comunismo sob os dois aspectos pelos quais ele se apresenta: o intelectual e o moral. Sob o ponto de vista intelectual, o comunismo só pode ser combatido, eficientemente, pela crítica, pelas ideias, no livro, na tribuna, na imprensa. Sob o ponto de vista moral, o comunismo só pode ser combatido pelas medidas que melhorem o sofrimento da massa e pelos exemplos de virtude. Tanto o estado de espírito do intelectual como o estado de espírito do inculto, porém, sentimental, só podem ser substituídos por uma nova concepção da vida. Será, porém, inútil, tanto a ação do pensamento como ação do sentimento, se ela não for prestigiada pelo exemplo. Estancar as fontes do comunismo, - eis o nosso trabalho. (Salgado, 1937c, p. 7-8)

Existia, portanto, no discurso da liderança central da AIB o apontamento da culpa dos materialistas em relação a problemas do Brasil. A partir disso, apresentava a existência de apenas uma alternativa para solucioná-los: o movimento integralista, com o propósito de "assentar sobre bases sindicais corporativas [...] a estrutura do Estado Novo" (Salgado, 1936a, p. 8). No *Manifesto de Outubro*, indicava que

> [...] a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem, cada uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Nacionais. Os eleitos para as Câmaras Municipais elegem o seu presidente e o prefeito. Os eleitos para os Congressos Provinciais elegem o governador da Província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o Chefe da Nação, perante o qual respondem os ministros de sua livre escolha. (Salgado, 1932, p. 4-5)

Anos antes, os integralistas lusitanos, a partir de seu texto fundacional, já apontavam o corporativismo enquanto componente central do seu projeto, sobretudo no que concerne às questões econômica e familiar administrativa:

> 1) Aspecto Econômico: [...] *Corporação:* sindicatos operários, patronais e mistos, sua personalidade jurídica, fiscalização da empresa, fomento dos interesses comuns, arbitragem, etc. *Graus corporativos superiores:* sistematização profissional, colégios técnicos, câmaras de trabalho, etc. *Nação Econômica:* Política econômica do governo central (Rei, ministros, conselhos técnicos), função supletória de fomento

> (protecionismo, tratados comerciais) – função de fiscalização e coordenação dos vários graus de hierarquia econômica. 2) Aspecto familiar administrativo: [...] *Nação Administrativa: Órgão* – a Assembleia Nacional assistida do conselho técnico geral (permanente ou de convocação temporária). *Representação* – delegações provinciais, municipais, escolares, corporativas; delegação eclesiástica, militar, judicial, etc. *Função* – consulta sobre a aplicabilidade na prática, das leis que os ministros e os respectivos conselhos técnicos elaboraram (aprovação de impostos, orçamento, etc.). ("O que nós...", 1914, p. 5).

Em vista do exposto, é possível observar que houve o estabelecimento de múltiplas convergências entre os dois movimentos política, como o nacionalismo autoritário, o conservadorismo radical, o anticomunismo, o antiliberalismo, a antioligarquia e a defesa do espiritualismo. Da mesma forma, é notável que existiram divergências, como a oposição entre monarquia e república e a forma de ação – enquanto a AIB colocava-se como um movimento político mobilizador da massa social, o IL era mais elitizado.

Considerações finais

A política integralista de Plínio Salgado obteve certo sucesso, uma vez que conseguiu arregimentar milhares de militantes, no entanto, nunca alcançou o poder central, assim como os lusitanos, que, apesar do caráter intelectual inerente ao movimento, exerceram grande influência em movimentos de extrema direita em Portugal e em outros países, como Brasil. Ambos os movimentos tiveram seu crescimento interrompido no contexto de instauração dos Estados Novos de António de Oliveira Salazar e de Getúlio Vargas. Isso, entretanto, não impediu a continuidade dos processos de circularidade. Na verdade, a ilegalidade da AIB abriu espaço para um novo momento da relação luso-brasileira de Plínio Salgado: o exílio em Portugal, que ocorreu entre 1939 e 1946 (Gonçalves, 2023).

As ideias lusitanas conformaram-se como um elemento fundamental na consolidação das concepções político-intelectuais do líder do integralismo brasileiro. Na primeira metade do século XX, por meio de uma associação entre as matrizes vindas da infância, da juventude e da interlocução com modernistas, desenvolveu uma série de apropriações de ideias que estavam disponíveis em seu tempo. Para além da influência do fascismo italiano, houve uma circularidade luso-brasileira em que os conservadorismos português e brasileiro estavam inseridos. Assim, formaram-se redes de

sociabilidade intelectuais entre os dois países, que possibilitaram trocas e circulações de ideias (Gonçalves, 2018).

Essas relações de Salgado com Portugal foram fundamentais para a continuidade do integralismo brasileiro após 1937. No exílio, o líder fascista buscou o estabelecimento de um discurso cristão, que seria incontestável e possibilitaria a reconstrução do integralismo. Dessa forma, redefiniu a AIB a partir da reordenação do pensamento, das ações e das articulações políticas em torno do espiritualismo católico, o que inaugurou um nova fase política no período pós-guerra baseada no cristianismo português, a partir da fundação do Partido de Representação Popular (PRP), que apresentava um discurso em defesa da política portuguesa, no âmbito do Estrado Novo de Salazar.

Referências

BRAGA, Luís de Almeida. O Comunismo. *O debate*, Lisboa, 04 mai. 1959.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.). *Para uma história cultura*. Lisboa: Estampa, 1998.

CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano. *Análise Social*, Lisboa, n. 72-73-74, p. 1399-1408, 1982.

CARVALHO, Paulo Archer de. De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranoia. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 17, p. 79-123, 1995.

CRUZ, Manuel Braga da. O integralismo lusitano nas origens do salazarismo. *Análise Social*, Lisboa, n. 70, p. 137-182, 1982a.

FERREIRA, Nuno Simão. A I República e os integralistas: a visão de Alberto de Monsaraz. *Lusíada:* história, Lisboa, n. 5-6, p. 237-193, 2009.

FERREIRA, Nuno Simão. Alberto de Monsaraz e o integralismo lusitano: pensamento a acção. *Lusíada:* história, Lisboa, n. 2, p. 253-308, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Transnational Fascism: Portugal and the Brazilian Integralism of Plínio Salgado. *Journal of Iberian and Latin American Studies*, v. 29, p. 273-193, 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado:* Um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes:* do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

JUNTA ESCOLAR DE COIMBRA DO INTEGRALISMO LUSITANO (JEC-IL – AHS-ICS, C034).

MARTINS, Fernando. Integralismo Lusitano e Política Nacional: as metamorfoses e os desafios da década de 1920. In: BAIÔA, Manuel (Ed.). *Elites e Poder:* a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931). Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE, 2004.

MONSARAZ, Alberto de (Ed.). *Cartilha Monárquica*. 3. ed. Lisboa: Soares & Guedes, 1920.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Org.). *Entre tipos e recortes:* histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011, v. 1.

O QUE NÓS queremos. *Nação Portuguesa*, v. 1, n. 1, p. 4-6, 1914.

PACHECO, Gabriela Santi; GONÇALVES, Leandro Pereira. Fascismo e Modernismo: a atuação de Plínio Salgado na década de 1920. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 57-81, 2022.

PACHECO, Gabriela Santi; LAZZARINI, Alice Bento. Fascismo, catolicismo e corporativismo: conexões entre patrianovismo e integralismo. *Faces da História*, n. 9, n. 2, p. 90-112, 2022.

PINTO, António Costa. A formação do integralismo lusitano (1907-17). *Análise Social*, Lisboa, n. 70, p. 1409-1419, 1983.

PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis:* ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

QUINTAS, José Manuel. *Filhos de Ramires:* as origens do Integralismo Lusitano. Lisboa: Nova Ática, 2004.

RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos:* L'Action Française e o Integralismo Lusitano. Lisboa: Ferei Torres, 1929.

REBELO, José Pequito. *Cartilha do Lavrador.* Lisboa: Ferin, 1921.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de outubro de 1932*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

SALGADO, Plínio. *Diretrizes Doutrinarias de 1933*. Natal: Edição do núcleo municipal de Natal, 1933.

SALGADO, Plínio. *Cartilha do Pliniano.* Rio Claro: Edição do núcleo municipal de Rio Claro, 1934a.

SALGADO, Plínio. *O soffrimento universal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934b.

SALGADO, Plínio. *A doutrina do Sigma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935a.

SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935b.

SALGADO, Plínio. *Psycologia da Revolução*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935c [1933].

SALGADO, Plínio. *Manifesto-Programma:* de janeiro de 1936 – Concretização da Doutrina do Manifesto de Outubro de 1932. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1936a.

SALGADO, Plínio. *Palavra nova dos tempos novos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936b.

SALGADO, Plínio. *Regulamento do Departamento da Juventude Integralista* (APHRC/FPS). 1936c.

SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937a [1933].

SALGADO, Plínio. *O sentido cristão do integralismo* (APHRC/FPS-100.007.007), 1937b.

SALGADO, Plínio. *Páginas de combate*. Rio de Janeiro: Antunes, 1937c.

SALGADO, Plínio. *O Rei dos Reis:* seguido de Mensagens ao Mundo Lusíada. Lisboa: Pro Domo, 1945.

SALGADO, Plínio. Estatutos da Ação Integralista Brasileira: 2º Congresso Integralista Brasileiro. In: SALGADO, Plínio. *O integralismo perante a nação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950 [1953]. p. 47-48.

SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. 5. ed. São Paulo: GRD, 1995 [1926-1934].

SARDINHA, António. *A teoria das cortes gerais.* 2. ed. Lisboa: qp, 1975 [1925].

SARDINHA, António. *O valor da raça:* introdução a uma campanha nacional. Lisboa: Almeida Miranda & Sousa, 1915.

STERNHELL, Zeev.; SZNAJDER, Mario.; ASHÉRI, Maia. *The birth of fascist ideology:* from cultural rebellion to political revolution. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva História, 1989.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro da década de 30. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VIDE, Fernão da. *O pensamento integralista:* seus fundamentos históricos-scientificos – determinação & oportunidade do seu objectivo social & político. Lisboa: Propriedade da Junta Provincial da Estrema, 1923.

[1] A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

[2] Fundada em 1898 por Charles Maurras, Maurice Pujo e Henri Vaugeois, a *Action Française* foi uma liga monarquista conservadora e o principal movimento reacionário da França do século XX. Defendia o corporativismo e o catolicismo, baseando-se em princípios contrarrevolucionários, antiparlamentares e pró-descentralização. Pode ser compreendida como precursora do pensamento autoritário, inspirando diversas doutrinas revolucionárias de caráter conservador e reacionário (Sternhell et al., 1995).

[3] A principal composição política do integralismo, sem dúvidas, esteve presente no pensamento do líder. Entretanto, além do "chefe nacional", a AIB contava com a liderança de Gustavo Barroso, segundo grande nome do movimento, comandante-geral das milícias integralistas e um dos mais destacados difusores do antissemitismo no Brasil, e do jovem advogado Miguel Reale, terceiro nome na hierarquia integralista e chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos, sendo considerado um dos principais ideólogos, tendo em vista sua dedicação à elaboração e sistematização dos fundamentos teóricos do "Estado Integral".

[4] Termo utilizado por José Manuel Quintas (2004, p. 22) ao mencionar os fundadores (1ª geração) de integralistas lusitanos.

[5] Por meio do Pacto de Paris em 17 de Abril de 1922, os monárquicos liberais e legitimistas foram unificados, em um documento assinado por Ayres d'Ornellas, representando D. Manuel, e por Conde d'Almada e Avranches, representando D. Duarte Nuno. Entretanto, não havia consenso, pois parte dos monárquicos demonstrava insatisfação, como os integralistas lusitanos.

[6] O integralismo brasileiro, que desde a origem apresentava-se enquanto movimento, transforma-se em partido político em 1935, no âmbito do Segundo Congresso Integralista, que ocorreu em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, em março do referido ano.

[7] O N/S foi organizado por integralistas lusitanos que optaram por transportar-se à ação, radicalizando a proposta em torno de ideais fascistas. Esse processo iniciou-se no interior da revista *Política*, organizada pela Junta Escolar de Lisboa do IL entre 1929 e 1931, e concluiu-se, com a fundação oficial do movimento, em 1932. Os fascistas portugueses tinham como liderança central Francisco Rolão Preto e buscavam consolidar-se como força econômica e social destinada a sistematizar um novo sistema corporativo e implementar um Estado nacionalista, o "Estado Nacional Sindicalista" (Pinto, 1994).

[8] No ano de 1929, no âmbito do modernismo brasileiro, divulgou-se o *Manifesto do Verdeamarelismo*, Nele pode ser encontrado um discurso baseado no nacionalismo cultural e político, mas, por sua vez, inserido no contexto de ascensão dos movimentos totalitários europeus e, dessa maneira, inspirado nesses regimes em que o nacionalismo mostra sua ação de forma autoritária. Um dos principais defensores desse manifesto era Plínio Salgado, que encontrou no grupo Verdeamarelo uma concepção de nacionalismo. Entretanto, em sua compreensão, era necessário aprofundar o debate, o que ocorre com a fundação do grupo Anta. Com a sua fundação, há um rompimento de Salgado com os verdeamarelos e uma guinada rumo à radicalização do pensamento: era preciso, na visão do intelectual, criar a consciência da nacionalidade. O manifesto, seguindo da fundação do grupo, configura-se como uma espécie de "criador de pensamento", pois é nesse momento que a gênese central da AIB começou a ser desenvolvida. (Pacheco; Gonçalves, 2022).

[9] O fato de a República brasileira estar consolidada, no entanto, não impedia que existissem grupos que clamassem pelo retorno ao modelo monárquico, como é o caso da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), que inclusive possuía estreitas relações com a AIB, por apresentar uma proposta convergente em torno de questões como a implementação de um Estado corporativo. Cf. Pacheco e Lazzarini, 2022.

[10] Salgado escreveu alguns romances, como *O estrangeiro* (1926), *O esperado* (1931) e *O cavaleiro de Itaraté* (1933), que formavam a trilogia "Crônicas da Vida Brasileira". Após a coletânea, em 1934, publicou *A voz do Oeste: romance-poema da época das Bandeiras*. Dentre eles, *O esperado* e *A voz do Oeste* destacam-se em relação à abordagem sobre a temática do messianismo. No primeiro, há uma crítica ao assunto em questão, enquanto no segundo não há negação do valor messiânico. Cf. Gonçalves, 2018.

[11] O termo "pioneiro do municipalismo" acompanhou Plínio Salgado durante toda a vida. Exemplo claro ocorreu nas eleições presidenciais de 1955, em que vários *souvenirs* eram distribuídos aos eleitores com a foto de Plínio Salgado e o termo do municipalismo caracterizando o candidato presidencial.

Artigo recebido em 01/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

PLÍNIO SALGADO, A ESPANHA E OS CAMINHOS DO FASCISMO TRANSNACIONAL

PLÍNIO SALGADO, ESPAÑA Y LOS CAMINOS DEL FASCISMO TRANSNACIONAL

Borja Pérez Climent[1]

Resumo: Em este artigo se analisa e compara a trajetória das duas organizações fascistas mais importantes da história do Brasil e da Espanha: a *Ação Integralista Brasileira* (AIB) e a *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (FE-JONS). Além disso, usando uma abordagem transnacional e graças à documentação disponível no arquivo pessoal do líder do fascismo brasileiro, é explorada e examinada a relação que Plínio Salgado manteve com o regime de Franco desde os anos de seu exílio em Portugal até sua morte em 1975.
Palavras-chave: Fascismo transnacional, Ação Integralista Brasileira, Falange Española, Plínio Salgado, Franquismo

Resumen: En este artículo se analiza y compara la trayectoria de las dos organizaciones fascistas más importantes de la historia de Brasil y España: la *Ação Integralista Brasileira* (AIB) y la *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (FE-JONS). Además, utilizando un enfoque transnacional y gracias a la documentación disponible en el archivo personal del líder del fascismo brasileño, se explora y examina la relación que Plínio Salgado mantuvo con el régimen franquista desde los años de su exilio en Portugal hasta su muerte en 1975.
Palabras clave: Fascismo transnacional, Ação Integralista Brasileira, Falange Española, Plínio Salgado, Franquismo

A mediados de octubre de 1975, Francisco Franco, dictador español desde su designación como jefe del estado durante los primeros meses de la Guerra Civil española, sufrió un infarto, hecho que agravó extremadamente su estado de salud. Tras pasar unas semanas hospitalizado, el día 20 de noviembre se hizo oficial su deceso. Una fecha que tenía un simbolismo manifiesto: justo 39 años después de la ejecución, por parte de las autoridades republicanas, del líder del partido fascista español, José Antonio Primo de Rivera. La noticia fue retransmitida por Radio Televisión Española y comunicada por el entonces presidente del gobierno español, Carlos Arias Navarro. Su "*Franco ha muerto*" simbolizó el final de una dictadura que, a pesar de la desaparición de su líder, aún se resistiría a acompañarle en su destino.

[1]El autor es personal investigador en formación en la Universitat de València (España). Forma parte del equipo de trabajo del grupo de investigación: "Derechas y Nación en época contemporánea. Una perspectiva transnacional". Este artículo es resultado de parte de las investigaciones respaldadas por la ayuda PRE2019-090606, financiada por MCIN/AEI /10.13039/501100011033 y por FSE invierte en tu futuro, asociada al proyecto PGC2018-099956-B-I00.

Unos días después de la muerte del dictador, un veterano político brasileño, en esos momentos ya retirado, concedió una pequeña "entrevista a los diarios de España". A pesar de que su estado de salud tampoco era bueno, pudo, al menos, dedicar unas palabras a la memoria del *Caudillo*. Este, consideraba que Franco había sido: "*una de las figuras contemporáneas más notables por lo que representó en la Historia de su Patria, en un momento difícil para sostener la independencia y la soberanía de su nación*".

A esto, añadía que: "*en vísperas de la gran guerra mundial, cuando el imperialismo Soviético desencadenó sus fuerzas militares en la Península Ibérica*", Franco había sido capaz de conquistar ciudad por ciudad todo el territorio, parar las "*barbaridades*" del gobierno 'bolchevique', establecer: "*un régimen que restauró el orden y la tradición nacional*", y consolidar: "*el prestigio de España en Europa y en el mundo, así como el suyo propio como gran estadista*" (APHRC-FPS, ref. 091.004.013).

El autor de estas palabras, escritas, principal —pero no únicamente— en clave anticomunista, fue Plínio Salgado. Este murió tan solo 18 días después del fallecimiento del dictador español, el día 8 de diciembre de 1975.

Este documento, en el que se incluye este reconocimiento a Franco por parte de Salgado, se conserva en el *Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro* (APHRC), en la ciudad homónima del estado de São Paulo, en Brasil. Es allí donde se preserva el archivo personal del jefe nacional del fascismo brasileño. A partir del análisis de varios de los documentos que se encuentran en este fondo, este artículo pretende realizar una primera aproximación, de forma exploratoria, a la relación que Salgado mantuvo con la España franquista, primero durante su exilio en Portugal y, especialmente, tras su vuelta a Brasil en 1946.

Este texto se enmarca dentro de las investigaciones relacionadas con el proyecto de tesis doctoral de quien escribe estas líneas, que se centra en el análisis de las relaciones entre los partidos fascistas en España y Brasil. De esta manera, es preciso indicar que es una pesquisa que aún se está desarrollando y que, debido al carácter contingente de la investigación, no permite aún llegar a unas conclusiones exhaustivas.

Plínio Salgado: auge y caída del 'Chefe Nacional' del fascismo brasileño

Nacido en un pequeño pueblo del interior del estado de São Paulo en 1895, Plínio Salgado fue un político con una extensa trayectoria y un legado… sugerente. Periodista y agitador autodidacta, transitó por varios espacios políticos durante su vida: a pesar de que se inició en el *Partido Republicano Paulista*, representante de la política oligárquica

de la *República Velha*, su momento de mayor importancia y peso político a nivel nacional llegó con la fundación, en octubre de 1932, de la *Ação Integralista Brasileira* (AIB), movimiento —y después partido— representante del fascismo internacional, que llegó a ser "el caso más significativo de fascismo en América Latina" (Griffin, 1991, p. 151).

El desarrollo del movimiento, sus redes y sus organizaciones fue más que reseñable, llegando a reunir, al menos, un total de 200.000 militantes en pocos años (Gonçalves, DE OLIVEIRA, 2016, p. 168). No obstante, las fuentes y diarios integralistas suelen dar la cifra de, al menos, 1 millón de militantes en 1936, el "año verde", lapso temporal de gran crecimiento de la organización, posiblemente, en reacción a la *Intentona Comunista* de noviembre de 1935 (Cavalari, 1999, p. 34).

1937 fue un año divisor de aguas en la historia política brasileña. Desde 1930, Getúlio Vargas ocupaba la presidencia del gobierno provisional tras la 'revolución' que había roto con la vieja república oligárquica. En 1934 se aprobó, como consecuencia de la 'Revolución Constitucionalista de 1932', una nueva constitución. A pesar de esto, el *gaúcho* siguió siendo el presidente de la nación. Finalmente, a principios de 1938, se deberían de haber celebrado unas elecciones que dieran como resultado un nuevo presidente de la república, pero eso nunca llego a acontecer.

En la noche del 10 al 11 de noviembre de 1937, Vargas dio un golpe de estado y proclamó una nueva constitución, que, ahora sí, acabaría con la democracia brasileña.

En los meses anteriores al golpe de estado, Plínio Salgado y la AIB tuvieron un papel significativo en la preparación del golpe. O, si se prefiere, una labor muy importante en la polarización de la sociedad y el aumento de la tensión en las calles: manifestaciones, desfiles, refriegas contra los comunistas… y participación en varias intrigas palaciegas, como la elaboración del conocido 'Plan Cohen' o el supuesto acuerdo entre Salgado y Vargas que, consecuentemente, daría el Ministerio de Educación al líder fascista en este nuevo gobierno que estaba por construirse (Bertonha, 2020, s.p.).

No obstante, las promesas de Vargas no llegaron a cumplirse y, tras el golpe de noviembre de 1937, la AIB, como el resto de partidos políticos brasileños, fue disuelta por decreto el 3 de diciembre. Ni Salgado ni la AIB formarían parte de los fundamentos del *Estado Novo*, a pesar de que parte de su cuerpo ideológico sí que estaría plasmado en los cimientos político-jurídicos del nuevo estado. Como explica João Fábio Bertonha (2013, p. 48), la fuerza del Integralismo, basado en la movilización popular, no fue suficiente en un país donde la iglesia, los militares y las élites políticas y económicas mantenían un fuerte control del gobierno.

Ante este hecho, la militancia integralista se dividió: por un lado, se ha afirmado que la mayoría de los y las integralistas decidieron aceptar el *Estado Novo* sin más sobresaltos.

En cambio, hubo una parte minoritaria de la militancia que no vio con buenos ojos la disolución de su partido. A pesar de que el *Estado Novo* fue interpretado —por ejemplo, desde algunos diarios de la España rebelde[1]— como un posible nuevo estado 'fascista' tras el golpe de 1937, parte de los fascistas brasileños se desilusionaron con este 'fascismo' sin su representación propia. En los meses que siguieron al golpe, esta parte inconformista de la militancia integralista se preparó clandestinamente para, llegado el momento, tomar el poder por la vía de las armas (Calil, 2010, p. 68). A mediados de marzo, la policía brasileña ya era consciente de los planes conspiratorios (Gonçalves, 2014, p. 143). Sin embargo, este hecho no detuvo la dinámica golpista. Finalmente, durante la noche del 10 y el 11 de mayo de 1938, los integralistas 'rebeldes' trataron de dar un golpe armado, en el que se consiguieron hacer con el control de varios puntos estratégicos de la ciudad de Rio de Janeiro. Además, un grupo de integralistas atacó la residencia del presidente Vargas, el Palacio Guanabara, donde el propio mandatario fue sitiado y se tuvo que defender revolver en mano (Grecco, 2018, p. 254).

Con los primeros rayos de sol del 11 de mayo ya se sabía que el *putsch* integralista había acabado en fracaso. La policía y los militares se hicieron con el control de la situación. Los integralistas se vieron forzados a entregarse o a intentar huir.

El *Estado Novo* actuó, después de los hechos, especialmente contra la militancia de la AIB. El grueso de la represión se mantuvo restringida hacia las bases integralistas, ya que diversos altos cargos del extinto partido decidieron dejar de lado su ideario y, en relativamente poco tiempo, pasaron a formar parte de los engranajes administrativos o culturales del nuevo régimen. Ejemplo de esto son Miguel Reale o Gustavo Barroso, quiénes formaban el particular triunvirato del Integralismo, no obstante, siempre a la sombra de Salgado (Grecco, 2015, p. 55).

Pero, ¿qué pasó con el *Chefe Nacional*? Tras el golpe de 1937, Salgado pasó unos meses cambiando asiduamente de residencia y, tras la *Intentona Integralista*, escondiéndose de la policía brasileña. Finalmente, en enero de 1939, fue descubierto y detenido en São Paulo. A esto le siguieron unos meses en prisión, principalmente, en la Fortaleza de Santa Cruz, en Niterói, hasta que, en junio de 1939, se le "invitó" a marchar hacia el exilio. El 22 de junio salió de Brasil —con destino a Portugal—, y no volvería hasta el final de la Segunda Guerra Mundial (Gonçalves, 2014, p. 150-154).

Durante su exilio en Portugal, Salgado no dejó de seguir atentamente las noticias que le llegaban desde el otro lado del Océano Atlántico. El gobierno de Vargas se afianzó en Brasil y, consecuentemente, asistió impotente a la represión, desintegración y desaparición de la AIB y sus redes. Brasil no sería tierra de arraigo de un régimen fascista, más aún cuando, tras los bombardeos de Pearl Harbor, en diciembre de 1941, el *Estado Novo* se posicionaría junto a los Estados Unidos de América en la lucha contra el Eje (Seitenfus, 2003).

De esta manera —e incluso con anterioridad al cambio de rumbo de la Segunda Guerra Mundial tras la batalla de Stalingrado—, Salgado, cuya ideología había estado desde años atrás influida por grupos, intelectuales o instituciones de carácter reaccionario, no-fascistas, como el Centro Dom Vital, la Acción Imperial Patrianovista Brasileña o, especialmente, el Integralismo Lusitano, con quien mantuvo unas relaciones directas durante su estancia en Portugal (véase, p. ex., Gonçalves, 2012a; Pacheco, Gonçalves, 2022), empezó —o encauzó— un proceso de reconversión y/o reconstrucción ideológica que le llevaría, de proto-caudillo fascista, a intelectual católico (esp. en Gonçalves, 2012b).

El abandono —parcial o total— de su anterior ideología fascista, hizo posible que, tras el final del *Estado Novo*, volviera a Brasil. Y no sólo eso: en el nuevo mundo surgido tras el sacrificio de millones de personas durante la lucha contra los regímenes fascistas, un nuevo mundo que, en un principio, estaba más comprometido que nunca con los valores y las instituciones democráticas, los "ex"-fascistas también iban a tener su nicho político. Tras su retorno, Salgado fundó, a finales de 1945, el *Partido de Representação Popular* (PRP) (véase, esp., Calil, 2005), un partido de extrema derecha muy relacionado ideológicamente con el integralismo pero que, en esos momentos, acató las instituciones y el juego democrático, desechando toda la parafernalia que recordara al fascismo —sigmas, camisas verdes o *anauês*—, al menos, y ya como un recurso nostálgico para tratar de atraer de nuevo a 'viejos simpatizantes', hasta 1957 (Christofoletti, 2011, p. 149-151). De hecho, Salgado fue candidato a la presidencia brasileña en las elecciones de 1955, donde obtuvo un modesto, pero nada desdeñable, 8% de los votos (Gonçalves, 2023, p. 285).

El PRP fue, como su predecesor, disuelto tras un golpe de estado. En 1964, buena parte de la cúpula militar brasileña se levantó contra el gobierno democrático, presidido por João Goulart. De esta forma se inició la dictadura militar, que perduraría hasta 1985. Durante esta época, el nuevo gobierno construyó una plataforma política que actuaría a modo de partido afecto al régimen, la conocida como *Aliança Renovadora Nacional*

(ARENA), en la que se integraron, como Salgado, la mayor parte de los militantes del extinto PRP (Gonçalves, 2017, p. 254).

Así pues, Salgado, quien décadas antes hubiera sido el *Chefe* indiscutible del fascismo brasileño, "*O esperado*", aquel nuevo Tiradentes, el líder mesiánico que salvaría a la patria brasileña de sus oscuros enemigos —el liberalismo o el socialismo— pasó sus últimas décadas como un político de segunda —o tercera— fila, un intelectual católico "desfascistizado" bastante activo, pero quizás melancólico por aquellas oportunidades perdidas. Un sentimiento que, posiblemente, compartió con sus 'compañeros' fascistas en España.

Falange Española: el fascismo español y su relación con el régimen franquista

La trayectoria de los representantes del fascismo español y la de sus correligionarios integralistas, aunque queda lejos de ser la misma, tiene elementos —y momentos— que, puestos en perspectiva, pueden llegar a rimar: unos inicios modestos durante la "segunda ola" de partidos fascistas; un despegue político que, a pesar de su diferencia cualitativa, viene precedida por unos hechos que trastornarían el orden público en sus respectivos países —por un lado, una intentona comunista, y del otro, un fracaso de golpe de estado seguido del inicio de una guerra civil—; la desigual relación entre estas organizaciones y el estado o los otros miembros del "compromiso autoritario" (Burrin, 1988); el uso o la instrumentalización de su ideología, su simbología o varios elementos de su praxis política por parte de los 'nuevos estados' que se construyeron en Brasil y España… o su 'final' como organizaciones independientes en 1937. Los caminos de la AIB y FE de las JONS —siglas del partido fascista español hasta abril de 1937— se 'separarían' irremediablemente entre 1937 y 1938: los fascistas españoles acabarían siendo parte fundamental del régimen franquista, pasando a ser el partido único del *Nuevo Estado*, mientras que los brasileños, tras los hechos de 1938, acabarían por ser, poco a poco, desarticulados. Esta gran diferencia nos podría hacer pensar que unos 'triunfaron' y otros 'fracasaron', pero, en perspectiva amplia, esa frustración que tanto Plínio Salgado como otros militantes integralistas sintieron a inicios de 1938, seguramente la sentirían algunos militantes falangistas, como Manuel Hedilla, desde mediados de 1937 en adelante.

En España, como en Brasil, la década de los 30 se inauguró con un régimen que languidecía por momentos. Miguel Primo de Rivera, dictador desde 1923, había dimitido a finales de enero de 1930. El rey de España, Alfonso XIII, no pudo evitar que, a inicios

de 1931, el régimen ya no se sostuviera debido a la presión popular y al descrédito de la monarquía.

Lo que, en un primer momento, iban a ser unas elecciones municipales —celebradas el 12 de abril de 1931— acabaron convirtiéndose en el plebiscito que decidiría el final del reinado de Alfonso XIII: delante de los resultados electorales, muy favorables a los partidos republicanos en los principales centros urbanos —no tanto o, todo lo contrario, en buena parte de las zonas rurales— el rey decidió abdicar. De este modo, el 14 de abril de 1931 se proclamó la II República Española (véase, p. ex. Gonzalez Calleja et alii, 2021).

Fueron durante estos primeros años de democracia en España en los que nacieron las primeras organizaciones fascistas. Antes de que el régimen republicano cumpliera un año, en octubre de 1931, nacieron las *Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (JONS), cuyos fundadores fueron, entre otros, Onésimo Redondo Ortega y Ramiro Ledesma Ramos. Redondo y Ledesma, ambos relacionados con el mundo de la universidad y admiradores de Mussolini, no consiguieron desarrollar en exceso la organización por falta de recursos, contactos y redes, haciendo posible que el crecimiento político de las JONS fuera muy limitado (Payne, 1985, p. 41).

Por el otro lado, *Falange Española* (FE) fue fundada a finales de octubre de 1933 en Madrid, siendo el líder de esta José Antonio Primo de Rivera, hijo del ya fallecido exdictador (Ibidem, p. 59 y ss.). Fue esta la organización que sirvió como plataforma de desarrollo al aún precario fascismo español, ya que, al contrario que las JONS, Falange había sido fundada con el interés y el apoyo de varios representantes de los sectores intelectuales ultraderechistas españoles. La unión de Falange con las 'Juntas', a inicios de 1934, dio como resultado la creación del partido fascista español, *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista* (FE-JONS) (González Cuevas, 2000, p. 339-340).

A pesar del apoyo económico que FE de las JONS recibió, no sólo de parte de las clases medias y altas contrarrevolucionarias españolas, sino también de gobiernos extranjeros, como el fascista italiano, el partido fascista español no consiguió atraer a un nombre significante de adeptos. Sus resultados en las elecciones de febrero de 1936 no dejan lugar a ninguna duda sobre la flaqueza electoral del partido (Payne, 1997, p. 268-269). No obstante, el triunfo electoral del bloque izquierdista representado por el Frente Popular, hizo posible el despegue de Falange. Durante los primeros meses de 1936, el partido fascista vio como su militancia empezó a crecer, ya que buena parte de los militantes derechistas y ultraderechistas españoles habían acabado decepcionados con la

falta de firmeza de algunos partidos de la derecha antirrepublicana, como la *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA)[2]. Con el peligro de la formación de un gobierno "comunista", ya no valían medias tintas. En el lapso entre febrero y julio de 1936 —momento del intento de golpe de estado que marcó el inició de la guerra civil— la estrategia de Falange tomó un rumbo mucho más agresivo, pasando a protagonizar una serie de peleas callejeras y atentados contra las izquierdas que ayudaron a augmentar de manera exponencial la tensión política (véase, González Calleja, 2011, esp., cap. 6, p. 307-340).

Los días 17 y 18 de julio de 1936 marcarían el inicio del conflicto bélico. Tras el levantamiento de parte del ejército español, apoyado por la mayor parte de las derechas del país —y el fracaso de la rebelión en algunas ciudades importantes como Madrid, Barcelona o Valencia— los militantes fascistas, haciendo gala de sus convicciones, marcharon concienzudamente hacia el frente. El inicio de la guerra, y especialmente los meses del verano de 1936, fueron la particular *primavera* del fascismo español, ya que el número de adeptos deseosos de unirse a Falange creció desorbitadamente (Thomàs, 1999, p. 94-95).

No obstante, durante el mismo periodo en el que Falange pasó a ser una verdadera organización de masas, sobrevino la muerte de sus tres principales líderes: a los pocos días del inicio del conflicto, Onésimo Redondo murió en un combate contra milicianos republicanos cerca de Segovia; Ramiro Ledesma, que se encontraba en Madrid al inicio de la guerra, fue detenido por las autoridades republicanas y mandado a prisión. A finales de octubre de 1936, fue fusilado en Aravaca, cerca de Madrid, junto a otros referentes de la derecha española, como Ramiro de Maeztu. Finalmente, José Antonio Primo de Rivera, el líder del partido, se encontraba preso desde mediados de marzo de 1936 ya que, al perder su inmunidad parlamentaria —debido a su no elección como diputado tras el fracaso en las elecciones de febrero—, las autoridades republicanas le detuvieron tras descubrir su implicación en el fracasado atentado contra un diputado socialista, Luis Jiménez de Asúa. Tras el paso por diferentes prisiones, acabaría en la cárcel de la ciudad de Alicante. A pesar de que hubo intentos de negociación por parte de las autoridades rebeldes para tratar de liberarlo de prisión, el día 20 de noviembre de 1936 fue ejecutado (véase, p. ex., Payne, 1985, p. 129-151).

A finales de 1936, pues, Falange se encontraba descabezada, sí, pero como la organización política más importante de la zona rebelde. El crecimiento del número de militantes hizo posible que el *Nuevo Estado* en construcción, dirigido por el estamento militar —y principalmente por la figura de Franco desde el 1 de octubre de ese mismo

año—, mantuviera una actitud ambigua con el partido: era innegable la importancia de FE de las JONS como plataforma civil, así como fuente de voluntarios para combatir en los frentes, pero algunos militares veían con suspicacia, por un lado, la creciente importancia del partido, y por el otro, la radicalidad de sus mensajes, así como las ansias 'revolucionarias' de parte de la militancia fascista. Además, esto hacía posible que los otros sectores políticos de las derechas rebeldes —la iglesia católica, reaccionarios, conservadores— mantuvieran una actitud escéptica, cuando no cierta aversión, hacia los fascistas.

El ambiente dentro de la particular coalición autoritaria española se fue enrareciendo en los primeros meses de 1937. Los militares, encabezados por Franco, tenían en mente que era necesario controlar al partido fascista antes de que se convirtiera en un problema, hecho que ya estaba empezando a concretarse (Thomàs, 2001, p. 35-38).

El final del trayecto independiente del partido llegó a mediados de abril de 1937. Entre los días 12 y 15 de abril, en la ciudad de Salamanca —ciudad donde se ubicaba el cuartel general del bando rebelde—, ocurrieron una serie de altercados entre las facciones que se disputaban el vacío dejado por José Antonio Primo de Rivera. En estas hubo dos muertos por herida de bala. Estos hechos hicieron posible que Franco decidiera, por decreto, unificar al partido fascista con otra organización política que estaba siendo importante en el transcurso de la guerra, la *Comunión Tradicionalista* (CT)[3], representante del carlismo, dando nacimiento, ahora sí, al que sería al partido único del franquismo hasta su disolución en 1977: *Falange Española Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*. Manuel Hedilla, quien había sido elegido el líder en funciones del partido fascista tras los altercados en Salamanca y poco antes de la forzada unificación, cuestionó las órdenes enviadas desde el cuartel general de Franco. Por esto mismo, fue detenido, encarcelado, juzgado y se le aplicó una sanción ejemplar: pena de muerte. No obstante, posteriormente se le fue conmutada, pero pasó varios años en prisión y el resto de su vida en el ostracismo (véase, esp. Thomàs, 2014).

De esta manera, Falange dejaría de existir como organización independiente y ligaría, voluntaria o involuntariamente, sus destinos al del nuevo régimen en construcción. El fascismo español, al contrario del brasileño, sí que formaría parte de los fundamentos políticos e ideológicos del *Nuevo Estado*. El partido único, a pesar de estar formado —no sólo, pero principalmente— por dos organizaciones —fascistas / falangistas y reaccionarios / carlistas— mantuvo el viejo programa político y la simbología fascista: la camisa azul —con el añadido de la boina roja carlista—, el saludo romano, y el símbolo del yugo y las flechas (Thomàs, 1999, p. 199-223). Como única

plataforma civil del régimen, mantuvo unas cotas de poder importantes. Eso sí, siempre en una posición de relativa subordinación al 'arbitraje' de Franco, con algunos espacios reservados—en forma de, por ejemplo, algunos ministerios— desde donde pudo iniciar algunos combates políticos y tratar de imponer un rumbo más 'fascistizante' a un régimen que aún estaba por definirse.

La importancia del elemento fascista dentro del régimen franquista —al menos durante sus primeros años de existencia— ha hecho posible el surgimiento, tanto a nivel español como internacional, de un largo e inacabado debate sobre la naturaleza del franquismo y su relación con el 'fascismo genérico'. De manera muy simplificada, podemos encontrar dos grandes escuelas de pensamiento: por un lado, aquella que identifica que el régimen franquista fue, con sus particularidades y diferencias, un régimen fascista más, asimilable a las experiencias italiana o alemana (Gallego, 2014); y del otro, aquella que define al franquismo como un régimen *fascistizado*. Es decir, un régimen sujeto a un proceso dinámico basado en la incorporación de ideas, conceptos, valores, y métodos de organización de la cultura política fascista (Saz, 2004, p. 79-90). El 'consenso' historiográfico, a pesar de que el debate está lejos de cerrarse, se encuentra más cercano a esta segunda postura.

Este proceso dinámico de 'fascistización' —y consiguiente 'desfascistización'— del régimen franquista, ha sido estudiado con el objetivo de entender los conflictos internos, las dinámicas políticas, la trayectoria internacional del franquismo durante sus primeros años y, especialmente, la función y la participación del partido único en todas estas cuestiones (véase, esp., Saz, 2003).

Asumiendo la posibilidad de la existencia de estos procesos, sería posible llegar a una primera, rápida y poco fundamentada conclusión: algo así como que, en el momento en que al régimen franquista le dejara de interesar mantener estos elementos fascistas —según el momento geopolítico internacional y al rumbo de la guerra—, podría desechar aquello que ya no viera oportuno o útil. No obstante, el franquismo no se 'desfascistizó' cuando la derrota del Eje era ya evidente. FET de las JONS tuvo un papel de extrema importancia en los primeros años del franquismo y, a pesar de su supuesta obediencia a Franco, desde su seno se lanzaron y abrieron toda una serie de conflictos políticos para tratar de que fuera el fascismo la ideología hegemónica en la construcción del *Nuevo Estado*. La amistad —y las deudas económicas— con la Alemania nazi y la Italia fascista, las victorias de los ejércitos del Eje, así como la influencia dentro del gobierno español de algunas figuras cercanas a Falange, como la de Ramón Serrano Suñer —concuñado de Franco y ministro de Asuntos Exteriores entre octubre de 1940 y septiembre de 1942—,

hicieron posible que el proceso de fascistización alcanzara su máxima intensidad entre 1940, 1941 e inicios de 1942. El final de esta fase llegó antes del inicio de la batalla de Stalingrado, con la crisis de agosto de 1942. En Bilbao, unos militantes falangistas (fascistas), trataron de atentar contra la vida de uno de sus 'compañeros de partido', en este caso, el general carlista (reaccionario) José Enrique Varela. Para tratar de controlar a un partido cuyas bases —o al menos una parte de ellas— actuaban de forma radical incluso contra sus propios aliados, Franco decidió realizar una serie de cambios en la composición del gobierno que alejaría a los fascistas (o filofascistas) como Serrano Suñer de los puestos de poder, haciendo posible su imposición definitiva casi indiscutible como líder del régimen (Ibidem, p. 367-369).

Tras estos hechos, y a pesar de que FET de las JONS siguió manteniendo el control de toda una serie de espacios políticos estratégicos dentro del seno del franquismo, el partido único ya no tuvo la capacidad de abrir una crisis política de esta magnitud ni de reclamar con tanta fuerza un viraje en el rumbo de este régimen en construcción que, ahora, asistía con miedo a la derrota de sus antiguos aliados y se enfrentaba a un futuro incierto. Los 'camisas viejas' se adaptaron o se desilusionaron. Los fascistas más radicales pasaron a ser residuales. El momento internacional ya no les favorecía. Consecuentemente, el fascismo español, a pesar de no morir, se debilitó. Para el franquismo, era el momento de repensarse y, en caso de que fuera necesario, reconvertirse, dando más importancia a unas tendencias ideológicas más adecuadas al nuevo contexto político. Y, de la misma manera que Plínio Salgado durante su exilio en Portugal, el franquismo se tuvo que adaptar a este nuevo mundo donde los fascismos ya no tenían cabida.

La AIB y Falange: unas relaciones poco exploradas

Como he explicado más arriba, la existencia independiente de las organizaciones fascistas en Brasil y España termina en 1937. Sin embargo, cabe la posibilidad de que, como representantes del fascismo internacional en cada uno de sus respectivos países, estas dos organizaciones hubieran mantenido algún tipo de contacto o, al menos, un reconocimiento mutuo como entidades "hermanas". A pesar de esto, no existen prácticamente referencias bibliográficas que se centren, ya no solo el análisis de las posibles relaciones entre estas dos organizaciones, sino también en una posible historia comparada. Varias razones explican este 'vacío'.

En primer lugar, como explica Bruno Ayllón (2007, p. 11), las relaciones —políticas, diplomáticas, económicas— bilaterales entre Brasil y España han sido, hasta hace no demasiado tiempo, un campo muy poco estudiado. A pesar de que, ambos países han mantenido una historia cercana, especialmente durante la Edad Moderna, la historiografía de cada nación ha mantenido su foco con los países con el que la relación era mucho más intensa, es decir, Brasil con los países lusófonos y España con el mundo hispanoamericano. Este hecho se puede observar en, por ejemplo, algunos de los estudios más importantes sobre la proyección falangista en los países de Hispanoamérica. (González Calleja, Limón Nevado, 1988; Delgado Gómez-Escalonilla, 1988, 1992; Pérez Montfort, 1992; Pardo Sanz, 1995).

En segundo lugar, porque los debates sobre la naturaleza del fascismo a nivel global han supuesto, en ocasiones, obstáculos al desarrollo de investigaciones comparadas y/o transnacionales. Las primeras investigaciones sobre el *integralismo* en Brasil y su relación con el 'fascismo genérico' —si obviamos aquellas realizadas en los mismos años 30— nacieron en los años 70 (Trindade, 1979; Vasconcellos, 1979; Chasín, 1999; Chauí, 1985). En estas obras clásicas se veían plasmadas diferentes opiniones sobre si el integralismo había sido, en efecto, un movimiento fascista. No obstante, dentro del debate sobre el carácter del integralismo en Brasil, existe cierto consenso sobre el hecho de que el integralismo fue, en efecto, una ideología / movimiento / partido fascista (Gertz, Gonçalves, Liebel, 2016, p. 195).

Además de esto, hasta hace no tanto, buena parte de los mayores expertos internacionales en el fascismo han negado históricamente la posibilidad de la existencia de un fascismo más allá de las fronteras europeas (Nolte, 1966; De Felice, 1975; Gentile, 2002; Payne, 2014; Paxton, 2019). Este viejo acuerdo se ha ido erosionando con el inicio de unas investigaciones que han empezado a interesarse por los 'otros' fascismos. El desarrollo de una historiografía, a nivel internacional, que trató de investigar los movimientos fascistas más allá de los casos más históricamente estudiados —Alemania, Italia, Francia, España o el Reino Unido— ha hecho posible el 'redescubrimiento' de algunos casos que se habían obviado —o incluso negado— y la ampliación del campo de estudios a, también, los casos extraeuropeos (véase, p. ex., Kallis, 2007, Iordachi, 2010; Finchelstein, 2010; Grecco, Gonçalves, 2022). Este hecho ha sido posible también por el surgimiento, especialmente desde la década de los 90, de la 'historia transnacional' y los estudios dedicados al análisis de la dimensión transnacional del fascismo (Bauerkämper, Rossoliński-Liebe, 2018). La apertura del campo de los estudios ha permitido confirmar que el fascismo fue, sin ninguna duda, un fenómeno nacional y transnacional que, a pesar

de estar arraigado a las comunidades nacionales, operó como una ideología de influencia internacional en esta época (Ibidem, p. 2).

Por último, como he comentado al inicio del subapartado, hay pocas investigaciones que se dediquen a investigar las relaciones entre Brasil y España en la década de los 30 del pasado siglo XX. De hecho, salvo una excepción (Moranti Ariño, 2019), no hay más estudios que se hayan centrado específicamente en el análisis de las relaciones entre Falange y la AIB. Además, los primeros estudios sobre la AIB en revistas españolas aparecieron hace pocos años (Gonçalves, 2017; Grecco, 2018).

De otro lado, los estudios transnacionales entorno a la AIB se han centrado, normalmente, en la relación de esta con los partidos y regímenes fascistas en Alemania e Italia, así como la influencia o la praxis política de las comunidades de inmigrantes alemanes o italianos en Brasil (véase, p. ex., Gertz, 1987, Bertonha, 1998, 2000; Athaides, Bertonha, 2021). Los cruces entre Brasil y España se han centrado en analizar, normalmente, el impacto de la Guerra Civil española en Brasil o las relaciones entre ambas dictaduras (Pena-rodríguez, 2014; De Oliveira, 2015; Grecco, 2017; Ribeiro, 2019; Gonçalves, M. L. Pereira, 2019).

Ahora bien, este hecho no quiere decir que las relaciones entre Falange y la AIB fueran inexistentes. Fueron, como no podía ser de otra manera, de una intensidad menor si las comparamos, por ejemplo, con los contactos o las miradas que ambas organizaciones mantuvieron con sus correligionarios en Italia o Alemania, pero existieron.

Hace unos años, Martin Kristoffer Hamre (2019, p. 40) propuso una manera dual para estudiar las relaciones transnacionales entre organizaciones fascistas: en primer lugar, se pueden tratar de analizar las conexiones indirectas entre diferentes movimientos centrándose en cuestiones de transferencia, traducción, recepción y transmisión de ideas fascistas. En segundo lugar, se pueden investigar las conexiones directas centradas en los agentes, analizando las organizaciones y redes que reforzaron el impacto de un movimiento fascista sobre otro. Esta categoría incluye a individuos denominados '*brokers*' o "intermediarios", que establecieron lazos entre redes fascistas, mediando entre diferentes sistemas políticos y culturas nacionales.

Para el caso que trato, especialmente en los años de existencia autónoma de las organizaciones fascistas, me debo centrar en la primera categoría, es decir, los contactos indirectos. Más que nada, porque no ha sido posible encontrar contactos directos entre ambas organizaciones antes del Decreto de Unificación de abril de 1937 que acabó con la 'independencia' de Falange.

Los primeros reconocimientos mutuos que ambas organizaciones realizaron entre ellas datan de 1934. En el segundo número de la primera publicación de Falange Española tras su fundación—llamada *F.E.*—, con fecha de 11 de enero de 1934, los falangistas ya reconocían la existencia de: "*un partido joven y ambicioso con el emblema fascista como divisa: el Partido Integralista*" (F.E., 11/1/1934, p. 8). Por el otro lado, en el diario integralista *A Offensiva*, tan pronto como el 2 de agosto de 1934, los brasileños transcribían una entrevista hecha en París al "*chefe do movimento fascista que se vae alastrando pela Hespanha, do mesmo modo que por todo o mundo*", José Antonio Primo de Rivera (A OFFENSIVA, 2/8/1934, p. 3). Una entrevista que, unos años más tarde, volvería a ser citada por Gustavo Barroso en una de sus obras (Barroso, 1936, p. 59).

Más allá de estos primeros contactos, el hilo comunicador se pierde. No será hasta momentos muchos más tensos políticamente —la guerra civil en España y los meses previos y posteriores al golpe de estado de Getúlio Vargas— cuando las publicaciones periódicas de ambas organizaciones presten atención de forma cotidiana al contexto político del país del otro lado del Atlántico. Sin embargo, es reseñable el hecho de que, desde el primer contacto del que se tiene constancia, ambos partidos expongan su afinidad y su cercanía a sus 'camaradas' de más allá del océano.

Plínio y España: un 'broker' en un mundo 'sin fascismo'

A pesar de que, gracias a alguna referencia —tanto en diarios integralistas como en falangistas—, así como la existencia de algunos artículos académicos (véase, esp., Gonçalves, M. L. Pereira, 2019), hay constancia de la visión de Plínio Salgado sobre el conflicto bélico en España, el análisis de los fondos que conforman su archivo personal —conservado en la ciudad de Rio Claro, en el estado de São Paulo— nos deja muchos interrogantes por contestar. En resumen, el estado de los fondos hace sospechar que, la documentación previa a su exilio en Portugal —es decir, su época como líder del fascismo brasileño— no fue conservada en su totalidad. Es posible que, en un mundo donde los fascistas ya no eran bienvenidos, Salgado quisiera borrar o eliminar parte del legado de su propia trayectoria política. De todas formas, fueron su esposa, Carmela Patti, y su hija, Maria Amélia Salgado, quienes se encargaron de organizar el archivo tras la muerte de este en 1975 (Campos, Dotta, 2013).

No obstante, esta opinión no nace —solamente— del prejuicio que quien escribe estas palabras pueda tener sobre las intenciones de un "ex"-fascista en el mundo tras la Segunda Guerra Mundial. Un dato que considero revelador es que, en el archivo,

solamente están catalogadas 153 cartas de Salgado datadas entre los años 1932 y 1938, años de vida del integralismo (BASSO, 2021). En ninguna de estas se hace referencia a España. Además, la redacción de 153 documentos en el lapso de 6 años daría como resultado la escritura de una carta cada dos semanas aproximadamente. Hecho extraño si consideramos que fue el momento de mayor actividad política de Salgado. En cambio, solo para el año 1941, el archivo conserva un total de 1.204 cartas, es decir, una media de más de 3 cartas al día. De hecho, el número de fuentes posteriores a 1938 es enorme, y su estado de conservación y catalogación óptimo.

Como he comentado anteriormente, Plínio Salgado marchó hacia Portugal en junio de 1939. Durante los meses previos había estado preparando, entre otros textos, la novela *Trepandé*, que no sería publicada hasta 1972. Como explica Leandro Pereira Gonçalves (2007), la importancia de la obra radica en que fue escrita en un periodo de transformación ideológica tras la disolución de la AIB. De esta manera, se pueden observar ya algunos cambios en el pensamiento del autor si lo comparamos, por ejemplo, con alguna de sus novelas anteriores, como es el caso de *O estrangeiro*, de 1936.

Más allá de esto, su exilio en Portugal, su proceso de adaptación a un nuevo contexto político, la cercana relación que mantuvo con algunos miembros del *Integralismo Lusitano*, su trasfondo ideológico, saturado de nociones espiritualistas y cristianas, el momento geopolítico, así como su propia voluntad de volver a Brasil y no abandonar la escena política, son factores que hicieron posible su gradual reconversión a intelectual católico. De hecho, fue en Portugal donde acabó de escribir la que fue, seguramente, su obra más importante, *Vida de Jesus*, publicada en 1942 (véase, esp., Gonçalves, 2012b). No obstante, es importante recordar que esta 'transformación' ideológica ocurrió en los mismos momentos en los que él mismo, desde Lisboa, intentó mantener toda una serie de relaciones secretas con agentes alemanes para que, en caso de que la guerra hubiera favorecido a los nazis, pudieran utilizarlo como un futuro líder nacional y aliado en Brasil. Estas relaciones, a pesar de haber sido negadas por él mismo desde 1943, cuando Brasil ya se encontraba en guerra contra el Eje, han sido comprobadas posteriormente (*Ibidem*, esp., p. 348-361).

Gracias a las informaciones que se conservan en su archivo personal, así como la revisión de algunos de los diarios españoles más importantes durante el franquismo, se ha podido comprobar que, efectivamente, Salgado mantuvo una serie de relaciones y contactos con la España franquista durante su exilio en Portugal, así como tras su regreso a Brasil. Además, él mismo visitó España, al menos, tres veces a lo largo de su vida: en 1948, 1960-61, y 1967.

Cuando se encontraba en Portugal, Salgado intercambió algunas cartas con varias figuras cercanas a los círculos intelectuales —y políticos— del régimen franquista. El primer contacto registrado que mantuvo con un representante de estos sectores fue con Francisco Elías de Tejada y Spínola, académico y especialista en Filosofía del Derecho. Este se dio, según el español, en Portugal, durante el año 1942, mientras Salgado se encontraba allí (V.V.A.A, 1986).

Si tenemos en cuenta su pasado fascista, resulta llamativo que el primer correo que se ha podido encontrar, datado de 1942, con una persona importante a nivel político en España, sea con Manuel Fal Conde, líder de la *Comunión Tradicionalista* que se opuso a la unificación de esta con Falange. Este, gracias a la intermediación de Elías de Tejada, se declaraba un 'admirador' de la obra pliniana (APHRC-FPS, ref. 1942.08.002).

Posteriormente, son varios los contactos que se inician a raíz de la publicación de su *Vida de Jesus* en portugués, en 1942. Más allá de alguna felicitación por el texto, parece ser que, gracias también a la intermediación de Francisco Elías de Tejada, se propuso la traducción del texto al español durante el año 1944. En una de estas cartas, en este caso, con el 'padre' Demetrio de la Torre, director de una publicación titulada 'Agro Español', se confirma que Salgado, en febrero de 1944, había concedido la traducción de su texto "*a un profesor de la Universidad de Salamanca*", muy probablemente al propio Elías de Tejada (APHRC-FPS, ref. 1944.02.024).

La publicación del texto en español se realizaría por la editorial Escelicer, en la que trabajaba De la Torre. La salida del libro se retrasó hasta inicios de 1946. En carta del 9 de marzo de 1945, de la Torre escribió a Plínio con la noticia de que la salida del texto se postergaría por dos razones: en primer lugar, por la "*escasez de energía eléctrica*", hecho que ralentizaba el trabajo en las imprentas y, por otro lado, porque el traductor, que finalmente fue José Luis Vázquez Dodero —militante de la *Comunión Tradicionalista* y colaborador en publicaciones como *Acción Española*—, era un hombre "*muy meticuloso*" y que, por su voluntad de hacer un trabajo "*de la máxima perfección posible*", tardaría mucho en acabar la traducción (APHRC-FPS, ref. 1945.03.010).

Al parecer, la traducción y publicación de la *Vida de Jesus* en español le dio cierta notoriedad dentro de los círculos intelectuales del régimen franquista. Tanto es así que, un par de años después de su retorno a Brasil, fue invitado a participar en dos eventos: en primer lugar, en carta del 20 de febrero de 1948, Joaquín Ruiz-Giménez —en aquel momento director del Instituto de Cultura Hispánica[4] (ICH) y, a partir de 1951, ministro de Educación Nacional— convidó a Salgado a participar en los cursos de verano de la Universidad Internacional Menéndez y Pelayo, en Santander, entre julio y agosto de 1948.

A esta propuesta, Salgado contestó —declinando la propuesta— en agosto de 1948. En su respuesta, explicaba que no fue hasta julio de 1948 cuando recibió esta misiva, ya que se encontraba de viaje por el centro y el sur de Brasil (APHRC-FPS, refs. 1948.02.0020 y 1948.08.0033)

No obstante, su primera visita a España se concretó con su participación en la IV Reunión de Conversaciones Católicas Internacionales, celebradas en San Sebastián entre el 5 y el 15 de septiembre de 1948. El 23 de agosto de 1948 salió de Brasil, en el vapor 'Patria', llegando a Lisboa el 4 de septiembre, donde, al poco de llegar, volvió a embarcarse hacia San Sebastián.

De su participación en este congreso, Salgado publicaría un texto llamado: "*Os Direitos e os Deveres do Homem*", donde explica su visión, fuertemente arraigada en principios morales y filosóficos católicos, de los problemas de la sociedad moderna y su relación con el individuo, las familias o la nación (APHRC-FPS, ref. 057.002.001).

Unas semanas más tarde, y tras visitar Francia, Salgado fue invitado, por el propio ICH, a realizar una conferencia en Madrid. Este acto se organizó dentro del 'Seminario de Problemas Hispanoamericanos' organizado por el ICH. De esta manera, en la tarde del 20 de octubre de 1948, dentro de la Biblioteca Nacional de España, Salgado dictó la conferencia: "*Fundamentos de la Civilización Brasileña*". Uno de los diarios de más tirada a nivel nacional (ABC[5], 22/10/1948, p. 7), ofreció, el 22 de octubre, una breve crónica de la ponencia. Salgado:

> habló de las Españas como grupo histórico con un destino, y, recogiendo una idea del Sr. Tejada Spínola […] afirmó la presencia de un designio providencial en la existencia de España y Portugal como países independientes, al servicio de los ideales cristianos. […] terminó contraponiendo la democracia católica nacional de las Españas a los principios políticos anglo-sajones.

Durante la tarde del día 21, concedió una pequeña entrevista a otro periódico español, llamado 'El Alcázar[6]' (APHRC-FPS, ref. 057.002.030). En esta, Salgado insiste en la importancia que España tuvo en la historia de Brasil:

> Espero […] que cada vez serán más estrechas las relaciones entre mi país y España. Que no en vano España y Portugal, en su providencial destino histórico, descubrieron, poblaron y colonizaron Brasil y todo el resto de Iberoamérica, alumbrando la luz de Cristo las tierras vírgenes del Nuevo Continente.

Preguntado por la 'afinidad racial' de los portugueses y españoles con los 'iberoamericanos', responde: "Ustedes son los "atlánticos" de aquí; nosotros, los

"atlánticos" de allá. Nos acercamos a un común destino providencialista ante el mismo océano por donde surcaron las naves de Colón y Magallanes".

Por otro lado, en Rio Claro se conservan varios documentos que recibió durante estas citas y que nos permiten conocer algunos de los contactos que mantuvo durante esos días: algunas fotos, en especial una, donde posa junto a Elías de Tejada, Loureiro Junior —su yerno—, Francisco Sintes Obrador —secretario general del ICH—, Alfredo Sánchez Bella —subdirector del ICH y futuro embajador de España en la República Dominicana, Colombia e Italia—, un ya anciano Eugeni d'Ors[7] y otra persona no identificada (APHRC-FPS, ref. 057.002.003). Por el otro lado, Salgado guardó las tarjetas de visita que recibió en esta gira que realizó por España. Algunos nombres son conocidos: el propio Elías de Tejada, Sintes Obrador, Fal Conde, Demetrio de la Torre, Sánchez Bella, algunos individuos relacionados con el mundo periodístico y editorial español, como José Javier Aranjuelo —redactor-jefe de *Unidad*, un diario 'falangista'—, Manuel Vigil Vázquez —director de la agencia Logos—, José Luis Peña —redactor-jefe de *El Alcázar*, otro diario muy relacionado con el régimen—, Fernando Martín-Sánchez Juliá —presidente de la influyente *Asociación Católica Nacional de Propagandistas*— o un joven de 26 años que ya era Catedrático de Derecho político en la Universidad de Valencia, Manuel Fraga Iribarne. A los pocos días, Salgado marcharía hacia Lisboa, desde donde partiría hacia Brasil a inicios de noviembre de 1948 (APHRC-FPS, ref. 057.005.001).

A partir de aquí, a pesar de que existen algunas cartas donde se muestra que Salgado colaboraría en alguna revista católica española, la pista se pierde. Desgraciadamente, en su archivo, la correspondencia personal solo está catalogada hasta 1951. Por lo tanto, no se ha podido saber de más cartas que permitan profundizar en los entresijos de sus visitas en 1960-61 y 1967.

Por suerte, sí que se conocen los motivos de sus otras estancias en España: a mediados de noviembre de 1960 se celebró, en París, la XI Conferencia General de la UNESCO, a donde Salgado acudió como observador parlamentario y representante de la delegación brasileña. Allí habló de la necesidad de, entre otras cosas, crear un gran centro latinoamericano de estudios en ciencias sociales, así como de la lucha por la erradicación del analfabetismo. Al volver de Francia, Salgado pasó unos días en Madrid. Varios recibos de pagos en hoteles, así como una serie de fotos, lo ubican en los alrededores de la capital española a finales de 1960 y principios de 1961. Junto con su esposa y un par de amigos, Oscar y Dilza Machado, visitaron varios lugares alrededor de la capital y aparecen fotografiados en algunos escenarios conocidos: la Plaza de España de Madrid, junto al monumento a Cervantes; también en la casa del escritor, en la ciudad de Alcalá

de Henares; en Toledo, en un mirador con vistas al Alcázar[8]… o en el Valle de los Caídos[9] (APHRC-FPS, refs. pasta A28, 030, 031, 032, 033, 035, 039, 040, 040, 041, 045)

De su visita al Valle de los Caídos, Salgado dejó una crónica de 4 páginas, con fecha del 1 de enero de 1961 (APHRC-FPS, ref. 006.007.006). En ella, comparte sus impresiones sobre la 'Nochevieja' —el *reveillón* brasileño— en Madrid, su paso por San Lorenzo de El Escorial —lugar donde se encuentra el monasterio homónimo, una de los edificios más importantes de la arquitectura española del siglo XVI—, o la imponencia del paisaje. Tras llegar a la basílica, explica la fascinación que le produce la vista de la Cruz de los Caídos, la entrada a la iglesia… y la visita a la tumba de José Antonio Primo de Rivera, el líder fascista español ejecutado durante la guerra civil:

> Al acercarse al crucero, el visitante ve una tumba poco profunda de una sencillez absoluta. Y un nombre: José Antonio. El Jefe de la Falange. El impulsor de las energías vitales de una España amenazada por la podredumbre comunista. El doctrinario, aquel que unió la Tradición con los conceptos modernos de política y administración. El Profeta de los Nuevos Tiempos. El mártir fusilado en Alicante por los rojos sin patria y sin Dios.

Al finalizar el texto, añade lo siguiente:

> Mi pensamiento se eleva hacia a Dios por los Caídos, por José Antonio, por todos los que, en cualquier parte del mundo, han apoyado con su sangre la defensa de los principios cristianos. Y pido fervientemente que, al pueblo de mi país, que es la tierra de la Vera Cruz, y a mí mismo, se nos conceda la energía necesaria para la lucha incesante contra el materialismo del siglo.

Finalmente, y ya con la dictadura militar establecida en Brasil, Plínio Salgado volvió a España en 1967. En este caso, visitó la ciudad de Barcelona, donde participó en el 'Congreso Hispano-Americano-Luso-Filipino de Municipios', realizado entre los días 6 y 12 de octubre del mismo año. En sus fondos personales se conservan varios objetos relacionados con el congreso: un maletín, un folleto con el programa, o un libreto en el que figuran el nombre de los muchos organizadores, contribuyentes y participantes del congreso (APHRC-FPS, ref. 059.005.001). No obstante, no se encontró información alguna sobre su propia intervención. De todas maneras, el diario 'La Vanguardia', en su edición del día 13 de octubre, confirma la participación de "*el diputado de Brasilia, señor Plinio Salgado*". (La Vanguardia, 13/10/1967, p. 44)

Conclusiones: aventuras y desventuras del fascismo transnacional

Según las informaciones presentes en su archivo personal, Plínio Salgado no volvió a España tras su estancia de 1967. No obstante, y a pesar de que no se pudo acceder a la correspondencia posterior a 1951, es factible que no perdiera el contacto con algunos de sus conocidos españoles. De hecho, tras su fallecimiento en 1975, se publicaron un par de volúmenes, entre 1985 y 1986, con el título '*Plínio Salgado: in memoriam*", donde uno de sus viejos amigos españoles participó.

Francisco Elías de Tejada, quien falleciera a principios de 1978, dejó por escrito un texto para homenajear la memoria de Salgado que apareció en el segundo volumen. El artículo original, que tiene fecha de abril de 1977, se encuentra en su versión en español entre los fondos personales de Carmela Patti Salgado. En él, Elías de Tejada insiste en afirmar, citando las propias obras de Salgado, que el integralismo no tuvo nada que ver con el fascismo. Son varias las menciones que el español realizó sobre la incompatibilidad de la doctrina pliniana y los "*totalitarismos marxistas o fascistas*", o la "*exclusividad del totalitarismo estatal postulado por el fascismo italiano*". A pesar de reconocer que: "*[d]urante los años del exilio, el integralismo pasó de entusiasmo nacionalista a concepción tradicionalista del Brasil*", Elías de Tejada interpretará la figura del *paulista* como un "*tradicionalista heredero de la Contrarreforma, hermano de miguelistas y carlistas* […] *abanderado de la Tradición contra "las ideologías extranjeras*"[10].

No deja de ser problemático, cuando no contradictorio, el hecho de que a Plínio Salgado, antaño líder del mayor movimiento fascista de todo el continente americano, años después se le recordara como un defensor de la 'Tradición' —en el sentido reaccionario— contra elementos extranjerizantes.

No obstante, con las informaciones parciales que hay de su paso por España, se pueden llegar a entender mejor estas palabras: en primer lugar, es relevante decir que, durante sus visitas, no tuvo —que se sepa— contacto con ningún representante de un falangismo que, a pesar de debilitado, aún era capaz de, al menos, plantear algún que otro combate dialéctico-cultural a aquellas figuras más cercanas a la línea de pensamiento del régimen franquista. De hecho, su relación se limitó especialmente al trato con figuras cercanas al *carlismo* / tradicionalismo o el catolicismo político reaccionario, mucho más próximos al universo ideológico de *Acción Española*[11] que al de la 'revolución cultural' falangista. Este hecho no es extraño: como explica Ismael Saz (2013, esp. cap. 8, p. 135-146), a finales de los años 40 se estaba gestando, dentro del régimen franquista, una batalla político-cultural que sería decisiva en la 're'-configuración política del franquismo durante los años 50. Unos combates que dieron como resultado el triunfo del proyecto nacional-católico reaccionario de los representantes del *Opus Dei* —especialmente a

partir de los años 1956-57— y una nueva derrota —con la ulterior desfascistización del régimen— para los falangistas. Es en este contexto en el que Plínio Salgado, cargado con el bagaje cultural que recibió en sus años de exilio en Portugal, llega a España. A pesar de no haber podido acceder al texto de su ponencia en Madrid de 1948, los extractos periodísticos en los que se habla del contenido de esta reflejan su insistencia en el papel histórico de España y Portugal como países 'evangelizadores' y 'civilizadores' que, a pesar de sus diferencias, tenían un 'mismo destino providencial'.

Aunque el uso de las palabras pudiera recordar —de manera errónea— a esa "unidad de destino en lo universal" con las que Falange definía a España (Thomàs, 1999, p. 48 y ss.), la reminiscencia es mucho mayor si lo comparamos con, por ejemplo, como António Sardinha, un referente esencial del Integralismo Lusitano, entendía las relaciones entre España, Portugal y el mundo iberoamericano, especialmente la propuesta política que el luso conceptualizo bajo el término 'Peninsularismo'. Como explica Sérgio Campos Matos (2020, p. 23 y ss.), este término fue utilizado por Sardinha para expresar un dualismo mesiánico en el que España y Portugal serían las encargadas de salvar Europa de la crisis civilizatoria de inicios de siglo mediante los ideales católicos. Esta idea, recogida, reelaborada y desarrollada mediante el término *Hispanidad* años después por, entre otros, Ramiro de Maeztu, (véase, p. ex. Botti, 2008), se acerca mucho más a esta visión que Plínio expone de la misión histórica trascendental en la que España —y Portugal— deberían ser los guías espirituales no sólo de una Europa que debería de aprender de los modelos 'democráticos católicos' de ambos países, sino especialmente de Iberoamérica. Por lo tanto, se entiende que la perspectiva que Plínio Salgado tenía sobre la misión histórica de 'las Españas' era muy cercana a aquella que había sido postulada —y se seguía postulando en esos momentos— por los nacionalistas católicos reaccionarios dentro del régimen franquista.

Su acercamiento a los defensores de la 'Tradición' en España le llevó a definir, mediante una pirueta retórica, a José Antonio Primo de Rivera, como "*aquel que unió la Tradición con los conceptos modernos de política y administración*" tras la visita a su tumba. En mi opinión, quizás quiso definir así a José Antonio porque él mismo se veía como alguien que había sido capaz de sintetizar, en una misma ideología, elementos políticos del tradicionalismo y del fascismo. Así, se entiende cómo puede ser que en ningún momento de su particular homenaje recuerde que, efectivamente, como él mismo, José Antonio había sido el líder de un partido fascista.

Finalmente, siguiendo los razonamientos de algunos historiadores como Ismael Saz (1993, 1999), Eduardo González Calleja (2008), o Aristotle Kallis (2014), entiendo

que, en tanto que existen los procesos de '*fascistización*' o de '*hibridación*' entre las diferentes culturas políticas de la derecha, tanto a nivel nacional como a nivel internacional, también pueden existir unos caminos inversos que den como resultado procesos de '*desfascistización*'. Un ejemplo de estos procesos dinámicos, de constante transformación ideológica, de adaptación a un nuevo contexto político nacional y geopolítico internacional, y de relativo abandonamiento de los postulados fascistas puede ser el camino y la trayectoria de Plínio Salgado. No obstante, sigo también la idea sobre la que insiste David D. Roberts (2016, p. 272-273), quien explicó que, a pesar de que el fascismo fue un punto de referencia central en el universo de las derechas en la época de entreguerras, este hecho no fue incompatible con la apertura de un espacio experimental en las nuevas derechas del momento, dando como resultado, por ejemplo, los regímenes de Franco en España o Salazar en Portugal. Además, siguiendo a Roberts, quizás se debería de ir más allá de la cuestión de si algo —o alguien— "era" o "no era" fascista y así ocuparnos, desde una perspectiva más ancha, de toda la serie de interacciones, asunciones, préstamos y adaptaciones entre los diferentes grupos de la derecha que, voluntaria o involuntariamente, compartieron espacio político en sus respectivos regímenes. Este texto trata de ahondar en esa maraña de relaciones complejas.

En mi opinión, y asumiendo, como otros autores hicieron antes, que la *Ação Integralista Brasileira* fue un ejemplo de movimiento y después partido fascista, es difícilmente defendible que la ideología pliniana estuviera exenta de referencias, asunciones y readaptaciones de elementos presentes en el universo de los fascismos de los años 20 y 30. De la misma manera, es complicado o prácticamente imposible calcular el grado de honestidad que hubo en la manifiesta transformación —al menos retórica— de los discursos de Plínio Salgado. Su traumática salida de Brasil, el exilio en Portugal o el destino de la guerra, hicieron posible una paulatina modificación del pensamiento pliniano, quien abandonó las ideas más explícitamente fascistas y trató de dar mucho más peso a esa parte nacionalista y católica, que ya se encontraba presente anteriormente en su ideología, de defensa de las tradiciones patrias, del papel de la religión y los valores cristianos en las sociedades modernas, la lucha 'espiritual' contra el materialismo, etc.

Es difícil de afirmar a ciencia cierta, pero quizás Plínio Salgado creyó honestamente en su propia transformación y, dejando de ser un 'fascista frustrado', efectivamente, pasó a ser un intelectual defensor de las democracias 'católicas' de España y Portugal. El texto que escribió en homenaje a Franco bien pudiera servir como ejemplo. No obstante, parece evidente que su cambio de rumbo le brindó unas oportunidades políticas tras la Segunda Guerra Mundial que, sin este proceso de recreación reflexiva,

difícilmente hubiera tenido. Un viraje que hizo posible la relación con un país —y sus instituciones estatales— con el que, antes de 1939, en su época fascista, sólo fue indirecta. Así, aquel que fuera el *Chefe Nacional* de un partido fascista, pudo establecer una serie de relaciones con algunos de los intelectuales de un régimen que cooptó a su propio partido fascista, quedar prendado por algunos de los paisajes del país de su querido Cervantes, y pasar el resto de sus días formando parte de un sistema político brasileño —y un circuito cultural internacional— que, en democracia o en dictadura, contó, hasta su muerte, con su presencia.

Referencias

ABC, Madrid

Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro – Fundo Plínio Salgado (APHRC-FPS)

A Offensiva, Rio de Janeiro

ATHAIDES, Rafael., BERTONHA, João. F. *O nazismo e as comunidades alemãs no exterior: o caso da América Latina*. 1ª ed, Maringá: Edições Diálogos, 2021.

AYLLÓN PINO, Bruno. *Las relaciones hispano-brasileñas: de la mutua irrelevancia a la asociación estratégica (1945-2005).* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007.

BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

BASSO, Talita Gouvêa. *Catálogo da correspondência de Plínio Salgado (1932-1938).* Tese de Graduação (Graduação em Aperfeiçoamento em Patrimônio Documental). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BAUERKÄMPER, Arnd., ROSSOLIŃSKI-LIEBE, Grzegorz. *Fascism without Borders: Transnational Connections and Cooperation between Movements and Regimes in Europe from 1918 to 1945*. New York: Berghahn Books, 2018.

BERTONHA, J. F. *Sob o Signo do Fascio: o Fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1919-1943.* Tese de Doutorado (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BERTONHA, João Fábio. *Fascismo, Nazismo, Integralismo*. São Paulo: Ática, 2000.

BERTONHA, João Fábio. Los fascismos en América Latina. Ecos europeos y valores nacionales en una perspectiva comparada. In BERTONHA, J. F., SAVARINO, F. *El fascismo en Brasil y América Latina. Ecos europeos y desarrollos autóctonos,* Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013.

BERTONHA, João Fábio. Radical Right Ideologies and Movements in Brazil. Publicado on-line por *Oxford University Press*. Oxford, s.p., 2020. Acessível em: https://oxfordre.com/latinamericanhistory/display/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-841. Acesso em: 22 maio 2024.

BOTTI, Alfonso. *Cielo y dinero: El nacionalismo en España, 1881-1975***.** Madrid: Alianza, 2008.

BURRIN, Philippe. Politique et société: les structures du pouvoir dans l'Italie fasciste et l'Allemagne nazi. *Annales. Économies, Societés, Civilisations***.** París, p. 615-637, 1988.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa,* 2005, 819f. Tese de doutoramento (Doutorado em História), UFF / UNIOESTE, Niterói, 2005.

CALIL, Gilberto Grassi. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação, *Locus, revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, 1, p. 65-86, 2010.

CAMPOS, Maria Teresa de A,; DOTTA, Renato Alencar. *Dos Papéis de Plínio. Contribuições do Arquivo de Rio Claro para a historiografia brasileira*. Rio Claro: Oca Editora, 2013.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937–1945).* Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil, 1932-1937*. Bauru – SP: EdUSC, 1999.

CHASÍN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*, 2.ª ed., Belo Horizonte: Una, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena., CARVALHO, Maria Sylvia. *Ideologia e mobilização popular*, São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 17-149.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Rapsódia verde: as comemorações do jubileu de prata integralista e a manutenção de seu passado/presente (1957-1958). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 145-165, 2011.

DE FELICE, Renzo. *Intervista sul fascismo*. Roma – Bari: Laterza, 1975.

DE OLIVEIRA, Eliane Venturini. *Republicanos y Rebeldes más allá de las fronteras. Brasil y la Guerra Civil Española*. 371f. Tese (Doutorado em História). Facultat de Geografia i Història, Universitat de València, València, 2015.

DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo. *Diplomacia franquista y política cultural hacia Iberoamérica (1939-1953***)**. Madrid: CSIC, 1988.

DELGADO GÓMEZ-ESCALONILLA, Lorenzo. *Imperio de papel: acción cultural y política exterior durante el primer franquismo*. Madrid: CSIC, 1992.

F.E., Madrid

FINCHELSTEIN, Federico. *Fascismo trasatlántico: ideología, violencia y sacralidad en Argentina y en Italia, 1919-1945*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

FUENTES CODERA, Maximiliano. *Un viaje por los extremos. Eugenio d'Ors en la crisis del liberalismo*. Granada: Comares, 2017.

GALLEGO, Ferran. *El Evangelio fascista. La formación de la cultura política del franquismo (1930-1950).* Madrid: Crítica, 2014.

GENTILE, Emilio. *Fascismo: historia e interpretación*. Madrid: Alianza, 2002.

GERTZ, Rene Ernaini. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Fascismo, Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987

GERTZ, Rene Ernaini. GONÇALVES, Leandro Pereira, LIEBEL, Vinícius. Camisas Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Hélgio Trindade. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 189-208, jan.-abr. 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira; DE OLIVEIRA, Alexandre Luís. Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil": vivendo na ilusão com os verdadeiros números do Integralismo. O PRP como resposta à nova realidade do Brasil. *História e Cultura*, Franca, v. 5, n. 3, p. 155-174, dez. 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira, PEREIRA, Marco Antônio M.L. "O drama da Espanha" nas páginas da imprensa integralista. In: SARMIENTO, E., GONÇALVES, L. Pereira. *Abordagens cruzadas no mundo atlântico. Relações contemporâneas entre a península Ibérica e a América Latina*. Recife – Rio de Janeiro: EDUPE, 2019, p. 165-194.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O nacionalismo verde: a ideologia pliniana na alma de Trepandé. *Literatura e Autoritarismo: Sujeito, Memória e História*. Roraima, UFSM, nº 10, s/p. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/73948/51274, aceso em 29/2/2024.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Os integralismos como uma forma de conhecimento da
relação luso-brasileira no ambiente do conservadorismo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.18, n.1, p. 45-68, 2012a.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*, 2012, 669f. Tese de doutorado (Doutorado em História), Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012b.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Estado Novo: fim da Ação Integralista Brasileira e prisão de Plínio Salgado. In: ALMEIDA GOMES VIANNA et alii (orgs.). *Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2014, p. 129-158.

GONÇALVES, Leandro. Pereira. Un ensayo bibliográfico sobre el integralismo brasileño. *Ayer*, Madrid, 105, p. 241-256, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Transnational Fascism: Portugal and the Brazilian Integralism of Plínio Salgado. *Journal of Iberian and Latin American Studies*, London, 29:2, p. 273-293, 2023.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo, LIMÓN NEVADO, Fredes. *La Hispanidad como instrumento de combate: raza e imperio en la guerra franquista durante la guerra civil española*. Madrid: CSIC, 1988.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. La violencia y sus discursos. Los límites de la fascistización de la derecha española durante el régimen de la II República. **Ayer**, Madrid, 71, 2008, p. 85-116.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. *Contrarrevolucionarios. Radicalización violenta de las derechas durante la Segunda República, 1931-1936*. Madrid: Alianza, 2011.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo, et alii (eds.), *La Segunda República Española*, Madrid: Pasado y Presente, 2021.

GONZÁLEZ CUEVAS, P. C. *Historia de las derechas españolas. De la Ilustración a nuestros días***.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

GRECCO, G de Lima. Redes de poder durante el "Estado Novo" brasileño: los intelectuales autoritarios y la constelación Capanema. *Páginas*, Rosario, nº 15, p. 48-62, 2015.

GRECCO, Gabriela de Lima. *De la pluma como oficio a la pluma oficial. Estado y literatura durante los nuevos estados de Getúlio Vargas y Francisco Franco (1936-1945).* Tese (Doutorado em História). 591f. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2017.

GRECCO, Gabriela de Lima. El fascismo tropical: literatura y Ação Integralista Brasileira, *Ayer*, Madrid, 111, p. 253-282, 2018.

GRECCO, Gabriela de Lima. GONÇALVES, Leandro Pereira. *Fascismos iberoamericanos*, Madrid: Alianza, 2022.

GRIFFIN, Roger. *The nature of fascism*. Londres – Nueva York: Routledge, 1991.

HAMRE, Martin. Kristoffer. Norwegian Fascism in a Transnational Perspective: The Influence of German National Socialism and Italian Fascism on the Nasjonal Samling, 1933–1936. *Fascism. Journal of Comparative Fascist Studies*, Leiden, v. 8, p. 36-60, 2019.

IORDACHI, Constantin. *Comparative fascist studies: new perspectives*. London - New York: Routledge, 2010.

KALLIS, Aristotle A. Fascism and Religion: The Metaxas Regime in Greece and the 'Third Hellenic Civilisation'. Some Theoretical Observations on 'Fascism', 'Political Religion' and 'Clerical Fascism'. *Totalitarian Movements and Political Religions*, Londres, v. 8, 2, p. 229-246, 2007.

KALLIS, Aristotle. The 'Fascist Effect': On the Dynamics of Political Hybridization in Inter-War Europe. In: COSTA PINTO, A., KALLIS, A. *Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe*. London: Palgrave Macmillan, 2014, p. 13-41.

La Vanguardia, Barcelona

MATOS, Sérgio Campos. António Sardinha and his Ibero-American connections. Traditionalism and universalism. In: GALIMI, V., GORI, A. *Intellectuals in the Latin space during the era of fascism. Crossing borders***.** London – New York: Routledge, 2020, p. 15-34.

MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.121-137, 2019.

MORODO, Raúl. *Acción Española. Orígenes Ideológicos del franquismo***.** Madrid: Tucar Ediciones, 1980.

NOLTE, Ernst. *Three faces of fascism: Action française, Italian Fascism, National Socialism*. New York – Chicago – San Francisco: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

PACHECO, Gabriela Santi, GONÇALVES, Leandro Pereira. Fascismo e Modernismo: a atuação de Plínio Salgado na década de 1920. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, vol. 35 n.1, p. 57-81, jan./jun. 2022.

PARDO SANZ, Rosa M. *Con Franco hacia el Imperio: la política exterior española en América Latina, 1939-1945*. Madrid: UNED, 1995.

PAXTON, Robert. *Anatomía del fascismo*. Madrid: Capitán Swing, 2019.

PAYNE, Stanley G. *Falange. Historia del fascismo español*. Madrid: SARPE, 1985.

PAYNE, Stanley G. *Franco y José Antonio: el extraño caso del fascismo español: historia de la Falange y del Movimiento Nacional (1923-1977).* Barcelona: Planeta, 1997.

PAYNE, Stanley G. *El fascismo*. Madrid: Alianza, 2014.

PENA-RODRÍGUEZ, Alberto. *A Guerra da Propaganda: Portugal, Brasil e a Guerra Civil de Espanha: Imprensa, Diplomacia e Fascismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PÉREZ MONTFORT, Ricardo. *Hispanismo y Falange: los sueños imperiales de la derecha española y México*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. Rojos en Brasil y España: a política da repressâo em dois tempos, *Studia Historica. Historia Contemporánea*, 37, p. 223-260, 2019.

ROBERTS, David D. *Fascist Interactions. Proposals for a New Approach to Fascism and Its Era, 1919-1945*. London: Berghahn Books, 2016.

SAZ, Ismael. El franquismo ¿régimen autoritario o dictadura fascista? In: TUSELL, J., et alii (eds.). *El régimen de Franco, 1936-1975: política y relaciones exteriores*, Madrid: UNED, vol. 1, 1993, p. 189-202.

SAZ, Ismael. El primer franquismo. *Ayer*, Madrid, 36, 1999, p. 201-221.

SAZ, Ismael. *España contra España*. *Los nacionalismos franquista***s**. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SAZ, Ismael. *Fascismo y Franquismo*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2004.

SAZ, Ismael. *Las caras del Franquismo***.** Granada: Comares, 2013.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Manole, 2003.

THOMÀS, Joan Maria. *Lo que fue la Falange***.** Barcelona: Plaza & Janés, 1999.

THOMÀS, Joan Maria. *La Falange de Franco: el proyecto fascista del régimen*. Barcelona: Plaza & Janés, 2001.

THOMÀS, Joan Maria. *El Gran Golpe: El "Caso Hedilla" o cómo Franco se quedó con Falange*. Madrid: Debate, 2014.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*, 2.ª ed., Porto Alegre: Difel-UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*, São Paulo: Brasiliense, 1979.

V.V.A.A. *Plínio Salgado, in memoriam* (vol. 2). Voz do Oeste: São Paulo, 1986.

[1] Un ejemplo de esto sería la cobertura que hicieron, durante los días posteriores al 11 de noviembre de 1937, algunos diarios conservadores como *ABC* o periódicos de marcada filiación falangista como *Hierro* o *Amanecer*.

[2] Fundada en 1933, fue una coalición de partidos de derechas que aglutinaba al catolicismo político español. Liderada por José María Gil-Robles, consiguió convertirse en la gran organización de masas de la derecha española antes del inicio de la guerra.

[3] La Comunión Tradicionalista, fundada en 1869, fue la organización política del *carlismo*, un movimiento reaccionario y tradicionalista cuyo objetivo principal fue, durante su prolongada existencia, sentar en el trono a una rama alternativa de la familia real, la dinastía Borbón, y establecer una monarquía tradicional, antiliberal y antisecular. Con todas sus diferencias, el *miguelismo* en Portugal o el *patrianovismo* en Brasil fueron movimientos asimilables.

[4] El Instituto de Cultura Hispánica fue una institución fundada en 1945. Se creó con el objetivo de fomentar el desarrollo de las relaciones entre los países de América Latina y España. Es importante tener en cuenta que sustituyó a otra institución, el llamado 'Consejo de la Hispanidad', que había sido fundado en 1940. Esta fue la organización, de ideología y vocación fascista, encargada de velar por los intereses españoles en Hispanoamérica, cuyo último objetivo sería elevar a España a potencia rectora —o, al menos, guía cultural / espiritual— de los países hispanoamericanos.

[5] El diario ABC, fundado en 1903, es uno de los diarios conservadores más importantes de España. En 2024 sigue siendo un diario de referencia de la derecha española.

[6] El diario El Alcázar, fundado en 1936 y cuya publicación acabó en 1987, fue un periódico de filiación carlista, fundado durante los inicios de la Guerra Civil Española. En abril de 1937, se adhirió al Decreto de

Unificación, pasando a ser diario de FET y de las JONS. En los años posteriores mantuvo una línea editorial que conjugaba opiniones fascistas con las tradicionalistas.

[7] Eugeni d'Ors (1881-1944) fue, entre otras cosas, un intelectual español con una trayectoria extensa, caracterizado por defender una serie de ideas de matriz antiliberal, autoritarias y tradicionalistas. Para conocer el desarrollo del pensamiento de d'Ors véase FUENTES CODERA, 2017.

[8] El Alcázar de Toledo es una gran fortificación de planta cuadrada ubicada en la parte alta de la ciudad de Toledo. Reformado durante el siglo XVI, fue el lugar de una batalla durante la Guerra Civil Española que lo dejó parcialmente destruido. Entre julio y septiembre de 1936, fuerzas republicanas mantuvieron sitiada a la guarnición rebelde. Tras dos meses de asedio, este acabó cuando parte del ejército sublevado llegó a Toledo y 'liberó' a los sitiados. El desarrollo y resultado de la batalla dio pie a que el régimen franquista explotara estos hechos de forma propagandística y lo convirtiera en el escenario de varias leyendas. El diario El Alcázar fue nombrado así debido a estos hechos.

[9] El Valle de los Caídos es un conjunto monumental ubicado en las montañas al noroeste de Madrid. Consta de una gran explanada, una abadía subterránea y una cruz de 150 metros de altura, construida sobre un risco. Inaugurado en 1959, fue el lugar de enterramiento de, entre otros, José Antonio Primo de Rivera, Francisco Franco, así como de decenas de miles de soldados muertos en combate, tanto defensores del gobierno republicano como integrantes de las filas rebeldes. En los últimos años, se ha producido la exhumación y el traslado de los restos tanto del dictador como del líder fascista para tratar de que este no fuera un lugar de homenaje a la memoria de la dictadura. Existe un debate público activo en redes sociales y medios de comunicación sobre qué hacer con el lugar, pero un consenso entre las derechas y las izquierdas parece difícil.

[10] Desgraciadamente, no apunté la referencia del texto. No obstante, se puede consultar, en portugués, de manera online, en la siguiente web neo-integralista: https://integralismo.org.br/documentos/plinio-salgado-na-tradicao-do-brasil/. Acesso em 22 fev. de 2024.

[11] 'Acción Española' fue una revista española, publicada entre 1931 y 1936, que contó con la participación de los principales intelectuales de derechas que se oponían a la Segunda República. Su línea editorial era marcadamente conservadora, católica, monárquica y, en ocasiones, filofascista. Las ideas y debates presentes en los textos publicados tuvieron una gran influencia en el desarrollo ideológico del régimen franquista (véase, esp., MORODO, 1980).

Artigo recebido em 01/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

BRAZILIAN INTEGRALISM AS A VARIANT OF FASCISM: The ideology of the leaders of the Brazilian Integralist Action

O INTEGRALISMO BRASILEIRO COMO UMA VARIANTE DE FASCISMO: A Ideologia dos Líderes da Ação Integralista Brasileira

Carlos Martins[1]

Abstract: In spite of all the recent studies about "generic fascism" in different countries, they did not exhaust the pertinence of an analysis of the Brazilian AIB as a permutation of fascist ideology. Thus, the goal of this essay is to establish in a more thorough way which were the components that allow for us to insert the AIB in the wider phenomenon of fascism, as well as the elements that made it a variety with unique characteristics. Using the conceptual morphological approach, this essay presents an ideological pattern of "generic fascism" composed of six core concepts (nation, state, synthesis, revolution, authority and violence), and then proceeds to a close reading of texts by Salgado, Miguel Reale and Gustavo Barroso.
Keywords: Fascism; Integralism; Ideology.

Resumo: Apesar dos estudos mais recentes sobre "fascismo genérico" em diferentes países, estes não esgotaram a pertinência de uma análise da AIB brasileira enquanto variante da ideologia fascista. Assim, o objetivo deste ensaio é o de estabelecer de forma mais concreta quais eram as componentes que permitem que insiramos a AIB no fenómeno mais alargado do fascismo, bem como os elementos que a tornavam uma variante com caraterísticas únicas. Fazendo uso da abordagem morfológica conceptual, este ensaio apresenta um padrão ideológico do "fascismo genérico" composto por seis conceitos centrais (nação, estado, síntese, revolução, autoridade e violência), e procede depois para uma análise de textos de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso.
Palavras-chave: Fascismo; Integralismo; Ideologia.

Introduction

The idea that fascism as a generic phenomenon might have existed outside the European continent was initially met with some resistance among some experts. That was the case, for instance, of Stanley Payne, who stated that it is "doubtful that a typology derived from European fascism can be applied to non-European movements or regimes with full accuracy or specificity" (Payne, 1995, p.354), and who used, at most, the word "protofascism" to refer to some non-European movements. However, in the last decade, thanks to researchers like Stein Larsen (2001), or even to the work of Roger Griffin (2013) on "generic fascism", it became less controversial to assert that some manifestations of fascism did appear outside the boundaries of Europe and that their scrutiny is as important as that of the more commonly studied permutations of Italy, Germany or other European countries. Thus, one of the most frequently mentioned examples is that of Brazilian

[1] Doutorado em Política Comparada pelo ICS da Universidade de Lisboa e estuda a história do fascismo e de outras ideologias de extrema-direita. É autor dos livros From Hitler to Codreanu: *The Ideology of Fascist Leaders* e *Fascismos: Para Além de Hitler e Mussolini*.

fascism, which manifested itself in its most completed form in the movement known as Brazilian Integralist Action (Ação Integralista Brasileria- AIB), led by Plínio Salgado between 1932 and 1937. Even if authors like José Chasin (1999) initially denied the fascist character of this movement, instead seeing it as a reactionary phenomenon, the work of Hélgio Trindade (1974), and others who followed him, helped establishing the view that AIB exhibited the main features of the ideology whose core was shared by Mussolini's movement and Hitler's Nazism, thus being a variant of "generic fascism".

Nevertheless, the research that has recently been done has not yet exhausted the pertinence of a study that seeks to insert more thoroughly the ideology of the AIB in the broader phenomenon of fascism. Which were, after all, the features of Integralist ideology that allow us to conclude that it was a variety of fascism? Which features did it have in common with other main variants, like the Italian and German one? In which ways did it differ? And which were its unique features (if it had any), that is, the characteristics that, while not precluding its inclusion in the generic phenomenon, still give it a distinctive character? A study that tries to address some of these questions could be fruitful in two ways: 1- it could give us a more detailed understanding of the nature of Integralist ideology and the way how the Brazilian variety connected with the ideological content that was then being put forward in other countries; 2-conversely, it could also give us a better understanding, not just of this specific local fascism, but of the generic phenomenon as a whole, since the study of the diverse permutations of fascism (even the ones which at a first glance might seem unimportant) can be helpful to get to know the multiple ways in which a fascist ideological content could be rearranged and redefined, as well as the extent of different meanings that it could encompass in distinct social contexts.

Having said all that, this essay aims to study the ideology of the AIB as a manifestation of "generic fascism" by using political concepts as its main unit of analysis. We will thus approach fascism as an ideological pattern composed of political concepts that interlink between each other, thus creating a specific meaning that is different from that of any other ideological pattern. In order to proceed to this analysis, we will present a conceptual pattern that represents the core of "generic fascism" and, after that, we will scrutinize the specific permutation of this ideology in the ideological content of Brazilian Integralism. This will be done through a close reading of some of the most important texts written by the main figures of the AIB: Plínio Salgado; Miguel Real; and Gustavo Barroso (the reason why we chose these figures will be discussed later in this essay). In this close reading, we will look for the core concepts (and interlinkages between concepts) that are present in the generic configuration, while at the same time paying attention to concepts

and interlinkages that do not appear in it and represent an originality. Thus, it will be possible to enunciate in a more concrete way both the reasons why Brazilian Integralism is a permutation of fascism and in which ways it represents a unique variety of the ideology, with specific components.

The Conceptual Pattern of Fascist Ideology

The conceptual morphological approach that we here adopt was famously put forward by Michael Freeden (1995) and it aims to decode the meaning of the content of different ideologies. It sees ideologies as a pattern composed of political concepts (each of them having a different prominence) that create a meaning that is very specific of a given pattern trough the interlinkages that are established between them. Different weights given to concepts and different relations of proximity between concepts create, therefore, a meaning that serves to distinguish, for instance, the conceptual pattern of Liberalism from that Socialism. Likewise, it is possible to discern at least the following types of concepts: core concepts (the ones which are central to an ideology and are always present in its various permutations), adjacent concepts (which serve to and define the meaning of the core concepts in whose proximity they are placed) and peripheral concepts (which are secondary to the ideology and will not be included in our analysis, due to lack of space). Based on a reading of fascist sources as well as secondary sources, we previously presented a conceptual pattern of fascism with the following core (and adjacent) concepts:

Nation- one of the least controversial concepts that we here include, and one with which virtually every researcher would agree (Griffin, 2013, p. 38). In fact, it is generally acknowledged that all fascists highly valued the Nation and submitted all their other goals to the intention of magnifying the national community in a very intense way. Furthermore, fascists generally conceived the Nation in a spiritual fashion, surpassing the material conditions of the present and the lives of their current inhabitants. Besides, in the vicinity of this core concept, we can find the adjacent concept of "mission" (relating to a task that a given Nation was supposedly meant to fulfill and which separated it from every other Nation by giving it a distinctive feature), as well as that of "empire" (the construction or maintenance of which, in many cases, referred precisely to the mission that the Nation should accomplice), even if the latter might not be as relevant in some varieties or even occasionally seem to be absent. It is also relevant to point out the adjacent concept of "race", even if not all variants make an explicit use of it (as it is generally known the permutation in which this concept was most important was the Nazi one), for it can be

easily argued that all forms of fascism are, in one way or another and to different extents, racists. After all, all of them viewed the inhabitants of their national community as somehow "superior" and different from the members of other Nations.

State-a concept whose importance becomes evident if one thinks that, as noted by Michael Mann, "fascists worshiped State power" (Mann, 2004, p. 21). Thus, the State is seen in fascist ideology as an instrument that is necessary to coordinate the social, political and economic life of the Nation, being thus necessary to create the conditions for the national community to regain its greatness. In some permutations, like the Italian one, the State could have a very evident prominence (being worshiped for its own sake), while in others (like German Nazism) it was a means to an end (in the case, create a racially pure community). The adjacent concepts that we find in its vicinity are, for instance, "order" and "harmony", since the main goal of the State was to attain a community in which chaos ceased to exist.

Synthesis- a concept which refers to the goal of harmonizing the opposites and create a cohesive whole in which internal conflicts are no longer present. This idea, present in the fascist way of thinking (always prone to combine conflicting elements), can refer to what Roger Eatwell calls "holism" (2003, p. xxiv). In the context of the national goals of fascism, it is related to adjacent concepts like "unity" and, most importantly, "conciliation between classes" and "conciliation between the individual and the collectivity" (these last two referred precisely to the goals that fascists saw as crucial to create a cohesive Nation with no internal fights, a sort of "Nation-Synthesis").

Revolution- a concept that is related to the total transformation that fascists wanted to perform in the national community, creating something radically "new". The fascist Revolution thus refers to the coming of a "new era" in history, guided by new principles and a different economic and political system. Thus, the main adjacent concept that we can here refer to is that of "palingenesis", which, as Roger Griffin famously stated, is related to the idea of the "rebirth" of the Nation and constitutes the main goal of the transformation of the Nation. Besides, the adjacent concepts of "new era" and "new man" are particularly relevant, the latter representing one of the most fundamental purposes of fascism: the creation of a new type of man that would reject the individualistic and materialistic notions of liberal society and recover the strength and virility that he had supposedly lost, thus being reinserted in the national community and achieving all his creative potential.

Authority- which represents a principle that, according to fascism, must be respected in all spheres of societies, as noted by Stanley Payne (1995, p. 12). In this

context, we find the concepts of "hierarchy" and "discipline" which are also principles highly valued by fascists. Furthermore, the concept of "elites" is a very important one and the way it is decontested can ultimately serve to distinguish a fascist conceptual pattern from the ideology of other right-wing reactionary phenomena. To fascists, these "elites" should represent a new class of leaders who, thanks to their deeds and abilities, stood out from other people and conquered the right to guide society and replace an old elite. Thus, we can also add in this context the adjacent concepts of "leader" and "heroes" (the latter referring to the new type of men that distinguished themselves and become the new guiders of the Nation). In this context, the "heroes" of fascism were usually seen as people capable of action and of great and virile deeds, as well as prone to sacrifice, martyrdom and, in the most extreme cases, even death, all t in the name of national "rebirth".

Violence- lastly, we shall mention this core concept, which was also noted by Stanley Payne (1995, p. 11). Fascists valued Violence very positively and saw it as a force of creation and not just of destruction. It could thus be employed to purge the Nation of its supposed "alien" elements (for instance, racial "enemies") and purify the community, therefore allowing for the intended "rebirth". In this context, it is relevant to point out the adjacent concept of "cleansing", which refers to the supposed "purification" of the Nation through violent means. Besides, Violence also represented a principle upon which fascists constructed their worldview: to this ideology, the world is like a place of constant struggle, a fight that is necessary to carry out and which the strongest people had to win in order to conquer their right to lead society. Within this scope, the adjacent concepts that are important to mention are "social Darwinism" and "vitalism" (referring to the revitalizing energy with which fascists should impregnate society through their virile actions). We shall also note that, for a number of reasons (that could include the necessity of presenting a more palatable face to the public), fascists sometimes tried to reformulate their discourse and deny that they defended Violence for the sake of it, refusing to explicitly praise it. For this reason, the mere reading of fascist sources could reveal itself insufficient for us to notice the importance of this concept. Nevertheless, if one pays attention to certain words like "struggle", "fight", "force" and "war", it is still possible to see the way how, behind the apparent rejection of violent means, the fascist mentality conceived Violence as fundamental component of human society.

Summarizing the conceptual configuration that we presented, we can thus say that fascism is an ideology that, at its core, is constituted by the central cores of Nation, State, Synthesis, Revolution, Authority and Violence, and that, in all its variants, we shall find these fundamental features, as well as a current pattern of interlinkages between them. It

is precisely the rearranging of these six concepts that give to the content of fascist ideology a very specific meaning that is not found in any other ideological pattern. Besides, there is a set of particularly important interlinkages that are crucial to understand this ideological core: for instance, the concepts of Nation, State and Synthesis interlink, since one of the fascist goals was to create a Nation that was cohesive (a Nation-Synthesis) by using the State as an instrument to achieve it and guarantee the maintenance of order. The concepts of Revolution and Authority also interlink, thus meaning that one of the purposes of the fascist Revolution was to create a new "elite" capable of leading society (this new elite should be constituted by the "heroes" that represented the "new man"). Furthermore, there is an evident interlinkage between the concepts of Authority and Violence, which explains why, in fascism, the new "elite" of "heroes" was often seen as one that was capable of violent and warlike actions, while also being noted for their virility and strength.

The Ideology of the AIB

At this point, we are finally able to proceed to our analysis of the ideology of the AIB, which will be done in this section. As it is told by Leandro Pereira Gonçalves and Odilon Caldeira Neto (2020), this movement was created in São Paulo on October 7, 1932, by the writer and journalist Plínio Salgado. In time, it would grow to become one of the most important fascist movements in the South American continent. Known for the green uniform used by its members, as well as for its main symbol (the Sigma) and its greeting "Anauê", the AIB met with the opposition of his leftist adversaries (which led to clashes like the so called "Battle of the Praça da Sé" on October 7, 1934) and was eventually dissolved by the new dictator Getúlio Vargas on 1937, after having tried to achieve some kind of agreement with him. Apart from its leader, this movement also counted among its ranks with important figures like Miguel Reale and Gustavo Barroso, who made important ideological contributions. It is precisely through the close readings of texts written by Salgado, Reale and Barroso that we will try to untangle the core aspects of the integralist conceptual pattern.

João Fábio Bertonha reminds us that "it is common to state that, in Brazilian integralism, there were three main currents" (Bertonha, 2020, p. 133): the one related to Salgado (conservative and catholic); the one connected to Reale (concerned with social questions and corporatism and closer to the Italian variant); and, lastly, the one that was associated with Barroso (romantic and anti-Semitic, somehow closer to German Nazism).

These three figures thus represent the main components and ideological currents that composed the AIB and it is precisely for this reason that we chose to focus on them in this study. With them, it will be possible to grasp the full extent of integralist ideological rearrangements within the scope of fascism. Furthermore, it is also important to note that "independently of how much they fought for power and held ideas that were, to a certain extent, diverse, the several integralist currents remained united until the end by standing on a common ground" (Bertonha, 2020, p. 133). This assertion is particularly important for it shows us that analyzing the ideology of this three figures does not actually mean to study three particularly different conceptual patterns (which, if it were the case, would render this choice an ineffective one), but rather to study slightly different varieties of a same conceptual pattern (the integralist pattern), each of them displaying some unique features that do not set them apart from the main one. Studying Salgado, Rale e Barroso is, therefore, the most secure way to get to know the ideological pattern of Integralism as a whole, while at the same time shedding some light on the extent of minor rearrangements that the latter could encompass.

All this said, we can start by focusing on the core concept of **Nation**. The centrality of it is evident, for instance, when Gustavo Barroso mentions that his movement wants to "aggrandize it [the fatherland]", while Plínio Salgado states in *O que é o Integralismo* that "Integralism wants a Nation that is united, strong, prosperous, happy" (Salgado, 1933, p.130). The leader of the movement reinforces this point when referring, in *A Doutrina do Sigma*, that "the integralist knows that he must give everything to his fatherland, that he should ask nothing from it" (Salgado, 1937, p. 28). Furthermore, in the text *Perspectivas Integralistas*, written by Miguel Reale, the author states that "the Nation is an ethical, political, cultural and economic organism" and that it is "a reunion of individuals who, in the same territory and under the same sovereign power, have common aspirations". Furthermore, the Nation is a "communion of language, history, traditions, customs, habits, virtues and flaws, a common conscience of willing". Likewise, it is mentioned that the Nation is a "heritage of culture and deeds" (Reale, 1983, p. 15). This seems to point to the idea that Integralism sees the Nation as an entity whose identity is defined mainly in cultural and spiritual terms (integralists themselves would add "in ethical terms"), and which encompasses the heritage of several generations: the present ones, the ones who already died and also the ones who have yet to born (something that Reale also says). It should be added that, just like in the pattern of "generic fascism", there is the idea that the Nation has a mission to fulfill, and that mission is, according

once again to Reale, "to contribute with its own values to universal progress and common peace" (Reale, 1983, p.15).

In the case of Salgado, there is also a strong proximity between the Nation and two other terms that recurrently appear attached to it: "God" and "Family". This happens when Salgado writes that "we love out fatherland, we believe in god, we idolize our families" (Salgado, 1937, p. 28). In *A Quarta Humanidade* it is also said that "without the fatherland […] one cannot understand the effective defense […] of those two other fundamental principles of human happiness: family and propriety" (Salgado, 1934, p. 28). This feature, expressed in the motto "God, Fatherland, Family", points to one of the main characteristics that is a part of Salgado's version of Integralism: its social conservatism and the importance that he gave to religion (notice that the other leaders also made references to these conservative ideas, as it is evidently the case of Reale, who mentions the family as "the first and most important social institution". It is simply that they are more prominent in Salgado's texts than in the other figures here in analysis). To the leader, the defense of the Brazilian nation was always connected to faith in God and respect for the family as the main unity upon which society must be established. This clearly made his ideological pattern permeate with conservative ideologies of the time, with which he was in tune (that is the case, for example, of the Portuguese dictator Salazar). Another feature that is important to point out is the apparent absence of the concept of "imperialism", since Miguel Reale explicitly writes that "Integralism rejects, therefore, imperialism, which wants the Nation to be a mere instrument of conquest in the hands of economic groups" (Reale, 1983, p.15). While seemingly different from our generic configuration, this characteristic is, after all, shared with other permutations of fascism that appeared in countries that did not have the possibility of conquering an actual empire by invading other territories.

One last important component of integralist nationalism is related to que question of "race". In this point, it is commonly noticed that Barroso was the one who was closer to the Nazi variant and who explicitly made use of the concept of "anti-Semitism". In one of his most important books, *Brasil: Colónia de Banqueiros*, he presented a curious version of the history of his country, which is seen as a victim of the machinations of an international financial elite, conspiring to weaken the Brazilian nation and constantly get it into debts (the anti-Semitic tropes, usually associated with conspiracy theories about global bankers, cannot be left unnoticed, something which is reinforced with derogatory mentions to figures like the Rothschilds). The references to the Jews as creatures who "acted in the shadows", to "Jewish capitalism", to "Bolshevik capitalism" and even to the

Protocols of the Elders of Zion clearly approximate Barroso's ideology to German Nazism, which also becomes more evident when he praises authors that denounced the "Jew" as "the disguised organizer of antichristian sects, of secret societies, of the overthrowing of thrones, of enrichment through usury, with the goal of dominating the world" (Barroso, 1934,p. 15). In any case, it is important to retain that, contrary to what sometimes is thought, Barroso was not the only integralist who made use of anti-Semitic references (for instance, Salgado also did it, even if he gave this theme much less relevance than his rival), and that Barroso himself frequently made an effort to separate his ideology from that of the Nazis. Thus, in a passage from *O que o Integralista Deve Saber*, Barroso rejects biological racism and explicitly states that "the Jewish question is not, contrary to what many think and to what the Jews tried to propagate, a religious or racial question". He then adds that "no one fights the Jew because he is of a Semitic race nor because he follows the religion of Moses. But rather because he acts politically inside the Nations, according to a preconceived plan" (Barroso, 1935, p.119). There is, therefore, an attempt to present anti-Semitism as a political question rather than a racial or religious one.

Such an attempt should not be discarded as a simple and isolated stratagem from Barroso. In fact, it can tell much about the way how integralists saw the nation and the question of race. Acting in a country with a multiethnic society, Salgado and his colleagues hardly could present themselves as racist leaders, defending some form of "Aryan supremacy". On the contrary, they had to take into account the other main ethnic groups that were part of the history of Brazil: black people and the Native-Americans (it thus seems less surprising that even Barros, close to Nazism in some aspects, rejected the explicit use of the concept of "race"). It is in this context, that Reale writes that "Integralism remains aloof from any racial prejudice […] The racist thesis is not, and has never been, in our considerations" (Reale, 1983, p.34). This happened because, in the integralist view, Brazil as a nation was formed through a "fraternization of races" (to use an expression by Salgado), each of them contributing in some aspect to the constitution of the culture of the country and the psychological features of its inhabitants. It is in this context that Reale mentions that "in Brazil, where all the ethnic groups unite and combine to give the world the cosmic man of the tropical American civilization, the theory of superior races reveals itself in all its weaknesss" (Reale, 1983, p. 35). Thus, even Barroso, in his book *O Integralismo em Marcha*, praises the "absence of prejudices of color" in his country. Nonetheless, a careful reading of integralist sources rapidly shows that, in spite of this rejection of the concept of "race", this movement still held a view towards other

ethnic groups that could be considered racist, as its members tended to have a paternalistic view, characterized by the idea that white people of European ascendency somehow had the mission of civilizing them and educate them. This is shown when Reale, in his *ABC do Integralismo*, writes that "Integralism cannot forget the great indigenous family, our Indians, who, then, shall be integrated in civilization through the action of Christian missionaries" (Reale, 1935,p.132). Salgado, in his turn, talked about the "sweet naivety of the Indian" (Salgado, 1934, p.139).

We can now go further to the concept of **State**, which closely interlinks with the concept of Nation. This is expressed in a passage by Miguel Reale: "the State is the organized nation" (Reale, 1983, p.16), as well as when Salgado writes that he wants a "living State, identified with the Nation itself" (Salgado, 1933, p.126). According to this author, it must correspond to the "hierarchical and solidary organization of the individuals and groups that congregate their efforts with the goal of reaching a maximum of personal and general happiness". Plínio Salgado, in his *Psicologia da Revolução*, is even clearer when he says that the State is a center of "aspirations of harmony and equilibrium" and its goal is that of attaining "social justice". Its mission is that of being "a center of collaboration, of stimulation, of subordination of scattered forces to a national conditioning" (Salgado, 1932, p. 56). We see, thus, how the concept of State interlinks with the adjacent concepts of "order" and "harmony", since its mission must be that of ending chaos in the national community. In the integralist worldview, this concept is conceived as an instrument responsible to coordinate (or supervise) the different components of the national community and carefully conduct them towards the construction of a new nation, while using all the potentials that exist within the community and submitting them to a higher goal. Reale also explains that "the State does not confound itself with a social class, neither with a group, and can only express the totality of the nation" (Reale, 1983, p.16). It must, then, be a strong State, for only with such a characteristic can it fulfill the mission that the nation needs it to do.

Most importantly, the integralist State (interlinking with the core concept of Revolution) must represent a new type of State, a transformation that comes about in the context of the changes that Salgado's movement wants to perform in the national community. "The concept of State must be a revolutionary concept", Salgado tells us, and it must be capable of constant renovation and dynamism in order to replace the old State and tackle the issues of the new era. Besides, integralist leaders were also prone to theorize about the differences between the type of State that they favored, and the types that they reject: mainly, the liberal State and the Marxist-socialist State (in this aspect,

they were close to many other fascists in European countries). Thus, the liberal version of the State was rejected due to its supposed weakness and incapacity to maintain order, as well as to its tendency to maintain the divisions between individuals (which made it impossible for the Nation to regain its greatness). Besides, the liberal State was too infective to deal in a dynamic way with the problems of the modern era, and, as said by Barroso, "the laic State resulting from liberal democracy in any of its avatars is an excrescence in our current times, in which problems demand quick, decisive and radical solutions" (Barroso, 1936, p. 41). As to the socialist (or Marxist) version of the State, it was rejected because its legitimation was based on the concept of "class struggle" and was supposed to represent just one social class (the workers) and not the nation as a whole. Such a State denied "all the moral and superior fundaments of Man" (Barroso, 1936, p. 41) and would still be incapable of solving the problems caused by the liberal State, because it did not represent a dynamic conception of the State, but rather a very static one. As said by Salgado, "Marxism conceives a definitive form of State, originating in a definitive economics and envisioning a definitive society" (Salgado, 1932, p.64).

The next core concept is that of **Synthesis** and, just like in the pattern of the generic ideology, it interlinks with the concepts of Nation and State. Thus, the integralist project has, at its core, the goal of constructing a National-Synthetic-State, that is, a State that is capable of uniting under it all the scattered elements of the Nation and create a cohesive and holistic community (a Nation-Synthesis, guided by a new State). Thus, the new type of State, identifying with the nation, would be "a synthesis of its highest spiritual and material values" (Reale, 1983, p. 15). The Synthetic State (or simply, Integralist State) would reject both the disorder brought about by the liberal State and the false solution of the Socialist State, that was nothing but an illusion that had been promised to the working class but which would worsen the situation in which workers lived and the nation as a whole. Furthermore, the concept of Synthesis becomes relevant in integralist ideology because it relates to the notion that, in principle, it is necessary to conciliate the opposites in all spheres of live and thought in order to create something new, cohesive and efficient. Barroso reveals this feature, when writing that "Integralism concretizes it [the synthesis] in the realm of ideas and will concretize it in the realm of reality" (Barroso, 1934a, p. 50). In another passage, the same author also writes that "Integralism understands the world in a total way" (Barroso, 1935, p. 75). To unite what was formerly set apart seemed to be a philosophical principal and a material goal of most fascist movements, and Integralism is no exception. It is in this context that Salgado also states

that "our preoccupation is to sum up everything, to considerate everything" (Salgado, 1933, p. 28).

What was curious about integralism was the frequency with which its members used the actual world "synthesis" and the explicit prominence that they gave to the concept. It is as if, to Brazilian integralists, the core of their ideology was to build a society in which the construction of this synthesis would be put at the center of a new political project. Thus, interlinking with the core concept of Revolution, this concept seems to point to a "Synthetical Revolution", one in which it would be possible to create a new era led by this principal. The interlinkage between Synthesis and Revolution becomes evident when, for instance, Salgado says that "the new civilization will put into practice the great synthesis". And it would be a "philosophical synthesis. Political synthesis. But, most importantly, the synthesis of the Human ages" (Salgado, 1934, p. 82). In the end, Salgado aimed at building a new "era of synthesis". In the theoretical real, this tendency to create a union of opposites would become evident, for example, when dealing with two concepts of human life: the material one and the spiritual one. The former "sees human life as a phenomenon that starts and ends on the earth" (Salgado, 1933, p. 20), and is responsible for chaos and decadence in the national community. The latter "considers human life as a transitory phenomenon, conditioning an eternal and superior aspiration" (Salgado, 1933, p. 20), and, while being morally higher, cannot sustain itself if it does not take into account the human aspirations in earthly life. Thus, the synthesis of both, even if acknowledging the moral elevation of spiritual principles, would translate in a society in which would be restored "the right of the spirit to intervene in the development of the material forces of society" (Salgado, 1934, p. 83).

In its material concretizations, the concept of Synthesis also has in its vicinity the adjacent concept of "unity", since it aims at putting an end to the conflicts taking place within the national community and create a holistic society. In this sense, we find the same adjacent concepts that are present in the generic configuration: "conciliation between individual and collectivity" and "conciliation between classes". The former relates to the rejection of liberalism and of its supposed anarchism and "false" conceptions of liberty and individualism. In this situation, "man, released into society, detached from the ties of his family or his group, is a biological and social nonsense" (Reale, 1935, p. 40). Integralism thus aspires to have a "total conception of Man", seeing him as an element that is part of a higher unity in which he must be reinserted (more of this will be said later). Besides, it is also in this context of rejection of liberalism that integralists reject party democracy and the divisive political struggles that are a part of it. In the

integralist worldview, this only serves to divide and further weaken the nation. In this sense, Salgado is very explicit: "Integralism will wage war against all political parties, whatever they might be. The Nation is one and indivisible and parties divide the nation". And he adds: "Integralism will put an end to the political parties that explore the people" (Salgado, 1933, p. 20). Perhaps, the most interesting integralist reasoning to oppose political parties (which, due to lack of space, we cannot analyze thoroughly) is found in Miguel Reale, who, in his *ABC do Integralismo*, sees party elections as a stratagem destined to keep the current decadent elites in power and fool the common people into keep them distanced from the national groups in which they should be integrated. It is an "electoral aura" that destroy the "real" liberty that only the integralist State can bring about.

As to "class conciliation", it expresses the utmost rejection of communist ideology and its principle of "class struggle". In order to create a solution to this supposed problem, "the integral State will defend the harmony and cooperation between capital and labor within a spiritual order" (Barroso, 1936, p.82). This collaboration between classes legitimates the establishment of "corporatism" as a political and economic system destined to restore harmony and equilibrium in the nation. No other integralist dealt so thoroughly with this concept of "corporatism" than Miguel Reale. This does not mean that other important members of the movement did not defend the same type of system, but rather that the concept did not have as much prominence in their permutation of Integralism as in Reale's one. Thus, displaying a conceptual pattern that was closer to the Italian version of fascism, this integralist sees corporatism as a system in which "production must be considered according to national interests and not according to the particular interests of individuals and groups" (Reale, 1983, p. 23). In this system, the corporations, formed by syndicates, were institutions and an "organ of the State, where there are representatives of businessmen and workers". Seeing the process of economic production as constituted by the three elements of capital, work and intelligence, Reale and other integralists viewed corporatism as a way to conciliate all these elements and put an end to the struggles that took place between them in liberal society. Thus, the Integral State would create some sort of "social justice", addressing both the demands of workers and of entrepreneurs, without necessarily satisfying all their exigencies and always subordinating them to the national will, which stood above class interests. In any case, integralist syndicates should represent specific branches of production and they would have political, economic, cultural and moral functions.

Lastly, there is one element that somehow sets Integralism apart from other varieties of fascism (even though it is possible to find some similarities with Spanish Falangism in this matter) because, according to integralists, apart from the division between individuals and between classes, there was another main division that imperiled the unity of the nation and needed to be solved through a new synthesis: the division between regions, provinces and federated states. In this ideology, one of the reasons that explained Brazil's weakness was the sharp separation between "states that fight to conquer federal power" (Salgado, 1933, p.10), and the fact that "each province closes itself selfishly examining its own problems" (Salgado, 1937, p.46), something which did not allow for the creation of a sense of "national unity". Thus, Brazil was not a "real nation" yet, and it is for this reason that Salgado calls on the Brazilian people to "forget your province" and fight for the nation as a whole, one in which there would be "the same rhythm of attitudes from the Amazonas to Rio Grande" (Salgado, 1937, p.37). This state of affairs would be solved thanks to the holistic integralist doctrine, since "while state governments divide Brazilians, we unite them in a prodigious communion, which concretizes the stupendous miracle of one single national aspiration" (Salgado, 1937, p.37). Interestingly enough, the political corporatist system that the integralists purposed in order to solve this problem and create a cohesive organic community, would not be based on centralized power either, but rather in the municipality. Thus, municipalities, conceived as unites composed by families, should maintain a certain degree of administrative autonomy and function harmoniously within the organic system of the nation, being this as a way to fulfil local aspirations while, at the same time, contributing to the achievement of national goals (to which the municipalities should be subordinated). All these ideas are expressed in the words of Barroso: "the municipality is a reunion of families. The origin of the municipality in the family renders it sacred, unassailable, in everything that is related to its peculiar interests". Nevertheless, he adds that "those interests, like the individual ones, cannot exorbitate" and, for this reason, "Integralism, while maintaining the moral authority of the municipality, subordinates it to the interests of the region or the nation" (Barroso, 1935, p.53).

The next core concept is that of **Revolution**, which is conceived in integralist thought as the creation of a whole new era of human history and in the life of the nation. The integralist revolution means, therefore, the construction of a new nation, and there is no doubt that the members of the movement themselves saw their political task as a revolutionary one. For example, Barroso writes that "we are, after all, that revolutionary spirit of which much has been said since 1930" (Barroso, 1936, p.15), and that

"Integralism does not prech the destruction of the social order […] but rather the transformative revolution of the meaning of life" (Barroso, 1935, p.73). Reale, in this turn, interlinks the concepts of revolution with that of the State in order to conclude that "the sovereign state assures itself the right to revolution" (Reale, 1935, p.122). The adjacent concept of "palingenesis", meaning "rebirth", is also expressed, for instance, when Salgado says that "a new light is announcing itself to the world" (Salgado, 1934, p. 82) and "the first signs of dawn can already be seen, in the thick groaning darkness" (Salgado, 1934, p. 66). In other passage, he also states that "we are living, nowadays, the beginning of a new great human era" (Salgado, 1934, p.9). It is also worthy to mention that, as in most varieties of fascism, the concept of Revolution interlinks with the "valorization of youth", for young age is seen as a stage in life in which there is a tendency to change things for the better and perform valuable deeds that contribute to regenerate the nation. The rejection of the "old" and the cult of the "new", therefore, also manifests itself in this praise of the young. It is for this reason that Barroso writes that "only the youth can save the world" (Barroso, 1936, p.9), due to its condition of not being "contaminated by the lowness of the environment", and for this reason young people are the "constructors of the future society". In other book, the same author writes appraisingly that "youth is spring, dawn and hope. Youth is the greatest source of energy of a people. Youth is the future of Brazil. Youth is the guarantee of the new homeland" (Barroso, 1934a, p.124).

Going further, we should note that, in Salgado's ideology, we find a theoretical justification for revolution that is more intricate than the one that we find in other permutations of fascism. in his book *A Psicologia da Revolução*, the integralist leader sees revolution as necessary movement of transformation in the history of mankind, but decontests this concept in a way that is much different from the one that we find, for instance, in left-wing ideologies. Thus, the Revolution is something "important to the improvement of man in what he has of superior in his essence" (Salgado, 1932, p.28). It serves to bring order to society and creates the condition for mankind to ameliorate and reach its full potential and to achieve a higher condition. The revolution has thus its origin in the spiritual realm, and it is the product of the human spirit, who perpetually transforms and changes things. Conceiving history as divided in two levels, the material and the spiritual, Salgado believes that revolutions happen when a revolutionary idea, which originates in the spiritual level, acts on the material level in order to alter it and correct errors that may exist in it. He therefore rejects the Marxist notions of revolution for its materialistic nature and defends instead a vision of a revolution that is subordinated to the

spiritual but does not leave aside the actual transformations that have to take place in the material world. Besides, it is already known, integralist ideology is particularly interesting in the way in which it interlinks the concepts of Revolution and Synthesis, leading to the conclusion that what is envisioned is a real "revolution of synthesis" and the creation of a new "era of synthesis". This is evident in Salgado's book *A Quarta Humanidade*, in which is said that this new era would be guided by the principle of synthesis and it would synthetize elements of past eras. This era would succeed to the three past ages of the history of humanity which were characterized, respectively, by addition, fusion and dissociation.

Furthermore, like in the case of "generic fascism", there is a goal of creating a new society and a "new man". This new type of man, who would abandon the individualism of the liberal era, would represent a real "personality" (a word that is used, for instance, by Reale and which also appears in other varieties of fascism). This "personality" is not the individual of liberal ideology, but is rather someone who is inserted in the social groups to which he belongs. In this context, Reale writes that Integralism proclaims "the unassailable rights of human personality" and asserts that it is necessary for the new State to "provide the necessary conditions to the integral satisfaction of those legitimate aspirations of human personality" (Reale, 1935, p.131). The integralist revolution represents, thus, the creation of a type of society in which such a "new man" could thrive. The human personality would there be understood through a new total conception that would encompass the spiritual, moral and material dimensions of mankind. Besides, in the case of Salgado, there is a very close interlinkage between the conception of Revolution and the creation of a "new humanity", which is highlighted as the central feature of the new era that is about to come. This would be "a new totalist humanity, in opposition to the other one, partialist". This humanity that is about to emerge in the historical era that is now close, would regain his sense of spiritual matters and be in touch with the order of the universe and the cosmos. In the end, it is a "new sense of life" and of "cosmic conception" that is coming to being, and "a new humanity which is in front of another humanity" (Salgado, 1934, p.10).

Therefore, one of the most interesting and original features of integralist ideology is the use by its leader of the concept of "fourth humanity", which interlinks with the concept of Revolution and represents a more original way to conceive the "new man" and the transformations brought about by the fascist palingenetic revolution. In Salgado's view, the history of mankind has been characterized by the succession of three humanities: the first one, characterized by polytheism; the second one, characterized by

monotheism; and the third one, characterized by atheism. The latter, which is the one that is still in existence (even if in a very decadent phase), is a materialistic humanity, detached from spirituality and prone to base itself on scientific knowledge. And, due to its materialism, the current "third humanity is now in state of agony", facing the decadence brought about by liberal democracy and Marxist socialism. "It has lost its ideal center of movement" and "despair enters every home. Misery oppresses workers […] The anguish of the popular masses flares up in revolutions without purpose" (Salgado, 1934, p. 60-62). In sum, there is disorder and "humanity is terrified of itself" (Salgado, 1934, p. 64). Such a state of decadence necessarily leads to the palingenetic solution, represented in the "fourth humanity" that will create a new State, capable of bringing happiness, and "new patterns of culture, moral, law, administration and politics", at the same time that it subordinates "science to the superior finality of man" (Salgado, 1934, p. 66-67). What is more, Salgado believes that this "fourth humanity" will soon come into being in Brazil and that South America is a place that offers some of the best conditions in the world for its creation. This is so because of its amalgam of races and ethnic groups, which will facilitate the process of synthesis of all the best features that were present in past humanities. For instance, the legacy of native populations, with its polytheism, gave the Brazilian race "a cosmic sense originating in the ethnical sources" (Salgado, 1934, p.69). Besides, there is a "remarkable religious power" influenced by the mythology of the Tupi and the rites of African tribes, while Christian believes brought by missionaries also gained a new vitality in this zone of the globe. In the final analysis, the era of "polytheism" still cohabits in Brazil with the "era of the machine" ("last stage of the third humanity") and the combination of all this will translate in the new "synthetic humanity".

In order to finish this essay, we need only to address two more core concepts of fascism: **Authority** and **Violence**. The former, as we already know, represents a principle that must be restores in all spheres of society, interlinking with concepts such as "order". In this context, Reale refers, quoting the integralist guidelines, that "Integralism considers authority to be a unifying force that secures the convergence and the equilibrium of individual wills and concretizes the total integration of the energies of the nation" (Reale, 1935, p.131). Authority is, thus, a principle upon which the transformation of society (envisioned by integralists) must assent, since only with it will be possible to put an end to the current state of disorder and chaos. In this context, authority also interlinks with the concept of State. Besides, authority also interlinks with the concepts of "discipline" and "hierarchy" and it is fundamental to understand how integralists conceived their own movement, in which the principle of "obedience" was always highlighted. This is

noticeable when Salgado asserts the necessity of obeying orders from above when saying: "he [the militant] will never fail to fulfill an order from his superiors, even if he thinks that it is a wrong one, for a correct order that is discussed is more pernicious than a wrong order that is obeyed" (Salgado, 1937, p. 29). In a similar fashion, Barroso interlinks this core concept with that of "leader", writing that "integralism requires an oath of loyalty and obedience to its doctrine, incarnated in the national chief". And he adds, "for him, we commit ourselves to sacrifice personal interests, ambitions and inclinations for the success of a great cause" (Barroso, 1935, p.111). In the end, the "new man" of integralist ideology, reinserted in the social groups to which he belongs, would gladly and "with dignity […] accept […] discipline and hierarchy" (Salgado, 1933, p.30), and these principles therefore become particularly important to supplement liberal society and its individualism.

Furthermore, we need to pay attention to the adjacent concept of "elites", which, as previously said, represents the new heroes who are capable of rejuvenating society. These heroic elites, referring to a new aristocracy, shall create a "new authority" (the concept of authority thus interlinking with that of revolution), as reminded by Salgado, and are one of the most important features to distinguish fascism from other conservative antidemocratic ideologies. The elitist nature of Integralism is expressed by Barroso in the following way: "it does not suffice to want to be an integralist to become one, one has to be able to become one, to have competence, value, capacity" (Barroso, 1934a, p.71). It is also in this context that Barroso refers that "government must be exercised by an elite that is recruited from all social classes and that is formed by study, by fight, by work and by sacrifice" (Barroso, 1935, p.137). Such an elite would, therefore, be different from the traditional governing classes of society, which explains why the author criticized the bourgeois classes and their corrupt practices, adding that the elite would never be formed according to the money that one possessed. In some passages of *Psicologia da Revolução*, Salgado develops this notion of revolutionary elites, who are destined to change society due to their prescience and capacity to action. He writes that these "lucky few" are people who have already understood the spiritual designs and know that is necessary to carry out a transformation. "In the begin", he says, "that idea belong to few, very few: they are the pioneers, the apostles, the evangelizers, the revolutionaries". However, thanks to the "magnetism of word and action, the new men make the idea penetrate among the popular masses" (Salgado, 1932, p.91) who until then had remained aloof of such matters. The new elites are thus seen as a group of people who conquer the right to guide the nation and the masses and lead them to revolutionary change. Besides, this cult of the new elites

also included a cult of "sacrifice" and "martyrdom", that is, some sort of suffering that justified their position of leadership and was understood as a kind of quasi-religious redemption towards the decadent nation. It is no wonder then that Salgado writes that "there is a new sense of heroism: of sacrifice" (Salgado, 1937, p.145) and Reale that "integralism is preparing the youth of the fatherland with the school of sacrifice" (Reale, 1935, p.122). Salgado goes even further when praising the suffering that the integralist goes through, and which he should accept with abnegation: "he knows that he will suffer injustices, will be the target of lies, of insults and slanders, we will be ridiculed by many and labeled as crazy. […] he will remain indifferent to everything" (Salgado, 1937, p. 30).

Finally, the concept of **Violence** may be more difficult to grasp since, as many other fascists did, integralists many times rejected the appraisal of this principle. In fact, integralists sometimes came to the point of explicitly rejecting violence, both as a method and as a principle of society, which is evident when Reale states that he envisions a peaceful world order in which there is cooperation between nations, and Salgado, when referring to the founding manifesto of the movement in his book *A Doutrina do Sigma*, says that "there is in it a vehement and tremendous condemnation of violent methods" (Salgado, 1937, p. 30). Other passages could be quoted in order to illustrate this view, like the one in which the leader claims that he wants to save the nation from communism by using non-violent methods. However, we should keep in mind that there may be an opportunistic reason behind some of this rejections of violence: for example, the quote about condemning violence that we here inserted comes from a book written in a time when the AIB had restructured his militia, trying to make it look as an organization with no para-military characteristics. Besides, like in the study of "generic fascism" it is important to pay attention to some subtleties, and, if we do this, we find in integralist texts words and expressions such as "soldiers of the fatherland", "force", "battle", "fight", "life-giving struggles" and many others. For instance, mentioning the "heroes", Salgado writes that "against everything and everyone, they fight", and that "thousands of soldiers will march in our march". In other passages, Salgado reaches the point of talking about a "deadly war" against the parties and of detailing which types of people he considers to be the "enemies of the fatherland" (which also reminds us of a warlike language). This mentions seem to be enough to demonstrate that, also in Salgado's ideology, politics and society as a whole are seen as a place in which struggle takes place and in which one needs to prove by force that he is worthy of being a leader. In the end, he is not much different from other European fascists and their conceptions of violence. When reading

other integralist figures, some components related to violence becomes even more noticeable. For instance, the idea of "virility" is express by Barroso in the following passage: "there is courage, contempt for danger […] pride to feel like a man and being a Brazilian within discipline, order, hierarchy" (Barroso, 1934a, p.71). As to Reale, he, like many other fascists, seems to make a positive evaluation of World War I, a time in which "humanity reacquired a heroic sense of life" and "proletarians marched to the trenched and knew how to die for their country" (Reale, 1983, p. 40).

Conclusion

What we presented in this essay was a conceptual pattern that serves to define the ideology of the AIB as whole, even if also paying attention to some variants, espoused by its important individual members. In the end, we saw that, at the core of integralist ideology, we find the six central concepts of nation, state, synthesis, revolution, authority and violence, all of them interlinking between each other a contributing to create a meaning that is unique. It is precisely because it shares its core concepts and main interlinkages that Integralism can be considered a permutation of "generic fascism" and, just like this ideology as a whole, it manifests itself as a **nationalist** ideology that intends to reinforce the power of the **State**, create a community in which the opposites are united in a new **synthesis**, carry out a **revolution** to create a new man, led by new elites that reinforce a new heroic type of **authority**; and that sees violence as an important component of society and life. Among the features that make integralism come closer to the "generic configuration", we find: the close interlinkage between Nation, State, and Synthesis, thus referring to the creation of a national State that conducts the life of the nation; the interlinkage between Revolution and Nation; the Interlinkage between Revolution and Authority, which points to the creation of new revolutionary elites. However, we should notice that the interlinkage between Revolution and Synthesis is particularly pronounced in the integralist variety (perhaps in a way that is similar to some specific varieties of Italian Fascism).

In this essay, we also found out some specific varieties within the movement as a whole, one closer to the Italian variant (Reale's conceptual pattern) and another a bit closer to German Nazism, even if not totally identifying with it (Barroso's conceptual pattern). Nevertheless, we conclude that it is important not to have a rigid conception of the ideological divisions among the AIB because, as we saw, many of the ideas and concepts espoused by either Reale or Barroso could, for whatever reason, also be used by

their colleagues (in the end, defining these ideological factions is more a question of intensity rather than uniqueness). Lastly, we noticed that, in spite of being a permutation of fascism, there is in Brazilian Integralism some unique features that render it a unique version of the phenomenon. From our point of view, this uniqueness comes more precisely from Salgado's ideas and is related to the concept of "fourth humanity". Thus, while remaining close to fascism in calling for a revolution to create a new man, Integralist ideology acquires its originality thanks to the conception of the revolution and of the "new society" as the creation of a new type of humanity that came fourth in the history of civilization and which would find in Brazil and South America as a whole the place where it could thrive, mostly thanks to its supposed racial features. All these components make the AIB an interesting case study, both to be approached as a manifestation of fascism and as a phenomenon with unique features.

References

BARROSO, Gustavo. *Brasil: Colónia de Banqueiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, Gustavo. *O Integralismo de Norte a Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934a.

BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

BARROSO, Gustavo. *O Integralismo em Marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado:* Fascismo e Autoritarismo no Brasil do Século XX. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade no capitalismo hipertardio. Ed.2. Belo Horizonte: Una, 1999.

EATWELL, Roger. *Fascism: A History*. London: Pimlico, 2003.

FREEDEN, Michael. *Ideologies and Political Theory:* A Conceptual Approach. Oxford: Clarendon Press, 1996.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Neto, Odilon Caldeira. *O Fascismo em Camisas Verdes:* do integralismo ao neointegralismo. 2020.

GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London: Routledge, 2013.

LARSEN, Stein Ugelvik. *Fascism Outside Europe:* The European Impulse Against Domestic Conditions in the Diffusion of Global Fascism. Social Science Monographs, 2001.

MANN, Michael. *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PAYNE, Stanley. *A History of Fascism*: 1914-1945. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.

REALE, Miguel. *ABC DO INTEGRALISMO*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.

REALE, Miguel. "Perspetivas Integralistas", In: Reale, Miguel. *Obras Políticas*: 1.ª fase-1931-1937. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1932.

SALGADO, Plínio. *O que é o Integralismo*. Rio de Janeiro: Schimdt Editora, 1933.

SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma*. Rio de Janeiro: Schimdt Editora, 1937.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* O Fascismo Brasileiro na Década de 30. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

Artigo recebido em 27/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

"TENTAÇÃO FASCISTA NO BRASIL": a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a constituição do Estado Integral

"BRAZIL'S FASCIST TEMPTATION": the Brazilian Integralist Action (AIB) and the establishment of the Integral State

Maria Rita Chaves Ayala Brenha[1]

Resumo: O fato da Ação Integralista Brasileira (AIB) ter sido o primeiro movimento de massas no Brasil demonstra sua notoriedade para a compreensão da vida política subsequente à Revolução de 1930. Inserido no universo fascista, especialmente vinculado à matriz italiana, o integralismo, embora não tenha conquistado o Estado, foi capaz de transformar seu âmbito interno em uma pré-figuração do Estado Integral através da organização profundamente burocrática, autoritária e com pretensão totalitária. Utilizando, essencialmente, a imprensa integralista, o presente trabalho busca compreender a constituição do Estado Integral, a partir da análise aprofundada de protocolos e regulamentos, com especial ênfase ao órgão descrito como "auxiliar na suprema direção do movimento", isto é, as Cortes do Sigma.
Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira, Estado Integral, Cortes do Sigma.

Abstract: The fact of the Brazilian Integralist Action (AIB) being the first mass movement in Brazil evidence its significance to comprehend the political circumstances after the 1930's Revolution. Inserted in the fascist universe, notably related to the Italian model, Integralism, although it had not reached power, was able to mold its internal sphere in a prefiguration of the Integral State, through a deeply bureaucratic, authoritarian, with totalitarian aspirations organization. In light of this, utilizing, essentially, the Integralist press, this work aims to perceive the development of the Integral State, by a meticulous analysis of protocols and regulations, with special emphasis on the group described as "assisting in the supreme direction of the movement", also known as the Sigma Courts.
Keywords: Brazilian Integralist Action, Integral State, Sigma Courts.

Considerações iniciais

A crise é um tema frequentemente utilizado para análise de fenômenos históricos, desde movimentos culturais a disputas econômicas e políticas. No campo político, concretamente, a questão da crise constitui uma via de mão dupla, utilizada não somente como ponto de partida para interpretar tais fenômenos históricos, mas também como parte do discurso que procura legitimar partidos e movimentos de variados matizes ideológicos (Caldeira Neto, 2014).

De fato, o contexto político internacional e nacional da década de 1930 foi profundamente marcado pela instabilidade consequente de uma sucessão de fatores

[1] Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Mestre em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade (PPH-UEM). Membro do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo) e do Grupo de Pesquisa História Contemporânea (séculos XIX-XXI): Fascismos, Imigração e Relações Internacionais. E-mail: mariarita.chavesayala@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5754-1508.

oriundos, na maior parte, da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e do *crash* da bolsa de Nova York (1929). Logo, a busca pela solução dos problemas tornou propício "[...] o surgimento de projetos radicais e mobilizantes que tentaram galvanizar a sociedade com a ideia de mudança" (Maio; Cytrynowicz, 2003, p. 40).

O "perigo" gerado dentro da democracia liberal, a fragilidade do sistema de produção, a receptividade de ideias autoritárias e, por conseguinte, a expansão fascista, com suas proposições enérgicas que ambicionavam "[...] ir além da prática político-partidária e, desse modo, firmava uma dinâmica de construção e reconstrução de uma nova mentalidade e postura advindas da nação [...]" (Caldeira Neto, 2014, p. 27), tornou a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932, não um fato isolado, mas uma consequência de tal conjuntura.

No âmbito nacional, vale evidenciar ainda o declínio da República Velha marcado pela deposição do presidente Washington Luiz, em outubro de 1930, e a imposição do Governo Provisório de Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições presidenciais, que dissolveu não apenas o Congresso Nacional, mas as Câmaras Estaduais e Municipais. Nesse momento de incertezas, também renasceu no Brasil um forte discurso nacionalista e cresceram as demandas de setores médios da população por um canal de expressão.

Assim sendo, desde o início de 1930, Plínio Salgado já defendia a "[...] impossibilidade de fazer algo de novo dentro dos velhos quadros partidários e sociais do país" (Salgado, 1935, p. 15 *apud* Trindade, 1979, p. 74). Fracassada sua participação na renovação do Partido Republicano Paulista, dirigiu-se para a Europa como preceptor de Joaquim Egídio de Souza Aranha. Lá, escrevendo para Menotti del Picchia e Mário Graciotti, prometeu: "voltarei para fazer a nossa revolução" (Salgado, 1935, p. 15 *apud* Trindade, 1979, p. 74).

Essa ideia revolucionária não surgiu durante a viagem, mas se desenvolveu em contato com os países que visitou, segundo demonstram cartas e testemunhos da época:

> Ele próprio confessa o efeito que lhe causa a "renovação política da Turquia", o "fascismo da Itália", a "leitura de uma ampla literatura comunista que circulava em Paris", o "estudo da social-democracia da Alemanha", a "anarquia dos espíritos na Espanha", a "nova ordem de Portugal" e as reflexões sobre o "imperialismo inglês no Egito". Todo esse conjunto de experiências serve para lhe confirmar "a morte de uma civilização e o advento de uma nova etapa humana" (Salgado, 1936a, p. 19 *apud* Trindade, 1979, p. 74).

Indubitavelmente, o clímax da jornada pelo velho continente foi a passagem pela Itália e a influência que sobre Salgado passara a exercer o fascismo de Mussolini,

especialmente após uma curta audiência com o *Duce*. Assim sendo, em julho de 1930, o futuro Chefe Nacional escreveu a um de seus colegas do interior de São Paulo:

> Estou hoje convencido de que o Brasil não pode continuar a viver na comédia democrática. Aí, eu já era um descrente em relação ao sufrágio. A eleição, que juntos fizemos, inspirou-me uma profunda repulsa pelo regime [...]. É necessário agirmos com tempo de salvarmos o Brasil. Tenho estudado muito o fascismo; não é exatamente esse regime que precisamos aí, mas é coisa semelhante. O fascismo, aqui, veio no momento preciso, deslocando o centro da gravidade política, que passou da metafísica jurídica às instituições das realidades imperativas [...] (Salgado, 1936a, p. 19 *apud* Trindade, 1979, p. 74-75).

Todavia, a intenção de organização de um novo movimento de ideias não pôde ser instantaneamente realizada, pois a Revolução de outubro de 1930 havia eclodido. Observo, nesse momento, um exemplo da (continuamente) dúbia relação do futuro Chefe Nacional com o poder revolucionário, passando da hostilidade à colaboração. Após o primeiro impulso de condená-la, sua atitude é alterada ao reconhecer que lhe "prestou ao menos um serviço": "poupou-nos o trabalho de derrubarmos uma velha fachada que escondia os dramas sociais do país" (Salgado, 1935, p. 17 *apud* Trindade, 1979, p. 76-77).

Finalmente, em meados de 1931, um passo determinante foi dado para a formação da AIB: criou-se, sob orientação política de Plínio Salgado e Francisco Clementino de San Thiago Dantas, o jornal *A Razão*. Naquele contexto, a partir de julho do mesmo ano, Salgado redigia, em cada edição, uma nota política na qual fixava as bases de suas ações futuras. Ademais, nos primeiros meses do ano seguinte, havia sido constituída, em São Paulo, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que reunia jovens intelectuais e estudantes sob inspiração de Salgado. Assim, pela ação jornalística, ele difundia suas ideias, e na SEP, centro de reflexões, nasceria o *Manifesto de Outubro* (Trindade, 1979).

Sob uma atmosfera de conturbação ideológica e de tendências políticas polarizadas, como registrou Barbosa Lima, era "a hora das tendências fascistas" (Lima Sobrinho, 1968, p. 497 *apud* Trindade, 1979, p. 97). Desse modo, em 7 de outubro de 1932, cumpriu-se no Teatro Municipal de São Paulo a leitura solene do Manifesto de Outubro que deu início, formalmente, à AIB.

Nasceu, assim, a primeira geração do integralismo, cujas características centrais eram o autoritarismo com pretensão totalitária – esta se refletia em um cuidado particular com a burocracia. Exploro a questão do autoritarismo e totalitarismo via contribuições de Noberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1997, 2007), empregados no contexto da estrutura das ideologias e dos sistemas políticos.

Destarte, são autoritários os regimes que, por um lado, favorecem a autoridade governamental, condensando o poder político nas mãos de um só indivíduo, e, por outro lado, secundarizam as instituições representativas, reduzindo a oposição e subsistemas à expressão mínima. Enfatiza-se no pensamento autoritário o princípio hierárquico, de comando e obediência incondicional, que nega também a igualdade dos homens com o propósito de alcançar a ordem – visto que, sem o ordenamento rígido e hierárquico, a sociedade cairia na desagregação e no caos.

As ideologias autoritárias diferenciam-se daquelas que visam a transformação integral da sociedade, incluindo, aqui, as ideologias totalitárias. O totalitarismo configura um modo extremo de fazer política, mobiliza a sociedade e lhe destrói a autonomia. Constitui-se pela ideologia, pelo partido único, pelo terror e pelo ditador. Pelo totalitarismo, "[...] o Estado, ou melhor, o aparelho do poder, tende a absorver a sociedade inteira" (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1997, p. 101). Encerra-se, assim, tanto o pluralismo partidário quanto a autonomia dos grupos de pressão, como o exército, a polícia e os magistrados, que são assimilados à estrutura totalitária de poder e a ela subjugados.

No que concerne à tal pretensão e ao totalitarismo, em si, também cito as considerações de Ricardo Benzaquen de Araújo (1987) acerca do tema. Em sua visão, a proposta totalitária implica na defesa da totalização absoluta, disposta a eliminar todos os conflitos, todas as particularidades e diferenças através de uma ideologia unificadora.

Dessa dimensão resulta o desejo de transformação, por meio da ideologia, dos indivíduos em militantes. O militante seria um novo tipo de agente social, sendo, em si mesmo, um representante do partido encarnado (Lefort, 1974 *apud* Araújo, 1987). Outrossim, a perspectiva totalitária distingue no chefe não somente quem deve ser obedecido, mas, sobretudo, um símbolo vivo da ideologia, um exemplo a ser imitado e a cristalização da doutrina.

Isto posto, aplicando tais características ao integralismo e à sua ideia de Estado, defensor da ordem e da alma nacional, observa-se que

> Este Estado estaria acima dos conflitos e seria tutelador de toda atividade política. Sua missão suprema seria a criação de uma "consciência cívica". Conduzindo a criação desta consciência, se colocaria o Chefe Nacional. Este estaria supostamente acima dos "conflitos mesquinhos" e assumiria o papel de intérprete supremo da "alma nacional". O integralismo agia no sentido da radicalização de um "discurso da ordem" [...] (Calil, 2001, p. 62-63).

Como mencionado, dado esse caráter autoritário com pretensões totalitárias do integralismo, a cautela com a burocracia era algo esperado. É possível, assim, interpretar que, desde o início, utilizavam-se de uma estrita burocracia a fim de que o ideal do Estado Integral se encaminhasse para a prática.

Considero que um dos maiores desafios à investigação de um campo de pesquisa tão consolidado como o integralismo, que já conta com significativas contribuições, iniciadas em princípios da década de 1970 com o cientista político Hélgio Trindade, é, justamente, explorá-lo sob uma nova perspectiva, que permita a renovação historiográfica.

Tradicionalmente, um artigo sobre o tema se inicia com a reconstituição dos passos da AIB e de seu fundador, desde 1932 aos anos finais, de 1937 e 1938. Parece-me desnecessário fazer novamente esse exercício e, portanto, após breve apresentação do tema, marcarei o ponto focal deste texto, ou seja, a estrutura organizacional e burocrática do movimento, que atingiu seu ápice na instituição das Cortes do Sigma e na pré-figuração do Estado Integral.

Os princípios da organização burocrática integralista

O *Manifesto de Outubro*, em síntese, concentrava os ideais e as propostas para a instauração de uma nova ordem social e, por consequência, uma nova nação, que deveria ser "[...] organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz" (Salgado, 1932, p. 2). Opunha-se ao liberalismo, ao socialismo e aos partidos políticos e pregava a união entre os grupos que compunham a sociedade, sendo o elo da Nação, o sentimento de brasilidade.

É possível perceber que, desde seus primeiros momentos, uma de suas maiores premissas já estava estabelecida e ligada ao ideal da nova proposta de Estado, isto é, o princípio da autoridade:

> Uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar os seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do Princípio da Autoridade. Precisamos de uma Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos, exerçam sua influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordens (Salgado, 1932, p. 3).

Sem embargo, o princípio da autoridade e da hierarquia só podiam ser garantidos por um sistema burocrático. Entre 1932 e 1933, o integralismo caminhou devagar nessa

direção, compondo sua estrutura e seus rituais, e organizando suas forças internas. Naquele momento, a direção dos poucos grupos regionais e locais foram confiados a Triunviratos e Departamentos de Estudos.

Encontramos, na documentação e na historiografia, restritas menções aos rituais e protocolos da AIB nos seus dois anos iniciais de existência. Utilizo as páginas do jornal e diário-oficial dos camisas-verdes, *Monitor Integralista*, para tentar recuperar o possível sobre esse período inicial.

O dia 23 de abril de 1933 marcou a primeira manifestação nas ruas. Salgado, à frente de quarenta filiados, marcharam pelo centro de São Paulo. Naquele contexto, já havia sido criada a bandeira azul e branca do Sigma, alguns já trajavam a simbólica camisa verde-oliva e faziam a saudação erguendo o braço direito.

A participação feminina começava, também, a despontar: vestindo pela primeira vez a blusa-verde estavam Ida Reale, Regina Reale e Maria Amelia Salgado. Sublinha-se que "os primeiros tempos da AIB foram dificílimos, devido à pobreza do Movimento" (O MOVIMENTO..., 1937, p. 14). Não obstante a má situação financeira, em julho do referido ano o Núcleo Central de São Paulo publicou a primeira obra do movimento, intitulada *Estudos Integralistas*. Esta reunia o *Manifesto de Outubro*, a *Cartilha do Integralismo*, os primeiros Estatutos, além de alguns estudos de Plínio Salgado, Miguel Reale e Olbiano de Mello.

Em fins de abril de 1933, na capital da República, instalou-se a sede provincial do Distrito Federal sob a chefia de Madeira de Freitas. Dentre as primeiras inscrições destacavam-se Everaldo Leite e Francisco San Thiago Dantas. Paralelamente, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral autorizou o registro da "Acção Integralista Brasileira" como partido sediado em São Paulo.

Não muito depois de sua adesão, após ter assistido a uma conferência de Salgado na União dos Empregados do Comércio, Gustavo Barroso partiu para a região norte, responsável pela primeira Bandeira Integralista. De fato, as Bandeiras configuravam uma das estratégias de divulgação e conquista de novos membros, e eram, em essência, expedições lideradas ora pelo Chefe, ora por Barroso ou Reale.

Aquelas que rumaram às regiões norte e nordeste foram conduzidas por Barroso, sendo bem recebido por sua popularidade. Valendo-se do prestígio de presidente da Academia Brasileira de Letras, de "[...] camisa verde e uma postura elevada, discursava e angariava militantes para o movimento" (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 26). Os derradeiros meses do referido ano trouxeram a adoção da expressão "Anauê!", e para as fileiras do Sigma, notáveis como Arquimedes Memória, Mansueto Bernardi e Belmiro Valverde. Além disso, a Milícia Integralista iniciou a articulação em nível nacional sob o

comando direto do Chefe Nacional e seu 1º Chefe de Estado Maior, Capitão Olímpio Mourão Filho.

Dois anos após a sua fundação, o movimento finalmente começou a ter um formato mais definitivo e preciso, em termos burocráticos. Em 1934, forjou-se a primeira estrutura organizacional, implantada no I Congresso Integralista de Vitória (ES). Realizado entre 28 de fevereiro e 1º a 3 de março de 1934, o Congresso foi descrito pelo futuro Chefe como "[...] uma demonstração esplêndida da unidade nacional e de força de idealismo da nossa raça", "[...] além de sua alta significação moral representa uma necessidade imediata para a efetiva coordenação do movimento integralista em toda a vastidão do território brasileiro" (1º Congresso..., 1934, p. 3).

Constata-se que, em seus dois primeiros anos de existência, a AIB apresentava-se enquanto uma associação nacional de direito privado, cujo propósito era o de servir como centro de estudos de cultura sociológica e política a fim de desenvolver uma propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro. Almejavam, enfim, implantar "[...] um regime político-social, tão somente baseado na concepção do Estado Totalitário, ou Estado Integral" (Denominação..., 1933, p. 1) – sendo estes, portanto, tratados como sinônimos pelo próprio *Monitor*.

É interessante observar como tal designação foi transmitida até a realização do Congresso de Vitória. Na edição da primeira quinzena de maio do *Monitor Integralista*, imediatamente após Vitória, o termo "Totalitário" foi eliminado da primeira página do periódico, na seção "Denominação – Sede – Fins", constando apenas: "implantar no Brasil o Estado Integral".

Além dessa alteração, também a partir do Congresso a estrutura burocrática foi consolidada. É possível avaliar que, entre 1932 e 1933, a preocupação maior baseava-se em cooptar forças e aproximar militantes, transferindo ao segundo plano a complexa estruturação burocrática. Tanto que, até o número da primeira quinzena de maio de 1934, veiculava-se no *Monitor*, único em circulação nacional e de aquisição obrigatória por parte dos núcleos, somente comunicados sobre reuniões privadas, atividades públicas, movimentações nas províncias e até mesmo a sistematização da milícia.

Em Vitória, foram redigidos e, mais tarde, publicizados os estatutos, diretivas e rituais – muitos, até então, inexistentes. A título de exemplo, originaram-se os primeiros Departamentos Nacionais de Doutrina, Finanças, Propaganda, Organização Política, Cultura Artística e Milícia. Destacamos que parte significativa do conjunto de diretrizes inexistia até o I Congresso, pois a aprovação, expedição e o "cumpra-se imediatamente" datam, precisamente, dos dias 28 de fevereiro a 3 de março de 1934.

Em adição a isso, houve a avaliação de que as únicas chances de atingir o poder seriam pela via eleitoral ou por um golpe de Estado:

> Os integralistas podiam ter seus planos de longo prazo de mudar a mentalidade nacional, e, no caso de Plínio Salgado, com seu romantismo e seu idealismo, não seria absurdo dizer que ele acreditava realmente em uma revolução espiritual de longo prazo. Mas a conquista do poder, do Estado, sempre foi um objetivo essencial para que a 'revolução espiritual' de longo prazo pudesse acontecer [...] e as recusas integralistas em assumir isso se encaixavam muito bem no velho ditado "quem desdenha, quer comprar" (Bertonha, 2014, p. 118-119).

Essa tese pode ser confirmada ao lembrarmo-nos da tiragem de agosto de 1934 de *A Offensiva*, na qual há uma matéria intitulada "O integralismo e as próximas eleições". A participação, desse modo, nas eleições para as Constituintes Estaduais e Câmara Federal foram determinadas por Salgado e possuíam um propósito essencialmente tático, de propaganda das ideias e agitação da massa popular. Isso, apesar da não aprovação do sufrágio universal pelos integralistas.

Por outro lado, com relação à utilização da força para chegar ao poder, embora dispusesse de uma milícia relativamente bem estruturada, despontou no discurso integralista certa relutância em apelarem às *vias de fato*, por exercerem "[...] uma abnegação cristã que, se não chegava ao pacifismo absoluto, não o permitia agir com a força necessária para superar seus inimigos" (Bertonha, 2014, p. 119). Além dessa abnegação cristã, vale mencionar, por fim, que a ascensão fascista ao poder através de um golpe é pouco concebível em um estado moderno – ora, não é possível valer-se do uso da violência para usurpar o poder sem arriscar o confronto e pôr em xeque a relação com futuros aliados, como a polícia e o exército (Paxton, 1998).

Uma das mudanças mais expressivas no Congresso de Vitória foi a consolidação do poder central do Chefe na ideologia e organização da AIB: Plínio Salgado foi aclamado como o perpétuo e insubstituível Chefe Nacional do movimento. Na sessão solene de abertura, ele renunciou à sua posição de Chefia afirmando que, como fundador, não o criara para chefiá-lo, mas para entregá-lo à nação. Declarara ainda que um líder somente o é quando compelido pela unanimidade dos companheiros (A Chefia..., 1934, p. 1).

O ato de aclamação foi "[...] um dos momentos em que a política adquiriu características de um verdadeiro espetáculo de poder" (Fagundes, 2011, p. 3). O juramento serviu para autenticar dois inconfundíveis traços do integralismo: a fidelidade ao Chefe e o repúdio às dissidências.

Toda a teatralidade da cena teve como finalidade sepultar o pretérito modelo de direção colegiada e criar a figura do Chefe Nacional que, posteriormente, adquiriria a onipresença. A onipresença, nesse sentido, exprime o desejo de fazer com que Plinio estivesse, de forma indireta, em todos os lugares ao mesmo tempo, a observar as ações de cada camisa-verde. Um exemplo disso é a obrigatoriedade de um retrato do Chefe em todas as sedes integralistas:

> Art. 21º – Todas as sedes da A.I.B. deverão ter na sala principal unicamente o retrato do Chefe Nacional, entre as bandeiras nacional e integralista, cruzadas.
> Art. 23º – Quando a sede tiver só uma sala poderá nela existir outros retratos, porém, sempre de dimensões menores ao do Chefe Nacional (Protocollos..., 1934, p. 9).

Na análise dos regulamentos aprovados então destaco o nível de controle exercido pelo Chefe Nacional, por exemplo: "ARTIGO 5º - É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista, comentar qualquer ato do Chefe Nacional, relativo ao exercício de seu cargo", ou ainda: "ARTIGO 8º - Para os integralistas a pessoa do Chefe Nacional é intangível" (Protocollos..., 1934, p. 3). Sua estratégia consistia, justamente, em utilizar uma tática aparentemente democrática no plano de ação, resguardando a possibilidade de evocar a fidelidade à doutrina para reformular um ponto de vista contraditório (Trindade, 1979).

Por conseguinte, temos um Chefe cioso com seu poder, dispondo de uma ritualística extremamente cuidadosa para garantir a elevação de sua figura – entretanto, apesar de todos os seus esforços em demonstrar sua autoridade absoluta, ele não era imune a questionamentos.

Ademais, uma das particularidades do fascismo, enquanto movimento político, foi a criação de forças paramilitares constituídas para proteger seus líderes e intimidar os adversários. O integralismo desenvolveu sua própria milícia, como pontuei, administrada por Gustavo Barroso, a partir do I Congresso. A análise dos regulamentos presentes no *Monitor Integralista* e *A Offensiva* indica uma estrutura militarizada e bem-organizada – visando estabelecer uma unidade de método na formação técnico-militar.

Diante do exposto, identificamos o I Congresso Nacional Integralista como a primeira das significativas manifestações externas da AIB, responsável por conceber a sua estrutura burocrática e ritualística, além de marcar o início da frequente adequação ao cenário político nacional.

Isto posto, caminhamos em direção a 1935, ano da realização e das repercussões do II Congresso Nacional Integralista de Petrópolis (RJ), ocorrido entre 7 e 10 de março.

Através das reflexões anteriores, compreendo que os Congressos Nacionais representaram expressivos momentos que marcaram profundamente as bases do movimento tanto pela modificação de estatutos, quanto por redefinições nas estratégias para conquista do poder.

O Congresso de Petrópolis, efetivamente, modificou alguns dos Estatutos basilares de Vitória. Em primeiro lugar, a Ação Integralista permaneceu como associação civil, sediada em São Paulo; contudo, daquele momento em diante, era também um partido político, com sede onde quer que se encontrasse o Chefe Nacional. Logo, enquanto partido, objetivava a reforma do Estado por meio da formação de uma nova cultura filosófica e jurídica.

Tal alteração, tão significativa, foi justificada pelo próprio Chefe Nacional em uma carta-circular enviada aos Chefes Provinciais. Nela, relatava que em face da situação criada pela Lei de Segurança Nacional, proclamada por Getúlio Vargas em abril do mesmo ano, proibiam-se organizações militares com quadros e hierarquia. À vista disso, para que o integralismo continuasse a executar seus "superiores objetivos" agindo livremente, os regulamentos seriam adaptados e, cautelosamente, articulados à Constituição de Julho e à Lei Eleitoral.

Naquele cenário, noto um especial cuidado por parte da AIB em mostrar-se como "[...] um movimento que objetiva a felicidade do Povo Brasileiro, dentro da Justiça social, dos princípios verdadeiramente democráticos, garantida a intangibilidade dos grupos naturais e assegurada, de maneira definitiva, a grandeza da Pátria [...]" (Salgado, 1936a, p. 1). Destarte, sendo agora o integralismo "uma concepção filosófica que engendra um novo sistema salvador de princípios democráticos", pretendia alcançar o poder "pela conquista gradual, firme, alicerçada, sem pressa, de consciência do povo brasileiro, de modo que, um dia, este se manifeste livremente" (O Integralismo..., 1935, p. 7).

Por essa nova roupagem, aprovaram-se novas resoluções relativas à adoção de uma nova tática para atingir seus objetivos estratégicos: a participação nas disputas eleitorais. Assim sendo, uma postura mais incisiva foi adotada no que se refere à participação no sufrágio universal, que foi sempre exposto com muitas ressalvas por seus dirigentes e militantes. A redação do *Manifesto-Programa* e de uma cartilha intitulada *Meios de Propaganda para a Campanha Eleitoral* é exemplo da diligência para a efetiva participação nas eleições.

É curioso observar como nos *Meios de Propaganda* listam-se e valorizam-se possibilidades de demonstrações coletivas; de propaganda individual e material; de custeio baixo ou dispendioso; frases de efeito como "Plínio Salgado é o candidato dos

que amam o Brasil" (Acção..., s.d., p. 27); "O integralismo está construindo uma grande nação. Os liberais e comunistas estão destruindo a Nação" (Acção..., s.d., p. 28); "O integralismo é a verdadeira democracia. A camisa-verde nivela os seus adeptos" (Acção..., s.d., p. 30).

Os camisas-verdes aproveitaram o clima anticomunista instalado após a tentativa de golpe em 1935, utilizando-a como instrumento de mobilização de massas a fim de acrescer e fortalecer o corpo de eleitores. Não obstante seu combate à democracia liberal, participaram das eleições tanto nos âmbitos municipal e estadual quanto federal, lançando a candidatura do Chefe Nacional para as eleições previstas para 1938. Isso foi feito com a finalidade de alavancar o partido, tornando-o mais conhecido e facilitando a propaganda. A notoriedade e os resultados da empreitada no processo eleitoral dependeram da localidade: na região sul, por exemplo, o integralismo obteve certo êxito, elegendo alguns vereadores. Por outro lado, nas demais regiões, os resultados foram modestos devido ao getulismo local e aos remanescentes da Primeira República.

Para além disso, a dissolução da Milícia, em algumas localidades, também foi outra das iniciativas tomadas para resolver a reestruturação imposta pela nova Lei de Vargas. Nessa circunstância, a Secretaria Nacional de Moral e Física substituiu a organização paramilitar tendo o propósito de funcionar tanto como instituição de educação física e moral quanto um órgão aliciador à disposição do Exército Nacional.

Vale mencionar uma perspectiva complementar que concorre para compreendermos o fato do redimensionamento da Milícia, da exoneração de seu Secretário Nacional, Gustavo Barroso, e sua realocação enquanto Secretário Nacional da nova organização:

> [...] parte das alterações burocráticas promovidas por Plínio no Congresso de Petrópolis [...] visaram justamente diminuir os espaços de poder de Gustavo Barroso. Nesse Congresso, o papel das milícias (comandadas por Barroso e essenciais numa via revolucionária ao poder) foi redimensionado e enfraquecido e tradicionalmente se avalia essa ação como uma tentativa de adaptação ao novo contexto político brasileiro (a Lei de Segurança Nacional) e ao novo caráter eleitoral da AIB. Não há como discordar disso, mas talvez estivesse aí, igualmente, uma ação para enfraquecer Barroso e suas propostas (Bertonha, 2018, p. 190).

Essa, contudo, não foi a primeira vez que uma liderança alternativa tentou sobrepujar a de Salgado. A primeira das dissidências foi a de Severino Sombra, um dos membros expoentes do movimento em seus primeiros anos. O embate, que teve seu auge no Congresso de Vitória, foi muito mais intenso do que a memória integralista recorda, com Sombra deixando o movimento e, depois, lançando fortes críticas ao Chefe. Ora,

Gustavo Barroso, enquanto chefe da Milícia, menos interessado em compromissos e mais radical, poderia ter cobiçado a liderança para uma ação direta pelo Estado. Em ambas as situações, a arma para anular as dissenções foi a emocional, com ameaças de renúncia por parte de Salgado – porém, apenas Barroso cedeu.

A reestruturação da burocracia, em si, foi outro resultado de Petrópolis. Com a Resolução nº 165, de outubro de 1936, há a criação das Cortes do Sigma, constituída, naquele primeiro momento, pelo Supremo Conselho, pelo Secretariado Nacional, pela Câmara dos Quarenta e pelos Chefes Provinciais. Ressalto, portanto, que os efeitos do II Congresso e da conjuntura política do período ressoaram não somente em seu ano de realização. A instituição de tais órgãos encontra-se justificada na necessidade de criação de um órgão auxiliar na direção da AIB e é aprofundada no item e capítulos seguintes.

Ao passo que, em 1934, a primeira estrutura do movimento foi definida, configurando uma organização de natureza burocrática e autoritária, com pretensões totalitárias, nos dois anos seguintes aperfeiçoaram-se as determinações de Vitória e em Petrópolis consolidou-se o caráter pré-estatal da AIB. O Estado Integral, assim, se configurava em um Estado paralelo, com um aparelho burocrático interno, com seus rituais, diretivas, procedimentos, censura e ideologia, bem como forças armadas, mesmo que enfraquecidas e encobertas, e, finalmente, um corpo de magistrados.

Sendo assim, é importante assinalar que uma característica peculiar do fascismo é, justamente, o sistema pré-estatal, ou ainda, um partido paralelo ao Estado. Em outras palavras, quando se trata de regimes fascistas, o partido corresponde a um "[...] canal de transmissão ideológica do líder para o povo, a corporificação de uma ideologia que justifica a presença daquele grupo no poder e canal para a remodelação da sociedade" (Bertonha, 2021, p. 318-319). Nessa conjuntura, quando o poder é conquistado pelo partido, logicamente, o Estado passa a ser controlado e permeado pela sua ideologia.

A partir disso, estariam lançados os pilares para o futuro totalitário almejado, no qual uma nova elite assumiria o controle da sociedade, as antigas estruturas estatais seriam extintas e, por conseguinte, haveria a fusão completa entre Estado e sociedade (Bertonha, 2021; Bertonha; Athaides, 2021).

Não obstante,

> Na prática, a concepção totalmente hierarquizada e totalitária de sociedade não se concretizou, em boa medida pela própria resistência dos ditadores em criar estruturas que poderiam, a princípio, prescindir deles próprios. No lugar, formou-se uma muito mais complexa, na qual conviviam os antigos órgãos do Estado, os novos que vinham do partido e ainda outros, oriundos da própria figura do líder único. Uma estrutura caótica, com interpenetrações, conflitos e alianças e cuja contradição

> central, ainda que não a única, era a entre o partido e o Estado (Bertonha, 2021, p. 319).

Tal relação conflituosa, pela qual os partidos atuavam em volta e dentro do Estado, coexistindo e oscilando, pode ser ilustrada pelos casos italiano e português. No primeiro, o controle sobre o Estado foi menor, sem contar que o regime não conseguiu suprimir a monarquia e a Igreja, fontes de poder paralelo. Já o partido único português, a União Nacional, foi instrumentalizado pelo Estado de tal modo que mesmos os organismos de perspectivas fascistas eram subordinados não ao partido, mas aos ministérios. É possível, então, questionar: teriam os camisas-verdes se inspirado nisso?

Ao levar em conta o exposto acerca da estrutura organizacional e da possível inspiração em regimes fascistas que "conquistaram o Estado", pode parecer surpreendente como um partido amplo e consolidado tenha falhado em suas tentativas de assumir o poder. O ano de 1937 demonstrava a crescente força do Sigma, mas revelava também seus limites. Um golpe, por conta própria, era considerado inviável havia cerca de dois anos; e os resultados eleitorais de 1938 não seriam suficientes para garantir o comando integral do Estado.

Fato é que os camisas-verdes, sobretudo suas lideranças, viviam tempos incertos. De um lado, conquistaram cargos políticos ao elegerem dezenas de vereadores, prefeitos e dois deputados estaduais. Ocupavam também espaços sociais: Mansueto Bernardi era diretor da Casa da Moeda; e Gustavo Barroso, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Museu Histórico Nacional. Além disso, dispunham de uma imprensa de alcance nacional, com os jornais *Monitor Integralista* e *A Offensiva* e as revistas *Anauê!* e *Panorama*.

Posto isso, na história da AIB talvez nenhuma relação política tenha sido mais notável do que aquela empenhada com Getúlio Vargas. Foi pelo vínculo com o regime varguista que os integralistas depositaram suas esperanças de atingir o poder – e foi, justamente, este que os eliminou.

A 10 de novembro de 1937, o presidente Vargas fez um discurso pelo rádio, nacionalmente transmitido, suspendendo as eleições gerais de 3 de janeiro de 1938, anunciando uma nova Constituição e convocando, em torno de si, uma união nacional: esse era o golpe do Estado Novo. No mês seguinte, um decreto foi expedido, fechando formalmente todos os partidos políticos, tolerando, porém, sua transformação em organizações culturais ou esportivas. Naquele cenário, como de praxe, à AIB foi conferido um novo caráter, e o Chefe a converteu na Associação Brasileira de Cultura (ABC), alegando que "[...] a mudança seria meramente de nomenclatura, pois o

integralismo teria sido sempre um movimento de 'caráter cultural', mais do que político" (Dotta, 2021, p. 58).

Nesse cenário, antigas sedes da AIB foram fechadas pelos próprios militantes, o uso público da camisa verde-oliva, a exibição do Sigma ou a pronúncia de um "Anauê!" motivariam a prisão de qualquer correlegionário (Silva, 1971 *apud* Dotta, 2021).

Com o passar dos primeiros meses de 1938, a ABC, presidida pelo antigo Chefe, desempenhava algumas atividades, contando com a circulação de alguns jornais, mesmo sob intensa censura. Em março de 1938, os camisas-verdes empreenderam, aliados a outras personalidades descontentes com o Estado Novo de Vargas, ligadas a Flores da Cunha e aos liberais paulistas, a primeira tentativa de levante – com o conhecimento de Salgado e outras lideranças.

A ideia inicial era tomar, primeiro, a capital da República e, com o seu sucesso, comandos seriam expedidos para que outros estados fizessem o mesmo. No Rio de Janeiro, houve a tentativa de tomar a Rádio Mayrink Veiga, a Escola Naval, o Edifício dos Correios e Telégrafos, e as usinas geradoras de eletricidade. A isso seguiu uma série de prisões, cuja maior parte dos retidos foi liberta alguns dias depois.

Dois meses mais tarde, em 11 de maio, alguns inflamados partidários, como Belmiro Valverde, invadiram o Palácio Guanabara, residência oficial do Presidente. Eles acreditavam que ainda podiam contar com um grande apoio da opinião pública e das Forças Armadas. Os militares, contudo, permaneceram fiéis ao governo. Alguns atribuem a Salgado o conhecimento do *putsch*; ele, por sua vez, negou. O levante, rapidamente debelado, resultou no aprisionamento e fuzilamento de alguns.

A partir daí, e durante todo o Estado Novo, a Ação Integralista passou a ser vista como inimiga do Estado, tal como a iniciativa comunista. O Estado autoritário de Getúlio colocava-se, então, como um moderado regime, afastado dos radicalismos de direita e de esquerda.

Finalmente, o Chefe Nacional tornou-se uma figura indesejada na nova ordem. Por isso foi exilado em Portugal, partindo em maio de 1939. Lá, foi recebido pelo Estado Novo, de António de Oliveira Salazar, permanecendo em terras lusitanas até 1946.

1936: o ano do Estado Integral e das Cortes do Sigma

Como enunciei, no início dos anos 1930, no jornal *A Razão*, Salgado questionava: "Para onde vamos?". E prossegue:

> Para uma república democrática parlamentar? Para um regime republicano presidencialista? Para o fascismo, para o comunismo? Para um regime unitário ou para um sistema federativo? Para uma orientação socialista, ou um rumo capitalista? Para o liberalismo agnóstico, ou para o confessionalismo? (Salgado, 1931, p. 3 *apud* Oliveira, 2009, p. 124)

Tal pergunta baseava-se, de um lado, na indecisão ideológica do Governo Provisório de Vargas; e de outro, pelo fato de o autor estar a idealizar as bases de um novo modelo político através das páginas do periódico em questão. Em sua acepção, a luta entre materialismo e espiritualismo, representada pela oposição entre comunismo e regimes nacionalistas, seria vencida não por democracias, mas através de ditaduras, uma vez que o mundo moderno não admitiria situações intermediárias. Ora, desde antes da fundação do integralismo Salgado refletia sobre a necessidade de dar ao povo brasileiro um ideal que o conduzisse a sua finalidade histórica, sintonizado com os pensadores autoritários brasileiros do início do século XX (Oliveira, 2009).

Desse modo, sob o lema "Deus, Pátria e Família", o Estado Integral almejava a unidade nacional ante o controle autoritário, com pretensão totalitária, sobre os indivíduos e a sociedade. Aliás, desde seus primeiros romances o desejo ideológico do futuro Chefe era transparente:

> [...] a defesa de uma política nacionalista baseada no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, e a aversão ao cosmopolitismo para a defesa de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista. A rejeição da democracia liberal revela-se nas críticas existentes às instituições, de maneira que o *Estado integral* teria sua organização diferenciada, negaria o pluralismo, e nele, as pessoas seriam organizadas em classes, em modelo corporativo (Christofoletti, 2010, p. 134).

Vale destacar que outros significativos nomes dos primórdios do Sigma também se dedicavam a dissertar e legitimar a constituição desse novo Estado. Gustavo Barroso, na obra *O integralismo em marcha* (1933), defendia a construção que exprimiria a Nação Total. Para tanto, organizar-se-iam corporações provinciais, cujos representantes elegeriam o Chefe da Nação, ao qual seria dada completa autoridade. Organizado assim, o Estado não permitiria que se formassem, fora de seu círculo de ação e vigília, quaisquer forças que o pudessem ameaçar.

Em caso análogo, Olbiano de Mello, em *Concepção do Estado Integralista* (1935), afirmava a imprescindibilidade de uma Revolução Integralista e a consequente instauração de um Estado Totalitário:

> Reconhecendo que as revoluções só são justificáveis quando intervêm na vida social como uma reação de legítima defesa contra uma

> malfadada situação social, tendente à conquista de um novo equilíbrio – a filosofia integralista proclama, neste triênio de nosso século, a necessidade da transformação do *Estado Liberal*, em franca decadência moral e orgânica, como do *Estado Socialista*, polo oposto do primeiro sistema – e desfralda a bandeira verde da Revolução Integralista que quer reorganizar, de acordo com os imperativos da hora que passa, o mundo, a sociedade pela implantação do *Estado Totalitário* (Mello, 1935, p. 50).

Monopartidário, Corporativo, Nacionalista e Sindical são os atributos expressos na *Concepção* que complementam as considerações de Barroso. É importante sublinhar que, naquele contexto, o sindicalismo refere-se à criação de um sindicato profissional único em cada município para cada categoria de produção, com suas respectivas federações nas capitais das províncias e confederações na capital da União. Estes, ao lado das corporações, regeriam as relações do trabalho com o Capital – nesse regime, greves e *lockouts* seriam interditados e abolidos pelo Estado.

À vista do exposto e das reflexões anteriores com base na trajetória da AIB, compreendo que da mesma forma que o movimento e, posteriormente, o partido, alterava sua estruturação com base na realidade política, a apresentação da proposta do Estado Integral também era modificada.

Fato é que a criação do Estado (abertamente totalitário ou não) sempre foi uma aspiração, não somente do próprio Chefe Nacional, mas da cúpula de seus ideólogos. Talvez esse desejo, somado às proporções que a AIB alcançou, viabilizou que, em seu âmbito interno, fosse criado, realmente, um Estado Paralelo.

Considero que o Congresso de Petrópolis proporcionou que, após a instituição das Cortes do Sigma, a prefiguração do Estado Integral fosse consolidada. Essa perspectiva pode ser justificada pelo que indica Hélgio Trindade:

> [...] no Congresso de Petrópolis, a estrutura é remanejada e novas órgãos são incorporados. A resolução nº 165 (janeiro de 1936) cria dois novos órgãos de representação: a Câmara dos Quarenta e o Supremo Conselho e, simultaneamente, institui o órgão máximo de representação da AIB: as Cortes do Sigma. Este conjunto de novos órgãos de cooperação com a chefia nacional permite caracterizar a evolução do integralismo para uma forma de organização pré-estatal. **Nesta perspectiva, estava formado o Estado Integralista em potencial**, que era muito mais do que um "contragoverno" ou gabinete da oposição. Ele funciona como um verdadeiro Estado totalitário que possui não somente uma ideologia de Estado, mas utiliza-se de meios estatais como de um aparelho burocrático interno, de Forças Armadas paralelas (Milícia), de uma política de socialização e reeducação dos militantes e de uma legislação própria (resoluções, regulamentos, medidas de censura, etc.), assim como de um tribunal e de um corpo de "magistrados" para julgar as ações de seus membros (Trindade, 2016, p. 82-83, grifos meus).

Destarte, o corpo de magistrados era a peça que faltava para o Estado Integral. As Cortes do Sigma, descritas como a "máxima autoridade coletiva", foram instituídas considerando a necessidade da criação de um órgão auxiliar na suprema direção do partido. Naquele primeiro momento, compunham-na: o Supremo Conselho, a Câmara dos Quarenta, o Secretariado Nacional e os Chefes Provinciais – estes dois últimos já faziam parte da AIB desde três anos antes.

Assim sendo, o *Monitor*, a fim de cumprir sua função como um veículo de propagação da organização integralista, publicou as incumbências da corporação retratada como a depositária da pureza da Doutrina, cujos membros, sob juramento, eram responsáveis por transmitir e garantir a perpetuidade dos ideais do Sigma.

O que surpreende é a reduzida quantidade de páginas dedicadas, especificamente, ao regimento das Cortes – isto, se compararmos aos demais órgãos que a constituíam, como o Supremo Conselho, o Secretariado Nacional etc. Isso se explicaria ao considerar que as demais organizações, por já serem tão rigidamente regularizadas, não seria necessário preocupar-se tanto com um órgão que reunia diversos líderes e notáveis.

Saliento uma ressalva feita pelo regulamento: em caso de exílio ou prisão do Chefe, as Cortes deveriam ser imediatamente convocadas pela mesa da Câmara dos Quarenta e presididas por um membro previamente designado por Salgado ou, na falta deste, pelo mais antigo em inscrição do Supremo Conselho. Nota-se, assim, que começaram a serem tomadas todas as precauções, analisando todos os cenários possíveis em virtude do contexto da Lei de Segurança.

Ademais, vale apontar que ao ano que se transcorreu, da sua instauração à última edição do jornal, novos círculos foram somados à estrutura original da corporação. Eram eles: os Chefes Arqui-Provinciais, a Câmara dos Quatrocentos, o Conselho Jurídico, a Procuradoria Nacional, o Conselho de Belas Artes.

Posto isto, é notório que o esforço em reunir as funções e nuances de cada entidade com o passar dos anos da AIB não foi, até este momento, empreendido. Ora, com os avanços da Ação Integralista e, acima de tudo, após tornar-se partido em 1935, novos órgãos de poder faziam-se necessários para melhor sistematizar sua atuação com vistas a vencerem as eleições e, consequentemente, a implantação do Estado Integral.

Desde os primeiros momentos de existência do movimento, os Chefes Provinciais configuravam uma importante esfera de poder (cada um, responsável por um Estado da Federação, designados Províncias). Vale realçar que na maioria das vezes em que eles são mencionados, normalmente, se trata de nomeações e exonerações – logo, identifica-

se nessa função uma mobilidade mais acentuada do que entre as demais lideranças. Nomeados pelo Chefe Nacional, os Chefes Provinciais eram responsáveis pela vida política, moral e financeira, bem como pela direção dos Departamentos (mais tarde, Secretarias) e das Forças Paramilitares dos estados.

Ao analisar a questão da autoridade central *versus* Provinciais, dois aspectos, quase paradoxais, se apresentam: em primeiro lugar, eles aceitavam o poder quase absoluto de Salgado, enquanto signatários do documento que o proclamara Chefe Perpétuo:

> A "Ação Integralista Brasileira", pela voz autorizada das Delegações de suas vinte e duas Províncias presentes neste Congresso e signatárias deste documento, reconhece e proclama a absoluta insubstituibilidade de PLINIO SALGADO na Chefia Nacional e em caráter perpetuo, da Revolução Integralista e jura-lhe solenemente, sob o SIGMA, obediência e fidelidade formais diante da vida ou da morte. Pelo Bem do Brasil: Anauê! (Reconhecimento..., 1934, p. 1).

Por outro prisma, é possível identificar uma autoridade absoluta também no tocante aos Chefes Provinciais:

> ARTIGO 18º - É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista comentar qualquer ato do **Chefe Provincial** relativo ao exercício de seu cargo.
> ARTIGO 19º - É considerada indisciplina a ingerência de qualquer autoridade integralista em assumpto da competência exclusiva do Chefe Provincial, bem como na de Departamentos que não lhe digam respeito (Salgado, 1934, p. 3, grifos meus).

Esse artigo constitui exatamente uma cópia daquele que concedia poderes especiais ao Chefe Nacional:

> ARTIGO 5º - É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista, comentar qualquer ato do **Chefe Nacional**, relativo ao exercício de seu cargo.
> ARTIGO 6º - É considerada indisciplina a ingerência de qualquer autoridade integralista em assumpto da competência exclusiva do Chefe Nacional, bem como na de Departamentos de competência de outra autoridade (Salgado, 1934, p. 3, grifos meus).

Não obstante, sublinho que, apesar disso, para os integralistas, a pessoa do Chefe Nacional deveria ser intangível e irrefutável. Nessa direção, o princípio da autoridade fascista, em alemão *Fuhrerpinzip*, instituindo que a autoridade é sempre absoluta, em um nível hierárquico de cima para baixo, configura uma importante questão a ser elucidada posteriormente.

O Secretariado Nacional, por seu turno, foi instituído em maio de 1934, pouco após o Congresso de Vitória. Aliás, essa organização já existia sob outro nome: Departamentos. A modificação foi justificada ao considerar o aumento de atividade de cada um dos antigos departamentos e o volume de seus serviços, de maneira a tornar imperativa a ampliação de suas atribuições. Somavam-se sete Secretarias nesse primeiro momento: Milícia, Propaganda, Organização Política, Finanças, Doutrina, Cultura Artística e Justiça.

De 1934 em diante, as Secretarias, presididas por Salgado, passaram por numerosos rearranjos estruturais e de comando, com exonerações e nomeações noticiadas muitas vezes entre 1935 e 1937. Ademais, desperta a curiosidade a atribuição aos Secretários imporem penas disciplinares, faculdade esta exclusiva a eles, concedida, claramente, pela Chefia Nacional.

No ano seguinte ao II Congresso, e levando em conta a necessidade de ampliar o conjunto para atender às demandas da atuação no novo contexto político, novas instâncias do Secretariado foram criadas – dez, ao total, entre novas e antigas. Eram elas: Secretaria Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais; de Doutrina e Estudos; Educação; de Cultura Artística; de Imprensa; de Arregimentação Feminina e dos Plinianos; de Assistência Social; de Finanças; das Relações com o Exterior e de Propaganda.

Outrossim, é possível que, em face da necessidade de adequação frente à Lei de Segurança Nacional, Salgado possa ter estabelecido o Conselho Jurídico. Saliento que, nos anos de existência legal da AIB, houve dois Conselhos Jurídicos: um, criado em 1935, e outro, no ano seguinte. Apenas o segundo foi parte das Cortes do Sigma.

O primeiro foi fundado sob a justificativa de que não somente a amplitude do programa da AIB continha muitas questões de ordem puramente jurídica e, por isso, um estudo especializado seria útil, mas também porque a Ação Integralista, como sociedade civil e partido político, poderia se beneficiar de orientações e sugestões de juristas. Inicialmente, suas incumbências eram de dar pareceres às matérias submetidas pelo Chefe e pela Secretaria Nacional de Organização Política, bem como oferecer sugestões de ordens e medidas. Contudo, suas conclusões seriam de caráter estreitamente informativo.

O segundo Conselho, este sim parte das Cortes, foi institucionalizado em 1936, juntamente com a Procuradoria Nacional. O pretexto para fundação não era tão diferente do anterior, uma vez que constituía um órgão consultivo nas questões jurídicas que demandavam um estudo técnico especializado. Eram sete juristas filiados de reconhecido mérito, subordinados à Chefia Nacional, atuando sob um estrito regulamento, não muito distinto do anterior.

Entre ambos, chamo a atenção para duas sutis questões. Uma relacionada a quem os Conselhos estariam subordinados, e outra relacionada às reuniões. Os juristas de 1935 respondiam à Secretaria Nacional de Propaganda, como também eram nomeados pelo seu Secretário, mas sujeitos à aceitação posterior de Salgado.

Por outro lado, os de 1936 foram escolhidos pelo próprio Chefe, que se preocupou também em estabelecer um cronograma de reuniões que, até o momento, para essa instância não existia: reuniões ordinárias, a cada quinze dias, e extraordinárias, quando convocados. Além disso, é importante observar que as reuniões teriam um caráter quase confidencial, com alguns poucos convidados aptos a assistirem.

Para além disso, 1936, em particular, foi o ano de instauração da maior parte dos órgãos que compunham as Cortes do Sigma. Foram eles: o Supremo Conselho; o Conselho de Belas Artes; a Procuradoria Nacional e a Câmara dos Quarenta. Já em 1937, foi criada a Câmara dos Quatrocentos e surgem os Chefes Arqui-Provinciais.

A Câmara dos Quarenta, "constituída de personalidades de projeção social, moral e de valor intelectual" (Salgado, 1936b, p. 3), era, internamente, dividida em cinco comissões permanentes e especializadas: política, propaganda, cultural, financeira e administrativa. Em suas reuniões secretas, tratavam de questões suscitadas por Plínio Salgado, seu Presidente perpétuo. Com relação a essa, assim como os demais órgãos criados entre 1936-1937, verifico especial atenção para seus protocolos, sua regulamentação (de reuniões e de funções) e até mesmo veiculação de fotografias de seus membros.

À vista disso, observo que os regulamentos da Câmara dos Quarenta eram meticulosos, de forma a deixar claro seus deveres, sendo o modo de realizar seus conclaves meticulosamente descrito. Eram deveres, por exemplo, não discutir fora do recinto da sessão as matérias ponderadas; considerar assunto secreto tudo quanto fosse trazido ao conhecimento da Câmara, seja pelo Chefe ou por algum outro membro; e obedecer à diretiva, que determinava não silenciar, sob a pena de faltar ao juramento de bem servir a Pátria, sua opinião privada, só pelo fato de esta ser contrária ao ponto de vista do Chefe Nacional. É interessante notar que, possivelmente, esta última diretiva, de não calar a opinião contrária, não era seguida pela cúpula. Além disso, constitui uma postura inédita diante dos regulamentos dos demais regimes fascistas – sendo tal diretriz o "suprassumo do totalitarismo".

Era-lhes vetado, igualmente, faltar às sessões sem justificação escrita. Três faltas consecutivas, não justificadas, determinariam exclusão automática; oito faltas consecutivas, mesmo justificadas, equivaliam a pedido de demissão.

Já as reuniões do Supremo Conselho não foram tão regulamentadas. Também este foi reorganizado, com seu quadro ampliado, sob o pretexto de exercer suas funções com maior eficácia. Para além dos específicos nomeados em junho de 1936, a partir de junho do ano seguinte, os membros perpétuos seriam ainda os Secretários Nacionais, os Chefes Arqui-Provinciais, e os Vice-Presidentes das Câmara dos Quarenta e dos Quatrocentos.

A Procuradoria Nacional, sem embargo, muito se assemelhava a um órgão de ação jurídica, principalmente por ser constituída por juristas de relevo, por sua capacidade, probidade e reconhecimento, inscritos no Quadro da Ordem dos Advogados Brasileiros. Mais uma vez, superintendida pelo próprio Plínio Salgado, e com ramificações nos âmbitos provinciais e municipais, a instituição se configurava um órgão de representação e defesa da Ação Integralista diante dos poderes públicos.

Como explicitei, é possível que a motivação para criar tais instituições tenha sido a de garantir que a AIB tivesse seus diretos assegurados. Embora a questão básica para escaparem do fechamento foi a transfiguração da milícia, uma nova configuração garantiria, igualmente, a sobrevivência do partido.

Para exemplificar, isso consta no capítulo quarto da regulamentação dos Procuradores do Sigma:

> Art. 8 – Aos Procuradores, como mandatários, por outorga do Chefe Nacional, em instrumento público, compete:
> I – de um modo geral – a representação nos tribunais ou onde quer que ela seja necessária, pleiteando ou defendendo os direitos e interesses da A.I.B., como autora ou ré; e
> II – particularmente:
> a) representá-la na justiça eleitoral, como Delegados do Partido;
> b) no foro competente – requerer, reclamar e impetrar os meios jurídicos idôneos tendentes a manter e proteger os direitos assegurados á A.I.B., em toda a sua esfera de atividade, pela Constituição Federal, pelas Constituições e Leis Orgânicas dos Estados e dos Municípios da Federação Brasileira, e demais leis em vigor, federais, estaduais e municipais, desistir, ratificar e assignar todos os atos e termos inerentes ao mandato (Salgado, 1937b, p. 13).

Ademais, apesar de a questão da Arte não configurar uma das centrais preocupações do Sigma, desde a regulamentação do I Congresso de Vitória havia um Departamento Nacional de Cultura Artística – mas não dispendia de uma marcada normatização ou frequentes menções de atividades.

Intriga-nos, por isso, a necessidade da instituição do Conselho Nacional de Belas Artes, mais um órgão consultivo composto de autoridades especializadas, parte da Secretaria Nacional de Cultura Artística e das Cortes do Sigma. De fato, a sua criação, em outubro de 1936, é a primeira e única menção a ele dedicada. Provavelmente, o

Conselho seria mais um dos artifícios para a defesa do partido, uma "distração" complementar, na teoria, ao programa de educação moral, uma vez que o *Manifesto-Programa* trata a Arte enquanto medida do prestígio dos povos, uma das mais belas expressões do espírito humano e dignificadora de existência (Acção..., 1936).

Em adição a isso, é possível mensurar a relevância de uma entidade das Cortes do Sigma pela normatização de suas reuniões; em outras palavras, se havia a perspectiva de sua realização e quão precisos eram seus regimentos. Fixaram-se, por exemplo, reuniões à Câmara dos Quarenta e ao Conselho Jurídico periódicas e profundamente normatizadas, com disposição de lugares marcados. Já ao Conselho de Belas Artes, em sua primeira e única menção, não houve tais alusões, reforçando, assim, seu possível caráter mais aproximado a uma fachada que a uma entidade verdadeiramente contribuinte.

Finalmente, as chamadas Circunscrições Nacionais, por seu turno, idealizadas a partir de fevereiro de 1937, tinham por objetivo estreitar os laços entre os Chefes Provinciais e o Chefe Nacional, tornando a transmissão de ordens, diretivas e propaganda mais eficaz. Dirigidas por um Chefe Arqui-Provincial, e congregando determinado número de Províncias, somavam-se sete Circunscrições. Eram elas: a Primeira (Acre, Amazonas, Pará e Maranhão); a Segunda (Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte); a Terceira (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe); a Quarta (Bahia e Espírito Santo); a Quinta (Rio de Janeiro e Minas Gerais); a Sexta (São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Goiás); e a Sétima (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

As funções dessas lideranças, em síntese, baseavam-se em organizar um serviço rápido e seguro de comunicação entre o Chefe Nacional e as Províncias a ele confiadas. Notamos, aqui, certa mobilidade no cargo com nomeações e transferências constantes nas poucas edições que ainda restavam ao *Monitor*.

Finalmente, a Câmara dos Quatrocentos foi a última adição às Cortes, datada de maio de 1937. Com a Resolução nº 294, a Câmara é instituída e prescrevem-se suas funções e sua organização:

> O Chefe Nacional da A.I.B., usando dos poderes que lhe foram reconhecidos e proclamados pelo 1º Congresso Integralista Brasileiro de Victoria e reafirmados no 2º de Petrópolis e nas Cortes do Sigma e,
> Considerando que a Resolução nº 165, de 16 de Janeiro de 1936, que criou as Côrtes do Sigma, dispõe no seu nº III, letra **e,** que dessas Côrtes deverão fazer parte, além de outros órgãos, os Integralistas especialmente convocados pelo Chefe Nacional;
> Considerando que os Integralistas convocados para as Côrtes do Sigma, não o devem ser isoladamente, mas integrados num órgão coletivo que melhor atende aos objetivos visados;
> RESOLVE:
> I – Criar a **Câmara dos Quatrocentos**, à qual competira:

> a) Integrar as Côrtes do Sigma,
> b) Reunir-se conjuntamente com as Côrtes do Sigma, uma vez ao ano, e sempre que estas forem convocadas,
> c) Reunir-se, isoladamente, quando convocada pelo Chefe Nacional;
> d) Responder, coletivamente e cada um de seus membros pessoalmente, pela pureza e perpetuidade da Doutrina do Sigma.
> II – A **Câmara dos Quatrocentos** será constituída de Integralistas com relevantes serviços prestados ao Movimento e que estejam no gozo de todos os direitos civis e políticos.
> III – Cada Provincia designará dez (10) membros para a **Câmara dos 400**, sendo os demais membros da escolha do Chefe Nacional.
> IV – Aos membros da **Câmara dos 400**, não será exigida residência no Rio de Janeiro (Salgado, 1937a, p. 6).

Verificamos a nomeação dos membros em duas publicações diferentes – a primeira, em junho de 1937; e a segunda, em julho do mesmo ano. Por fim, devido ao fato de a fundação da Câmara ter ocorrido nos últimos números do *Monitor*, encontram-se poucas menções, não indo além de sua presença nas reuniões das Cortes.

Considerações finais

Este artigo ambicionou trazer uma contribuição ao estabelecido campo de pesquisa que configura a Ação Integralista. Procurei mostrar, em síntese, um novo olhar tanto para a reconstituição dos passos da AIB, de seu princípio ao falho *putsch* de 1938, quanto para o desenvolvimento do Estado Integral. Por intermédio das análises realizadas, foi possível constatar que a projeção pré-estatal que o partido tomou em 1936, fez com que fosse necessária a instituição de um órgão complexo intermediário entre o Chefe Nacional e os militantes: as Cortes do Sigma.

Dito isto, é importante rememorar o modo pelo qual o integralismo pertencia ao universo fascista: não apenas por apresentar um regime opositor à esquerda e à democracia, mas também por propor o corporativismo e um Estado orgânico, baseado em uma liderança carismática e um partido único – particularidades estas de um Estado fascista (Bertonha, 2020).

De modo efetivo, mesmo que as Cortes não significassem uma liderança autônoma dentro do partido, mostram a relevância e o espaço ocupados pelo integralismo dentro do círculo de notáveis do Brasil da década de 1930, uma vez que boa parcela de seus membros eram personalidades de prestígio social e intelectual. Tais como Arquimedes Memória, da Câmara dos Quarenta e diretor da Escola Nacional de Belas Artes; Guilherme Fontainha, do Conselho Nacional de Belas Artes e diretor do Instituto Nacional de Música; Belmiro Valverde, do Secretariado Nacional e membro da Academia

Paulista de Medicina; Mansueto Bernardi, da Câmara dos Quarenta e diretor da Casa da Moeda; dentre outros – sem contar Gustavo Barroso, presidente da Academia Brasileira de Letras; e Miguel Reale, docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e, posteriormente, reitor da mesma instituição, ambos do Secretariado Nacional e Supremo Conselho.

Isso posto, noto que a cooptação das elites traz benefícios para governos ditatoriais, mesmo aqueles "nominalmente democráticos". Nas palavras de António Costa Pinto:

> Para evitar que a sua legitimidade seja destruída e a sua autoridade usurpada, os ditadores precisam cooptar elites e criar ou adaptar instituições que constituam o *locus* de negociação e decisão [...]. Por outro lado, como observa Amos Perlmutter, nenhum regime autoritário pode sobreviver politicamente sem o apoio de elites modernas, como burocratas, gestores, tecnocratas e militares [...] (Pinto, 2012, p. 12).

Eles, de fato, tinham seu papel e sua importância, caso contrário, não haveria reuniões e sua presença tanto nos conclaves ordinários, quanto nos grandes eventos e Congressos não seria obrigatória. E a sua ausência, aliás, era motivo de desligamento da função.

Em suma, a iniciativa da criação das Cortes do Sigma pode ser interpretada como a consequência de três circunstâncias: devido à popularização AIB e ao aumento de seus aderentes; à transição de movimento para partido, em 1935; e ao refinamento do projeto do Estado Integral.

Sublinho que a estrutura burocrática e autoritária (com pretensões totalitárias) esteve presente desde os primeiros momentos de existência da Ação Integralista e desenvolvia-se proporcionalmente ao crescimento do partido. Seguia, portanto, o modelo fascista de se tornar um futuro Estado/Partido.

Referências

1º CONGRESSO Integralista de Victoria. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 3, 2ª quinzena fev. 1934.

A CHEFIA Nacional. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1, 1ª quinzena mai. 1934.

ACÇÃO Integralista Brasileira. *Manifesto-Programma com que a Acção Integralista Brasileira comparecerá ás eleições de Presidente da República*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 23 jan. 1936. 13p.

ACÇÃO Integralista Brasileira. *Meios de Propaganda para a Campanha Eleitoral*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, [s.d.]. 32p.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução*: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BARROSO, Gustavo. *O integralismo em marcha*. Rio de Janeiro: Schimdt, 1933.

BERTONHA, João Fábio. *Integralismo*: problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: Eduem, 2014.

BERTONHA, João Fábio. *O Integralismo e sua história*: memória, fontes, historiografia. Salvador: Pontocom, 2016.

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado*: biografia política (1895-1975). São Paulo: Edusp, 2018.

BERTONHA, João Fábio. Radical Right Ideologies and Movements in Brazil. *Oxford Research Encyclopedia, Latin America History*, Oxford, mai./2020. Disponível em: https://oxfordre.com/latinamericanhistory/display/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-841. Acesso em: 25 fev. 2024.

BERTONHA, João Fábio. Quem guardará os guardiões? A segurança pessoal de Hitler e Mussolini e as relações entre partido e Estado nas ditaduras fascistas. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 317-337, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/ index.php/locus/article/view/32217/22528. Acesso em: 25 fev. 2024.

BERTONHA, João Fábio; ATHAIDES, Rafael. *O nazismo e as comunidades alemãs no exterior*: o caso da América Latina: história, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932-2020). Maringá: Edições Diálogos, 2021.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 10. ed. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 1997. v. 1.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília, 2007. v. 2.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do Sigma:* integralismo, neointegralismo e o antissemitismo. Maringá: Eduem, 2014.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do integralismo:* lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961). 2010. Tese (Doutorado em História). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

DENOMINAÇÃO. Séde. Objectivos e Fins. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, 1ª quinzena dez. 1933.

DOTTA, Renato Alencar. *Elementos verdes:* os integralistas na mira do DOPS (1938-1981). São Paulo: Todas as Musas, 2021.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os integralistas no estado do Espírito Santo (1933-1938). *Revista Ágora*, Vitória, n. 13, p. 1-16, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/ ar[1]ticle/view/5024/3796. Acesso em: 25 fev. 2024.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes*: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

LEFORT, Claude. Esboço de uma Gênese da Ideologia nas Sociedades Modernas. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 10, p. 6- 56, out./nov./dez. 1974. Disponível em: https://dokumen.tips/ documents/lefort-claude-esboco-de-uma-genese-da-ideologia-nas-sociedades-modernas.html? page=2. Acesso em: 25 fev. 2024.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano:* o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2. p. 39-61.

MELLO, Olbiano de. *Concepção do Estado Integralista*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

O INTEGRALISMO e as próximas eleições. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 1, 30 ago. 1934.

O INTEGRALISMO e o Extremismo. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 62, p. 7, 20 jul. 1935.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. 2009. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

O MOVIMENTO do Sigma. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 13-16, 7 out. 1937.

PAXTON, Robert Owen. The five stages of fascism. *The Journal of Modern History*, Chicago, v. 70, n. 1, p. 1-23, mar. 1998.

PINTO, António Costa (org.). *Governar em Ditadura*: elites e decisão política nas ditaduras na era do fascismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

PROTOCOLLOS e Directivas da Acção Integralista Brasileira. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 9, 1ª quinzena maio 1934.

RECONHECIMENTO e Proclamação pelo 1º Congresso Integralista Brasileiro de Victoria. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1, 1ª quinzena maio 1934.

SALGADO, Plínio. Teoria e prática das revoluções (III). *A Razão*, São Paulo, p. 3, 25 dez. 1931.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

SALGADO, Plínio. Estatutos da Acção Integralista Brasileira. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 3-4, 1ª quinzena maio 1934.

SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, Plínio. *Obra coletiva*. São Paulo: Revista Panorama, 1936a.

SALGADO, Plínio. Resoluções da Chefia Nacional. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3, 3 out. 1936b.

SALGADO, Plínio. Resoluções da Chefia Nacional. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 6, 12 maio 1937a.

SALGADO, Plínio. Procuradoria Nacional. *Monitor Integralista*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 13, 5 dez. 1937b.

SILVA, Hélio. *1938*: Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971 (Coleção O Ciclo de Vargas, v. 10).

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. Porto Alegre: DIFEL/UFRGS, 1979.

TRINDADE, Hélgio. *A tentação fascista no Brasil*: imaginário de dirigentes e militantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

[1]Adaptei para as normas gramaticais atuais as citações diretas dos documentos.

Artigo recebido em 01/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

PROPAGANDA E IMAGINÁRIO SOCIAL NA IMPRENSA INTEGRALISTA: os casos de *A Offensiva e Monitor Integralista.*

PROPAGANDA AND SOCIAL IMAGINARY IN THE *INTEGRALISTA* PRESS: the cases of *A Offensiva* and M*onitor Integralista.*

Ana Júlia Corrêa Ferreira[1]

Larissa Frazão Silva[2]

Resumo: A proposta deste artigo é refletir sobre a construção do imaginário social da Ação Integralista Brasileira (AIB) por meio do emprego do modelo da propaganda fascista na imprensa do movimento, analisando especialmente os periódicos *A Offensiva* e *Monitor Integralista*, considerados os principais jornais integralistas. Cabe ainda uma breve análise comparativa do perfil dos periódicos, identificando a estruturação e função doutrinária específica no interior da hierarquia do movimento.
Palavras-chave: Integralismo; Imprensa; Imaginário social.

Abstract: The aim of this article is to reflect on the construction of the *Ação Integralista Brasileira*'s social imaginary through the press, specially the papers *A Offensiva* and *Monitor Integralista*, considered the most important newspapers of the movement. In this sense, it is first necessary a brief comparative analysis of the profile of each paper aiming to identify its particular doctrinal function within the movement's hierarchy, as well as the linguistic, symbolic and propagandistic resources that were used to solidify a common imaginary within the militants.
Keywords: *Integralismo*; Press; Social Imaginary.

Introdução

Nos anos 1930, as ideias fascistas circularam grande parte do mundo ocidental através das redes intelectuais transnacionais (Finchelstein, Pinto, 2019; Galimi, Gori, 2020). Nesse contexto, a América Latina foi palco da maior organização de tipo fascista fora da Europa, a Ação Integralista Brasileira (AIB) (Pinto, 2021, p. 94). Fundada em 1932, por Plínio Salgado, na ocasião do lançamento do *Manifesto de Outubro*, foi o primeiro movimento nacional de massas no Brasil, e perdurou até novembro de 1937, quando os partidos políticos se tornaram ilegais com a instauração do Estado Novo.[1]

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF). Realiza pesquisas com foco na circulação de ideias fascistas na América Latina nos anos 1930. E-mail: julia.ferreira.ana@gmail.com.
[2] Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF). Realiza pesquisas com foco no integralismo brasileiro. E-mail: larissa.frazao@hotmail.com.

Em grande medida, a ampla inserção social do integralismo se deu graças ao massivo e estratégico uso da imprensa como meio de divulgação e propaganda política (Oliveira, 2009, p. 14), haja vista que o jornal, em virtude de seu baixo custo de produção e o fácil acesso das camadas populares, era um dos veículos mais eficientes na promoção de ideias nas décadas iniciais do século XX. Antes mesmo da fundação da AIB, a imprensa já era o meio privilegiado por Salgado em sua ação política. Em 1931, ao lado de San Tiago Dantas, atuou como diretor do jornal *A Razão*,[2] no qual também publicou a coluna *Nota Política*, o que lhe permitiu articular os círculos intelectuais conservadores do Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo ligados aos periódicos *Hierarchia*, *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais* e *Política*, dando origem a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), em fevereiro de 1932, considerada o berço intelectual do integralismo.[3]

Já enquanto um movimento político, Oliveira (2017, p. 33) argumenta a existência de uma relação dialética entre a organização interna e a publicação de periódicos, ou seja, à medida que o movimento se desenvolvia eram editados novos jornais, que por sua vez eram responsáveis pela divulgação da doutrina aos futuros militantes; "com a expansão dos camisas-verdes, surg[iam] novos jornais e o ciclo se reinicia[va]". Como meio de propaganda, a imprensa recebeu atenção prioritária dos dirigentes integralistas: após a fundação de um novo núcleo, demorava em média de 30 a 45 dias para que um jornal integralista passasse a ser publicado na mesma localidade (*Ibid*, p. 40). Em 1935, a AIB foi responsável pela criação do primeiro consórcio jornalístico do Brasil, *Sigma - Jornais Reunidos*, buscando um padrão específico para suas produções, em relação ao conteúdo e a forma como era dada a ler (Cavalari, 1999, p. 83), assim como maior alcance dos jornais.

Ao longo de sua existência, entre 1935 e 1937, o conglomerado reuniu 138 jornais, sendo dois de circulação nacional, 30 de circulação regional e 106 de circulação local, além de quatro revistas (Oliveira, 2009, p. 141).[4] Antes da publicação, estes jornais eram enviados para a Secretaria Nacional de Imprensa (SNI-AIB), órgão comandado por Salgado e Miguel Reale, responsável pela censura prévia dos periódicos. Apesar desta estrutura, os jornais regionais e locais não recebiam financiamento do movimento para sua manutenção, sendo comuns a existência de campanhas internas para bancar as publicações, além da venda de espaço nos jornais para anunciantes diversos. Mesmo assim, por conta da escassez de verbas, muitos impressos foram à falência após poucos meses de circulação.

Por sua vez, Salgado sempre defendeu abertamente o caráter doutrinário da imprensa:

> Neste país de vastos latifúndios onde o jornal é o único instrumento de penetração da palavra escrita, e de massas urbanas, onde o espírito de conquista e de aventura de uma civilização trepidante de acompanhamentos não permite os vagares dos estudos, a imprensa não podia abandonar a sua **feição educacional**, de **suprema orientadora da nacionalidade**. (Salgado, *A Offensiva*, nº 364, 15 de dezembro de 1936, Capa). [Grifo das autoras].

Como no fascismo europeu, a imprensa integralista atuou no sentido de fornecer e fortalecer um determinado imaginário social,[5] ancorado em um certo horizonte de expectativas[6] cuja função última era a inserção dos militantes em uma determinada cultura política, entendida aqui como "um grupo de representações, portadores de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas" (Berstein, 2009, p. 31). O caráter popular da imprensa integralista a transformou no principal veículo disseminador deste sistema de representações do movimento, responsável por fornecer ao militante sua identidade própria, compartilhada com os demais de seu grupo, e contraposta aos inimigos comuns.

O propósito deste artigo é refletir sobre a construção do imaginário social do movimento por meio da propaganda fascista na imprensa, a partir da análise dos dois jornais mais importantes do movimento: *A Offensiva* e *O Monitor Integralista*, ambos de circulação nacional e cuja distribuição era obrigatória em todas as sedes, e a leitura obrigatória a todos os militantes. Pretende-se demonstrar como, a partir de seus distintos perfis, os dois impressos contribuíram para a inserção dos militantes no universo ideológico do integralismo. Para tanto, as conclusões de Adorno (2015) acerca do modelo de propaganda fascista são fundamentais pois entende-se que os recursos discursivos mobilizados na imprensa integralista, sobretudo a valorização da liderança de Plínio Salgado, característica comum aos periódicos do movimento, foram o veículo necessário à construção deste imaginário, inspirando-se no fascismo europeu.[7]

O caso de A Offensiva [8]

O primeiro número de *A Offensiva* é datado de 17 de maio de 1934 e o último, de 19 de março de 1938. O jornal foi lançado pouco mais de um ano após a fundação da AIB, mas acompanhou quase toda a trajetória do movimento, desde quando ainda era uma associação civil, passando pela transformação em partido político e, por fim, em Associação Brasileira de Cultura. Em razão de sua característica popular, especialmente durante o período em que foi publicado em frequência diária, foi o periódico que melhor correspondeu ao ideal pedagógico defendido por Plínio Salgado como primordial à

imprensa no século XX, isto é, "o jornal doutrinário, porque o povo quer se orientar" (Código de Ética Jornalista, *Monitor Integralista*, n° 17, 20 de fevereiro de 1937, p. 14).

Segundo Simões (2009, p. 35), ao longo de sua existência, *A Offensiva* passou por três ciclos de publicação cujas características estavam relacionadas aos objetivos políticos estratégicos da AIB. Até a edição n° 54, de maio de 1935, Salgado ocupou a direção do periódico. Doravante, o cargo ficou sob responsabilidade de Madeira de Freitas, embora Salgado tenha continuado a exercer a orientação do impresso.[9] As informações acerca da equipe editorial do jornal ficavam dispostas na capa de todas as edições, com destaque para o nome do Chefe Nacional, seguidas da coluna de Salgado - o que demonstra a centralidade da afirmação da liderança de Salgado na construção do universo ideológico do integralismo.

Quadro 1 - Ciclos de publicação do jornal *A Offensiva*

1° fase	n° 1 - n° 89	17 de maio de 1934 - 25 de janeiro de 1936
2° fase	n° 90 - n° 660	28 de janeiro de 1936 - 03 de dezembro de 1937
3° fase	n° 661 - n° 748	04 de dezembro de 1937 - 19 de março de 1938

Fonte: Renata Simões (*Ibid*).

Para Simões (2009, p. 36) o primeiro ciclo de publicação do jornal correspondeu à sua fase de maturação, ao mesmo tempo em que "o jornal parec[eu] cumprir sua função maior, fazendo-se perceber como um canal amplamente utilizado pela alta hierarquia do movimento para inculcar os ideais integralistas entre os 'camisas-verdes' e os não adeptos". O jornal possuía uma média de oito a 12 páginas e circulava em frequência semanal, sendo que as vendas eram realizadas apenas nas sedes integralistas ou via assinatura, o que limitava sua audiência.

A transformação do periódico em diário era um desejo antigo de Salgado, que se concretizou em 28 de janeiro de 1936, marcando o início de seu segundo ciclo de publicação. A mudança veio acompanhada do incremento no número de páginas de cada edição: durante a semana, em média, dez páginas; já aos domingos, 16 páginas. A partir de então, passou a ser vendido também por intermédio das bancas, o que contribuiu para sua popularização. De acordo com Simões, nesse momento, o jornal assumiu um tom mais moderado: "perde[u] o fôlego em seu aspecto doutrinário e ganh[ou] em político" (Simões, 2009, p. 43). Essa postura correspondia à nova estratégia de ação da AIB enquanto um partido político com vistas a disputar as eleições municipais de 1936 e,

sobretudo, a presidencial, marcada para 1938. O foco do jornal deslocou-se da formação militante para a captação de eleitores.

Cabe destacar que durante o ano de 1935, embora a AIB já operasse enquanto partido, o discurso em *A Offensiva* permaneceu bastante radicalizado: algum grau de oposição ao governo Vargas ainda estava presente, as notícias sobre a milícia integralista possuíam certo destaque, a simpatia aos fascismos europeus e ao antissemitismo eram menos veladas,[10] e as matérias doutrinárias com enfoque na revolução integralista eram mais abundantes. Em geral, o vocabulário empregado no jornal era carregado de um conteúdo simbólico mobilizador e radicalizante. Qual a razão para a permanência deste discurso mais radical ao longo de 1935?

A relação entre o integralismo e o governo Vargas foi marcada por tensões. Originalmente, a AIB surgiu buscando disputar os rumos da Revolução de 1930, especialmente em contraposição à ala liberal do bloco revolucionário. Inspirados pelo fascismo europeu, alguns tenentes e intelectuais investiram na organização de movimentos de massa para garantir a continuidade daquilo que consideravam ser o "espírito revolucionário de 1930"; em contraposição à base do governo Vargas que primava "mais a ordem e a hierarquia do que a mobilização popular".[11] Após a convocação da Constituinte em 1932, muitos intelectuais aliados aos tenentes foram cooptados pela AIB, enxergando nela o movimento que seria capaz de "realizar a frustrada Revolução Brasileira" (Ribeiro, 2023, p. 17) - sentimento que perdurou até meados de 1935, quando grande parte destes intelectuais deixaram de acreditar no poder do integralismo em cumprir tal tarefa (*Ibid*, p. 18).

O ano de 1935 foi crucial para a política nacional e internacional. A escalada fascista na Europa acirrava cada vez mais a disputa imperialista, tornando a guerra iminente. No Brasil, a aliança ou denúncia do fascismo europeu também tensionou o contexto político. Em oposição ao crescimento da AIB, cuja caracterização fascista era evidente a despeito das tentativas do movimento em afastar-se desta pecha, mobilizaram-se várias organizações, como a Aliança Nacional Libertadora, o Bloco Operário e Camponês e a Frente Única Antifascista. Entre 1934 e 1935, foram comuns os embates entre integralistas e seus opositores, além dos inúmeros desfiles e comícios dos primeiros em todo o país. Assim, considerando uma disputa política mais intensa, a AIB apostava ainda em um discurso mais radicalizado, com maior poder mobilizador, capaz de levar os militantes integralistas às ruas em defesa dos ideais do movimento.

Enquanto a milícia integralista operava legalmente, foram publicadas matérias ameaçando o armamento,[12] como o exemplar de 31 de maio de 1934, no qual Nogueira

Filho escreveu: "Se derem armas a esses homens, um verdadeiro exército, o que acontecerá? Se derem armas aos integralistas, e eles hão de possuí-las um dia, acontecerá que o Brasil será transformado numa grande Nação" (*A Offensiva*, n° 3, 31 de maio, p. 1 *apud* Simões, 2009, p. 117, grifo das autoras). E mesmo nos artigos em que Salgado buscava legitimar o aspecto anti-armamentista da milícia, ele nunca escondeu que, caso necessário, "o membro da fileira integralista deveria estar preparado [...] para sair às ruas e lutar" (Simões, 2009, p. 132).

Com a extinção da milícia integralista, em março de 1935, o movimento investiu ainda mais no discurso radical como forma de manter os militantes engajados. O antissemitismo foi um dos elementos mobilizados nesse sentido. Apesar de presente desde o primeiro número do jornal, ao longo de 1935 houve uma investida ainda maior da direção do periódico no discurso antissemita. Em maio deste ano, foi publicado o primeiro artigo de Gustavo Barroso na coluna *Judaísmo Internacional*, cuja característica marcante foi o violento antissemitismo e constantes referências ao fascismo europeu. A coluna se manteve até março de 1936.[13]

A Intentona Comunista, ocorrida em novembro de 1935, também provocou sensivelmente o imaginário integralista a partir da associação entre o anticomunismo e o antissemitismo. A edição de *A Offensiva* publicada imediatamente após o evento estava recheada de matérias denunciando a suposta relação entre o Partido Comunista Brasileiro, o judaísmo e o comunismo internacional. Essa associação se realizava de maneira direta e indireta, considerando que a construção do discurso integralista anticomunista e antissemita era bastante semelhante: ambos estavam calcados na defesa da nação brasileira frente à ameaça estrangeira. Tanto os comunistas quanto os judeus eram acusados de destruir as bases morais da civilização cristã e de serem parasitas no interior do Estado brasileiro. Ambos eram representados como a antítese do militante integralista. Ou seja, mesmo nos escritos nos quais não havia referências diretas entre antissemitismo e anticomunismo, tal associação poderia facilmente ser realizada pelos leitores – e sugere-se que essa era a intenção da direção do periódico – pois a base do discurso era a mesma: a defesa do nacional diante da ameaça internacional.[14]

A edição logo após a Intentona, por exemplo, foi apresentada sob as seguintes palavras de ordem: "Aos heróis que tombaram na defesa da Pátria contra os assalariados de Moscou, Anauê! Anauê! Anauê!" (*A Offensiva*, n° 81, 30 de novembro de 1935, Capa). A manchete com maior destaque na capa referia-se à aliança entre o integralismo e o governo Vargas no combate ao "surto comunista". Tratava-se da transcrição de uma correspondência entre Salgado e o presidente na qual o primeiro, "em sinal de

patriotismo", ofereceu os serviços do integralismo ao chefe do governo, que por sua vez agradeceu poder "contar a qualquer hora com a energia e dedicação de todos os bons brasileiros". O texto ainda ressalta que a aliança se fez necessária quando "os inimigos da Pátria procuram apunhalar o coração da nacionalidade" (*Ibid*).

A partir de então, a aproximação da AIB com o governo tornou-se a principal estratégia política do movimento, ainda que não tenha havido uma incorporação total deste por aquele. A fragmentação e fragilidade do campo oposicionista de esquerda após o fracasso da Intentona e a intensa perseguição varguista também contribuíram para a moderação do discurso integralista na imprensa. Assim, a partir de 1936, a transformação de *A Offensiva* em um jornal diário foi acompanhada da transformação do perfil do jornal, que passou a investir mais no noticiário político e internacional do que na formação doutrinária. O próprio Salgado admitiu uma mudança completa do jornal na ocasião.[15]

Por fim, a última fase do periódico remonta à atuação da Associação Brasileira de Cultura. Frente ao Estado Novo varguista, a direção nacional da AIB optou por uma posição conciliatória, almejando algum ganho político. Dessa forma, o conteúdo doutrinário d'*A Offensiva* se tornou relativamente implícito: as ideias nacionalistas e anticomunistas permaneceram presentes, porém agora identificadas como "orientações a todos os brasileiros que 'amam a sua pátria' e dela desejam cuidar" (*Ibid*, p. 49).

Sobre a produção do conteúdo, em todas as fases, a maior parte das matérias não possuía autoria identificada, sendo fruto do trabalho do corpo editorial, composto por dirigentes e colaboradores. Também eram comuns traduções de matérias de periódicos estrangeiros,[16] e a publicação de matérias originais de outros impressos integralistas locais. Já os textos com autoria identificada, eram majoritariamente assinados pelos principais intelectuais e dirigentes do movimento, o que reflete a posição ocupada por essa classe na hierarquia do movimento: "Aos intelectuais, cabia o papel de 'educar' as massas, de preparar a doutrina e transmiti-la ao povo" (Simões, 2017, p. 66).

Uma das características mais destacadas de *A Offensiva* era a diversidade dos temas englobados em cada edição, o que se refletia na variedade dos cadernos e seções internas. Para Salgado, a função da imprensa era guiar as massas, sobretudo em um momento marcado pela confusão e angústia do povo, como ele identificava ser a década de 1930.[17] Assim, quanto mais integrado à vida nacional cotidiana, mais eficiente seria o jornal em sua função doutrinária.

Em razão disso, especialmente após a transformação em diário, o objetivo do periódico era abarcar todas as áreas de socialização da vida do leitor: além das notícias sobre o cenário político nacional e internacional, informes sobre as atividades

integralistas ao redor do Brasil e resoluções da Chefia Nacional, também eram publicadas matérias sobre teatro, cinema, literatura, música, esportes, saúde, educação, gastronomia, moda, cuidados domésticos, festas populares e folclore. Até mesmo cadernos inteiramente dedicados à atuação profissional como *Página Médica*, *Seção Agrícola*, *Seção Jurídica*, *Seção Odontológica*, *Seção Universitária*, *Seção do Marinheiro*, *Vida Militar etc.* A intenção, portanto, era envolver o leitor no universo ideológico do integralismo a partir de uma variedade de temas cotidianos, naturalizando o conteúdo doutrinário da AIB.

Por esta característica própria, *A Offensiva* foi um dos periódicos mais importantes na construção do imaginário do movimento, sobretudo mobilizando o modelo da propaganda fascista (Adorno, 2015, p. 143) – isto é, um conjunto de recursos discursivos cujo efeito é mais psicológico que racional na medida em que "não tenta convencer o povo e sempre permanece em um nível não argumentativo". A propaganda fascista não opera através da lógica discursiva, mas emprega um tipo de "fluxo organizado de ideias. A relação entre premissas e inferências é substituída por vínculos de ideias baseadas em meras similaridades, frequentemente através da associação" (*Ibid*). Nesse sentido, a construção de inimigos fantasmas aos quais a propaganda fascista se opõe, com especial destaque à figura do líder neste combate, é um dos principais dispositivos no redirecionamento da energia libidinal das massas para fins políticos.[18] A afirmação da identidade fascista baseia-se fundamentalmente na oposição ao inimigo imaginado, pouco importando sua verossimilhança.

No caso do jornal integralista, as palavras de ordem que inauguraram sua primeira edição foram: "O imperialismo vermelho de Moscou estraçalha a bandeira da pátria brasileira, enquanto a burguesia se preocupa com a política mesquinha dos partidos. Mas, [...], os 'camisas-verdes' defendem o Pavilhão Nacional [...]" (*A Offensiva*, n° 1, 17 de maio de 1932, Capa, *apud* Oliveira, 2009, p. 302). Ainda na capa deste número, Oliveira (*Ibid*, p. 302-304) identifica que praticamente todos os textos empregam a mesma fórmula: a oposição ao comunismo e ao liberalismo como afirmação do integralismo; e o integralismo era identificado como uma reação legítima ao contexto caótico dos anos 1930.[19]

Cabe dizer que não havia qualquer definição objetiva de comunismo ou liberalismo até então; pelo contrário, tais termos normalmente identificavam um grupo bastante diversificado em termos políticos, sem consideração às contradições e oposições internas. A democracia-liberal era representada como um grande fracasso dada a corrupção da política aos interesses individuais, abrindo o caminho para a penetração dos

comunistas na vida nacional. Os termos "comunismo" e "liberalismo" carregavam, portanto, um conjunto de sentidos que os definiam como os inimigos do integralismo por excelência, sendo utilizados estrategicamente pois, como argumenta Oliveira (*Ibid*, p. 308) "sem os pontos de oposição entre estas ideologias não havia como se estabelecer a construção da identidade política da AIB". Era ainda notável o esforço em associar o integralismo à genuína expressão da nacionalidade brasileira e, por conseguinte, o liberalismo e, especialmente, o comunismo à invasão estrangeira no Brasil.

Outro elemento da propaganda fascista em *A Offensiva* foi a substituição dos fins pelos meios, isto é, a exaltação da grandiosidade do movimento e da missão que este cumprirá no destino da humanidade; porém sem adentrar na descrição objetiva e positiva pois, como visto, a definição do integralismo na imprensa caminhava mais no sentido da afirmação negativa. Um artigo de Gustavo Barroso, datada de 1935, ilustra essa característica. Nomeado *O integralismo e a América*, tratava-se da transcrição de uma carta que recebera do uruguaio Teodomiro Varela de Andrade, exaltando o integralismo como um "verdadeiro dínamo transcendental". Ao final, Barroso comentou:

> Enquanto a nossa doutrina desperta o entusiasmo e a adesão manifestada publicamente por altos espíritos [...] os comunistas impotentes e mentalmente esterilizados continuam a repetir cediços lugares comuns e a virar a manivela dos realejos doutrinários do século XIX. [...]. Enquanto eles copiam servilmente as brochuras da mofada propaganda judaico-comunista, de parceria com todos os aventureiros guetos, importando ideias que já envelheceram lá fora, os Camisas Verdes criam um ritmo novo da vida, um espírito novo, novas ideias, novas fórmulas, novos pensamentos e vêem tudo isso atravessar mares, terras e fronteiras. Os comunistas importam pensamentos. Os Camisas Verdes já podem dar pensamentos ao mundo. (Barroso, *A Offensiva*, n° 71, 21 de setembro de 1935, Capa).

Essa matéria foi publicada em duas partes, iniciando na capa e finalizando na última página, o que lhe conferia grande destaque pois o leitor abria e fechava o jornal justamente nestas páginas. Essa opção de diagramação se explica em vista do caráter apelativo do texto de Barroso, cujo conteúdo reforçava uma série de estereótipos fundamentais ao imaginário integralista. Como a identificação do comunismo com o passado, uma ideologia arcaica, imitada e importada; em oposição ao integralismo, tido como um impulso moderno e, por isso, inspirador de um movimento mais amplo.

A abundante utilização das fotografias em *A Offensiva* também contribuiu nesse sentido, representando a AIB como um grandioso e ordenado movimento nacional. Fotos dos desfiles, manifestações, congressos e eventos oficiais da AIB normalmente eram dispostas na capa do jornal, acompanhadas de manchetes de grande apelo.[20] Também

havia muitas fotos dos dirigentes nacionais em visitas e palestras; dos militantes organizados em frente às sedes; acampamento dos Plinianos; partidas de futebol; e mesmo casamentos e aniversários integralistas. Como aponta Simões (2009, p. 93), a intenção era transmitir homogeneidade nas imagens: "Para que os 'camisas-verdes' parecessem um só [...] as posturas nas fotos eram padronizadas, e os jornais e documentos esforçavam-se para não apresentar indícios de individualismo".

A valorização da educação física e dos esportes em *A Offensiva* também cumpriu uma função doutrinária, reforçando as noções eugenistas e racistas do movimento. Não à toa os termos "higiene" e "saúde" normalmente estavam vinculados às matérias sobre cultura física. A coluna *Conselhos de Hygiene* foi uma das poucas constantes ao longo de toda a publicação do jornal, o que demonstra a importância da educação do corpo como ferramenta doutrinária. Para Simões (2009, p. 133) "o esporte era entendido como uma higienização do corpo, uma forma de torná-lo mais apto e digno dos valores integralistas. [...] também cumpria um papel de formação moral, preparando o corpo para receber qualidades superiores".

Já para as mulheres, a cultura física orientava-se para a valorização da feminilidade, preocupando-se fundamentalmente com a fertilidade e a maternidade, vista como "a mais encantadora e sublime missão da mulher" (Simões, 2009, p. 155). Eram destinadas às seções femininas as propagandas de produtos infantis, roupas, notícias sobre ações de assistência social e colunas de moda e beleza, reforçando os papéis de gênero atribuídos às mulheres pelo integralismo. Acima de tudo, era essencial que as mulheres fossem saudáveis, belas e versadas na doutrina da AIB, de modo que pudessem educar seus filhos para que se tornassem os futuros soldados da pátria.

O perfil de *A Offensiva*, portanto, o caracteriza como um jornal doutrinário, especialmente propagandístico, cujo conteúdo era altamente apelativo e psicológico. Em todas as suas fases de publicação, o modelo da propaganda fascista foi empregado, embora com algumas alterações dado os objetivos estratégicos da AIB em seus distintos momentos. Este foi utilizado como recurso na construção do imaginário social do movimento, oferecendo aos militantes um senso de identidade comum, "um modo de ser, de se comportar, de vestir, de falar, de calar, de andar, de casar, de morrer, de se embelezar, de amar, de odiar…, ou seja, um modo muito próprio e uno de ser integralista" (Simões, 2009, p. 180).

O caso de Monitor Integralista

O *Monitor Integralista*, enquanto boletim oficial da AIB, desempenhou grandiosa importância no desenvolvimento do movimento e de sua organização. Publicado pela primeira vez em dezembro de 1933, foi o primeiro periódico integralista de circulação nacional e era responsável por divulgar "todos os atos oficiais do movimento no âmbito nacional e toda a toda matéria de interesse geral do Integralismo em qualquer dos âmbitos nacional, provincial, municipal ou distrital" (*Monitor Integralista*, nº 20, junho de 1937, p. 8). Em suas páginas, a rígida estruturação interna do movimento era apresentada e tornada obrigatória aos militantes; a nova ordem social, propagada pelos ideais da "Revolução Integral" e que iria implementar o "Estado Integral" no Brasil estava, a priori, delineada nas páginas do *Monitor Integralista*.

Por sua relevância, o periódico em questão é amplamente utilizado como fonte na historiografia produzida sobre o movimento. Seu conteúdo assinala os percursos da institucionalidade da AIB, mostrando sua história e a expansão de suas fileiras ao redor do Brasil. No entanto, o *Monitor Integralista* foi pouco explorado como objeto central de estudo. Suas especificidades e trajetória raramente são elencadas, perdendo de vista como o principal jornal organizacional da AIB representa um espaço que elucida a evolução do movimento e uma tentativa de complexificar sua institucionalidade. Ao expor a forma como o movimento se organizava, através da publicação dos regulamentos dos órgãos internos e temáticas que deveriam ser recebidas em todos os núcleos e sedes do Brasil, o boletim oficial da AIB é um potente espaço no entendimento do discurso integralista e de seu imaginário propagado.

Em uma primeira tentativa de organizar o regimento interno do jornal em 1934, o artigo 11º estabeleceu que o "'Monitor Integralista' só publicará atos, notas e notícias oficiais e, em nenhuma hipótese, artigos mesmo de doutrina ou estudos" (*Monitor Integralista*, n° 6, primeira quinzena de maio de 1934, p. 8). No entanto, ao analisar as 22 edições do periódico, constata-se que seu *corpus* desempenhou um papel doutrinário no seio do movimento integralista e auxiliou no dimensionamento da própria doutrina, corroborando com a ideia de que a "Revolução Integral" seria o agente responsável pela renovação nacional.

Assim, o *Monitor Integralista*, enquanto projeto coletivo, reunia e disciplinava forças e instrumentos de combate e intervenção no espaço público (Luca, 2017, p. 2). O jornal, que expunha a estrutura organizativa da AIB e resoluções da "Chefia Nacional", também possuía uma regulamentação própria através de conjunto de normas e regras específicas ao seu funcionamento. Tal ordenação é composta por 5 capítulos, e sua autoria é atribuída ao diretor do *Monitor*, Victor Pujol, e ao "Chefe Nacional", Plínio Salgado.

Dentre seu conjunto de artigos, uma espécie de legislação, o "Regulamento do Monitor Integralista" (*Monitor Integralista,* nº 20, junho de 1937, p. 8) previa que o jornal deveria circular entre todas as sedes e núcleos da AIB, sendo obrigatória sua aquisição por parte de todas as autoridades e leitura indispensável a todos os Camisas-verdes.

Uma das intenções do *Monitor* era garantir a uniformidade da estrutura interna do movimento e assegurar que todos os núcleos do Brasil, um país de dimensões continentais, se conduzissem da mesma maneira. Por isso, segundo o artigo 3º do primeiro capítulo, todo ato publicado no jornal em questão tinha força de execução, independentemente de sua transmissão por outros meios, e suas ordens impostas deveriam ser executadas imediatamente por parte das autoridades e cumpridas por todos os integralistas, exceto quando o "Chefe Nacional" ordenar o contrário. Além disso, uma vez que o periódico opera como um órgão oficial da AIB, sua sede de publicação e administração será onde a "Chefia Nacional", uma espécie de gabinete de Salgado, estiver localizada. Cabe ressaltar que a preferência das matérias a serem publicadas seria determinada pelo "Chefe", assim como ele deveria aprovar todas essas matérias, fatos que mais uma vez assinalam o poder total de Salgado frente ao movimento e ao *Monitor Integralista*.

Sem periodicidade definida, era previsto no regulamento que o periódico em questão seria publicado segundo as necessidades do movimento e das ordens da chefia. Tal fato acabava por atrasar a publicação de certas resoluções em seu devido tempo. Abaixo consta a relação das datas de publicação quantidade de páginas de cada uma:

Quadro 2 - Periodicidade do *Monitor Integralista*

Edição	Data	Número de páginas
nº 1	Primeira quinzena de dezembro de 1933	4
nº 2	Segunda quinzena de dezembro de 1933	4
nº 3	Primeira quinzena de janeiro de 1934	4
nº 4	Segunda quinzena de janeiro de 1934	4
nº 5	Segunda quinzena de fevereiro de 1934	6
nº 6	Primeira quinzena de maio de 1934	12
nº 7	Segunda quinzena de agosto de 1934	10
nº 8	Primeira quinzena de dezembro de 1934	12
nº 9	3 de março de 1935	8
nº 10	7 de maio de 1935	12
nº 11	25 de agosto de 1935	12
nº 12	3 de outubro de 1935	10 (faltam páginas na digitalização)
nº 13	Janeiro de 1936	10
nº 14	15 de maio de 1936	10
nº 15	3 de outubro de 1936	20
nº 16	5 de dezembro de 1937[21]	16
nº 17	20 de fevereiro de 1937	16
nº 18	10 de abril de 1937	15
nº 19	12 de maio de 1937	16
nº 20	11 de junho de 1937	16

nº 21	17 de julho de 1937	16
nº 22	7 de outubro de 1937	20

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dessa forma, o formato do jornal era algo previsto neste conjunto de normas. Ele deveria manter-se em formato médio, com suas seções habituais distribuídas em três colunas. A impressão era em papel jornal. Não é explicitado no regulamento as devidas dimensões do periódico, no entanto, segundo Pedro Fagundes (2017, p. 284), seu tamanho era de "tabloide". Em relação à diagramação, percebe-se que o periódico alterou sua estrutura ao longo do tempo, de forma que suas seções e conteúdos sofreram mudanças, assim como o número de páginas.

As primeiras edições divulgavam movimentações ocorridas nas províncias integralistas, as mudanças de pessoal nos cargos burocráticos dos órgãos da AIB, algumas breves notícias sobre assuntos diversos de interesse do movimento, como as "Bandeiras" pelo Brasil, desfiles, concentrações e pareceres internacionais sobre AIB. Com a ocorrência do Congresso de Vitória no início de 1934 e suas novas proposições acordadas, a partir da 6º edição, os detalhes da institucionalidade da AIB começaram a ser delineados, com a descrição dos regulamentos dos departamentos e secretarias. A seção "Resoluções da Chefia Nacional" também foi inaugurada nesta edição, espaço em que Salgado divulgava suas deliberações, como nomeação de cargos, exclusões, titulações, em suma, todas as novas diretrizes relacionadas ao movimento.

Não só a estrutura do periódico se transformou ao longo do tempo, sua subordinação também. O "Gabinete da Chefia" comandou o jornal da edição nº 1 à nº 8, ou seja, de seu início em 1933 a finais de 1934. A partir da resolução nº 65, publicada nesta oitava edição, o comando ficou a cargo da Secretaria Nacional de Organização Política (S.N.O.P), fato que perdurou até edição nº 15. Através da resolução de nº 183, publicada em outubro de 1936, a subordinação do jornal é novamente transferida para a "Chefia Nacional". Uma outra mudança percebida nas páginas do *Monitor Integralista* é a presença de imagens. Até a 15ª edição, não havia nenhuma fotografia em suas páginas, algo modificado a partir desse volume. Em todos os exemplares, com exceção da 21ª edição, continha um retrato de Plínio Salgado em local de destaque.

Ainda de acordo com o "Regulamento do Monitor Integralista", na parte de publicidade só seriam publicados anúncios e ineditoriais (parte do jornal vendida para publicação de informações de terceiros) que não colidissem com os interesses do movimento. É observado desde a primeira edição a presença de propagandas. Em um momento inicial, até especificamente a décima edição, havia um pequeno número de

anúncios. A partir desse número, intensificou-se as publicidades de diferentes marcas e produtos, sendo observado na edição nº 15, por exemplo, uma página completa destinada somente a propagandas.

Uma outra importante resolução contida no regulamento faz menção ao fato de que o *Monitor Integralista* é equiparado, na estruturação do movimento, a um "Departamento Nacional". Assim, corroborando com essa importância institucional do periódico, a partir da edição de nº 9, passou a constar no cabeçalho a marcação "(órgão interno)"; na análise aqui projetada, julga-se que essa novidade é devida às mudanças estruturais do movimento, que se tornou mais organizado após o Congresso de Vitória ocorrido em 1934 e, desde o evento, havia um empenho em apresentar e colocar em práticas as novas diretrizes. Tal fato assinala mais uma vez a significância do *Monitor* para a AIB, que era compreendido como uma unidade da corporação, um órgão, um elemento essencial para a conservação da organização do corpo estrutural do movimento.

Em relação aos custos de produção, todas as despesas para a manutenção eram pagas com a própria receita do jornal. Ninguém deveria obtê-lo gratuitamente, inclusive as autoridades e órgãos da AIB, mas até a edição nº 14 ele era distribuído sem custos para alguns órgãos, e cada edição assinalava as turmas que receberiam os exemplares de graça. Nenhuma resolução foi publicada sobre a mudança dessa regra, apenas constando na área "Expediente" da edição nº 15 que todos deveriam adquirir os exemplares mediante o pagamento. Esse "Expediente" era o espaço destinado às informações sobre o próprio periódico, onde constavam os custos e mensagens. Todas as edições, sem exceção, possuem essa coluna.

O jornal, até a edição nº 10, possuía como base um escritório na sede central de São Paulo – SP, sendo transferido para o Rio de Janeiro-RJ entre a nona e décima edição, ou seja, entre março e maio de 1935. Logo, para garantir que os exemplares chegassem em todas as áreas de atuação da AIB ao redor do Brasil, os militantes deveriam enviar o dinheiro através de cartas para o "Diretor" Victor Pujol e solicitar os volumes, de forma avulsa ou por assinaturas. Os valores mudavam dependendo da forma de aquisição. O mais barato era adquirir as assinaturas por 24 ou 12 números. Obter o exemplar avulso do mês ficava um pouco mais custoso, já o número atrasado tornava-se ainda mais caro. Além disso, não consta nas páginas do *Monitor* onde esses jornais eram impressos,[22] como também não menciona a forma pela qual eles chegavam nas outras cidades que não a da sede. Acredita-se que os volumes eram enviados às regiões mediante a solicitação ao "Diretor", sendo encaminhadas aos núcleos e sedes, e lá os militantes obtinham os

exemplares. Uma outra explicação plausível seria o envio, via correio, das edições até a casa dos militantes.

Como colocado, esse periódico foi pouco explorado como objeto pela historiografia e, dentre os estudos de referência sobre a imprensa integralista, ressalta-se a tese de doutorado de Rodrigo Oliveira (2009). Todavia, ao mencionar o *Monitor*, Oliveira (p. 150) afirma que existem apenas 16 edições do jornal e, em sua sistematização, aponta que apenas uma edição foi publicada em 1937, a de nº 16. Tais colocações são necessárias de serem reconsideradas, pois Oliveira desconsiderou a existência de mais seis edições. O equívoco gerado pode ter sido motivado pelo fato de no cabeçalho da edição nº 16 realmente constar a data "5 de dezembro de 1937". Nenhuma pesquisa até o momento considerou, ou mesmo afirmou, que essa datação publicada estava incorreta.

Provavelmente, ocorreu um erro na edição do jornal e o ano foi colocado de maneira errada, já que o nº 15 é de outubro de 1936, e o nº 17 de fevereiro de 1937. Uma outra pista que deixava esse erro claro é o emprego dos "Anos", detalhe presente no cabeçalho do jornal. O "Ano I" corresponde a 1933. Respectivamente, o "Ano II" a 1934, "Ano III" a 1935, "Ano IV" a 1936 e o "Ano V" a 1937. Excepcionalmente, os exemplares do quinto ano possuem o grifo "(5º da Era Integralista)" após a exibição da data. Contudo, se Oliveira não tiver tido contato com as edições nº 17 em diante, ele foi impossibilitado de perceber esse pormenor.

Isto posto, é percebido no integralismo o dimensionamento de um imaginário social coeso, que ao promover um projeto político alternativo ao poder vigente, criou um conjunto de representações que buscou legitimação na sociedade brasileira dos anos de 1930. Assim, a doutrina integralista é composta pela utopia do "Estado Integral", os argumentos e características que a estruturam. À vista disso, compreende-se que há nas páginas do *Monitor Integralista* a projeção dessa quimera, espaço expositivo em que ocorre a materialização do horizonte de expectativa do movimento. Há também o desenvolvimento de um discurso da "ordem", que através de uma estética de convencimento, arrasta os indivíduos para a ação em comum.

Enquanto local de exposição dos bens simbólicos que redigia o movimento, constata-se que uma das proposições do periódico em questão era de universalizar seus pressupostos e garantir a uniformidade de suas manifestações, fato elucidado por sua obrigatória leitura, como também pela prescrita presença em todas as instalações físicas da AIB. Analisando o conteúdo publicado no *Monitor Integralista*, o grande volume de regras e normas preconizadas nos diversos regulamentos e protocolos descritos emergem a ideia de organização e de ordem. No *Manifesto de Outubro* (1932, p. 2), o entendimento

projetado acerca da nação brasileira é que ela deve ser organizada, seus cidadãos precisam estar unidos, pois a "união íntima e perfeita entre seus filhos" iria garantir que não houvesse fracionamentos; qualquer processo de divisão do povo era condenado. Nesse limbo, a necessidade primeira dessa unidade nacional era a hierarquia e a disciplina, sem as quais só haveria desordem (*Ibid*).

Por isso, a rígida estrutura publicada, apresentada como o recurso e forma de se garantir o sucesso das ambições integralistas, era minuciosamente expostas nas páginas do jornal. Como havia "uma rede de órgãos relacionados burocraticamente, desde o nível nacional até os bairros urbanos" (Trindade, 1979, p. 172), o jornal era o veículo mais barato e rápido de compartilhar essas normas, como garantir que todos os militantes a acessassem. Os regulamentos estruturavam os departamentos, secretarias e a milícia através de um detalhamento de suas funções e deveres. Assim, essas representações e as normas constituíam "um *corpus* de prescrições que [deveriam] ser seguidas quando se quer conhecer ou agir" (Chauí, 1978, p. 122) e, à vista disso, o que era apresentado ao integralista pela organização difundida no *Monitor Integralista* era imprescindível de ser sabido e seguido. Sua força de execução, como demonstrado nas diretrizes do próprio jornal, assegurava a prática e a importância do que era veiculado.

Consequentemente, esse *corpus* de regras e prescrições, ao possuírem uma estética e uma finalidade, acabavam por auxiliar no dimensionamento do imaginário social na qual os Camisas-verdes idealizaram, complexificando sua doutrina. A rigidez e a estrutura corroboravam com a ideia de ordem, unidade e mobilização, aspectos fundamentais a "Revolução Integral", que iria implantar o "Estado Integral" no Brasil. Essa luta constante pela transformação da nação, da pátria ordenada, foi transformada em objeto de desejo coletivo; um desejo de liberdade, que legitimava as amarras da dominação (Dutra, 2012 p. 139), na qual as características degenerativas da era moderna estavam sufocando o Brasil. Segundo Eliana Dutra (2012, p. 140), a "explosão patriótica", que ocorreu tanto à direita, como a esquerda no espectro político brasileiro nos anos de 1930, acabou por manipular a insegurança dos sujeitos individuais, operando como um discurso que reforça os receios e inquietações, ao mesmo tempo que oferece as soluções. O imaginário da pátria una, que combate a atomização da sociedade, empreende uma utopia que se insere no imaginário social dos integralistas, que enxergam na AIB o caminho para esse novo mundo.

Nesse empreendimento em dispor ideias aos militantes e garantir que eles as recebam, assimilem e executem, é observada a presença de uma estética de convencimento ao longo do jornal. Pela sua narrativa, a todo momento, há uma investida

em influenciar e aconselhar o leitor militante a partir dos preceitos da AIB. A manipulação hábil das palavras acaba por reforçar o imaginário social integralista, colocando esse imaginário a serviço de uma razão manipuladora (Baczko, 1985, p. 301). Tais formas de induzir e cativar o Camisa-verde em muito auxiliaram na produção da coesão do movimento, gerando uniformidade e ordenamento, assim como comprometimento com a doutrina e execução das ações práticas.

Inclusive, pelos estatutos da AIB publicados na edição nº 6, todo integralista deve assinar uma declaração em que jura estar de pleno acordo com a doutrina e estrutura da AIB, sendo submetido a todas as deliberações da sua "Chefia", quer diretamente, quer através dos valores hierárquicos (*Monitor Integralista*, nº 6, primeira quinzena de maio de 1934, p. 3). Portanto, não havia espaço para desobediência e incoerência com a doutrina da AIB, sua prática era passível de pena ou mesmo exclusão.

No que se refere à organização integralista, Hélgio Trindade, um dos autores de maior relevância no estudo da AIB e do integralismo, assinala que tal estruturação

> desempenha também o papel de instrumento de socialização político-ideológica dos militantes e de preparação dos futuros cidadãos do Estado Integralista. Além da função de formação ideológica, desempenhada especialmente pelos órgãos responsáveis de difusão doutrinária (Secretaria de Imprensa e Propaganda), a organização da AIB prevê uma série de mecanismos e atividades destinadas à transmissão de valores, símbolos e estilos de comportamentos compatíveis com a concepção de sociedade e Estados integralistas. Esses agentes de socialização ideológica articulam-se entre si para assegurar o aprendizado político-ideológico dos militantes, desde o nascimento do futuro integralista até a idade adulta, através de um complexo de rituais e instrumentos de formação intelectual, moral, cívica e física (1979, p. 188).

Observando mais atentamente a questão da preparação dos futuros cidadãos do "Estado Integral", é curioso perceber que todos os arranjos, como a estrutura burocrática dos órgãos que regiam o movimento, a doutrina que edificava os militantes, a milícia e a codificação dos ritos e símbolos, correspondiam a uma espécie de encenação da futuridade que os integralistas ansiavam e aguardavam. Relembrando Koselleck, era uma espécie de antecipação da linha em que o futuro se abriria. Nesse sentido, o *Monitor Integralista* possuía um papel central na manipulação dessa socialização e preparação; a maneira pela qual os Camisas-verdes recebiam formalmente a organização era pelo jornal oficial da AIB. Aquele espaço representava a condição embrionária do conjunto de normas e leis que iria vigorar no regime integralista do amanhã.

Em relação a essa socialização político-ideológica, na prática, ocorria uma verdadeira comunhão e agrupamento dos militantes. Os núcleos da AIB eram espaços

físicos onde os Camisas-verdes relacionavam-se entre si e formavam-se a partir da doutrina, como também exerciam a prática de ações que eram previstas no seio desse conjunto de ideias. Assim, o *Monitor* correspondia ao veículo de informação que sistematizou essa socialização a nível nacional, já que os principais congressos e encontros de militantes eram ali ordenados e divulgados. A nível local, há também a exposição das normas e condutas que deveriam ser seguidas nos núcleos municipais e provinciais. Destaca-se a publicação dos *Protocolos e Rituais* na edição nº 18.

Ademais, o periódico analisado representa mais uma vez um espaço de reforço da liderança e do imaginário de espetacularização em torno da figura de Plínio Salgado. O glorioso "Chefe Nacional" comunicava-se oficialmente com a coletividade integralista através do *Monitor*. Não só por meio das "Resoluções da Chefia", em muitas edições consta mensagens e cartas, dirigidas a destinatários distintos, ora em momentos para todo o corpo social da AIB, como também aos dirigentes e cargos do movimento. Ressalta-se seu empenho na comunicação acerca da eleição presidencial que seria realizada em 1938.

Uma vez que o golpe do Estado Novo, ocorrido em 10 de novembro de 1937, invalidou a futura votação. Salgado, o escolhido candidato do então partido da AIB, foi impossibilitado de concorrer ao cargo. O que as páginas do jornal demonstram é a preparação integralista para o pleito. Além da publicação do "Manifesto programa" do "Chefe", houve uma votação interna para decidir qual Camisa-verde seria o concorrente nas eleições. Obviamente, como consta na edição nº 21, através do "Plebiscito Nacional Integralista", por 846.354 mil votos, Plínio Salgado era o escolhido da AIB para concorrer à presidência, um fato de suma importância para o movimento e que as páginas do *Monitor* refletem. Salgado era o líder supremo, e o jornal, enquanto mídia de massas, fábrica e emite as imagens do chefe (Baczko, 1985, p. 314). O poder carismático atribuído a esse indivíduo assenta-se no imaginário que o grupo social projetava sobre o chefe carismático (*Ibid*).

Quando se menciona essa quantidade de votos para Salgado, e considerando os outros presentes nessa lista, é colocado que foram apurados 849.492 votos. Em outros momentos no jornal, é mencionado o número de membros do movimento; na edição nº 22, com a presença de gráfico impositivo, consta 1.352.000 inscrições, um número suspeito. Levando em consideração a narrativa exposta no *Monitor*, compreende-se que esse exagero no montante de Camisas-verdes tem o intuito de evidenciar a ideia de alta mobilização que o movimento alcançava. Segundo Leandro Gonçalves e Alexandre Oliveira (2016, p. 161), esse excesso foi utilizado como estratégia de impacto político e

demonstra que, apesar da sua inegável inserção na sociedade brasileira, o integralismo precisava estar constantemente demarcando sua força no cenário político nacional.

O número real de inscritos é algo que foi constantemente questionado pelos estudiosos do integralismo, e Gonçalves e Oliveira (2016) chegaram ao número de cerca de 200.000 militantes. Esse dado foi alcançado nas cartas enviadas por Salgado ao seu genro, Loureiro Junior. No ano de 1946, o "Chefe" afirmou, por meio de uma correspondência, que os membros viveram sob a ilusão das estatísticas da secretaria de propaganda e dos quadros de Pujol (*Ibid*, p. 168), o já mencionado diretor do *Monitor Integralista*. Assim, destaca-se o papel do periódico no dimensionamento dessa imaginação acerca das fileiras volumosas da AIB. Perante a legitimidade que esse veículo de imprensa possuía, e considerando a importância da relação dada entre imaginário e informação (Baczko, 1985, p. 313), um dado como este contribuiu assiduamente para o reforço do imaginário integralista e sua acepção de movimento altamente grandioso.

Além disso, em relação à questão do convencimento e da estética por detrás dela, é preciso considerar alguns mecanismos pelos quais a AIB a empreende. Utilizando o recurso da repetição, operação extremamente comum a práxis integralista, o jornal analisado ilustra o propósito de induzir o destinatário. O reforço de certas ideias em periódicos distintos e nos livros produzidos pelos intelectuais do movimento era algo muito comum, e acabou por fortalecer ideias e práticas essenciais. Nas páginas do *Monitor*, na maioria das edições, o primeiro texto estampado corresponde aos estatutos da AIB. Esses referiam-se à "Denominação - Sede - Fins", e sintetizavam as principais concepções do movimento, como sua finalidade de realizar o programa do integralismo no Brasil, e após a transformação em partido político, a objetivação da reforma do Estado, por meio da formação de uma nova cultura filosófica e jurídica.

Não só esses estatutos foram largamente publicados, nas primeiras edições há, ao longo das páginas, quadros com frases curtas que elencam ideias centrais do movimento. Essas palavras de impacto reforçam algumas propostas, como também indicam ações. A título de exemplo, consta na edição nº 1, assim como na nº 9, o seguinte texto:

> O Integralista deve ter iniciativas. Sempre que tiver uma hora de lazer, ocupe-a com serviço da Ação. Se não tiver, invente. E quando chegar a uma cidade, onde não haja Núcleo Integralista organizado, trate de fundar um. Use sempre seu distintivo. Tenha sempre uma camisa verde e atenda a convocação imediatamente (*Monitor Integralista*, São Paulo, n. 1, primeira quinzena de dezembro de 1933, p. 1).

Percebe-se também a existência de quadros com um tom mais doutrinário, como a presente também na edição nº 1:

> O Integralista deve amar sua Pátria. Que nunca seja ofendida na presença de um Integralista. Os comunistas e separatistas, principalmente, que jamais ousem ferir a Nação Brasileira na presença de um Integralista. Eles devem ter o castigo imediato… (*Monitor Integralista*, São Paulo, n. 1, primeira quinzena de dezembro de 1933, p. 1).

Dessa forma, esses foram alguns exemplos que permeiam as páginas do *Monitor Integralista*. Não se sabe se esses pequenos quadros foram publicados apenas para preencher lacunas na diagramação do periódico. O fato é que eles assumem uma atribuição de convencimento. A estética de seus textos, em um tom imperativo, indica o modo como o integralista deve pensar, agir e sentir. Isso é algo presente não só nessas pequenas sentenças espalhadas ao longo do jornal. Há também, além dos regulamentos, muitos espaços de indicação de questões distintas. Ressalta-se a indicação bibliográfica, quase sempre de produções de intelectuais integralistas, e com os mesmos títulos e autores.

Por fim, um outro ponto importante ao movimento e repetidas vezes publicado no *Monitor Integralista* diz respeito à "Taxa do Sigma". Operada como uma espécie de auxílio financeiro paga pelos militantes, houve um grande empenho em convencer os Camisas-verdes de enviarem dinheiro para a manutenção da AIB. Consta, por exemplo, a seguinte frase na edição nº 22: "A TAXA DO SIGMA deve ser aplicada a todos os 'Camisas-Verdes'. Dispensá-la é negligenciar as ordens do Chefe Nacional" (*Monitor Integralista*, n. 22, outubro de 1937, p. 9). Assim, associavam o pagamento da taxa a uma questão moral e de bom comportamento, sua desobediência é encarada como uma violação das ordens do "Chefe".

Longe de esgotar todas as proposições e ponderações que circulam o *Monitor Integralista*, essa breve pesquisa buscou evidenciar algumas considerações sobre o periódico e sua narrativa, como também compreender sua importância doutrinária e seu papel na construção do imaginário integralista. Mesmo que sua função oficial não fosse doutrinária, o boletim oficial da AIB assumiu essa atribuição. De forma distinta do periódico *A Offensiva*, o *Monitor* explanou e complexificou a doutrina ao sistematizar a organização e a institucionalidade integralista. O jornal se comportou como um dos pilares do movimento, bem como uma forma de materializá-lo, já que a união e a uniformidade nacional eram atingidas pelo conteúdo das páginas analisadas.

Conclusão

Inspirando-se no fascismo europeu, a imprensa foi a principal arma da AIB na construção e solidificação do imaginário social comum ao movimento, integrando os militantes à cultura política integralista. A grande variedade de periódicos coordenados pela SNI-AIB tinha por objetivo alcançar o maior número de militantes, penetrando profundamente em sua subjetividade através da propaganda personalizada e altamente psicológica, haja vista que especialmente os periódicos de circulação nacional forneciam um sentimento de identidade compartilhada entre os grupos integralistas dispersos pelo Brasil. A despeito das características específicas de cada periódico, a grande maioria dos jornais integralistas cumpriu uma importante função doutrinária.

As características formais e o conteúdo de *A Offensiva* claramente o caracterizam como um jornal doutrinário e propagandístico, cujo objetivo último era integrar o militante à massa integralista a partir das várias áreas de socialização da vida cotidiana, trazendo um aspecto de naturalidade à formação ideológica. Já o *Monitor Integralista*, muitos autores consideram como um periódico puramente informativo, servindo quase exclusivamente como diário oficial. Contudo, analisando a coleção completa, percebe-se que o jornal cumpriu também uma importante função doutrinária: não apenas os artigos dessa natureza estavam presentes nas páginas do *Monitor*, ainda que de forma fragmentada; mas a própria delimitação organizativa exposta no jornal foi um veículo para integração dos militantes à massa integralista. Como argumenta Adorno, a tendência à superorganização dos grupos fascistas corresponde à necessidade própria de integração dos militantes sob um imaginário comum, fazendo-os entenderem-se como parte de um único grupo, contraposto àqueles que estão de fora.[23] Ou seja, o conteúdo do *Monitor* reflete a íntima relação entre a doutrina e a organização no integralismo: a última era a forma da primeira.

A valorização da liderança de Salgado foi a principal característica compartilhada entre os periódicos e merece ser destacada, considerando que demonstra a validade do argumento de Adorno (2015, p. 166) acerca de ser a figura do líder essencial na conformação do grupo fascista. Isso porque o imaginário ao redor do líder soberano é capaz de reanimar a ideia do pai autoritário, promulgando "uma atitude tanto mais requerida do seguidor fascista quanto mais se comportamento político se torna irreconciliável com seus próprios interesses racionais como pessoa privada".

A associação entre o integralismo e o fascismo europeu também foi um ponto relevante e delicado para o movimento, considerando que sua denúncia da importação das ideias estrangeiras como uma ameaça à nacionalidade tornava contraditória a referência direta ao fascismo. Para Vasconcellos (1979), é justamente essa relação

ambígua que demarca a característica específica do integralismo enquanto discurso fascista – o que pode ser facilmente verificado na imprensa periódica. Em *A Offensiva*, sobretudo no editorial de Salgado, foram publicados artigos afirmando a brasilidade do integralismo; ao mesmo tempo, também procurou-se legitimar nacionalmente a AIB a partir da associação ao fascismo, considerando ambos como oriundos do mesmo movimento espiritual em reação ao materialismo. Para além disso, o emprego do modelo da propagada fascista – mesmo nos textos em que Salgado assegurava o caráter nacional do movimento – ao longo de toda a publicação do jornal tornava clara a associação com o fascismo europeu.

Por sua vez, no *Monitor Integralista,* os textos dessa característica foram quase inexistentes em virtude do próprio perfil do jornal, orientado para a divulgação de informações oficiais e estruturais do movimento. Nesse sentido, a referência ao fascismo era indireta, suas associações estavam intrínsecas às formas organizacionais inspiradas no homólogo europeu. Muito embora o tema fosse pouco mencionado, por exemplo, enquanto na segunda edição afirmavam que a AIB é um novo movimento de tipo fascista no Brasil, no último volume (nº 22), ao se proporem a narrar a história dos integralistas, é percebido uma tentativa de desvinculação ao modelo fascista, atestando a originalidade do caso. Dessa forma, tal ambiguidade evidencia que há um empenho em desfrutar da irradiação fascista no período de formação e, uma vez articulado e legitimado no cenário nacional, o movimento procurou se afastar de sua matriz.

Portanto, após perceber a forma como os dois mais importantes periódicos integralistas de circulação nacional contribuíram para a inserção dos militantes no universo ideológico do integralismo, é compreendido que ambos se complementavam em suas proposições, de modo que a necessária organização fosse exposta, assim como a interpretação dos fatos a luz da doutrina integralista. A comparação entre *A Offensiva* e o *Monitor Integralista* mostra-se profícua ao atestar que ambos se comportaram como jornais doutrinários, apesar de apresentarem meios e narrativas distintas entre si.

Referências

A OFFENSIVA, Rio de Janeiro, n° 71, 21 de setembro de 1935.

A OFFENSIVA, Rio de Janeiro, n° 79, 16 de novembro de 1935.

A OFFENSIVA, Rio de Janeiro, n° 81, 30 de novembro de 1935.

A OFFENSIVA, Rio de Janeiro, nº 364, 15 de dezembro de 1936.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (AIB). *Manifesto de Outubro de 1932*. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932.

ADORNO, Theodor. *Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BACZKO. B. Imaginação social. *In*: *Enciclopédia Einaudi*. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: Edusc, 1999.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. Revista Política Hoje, v. 27, 13 de maio de 2018, p. 138-161. DOI.: https://doi.org/10.51359/1808-8708.2018.231710.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário*: imaginário político no Brasil dos anos 1930. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

FAGUNDES, Pedro. Páginas Verdes: Publicações da Ação Integralista Brasileira no estado do Rio de Janeiro. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. *Entre tipos e recortes*: histórias da imprensa integralista, vol. 1. 2° edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 279-298.

FERREIRA, Ana Júlia Corrêa. O discurso antissemita na Ação Integralista Brasileira. *Revista Manduarisawa*, Manaus, v. 7, n. 1, p. 113 - 139, 2023.

GALIMI, Valeria; GORI, Annarita. *Intellectuals in the Latin Space during the Era of Fascism*: Crossing Borders. London, New York: Routledge, Taylor and Francis Group, 2020.

GONÇALVES, Leandro Pereira; OLIVEIRA, Alexandre. "Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil": vivendo na ilusão com os verdadeiros números do integralismo. O PRP como resposta à nova realidade do Brasil. *História e Cultura*, Franca, v. 5, n. 3, p. 155-174, dez. 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. *Entre tipos e recortes*: histórias da imprensa integralista, vol. 1. 2° edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. *Entre tipos e recortes*: histórias da imprensa integralista, vol. 2. 2° edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. *Entre tipos e recortes*: histórias da imprensa integralista, vol. 3. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944).* São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MONITOR INTEGRALISTA, São Paulo, n° 1, primeira quinzena de dezembro de 1933.

MONITOR INTEGRALISTA, São Paulo, n° 6, primeira quinzena de maio de 1934.

MONITOR INTEGRALISTA, Rio de Janeiro, nº 10, 7 de maio de 1935.

MONITOR INTEGRALISTA, Rio de Janeiro, n° 17, 20 de fevereiro de 1937.

MONITOR INTEGRALISTA, Rio de Janeiro, nº 20, 11 de junho de 1937.

MONITOR INTEGRALISTA, Rio de Janeiro, nº 22, 7 de outubro de 1937.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937).* Orientador: Sandra Maria Lubisco Brancato. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PACHECO, Gabriela Santi. *Panorama e o projeto integralista*: uma análise da revista intelectual. Orientador: Leandro Pereira Gonçalves. 2021. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

PASCHOALETO, Murilo Antonio. *O integralismo e o mundo:* uma análise das percepções internacionais do integralismo a partir do jornal *A Offensiva* (1934-1938). 2012. Orientação: João Fábio Bertonha. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

PINTO, António Costa. *A América Latina na Era do Fascismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, p. 92.

PINTO, A. C.; FINCHELSTEIN, F. (Org.). *Authoritarianism and corporatism in Europe and Latin America*: crossing borders. London; New York: Routledge, 2019.

RIBEIRO, R. F. Por uma Revolução Conservadora: o Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos e o fascismo no contexto da Revolução de 1930. *Sociologia & Antropologia*, v. 13, n. 2, 2 jun. 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/2238-38752023v13210.

REHEM, David Costa. *"As forças secretas da Revolução":* anti-semitismo verde-oliva na Bahia (1933-1937). Orientador: Iraneidson Costa. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. *Despertemos a nação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SIMÕES, Renata Duarte. *A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932-1938).* 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SIMÕES, Renata Duarte. Imprensa oficial integralista: usos e ciclo de vida do jornal *A Offensiva*. *In:* SIMÕES, Renata Duarte; GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre tipos e recortes*: histórias da imprensa integralista, vol. 1. 2° edição. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Paulo: Difel, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia Curupira*. Análise do discurso integralista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

[1] A AIB foi fundada como associação civil, denunciando a inviabilidade histórica dos partidos políticos no Brasil. Em 1935, após o Congresso de Petrópolis, transformou-se em partido político, segundo as normas do Código Eleitoral de 1932, e centro de estudos e de educação moral, física e cívica (*Monitor Integralista*, nº 10, maio de 1935, p. 7). Em dezembro de 1937, a AIB transformou-se novamente em associação civil, nomeada Associação Brasileira de Cultura (ABC).

[2] O jornal *A Razão* foi fundado por Alfredo Egydio de Souza Aranha, antigo colaborador de Salgado. Foi utilizado como meio de divulgação dos escritos políticos do último, lançando as bases do conteúdo posteriormente publicado no *Manifesto de Outubro* (1932). Durante a gênese do integralismo, a imprensa foi utilizada sobretudo como meio de promoção dos escritos de Salgado para as elites intelectuais, as quais procurava direcionar para criação de um "novo movimento de ideias", segundo o próprio. A imprensa era sobretudo um espaço de sociabilidade intelectual. Por outro lado, após a fundação da AIB, os periódicos integralistas serviram primordialmente como veículo de propaganda. A exceção foi a revista *Panorama*, considerada de alta cultura e destinada aos intelectuais. Esta distinção entre os intelectuais e os militantes correspondia à visão elitista da cultura do integralismo. Em *A Quarta Humanidade* (1934, p. 87), Salgado propôs que, frente à falta de cultura, própria do povo brasileiro, cabia ao integralismo ser uma vanguarda cultural; já em *Despertemos a nação* (1935, p. 173), afirmou que essa deficiência era gerada pela falta de leitura. Assim, por cultura, ele compreendia a noção de "posse de determinados conhecimentos, tais como os ligados à arte, à literatura, à filosofia e à ciência" (Cavalari, 1999, p. 87); sendo dever dos intelectuais integralistas disseminarem a cultura tida como necessária ao povo brasileiro. Para uma análise detalhada da revista Panorama, consultar Pacheco, 2021.

[3] Logo após a vitória da Revolução de 1930, houve uma intensa disputa entre as forças que compunham a Aliança Liberal, de modo que os primeiros anos do Governo Provisório foram marcados pela indefinição ideológica. As oligarquias dissidentes e os liberais pressionavam para a constitucionalização do regime, enquanto os tenentes defendiam a manutenção do poder discricionário como forma de expurgar as antigas elites. Buscando consolidar sua influência no governo, tenentes de diversas regiões do país tentaram organizar um movimento de base nacional através das legiões revolucionárias, grupos que tinham por objetivo assegurar a continuidade do "espírito revolucionário" de 1930. Plínio Salgado, logo após retornar da Europa, foi responsável pela redação do "Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo", publicado em março de 1931. A partir de então, Salgado tornou-se conhecido entre o grupo aliado aos tenentes no Rio de Janeiro, como San Tiago Dantas, Antonio Gallotti, Thiers Martins Moreira e Hélio Vianna – todos estudantes da Faculdade Nacional de Direito e membros do Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos, cujo periódico oficial era a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*. Em abril de 1931, inspirado no documento paulista, San Tiago Dantas redigiu o "Manifesto da Legião Revolucionária Fluminense" e, algumas semanas depois, iniciou a organização da Legião Revolucionária do Distrito Federal. Ainda em abril deste ano, Dantas mudou-se para São Paulo a fim de iniciar os preparativos para publicação do jornal *A Razão*, ao lado de Salgado, cuja primeira edição foi lançada de junho de 1931. Para uma exposição mais detalhada sobre estas redes de sociabilidade, consultar Ribeiro, 2023.

[4] Além dos periódicos sob orientação da SNI-AIB, havia os jornais independentes, frequentemente editados pelos próprios militantes, cujo discurso era alinhado ao integralismo. Oliveira (2009, p. 178) identifica três jornais deste perfil: *O Povo*, *Jornal da Polícia* (RJ) e *Der Kampf* - de Nova Hamburgo (RS); Rehem (2011) aponta ainda *O Imparcial* e *Diário de Notícias* (BA).

[5] Por imaginário social, entende-se "a produção de representações da 'ordem social', dos atores sociais e suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito etc.), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, as imagens do 'chefe', etc." (Baczko,

1985, p. 309). Nesse sentido, cada temporalidade possui suas formas de imaginar, reproduzir e renovar seu imaginário social apoiando-se num vasto repertório simbólico disponível, que atua como um pano de fundo para a articulação e dimensionamento de seus próprios objetivos. Por isso, através dos imaginários sociais "uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de certos papéis e posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súdito', o 'guerreiro corajoso', etc" (*Ibid*).

[6] Operando a categoria proposta por Reinhart Koselleck (2006) e sua proposição de que a modernidade suscita a espera por algo melhor no futuro, o horizonte de expectativas permite iluminar os anseios de futuro dos integralistas, que seriam alcançados por meio do "Estado Integral". O horizonte de expectativas refere-se "aquela linha por trás da qual se abre o futuro" (*Ibid*, p. 311), e é "a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico" (*Ibid*, p.313). Para os integralistas, o futuro poderia ser presentificado com a instauração do "Estado integral" e justamente por isso a organização da AIB seguia uma estrutura pré-estatal, como sugere Hélgio Trindade. Projetava-se que a nova era seria melhor do que a passada, os males que assolavam a sociedade brasileira seriam reparados por meio da doutrina e estrutura do integralismo.

[7] Freud (*Psicologia de massas e análise do eu*, 1921), argumenta que as massas se organizam com base em um vínculo libidinal entre o líder e seus seguidores cujo mecanismo inconsciente remonta à relação entre o pai e a horda primordial - uma relação autoritária. Para Adorno (2015), entre as massas fascistas, este vínculo é estabelecido por meio de um modelo de propaganda personalizada e psicológica, operando no sentido de fornecer ao leitor pequenas gratificações a nível pulsional. Ou seja, "ela é psicológica por causa de seus objetivos irracionais e autoritários, que não podem ser alcançados por meio de convicções racionais, mas somente através do despertar habilidoso de 'uma parte arcaica do sujeito'" (*Ibid*, p. 165). Adorno considera que os objetivos do fascismo eram irracionais, porém, no interior da economia pulsional, era racional a escolha dos indivíduos em integrar a massa fascista. Ou seja, mesmo que inconscientemente, as pessoas optam por pertencer à massa. Os indivíduos escolhem ativamente, mesmo que inconscientemente, pertencer à massa fascista, e esta escolha é fundamentalmente influenciada pela agitação do líder fascista pois "somente a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a ideia do pai primitivo, potente e ameaçador" (*Ibid*, p. 165). Para mais, consultar Adorno, 2015.

[8] Por razões didáticas, optou-se, primeiramente, pela apresentação do caso de *A Offensiva*, apesar do *Monitor Integralista* ter sido lançado cerca de um ano antes.

[9] Segundo Ribeiro (2023, p. 17), a partir de 1935, San Tiago Dantas assumiu a direção do jornal A Offensiva. Essa informação não consta na tese de Simões (2009) centrada na análise completa do jornal. Seguindo essa referência, a equipe editorial do periódico era composta por: Plínio Salgado (direção e orientação), Madeira de Freitas (direção), Thiers Martins Moreira (secretaria), Hélio Vianna (secretaria), Joaquim Santos Maia (gerência) e Francisco Cassiano Gomes (gerência) - durante a primeira fase de publicação; na segunda fase de publicação, Ordival Gomes e Victoriano de Oliveira assumiram a gerência e a secretaria do jornal, respectivamente. Embora San Tiago Dantas não tenha integrado a direção editorial, contribuiu com vários textos para o jornal.

[10] Um exemplo bastante ilustrativo foi a matéria publicada por Barroso, em 21 de setembro de 1935: "A história nos prova que o judaísmo se caracteriza pelo predomínio e o exclusivismo duma raça... [...] Ora nos nos Brasil não temos, não podemos e não devemos ter preconceitos de raça [...] Combatemos muito justamente o racismo judaico que cria dentro do Brasil, para judeus nascidos no Brasil colunas israelitas de israelitas aqui nascidos. [...] Já se ve que Hitler não inventou a questão judaica e que nada mais fez do que defender sua pátria do parasitismo perturbador desse povo" (Do Norte, Amos latente e patentes, *A Offensiva*, n° 71, 21 de setembro de 1935, p. 3).

[11] Uma das principais distinções entre a estratégia política do integralismo e do governo Vargas foi justamente a aposta na mobilização das massas. Enquanto o primeiro primava pela ação organizada dos militantes como demonstração da força do movimento, o segundo se manteve mais reservado quanto a isso. Para mais, consultar Cassimiro, 2018.

[12] As notícias sobre a milícia integralista não tinham uma coluna ou frequência fixa em *A Offensiva*, sendo geralmente publicadas antes dos desfiles com as instruções para os militantes, tais como os juramentos.

[13] Para uma exposição mais detalhada do discurso antissemita na AIB, consultar Ferreira, 2023.

[14] Nesta edição, Barroso publicou em sua coluna *Judaísmo Internacional*: "Entretanto, o judaísmo criador do comunismo, inspirador de certos liberais e dos internacionais, fomentador da Aliança Nacional Libertadora, destruidor de pátrias, esse está palitando os dentes fora do barulho e gozando com a luta entre os cristãos". Barroso ainda mencionou um suposto relatório da polícia carioca que comprovaria a ligação entre o PCB e uma organização revolucionária israelita nomeada Brazcor. E afirmou: "Creio que, depois dessa descoberta, os brasileiros compreenderão que nós, integralistas, temos razão e darão combate por todos os meios ao seu alcance a esses revolucionários israelitas que, não tendo pátria, querem fazer revolução na pátria dos outros. Triste nota [...] dão os membros do Partido Comunista Brasileiro aliando-

se ou, melhor, obedecendo a esses judeus, rebutalhos [sic] dos guetos, verdadeira lama humana" (Do Norte, Judaísmo-Maçonaria-Communismo, *A Offensiva*, n° 81, 30 de novembro de 1935, p. 3).

[15] Quando da mudança para diário, Salgado afirmou: "Desse modo, os que se habituaram a ler *A Offensiva* até hoje, notarão uma mudança completa. Não terão mais o jornal exclusivamente doutrinário e, de certo modo, fechado em seu mundo. [...] Aqueles que se habituaram à rigidez doutrinária, à precisão absoluta do 'controle' que se evidenciava, frase a frase, num sentido uniforme, que ia desde o artigo de fundo às colaborações e destas ao noticiário, notarão agora uma plasticidade maior, não até o ponto de prejudicar a intransigência de um pensamento, mas até a linha necessária a não isolar o jornal dos factos objetivos da vida do país". (Salgado, *A Offensiva*, n° 91, janeiro de 1935, p. 2 *apud* Paschoaleto, 2012, p. 58).

[16] A partir da segunda fase, *A Offensiva* passou a contar com alguns correspondentes internacionais, além de receber muitas matérias de agências estrangeiras, especialmente italianas e alemãs, que eram normalmente traduzidas por José Miccolis (Paschoaleto, 2012, p. 63). Segundo Paschoaleto (*Ibid*), grande parte das fotografias internacionais publicadas no jornal foram enviadas pela empresa alemã Condor-Lufthansa, responsável por várias ações de propaganda nazista com ênfase na América Latina.

[17] "De acordo com o Código de Ética (1936), a imprensa não devia dar visibilidade a uma pluralidade de pensamentos, mas ser partidária, porque o momento era de angústias e incertezas e o povo precisava de orientação, de uma imprensa que o representasse. Para orientar o povo, Salgado prescrevia aos jornalistas do Sigma: 'Faze do jornal um órgão de educação e criação, e jamais um órgão passivo, escravizado às massas'. Aos jornalistas, intelectuais da AIB, cabia [...] 'fazer do jornalismo uma força de transformação social, um veículo de pensamentos construtores, um campo de debate doutrinário" (Simões, 2017, p. 67).

[18] "Um dos princípios básicos da liderança fascista é manter a energia libidinal primária em um nível inconsciente, de modo a desviar suas manifestações de uma forma adequada a fins políticos. Quanto menos uma ideia objetiva, tal como a salvação religiosa, desempenha um papel na formação das massas, e quanto mais a manipulação de massas se torna o único fim, tanto mais o amor completamente não inibido precisa ser recalcado e transformado em obediência" (Adorno, 2015, p. 163).

[19] O editorial de Plínio Salgado nesta edição trata sobre o início da revolução integralista como uma resposta à "Esta longa escravidão ao capitalismo internacional; [...]; essa situação deprimente em face do estrangeiro; este cosmopolitanismo que nos amesquinha; estas lutas internas que nos ensanguentam; essa aviltante propaganda comunista, que desrespeita todos os dias a bandeira sagrada da Pátria [...] Para nós, porém, esta revolução integralista tem as energias sagradas do próprio espírito da Pátria em rebeldia, em agressividade contra uma civilização que criou a luta de classes, que desorganizou as bases morais das nacionalidades e que nos amarrou, [...], como escravos miseráveis, aos pés da mesa onde o capitalismo internacional se banqueteia surdo ao gemido dos povos" (Revolução Integralista, *A Offensiva*, n° 1, 17 de maio de 1934, Capa *apud* Oliveira, 2009, p. 304).

[20] Um exemplo é a manchete a seguir: "O Congresso da Bahia e o imponente desfile de Camisas-Verdes pelas ruas de São Salvador desmoralizam completamente a indústria das ameaças e dos boatos com que os comunistas tentam perturbar a marcha triunfante da maior revolução americana" (*A Offensiva*, n° 79, 16 de novembro de 1935, Capa).

[21] A data de publicação da edição nº 16 foi listada como consta no cabeçalho do periódico. Compreende-se que ela foi colocada de maneira errônea. Mais à frente será discutida essa questão.

[22] Na ocasião em que o *Monitor Integralista* mudou para o Rio de Janeiro, *A Offensiva*, que também tinha sede nesta cidade, era impressa na gráfica do *Diário de Notícias* (Simões, 2009, p. 36). Apenas no ano de 1936 que o periódico passou a ser impresso em uma gráfica própria. É provável que o mesmo tenha acontecido com o *Monitor* ao ser transferido para o Rio.

[23] "Talvez uma das razões para esse impressionante fenômeno é o fato de que as massas que o agitador fascista tem que encarar [...] não são, primariamente, organizadas, mas as multidões ocasionais da grande cidade. O caráter fracamente unificado de tais multidões heterogêneas torna imperativo que disciplina e coerência seja enfatizadas à custa da demanda centrífuga e não canalizada de amar. Parre da tarefa do agitador fascista consiste em fazer a multidão acreditar que ela é organizada como o exército e a igreja. Por isso a tendência para a superorganização" (Adorno, 2015, p. 163).

Artigo recebido em 29/02/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

O CINEMA E O INTEGRALISMO: A Contribuição De Ironides Rodrigues Para *A Marcha*

CINEMA AND INTEGRALISM: Ironides Rodrigues' Contributions To *A Marcha*

Gabriel Soares Predebon[1]

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar a trajetória de um destacado militante do movimento negro, Ironides Rodrigues, e suas ligações com o periódico oficial do Partido de Representação Popular (PRP). O PRP foi o herdeiro político da Ação Integralista Brasileira, movimento fascista da década de 1930. Busca-se contextualizar, por meio da análise da trajetória do autor, algumas das razões que o tenham levado a contribuir com o periódico integralista.
Palavras-chave: integralismo, cinema, movimento negro, Teatro Experimental do Negro, crítica de cinema.

Abstract: This article aims to investigate the trajectory of a prominent activist in the black movement, Ironides Rodrigues, and his links with the official periodical of the Popular Representation Party (PRP). The PRP was the political heir of the Brazilian Integralist Action, a fascist movement from the 1930s. The aim is to contextualize, through the analysis of the author's trajectory, some of the reasons that led him to contribute to the integralist periodical.
Key words: integralism, cinema, black movement, Teatro Experimental do Negro e film criticism.

O integralismo se caracterizou inicialmente como o primeiro movimento de massas brasileiro, inspirado no fascismo e liderado pelo jornalista Plínio Salgado, na década de 1930. Com a extinção do movimento, o exílio do "chefe" e a derrota do fascismo, o movimento integralista tem de se adaptar à nova realidade para buscar uma sobrevida política. A adaptação "democrática" do integralismo deu origem ao Partido de Representação Popular, cujo diferencial mais relevante em relação à Ação Integralista Brasileira da década de 1930 era a ênfase ainda maior no aspecto religioso do movimento. Fundado em 1945, o PRP atuou por duas décadas na política brasileira, sendo extinto durante a ditadura militar.

Na década de 1950, o periódico oficial do PRP contava com um colaborador distinto daqueles que costumavam contribuir para o jornal: Ironides Rodrigues, cuja atuação mais destacada havia sido na militância negra. Rodrigues havia sido um dos primeiros membros do Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias Nascimento na década de 1940. Ali, ministrou um curso de alfabetização que foi um grande sucesso. Traduziu obras do movimento francófono *Négritude* e esteve envolvido em intensas polêmicas

[1] Gabriel Soares Predebon, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gabriel.predebon@gmail.com; ORCID-0000-0002-7863-1406.

acerca da questão racial no Brasil. Por que colaborar com um periódico integralista? E qual o interesse dos integralistas em contar com uma figura que aparentemente tanto destoava do tradicional militante para contribuir em seu periódico oficial, com circulação nacional?

Este artigo busca alguns caminhos para responder a essas perguntas. Primeiramente, busca-se analisar a trajetória de Rodrigues para encontrar pontos que possam ser consoantes com o integralismo. A seguir, uma breve análise do movimento integralista, da questão racial no integralismo e da importância do jornal para a difusão do movimento. Por fim, a análise do trabalho do crítico, que em suas análises cinematográficas trouxe à tona temas pouco usuais no periódico, como a valorização dos artistas negros e a denúncia do racismo.

A trajetória de Ironides Rodrigues

Para traçar o perfil biográfico que pretendemos aqui, nossas principais fontes serão os escritos deixados por Rodrigues sob o nome de *Diário de um negro atuante*. Estes escritos foram publicados pela revista *Thoth*, editada pelo gabinete do então senador Abdias Nascimento. Neles, Rodrigues discorre sobre a sua trajetória e pelas causas em que militou. Como o título sugere, não causa espanto que nestes excertos o tema principal a ser tratado seja a causa negra. O seu *Diário* não constitui propriamente uma autobiografia no sentido clássico, pois não segue uma ordem cronológica clara, mesclando, ao lado de informações sobre sua vida pessoal, longas opiniões sobre escritores e diretores de cinema, além de observações sobre o cotidiano dos lugares onde viveu: sua Uberlândia natal e o Rio de Janeiro. À parte dos dados autobiográficos, podemos dizer que se trata de um trabalho de cunho memorialista. O próprio Rodrigues confirma esta hipótese, salientando:

> Claro que este diário ou caderno sai assim desordenado, desconexo, como a oscilação emocional de nossas vidas. Os episódios não seguem uma cronologia precisa e sim acompanham a instabilidade de inspiração do autor. As imagens se sucedem e se confundem, como nas figuras coloridas e emaranhadamente dispostas de um caleidoscópio. (Rodrigues, 1997b, p. 224)

Ao trabalhar com biografias, é importante que tenhamos em mente que, ao contrário do senso comum, não há uma sequência cronológica e lógica dos acontecimentos na vida de uma pessoa. Para Pierre Bourdieu (1996), aceitar como verdadeira a premissa de uma vida enquanto um "deslocamento linear" seria aceitar implicitamente a filosofia da

história enquanto sucessão dos acontecimentos históricos, uma história *événementielle*. Em se tratando da vida de uma pessoa, os eventos não seguem uma linearidade ou possuem relações de causalidade explícitas. São as pessoas, que ao tratar de suas vidas, concatenam os acontecimentos dando-lhes causas e sentidos (Bourdieu, 1996). Para o pensador francês, aceitar a vida como uma história "(...) talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar." (Bourdieu, 1996, p. 185); e é isso o que o autor chama de "ilusão biográfica". O teórico faz a advertência de que se deve prestar atenção à questão dos "mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e totalidade" (Bourdieu, 1996, p. 185), tratando os eventos biográficos como "colocações e deslocamentos" no espaço social.

Ironides Rodrigues nasceu em Minas Gerais em Uberabinha (atual Uberlândia) em sete de setembro de 1923, filho de Maria Rita e Augusto Rodrigues. Sua mãe trabalhava como empregada doméstica e seu pai era motorista, profissão incomum na época. Teve dois irmãos: José, falecido ainda criança, e Almiro. No Diário, Rodrigues relata que ainda em sua infância o pai abandonou a família, o que levou sua mãe ao alcoolismo (Rodrigues, 1997b). Embora estes fatos pareçam bastante traumáticos, Rodrigues recorda sua infância e juventude com carinho e nostalgia, descrevendo de maneira poética a cidade e seus moradores:

> Ali os moçambiques se aprontavam, ensaiavam seus passos de dança em frente à casinha de D. Teresa. Depois do destrançar das fitas e de modularem as músicas africanas de estilo, saíam pelas ruas da cidade, não sem passarem primeiro pelas casas das juízas ou festeiras de Nossa Senhora do Rosário. Mesmo depois de terminada a festa, a congada ainda dançava e cantava pelas ruas, após três dias seguidos. (Rodrigues, 1997b, p. 199)

A consciência racial foi expressa ainda na juventude, como aponta o próprio Ironides: "em Uberlândia, eu e o Chico Pinto, irmão de Grande Otelo, tínhamos um jornalzinho, A Raça, em que debatíamos que a única esperança para tirar o negro da miséria econômica e cultural em que ele está mergulhado é a educação" (Rodrigues apud Santos, 2011)

Rodrigues partiu para o Rio de Janeiro na década de 1940, para cursar o ensino secundário no Colégio Pedro II e no Colégio Universitário. Rodrigues inicialmente viveu modestamente em uma pensão onde também era encarregado dos serviços domésticos, com o objetivo de prestar vestibular para o curso de direito.

O ano de 1944 é significativo, pois neste ano é fundado por Abdias Nascimento o Teatro Experimental do Negro (TEN), em que Rodrigues atuaria como educador desde seus primeiros estágios. A ideia de fundar o Teatro surgiu quando Nascimento assistiu à peça *O imperador Jones*, de Eugene O'Neill, em 1941. No espetáculo, o protagonista Brutus Jones (um homem negro) foi interpretado por um ator branco pintado de negro:

> Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça? Entretanto, lembrava que, em meu país, onde mais de vinte milhões de negros somavam a quase metade de sua população de sessenta milhões de habitantes, na época, jamais assistira a um espetáculo cujo papel principal tivesse sido representado por um artista da minha cor. Não seria, então, o Brasil, uma verdadeira democracia racial? (Nascimento, 1997, p. 230)

Nascimento deplorava que, no Brasil, restariam aos negros apenas papéis secundários e caricaturais na produção literária e teatral, sendo o TEN um "organismo teatral aberto ao protagonismo do negro, onde ele ascendesse da condição adjetiva e folclórica para a de sujeito e herói das histórias que representasse" (Nascimento, 1997, p. 230). O TEN trabalharia pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte; não interessando "aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros" (Nascimento, 1997, p. 231). Ainda segundo o idealizador do TEN, este se constituiria em "um empreendimento de caráter pedagógico que tem por objetivo contribuir para que se desfaçam as tensões ainda discerníveis nas relações de raça no Brasil" (Nascimento apud Romão, 2005).

Para Guerreiro Ramos, sociólogo e importante liderança do TEN, em sua obra "Introdução crítica à sociologia brasileira", este teria, além da utilização do teatro como forma de educação para a população negra, quebrar a ideia do estudo do negro como algo exótico, sendo seus objetivos principais:

> 1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil;
> 2) reeducar os "brancos" brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento;
> 3) "descomplexificar" os negros e os mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagens das franquias democráticas em funcionamento no país. (Ramos apud Oliveira, 2008, p.135)

Nas palavras de Rodrigues, o TEN "tinha por base o teatro como um veículo poderoso de educação popular" (Rodrigues, 1997b, p. 208). O contato com a instituição

se deu através do advogado e ator Aguinaldo Camargo, também um militante da causa negra:

> Só em contato com um negro de gênio como Aguinaldo Camargo é que tive a ventura de penetrar num reduto em que um pugilo de crioulos rebeldes e indomáveis mostrava o que era brigar de fato por uma ideia aliada a um forte contingente cultural e espiritual que era o Teatro Experimental do Negro. (Rodrigues, 1997b p. 207)

Sua atuação mais notável, no TEN, foi ter ministrado um curso de alfabetização para adultos, com vistas à preparação de atores. Consta, entretanto, que o sucesso dessas aulas fazia com que não apenas negros ou aspirantes ao teatro compareciam a elas, mas pessoas humildes das mais variadas origens:

> Para atrair a população interessada, as inscrições para as aulas de alfabetização e iniciação cultural eram publicadas em jornais cariocas e muitos operários, empregadas domésticas e até funcionários públicos procuraram a entidade para se inscrever (Santos, 2011, p. 53)

Todavia, Santos (2011) afirma que a intenção do curso era voltada para a comunidade negra, tendo em vista sua emancipação e o combate ao racismo. Romão (2005) afirma que embora não afrocentrista, a perspectiva educativa apresentava-se de forma afrocentrada; não havendo uma afirmação da África como o centro do modelo social, mas da identidade do negro como uma instância possível, embora ainda não como referência constitutiva de um modelo social.

Neste curso, além da alfabetização para a preparação de atores, eram ministradas noções de "português, história, aritmética, educação moral e cívica (...) noções de história e evolução do teatro universal, tudo entremeado com lições sobre folclore afro-brasileiro" (Rodrigues, 1997b, p. 208). Abdias Nascimento (1997) nos fala em cerca de 600 inscritos.

A primeira peça encenada pelo TEN foi justamente *O imperador Jones*. Nascimento (1997) relata que escreveu ao dramaturgo pedindo a permissão para encenar a peça. O'Neill respondeu não apenas permitindo que se encenasse a peça como também abrindo mão de seus direitos autorais. Na qualidade de um drama sobre um escravo liberto que se deixa seduzir pelo poder, é uma peça bastante simbólica pelo forte conteúdo racial. A *première* ocorreu no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o que demonstra a notoriedade do projeto. A crítica foi receptiva e elogiosa, tecendo comentários entusiasmados em relação ao TEN e ao ator Aguinaldo Camargo, intérprete do protagonista Brutus Jones. Para Nascimento, "encerrada estava a fase do negro sinônimo de palhaçada na cena brasileira" (1997, p. 232). Entre outras peças encenadas pelo TEN,

cabe destacar *Sortilégio*, de autoria de Abdias Nascimento; *Sinfonia da favela* e *Agonia do Sol*, ambas de autoria de Ironides Rodrigues.

Outro aspecto relevante enquanto à atuação do TEN foi a fundação do jornal *O Quilombo*, que circulou entre 1948 e 1950, alcançando doze edições. O objetivo principal do jornal era trabalhar pela valorização do negro no campo cultural, social, político, econômico e artístico (Oliveira, 2008). Em todas as edições do jornal era publicado o seu programa de cinco medidas, das quais cabe destacarmos a segunda:

> Esclarecer ao negro que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivos para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso; (Quilombo apud Oliveira, 2008, p. 140)

Esta medida do jornal insere-se num contexto de amplo debate sobre a "democracia racial" brasileira, tendo como objetivo de evitar as acusações de "racismo às avessas" de que poderia sofrer. O próprio Gilberto Freyre, defensor da miscigenação e da "democracia racial", escreveu um artigo no primeiro número de *O Quilombo*, onde apelava para uma valorização do elemento negro enquanto constituinte da cultura brasileira (Oliveira, 2008). Esta postura de não-enfrentamento era acolhida por certos membros do TEN, em contraposição àqueles que, como Rodrigues, eram mais influenciados pelo movimento da *Négritude* e tomaram posições mais contundentes. Essas ideias divergentes entrariam em conflito no I Congresso do Negro Brasileiro de 1950.

No Quilombo, Rodrigues foi responsável pela seção Livros em quatro edições, onde era chamado ora de escritor e ora de professor. Foi encarregado da tradução de textos em francês, tendo traduzido, Blaise Cendras e Georges Bataille, além do ensaio Orfeu Negro, de Jean-Paul Sartre, cujo existencialismo o influenciaria e que teve papel de destaque na sua concepção da *négritude* (Oliveira, 2008).

No mesmo ano de fundação do TEN, 1944, Rodrigues entrou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Tendo que se sustentar, o autor, ao longo do curso, dava aulas para aqueles que ali pretendiam ingressar. Formou-se apenas em 1974. Sobre isso, afirma:

> O título de advogado e bacharel em Direito, que consegui em 1974, é um motivo de minha exultação, um fato grandioso e eloquente de minha existência apagada. Farei deste diploma um galardão para melhor defender os negros, o operário espoliado pela máquina capitalista e burguesa, para estar ao lado de todas as minorias oprimidas, como os gays marginalizados e as prostitutas tão perseguidas, sem esquecer o índio brasileiro (...) (Rodrigues, 1997a, p.135)

No Diário afirma trabalhar no Ministério do Trabalho desde 1954. Sobre seu emprego de funcionário público, Rodrigues guarda ressentimento:

> Ser funcionário público desde 1954 e por mais de vinte anos ver tantas injustiças, com tantas promoções imerecidas e afrontosas. Ser funcionário público e, após tantos sonhos desmoronados, não confiar mais nas promessas de quem quer que seja. (...) Poderão citar o exemplo de Machado de Assis, que foi funcionário público exemplar, que amava tanto a sua repartição (...). Mas isso já é um caso de doente congênito ou de doença patológica (Rodrigues, 1997b, p. 244).

Embora não gostasse de seu trabalho enquanto funcionário público, pelas indicações em seu Diário somos levados a crer que em seus últimos anos não enfrentou dificuldades financeiras. Não sabemos se, à época de sua morte, ainda trabalhava ou já estava aposentado.

Outro fato marcante da trajetória de Rodrigues foi sua participação no I Congresso do Negro Brasileiro, sediado em Campinas, em 1950. Francófilo, o autor foi um dos divulgadores do movimento *Négritude*, formado por intelectuais negros de língua francesa (Barbosa, 2013). A *Négritude* tinha como expoentes autores como Aimé Césaire, nascido na Martinica, e Léopold Senghor, que mais tarde se tornaria presidente do Senegal. Segundo Muryatan Barbosa (2013), encontramos dois sentidos no termo négritude: o primeiro seria uma aceitação do fato de ser negro e aceitar seu destino, história e cultura; com vistas a uma reavaliação da identidade negra de forma positiva. O segundo sentido do termo encontra-se próxima do pan-africanismo: como luta pela emancipação dos negros do colonialismo. Entre seus apoiadores, encontramos Jean-Paul Sartre, que o definiu como "la négation de la négation de l'homem noir" no seu ensaio Orfeu Negro. Rodrigues traduziu diversos autores do movimento, e, no Congresso, apresentou um ensaio que teve grande repercussão: A Estética da Negritude. A repercussão de seu ensaio foi determinante nos rumos pelos quais seguiu o movimento negro ao longo dos anos 1950. Sua proposta mais próxima dos autores francófonos e também mais radical acabou por se contrapor a uma visão mais "domesticada" da négritude, defendida notadamente por Guerreiro Ramos em razão da política de alianças do TEN, com vistas a um projeto integracionista no pós-Estado Novo (Barbosa, 2013).

Houve uma cisão entre os que defendiam a posição de Rodrigues e Abdias Nascimento e os que acabaram por não assinar a declaração final do Congresso, apresentando um outro documento, a Declaração dos Cientistas. Este documento, assinado por Guerreiro Ramos e Darcy Ribeiro, entre outros, se eximia de

responsabilidade em relação aos desdobramentos políticos do congresso, acreditando que poderia acabar havendo um racismo às avessas:

> Todo este embate enterrou definitivamente o desejo de Abdias e outros líderes negros em transformar o I Congresso do Negro Brasileiro em uma aliança concreta entre as elites políticas e culturais e a intelligentsia do TEN. Afinal, a proposta de uma visão afirmativa da negritude era uma posição que os acadêmicos ali presentes não estavam dispostos a aceitar, a não ser Guerreiro Ramos, que já era membro do TEN. (Barbosa, 2013, p. 179)

O ensaio de Rodrigues, entretanto, não foi publicado.

Não se sabe exatamente como se deu o contato entre Rodrigues e o Integralismo. Sabemos que Abdias Nascimento foi simpatizante do movimento, tendo aderido aos dezenove anos e militado pela causa por quatro anos, quando percebeu o racismo velado do movimento (Nucci, 2012). Rodrigues também manteve uma relação de amizade e admiração por Tasso da Silveira, poeta católico e integralista que contribuía na seção cultural de *A Marcha*. De qualquer maneira, sua primeira contribuição assinada foi um artigo de crítica literária que aparece em maio de 1954.

Embora a crítica cinematográfica tenha sido a mais destacada atuação de Rodrigues n'*A Marcha*, cabe salientar que por alguns períodos o autor também contribuía com a crítica literária. Tal qual em relação ao cinema, ao tratar de literatura Rodrigues privilegiava autores de obras com viés espiritualista, principalmente católico.

No seu Diário, Rodrigues fala sobre o integralismo com entusiasmo, elogiando a obra de Plínio Salgado, embora não explicite como travou conhecimento com o movimento ou com seu líder:

> Dessas ideias de Estado forte, partimos para o integralismo lusitano de Antônio Sardinha e para o integralismo tão nacionalista de Plínio Salgado, palpitante de brasilidade e heroísmo em O estrangeiro, O cavaleiro de Itararé e naquela cartilha de civismo que ele escreveu para a juventude pátria, Geografia sentimental (Rodrigues, 1997b, p. 240).

Rodrigues também lembra com carinho do período em que contribuiu com A Marcha:

> Por mais de quinze anos convivi com Plínio Salgado em A Marcha, jornal de espírito doutrinário e político que saía todas as quintas-feiras no Rio. Era impresso nas oficinas do Diário Carioca, na Avenida Rio Branco, e por isso eu tinha de levar minhas críticas literárias e de cinema às segundas-feiras. Indo até as oficinas do Diário, encontra-me Gumercindo Dórea, redator de A Marcha. (...) A Marcha era um jornal sério, lido em todo o Brasil, em que fiz penetrantes análises das mais importantes obras da sétima arte (...) (Rodrigues, 1997b, p. 241).

O autor tece diversos elogios ao líder integralista, rememorando uma ocasião onde Salgado o defendeu das críticas em razão de artigo seu onde atacava um livro de um sacerdote baiano sobre Monteiro Lobato:

> É de uma lucidez extraordinária, pondo nos livros, artigos, ensaios e poemas que escreve a enciclopédia cerebral que lhe tumultua a mente de pensador cristão e poderoso e inspirado romancista social. (...) Que alma pura e sem ódios. (...) Há muitas injustiças e calúnias espalhadas contra o grande escritor de A Vida de Jesus. (...) Quando ataquei um padre baiano que escrevera um livro sectário sobre a literatura infantil de Monteiro Lobato, recebi cartas desaforadas, de várias partes do Brasil, em defesa do sacerdote atrabiliário. Plínio Salgado me defendeu, dizendo que os erros de visão estética de Monteiro Lobato eram bem de seu tempo (...) (Rodrigues, 1997b, p. 242)

Entre os jornais com os quais colaborou com a crítica cinematográfica e literária, se pode citar, além d'A Marcha, o Correio da Manhã, em que fazia cotações de filmes. Na sua atuação na imprensa, travou conhecimento com vultos da literatura brasileira, como Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos.

O catolicismo de Rodrigues aparece em diversas referências em seu Diário, embora sem o tom apaixonado das colunas cinematográficas. Entretanto, nota-se mais de uma vez a expressão "Santa Igreja" quando se refere à Igreja Católica. No Diário, as menções vão mais ao sentido de apontar a "benéfica influência católica no Brasil" (Rodrigues, 1997b) em detrimento do protestantismo. Em mais de uma ocasião podemos observar críticas do autor ao protestantismo, principalmente sua influência nos negros americanos:

> Sempre achei o protestantismo um meio poderoso para escravizar o negro e mantê-lo calado e apático, pois até dentro das igrejas evangélicas e presbiterianas há lugares segregados para brancos e negros, como se deu nos templos batistas ou protestantes dos nossos antigos colonizadores holandeses... Nesse ponto, o catolicismo foi mais benéfico entre nós, pois não destruiu o reduto de cultura africana de nossos negros, aceitando as religiões e cultos (...) Daí a riqueza maior de lendas, folclores, misticismos, do negro brasileiro, numa prova de que a colonização portuguesa foi mais sábia e acertada (...). (Rodrigues, 1997b, p. 214-5)

Neste outro trecho, podemos observar com clareza a imagem que Rodrigues tinha das igrejas reformadas: "o negro brasileiro é muito mais inteligente, criador e mais livre em suas expansões culturais que o negro americano, tolhido por uma estreita e bitolada filosofia protestante e luterana" (Rodrigues, 1997b, p. 216).

Entretanto, Rodrigues reconhece que há racismo também na Igreja Católica, comentando o fato de algumas irmandades não aceitarem negros. Outro motivo de sua devoção católica é Nossa Senhora Aparecida:

> Até nesse ponto místico e racial o Brasil deu um exemplo sem igual ao mundo. A padroeira do meu país é uma preta, achada no rio Paraíba, em Guaratinguetá, numa rede que os pescadores lançaram ao rio. Nossa Senhora Aparecida é negra retinta, mas isso não a impediu de ser padroeira desse colosso sul-americano. (Rodrigues, 1997b, p.215)

Entre os projetos que empreendeu, há a biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), arcebispo negro de Mariana. Nesse projeto podemos observar a conciliação de duas questões importantes para o autor: a racial e a religiosa. Rodrigues, em seu Diário, dedica longas páginas ao falar do religioso, que, apesar de sua origem humilde, fez brilhantes estudos e galhardeou uma posição de destaque na sociedade da época, sendo elevado ao arcebispado e eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Rodrigues viveu as últimas décadas de sua vida em um apartamento no subúrbio carioca de Bento Ribeiro, tendo denominado alguns de seus escritos como Serões de Bento Ribeiro. Embora não saibamos a causa de sua morte em 1987 aos 64 anos, consta que sofria de diabetes. Em seu Diário, afirma:

> Deixo, no testamento, que o apartamento em que moro seja transformado num centro de estudos, principalmente dos problemas afro-brasileiros, com os quatro mil livros servindo de consulta aos estudiosos ou para os alunos pobres, que não podem comprar os compêndios indicados pelo professor. (Rodrigues, 1997a, p. 155)

O integralismo

Durante muitos anos, houve um acalorado debate acadêmico sobre o caráter fascista ou não da Ação Integralista Brasileira (AIB). Atualmente, tem-se a compreensão de que o integralismo brasileiro não apenas possuiu caráter fascista, assim como constituiu a maior experiência fascista fora da Europa (Griffin, 2022). Seu fundador foi o escritor e jornalista Plínio Salgado. Nascido em São Bento do Sapucaí, no seio de uma família católica e tradicional da região. Em 1922, participou ativamente da Semana de Arte Moderna, imbuído de um forte caráter nacionalista. Leandro Gonçalves (2012) faz uma ressalva em relação ao "modernismo" de Salgado, que para ele estaria mais próximo de uma ação "reformista", tendo aderido "ao jogo" dos modernistas com ambições políticas.

Salgado aproximou-se das vertentes mais conservadoras do modernismo, ao lado de Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, com quem atuou no movimento *Verde-Amarelo* e no grupo *Anta*. Em 1930, viajou à Europa. Na passagem pela Itália, encantou-se com o fascismo de Mussolini. No dia 17 de outubro de 1932, foi lançada a Ação Integralista Brasileira, com a leitura do *Manifesto* (conhecido como *Manifesto de outubro*) em sessão solene no Teatro Municipal de São Paulo (Calil, 2001):

> No *Manifesto de outubro de 1932*, Plínio Salgado expôs seus propósitos para o Brasil. O autor e político deixou explícita no manifesto sua proposta política para o Brasil: a defesa de um nacionalismo baseado no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, a aversão ao cosmopolitismo para uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista. (Gonçalves, 2012, p.87)

Os dois pilares que sustentam o integralismo são o nacionalismo e o espiritualismo. De acordo com Trindade (2016), o nacionalismo é a principal ideia-força por trás do *Manifesto de outubro*, tendo um conteúdo mais cultural do que econômico, buscando uma tomada de consciência nacional traduzida pelo *slogan* "Despertemos a Nação". Com o desenrolar do movimento, esse nacionalismo adquiriu um caráter anticosmopolita, principalmente na defesa dos interesses econômicos do Brasil em face do capitalismo financeiro internacional. Essa dimensão econômica aparece sobremaneira nos outros dois líderes do movimento, o antissemita Gustavo Barroso, que atribuía aos judeus nefasta influência no desenvolvimento econômico nacional, e Miguel Reale, que, oriundo do marxismo, possuía uma visão mais essencialmente econômica. O nacionalismo pliniano é mais ligado ao contexto dos anos 1920 e possui um traço romântico e lírico, muito presente em sua obra *Geografia sentimental*, exaltando o homem e a terra, uma nova raça em formação e a busca no passado dos fundamentos da civilização brasileira.

O espiritualismo aparece na concepção de sociedade almejada pelos integralistas. Buscava-se uma sociedade harmoniosa cujas raízes estão em uma visão idealizada da Idade Média. Essa harmonia social dependia de uma firme concepção hierárquica da sociedade derivada das diferenças naturais entre os homens (Trindade, 2016). Gonçalves (2012) aponta essa visão como fruto da influência da encíclica *Rerum Novarum*, que inaugurou a doutrina social da Igreja e que influenciou movimentos como a *Action Française* e o Integralismo Lusitano.

Gilberto Vasconcellos (2017) destaca o primado do espírito sobre a matéria no discurso integralista. Para o autor, a crítica ao socialismo promovida pelos integralistas

não se baseava numa questão de eficiência ou de maior produtividade do sistema capitalista, e sim em subordinar o espírito à matéria. Essa crítica é dirigida inclusive ao sistema capitalista.

A organização integralista, rígida e hierárquica, pressupunha o Chefe Nacional, inspirado no modelo fascista. Essa posição foi ocupada, naturalmente, por Plínio Salgado. O poder do *Chefe* é absoluto, "mais do que uma pessoa, ele é a encarnação da 'ideia' integralista" (Trindade, 2016a, p. 79). O aspecto simbólico do integralismo possuía alta relevância e é um dos elementos que o aproximam mais explicitamente dos fascismos europeus. Como símbolo do movimento, foi escolhida a letra grega *sigma* (Σ), símbolo do cálculo *integral*. Como nos fascismos europeus, era utilizada a saudação romana, acompanhada de uma palavra indígena, "anauê!", que é uma forma de saudação na língua tupi que significa algo como "você é meu amigo". Além disso, o uso da camisa-verde como uniforme integralista foi tão marcante que os integralistas começaram a ser chamados simplesmente de *camisas-verdes* (2016). Esses aspectos simbólicos encontrados no integralismo têm como objetivo proporcionar uma socialização ideológica entre os militantes, inspirados no fascismo.

O integralismo contava com diversos departamentos em sua organização, criados no Congresso de Vitória, em 1934, e no Congresso de Petrópolis, em 1935, sendo todos naturalmente subordinados ao Chefe Nacional. Trindade aponta no integralismo uma organização pré-estatal:

> Nesta perspectiva, estava formado o Estado Integralista em potencial, que era muito mais do que um "contragoverno" ou gabinete de oposição. Ele funciona como um verdadeiro Estado totalitário que possui não somente uma ideologia de Estado, mas utiliza-se de meios estatais como de um aparelho burocrático interno, de Forças Armadas paralelas (a Milícia), de uma política de socialização e de reeducação dos militantes e de uma legislação própria (resoluções, regulamentos, medidas de censura, etc.), assim como de um tribunal e de um corpo de "magistrados" para julgar as ações de seus membros. (Trindade, 2016a, p. 83)

A AIB teve uma trajetória ascendente até ser extinta em 1937, após o golpe do Estado Novo. Houve uma tensão crescente entre os militantes integralistas e os membros do novo regime, que culminou com uma fracassada tentativa de golpe contra Getúlio Vargas em 1938. Embora não tenha sido perpetrado exclusivamente por camisas-verdes, o acontecimento ficou conhecido como *putsch* integralista.

A questão racial na Ação Integralista Brasileira

Conforme Oliveira (2010), o racismo integralista foi estudado, principalmente, pelo antissemitismo. Gustavo Barroso, um dos principais ideólogos e o número dois da hierarquia integralista, foi um virulento antissemita, tendo escrito obras de cunho histórico que apontavam os judeus como responsáveis pelas mazelas do Brasil.[1] O antissemitismo de Barroso não foi esposado de forma completa pelos demais ideólogos da AIB, embora Trindade (2016) aponte que a dimensão antissemita está muito presente no universo ideológico dos integralistas.

De acordo com Natália Cruz (2004), apesar do discurso humanista de integração e do aspecto não racista oficial do movimento, a defesa dos integralistas em relação aos ideais de miscigenação visava, em sua finalidade, ao branqueamento da população. Nesse sentido, o projeto de uma nação integral, corporativista, sem conflitos, homogênea racial e culturalmente passava por essa defesa da miscigenação. Assim, o nacionalismo integralista combatia a manutenção de identidades culturais de comunidades de imigrantes, defendendo a nacionalização dessas comunidades com conotações racistas, pois acabavam por fomentar a ideia de uma raça única brasileira, branca. Para a consolidação desse projeto, Salgado, principalmente, utilizou do simbolismo tupi, que seria o fator étnico comum de todos os brasileiros (Trindade, 2016).

Além da defesa da miscigenação, os integralistas destacavam o valor do trabalho negro na construção nacional e os feitos heroicos de indivíduos negros na história do Brasil. Cruz (2004) destaca a figura de Henrique Dias, que lutou ao lado de portugueses e indígenas na expulsão dos holandeses no período colonial. Em textos de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, Dias é louvado como herói nacional, sendo o elemento negro valorizado como pacífico no trabalho e valente na guerra. Entretanto, há que se frisar que o discurso integralista acabava por dar primazia à contribuição e ao modo de vida branco, conciliador da vida nacional.

O exílio de Plínio Salgado e o Partido de Representação Popular

Após o *putsch*, Plínio Salgado partiu para o exílio e chegou em Portugal em 1939. Ficaria no país até 1946. Este período é de alta relevância para o futuro do integralismo, pois Salgado opera uma reformulação ideológica baseada no regime tradicionalista e católico de António de Oliveira Salazar. Para isso, Salgado acentuou sua imagem de pensador religioso, o que culminou com o lançamento em Portugal da sua *Vida de Jesus*, que teve uma recepção muito favorável nos meios conservadores portugueses. A imagem

religiosa também foi uma forma de se desvincular do fascismo, ao qual era muito ligado no Brasil.

Ainda em Portugal, em 1945 Salgado orientou seus correligionários no sentido da formação de um partido político, chamado Partido de Representação Popular. Quando retornou ao Brasil, no ano seguinte, assumiu a presidência do partido, cargo que exerceria até a extinção do PRP, em 1965, já no contexto da ditadura civil-militar.

O contexto pós-guerra exigiu que fossem feitas significativas alterações no movimento integralista. Com a derrota do nazi-fascismo, os símbolos mais associados com tal projeto – a camisa-verde, o sigma, a saudação romana – foram abandonados. O partido faz um esforço para frisar seu conceito espiritualista cristão (principalmente católico, mas não só). Tais mudanças permitem a existência do projeto integralista por duas décadas.

É notável que o PRP não teve a dimensão e a estrutura que a AIB teve na década de 1930. Entretanto, seria leviano apontar o partido como insignificante no período. O PRP teve bons resultados eleitorais no sul do Brasil e elegeu deputados e senadores. Talvez o momento de maior destaque do partido tenha sido a candidatura de Plínio Salgado à presidência, em 1955. O integralista ficou em terceiro lugar no pleito, tendo conquistado consideráveis 8,28% dos votos. Calil (2005) aponta que o apoio de Salgado à Juscelino Kubitschek no segundo turno da eleição contribuiu para a sua vitória. Outro momento em que o PRP teve um papel decisivo e controverso foi a eleição para o governo do Rio Grande do Sul em 1958: o partido decidiu apoiar o "esquerdista" Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro, que em troca apoiou o candidato integralista ao senado, Guido Mondin. Os dois sagraram-se vencedores. Tais movimentos denotam o caráter pragmático do PRP na busca pela sobrevivência política.

A insatisfação de uma parcela considerável dos militantes integralistas com os arranjos políticos do partido levou, no ano de 1957, a uma retomada de certos aspectos do integralismo da década de 1930. Como aponta Christofoletti (2010), para garantir mais uma vez a coesão entre sua militância, o partido se utilizou da efeméride de 25 anos do lançamento do *Manifesto de outubro* para retomar as simbologias integralistas que até então tinham sido deixadas de lado no PRP, como o uso do *sigma*, além da publicação de uma *Enciclopédia do Integralismo* como forma de manter a autonomia e a fidelidade partidária.

O episódio da eleição de Leonel Brizola ao governo gaúcho, referido acima, demonstra que a retomada das simbologias não teve por consequência uma atuação política mais autônoma.

O PRP foi extinto em 1965, pelo Ato Institucional n.2, já no contexto da ditadura civil-militar. Plínio Salgado, então deputado federal, então foi para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava sustentação ao regime militar.

O partido teve na imprensa o principal meio de divulgação de suas ideias. No seu período de existência, foram lançados três jornais de circulação nacional: *Reação Brasileira* (1945-1946), *Idade Nova* (1946-1951) e *A Marcha* (1953-1965). Este último periódico configura o principal instrumento de difusão da doutrina integralista e de propaganda partidária no período.

Em *A Marcha*, assim como em seus antecessores, observa-se a presença constante de um virulento anticomunismo, a incontornável e quase religiosa reverência à figura de Plínio Salgado, a propagação da doutrina integralista, o registro das atividades partidárias e a defesa e reavaliação da atuação da Ação Integralista Brasileira nos anos 1930. Para Victor (2012), *A Marcha* operou no sentido de garantir uma certa coesão entre os militantes integralistas, pacificando-os em relação ao passado:

> Com efeito, supomos que o jornal *A Marcha*, bem como os seus antecessores (*Reação Brasileira* e *Idade Nova*), cumpriu importante papel na atualização do integralismo no pós-guerra. No jogo político pós-1945, para aqueles que foram integralistas e continuavam agrupados em torno de uma sigla política integralista, ter o passado recomposto foi decisivo. Se os jornais integralistas não conseguiram fazer com que as representações do passado, oriundas dos integralistas, se tornassem as representações mais compartilhadas, ao menos entre os militantes estabeleceu-se um passado mais condizente com o tempo presente, permitindo aos integralistas certa pacificação na relação com o passado e a afirmação do PRP, a partir da década de 1950, enquanto partido integralista. (Victor, 2012, p. 122)

Uma característica marcante de *A Marcha* em relação aos demais periódicos perrepistas é o destacado espaço conferido à cultura. A despeito de a configuração do jornal ter mudado por vezes em função da diagramação, a presença da seção "A Marcha das Artes e das Letras" é constante no periódico, ocupando a página central (portanto, duas páginas) até 1959, quando o jornal passou do formato tabloide para o formato *standard*. Considerando que o número de páginas variava entre oito e doze, tem-se a percepção de que a cultura era um tema caro ao PRP.

Na seção cultural, observam-se numerosos textos de crítica literária, poemas, além de textos marcados por conotações filosóficas e religiosas. Os colaboradores da seção cultural do jornal variavam com frequência, embora se possa destacar a presença do poeta Tasso da Silveira, ligado ao integralismo desde a década de 1930. A crítica teatral e de artes plásticas também se fez presente, esta última sendo assinada pelo escritor gaúcho

Walmir Ayala, cuja notoriedade ultrapassou os círculos integralista. O colaborador cultural mais constante, contudo, foi Ironides Rodrigues, que contribuiu com a crítica cinematográfica de 1954 até 1962.

Em relação à questão racial no PRP, percebe-se, ao longo da trajetória do partido, uma condenação do racismo em termos humanistas e cristãos. Na edição do dia 27 de setembro de 1957[2], por exemplo, em que o jornal estampa em sua capa os preparativos para a comemoração do jubileu de 25 anos do integralismo, há uma manchete em destaque que diz: "Os americanos do norte são tão racistas quanto era o nazismo"; com o subtítulo: "Fizeram uma guerra contra o racismo e lincham os negros com a maior crueldade". Apesar do destaque na capa do jornal, a matéria é curta e não está assinada, porém é elucidativa em relação à posição do PRP sobre o racismo. Nela, há uma veemente condenação dos linchamentos de negros nos Estados Unidos, calcada em bases humanistas e espiritualistas. Dessa forma, entende-se que a posição do partido em relação à questão racial tem muitas continuidades no que diz respeito àquela defendida pela AIB: a discriminação racial não pode ser tolerada por ser anticristã:

> O Povo Americano fez uma guerra contra a Alemanha sob o pretexto de que Hitler era racista e urgia combater o racismo. Pois bem. São agora os norte-americanos que dão este triste espetáculo ao mundo civilizado, ferindo, matando negros que pretendem, com garantia dada pela Lei, frequentar as Universidades do país. [...] É uma vergonha. Até quando esses hipócritas que entregaram metade do mundo à Rússia abusarão da nossa paciência? Apesar de se dizerem uns católicos e outros protestantes, o fato é que o materialismo constitui a força dominante nesse povo de fariseus. Mas de uma coisa podem ficar certos esses que até hoje têm iludido a boa-fé dos povos: Deus existe. E Deus tomará conta de tamanhas iniquidades. (A MARCHA, n. 224, 29 jul. 1957)

Nota-se que ao criticar a violência contra os negros nos Estados Unidos, a matéria aproveita o ensejo e expressa um pensamento anticomunista, que como salientado anteriormente, era um dos elementos mais característicos e distintivos do periódico.

As colunas de Ironides Rodrigues para A Marcha

Antes da colaboração de Ironides Rodrigues, o cinema era um tema presente nas páginas d'*A Marcha*. Embora a coluna (batizada de "A marcha cinematográfica") fosse mais concisa do que as escritas por Rodrigues, isso já denota a importância que o cinema possuía no jornal, embora sem a orientação mais explicitamente doutrinária de Rodrigues e sem a profundidade de suas análises.

Embora algumas das colunas cinematográficas fossem provavelmente escritas por Rodrigues em razão do estilo de escrita, não se pode afirmar isto com certeza, pois estas colunas não são assinadas. A primeira contribuição explícita de Rodrigues na crítica cinematográfica surge no nº 65 do jornal, datando de 21.05.1954, ocupando mais de meia página. Esta contribuição, que leva o nome de *O cinema americano e uma tentativa de revolução*, que se constitui em uma longa resenha de filmes lançados em 1954, ainda não percebemos referências ao catolicismo ou à questão, dois dos aspectos mais contundentes de sua trajetória.

Outro aspecto relevante da crítica cinematográfica de Rodrigues é o autor por vezes faz críticas técnicas a certos aspectos dos filmes, como uma duração excessiva ou lentidão nos diálogos. Entretanto, o autor evitava fazer críticas que fossem majoritariamente negativas.

As colunas cinematográficas de Rodrigues localizavam-se geralmente na penúltima página do jornal, e com frequência ocupavam mais de meia página. Se se leva em conta que A Marcha era um jornal cujo número de páginas situava-se em média entre dez e doze, isso denota a importância que estas colunas possuíam.

É preciso ser levada em consideração a mobilização dos católicos em relação ao cinema, a partir da década de 1950. Desde cedo a Igreja apercebeu-se da importância da indústria cultural e organizou-se no sentido de criar uma ação coordenada a nível mundial (Lunardelli, 2002). Em 1928 foi criado o *Office Catholique International du Cinema*. Em 1936, o Papa Pio XI escreve a encíclica Vigilanti Cura, que demarca a posição da Igreja Católica na questão do cinema, principalmente na classificação moral dos filmes. Sobre a encíclica, Ironides Rodrigues, faz um breve comentário em sua coluna de 24.08.1956, *Prisioneiro do Remorso*, onde salienta o pioneirismo do pontífice a tratar do cinema.

A Igreja intensificou sua ação nos anos 1950, com vistas à atenção dos jovens e sua educação moral a partir das diretrizes do *Institute de Hautes Études Cinématographiques*, sediado na Bélgica. No país também surge a Juventude Operária Católica, que usava do cinema para contrapor o comunismo. No Brasil, é criado em 1953 o Centro de Orientação Cinematográfica, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tinha como objetivo fomentar o aparecimento de cineclubes católicos. De acordo com Lunardelli (2002), o papel dos católicos foi marcante no desenvolvimento do cineclubismo brasileiro, utilizando a estrutura da Igreja, como paróquias, colégios e universidades, para realizar tais fins. A autora destaca também que, ao contrário de grupos leigos, os católicos que aderiam ao cineclubismo não eram

motivados principalmente pela paixão, emoção ou prazer da cinefilia, mas a partir de uma determinação externa educativa.

Não se sabe se Ironides Rodrigues fazia parte de algum cineclube, católico ou leigo. Entretanto, o crítico apoiava a iniciativa. Na coluna *Sobre clubes de cinema e a vinda de Christian Jacques*, de 6.07.1956, Rodrigues fala dos festivais organizados pelos cineclubes, que seriam de alta qualidade. O autor também nos fala de um festival organizado pelos Águias Brancas, movimento da juventude do PRP. Na coluna seguinte, de 13.07.1956, Rodrigues ainda nos fala sobre os cineclubes, estimulando a criação dos cineclubes católicos. Na coluna *A Igreja e o cinema*, de 10.08.1956, Rodrigues faz um balanço das publicações cinematográficas católicas no Brasil e no mundo, citando publicações de cineclubes de Belo Horizonte (Revista de Cinema), São Paulo (Sequência) e Porto Alegre (Estudos, de autoria de Humberto Didonet). Cita também prêmios concedidos por associações católicas estrangeiras, como o já citado Office Catholique International du Cinema e prêmio especial para filmes religiosos do Festival de Veneza.

Neste contexto de efervescência cultural católico no cinema, além de escrever para o órgão oficial de um partido que se distinguia pelo seu viés cristão, além da própria fé pessoal de Ironides Rodrigues, não surpreende que grande parte de suas colunas faça referência ao catolicismo.

Entretanto, a despeito de sua forte convicção religiosa, Rodrigues, em *Eu, Otávio de Faria e Alfredo Leite*, de 16.11.1956, faz uma ressalva no sentido de que sua fé não poderia privá-lo de perceber os aspectos estéticos de um filme: "Não esqueço que sou católico apostólico romano mas este privilégio de ser servo fiel da Santa Madre Igreja não me pode empanar a visão das mais variadas criações estéticas" (Rodrigues, 1956). Essa ressalva se mostra verdadeira quando percebe-se os elogios que o crítico faz ao cinema soviético e em especial aos filmes de Sergei Eisenstein. Ainda nesta linha, o autor faz diversos elogios ao filme Rio 40 Graus, de Nelson Pereira dos Santos, embora critique o marxismo do cineasta brasileiro; assim como faz com os filmes de Charles Chaplin.

Nesta mesma coluna, Rodrigues faz um elogio a Plínio Salgado enquanto teólogo, destacando que em filmes como O Egípcio, de Michael Curtis "está presente não o Cristo de caráter humano dos François Mauriac, Giovanni Pappini e dos materialistas Strauss e Renan, mas o Cristo vivo e eterno de Plínio Salgado, de Daniel Rops e de Guyau" (Rodrigues, 1956). Outro elogio ao chefe integralista pode ser encontrado em *A presença de Jesus na sétima arte*, de 25.12.1957, onde cita sua obra Vida de Jesus. Em sua coluna, O inefável e o sobrenatural na obra de Robert Bresson, de 25.10.1957, Rodrigues afirma que apenas sendo católico e conhecedor da liturgia da Igreja para compreender a obra do

cineasta francês. Através de seu uso do claro, do escuro e do som, Bresson conseguiria unir os ritos católicos à arte cinematográfica com maestria.

Ao tratar de Federico Fellini, cineasta italiano cuja obra máxima, La Dolce Vita, foi chamada pelo Osservatore Romano, periódico ligado ao Vaticano de *Schifosa* (nojenta) *vita* (Lunardelli, 2002), Rodrigues observava no diretor italiano um catolicismo "barroco e primitivo", principalmente no seu filme La Strada.

O catolicismo também é um fator de que se vale o autor para criticar o comunismo, como nesta passagem em *Os melhores filmes de 1955*, de 20.01.1956:

> Assistimos à covardia lamentável dos católicos e dos pseudo democratas do mundo todo, que insensíveis aos sofrimentos e às misérias da turba, deixam os comunistas vencerem, vergonhosamente, na França. Se cruzarmos os braços, num silêncio comprometedor e conivente, as hordas do mal acabarão por dominar o universo. (Rodrigues, 1956, p. 4)

Embora faça numerosas e ferrenhas críticas ao comunismo em várias de suas colunas, Rodrigues também fez críticas ao capitalismo em mais de uma ocasião. Em *O cinema e as misérias do mundo capitalista*, de 29.03.1957, e dedicada a Gumercindo Rocha Dórea, editor d'A Marcha, Rodrigues afirma que:

> Até agora, o cinema não aprofundo o fenômeno do capitalismo no mundo moderno, com as estreitas competições entre os leões das indústrias, a louca ambição pelos maiores lucros, mesmo que os altos dividendos sacrifiquem o produtor médio e o operário também, que sempre leva a pior nos prélios com os grandes tubarões da indústria e das finanças. (Rodrigues, 1957, p. 6)

O autor compara o "materialismo capitalista" como sendo tão nefasto quanto o "materialismo comunista", pois impediriam a evolução espiritual do homem.

Outro tema de destaque em seu trabalho como crítico, embora apareça com menos frequência do que o catolicismo, é a questão racial e o racismo.

O fato mais marcante na trajetória de Rodrigues foi sua participação no movimento negro e na luta contra o racismo, tendo batizado suas memórias com o sugestivo título de Diário de um negro atuante. Tal qual a AIB, o PRP rechaçava a discriminação racial, ao menos oficialmente; o que não quer dizer de forma alguma que não houvesse racismo nas duas agremiações políticas. Como o PRP tomou o cristianismo como um aspecto diferenciador em relação aos demais partidos políticos da época, é compreensível que Rodrigues tenha dado atenção maior ao catolicismo nas suas análises cinematográficas.

No jornal, pode-se perceber que quando Rodrigues tratava da questão racial, tinha algumas preocupações: a valorização do artista negro, a análise de filmes antirracistas e as colunas mais explícitas sobre o racismo, em que estão presentes informações a respeito do movimento negro, em especial sobre a atuação de Abdias Nascimento e do Teatro Experimental do Negro. Embora o foco principal seja a questão relativa aos afrodescendentes, Rodrigues em menor grau denunciou em seus escritos o racismo contra outras etnias, como os judeus e os asiáticos.

Uma de suas mais emblemáticas colunas é a *Carta de apelo a Vinicius de Moraes*, de 2 de dezembro de 1955. É notável que o colunista tenha conhecido o poeta quando afirma que: "Nosso primeiro encontro se deve a mero acaso do destino, quando o compositor Bororó nos pôs um diante do outro, tendo ao nosso lado, se não me engano, o sambista Ismael Silva de 'Se Você Jurar' e o cronista musical de 'O Globo' – Sílvio Túlio Cardoso". Rodrigues, após digressões em linguagem poética, faz um apelo a Vinicius para que este interceda ao produtor francês Sacha Gordine para que ele escolha atores do Teatro Experimental do Negro para o filme "Orfeu negro":

> Trata-se da filmagem de sua peça de tão grande conteúdo poético e humano: "Orfeu da Conceição", revivendo o eterno mito grego da vitória do poeta sobre a morte. Ora, se Vinicius quer que sua peça tenha atores à altura da responsabilidade de tão grande empreendimento, nada mais oportuno que citar ao poeta uns nomes que ele deve aproveitar no elenco de sua fita. Há muitos anos, poeta, que venho lutando junto do Teatro Experimental do Negro, no sentido de dar maiores possibilidades ao artista de cor, invés de se pintar branco de preto ou dar os papéis mais ridículos para o artista "colored". Nossa luta tem encontrado incompreensões de vários lados, mas deixa estar, poeta, que para jugular o racismo que está infiltrado no Brasil, temos esperança de sairmos vitoriosos. A MARCHA, coerente à sua doutrina antirracista, que vem do manifesto de "Anta" de Plínio Salgado, me tem apoiado, grandemente, neste afã. (Rodrigues, 1955, p. 8)

Na citação acima, percebe-se a preocupação do autor em relação à valorização do artista negro, além de ressaltar o "antirracismo" de *A Marcha* e do integralismo, algo que ocorre diversas vezes em suas colunas sobre o tema.

Em *O racismo inglês num filme de Robert Rossen*, de 13 de setembro de 1957, o colunista aborda a questão da descolonização da África e da Ásia e a influência do movimento da *Négritude*:

> Já se disse que é chegado o momento do artista de cor exprimir sua própria dor, sem a falsidade e o tom de bizarria que o escritor branco escreve em relação ao negro. Que a literatura negra é a única coisa revolucionária no mundo de hoje, já que a literatura ocidental na mais triste inexpressividade. E que a expressão – **Negritude** – é uma tomada de posição do negro atual, em face de sua secular modorra pelos séculos

> afora, de que o maior estudioso do negro no momento – Guerreiro Ramos, deixou bem explícito no seu belíssimo "Caderno de um aprendiz de sociologia". (Rodrigues, 1957, p. 7)

Mais adiante, o autor menciona a descolonização na África e na Ásia. Também é digno de nota que, embora seja incisivo em sua posição, Rodrigues opta por não realizar um enfrentamento direto contra o branco. Ciente do conservadorismo em torno do jornal em que escrevia e do partido a que ele estava vinculado, o colunista destaca sua visão espiritualista, consoante com a orientação partidária, para afirmar que a liberação dos povos colonizados não poderá prescindir do apoio dos brancos, pois todos são filhos de Deus:

> Oswald Spengler bem que escreveu com certa profecia em "O Homem e a Técnica", que o Século XX ia ser o de reivindicação dos povos de cor, como estamos vendo no movimento de libertação da África e da Ásia, de que a **Conferência de Bandung** é uma prova insofismável do amadurecimento político das raças de cor. É preciso notar que toda esta luta dos líderes negros no mundo, de Booker T. Washington, Marcus Gravis, Vachel Lindsay, Langston Hughes, Counlee e Richard Wright não é uma campanha cerrada contra o branco e sim, uma revolução cultural e econômica da gente negra, sem esquecer a colaboração dos brancos, de que nós nos sentimos ligados como filhos do mesmo Deus, criador do universo. Na África Francesa, é um Delafonse, um Aimé Césaire e um Léopold Senghor que elevaram o negro no ensaio e numa poesia de muita humanidade e universalismo. (grifo do original) (Rodrigues, 1957, p. 8)

Muryatan Barbosa e Thayná Costa (2019) apontam que o descontentamento do grupo ligado ao TEN que teve contato com as ideias da *négritude*, tanto pela esquerda (majoritariamente em função da prevalência da *classe* sobre a *raça*), quanto pela direita, fez com que se desenvolvesse um pensamento terceiro-mundista, não alinhado, que teve na Conferência de Bandung um de seus momentos mais importantes. Ao citarem um escrito de Rodrigues da década de 1980, afirmam:

> (...) o autor [Rodrigues] não hesita em considerar a "Rússia" (de fato, União Soviética) socialista e os Estados Unidos capitalista como nações "igualmente discriminatórias". Aqui cabe considerar a possível relação do pensamento de Ironides com a visão "terceiro-mundista" adotada pelas doutrinas do não alinhamento e do neutralismo, surgidas das Conferências de Bandung (1955) e Belgrado (1961). (Barbosa; Costa, 2019, p.12)

Mesmo ao colaborar com um jornal decididamente reacionário, percebe-se nos escritos de Rodrigues já nas décadas de 1950 e 1960 um veemente desacordo com a desigualdade social ocasionada pelo sistema capitalista. O autor também faz questão de frisar seu rechaço pelo socialismo em diversas colunas. Também como católico,

Rodrigues considera que ambos os sistemas acabariam por afastar as pessoas da dimensão espiritual.

O racismo velado no Brasil também é um tema de discussão, como, por exemplo, *Cinco vezes favela*, publicada em 20 de dezembro de 1962. Nessa coluna, Rodrigues denuncia a censura do governo brasileiro ao filme *Orfeu negro* em festivais internacionais, além de criticar a burguesia e defender os filmes que tocam em assuntos sociais:

> É cinema de combate social, que mostra as mazelas e a indiferença de uma burguesia, em contraste com a fome e revolta, que ameaçam as favelas cariocas. Por que termos vergonha de ventilar estes assuntos se um Roberto Rosselini em "Paisá", Jean Renoir em "Bas-Fond" e John Ford mesmo em "Caminho Áspero" e "As Vinhas da Ira" trataram com muita nobreza das massas tão desprezadas por seus respectivos governos? Já o Itamaraty não quis que o Brasil distribuísse "Orfeu Negro", no Festival de Cannes, alegando que iriam dizer, vendo o filme, que o Brasil é um país só de negros. É um racismo velado que se precisa combater. (Rodrigues, 1957, p. 5)

A questão racial, como se tentou mostrar, teve espaço privilegiado de discussão nas páginas do jornal *A Marcha*, por intermédio das colunas de Rodrigues. Percebe-se que, embora, por vezes, o colunista chegasse a contrariar a posição estabelecida pelo partido, manteve sua coluna durante oito anos ininterruptos. Nesse sentido, as colunas de Rodrigues revelam uma feição pouco provável nas páginas de *A Marcha* e mesmo do integralismo no pós-guerra. Militante, educador, tradutor, dramaturgo e crítico cinematográfico, Rodrigues promoveu a questão mais cara a sua trajetória – a racial –, mesmo em um jornal de cunho altamente conservador, em que tais discussões não constavam na "ordem do dia" das preocupações. Mesmo que a tônica e a razão de ser de sua colaboração estejam na vinculação de Rodrigues ao catolicismo, suas colunas demonstram que, em se tratando de história, as coisas são mais complexas do que se pode pensar à primeira vista.

Referências

A MARCHA, n. 224, 29 jul. 1957.

BARBOSA, Muryatan Santana. O TEN e a negritude francófona no Brasil: recepção e inovações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, p. 171-184, 2013. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000100011.

BARBOSA, Muryatan Santana. COSTA, Thayná Gonçalves dos Santos. Negritude e pan-africanismo no pensamento social brasileiro: a trajetória de Ironides Rodrigues (1923-1987). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, p. 1-21, 2019. Doi: https://doi.org/10.1590/3410018/2019.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra*: a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro*: o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial*: a intolerância como princípio. 2004. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CYTRYNOWICS, Roney. *Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal*: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GRIFFIN, Roger. Prefácio. In GRECCO, Gabriela de Lima. GONÇALVES, Leandro Pereira (orgs.). *Fascismos Iberoamericanos.* Madrid: Alianza Editorial, 2022.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky*: o pensamento antissemita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. THOTH, escriba dos Deuses – Pensamento dos Povos Africanos e Afrodescendentes, Brasília, v. 1, p. 227-245, 1997. Disponível em: http://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-1.pdf.

NUCCI, Priscilla. Abdias Nascimento e o Congresso Afro-Campineiro de 1938. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH/SP*. Campinas, 2012.

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. *Do integralismo ao udenismo*: a trajetória de Raymundo Padilha. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, Laiana Lannes. *Entre a miscigenação e a multirracialização*: brasileiros negros ou negros brasileiros? 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o integralismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 36, p. 118-138, 2010.

OS AMERICANOS do Norte são tão racistas quanto era o nazismo. A Marcha, n. 224, 27 set. 1957.

RODRIGUES, Ironides. O cinema americano e uma tentativa de renovação. *A Marcha*, n. 54, 21 maio 1954.

RODRIGUES, Ironides. Carta de apelo a Vinicius de Moraes. *A Marcha*, n. 142, 2 dez. 1955.

RODRIGUES, Ironides. Os melhores filmes de 1955. *A Marcha*, n. 148, 20 jan. 1956.

RODRIGUES, Ironides. Sobre clubes de cinema e a vinda de Christian Jacques. *A Marcha*, 6.jul..1956.

RODRIGUES, Ironides. A Igreja e o cinema. *A Marcha*, n. 167, 10 ago. 1956.

RODRIGUES, Ironides. Prisioneiro do Remorso (*The prisoner*). *A Marcha*, n. 169, 24 ago. 1956.

RODRIGUES, Ironides. Eu, Otávio de Faria e Alfredo Leite. *A Marcha*, n. 181, 16 nov. 1956.

RODRIGUES, Ironides. O cinema e as misérias do mundo capitalista (ao sr. Gumercindo Rocha Dórea). *A Marcha*, n. 198, 29 mar. 1957.

RODRIGUES, Ironides. O racismo inglês num filme de Robert Rossen. *A Marcha*, n. 222, 13 set. 1957.

RODRIGUES, Ironides. Rio, Zona Norte. *A Marcha*, n. 233, 29 nov. 1957.

RODRIGUES, Ironides. A presença de Jesus na sétima arte. *A Marcha*, 25 dez. 1957.

RODRIGUES, Ironides. Cinco vezes favela. *A Marcha*, n. 467, 20 dez. 1962.

RODRIGUES, Ironides. Diário de um negro atuante. In *THOTH*, v. 1. Brasília: Gabinete do senador Abdias Nascimento, 1997a.

RODRIGUES, Ironides. Diário de um negro atuante, parte dois (1974-1975). In *THOTH*, v. 2. Brasília: Gabinete do senador Abdias Nascimento, 1997b.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

SANTOS, Gilca Ribeiro dos. *O pensamento educacional de Francisco Lucrécio e Ironides Rodrigues.* 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

TRINDADE, Hélgio. *A tentação fascista no Brasil.* imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2016a.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira*: análise do discurso integralista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto integralista*: o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

[1] Em relação aos estudos focados no antissemitismo na AIB, ver: CYTRYNOWICS, Roney. *Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992; MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky***:** o pensamento antissemita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

[2] OS AMERICANOS do Norte são tão racistas quanto era o nazismo. *A Marcha*, n. 224, 27 set. 1957.

Artigo recebido em 23/03/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

NEOFASCISMO, ESPARTA ANTIGA E USOS DO PASSADO NO CONTEXTO BRASILEIRO (2017 – 2023)

NEOFASCISM, ANCIENT SPARTA AND USES OF THE PAST IN THE BRAZILIAN CONTEXT (2017 – 2023)

Ygor Klain Belchior[1]
Gabriel Cabral Bernardo[2]

Resumo: Neste artigo, apresentamos as apropriações de Esparta pela extrema-direita brasileira. Incluímos nesse espectro político radical os fascistas e os neonazistas, os quais carregam reivindicações como o discurso autoritário, antiliberal, antidemocrático e anticomunista, baseado em uma estrutura nacionalista e na concepção cristã radical e conservadora. Partimos da seguinte problemática: por que os brasileiros apropriaram-se do passado espartano? Nossa hipótese é a de que Esparta consiste em "uso do passado" visando a promoção do ódio e da violência contra minorias e a própria democracia. Traçamos três objetivos: i. questionar por que os historiadores devem se preocupar com os usos do passado; ii. identificar como esse uso político de Esparta chegou ao Brasil; e iii. classificar as referências à Esparta em "formas".
Palavras-Chave: Neofascismo, Esparta, Usos do Passado.

Abstract: This article examines the appropriation of Sparta by the Brazilian alt-right, encompassing radical political factions including fascists and neo-Nazis. These groups advocate for authoritarian, anti-liberal, anti-democratic, and anti-communist ideologies rooted in nationalist and Christian conservative principles. The central question addressed is why Brazilians have appropriated Sparta's historical legacy. The hypothesis posits that this appropriation serves to justify and propagate hatred and violence against minorities and democratic values. The article outlines three objectives: i. to explore the relevance of historians engaging with these uses of history; ii. to trace the introduction of Sparta's political symbolism into Brazil; and iii. to categorize the various references to Sparta within distinct ideological "frames".
Keywords: Neofascism, Sparta, Uses of the Past.

Introdução

> Esse é o Brasil de 2020. [...] O recado fica para a classe política, já devidamente assustada pela alarmista mensagem do decano do Supremo, Celso de Mello, fazendo uma comparação [...] entre o momento atual do Brasil e a Alemanha na ascensão do nazismo. Hipérboles, contudo, talvez sejam o único jeito de enfrentamento institucional quando um presidente se põe a galopar pela Esplanada dos Ministérios entre golpistas assumidos. Ao gosto dos histriônicos 30 (não 300) de Brasília, só faltou desembainhar uma espada e gritar "Esparta!". [...] Bolsonaro só cavalga após os tais 300 do Brasil macaquearem a *Ku Klux Klan* de uma América inexistente entre nós porque se sente avalizado por eles (Gielow, 2020).

[1] Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-UEMG), doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), professor de História Antiga no curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Campanha) e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História Antiga, Medieval e da Arte (LEPHAMA). E-mail: ygor.belchior@uemg.br.
[2] Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) sob orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

No dia 1º de maio, um grupo de ativistas denominado "300 do Brasil" (Figura 1) ocupou o Eixo Monumental da Esplanada dos Ministérios em Brasília, capital do Brasil. Liderado por militantes da extrema-direita — entre eles, Sara Giromini, também conhecida como Sarah Winter, homônima de um membro da União Britânica de Fascistas e espiã do partido nazista alemão —, tinha como objetivo apoiar o presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

Figura 1 – Os "300 do Brasil"



Fonte: Mattos; Viegas, 2020.

Na época, o sistema judiciário estava investigando o envolvimento de alguns dos apoiadores de Bolsonaro no esquema de disseminação de notícias falsas durante o contexto da crise da *Covid-19*. Resistentes, os "300 do Brasil" exigiram a renúncia dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como o fechamento do Superior Tribunal Federal (STF). Alguns até ordenaram que uma intervenção militar demitisse esses políticos — o que, então, permitiria finalmente que o governo de Bolsonaro funcionasse adequadamente (Teixeira, 2020). Segundo Queiroz, cofundador dos 300 do Brasil, o grupo foi inspirado nos 300 espartanos que morreram nas Termópilas. Os ativistas basearam-se abertamente no filme *300*, de Zack Snyder (Figura 2). Tal como outros grupos de direita/neofascistas na Europa e nos Estados Unidos, os "300 do Brasil" adotaram o vocabulário do sacrifício patriótico, da oposição violenta contra os seus inimigos, para além do caráter paramilitar e do fundamentalismo religioso (Dip; Franzen, 2020).

Figura 2 – O Bolsonaro espartano



Fonte: LEPHAMA TV. O Bolsonaro espartano (PT). Youtube, 2022.

Este trabalho visa investigar por que a extrema-direita brasileira apropriou-se do passado espartano. Nossa hipótese é a de que tal Esparta consiste em "uso do passado" visando a promoção do ódio e da violência contra minorias e a própria democracia[1]. Traçamos três objetivos: i. questionar por que os historiadores devem se preocupar com os usos do passado; ii. identificar como esse uso político de Esparta chegou ao Brasil; e iii. classificar as referências a Esparta em "formas".

Por "extrema-direita" entende-se aqui um amplo espectro político que abrange diferentes grupos, como monarquistas a neonazistas, os quais propõem rupturas na ordem democrática. Esses grupos, apesar de serem diversos em muitos aspectos, partilham algumas das suas reivindicações, como discursos autoritários, antiliberais, antidemocráticos ou anticomunistas, baseados numa postura nacionalista e em costumes cristãos radicais e conservadores. Além disso, é importante considerá-los de forma diacrônica, uma vez que, no passado, operavam de forma diferente dos extremistas modernos. Antes, costumavam centrar-se nas tradições partidárias; agora, o discurso, ações e membros estão pulverizados em várias organizações pequenas, mas ligadas pelas redes sociais (Gonçalves; Caldeira Neto, 2010).

Por que devemos nos preocupar com "usos do passado" espartano pela extrema-direita?

Começaremos com a atualidade do tema. Afinal, Esparta não só se faz presente nas mídias e no entretenimento, como é uma civilização muito utilizada no vocabulário político da extrema-direita para embasar discursos de ódio (Figura 3).

Figura 3 – Esparta como discurso de ódio contra opositores políticos



Fonte: Anonymous, 2021.

A figura 3 refere-se ao dia 6 de janeiro de 2021, quando um grupo de terroristas domésticos, encorajados por Trump (Figura 4), atacou o Capitólio nos Estados Unidos. Nos noticiários, pudemos notar vários manifestantes usando réplicas de elmos espartanos durante a pilhagem. Conforme o texto, *Capitol Terrorists Take Inspiration from Ancient World*, essas referências à Esparta desenharam o ataque às instituições democráticas como uma resistência honrosa contra uma força totalitária: "É uma visão dominante que a Esparta clássica foi um modelo de poderio militar e o salvador da 'Civilização Ocidental', mesmo que os historiadores reconheçam cada vez mais que esta visão está errada" (Anonymous, 2021).

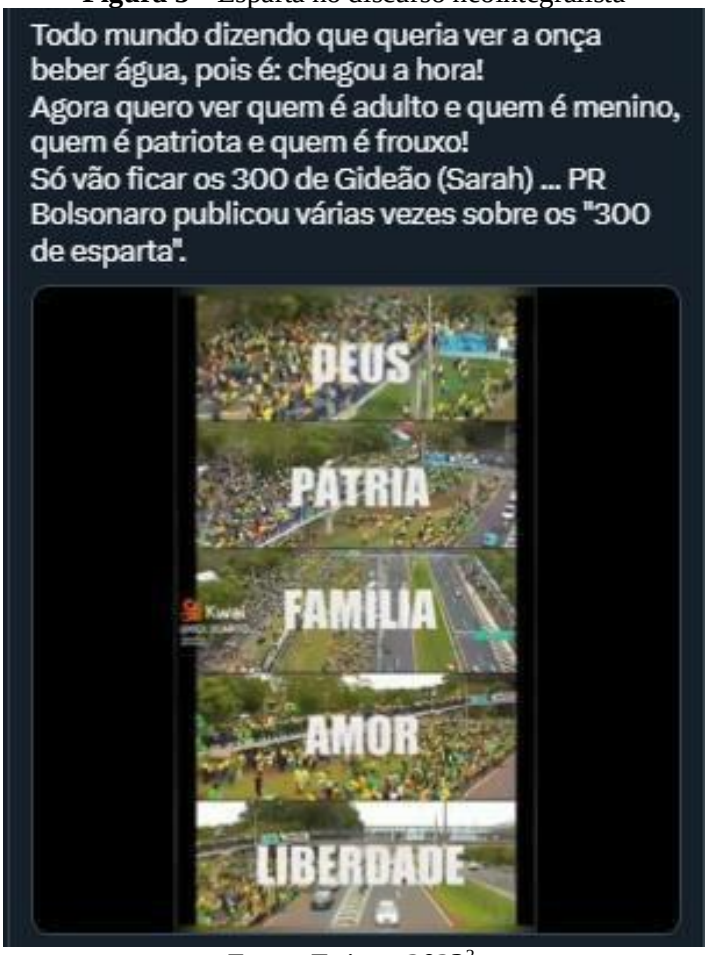
Figura 4 – Rei Trump e os 300 guerreiros espartanos na batalha das Termópilas



Fonte: History, 2023[2].

Nos últimos anos, evidenciamos o crescimento dos grupos da extrema-direita no Brasil (Senra, 2019). Dentre eles, houve o aumento no número de adeptos às agendas neonazistas, os quais se apropriaram desse novo vocabulário político de Esparta para promover a violência política (Figura 5).

Figura 5 – Esparta no discurso neointegralista



Fonte: *Twitter*, 2023[3].

Ao analisarmos a figura 5, percebemos que Esparta é utilizada como uma metáfora para descrever a resistência heroica aos indivíduos do espectro político de esquerda. Uma oposição bem demarcada pelo discurso "nós contra eles". Esse mesmo apelo é importante para compreendermos o lema integralista "Deus, Pátria e Família", junto a mensagens de cunho militar, como "a onça beber água", e religioso, ao comparar os soldados de Gideão com os 300 de Esparta.

A militarização da extrema-direita, feita com roupagens espartanas, contudo, não é restrita ao mundo da internet. Podemos dizer que ela materializou-se, justamente, no contexto da figura 4, mais especificamente, em janeiro de 2023, quando apoiadores de Jair Bolsonaro depredaram diversos edifícios em Brasília (Figura 6).

Figura 6 – Bolsonaristas atacam Brasília



Fonte: Peduzzi, 2023.

Visto isso, outra justificativa é o ineditismo teórico e metodológico. Pensar a recepção de Esparta no Brasil junto à História Pública é algo ainda não explorado no Brasil. O desenvolvimento da História Pública ocorreu nas últimas décadas, momento em que a pesquisa histórica passou a debruçar-se sobre as "representações e de imagens em perpétuo movimento, amplamente difundidas na sociedade, de geração em geração". De acordo com Meneses (2019, p. 2), nos últimos anos houve:

> [...] Uma profusão de novos produtores e de lugares de narrativas históricas para grandes audiências. A título de exemplo, podemos notar [...] 11 programas ambientados em outras temporalidades, desde o século XVI antes de Cristo, passando pela Idade Média, até década de 1980.

No que tange aos nossos espartanos, é evidente a inspiração retirada do filme *300*, lançado em 2006. De acordo com Dip e Franzen (2020), o filme é referência para movimentos de extrema-direita por vários motivos:

> A Batalha das Termópilas representa a luta do Ocidente contra o Oriente e o rei Leônidas ordena que seu exército enfrente a morte para salvar a população de uma invasão do Oriente Médio. Esse discurso de fazer um sacrifício pela nação e resistência violenta contra invasores frequentemente acha-se [na] extrema-direita europeia [...]. O uso do discurso do sacrifício, e do 'sangue e suor' pela pátria também é muito frequente por parte dos integrantes do "300 do Brasil" [...]. O caráter paramilitar do movimento chama a atenção. Os militantes chamam-se "soldados" e falam de uma "guerra". Frequentemente os integrantes fazem saudações militares, prometem treinamentos e reivindicam uma disciplina rígida.

No Brasil, o discurso do sacrifício de uma minoria valorosa (conservadora e cristã) contra uma maioria corrompida (comunistas, adeptos do movimento negro e os

LGBTQIA+), em nome da salvação da pátria, tem conexões diretas com a luta política pessoal de apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro. Vale notar que, além das menções a Esparta e às Termópilas, há elementos compartilhados entre os "300 do Brasil" e movimentos neonazistas americanos, como a máscara de caveira — um elemento da "estética universal fascista" (Dip; Franzen, 2020) — que afastam a probabilidade de uma coincidência no uso de tais simbologias (Figura 7).

Figura 7 – Os 300 do Brasil, grito de guerra espartano e a estética fascista



Fonte: LEPHAMA TV. Os '300 ' de Sara Winter no STF e Bolsonaro a cavalo como foram as manifestações em Brasília. Youtube, 2023.

Outra justificativa consiste no ineditismo das fontes: as redes sociais. Tamanha novidade, no início, foi uma dificuldade a ser superada: como trabalhar evidências históricas que ainda não foram analisadas pelos pesquisadores? Assim, em razão deste trabalho, realizamos a primeira tentativa de desenvolver uma metodologia para a catalogação e análise de Esparta na *internet*.

Estudar e problematizar os conteúdos das redes sociais é uma tarefa muito importante para os historiadores do nosso tempo. Por exemplo, o artigo intitulado "Como o *YouTube* radicalizou o Brasil" (Fisher; Taub, 2019), publicado pelo *The New York Times*, relata a atuação da equipe do *Berkman Klein Center de Harvard*, que testou a ascensão meteórica da extrema-direita brasileira do *YouTube*. Conforme o relatório, o novo sistema de inteligência artificial da plataforma passou a indicar conteúdo extremista a partir de uma análise algorítmica do perfil do usuário que, ao consumir vídeos com esse teor, é direcionado a outros semelhantes.

Os produtores desses conteúdos, a exemplo dos *youtubers*, Nando Moura, Carlos Jordy e Bernardo Küster, divulgam discursos de ódio, conspirações contra feministas e professoras e com temas homofóbicos. A reportagem ainda alude ao "marco zero da política do *YouTube*": o *Movimento Brasil Livre*, cujos "membros são jovens, de classe média, de direita". Renan Santos, o coordenador nacional do grupo e entrevistado pela reportagem, chegou até a afirmar que "o coração das coisas" é a *Divisão do YouTube* da

sede. Por fim, o texto alerta que os conteúdos produzidos em contextos semelhantes já chegaram às escolas, onde "professores descrevem salas de aula tornadas indisciplinadas por alunos que citam vídeos de conspiração ou que, incentivados por estrelas de direita do *YouTube*, gravam secretamente seus instrutores".

Por fim, o crescimento alarmante de grupos da extrema-direita que compactuam com os valores neonazistas,[4] estampados em postagens com a manipulação de temáticas históricas, justifica um estudo que não só questione tais usos do passado, mas que também revele os interesses por trás deles. Explorar, portanto, temáticas como a violência contra opositores políticos e o imaginário subjacente à estrutura militarista espartana, como uma sociedade neonazista, pode auxiliar a esclarecer os usos políticos atuais de um passado que se mostra, ao mesmo tempo, bastante remoto e bastante recente, podendo, assim, nos fazer revisitar discussões importantes para a democracia.

Como a Esparta neofascista chegou ao Brasil?

> [...] Quando os grupos neofascistas afirmam querer criar uma nação brasileira, não estão pensando apenas no que é o Brasil, mas sim no que, para eles, não deve ser o Brasil. Não é apenas um movimento revivalista; trata-se da criação de uma narrativa de regeneração nacional que visa encontrar categorias sociais que sejam enquadradas como inimigos. É uma política de 'nós contra eles', os desejáveis *versus* os indesejáveis (Neofascismo à brasileira, 2020).

Para responder à pergunta, o nosso primeiro procedimento foi a elaboração de outra problemática: por que as pessoas estão se inspirando em Esparta para promover os seus ideais políticos? Assim, iniciamos as nossas buscas pesquisando os usos modernos de Esparta por grupos de extrema-direita no mundo.

Nossa busca versou na leitura de reportagens, *sites* de organizações antifascistas e textos contidos em *blogs* de pesquisadores da temática. Ao total, selecionamos e estudamos cerca de 100 textos. Dentre eles, reportagens a respeito da antiguidade pela extrema-direita europeia[5], da extrema-direita estadunidense[6], da extrema-direita-brasileira[7], assim como produções de historiadores [8] e em *sites* de ativistas dos direitos humanos. [9]

Em linhas gerais, percebemos que a apropriação moderna de Esparta pela extrema-direita iniciou-se na Europa dos anos 2000, no contexto da crise dos refugiados. Naquele momento, os grupos anti-imigrantistas, sustentados por partidos da ultradireita, estamparam em seus cartazes imagens do filme 300 para combater a entrada de imigrantes em seus países (Figura 8). No entendimento desses ativistas, o filme representava um momento muito importante da história europeia, a Batalha das Termópilas, entendida

como o combate heroico dos "europeus verdadeiros" contra os "invasores refugiados". A literatura ainda chama a atenção para a escolha do filme: a estética fascista da película. Uma estética apresentada na violência explícita e na hipermasculinidade de soldados fortes e honrosos.

Figura 8 – Neonazista europeu usando uma camiseta em referência ao filme 300



Fonte: Dip; Franzen (2020).

Essa realidade é representada no filme "Ele está de volta" (*Er ist wieder da*), escrito e dirigido por David Wnendt. A película estreou na Alemanha em 8 de outubro de 2015 e no Brasil em 9 de abril de 2016, pela *Netflix*. O enredo aborda a volta de Adolf Hitler para a Alemanha do ano 2014. Com um ator vestido de Führer circulando pelas cidades alemãs, percebemos a grande comoção das pessoas, afinal, ele conquista diversos apoiadores e admiradores por onde ele passa. É importante mencionar que essas cenas de apoio são reais, isto é, as pessoas realmente ficaram empolgadas.

Em certo momento da trama, um personagem incomoda-se com a exposição de ideias nazistas. Revoltado, performa a *Hitlergruß*, vulgo, a saudação nazista, e prossegue com dizeres: "uma grande porcaria nazista" enquanto o povo grita "*Hurrah*!". A título de conhecimento, "*Hurrah*" foi uma expressão muito utilizada pelos partidários de Hitler para rememorar os guerreiros espartanos.[10]

Em 2016, durante a campanha eleitoral de Donald Trump à presidência, tal apropriação chegou aos EUA e lá encontrou terreno fértil na proposta de combate à "América multicultural". Em um primeiro momento, ao contrário das manifestações políticas na Europa, notamos o despertar das reapropriações da Esparta antiga nos círculos acadêmicos e literários, porém, igualmente carregadas de ideias supremacistas, a exemplo do artigo "Quem somos nós? — Helenos e Dóricos", publicado na revista *National Vanguard*. No texto, percebemos a admiração por Esparta antiga, por sua hierarquia

rígida, pelo seu exército profissional e permanente, pela prática da eugenia e, principalmente, por terem sangue nórdico (Pierce, 2017).

Parece difícil conceber que os nórdicos aparecem em um estudo sobre a Grécia antiga. Mas, apesar dessa estranheza, existe uma lógica. Para a extrema-direita americana, a Grécia antiga, em particular, Esparta, constituem momentos ímpares na história da raça ariana. Consoante o referido artigo, a colonização da Grécia ocorreu por meio de povos nórdicos, os quais expulsaram as populações mediterrânicas e ali estabeleceram a civilização berço do ocidente ariano. De tal maneira, a decadência da Hélade estaria atrelada à miscigenação racial, quando o sangue grego deixou de ser "puro", misturando-se com orientais e africanos. Tal fato levou ao declínio do mundo grego, enfraquecendo a cultura, as instituições e os costumes.

A leitura racial e caucasiana dos gregos antigos popularizou-se na publicação do livro *Bronze Age Mindset* (2018), escrito por um personagem identificado com "O pervertido da Idade do Bronze" (*Bronze Age Pervert*). Segundo artigo *Bronze age greeks inspire violent white masculinity* (2020), publicado no *blog Pharos*, a obra também promove os mesmos ideais supremacistas, os quais apresentamos anteriormente, porém, com uma novidade: a superioridade é acompanhada da masculinidade violenta, uma vez que localiza no guerreiro grego o exemplo de homem a ser seguido pelos do presente, os quais, segundo o "Pervertido", perderam espaço para as mulheres por serem "afeminados" demais (Figura 9).

Figura 9 – A visão hipermasculinizante dos espartanos



Fonte: Pevert, 2020[11]

O elo entre os americanos e o Brasil apareceu justamente na relação entre o "Pervertido" e Steve Bannon, ex-estrategista-chefe da Casa Branca, conselheiro sênior do Presidente Trump e amigo da família Bolsonaro. Segundo o texto *The biggest name in white nationalist Classics*, Bannon é um leitor do "Pervertido" e "[…] obcecado pela antiguidade greco-romana" (Anonymous, 2022). O texto ainda afirma que "muitos aspectos desta obsessão se tornaram quase de conhecimento comum: como a senha do computador de Bannon que costumava ser 'Esparta'" (Anonymous, 2022). Segundo Pires (2020), Bannon foi o fundador do *Breibart News*, um *site* de extrema-direita, conhecido

pela disseminação de notícias falsas, além de teorias da conspiração, sob a justificativa de defesa aos "valores tradicionais americanos". Tais publicações impactaram no aumento dos movimentos racistas, os quais tornaram a xenofobia uma pauta central na política norte-americana.

A partir da leitura dos artigos de Araújo e Silva (2023), Alessi e Hofmeister (2020), Onofre (2021) e Sinderski (2022), percebemos que os ideais de Bannon não só circulavam em seu *site* de notícias falsas. Havia outro lugar até mais importante: o *Twitter*. Por meio de perfis falsos, controlados remotamente por robôs, monopolizava as discussões nessa rede, inundando-a com opiniões, frases e palavras-chave para alcançar os *trending topics*, em outras palavras, o indicador de que tal assunto é uma tendência mundial. Segundo Araújo e Silva (2023, p. 1127),

> o *Twitter* é uma rede social com características muito específicas e que virou a preferida de muitos políticos. É bastante comum líderes usarem o *Twitter* para se comunicar virtualmente com sua audiência ou até mesmo anunciar em primeira mão políticas públicas pela plataforma. Com pouco mais de 16 milhões de usuários, o *Twitter* não é equivalente ao eleitorado brasileiro, mas, nos últimos anos, essa rede social passou a funcionar como um termômetro do debate político no Brasil e em muitos outros países.

Bannon seguiu duas outras estratégias: o *shitposting* e a criação de uma conspiração. A primeira significa "o ato de jogar fora uma abundância de conteúdo, a maioria *trollagem* irônica e de baixa qualidade (Figura 10), visando provocar uma reação emocional em telespectadores menos experientes na Internet" (Evans, 2019). Já a segunda, diz respeito à conspiração *QAnon*, a qual, basicamente, sugere o ódio contra a esquerda global, bem como a busca por um líder messiânico para conduzir uma guerra política e espiritual (Figura 11).

Figura 10 — Bolsonaro como Leônidas reacionário



Fonte: Espartanos, 2022.

Figura 11 — Carla Zambelli e a retórica do bem x mal



Fonte: Zambelli, 2020.

Voltando ao nosso primeiro procedimento, a saber, a elaboração da problemática: por que essas pessoas estão se inspirando em Esparta para promover os seus ideais políticos? Percebemos, então, a partir da pesquisa sobre os usos modernos de Esparta nas mídias e da investigação sobre os usos políticos de Esparta por grupos de extrema-direita no mundo, que tal apropriação diz mais sobre a agenda política da extrema-direita global do que sobre o passado.

Por exemplo, olhando novamente para a figura 10, indicamos a influência da conspiração *QAnon* no sentido em que Bolsonaro aparece como o líder a ser seguido. Uma liderança baseada na mesma estética dos grupos europeus, isto é, calcada na utilização dos 300 das Termópilas, todos hipermasculinizados, conforme também observamos nas releituras norte-americanas. No que tange aos ideais da extrema-direita mundial, apontamos o vocábulo "reacionário", o qual, na linguagem política, indica, de acordo com Bianchi (1998, p. 1073 – 1074),

> genericamente todo comportamento coletivo que, opondo-se a um determinado processo evolutivo em ato na sociedade, tenta fazer regredir essa sociedade para estádios que aquela evolução havia ultrapassado. Em sentido mais restrito [...] são considerados reacionários aqueles comportamentos que visam inverter a tendência, em ato nas sociedades modernas, para uma democratização do poder político e um maior nivelamento de classe e de *status*, isto é, para aquilo que é comumente chamado de progresso social. Os impulsos reacionários têm origem, em primeiro lugar, na hostilidade daqueles componentes sociais que, pelo progresso, são prejudicados em seus privilégios. A sua oposição é normalmente exibida como defesa de um

> sistema de valores que a tendência à igualdade destruiria. [...] Têm esta raiz ideológica e social as teorias do super-homem, do povo eleito (v. RACISMO) e da soberania nacional (v. NACIONALISMO). [...] Estas justificativas ideológicas da Reação, com certa medida, influenciaram também as classes subalternas [...] dando origem a fenômenos reacionários de massa, como [...] o fascismo e o nazismo no nosso século.

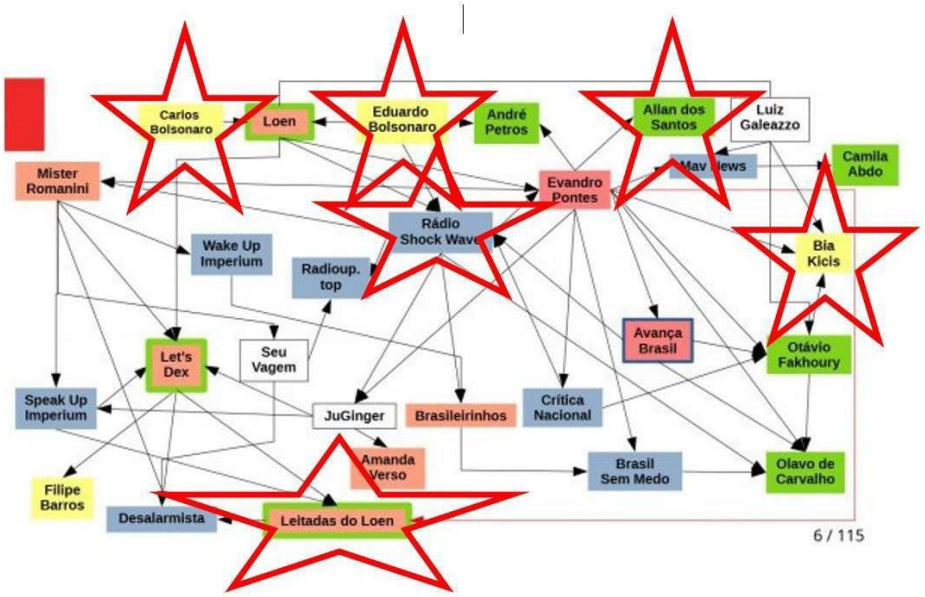
Da mesma forma, ao atentarmos para o discurso de Zambelli (Fig. 11. Minuto 04:15 — 04:58), percebemos que, por fim, Esparta, para os bolsonaristas, é um discurso de guerra e de ódio à esquerda e às minorias, entendidas como o inimigo e o mal. Pois, nas palavras de Zambelli (2020), os 300 do Brasil

> [...] são pessoas que estão se doando de verdade e que acreditam em um projeto: o "Projeto Brasil". E o líder desse Projeto Brasil, hoje, é o Presidente Jair Bolsonaro. Acreditamos no Jair Bolsonaro. Acreditamos que Deus colocou ele ali para poder limpar o nosso país [...]. E quem pode ser contra o que Deus quer? Ninguém. Ninguém é mais forte do que Deus. Então, a gente acredita que sim, pode haver umas batalhas que a gente perca, mas a guerra a gente não vai perder. E esse é uma guerra — não tô falando de guerra física, não — essa é uma guerra espiritual, do bem contra o mal. E o bem ficou calado por muito tempo. Nós ficamos calados por muito tempo. E aí o mal avançou.

Em agosto de 2022, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal [STF], indiciou alguns produtores de conteúdo da extrema-direita em um processo que objetivava investigar o "Gabinete do Ódio" (Figura 12) e quem eram os seus financiadores (Figura 12). O documento, que ao todo tem 121 páginas, "faz a conexão entre a operação e o financiamento do que se convencionou chamar de 'Gabinete do Ódio', grupo que, sob as ordens do Palácio do Planalto, espalharia *fake news* e afirmações agressivas contra adversários do atual governo" (Lago, 2022).

> Segundo o juiz, a ação da Polícia Federal 'em virtude da presença de fortes indícios e significativas provas apontando para a existência de uma verdadeira 'organização criminosa' de forte atuação digital e com núcleos de 'produção', de 'publicação' de 'financiamento' e 'político' [...] com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito' (Lago, 2022).

Figura 12 — O "gabinete do ódio"



Fonte: Alves, 2020.

Na figura 12, destacamos dois nomes: Allan dos Santos [12]e Bia Kicis. Dos Santos, hoje, encontra-se foragido nos EUA justamente devido às investigações já mencionadas. Já Bia, atualmente, encontra-se no exercício do seu segundo mandato como Deputada Federal pelo Partido Liberal (PL), o mesmo de Jair Bolsonaro, também investigado no processo. Em um vídeo gravado por Sarah Winter, no acampamento dos 300, fica clara a relação entre o gabinete do "ódio" e os espartanos que lutavam contra o STF em Brasília (Figura 13).

Figura 13 — Acampamento dos 300 agradece o apoio da deputada Bia Kicis



Fonte: Kicis, 2020.

Também chamamos a atenção para os dois filhos do então presidente Jair Bolsonaro, Carlos e Eduardo. De acordo com delações recentes, ocorridas no final de 2023, pelo ajudante de ordens do presidente da República, Mauro Cid, Carlos era o líder do grupo de assessores do Palácio do Planalto que atuava nas redes sociais para disseminar *fake news*, chamado de "gabinete do ódio" (Poder360, 2023). Já Eduardo, é considerado por Santiago (2019) como um espartano na diplomacia, justamente por servir como um diplomata da extrema-direita norte-americana, atuando como porta-voz de supremacistas como Trump e Bannon.

Por fim, é importante apontar a presença de perfis de influenciadores com conteúdo supremacista, a exemplo do "Leitadas do Loen" — atualmente identificado pelo *Twitter* como "conteúdo sensível" — e da "Rádio *Shock Wave*". Segundo Monteleone (2020), a *alt-right* americana, "associa o consumo de leite a uma série de atributos positivos sobre a própria existência: por serem brancos e comerem carne (ou caça), formariam uma raça superior"[13] . Já "*Shock Wave*", para Smith (2018), refere-se a um estilo artístico muito famoso pelos nacionalistas brancos, muito replicado em perfis de jovens neonazistas e neofascistas.[14]

Assim, entendemos que Esparta é um "uso do passado"[15] para recrutar politicamente seguidores à defesa de pautas da extrema-direita. Tal "uso" é praticado e impulsionado por um "gabinete" composto por *influencers*, jornalistas, deputados e, principalmente, familiares do ex-presidente Jair Bolsonaro. Se há algo que podemos concluir nesse raciocínio, é que a Esparta supremacista, masculina e neofascista tornou-se uma política de Estado.

As "formas" da Esparta brasileira

Para classificar as referências à Esparta, nossa análise teve como base dois conceitos: i. o de "forma"; e ii. o de *allelopoiesis*.

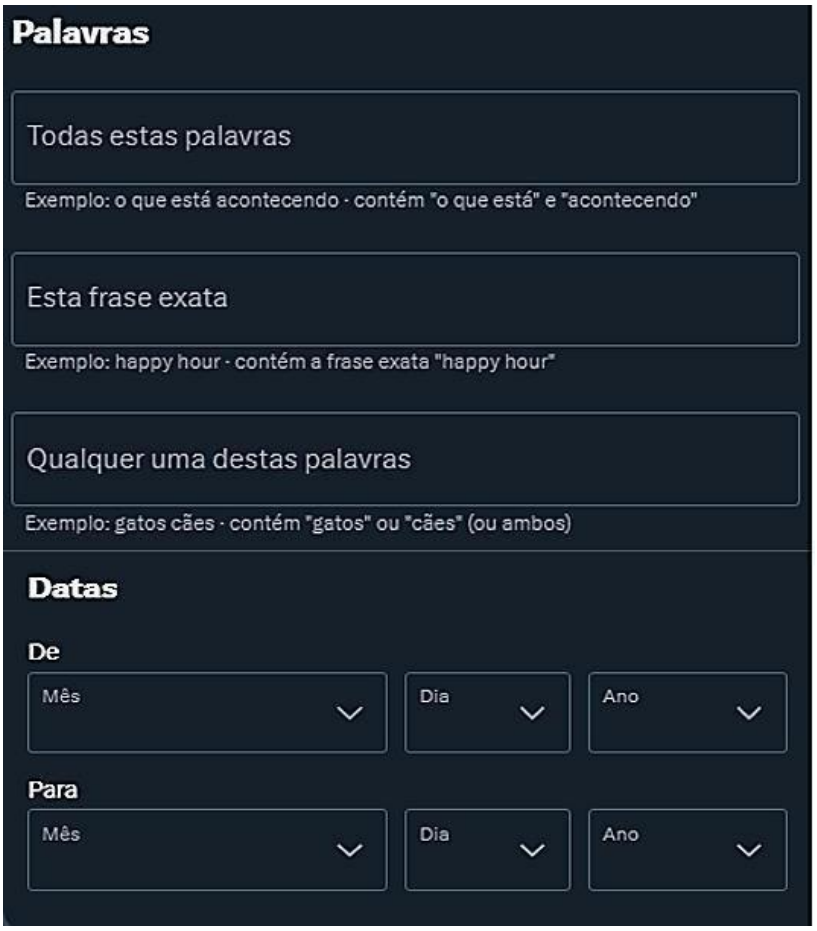
O primeiro foi elaborado por Guarinello (2010, p. 45–49) e ajuda-nos a entender as imagens de Esparta como construções arbitrárias, que englobam vestígios descontínuos do passado, permitindo a construção, no presente, de novas interpretações e narrativas sobre esse passado. Nesse sentido, a forma "Esparta" brasileira deve ser entendida como o produto de diversas percepções das fontes, da tradição interpretativa, realizadas em contextos temporalmente muito distantes, mas que, no presente, alude à percepção de que os espartanos compartilhavam os valores do presente, como o militarismo da sociedade, o patriotismo, a xenofobia e o ódio à democracia.

Já *allelopoiesis*, de acordo com Faversani (2020), advém de um neologismo composto por *allelon* (mútuo, recíproco) e por *poiesis* (criação, geração), e refere-se à ação de se valer de ideias sobre algum elemento do passado para articular algum discurso no presente, bem como ao processo de transformação que essas ideias sofrem nessas duas temporalidades. Ou seja, reconhece-se haver uma criação mútua e recíproca de Esparta na contemporaneidade, a qual resulta em formas de representá-la que são construídas mutuamente pelo passado e pelo presente.

Esses conceitos são importantes, pois as "Espartas" atuais foram "usadas" com objetivos diferentes das do passado. Sendo assim, o nosso argumento é que as "formas", por *allelopoiesis*, transformam-se em repertórios distintos, marcados por manipulações históricas feitas com interesses específicos do presente, produzindo espartanos que não pertencem exclusivamente ao(s) passado(s) ou ao(s) presente(s), mas que "mesclam e confundem" (Faversani, 2020, p. 389).

As fontes consideradas são *posts* e *threads* do *Twitter*, uma das principais ferramentas de comunicação das redes bolsonaristas. Dada a quantidade de dados disponíveis, foi necessário delimitar uma amostra. Assim, para a investigação, realizamos o levantamento das menções a "Esparta", "espartanos", "300 do Brasil", "Leônidas", "Termópilas", "Xerxes" e "Éforos", a partir do uso da ferramenta de buscas, considerando o recorte temporal (Figura 14).

Figura 14 — Ferramenta de buscas do *Twitter*



Fonte: *Twitter*, 2023.

As evidências encontradas foram cadastradas em banco de dados em *Microsoft Access*, a partir do preenchimento de uma ficha com seguintes informações: i. código da postagem (número/ano — ex. 01/2017); ii. palavra-chave pesquisada; iii. endereço eletrônico da postagem; iv. endereço permanente da postagem; v. data da postagem; vi. data da coleta; vii. uso de espartana postagem (classificação por "formas"); e viii. texto da postagem (se houver)[16].

E por que fazer um banco de dados? Segundo Almeida (2011, p. 16 – 17), no estudo de fontes digitais, "o historiador torna-se responsável pela análise e pela preservação da informação". Isso porque as postagens nas redes sociais são muito voláteis, podendo desaparecer a qualquer momento, seja por exclusão do próprio conteúdo ou do perfil pessoal do autor, seja por ordem judicial ou até mesmo por violar as políticas da rede social na qual foram veiculadas.

E isso é um grande problema, uma vez que no *Twitter* existe uma enormidade de referências à Esparta antiga a serem utilizadas para uma diversidade de estudos históricos. Uma qualidade documental que arrisca se perder, caso não seja resguardada para a posteridade. Assim, realizamos a "arqueologia de salvamento" da documentação digital, a partir do arquivamento das evidências coletadas[17].

Ao longo da pesquisa — e considerando o recorte cronológico dos anos 2017 a 2023 —, catalogamos duzentas e cinquenta e duas referências à Esparta, as quais dividimos em dezoito "formas": i. o espartano patriota; ii. o espartano antidemocrático; iii. o espartano monárquico; iv. o espartano anti-imigrante; v. o espartano anticomunista; vi. o espartano líder guerreiro; vii. o espartano homofóbico; viii. o espartano anti-STF; ix. o espartano conservador; x. o espartano cristão; xi. o espartano defensor do ocidente; xii. o espartano anticentrão; xiii. o espartano empreendedor; xiv. o espartano anti-traidores; xv. as espartanas antifeministas; xvi. o espartano anti-deputados do "centrão"; xvii. o espartano anti-Dória; e xviii. o espartano de Curitiba.

Quanto aos números, das 252 evidências, 51 (20,3%) não foram classificadas em "formas" por não terem relação com os "usos" promovidos pela extrema-direita. Muitas, por exemplo, dizem respeito às academias de lutas marciais, de musculação ou outras atividades esportivas, enquanto outras tratam do cuidado com o corpo. Também são comuns os "usos" por grupos políticos contrários, os quais, muitas vezes, classificam os espartanos de direita como "terroristas".

A "forma" com o maior número de ocorrências é a "espartano anti-STF", com 69 *posts* (27,38%), seguida do "espartano anticomunista" com 33 *posts* (13,09%) e do "espartano líder guerreiro" com 25 evidências (9, 92%). Vejamos um exemplo de cada (Figuras 15, 16 e 17):

Figura 15 — Espartano anti-STF



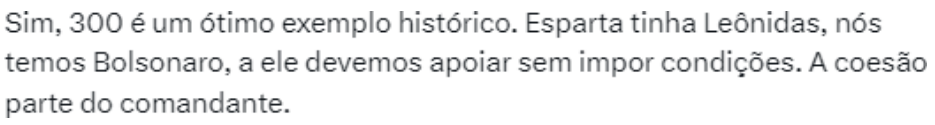
Fonte: *Twitter*, 2022.

Figura 16 — Espartano anticomunista



Fonte: *Twitter*, 2022.

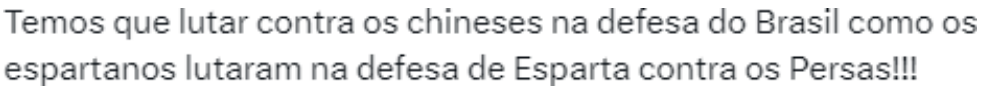
Figura 17 — Espartano líder guerreiro



Fonte: *Twitter*, 2021.

Em quarto lugar, estão empatadas as "formas" "espartano anti-imigrante" e "espartano homofóbico", com 13 *posts* cada (5,15%), seguidas do "espartano patriota" com 10 ocorrências (3,96%). Vejamos as figuras 18, 19 e 20:

Figura 18 — Espartano anti-imigrante



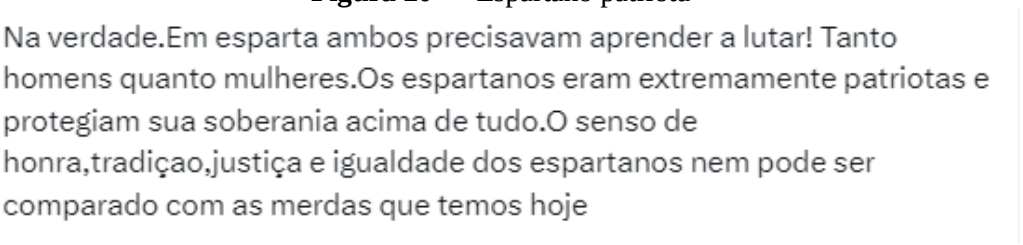
Fonte: *Twitter*, 2020.

Figura 19 — Espartano homofóbico



Fonte: *Twitter*, 2020.

Figura 20 — Espartano patriota



Fonte: *Twitter*, 2022.

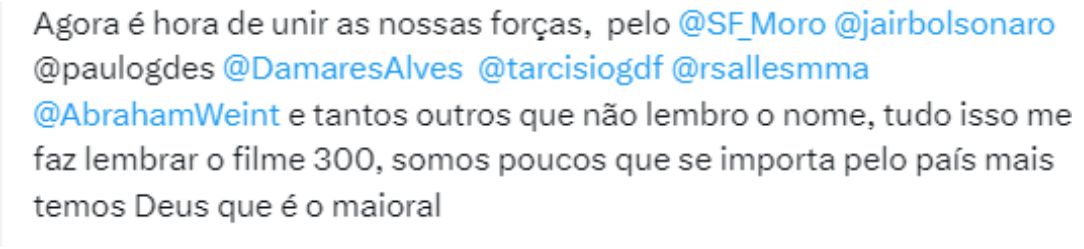
Em sexto lugar, está a "forma" "espartano anti-centrão", com 9 *posts* (3,57%), seguida do "espartano cristão" com 6 ocorrências (2,38%) e do "espartano antidemocrático" e do "espartano anti-traidores" com 5 *posts* cada (1,98%). Vejamos as figuras 21, 22, 23 e 24:

Figura 21 — Espartano anti-centrão



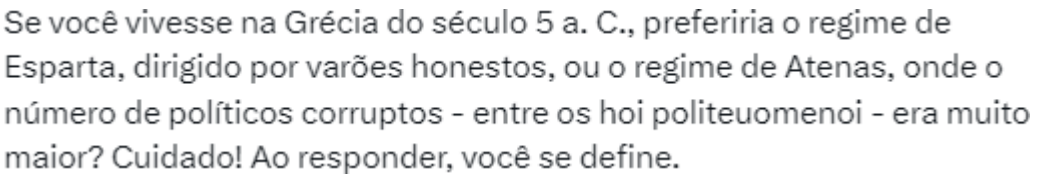
Fonte: *Twitter*, 2019

Figura 22 — Espartano Cristão.



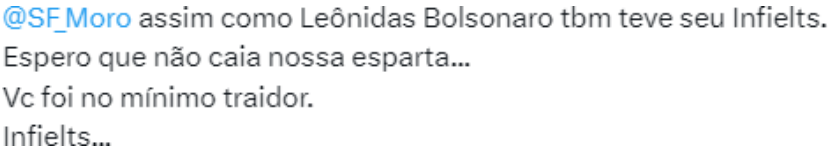
Fonte: *Twitter*, 2019.

Figura 23 — Espartano antidemocrático



Fonte: *Twitter*, 2017.

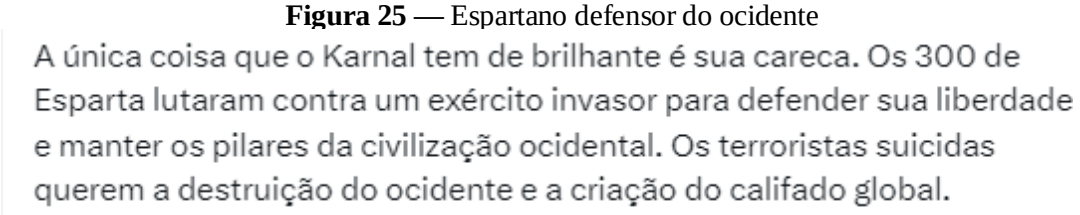
Figura 24 — Espartano anti-traidores



Fonte: *Twitter*, 2020.

Por fim, as "formas" com o menor número de ocorrências: "espartano defensor do ocidente" com 4 (1,58%), "espartano conservador", "espartano monárquico" e "espartana antifeminista" com 2 ocorrências cada (0,79%). E com apenas um caso para cada (0,39%), temos "o espartano empreendedor", "o espartano anti-Dória" e o "espartano de Curitiba". Vejamos as figuras 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31:

Figura 25 — Espartano defensor do ocidente



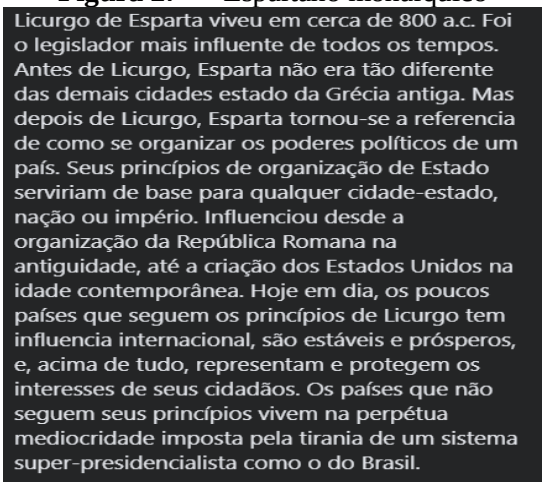
Fonte: *Twitter*, 2017.

Figura 26 — Espartano conservador



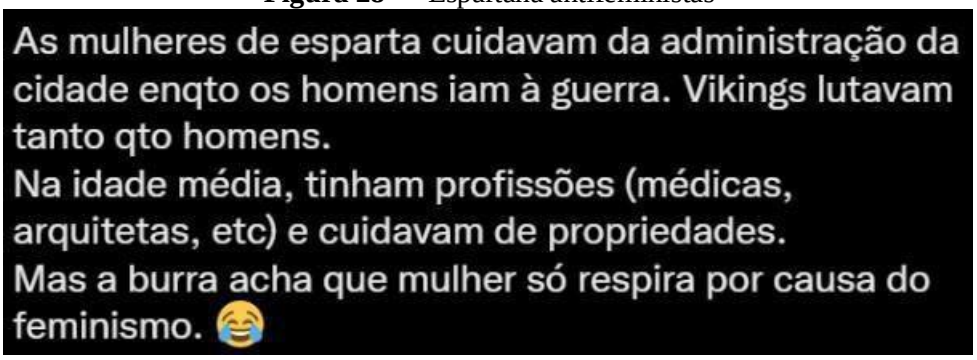
Fonte: *Twitter*, 2023

Figura 27 — Espartano monárquico



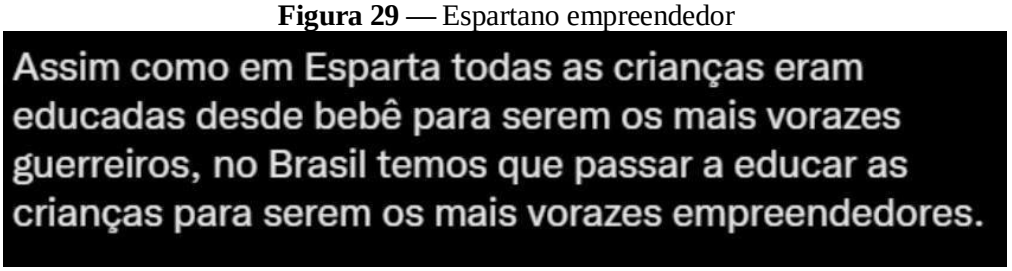
Fonte: *Twitter*, 2017.

Figura 28 — Espartana antifeministas



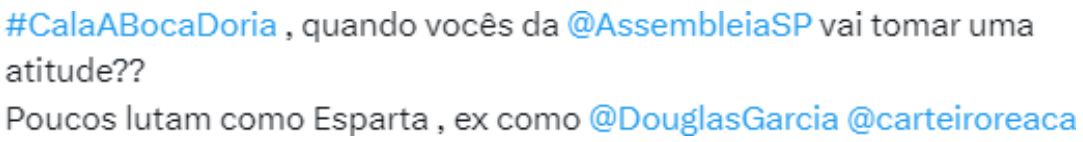
Fonte: *Twitter*, 2017.

Figura 29 — Espartano empreendedor



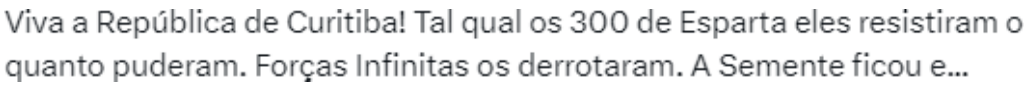
Fonte: *Twitter*, 2017.

Figura 30 — Espartano anti-Dória



Fonte: *Twitter*, 2021.

Figura 31 — Espartano de Curitiba



Fonte: *Twitter*, 2021.

Considerações finais

Este trabalho não estudou a Esparta antiga, mas a sua "recepção", especificamente, a produção de significados e narrativas históricas sobre essa civilização como produto de diálogos bidirecionais entre passado e presente. Diálogos que mudam tanto o modo como entendemos o passado quanto aquilo que vemos — ou queremos ver — no presente, em nosso caso, articulando agendas políticas extremistas por meio da seleção ou supressão (intencionais), visando atribuir valores e defender discursos no presente (Silva; Funari; Garraffoni, 2020, p. 44–47).

Por um lado, esses "usos do passado" apresentam os verdadeiros responsáveis por lutar pela liberdade, os espartanos de Bolsonaro, isto é, os indivíduos anticomunistas, conservadores, cristãos, ocidentais, heterossexuais e empreendedores. Por outro, revela os inimigos a serem combatidos por meio da violência, ou seja, as minorias, como as feministas e os imigrantes.

Assim, por *allelopoiesis*, a Esparta antiga foi transformada pela extrema-direita em uma sociedade na qual indivíduos com valores neofascistas e neonazistas lutaram heroicamente pela liberdade do seu país. O que observamos, portanto, é a defesa de valores históricos da extrema-direita, como o anticomunismo, o conservadorismo e o nacionalismo autoritário, agregados as modernas teorias da conspiração (como o "globalismo" ou o "*QAnon*"), junto ao projeto e discurso ultraliberal na economia, assim como o apoio a Israel e aos Estados Unidos da América (EUA).

Referências

8CHAN: quem é Fredrick Brennan, criador arrependido do fórum de ódio frequentado por autor do massacre de El Paso. *BBC News Brasil*, São Paulo, 06 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49247961>. Acesso em: 06 abr. 2021.
300. Direção: Zack Snyder. Burbank: Warner Bros. Pictures, 2007. 1 DVD (117 min).

ADL REPORT: White Supremacist Murders More Than Doubled in 2017. *ADL*, Nova Iorque, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.adl.org/news/press-releases/adl-report-white-supremacist-murders-more-than-doubled-in-2017> Acesso em: 06 abr. 2021

ALESSI, G.; HOFMEISTER, N. Explícito nas ruas, bolsonarismo neofascista se inspira em extremismo e anticomunismo da Ucrânia. *El País*, 02 jun. 2020. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-02/explicito-nas-ruas-bolsonarismo-neofascista-se-inspira-em-extremismo-e-anticomunismo-da-ucrania.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ALESSI, G.; HOFMEISTER, N. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. *El País*, 09 jun. 2020. Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ALMEIDA, F. C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*. Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 9-30, jun., 2011,

ALVES, F. Entenda por que os bolsonaristas colocaram o bilionário George Soros nos Trending Topics. *Sonar*. Rio de Janeiro, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/entenda-por-que-os-

bolsonaristas-colocaram-o-bilionario-george-soros-nos-trending-topics.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ALVES, H. Gabinete do ódio continua a pleno vapor. *Diário Centro de Mundo*. São Paulo, 5 jul. 2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/gabinete-do-odio-continua-a-pleno-vapor/> Acesso em: 30 out. 2021.

ANONYMOUS. White supremacist site claims Nordic invaders gave rise to Classical Greece. *PHAROS*. Berkeley, 06 jul. 2018. Disponível em: <http://pages.vassar.edu/pharos/2018/07/06/white-supremacist-site-claims-nordic-invaders-gave-rise-to-classical-greece/> Acesso em: 30 mar. 2021.

ANONYMOUS. Site Blames "Decline" of Greece on Loss of Racial Purity. *PHAROS*. Berkeley, 29 jun. 2018. Disponível em: <http://pages.vassar.edu/pharos/2018/06/29/site-blames-decline-of-greece-on-loss-of-racial-purity/> Acesso em: 30 mar. 2021.

ANONYMOUS. Western Imperialism in the Classics Classroom. *Eidolon*. Nova Iorque, 18 mai. 2020. Disponível em: <https://eidolon.pub/western-imperialism-in-the-classics-classroom-75190bd6eb39> Acesso em: 01 abr. 2021.

ANONYMOUS. Bronze Age Greeks Inspire Violent White Masculinity. *PHAROS*. Berkeley, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://pages.vassar.edu/pharos/2020/08/13/bronze-age-pervert-mindset-violent-white-supremacy/> Acesso em: 30 mar. 2021.

ANONYMOUS. Capitol Terrorists Take Inspiration from Ancient World. *PHAROS*. Berkeley, 14 jan. 2021. Disponível em: < https://pharos.vassarspaces.net/2021/01/14/capitol-terrorists-take-inspiration-from-ancient-world/> Acesso em: 30 abr. 2022.

ANONYMOUS. The Biggest Name in White Nationalist Classics. *PHAROS*. Berkeley, 19 dez. 2022. Disponível em: <https://pharos.vassarspaces.net/2022/12/19/steve-bannon-classics-gibbon/> Acesso em: 30 abr. 2023.

APPIAH, K. A. There is no such thing as western civilisation. *The Guardian*, Londres, 09 nov. 2016. The long read. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/nov/09/western-civilisation-appiah-reith-lecture>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ARAUJO, P. Z. de. Exclusivo: Fotos de Eduardo Bolsonaro com "gabinete do ódio" serão levadas à CPMI das Fake News. *DCM*, São Paulo, 03 mai. 2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/exclusivo-fotos-de-eduardo-bolsonaro-com-gabinete-do-odio-serao-levadas-a-cpmi-das-fake-news-por-zambarda/ >. Acesso em: 16 abr. 2021.

ARAUJO, P. Z. de. Como o gabinete do ódio atuou para "limpar" o gesto supremacista de Filipe Martins. *DCM*, São Paulo, 03 abr. 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-o-gabinete-do-odio-atuou-para-limpar-o-gesto-supremacista-de-filipe-martins-por-zambarda/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ARAÚJO, R. de P. A.; SILVA, I. F. A capacidade dos trending topics em pautar o debate: agenda setting do algoritmo. *Cad. Metrop*., São Paulo, v. 25, n. 58, pp. 1123 – 1142, 2023.

AUDI, A. Documento confidencial mostra que cultura vai continuar pregando ideais nazistas mesmo sem Roberto Alvim: Orientação a órgãos como a Ancine, Funarte e Iphan é se alinhar aos objetivos nacionalistas, religiosos e de 'luta contra o que degenera'. *The Intercept Brasil*, Rio de janeiro, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/17/cultura-ideias-do-nazismo-roberto-alvim/>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BARBOSA, J.; CUBAS, M. G.; ELY, D.; FÁVERO, B. Mesmo após banimentos, Facebook tem ao menos 95 perfis e grupos ativos que divulgaram conspirações QAnon em português. *Aos Fatos*, Rio de Janeiro, 16 out. 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/mesmo-apos-banimentos-facebook-em-portugues-tem-ao-menos-95-paginas-e-grupos-ativos-que-divulgaram-conspiracoes-qanon/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BARRUCHO, L. Porque a bandeira de Israel em atos pró-Bolsonaro 'racha' comunidade judaica. *BBC News Brasil*, Londres, 8 mai. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52579809>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BEARD, M. Why Rome continues to underpin western culture and politics — an extract from Mary Beard's book 'SPQR'. *World Economic Forum*, Nova Iorque, 02 jul. 2019. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2019/07/why-rome-continues-to-underpin-western-culture-and-politics-an-extract-from-mary-beards-book-spqr/> Acesso em: 07 abr. 2021.

BEARD, M. Is Classics toxic?. *The Times Literary Supplement*, Londres, 21 dez. 2020. Column. Disponível em: <https://www.the-tls.co.uk/articles/is-classics-toxic/> Acesso em: 31 mar. 2021.

BELTRÃO, H. Anarcocapitalismo, o ideal desconhecido: futuro, presente e passado estão refletidos em sua vida, liberdade e propriedade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 abr. 2019. Colunas e Blogs. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helio-beltrao/2019/04/anarcocapitalismo-o-ideal-desconhecido.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BILENKY, T. Steve Bannon aponta Eduardo Bolsonaro como líder local de união de direita. *GHZ Política*, Porto Alegre, 01 fev. 2019. Articulação. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/02/steve-bannon-aponta-eduardo-bolsonaro-como-lider-local-de-uniao-de-direita-cjrmq3ve0004701tdbtpm8qe1.html>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BONI, M. Entenda o QAnon, teoria conspiratória com influência até nas eleições dos EUA. *Humanista*, Porto Alegre, 30 out. 2020. Política. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2020/10/30/entenda-o-qanon-teoria-conspiratoria-com-influencia-ate-nas-eleicoes-dos-eua/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL. *Lei nº 13.709*, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União, Brasília–DF, 15 ago. 2018.

BRANDALISE, V. H. A escolinha anarcocapistalista do ancapistão: vacina e cinto de segurança são inimigos eleitos pelos ancaps, que já têm representante no governo Bolsonaro. *Piauí*, São Paulo, 15. mai. 2019. Ideologias. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/escolinha-anarcocapistalista-do-ancapistao>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRODERICK, R. 10.000 Rounds of Ammo And 25 Guns Were Seized from A Teenager Posting Far-Right Memes On iFunny And Discord. *BuzzFeed News*, Nova Iorque, 13 ago. 2019. Tech. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/ryanhatesthis/ammo-guns-seized-from-teen-radicalized-on-ifunny>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CANOSSA, C. Pizzagate: o escândalo de fake news que abalou a campanha de Hillary. Superinteressante, São Paulo, 14 fev. 2020. *Mundo Estranho*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

CARROLL, L. A fascist manifesto is gaining fans on the right, including state Sen. Roger Chamberlain. *Minnesota Reformer*, Minnesota, 24 ago. 2020. Government & Politics. Disponível em: <https://minnesotareformer.com/2020/08/24/a-fascist-manifesto-is-gaining-fans-on-the-right-including-state-sen-roger-chamberlain/ >. Acesso em: 30 mar. 2021.

CARVALHO, I. Cinco vezes que Bolsonaro, ou pessoas ligadas a ele, recorreram a símbolos nazistas: Gesto de Filipe Martins, assessor do presidente, não é isolado e mostra relação estreita de Bolsonarismo com nazismo. *Brasil de Fato*, São Paulo, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/cinco-vezes-que-bolsonaro-ou-pessoas-ligadas-a-ele-recorreram-a-simbolos-nazistas>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CASCONE, S. Anti-Fascists Clash With Right-Wing Group Inside the Minneapolis Institute of Art: The culture war becomes very, very real. *Artnet*, Nova Iorque, 28 fev 2017. Politics. Disponível em: <https://news.artnet.com/art-world/alt-right-iww-minneapolis-institute-of-art-874277 >. Acesso em: 02 ar. 2021.

CENA do filme "Ele está de volta". Disponível em: <https://youtu.be/SCpCE9zE7W0>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CHADE, J. Araújo cita sigla romana usada por movimento neofascista e causa mal-estar. *UOL*, São Paulo, 04 mai. 2020. Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/29/araujo-cita-sigla-romana-usada-por-movimento-neo-fascista-e-causa-mal-estar.htm>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CLARK, S. How White Supremacy Returned to Mainstream Politics. *Center for American Progress*, Washington, 01 jul. 2020. Foreign policy and security. Disponível em: < https://www.americanprogress.org/issues/security/reports/2020/07/01/482414/white-supremacy-returned-mainstream-politics/>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

COELHO, L. Qanon: quatro candidatos a vereador mostram como conspiração invadiu estas eleições municipais. *The Intercept* Brasil, Rio de Janeiro, 07 out. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/10/07/qanon-quatro-candidatos-a-vereador-

mostram-como-conspiracao-invadiu-estas-eleicoes-municipais/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

COLETTA, R. D. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. *El País*, Brasília, 02 dez. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html >. Acesso em: 07 abr. 2021.

COLETTA, R. D. Assessor da Presidência publica poema que abre manifesto de atirador da Nova Zelândia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 abr. 2019. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/assessor-da-presidencia-publica-poema-que-abre-manifesto-de-atirador-da-nova-zelandia.shtml>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CONSTANTINO, R. Em defesa dos valores judaico cristãos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 abr. 2019. Artigo. Disponível em: < https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/em-defesa-dos-valores-judaico-cristaos/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

COPLAND, S. Como mergulho na 'mente radical' é usado no combate ao avanço do extremismo. *BBC News Brasil*, São Paulo, 04 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49399769 >. Acesso em: 17 abr. 2021.

DAVIS, B. The New White Nationalism's Sloppy Use of Art History, Decoded: Identity Evropa has been terrorizing campuses across the country. *Artnet*, Nova Iorque, 07 mar. 2017. Disponível em: <https://news.artnet.com/art-world/identity-evropa-posters-art-symbolism-881747>. Acesso em: 02 ar. 2021.

DIP, A.; FRANZEN, N. Especialistas apontam semelhanças entre os 300 de Sara Winter e grupos fascistas europeus, *Agência Publica*, 28 mai. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/especialistas-apontam-semelhancas-entre-os-300-de-sara-winter-e-grupos-fascistas-europeus/> Acesso em: 26 mai. 2021.
ELE está de volta. Direção de David Wnendt. Munique: Constantin Film, 2015. 1 DVD (116 min.).

ESPARTANOS de direita. Brasil, 28 jul. 2022. Facebook: *Espartanos da Direita*. Disponível em: <https://www.facebook.com/Espartanos-da-Direita-1918133281797847>. Acesso em 02 ago. 2021.

EVANS, R. Shitposting, Inspirational Terrorism, and the Christchurch Mosque Massacre. *Bellingcat*, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bellingcat.com/news/rest-of-world/2019/03/15/shitposting-inspirational-terrorism-and-the-christchurch-mosque-massacre/>. Acesso em: 06 abr. 20201.

FANJUL, S. Teorias conspiratórias do QAnon varrem o mundo e são mais perigosas do que parecem. *El País*, Madri, 12, jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-12/teorias-conspiratorias-do-qanon-varrem-o-mundo-e-sao-mais-perigosa-do-que-parecem.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

FAVERSANI, F. Tirano, louco e incendiário. *História da Historiografia*, v. 13, p. 375–395, 2020.

FILHO, J. Novo projeto de poder de Bolsonaro, a Aliança pelo Brasil é o primeiro partido neofascista do país. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 17 nov. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/17/alianca-pelo-brasil-bolsonaro-neofascista/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FISHER, M.; TAUB, A. How YouTube Radicalized Brazil. The New York Times, Nova Iorque, 11 ago. 2019. *The Interpreter*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/11/world/americas/youtube-brazil.html>. Acesso em: 17 abr. 2021.

FRUTUOSO, S. G., LOES, J. Os nazistas brasileiros. *ISTOÉ*. Curitiba, 25 de maio de 2009. Disponível em: <https://istoe.com.br/13380_OS+NAZISTAS+BRASILEIROS/>. Acesso em: 21, set. 2021.

G1. Quem é Allan dos Santos e quais são as investigações contra o blogueiro bolsonarista: Ele é alvo de inquérito que apura disseminação de fake news e de investigação sobre financiamento de atos antidemocráticos. *G1*. São Paulo, 21 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/21/quem-e-allan-dos-santos-e-quais-sao-as-acusacoes-contra-o-blogueiro-bolsonarista.ghtml/>. Acesso em: 06 out. 2022

GIELOW, I. Confusão com torcidas é tudo o que Bolsonaro queria neste momento: Presidente invoca o fantasma da intervenção, e decano do STF divulga uma hipérbole alarmista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 mai. 2020. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/confusao-com-torcidas-e-tudo-o-que-bolsonaro-queria-neste-momento.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GOLDSTEIN, J. Alt-Right Gathering Exults in Trump Election With Nazi-Era Salute. *The New York Times*, Nova Iorque. 20 nov. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/21/us/alt-right-salutes-donald-trump.html>. Acesso em: 02 abr. 2021.

GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GORTÁZAR, N. G. Olavo de Carvalho, o onipresente oráculo do bolsonarismo. *BBC News Brasil*, São Paulo, 13 abr. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/14/politica/1555201232_670246.html>. Acesso em: 07 abr. 2021.

GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 41–61, 2010.

HANINK, J. A New Path for Classics: The field is a product and accomplice of white supremacy; scholars are fighting to change that. *The chronicle of higher education*, Washington, 11 mar. 2021. The review. Disponível em: < https://www.chronicle.com/article/if-classics-doesnt-change-let-it-burn>. Acesso em: 31 mar. 2021.

HERRMAN, J. Why the Far Right Wants to Be the New 'Alternative' Culture. The New York Times Magazine, Nova Iorque, 27 jun. 2017. First words. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/06/27/magazine/why-the-far-right-wants-to-be-the-new-alternative-culture.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

HISTORY, T. Estados Unidos, 13 ago. 2023. Twitter: *@Trump_History45*. Disponível em: <https://twitter.com/Trump_History45/status/1690907395835486208>. Acesso em: 13 ago. 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/583624-festejam-os-ultras-europeus> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590016-a-ultradireita-europeia-e-bolsonaro> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584175-bolsonaro-abre-a-era-da-extrema-direita-na-presidencia-do-brasil> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/581631> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/583613-morte-ameacas-e-intimidacao-o-discurso-de-bolsonaro-inflama-radicais> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583562-lider-da-extrema-direita-italiana-comemora-ida-de-bolsonaro-ao-2-turno-das-eleicoes-no-brasil> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583557-sucesso-de-bolsonaro-da-mais-forca-ao-crescimento-global-da-extrema-direita> Acesso em: 01 abr. 2021.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582617-alemanha-como-a-extrema-direita-chega-ao-centro-da-sociedade> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573604-polonia-poe-uniao-europeia-em-alerta-devido-a-marcha-dos-nacionalistas> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580028-uma-politica-transformadora-depende-de-uma-identidade-coletiva-e-de-um-estado-forte-entrevista-especial-com-roberto-dutra-torres-junior> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580028-uma-politica-transformadora-depende-de-uma-identidade-coletiva-e-de-um-estado-forte-entrevista-especial-com-roberto-dutra-torres-junior> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564193-o-nacionalismo-radical-de-donald-trump-45-presidente-dos-eua> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/526361-hipocrita-e-marxista-o-movimento-tea-party-contra-francisco> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/578173-fake-news-e-o-triunfo-do-reducionismo-entrevista-especial-com-rafael-zanatta> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/567391-do-brexit-a-trump-como-o-facebook-pode-estar-se-tornando-decisivo-em-eleicoes> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/520404-ha-um-clima-histerico-na-franca-os-reacionarios-buscam-um-martir-entrevista-com-jean-yves-camus> Acesso em: 01 abr. 2021

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570857-cristaos-especialistas-em-etica-racismo-e-supremacia-branca-sao-um-problema-cristao> Acesso em: 16 abr. 2021.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. [Site institucional]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564211-o-perigoso-nacionalismo-do-presidente-trump-segundo-a-revista-dos-jesuitas-americanos> Acesso em: 16 abr. 2021.

KICIS, B. Brasil, 4 mai. 2020. *Facebook: Bia Kicis*. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=906035689857843> Acesso em: 13 mai. 2021.

KREUZ, D. S.; FELTES, D. F. Apresentação da mesa "Os usos do passado no presente". Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 361 – 385, 2016.

LEPHAMA TV. O Bolsonaro espartano (PT). Youtube, 15 dez. 2022. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=j3BwN0LGMyg> Acesso em: 03 out. 2023.

LEPHAMA TV. Os '300' de Sara Winter no STF e Bolsonaro a cavalo como foram as manifestações em Brasília. Youtube. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=7rdiup4zbak > . Acesso em: 26 jan. 2023.

MACHADO, L. Teólogo crítica 'supremacia fundamentalista' no Brasil: 'Evangelhos são claros: Jesus não tinha nenhum apego ao poder'. *BBC News Brasil*, São Paulo, 03 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56176475>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MARANTZ, A. Birth of a White Supremacist. The New Yorker, Nova Iorque, 09 out. 2017. *Annals of the midia*. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2017/10/16/birth-of-a-white-supremacist>. Acesso em: 07 abr. 2021.

MATTOS, M.; VIEGAS, N. Minguados e teatrais: o acampamento do grupo de Sara Winter em Brasília. *Veja*, São Paulo. 05 jun. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/minguados-e-teatrais-o-acampamento-do-grupo-de-sara-winter-em-brasilia> Acesso em: 26 mai. 2021.

MENA, F. Em país com 56% de negros, secretário quer cultura alinhada 'à civilização judaico-cristã'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 nov. 2019. Colunas e Blogs. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernanda-mena/2019/11/em-pais-com-56-de-negros-secretario-quer-cultura-alinhada-a-civilizacao-judaico-crista.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MENESES, S. Negacionismos e Histórias Públicas Reacionárias: Os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Opsis*. Catalão, v. 19, n. 2, p. 1-9, 2019.

MONTELEONE, J. Leite, racismo e neonazismo. Brasil de Fato, São Paulo, 12 jun. 2020. *Colunas*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/12/leite-racismo-e-neonazismo>. Acesso em: Acesso em: 03 abr. 2021.

MOURA, A. de P. Nazismo e neonazismo: qual a diferença?. *Brasil de Fato*, Belo Horizonte, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/06/artigo-nazismo-e-neonazismo-qual-a-diferenca-por-antonio-de-paiva-moura >. Acesso em: 03 abr. 2021.

NEOFASCISMO À BRASILEIRA. *UFJF Notícias*, Juiz de Fora, 04 jun. 2020. Pesquisa e Inovação. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/06/04/neofascismo-a-brasileira/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

PAGNAN, R. Em livro, juiz associa governo Bolsonaro a nazismo no uso de leis contra inimigos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2021/04/em-livro-juiz-associa-governo-bolsonaro-a-nazismo-no-uso-de-leis-contra-inimigos.shtml?_twitter_impression=true>. Acesso em: 03 abr. 2021.

PEDUZZI, P. Manifestantes invadem Congresso, Palácio do Planalto e STF. *Agência Brasil*. São Paulo. 08 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/manifestantes-invadem-congresso-planalto-e-stf> Acesso em: 07 mai. 2023.

PERASSOLO, J. D. Manifesto de atirador cita Brasil e faz referências a nacionalismo e games. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 mar. 2019. Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/manifesto-de-atirador-cita-brasil-e-faz-referencias-a-nacionalismo-e-games.shtml >. Acesso em: 03 abr. 2021.

PEVERT, B. A. *Bronze age mindset*. Seatle: Amazon Publishing, 2018.

PEVERT, B. A. Estados Unidos, 30 dez. 2022. *Twitter: @bronzeagemantis*. Disponível em: <https://twitter.com/bronzeagemantis/status/1608699121602527232>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PHILLIPS, D. 'The playbook is the American alt-right': bolsonaristas follow familiar extremist tactics. *The Guardian*, Londres. 27 jan. 2020. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2020/jan/27/american-alt-right-playbook-bolsonaro-extremist-tactics-brazil >. Acesso em: 02 abr. 2021.

PINNA, M. QAnon, a conspiração que assina com "Q". Euronews, São Paulo, 23 out. 2020. *Unreported Europe*. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/10/23/qanon-a-conspiracao-que-assina-com-q>. Acesso em: 08 abr. 2021.

PIRES, B. Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon. *BBC News Brasil*, São Paulo, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-cla-bolsonaro-com-steve-bannon.html >. Acesso em: 07 abr. 2021.

PODER360. Carlos Bolsonaro era líder do "gabinete do ódio", diz Mauro Cid Tenente-coronel vinculou em delação o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à publicação de notícias falsas. *Poder360*. Brasília, 11 nov. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/carlos-bolsonaro-era-lider-do-gabinete-do-odio-diz-mauro-cid/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

REBELLO, A. 'QAnon brasileiro' segue firme nas redes e se mostra alinhado a movimento de teorias conspiratórias dos EUA. *El País*, São Paulo, 13, fev. 2021. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-13/qanon-brasileiro-segue-firme-nas-redes-e-se-mostra-alinhado-a-movimento-de-teorias-conspiratorias-dos-eua.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

RUDNITZKI, E.; SAKAMOTO, F. Rede social de ultradireita chega ao Brasil com acenos a Bolsonaro: Levantamento inédito mostra que às vésperas das eleições presidenciais, brasileiros se tornaram segunda maior nacionalidade na plataforma Gab, que é investigada no Brasil e nos EUA. *Agência Pública*, São Paulo, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/12/rede-social-de-ultradireita-chega-ao-brasil-com-acenos-a-bolsonaro/ >. Acesso em: 03 abr. 2021.

SANTIAGO, T. Bolsonaro 03: um espartano na diplomacia. *Diário do Comércio*, Belo Horizonte, 27 jul., 2019. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/opiniao/bolsonaro-03-um-espartano-na-diplomacia/#gref>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SGANZERLA, T. Comunidades Nova Era impulsionam movimento QAnon no Brasil. *Sul 21*, Porto Alegre, 16 set. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2020/09/comunidades-nova-era-impulsionam-movimento-qanon-no-brasil/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SENRA, R. 'Ele soa como nós': David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogia Bolsonaro, mas critica proximidade com Israel. *BBC News Brasil*, São Paulo, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SENRA, R. Porta dos Fundos: 'Integralismo se fragmentou em pequenos grupos neofascistas', diz biógrafo de Plínio Salgado. *BBC News Brasil*, Londres, 27 dez. 2019. Internacional. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50920796>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SILVA, G. J. da; FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Recepções da Antiguidade e Usos do Passado: Estabelecimento dos Campos e sua Presença na Realidade Brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 43–66, 2020.

SMITH, J. This is fashwave, the suicidal retro-futurist art of the alt-right. *MIC*. Nova Iorque, 12 jan. 2018. Disponível em: https://www.mic.com/articles/187379/this-is-fashwave-the-suicidal-retro-futurist-art-of-the-alt-right. Acesso em: 02 abr. 2021.

TEIXEIRA, L. O que é 300 do Brasil, grupo de extrema-direita liderado por Sara Winter, *UOL*, São Paulo. 15 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-do-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm> Acesso em: 26 mai. 2021.

VALLONE, G. Inspirado nos EUA, Bolsonaro adota tática de troll: testar limites para ganhar visibilidade, diz filósofo. *BBC News Brasil*, São Paulo, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51511316>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ZAMBELLI, C. Visitando o acampamento dos 300 em Brasília!. Brasil, 11, mai. 2020. *Twitter: @Zambelli2210*. Disponível em: <https://twitter.com/Zambelli2210/status/1259932868924620808>. Acesso em: 08 abr. 2021.

WALLACE, A. QAnon: como e por que grupos ligados a teoria da conspiração estão se multiplicando na América Latina. *BBC News Brasil*, São Paulo, 01 set. 2020. Mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53980307 >. Acesso em: 08 abr. 2021.

[1]Emprestamos a definição de Kreuz e Feltes (2016, p. 36) para "usos do passado", a saber, "[...] a utilização de referências históricas na contemporaneidade: de fatores positivos, tais como comparações e reflexões que visam um melhor entendimento do contexto, mas também negativos, como o demasiado uso de paralelos anacrônicos, que descaracterizam os fenômenos em suas especificidades".

[2] Tradução: O rei Trump lidera seus 300 guerreiros espartanos para a batalha das Termópilas, onde mantiveram o exército persa sob controle por três dias.

[3] Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD — Lei 13.709/18), para a realização da pesquisa produzimos o tratamento dos dados pessoais conforme o artigo 7º, parágrafo IV, a saber, "o tratamento dos dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: para a realização de estudos por órgãos de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais." [Grifo nosso]. Também mencionamos a conformidade do nosso estudo com o §4 º do referido artigo da lei, o qual apresenta que "é dispensada a exigência do consentimento para os dados tornados manifestadamente públicos pelo titular".

[4] Entendemos, de acordo com Moura (2020), que o neonazismo "desviou o foco da maledicência, de ódio e de preconceitos contra os judeus para os negros africanos […]; para os pobres em todos os países; povos nativos da América Latina e atuais indígenas; muçulmanos e refugiados de guerra e, também, a mulher moderna que conquistou certa independência".

[5] Clark (2020), Copland (2019), Davis (2017), Dip e Franzen (2020) e Pinna (2020).

[6] 8 Chan (2019), Appiah (2016), Beran (2017), Broderick (2019), Canossa (2020), Carrol (2020), Cascone, (2017), Evans (2019), Goldstein (2016), Herrman (2017), Marantz (2017), Phillips (2020) e Smith (2018).

[7] Alessi e Hofmeister (2020); Alves (2020); Araújo (2020; 2021); Audi (2020); Barbosa, Cubas, Ely e Fávero (2020), Barrucho (2021), Beltrão (2019), Bilenky (2019), Boni (2020), Brandelise (1999), Carvalho (2021), Chade (2020), Coelho (2020), Coletta (2018; 2019), Constantino (2019), Fanjul (2021), Filho (2019), Frutuoso (2009), Gortázar (2019), Machado (2021), Matos e Viegas (2020), Mena (2019), Monteleone (2020), Moura (2020), Pagnan (2021), Perassolo (2019), Pires (2020), Rebello (2021), Rudnitzki e Sakamoto (2018), Senra (2018; 2019), Sganzerla (2020), Vallone (2020) e Wallace (2020).

[8] Consultamos os *blogs Eidolon*, *Pharos*, *Classics at the Intersections*, *The chronicle of higher education* e *Notes from the apotheke: a Blog about being BIPOC in Classics*. Estudamos os textos "Capitol Terrorists Take Inspiration from Ancient World", "The Biggest Name in White Nationalist Classics", "Bronze Age

Greeks Inspire Violent White Masculinity"; "Site Blames 'Decline' of Greece on Loss of Racial Purity", "Western Imperialism in the Classics Classroom", "White supremacist site claims Nordic invaders gave rise to Classical Greece", "Classically White Supremacy-The American Dream of a White City", "Changing 'Classics': What Do We Want? Not What Some People Keep Saying We Want", "His Western Civilization is not My Western Civilization", "E Pluribus Plures: Identities in a Multiethnic Ancient Mediterranean", "How are you feeling, Notes on 'West' and 'Western Civ', On the History of 'Western Civilization', 'What is it, Who studies it, Why we do it?", "New Path for Classics: The field is a product and accomplice of white supremacy; scholars are fighting to change that" e "Classics is Toxic, or In Defense of Burning It All Down". Também estudamos dois textos da historiadora Mary Beard, a saber, "Is Classics toxic?" e "Why Rome continues to underpin western culture and politics — an extract from Mary Beard's book 'SPQR'".

[9] Foram examinadas as publicações da Liga Antidifamação (ADL) e do Instituto *Humanitas* da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos).

[10] Disponível em: https://youtu.be/SCpCE9zE7W0. Acesso em: 26 jan. 2023. Acesso em 10 out. 2023.

[11] Tradução: Para o Natal ele só quer um inovador sistema inibidor de miostatina... e pareço ter encontrado... em algum lugar a fórmula descoberta pelos antigos médicos de Esparta... Esparta, a capital médica e endocrinológica da Grécia antiga.

[12] Dos Santos está sendo investigado pela Polícia Federal, acusado dos seguintes crimes: i. divulgação de conteúdo falso; ii. apoio em atos antidemocráticos; iii. pregar o fim de instituições democráticas, como a democracia representativa (busca queda de prefeitos e governadores eleitos e o fechamento do Congresso Nacional); iv. convocar manifestantes contra a tripartição dos poderes (defendem o fechamento do Supremo Tribunal Federal como forma de garantia de governabilidade pelo presidente da República); e v. defender a intervenção militar (G1, 2021).

[13] Em 28 de maio de 2020, Jair Bolsonaro fez uma *live* bebendo leite. Eduardo Bolsonaro ironizou as críticas recebidas pelo pai e postou uma foto dos atores Lázaro Ramos e Thais Araújo bebendo leite puro. O blogueiro Allan dos Santos também repetiu o gesto em uma transmissão ao vivo do seu canal (Carvalho, 2021).

[14] Araújo (2020) afirma que "o site shockwaveradio.com.br está registrado no nome de Juliana Cristina Vaz. [. . .] o site WhoIs, [. . .] mostra que um dos nomes usados é 'Juliana Ginger'. [. . .] Nas redes sociais, Juliana já publicou mensagens de incentivo à violência e apologia ao nazismo. Ela tem uma relação próxima com Evandro Pontes na própria Rádio ShockWave. Ambos entrevistaram juntos o ministro da Educação, Abraham Weintraub".

[15] Entendemos como usos do passado a "[…] a utilização de referências históricas na contemporaneidade: de fatores positivos, tais como comparações e reflexões que visam um melhor entendimento do contexto, mas também negativos, como o demasiado uso de paralelos anacrônicos, que descaracterizam os fenômenos em suas especificidades" (Kreuz; Feltes, 2016, p. 36).

[16] Os dados coletados contidos são considerados como "sensíveis", portanto, somente podem ter acesso a eles o controlador, o operador e o encarregado da manipulação e do tratamento. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD — Lei 13.709/18), mais especificamente no Art. 11., "o tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer na [. . .] realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis" [grifos nossos], porém, observando o § 1º, a saber a "divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo, ou da pesquisa de que trata o caput deste artigo em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais", bem como o § 2º, o qual define que "o órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no *caput* deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro". Por fim, é importante mencionar o § 4º do mesmo artigo, segundo o qual, "para os efeitos deste artigo, a pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro".

[17] As evidências foram arquivadas por terem a finalidade educacional.

Artigo recebido em 14/02/2024

Aceito para publicação em 16/07/2024

v.13, n.1, agosto/2024 | *ISSN: 2238-6270*

Artigos Livres

O DUELO DA ILHA D'ÁGUA E A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA IMPRENSA "HONRADA" NO BRASIL (RIO DE JANEIRO, 1886)[1]

THE DUEL OF ILHA D'ÁGUA AND THE ATTEMPT TO BUILD AN "HONORABLE" PRESS IN BRAZIL (RIO DE JANEIRO, 1886)

Vitor Wieth PORTO[1]

Resumo: O presente trabalho tem como foco de análise um episódio ocorrido no Rio de Janeiro durante o período imperial: um duelo de honra ocorrido entre José Ferreira de Araújo e João José dos Reis Júnior no ano de 1886, o qual acabou sendo batizado pela imprensa local como Duelo da Ilha d'Água. Utilizando-se da Antropologia Social para conceituar honra, valor que balizava tais conflitos, tem como objetivo mostrar a introdução na Corte Imperial de uma prática de diferenciação de classe e reparadora de reputação já difundida em outras localidades, as quais serviram de exemplo e inspiração. Para tanto, nos utilizamos de notícias publicadas em vários jornais fluminenses do período, analisando-as de modo qualitativo para entender como o duelo foi recepcionado no Rio de Janeiro.
Palavras-chave: Duelo, Honra, Imprensa, Rio de Janeiro.

Abstract: The present study focuses on analyzing an episode that occurred in Rio de Janeiro during the imperial period: an honor duel between José Ferreira de Araújo and João José dos Reis Júnior in 1886, locally dubbed the 'Duel of Ilha d'Água' by the press. Using Social Anthropology to conceptualize honor—a value that guided such conflicts—this study aims to demonstrate the introduction of a class-differentiating and reputation-restoring practice in the Imperial Court, which was already widespread in other locations and served as examples and inspiration. To achieve this, we rely on news articles published in various Rio de Janeiro newspapers of the period, qualitatively analyzing them to understand how the duel was received in the city.
Keywords: Duel, Honor, Press, Rio de Janeiro.

Introdução

Em 18 de agosto de 1886, o episódio de um duelo de honra protagonizado por duas notórias personalidades da imprensa no Rio de Janeiro, José Ferreira de Araújo, redator-chefe da *Gazeta de Notícias* e João José dos Reis Júnior, proprietário do *O Paiz*, ganhou as páginas de vários impressos da Corte Imperial. Embora fosse um ato visto com maus olhos por alguns setores e correntes de pensamento, o embate foi amplamente coberto e elogiado por outras redações em um contexto que esse tipo de prática possuía

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pesquisador Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: vitorwieth@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5173-2848.

um considerável prestígio em diversos países por personificar às aspirações de honra e virilidade que eram partilhadas pelos homens. As notícias de duelos ocorridos em várias localidades eram presentes na imprensa brasileira ainda nas primeiras décadas do século XX (Thompson Flores; Remedi, 2021), o que indicava um interesse contínuo de certas redações sobre a prática.

O objetivo desse trabalho está exatamente em entender como foi a repercussão dentro da própria imprensa desse evento ocorrido de 1886, intitulado pelos jornais como "Duelo da Ilha d'Água" e de modo a mesma visava amparar a prática do duelo (em seus diversos significados) entre os membros da imprensa no Rio de Janeiro e, por consequência, em todo o Império do Brasil durante o período de ascensão de uma elite intelectual com aspirações e projetos políticos diversos (Alonso, 2000).

Para tal, iremos analisar qualitativamente as notícias no ano assinalado dos jornais *Gazeta de Notícias*, *O Paiz, Gazeta da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *Revista Illustrada*, os quais possuem acervos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, plataforma onde obtivemos acesso aos mesmos. Todavia, cremos que seja necessária uma progressão argumentativa no que tange o debate acerca dos duelos em si e sua relação com a imprensa de modo geral para que possamos finalmente adentrar no caso central que será aqui tratado. Sendo assim, trataremos de condensar os dois tópicos, direcionando-os para explicar e sustentar a arguição sobre o nosso objeto de análise, ou seja, o Duelo da Ilha d'Água em si.

Os duelos de honra: introduzindo uma prática ocasionada por valores, conflitos e pretensões

A prática de duelar possuía um grande peso em diversas sociedades (tanto na Europa quanto na América) ao longo do século XIX, principalmente a partir da sua segunda metade. Entretanto, antes de abordarmos as causas que mostram uma elevação de casos de duelos na historiografia, precisamos entender quais eram os motivos e maneiras que levavam dois indivíduos a se envolver nesse tipo de ação. Primeiramente, abordaremos as motivações que justificam o embate, ou seja, a defesa da honra. Em seguida, iremos expor como propriamente esse combate ocorria, explicando suas regras desde o desafio até a conclusão. Visamos dar um panorama geral sobre a prática para que possamos nos aprofundar em questões importantes que a permeiam, elaborando assim um contexto mais amplo das relações sociais desses duelistas.

Como o próprio nome nos indica, o que impulsiona o acontecimento de um duelo é a honra, mais precisamente a sua defesa a partir de algum tipo de ato ofensivo advindo de outrem. Segundo Julian Pitt-Rivers (1988), a honra pode ser caracterizada de duas maneiras: individual e coletiva. A honra individual seria valor que uma pessoa atribui a si mesma, mas também o valor que é atribuído a ela pela sociedade. É o reconhecimento de seu próprio valor, de sua pretensão ao orgulho, mas também é a aceitação dessa pretensão pela sociedade, o reconhecimento de sua excelência e seu direito ao orgulho. Seria uma forma das pessoas buscar validação dos demais para a imagem que têm de si mesmas. Portanto, a honra estabelece uma ligação entre os ideais da sociedade e sua reprodução nos indivíduos, por meio de sua aspiração em personificá-los. Como tal, implica não apenas uma preferência habitual por um determinado código de conduta, mas também, em troca, o direito a um tratamento específico (Pitt-Rivers, 1988, p. 13-14).

Nesse sentido, a honra seria um valor estruturante da sociedade, logo que teria – em teoria – a premissa de ordená-la através do respeito mútuo de seus integrantes. Entretanto, não somente a conduta pessoal tornava alguém honrado: a sua precedência também o fazia. A relativa excelência das características pessoais sempre implica uma certa superioridade em relação aos outros. A honra resultante dessas características estabelece critérios de precedência. Em uma comunidade de iguais, como a de camponeses, a máxima honra pode ser alcançada ao conquistar o respeito dos seus demais membros. No entanto, à medida que nos aproximamos do extremo em que a honra é adquirida por meio de honrarias recebidas, surge inevitavelmente uma competição para obtê-la. Tal competição poderia ser mais bem vista entre as elites, embora não fosse uma exclusividade das mesmas (Pitt-Rivers, 1988, p. 14-15).

A busca por uma reputação vinculada à honra, no século XIX, revela dinâmicas competitivas, especialmente em termos coletivos. François Guillet (2013, p. 116-118) destaca que os militares franceses, veteranos do período napoleônico, desenvolveram um código ético próprio baseado na honra para se distinguirem dos civis após as guerras. Paralelamente, Bruno Lefèbvre (1992) observa a construção de uma honra "profissional" em várias profissões, como advogados, médicos, farmacêuticos e tabeliães, buscando defender os interesses dessas categorias e diferenciá-las. Isso implica um elemento de distinção e, implicitamente, de superioridade. No entanto, a busca individual pela honra nesses grupos profissionais pode criar tensões na manutenção da reputação em certos contextos, indicando a inexistência de uma "união de classe" (Autor, 2022, p. 44). Nesse ponto, a noção de honra coletiva se torna compreensível. Partindo da lógica apresentada, os mais diversos grupos também possuem uma honra coletiva da qual todos os seus

membros participam; a conduta desonrosa de um indivíduo reflete-se na honra de todos, e a honra do grupo é compartilhada pelos seus membros individuais (Pitt-Rivers, 1988, p. 25). Para além de um valor voltado a uma coletividade de ofício, podemos destacar a família nuclear como um importante grupo imbuído desse valor, assim como outros tipos como as nações[2], partidos políticos[3] e redações de jornal, sendo essa última diretamente ligada ao duelo específico que será tratado nesse trabalho.

Tendo essa perspectiva, embora o indivíduo busque validação a partir de sua autoestima, isso não significa que ele sempre terá sucesso nesse processo. Em determinadas situações, nem sempre receberá o tratamento esperado, o que pode ser interpretado como uma ofensa à sua reputação. A capacidade de interpretar o que seria uma ofensa e como ela afeta a sua honra se daria por outro conceito de Pitt-Rivers, o de vergonha. Para ele, pode-se defini-la como a

> [...] preocupação com a reputação, quer como sentimento quer como reconhecimento público desse sentimento. É aquilo que faz a pessoa sensível à pressão exercida pela opinião pública. [...] Como base de reputação a honra e a vergonha são sinônimas porque a falta de vergonha é desonrosa; supõe-se que uma pessoa com boa reputação tem as duas e uma pessoa com má reputação não tem nenhuma (Pitt-Rivers, 1988, p. 30).

Ou seja, a vergonha individual seria o parâmetro que decidiria se um ato ou palavra advindo de outra pessoa poderia ser interpretado como ultrajante para si, sendo assim uma ameaça à sua honra.

Sobre ofensas, é crucial considerar a intenção subjacente. O ato desafiador de um indivíduo em insultar outro, quebrando as normas respeitosas entre pares, denotava a tentativa de afirmar superioridade. A presença de testemunhas era essencial para alcançar o propósito ofensivo, conforme indicado por Pitt-Rivers (1988, p. 15), que destaca a relação entre o dano à reputação e a percepção pública do incidente. Quando uma ofensa se tornava pública, as opções do ofendido se limitavam, sendo necessário confrontar o ofensor. Em casos sem intenção, um pedido de desculpas bastava para resolver o conflito. No entanto, uma retratação insincera agravava a ofensa, deixando o ofendido com poucas opções: aceitar a vergonha ou desafiar o ofensor, muitas vezes resultando em um duelo para afirmar coragem. Apesar da condenação social, a busca por reparação judicial também era uma alternativa, embora mal vista por alguns por revelar vulnerabilidade e um suposto interesse financeiro na "venda da honra" (Pitt-Rivers, 1988, p. 20-21). Insultos, em geral, podiam ser diversos, desde olhares atravessados até palavras não-ditas

ou mal colocadas, proporcionando interpretações que podiam levar a sentimentos de ofensa.

Desse modo, a ideia de desenvolver um autocontrole era presente, especialmente a partir da elaboração de códigos de honra escritos ao longo do século XIX que passaram a catalogar o que poderia ser interpretado como ofensivo e como se deveria portar a partir de cada situação (Guillet, 2013, p. 131-132). A produção desses códigos se disseminou tanto na Europa quanto na América, os quais podemos dar como exemplo o francês *Ensaio sobre o Duelo* (1840) do Conde de Chateauvillard (considerado o mais famoso e material-base para os demais, sendo traduzido para o espanhol), o mexicano *Código Nacional del Duelo* (1891) de Antonio Tovar, o português *Regras do Duelo* (1901) de Jayme Picaluga, mas havendo diversos outros escritos em italiano e, principalmente, espanhol (Lemos, 1993; Thompson Flores, 2018).

Além de catalogar as ofensas, tais regulamentos desenvolveram regras de como os duelos deveriam se dar desde o desafio até o combate em si. Preferencialmente, o ofendido escreveria um cartel de desafio para o seu ofensor, elencando os insultos recebidos e exigindo uma reparação, deixando claro quem seriam seus padrinhos (ou testemunhas) caso a escolha do desafiado fosse pelas armas. Era responsabilidade dos padrinhos, geralmente em pares, tomar as decisões essenciais relacionadas à ofensa, como determinar se ela justificava um duelo, escolher as armas a serem utilizadas (limitadas ao florete, sabre e pistola), estabelecer as condições e o local do combate, bem como definir o horário para o evento. É importante ressaltar que o objetivo de um duelo não era causar a morte dos participantes; pelo contrário, a maioria dos duelos terminava assim que um dos combatentes era ferido (a conhecida regra do "primeiro sangue"), sendo considerado o perdedor. Além disso, era comum a presença de um médico para prestar imediato atendimento aos feridos ao término do embate (Guillet, 2013, p. 132-138).

Entendemos que toda essa normatização dos duelos possuía dois propósitos. No âmbito pessoal, seu propósito consistia em demonstrar coragem ao enfrentar um insulto, não temendo a possibilidade de morte (embora rara, não era inexistente) e restaurando a honra de forma privada e rápida, evitando a exposição humilhante nos tribunais. Essa necessidade de se apresentar como alguém independente, corajoso e nobre estava inserida em um contexto mais amplo, onde diversos intelectuais do século XIX consideravam a ideia de virilidade como algo inato e biológico do homem. Nesse sentido, a honra também estava relacionada a essa concepção, implicando que os homens deveriam constantemente provar sua virilidade e, consequentemente, sua honra (Corbin, 2013a).

Já em um aspecto coletivo, os "manuais" de honra possuíam a finalidade de distinguir o duelo do assassinato, logo que o seguimento de normas específicas daria uma espécie de legitimidade às suas ações ao mesmo tempo que construíam uma prática de justiça privada. Justamente por isso, o "verdadeiro" duelista seria um cavalheiro, um homem de elite. Para os homens das classes populares, era extremamente difícil ter acesso a esse tipo de publicação e ainda mais difícil ler e colocar em prática os ensinamentos contidos na mesma, especialmente nos países da América Latina (Thompson Flores, 2018, p. 378). Além disso, as armas consideradas adequadas para os duelos não eram facilmente adquiridas por indivíduos com menos recursos financeiros. Iacomo Gelli, jornalista italiano do período e notório conhecedor dos códigos de honra, definia o cavalheiro como um indivíduo de "sensibilidade moral refinada" que preferia seguir as "regras do cavalheirismo" (ou seja, as regras presentes nos códigos de honra) por entender que as leis estatais não eram adequadas para a defesa da honra (Hughes, 1998, p. 72).

Steven Hughes (1998, p. 72) observa que embora a fala de Gelli não seja segregadora em seu cerne, outras qualidades eram necessárias para o cavalheiro italiano ao final do século XIX como uma educação formal, etiqueta e tipos de contatos que somente homens de elite e de uma classe média ascendente poderiam possuir. Desse modo, a ação de duelar também seria uma estratégia dentro da lógica da competição por obtenção de honra, tendo em vista que somente um grupo seleto teria as "qualidades e características apropriadas" para reparar a honra dessa maneira. A referida ideia concatena com a argumentação de Pitt-Rivers (1988, p. 22) quando ele refere que a competição por honra só ocorria entre indivíduos de mesma classe social, de modo que uma ofensa só teria um peso caso tanto o ofendido quanto o ofensor estivessem no mesmo "patamar" na sociedade em que estavam inseridos. Somente um cavalheiro poderia verdadeiramente insultar outro cavalheiro e, por consequência, duelar com o mesmo.

Na América Latina, como abordado por Pablo Piccato (1998, p. 334), mas também por outros autores (Gayol, 1999; Parker, 2001), essa lógica pode ser perfeitamente visível para a proliferação dos duelos: os homens de elite a viam como uma prática distintiva, a qual separava e hierarquizava o "cavalheiro honrado" do homem popular paralelamente em que ordenada a sociedade entre os que *duelam* e os que *brigavam.* Nos países que outrora foram colônias do Império Espanhol, existia uma noção que distinguia os duelos, praticados pelas elites e as *riñas,* conflitos protagonizados por indivíduos das classes populares, termo pejorativo dado pelos próprios homens de elite que não conseguiam enxergar a mesma prerrogativa de honra nessa prática de justiça privada popular. Mais do que um elemento de diferenciação, o duelo também poderia ser visto como um aspecto

de integração, pois inseriria os duelistas latino-americanos como "[...] membros de um grupo internacional de homens de honra" (Piccato, 1999, p. 334), visto que partilhavam valores e qualidades com cavalheiros de vários países, especialmente europeus.

Entretanto, os códigos de honra não eram os únicos artifícios para que a prática de duelar ganhasse uma projeção e consequente distinção dentro da sociedade. A progressiva expansão da imprensa e de sua liberdade de expressão em diversos países teve grande importância para que a mesma se tornasse um campo fértil de polêmicas e afrontas capazes de gerar, potencializar e normalizar os duelos em suas páginas. Alguns países possuem mais trabalhos acerca dos duelos, provavelmente por terem demonstrado esse fenômeno com maior frequência, especialmente pelos registros deixados pela própria imprensa. Desse modo, faz-se necessário introduzir sucintamente o contexto político, social e cultural dessas nações, analisando suas particularidades e, principalmente, usando-as para elaborar um panorama geral da prática em questão.

A imprensa e opinião pública: o âmbito ideal para construir a prática (Europa e América Latina)

A década de 1870 foi crucial para o aumento dos duelos de honra em países como a França, Itália e Alemanha. As razões para o acréscimo das disputas dessa natureza têm uma explicação geral no contexto europeu do período. Difundido na esfera militar, o conceito de honra permeou outras áreas da sociedade com o objetivo de manter um "espírito de corpo" entre os homens em tempos de paz (Nye, 1998, p. 88-90; Hughes, 1998, p. 70; Frevert, 1998, p. 51). Os conceitos de bravura, coragem, autocontrole e honra foram considerados cruciais para os futuros soldados nas guerras seguintes, acreditando-se que homens honestos defendem o país até o último suspiro (Nye, 1998, p. 90).

Não é por acaso que essa valorização da honra e o consequente aumento dos duelos ocorreram a partir de 1870. A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) foi um golpe profundo no moral francês (Corbin, 2013), ao mesmo tempo em que confirmou a capacidade dos alemães e os colocou como importantes atores políticos europeus. Na Itália, o fim da unificação e a pressão pela convivência nessa nova sociedade fizeram do duelo e de todos os seus valores um exercício capaz de devolver temporariamente o povo à heroica era revolucionária (Hughes, 1998, p. 69). No caso alemão, o duelo era considerado uma prática reservada às elites militares que influenciavam e acabavam por incluir as elites bacharelescas, que viam na honra um valor capaz de criar um senso de pertencimento nacional ao país (Elias, 1997, p. 54; Frevert, 1998). Desse modo, em

termos gerais, mais do que reparar a própria reputação, a prática seria uma orientadora que guiava os homens a terem uma postura firme, afirmando-se tanto para seus compatriotas quanto para os estrangeiros, criando um senso de coletividade (perante os seus) e também de distinção (perante os "outros"). De tal modo, conseguimos conjecturar que os duelos foram importantes para a construção de nacionalismos europeus, servindo como o principal elo de conexão na construção de um senso partilhado de honra entre as antigas aristocracias e a burguesia ascendente, incluindo também profissionais liberais (Nye, 1998; Hughes, 1998).

Mesmo que a prática tenha sido utilizada e apropriada para um recrudescimento de ideias nacionalistas, existia uma noção de que o valor da honra e sua defesa por intermédio dos duelos não era circunscrita às fronteiras nacionais e muito menos para elas. Isso se dá por uma questão temporal, tendo em vista que os duelos já eram praticados em diversos lugares antes de 1870 e por um aspecto já elencado: em sua grande maioria, os embates de davam por razões individuais dos seus praticantes, ou seja, tratavam de reparar ofensas de cunho pessoal. Temos um exemplo em outro país ainda não citado, Portugal. Em 1863, o deputado José Júlio não queria bater-se em duelo com Miguel de Sá Carneiro por temer a própria morte, mas acabou sendo pressionado por outros parlamentares que passaram a destratá-lo por sua covardia. Vendo que só poderia manter sua honra “pública” (atrelada à sua condição de político), aceitou o desafio. O combate aconteceu e o temor de José Júlio se concretizou: o mesmo acabou morrendo no conflito (Rangel, 2011). O fato de o parlamentar ter sido constrangido por seus colegas é um bom ponto para entendermos como a opinião pública se portava acerca desse tipo de prática. Quando nos referimos a opinião pública nesse contexto, estamos dentro da lógica hierarquizante da honra, ou seja, na perspectiva de que os indivíduos e veículos de imprensa compostos pelos cavalheiros seriam os únicos moralmente capazes de possuir tal valor e, por consequência, defendê-lo.

A imprensa desempenhava um papel crucial na divulgação e popularização dos duelos, sendo o principal meio de publicidade para essas questões (Guillet, 2013, p. 115-121). A liberdade de imprensa que se desenvolveu ao longo do século XIX, como no caso da Itália (Hughes, 1998, p. 77), era ainda algo novo, o que levou os jornalistas inexperientes a abusarem desse direito e adotarem uma retórica ocasionalmente ofensiva contra certos indivíduos e/ou grupos, especialmente de natureza política. De fato, os impressos aproveitaram intencionalmente dos duelos como forma de atrair atenção e conquistar novos leitores, a ponto de se estabelecer uma cultura dentro do meio jornalístico de que um periódico só "entrava de verdade" nesse mundo quando alguém da

redação fosse "batizado em sangue" de um embate desse gênero (Hughes, 1998, p. 60). Em contrapartida, a imprensa católica e a imprensa socialista assumiam uma posição contrária ao duelo. Embora estivessem alinhadas no mesmo lado, suas perspectivas eram bastante distintas. Os católicos consideravam a honra e o duelo como desvios da palavra de Deus, pois a honra era vista como um excesso de orgulho e o próprio duelo violava o sexto mandamento. Por outro lado, os socialistas enxergavam o duelo como uma manifestação evidente dos privilégios da classe dominante, especialmente porque essas pessoas raramente eram punidas pela lei, independentemente das consequências resultantes de um confronto dessa natureza (Gayol, 1999).

Acerca da América Latina, mais especificamente a América espanhola, David Parker (2001, p. 317) possui a mesma leitura de Hughes, o que pode ser visto no contexto argentino, estudado por Sandra Gayol (1999; 2008). A pesquisadora argumenta que amplamente difundidos pelos homens em espaços públicos como ruas e cafés, o desafio para duelar logo se torna objeto de publicidade e ocupa espaços estratégicos nos jornais. Essa interação mútua entre imprensa e publicidade mantém o interesse do público por uma prática que é interpretada discursivamente como uma estratégia viável para alcançar reconhecimento social (Gayol, 1999, p. 326).

Portanto, tanto as redações quanto os indivíduos mencionados nas páginas impressas, ao demonstrarem sensibilidade moral e coragem para desafiar e duelar em nome da honra, participavam ativamente desse processo de busca por prestígio social por meio do costume. Como observado por Pablo Piccato (1999, p. 340) no México, a influência pública dos jornalistas e dos próprios periódicos passou a ser tão reconhecida que no *Código Nacional Mexicano del Duelo* (1891), ofensas na imprensa poderiam ser consideradas justificativas para um duelo. Dentro da lógica baseada na honra, existe sentido em se preocupar com os periódicos. O alcance de pessoas que poderiam ter conhecimento de um insulto desferido a alguém era muito maior do que se o mesmo fosse feito pessoalmente, de modo que o peso da injúria se tornaria proporcionalmente superior.

O tópico de um excesso de liberdade na imprensa e, por consequência, com possíveis insultos nos jornais também se faz presente no Brasil. Para conter as constantes difamações disseminadas durante as controvérsias entre jornalistas, que representavam um perigo para a reputação desses profissionais, os duelos surgiram como uma medida de remediação. Em uma época em que os jornais publicavam qualquer tipo de insulto contra qualquer pessoa, mediante pagamento, especialmente através de "testas de ferro", o enfrentamento individual passou a ser defendido e empregado como um antídoto para reduzir os ataques à honra pessoal (Braga-Pinto, 2018, p. 56-61). Além disso, a

constatação de que indivíduos poderiam ser facilmente difamados por meio de publicações pagas às redações revela que a imprensa brasileira construía uma opinião pública própria. Isso nos leva a considerar como a valorização da honra e sua defesa podem ter sido utilizadas para controlar ou, no mínimo, minimizar os danos decorrentes de um ataque impresso.

Durante os anos 1880, encontramos alguns intelectuais da Corte que se apropriaram dos valores de honra e da prática de duelar, tentando inseri-los no próprio cotidiano e na sociedade em que viviam. Em sua maioria, os duelistas encontrados no Rio de Janeiro estavam ligados às redações de jornais, sendo escritores, muitos deles bacharéis ou militares (Porto, 2022). Nomes como Olavo Bilac, Coelho Neto, Pardal Mallet, Germano Hasslocher, Ferreira de Araújo, Luiz Castro Soromenho, Luís Murat e José do Patrocínio podem ser encontrados envolvidos na prática de diversas maneiras: seja como duelistas, padrinhos ou como apoiadores públicos através da imprensa. Logo, vemos que os duelos na Corte Imperial se mostraram como uma alternativa para defender-se de ataques e também "regular" a imprensa por meio da lógica de respeito baseada na honra. Para além disso, essa intelectualidade, inserida na conhecida "Geração de 70" (Alonso, 2000), praticava e difundia os duelos em seus jornais como estratégia para se distinguirem das "velhas elites" que governavam o país, além de competirem entre si em um contexto de intensas disputas de ideias, literatura e política (Braga-Pinto, 2018; Porto, 2022, p. 95).

Mariana Thompson Flores e José Remedi (2021) já abordaram a respeito da circulação de notícias sobre duelos no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Segundo os pesquisadores, as mesmas chegavam por jornais físicos que eram trazidos principalmente pelas embarcações marítimas. A instalação de cabos telegráficos submarinos no final do século XIX ainda possuíam consideráveis dificuldades, problemas técnicos e atrasos, fazendo com que as agências de notícias internacionais que os utilizavam (como a Havas) ainda não fossem tão efetivas, mas existentes. Para além disso, existia uma intensa circulação de informações entre os próprios países americanos e agências de notícias locais, o que tornava o panorama muito mais complexo e interligado (Thompson Flores; Remedi, 2021, p. 228-230).

As notícias de embates estrangeiros, especialmente os ocorridos na Europa, se encaixavam dentro da estratégia de inserção da prática no Brasil. Acreditamos que tais publicações influenciavam diretamente os próprios jornalistas que as replicavam, pois o desenrolar de uma publicação de um duelo ocorrido na França em 1886 pode indicar uma ligação direta com o embate ocorrido no próprio Rio de Janeiro que será o centro de

análise nesse artigo. Para que possamos explicitar tais conexões, iremos expor o dito embate francês. Em 9 de agosto de 1886, a *Gazeta de Notícias*, jornal chefiado por Ferreira de Araújo, expôs um duelo protagonizado por figuras de grande relevância na França no período. Nele, o ministro de guerra da França, general Boulanger e o barão de Lareinty, senador da Terceira República, duelaram seguindo os preceitos que debatemos anteriormente, querendo trazer uma noção de que não havia nada de selvagem ou incivilizado no duelo. Pelo contrário, a narrativa transcrita pela *Gazeta* do impresso francês *Galouis* demonstra dois contendores serenos diante do que iriam fazer. "[...] o general Boulanger, [...] achou-se perto do barão de Lareinty, a quem fez um cumprimento e dirigiu a palavra. A conversação durou aproximadamente um quarto de hora [...]. As testemunhas, que tinham estado a conferenciar um pouco distante dos adversários, ficaram surpreendidas quando os viram conversar tranquilamente, perto um do outro" (Gazeta de Notícias, 1886e, p. 1).

Entendemos que a extensão do relato expressava o interesse da *Gazeta* acerca do assunto, focando no relato do *Gaulois* precisamente por ele apresentar uma versão mais polida e honrada do desenvolvimento e conclusão do duelo. Não iremos nos aprofundar no conteúdo da publicação em si, mas achamos importante apresentá-la para que tenhamos uma melhor visualização de como um conflito ocorrido do outro lado do Atlântico era tão relevante que seu detalhado relato foi estampado na primeira página de um impresso do Rio de Janeiro. Pensando que a estrutura interna de um periódico nunca é feita sem um propósito e precisa levar em conta seus responsáveis (Luca, 2008, p. 139-140), o que no presente caso se conecta diretamente no evento ocorrido nove dias após a notícia referenciada.

O duelo da Ilha d'Água: as perspectivas dos jornais da Corte Imperial e a tentativa de introduzir uma prática

No mês de agosto de 1886, ocorreu o surgimento do costume de duelar entre as elites intelectuais do Rio de Janeiro, protagonizado por José Ferreira de Araújo e João José dos Reis Júnior. As razões para o confronto entre os redatores da *Gazeta de Notícias* e o proprietário de *O Paiz* tiveram início a partir de uma publicação solicitada na edição do dia 7 de agosto da *Gazeta*, assinada pelo pseudônimo "Os Bitobinhas", que atacou João dos Reis. No referido, foi dito que o ofendido não possuía grande afinidade com as letras, logo que "[...] ele não é capaz de escrever dez palavras sem fazer nove erros" em um editorial de *O Paiz* (Gazeta de Notícias, 1886, p. 3). Esse artigo desencadeou uma

série de respostas nos dias seguintes em ambos os jornais, abrangendo uma ampla gama de ofensas, desde imunidade parlamentar e o uso de testas de ferro pela Gazeta de Notícias (Braga-Pinto, 2018, p. 95), culminando na publicação "À Gazeta de Notícias" na edição do dia 14 do periódico de Reis Júnior, onde ele insultou toda a redação, afirmando que o impresso não possuía integridade moral por seus funcionários serem funcionários públicos e capangas a serviço da polícia (O Paiz, 1886a, p. 1).

Durante esse período, observamos um crescente destaque do duelo nas publicações da *Gazeta de Notícias*. Como mencionado anteriormente, a notícia do conflito do ministro Boulanger na França se fez presente entre 7 e 9 de agosto (Gazeta de Notícias, 1886, p. 2; Gazeta de Notícias, 1886, p. 1), além dos constantes anúncios de peças teatrais que incluíam duelos como um de seus atos (Gazeta de Notícias, 1886, p. 6). Encaramos que a frequência do tópico duelo se deu como uma iniciativa interna do próprio jornal para introduzir a prática entre as elites da Corte, principalmente entre os bacharéis, intelectuais e jornalistas.[4]

Dentro do contexto social e político da turbulenta década de 1880, os dois impressos envolvidos nessa contenda, oficialmente, se colocavam como “neutros”, ou seja, sem estar filiados a qualquer partido (Ramos, 2005, p. 4; Pessanha, 2006, p. 85). Entretanto, diversos membros das redações tanto da *Gazeta* quanto de *O Paiz* possuíam ampla atividade com a causa abolicionista e/ou republicana, o que evidentemente os colocava como contrários à monarquia em voga no Brasil (Ramos, 2005; Pessanha, 2006). Ou seja, apesar de existirem divergências pessoais entre as redações, elas convergiam em muitos aspectos políticos e ideológicos, tornando explícito que a contenda se deu dentro de um contexto de competitividade pela obtenção de honra entre iguais. Nesse panorama, a sociedade fluminense foi testemunha de um duelo de honra seguindo rigorosamente as regras dos códigos europeus com ampla divulgação de vários impressos em sua edição de 19 de agosto.

Primeiramente, vamos analisar a posição expressa pela própria *Gazeta*:

> No dia 14 do corrente, apareceu um artigo na parte editorial do *Paiz*, assinado pelo Sr. comendador João José dos Reis Júnior, contendo expressões ofensivas à redação da *Gazeta de Notícias*. Como chefe desta redação, o Dr. Ferreira de Araújo entendeu de seu dever mandar dois amigos ao Sr. comendador Reis pedir a retratação do que escrevera ou uma reparação pelas armas. Cumpriram essa missão o Sr. capitão de mar e guerra José Marques Guimarães e o nosso colega Henrique Chaves, que tiveram nesse mesmo dia uma conferência com os Srs. barão de Jaceguai e Quintino Bocaiúva, designados pelo Sr. Comendador Reis Ficaram nessa conferência estabelecidos os preliminares de que a questão a decidir constava do artigo publicado nesse dia no Paiz, e que, à falta de retratação, o Dr. Ferreira de Araújo

> reclamava reparação pelas armas. Dados por suspeitos pelas outras testemunhas os Srs. Quintino Bocaíuva e Henrique Chaves, por serem solidários, aquele com o ofensor e este com o ofendido, foram convidados para os substituir o Sr. capitão-tenente José Victor De Lamare, pelo Sr. comendador dos Reis e o Sr. engenheiro G. Fogliani, nosso colega da *Itália*, pelo Dr. Ferreira de Araújo. Depois de larga discussão, assentou-se na reparação pelas armas e marcou-se para isso o dia de ontem, das 2 para as 3 da tarde, em uma ilha da baía. Do encontro lavrou-se uma ata em duplicata, assinada pelas testemunhas e pelo Sr. Dr. Pereira Guimarães, declarando a honra satisfeita (Gazeta de Notícias, 1886, p. 1).

A redação da *Gazeta* optou por não dar detalhes sobre o duelo de forma objetiva e direta, por alguns motivos específicos. Em primeiro lugar, havia a questão da honra: uma vez encerrado o duelo, ambas as partes não deveriam mais mencioná-lo (Guillet, 2013, p. 138). Em segundo lugar, havia a intenção de proteger legalmente os duelistas, já que não foi feita nenhuma afirmação explícita de que o duelo de fato ocorreu. Embora tenha sido mencionado que os padrinhos concordaram com a reparação em armas e que o confronto foi devidamente planejado, não houve uma afirmação direta sobre o evento por parte da redação envolvida, o que poderia ser usado como argumento em futuras circunstâncias, se necessário. No que diz respeito à própria notícia, as ações foram direcionadas para uma reparação da honra de forma imparcial, inclusive substituindo as testemunhas (Henrique Chaves e Quintino Bocaiúva), que possuíam uma relação próxima com as partes envolvidas. É importante destacar a presença de oficiais militares da Marinha como padrinhos, o que sugere que o costume do duelo também despertava interesse nessa classe. O padrinho que substituiu Henrique Chaves e representante de Ferreira de Araújo, Giuseppe Fogliani, já havia um histórico envolvendo a prática, visto que havia desafiado Giovanni Luglio para bater-se em junho do mesmo ano (Gazeta de Notícias, 1886, p. 2).

Como podemos observar, não havia sido revelada a ilha escolhida para o encontro, o que indica uma estratégia de autoproteção por parte dos envolvidos. A notícia do duelo publicada em *O Paiz* foi exatamente igual à presente na *Gazeta de Notícias*, o que sugere uma combinação prévia entre as duas redações sobre como abordar e se manifestar diante do assunto, com o objetivo de seguir os princípios de silêncio após o combate (O Paiz, 1886, p. 1). Embora os dois jornais relataram o evento do modo mais cauteloso possível, os demais impressos não tiveram a mesma postura. Vamos direcionar nossa atenção para três periódicos em particular: a *Gazeta da Tarde*, o *Diário de Notícias* e, por último, a *Revista Ilustrada*. A escolha desses jornais se deu devido à forma como a notícia foi elaborada, destacando o protagonismo de Ferreira de Araújo e Reis Júnior e, de certa

forma, apoiando os ideais de defesa da honra que aspiravam a ser introduzidos na Corte. Começaremos pela publicação da *Gazeta da Tarde*, de propriedade de José do Patrocínio.

> Sobre o acontecimento que encheu ontem de curiosidade a população desta Corte, publicamos em nossa 2ª edição a seguinte notícia:
> Terminou do modo o mais digno para a imprensa e airoso para os cavalheiros que nela tomaram parte, a questão de imprensa entre os Srs. visconde de S. Salvador, proprietário d'*O Paiz*, e Dr. Ferreira de Araújo, redator-chefe e proprietário da *Gazeta de Notícias*. Para satisfazer a curiosidade pública, sequiosa de saber qual seria o desfecho da questão, em que se empenharam os dois órgãos de maior prestígio da nossa imprensa neutra, damos as seguintes informações. Foram testemunhas por parte do Sr. Dr. Ferreira de Araújo os Srs. capitão de mar e guerra José Marques Guimarães e Giuseppe Fogliani e por parte do Sr. visconde de S. Salvador os Srs. barão de Jaceguai e capitão tenente José Victor De Lamare. Esteve presente ao duelo um dos nossos distintos clínicos, o Sr. Dr. José Pereira Guimarães. Os adversários compareceram ao terreno à 1 hora da tarde. A arma escolhida foi a pistola, carregada e tirada à sorte no ato; a distância de vinte passos.
> Dado o sinal, a desfecharam ambos as armas. A do Sr. Dr. Ferreira de Araújo, porém, falhou fogo, por defeito da espoleta. A bala disparada pelo Sr. visconde de S. Salvador perdeu-se, felizmente, sem ferir o seu digno adversário. No campo da honra, os dois representantes da imprensa portaram-se com o denodo e o cavalheirismo, de que tantas provas tem dado. *Congratulamo-nos com os nossos colegas pelo desfecho da questão e felicitamo-nos por não termos a lamentar nenhuma consequência grave do ato, com que mais uma vez se mostraram talhados para os altos destinos da imprensa, cujo ponto de partida deve ser a lealdade e a honra.* Logo que se espalhou a notícia do nove e altivo desfecho da questão, as redações da *Gazeta de Notícias* e d'*O Paiz* encheram-se de amigos e admiradores dos dois distintos cavalheiros. O duelo teve lugar na ilha d'Água (Gazeta da Tarde, 1886, p. 1, grifos nossos).

A *Gazeta da Tarde* manifesta de forma explícita e orgulhosa seu apoio ao duelo entre os dois jornalistas, demonstrando que essa visão não era exclusiva da redação da *Gazeta de Notícias* ou do *O Paiz*. Provavelmente escrito pelo próprio José do Patrocínio, outro intelectual da Geração de 1870, o relato do conflito apresenta o duelo como um ato corajoso e necessário na realidade da imprensa brasileira, onde os valores de lealdade e honra devem prevalecer. Os "altos destinos da imprensa" devem contemplar o duelo como uma prática recorrente, a única capaz de preservar a honra dos jornalistas e das redações diante de rumores e calúnias propagados por intermediários. Dessa forma, o confronto entre Ferreira de Araújo e João dos Reis marca o início de um projeto moralizador para a imprensa local.

Além das manifestações pessoais do grupo editorial da *Gazeta da Tarde*, encontramos alguns detalhes sobre o caso que os outros dois periódicos optaram por não divulgar, como explicamos anteriormente. Através dessa publicação, descobrimos sobre

as regras de combate estipuladas: a arma foi uma pistola e a distância entre os duelistas era de vinte passos, permitindo apenas um disparo por duelista. O ato de coragem de se posicionarem armados e imóveis diante um do outro, e dispararem simultaneamente, foi considerado pelas testemunhas como adequado para demonstrar a honra dos combatentes. Mesmo sem haver um vencedor claro nessa situação, o que importava verdadeiramente era assegurar aos membros das redações e aos leitores que a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*, representados por suas respectivas lideranças, eram periódicos sérios, respeitáveis e honrados.

A localização do duelo, mantida em sigilo pelas publicações envolvidas, foi revelada pela Gazeta da Tarde. A Ilha da Água é localizada na Baía de Guanabara, nas proximidades da Ilha do Governador. As testemunhas escolheram um local com o objetivo de evitar que o duelo fosse imediatamente interrompido pelas autoridades policiais. É importante observar que, em 1886, essa região estava afastada do perímetro urbano do Rio de Janeiro, o que tornava impossível para os agentes policiais tomarem qualquer medida para impedir o confronto após o embarque em direção ao local. Apesar da escolha de um local um pouco distante e de difícil acesso, os participantes do duelo tinham uma segunda localidade se fosse preciso, conforme afirmado pelo *Diário de Notícias* em sua minuciosa cobertura do evento, a qual iremos expor parcialmente. Por conta da extensão da notícia, optaremos por separá-la em blocos de análise.

> [...] A ÚLTIMA GOTA
> Depois de longa discussão entre eles, em um artigo muito violento empregou o Sr. Reis, referindo-se ao seu contendor, a seguinte frase: ‘essa redação não há cavalheiro a quem se possa oferecer ou de quem se aceitar uma reparação de honra’. Agredido assim, o Dr. Araújo encarregou dois amigos – os Srs. Henrique Chaves e o capitão de mar e guerra José Marques Guimarães – de pedirem a retirada de tais palavras, e em entrevista com os Srs. Quintino Bocaiúva e Barão de Jaceguai, por parte de seu adversário, em uma primeira reunião ficou assente que, sendo os Srs. Bocaiúva e Chaves respectivamente compartes na desavença por pertencerem às redações dos dois jornais interessados, podendo, pois ser, em tão melindroso assunto, suspeitos de falta de isenção de ânimo, fossem substituídos em sua delicada missão, aquele pelo capitão-tenente José Victor de Lamare, e este pelo Sr. Giuseppe Fogliani, entre os quais, depois de duas longas conferências de seis horas cada uma, a última das quais terminou às 2 horas da madrugada de hoje, foram assentes as bases de um encontro, sendo a pistola a arma escolhida. O Sr. G. Fogliani propôs que cada contendor fizesse fogo três vezes, a 30, 25 e 20 passos, avançando um para o outro; mas o Sr. Jaceguai julgou tais condições exageradas e afinal adotou-se um tiro só, sendo ambas as pistolas carregadas, fazendo os contendores fogo ao mesmo tempo e a 25 passos (Diário de Notícias, 1886, p. 1, grifos nossos).

Analisando o relato mais abrangente do evento, deparamo-nos com várias informações complementares, porém relevantes. Após um preâmbulo sobre como as tensões entre as redações escalaram para as ofensas que culminaram na desonra da *Gazeta*, o *Diário de Notícias* passa a detalhar a cautelosa preparação dos duelistas para o combate pretendido, focando até mesmo nos pormenores das reuniões entre os padrinhos, um elemento crucial na organização de um duelo, como abordamos anteriormente no texto. A narrativa revela que essas reuniões poderiam ser prolongadas e expõe a proposta inicial de Fogliani. Embora o barão de Jaceguai tenha considerado as regras exageradas, a sugestão do jornalista italiano estava de acordo com os manuais de honra (Chateauvillard, 1830, p. 39-42). O fato de terem achado a proposição de Fogliani excessiva pode indicar que as ofensas foram interpretadas como leves e/ou que o foco principal residia na demonstração de coragem em si, independentemente do grau de perigo envolvido.

> A PARTIDA
> Segundo fomos informados, a polícia desde a manhã tinha tido notícia do projetado encontro. Mas apesar dos cavalheiros interessados no caso terem guardado todas as aparências precisas para não despertar suspeitas saindo fora dos seus hábitos, às 11 horas partia da praia do Peixe a lancha Florence, da Companhia Royal Mail, levando a seu bordo os Srs. comendador Reis, Barão de Jaceguai e Lamare, largando do cais dos Mineiros, ao meio-dia o bonde marítimo Pery com os srs. Ferreira de Araújo, Marques Guimarães e Fogliani. Um cirurgião distintíssimo – O Dr. José Pereira Guimarães – convidado a prestar os socorros profissionais a pessoa gravemente ferida por arma de fogo, dirigiu-se também para a ilha, levando a sua caixa de amputação e as precisas tiras, fios, etc., para os aparelhos que fosse aplicar (Diário de Notícias, 1886, p. 1).

> NA ILHA DA ÁGUA
> Na pitoresca ilha, escolhida por sua distância e situação para evitar intervenções estranhas, depois de medida a distância, foi tirado o lugar à sorte, que se mostrou adversa ao Dr. Araújo, a quem coube o lado do sol. Depois de preenchidas as últimas formalidades por parte das testemunhas, na presença destas carregou o Sr. Barão de Jaceguai as pistolas, que foram depois entregues aos contendores. Então colocaram-se as testemunhas em grupo, a cuja frente estava o Sr. barão de Jaceguai, a meio e afastados oito passos à esquerda da linha de tiro, à direita da qual a vinte passos tomou lugar o Dr. Guimarães. Aproximava-se o momento terrível, durante o qual mostraram a mais perfeita calma os dois cavalheiros. Ao Sr. Barão de Jaceguai coube dar o sinal de combate. [...] À voz do fogo, os dois adversários dispararam, falhando a espoleta da arma do Sr. Ferreira de Araújo e perdendo-se a bala do outro tiro. O Sr. Araújo imediatamente declarou: - Minha arma falhou.
> – Está prevista essa hipótese, explicou o Sr. barão de Jaceguai, que então trocou as pistolas, entregando ao Sr. Dr. Araújo a que fora disparada pelo Sr. Reis, e a este a que na mão do seu adversário negara fogo. As testemunhas declararam então satisfeita a honra, e os

> contendores saudaram-se, regressando à Corte às 4 horas, cada um na sua lancha (Diário de Notícias, 1886, p. 1).

Devemos também observar como todos os envolvidos na questão se planejaram para ir ao ponto de encontro sem levantar suspeitas das autoridades, evidenciando como estavam dispostos a fazer o duelo acontecer sem interrupções, algo que provavelmente também foi articulado durante a reunião das testemunhas. Já na assinalada ilha, todos os "rituais" para garantir um combate honrado foram descritos pelo impresso. Assim, as armas foram disparadas, e embora um dos duelistas tenha falhado em atirar e o outro tenha errado o alvo, houve um risco real envolvido, tornando o duelo válido dentro dos próprios preceitos cultivados pelos cavalheiros europeus e americanos. A clara demonstração de coragem de ambos os participantes era o suficiente para demonstrar que eram homens honrados.

> VISITAS E CUMPRIMENTOS
> À sua chegada, não tendo sido desastrosa a conclusão do conflito, houve gerais manifestações de contentamento, e às redações dos dois jornais afluíram numerosos amigos, sendo o fato, verdadeiro acontecimento nesta cidade, o objeto de todas as conversas, comentado por cada um a seu sabor. *À última hora sabemos que se por qualquer motivo o duelo se malograsse, estava resolvido que iriam bater-se no Rio da Prata* (Diário de Notícias, 1886, p. 1, grifos nossos).

Ao término da notícia, o *Diário* menciona que, caso o duelo tivesse sido impedido de ocorrer na Corte, ele teria sido realizado no Rio da Prata, sem especificar se no Uruguai ou na Argentina. Nesse período, ambos os países tinham um considerável número de duelos ocorrendo dentro de suas fronteiras (Parker, 1999; Gayol, 1999; 2008), sendo noticiados na imprensa do Rio de Janeiro. A estratégia adotada pelas testemunhas é bastante intrigante, pois em um possível duelo em 1920 entre João Lage, então diretor do jornal *O Paiz*, e o senador argentino Saguier, cogitou-se o Uruguai como um "território neutro" para o combate (Thompson Flores; Remedi, 2019, p. 17). Thompson Flores e Remedi (2019) especulam que a escolha do Uruguai como possível local para duelar ocorria devido à legislação vigente no país, que permitia a prática em suas fronteiras a partir da aprovação da *Ley del Duelo* também em 1920. Seria, portanto, uma artimanha utilizada pelos cavalheiros brasileiros para evitar complicações legais, exatamente como os jornalistas fariam em 1886, se necessário. No entanto, diferentemente da situação de 1920, quando o duelo já era considerado um crime pelo Código Penal (Título X, Capítulo VI) (Brasil, 1890), a legislação imperial ainda tinha brechas que possibilitavam duelar sem cometer efetivamente um delito.

Através do *Jornal do Commercio*, deparamo-nos com um debate aberto na sessão do Senado em 15 de setembro. O senador Viriato de Medeiros apresentou um requerimento de informações sobre o referido duelo, expressando preocupação com a possibilidade de se tornar uma prática frequente entre os militares, o que resultaria na quebra da hierarquia e disciplina. Medeiros argumentou que o duelo era proibido pelo Código Penal, equiparando-o ao crime de homicídio. Após uma breve discussão jurídica entre Viriato de Medeiros e Afonso Celso sobre a legalidade da prática, o Barão de Cotegipe comentou:

> Antigamente era tal o rigor com que se punia o duelo, que até impunha-se a pena de morte, a qual chegou a ser executada em pessoas de alta posição. O que acontece é que nesses países há uma espécie de tolerância com tais fatos, não se deixando, porém, nunca de processar os duelistas; *tanto que estes, para fugirem à punição, procuram encontrar-se em território que não é o que residem* (Jornal do Commercio, 1886, p. 1, grifos nossos).

Mesmo com a insistência de Medeiros, argumentando que a imprensa havia amplamente divulgado o caso, o conselheiro manteve sua posição inabalável, encerrando a discussão e influenciando a votação do requerimento do senador, que acabou sendo rejeitado (Jornal do Commercio, 1886, p. 1). Isso revela que, apesar de haver uma condenação pública por parte dos senadores em relação ao duelo e à alegação de que a lei não permitia tal prática, também foi evidenciada uma espécie de "tolerância" mencionada pelo próprio Cotegipe. Talvez isso se deva à astúcia dos envolvidos no duelo, uma vez que a escolha de um local remoto tornava praticamente impossível que a justiça comprovasse o ocorrido. E foi justamente essa tolerância que conferiu notoriedade ao combate, chegando até mesmo a ser retratado em uma gravura na *Revista Illustrada*.

Figura 1 – Gravura do Duelo da Ilha d'Água



Fonte: Revista Ilustrada, 1886, p. 5.

Criada em 1876 por Angelo Agostini, renomado caricaturista, a *Revista Illustrada* tinha como propósito satirizar e criticar as instituições, indivíduos e eventos que ocorriam na Corte. Diferentemente de outros jornais da época, a revista não possuía uma seção para publicações a pedido ou anúncios, provavelmente para preservar sua liberdade editorial e a capacidade de abordar qualquer assunto ou pessoa de sua escolha (Lopes, 2010, p. 26-27). No entanto, Agostini decidiu não satirizar o embate entre seus colegas da imprensa, conforme a ilustração acima deixa bem explícito. Podemos observar a postura imóvel e séria dos envolvidos, prontos para os iminentes disparos. Ao fundo, vemos uma embarcação que teria sido utilizada para chegar à ilha. A partir dos relatos de outros jornais, podemos analisar melhor a identidade dos personagens representados na gravura. Começando pelos duelistas, ao observar a disposição das sombras no desenho e considerando que, de acordo com o *Diário de Notícias*, Ferreira de Araújo teria ficado "contra o sol", podemos inferir que o redator da Gazeta estaria armado à direita, enquanto João dos Reis estaria armado à esquerda. A própria legenda (“Duelo entre o proprietário do jornal “*O Paiz”* e o redator-chefe da “*Gazeta de Notícias*”) sugere isso. Quanto aos espectadores, o homem em primeiro plano, do outro lado do grupo principal, só pode ser o médico presente, Pereira de Guimarães. No grupo, o homem central, prestes a dar o sinal de fogo ao bater as palmas das mãos, provavelmente seria o barão de Jaceguai.

Infelizmente, não temos informações suficientes para distinguir os demais personagens. Essa é a única ilustração de um duelo brasileiro que encontramos na *Revista Illustrada*, o que demonstra o impacto excepcional que esse evento teve na imprensa do Rio de Janeiro, transcendendo seus limites.

Além da ilustração, a notícia que a antecede na edição de 20 de agosto segue a mesma linha.

> Bateram-se ontem em duelo, quarta-feira última, os nossos estimados colegas Visconde de S. Salvador e Dr. Ferreira de Araújo, representantes do *Paiz* e da *Gazeta de Notícias*. Deu lugar a esta pendência de honra, que por um acaso não enlutou duas famílias respeitabilíssimas, a publicação de alguns entrelinhados do governo, nas colunas ineditoriais (sic) da *Gazeta de Notícias*, e aos quais o Sr. Visconde de S. Salvador respondeu em termos enérgicos. Passando a polêmica, em seguida, para a parte editorial das duas folhas, ali se trocaram expressões que motivaram a reparação pelas armas. Tomaram parte neste incidente, altamente honroso para a dignidade da imprensa fluminense, os Srs. almirante barão de Jaceguai, capitão de mar e guerra Marques Guimarães, 1º tenente Delamare e Fogliani, jornalista, como testemunhas e o Dr. Pereira Guimarães, como médico. O encontro efetuou-se pelas duas horas da tarde, repetindo-se, pari-passu, todos os incidentes que se deram no último encontro entre o ministro da guerra, em França, e o barão de Lareinty. Lamentando que uma verdadeira intriga, inteiramente estranha à imprensa, e maquinada pelos familiares da verba secreta, tenha envolvido numa polêmica violenta os diretores dos dois importantes jornais, achamos, todavia, que colocada a questão entre cavalheiros, o desfecho não podia ser outro. *O duelo não se justifica, impõe-se*. Homens que se lhe tinham manifestado infensos, aceitaram-no e correram-lhe os riscos. Entre eles, o deputado português, José Júlio, que depois de haver-se pronunciado contra, teve de bater-se, e ferido mortalmente, faleceu dali a algumas horas. No caso que tratamos, felizmente, tudo correu bem, sendo a honra satisfeita, sem derramamento de sangue, apesar do iminente risco que correram as vidas dos nossos dois estimáveis colegas. Daqui enviamos todas as nossas felicitações (Revista Illustrada, 1886, p. 3, grifos nossos).

À semelhança das redações da *Gazeta da Tarde* e do *Diário de Notícias*, vemos um alinhamento ao discurso de que o duelo entre os dois jornalistas honrava a imprensa como um todo, evidenciando ainda mais como os intelectuais na Corte viam o costume do duelo como um ato não apenas justificável, mas grandioso. A revista vai além: "o duelo não se justifica, impõe-se". Ou seja, esse tipo de combate não era uma opção, mas uma obrigação. O caso do parlamentar português José Júlio, que mencionamos brevemente, é de fato o exemplo perfeito de como o duelo poderia ser percebido como um dever inescapável para os homens diante de um contexto de discussão e ofensa (Rangel, 2011). A redação do periódico enxergou o conflito entre Araújo e Reis com tanta admiração que decidiu publicar uma ilustração, permitindo aos leitores imaginarem melhor o nobre embate.

No início de 1887, o embate foi referenciado nas festividades de carnaval. O Clube dos Democráticos, uma influente sociedade carnavalesca da elite da época (Cunha, 1996, p. 95), anunciou o seu primeiro carro alegórico chamado de "Duelo na Ilha", que abria o desfile do "batalhão invencível dos Titãs da Galhofa". A descrição da alegoria era acompanhada por uma breve canção:

> Aqui há coisa de um semestre e tanto / com grande espanto e mais horrenda mágoa / fatal duelo o nosso povo viu / que se feriu lá pela ilha d'Água. / Foi a questão que um par de jornalistas / jogou as cristas numa causa má / Diz um zangado que – se há diferença / sem mais sentença se desmancha, e já. / Tratou-se tudo, testemunhas e hora / e sem demora se marcou lugar. / Chegado o dia, com audaz coragem / seguem viagem lá por alto mar. / Ei-los em terra – No horizonte quedo / ou no arvoredo nem um só zum-zum / quando sentiu-se forte que evola / qual de pistola o mais terrível – pum! – Todos sentiram subitâneo abalo / ninguém pintá-lo poderá lograr / Mas tão distantes eram no bloqueio / que a bala, em meio, se cansou de andar (Jornal do Commercio, 1887, p. 2).

Com uma abordagem divertida e festiva, típica do carnaval que se desenrolava nessa época (Cunha, 1995), a contenda entre os jornalistas se tornou um evento notório na cidade, podendo ser apropriado de diferentes maneiras por grupos específicos. Embora a canção descreva um encontro com desfecho engraçado e pitoresco, a simples menção ao evento evidencia a fama que ele adquiriu entre seus contemporâneos, especialmente entre as elites. Outra referência ao duelo pode ser encontrada no Jornal do Commercio, relacionada às práticas sociais exclusivas da classe privilegiada: ir ao teatro.

Em 23 de março de 1887, foi anunciado o espetáculo de ópera "Mercúrio", produzido pela empresa de Braga Júnior & C. A descrição na propaganda revela que o concerto pretendia retratar "acontecimentos políticos" do ano anterior, destacando-se no segundo ato "a magnífica descrição do duelo na ilha d'água pelo Dr. José Telha" (Jornal do Commercio, 1887, p. 6). Assim, o duelo carioca passou a ser mencionado ao lado de outros espetáculos teatrais provenientes da França, frequentemente anunciados na imprensa.

Apontamentos finais

O Duelo da Ilha d'Água efetivamente introduziu a ideia de duelos como uma realidade para as elites daquela sociedade, em especial dentro do próprio âmbito jornalístico. Seu sucesso, baseado na ampla repercussão e no prestígio subsequente promovido por vários veículos de imprensa do Rio de Janeiro, juntamente com a tolerância demonstrada pela justiça ao não punir os duelistas, foram elementos que

pavimentaram a construção de um ideal cavalheiresco, um forte senso de honra e, consequentemente, de outros duelos ocorridos a partir de 1886. Certamente, o fato de o embate não ter resultado em fatalidades também contribuiu para uma valorização positiva da prática, tornando-o um exemplo para outros homens que defendiam seu senso individual de honra. Essa situação trouxe ganhos visíveis de prestígio social para os envolvidos e até mesmo para a classe jornalística/literária como um todo, como evidenciado pelas publicações nos periódicos. No entanto, o costume ainda precisava ser difundido, estabelecido e reconhecido pela sociedade da Corte, especialmente pelas classes mais altas, esforço que acabou sendo feito por outros homens desse ciclo social posteriormente (Braga-Pinto, 2018; Porto, 2022).

De todo modo, o evento aqui tratado mostrou-se pontualmente efetivo: a honra coletiva das duas redações manteve-se intacta por razão do duelo. Seus representantes batalharam para dar o exemplo aos demais impressos da Corte, visando integrar e equiparar o seu âmbito profissional com o francês, italiano, mexicano e de outros países que compreendiam a honra como um valor ordenador da opinião pública. Nesse ponto, encaramos que mais do que a construção de um modelo de imprensa para o Brasil, esses intelectuais aspiravam elaborar um modelo de sociedade pautado na honra e na sua justa defesa por meio desses duelos ritualizados, em processo similar ao ocorrido em países da América Espanhola (Parker, 2001; Porto, 2022). Entretanto, mantendo a análise circunscrita aos impressos, o valor da honra e a prática do duelo podem ser encaradas como artifícios de diferenciação e "superioridade moral" desses jornalistas e intelectuais brasileiros em detrimento de outros grupos.

Mesmo que os duelos no Brasil não tenham alcançado um nível de popularidade próximo ao que ocorreu na Argentina (Gayol, 1999; 2008) ou no Uruguai (Parker, 1999), para citar apenas países vizinhos, o esforço iniciado por esses intelectuais no centro político do país representa uma estratégica tentativa de buscar reconhecimento através de uma virtude cultural forte, como a honra. Embasada nesse valor coletivo, a imprensa do Rio de Janeiro compartilhava dessa perspectiva com seus membros. Ao mesmo tempo, servia como exemplo para outras regiões do Império, estabelecendo-se como um guia para a formação de uma rede própria de cavalheiros. Dessa forma, percebemos que o Duelo da Ilha d'Água foi motivado por ambições que ultrapassavam a mera reparação da reputação diante de uma discussão que saiu dos limites, revelando como a honra abrangia múltiplas aspirações. O ideal cavalheiresco, nesse contexto, não se limitava apenas a uma sensibilidade moral refinada: seu principal aspecto era a própria ambição.

Referências

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, 2000.

BRAGA-PINTO, César. *A violência das letras*: amizades e inimizades no Rio de Janeiro (1888-1940). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

BRASIL. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*, 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 12 Jun 2023.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Uma justiça que seduz?* Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941). Jundiaí: Paco, 2019.

CHATEAUVILLARD, Conde de. *Essai sur le Duel*. Paris: Bohaire, 1836. Disponível em: < https://archive.org/details/essaisurleduel00chat>. Acesso em 12 Jun 2023.

CORBIN, Alain. A virilidade sobre o prisma do naturalismo. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (orgs.). *História da Virilidade*: o triunfo da virilidade, o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013a.

CORBIN, Alain. A obrigação da virilidade, fonte de ansiedade e angústia. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade*: o triunfo da virilidade, o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013b.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Você me conhece? Significados do carnaval na belle époque carioca. *Projeto História,* São Paulo, n.º 13, p. 93-108, 1996.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Duello de imprensa. Rio de Janeiro, nº 437, 19 Ago 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

ELIAS, Norbert. *Os alemães*: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FREVERT, Ute. The taming of the Noble Ruffian: Male violence and Dueling in the Early Modern and Modern Germany. In: SPIERENBURG, Peter (org.). *Men and Violence*: gender, honor, and rituals in modern Europe and America. Columbus: The Ohio University Press, 1998.

GAZETA DA TARDE. O Duello. Rio de Janeiro, nº 189, 19 Ago 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, nº 171, 20 Jun 1886, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, nº 220, 8 Ago 1886, p. 6. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, nº 231, 19 Ago 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Ao público. Rio de Janeiro, nº 231, 19 Ago 1886, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

GAZETA DE NOTÍCIAS. O conflicto no senado francez. Rio de Janeiro, nº 219, 7 Ago 1886, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

GAZETA DE NOTÍCIAS. O duello do ministro de guerra da França. Rio de Janeiro, nº 221, 9 Ago 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

GAZETA DE NOTÍCIAS. O Sr. visconde de qualquer coisa. Rio de Janeiro, nº 219, 7 Ago 1886, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

GAYOL, Sandra. Duelos, honores, leyes y derechos: Argentina, 1887-1923. *Anuario IEHS 14*, Tandil, p. 313-330, 1999.

GAYOL, Sandra. Exigir y dar satisfacción: un privilegio de las elites finiseculares. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy & GAYOL, Sandra (orgs.). *Sociabilidades, justiças e violências*: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (orgs.). *História da Virilidade*: o triunfo da virilidade, o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013.

HUGHES, Steven. Men of Steel: Dueling, honor, and politics in Liberal Italy. In: SPIERENBURG, Peter (org.). *Men and Violence*: gender, honor, and rituals in modern Europe and America. Columbus: The Ohio University Press, 1998.

JORNAL DO COMMERCIO. Club dos Democraticos. Rio de Janeiro, nº 53, 22 Fev 1887, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

JORNAL DO COMMERCIO. Senado. Rio de Janeiro, nº 258, 16 Set 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

JORNAL DO COMMERCIO. Theatro Lucinda. Rio de Janeiro, nº 82, 23 Mar 1887, p. 6. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

LEFÈBVRE, Bruno. O dinheiro e o segredo: degradações e recomposições. In: GAUTHERION, Marie (Org.). *A honra*: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco. Porto Alegre: L&PM, 1992.

LEMOS, Mário Matos e. O duelo em Portugal depois da implantação da República. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 15, p. 561-597, 1993.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *A República e seus símbolos*: a imprensa ilustrada e o ideário republicano. Rio de Janeiro, 1868-1903. 2010. 422 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

NYE, Robert. The end of the Modern French Duel. In: SPIERENBURG, Peter (org.). *Men and Violence:* gender, honor, and rituals in modern Europe and America. Columbus: The Ohio University Press, 1998.

O PAIZ. A' Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, nº 224, 14 Ago 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

O PAIZ. Duello. Rio de Janeiro, nº 229, 19 Ago 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

RANGEL, Danny Martins. O Código d'honra e as alterações na prática de duelar em Portugal nos séculos XIX-XX. *CEM - Cultura, Espaço e Memória*, Porto, n. 2. 2011.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, nº 437, 20 Ago 1886. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

PARKER, David. La ley y las "leyes caballerescas": hacia el duelo legal em el Uruguay, 1880-1920. *Anuario IEHS 14*, Tandil, p. 295-330, 1999.

PARKER, David. Law, honor, and impunity in Spanish America: The debate over dueling 1870-1920. *Law and History Review*, Cambridge, v. 19, n. 2, 2001.

PICCATO, Pablo. Politics and the Technology of Honor: Dueling in turn-of-the-century Mexico. *Journal of Social History*, Columbia, v. 33, n. 2, 1999.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, John. G. (org.). *Honra e vergonha*: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, 1988.

PORTO, Vitor Wieth. "Generoso e cavalheiro mesmo em face da morte": a defesa da honra partidária no duelo de Pinheiro Machado por meio de A Federação. In: ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs). *Contribuições recentes sobre História & Política*: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política, Anpuh-RS, Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

PORTO, Vitor Wieth. *A defesa da honra no Império do Brasil*: os duelos na corte pelas páginas do Jornal do Commercio e Gazeta de Notícias (1870-1889). 2022. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. En un país em donde el honor es más preciado que la vida: os códigos cavalheirescos e os fundamentos de defesa da honra no Prata. In: *Crime e Justiça:* reflexões, fontes e possibilidades de justiça. São Leopoldo: Oikos, 2018.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; REMEDI, José Martinho Rodrigues. Território Neutro: soberanias justapostas e duelos de honra às margens dos estados nacionais sul-americanos de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. *História* (São Paulo), São Paulo, v. 38, 2019.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; REMEDI, José Martinho Rodrigues. Duelos impressos: a circulação de notícias sobre duelos na imprensa brasileira. Rio

Grande do Sul e Rio de Janeiro, 1910-1930. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá, v. 48, n. 2, p. 209-240, 2021

[1] O artigo é um fragmento de uma reflexão desenvolvida em minha dissertação de mestrado, intitulada "A defesa da honra no Império do Brasil: os duelos na corte pelas páginas do *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias* (1870-1889)", sendo um dos principais eventos trabalhados na mesma.

[2] Um episódio conhecido diz respeito ao duelo entre o Conde de Turim, membro da família real italiana, e o príncipe de Órleans, ocorrido em 1897. Esse duelo foi desencadeado por um artigo do príncipe no jornal *Le Figaro*, no qual ele criticou severamente a atuação dos italianos na Batalha de Adwa durante a Primeira Guerra Ítalo-Etíope. Foi responsabilidade do conde desafiá-lo. Ao derrotar o francês em um combate de espadas, a imprensa italiana celebrou a vitória de seu nobre, que teria defendido a honra do seu país (Hughes, 1998, p. 70; Guillet, 2013, p. 134).

[3] Ao duelar com o jornalista Edmundo Bittencourt em 1906, o senador sul-rio-grandense Pinheiro Machado recebeu um grande apoio do jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano de seu estado, pelo ato. Durante as colunas de defesa do parlamentar, o impresso chegou a elevar o duelo como uma defesa da honra de todos os republicanos rio-grandenses, ou seja, defendendo assim a própria honra do PRR (Porto, 2020).

[4] Na mesma edição da *Gazeta de Notícias* que o Duelo da Ilha D'Água foi retratado, uma publicação de desafio entre outros indivíduos também foi encontrada na segunda página do impresso, o que ajuda a reforçar a hipótese de que a redação desejava propulsar essa prática. Cf. (Gazeta de Notícias, 1886, p. 2).

Artigo recebido em 13/06/2023

Aceito para publicação em 07/12/2023

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS ACORDES DO ROCK NACIONAL

THE REPRESENTATION OF WOMEN IN NATIONAL ROCK CHORDS

Rodrigo César Ribeiro HORTA[1]

Resumo: Compreender o imaginário acerca das mulheres elaborado e veiculado pelas canções do Rock Nacional é o objetivo principal deste texto. Afirmar a proficuidade do estudo da canção popular para o conhecimento histórico e contribuir, a um só tempo, com os estudos femininos e com a investigação acadêmica sobre o Rock Nacional são intentos secundários, mas não sem importância. No ângulo da História Cultural, a partir do estudo das representações, examina-se 23 canções produzidas entre 1982 e 2012. De forma geral, os compositores e compositoras defenderam a liberdade feminina e articularam a denúncia da violência social e simbólica contra as mulheres. A hipótese é a de que no cenário específico do Rock Nacional a mulher encontrou espaço e direito a fala, tanto quanto vozes masculinas dispostas a engrossar o coro da luta histórica por seu reconhecimento, respeito e direitos.

Palavras-chave: Mulheres, Representações, Imaginário, Rock Nacional, Democracia.

Abstract: The main objective of this text is to understand the imagery about women as elaborated and conveyed by National Rock songs. While the primary aim is to study these representations, secondary objectives include affirming the usefulness of popular music for historical knowledge and contributing to women's studies and academic research on National Rock. From the perspective of Cultural History, based on the study of representations, 23 songs produced between 1982 and 2012 are examined. In general, the composers defended female freedom and articulated the denunciation of social and symbolic violence against women. The hypothesis is that within the specific context of National Rock, women found a space and a voice, with male voices joining the chorus in the historic struggle for their recognition, respect, and rights.

Keywords: Women, Representations, Imaginary, National Rock, Democracy.

Passando o som (introdução)

O *rock and roll*, gênero musical norte-americano urdido no pós - II Guerra, chegou ao Brasil por intermédio do cinema, quando a canção "*Rock Around the Clock"* destacou-se como tema de abertura do filme "Sementes da Violência"[1]. Exibido nas capitais no segundo semestre de 1955 o longa metragem foi o cartão de visitas do *rock and roll* aos brasileiros. E a introdução e difusão do gênero no país, ao serem narrados, precisam inescapavelmente passar pela história de três mulheres. A carioca Iracema de Sousa Ferreira, a paulista Célia Benelli Campello e a mineira Wanderléa Charlup Boere Salim.

1 Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rodrigopaidolipe2014@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-5943-2785.

À Iracema coube, sob o nome artístico de Nora Ney, a primeira gravação de um rock no país.[2] Já a divulgação do *rock and roll* em versões cantadas em português deve-se muito a Celly Campello; isso em um Brasil que respirava a plenos pulmões a utopia modernizadora da era JK. Pouco depois, na década 1960, o ingresso do gênero na TV – meio de comunicação que se expandia na época – contou com a presença marcante de Wanderléa, a Ternurinha da Jovem Guarda. A entrada e difusão do *rock and roll* entre nós passa, de forma incontornável, por essas três vozes femininas.

Na década de 1970 o gênero perdeu espaço no Brasil com o fim do programa televisivo Jovem Guarda, ao passo que continuava questionado pela sua suposta alienação diante da política ditatorial articulada desde o golpe militar (1964). O ideário nacional-popular dominante na cena musical da época tornava a cultura brasileira um chão inóspito aos praticantes do *rock and roll*. As bandas surgidas nessa década, em sua maioria, escorregaram para as bordas da cadeia midiática, perderam visibilidade e público, e inclinaram-se ao rock progressivo.[3] A banda paulistana "Os Mutantes" foi o maior nome do rock brasileiro no período, um trio formado por Rita Lee e pelos irmãos Arnaldo Baptista e Sérgio Dias.

No verão de 1982, no entanto, uma nova cena roqueira se anunciou no Brasil, com o aparecimento de bandas cuja sonoridade e estética estavam profundamente influenciadas pelo *punk rock* e pela *new wave* anglo-americanas. Valendo-se da linguagem coloquial e do recurso ao humor acharam espaço na mídia e no mercado fonográfico. Conhecida mais tarde pelos termos Rock Nacional, Rock Brasil ou BRock, essa geração teve no mega festival Rock in Rio, realizado em 1985, uma grande vitrine.

Quatro bandas recém-nascidas se apresentaram no evento, (Barão Vermelho, Blitz, Paralamas do Sucesso e Kid Abelha) ao lado de atrações internacionais consagradas como Rod Stewart e as bandas Yes, Queen e Whitesnake. Dentre as bandas do Rock Nacional[4], duas contavam com a participação feminina. Fernanda Abreu e Márcia Bulcão na Blitz. À frente do palco, estabeleciam diálogos nas canções com o vocalista Evandro Mesquita e marcavam a estética da banda em coreografias bem ensaiadas. No Kid Abelha a vocalista Paula Toller, que participava também das composições do repertório.

Neste momento, além da Blitz e do Kid Abelha, outras bandas tinham mulheres em suas formações. Alice Pink Punk, May East, Lonita Renaux e Taciana Barros na Gang 90 & As Absurdettes, e Virginie Boutaud, vocalista da banda Metrô. Haviam ainda bandas formadas inteiramente por mulheres, como a Sempre Livre, originalmente, Dulce Quental (voz), Márcia Gonçalves (guitarra), Flávia Cavaca (baixo), Lúcia Lopes (Bateria) e Lelete Pantoja (teclado)[5].

Diante do que foi exposto até aqui, acredito ser necessário fazer algumas perguntas. O rock seria mesmo um gênero musical tiranizado por homens? *Lócus* da reprodução da sujeição e da invisibilidade feminina? Difusor de canções deletérias à imagem da mulher na sociedade por replicar estereótipos machistas? E pensando mais especificamente no Rock Nacional, seriam uma "nova geração projetando os ensinamentos recebidos dos papais e mamães extremados" (Santa Cruz, 1992), onde a imagem da mulher é baseada no conservadorismo e na ideologia machista de sempre?

A partir destas questões, o artigo examina as representações elaboradas na linguagem artística do Rock Nacional, visando compreender o imaginário da mulher veiculado via canções entre as décadas de 1980 e 2000. O texto confia na relevância da música popular ao conhecimento histórico, filia-se ao domínio da História Cultural e dispõe a análise das músicas em ordem cronológica. A hipótese norteadora do estudo é que, em uma sociedade refratária à luta feminina em distintos campos e esferas, o Rock Nacional se configurou em espaço aberto às mulheres e de reflexão e crítica às violências por elas sofridas, valorizando, assim, aspectos inerentes ao refinamento democrático.

Música popular e conhecimento histórico

Marcos Napolitano, importante pesquisador da nossa canção popular, escreveu no final da primeira década do século XXI "que não há mais o preconceito generalizado ou as dúvidas se a música popular é um objeto legítimo ou não para o historiador" (Napolitano, 2007, p. 170). Em seus diversos matizes, "ela tem sido termômetro, caleidoscópio e espelho não só das mudanças sociais, mas sobretudo das nossas sociabilidades e sensibilidades coletivas mais profundas" (Napolitano, 2002, p. 77). A música popular brasileira tem sido considerada, cada vez mais, como conveniente e fecunda ao estudo da História. É uma forma de narrativa sobre a moderna tradição brasileira, capaz de expor o país ao conhecimento de si e, ao fazê-lo, ampliar o círculo de intérpretes do Brasil.[6]

Não custa lembrar o poder de comunicação da música popular e sua capacidade de integrar públicos diversos, fornecendo temas e vocabulários para o debate sobre a realidade brasileira. Circulando na sociedade em disco, rádio e Tv, ou em apresentações ao vivo – e hoje em arquivos digitais de todo quilate – a canção popular é capaz de atingir um grande número de ouvintes e se constituir, conforme Wisnik (2004, p. 170-171), numa "rede de recados"[7] que captura a imaginação popular.

Estaremos preocupados com um gênero específico, o Rock Nacional, sobretudo com as representações acerca da mulher produzidas e difundidas na sociedade brasileira, via canções, entre 1982 e 2012. As representações, instrumento de interrogação da realidade histórica, são entendidas no sentido de construções de significados a partir das quais se percebe a realidade. São matrizes geradoras de práticas que constroem o mundo social na medida em que orientam atos e definem identidades. Através das representações os grupos e indivíduos dão sentido ao mundo, e estudá-las, nos possibilita identificar o modo como uma realidade social é construída, pensada (Chartier, 1990, 1991).

Examinando as representações produzidas por meio dessa linguagem artística particular, a da música popular, estaremos vasculhando aspectos do imaginário sobre a mulher veiculado no Brasil da redemocratização. O conceito de imaginário, portanto, nos será útil. A perspectiva neste artigo é a de que o imaginário se torna inteligível e comunicável através da produção de discursos, que reúne as representações numa linguagem e, com efeito, sua configuração é uma forma de resposta que determinada sociedade dá aos seus conflitos e dilemas (Baczko, 1985). O imaginário produzido pelo Rock Nacional legitimou ou denunciou as desigualdades e violências de gênero?

A imagem da mulher no surgimento do Rock Nacional

O Rock Nacional surgiu em 1982, fundamentalmente, com a chegada de quatro artistas ao mercado fonográfico. Duas bandas – Blitz[8] e Barão Vermelho[9] – e dois artistas solos – Lulu Santos e Lobão – que gravaram seus discos entre setembro e novembro. De forma geral, nestes quatro LP´s que marcam a chegada dessa nova geração do rock brasileiro à cadeia midiática, as letras giram em torno do ser jovem no Rio de Janeiro. Pautados na estética e sonoridade do rock clássico e da *new wave*, carregam nas referências à cidade do Rio e cantam experiências particulares ligadas ao lazer, diversão noturna, idas à praia, namoros. Enfim, as canções circunscreviam ao modo de vida da juventude carioca classe média dos anos 1980.

No entanto, já podemos mencionar neste começo do Rock Nacional duas canções que, mesmo de forma indireta, figuram a mulher. “Conto de fadas”, do Barão Vermelho e “Cruel, Cruel, esquizofrenético Blues”, da Blitz. O traço em comum destas canções é a desaprovação à mulher que opta docilmente ao papel tradicional que lhe é socialmente atribuído. Em ambas o narrador reprova a mulher por ter aberto mão de sua autonomia, de sua liberdade, e ao fim, em contraste, se alegra pelo relacionamento afetivo com essa mulher curvada ao tradicionalismo não ter vingado.

Não aguentou o peso da barra
Que é escolher viver de verdade
Se arregou, parou na metade
Agora vai, vai correndo pra casa
Papai e mamãe tão na sala
Te esperando, tão jantando
É, planejando um futuro normal, que mal![10]

Na composição de Cazuza e Barros a mulher pretendida ficaria chorando sozinha no quarto, por ter preterido "viver de verdade" face a "um futuro normal" inventariado pela tradição. A canção da Blitz, por seu turno, fiava-se no humor e na sátira, descrevendo um papo com uma menina da mesma idade, mas que teria envelhecido por preferir o casamento e a maternidade. A menina é qualificada como *cruel* devido sua escolha, e advertida ao final por sua submissão à moralidade social.

Não, não vá botar a culpa no destino
Por ter casado com um cretino industrial
Apenas para dar uma satisfação à sociedade[11]

As duas canções desaprovam o servilismo às projeções tradicionais da sociedade acerca de um suposto papel da mulher. Foram canções de pouco realce, sem grande sucesso midiático, mas é importante notá-las. Importante perceber os compositores questionando a aceitação da mulher a determinado enquadramento social.

No ano seguinte, 1983, Blitz, Barão Vermelho e Lulu Santos voltaram a registros em estúdio, enquanto mais quatro novos artistas gravaram discos (Léo Jaime, Gang 90, Paralamas do Sucesso e Camisa de Vênus) dilatando a nascente discografia do Rock Nacional. A *new wave* inglesa era visivelmente a influência principal na sonoridade das bandas. Coincidentemente, três canções inclinadas a tematizar a mulher recorreram ao nome Bete (ou Betty). Tratam-se de canções bem sucedidas na cadeia midiática, com execuções em rádios e considerável circulação social.

Em "Betty Frígida" a Blitz trazia uma narrativa satírica centrada na relação de gênero, enquanto o Camisa de Vênus relatava um estupro em "Bete Morreu". O Barão Vermelho, por seu turno, dava à "Bete Balanço" tons sonhador e libertário. Vamos examinar essas três composições roqueiras, começando pela canção da Blitz, que se estrutura na forma de um diálogo, instaurado em vocal feminino levemente aflito.

Meu amor, não fique assim
Não foi sua, é minha culpa
Por favor, não mude de cor
A gente pode tentar outra vez
A noite é uma criança
Um pouco de amor não cansa, cansa, cansa, cansa

É que eu sou frígida[12]

Após o refrão, ouve-se o personagem em voz masculina, também assumindo sua parcela de culpa na dificuldade da hora.

Meu amor, agora já sei
Depois de amar como eu te amei
Ah, eu pensei que sabia tudo
Mas aprendi tudo essa vez
Ah, o meu beijo te quebrava os dentes
O meu abraço nunca foi quente, quente, quente, quente
É que eu sou rústico[13]

Ainda que possamos pensar na alusão ao estereótipo da frigidez feminina, que está associada à mentalidade arcaica de que a mulher de respeito não prioriza o prazer sexual,[14] o que modula a canção é a ideia de um casal que, em parceria, comunhão, procura equacionar suas dificuldades eróticas. Ela reivindica "um pouco de amor", ele reconhece que "o meu abraço nunca foi quente". A estranha história de Roni Rústico e Betty Frígida, conforme anunciada no introito da canção, a despeito de sua leveza e disposição ao humor, abria espaço para a reflexão sobre um relacionamento no qual homem e mulher dialogassem em pé de igualdade.

"Bete Balanço", por sua vez, foi uma canção feita para o cinema. A composição de Cazuza e Frejat fora encomendada pelo diretor e produtor Lael Rodrigues, para ser o tema da personagem de seu primeiro filme.[15] O enredo apresenta uma jovem que resolve deixar sua cidade natal, Governador Valadares-MG, para tentar a carreira artística no Rio de Janeiro. No percurso, Bete (Débora Bloch) se decepciona com os empresários da música e se assusta com a violência urbana, mas não renuncia ao seu sonho.

A canção é introduzida por um dos mais famosos *riffs* de guitarras do rock brasileiro e traz um arranjo dançante. A letra repercute a ideia central do filme: ir à luta e não desistir dos sonhos.

Pode seguir a tua estrela
O teu brinquedo de 'star'
Fantasiando em segredos
O ponto aonde quer chegar
(...)
Não ligue pra essas caras tristes
Fingindo que a gente não existe
Sentadas são tão engraçadas
Dona das suas salas
(...)
Quem tem um sonho não dança
Bete Balanço, por favor[16]

A canção foi bem sucedida na cadeia midiática, veiculando no rádio, TV e cinema a história de uma jovem que enfrentava as dificuldades do meio artístico em favor de seus desejos. A imagem da mulher é traçada a partir da luta, força, persistência, garra, obstinação por seus sonhos.

A Bete da banda Camisa de Vênus[17], ao contrário das duas narrativas cancionais anteriores, se conecta a uma tragédia social: a violência contra a mulher. Composta por Marcelo Nova a partir de um noticiário que relatava o estupro e assassinato de uma jovem, cujo corpo fora encontrado por um motorista de caminhão (Nova, 2017), a canção valia-se do ritmo acelerado do punk para tratar deste tema sensível ao universo feminino e nem sempre enfrentado adequadamente pela sociedade brasileira. Provavelmente o tema não havia ainda sido considerado nas linhas da canção popular.

O enredo musical se desenvolve sobre uma base agressiva de bateria, pouco esperado para comunicar uma letra chocante, impactante. Outro paradoxo é a combinação da denúncia de violência contra a mulher com versos que reproduzem estereótipos de inferiorização do gênero feminino, figurado como objeto da sexualidade[18]. Os versos estereotipados abrem a canção.

> Bete tão bonita, gostosa
> Era a atenção da escola
> Sempre na coluna social
> Ela exibia seu sorriso banal
> Todos queriam Bete
> Desejavam Bete
> Sonhavam com Bete
> Mas ela nem ligava[19]

Em sequência descreve-se o ato violento e criminoso que serve de mote para a canção. A melodia é simples e o andamento rápido do *punk rock* não cria nenhuma sensação de tristeza ou agonia. É como se os músicos pretendessem apenas evidenciar o fato, sem problematizá-lo. A intenção é apresentar o tema, não discutir ou posicionar-se sobre ele. A meta central é expor simbolicamente a violência real contra a mulher que o compositor leu em uma página de jornal.

> Um dia ela saiu de casa
> Mas ao dobrar a esquina
> Foi empurrada dentro de um carro
> Para deixar de ser menina
> Amordaçaram Bete
> Espancaram Bete
> Violentaram Bete
> Ela não se mexeu
> (Bete morreu)
> Seu corpo foi encontrado

Por um chofer de caminhão
E agora está apodrecendo
Lá dentro do caixão
Bete Morreu[20]

Tematizar o estupro em uma canção provavelmente era um fato inédito em 1983. Para se ter uma ideia do estágio em que estava a discussão pública sobre a violência contra a mulher, basta lembrar que o próprio movimento feminista via o tema com muitas reticências. O Centro da Mulher Brasileira (CMB), uma das principais instituições feministas da época, evitava debater essas temáticas mais individuais, da violência, aborto e sexualidade em favor de temas supostamente de maior importância para a sociedade, como a desigualdade social e o enfrentamento da ordem política autoritária vigente. Rachel Soihet (2010) mostra como o combate à violência contra a mulher, no início dos anos 1980, mesmo no âmbito da luta feminista, engatinhava apenas.[21] "Bete Morreu" tocava numa feria aberta,[22] por assim dizer.

As cinco canções até aqui analisadas são composições masculinas interpretadas por vozes masculinas. Apenas "Betty Frígida" conta com *backing vocal* feminino em diálogo com a voz base do cantor. Sendo assim, nos ocupemos agora com o disco "Avião de Combate", da banda Sempre Livre[23], produzido em 1984 pelo selo Epic. O nome do grupo reporta-se a uma marca célebre de absorventes femininos, escolhido por ser algo que homens jamais usariam, segundo Flávia Cavaca, baixista e cantora da banda.[24]

O LP trazia dez canções. Seis delas com participação feminina nas composições. A sonoridade medular é a *new wave*, enquanto a temática predominante é o relacionamento amoroso entre homem-mulher do ponto de vista do desprendimento e da liberdade feminina. Em "Sou Free", canção mais bem sucedida comercialmente, a letra brincava com a pronúncia de "eu sofri" com o vocábulo *free* (livre) da língua inglesa.

Mas você não tem muita chance
Não me venha com romance
Porque eu sou free
eu sou free demais[25]

Ainda que cantada com entonação melancólica, deixando escapar uma dose de sofrimento com os relacionamentos na pronúncia de "eu sou free demais", a mensagem da canção é a do necessário desprendimento e liberdade da mulher. No refrão, apesar da dubiedade, traduzindo o termo, a personagem cancional descarta seu pretendente e afirma: eu sou livre, livre demais.

O argumento é reiterado em outras duas canções do LP, com acento na liberdade sexual. Em "Alta Tensão", dos versos,

Vou tentar sair,
encontrar você
Mas se não der,
não vou nem querer saber
Se não te encontro,
vou com outro
Eu quero ter prazer
Ontem à noite você me deixou na mão
Por isso hoje estou tão tensa
Estou com tensão
Já não dá mais pra segurar
Estou com tesão[26]

E em "Amor fatal", última faixa do disco.

Fico no meu quarto sonhando,
Nem sei se é verdade ou imaginação,
Acho que ele está me gozando,
Pois eu já nem sinto os meus pés no chão[27]

A imagem da mulher delineada no LP exprime a liberdade feminina. Ouve-se a voz da mulher livre, em busca da felicidade, do prazer sexual, conectada com seu tempo. A essência do disco se traduz no refrão-síntese de sua primeira canção,

Nada pode deter uma mulher feliz
Nada pode deter uma mulher
Nem os muros da ilusão
Grades de qualquer prisão
Nem as forças armadas
Nada[28]

O ano de 1984 contou ainda com o lançamento do primeiro *single* da banda Metrô, que tinha Virginie Boutaud nos vocais. Dessa forma, das dez bandas que haviam gravado disco nessa fase nascente do Rock Nacional cinco delas contavam com mulheres em suas formações, sendo que em três delas o vocal da banda era feminino.

Havia naquele momento, verão de 1984, cerca de vinte e poucos LPs de Rock Nacional em circulação no mercado fonográfico. De maneira geral, as bandas apostavam no humor, na ironia e na sátira como eixo de construção das canções. A mulher foi representada, sobretudo, pelo mote da *liberdade*. Seja afirmando-a, como no LP da banda Sempre Livre, seja lamentando sua falta, como em "Cruel, Cruel..." da Blitz e "Conto de fadas" do Barão Vermelho. Apareceu ainda discutindo a sexualidade (Betty Frígida), sonhadora (Bete Balanço) e vítima de violência sexual (Bete Morreu).

1985 – 1990: Afirmação do Rock Nacional. Liberdade, violência e relação de gênero em pauta

Janeiro de 1985 mudou a trajetória, operou um *turn over* na cena musical do Rock Nacional. O impulso para a mudança foi duplo. A realização do mega festival Rock in Rio e o lançamento do primeiro disco da banda brasiliense Legião Urbana[29]. O festival fez com que a mídia se interessasse definitivamente pelo rock brasileiro. O disco, por sua vez, foi um "divisor de águas" no discurso do Rock Nacional, precisamente por ter acendido o alerta em outras bandas, no sentido de se ter algo a dizer que não fosse circunscrito ao próprio mundinho.

O megaevento, portanto, girou o seletor em direção ao profissionalismo, dando consciência aos músicos da importância de se entregar ao público um show com boa qualidade em iluminação, som, palco, performance. O LP, por sua vez, acrescentou densidade poética ao discurso dos roqueiros e girou o seletor na direção de entregar ao público uma canção com um bom texto, com uma mensagem que pudesse ser significativa. Janeiro de 1985 apontou os caminhos de melhora, como arte, do Rock Nacional, seja em termos de qualidade técnica de shows (dimensão mercadológica), seja em termos de um discurso poe(poli)ticamente mais sofisticado (dimensão artística).

Na questão que nos ocupa por hora, este primeiro disco da Legião Urbana[30] trazia "A dança", canção com bateria repetitiva e bem marcada acompanhada pelo baixo pouco variado ao estilo *punk rock*. O vocal é agressivo, trazendo um tom de desaprovação ao que é cantado. A letra critica determinados comportamentos de parcela da juventude. Na primeira parte a conduta reprovada é o desrespeito à mulher.

> Não sei o que é direito
> Só vejo preconceito
> E a sua roupa nova
> É só uma roupa nova
> Você não tem ideias
> Pra acompanhar a moda
> Tratando as meninas
> Como se fossem lixo
> Ou então espécie rara
> Só a você pertence
> Ou então espécie rara
> Que você não respeita
> Ou então espécie rara
> Que é só um objeto
> Pra usar e jogar fora
> Depois de ter prazer[31]

Em sequência, o refrão sugere que o comportamento censurável tem raízes sociais longas, vindo de gerações anteriores: "Você é tão moderno / Se acha tão moderno / Mas é igual a seus pais". Adiante, a juventude em foco na letra é repreendida por sua rebeldia

vazia, excesso com drogas, futilidade e falta de perspectiva do porvir. O importante, porém, é registrar a rejeição do compositor às tradicionais projeções masculinas da mulher como naturalmente submissa e mero objeto do desejo sexual do homem.

No ano seguinte a Legião Urbana trazia "Eduardo e Mônica" em seu segundo LP, canção extremamente bem sucedida em termos midiáticos e que se debruçava sobre as relações de gênero. A letra de Renato Russo apresentava os dois personagens aos ouvintes, enumerando características, gostos e ações dos enamorados. Irrompia da narrativa uma personagem feminina mais segura, ativa e com maior repertório cultural do que o personagem masculino.

Mônica fazia medicina e falava alemão, "gostava do Bandeira e do Bauhaus, Van Gogh e dos Mutantes, de Caetano e de Rimbaud".[32] Já Eduardo fazia cursinho, jogava futebol de botão com o avô e dormia até tarde. A personagem feminina não apenas possui maior bagagem cultural, mas é quem influencia o personagem masculino no processo de crescimento pessoal, pois, conforme o texto da canção, é a partir do momento em que se aproximam mais que ele passa a trabalhar. Juntos fazem natação, fotografia, teatro e artesanato, enquanto a "Mônica explicava pro Eduardo / Coisas sobre o céu, a terra, a água e o ar". Enfim, o amadurecimento pessoal e a evolução comportamental de Eduardo, ocorre através da influência e auxílio de Mônica.

Nesse momento o Rock Nacional já era bem mais do que vinte e poucos LPs. O biênio 1986-87 pode ser considerado o momento de explosão do gênero musical, que alcança grande evidência social e forte inserção na mídia e no mercado fonográfico. Além das rádios, o rock circulava por revistas especializadas, cinema e televisão. Diversas bandas conseguiram contrato com gravadoras e lançaram seus discos, avolumando significativamente a discografia do Rock Nacional.

A banda sul riograndense Nenhum de Nós[33] lançou seu primeiro LP em setembro de 1987, pelo selo Plug, da BMG. Trazia "Camila, Camila", uma narrativa pungente sobre violência contra mulheres. Cantada em primeira pessoa, trazia, portanto, o ponto de vista da vítima, uma adolescente de 17 anos de idade. A história cantada foi baseada em uma colega dos músicos, que sofria com um relacionamento amoroso abusivo. A canção foi exaustivamente executada nas rádios do país no ano de 1988. A um só tempo era um grito de denúncia da violência contra a mulher e um chamado à reflexão sobre este grave problema social.

A Camila da canção – nome retirado de um filme argentino, que não correspondia ao verdadeiro nome da menina que inspirou a composição – chora sozinha enquanto espera o amanhecer, e nos dá a conhecer a situação que vivencia em versos como,

Às vezes peço a ele
Que vá embora
Que vá embora
(...)
E eu que tenho medo até de suas mãos
Mas o ódio cega e você não percebe
E eu que tenho medo até do seu olhar
Mas o ódio cega e você não percebe
(...)
A lembrança do silêncio daquelas tardes
Da vergonha do espelho naquelas marcas
Havia algo de insano naqueles olhos
Olhos insanos
Os olhos que passavam o dia
A me vigiar, a me vigiar
(...)
E eu que tinha apenas 17 anos
Baixava a minha cabeça pra tudo
Era assim que as coisas aconteciam
Era assim que eu via tudo acontecer[34]

"Camila, Camila" foi regravada por Cazuza (1991, em disco póstumo) e pela banda Biquini Cavadão (2001). Tornou-se um clássico do Rock Nacional, cantado em uníssono pelo público em shows e festivais país afora. Em 2020 a canção serviu de gancho para um debate sobre violência contra as mulheres promovido pelo curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), onde Carlos Stein, um dos compositores, apontou que o maior mérito da canção foi servir como uma espécie de auxílio sentimental para mulheres vítimas de agressão em seus relacionamentos. Em seu dizer,

> pra mim a principal qualidade da Camila, e o fato de ter levado ela tão longe, é o fato dela não ser panfletária. Ela não trata do assunto da violência contra a mulher, assim, como uma bandeira. Ela traz o assunto com o ponto de vista da pessoa que tá sendo, que tá sofrendo essa agressão, e ela procura uma visão, como é que eu posso dizer, ela procura trazer para as pessoas, assim, acho que a grande qualidade da Camila, e isso a gente já conversou a respeito, a noção de que elas não estão sozinhas, as pessoas que estão passando por isso.[35]

Outra canção interessante é "Garota de Baúru" (1989), onde Cazuza retorna à uma temática semelhante à de "Conto de fadas" (1982), também de sua autoria e já mencionada no começo do texto. A saber, o embate cultural das mulheres com valores tradicionais que lhe impunham papeis demarcados. Os desfechos das canções são distintos, contudo, o alvo do compositor não se altera: desaprovar as projeções tradicionais da sociedade acerca de um suposto papel da mulher.

O Brasil na década de 1980 vivia um momento de mudanças e questionamentos em relação à modelos de feminilidade e ideais do comportamento das mulheres que

haviam se consolidado, sobretudo, na primeira metade do século 20. O ideal de virgindade para as solteiras já estava completamente fora de moda. Aos poucos afirmava-se a ideia de que garotas podiam ter em sua vida privada a mesma liberdade sexual que os rapazes. O ideal conjugal e os papeis familiares também se configuravam em um tipo novo de união, capaz de, agora, satisfazer homem e mulher. A imagem da mulher como mãe modernizava-se. Filhos deixava de ser uma imposição, para tornar-se uma escolha pessoal. Ao mesmo tempo, a maternidade das mães solteiras recebia julgamento menos severo que no passado.[36]

Cazuza incomodava-se com a permanência dos "modelos rígidos" de feminilidade – para usar o termo de Carla Pinsky. Em "Garota de Baúru" cantou a intolerância e a repressão familiar sobre uma menina de 15 anos de idade, rebaixada por seus próximos devido ao seu comportamento libertário em relação às roupas, costumes e gostos. Nas duas estrofes iniciais a letra mostra ao ouvinte o confronto doméstico vivenciado pela personagem musical.

> Eu conheci uma garota em Bauru
> 15 anos de vida e cinco de rebu
> Na lanchonete principal era a rainha
> Com suas minissaias sem bainha
> Os pais choravam
> Os irmãos ameaçavam
> E ela nem aí, maravilhosa
> Gostosa em sua vulgaridade
> Feliz com tua sinceridade[37]

A garota não se submete às investidas coercitivas de seus pais e irmãos, sugere os três últimos versos deste trecho. Em sequência o enredo evidencia o gosto da garota pelos artistas do Rock Nacional e a violenta censura sofrida pela menina de 15 anos por "tietar" seus ídolos. O trecho "ela entra numas" é ambíguo. Poderia indicar uso de drogas, envolvimento sexual, consumo alcoólico, discussão e brigas, ou tudo disso.

> Gosta de ouvir Lulu Santos
> E acha o Cazuza um anjo
> Não perde um show do Paralamas
> Depois, no hotel, ela entra numas
> No dia seguinte chega em casa
> Com a maquiagem toda borrada
> Toma café e leva porrada
> O pai chama de puta, a mãe, que ela é maluca
> E a garota de Bauru
> Vai dormir sem culpa

Inegavelmente há um confronto cultural estabelecido dentro da família em razão do comportamento da filha adolescente. Seja pelas minissaias sem bainha, pelos locais

frequentados, gosto musical ou envolvimento afetivo, é evidente a não aceitação da conduta feminina. Neste sentido, o verso, "e a garota de Bauru vai dormir sem culpa", é profundamente expressivo para o argumento da canção.

Na segunda parte, a Garota de Bauru regressa ao tédio da velha lanchonete quando as bandas vão embora, e "fica o papel com um nome e a fama de tiete". A composição insinua a contraposição entre uma vida tradicional/tediosa e uma vida libertária/autêntica.

> A garota de Bauru só quer um futuro (futuro)
> Quer ser feliz no mundo grande
> E pra isso tem que ser medíocre
> Tem que ser diferente de uma pizza

Buscar a felicidade exigiria a mediocridade, no sentido de anular-se, em favor dos valores de uma geração outra? É precisamente este o sentido dos versos acima. Sendo uma personagem feminina, o antagonismo questionado na canção é o dos modelos tradicionais socialmente imposto às mulheres e os novos ideias comportamentais cujas raízes remontariam à contracultura de fins dos anos 1960.

Neste embate geracional Cazuza se posiciona ao lado da garota na canção. Informa a rotulação socialmente posta em mulheres que se comportam de forma menos habitual, "a putinha de Bauru", para nos versos seguintes abraçá-la simbolicamente, "a Janis Joplin de Bauru / como é linda assim de azul". Cazuza era admirador de Janis Joplin. Ao equiparar sua personagem à cantora norte-americana, ícone do rock mundial marcada por suas atitudes transgressoras, e que crescera em uma família conservadora e religiosa, inequivocamente, o autor da canção está referendando sua conduta livre.

A estrofe final renuncia a valores costumeiramente colados pela sociedade ao feminino, como o casamento e a maternidade. Cazuza, tanto nessa como em outras composições, parecia alinhar-se a ideia de que

> "filha, esposa, mãe há muito tempo deixaram de ser as únicas identificações valorizadas da mulher na sociedade (...) as brasileiras ultrapassaram os espaços tradicionalmente reservados ao dito sexo frágil e desempenham papéis e funções sequer sonhados por suas bisavós e avós" (Scott, 2012, p. 15)

> Pois nunca vai vestir seu vestido de noiva
> E o véu que esconde a grande guerra
> Mas nunca vai casar ou ter filhos
> Porque a garota de Bauru
> Vai fugir e achar a sua família

O verso último é provocante e sedutor. A garota de Bauru seria adotiva? Se não deseja se casar nem ter filhos, qual família precisaria achar, visto que morava com pais e irmãos? Não tenho resposta ou palpite. Importante é perceber, na linguagem artística, o questionamento do discurso moralista/patriarcal que há muito enquadra mulheres em supostos modelos, como, no caso em tela, a "moça de família".[38]

O tema do embate de valores entre pais e filhos tendo por objeto o comportamento feminino apareceu, também em 1989, no segundo disco da carioca "Afrodite se quiser". Banda formada por três mulheres, Patrícia Maranhão, Karla Sabah e Emilinha. A canção "Ah, eu vou" constituía-se de um diálogo entre mãe e filha, onde, para além do conflito geracional, o ponto central da mensagem, uma vez mais, é a liberdade feminina.

> Hei mãe, eu vou partir (essa menina está louca)
> Toda vez que eu falo que eu vou ser alguém
> Você me diz: essa menina está louca e sai
> Mas hoje eu vou partir
> Ah, eu vou (Você não vai)
> Ah, mãe eu vou (Você não sai)
> (...)
> Não me traga seus problemas
> Eu não tenho a solução
> Vou sair daqui de casa
> Acabar com a discussão
> Minha vida é assim mesmo
> Ela é cheia de emoção
> Vou fazer tudo o que eu quero
> Não vou dar explicação[39]

A década se encerrava com o Rock Nacional em grande evidência cultural. Diversos artistas e bandas estavam inseridos na mídia e no mercado fonográfico, e a repercussão e circulação social de suas canções era bastante significativa. Quanto ao nosso tema, as representações acerca das mulheres, vimos que a figura imaginada e veiculada no discurso musical está, basicamente, associada à liberdade comportamental. O tom é o da defesa dessa liberdade e, consequentemente, de rejeição, repúdio, recusa de valores patriarcais arcaicos de modelação do comportamento feminino. Ouve-se também acordes de denúncia da violência contra a mulher e de reequilíbrio da relação de gêneros.

A década 1990: pluralidade feminina

O ano de 1990 trouxe à República o primeiro presidente eleito pelos brasileiros mediante o voto direto após duas décadas de generais presidentes. Fernando Collor de Mello, político de carreira trivial e discreta em Alagoas, de legenda partidária minguada

– o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – mas eleito com o graúdo apoio do empresariado nacional e da grande mídia televisiva.[40] A estadia na chefia da nação foi rápida[41], mas no tocante às mulheres, o período teve um saldo positivo. A 13 de julho daquele ano Collor sancionou a lei que estabelecia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma semana depois, rubricou a 8.072, lei que dispunha sobre crimes hediondos e incluía o estupro neste rol.

O ECA revelava um olhar mais preocupado do Estado sobre os problemas femininos, consagrando, inclusive, a igualdade de responsabilidade no sustento e guarda dos filhos entre homens e mulheres. Outros pontos a se destacar daquele período são o grande número de mulheres nas graduações universitárias, a sexualidade tratada cada vez mais abertamente, na mídia ou nas conversas informais dos ambientes privados, a licença-maternidade e a entrada vigorosa no mercado de trabalho, que criava, no imaginário social, a figura positiva da mulher "batalhadora", guerreira (Pinsky, 2013b).

Não cogito comunicar que vivíamos, nos anos 1990, um ambiente depurado e desembaraçado dos preconceitos e opressões contra as mulheres. Os números e gráficos da violência doméstica, feminicídios e desigualdade de salários desmentiria tal intento. Pretendo apenas enunciar a conjuntura político-social de quando as bandas do Rock Nacional puseram em circulação canções como "Algumas Mulheres", da carioca Hanói-Hanói. Antes de examinarmos a composição, vale lembrar que o movimento feminista avançava nessa década pelo que ficou conhecido como terceira onda do feminismo[42], marcado pela fragmentação e pluralidade de olhares sobre a mulher.

Formada em 1985 o Hanói Hanói,[43] apostava em uma sonoridade rock mais funkeada, por assim dizer. A segunda faixa de "Coração Geiger" (1992), quarto LP da banda, apresentava ao público a imagem multifacetada da mulher naquele contexto histórico onde os ventos da redemocratização traziam a expectativa da abertura de uma nova era, atravessada sobretudo, pela liberdade política.

A letra inicia-se com "Mulheres lutam boxe e viram freiras / Decidem eleições e pedem paz"[44]. Assim, alude ao envolvimento das mulheres na política e em esporte tradicionalmente masculino, sem perder feminilidade, pois lutam e "viram freiras". No caso, não perdem a bondade – simbolicamente atribuída às freiras – por lutarem boxe, que exige força e agressividade esportiva. Os versos seguintes conectam-se à questão da sexualidade e do prazer feminino.

> Mulheres querem mel mesmo sendo abelhas
> E de tão vaidosas querem muito mais
> Se entregam ao prazer, possuídas
> E todas ficam lindas quando bem amadas

Em sequência, a canção prossegue no argumento afetivo-sexual reportando-se ao lesbianismo em chave positiva e, a despeito de vocábulo vulgar, tenta positivar também a prática da prostituição[45], historicamente estereotipada e recriminada socialmente.

> Algumas mulheres amam outras mulheres
> Melhor do que alguns homens conseguem amar
> As belas têm poder, as noivas, sorte
> Prostitutas viram santas quando gozam

O refrão não oferece ao ouvinte assimilação fácil, mas acredito que pretende dizer acerca do potencial feminino de qualquer realização, indicando serem as mulheres capazes de assumir qualquer papel.

> Mulheres podem ser
> À lua cheia
> Serpentes nos jardins de Allah
> São deusas quando dão
> Luz às estrelas
> E à vida que um dia, veio do mar

A canção é perpassada pelo erotismo. Fica isso evidente no videoclipe da canção, que alterna imagens da banda performando a canção com a de mulheres em poses e expressões sugestivas. Contudo, não entendo ser a chave de interpretação destas construções artísticas – canção e videoclipe – a da objetificação da mulher e sua redução à peça de satisfação do desejo sexual masculino. O argumento central da composição de Arnaldo Brandão e Tavinho Paes consiste na entonação da nova mulher, livre de convenções sexistas para participar da política, ocupar espaços tradicionalmente masculinos ou viver sua sexualidade sem constrangimentos. O mote, basicamente, ainda é o da afirmação da liberdade feminina. O Hanói Hanói havia alcançado o ponto máximo de sua trajetória no ano anterior, 1991, ao se apresentar na segunda edição do Rock in Rio no estádio do Maracanã, dividindo o palco com Billy Idol e Guns N' Roses. Todavia, "Algumas Mulheres" teve circulação midiática bastante discreta, bem como o LP à qual pertence.

O tema da liberdade sexual feminina parecia estar na mirada artística dos compositores Arnaldo Brandão e Tavinho Paes, pois dois anos antes haviam feito "Dom Selvagem", dos versos "Ela é a mais livre das garotas impossíveis de se amar". Neste caso, ainda que a canção tente positivar a condição mais livre da mulher, há uma ironia que parece deixar escapar certo incômodo dos letristas, como no trecho "É tão feminista que até come as amigas com paixão" e no refrão "Selvagem, pra ela sexo é um dom! / Um dom selvagem, para ela sexo é um bem!". A liberdade feminina era cantada nas

batidas do rock, mas uma patinada machista precisa ser notada. “Dom Selvagem” foi ainda mais discreta na cadeia mídia do que “Algumas Mulheres”.

Em 1994 Cássia Eller lançou seu terceiro álbum pela Polygram e alcançou êxito midiático e de público, sobretudo com a enorme execução radiofônica de “Malandragem”, composição de Cazuza e Frejat. Destaco, todavia, outra canção do LP. “1º de Julho”, uma balada pop de autoria de Renato Russo, vocalista da Legião Urbana. A canção falava de maternidade[46] e era uma homenagem de Renato Russo à Cássia Eller, grávida na ocasião.

O disco “Cássia Eller” foi comercialmente bem sucedido, superando cem mil unidades vendidas e impulsionando a carreira da artista. A canção “1º de Julho” foi incorporada às apresentações ao vivo e, posteriormente, regravada pela Legião Urbana no LP “A Tempestade” (1996). Tornou-se, entre o público, uma espécie de manifesto a favor do empoderamento feminino e, dado a pública homossexualidade de Cássia Eller, uma manifestação sobre a coragem e a pluralidade da mulher.

Eller e Russo, duas vozes potentes, graves, e bastante ouvida nas rádios durante a década de 1990. Em suas interpretações de “1º de Julho” ambos emprestam força à canção, em entonações vocais que ressoam vitalidade, fibra, destemor. Versa a letra,

> Sou fera, sou bicho
> Sou anjo e sou mulher
> Sou minha mãe, minha filha
> Minha irmã, minha menina
> Mas sou minha, só minha
> E não de quem quiser
> Sou Deus, tua deusa, meu amor
> Alguma coisa aconteceu
> Do ventre nasce um novo coração[47]

A Legião Urbana se desfez em outubro de 1996 devido à morte de seu vocalista e letrista, Renato Russo. No ano seguinte, a EMI lançou um disco-homenagem, produzido por Dado Villa-Lobos e Tom Capone, valendo-se das canções gravadas para o disco anterior que acabaram não lançadas na ocasião. Renato Russo vinha se habituando a batizar suas canções com nomes femininos, a exemplo de Leila e Natália, do LP “A Tempestade” (1996). Neste álbum póstumo vieram Mariane e Clarisse. À época, Renato Russo costumava dizer que a banda pretendia incluir em sua poética, cada vez mais, as mulheres. “Clarisse” é uma longa e triste canção de dez minutos e trinta e dois segundos. Clarisse tem 14 anos, sente-se incompreendia, aprisionada, e “uma de suas amigas já se foi / quando mais uma ocorrência policial”[48]. Ela precisa de calmante e antidepressivos,

> Mas o mundo continua sempre o mesmo

O medo de voltar pra casa à noite
Os homens que se esfregam nojentos
No caminho de ida e volta da escola
(...)
A violência e a injustiça que existe
Contra todas as meninas e mulheres
Um mundo onde a verdade é o avesso
E a alegria já não tem mais endereço

O tema da violência contra a mulher se pronuncia na composição. O autor parece querer nos dizer que essa violência decorre do abandono, da falta de cuidado, da falta de proteção às mulheres. "Clarisse está trancada no seu quarto / Com seus discos e seus livros / Seu cansaço". A solidão da personagem cancional é sentida pelos ouvintes nos acordes soturnos do violão e na dor que escapa da modulação timbrística da interpretação vocal de Renato Russo. Abandono, solidão e uma sugerida importunação sexual levam a adolescente à auto agressão. "Clarisse está trancada no banheiro / E faz marcas no seu corpo com seu pequeno canivete / Deitada no canto, seus tornozelos sangram".

A canção foi gravada em *take* único, evidenciava o drama existencial da Legião Urbana e, mais particularmente de sua voz principal, Renato Russo, infectado pelo vírus HIV que lhe roubava a vida aos poucos. "Enquanto o Renato cantava, era nítida a forma como ele se punha no lugar daquela menina que, apesar de muito jovem, estava à beira da morte. A letra é forte, sombria, e a interpretação dele parece fazer o mundo desabar" (Villa-Lobos, 2015, p. 232). A canção fora excluída do disco "A Tempestade", de 1996, por que Renato Russo teve receio "de que a música pudesse ser mal entendida ou interpretada de forma literal pelos jovens. Ele temia que a faixa pudesse estimular a depressão e o suicídio em adolescentes" (Villa-Lobos, 2015, p. 235), nos conta Dado Villa-Lobos em sua autobiografia. Ao fim das contas, Clarisse era um canto por socorro que fazia ecoar a denúncia do abandono e violência em uma espécie de súplica pungente à sociedade brasileira: protejam as meninas e mulheres.

O Biquini Cavadão[49], banda carioca formada no bairro do Cosme Velho lançou "biquini.com.br" em 1998, sexto álbum da carreira e conectado com a ainda nascente rede internet. O LP se inicia com "Janaína", canção inspirada em uma empregada doméstica que no imaginário roqueiro tornou-se um tributo à mulher trabalhadora que luta por um futuro melhor. Ao tomar conhecimento da distância que Gessy precisava percorrer de Miguel Couto, Nova Iguaçú, até o trabalho como doméstica em sua casa, o vocalista Bruno Gouveia teve o lampejo. "Foi pensando na vida dela e de tantas mulheres que batalham no mercado de trabalho que decidi escrever uma letra sobre elas. Apesar de tudo, acreditam em seus sonhos" (Gouveia, 2019, p. 201)

> Janaína acorda todo dia às quatro e meia
> E já na hora de ir pra cama, Janaína pensa
> Que o dia não passou, que nada aconteceu
> Janaína é passageira, passa as horas do seu dia
> Em trens lotados, filas de supermercados
> Bancos e repartições, que repartem sua vida
> Mas ela diz, que apesar de tudo ela tem sonhos
> Ela diz, que um dia a gente há de ser feliz
> Se Deus quiser[50]

"Janaína" foi bem sucedida na cadeia midiática, ganhou um videoclipe e teve boa execução nas rádios. Retrata a rotina exigente de uma mulher de classe baixa. A canção começa com um dançante solo de saxofone e é acompanhada por uma bateria ritmada, se afastando assim de uma possível melancolia, tristeza ou dor, que a dureza do cotidiano descrita na letra pudesse aparentar. A imagem da mulher trabalhadora que persegue seus sonhos é emoldurada em uma sonoridade "pra cima", realçando a determinação, o ânimo, o brio dessa mulher.

Ao lado de "Janaína", outra canção de rock representando a mulher obteve inserção exitosa na cadeia midiática no ano de 1998: "Puro êxtase", do Barão Vermelho. Música com sonoridade moderna influenciada pela bateria eletrônica que à época dava um tom de novidade. A narrativa é de uma jovem que sai de casa para dançar, vivenciar a vida noturna "sem pressa pra voltar / esmalte vermelho / tinta no cabelo / os pés num salto alto / cheios de desejo"[51]. O uso de drogas e da sensualidade são façanhas da garota puro êxtase grudadas nos passos de sua dança, que atraem os olhares.

> De tão alucinada
> Já 'tá rindo à toa
> Quando olha para os lados
> A todos atordoa
> A sua roupa montada
> Parece divertir
> Os olhos gulosos
> De quem quer lhe despir
> Ela é puro êxtase
> Êcstasy
> Barbies, Betty Boops
> Puro êxtase

A canção é uma deferência à vida noturna e a faz reportando-se às mulheres que se destacam neste ambiente pela sensualidade e atração que causam. Nas palavras de Frejat, durante entrevista concedida em um programa televisivo da emissora SBT,

> A música Puro Êxtase trata muito do universo noturno. Aquela coisa da boate e da festa. Eu sou noturno, de ficar à noite, de frequentar shows, mas não estou sempre atrás da festa. Acabo indo por que faz parte do meu dia-a-dia. Mas é aquela mulher que quando entra na pista, todos

> param! Cada noite tem uma. Não tem a ver com beleza, é a coisa, da energia, do tesão e de atração mesmo. Acho que é um fogo (Frejat, 1998, 3´45´´).

As drogas estão presente nas diversões noturnas, pode-se discutir sobre os danos que arrasta consigo. Mas fixando no que nos interessa aqui, a imagem da mulher evidenciada na canção "Puro Êxtase" é pincelada, uma vez mais no círculo roqueiro, com tintas da liberdade. A imagem é de uma jovem livre, extasiada por dançar, que desperta o interesse das pessoas e retorna para casa já na madrugada com o galo cantando.

No arremate do século, anos 2000, encontramos ainda "Natasha" e "Pagu", respectivamente, da banda Capital Inicial[52] e de Rita Lee, roqueira longeva da música popular brasileira. A melodia dançante de "Natasha" fez da canção grande sucesso radiofônico e dos shows ao vivo, porém, em termos temáticos, repisa o argumento de "Puro Êxtase", da jovem que usa drogas e dança sem parar em sua liberdade existencial. O ponto de diferença é que Natasha parece querer fugir de alguma coisa e expressa certa aflição pelo futuro, ao passo que para a garota puro êxtase tudo é puro divertimento.

Em 2000, Rita Lee gravou "Pagu"[53], composição em parceria da cantora carioca Zélia Duncan com propriedades de um verdadeiro manifesto feminista. Ao dizerem que "Minha força não é bruta / Não sou freira, nem sou puta"[54] as compositoras posicionam a mulher em um espectro amplo, que busca dar conta da pluralidade e das contradições com que a mulher se insere na sociedade. Em sequência, temos a rejeição às imposições de beleza sobre o corpo feminino, por um lado, já que "nem toda feiticeira é corcunda / Nem toda brasileira é bunda / Meu peito não é de silicone / Sou mais macho que muito homem" e, por outro lado, a potência e a autonomia, a um só tempo, nas esferas privada e pública, pois "Sou rainha do meu tanque / Sou Pagu indignada no palanque".

A trajetória de Rita Lee e seu discurso artístico representou a mulher, sobretudo via canções, como ser complexo e mutável, distante dos binarismos machistas e transitando entre opostos em um universo feminino amplo e expansível. Na voz de Rita Lee a transgressão e a rebeldia feminina são aspectos privilegiados, bem como a autonomia na vida pública e privada e a desconstrução do corpo feminino subserviente aos padrões de beleza que visam ao agrado do olhar masculino. "Pagu" funciona como uma espécie de síntese da atitude e postura de Rita Lee, ao longo de sua carreira, a respeito da questão feminina (Santos, 2013).

Na década de 1990 a mulher foi representada, nas canções roqueiras, pela chave da liberdade e da escolha e orgulho pela maternidade. Imaginou-se ainda a mulher trabalhadora, alegre em sua beleza sensual, mas que rejeita as imposições do olhar

masculino; a mulher que aos poucos conquista sua autonomia nas esferas pública e privada, que aos poucos, desata os muitos nós de uma sociedade impregnada pelos valores patriarcais e machistas. Os acordes roqueiros, entretanto, não deixaram de lembrar em tom de lamento "a violência e a injustiça que existe contra todas as meninas e mulheres".[55]

A mulher nas canções roqueiras do século 21

Vejamos duas últimas canções antes de encerramos esse artigo, "Mariana foi pro mar" (2007), da banda paulistana Ira![56] e "Desconstruindo Amélia" (2009) da cantora baiana Pitty. A primeira, uma balada rock com baixo marcante e que traz a imagem da mulher que deu a volta por cima. A narrativa cancional nos faz conhecer uma mulher abandonada, vítima da traição conjugal do marido com sua melhor amiga

> Mariana foi pro mar
> Deixou seus bens mais valiosos com o cachorro
> E foi viajar, foi de coração
> Pois o marido saiu pra comprar cigarros
> E desapareceu, foi visto no Japão
> Com a vizinha, sua ex-melhor amiga
> Mariana foi ao chão[57]

Mariana enfrenta dificuldade financeira e pensa em suicídio

> E ela pensou por muitas vezes
> Se usava sua Mauser ou o gás de seu fogão
> Mas seu último direito ela viu que era um erro
> Mariana foi pro mar
> Mariana se cansou
> Olhou o que restava de sua vida
> Sem direito a pensão
> Sem um puto pra gastar

Todavia, reverte a situação emocional desfavorável após conseguir dinheiro em um jogo e passa a ter uma postura mais autônoma e forte diante dos homens

> E foi numa tarde de domingo
> Que ganhou tudo no bingo
> Sorte no jogo, azar no amor (...)
> Hoje ela desfila pela areia
> Com total desprezo pelos machos de plantão
> Ela está bem diferente
> Ama ser independente
> Mariana foi pro mar

"Desconstruindo Amélia" composta por Pitty e Martin Mendonça foi gravada no terceiro disco da cantora, *Chiaroscuro*, registrado pela Deck Disc. Os compositores

reescrevem, ressignificam a personagem Amélia, enraizada na imaginação popular pelo samba "Ai que saudades da Amélia" composto por Mário Lago e Ataulfo Alves em 1942. Apesar dos autores, em várias entrevistas, declararem que Amélia seria o símbolo da companheira ideal, que não exige do companheiro o que ele não pode dar, vivendo de acordo com suas possibilidades, em nome do amor verdadeiro, o fato é que temos hoje quase um consenso de que a letra é sexista e faz circular uma imagem de mulher submissa.

O trecho inicial de "Desconstruindo Amélia" nos apresenta uma mulher conformada com a educação que recebeu, para *cuidar e servir*, reverberando, assim, a Amélia da década de 1940. Ou a imagem de Amélia que se afirmou ao longo do tempo desde o samba de Lago e Alves, da mulher rendida e refém do homem, do marido.

> Já é tarde, tudo está certo
> Cada coisa posta em seu lugar
> Filho dorme ela arruma o uniforme
> Tudo pronto pra quando despertar
> O ensejo a fez tão prendada
> Ela foi educada pra cuidar e servir
> De costume esquecia-se dela
> Sempre a última a sair[58]

A Amélia contemporânea, contudo, sob uma bateria quase marcial e a voz grave da cantora Pitty,

> De repente ela resolve então mudar
> Vira a mesa, assume o jogo
> Faz questão de se cuidar
> Nem serva, nem objeto
> Já não quer ser o outro
> hoje ela é um também

A partir desse trecho a personagem do antigo samba começa a ser desconstruída, reescrita, ressignificada. Os ouvintes anteveem que a nova Amélia mira a liberdade, a vida autônoma, sem amarras e subserviência. Vale destacar que o par outro/um dos versos anteriores remetem à força do discurso elaborado desde o século XIX acerca da mulher, que, em diversas publicações aparecia invariavelmente como *o outro*.[59]

Os compositores fazem questão de sublinhar que, não obstante os avanços na emancipação feminina, disparidades entre gênero teimam na sociedade, pois,

> A despeito de tanto mestrado
> Ganha menos que o namorado
> E não entende porque

A Amélia do século XXI, no remate da canção, é insubmissa, multivalente, forte, adjetivos realçados pela entonação vocal vigorosa com a qual Pitty interpreta a obra.

Tem talento de equilibrista
Ela é muita se você quer saber
Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra *nigth* ferver

Nas duas canções, "Mariana foi pro mar" e "Desconstruindo Amélia", uma composta e interpretada por um homem, a outra composta e interpretada por uma mulher, o eixo estruturador da peça é idêntico. Apresenta-se um modelo de comportamento tradicionalmente atribuído às mulheres, onde a voz e o gestos lhes faltam como sujeitos, lhes cabendo o papel disciplinado pelo olhar masculino. Posteriormente canta-se o momento da ruptura, da mudança de postura, da tomada de consciência, da fundação da liberdade, e então, a palavra cantada anuncia sem reservas a potência feminina.

Desligando os instrumentos (ou considerações finais)

A mulher foi representada no Rock Nacional, majoritariamente, pelo viés da liberdade. Não são poucas as canções que fazem coro à defesa da liberdade feminina. Seja na voz delas ou deles. A mulher figurou também no discurso roqueiro como sonhadora, trabalhadora, mãe, bela e sensual, forte. Engrandece-se a mulher que vira a mesa, enfrenta o socialmente imposto e faz seu caminho, afirma seus interesses e aposta em suas próprias projeções. Por outro lado, ouve-se no giro dos vinis e compactos a denúncia da violência contra as mulheres, bem como canções construídas sobre a relação de gêneros na perspectiva da equivalência, da paridade.

Precisa ficar claro que ao evidenciar uma imagem positiva da mulher nas canções do Rock Nacional não pretendo afirmar que a condição feminina na contemporaneidade esteja completamente livre dos problemas tradicionalmente verificados na sociedade brasileira. Bem outra é a realidade. No momento em que este texto é escrito, por exemplo, a Fio Cruz divulga ter realizado um estudo centrado na violência de gênero, junto com pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), concluindo que a taxa de homicídios de mulheres no Brasil aumentou 31,46% no período de 1980 a 2019.[60]

A intenção aqui foi demonstrar que o Rock Nacional, ao longo de suas quatro décadas de existência, elaborou e veiculou representações acerca da mulher em chave positiva e denunciou a violência social e simbólica contra elas. O fez em um espaço de

práticas artísticas não sem preconceitos, mas que inegavelmente abriu espaço e deu voz às mulheres. Ao fazê-lo, além de se constituir numa experiência reflexiva sobre a sociedade, o repertório musical configurou-se em um meio de adesão aos valores da democracia por parte dos compositores.

Quando observamos a cena inaugural do Rock Nacional, entre 1982 e 1984, dentre as dez primeiras bandas a gravarem disco, cinco delas (50%) eram integradas por mulheres, sendo uma, a Sempre Livre, formada somente por mulheres. Isso não é pouco!

Façamos uma breve comparação com o esporte e a política. A delegação brasileira que foi à Los Angeles disputar as Olimpíadas de 1984 contava com 151 atletas, sendo 22 mulheres (14,5 %). Na quadragésima sexta legislatura do senado da República, cumprida entre 1979 e 1983, dos 95 políticos que assumiram o cargo, apenas 3 mulheres (3,15%). É verdade que com o tempo bandas majoritariamente masculinas predominaram, porém, é preciso ter em conta que, comparativamente, outras esferas e espaços da sociedade brasileira eram bem mais fechados à participação feminina do que o Rock Nacional.[61]

Um alerta. Ao analisarmos a música popular pela ótica acadêmica, não podemos cometer o equívoco de tomar canções pelo repertório. Uma ou duas canções analisadas separadamente não podem ser tomadas como constituintes ou representativas de um imaginário social ou político atribuído a determinado grupo. A despeito de canções deletérias (e condenáveis) à imagem feminina, como a mencionada "Sílvia", do Camisa de Vênus, o repertório roqueiro, representou a mulher, senão absolutamente livre da carga preconceituosa, machista e violenta de nossa sociedade, ao menos buscando abrir combate a estes (des)valores.

Tomar a canção pelo repertório conduz a equívocos e julgamentos parciais, como o de Maria Áurea Santa Cruz (1992), que a partir de apenas duas canções da banda Ultraje a Rigor,[62] concluiu que no Rock Nacional as mulheres são figuras secundárias, ornamentais, dessa geração que não libertou a mente e projetou em suas músicas "os ensinamentos recebidos dos papais e mamães extremados". Ensinamentos, obviamente, envoltos no moralismo conservador-machista de sempre.

A investigação historiográfica deve buscar pelas permanências e pelas mudanças nos temas e objetos que recorta no tempo/espaço. Suspeito que em alguns temas caros e sensíveis à sociedade brasileira o pêndulo parece oscilar obsessivamente ao campo das permanências, obscurecendo, por vezes, as mudanças, as bem-vindas mudanças. Dentro do campo da música popular, a década de 1980, refrigerada pelos ventos da redemocratização, trouxe olhares, acordes e sentimentos mais afinados à libertação feminina. A hipótese defendida é a de que no cenário específico do Rock Nacional a

mulher encontrou espaço e direito à fala, tanto quanto vozes masculinas dispostas a engrossar o coro da luta histórica por seu reconhecimento, respeito e direitos.

Referências

AFRODITE SE QUISER. *Fora de mim*. Polygram, 1989.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund *et alii*. *Enciclopédia Einaudi.* Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARÃO VERMELHO. *Barão Vermelho.* Som Livre, 1982.

BARÃO VERMELHO. *Maior Abandonado.* Opus/Columbia, 1983.

BARÃO VERMELHO. *Puro Êxtase.* Warner, 1998.

BIQUINI CAVADÃO. *Biquini.com.br*. BMG, 1998.

BLITZ. *As aventuras da Blitz.* EMI, 1982.

BLITZ. *Rádio Atividade*. EMI, 1983.

CAMISA DE VÊNUS. *Camisa de Vênus.* Soma/Som Livre, 1983.

CAPITAL INICIAL. *Acústico MTV: Capital Inicial*. Abril music, 2000.

CÁSSIA ELLER. *Cássia Eller*. Polygram, 1994.

CAZUZA. *Burguesia*. Philips, 1989.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, USP, v.5, n.11, 1991.

FREJAT, Roberto. *Entrevista ao programa De Frente com Gabi*, SBT, 1998. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZaAf52SYl04> Acesso em 16 abr. 2023.

GOUVEIA, Bruno. *É impossível esquecer o que vivi*. Lisboa: Chiado, 2019.

HANOI-HANOI. *Coração Geiger*. EMI, 1992.

IRA!. *Invisível DJ*. Universal, 2007.

LEGIÃO URBANA. *Dois.* EMI, 1986.

LEGIÃO URBANA. *Legião Urbana*. EMI, 1985.

LEGIÃO URBANA. *Uma Outra Estação.* EMI, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. Imprensa feminina: Mulher em revista. In. PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2013, p. 447-468.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. História e música popular: um mapa de leituras e questões. *Revista de História*, São Paulo, n. 157, p. 153-171, 2º sem. 2007.

NENHUM DE NÓS. *Nenhum de Nós.* Plug/BMG, 1987.

NOVA, Marcelo. *Marcelo Nova - O galope do tempo*: Conversas com André Barcinski. São José dos Campos-SP: Benvirá, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e representações 2 - A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.) *Nova História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2013b, p. 513-544.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2013c.

PINSKY, Carla. Imagens e representações 1 - A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.) *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 469-512.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITTY. *Chiaroscuro.* Deckdisc, 2009.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RITA LEE. *3001*. Universal, 2000.

ROCHEDO, Aline. *"Afrodite se quiser"***:** o protagonismo das mulheres no rock brasileiro nos anos 1980. Tese (Doutorado em História), UFRRJ, Rio de Janeiro, 2018.

SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A musa sem máscara*: a imagem da mulher na música popular brasileira. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SANTOS, José Antônio Barbosa Alves dos. *As faces de Eva*: o universo feminino no léxico de Rita Lee. Dissertação (Mestrado em Letras), USP, São Paulo, 2013.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINKSY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15-42.

SEMPRE LIVRE. *Avião de Combate*. Epic, 1984.

SOIHET, Rachel. Feminismo e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970-80. In: *Cultura política e leitura do passado*: historiografia e ensino de história.

ABREU, Martha *et alli* (orgs.). 2.Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p.411-436.

STARLING, Heloísa. *et al*. (orgs.). *Decantando a República:* inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004/São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TEIXEIRA, Julyene Oliveira; NUNES, Silvia Regina. Discurso sobre o comportamento da mulher: o papel da memória na relação entre jornalismo e música. *Revista Eco*, UNEMAT, Ano 16, vol. 26, n.1, 2019. Disponivel em: < https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/4170 >. Acesso em: 06 mar. 2023.

VILLA-LOBOS, Dado *et alli*. *Memórias de um Legionário*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2015.

WISNICK, José Miguel. *Sem Receita*: ensaios e canções. São Paulo: Publifolha, 2004.

[1] No original, *Blackboard Jungle*, EUA, 1955.
[2] Gravou em 1955, "Rock Around the Clock", da banda Bill Haley & His Comets, pela Continental e cantando em inglês.
[3] Vertente do rock que buscou aproximação com a música erudita, caracterizando-se por canções longas que valorizavam a parte instrumental frente ao texto cantado, dando centralidade ao teclado e usando outros instrumentos pouco habituais na estética *rock and roll*, como flauta, violino, bandolim e trompete.
[4] Com o termo Rock Nacional, não me refiro, genericamente, a todo tipo de expressão artística já feita no país que teve o *rock and roll* como linguagem primordial. Refiro-me, em específico, a um conjunto de bandas que alcançam o mercado fonográfico nos anos 1980.
[5] Costuma-se referenciar também, como formação integralmente feminina, a banda "Mercenárias", porém, em meu entendimento, atuavam dentro da estética punk, sendo forçoso considerá-las integrantes do Rock Nacional.
[6] Ver: STARLING, Heloísa. *et al*. (Orgs.). *Decantando a República*: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004/São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
[7] Termo utilizado por José Miguel Wisnick (2004, p. 170-171).
[8] Originalmente formada por Evandro Mesquita (voz e guitarra), Ricardo Barreto (guitarra), Antônio Pedro Fortuna (baixo), Billy Forghieri (teclados), Lobão (bateria) e Fernanda Abreu e Márcia Bulcão (backing vocal).
[9] Originalmente, Cazuza (voz), Frejat (guitarra), Dé (Baixo), Maurício Barros (teclado) e Guto Goffi (bateria).
[10] "Conto de fadas" (Cazuza, Maurício Barros), Barão Vermelho. LP *Barão Vermelho*, Opus/Som Livre, 1982.
[11] "Cruel, Cruel Esquizofrenético Blues" (Evandro Mesquita, Ricardo Barreto), Blitz. LP *As Aventuras da Blitz*, EMI, 1982.
[12] "Betty Frígida" (Evandro Mesquita, Ricardo Barreto, Patrícia Travassos, Antônio Pedro), Blitz. LP *Rádio Atividade*, EMI, 1983.
[13] Ibid, idem.
[14] Ver PINSKY, 2013.
[15] Bete Balanço, 1984, produzido pela CPC - Centro de Produção e Comunicação Ltda.
[16] "Bete Balanço" (Cazuza, Frejat), Barão Vermelho. LP *Barão Vermelho 2*, Columbia-CBS, 1983.
[17] Originalmente Marcelo Nova (voz), Robério Santana (baixo), Karl Hummel (guitarra) e Gustavo Mullen (bateria).
[18] Sobre a definição dos papeis masculino e feminino a partir do viés da sexualidade ver. RAGO, 1991.
[19] "Bete Morreu" (Marcelo Nova / Robério Santana), Camisa de Vênus. LP *Camisa de Vênus*, Soma/Som Livre, 1983.
[20] Ibid, idem.

[21] A questão era tão delicada que levou à uma cisão dentro do CMB. Grupos que defendiam o foco sobre as "políticas do corpo", vendo-se frustradas, desligaram-se da entidade e fundaram o SOS Mulher, voltada para a violência contra as mulheres. Isso em 1981, dois anos antes da canção do Camisa de Vênus, porém.
[22] Uma ressalva necessária. Essa canção traz, entendo assim, um traço machista ao sugestionar a associação entre beleza feminina e futilidade. Todavia, entendo que pautar a violência de um estupro em uma canção, fazendo circular o tema na esfera pública tenha um lado positivo.
[23] Originalmente, Dulce Quental (voz), Márcia Gonçalves (guitarra, violão e vocal), Flávia Cavaca (baixo e vocal), Lúcia Lopes (Bateria e vocal) e Lelete Pantoja (teclado e vocal)
[24] "As meninas sugeriram: Blush, Batom, Salto Alto, mas, todas essas coisas o homem usa. A única coisa que ele não usa é absorvente porque ele não fica menstruado. Então vamos botar "Sempre Livre". Porque isso, nem viado usa. [...]. Depoimento de Flávia Cavaca, *apud* ROCHEDO, 2018, p.138.
[25] "Eu sou free" (Patrícia Travassos, Ruban), Sempre Livre. LP Avião de Combate, Epic, 1984.
[26] "Alta Tensão" (Rafael Reis, Fernando Morais), Sempre Livre. LP Avião de Combate, Epic, 1984.
[27] "Amor Fatal" (Luis Mendes Jr., Gastão Lamounier), Sempre Livre. LP Avião de Combate, Epic, 1984.
[28] "Avião de combate" (Joe Euthanázia, Ronaldo Santos), Sempre Livre. LP Avião de Combate, Epic, 1984.
[29] O disco foi lançado em 02 de janeiro, o Rock in Rio realizado entre 11 e 20 de janeiro. A posse de Tancredo Neves, primeiro civil pós 21 anos de militares presidentes seria em 15 de janeiro.
[30] Originalmente Renato Russo (voz), Renato Rocha (baixo), Dado Villa-Lobos (guitarra) e Marcelo Bonfá (bateria).
[31] "A dança" (Renato Russo), Legião Urbana. LP *Legião Urbana*, EMI, 1985.
[32] "Eduardo e Mônica" (Renato Russo), Legião Urbana. LP *Dois*, EMI, 1986.
[33] Originalmente, Thedy Corrêa (voz e contrabaixo), Carlos Stein (guitarra) e Sady Homrich (bateria).
[34] "Camila, Camila" (Thedy Correa, Sady Homrich, Carlos Stein), Nenhum de Nós. LP *Nenhum de Nós*, Plug/BMG, 1987.
[35] "Sobre Camilas... um bate-papo sobre violência contra a mulher" <https://www.youtube.com/watch?v=ZrCe1hv4uDM> (19'39''). Acesso em 03 de jun. 2023.
[36] Ver PINSKY, 2013.
[37] "Garota de Bauru" (Cazuza, João Rebouças), Cazuza. LP *Burguesia*, Phillips, 1989.
[38] Curioso notar que "Garota de Bauru" não foi bem recebida pela Câmara de vereadores da cidade paulista aludida. Os políticos locais entenderam que a canção associava as mulheres do município à prostituição. Além de um voto de repúdio pediram a proibição da execução pública da música.)
[39] "Ah, eu vou" (Karla Sabah, Kléber Sabah), Afrodite se quiser. LP *Fora de mim*, Polygram, 1989.
[40] Sobre o apoio midiático a Collor consultar CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do planalto – a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; GUILHERME, Cássio. *1989: História da primeira eleição presidencial pós-ditadura*. São Paulo: Pacco e Littera, 2019.
[41] Fernando Collor de Melo sofreu o *impeachment* com 1 ano e 9 meses de governo.
[42] Termo cunhado pela escritora norte americana Rebecca Walker, em 1992. Essa terceira onda é crítica à geração anterior do movimento, tida como excessivamente branca, de classe média e heterossexual. A terceira onda buscava expandir os temas feministas diversificado as identidades. Cf. PINTO, 2003.
[43] Originalmente, Arnaldo Brandão (baixo e voz), Affonso (guitarra), Pena (bateria) e Cássio (percurssão)
[44] "Algumas mulheres" (Arnaldo Brandão, Tavinho Paes), Hanoi-Hanoi. LP *Coração Geiger*, EMI, 1992.
[45] Prática reconhecida pelo Ministério de Trabalho, em 2002 (dez anos após a canção), como ocupação profissional legítima.
[46] A maternidade, é importante frisar, perspectivada do ponto de vista da escolha pessoal e motivo de orgulho. Bem distante, portanto, das representações da maternidade como uma espécie de "destino natural" feminino. Ver PINSKY, 2013 e LUCA, 2013.
[47] "1º de Julho" (Renato Russo), Cássia Eller. CD *Cássia Eller*, Polygram, 1994.
[48] "Clarisse" (Renato Russo), Legião Urbana. CD *Uma Outra Estação*, EMI, 1997.
[49] Originalmente formado por Bruno Gouveia (voz), Álvaro Birita (bateria), Miguel Flores (teclado), André Sheik (baixo) e Carlos Coelho (guitarra).
[50] "Janaína" (Bruno Gouveia, Carlos Coelho, Álvaro Birita e Miguel Flores), Biquini Cavadão. CD *Biquini.com.br*, BMG, 1998.
[51] "Puro Êxtase" (Guto Goffi, Maurício Barros), Barão Vermelho. CD *Puro Êxtase*, Warner, 1998.
[52] Originalmente, Dinho Ouro-Preto (voz), Fê Lemos (bateria), Flávio Lemos (baixo) e Loro Jones (guitarra).
[53] Pagu era o apelido de Patrícia Rehder Galvão (1910 - 1962), uma escritora e desenhista brasileira de família tradicional, do interior paulista. Filiada ao modernismo brasileiro, distinguiu-se socialmente tanto por afastar dos valores próprios de sua classe naquele tempo como por seus hábitos transgressores.
[54] "Pagu" (Rita Lee, Zélia Duncan), Rita Lee. CD *3001*, Universal, 2000.
[55] "Clarisse" (Renato Russo), Legião Urbana. CD *Uma Outra Estação*, EMI, 1997.
[56] Originalmente, Nasi (voz), Edgar Scandurra (guitarra), André Jung (bateria) e Ricardo Gasparini (baixo).

[57] "Mariana foi pro mar" (Edgar Scandurra), Ira!. CD Invisível DJ, Universal, 2007.
[58] "Descontruindo Amélia" (Pitty, Martin), Pitty. CD *Chiaroscuro*, Deckdisc, 2009.
[59] Como exemplo, um periódico de 1872 que recomendava: "dois modos de mandar em uma família: um pela expressão da vontade, que pertence a força, o outro pelo irresistível poder da doçura, que se submete a própria força. O primeiro é próprio do marido; a mulher não deve usar senão do segundo" (A SITUAÇÃO, Cuiabá-MT, 1872, *apud* Teixeira; Nunes, 2019).
[60] Portal Fiocruz, 20/03/2023. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/homicidios-de-mulheres-no-brasil-aumentam-3146-em-quase-quatro-decadas> acesso em 07 de mai. 2023.
[61] Dados disponíveis em <http://rededoesporte.gov.br/pt-br/megaeventos/olimpiadas/o-brasil-nos-jogos/los-angeles-1984> e <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-anteriores/-/a/46/por-uf> acessos em 15 jun. 2023.
[62] "Ciúme" e "Eu gosto de mulher", ambas gravadas pela WEA, respectivamente em1985 e 1987.

Artigo recebido em 27/06/2023

Aceito para publicação em 23/11/2023

“PALAVRAS QUE PROVOCARAM DESONESTIDADES”: Os Sacerdotes Solicitantes e o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas

"WORDS THAT PROVOKED DISHONESTIES": The Requesting Priests and the Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas

Sabrina Alves da SILVA[1]

Resumo: O delito inquisitorial de solicitação acontecia quando um confessor, no local da confissão, assediava amorosa ou sexualmente as penitentes. Igreja e Inquisição tratavam o Sacramento da Penitência com muita diligência e davam a ele parte da responsabilidade de inculcar modelos virtuosos de comportamento que era tão valioso para os intentos tridentinos. A solicitação foi entendida como uma forma de macular o sacramento da confissão, por isso fazia parte da jurisdição inquisitorial. Dois padres, processados e sentenciados por solicitação, cometeram o delito no Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, instituição importante composta por recolhidas, pensionistas e educandas, lugar de mulheres da elite. Diferente dos conventos, o recolhimento aceitava negras, índias, mestiças e filhas ilegítimas.
Palavras-chave: Solicitação, Sacerdotes, Inquisição, Recolhidas.

Abstract: The inquisitorial offense of solicitation occurred when a confessor, at the place of confession, sexually or lovingly harassed the penitents. The Church and the Inquisition treated the Sacrament of Penance with great diligence, assigning it part of the responsibility for inculcating virtuous models of behavior valued by the Tridentine reforms. Solicitation was understood as a means of tainting the sacrament of confession, thus falling under inquisitorial jurisdiction. Two priests, prosecuted and sentenced for solicitation, committed the crime at the Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, an important institution composed of retirees, pensioners, and schoolgirls, and a place for elite women. Unlike convents, this gathering accepted blacks, Indians, mestizos, and illegitimate daughters.
Keywords: Request, Priests, Inquisition, Gathered.

Introdução

O delito inquisitorial chamado solicitação, refere-se à tentativa de sedução erótica por parte de um padre confessor, quer de homens, quer de mulheres, no ato da confissão (Vainfas, 2001). Solicitar significava cortejar, seduzir e despertar o desejo sexual. “As solicitações clericais, ainda que levadas a cabo majoritariamente sobre as mulheres penitentes, ocorreram também com indivíduos do sexo masculino, variando,

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Pesquisadora Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: sabrina.alves-silva@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5203-8498.

naturalmente, consoante a preferência sexual dos confessores solicitantes" (Gouveia, 2010, p. 34).

Não estava em causa, para o Tribunal Inquisitorial, as práticas "torpes" levadas a cabo pelos clérigos. "Era, de fato, o abuso e o desrespeito pela confissão que deveriam ser punidos e não o resultado obtido em consequência de tal ato de desrespeito" (Braga, 2007, p. 121). Enquanto representantes de Deus, os confessores deveriam ser capacitados para administrarem o Sacramento, afinal, através da confissão visavam a catequização e a interiorização da doutrina. Contudo, a confissão dava oportunidade aos sacerdotes de a desrespeitar, uma vez que a proximidade física entre confessores e penitentes era inimaginável, ou pelo menos, muito difícil em outras ocasiões.

O Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas localizava-se na freguesia de Santo Antônio da Roça Grande, hoje cidade de Santa Luzia, Minas Gerais. Foi uma importante instituição não só na história da educação feminina na Colônia, mas também na história do crime inquisitorial de solicitação.

De acordo com Aldair Rocha (2008), a história do Recolhimento de Macaúbas se divide em quatro fases: de 1716 a 1789, fase mista, conjugando casa religiosa e educandário; segunda fase, de 1789 a 1846, foi instituído o educandário pelo ato da Rainha Dona Maria I; terceira fase, 1846 e 1933, colégio feminino; quarta fase, de 1933 até os dias de hoje, é marcada pela clausura conventual. O colégio foi extinto e a casa transformada em convento sob a regra da ordem das Concepcionistas, voltada para o culto a Deus e o rompimento do contato maior com a sociedade civil.

O Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas

Em fins do século XVII, correu a notícia da existência de ouro em abundância no interior do Brasil. Com isso, afluiu para a região mineira grande número de pessoas de todos os lugares da colônia e da metrópole. Várias determinações régias adotaram uma série de medidas disciplinadoras, na tentativa de isolar o território das Minas do litoral e das demais capitanias, impedindo, assim, o desvio do ouro. Uma dessas medidas disciplinadoras preventivas foi o impedimento do estabelecimento de religiosos regulares em todas as terras mineiras por serem considerados potenciais agentes de contrabando. Assim, na ausência de ordens religiosas, as associações leigas, eremitérios e casas de recolhimento tiveram extrema importância na manutenção da vida religiosa em Minas Gerais. O Recolhimento de Macaúbas enquadra-se nesse contexto. Havia, na verdade, diferenças entre um recolhimento e um mosteiro: naquele, prevalecia a ausência de votos

solenes, sendo sua fundação mais fácil por requerer apenas licença episcopal, enquanto que o mosteiro, para ser fundado, precisava da concessão direta da Santa Sé. Os recolhimentos também não eram atingidos pelas leis civis relativas à vida religiosa, porque não estavam subordinados a nenhuma ordem ou congregação (Faria, 1987).

Félix da Costa, natural Pernambuco, foi o ermitão fundador do Recolhimento das Macaúbas. Dedicava-se ao culto de Nossa Senhora e, segundo a tradição, em uma viagem de Pernambuco para Minas Gerais, teria tido uma visão de um frade às margens do rio São Francisco. Ele interpretou a aparição como um chamado divino e, em 1712 conseguiu obter licença para o uso do hábito e agenciamento de esmolas, a fim de construir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Pouco tempo depois, obteria licença para a fundação de um recolhimento e outra para suas irmãs e sobrinhas usarem o hábito da Ordem da Conceição. Félix da Costa percorreu muitos arraiais mineiros, levando um oratório no pescoço e agenciando esmolas. Com os recursos recolhidos, em 1716, a capela foi benta pelo vigário da Roça Grande, e as recolhidas para lá se transferiram. O Recolhimento logo se expandiu com a admissão de novas recolhidas, com o enriquecimento do patrimônio, com a doação de sesmaria e com a iniciativa, em 1723, de mineração nas terras do Recolhimento. Com tamanha prosperidade, em 1727, o bispo do Rio de Janeiro, autorizou a construção de um novo prédio e adotou medidas para colocar o Recolhimento sob sua subordinação, designando, a partir de então, o capelão e proibindo a entrada de recolhidas sem dotes e sem sua licença. As recolhidas se vestiam com o hábito da Conceição e estavam ali para se educar, orar e aprender a realizar trabalhos manuais. Viviam afastadas do mundo e, não podiam nem mesmo ser vistas[1] das janelas, que eram recobertas por treliças.

> No Recolhimento das Macaúbas, às margens do Rio das Velhas, na distante freguesia de Roça Grande – distrito de Sabará–, encontravam-se, nas primeiras décadas do século XVIII, as irmãs do beato Félix da Costa vivendo como freiras, embora não professas. Mas, com o passar dos anos, as Macaúbas – como a casa ficou conhecida –deixaram de ser apenas uma casa de devoção [...]. Nela habitaram também esposas em litígio com seus maridos, viúvas e meninas para serem educadas. Atrás dos muros das clausuras coloniais encontraremos, além de mulheres impelidas por questões de honra ou devoção, meninas colocadas em depósito, com o objetivo específico de serem educadas (Algranti, 1993, p. 22).

Segundo Leila Algranti (1993), o Recolhimento de Macaúbas era o que havia de mais próximo de um convento em Minas Gerais, era composto por recolhidas, pensionistas e educandas, e era um lugar para mulheres da elite, porque era fixado um dote[2]. Algumas recebiam autorização do bispo para levarem até três escravos para auxiliar

nos afazeres. Nos conventos, antes de se tornarem freiras, as mulheres eram chamadas de postulantes ou noviças. Em Macaúbas, suas equivalentes eram chamadas de irmãs de hábito e adotavam as regras franciscanas. Algumas mulheres permaneciam nos recolhimentos por muito tempo, outras morriam nele, abraçando a vida contemplativa para sempre.

Todas as ordens religiosas existentes na colônia durante o século XVI até fins do XVII eram masculinas. Os primeiros sinais de vida religiosa feminina só aparecem nas últimas décadas do século XVII e início do XVIII, porque a Coroa portuguesa criava dificuldades para a abertura de instituições como conventos, pois havia, na colônia, falta de mulheres brancas. Existia, porém, uma pressão dos colonos para a abertura de conventos, porque estes representavam uma das únicas saídas para as filhas desonrosas que não serviam para o casamento. Por outro lado, os colonos enxergavam nos conventos o único meio pelo qual conseguiriam educar e proteger adequadamente a honra de suas filhas. Além disso, os conventos só aceitavam quem provasse pureza de sangue, o que tornou os recolhimentos uma alternativa para negras, filhas ilegítimas, índias e mestiças (Silva, 2005).

Apenas o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas aceitava mulheres leigas que não fossem educandas. Acolhiam-se ainda mulheres de várias regiões, e a maioria das recolhidas ia para a instituição com suas irmãs e primas. Pais e maridos solicitavam uma vaga no Recolhimento, a maior parte porque ou estavam descontentes com as filhas e esposas, por concubinato, adultério, prostituição, ou para resguardar as donzelas, depósito para mulheres casadas durante a ausência do marido, retiro espiritual para viúvas e local de correção (Algranti, 1993).

As mulheres coloniais eram consideradas honradas ou desonradas, em uma sociedade onde brancas e negras, livres e cativas desempenhavam papéis distintos e usufruíam de condições que não eram equivalentes. Reuniam-se nos claustros coloniais múltiplas experiências de vida colaborando para imprimir os contornos das instituições. As instituições femininas receberam as mulheres que eram produtos de representações: santas, anjos, Marias, feiticeiras, Evas, que povoavam o imaginário masculino.

> A imagem da mulher colonial reclusa e submissa, ainda tão fortemente impregnada em nosso universo mental, resistiu à constatação pelos historiadores das primeiras décadas deste século, da variedade de tipos femininos e à batalha travada pela historiografia para desmistificá-la. Reclusa ou independente? Passiva ou rebelde? [...] a balança pende para um lado e para o outro (Algranti, 1993, p.55).

A honra feminina configurava, no imaginário colonial, a sexualidade da mulher, ou seja, o controle dos desejos, sendo a mulher honrada, casta, pura e fiel. Para a solteira, a honra estava na castidade e, para a casada, na fidelidade ao marido. Já para os homens, a virtude era atribuída geralmente ao cívico, e a honra a um valor moral. "O cidadão virtuoso jamais teria sido um homem casto, mas, sim, um homem forte" (Algranti, 1993, p. 111). A preservação da honra feminina não era só assunto que dizia respeito às mulheres, mas configurava-se como um bem de família. Os homens e também as instituições se debruçavam e se empenhavam para mantê-la.

Encontramos, referentes aos anos entre 1700 e 1821, 432 denúncias que correspondem ao Brasil e, dentre essas, nove viraram processos. Em Minas Gerais, no mesmo período encontramos 108 denúncias de solicitação, mas apenas duas viraram processos. Ou seja, 106 denúncias não viraram processos apesar de muitas dessas denúncias serem imensas, inquéritos inacabados, sumários etc (Silva, 2016).

Dez padres foram denunciados por recolhidas do Recolhimento de Macaúbas por solicitação, dois deles foram processados e serão analisados detidamente nos próximos subtítulos. A partir da análise dessas denúncias, constatamos que não só os clérigos tinham iniciativas "ilícitas", como também as recolhidas. Muitas estavam no Recolhimento a contragosto, sem vocação. Algumas mulheres estavam no Recolhimento desde criança e buscavam, por meio da confissão, que era momento propício de privacidade e do confessor, figura masculina única, a troca de afeição e até mesmo a busca por satisfação sexual.

Antônio Álvares Pugas o "padre cavalo"

O padre Antônio Álvares Pugas (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 315) tinha 46 anos, era natural da vila de Viana, arcebispado de Braga. Assim que chegou às terras brasileiras, foi enviado para Minas Gerais para ser capelão do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Foi durante sua estada de dois anos no Recolhimento que cometeu os crimes de solicitação.

A primeira denúncia (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 10) ao Tribunal do Santo Ofício aconteceu no dia 13 de junho de 1739. O padre José Moreira da Silva escreveu, a pedido da recolhida Apolônia da Ressurreição, que em confissão denunciou três padres, entre eles o padre Antônio Álvares Pugas. As recolhidas Francisca e Custódia da Piedade também denunciaram o padre Antônio Pugas, ele havia pedido durante a confissão ósculos, ou seja, beijos. A segunda denúncia (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 9) foi feita no

dia 2 de julho de 1739. A recolhida Inês das Chagas de Jesus denunciou que sofreu solicitação do padre Antônio Pugas, o qual lhe dirigiu, no ato da confissão sacramental, "palavras amatórias".

Os Inquisidores mandaram os comissários Manuel Freire Batalha e José Matias de Gouveia que fizessem diligência (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 12) contra o padre Antônio Álvares Pugas. Dez recolhidas testemunharam no dia 13 de junho de 1741 e oito delas denunciaram o padre Pugas: A primeira foi Inês das Chagas de Jesus, natural de Sabará, 33 anos, solteira e cristã velha, disse que o padre Pugas, no confessionário, por vezes, disse a ela "palavras amatórias" e, em outras vezes, teve "tratos desonestos" com ela; Custódia Maria da Piedade, natural do Rio de Janeiro, 32 anos, solteira, cristã velha, afirmou que o padre Pugas, no lugar do confessionário, por vezes, a solicitou com "palavras desonestas e atos torpes" e por três vezes com "tatos e ósculos desonestos" e algumas vezes fingia confissão; Apolônia da Ressurreição, natural da vila de Sabará, solteira, cristã velha de 29 anos, disse que o padre Antônio Álvares Pugas, por uma vez, lhe disse "palavras torpes" e a solicitou para "atos ilícitos"; Violante dos Anjos, solteira, natural de Sabará, 29 anos, cristã velha, declarou que o padre Pugas lhe disse "palavras amatórias e desonestas" no ato da confissão; Francisca do Espírito Santo, natural da Bahia, 40 anos, cristã velha, disse que o padre Pugas a solicitaram no ato da confissão; Antônia da Conceição, regente do Recolhimento de Macaúbas, solteira, 39 anos, cristã velha, natural da Bahia, declarou que o padre Antônio Pugas, no ato da confissão, lhe dissera palavras de "provocação e desonestidade" e a tocara "desonestamente com ósculos e tocamentos de mãos"; Maria do Espírito Santo, solteira, natural de Sabará, 31 anos, cristã velha, disse que, no confessionário, o padre Pugas lhe disse "palavras desonestas"; Teodora da Purificação, solteira, cristã velha, 26 anos, natural da freguesia da Roça Grande, disse que, o padre Pugas, por todas as vezes que ela se confessava, sempre lhe dizia "palavras amatórias e desonestas" e algumas vezes fingiu confissão (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 14-27).

Depois, o comissário José Matias de Gouveia pediu o depoimento de quatro vizinhos do Recolhimento de Macaúbas sobre o crédito das recolhidas envolvidas (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 32). Todos que testemunharam disseram que todas que viviam no Recolhimento eram virtuosas e que podiam dar crédito, que eram de "bom procedimento, reputação e verdade".

Nos dez depoimentos das recolhidas, foram denunciados por elas outros seis padres além do padre investigado. São eles: padre Manuel Pinheiro de Oliveira, citado seis vezes; padre João Luiz Bravo, citado três vezes; padre João da Costa, citado duas

vezes; padre Manuel Gouveia Teixeira Correia, citado duas vezes; padre Manuel Nogueira de Abreu, citado uma vez; e o frei Domingos do Rosário, citado uma vez. O padre Antônio Álvares Pugas foi o mais citado, oito vezes.

Foi tomado também o depoimento de quatro testemunhas sobre o crédito do padre Antônio Álvares Pugas (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 38). Os depoentes afirmaram que o padre Pugas tinha "pouco assento em suas ações e assim é tido por leviano", que suas ações eram "de imprudência" e que o denunciado tinha "pouca capacidade e entendimento" e que era conhecido como "padre cavalo". Um dos depoentes ainda declarou que conhecia uma mulher que havia sido recolhida, chamada Ana Maria do Sacramento, que lhe contou que o padre Pugas entrava de noite no dito Recolhimento e lá tinha "tratos ilícitos" com certas recolhidas e que o dito clérigo "é de muito pouca capacidade por suas leviandades o que é notoriamente sabido por todas estas vizinhanças".

Em 19 de dezembro de 1741, os Inquisidores determinaram que a prova era "bastante para o delatado ser preso nos cárceres secretos sem sequestro de bens e deles processado na forma do Regimento" (ANTT. IL. Proc. 256, fol.47). O padre Antônio Álvares Pugas chegou a Lisboa em dezembro de 1742 e, em 23 de janeiro de 1743, fez sua confissão (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 49). E disse que, havia uns sete ou oito anos, era capelão do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, freguesia da Roça Grande nas Minas, onde, por repetidas vezes, o mandou chamar uma recolhida chamada Francisca do Espírito Santo (na margem esquerda da folha está escrito perto do nome da recolhida "+ mulata"). No locutório do Recolhimento, o qual também servia para ouvir confissão e para dar comunhão, lhe foi então falar a recolhida Francisca como costumavam as mais recolhidas. "Perguntou ela a ele, confidente, a que recolhida que [via] ele ter devoção e a estas palavras se seguiram algumas amorosas não só da parte dela", mas também da parte do padre, que ainda afirmou que "em algumas vezes a repreendeu de o ter mandado chamar para semelhantes conversações". A mesma coisa se passou com Francisca e com Maria Custódia, que não sabia de quem era filha, e só que era "Carijó que vem a ser filha de gentio do mato". O clérigo acusado afirmou que não fingia confissão e que uma vez Maria Custódia pediu que ele fingisse que a absolvia, e ele negou. Relatou ainda que as recolhidas lhe diziam palavras "desinquietantes, como tinham feito a muitos" e que certa vez a dita regente o mandou chamar à grade e lhe deu ouro para certas encomendas que ele lhe entregou e "lhe pegou e apertou a mão e ele a ela". Disse também que isso era tudo que passou no dito Recolhimento e que não cometeu culpas que pertençam ao Tribunal do Santo Ofício.

O Inquisidor Francisco Mendes Fragoso, não satisfeito com a confissão do padre, o inquiriu outras tantas vezes, a fim de que ele terminasse sua confissão para desencargo de consciência e salvação de sua alma. Na verdade, o Tribunal queria o reconhecimento do réu de que cometera o crime, porque se sentia mal da fé católica, equiparando, assim, o crime à heresia e justificando a jurisdição. "A confissão era um mecanismo indispensável na prossecução dos objetivos do Tribunal, estando presente desde o início da instauração do processo até o seu último patamar" (Gouveia, 2015, p. 164).

No dia 24 de janeiro de 1743, o Inquisidor mandou chamar para audiência o réu preso e lhe perguntou se desejava "acabar de confessar" e falar da "verdadeira tenção com que cometeu as culpas que tem declarado por ser o que lhe convém para desencargo de sua consciência, salvação de sua alma e bom despacho de sua causa". O padre respondeu que não se lembrava de mais nada "nem tivera outra tenção mais que a tem declarado". Depois, foi feita a sessão sobre a genealogia do padre Pugas (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 53). No dia 4 de fevereiro de 1743 (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 57), o padre foi mais uma vez admoestado, para que ele acabasse sua confissão, e mais uma vez o réu respondeu que não tinha mais culpas do que as que já tinha confessado. Em seguida, foi inquirido sobre a doutrina católica, sua fé e o sacramento da penitência. O padre respondeu que o que se passou no locutório do Recolhimento de Macaúbas com algumas recolhidas que "não fora seu ânimo abusar do Sacramento da Penitência e só o fez por sua miséria e fragilidade".

A última oportunidade que os réus encontravam para se ilibarem era afirmar que o erro cometido advinha da fraqueza do corpo e da alma, e não de concepções heresiarcas. "A motivação do erro pela fraqueza e não pelo entendimento era fulcral pelo menos para que a mão do Santo Ofício fosse mais leve e misericordiosa" (Gouveia, 2015, p. 447), já que a jurisdição inquisitorial salvaguardava, por via da presunção, todos os crimes em que suspeitassem heresia lhe estava cometida.

O réu foi mais uma vez admoestado em 5 de fevereiro de 1743 (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 63), e o Inquisidor perguntou-lhe outra vez se ele havia cuidado para se lembrar de mais culpas para confessar. O clérigo respondeu que "cuidara e que não tinha mais culpas que confessar". O Inquisidor não mostrava satisfação com a sua confissão e, mais uma vez, perguntou sobre a solicitação que teria cometido no confessionário. E o réu continuava negando. O Inquisidor perguntou, outra vez, se ele "solicitou certa pessoa do sexo feminino para atos ilícitos com palavras torpes estando no confessionário e ouvindo de confissão, e em outro dia fez o mesmo à dita pessoa logo depois do ato da confissão".

O padre negou e disse que não era verdade e que, não havia solicitado. E nesse mesmo dia foi insistentemente inquirido e negou que havia cometido as culpas mencionadas.

No dia 14 de março de 1743 (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 70), o réu foi chamado mais uma vez, agora para ouvir a leitura do libelo acusatório. Depois da leitura, foi, de novo, admoestado e, como anteriormente, nada acrescentou. Foi então nomeado um procurador. No mesmo dia 14 de março, escreveu o procurador que usou "de melhor conselho, e vendo que a piedade deste Santo Tribunal melhor se executa na confissão da culpa para a minoridade de penas", mas o réu insistiu que já havia confessado suas culpas. Então, o procurador averiguou que o padre Pugas tinha "ignorância do crime que cometeu" (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 80). No dia 10 de maio de 1743, o réu foi mais uma vez chamado a declarar suas culpas inteiramente e respondeu que:

> além do que tem confessado, com muitas das recolhidas do Recolhimento das Macaúbas conversou [..] na grade que lhe serve de confessionário, e a única que há no dito Recolhimento, e ali lhe faziam as mesmas muitos oferecimentos, e formavam queixa de ele não querer servir-se delas, e ele politicamente lhes respondia mostrando o seu agradecimento, e oferecendo-se também para o seu serviço e outras palavras semelhantes, estando só com cada uma delas, porém ele não simulava que as confessava nem tinha para si que as mesmas fingiam que se estavam confessando, e que isto é o que tem que declarar (ANTT. IL. Proc. 256, fol.82).

Então, os inquisidores perguntaram ao réu se ele queria estar mais uma vez com o seu procurador para "formar a sua defesa", e ele respondeu que não necessitava de estar com o procurador "por não ter que alegar por ele causa que possa revelar" e continuou dizendo que já havia confessado toda a verdade e que "se as testemunhas da justiça têm jurado que tiveram tocamentos com ele, declarante, não falam verdade porque é impossível havê-los em semelhante grade".

A publicação das provas foi requerida pelo procurador no dia 27 de junho de 1743. Antes da publicação, foi feita mais uma admoestação, e o réu nada acrescentou (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 86). Depois que foi apresentada a publicação das provas, os Inquisidores perguntaram ao réu se era verdade o que continha na publicação, e ele respondeu que só era verdade o que já havia confessado anteriormente. Também, perguntaram se ele tinha contraditas, afinal, era a primeira vez que o réu tinha acesso aos nomes das testemunhas, e ele respondeu que não tinha.

O processo foi concluído em 29 de julho de 1743, e o Inquisidor Francisco Mendes Fragoso (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 96) escreveu que foram vistos na Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa os autos das culpas e confissões do padre Antônio Álvares

Pugas, e "pareceu a todos os votos que o réu estava legitimamente convicto no crime de solicitante pela prova da justiça junta à sua confissão". A sentença decidida pela Mesa foi que o réu ouviria suas penas na sala do Santo Ofício perante inquisidores, ministros, oficiais e clérigos regulares e seculares, e que fizesse abjuração de leve, suspeito na fé, e que fosse privado para sempre do poder de confessar e suspenso do exercício de suas ordens por oito anos. Além de degredado para fora do bispado do Rio de Janeiro também por oito anos, estava ainda proibido para sempre de entrar na freguesia do Recolhimento de Macaúbas e que cumprisse penitências espirituais e instrução ordinária, e que pagasse as custas.

Como não conseguiam arrancar do réu aquilo que esperavam ouvir, os Inquisidores presumiam a culpa doutrinária a partir dos atos cometidos. "Deste modo os réus saíam sempre diminutos nas suas confissões, uma vez que insistiam negar intenções do âmbito doutrinal que na realidade nunca tiveram". Logo, eram obrigados a abjurar, "abjurar significa detestar. O abominar do erro era a forma que a Inquisição tinha para quem, afastando-se ou desviando-se da doutrina católica, desejava manifestar a sua conversão e reconciliação" (Gouveia, 2015, p. 447). Abjurando, o réu reconhecia o erro e manifestava o seu arrependimento, prometendo emendar-se.

A sentença só foi publicada em 1º de julho de 1744 na sala do Santo Ofício. Foi dito ao réu que não tornasse a cometer as culpas naquela Mesa nem em outras semelhantes sob pena de ser gravemente castigado, que rezasse Salmos penitenciais e um terço do Rosário à Virgem Nossa Senhora, além de cumprir o degredo a que foi condenado e tudo mais que prometeu em sua abjuração (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 106). Depois de terem confessado e abjurado e aceitado a sentença, o réu deparava-se com as penas e penitências espirituais. A sua condenação significava que o Tribunal suspeitava, leve ou veementemente, da sua fé. "Razão pela qual o seu novo acolhimento no seio da cristandade católica não se faria senão através de um prévio robustecimento dessa fé desvalida [...], pretendia-se corrigir as consciências desviadas" (Gouveia, 2015, p. 285).

Em novembro de 1746, dois anos depois da publicação da sentença, chegou à Mesa do Santo Ofício uma carta que pedia a piedade dos inquisidores para que perdoasse o padre Antônio Álvares Pugas. Pedia o restabelecimento de suas ordens e a autorização para que fosse ao bispado do Rio de Janeiro arrecadar seus bens. Jurava que o padre Pugas estava reformado e que, ainda em Lisboa, se encontrava na mais absoluta miséria, que mendigava para comer e que não tinha amparo nenhum, estava longe de suas terras e conhecidos, completamente desamparado. No mesmo ano, os inquisidores deram o parecer, autorizando que o padre Pugas voltasse a "dizer missa", mas não é mencionado

nada sobre o pedido para voltar ao bispado do Rio de Janeiro (ANTT. IL. Proc. 256, fol. 110, 111, 114).

Segundo Jaime Gouveia (2015, p. 161), tanto os réus da metrópole quanto os da colônia brasileira imploravam pela comutação das suas penas, sobretudo as licenças para dizer missa. "Tratava de pedidos que visavam despertar a misericórdia dos inquisidores, não de recursos, isto é, não contestavam a sentença com os argumentos que apresentavam, mas apelavam dela, reconhecendo a justiça do Tribunal e colocando-se à sua mercê".

Em uma denúncia no ano de 1732 (ANTT. IL. Proc. 296, fol. 633), aparece o nome do padre Pugas como proprietário da fazenda onde morava uma negra calunduzeira, acusada de desfazer maus diabólicos, chamada Izabel. Portanto, o padre Pugas pedia para voltar, porque talvez possuísse escravos e a dita fazenda na freguesia da Roça Grande, mas era proibido, pois na mesma freguesia se encontrava o Recolhimento. Com certeza, ele queria voltar e vender seus bens, ter suas ordens de volta para viver confortavelmente, porque já se encontrava doente e com quase 50 anos. Não encontramos nenhum vestígio de que o padre Pugas retornou para a freguesia da Roça Grande.

O degredo do sacerdote para fora do bispado onde cometera o delito era uma medida que visava, entre outras coisas, a impedir ações de vingança, além de restaurar a comunidade e não dar chance a novos conflitos e para que as vítimas fossem protegidas e se sentissem compensadas por denunciar.

Conforme o Regimento de 1640, sobre os "solicitantes a que se poderão moderar a pena" (ANTT. IL. Liv. 987, Livro III, título XVIII, p. 188), se o confessor solicitante não fosse devasso, nem tivesse consumado nenhum ato, nem estivesse muito infamado, poderiam moderar as penas, na forma que parecer aos inquisidores, "havendo respeito à qualidade das pessoas, número de atos e circunstâncias com que foram cometidas". Portanto, os inquisidores julgaram que as penas do padre Pugas não poderiam ser moderadas totalmente. Afinal, durante toda a inquirição das testemunhas da freguesia da Roça Grande sobre a sua qualidade, todos relataram que o padre tinha má fama, como "padre cavalo", pouco entendimento, e um dos testemunhos até relatou que sabia por uma ex-recolhida que o padre entrava à noite no Recolhimento. Ou seja, era público e notório o comportamento, que, em tese, não seria de um sacerdote confessor.

O padre Antônio Álvares Pugas não fez uma confissão completa que agradasse aos inquisidores, e por isso foi diversas vezes chamado a confessar suas culpas. A confissão era uma "peça-chave" do Tribunal Inquisitorial. "A confissão na Mesa do Santo Ofício mantém sua conotação sagrada, continuando a ser meio de salvação da alma pecadora e conferindo às penalidades impostas um caráter penitencial" (Lima, 1986, p.

73). Como o réu não fez sua confissão "completa", presumia-se a culpa. Afinal, o padre não admitiu que "sentia-se mal da Igreja e de seus sacramentos", ao contrário, negava que seus encontros com as recolhidas haviam ocorrido em confissão e afirmava que seus erros não pertenciam ao Tribunal do Santo Ofício, porque não feriram um sacramento, mas asseverava que o que fez foi por sua miséria e fragilidade humana. Astuciosamente, o réu tentava se desviar do crime inquisitorial, pois, se mantivesse relação esporádica com qualquer mulher fora da confissão, não seria um crime pertencente à jurisdição do Santo Ofício.

A "qualidade" das testemunhas era de extrema importância, porque as mulheres mestiças, negras e índias eram consideradas, na grande maioria dos casos, desqualificadas. Sabendo disso, o padre Pugas, em sua confissão, escolheu dentre todas que o acusaram de solicitante duas recolhidas, uma mulata e outra carijó, ou seja, índia. Além de tentar desqualificar o delito, o sacerdote ainda tentou imputar nelas a culpa do crime, dizendo que elas o chamavam à grade do Recolhimento, que, para além de ouvir confissão, servia para outros fins, e diziam palavras "desinquietantes", e que seria impossível trocarem toques por causa da grade.

Manuel Pinheiro de Oliveira o padre "desonesto na matéria do sexto mandamento"

Padre Manuel Pinheiro de Oliveira (ANTT. IL. Proc. 8123), tinha 47 anos, natural da Vila de Pinhel, bispado de Viseu, morador e vigário no arraial de Congonhas, termo da vila de Sabará nas Minas, bispado do Rio de Janeiro. Suas culpas se encontram no sumário de culpas do padre Antônio Álvares Pugas, de junho de 1741. As recolhidas que foram inquiridas para a averiguação de culpas do padre Pugas não sabiam quem era realmente o investigado, exceto as que haviam denunciado, porque era uma informação confidencial, por isso acabaram denunciando outros padres. Foram dez depoimentos de recolhidas e o padre Manuel Pinheiro de Oliveira foi denunciado por seis recolhidas do Recolhimento de Macaúbas. Eram elas: Custódia Maria da Piedade, que disse que o padre Manuel Pinheiro de Oliveira, no confessionário, proferiu palavras indecentes; Apolônia da Ressurreição, afirmou que, confessando-se com o padre Manuel, ele "tratara com ela palavras desonestas e alguns tocamentos"; Violante dos Anjos, disse ter sido solicitada pelo padre Manuel, estando ela no lugar do confessionário, o padre lhe disse palavras "amatórias e desonestas"; Francisca do Espírito Santo, disse ter sido solicitada pelo padre Manuel, que antes da confissão, por duas vezes, o padre disse a ela palavras provocantes para a "desonestidade", tendo com ela "tocamentos provocativos, desonestos e torpes", e

várias vezes fingiu confissão; Micaela Arcângela da Conceição, disse que por duas vezes, o padre Manuel, no confessionário, disse a ela palavras "amatórias"; Maria do Espírito Santo, disse que em confissão, o padre Manuel disse a ela "palavras desonestas e torpes" (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 7).

Foram inquiridas quatro testemunhas sobre a qualidade do clérigo (ANTT. IL. Proc. nº 8123, fol. 17) (as qualidades das testemunhas já haviam sido averiguadas na diligência do padre Pugas e, as recolhidas foram "qualificadas" como dignas de crédito e verdade). Os depoentes disseram que o padre Manuel era "desonesto na matéria do sexto mandamento[3]" e que "tratava" com mulheres casadas, e que o padre "tratava de alguma sorte ilícita" com duas mulheres casadas e que uma delas tinha uma filha dele.

No dia 2 de novembro de 1741, o próprio padre se apresentou ao comissário Manuel Freire Batalha (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 22), talvez porque já sabia que tinha sido denunciado. Em sua apresentação, acusou-se e relatou que, sendo ele chamado para ouvir de confissão, uma recolhida chamada Apolônia da Ressurreição, mulher parda, que tendo se confessado pela manhã, voltou ao confessionário no mesmo dia à tarde e tornou a mandá-lo chamar, disse a ele que o queria bem e outras palavras equivalentes com demonstração de afeto, e o padre Manuel disse ter correspondido com palavras semelhantes. Também, recebeu da recolhida um papel com cantigas amorosas, e ela lhe disse que queria falar com ele fora daquele lugar, para que ele fosse, à noite, no canto do muro, pois este tinha um buraco pelo qual se falariam. O padre Manuel foi ao lugar, segundo ele, "não com outro intento se não para experimentar o ânimo da tal recolhida". Ali encontrou-se com a recolhida, que estava na parte de dentro do muro, havia um pequeno buraco por onde ela meteu dois dedos da mão, que ele segurou, estando na parte de fora do muro. Pareceu-lhe que ela desejava sair do Recolhimento e disse ter respondido a ela que conhecia os perigos que podia resultar. Ainda declarou, mostrando-se perspicaz, que, "como o mesmo Santo Tribunal costuma favorecer a todos que confessam suas culpas, e que ele denunciante faz, pedindo com grande arrependimento perdão delas a Nosso Senhor Jesus Cristo e ao Santo Tribunal".

Em dezembro de 1742, foi expedido o mandado de prisão e, assim como o padre Pugas, sem o sequestro de bens. Aos 14 dias do mês de janeiro de 1743, em Lisboa, o Inquisidor Francisco Mendes Fragoso mandou vir perante ele o padre Manuel Pinheiro de Oliveira, que pedia audiência para confessar as culpas pertencentes à Mesa Inquisitorial (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 32). Repetiu sua confissão anterior.

> Disse mais, que antes do referido por algumas vezes tinha estado na referida grade com a dita recolhida (Apolônia), e nela houve práticas

> amorosas, porém nunca foram em confissão nem a simulando, porém se da parte da recolhida houve simulação ele confidente não sabe (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 33b).

Também, disse que teve, ao mesmo tempo, na referida grade do Recolhimento de Macaúbas, por uma ou duas vezes, práticas amorosas com outra recolhida, que não se lembrava do nome, mas não foi em confissão, nem com pretexto de simulação da parte do confidente. "E que estas são as culpas, que tem que confessar, que nunca entendeu nem entende pertencem ao Santo Oficio, e por isso as comete, e também obrigado da sua fragilidade e não com outra atenção" (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 33b e 34). Assim como o padre Pugas, o padre Manuel também foi muitas vezes admoestado.

E no dia 23 de janeiro do mesmo ano de 1743, em audiência com o inquisidor, foi dado ao padre Manuel Pinheiro de Oliveira os juramentos e mandado que acabasse de se confessar (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 35). Então, disse que se lembrava que, em algumas ocasiões com Apolônia da Ressurreição, assim como com outras recolhidas, no mesmo locutório, com o pretexto de ouvir confissão, houve práticas profanas e palavras amorosas. E disse mais, que, havia dez ou 12 anos, sendo ele vigário da igreja de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas, termo da vila de Sabará, ouvira de confissão de uma freguesa, chamada Maria Brígida, de 13 ou 14 anos, depois que ele a absolveu, estando ela ainda aos seus pés, deu a ela certa porção de ouro para ela pagar a esmola que devia à Irmandade de Nossa Senhora. Assim que recebeu, ela lhe disse algumas "palavras impróprias", bem como ele a ela, mas não se lembrava quais foram as palavras. Também, disse que, havendo o mesmo tempo de dez ou 12 anos, ouvira ele confissão de uma sua freguesa, chamada Januária Maria da Piedade e que ela lhe disse que lhe queria bem e que essas eram todas as culpas, que cometeu por sua fragilidade e miséria.

Em 30 de janeiro de 1743, o réu foi chamado para mais uma audiência. O acusado fez juramento aos Santos Evangelhos e disse que não tinha nada mais a acrescentar às suas culpas. Também, foram-lhe feitas outras perguntas sobre os evangelhos, a fé católica e os sacramentos. Depois desse dia, foi admoestado mais duas vezes (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 45-47).

Nas contraditas, o promotor escreveu que o padre Manuel Pinheiro de Oliveira alegou inimizade com o comissário que atuou na diligência no Recolhimento de Macaúbas. Segundo o procurador, a inimizade do réu com o comissário José Matias Gouveia, " provinha de que o dito vigário [comissário José Matias Gouveia] usurpou a Igreja do R. [padre Manuel Pinheiro de Oliveira]" (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 61-62).

No dia 5 de julho de 1743, foi feita a nomeação das testemunhas sobre o dito caso

de inimizade. As testemunhas disseram que o clérigo Manuel teve vários inimigos na freguesia das Congonhas de que era vigário, porque obrigava os seus fregueses a lançarem para fora de casa suas concubinas, e sempre foi um pároco exemplar, e que o réu tivera uma desavença com o padre Luiz de Paiva, assistente nas Congonhas, sobre uma fazenda que ele comprou, assim como teve desentendimentos com o ouvidor José da Silva Telles sobre ouro. Também, desentendeu-se com o vigário José Matias Gouveia, por causa de direitos paroquiais pela má divisão das freguesias e que o réu era um clérigo bem reputado, rico e bem quisto. (ANTT. IL. Proc. 8123, fol.72-90). Um dos depoentes afirmou que houve "grandes dúvidas e diferenças" entre o réu e várias pessoas da vila de Sabará, diferenças que nasceram de um descobrimento de ouro no chamado "morro do papa farinha", descoberto pelos negros e pelo feitor do dito padre (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 90).

No dia 16 de agosto de 1743, os inquisidores escreveram que tinham sido vistas, na Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, as culpas do padre Manuel Pinheiro de Oliveira. Segundo os inquisidores o réu tinha muita propensão para atos lascivos. O réu não poderia diminuir a pena das culpas que cometeu e, por isso, ouviu a sentença perante inquisidores e mais ministros e oficiais, alguns familiares e outras pessoas eclesiásticas seculares e regulares; foi sentenciado a fazer abjuração de leve "suspeito na fé e privado para sempre do poder de confessar e suspenso do exercício de suas ordens por tempo de oito anos e pelos mesmos, degredado para fora do bispado do Rio de Janeiro", não podendo mais entrar na freguesia de Nossa Senhora do Pilar das Congonhas e na freguesia em que estava situado o Recolhimento das Macaúbas. Deveria fazer penitências espirituais e instrução ordinária, além de pagar as custas (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 95). A sentença foi publicada em julho de 1744 na sala do Santo Ofício.

Anexada ao final do processo, uma carta pedia aos inquisidores que usassem de piedade com o padre Manuel Pinheiro de Oliveira e que lhe restituíssem as ordens para que pudesse dizer missa e o direito de entrar no bispado do Rio de Janeiro. No dia 26 de setembro de 1746, os senhores inquisidores mandaram chamar perante eles o sacerdote penitenciado, que, "usando de piedade", permitiram que o réu celebrasse missa e, no que dizia respeito ao degredo, só não lhe foi permitido entrar na freguesia onde se encontrava o Recolhimento das Macaúbas. As outras penas ficavam em vigor. O padre prometeu, jurou e assinou o compromisso (ANTT. IL. Proc. 8123, fol. 106 e 107).

As penas infligidas aos clérigos os afetavam duramente. Por esse motivo, tomavam a iniciativa de implorar a comutação das suas penas. "A perpetuidade da sanção

aplicada não impedia uma comutação posterior [...]. Conceder o perdão era também um poder que reafirmava a submissão de quem o recebia" (Gouveia, 2015, p. 450).

O padre Manuel, assim como o padre Pugas, tentou se livrar do crime, imputando a culpa nas recolhidas, dizendo que elas o chamavam à grade do Recolhimento, escreviam bilhetes amorosos, e uma delas, Apolônia, o convidou para um encontro à noite, no muro, onde ela teria manifestado a vontade de sair da instituição. Também, tentou desclassificar a recolhida, mencionou que Apolônia era mulher parda, talvez tentando imputar alguma pecha.

Ao contrário das testemunhas acusadoras, a cujos ditos foi conferido crédito, o padre Manuel foi "qualificado" como "desonesto na matéria do sexto mandamento", porque "tratava" com duas mulheres casadas e que com uma delas tinha um filho. De acordo com Ronaldo Vainfas (2010), muitos homens, mulheres e padres seculares e regulares frequentemente se amancebavam. Em contraponto com a solicitação *ad turpia* caracterizada muitas vezes como um ato instintivo, alguns sacerdotes tinham famílias constituídas por relações de amor e cumplicidade. Edriana Nolasco (2014), em seu estudo sobre a constituição familiar do clero em São João del-Rei, afirma que, em sua maioria, as relações de concubinato não se configuraram como sendo passageiras, ao contrário, revelavam a durabilidade das uniões. Nos casos estudados pela autora, as mulheres e os filhos dos padres não foram ocultados diante da sociedade. "Ao contrário, a existência dessas famílias sugere a cumplicidade social. Muitos padres coabitavam com filhos e ainda alguns destes mantinham a mulher em seus domicílios" (Nolasco, 2014, p. 200).

Nas contraditas, o padre Manuel alegou que era inimigo de um dos comissários responsáveis pela diligência no Recolhimento, o padre José Matias Gouveia. Nos depoimentos das testemunhas nomeadas para as contraditas, fica evidente que o padre acusado tinha vários inimigos na freguesia: o ouvidor, por causa de um descobrimento de ouro; um padre, chamado Luiz Paiva, por causa de uma fazenda; e o comissário do Santo Ofício José Matias Gouveia, por desentendimentos causados por disputas pelos direitos pastorais, eram inimigos declarados. Portanto, o padre Manuel se desentendeu com pessoas poderosas e sua denúncia poderia ser o resultado de uma instrumentalização de disputas de poder local. Mas, mesmo com todos os testemunhos afirmando a inimizade entre o réu e o comissário, os inquisidores não acharam que as alegações foram satisfatórias para diminuir a culpa. Segundo Marcela Milagres (2011), o ambiente social das Minas e, por muitas vezes, a baixa remuneração destinada ao clero certamente incitavam o envolvimento em atividades comerciais variadas, que traziam lucro e enriquecimento. Os padres estavam, portanto, diretamente ligados àquele ambiente social

que os rodeava, atuando nas atividades "mundanas" que seriam incompatíveis ao seu ministério.

Apesar de em setembro de 1746, dois anos depois de sua sentença, ter sido liberado para voltar ao bispado do Rio de Janeiro e poder rezar missas, ao que tudo indica, ainda em 1748, o padre Manuel se encontrava em Lisboa, e como nos seus depoimentos durante o processo, aflito com suas terras e bens que deixara no Brasil. No dia 27 de julho de 1748, fez um requerimento (AHU, cx. 52, doc. 52), solicitando ao Rei a mercê de levantar o sequestro efetuado dos seus bens, que foi feito por ordem do provedor da fazenda de Vila Rica.

Já no ano de 1774, com mais ou menos 78 anos, o padre Manuel, já enfermo, mandou redigir seu testamento (AHCBG. Cód. 29 (15), fol. 71-77, ficha 971). Ele se encontrava então na fazenda dos Bastos, freguesia de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande (freguesia onde estava degredado). Estava muito enfermo, mas afirmou que estava em seu perfeito juízo. Primeiramente, o padre fez suas exigências quanto ao seu enterro e a encomenda de sua alma à Santíssima Trindade, ao seu Anjo da Guarda e à Santíssima Virgem do Rosário. Ordenou que seu corpo fosse "amortalhado" em um lençol branco e enterrado na capela mais próxima do local onde acontecesse a sua morte, e que seu corpo fosse acompanhado para a sepultura pelo reverendo pároco e mais clérigos, que rezassem missa de corpo presente por sua alma. A estes, reverendo e clérigos, deixou novecentos réis e pediu que a sepultura fosse embaixo da pia de água benta.

Declarou que sempre viveu em estado de solteiro e nunca teve filhos naturais. Fez uma extensa relação de seus bens: muitos objetos de ouro, oratórios, ferramentas, imagens de Santos, uma fazenda e nove escravos. Repartiu muitos objetos e quantias de ouro para alguns homens da freguesia. Também, deixou a ordem para alforriar um de seus negros, José [Mumbuco]. Mas seu herdeiro principal foi o seu irmão, Antônio José Pinheiro, morador na rua do Rosário da cidade de Pinhel.

Parece-nos que o processo inquisitorial não teve um vasto impacto na vida do clérigo. Ele chegou ao final de sua vida morando na freguesia de Roça Grande, de onde foi degredado por ser a mesma freguesia do Recolhimento, e possuía muitos bens materiais. Seria equivocado afirmarmos que o réu se emendou, mas não voltou a ser denunciado ao Tribunal do Santo Ofício, provando que pelo menos a Inquisição cumpriu seu papel, punindo e instruindo na fé o réu para que se arrependesse e não voltasse a cometer o crime.

Conclusão

Parece-nos fundamental destacar o papel dessa instituição católica, que serve como "pano de fundo" para esses dois processos: o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, onde, apesar de residirem mulheres mestiças, índias e negras, a instituição, como foi mostrado, muito bem afamada na época, parece ter respaldado qualquer "desqualificação" racial ou condição social.

Inferimos que o padre Manuel Pinheiro de Oliveira conseguia "entender" melhor os meandros inquisitoriais e por isso se apresentou ao comissário, aceitou o procurador, fez contraditas e confessou, mesmo que não "inteiramente", suas culpas. Já o padre Pugas se mostrou mais resistente, inflexível ao "jogo" inquisitorial. Como uma das testemunhas de seu processo relatou, era conhecido por "padre cavalo", porque "tinha pouco entendimento" e insistia em sua primeira confissão, que os inquisidores consideraram incompleta e insatisfatória.

Os solicitantes, como foram apresentados, eram sacerdotes descontentes com a obrigatoriedade da castidade e não pareciam "sentirem-se mal" do Sacramento da Confissão. Nenhum deles ignorava ser pecado o que tinham cometido. Os próprios denunciados afirmavam que os seus procedimentos advinham da miséria e fragilidade da carne e que não tinham a intenção de macular a confissão.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas:* mulheres da colônia. Condição Feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. São Paulo: J. Olympio, 1993.

Arquivo Histórico Casa Borba Gato (AHCBG), Sabará. Testamento do Padre Manuel Pinheiro de Oliveira. Cód. 29 (15), folhas 71-77, fichas 971.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), caixa 52, doc. 52.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa. Cadernos dos Solicitantes, livros: 764, 766, 767, 769, 770, 772 e 774.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa. Processos: 256, 296, 8123.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa. Liv. 987. Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal, ordenado por Dom Francisco de Castro, 1640.

BRAGA, Isabel Mendes Drumond. Violência no feminino, violência sobre o feminino; Confissão e Solicitação de mulheres no Brasil colonial. *In:* BRAGA, Isabel Mendes Drumond. *Vivência no Feminino***.** Poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX. Lisboa: Tribuna da História, 2007, p. 11-21, 115-131.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FARIA, Maria Juscelina de. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas*:* um recolhimento mineiro do século XVIII. *Anál. & Conj.*, Belo Horizonte, v. 2, n.1, p. 125-144, jan./ abr. 1987.

FURTADO, Junia Ferreira**.** Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 24, p.33-74, jan. 2001.

GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. *A Quarta Porta do Inferno.* A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750). Lisboa: Chiado, 2015.

GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. *O Sagrado e o Profano em Choque no Confessionário.* O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição, Portugal, 1551-1700. Coimbra: Palimage, 2010.

LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o Desejo. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e Sexualidade no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 67-88.

MILAGRES, Marcela Soares. *Entre a Bolsa e o Púlpito:* Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1739). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São João del-Rei, 2011.

NOLASCO, Edriana Aparecida. *"Por Fragilidade Humana"- Constituição Familiar do Clero:* em nome dos padres e filhos- São João del-Rei (século XIX). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São João del-Rei, 2014.

PINTO, Francisco Eduardo. *Potencias e Conflitos nas Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes.* Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ROCHA, Aldair José dos Santos. *A Educação Feminina nos Séculos XVIII e XIX.* Intenções dos Bispos para O Recolhimento de Nossa Senhora de Macaúbas. Dissertação Mestrado,Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SILVA, Sabrina Alves da. *"Execrados ministros do demônio".* O delito de solicitação em Minas Gerais (1700-1821). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del Rei, 2016.

SILVA, Simone Santos de Almeida. Religião e Condição feminina no início do século XIX: Controvérsias em torno da Irmã Germana. *Anais do I Colóquio do LAHES*- Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2005.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial, 1500-1808.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. Concubinato e Matrimônio. In: VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados.* Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 101-129.

[1]Junia Furtado (2001), que pesquisou o caso de Chica da Silva, fala sobre o Recolhimento das Macaúbas, onde Chica da Silva havia colocado suas filhas. Segundo a autora, a disciplina reinante no Recolhimento

deveria ser rígida e tinha embasamento nos princípios cristãos, mas não era bem assim que funcionava. Nas primeiras décadas do século XVIII, os confessores do Recolhimento, Manuel Pinheiro de Oliveira e Antônio Álvares Pugas, acabaram nos cárceres da Inquisição acusados do crime de solicitação. Isso revelou uma instituição longe da moralidade esperada, onde as recolhidas segredavam as propostas indecentes do confessor, onde os capelães solicitavam com "tocamentos e palavras torpes". Uma devassa no ano de 1734 revelou a acusação de que a madre não atendia às enfermas e não realizava vistorias noturnas na cela onde as internas partilhavam a mesma cama. Um ambiente onde a rotina das internas deveria ser de exercícios espirituais, da oração, da penitência, da prática do coro e da confissão, onde elas deveriam se dedicar às tarefas manuais, que preencheriam o tempo restante, pois "o ócio é o senhor dos vícios e da perversão". Mas ao contrário da teoria, as internas, mulheres em sua maioria da elite, tinham aversão ao trabalho e podiam levar suas escravas para que trabalhassem por elas. As sete filhas de Chica da Silva – Rita Quitéria, Luísa Maria, Helena Leocárdia, Ana Luísa, Francisca de Paula, Ana Quitéria e Quitéria Rita – foram colocadas na condição de educandas em 1767 e só foram retiradas da instituição em 1781, quando as medidas de Dom Domingos da Encarnação Pontevel, que visavam a reformar a casa, proibiu a entrada de pessoas estranhas na clausura, e Chica da Silva, inconformada por não poder mais ver as filhas, retirou-as do Recolhimento.

[2] Um bom exemplo são as filhas de Inácio Correia Pamplona, morador na freguesia de Prados, importante proprietário de terras, que se casou com uma negra e com ela teve seis filhos, cinco mulheres; destas, quatro foram recolhidas no Recolhimento de Macaúbas em 1771, e levaram também uma prima. Em seu testamento, em 1810, Pamplona disse ter recolhido suas filhas mais a prima com seus dotes, mais despesas diárias e que somavam até o momento do testamento 14:936$103. "Na colônia, numa sociedade de mentalidade marcadamente patriarcal, na qual a cor da pele era um fator de forte distinção social, entre seus filhos legítimos ter cinco filhas mulatas era um grande problema", e casá-las significava dividir o patrimônio da família. "Casou então sua filha Bernardina com o parente João José Correia Pamplona [...]. As outras quatro, junto com uma prima, enclausurou-as no Recolhimento, o que, na prática, lhe custou muito menos do que casá-las [...]" (Pinto, 2010, p. 55).

[3] O sexto mandamento: "Não cometerás adultério (Ex 20, 14; Dt 5, 17)". "Ouviste que foi dito: 'Não cometerás adultério'. Eu, porém, vos digo: Todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração (Mt 5, 27-28) (Catecismo da Igreja Católica, 1996, p. 604).

Artigo recebido em 07/03/2024

Aceito para publicação em 10/04/2024

O JULGAMENTO DO FORASTEIRO NO TRIBUNAL DA BRASILIDADE: Usos e Abusos do *Jazz* nos Vereditos Críticos de José Ramos Tinhorão e Tárik de Souza (1960-1970)[1]

THE JUDGMENT OF THE OUTSIDER IN THE COURT OF BRAZILITY: Uses and Abuses of Jazz in the Critical Verdicts of José Ramos Tinhorão and Tárik de Souza (1960-1970)

Antonio Carlos Araújo Ribeiro JÚNIOR[1]

Resumo: valendo-me de Bourdieu e de Bakhtin e seu Círculo, examino o lugar do jazz em meio à instituição da noção de "brasilidade musical", entre 1960 e 1970. Para tanto, analiso as práticas-discursos de Tinhorão e Tárik de Souza, atentando para as suas interpretações e intervenções na cena musical da época. No entendimento de que esses mediadores tiveram papel importante na formação do pensamento musical nacional, argumento que a polifonia e a polissemia que ajudaram a erigir em tomo do jazz, resultante de um projeto musical nacionalista, ajudou a instaurar um significado movediço para o Jazz Brasileiro. Ao final, comento sobre um possível desvio dessa lógica nos atuais projetos instrumentais e no campo da mediação cultural de jazz.
Palavras-chave: Jazz, Música Brasileira, Crítica Musical, Identidade Cultural, Análise Dialógica do Discurso.

Abstract: using concepts from Bourdieu and Bakhtin and his Circle, I examine the place of jazz in the process of establishing the notion of "musical Brazilianness", between 1960 and 1970. To do so, I analyze the practice-discourses of Tinhorão and Tárik de Souza, paying attention to their interpretations and interventions in the music scene of the time. Understanding that these mediators played an important role in the formation of national musical thought, I argue that the polyphony and polysemy that they helped build around jazz, resulting from a nationalist musical project, helped to establish a shifting meaning for Brazilian Jazz. At the end, I comment on a possible deviation from this logic in current instrumental projects and in the field of jazz cultural mediation.
Key-words: Jazz, Brazilian Music, Music Criticism, Cultural Identity, Dialogic Discourse Analysis.

Admirável dilema revisitado

> *[...] quando eu escrevo uma palavra, um mundo poluído explode comigo & logo os estilhaços desse corpo arrebentado, retalhado em lascas de corte & fogo & morte (como napalm), espalham imprevisíveis significados ao redor de mim [...]. Uma palavra é mais que uma palavra, além de uma cilada.* - Torquato Neto

> *[...] E tudo nele, da roupa até as feições do rosto, era eu. A mais absoluta identidade. Era o próprio eu.* - Edgar Allan Poe

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHis – UFMA). Bolsista CAPES. Membro da IASPM-AL (International Association for the Study of Popular Music – Filial América Latina) e da RHN (Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros). E-mail: antonio_arjr@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0971-4339.

Fruto, entre outros fatores, das mudanças econômicas e reformas educacionais fomentadas a partir das leis 10.639/2003 e 12.711/2012, e do crescimento do letramento racial no país, há alguns anos tem emergido no Brasil uma geração de músicos (negros e em grande medida de origem social pobre) que reivindicam a produção de um jazz autoral, política e socialmente consciente; que enfatizam o discurso afrocêntrico, trazendo em suas composições e performances comentários acerca do racismo brasileiro, da história afro-brasileira, das desigualdades sociais e, sobretudo, da identidade negra[2]. Afirmação dada e questão posta: o que teria acontecido no Brasil com essa sonoridade afro-atlântica chamada jazz para que se tenha demorado tanto até que nascessem propostas em defesa de uma música instrumental marcadamente afro-brasileira?

Evidentemente, tal problema desperta o interesse de retornar aos primeiros contatos do jazz com a Terra Brasilis. No entanto, como discute Ruiz (2021a, 2023), somente nos anos de 1970 é que se consolida (não sem tensões) o rótulo "jazz brasileiro". O leitor atento também se perguntaria o motivo desse batismo ter sido tão tardio, uma vez que se sabe que o jazz e seus correlatos já circulavam pelo Brasil desde o final do século XIX (Ikeda, 1984, 1987). Arrisco que as duas questões estão intimamente conectadas. Mas, para começar a refletir sobre o primeiro problema se faz necessário investigar mais a fundo as condições que deram origem à segunda problemática.

A celebre frase de Peter Burke de que o papel do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer, serve não apenas para pensar no esquecimento como mecanismo para abafar certos eventos históricos traumáticos, como também para indicar que a função do historiador é ir de encontro a uma memória acrítica, a uma ideia negacionista de passado. Por isso, ainda que o tema possa parecer desgastado para alguns entendidos do assunto, me proponho neste texto a reexaminar[3] o lugar do jazz em meio à instituição da noção de "brasilidade musical", entre os anos de 1960 e 1970, pois entendo que apenas recentemente tem-se olhado para o jazz propriamente dito como objeto central nessas discussões, tirando-o de um lugar periférico – tendência com a qual me alinho.

Como o próprio título deste artigo sugere, tomarei a crítica como produto e produtora de sentidos[4], analisando a rede de diálogos que se formou em torno da relação jazz/MPB e suas consequências simbólicas e estético-políticas para a prática jazzística no Brasil. Examino, para tanto, os enunciados e práticas dos críticos Tinhorão e Tárik de Souza, atentando para as suas interpretações e intervenções na cena musical da época. Como aporte teórico, destaco Mikhail Bakhtin e Pierre Bourdieu – por meio dos quais examinarei os meandros discursivos desses dois críticos e as inter-relações entre os campos comunicacional e musical. Porei esses autores em diálogo no decurso da

interpretação e análise das fontes, recorrendo, dessa vez, muito mais aos conceitos formulados pelo filósofo-filólogo Mikhail Bakhtin (1895-1975) e seu Círculo[5]. Motivado a me debruçar sobre dilemas na história do pensamento musical brasileiro, seguirei, a rigor, orientado pela proposta da Análise Dialógica do Discurso (ADD), atentando justamente para as possíveis relações dialógicas[6] estabelecidas nas elaborações da crítica de música; elaborações estas que, como viso demonstrar, ajudaram a compor uma complexa tessitura de sentidos acerca do jazz, com consequências concretas no campo da música brasileira.

Nesse sentido, não obstante julgue incontornável ter em conta a noção chartiana de representação[7], haja vista a mediação de livros e revistas nacionais que não apenas construíram maneiras de dizer, mas também orientavam as formas de *ver* e *ouvir* o jazz[8], ao entender o Brasil como um dos itinerários da diáspora global do jazz (Johnson, 2020) – isto é, como parte de um circuito mais abrangente que contribuiu tanto musicalmente quanto simbolicamente no processo de apropriação (Chartier, 1990), de tradução cultural (Hall, 2015) do jazz –, pretendo não perder de vista, em algum grau, o teor conectado no interior da lógica dos usos e abusos do jazz no pensamento musical hegemônico dos anos 1960-70, enquanto fazeres discursivos a partir dos quais as representações dessa prática musical refletiam, no plano da linguagem, noções relacionais/responsivas, porém, socialmente situadas de pertencimento nacional (Hall, 2016).

A escolha do objeto e o quadro teórico indicam que parto do pressuposto de que, uma vez dotada do poder de julgar, classificar, legislar e sancionar o valor dos produtos culturais, o campo intelectual (representado pela crítica musical) cuidou de determinar maneiras de pensar a música brasileira e, nessa operação, ajudou a instituir uma condição normativa e regulatória à incorporação do jazz no fazer musical nacional. Portanto, texto, contexto, valor, significado e projeto estético se emaranham, reforçando a ideia de que o sentido da música "é o resultado de um processo em que a significação do texto em si, a organização específica dos sons (e por texto eu quero dizer a combinação aural de música e palavras) não é nem estática e nem determinante, mas envolve um número de questões contextuais [...]", o que significa dizer que para compreender o que está por trás dessas valorações, "devemos começar com os discursos que dão aos termos de valor seus sentidos", pois, "disputas musicais não são sobre a música 'em si', mas sobre como localizá-la, sobre o que é a música e como ela deve ser avaliada"[9] (Frith, 1996, p. 26). Indo mais além e tomando os críticos como mediadores/intermediários culturais[10], acrescento que disputas de sentido sobre a música podem apontar para valores extramusicais: interesses estético-ideológicos sustentados por valores culturais,

orientações políticas e crenças partilhadas por certos grupos sociais, num dado contexto histórico[11].

Para dar materialidade a esse debate, me valerei dos discursos da crítica musical que se propuseram, entre os anos de 1960 e 1970, a apreciar o encontro entre o jazz e a música brasileira, articulando contexto, produção discursiva e flagrantes da *cena musical*[12] que deu forma à MPB e ao Jazz Brasileiro. Os escritos de Tinhorão e Tárik de Souza serão os fios condutores da análise, dos quais pretendo destacar semelhanças e distinções, e os diferentes diapasões discursivos dos autores. Utilizarei os livros desses autores, artigos de jornais e revistas, entrevistas disponíveis na internet, documentários, entre outras fontes.

Fundamentos sociais do (des)gosto: o lugar do jazz no pensamento de José Ramos Tinhorão

Completaram-se três anos desde que um dos primeiros historiadores profissionais da música popular brasileira, José Ramos Tinhorão, deu seu último suspiro. A notícia despertou burburinhos não só no meio jornalístico – área de trabalho original de Tinhorão –, mas também no âmbito acadêmico, onde conquistou admiradores, desafetos e analistas críticos. O fato reavivou, naturalmente, a memória sobre aquilo que se tornou mais marcante na vida de Tinhorão, enquanto pesquisador musical: sua rixa intransigente com a Bossa Nova. Se para muitos esse tema pode parecer esgotado, para outros, como Bastos (2011), Fernandes (2010) e Lamarão (2008, 2010), revisitar a trajetória de Tinhorão, sobretudo seus embates musicais, traz a lume questões importantes referentes ao cenário político e cultural que se desenhou no país, entre os anos de 1960 e 1970.

Falecido em agosto de 2021, aos 93 anos, Tinhorão nasceu em Santos (SP), em fevereiro de 1928. Entre outras graduações, formou-se em Jornalismo pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), Rio de Janeiro (cidade onde desenvolveu sua trajetória de pesquisador musical), e depois cursou o mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Enquanto jornalista, iniciou no *Diário Carioca*, passando logo depois a trabalhar no *Jornal do Brasil*. Dentre os mais de trinta títulos de sua autoria, ao menos três se referem ao contexto analisado neste artigo. São eles: *Música Popular: um tema em debate* (1966), *O samba agora vai: a farsa da música popular brasileira no exterior* (1969) e *História Social da Música Popular Brasileira* (1998). Parte do conteúdo do livro *Música Popular* reutiliza matérias publicadas por Tinhorão no caderno cultural do *Jornal do Brasil*[13], no qual começou a trabalhar no início dos anos de 1960 e onde

assinou a coluna *Primeiras Lições de Samba* (1961-1962), sucessora da série *Primeiras Lições de Jazz*, do crítico Luiz Orlando Carneiro. Apesar do título, foi nessa coluna que a visão de Tinhorão sobre o jazz se tornou explícita, sendo aos poucos revestida de fundamentação sociológica – prova de sua busca por legitimação intelectual através da cientifização de suas opiniões estéticas com o emprego do materialismo histórico.

Representativo do pensamento de Tinhorão, o texto "Influência Norte-Americana Vem do Tempo da Jazz-Band", publicado originalmente em junho de 1962, fazia um balanço histórico desde o primeiro contato do público carioca com ritmos afro-americanos (*ragtime*, *shimmy*, *charleston*), tocados nos cinemas, gramofones e bailes de gafieira. A partir de então, segundo o autor, apareceram no Rio de Janeiro "os *jazz-bands*, as pequenas orquestras de música de dança que [...] indicavam pelos próprios nomes a origem de sua influência: *American Jazz-Band*, de Silvio de Sousa, *Jazz-Band Sul-Americana*, de Romeu Silva, *Orquestra Pan-Americana* etc." (Tinhorão, 1970, p. 47). Em outro momento, Tinhorão se desloca para meados dos anos 1940, comentando sobre a carreira internacional de músicos que misturavam samba com jazz, como Dick Farney e Laurindo de Almeida, afirmando que por causa deles "estava, pois, aberto o caminho para o *rush* de artistas da década de 1950 na direção dos Estados Unidos, em meio a episódios de um ridículo atroz" (Tinhorão, 1969, p. 93). A tal ruptura com as raízes da música brasileira iniciada "com a fase do samba tipo *be-bop* e abolerado, fabricado pelos compositores profissionais da década de 1940", alcançaria seu ápice "em 1958, quando um grupo desses moços da zona sul [...] resolveu romper definitivamente com a herança do samba popular, para modificar o que lhe restava de original, ou seja, o próprio ritmo" (Tinhorão, 1998, p. 310).

Essa leitura de Tinhorão era veiculada em um contexto em que a Bossa Nova experimentava o auge de seu momento de internacionalização, com a famigerada apresentação no Carnegie Hall, em 1962 – processo, aliás, iniciado a partir do sucesso do filme *Orfeu Negro*, em 1959 (Polleto, 2016, p. 158), quase paralelamente à entrada de Tinhorão no jornalismo. Além disso, vivia-se o ambiente de fim do governo Juscelino Kubitschek e início do período Jânio Quadros/João Goulart, no qual reinavam as promessas de modernização acelerada do país, a recrudescência das disputas político-culturais da Guerra Fria e o estabelecimento de uma nova ideia de Brasil – aos olhos e ouvidos de Tinhorão, subserviente ao capital estrangeiro. A atualização discursiva do jornalismo musical, no encalço da modernização gráfica dos grandes jornais, acontecia justamente na fase inicial da expansão de um mercado de bens simbólicos no país, que deu início, por conseguinte, a um novo nível no desenvolvimento da indústria fonográfica

brasileira (Ortiz, 1994; Vicente, 2008). A crítica musical, portanto, acompanhava as tendências que insurgiam, estabelecendo diálogos entre si, e em sintonia tanto com o mercado fonográfico quanto com as demandas do público letrado – principais consumidores de discos e outros produtos culturais.

Ressalto essa cadeia mercadológica e comunicacional, para enfatizar que os textos de Tinhorão precisam ser tomados como enunciados[14], pois, embora não tratasse a busca pelas raízes da música popular brasileira com o viés revolucionário pequeno-burguês e até populista do CPC-UNE[15], não parece à toa, considerando aquele contexto de proliferação do ideário nacional-popular, que "Tinhorão [fosse] um colunista com fiel e vasto público" (Lorenzotti, 2010, p. 158), sendo muitas vezes "consumido vorazmente, talvez com secretos apetites" (Sanches, 2010, s/p). Em outras palavras, o fato de ter sido requisitado em vários órgãos de imprensa e de ter buscado legitimidade como estudioso do samba são fatores a serem levados em consideração, além do fato de Tinhorão, no fundo, expressar o que muitos queriam ouvir/ler. Afinal, "um crítico apenas pode ter 'influência' sobre seus leitores na medida em que eles lhe concedem esse poder porque estão estruturalmente de acordo com ele em sua visão do mundo social, em seus gostos e em todo o seu habitus"[16] (Bourdieu, 2015, p. 191).

Em tempos de busca pelo "homem novo" brasileiro[17], exaltação das raízes populares, politização da cultura popular e construção de uma historiografia do samba, figuras como Tinhorão podiam soar ao mesmo tempo incomodas e necessárias, pois invocava, através da pesquisa musical, o "dispositivo da brasilidade"[18] (Santos, 2012), atendendo com o seu conteúdo aos anseios e mentalidade nacionalistas de parte das camadas médias brasileiras.

Nacionalismo dialógico e desacordos conectados na gênese do pensamento musical de Tinhorão

O desgosto de Tinhorão por tudo aquilo que julgava como "inautêntico", "desnacionalizado" e "alienado" precisa ser analisado como algo construído sociohistoricamente. Tal postura tem conexão, por exemplo, com a americanização do Brasil no período entreguerras, quando apocalípticos e integrados[19] trocavam suas farpas em favor ou contra a presença da cultura estrangeira em território brasileiro. Tinhorão dialogava no front, portanto, com nacionalistas novatos e veteranos. Na ala dos mais velhos, a luta contra a inautenticidade e a desnacionalização, no campo do pensamento musical, ia ao encontro dos apreciadores das ideias de Mário de Andrade e do crítico

carioca Lúcio Rangel. Vale recordar que desde os tempos de Mário de Andrade havia se instituído um tratamento ambíguo/instável em relação ao uso de dados culturais externos na música brasileira (Ribeiro Júnior, 2018, p. 20) e mais adiante, com a atualização dessa postura através dos discursos dos "folcloristas urbanos" Lúcio Rangel, Mariza Lira e Ary Vasconcelos, por exemplo (Moraes, 2019) – com maior destaque para Rangel (2007, p. 118-119), que denunciava tanto a modernização do jazz quanto do samba, simbolizada na Bossa Nova. Enquanto leitor e apreciador desses críticos, compreendo que Tinhorão, na condição de herdeiro de suas formulações, traz em seus enunciados ecos dessas vozes nacionalistas; de suas visões estéticas. Desse modo, ainda que discordem num ou noutro ponto a respeito da música brasileira, entendo que Tinhorão complementa os entendimentos desses autores sobre o popular e o nacional, construídos entre os anos de 1920 e 1950, estabelecendo, assim, uma relação dialógica com eles através de um tema e propósito comuns[20].

Tinhorão reconhecia, a partir de critérios essencialistas, que o jazz fora, em seus primórdios, uma música "autêntica", pois tal valor se relacionava a uma suposta origem "pura" desse estilo musical; cultivada e restrita, segundo seu ponto de vista, apenas aos seus criadores legítimos: a população negra pobre dos Estados Unidos. A "queda" do jazz teria ocorrido quando este foi, primeiro, apropriado por frações da camada média branca estadunidense, e depois se tornado um rentável produto comercial via Tin Pan Alley[21]. Meios tecnológicos, urbanização, transformações econômicas e luta de classes no interior das práticas culturais seriam fatores determinantes na transformação da música popular americana, tendo competido, em conjunto, para a degeneração do jazz "verdadeiro".

Recorrendo a Ribeiro Júnior (2016a, 2016b, 2018), que examina o conteúdo da crítica musical que antecedeu Tinhorão, citando com mais ênfase a *Revista de Música Popular* (1954-1956)[22], e as primeiras obras nacionais sobre o jazz[23], desprendo que esse valor negativo atribuído às formas de jazz moderno da época (*bebop* e *cool*) só pode ser entendido num circuito mais amplo de trocas transnacionais; isto é, considerando os empréstimos e faturas localizáveis nas lutas culturais em torno do jazz no cenário Atlântico. Portanto, sob ponto de vista conectado, é importante ter em conta nessa análise a chamada *Guerre du Jazz*, que foi uma disputa estética protagonizada pela crítica de música estrangeira especializada em jazz, notadamente, a estadunidense e a francesa[24]. Em síntese, tal confronto residia em certa concepção (por vezes, etnocêntrica) de cultura expressa no embate apaixonado entre os detratores e os defensores da dita modernidade musical. O resultado foi que críticos europeus e norte-americanos, que foram categorizados como Tradicionalistas e Modernistas, se digladiavam na defesa do

"verdadeiro" jazz, cizânia que desembarcou no Brasil através de livros e revistas. Por questões ideológicas, Tinhorão se identificou mais com o tradicionalismo, que entendia o "jazz raiz" como de origem restritamente negra, herdando os preconceitos e mitos partilhados por esse "partido estético"[25]. Tal sobreposição discursiva pode ser lida pela noção de *enunciação* de Bakhtin; especialmente tendo em vista o entendimento de Fiorin (2016, p. 167), de que "[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado, sempre, por assim dizer, desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele".

Das partes litigantes: brasilidades dissonoras nos anos 1960

Ainda no campo da crítica, é válido recordar que essas relações dialógicas não foram estabelecidas tendo como destinatários apenas os que estavam de acordo. Tal como houve aqueles que saíram em defesa do jazz moderno no cenário internacional, existiu um conjunto de críticos favoráveis à incorporação de elementos do jazz na música brasileira. Um marco bibliográfico que reuniu essas apreciações foi o livro *Balanço da bossa*, publicado originalmente em 1968[26], com organização do poeta concretista Augusto de Campos. Defensor incansável da Bossa Nova e do Tropicalismo, Campos, a propósito, tinha plena consciência da correlação entre a "guerra do jazz" e os dilemas pelos quais passava a música brasileira. Considerando não só a opinião jornalística, mas também os embates que se sucediam no campo da música popular, ele entendia que "a polêmica travada no Brasil entre adeptos da velha guarda e bossanovistas, tem muito em comum com a que ocorreu, na década de 40, no mundo jazzístico, entre os partidários do estilo antigo (New Orleans) e os do be-bop [...]" (Campos, 1974, p. 185). Enquanto Tinhorão usava Marx para condenar o "colonialismo musical", numa linha de interpretação da cultura popular distinta das orientações vanguardistas do PCB e do CPC-UNE (Bastos, 2011; Lamarão, 2008), Campos se valia de Marx para condenar o "nacionalismo-nacionalóide", "tacanho e autocomplacente", prezando mais, segundo ele mesmo, por um "nacionalismo crítico e antropofágico" (Campos, 1974, p. 161). Desse modo, se Tinhorão se apropriava de Mário de Andrade e dos folcloristas urbanos para forjar o seu discurso nacionalista-conservador, Campos, uma vez posicionado no grupo dos críticos inventores (Bollos, 2007), aplicava preceitos de Oswald de Andrade e de outros modernistas para defender um projeto internacional-popular para a música brasileira, vislumbrando na música de Jobins e Gilbertos formas musicais avançadas, que

haviam não somente assimilado "as conquistas do jazz, até então a mais moderna música popular do Ocidente" como feito a música brasileira se tornar "influenciadora do jazz, conseguindo que o Brasil passasse a exportar para o mundo produtos bem acabados e não mais matéria-prima musical (ritmos exóticos) [...]" (Campos, 1974, p. 143).

Esse confronto chegaria à *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968)[27], importante espaço de debates políticos em tempos de ditadura e que promoveu em suas páginas discussões acerca da situação da música nacional naquele cenário. Numa dessas discussões, objetivando dar um tom sociológico à discussão, o compositor e intelectual Sidney Miller discordou da visão universalista de Augusto de Campos, argumentando que as assimilações musicais deveriam ocorrer sem a intervenção das forças deformadoras do mercado internacional; forças essas que, segundo ele, haviam exotizado e "descaracterizado [a Bossa Nova] como música brasileira" (Miller, 1968, p. 212).

Desviando de reducionismos econômicos e sociologias monolíticas, Nelson Motta (1980) contrapunha Tinhorão e simpatizantes, negando que o jazz fosse elitista/alienante. Para ele, o significado do jazz não poderia se resumir a "um veículo para dominação econômica e cultural"; por isso, aqueles que "sonham com uma arte nacional popular", disparava Motta, "que poupem seus tiros em direção às influências da música negra norte-americana [...]", declarando, por fim, de forma um tanto exagerada: "não é moda, não é consumismo, é a cultura de uma raça rica e forte, na qual os brasileiros têm algumas das mais sólidas raízes" (*apud* Santos, 2010, p. 05-06).

Numa linha distinta, Caetano Veloso escreveu em "Primeira Feira de Balanço" (1965/66) que o pensamento de Tinhorão "[representava] a sistematização de uma tendência equívoca da inteligência brasileira com relação à música popular" e que João Gilberto, espécie de precursor da linha evolutiva, "era, ao mesmo tempo, samba popular e música de câmara, com muitos ensinamentos colhidos no jazz". Diferente de Nelson Motta, Caetano, porém, endossava a ideia de que a produção de artistas como Johnny Alf e Dick Farney correspondia "a uma alienação da classe média subdesenvolvida cuja meta é assemelhar-se à sua correspondente no país desenvolvido dominante, tal como lhe é apresentada pelas cores de sonho do cinema que é produzido para isso" (Veloso, 1965/66, s/p). O cantor desaprovava também a produção pós-Bossa Nova: os conjuntos instrumentais e dançantes associados à MPM (Música Popular Moderna), que tocavam sons alinhados ao sambajazz e ao sambalanço[28]. Para Caetano (1997, p. 226), todos eles teriam recaído numa "americanização algo tola"[29], como o pianista Sérgio Mendes, que, segundo sua opinião, ainda que fosse livre para tocar jazz, estaria, no entanto, "enganando as pessoas" nos Estados Unidos, valendo-se daquela "sabedoriazinha comercial

americana de utilizar certos ritmos brasileiros pra dar uma coisa mais ou menos exótica". Em suma, para Caetano, Sérgio Mendes estaria vendendo o que Oswald de Andrade chamou de "macumba para turista" (Souza, 2009, p. 159), juízo que José Ramos Tinhorão (1969) consideraria bastante acertado[30].

Observar que, em algum grau, mesmo os contrários ao pensamento de Tinhorão repercutiam ideias semelhantes às suas – e aqui me refiro especialmente ao ideário tropicalista em sua fase embrionária – serve para enfatizar o teor polifônico da polêmica instaurada e perceber que essa circulação de vozes se dava em termos contraditórios, aporísticos, sob os ditames dos projetos de brasilidade musical.

Assim, no entendimento de Eduardo Coutinho (2001, p. 05), embora dissonantes

> [...] as diversas tendências presentes no debate ideológico sobre a música popular nos anos 60 - populista, folclorista e vanguardista - participam, de alguma forma, do conteúdo de ideias forjado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB. Todas elas têm em comum o fato de se afirmarem como um projeto nacional, divergindo em relação à forma como articulam nação e povo, ou ainda, pelo sentido que atribuem ao sujeito da tradição. Essencialmente nacionalista, a teoria isebiana é passível de ser assimilada, de alguma forma, pelos diferentes projetos nacionais - de Tinhorão a Augusto de Campos, de Geraldo Vandré a Caetano Veloso. Projetos que pretendem definir a essência do ser nacional brasileiro, mas que divergem em relação à perspectiva a partir da qual operam e atualizam os signos do passado: o folclorismo concebe o popular como objeto; o populismo, ora como objeto (o povo-alienação), ora como um sujeito idealizado (o povo-revolução); o tropicalismo concilia o folclórico e o massivo-industrial numa combinação insolúvel que alegoriza o *espírito do povo*. Todas essas estratégias adotam, como fundamento de seus projetos nacionais, o popular necessariamente mistificado, incapaz de transformar a realidade ativamente, como sujeito da história. Desconsiderando o papel da ação humana na reelaboração do acervo cultural do passado, as posições envolvidas no debate sobre a música popular nos anos 60 são, portanto, fortemente marcadas por uma concepção metafísica que compreende a tradição não como um processo, mas como uma essência que transcende aos seres humanos reais (grifos do autor).

A propósito, com essa perspectiva notoriamente gramsciana, o próprio Coutinho (2001) vislumbrou na obra de Paulinho da Viola um desvio desse esquema nacionalista conservador. Desse modo, no seu ponto de vista, o músico Paulinho da Viola tenderia muito mais para uma noção de nacional-popular contra-hegemônica – na qual a tradição dos subalternos se comportaria de maneira dialética, superando a dicotomia nacional/estrangeiro. Por certo, é uma interessante visão. Contudo, observo que, mesmo representando o olhar dos marginalizados, nem Paulinho da Viola escapou das contradições e armadilhas plantadas pelo nacionalismo musical, sendo capturado pelo dilema da tradição/modernidade: díade labiríntica do contexto em que estava inserido.

Portanto, no intervalo de 1962 a 1968, assim estava orientado o tom do debate cultural sobre a música brasileira. Nesse interregno, que privilegia não apenas a internacionalização da BN e a fase da bossa/canção engajada, mas também a invenção do sambajazz e o início da Tropicália, percebo o impacto dessas posturas para além do universo discursivo, reverberando, por exemplo, no repertório dos Festivais da Música Popular Brasileira, palco no qual "devido à natureza essencialmente polissêmica do signo musical, o nacional-popular na música era reinventado politicamente" (Contier, 1998, s/p), algo perceptível nos repertórios musicais, que apresentavam um amálgama de folclore, patriotismo, populismos e modernismo nacionalista[31].

Tinhorão, inclusive, não só se articulou para perpetuar seus pensamentos através da publicação de livros, como também começou a se movimentar em uma série de práticas para intervir no campo musical. Uma delas foi se tornar jurado de *Festival Internacional da Canção* (Mello, 2003, p. 330). Quanto a isso, na ótica de Fernandes (2010, p. 175), não seria equivocado "asseverar que o próprio sentido reunido em torno do acrônimo MPB redundaria em parte do *ethos* impresso aos festivais por seus organizadores, no caso, intermediários como Ary Vasconcelos e José Ramos Tinhorão".

No entanto, uma nova geração de jornalistas emergiu justamente na era de consolidação MPB, no raiar dos anos de 1970. Dentro desse projeto de renovação da apreciação crítica da música no Brasil, estava a promessa de superação dos discursos nacionalistas ao estilo de Tinhorão.

Tárik de Souza e a crítica canibal. Ou: o jazz na geleia geral do jornalismo setentista

Escassos são os trabalhos que discutem a importância de Tárik de Souza enquanto agente mediador e, por conseguinte, auxiliador na formação da ideia de MPB[32]. Recentemente, o crítico publicou *Sambalanço: a bossa que dança* (2016)[33], um estudo que certamente renovou o fôlego de discussões em torno de sonoridades e personagens ainda pouco trabalhados na historiografia da música brasileira. Ao contrário de Tinhorão, que se manteve, até antes de sua morte, inflexível em sua crítica à BN, Tárik segue firme militando em prol de uma memória que a exalta. O que essa posição aparentemente antagônica ao nacionalismo radical de Tinhorão poderia revelar sobre o lugar do jazz na construção do cânone da MPB (?) é algo que viso discutir neste tópico.

Se Tinhorão havia iniciado sua carreira jornalística num ano simbólico (1958, data de lançamento da canção "Chega de Saudade"), Tárik adentrava o quadro de funcionários da recém-criada revista *Veja*[34] como editor de música em meio à *Era dos Festivais*,

iniciada em 1965. O ano era precisamente 1968 e vivia-se um efervescente clima musical com a 3ª edição do Festival Internacional da Canção (FIC) e com o IV Festival da Música Popular Brasileira (o último, antes do Ato Institucional nº 05). Foi também o ano de publicação de *Balanço da Bossa*, que ensejou novo fôlego nos debates musicais e que logo receberia uma contrarresposta com *O samba agora vai: a farsa da música popular brasileira no exterior* (1969) de Tinhorão. Tárik, portanto, estava inserido num contexto convulsivo, no qual arautos da tradição e apóstolos da modernidade disputavam o poder de narrar a nação[35] através do pensamento musical.

Oriundo da classe média carioca, Tárik de Souza Farhat, nasceu em 19 de novembro de 1946, sendo filho do publicitário Emil Farhart (1914-2000). Entre outros veículos, contribuiu em jornais de grande circulação como o *Estado de São Paulo*, na imprensa alternativa e semanários (*Opinião*, *CooJornal*, *O Pasquim*), e em inúmeras revistas especializadas (*Isto É*, *Show Bizz*, *Som 3*, *Playboy*, *Revista do CD*), com destaque para a sua atuação na revista *Rock, a história e a glória/Jornal de Música* (1974-1978), a princípio voltada para o público "underground". Destaco também sua atuação na coluna "Supersônicas", iniciada em 1974, no *Jornal do Brasil*: meio de publicação que dividiu com José Ramos Tinhorão, coexistindo no periódico duas formas distintas de tratamento da música. De início, chamo atenção para a movimentação do crítico entre a imprensa "nanica" (alternativa) e a hegemônica, atendendo a um público variado no perímetro da classe média. Antes de qualquer exame dos discursos de Tárik de Souza sobre jazz e música brasileira, importa destacar essa sua posição em âmbitos editoriais e jornalísticos variados, bem como o contexto de mudanças musicais e comportamentais da época.

Tárik e outros nomes de sua geração, como Ana Maria Bahiana, Ezequiel Neves e Maurício Kubrusly, fizeram parte do que Lamarão (2012) chamou de "a nova onda do jornalismo musical". Visando se distinguir dos antecessores, esses jornalistas se propunham a abordar "a ideia de um conceito mais amplo e menos dogmático de MPB, uma visão que abrangia elementos do jazz, rock e música progressiva, e que refletia o crescente ecletismo da MPB daquele momento" (Stroud, 2008, p. 58)[36]. Clima de renovação crítica e do pensamento musical, vale pontuar, decorrente do impacto dos festivais, do Tropicalismo (Napolitano, 2002, p. 09), da contracultura e de um ambiente de progressiva segmentação do mercado fonográfico; hierarquização sociocultural da produção musical, e fixação de critérios estético-políticos como nortes avaliadores da qualidade das composições e de diferenciação dos artistas (Santos, 2010)[37]. Nessa dinâmica, a MPB se consolidava como "complexo cultural plural" (Napolitano, 2002),

tentando congregar elementos, à priori, contraditórios: participação política, interesses mercadológicos e ímpetos estéticos ao mesmo tempo nacionalistas e universalistas.

No cenário internacional, promoviam-se misturas do jazz com o rock, originando o chamado *jazz fusion* – formato híbrido cuja bandeira seria levantada no Brasil por bandas como Grupo Um, Pé Ante Pé, Divina Increnca, Metalurgia, Grupo Kali, entre outros, que se distanciavam da musicalidade sambajazzística dos conjuntos dos anos 1960 (Ruiz, 2017, p. 103-104; Ruiz, 2023). No aspecto comportamental, entrava-se na era do desbunde e do transbunde (Dias, 2003; Kucinski, 1991), com investidas libertárias frente à repressão política e moral administrada pela ditadura. No campo jornalístico, a imprensa alternativa serviu como reduto de uma nova esquerda que criticava não apenas o ambiente político, como também punha em xeque "as próprias ações da *intelligentsia* brasileira na formação de uma concepção de 'identidade nacional'" (Moreira; Santos, 2014, p. 90).

Assim, se nas páginas de alguns desses veículos alternativos reinava "o deboche e um cosmopolitismo cético", nos "jornalões" (grande imprensa), ao contrário, "vivia-se o 'Brasil Grande'" (Gaspari, 2014, p. 224). O que não significa, por outro lado, que a imprensa independente tivesse rompido totalmente com certa tradição intelectual de esquerda. Na verdade, essa imprensa estava dividida entre os que ainda defendiam os valores baseados na ideologia nacional-popular e "no marxismo vulgarizado dos anos 60" (Kucinski, 1991, p. 14-15), e aqueles que preferiam hostilizar o "dogma do nacional-popular, base do prestígio dos intelectuais da esquerda tradicional" (Gaspari, 2014, p. 224).

Possivelmente, os discursos de Tárik sobre a produção musical da época se estruturaram a partir do movimento entre esses vários universos, atuando segundo as regras específicas de cada veículo, e atendendo a demandas de públicos etariamente diversos. Ao listar quais eram os seus objetivos, o crítico afirmou que, além de almejar "influenciar o próprio movimento artístico", visava publicar "o melhor do que estava acontecendo em todos os setores da música, e criticar (sem ser professoral), o que a política editorial da revista [considerava] ser de baixa qualidade" (Stroud, 2008, p. 59)[38]. Comentários reveladores do fim último, orientação, mudança de linguagem/abordagem em relação à crítica sessentista e os interesses desses novos críticos nos capitais disponíveis – no caso de Tárik, o *econômico*, o *social* e o *simbólico*[39], adquiríveis em sua posição estratégica de circulação jornalística; no alto estoque de prestígio como "crítico moderno", eclético e antenado na música jovem da hora; como mediador do gosto médio num momento em que a MPB ganhava os meios massivos, consagrando certos artistas e

a fórmula musical da canção popular, responsável por toda uma reconfiguração do mercado da música[40].

Enquanto para Tinhorão, a MPB era mais uma fase de deturpação da música popular, pelo seu vínculo com a BN, e por incorporar (entre a atração e a repulsa) elementos do jazz e do rock, Tárik pensava exatamente o contrário, pois interpretava a música norte-americana pelo prisma da linha evolutiva: primeiro, do jazz em si, com sua trajetória de transformações; depois, de outros gêneros a ele relacionados, como o rock:

> [...] com o jazz foi rompida a barreira tonal, ao nível da música popular, e algumas antecipações, como o som espacial do *rock* de Jimi Hendrix (obtido quase uma década antes pelo inquieto Sun Ra), sem dúvida também se devem aos improvisos livres permitidos pelo estilo fluente e mutante do jazz (Souza, 1975, p. 15).

Escrevendo na revista *Rock, a história e a glória* (1974-1976), novamente o jornalista enfatizava o papel da improvisação livre como elemento distintivo do jazz:

> Antes de ser um estilo ou um gênero, o jazz é uma porta de percepções. Aberto ao improviso permitiu o nivelamento da complexidade harmônica da música popular com a erudita. Quer dizer, através de suas aberturas, as cucas despregadas de seus músicos levaram o popular às últimas consequências [...]. Do barulho total ao silêncio. Em suma, bateram no teto, uma barreira indefinível, um *point of no return*, a que chegaria em seguida o rock, outra porta de percepções. Como instrumento permanente de vanguarda, então, continua cabendo ao jazz o papel de antecipar os acontecimentos musicais (Souza, 1975, p. 10).

Propondo novamente um diálogo com o criticismo/jornalismo internacional, não seria forçoso supor que Tárik e outros críticos setentistas tenham se apropriado de certas maneiras de perceber, apreciar e avaliar o jazz, considerando a influência que o jornalismo alternativo nacional recebeu do pensamento contracultural da Geração Beat[41] – que, aliás, cultuava o jazz moderno como música insubordinada, intelectualizada e de vanguarda (Hobsbawm, 2011, p. 119); significação que faria os entusiastas encararem o estilo musical como propício para "[...] meditar, divagar e se transportar para outros planos" (Pellegrini, 2004, p. 108). O texto de Tárik, porém, não se limita a abstrações. Seu objetivo é falar da intervenção dos músicos brasileiros nos rumos do jazz internacional. Comenta, assim, acerca do interesse crescente de toda a crítica musical no fenômeno do jazz/latin/rock, iniciado com o álbum *Bitches Brew* (Miles Davis, Columbia Records, 1969), enfatizando, para tanto, a participação do percussionista Airto Moreira, "retrato vivo de como um músico de formação nacional pode fornecer contribuições (a partir de seu país) à vanguarda geral"; "baterista vigoroso entusiasmado com o africanismo na bossa através do uso contínuo do contrarritmo de Dom Um Romão (que mais tarde

integraria o Weather Report da mesma escola" (Souza, 1975, p. 10). Empolgado com o fato do crítico Robert Palmer (*New York Times*) ter falado do Tropicalismo em sua apreciação sobre o disco *Identity* (Arista, 1975) de Airto, Tárik sentencia: "[...] É a velha questão da resposta nacional ao universal, mesmo dentro da linha de frente jazzística" (1975, p. 10).

Esses comentários sintetizam boa parte do pensamento musical de Tárik de Souza, justapondo/aglutinando rock, jazz, Tropicalismo e Bossa Nova. Por isso, se em meados dos anos 1960 algumas figuras como o compositor Mário Lago afirmavam que "a fase da 'Bossa Nova' [estava] encerrada e sua efêmera existência se [deveu] ao fato de que ela fez apenas adaptar a técnica de harmonização do jazz ao samba" (Azêdo, 1966, p. 08-09), Tárik, desde o princípio entusiasta da BN, discordava veementemente, insistindo no argumento de que: "[...] com a Bossa Nova, o país musical passava de fornecedor de turbantes de bananas de Carmen Miranda a exportador de um produto urbano de ponta, industrialista" (Callado, 1995, p. 148). Ou ainda, que João Gilberto, "criticado por causa da influência estrangeira, paradoxalmente, é o bumerangue de sua repercussão no exterior que bate de volta na matriz de tempos em tempos e reaviva a chama" (A Mudança, 2011, s/p). Nesses discursos, percebo ecoar as ideias de Augusto de Campos, que defendia: "sim, a bossa-nova foi uma revolução na música popular, e não apenas na brasileira. Segundo a revista *Down Beat*, há quarenta anos ninguém influenciava a música americana como o fez João Gilberto" (Campos, 1974, p.180). Se os enunciados de Tinhorão eram marcados de alguma forma pela proposta de Mário de Andrade, dessa vez, Tárik retomava Oswald de Andrade e sua visão antropofágica. Araújo (2014, p. 55) confirma isso, ao comparar Tárik e Tinhorão:

> Mais velho, mais temido e radical, Tinhorão direcionava sua crítica para uma batalha sem trégua contra a influência estrangeira na MPB. E nisso era um combatente quase obsessivo, como na sua conhecida opinião de que bossa nova é música americanizada – com o que Tárik não concordava, mais identificado com o ideário antropofágico-tropicalista.

À ideia de deglutição dos dados estrangeiros, Tárik adicionou o engajamento como critério de qualidade estética – sintoma do clima político e prenúncio da chamada *Era da Patrulha*[42] –, julgando como "ruins" artistas que não apresentassem a síntese musical do legado Bossa/Tropicália e não se mostrassem claramente contrários ao regime militar. Se para Tinhorão, política e musicalmente, Tom Jobim era um alienado, para Tárik nem uma coisa, nem outra, pois, para ele, além de gênio, "a postura de Tom nunca [foi] apolítica. Tanto que incomodou a ditadura e o compositor acabou enquadrado como subversivo por participar de um protesto contra a censura num festival no começo dos

anos 70" (Souza, 1995, s/p). Interpreto esse entrelaçamento entre modernismo antropófago e o *mito da resistência*[43] levando em consideração a função social atribuída à MPB naquele contexto repressivo e na projeção de universitários e jornalistas (classes bastante reprimidas à época) em produções culturais que lhes representassem, que dessem vazão, de alguma forma, aos seus anseios resistentes. O vanguardismo que residia, à priori, na deglutição de elementos do jazz se combinava à atitude engajada nessa visão neoantropofágica de Tárik de Souza[44], confirmando que "práticas e ideologias [podem] atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um *campo*[45]" (Bourdieu, 2015, p. 191).

Por certo, é possível, ao modo de Ruiz (2021a), interpretar essas práticas percebendo-as dentro do chamado Longo Modernismo (1920-1980), isto é, assumindo um olhar temporal atento às continuidades e descontinuidades de um efervescente debate cultural que atravessou a história brasileira por boa parte do século XX (Napolitano, 2022). Em contraparte, ao ativar conceitos da teoria bourdiana, como a noção de *campo*, me permito problematizar as relações objetivas, regras de funcionamento, trajetória dos críticos e de seu ramo de atividade; sua função social; grau de intervenção na formação dos gostos e fabricação do sentido dos sons; consagração ou desconsagração de fórmulas musicais/obras de arte. Além disso, em diálogo com o conceito bakhtiniano de *esfera*[46], posso me lançar aos fios que compõem a relação dialógica entre esses mediadores, aos meandros dos seus enunciados, atentando para o fato de que, para além das condições e demandas externas, o tema "jazz no Brasil" – considerando os trânsitos, mutações e o emaranhado simbólico em torno do gênero – expõe, no plano da linguagem, o alinhamento entre a busca recalcada da brasilidade pela via modernista e o *habitus* (gostos, predileções, condutas, esquemas de percepção e apreciação) subjacente a essas formulações. Nesse sentido, entendo que descortinar tal operação pode ajudar a perceber as disputas estético-ideológicas nas linhas e entrelinhas dos enunciados críticos.

Seguindo essa lógica interpretativa, analiso que em seu projeto de brasilidade musical, Tárik de Souza saía em defesa do pacto entre o jazz/rock e aquilo que considerava pertencer à "boa" música brasileira (isto é, o esquema Bossa/Tropicália/MPB), contrariando obviamente a visão de Tinhorão, mas também em certo desacordo com críticos da estirpe de Ana Maria Bahiana (1980, p. 71), que entendia ser hora de focar nas misturas musicais com o rock, substituindo a ênfase outrora dada ao jazz; destoando ainda dos saudosistas da BN, que encaravam os anos 1970 como momento de "vazio cultural". Essa geleia geral de dissonâncias, por fim, desagradava a críticos da nova geração que ainda permaneciam radicalmente contrários à presença de

qualquer música estrangeira no país[47], caso do jornalista Roberto Moura, d'*O Pasquim*, que investia contra aqueles que se predispunham a avaliar as sonoridades internacionais[48] – dedo na ferida de muitos críticos, inclusive de Tárik de Souza. Para evitar transtornos, seria preciso, então, acrescentar quantidades generosas de tradição na salada contracultural tropicalista. Tudo para o bem do crédito em campo.

Entre as duas faces de Janus: jazz brasileiro e discurso de tradição-modernidade

Muito embora a nova onda de jornalistas musicais tenha surgido com o discurso de superar os dilemas de seus antecessores, as rixas não cessaram. Ironicamente, foi o próprio conservador Roberto Moura quem observou essa nova fase conflitante na crítica musical brasileira, tentando passar uma questionável imagem de crítico mais "esclarecido":

> Estamos vivendo um momento perigoso e equivocado, onde críticos agitam bandeiras e vestem as camisas de seus clubes, perdendo, como todo torcedor, a noção de equilíbrio. No dia-a-dia a rotina de abrir os jornais e assistir a mesma e estéril briga das duas tendências da crítica na música popular, entre os tradicionalistas sedentários, com suas preocupações paternais com a música popular brasileira e completamente alheios ao fato de que ela é um círculo dentro de outro círculo – a música popular – e os modernosos incompetentes [...] que pouco podem contribuir criticamente para clarear tão diagnosticado impasse em que dizem se debater a MPB de hoje [...] (Moura, 1975, p. 13).

Quanto à persistência dessa *polifonia*[49], Bourdieu (1996, p. 330) ensina que os críticos "opõem-se em lutas de concorrência que tem como aposta a definição do sentido e do valor da obra de arte, portanto, a delimitação do mundo da arte e dos (verdadeiros) artistas". Esses conflitos "entre defensores de definições antagonistas da produção artística e da própria identidade do artista contribuem de maneira determinante para a produção da crença", sendo essa crença "uma condição fundamental e um efeito de funcionamento do campo" (Bourdieu, 1996, p. 192). Importante recordar que, a exemplo de Roberto Moura, mesmo entre os novos jornalistas, persistia uma postura combativa contra a "subserviência" de consumidores de músicas estrangeiras, e dos críticos que as avaliavam – opinião que pode ter tido impacto na trajetória de Tárik e afins. Analiso, por exemplo, que se Tárik demonstrava, entre fins de 1960 e início de 1970, seu apreço pela tradição musical moderna brasileira e pela música estrangeira (jazz e rock), é possível perceber nas suas subsequentes empreitadas editoriais a inserção progressiva de conteúdo sobre a tradição-raiz da música brasileira[50].

Assim, se no início dos anos 1970, Tárik e Tinhorão pareciam atuar em zonas apartadas, aos poucos, com as mudanças político-culturais desenhadas na segunda metade daquela década, percebo que os autores vão ocupando e partilhando, muitas vezes, os mesmos espaços de poder; não tensionando, mas, sim, coligando suas visões estéticas: conclusão que compartilho com Araújo (2013)[51]. Cito, por exemplo, o trabalho dos dois na preparação dos fascículos da *Coleção História da Música Popular Brasileira* (Abril Cultural/Editora Abril), que circulou primeiramente entre 1970-1972, época na qual Tárik estava envolvido com os shows do Circuito Universitário, centrado em artistas da MPB; suas participações nos eventos da Associação dos Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB), criada em 1975, e cujo principal objetivo era "defender a tradição da música brasileira popular em relação à estrangeira" (Bergold, 2019), sem falar em suas passagens por emissoras de TV, atuando como jurados em festivais de música (vide o *I Festival de Choro*, de 1977, promovido pela Rede Bandeirantes), entre outras atividades que realizavam, juntos ou não, mas que tendiam ao enfrentamento da americanização da música brasileira e à promoção da ideologia estética da Tradição-Modernidade – posição antes dispersa em seus julgamentos críticos nos jornais, revistas e livros, e que agora, numa espécie de movimento retroalimentativo, interferia diretamente nas práticas musicais, consumando e sacramentando suas visões do que era a "música de qualidade". Atento a isso, ao estudar a música cafona na ditadura militar, o historiador Paulo César de Araújo (2013, p. 350) observou que "[...] esta concepção da nossa música converteu-se numa quase obsessão entre os principais críticos musicais do país", havendo os que glorificavam os artistas vinculados ou à tradição ou a modernidade, ou ainda àqueles que "na percepção dos críticos, apresentam a mistura entre 'tradição' e 'modernidade', entre o 'passado' e 'presente'" (2013, p. 350). Eram, em suma, ruminações míticas no pensamento musical brasileiro – como se se idolatrasse a imagem monumental de um Janus bifronte no templo da história e da memória da música popular.

Mas, afinal, em que situação estaria o jazz em toda essa teia política-cultural? Explicar essa condição exige sumarizar brevemente um complexo processo que levaria a uma espécie de *revival* da música instrumental no Brasil, entre 1970-80, e que envolveu, além de fatores relacionados à dinâmica do mercado fonográfico (Ruiz, 2017), uma curiosa articulação entre intelectuais e artistas com o governo Geisel, quando se envolveram com os preceitos e ações do chamado Plano Nacional de Cultura (PNC)[52].

Um dos produtos desse vínculo atípico e um tanto contraditório foi o *Projeto Pixinguinha*. Criado em 1977 e derivado do *Projeto Seis e Meia*, o projeto mirava na divulgação daqueles artistas considerados a *crème de la crème* da brasilidade musical.

Vale destacar que tanto o *Projeto Seis e Meia* quanto o *Pixinguinha* foram idealizados pelo poeta, ativista cultural e vice-presidente da Sociedade Musical Brasileira (Sombrás) Hermínio Bello de Carvalho[53], parceiro de Tinhorão e Tárik na APMPB, com a diferença de que o segundo projeto foi subsidiado pela FUNARTE (um dos primeiros rebentos do PNC). O impacto dessa e de outras iniciativas motivou a realização de várias empreitadas musicais pelo país que também carregavam a marca indelével da defesa pela "música autenticamente brasileira", a exemplo do *Projeto Luís Assunção*, em Belém, do *Festival Moqueca*, em Vitória, do *Segundas Musicais*, em Salvador, entre outros. Essas ações acabaram incitando não só o renascimento do choro no Brasil, mas também, segundo Stroud (2008, p. 129), uma espécie de *mini-boom* do jazz brasileiro nos anos 80. Stroud, porém, não comenta nem examina qual teria sido a importância, por exemplo, das edições do *Festival Internacional de Jazz de São Paulo* (1978-1980)[54] nesse contexto, tampouco discute criticamente a denominação "jazz brasileiro"[55], ainda que se proponha a problematizar os movimentos de defesa da tradição da música popular brasileira.

Tomando os estudos de Ferreira Jr e Ribeiro Jr (2017) e Ruiz (2021a, 2023) sobre o processo de construção do jazz brasileiro, percebo que, em termos estético-políticos, a música instrumental/experimental – uma vez não absorvida pela *memória da resistência*; inofensiva aos olhos e ouvidos de uma censura obcecada por letras de canções; distanciada do panteão da "autenticidade musical brasileira" –, ainda que fosse lida como uma "música sofisticada" e "moderna", habitava um entrelugar, entre as margens e o prestígio, a revolução estética e a atitude esguia; a subversão oblíqua e o grito oculto na improvisação livre: nos usos e abusos do improviso como *voz codificada*[56] em meio à política cultural ditatorial e à polifonia discursiva da crítica de música. Analiso que em termos de discurso musical, dialogando com a noção de "fricção de musicalidades" (Piedade, 2005), os traumas sofridos pelo jazz frente ao ideário nacional-popular podem ter dado vazão a uma brasilidade móvel, anárquica, transnacional, que se portava de maneira alternativa diante do dilema identitário, como ficava claro nos discursos de Hermeto Pascoal: "[...] Folclore? O que é isso? Pra mim só existe música. [...] Eu nunca digo que sou 'um músico brasileiro', mas um brasileiro que faz música. Porque, como músico, eu sou universal" (Neves, 1975, p. 02); E, no entanto, ainda em busca de uma identidade nos marcos nacionais, para se distinguir do *outro* apropriado (jazz), como expõe Percio Sapia, baterista do conjunto de sambajazz Zimbo Trio: "o jazz brasileiro existe. Existe e é tocado por músicos brasileiros. O jazz brasileiro não é possível ser tocado por um americano, russo [...]. O brasileiro é que criou essa forma de tocar" (Jazz... 2012, 45"). Nessas visões, retorna-se, assim, ao problema do universal versus local, de

negação/afirmação da brasilidade; defesa ou repúdio ao rótulo "jazz brasileiro". Diante de tais discrepâncias, Calado (2014, p. 579) destaca a questão da (in)classificação do jazz feito no Brasil, oferecendo uma apreciação cara para este artigo:

> Nos argumentos dos que defendem esse termo [jazz brasileiro], é evidente a intenção de dissociar essa música do universo da canção (ou da chamada MPB, vertente mais sofisticada da canção brasileira que, desde a década de 1960, abrange vários gêneros, como o samba e a bossa, além de eventuais choros, valsas, baiões e frevos), ainda que a voz também possa ser utilizada como um instrumento musical. No entanto, muitos adeptos do *instrumental brasileiro* rejeitam o rótulo *jazz*, antes de tudo, pelas implicações político-culturais que marcaram as relações entre a música popular brasileira e a música norte-americana desde o século XX (grifos do autor).

As formas de compreensão e significação do jazz brasileiro, portanto, ainda são atravessadas, em alguma medida, pelas cacofonias do debate nacional-popular dos anos 1960-70. Tárik de Souza e José Ramos Tinhorão, como tentei mostrar, foram importantes agentes nessa operação, com trajetórias que interseccionam o moderno/universal (internacional-popular) e o tradicionalismo/nacionalismo radical – lógica cultural binária que, em conjunto e partindo de certa noção/expectativa de brasilidade, ajudou a estatuir e ordenar a dinâmica de assimilação do jazz no Brasil.

Totens & tabus, iconoclastas & rebus: do fetiche nacionalista ao discurso herético do jazz afro-brasileiro (considerações)

Embora ainda seja pouco expressivo o volume de trabalhos em história que problematizam especificamente o papel da crítica musical brasileira como instrumento de significação dos estilos musicais (seja na criação de imaginários, memórias, conceitos e preconceitos), a historiografia mais focada ou na produção musical *per se*, ou mesmo aquela interessada nos fatores exógenos auxiliares na formatação da música urbana, nem por isso negligenciou esse tema. O lugar desses agentes na instituição de uma noção de tradição e de autenticidade na música brasileira (Napolitano, 2007; Fernandes, 2010); a criação de uma linhagem nos debates sobre música caracterizada pela tensão entre tradição e modernidade (Baia, 2014); as estratégias dos narradores que exerceram o *poder simbólico* de avaliar o repertório musical brasileiro – iniciando a historiografia da música popular urbana no Brasil (Moraes, 2019) e ocupando lugares de poder para patrimonializar certos artistas e certa concepção de música brasileira (Garcia, 2017), são ações que, uma vez conectadas, apontam para a instituição de uma noção de brasilidade musical; noção essa que se origina no campo da MPB, mas não se limita a ele. Em vista

dessa engenharia estética, minha hipótese é de que, em conjunto com um mercado fonográfico cada vez mais segmentado nos anos 1970, o pensamento musical brasileiro – orientado em maior ou menor grau pela busca do nacional e do autêntico, consequentemente inventor dos "inautênticos", dos de "mau gosto", "nacionalmente duvidosos", "cópias" e *outsiders* – contribuiu para que o jazz brasileiro desenvolvesse em seu código genético uma tendência a atuar prestando contas às condições, normas e regulações no exercício de sua prática (Ribeiro Júnior, 2018).

Isto é, diante dos marcos impostos pelo pensamento musical vigente, a criação instrumental precisou lidar com a questão da identidade nacional da maneira como estava posta: no nível colonial-policialesco e elitizado; como regra vigente e intransponível do campo musical; noção de brasilidade enquanto força ao mesmo tempo centrípeta e centrífuga – de inclusão e exclusão. Concepção de música que, enfim, se substancializou em políticas culturais; em sons e sentidos patrimonializados/sacralizados. Nem suficientemente cafona como a música brega, e talvez sofisticado demais para a MPB. Essencial enquanto ingrediente na linhagem Tradição-Modernidade, mas duvidosamente brasileiro, e discutivelmente popular. Assim o jazz nacional foi representado: na corda bamba dos movimentos estéticos da música brasileira; alojado em um lugar impreciso, julgado por critérios e valores oscilantes, sob a tutela do cabedal cultural e ideológico de seus principais narradores; entalhado ora como irmão espúrio, como duplicata incômoda, ora como filho pródigo da Música Popular Brasileira (MPB).

Se é verdade que a tendência modernista/nacional-popular perderia sua força diante de uma outra proposta de identidade baseada na negritude, entre os anos 1970-1980, com a ascensão da *black music* brasileira (Naves, 2010, p. 130), decorrente da internacionalização do debate antirracista e anticolonial, também é fato que isto não se deu sem conflitos com alguns setores da esquerda, e, claro, à direita – contraditoriamente alinhados no culto à mestiçagem e à visão paternalista das populações pretas e pobres. Embora não se possa contar a história da música instrumental brasileira sem mencionar nomes como Djalma de Andrade, Johnny Alf, Moacir Santos, a maranhense Tânia Maria[57], Paulo Moura, Dom Salvador, Dom Um Romão, José Roberto Branco, entre outros músicos negros que forneceram as bases para o jazz brasileiro, analiso que o discurso de reafirmação racial só se tornaria mais evidente no mundo do jazz nacional nos últimos vinte anos, com a criação da Orkestra Rumpilezz, fundada por Letieres Leite (1959-2021) no começo dos anos 2000, e o despontar das carreiras de músicos nascidos nos anos de 1980/1990, como o afro-pernambucano Amaro Freitas, os afro-cariocas Jonathan Ferr, Juçara Marçal, os afro-paulistanos Rômulo Alexis e Wagner Ramos do

duo Rádio Diáspora, a multiinstrumentista Vênus Garland e o multiinstrumentista afropindorâmico Isaías Alves, e ainda os projetos musicais femininos como o Jazz das Minas, liderado pela pianista Maíra Freitas, filha do sambista Martinho da Vila, e a Funmilayo Afrobeat Orquestra, também formada só por mulheres negras.

Vale mencionar ainda os vários projetos que militam em defesa de um jazz periférico, como o Favela Jazz de São Paulo, Festival Mulambo Jazzagrário do Rio de Janeiro, entre outros. São produções e personalidades que contam com intelectuais/artistas negros (e aliados antirracistas) como mediadores culturais, tais como Nathalia Grilo, Tonny Araújo (Antonio C. Araújo), Rafael Queiroz, Petrônio Domingues, Rafael Galante, entre outros, que se valem de outras chaves analíticas para interpretar essa nova produção instrumental. São ainda autores que repensam criticamente a trajetória do jazz no Brasil, tendo em vista as disparidades no acesso à informação, educação, cultura e lazer por parte da população negra. Almejam, assim, retrabalhar as palavras e os sentidos sobre a música popular, por muito tempo monopolizados pelas elites culturais brasileiras.

Caberia pesquisar até que ponto esses agentes, fortemente marcados pelo discurso afrocentrado, fomentam um reposicionamento e uma re-semantização do jazz brasileiro, causando verdadeiro rebu no tradicional ideal de brasilidade ao confrontá-lo com a noção afrodiaspórica de "contracultura da modernidade" (Gilroy, 2001).

Referências

ALONSO, Gustavo. *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga*: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical. Rio de Janeiro: Record, 2011.

AMARAL, Luiza Spínola. *A mídia e o jazz no Brasil*: investigação em torno da recepção crítica dos festivais de jazz na imprensa paulistana. 2011. 167 f. Dissertação (mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1962.

ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não*: música popular cafona e ditadura militar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ARAÚJO, Paulo César de. *O réu e o rei*: minha história com Roberto Carlos, em detalhes. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

A MUDANÇA de eixo: por Tárik de Souza. In: OSLO. *Blog MPBJAZZ*, Vitória, Espírito Santo, 25 set. 2011. Disponível em:

http://mpbjazz.blogspot.com/2011/09/mudanca-de-eixo-por-tarik-de-souza.html. Acesso em: 12 jun. 2023.

AZÊDO, Maurício. Os novos caminhos da música popular. *Folha da Semana*. Rio de Janeiro, n. 58. 13-19 out. 1966, p. 08-09.

BAHIANA, Ana Maria. *Nada será como antes*: MPB nos anos 70. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

BAIA, Silvano Fernandes. A linhagem samba-bossa-MPB: sobre a construção de um discurso de tradição da música popular brasileira. *Per Musi*, Belo Horizonte, n.29, p. 154-168, jun. 2014.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estética da criação verbal*. Tradução: Maria Ermantina G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas da poética de Dostoievski*. Tradução: Paulo Bezerra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Os gêneros do discurso*. Tradução: Paulo Bezerra. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich (Valentin Nikoláievitch Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS, Patrícia Marcondes de. A imprensa alternativa da contracultura no Brasil (1968-1974): alcances e desafios. *Patrimônio e Memória*, v. 1, n. 1, 2005, p. 78-85. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/62. Acesso em: 12 mar. 2023.

BASTOS, Manoel Dourado. Um marxismo sincopado: método e crítica em José Ramos Tinhorão. *Tempos Históricos*, [S. l.], Vol. 15, n. 1, p. 289-314, 2011. https://doi.org/10.36449/rth.v15i1.5709.

BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia. (orgs.). *Metodologias de pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

BERGOLD, Rogério de Brito. *Aramis Millarch e a criação da Associação dos Pesquisadores em Música Popular Brasileira como instituição da esfera pública* - identidade, gosto e consumo na crítica de música brasileira popular em O Estado do Paraná entre 1965 e 1976. 2019. 189 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BETH, Beth. (Org.). *Bakhtin*: conceitos-chave. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BEZERRA, Paulo. Uma obra à prova do tempo (prefácio). In: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas da poética de Dostoievski*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BHABHA, Homi Kharshedji. Introduction: narrating the nation. In: BHABHA, Homi Kharshedji. (ed.). *Nation and narration*. London; New York: Routledge, 1990. p. 1-7.

BOLLOS, Liliana Harb. *Um exame da recepção da bossa nova pela crítica jornalística:* renovação na música popular sob o olhar da crítica. 285 f. Tese (doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais do ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução: Denice Barbaro Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. Tradução: Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BRAITH, Beth. Estilo. In: BRAIT, Beth. (org.) *Bakhtin*: conceitos-chave. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2012a, p. 79-102.

BOURDIEU, Pierre. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, Beth; SOUZA-e-SILVA, Maria Cecília. (orgs.). *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012b, p. 09-29.

CALADO, Carlos. *Jazz ao vivo*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

CALADO, Carlos. Jazz à brasileira. In: BERENDT, Joachim-Ernst; HUESMANN, Gunther. *O livro do jazz*: de Nova Orleans ao século XXI. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva: Edições Sesc São Paulo, 2014.

CALLADO, Tessy; CEZIMBRA, Márcia; SOUZA, Tárik. *Tons sobre Tom*. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CASTRO, Ruy. *Tempestade de ritmos*: jazz e música popular no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONTIER, Arnaldo. Edu Lobo e Carlos Lyra: O Nacional e o Popular na canção de protesto (Os anos 60). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 18, n. 35, p. 13-52, 1998.

COUTINHO, Eduardo Granja. O sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola. In: INTERCOM., 24, 2001, Campo Grande. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2001, s/p.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Velhas histórias, memórias futuras*: o sentido da tradição em Paulinho da Viola. 2ª ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. (Col. História, Cultura e Ideias, v. 14).

DIAS, Lucy. Anos 70: *Enquanto corria a barca* – anos de chumbo, piração e amor. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. *A inteligência da música popular*: a "autenticidade" no samba e no choro. 2010. 414 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. Anatomia do gosto da Música Popular Brasileira. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 36., 2012. *Anais do Encontro Anual da Anpocs*, 21-25 out. 2012, São Paulo - SP, 2012, v. 1. p. 01-28.

FERREIRA JÚNIOR, José; RIBEIRO JUNIOR, Antônio Carlos Araújo. Prometeus desacorrentados: a influência do discurso nacionalista dos anos 1960 no processo de (des)construção do jazz brasileiro. *História e Cultura*, Franca, v.6, n.2, p. 267-288, ago./nov. 2017.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1º sem. 2009.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin*: outros conceitos-chave. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 161-193.

FRANCISCHINI, Alexandre. *Laurindo Almeida*: Música brasileira, identidade e globalização. 2012. 215 f. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.

FRITH, Simon. *Performing rites: on the value of popular music*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

GARCIA, Tania. Afinidades eletivas. A Funarte e o samba carioca como patrimônio da cultura nacional. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 70 - 92, set./dez. 2017.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GEROLAMO, Ismael de Oliveira. *Arte engajada e música popular instrumental nos anos 60*: o caso do Quarteto Novo. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Música), Instituto de Artes. Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*: modernidade e dupla consciência. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro, 2001.

GRILLO, Sheila de Camargo. Esfera e Campo. In: BRAIT, Beth. (org.). *Bakhtin*: outros conceitos-chave, São Paulo: Contexto: 2016, p. 133-160.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARDIE, Daniel. *Jazz Historiography*: the story of jazz history writing. iUniverse. Edição do Kindle, 2013.

HOBSBAWM. Eric. *História Social do Jazz*. Tradução: Angela Noronha. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IKEDA, Alberto. Apontamentos históricos sobre o jazz no brasil: primeiros momentos. São Paulo: *Comunicações e Artes, USP*, vol.13, p. 111-124, 1984.

IKEDA, Alberto. Jazz bands e ações históricas no Brasil. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28 nov. 1987. Suplemento Cultural, ano VII/n. 387, p. 08.

JAZZ Brasileiro – Zimbo Trio (documentário). Produção/direção: Vitor Lopes Leite, [S. l.: s. n.], 2012. 1 vídeo (43min), Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QOrrxu9PNxo&t=832s. Acesso em: 15 jun. 2023.

JOHNSON, Bruce. *Jazz Diaspora*: Music and Globalisation. Routledge (Taylor & Francis Group), New York and London, 2020.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1991.

LAMARÃO, Luisa Quarti. *As muitas histórias da MPB*: As ideias de José Ramos Tinhorão. 2008. s/f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

LAMARÃO, Luisa Quarti. O veneno de José Ramos Tinhorão: reflexões sobre a coluna "Música Popular" (1974 – 1982). In: *Antíteses*, vol. 3, n. 5, p. 269-291, jan./jun. de 2010.

LAMARÃO, Luisa Quarti. *A crista é a parte mais superficial da onda*: mediações culturais na MPB (1968-1982). 2012. 270f. Tese (Doutor em História) – Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Patrícia Ferreira de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil*: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85). 2006. 281 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz. A. *Dicionário da História Social do Samba*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LORENZOTTI, Elizabeth. *Tinhorão, o legendário*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

MEDAGLIA, Júlio. *Música Impopular*. 2ª ed. São Paulo: Global, 2003.

MILANI, Vanessa Pironato. *Samba em fascículos* – vertentes do gênero na coleção História da Música Popular Brasileira em tempos de consolidação da indústria cultural brasileira. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2015.

MELLO, Zuza Homem de. *A era dos festivais*: uma parábola. São Paulo: Editora 34, 2003.

MILLER, Sidney. O universalismo e a música popular brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 21/22, p. 207-221, set./dez. 1968.

MONGIOVI, Angelo Guimarães. *Num doce balanço*: composições, identidade e tópicas do jazz brasileiro. 2017. 285 f. Tese (Doutorado em Música), Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2017.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Criar um mundo do nada*: a invenção de uma historiografia da música popular no Brasil. São Paulo: Intermeios, 2019.

MOREIRA, Maria Beatriz Cyrino; SANTOS, Rafael dos. O caso do Som Imaginário: contracultura, experimentação e indústria fonográfica entre as décadas de 1960 e 1970. *Per Musi – Revista Acadêmica de Música*, Belo Horizonte, nº 30, 200, p. 87-97, jul./dez. 2014.

MOURA, Roberto. Coluna "Samba". *Jornal de Música – Rock, A História e a Glória*, nº 15, 1975, p. 13.

NAPOLITANO, Marco. A música popular brasileira (MPB) dos anos 70: resistência política e consumo cultural. In: CONGRESSO DA IASPM-LA, 4., 2002, Cidade do México, *Anais do Congresso Latino-americano da Associação Internacional para o Estudo da música popular*, Cidade do México: [s.n.], 2002.

NAPOLITANO, Marco. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *ArtCultura*, v. 8, n. 13, p. 135-150, jul./dez, 2006.

NAPOLITANO, Marco. *A síncope das ideias*: a questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NAPOLITANO, Marco. *1964*: História do Regime Militar Brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, Marco. A semana e o século - o longo modernismo brasileiro em perspectiva histórica. *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. 10, p. 06-22, 2nd Ser., 2022.

NAVES, Santuza Cambraia. *Canção Popular no Brasil*: a canção crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NEGUS, Keith, *Producing Pop: Culture and Conflict in the Popular Music Industry*. London: Edward Arnold, 1992.

NEVES, Ezequiel. Hermeto: "Folclore. O que é isso? Pra mim só existe música". *Jornal de música e som – Rock, A História e a Glória*. nº 13, p. 01-02, 1975.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARANHOS, Adalberto. A cruzada da purificação nacional contra a bossa nova: ecos de um debate. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão (SE), v. 4, n. 1, p. 19-36, Jan. Mai./2018.

PARANHOS, Adalberto. Querelas e aquarelas do Brasil: o jazz na mira do nacionalismo musical (anos 1920-1960). *Orfeu*, Florianópolis, v. 5, n. 3, 2020. DOI: 10.5965/2525530405032020225. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/18263. Acesso em: 29 jun. 2024.

PEIXOTO, Luiz Felipe de Lima; SEBADELHE, José Octávio. *1976*: Movimento Black Rio. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

PELLEGRINI, Augusto. *Jazz*: das raízes ao pós-bop. São Paulo: Codex, 2004.

PENIDO, João. Baú de relíquias musicais (entrevista com Tárik de Souza). *Revista Carioquice*, n. 51, p. 16-21, out./nov./dez. 2016. Disponível em: Revista - Almanaque Carioquice (insightnet.com.br). Acesso em: 17 jun. 2023.

POLLETO, Fabio Guilherme. Tom Jobim na América: debate sobre a internacionalização da bossa nova na década de 1960. In: EGG, André (org.). *Música, Cultura & Sociedade*: dilemas do moderno. Curitiba: Editora CRV, 2016, p. 157-178.

RANGEL, Lúcio. *Samba, Jazz & outras notas*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

RIBEIRO JÚNIOR, Antonio Carlos Araújo. *O lugar do jazz na construção da música popular brasileira (1950-1956)*. Editora Novas Edições Acadêmicas, Alemanha, 2016a.

RIBEIRO JÚNIOR, Antonio Carlos Araújo. Balanço do jazz e outras notas: uma breve análise das primeiras obras de jazz nacionais (1950-1953). In: ENECULT, 12., 2016, Salvador. *Anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016b.

RIBEIRO JÚNIOR, Antonio Carlos Araújo. *Polifonia de vozes e produção de sentidos na imprensa*: um estudo sobre os discursos da crítica musical brasileira acerca da influência do jazz na MPB (1962-1970). 2018. 233 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

RIBEIRO JÚNIOR, Antonio Carlos Araújo; RUIZ, Renan Branco. Além das cenas do crime: o fantasma de Tenório Jr. em meio às dissonâncias e disputas na historiografia do jazz brasileiro (1964-1976). *Revista Orfeu*, Florianópolis, v. 6, n. 1, out. 2021.

RIBEIRO JÚNIOR, Antonio Carlos Araújo; RUIZ, Renan Branco. Os sons que vêm do exílio: diáspora, identidade e transgressões na trajetória de Tânia Maria. *Faces da História*. Assis/SP, v. 9, n. 2, p. 206-233, 20 dez. 2022. Disponível em: https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/2361. Acesso em: 27 mar. 2023.

RIBEIRO JÚNIOR, Antonio Carlos Araújo. Solos manchados de sangue: o caso do pianista Tenório Jr. e a (re)invenção do jazz brasileiro em meio às tramas ditatoriais do Cone Sul. In: CONGRESSO IASPM-AL, 15., Valparaíso. *Anais do Congresso da IASPM-AL*. Valparaíso, Chile: IASPM-AL, 2023, p. 276-284, 2023. Disponível em: https://iaspmal.com/index.php/2023/08/01/fronteras-rutas-horizontes/?lang=pt. Acesso em: 10 ago. 2023.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RUIZ, Renan Branco. *"Procura-se Mecenas"*: Música independente e indústria fonográfica na trajetória artística do Grupo Um (1976-1984). 2017. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

RUIZ, Renan Branco. Jazz no Brasil ou Jazz brasileiro? Um balanço histórico sobre o jazz durante o Longo Modernismo (1920-1980). *História e Cultura.* v. 10 n. 2, p. 51-81, dez. 2021a. DOI: https://doi.org/10.18223/hiscult.v10i2.3425. Disponível em: https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3425. Acesso em: 08 jan. 2023.

RUIZ, Renan Branco. Mobile/Stabile: O Grupo Um no Festival de Jazz São Paulo – Montreaux (1978). *Fênix - Revista De História E Estudos Culturais*, 18(1), p. 385-406, 28 jun. 2021b. DOI: https://doi.org/10.35355/revistafenix.v18i1.1067. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1067. Acesso em: 06 jan. 2023.

RUIZ, Renan Branco. *"O novo rumo para a música popular"*: a Vanguarda Paulista Instrumental entre as permanências e rupturas do jazz no Brasil (1920 – 1980). 2023. 485 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2023.

SANCHES, Pedro Alexandre. Tinhorão: um crítico linha-dura. *Portal IG*, [s.l.],05 mai. 2010. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/musica/um-critico-linhadura-chamado-tinhorao/n1237608813177.html. Acesso em: 11 jun. 2023.

SANTOS, André Cordeiro dos. Linguagem e construção de sentido: o dialogismo como característica base da interação verbal. *Odisseia*, Natal, RN, n. 15, p. 18-30, jul./dez, 2015.

SANTOS, Daniela Vieira. Notas sobre as representações da MPB nos críticos musicais. In: ENECULT, 6., 2010, Salvador, *Anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

SANTOS, Francisco Sá Barreto dos. *A dor e a delícia de ser o que é:* a brasilidade e o caso do pertencimento como disciplina. 2012. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAITH, Beth. (Org.). *Bakhtin*: conceitos-chave. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Tárik. Do dó de peito à rouquidão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1974. Caderno B, Coluna "Música Popular", p. 02.

SOUZA, Tárik. Coluna "Jazz". *Jornal de Música e som – Rock, A História e a Glória*, nº 13, p. 10, 1975.

SOUZA, Tárik. O Tom da excelência: de JK a FHC. *Voque*, nº 212. São Paulo: Carta Editorial, 1995.

SOUZA, Tárik. Revista da Música Popular: a bossa nova da imprensa musical. In: *Coleção Revista da Música Popular* - RJ: Funarte: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2006, p. 16-22.

SOUZA, Tárik. *O som do Pasquim*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009, p. 155-179.

SOUZA, Tárik. *Sambalanço*: a bossa que dança – um mosaico. São Paulo: Kuarup, 2016.

STRAW, Will. Systems of Articulation, logics of change: communities and scenes in popular music. *Cultural Studies*, vol. 3, nº 5, p. 368-388, 1991.

STROUD, Sean. *The defence of tradition in Brazilian Popular Music*: politics, culture and the creation of Música Popular Brasileira. (Ashgate popular and folk music series), Burlington – USA, 2008.

TINHORÃO, José Ramos. *O samba agora vai*: a farsa da música popular no exterior. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Seleta, 1969.

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular*: um tema em debate. 2ª ed. Rio de Janeiro: JCM Editores, 1970.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

VARRIALE, Simone. Music, journalism, and the study of cultural change. In: EAST ASIA AND GLOBALISATION IN COMPARISON. *Conference Proceedings*, Chung-Ang University, Seoul, p. 97-107, 2012.

VELOSO, Caetano. Primeira Feira de Balanço, 1965/66. Disponível em: https://caetanoendetalle.blogspot.com/2020/03/1977-primeira-feira-de-balanco.html. Acesso em: 13 jun. 2023.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VICENTE, Eduardo. Segmentação e consumo: a produção fonográfica brasileira – 1965/1999. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 103-121, jan./jun. 2008.

[1] Artigo derivado de minha dissertação de mestrado (Cf. Ribeiro Júnior, 2018).

[2] Listo alguns desses artistas ao final do texto. Por hora, cito os projetos Alabê Ketu Jazz, Pradarrum e Terrero de Jesus, que elaboram, à sua maneira, uma fusão/fricção musical entre os dados musicais e rituais das religiões de matriz africana e a música instrumental/jazz contemporâneo. Outros exemplos interessantes, diretamente do Rio de Janeiro, são: o conjunto AfroJazz, formado por Dudu Santana (Trompete), Oswaldo Lessa (Sax), Roque Miguel (Percussão), Rodrigo Ferreira (Baixo), Felipe Chernicharo (Guitarra), Daniel Conceição (Bateria) e Negralha (DJ), e ainda o trombonista Josiel Konrad, que fomenta uma mistura entre o funk carioca e a improvisação jazzística.

[3] Reexame porque, além de já tê-la trabalhado com diferentes recortes em trabalhos passados (Ribeiro Júnior, 2016, 2017, 2018), é um tema que tem sido revisitado também por historiadores como Paranhos (2018), que estão interessados em estudar o samba-canção e a bossa nova. Contribuo, uma vez mais, tentando olhar o mesmo problema por outros ângulos e delimitações temporais, retomando uma postura teórica calcada numa possível mistura de construtivismo estruturalista com análise discursiva de perfil marxista (nos termos de Bakhtin), e mirando no processo (traumático) de formatação do Jazz Brasileiro.

[4] Raciocínio inspirado em Benetti (2010, p. 107), para quem o discurso jornalístico é, a um só tempo, produto e produtor de sentidos. Essa premissa me permite problematizar o uso da palavra "jazz" (e, transversalmente, os discursos sobre as produções a ela associadas) levando em consideração sua semioticidade. Isto é, encarando o termo não como referente a uma verdade primeva, final e absoluta sobre o gênero (embora este fosse o objetivo e o ponto conflitante na crítica especializada), mas como *signo ideológico*, haja vista ser um termo em constante (de)formação no interior dos enunciados. Com isso, aplico a maneira bakhtiniana de tratar a relação linguagem x ideologia: destacando o signo como resultante de um duplo movimento de reflexão e refração do ser/objeto, bem como "arena onde se desenvolve a luta de classes" (Bakhtin/Volochinov, 2014, p. 47), ou entre indivíduos da mesma classe que visam impor suas opiniões/valores.

[5] O Círculo de Bakhtin surgiu por volta de 1920 e teve, entre seus membros, o músico e linguista Valentin Volochinov (1895-1936), e o historiador e crítico literário Pavel Medvedev (1892-1938). Mais do que seguidores, ambos contribuíram para as elaborações teórico-filosóficas da Metalinguística bakhtiniana – metodologia voltada especialmente para a análise dialógica do discurso. Para saber mais sobre os dois assuntos cf. "Textos do Círculo: recepção" e "Uma nova disciplina: a Metalinguística" contidos em: BRAIT, Beth. História e alcance teórico-metodológico. In: FIGARO, Roseli. (org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 79-91.

[6] Conceito de extrema relevância na arquitetônica de Bakhtin e de seu Círculo, as relações dialógicas se manifestam fundamentalmente na interlocução entre enunciados, sendo, portanto, marcas essenciais de uma comunicação verbal bem estabelecida (Santos, 2015, p. 21). Esse tipo de relação, como orienta Bakhtin (1992, p. 353-354), não se limita a uma mera réplica da conversação/diálogo real entre sujeitos, mas, num nível mais profundo, trata-se de uma relação de sentido entre os discursos – relação essa que, por sua vez, deve ser percebida atentando para a dimensão política que a cerca, isto é, para as disputas de poder presentes na circulação de vozes (Fiorin, 2016, p. 169-173). Com esse aporte, tento perceber as conexões discursivas traçadas no debate sobre o jazz no Brasil, considerando as questões da época, a interação entre os diferentes agentes, os diálogos, dissonâncias, construções simbólicas, e os interesses dos sujeitos.

[7] E aqui estabeleço um diálogo com Paranhos (2020), que utiliza este conceito. A propósito, para Chartier, escreve Milani (2015, p. 10-11), "uma representação é variável, uma vez que decorre da disposição do grupo e/ou classe social que a engendra. Contudo, ela aspira à universalidade, ainda que encetada por interesses grupais, os quais são atravessados por relações de poder e dominação, quer no interior do grupo e/ou classe social, quer no contato com os demais grupos sociais que compõem a sociedade. Logo, uma representação não é um discurso neutro, já que aspira impor uma visão social particular de mundo como geral, sempre dentro de um campo de luta e de concorrência". No caso da noção chartiana de apropriação, trata-se de "uma prática de produção de sentidos, dependente das relações entre texto, impressão de texto e modalidades de leitura, as quais são [...] diferenciadas por relações sociais distintas" (Milani, 2015, p. 11).

[8] Refiro-me à mediação feita pelos primeiros críticos de jazz brasileiros: Sérgio Porto, Jorge Guinle, e até mesmo Vinícius de Moraes, cujos empreendimentos editoriais (com sugestões discográficas, bibliográficas e forma de organização da história do jazz) deram o tom historiográfico inicial dessa experiência no Brasil (Ribeiro Júnior, 2016b).

[9] [No original] "What I want to suggest. in other words. is that to understand what's at stake in arguments about musical value. we have to begin with the discourses which give the value terms their meaning. Musical disputes are not about music 'in itself' but about how to place it. what it is about the music that is to be assessed [...]".

[10] Opção sustentada em Negus (1992), que, discordando de Frith, vê nos jornalistas musicais muito mais do que meros fãs, pois, em sua visão, as intermediações desses sujeitos "exercem importante papel na articulação da identidade do artista", uma vez que "atuam como formadores de opinião e tradutores dos diferentes públicos", e estabelecem "uma ligação entre artistas e consumidores de discos" (Negus, 1992, p. 118). [No original] "But They [music journalists] are more than just fans. Journalists operate as opinion formers and interpreters for various audiences. Although often viewed as part of the audience – responding as consumers – music journalists are important cultural intermediaries, forming a link between artists and record buyers. Their writings play an important part in articulating an artist's identity".

[11] Raciocínio de acordo com Varriale (2012, p. 97-98), no entendimento de que "os julgamentos sobre as artes (e outros bens) são frequentemente entrelaçados com julgamentos sobre o social", fornecendo, assim, "dados úteis para estudar processos socioculturais maiores". [No original] "[...] Criticism also provides useful data to study larger socio-cultural processes (like the changing boundaries between the arts and popular culture)"; "[...] However, a number of researches have shown that judgements about the arts (and other cultural goods) are frequently entwined with judgements about the social [...]".

[12] Na esteira do estudo de Polleto (2016, p. 157), me aproprio também desse conceito desenvolvido por Straw (1991, p. 373), para quem cena musical "é aquele espaço cultural no qual uma variedade de práticas musicais coexistem, interagindo umas com as outras dentro de uma variedade de processos de diferenciação e de acordo com trajetórias amplamente variadas de mudança e fertilização cruzada". [No original] "A musical scene, in contrast, is that cultural space in which a range of musical practices coexist, interacting with each other within a variety of processes of differentiation, and according to widely varying trajectories of change and cross-fertilization".

[13] Jornal carioca fundado no final do século XIX por Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, advogado e jornalista brasileiro. Suas edições impressas circularam de abril de 1891 a março de 2019. O *Caderno B*, como ficou conhecido o suplemento cultural do *JB*, foi implementado em meio ao seu período de reforma gráfica (1956-1962), por sugestão de Reinaldo Jardim, encarregado pela Rádio Jornal do Brasil. A mudança visava adaptar-se às transformações econômicas e sociais que se desenrolavam com a industrialização nacional promovida pela proposta desenvolvimentista do governo JK (1955-1961). Tinhorão fez parte da leva de jovens jornalistas que trouxe o tema da música popular como parte do espírito de novidade e modernização buscado pelo periódico, visando competir com outros jornais como o *Diário Carioca* e o *Tribuna da Imprensa* (Lima, 2006).

[14] Afirmo isso de acordo com Brait (2012a), que ao analisar a concepção de *texto* em Bakhtin, entende que esse fenômeno linguístico, apesar de suas características próprias, está sempre conectado, enquanto produto sociocultural, a um enunciado concreto e a outros discursos que o compõem, além de ligado a "esferas de produção, circulação e recepção", portanto voltado para "destinatários próximos ou imaginados" (Brait, 2012a, p. 10), o que só reforça que, para Bakhtin, "outro aspecto constitutivo e inalienável é o fato de o enunciado *dirigir-se* a alguém, de estar voltado *para o destinatário*" (Brait, 2012b, p. 95, grifos da autora).

[15] Centro Popular de Cultura dirigido pela União Nacional de Estudantes. Criado em 1961, a partir das ações do Teatro de Arena em São Paulo, o CPC foi uma das organizações envolvidas na discussão sobre o conceito de "arte popular", sendo esta categoria interpretada pelo viés revolucionário, isto é, no sentido socialmente participativo e de vanguarda – de organização das massas, união de diferentes frações de classe, para fins de transformação social. Suas bases ideológicas, representadas na figura do sociólogo Carlos Estevam Martins, se remetiam ao nacionalismo desenvolvimentista do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado no Rio de Janeiro, em 1955. Tinhorão, ao contrário do CPC, adotava uma "teoria da retaguarda" (Lamarão, 2010, p. 280), entendendo, de maneira fatalista, que por seu atraso econômico, o Brasil observava a sua cultura nacional ser deturpada pela indústria do consumo e meios de comunicação.

[16] *Habitus* pode ser definido como um "sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação" (Bourdieu, 2004a, p. 26), o que reforça o lugar do crítico musical como porta-voz de determinados gostos e portador de mecanismos (também construídos socialmente) de interpretação desses gostos.

[17] Tema profundamente discutido por Ridenti (2000). Grosso modo, tratava-se de uma romântica concepção revolucionária que se alastrou por setores da intelectualidade, grupos militantes e artistas de esquerda, a partir dos anos 60. Tal concepção – calcada em um futuro idealizado cuja modernização se realizaria fora

das demandas do capitalismo e do socialismo soviético –, se corporificava também num projeto utópico de homem: o "homem do povo", uma vez agente de transformação histórica, se tornaria o *homem novo*.

[18] Embora não me valha da análise do discurso pela ótica de Michel Foucault, compactuo com Santos (2012) a percepção de que as identidades nacionais funcionam como forças disciplinares que competem para a invenção do sentimento de pertença/unidade e formação de subjetividades. Reputo como importante considerar ainda a relação dialética e dialógica entre identidade e diferença à luz de Bakhtin, pois, em sua perspectiva, a construção identitária se dá no diálogo social: entre um "eu-para-si" – condição de formação da identidade subjetiva – e um "eu-para-o-outro" – condição de inserção e materialização dessa identidade no plano relacional responsável/responsivo (Sobral, 2012, p. 22).
Longe de serem harmônicas, essas relações identitárias tendem a conflitar, como acontece com a identidade nacional, que "se estabelece pela marginalização do internacional", da mesma maneira que "o tradicional [se constitui] pela marginalização do moderno [...] e assim por diante" (Francischini, 2012, p. 24). Tratando-se, portanto, de um processo sempre em aberto, que envolve o diálogo com vários setores da sociedade (Fiorin, 2009), creio que esse debate serve para pensar a invenção do *outro* (ou seja, do jazz enquanto estrangeiro, alienígena, outridade) como parte do processo de fabricação de *si*; isto é, da mesmidade e seus símbolos culturais (nesse caso, a música popular brasileira).

[19] Termos que Tota (2000) tomou emprestado de Umberto Eco, a fim de problematizar os confrontos entre aqueles que eram contra e os que eram a favor da suposta americanização cultural do Brasil no segundo pós-guerra.

[20] Bakhtin (2016, p. 88) indica que mesmo não se envolvendo em um diálogo direto, sem saber um do outro, os enunciados, uma vez aproximados na análise, podem apresentar relação de atração, por conta do tema. Nesse caso, a busca pela brasilidade, a crítica aos estrangeirismos e a luta em prol da preservação da cultura popular constituem afinidades entre Tinhorão e esses autores – descontado, é claro, o fato de que Mário de Andrade (1962) não via na música urbana e seus produtores como núcleo duro da brasilidade autêntica, e sim, nas expressões folclóricas, oriundas das regiões rurais, supostamente não maculadas pela industrialização.

[21] A princípio, um lugar localizado em Manhatan (Nova Iorque), precisamente na West 28th Street, entre a Quinta e a Sexta Avenida no Flower Distric, e onde se concentravam várias editoras musicais. Entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, seus sócios conjuntamente monopolizaram o mercado musical estadunidense, impactando também o mercado de música mundial.

[22] Periódico carioca especializado em música dirigido por Pérsio de Moraes e Lúcio Rangel, "talvez o principal formador do pensamento crítico da MPB na metade do século passado", segundo Tárik de Souza (2006, p. 18). A RMP contou com vários colaboradores, entre eles folcloristas nacionais e estrangeiros, como no caso de Nestor Ortiz Oderigo, crítico argentino interessado nas origens negras do jazz.

[23] Refiro-me às obras *Jazz Panorama* (Agir, 1953) de Jorge Guinle e *Pequena História do Jazz* (Ministério da Educação e Saúde/Departamento de Imprensa Nacional, 1953) de Sérgio Porto. Após um hiato de trinta anos em publicações deste tipo, ficando as críticas sobre jazz restritas à imprensa especializada, Luiz Orlando Carneiro publica *Jazz, Uma Introdução* (Artenova, 1982), de repente motivado pelo clima de *revival* do jazz no Brasil (cf. Calado, 1989).

[24] Alguns desses críticos foram Hugues Panassié, Frederic Ramsey Jr, Ernest Borneman, Charles Edward Smith, Charles Delaunay, entre outros. Para um aprofundamento sobre este tema, ver Hardie (2013).

[25] Para Castro (2007, p. 44), essa visão se fundamentava num "mito romântico do jazzista como uma espécie de 'bom selvagem'" fabricado pelos críticos franceses, que criam que a comercialização e a apropriação do jazz pelas camadas médias brancas ameaçariam a "pureza" do gênero. Sobre a relação dos mitos de origem do jazz e do samba na análise de Tinhorão cf. Ribeiro Júnior (2018, p. 79-84).

[26] Rebatizado como *Balanço da Bossa e outras bossas*, em 1974, em razão da inclusão de textos sobre o Tropicalismo, o que indicava, por conseguinte, a reformulação/atualização do debate.

[27] "[...] a *Revista Civilização Brasileira*, criada por Ênio Silveira, foi o principal periódico de debates intelectuais entre 1965 e 1968, tornando-se o mais importante espaço editorial de reflexão e debate no campo da esquerda que gravitava em torno do Partido Comunista Brasileiro. Em seus 22 números, foi uma das expressões mais vigorosas da esfera pública que se formara após o golpe, momento em que o intelectual ainda não havia sido incorporado totalmente pelo meio universitário nem pela indústria da cultura" (Napolitano, 2018, p. 224).

[28] O sambajazz foi uma "vertente eminentemente instrumental do samba, consolidada no ambiente da bossa nova", resultante da "aproximação do samba com o bebop, que já era experimentado no ambiente das gafieiras, revelando ou consolidando o prestígio de inúmeros instrumentistas brasileiros" (Lopes; Simas, 2017, p. 268). Os pioneiros desse idioma teriam sido o saxofonista Juarez Araújo, no disco *Bossa Nova nos "States"* (Masterplay, 1962) e o conjunto Os Ipanemas num disco homônimo lançado pela CBS, em 1964. Já o sambalanço foi estilo dançante de samba com influências do jazz e da música afro-caribenha igualmente desenvolvido nas boates cariocas por nomes como Ed Lincoln, Orlandivo e Djalma Ferreira. Para saber mais cf. Souza (2016).

[29] Um discurso dissonante interessante nessa polifonia se enunciava na canção "Samba Só" de Walter Santos, presente no LP *Bossa Nova* (1962, Audio Fidelity). "Bossa nova ou samba jazz / Sambalanço ou samba só / O que importa é que o balanço é bom / Interessa é balançar / Bossa nova, ou sambajazz / Nosso samba agora está demais! [...]". Posição bem diferente de Carlos Lyra, que em 1957 compôs a música "Criticando", que dizia: "Todo ritmo estrangeiro / Tem a sua aceitação / Mas o samba brasileiro / Já nasceu no coração [...] / É mania dessa gente / Que o bip-bop faz vibrar / Mas o samba é bem mais quente / E bem melhor de se dançar".

[30] Com o sinal trocado, o autor certa feita disparou, ironizando o trabalho deste músico ligado ao sambajazz: "está claro que – como ia salientar dois anos depois na Seção 'Jazz Bossa Nova' do matutino carioca *O Jornal* o cronista Flávio Eduardo de Macedo Soares – o que esse conjunto Rio Bossa Rio (sic) tocava 'com certeza não é música brasileira, à maneira de um Eduardo Lobo ou de Carlos Lira, mas mesmo em termos de samba-jazz o seu nível artesanal é tão elevado que pode fazer frente sem nenhum receio aos melhores representantes da tradição que imita'" (Tinhorão, 1969, p. 129).

[31] Disposição estética que, aliás, reverberava no próprio público consumidor daquela música popular, a exemplo dos confrontos que se deram na final paulista do III FIC, em 1968, em meio à apresentação de Caetano com Os Mutantes. O cartaz com os dizeres "folclore é reação!", em sinal de protesto contra a música "alienada" dos tropicalistas, foi um exemplo disso (Mello, 2003, p. 277-278). Outra evidência do impacto dessas ideias pode ser observada na trajetória do conjunto Quarteto Novo, que em seu primeiro e único disco (*Quarteto Novo*, Odeon, 1967) tentou se afastar dos procedimentos jazzísticos em nome de uma sonoridade consonante com o ideário nacional-popular (Gerolamo, 2014). Acrescente-se o apelo do uso de instrumentos musicais vistos como "tradicionais" nas performances musicais nos festivais de música (a exemplo de Airto Moreira tocando queixada de burro, em 1966, quando acompanhava Jair Rodrigues no II Festival de Música da TV Record). Também serve de exemplo a conhecida Passeata Contra a Guitarra Elétrica, em 1967. Entendo essas atitudes estético-políticas como formas de transmissão de signos ideológicos, uma vez que, para Bakhtin/Volochinov (2014, p. 33) o "signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou outra coisa qualquer".

[32] Exceção de Lamarão (2012) e Santos (2010). Napolitano (2006, p. 11), por sua vez, ao discorrer sobre uma série de críticos musicais dos anos 70, também cita Tárik de Souza, mas em sua visão este não ofereceu "nenhuma grande contribuição ao debate", apesar das informações interessantes em seus trabalhos. Ribeiro Júnior (2018) demonstra que apesar de não haverem formulações sociológicas explícitas na escrita do jornalista, sua intensa atividade como narrador da história e da memória da MPB; sua construção como autoridade no campo da crítica, exercendo o poder de selecionar, consagrar ou rebaixar sons e artistas; sua mobilização por instâncias influentes na canonização de artistas e fórmulas musicais, enfim, sua trajetória no *campo* da crítica de música popular é importante para entender como a mediação cultural não apenas construiu a MPB, como também, de forma colateral, ajudou a inventar os que estavam fora desse acrônimo.

[33] O livro – derivado do ensaio "***A Bossa Dançante do Sambalanço", publicado no*** nº 87 da *Revista USP – de*u origem ao documentário homônimo, lançado em 2019.

[34] Um parêntese: a criação da *Veja* estava diretamente relacionada às profundas mudanças na dinâmica do mercado editorial brasileiro, motivadas, por seu turno, pelo aquecimento econômico e investimento do Estado no setor de telecomunicações. A Editora Abril, responsável pela *Veja*, foi um desses meios de comunicação massivos agraciados por este estado de coisas, marcado pelo crescimento da classe média e pela "criação de um espaço cultural para consumo de bens simbólicos", sob os auspícios da ideologia de integração nacional do governo militar (Ortiz, 1994, p. 83); fenômeno que afetou, como já mencionei, o mercado fonográfico. Neste ponto, a figura de Tárik foi crucial na inserção de matérias sobre música na revista, como relata Júlio Medaglia: "[...] foram jornalistas como Paulo Cotrim, que dirigia a sessão de música da *Veja* e Tárik de Souza que abriram as portas dessa revista àqueles acontecimentos [musicais], antecipando-se à própria opinião pública – na maioria das vezes contrária a muitas daquelas ideias [...] cansei de ver Cotrim e Tárik encher o saco do Mino Carta para que ele compreendesse a importância daqueles movimentos musicais e desse mais espaço e mesmo capas para as suas matérias" (Medaglia, 2003, p. 193-194). Revelador que depois de cursar direito, Tárik tenha decidido fazer o curso de jornalismo da Editora Abril pelo fato de que "com a bossa nova e o surgimento da gravadora Elenco, [foi] ficando cada vez mais louco por música. Queria participar daquilo como jornalista" (Penido, 2016, p. 19).

[35] Elaboração-chave para Bhabha (1990) ao problematizar a paradoxal operação de construção da nação através do discurso narrativo – ou seja, lá onde habitam "o campo de significados e símbolos associados à vida nacional" (Bhabha, 1990, p. 03), que, por seu turno, abrigam a ambivalência bifronte da retórica da nação, "sua indeterminação conceitual", "sua oscilação entre vocabulários", "os prazeres *heimlich* do coração, o terror *unheimlich* do espaço ou da raça do Outro; o conforto do pertencimento social, as ocultas feridas de classe; os costumes do gosto [...]" (Bhabha, 1990, p. 02). [No original] "If the ambivalent figure of the nation is a problem of its transitional history, its conceptual indeterminacy, its wavering between vocabularies, then what effect does this have on narratives and discourses that signify a sense of

'nationness': the heimlich pleasures of the hearth, the unheimlich terror of the space or race of the Other; the comfort of social belonging, the hidden injuries of class; the customs of taste [...]".

[36] [No original] "They championed the idea of a broader, less dogmatic conception of MPB, a view that encompassed elements of jazz, rock and progressive music, and which reflected the increasing eclecticism of MPB of the period".

[37] "[...] grandes gravadoras, como a *WEA*, *CBS*, *Chantecler*, *Odeon*, *Phillips*, *RCA-Victor*, *Continental* e *Elenco* investiam na composição de um elenco de artistas nacionais e respeitados que escapassem à pura lógica comercial, ao mesmo tempo em que davam azo à busca por artistas vendáveis. Era o que se denominava, à época, da montagem de duas espécies de catálogos de artistas: o 'cultural' e o 'comercial'" (Fernandes, 2012, p. 02-03).

[38] [No original] "the third concern is to influence the artistic movement. In the following way: publicising as much as possible (but always when justified) the best of what is happening in all sectors of music, and criticising (without being professoral) what the editorial policy considers to be of poor quality".

[39] Três das formas de como o capital é concebido na perspectiva bourdiana. Há ainda o *capital cultural*, que envolve o acúmulo de conhecimentos socialmente legitimados. Tal fragmentação se relaciona com as maneiras pelas quais Bourdieu percebe o poder e sua dimensão multifacetada. Logo, o *capital econômico* se relaciona às aquisições materiais (poder econômico), enquanto que o *capital social* está ligado ao poder social: às redes, contatos, posições de prestígio. Para um grau diferenciado de prestígio, o agente precisaria contar com *capital simbólico*, principal via de acesso ao poder simbólico, que é o "poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo [...]. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem [...]; é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder [...]" (Bourdieu, 1989, p. 14-15).

[40] Segmentação, convém dizer, que estabeleceu um novo lugar fonográfico e, portanto, um rearranjo da condição valorativa das práticas associadas ao jazz no Brasil (Ribeiro Júnior; Ruiz, 2021, 2023).

[41] Barros (2005) afirma que o jornalismo alternativo brasileiro foi influenciado pelo *New Journalism*, que, por sua vez, estava ligado às ideias contraculturais da Geração Beat. Esse modelo norte-americano de jornalismo permitia tratar "questões comportamentais e sociais sob um 'novo olhar', aberto às transformações ocorridas no mundo em todas as instâncias", fazendo surgir "não apenas novos conteúdos abordados da forma advinda da 'nova visão', mas também no seu formato, na sua estética" (Barros, 2005, p. 79).

[42] Expressão cunhada no final dos anos 70 pelo cineasta Cacá Diegues para criticar a excessiva cobrança, na forma e no conteúdo, por posicionamentos políticos dos artistas.

[43] Conceito utilizado por Alonso (2011), Lamarão (2008, 2012) e Ribeiro Júnior (2021) para examinar a construção histórica e seletiva da imagem heroica dos cantores da MPB; suas consequências em termos de consumo, dinâmica fonográfica, produção de memória e representação historiográfica da música popular brasileira.

[44] A propósito, Araújo (2014, p. 55) elucida: "Ideologicamente, [José Ramos Tinhorão e Tárik de Souza] foram formados pelo pensamento nacional-popular da esquerda do PCB. Daí a cobrança, mais por parte de Tinhorão, de uma arte genuinamente brasileira, autêntica, pura e, da parte de Tárik, comprometida com a transformação social, com a mensagem de protesto, de oposição ao regime militar".

[45] Quanto a este conceito, explica Bourdieu (2004b, p. 20): "[...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos [elementos internos/externos de uma produção cultural] muito distanciados [...], existe um universo intermediário que é o *campo literário*, *artístico*, *jurídico* ou *científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse é um mundo social como todos os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias".

[46] Elaboração inspirada na discussão de Grillo (2016). Pontuando sobre a oposição mútua de Bakhtin e Bourdieu ao objetivismo e ao subjetivismo, a autora sublinha que para ambos "a constituição sócio-histórica do sujeito agente [...] não é um produto de um determinismo mecânico da estrutura, mas também não é um individualidade autoconsciente e livre de coerções" (Grillo, 2016, p. 142). Essa hipótese é testada justamente aproximando os conceitos de esfera e campo. Para obter um efeito metateórico, me aproprio desse debate, no sentido de tecer um dialogismo conceitual entre os autores no momento mesmo da análise.

[47] Enquanto a *Billboard* e a *CashBox* colocavam o Brasil, em meados de 1970, entre primeiro e quinto lugar no ranking de países consumidores de música estrangeira, "[...] a crítica se tornava contumaz [...], numa época em que era proibitivo aceitar referências estrangeiras na MPB ou nas esferas culturais" (Peixoto; Sebadelhe, 2016, p. 105).

[48] Expressou Roberto Moura, em 1971: "Proliferam, ainda, os 'críticos' especializados na música internacional e considerável crédito lhes é dado para divulgar, quase sempre com irritante superficialismo,

o que a 'moda' nos recomenda. O prejuízo indireto desta postura ideológica subserviente, no entanto, transcende aos números de venda, ao dinheiro e aos direitos autorais que saem do país. Além disso, tendo as suas 'verdades' consubstanciadas pelos *mass-media*, ela provoca o nascimento de nefastos e indesejáveis macaquismos internacionais" (*apud* Lopes; Simas, 2017, p. 154-155).

[49] Originalmente desenvolvida a partir da análise da escrita romanesca, a polifonia, em Bakhtin, "se define pela convivência e pela interação [...] de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e consciências equipolentes" (Bezerra, 2012, p. 194-195), que, por vezes, tendem a polemizar em torno de um tema. Por isso, o discurso polifônico é marcado por questões sem fechamento; por vozes que se chocam em certos momentos, sem que haja uma voz totalitária, silenciadora das diferenças e contradições. Por outro lado, a voz do autor funciona como aquela que organiza esse caos (cf. Bezerra, 2013, p. 10), o que dialoga perfeitamente com o trabalho do historiador que lida com a agência de sujeitos dotados de interesses divergentes.

[50] Por exemplo, na progressiva inserção de matérias sobre choro e samba na revista *Rock, a História e a Glória*, e em reportagens e entrevistas, muitas delas posteriormente publicadas em livros como *Rostos e gostos da música popular* (1979) e *Som nosso de cada dia* (1983); *Brasil Musical: viagem pelos sons e ritmos populares* (1988). Por essas e outras, Fernandes (2010, p. 171) observou que "[...] os críticos forjados sob o império da MPB – penso aqui em Ana Maria Bahiana (1950-), Lena Farias (1944-2004), Tárik de Souza (1946-), Maurício Kubrusly (1945-), e tantos outros saídos das fileiras dos cadernos culturais dos jornalões e revistas semanais que não se faziam de rogados a dissertarem sobre artistas internacionais, sobretudo filiados ao *Rock*, e a posicioná-los em pé de igualdade com os "gênios" da música popular brasileira – viam com bons olhos não só a "autenticidade" das formas musicais contemporâneas de sua predileção, como também a que habitava o samba e o choro "autênticos".

[51] "É importante frisar que, passado o momento de radicalismo inicial, estas duas vertentes interpretativas [tradição e modernidade] necessariamente não se opõem entre si; na maioria das vezes se complementam" (Araújo, 2013, p. 342).

[52] O PNC foi criado em 1975 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e constituiu investida estratégica do governo militar no sentido de cooptar os setores culturais e intelectuais à esquerda, sobretudo aqueles que pendiam para o ideário nacional-popular. Encabeçado pelo ministro Ney Braga e inspirado nos princípios institucionais da APMPB, o Plano objetivava garantir "a proteção, a salvaguarda e a valorização da herança histórica e artística nacional, bem como dos elementos tradicionais geralmente expressos por meio do folclore e das artes populares, características de nossa personalidade cultural, sínteses do verdadeiro sentimento da nacionalidade [...]" (Stroud, 2008, p. 114). [No original] "One of the key goals identified by the government's strategy was: 'The protection, the safeguarding and the valorisation of the national historic and artistic heritage, and those traditional elements generally expressed in folklore and the popular arts, characteristics of our cultural personality, expressing the very feeling of nationality'". Para saber mais sobre a relação PNC/intelligentsia e artistas da música popular cf. Stroud (2008), Dmitri (2010) e Garcia (2017). Para uma possível análise da importância e do impacto dessa política cultural no campo do jazz brasileiro cf. Ribeiro Júnior (2018).

[53] Outro dado importante sobre Hermínio Bello de Carvalho é que este foi supervisor da programação musical do restaurante carioca *Zicartola*, "foco de irradiação da cultura popular tradicional na década de 1960", vindo, assim, "ao encontro das expectativas de um setor da sociedade que estava em busca das raízes da identidade nacional" (Coutinho, 2011, p. 81-82). Hermínio foi ainda idealizador e diretor do *Rosa de Ouro*, espetáculo musical cujo principal fundamento foi germinado nas rodas de samba do *Zicartola*.

[54] Evento realizado em parceria da Secretaria de Cultura do estado de São Paulo com o *Montreux Jazz Festival*; ambas as edições ocorridas nas dependências do Palácio das Convenções, Anhembi. Line-up da primeira edição: Hermeto Pascoal, Al Jarreau, Etta James, George Duke Band, Airto Moreira, Bem E. King, George Benson, Bill Evans, Larry Coryell & Phillip Catherine. Em média, sessenta mil pessoas frequentaram as oito noites da primeira edição do festival, o que evidencia a crescente procura pela sonoridade instrumental no final de 1970. No mesmo ano, a WEA (Warner) lançou um LP duplo do evento. A segunda edição, que durou cinco dias, ocorreu em 1980 e contou com atrações nacionais como o Grupo Um, Márcio Montarroyos, Hermeto Pascoal, Egberto Gismonti, Victor Assis Brasil, Milton Nascimento, Luiz Eça, Trio Elétrico de Dodô e Osmar, entre outros. Embora exitosa, não se lançou um LP desse segunda edição do festival. Para uma apreciação do evento cf. Amaral (2011) e Ruiz (2021b).

[55] Sobre o tema cf. Piedade (2005), Ferreira Jr. (2017), Mongiovi (2017) e Ruiz (2021a; 2023).

[56] Assim como Piedade (2005) percebe a música como gênero do discurso inspirado em Bakhtin (2016), considero composições instrumentais como discursos musicais, bem como o par performance/improvisação enquanto enunciados não-verbais, pois se estabelecem na comunicação com o público no *aqui e agora* da apresentação. Ou seja, penso essas expressões não como meramente vozes/discursos/diálogos interiores (cf. Bakhtin, 2013), mas como enunciações voltadas para um público específico, pois até o artista antissocial direciona seu discurso a um destinatário. Por isso, prefiro entender que, ao se resguardarem no mundo musical abstrato, artistas e público consumidor de jazz brasileiro/música instrumental criavam um

diálogo cifrado, oculto, inteligível somente entre iniciados, onde se protegiam de ameaças exteriores ao campo; excluindo os não alfabetizados no idioma por eles inventado, fabricando sua própria autonomia e driblando classificações estanques, pretensamente definitivas sobre suas práticas musicais-performáticas.

[57] Destaco a figura de Tânia Maria, mulher negra e nordestina, que sofreu (alguns silenciosos, outros ruidosos) boicotes no Brasil, chegando a sair do país nos anos 70 para construir sua carreira no exterior. Bastou explodir na Europa e nos EUA, cantando em outras línguas, para a crítica conservadora recair sobre ela, criticando até mesmo o seu inglês. Sintomático dos cacoetes, patriarcalismos e obsessões autoritárias de certa fração das classes privilegiadas brasileiras. Para saber mais sobre o ocorrido a Tânia cf. Ribeiro Júnior; Ruiz (2022).

Este artigo possui uma errata disponível em: https://doi.org/10.18223/hiscult.v13i1.4754

Artigo recebido em 28/07/2023

Aceito para publicação em 16/11/2023

Publicação de Errata em 04/12/2024

A POSIÇÃO DE ADÉLIA SAMPAIO DENTRO DO CINEMA BRASILEIRO ANTES E DEPOIS DE SUA REDESCOBERTA

ADÉLIA SAMPAIO'S POSITION WITHIN BRAZILIAN CINEMA BEFORE AND AFTER HER REDISCOVERY

Catarina Silva BIJOTTI[1]

Resumo: Este artigo tem como objetivo pensar a figura da cineasta Adélia Sampaio, considerada atualmente a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem no Brasil, dentro do campo cinematográfico brasileiro através de sua imagem na mídia. Pretende-se compreender qual dimensão e importância a cineasta tinha na época de produção de seus filmes (do fim dos anos 1970 até os anos 1980) e qual dimensão ela adquiriu na década de 2010, período em que foi resgatada por Edileuza Penha de Souza em sua tese de doutorado (2013) como uma cineasta negra pioneira no país. Espera-se, com o artigo, posicionar Adélia Sampaio em um lugar mais concreto do cinema brasileiro.
Palavras-chave: Adélia Sampaio, Cinema Brasileiro, Cinema de Mulheres, Cinema Negro, História do Cinema.

Abstract: This article examines the figure of filmmaker Adélia Sampaio, currently recognized as the first black woman to direct a feature film in Brazil, within the context of the Brazilian cinematographic field through her portrayal in the media. The aim is to understand the significance and impact Sampaio had during the production of her films (from the late 1970s to the 1980s) and the renewed recognition she gained in the 2010s when Edileuza Penha de Souza highlighted her as a pioneering black filmmaker in her 2013 thesis. Ultimately, the article seeks to establish Adélia Sampaio's definitive place in Brazilian cinema.
Keywords: Adélia Sampaio, Brazilian Cinema, Women's Cinema, Black Cinema, Film History.

Introdução

Em sua tese, Edileuza Penha de Souza (2013) buscou trabalhar a relação entre o cinema e as espectadoras negras. Através de sua pesquisa constatou que, até o momento, a direção de Adélia Sampaio em *Amor Maldito* (1984) é o registro mais antigo que se tem de uma mulher negra na direção de um longa-metragem no Brasil. Sua nova posição de pioneira a colocou em um lugar de destaque no cinema brasileiro. Sampaio agora é homenageada em mostras, festivas, estudada por pesquisadores e serve de modelo e inspiração para outras mulheres negras que trabalham com cinema no país.

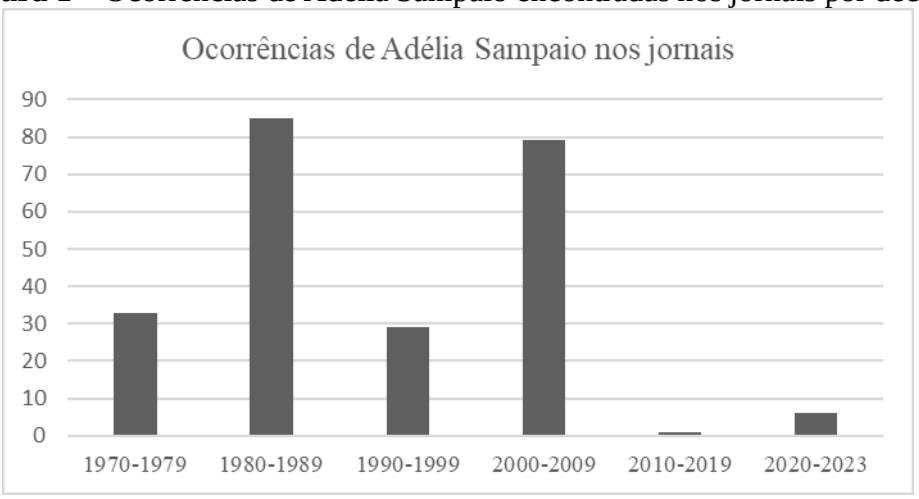
Todavia, é necessário saber diferenciar essa visão de pioneirismo construída na década passada com a dimensão que Sampaio teve durante as décadas em que construiu

[1] Mestranda no programa de Multimeios do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: catarina.bijotti@alumni.usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7905-8835.

sua carreira no cinema brasileiro. Não para desvalorizar a condição de pioneira em que a cineasta se encontra, mas para aprofundar os estudos sobre esta. Ao deixar de lado o que se construiu de Sampaio recentemente e tentar olhar para a cineasta da maneira como ela foi retratada na época delimitada aqui[1], percebemos o lugar que ocupou dentro do cinema brasileiro em cada período de atuação, sua importância e o papel de suas obras dentro do campo cinematográfico.

Para a elaboração do artigo, foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Nacional Digital a fim de encontrar notícias em jornais e revistas sobre Adélia Sampaio. A notícia mais antiga encontrada data de 1971 e, a mais nova, data de 2021. Foram encontradas no total 233 ocorrências sobre Sampaio, agregando notícias, entrevistas, propagandas de peças de teatro e de filmes.

Figura 1 – Ocorrências de Adélia Sampaio encontradas nos jornais por década



Fonte: Dados coletados a partir de informações da Biblioteca Nacional Digital

As ocorrências são de diversos estados, sendo a maioria do Rio de Janeiro, local de atuação da cineasta.

Tabela 1 – Ocorrências de Adélia Sampaio na mídia por jornal e por década

Jornal	**1970-1979**	**1980-1989**	**1990-1999**	**2000-2009**	**2010-2019**	**2020-2023**	**Total por jornal**
O Fluminense (RJ)	8	13	0	30	0	0	51
Tribuna da Imprensa (RJ)	7	7	19	22	0	0	55
Jornal do Brasil (RJ)	6	23	10	27	0	0	66
Diário de Notícias (RJ)	5	0	0	0	0	0	5
Correio da Manhã (RJ)	3	0	0	0	0	0	3
Manchete (RJ)	1	1	0	0	0	0	2
A Luta Democrática (RJ)	1	0	0	0	0	0	1
O Jornal (RJ)	1	0	0	0	0	0	1
O Pasquim (RJ)	1	0	0	0	0	0	1

Correio Braziliense (DF)	0	20	0	0	1	0	21
Jornal dos Sports (RJ)	0	4	0	0	0	0	4
Diário de Pernambuco (PE)	0	2	0	0	0	0	2
O Poti (RN)	0	1	0	0	0	0	1
Jornal do Commercio (AM)	0	2	0	0	0	0	2
Correio de Notícias (PR)	0	2	0	0	0	0	2
Jornal do Commercio (RJ)	0	2	0	0	0	0	2
Última Hora (RJ)	0	2	0	0	0	0	2
Diário de Natal (RN)	0	1	0	0	0	0	1
Diário da Manhã (PE)	0	1	0	0	0	0	1
A Tribuna (SP)	0	1	0	0	0	4	5
Diário do Pará (PA)	0	1	0	0	0	0	1
O Pioneiro (RS)	0	1	0	0	0	0	1
Cidade de Santos (SP)	0	1	0	0	0	0	1
AT Revista (SP)	0	0	0	0	0	1	1
Jornal do Boqueirão (SP)	0	0	0	0	0	1	1
Total por década	33	85	29	79	1	6	233

Fonte: Dados coletados a partir de informações da Biblioteca Nacional Digital

O uso de jornais como fonte histórica para a pesquisa se justifica pelo amplo e rico material encontrado sobre Adélia Sampaio nos arquivos. Os escritos na imprensa serão analisados pensando investigar a presença de Sampaio na mídia e sua relevância dentro do campo cinematográfico, levando em conta que cada jornal sofre influências diversas.

Pretende-se, então, compreender como Adélia Sampaio era posicionada no cinema brasileiro e, também, como ela própria se posicionava antes do reconhecimento de Edileuza Penha de Souza (2013), ou seja, antes de ser reconhecida como uma pioneira e inserida em um importante lugar dentro da História do cinema nacional, em especial dentro da construção do cinema negro feminino brasileiro. Dessa maneira, teremos um maior conhecimento da trajetória da cineasta e de seu papel e importância na época, que vão além do pioneirismo já tão conhecido e associado ao seu nome atualmente.

Para isso, sua trajetória foi dividida em algumas partes neste artigo. Primeiramente, destacam-se os anos de 1973 até 1982, em que Sampaio produziu alguns filmes. 1982 antecede a filmagem de seu primeiro longa-metragem como diretora. Depois, serão feitas pequenas considerações sobre seu trabalho mais famoso, *Amor Maldito* (1984). Após isso, entramos nos anos de declínio do cinema brasileiro e, como tentaremos demonstrar, anos cruciais para Sampaio cair no esquecimento dentro da

História do Cinema Brasileiro. Por fim, trataremos do seu reconhecimento a partir de 2013 e os destaques na mídia recente.

Adélia Sampaio: roteirista, produtora e diretora (1973-1982)

As ocorrências encontradas em jornais entre 1973 e 1982 podem ser divididas em seis grupos: notícias relacionadas aos seus trabalhos estreantes com Vanja Orico, reportagens sobre a luta dos técnicos de cinema por melhores condições de trabalho e sobre o sindicato dos artistas, pequenas citações a produções diversas ou obras inacabadas, relações com o filme *Parceiros da Aventura* (José Medeiros, 1979), ocorrências do seu curta-metragem de estreia na direção, *Denúncia Vazia* (1979) e, finalmente, aos seus trabalhos no teatro[2].

Esse período e as reportagens encontradas são cruciais para entender o crescimento de Sampaio dentro do cinema brasileiro. Se em seu primeiro trabalho como produtora em um filme de Orico um jornalista deu a entender que a obra teve problemas, nas notícias sobre *Parceiros da Aventura* (1979), Sampaio é citada de maneira positiva por sua ampla experiência na produção.

Destaca-se, também, um importante fator que pode influenciar a presença de Sampaio na mídia. Pedro Porfírio, com quem a cineasta foi casada de 1963 até 1970, era jornalista e trabalhou nos jornais Última Hora, Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa, Revista Amiga e Chuvisco. O nome de Sampaio aparece associado à Porfírio em alguns momentos, seja na coluna do jornalista, ou para divulgar a peça de teatro infantil *Faça alguma coisa pelo coelho, bicho* (1971)[3], em que os dois trabalharam juntos.

Adélia Sampaio começa a trabalhar oficialmente na produção de filmes em 1974 ao exercer o cargo de diretora de produção e produtora executiva do longa-metragem de estreia de Vanja Orico, até então atriz. O filme *O Segredo da Rosa* (Vanja Orico, 1974) é a segunda parceria de Orico e Sampaio, que é creditada junto com Mário Paris como roteirista do curta-metragem do ano anterior, *Uma Rosa Para Você* (Vanja Orico, 1973).

Sobre os filmes foram encontradas cinco ocorrências em diferentes jornais, sendo quatro do ano de 1973, que dão destaque à transição de Vanja Orico da posição de atriz para diretora, e uma tardia, de 1976, que faz um pequeno comentário em que se pode descobrir como foi recebida essa produção. Nas quatro primeiras ocorrências o nome de Sampaio é citado apenas associando a sua função no curta e no longa-metragem.

Em relação ao curta-metragem, o Tribuna da Imprensa (RJ) e o Correio da Manhã (RJ), ambos do dia 07 de fevereiro de 1973 e com notas muito semelhantes, citam

Sampaio como produtora de *Uma Rosa Para Você* (1973). As duas notas sobre o filme também são as únicas a dar destaque para o fotógrafo Carlos Tourinho, associado pelos jornais à fotografia do filme recém-estreado *Jesuíno Brilhante: O Cangaceiro* (1972), dirigido por William Cobbett, cunhado de Sampaio, dito pelos jornalistas como um "sucesso" (Machado, 1973, p. 11) (Regra..., 1973, p. 7). Uma terceira ocorrência sobre o curta se trata de uma entrevista com Vanja Orico para o Jornal do Brasil (RJ), de 11 de julho de 1973. Na entrevista, Sampaio é citada brevemente como a roteirista do curta ao lado de Mário Paris (Experiência de..., 1973, p. 2).

Embora a função de produtora não esteja catalogada na base de dados da Cinemateca Brasileira, descobre-se, pelos recortes, que Adélia Sampaio atuou em outra posição além da de roteirista, cargo comumente associado a ela até hoje quando se trata do curta-metragem.

Sobre o longa-metragem *O Segredo da Rosa* (1974), foram encontradas duas ocorrências: uma entrevista de Orico para a revista Manchete (RJ) e a notícia tardia de 1976.

Na entrevista, Vanja Orico fala sobre o que a inspirou para a realização do longa-metragem. Mais uma vez o nome de Sampaio é apenas associado à sua função e novamente Orico a cita como roteirista (Tebet, 1973, p. 106-107). Entretanto, ela também desempenhou a função de produtora executiva e diretora de produção. Ou seja, teve um papel central no longa.

O filme foi o primeiro longa-metragem produzido pela A.F. Sampaio Produções, fundada em 1973. Destaca-se o fato de Sampaio estrear na produção ao lado de uma mulher diretora, também estreante. Os anos 1970 foram essenciais para se desenvolver o que é chamado de "Cinema de Mulheres". Apesar dessa efervescência feminina e feminista no cinema, muitas não conseguiam dirigir um longa-metragem e, as que conseguiam, tinham dificuldades para continuar sua carreira por muito tempo[4]. É o caso de Vanja Orico. *O Segredo da Rosa* foi o último trabalho da atriz na direção.

Uma última ocorrência a respeito do filme foi encontrada no jornal O Fluminense (RJ), de 09 de dezembro de 1976. Em sua coluna sobre cinema, Clóvis Ramos escreve brevemente sobre um novo filme que está em processo de produção:

> Quem está voltando à atividade, com quase 80 anos de idade, é o veterano Luís de Barros. Vai dirigir, com financiamento da Embrafilme, "Ele, Ela, quem?", comédia no velho estilo do cinema brasileiro, com Violeta Ferraz e Elza Gomes. A produção é de Adélia Sampaio, que não se deu bem com "O Segredo da Rosa", o filme que marcou a estréia diretorial de Vanja Orico, há uns três anos, e até hoje inédito no Rio (Ramos, 1976, p. 21).

De acordo com informações no site da Cinemateca Brasileira, *O Segredo da Rosa* foi lançado em dezembro de 1974 em Belo Horizonte. Com o trecho da notícia acima, descobre-se que o filme não chegou a ser exibido no Rio de Janeiro em seu ano de lançamento e pode ter tido problemas, como o autor sugere. Não se sabe por que a obra não foi lançada na cidade do Rio, como fará Sampaio com todos os próximos filmes que produz.

É preciso lembrar que Sampaio tem uma certa facilidade de exibição no Rio de Janeiro por dois motivos: sua irmã tem experiência e contatos de exibição na cidade e, além disso, a própria Sampaio revela ser amiga de Severiano Ribeiro Júnior, como mostra Clarissa Cé de Oliveira (2017, p. 53).

Evidentemente, a relação pode ter começado anos depois de *O Segredo da Rosa*. Mesmo assim, é interessante observar que a estreia de produção de Sampaio não conseguiu ser exibida na cidade da produtora, local em que ela possuía mais contatos na área cinematográfica.

A exibição na cidade só se deu anos depois. De acordo com o Jornal do Brasil (RJ) de 1981, *O Segredo da Rosa* conseguiu chegar aos cinemas do Rio de Janeiro acompanhado do primeiro curta-metragem dirigido por Sampaio, *Denúncia Vazia* (1979), apenas naquele ano (Cinema, 1981, p. 4).

Desde então, o nome de Adélia Sampaio aparece, em sua maioria, com pouco destaque em notícias para revelar produções de estreia ou futuras do cinema brasileiro. Destaca-se duas notícias do jornal O Fluminense (RJ), de 1977 e 1978, respectivamente, relativas ao filme *O Coronel e o Lobisomem* (Alcino Diniz, 1978). Oficialmente, Sampaio não é creditada no longa, mas seu nome é citado nas duas matérias.

A primeira, de 1977, cita o filme ainda em processo de produção. Sampaio e a irmã, Eliana Cobbett - esta sim creditada oficialmente como produtora do longa-metragem -, explicam ao jornal o método que pretendem usar durante as filmagens, o PERT, até então só usado em novelas e inédito em filmes. O método seria usado para dinamizar as filmagens, levando o processo de montagem simultaneamente com o processo de gravação (Diretor de cinema..., 1977, p. 5).

Já na notícia de 1978, Sampaio comenta a importância da série *O Coronel e o Lobisomem* que estava sendo desenvolvida paralelamente com o longa: “Este seriado tem por objetivo substituir os “enlatados” americanos, que, segundo Adélia Sampaio, “contribuem cada vez mais para a alienação do telespectador brasileiro”” (Parte de “O

Coronel e o Lobisomem" ..., 1978, p. 3). O seriado não chegou a ser lançado, mas o filme sim.

Sampaio ganhou mais destaque nos jornais com o filme *Parceiros da Aventura* (José Medeiros, 1979). Foi com o longa de Medeiros, também, que a cineasta aparece de maneira mais positiva na mídia como profissional de cinema. Como comentado anteriormente, os filmes com Vanja Orico não dão destaque à Sampaio, que fazia sua estreia, e as citações em outros filmes no período entre *O Segredo da Rosa* e *Parceiros da Aventura* são escassas.

De nove ocorrências, destacam-se três notícias sobre *Parceiros da Aventura* (1979). É importante notar que o filme teve um reconhecimento maior da mídia ainda em seu processo de pré-produção por contar com uma figura chave do cinema brasileiro no momento: José Medeiros, responsável pela fotografia de filmes como *A Falecida* (Leon Hirszman, 1965), *A Rainha Diaba* (Antonio Carlos da Fontoura, 1974) e *Xica da Silva* (Carlos Diegues, 1976). Medeiros faria com *Parceiros da Aventura* a sua estreia na direção.

Em duas reportagens do Jornal do Brasil (RJ), Sampaio foi reconhecida como uma experiente produtora. A primeira, de 10 de fevereiro de 1979, foi escrita pelo José Louzeiro, roteirista do longa-metragem de Medeiros e amigo de Sampaio. Nela, Louzeiro relata: "Como primeira medida Medeiros procurou o respaldo da produtora Adélia Sampaio, que tem anos de experiência no negócio. Adélia acionou sua pequena, porém bem cuidada máquina" (Louzeiro, 1979, p.2).

Na segunda reportagem, de 31 de março de 1980, o crítico Ely Azeredo pontua positivamente a presença de Sampaio no filme: "Parceiros da Aventura se beneficia bastante com a experiência da coprodutora Adélia Sampaio" (Azeredo, 1980, p. 2).

O filme foi exibido em Gramado e levado a Cannes. Porém, em reportagem do Tribuna da Imprensa de 1981, em uma matéria especial do dia da Abolição, reporta-se que o filme foi alvo de racismo em Gramado, sendo chamado pejorativamente de "o filme dos negrinhos", e recebeu passagem de ida e volta para Cannes como "prêmio de consolação" da direção do Festival de Gramado (Negros refletem..., 1981, p. 8).

A mesma matéria alega mais casos de racismo nas premiações do festival brasileiro, dizendo que, das três indicações dos atores do longa, apenas Isabel Ribeiro, atriz branca, "por motivos óbvios", ganhou o prêmio de melhor atriz. É importante ressaltar que o filme tem maioria de elenco negro.

Depois da experiência do *Parceiros da Aventura*, que foi positiva para a sua imagem, Sampaio estreia na direção com seu curta-metragem *Denúncia Vazia* (1979). O

filme teve pouca repercussão na mídia, mas foi encontrada uma única crítica, de Flávio Pinto Vieira para o jornal O Pasquim (RJ), de 30 de novembro de 1979:

> Tenho engolido muitos curtas-metragens em certos programas de filmes. Alguns criando até indisposição para o longa-metragem, de tão primários ou ingênuos. Porém, tive uma extraordinária surpresa quando fui ver o atual filme do Bergman, no Veneza. O curta, se não me engano, foi dirigido por Adélia Sampaio. Não sei quem é a jovem cineasta, nunca ouvi falar dela. O assunto, delicado e de grande dimensão social, que abordou, foi a denúncia vazia – o suicídio daquele casal de velhos impossibilitados de sair do impasse. Me fascinou a maneira com que Adélia, sem o menor pieguismo, deu o seu recado. Seca, objetiva, humanamente cirúrgica, tipo Francesco Rosi. Daqui meus parabéns à Adélia. E vou ficar de olho nas suas coisas – como já estou nas de outra Adélia, a da bagagem (Vieira, 1979, p. 28).

O desconhecimento do crítico à imagem de Sampaio revela uma posição de pouco destaque da cineasta no cinema brasileiro, mesmo que ela tenha conquistado um certo êxito e boa reputação como produtora no mesmo período.

Nos anos seguintes, a partir de 1983 até 1985, surgiram ocorrências em jornais diversos sobre o primeiro longa-metragem de Sampaio, *Amor Maldito* (1984). Antes de adentrar nesse assunto, serão destacadas algumas posições em que Sampaio se encontra até o momento na mídia brasileira: cineasta das minorias, mulher e negra.

Em jornais da década de 1970, o nome de Adélia Sampaio é associado a lutas por melhores condições aos artistas e técnicos de cinema.

No jornal O Fluminense (RJ), do dia 16 de setembro de 1977, Sampaio deu algumas palavras sobre a luta sindical dos artistas e técnicos, que se reuniriam por melhores condições de trabalho:

> Evitar que a Embrafilme libere várias séries de financiamentos para produções cinematográficas de uma única vez, passando depois longos períodos sem liberar qualquer verba; a iminente extinção do pequeno produtor, que na opinião de Adélia é quem dá continuidade à produções de filmes na entresafra das grandes produções e a criação do seguro-desemprego, são algumas das reivindicações que os técnicos de cinema farão em assembléia no Sindicato dos Artistas (Técnicos de cinema..., 1977, p. 5).

A presença de Sampaio no apoio aos técnicos na luta por melhores condições de trabalho, junto aos temas tratados em seus curtas-metragens, pode ter lhe dado a fama de "cineasta das minorias". Em uma reportagem sobre *Amor Maldito*, de 1983, Ailton Assis escreve:

> Conhecida pelo seu desprendimento e pela coragem de enfrentar desafios, Adélia Sampaio já está sendo chamada nos meios

> cinematográficos como a cineasta das minorias. Em Amor Maldito, ela assume integralmente essa denominação ao entregar a metade do trabalho técnico a uma equipe feminina (Assis, 1983, p. 6).

O mesmo ocorre com a questão de gênero em Sampaio, ou seja, o fato dela ser uma produtora e diretora mulher em um meio formado majoritariamente por homens. Após sua estreia na direção, a questão de gênero surgiu associada à figura da cineasta na mídia. Tal associação é resultado da onda feminista do período e do já mencionado desenvolvimento de um Cinema de Mulheres.

No jornal O Poti, do Rio Grande do Norte, uma única ocorrência foi encontrada de Adélia Sampaio: uma matéria de uma folha inteira em que a cineasta ganha uma coluna para falar da questão de gênero no cinema. Dividem a página com ela Vera de Figueiredo e Tereza Trautman.

Intitulada "As mulheres no cinema", a reportagem de junho de 1980 nos apresenta dois pontos importantes da opinião de Sampaio no período: a percepção da dificuldade que tem em trabalhar em um meio sem semelhantes e sua opinião sobre o feminismo.

A jornalista Luciane Louzeiro, filha de José Louzeiro, descreve a diretora antes de seguir para sua fala:

> Com 34 anos de idade, mulata, tipo "black power", desquitada, mãe de dois filhos, Adélia Sampaio diz que para ela as coisas são ainda mais difíceis do que para outras mulheres:
> - Sou oprimida duas vezes: além de mulher, sou mulata (Louzeiro, 1980, p.8).

Tal fala de Sampaio vai se repetir ao longo dos anos em outras entrevistas. Essa consciência de opressão por ser mulher em um ambiente formado majoritariamente por homens e por ser negra em posições que são em sua maioria ocupadas por brancos é importante para entender sua figura solitária no meio do cinema brasileiro do período.

Quando indagada sobre o feminismo, entretanto, Sampaio responde:

> o movimento pode até funcionar em países mais desenvolvidos, mas no Brasil, acho muito prematuro a gente começar este tipo de briga no momento político que atravessamos. Há coisas muito importantes para se fazer. O homem e a mulher devem estar unidos, brigando primeiro pela liberdade de todos e depois pelas liberdades individuais. Por isso não me considero feminista. Sou uma mulher em busca de melhores condições de vida para todos. Estou forçando a barra para ser respeitada e para que, no futuro, homens e mulheres possam ser respeitados, também (Louzeiro, 1980, p. 8).

A fala é repetida em uma entrevista de 1984 para o Correio Braziliense (DF) após Sampaio afirmar que tem que "lutar dobrado":

> Afinal, "trata-se de uma profissão de elite e totalmente dominada pelos homens".
> No meu caso – constata sem rancor – tudo se agrava, pois não tenho respaldo especial, nem ascendência que me recomende. E, ainda por cima, sou crioula".
> Apesar da franqueza, Adélia confessa que não "é feminista no sentido da militância radical". Preocupa-se, e muito com a questão da mulher e por isto, em seu filme de estréia, escolheu tema polêmico, o homossexualismo feminino (Amor Maldito encerra..., 1984, p. 19).

Sua posição apresenta pontos de vista interessantes para sua carreira. Não se apresentar abertamente como feminista a afasta, mesmo que pouco, de cineastas como Vera de Figueiredo e Helena Solberg que têm a agenda feminista como algo central em suas obras, o que ajudou a moldar o chamado "Cinema de Mulheres" a partir da década de 1960.

A mesma posição, entretanto, não a afasta de maneira alguma da luta pelas mulheres. Ao empregar metade de técnicas mulheres no seu primeiro longa-metragem, como foi relatado por um trecho de um jornal anteriormente citado, isso fica evidente. Apenas se torna mais claro que, para Sampaio no período, a luta pela liberdade democrática vinha em primeiro lugar, e a cineasta provavelmente enxergava a luta feminista como algo que não se encaixava no momento, que deveria vir depois.

Tratadas as associações de Sampaio com os técnicos e o sindicato e sua posição como mulher dentro do cenário feminista na cultura brasileira do momento, refletimos agora a posição de Sampaio como mulher negra.

Além da efervescência feminista no cinema e outras artes, o cinema brasileiro contou a partir da década de 1970[5] com uma produção cinematográfica preocupada com o negro. Zózimo Bulbul e Antonio Pitanga, por exemplo, saem da frente da câmera para tomar posse dela e passam à direção de filmes.

Segundo Lapera (2022), essa nova posição leva os artistas negros à mesma posição de intelectuais no campo do cinema brasileiro dos anos 1970 ocupada pelos cineastas brancos. Ao falar criticamente das relações raciais em seus filmes, os artistas se posicionavam contra a ditadura, que propagava uma "visão conservadora da sociedade racialmente integrada" (Lapera, 2022, p. 92).

Assim, artistas negros passam a produzir, escrever e dirigir filmes que tratam direta ou indiretamente da questão racial no Brasil, algo que até décadas anteriores (salvo alguns cinemas, como o Cinema Novo), era apagado pela crença de uma democracia racial.

Quando analisamos os filmes de Sampaio, percebemos que suas obras não tratam ou colocam o negro no centro da narrativa, como podemos perceber em alguns filmes da época. Alguns personagens, entretanto, merecem destaque.

O amigo da personagem de Monique Lafond em *Amor Maldito*, depõe a favor da ré em um julgamento que mais avalia sua "subversão sexual" ao se relacionar com outra mulher do que um suposto assassinato que teria acontecido ali. O personagem, um homem negro e homossexual, defende as festas corriqueiras no apartamento da empresária Fernanda como "festinhas para as minorias injustiçadas". Assim como os artistas citados por Lapera, Sampaio insere nesse personagem e, também, em toda a narrativa de seu longa-metragem, uma posição contra o conservadorismo tão defendido pela ditadura. Ela o faz, entretanto, já nos anos 1980, marcados pela decadência da ditadura e pelo anseio por liberdade e pela modernidade no Brasil.

A mesma posição pode ser percebida em *Adulto não brinca* (Adélia Sampaio, 1980). No curta-metragem, crianças da periferia brincam de malhar o Judas, fazendo com que a polícia, confundindo o boneco com um corpo real, aja violentamente contra as crianças, interrogando duas delas em cenas violentas que não extrapolam para a violência física, mas remetem à violência e tortura causada pela polícia militar durante a ditadura.

Essas duas situações nos diferentes filmes evidenciam que Sampaio também trabalhou para se impor contra a ordem vigente. A questão racial, entretanto, aparece indiretamente nas obras, seja na posição duplamente marginalizada do personagem de *Amor Maldito* (negro **e** homossexual), ou na posição das crianças (todas periféricas, algumas negras **e** periféricas).

Fora da posição de diretora percebe-se que Sampaio também atuou a favor do cinema negro, como evidencia a já citada reportagem do Tribuna da Imprensa de 13 de maio de 1981, em que Sampaio escancara o racismo que o filme *Parceiros da Aventura* e seus atores sofreram no Festival de Gramado (Negros refletem..., 1981, p. 8).

Por fim, destaca-se uma ocorrência relativa ao teatro que merece atenção. Pelos jornais descobre-se que Sampaio já trabalhou com peças infantis, musicais e comédias. Chamamos a atenção para um aviso no Jornal do Brasil, de 11 de agosto de 1985, e para uma notícia do Jornal dos Sports, de 13 de outubro de 1985.

Na primeira, são convocados representantes de entidades negras, favelas, faculdades etc. em uma pequena nota intitulada "O Teatro Negro":

> Estreia em setembro no Teatro *Caiouste* Gulbenkian na Praça Onze "TUTI". Ubirajara Fidalgo, autor polêmico, conhecido por outras montagens como "Desfulga" e "Fala Pra Eles Elizabete", aborda em TUTI os problemas atuais do Negro Brasileiro. Direção de Procópio

> Mariano, e no elenco Thiago Justino, Denise Iseckson entre outros. Obs: A produção de TUTI solicita contato urgente com representantes de Entidades Negras, Favelas, Faculdades, etc. Infs: Adélia Sampaio (Teatro Negro, 1985, p. 106).

A segunda reportagem elogia a peça:

> Uma das melhores peças que está sendo apresentada na cidade intitula-se "Tuti", tem como autor Ubirajara Fidalgo (...) Poucas vezes o problema do negro foi tão bem equacionado como neste texto ágil, irônico e porque não dizer doloroso de Ubirajara Fidalgo, direção de Procópio Mariano e produção de Adélia Sampaio (Louzeiro, 1985, p. 8).

Fundador do Teatro Profissional do Negro, Ubirajara Fidalgo é uma figura chave para entender o negro no teatro na década de 1970 e 1980. Ele repete nos palcos a desconstrução do mito da democracia racial e expõe críticas à sociedade conservadora defendida por décadas de ditadura, assim como os cineastas mencionados por Lapera (2022).

Sua colaboração com Adélia Sampaio, até então não comentada no meio acadêmico, é chave para compreender como a cineasta se posicionava dentro das dinâmicas político-sociais no período. Como citado, os filmes dirigidos por Sampaio podem não tratar diretamente da questão racial, mas sua ação nos bastidores a coloca em uma posição significativa para a cultura negra dos anos 1970 e 1980. Colocamos aqui "cultura" pois Sampaio não se limitou ao cinema.

Portanto, é dessa maneira que Adélia Sampaio aparece na mídia até 1982. Desde a primeira experiência na produção com Vanja Orico até o maior prestígio com *Parceiros da Aventura* (1979), Sampaio trilhou seu caminho dentro do cinema brasileiro. Em uma época tomada por pornochanchadas e pelo cinema marginal, por filmes moldados esteticamente pela Embrafilme e, também, marcada pela efervescência de diretores negros e diretoras mulheres, Sampaio chegou à direção de seu primeiro longa-metragem, *Amor Maldito* (1984).

Amor Maldito (1984), um caso a ser revisitado

Amor Maldito (1984) é comumente associado ao fato de ter sido censurado e vendido como pornográfico para conseguir entrar no circuito de distribuição. Tal informação, entretanto, merece destaque em dois pontos.

Primeiramente, o filme foi vendido como pornográfico apenas em São Paulo por sugestão (mais como uma condição) do exibidor. As salas de cinema de São Paulo

estavam tomadas por uma onda pornográfica, por isso a sugestão. Em segundo lugar, é preciso pensar como o filme foi recebido na época. Atualmente, é evidente que por uma ótica da mais recente onda feminista e com os atuais debates sobre identidade, sexualidade e gênero, o filme é visto como algo "muito além do pornô". Essa era, também, a visão do período. O exemplo mais famoso é a crítica de Cakoff para a Folha de São Paulo (1984), que situa o filme como uma obra que se posiciona entre a obra prima e a pornográfica e, por isso, fica sem espaço no mercado exibidor por este estar dominado de salas de cinema pornográfico. Entretanto, através de uma busca por outros jornais, fica evidente que o crítico paulista não era o único com essa visão.

Ainda durante a produção, a matéria de jornal escrita por Ailton Assis para o jornal Tribuna da Imprensa do dia 06 de maio de 1983, já citada acima, deu destaque para as escolhas de Sampaio:

> Um tema polêmico, corajoso e inusitado em termos de cinema nacional, "pelo menos da forma direta, franca e objetiva com que é tratado" – e que trata da relação homossexual entre duas mulheres – foi o escolhido pela até então produtora cinematográfica Adélia Sampaio para se lançar na direção de longas-metragens. O filme tem o mérito de derrubar vários estereótipos comuns no cinema brasileiro, o que já se constitui quase uma marca registrada de Adélia (Assis, 1983, p. 6).

A visão também é compartilhada no jornal da capital, Correio Braziliense, do dia 20 de setembro de 1984. Com o título "Amor Maldito, mais do que pornô", o artigo de relativo destaque apresenta uma foto da cineasta e reitera a crítica de Cakoff:

> Amor Maldito está entrando no circuito comercial como "uma pornochanchada". Mas tudo leva a crer que é muito mais que isso. Pelo menos é o que afirma o crítico Leon Cakoff, da Folha de S. Paulo (...) A trama sedimenta-se num caso policial: uma relação homossexual mantida com sentimento de culpa, que descamba para o sensacionalismo de um julgamento recheado por arcaico e preconceituoso jargão jurídico. Monique Lafond e Vilma Dias são as lésbicas mal casadas. A primeira aparece como executiva e a segunda como suburbana traumatizada pelos desejos incestuosos de um pai messiânico e pela necessidade de expor publicamente um corpo bonito para projetar-se um nada. Ganha um concurso de miss e é expulsa de casa. Termina com o suicídio e sua amante vai a julgamento. São os homens que julgam com base numa descabida acusação de perversão (Amor Maldito, mais..., 1984, p. 23).

Além de entregar toda a trama no texto, o autor também faz comentários ao apresentar a sinopse, como "sensacionalismo de um julgamento recheado por arcaico e preconceituoso jargão jurídico", evidenciando que o filme foi recebido como uma obra que critica o conservadorismo e não apresenta uma relação de duas mulheres apenas para

satisfazer o espectador masculino, como foi o caso nas pornochanchadas e obras pornográficas.

O filme também foi adjetivado como "feminista" em um artigo da Folha de São Paulo de 13 de agosto de 1984:

> Amor Maldito – Filme de estréia de Adélia Sampaio, rodado em regime de cooperativa entre técnicos e atores. Com roteiro de José Louzeiro e um enfoque feminista, procura-se acompanhar a trajetória de duas mulheres marcadas pela opressão de homens e de um sistema nitidamente machista. Monique Lafond e Wilma Dias fazem as mulheres. O filme é lançado hoje na Olido 1 em meio às confusões de títulos e programações que fizeram do centro da cidade um reduto exclusivo do cinema pornográfico (Ciclo de Griffith..., 1984, p. 28).

O adjetivo, que Sampaio recusava para si mesma, é mais um exemplo que a mídia nunca tratou *Amor Maldito* como um filme de pornochanchada ou pornográfico.

Em 1983, a revista Manchete (RJ) oferece uma página inteira de destaque para o longa-metragem: "O cinema brasileiro narra uma história verídica de lesbianismo.". Sampaio destaca na matéria a importância de fazer um filme de maneira que não aborde a homossexualidade com preconceito (Reis, 1983, p. 131).

Portanto, apesar de ser vendido como um filme pornográfico para conseguir uma janela de exibição em São Paulo, não foi mascarada a real intenção do longa-metragem da mídia e do círculo cinematográfico da época, que percebeu rapidamente (especificamente em São Paulo) a esfera em que o filme foi lançado e as condições para conseguir exibi-lo. Assim, uma certa áurea de "reconhecimento" do meio cinematográfico atual que eleva a condição do filme para "além do pornográfico" não se justifica, uma vez que este nunca foi recebido dessa maneira, apenas, é claro, para alguns paulistanos desavisados que compraram o ingresso baseado unicamente no cartaz em que Wilma Dias aparece nua[6]. Para a crítica e para a mídia, *Amor Maldito* sempre foi um filme feminista e engajado.

Para além dessas reportagens que mostram a recepção do filme, foram encontradas também notícias sobre a exibição em congressos e festivais.

Amor Maldito (1984) participou do Festival de Gramado, de um Congresso de Cinema e de uma mostra no Rio de Janeiro que pretendia discutir o cinema dos anos 1980. À esta última, entretanto, foi encontrado um comentário breve e negativo sobre sua exibição. Insatisfeito com toda a organização do festival e com a seleção de filmes, o autor escreve:

> Como pode uma mostra que pretende ressaltar os "novos valores" do cinema brasileiro incluir um autor tão bem-comportado (para dizer o

> mínimo) quanto Marcos Altberg? Além do mais, o seu Prova de Fogo – um típico exemplar de macumba para turista – já foi lançado na cidade. Outro deslize foi a inclusão de Amor Maldito, de Adélia Sampaio, recém-estreado entre nós (Anos 80..., 1984, p. 1).

A insatisfação do autor com a presença dos dois filmes e, mais especificamente, com a ausência de outros filmes que ele considera mais interessantes, está, como ele sugere ao longo da reportagem, na inovação narrativa e estética que estes últimos, inspirados na Boca do Lixo, fizeram. A insatisfação chega até a Embrafilme, que executou a mostra. Sua crítica sugere que a Embrafilme não daria espaço para novos realizadores "mais inquietos e originais". Evidentemente isso não aconteceria, uma vez que a estética disseminada pela Embrafilme é oposta à estética da Boca do Lixo. Portanto, o autor está criticando indiretamente a estética de *Amor Maldito*.

Para além disso, Sampaio comenta que o filme foi convidado para o *Lesbian Gay Festival*, em São Francisco, chamado atualmente de *Frameline Film Festival*, e para o Festival Gay de Nova York (Amor Maldito encerra..., 1984, p. 19). Para o primeiro, entretanto, não conseguiu apoio da Embrafilme para envio do longa, que mandou em seu lugar *Asa Branca, um sonho brasileiro* (Djalma Limongi Batista, 1980). *Asa Branca* trata de uma relação homossexual apenas implicitamente, e este não é o tema central do filme, como é o caso de *Amor Maldito*.

Com isso, percebe-se que *Amor Maldito* teve uma circulação interessante, participando de festivais nacionais e internacionais, mostras com debate (uma delas organizada pela própria Embrafilme, que não quis apoiar o longa) e um congresso, para além das exibições nas salas de cinema de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A estreia na direção de longas-metragens trouxe mais destaque à cineasta nos jornais. Anteriormente, fora matérias pontuais, seu nome era apenas citado junto com a função em filmes. Com *Amor Maldito*, Sampaio ganha críticas com certo destaque nos jornais, e sua reputação de "cineasta das minorias" se fortalece, tanto pelo processo de produção quanto pelo tema tratado no filme. Ao pontuar a homossexualidade central na trama, alguns jornais fazem questão de mostrar o tema inédito do filme e o caráter sério com que Sampaio o trata no longa.

Além disso, Sampaio entrou, com *Amor Maldito*, para uma seleta lista de mulheres diretoras que conseguiram dirigir um longa-metragem no país. A associação de Sampaio com matérias feministas parte deste ponto.

Sua produção seguinte, *Fugindo do Passado* (1987), não foi recebida com tanto prestígio ou destaque. Ela é seguida também de um fator marcante para o cinema

brasileiro e crucial para o esquecimento de Adélia Sampaio na sua história: o fim da Embrafilme no governo Collor.

Adélia Sampaio e o cinema brasileiro em declínio (1986-1997)

O segundo longa-metragem de Adélia Sampaio, *Fugindo do Passado* (1987), não obteve tanto destaque quanto *Amor Maldito* (1984). Suas notícias mais relevantes são referentes aos festivais que participou.

Com notícias do Jornal do Brasil (RJ), O Fluminense (RJ) e Tribuna da Imprensa (RJ), descobrimos que o filme foi exibido no III Rio Cine Festival, porém, é exibido fora da competição de longas-metragens (Cândido, 1987, p. 10).

Em uma reportagem de 18 de agosto de 1987, o jornalista Wilson Cunha, do Jornal do Brasil, comenta negativamente sobre a participação do filme de ficção no festival:

> Era um daqueles domingos de ficar na praia – tomando cerveja, comendo amendoim e resolvendo os problemas do mundo – até o sol cair mas, às duas horas, uma parte do elenco de Fugindo do Passado, além de amigos devotados, estava no Ricamar. Ali, em dois episódios, sob a direção de Adélia Sampaio, teríamos novo exercício em torno da solidão e tentativas de liberação. Mas se em O país dos tenentes tudo isto vem revestido de uma produção extremamente bem cuidada, em Fugindo do Passado tem-se um clima de "cinema feito em casa". O que só faz complicar seus problemas estruturais. Mal narrado, mal concebido, Fugindo é altamente constrangedor. Com o curta Hemisfério de Sombra, de Mariangela Grando – onde, também, se tem a solidão e formas de liberação em discussão – Fugindo formava o primeiro programa sob o rótulo hors-concours do Rio-Cine. Mas entenda-se: o festival tem por norma exibir todos os filmes inscritos. Assim, os recusados pela comissão de seleção receberam esta indicação eufemística. Como toda aferição é justa, vale o processo (Cunha, 1987, p.4).

O filme também foi excluído por unanimidade pela comissão de seleção da mostra competitiva do XXI Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, como foi noticiado no Correio Braziliense de 5 de outubro de 1988 (Três documentários..., 1988, p. 23).

O longa foi exibido em outros dois festivais de 1989: na mostra competitiva do Festival Texaco e no 1° Festival de Cinema da Cidade de Curitiba. A exibição nos festivais está associada a um período de "maré baixa" dos filmes brasileiros:

> De falta de vitrine, o cinema nacional não pode se queixar: enquanto as produções atravessam, já há alguns anos, período de maré baixa, o número de festivais aumenta como se o cinema vivesse época de grande fartura. Resultado: a cada novo festival, apenas uma ou duas novidades disputam prêmios com filmes já vistos e revistos em mostras anteriores (Lua cheia..., 1989, p. 8).

A maré baixa seria agravada pela eleição de Fernando Collor em 1989. Logo em seu primeiro ano de mandato, o presidente com sua política neoliberal fechou, após 20 anos, a Embrafilme.

A crise se agrava e o cinema brasileiro só consegue retomar uma produção significativa com o chamado "Cinema de Retomada" a partir de 1995. A política da Embrafilme foi substituída pelas leis de incentivo, em especial a Lei Rouanet. Sobre a lei, Sampaio comenta para o Tribuna da Imprensa em 1997:

> Os incentivos proporcionados pelas Leis Rouanet e do Audiovisual possibilitam uma esperança do crescimento do mercado. Mas, de certa forma, ainda são dispositivos complicados por causa das exigências burocráticas que suscitam. Essas leis facilitam a vida dos que já possuem uma boa estrutura montada (Severo, 1997, p.1).

Ou seja, Sampaio acredita que a lei favorece os que já têm experiência e uma estrutura sólida no cinema brasileiro em detrimento dos estreantes e do "pequeno produtor", lugar em que a cineasta se coloca durante sua carreira em entrevistas anteriores ("Minha escola foi a Difilm"..., 1988, p. 92).

Após *Fugindo do Passado* (1987), Sampaio não teve uma produção fílmica contínua na direção ou produção como ela teve nos anos 1970 e 1980[7]. Sua carreira foi focada majoritariamente no teatro, e são notícias relativas a esse meio as que mais aparecem na década de 1990-1999.

A ausência de Sampaio do cinema brasileiro durante esse período, antes uma figura presente na luta sindical, com diversos contatos com produtores, diretores e atores, e com uma carreira que estava se desenvolvendo, é crucial para o seu apagamento de anos da História do Cinema Brasileiro. Assim como diversos outros artistas, o fim da Embrafilme significou o desemprego e, para alguns, até a aposentadoria da carreira artística. Diretores estreantes que surgiram no período e que não tiveram um destaque grande da mídia foram deixados de lado e não sobreviveram no campo cinematográfico. Sampaio, apesar da experiência e de ainda participar de um filme ou outro pós-1990, foi também uma vítima do fim da Embrafilme, uma vez que a sua produtora não desenvolveu mais projetos.

Se na década de 1990 seu nome esteve mais associado ao teatro do que ao cinema, também entre 2000 e 2009 mais de 70% das ocorrências de Adélia Sampaio nos jornais são relativas ao teatro. Os outros 30% se dividem em: quatro notícias que falam sobre o filme *AI-5 – O Dia que Não Existiu* (2001), em que atuou como diretora ao lado de Paulo Markun, e uma notícia sobre uma pesquisa acadêmica de Antônio Moreno, do Instituto

de Artes da UNICAMP, que publicou um livro sobre homossexualidade no cinema brasileiro (Wajnberg, 2001, p. 2). O nome de Sampaio aparece na notícia associado ao seu longa-metragem *Amor Maldito* (1984).

Na década de 2010 a 2019, período que trata do resgate da figura de Sampaio, há apenas uma ocorrência relativa, também, ao documentário sobre o AI-5. Pode-se justificar a baixa presença do nome de Sampaio nos jornais do período com a expressão da internet no jornalismo atual, além de poucos jornais oferecerem as edições desse período para a Biblioteca Nacional Digital, que foi utilizada para a maior parte dessa pesquisa. Ou seja, mesmo que pareça uma presença pequena na mídia, ela ainda precisa ser somada com as citações à Adélia Sampaio que acontecem na internet e nas redes sociais.

Como o artigo tentará mostrar adiante, houve uma ruptura da imagem de Sampaio após 2013. Até o momento trabalhamos sua imagem, reputação, expressividade (ou pouca expressividade) encontrados nos jornais de 1973 até 2009. Na maioria das vezes apresentada nos jornais com pouco destaque, Sampaio passou de "estreante produtora" para "experiente produtora", e saiu de uma boa crítica de *Denúncia Vazia* (1979) para uma boa circulação e debates gerados com *Amor Maldito* (1984), passando também pela experiência negativa do *Fugindo do Passado* (1987). Foi associada às outras cineastas mulheres após sua estreia na direção (mesmo não se considerando feminista no período), lutou ativamente por melhores condições de trabalho para os técnicos, criticou políticas da Embrafilme, criticou o racismo do cinema em uma matéria do Tribuna da Imprensa, foi elogiada pelo tema de *Amor Maldito*, foi reconhecida e não reconhecida por jornalistas e críticos e, por fim, criticou as políticas neoliberais do cinema brasileiro contemporâneo. Sua figura pode ter aparecido relativamente com pouco destaque nos jornais, mas estes apresentaram, como foi mostrado aqui, funções, trabalhos e opiniões diversificadas de Adélia Sampaio dentro do campo cinematográfico e cultural do período.

Adiante, trabalharemos a imagem contemporânea construída sobre a cineasta.

O reconhecimento de 2013: Adélia Sampaio, pioneira

O amplo reconhecimento contemporâneo de Adélia Sampaio no campo do cinema brasileiro está intimamente ligado às mudanças na política de financiamento de obras audiovisuais após o fim da Embrafilme.

Lentamente, após a criação da Lei Rouanet e o desenvolvimento de outras leis de incentivo fiscal criadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, o cinema foi se recuperando do baque sofrido no início do governo Collor. A partir da metade da década

de 1990, o cinema brasileiro já conseguia se recompor com filmes esteticamente industriais e feitos por grandes produtoras do cenário nacional.

A expansão do cinema só se deu, realmente, após o crescimento dos editais para áreas que vão além do eixo Rio-São Paulo e, principalmente, do avanço tecnológico das câmeras digitais. No fim dos anos 2000 já não era mais tão caro conseguir uma câmera ou filmadora. Destaca-se também o aumento de cursos de cinema nas faculdades durante os primeiros governos Lula, criando uma nova geração de técnicos, diretores, roteiristas e produtores. Nasce, dos novos cursos, dos incentivos fiscais espalhados pelo país e do relativo barateamento dos equipamentos técnicos, o que é chamado de Novíssimo Cinema Brasileiro.

Crescem junto com isso cineclubes e coletivos de cinema que reúnem pessoas das mais diversas origens. Consequentemente, a produção audiovisual no Brasil tem um pequeno, mas importante, aumento de diversidade no seu quadro de profissionais. Diretores e produtores negros, artistas LGBTQIA+ e cineastas indígenas que antes tinham uma produção mínima conseguem um relativo destaque nessa nova onda do cinema brasileiro através, também, de editais de ações afirmativas.

Esse debate está presente também em outros espaços da sociedade. No ambiente acadêmico, por exemplo, ele permitiu um aumento de estudos sobre as mulheres dentro da História do cinema. Colaborou também para chamar a atenção a filmes de temática LGBTQIA+. Quando tratamos de Sampaio esses dois fatores são importantes, mas o crucial é o rico debate que o feminismo negro ganhou durante esse período.

É nesse cenário, que produz um discurso que pauta constantemente a diversidade de gênero, raça e orientação sexual dentro da arte brasileira, que Sampaio foi tirada "do fundo do armário" por Edileuza Penha de Souza e homenageada em diversos festivais como a primeira mulher negra a dirigir um longa-metragem no Brasil (E agora?, 2018, p.23).

Ela não seria mantida nessa posição com tanto destaque se não fossem outras cineastas negras que fazem um movimento dentro desse campo cinematográfico atual para conseguirem espaço de produção e exibição, criando também, a partir de obras contemporâneas, estudos sobre a mulher negra no cinema brasileiro e, principalmente, realizadoras negras no cinema brasileiro. O que se destaca aqui é, portanto, que não apenas a exibição, mas a ampla discussão sobre esses filmes é essencial para que essas pessoas firmem o seu espaço dentro do cinema brasileiro e dentro de sua História. Se durante o período em que Sampaio realizou suas atividades no cinema, a presença de mulheres negras era praticamente nula, agora essa presença consegue ser um pouco mais

expressiva. E é com essa presença atual que o pioneirismo de Adélia Sampaio dialoga diretamente.

Desde *Fugindo do Passado*, de 1987, o próximo filme de longa-metragem a ser dirigido exclusivamente[8] por uma mulher negra é *Um dia com Jerusa* (Viviane Ferreira, 2018). Essa diferença de décadas chama a atenção de pesquisadoras que tentam desenhar e firmar obras contemporâneas de mulheres negras nos estudos sobre cinema atuais.

A presença de Adélia Sampaio em dissertações, teses e artigos não passa, muitas vezes, da citação sobre o seu pioneirismo. Como já trabalhado na introdução deste artigo, é de extrema importância reconhecer essa posição pioneira para conhecer obras que vão além do cultuado no nosso cinema (na maioria das vezes obras criadas por homens brancos), mas, para que sua obra seja discutida com maior riqueza, propõe-se aqui que se faça uma separação entre o debate atual e a cultura em que Sampaio se inseria nos anos 1960, 1970 e 1980. Sampaio virou um símbolo pioneiro da atual luta identitária dentro do cinema brasileiro.

Para compreender tudo o que foi dito até então, foram selecionadas algumas reportagens sobre Adélia Sampaio encontradas em jornais e revistas. É importante ressaltar que foram selecionados primeiramente materiais encontrados na Biblioteca Nacional Digital e na revista Filme Cultura. Evidentemente, a expressão de Sampaio na mídia é muito maior do que os artigos aqui selecionados, uma vez que podem ocorrer entrevistas para a internet, discussões em *lives* nas redes sociais e, também, a presença da cineasta em outros jornais que ainda não estão catalogados na biblioteca digital.

Em 2018, a revista Filme Cultura realizou uma segunda entrevista com Adélia Sampaio. Na primeira, de 1988, o entrevistador deu um foco maior à passagem de Sampaio de outras funções do cinema para a direção de seu primeiro longa-metragem. Este era, aliás, o tema da edição da revista: entrevistar estreantes diretores da década de 1980. Foi perguntado à Sampaio sobre sua ideia para o filme, sua formação profissional, a atuação como produtora, influências no trabalho e próximos projetos (“Minha escola...”, 1988, p. 89-93).

Na edição de 2018, a entrevista intitulada “E agora?” trata dos pioneirismos de Sampaio (o tema lésbico inédito no cinema brasileiro e o pioneirismo na direção), a divulgação do longa-metragem como pornográfico, o roteiro baseado em fatos, a redescoberta feita por Edileuza Penha de Souza, seu próximo projeto e, por fim, “ser mulher, negra, e fazer cinema” no Brasil (E agora?, 2018, p. 22-23).

Na entrevista de 1988, a pauta identitária não é levantada pelo entrevistador nem mesmo na apresentação da cineasta. Ela, entretanto, a levanta em um momento:

> Passar de diretora de produção para direção já é uma coisa complexa. Partindo da premissa de que cinema é efetivamente uma arte muito elitista, eu não estou inclusa nesse padrão. Sou uma mulher, também é uma coisa meio complicada, não dão muito crédito. Embora para mim as dificuldades no que tange a montar uma estrutura para realizar um trabalho meu, não foi muito complicado em função de muitas pessoas com as quais trabalhei no cinema e que, de certa forma, me conheciam ("Minha escola foi a Difilm"..., 1988, p. 89).

Outra diferença das duas entrevistas é a forma como a homossexualidade de *Amor Maldito* é tratada. Se na entrevista de 2018, o assunto é destacado como pioneiro no cinema brasileiro e Sampaio relata que criou o filme com respeito e dignidade, em 1988, ela destaca que o filme diz mais a respeito das injustiças do tribunal do que do relacionamento homoafetivo em si:

> Inclusive o filme tem um problema: as pessoas acham que a gente está ali discutindo, fazendo uma apologia da postura homossexual das pessoas. O filme está mostrando o que é um tribunal. Aquele fato poderia ser também o de um menino que roubasse uma laranja, seria a mesma trajetória ("Minha escola foi a Difilm"..., 1988, p. 89).

Evidentemente que a intenção de Sampaio pode ter partido das injustiças no tribunal, mas o modo como ela construiu o filme trata, além disso, dos julgamentos e preconceitos sofridos pelo casal por ser um casal homoafetivo. Logo, coloca a relação em primeiro plano no filme e, com isso, cria a sua carga dramática (Bijotti, 2022, p.137).

As duas entrevistas evidenciam o modo como assuntos como a temática LGBTQIA+ e a presença de mulheres negras no cinema é recebido e tratado diferente nos dois períodos.

O jornal A Tribuna (SP) lançou quatro notícias, todas de 2021, sobre Adélia Sampaio e o *Santos Film Fest*. O festival ocorrido naquele ano remotamente, por conta da pandemia causada pelo COVID-19, teve enfoque feminista e homenageou a cineasta.

Todos os 73 filmes exibidos no festival foram dirigidos ou produzidos por mulheres. Segundo Paula Azenha, uma das organizadoras do evento:

> Sentimos a necessidade e obrigação de contribuir com a divulgação e acesso a filmes nos quais as mulheres detêm posição de direção ou produção. Precisamos ouvir vozes diversas e dar espaço para olhares mais inclusivos (Viana, 2021 a, p. 2).

André Azenha, também organizador do evento, comenta sobre a escolha de homenagear Adélia Sampaio:

> Já tínhamos vontade de prestar essa reverência à gigante Adélia Sampaio, que rompeu diversas barreiras no cinema nacional, tanto

> raciais como de gênero, e agora conseguimos concretizar essa homenagem com a presença dela, dois de seus filmes mais marcantes, e um ebook biográfico (Viana, 2021 a, p. 2).

Se nas reportagens das décadas anteriores Sampaio passava despercebida ou, até mesmo, desconhecida por alguns jornalistas ou críticos, aqui ela se torna uma figura "gigante" para o organizador do festival, bem como seus filmes exibidos (*Denúncia Vazia* e *Amor Maldito*), que são adjetivados como "marcantes". A escrita de um *ebook* biográfico feito a partir de uma entrevista com a cineasta também faz parte do processo atual de firmar e imortalizar a figura de Adélia Sampaio dentro do cinema brasileiro (Viana, 2021 b).

Mas o maior destaque no jornal veio com uma entrevista de 25 de fevereiro de 2021, também em virtude do festival que viria a acontecer. Com o título "Adélia Sampaio, uma negra na direção", Sampaio falou sobre sua carreira e o atual momento do cinema brasileiro. O tema racial vem logo na introdução da entrevista:

> Ainda há muito o que caminhar para que os direitos raciais sejam equiparados, na opinião da cineasta negra Adélia Sampaio, de 77 anos. "Este país nos deve muito. E não é prêmio, são conquistas. Quando vejo uma Maju Coutinho narrando um telejornal, é uma preta com talento que chegou lá. O caminho é longo, mas vamos chegando", diz. (...) Adélia é a primeira cineasta negra do País e rompeu barreiras por seu talento, caráter, perseverança e seu olhar social e transgressor (Batista, 2021, p. 2).

Mais uma vez a mídia a coloca na posição de desbravadora, que rompe barreiras, dando ênfase no seu pioneirismo dentro do cinema brasileiro. Essa ênfase no pioneiro também se estende quando se fala de *Amor Maldito* (1984):

> Adelia Sampaio ficou conhecida após lançar Amor Maldito (1984). Rodado durante a ditadura militar, foi o primeiro longa feito por uma mulher negra.
> Por seu tema, a relação amorosa entre duas mulheres, foi rejeitado pela Embrafilme (estatal de cinema da época) e pelo circuito exibidor. Entrou em cartaz em oito cinemas de São Paulo apenas - e ainda assim foi preciso que a cineasta aceitasse lançá-lo como uma pornochanchada. De lá para cá, segundo ela, pouca coisa mudou. Perguntada se o adaptaria para os dias atuais, reforçou que faria exatamente a mesma coisa da época.
> "E pasmo ao perceber que a violência doméstica, a homofobia e o preconceito continuam. Pouca coisa mudou, porém, fico feliz quando exibo o filme para uma plateia de jovens e percebo que eles refletem com clareza o que tento mostrar no filme", lamenta (Batista, 2021, p. 2).

Reforçamos aqui que a informação sobre a circulação do filme está incorreta. Como mostrado anteriormente neste artigo, *Amor Maldito* (1984) estreou como

pornográfico (gênero diferente da pornochanchada) apenas em São Paulo, além de ser exibido no Rio de Janeiro e em Brasília. Além disso, participou de uma mostra organizada pela Embrafilme que tinha como objetivo discutir o cinema brasileiro dos anos 1980 e participou de festivais nacionais e internacionais. Ou seja, teve uma boa circulação para um filme que foi feito em cooperativa, quase sem recursos.

A reflexão de Adélia Sampaio sobre a questão racial no Brasil, presente na introdução da entrevista, se estende: "Para os negros, seu recado é a percepção do inevitável preconceito. Ao mesmo tempo, deixa um recado: 'O caminho é longo, mas vamos chegando'" (Batista, 2021, p. 2).

As outras notícias encontradas do período na Biblioteca Nacional Digital também são relacionadas ao *Santos Film Fest*.

Para tentar entender como Sampaio aparece em outros jornais e mídia, foi realizada uma rápida pesquisa na internet. Rapidamente se percebe que seu nome está associado ao seu pioneirismo, a mostras que homenageiam mulheres ou ao tema lésbico de *Amor Maldito*.

Algumas das manchetes encontradas são: "Dia da Mulher: mostra 'Pioneiras do cinema' homenageia cineastas", do jornal O Globo do dia 8 de março de 2023. Na notícia descobrimos que Adélia Sampaio participou presencialmente da mostra ao lado de Alice Gonzaga, Tereza Trautman, Eunice Gutman e Helena Ignez (Dia da Mulher..., 2023).

Outra manchete do jornal da Revista Trip de 2017 tenta evidenciar as dificuldades que Sampaio teve na carreira: "A saga de uma mulher negra com o cinema" (Lanave, 2017). A notícia faz um panorama da vida e carreira da cineasta.

Até mesmo para o público adolescente o assunto é direcionado. No site Toda Teen a manchete valoriza mulheres do cinema: "Mês da Mulher: conheça 6 mulheres que fizeram história no cinema" (Paiva, 2023).

Outra lista, dessa vez do Mídia Ninja (2022), cita o nome de Adélia Sampaio em meio a outras mulheres negras do audiovisual, evidenciando o destaque da cineasta no grupo de mulheres negras do cinema e o espaço que o cinema negro feminino tenta conquistar dentro da sétima arte. A lista é chamada de "13 mulheres negras do audiovisual para conhecer e admirar".

A circulação de *Amor Maldito* (1984) volta à tona após o reconhecimento. Em uma manchete, descobrimos que Adélia Sampaio debateu o filme na Universidade de Brasília, em 2017 (Marques, 2017). Além disso, também foi homenageada com o nome de uma mostra, a Mostra de Cinema Negro Adélia Sampaio (Costa, 2019).

Até mesmo quando seu nome não é citado, Sampaio ganha destaque na notícia. Em uma reportagem de 2020 da Folha de Pernambuco, foi noticiado um fomento da Globo Filmes para criadores e criadoras negras no Brasil. O nome da cineasta não é citado na reportagem, mas sua foto a estampa. Ou seja, Sampaio ilustra a ação afirmativa que está sendo apresentada na reportagem.

Percebe-se uma grande mudança com as notícias de antes do seu reconhecimento. Se antes alguns jornalistas e críticos não a conheciam, agora o rosto de Sampaio é usado para ilustrar uma notícia que não se relaciona diretamente com ela. Não por acaso, é claro. Isso é feito pois o seu caso ganhou grande repercussão e ela virou um símbolo do apagamento de mulheres negras no cinema brasileiro.

Considerações finais

Foram encontradas centenas de reportagens e notícias até então desconhecidas sobre Adélia Sampaio. Algumas delas oferecem fatos antes não revelados sobre a cineasta, além de mostrar a produção e recepção de alguns dos filmes em que trabalhou.

Verifica-se que Sampaio, uma personagem desconhecida dentro do cinema brasileiro no início da década de 1970, conseguiu trilhar seu caminho com diferentes experiências na produção até ser reconhecida como uma "experiente produtora" por algumas pessoas do meio. Alcançou um pico em sua carreira com *Amor Maldito* (1984), mas este auge logo acabou após a ruim experiência de seu segundo longa-metragem, que foi seguido ainda do fim da Embrafilme.

Constata-se aqui que Adélia Sampaio foi fruto de um *boom* de cineastas nos anos 1970 e 1980, sendo a primeira uma boa década para o cinema brasileiro e, a segunda, o início da sua decadência. A expansão da Embrafilme bem como o aumento da cota de tela desse período favoreceu fortemente o cinema nacional, não é coincidência que algumas das maiores bilheterias do cinema brasileiro são relativas ao cinema dessas décadas (como *Dona Flor e seus dois maridos*, de 1976, *A dama da lotação*, de 1978, e, é claro, os filmes do grupo Trapalhões, grandes campeões de bilheteria do período).

A crise do cinema brasileiro iniciada nos anos 1980 fez desaparecer uma gama de novos cineastas que, perdidos em meio à Embrafilme, filmes autorais e a pornografia, ficavam no meio do que é considerado a "obra prima" e o filme lucrativo. Sem espaço no mercado, muitos não sobreviveram ao fim da empresa. Teresa Trautman prenuncia em entrevista ao Poti (RN) em 1980[9]: "Acho que daqui há *(sic)* três ou quatro anos só metade

dos cineastas existentes atualmente no Brasil terão sobrevivido a este caos cultural, social, econômico e político" (Louzeiro, 1980, p.8).

Sobre as notícias encontradas, apesar de Sampaio ser citada como uma "cineasta das minorias", sua fama no período ainda não se compara com a forma como é reconhecida atualmente.

Adélia Sampaio se encontra hoje em uma posição estabelecida de mulher negra pioneira do cinema brasileiro. Apesar de ser associada ao cinema feminino em alguns jornais antigos e reconhecer o racismo em algumas entrevistas, os dois assuntos não eram tratados em conjunto pela mídia[10]. Ou seja, hora falava como mulher dentro do cinema brasileiro, hora falava como negra dentro do cinema brasileiro, mas há uma diferença ao tratar diretamente da questão da mulher negra no cinema brasileiro.

Isso ocorre porque a presença da mulher negra nas funções que Adélia Sampaio ocupava dentro do cinema brasileiro era nula. Assim, não havia um grupo de semelhantes (mulheres **e** negras) que compartilhassem a mesma vivência que Sampaio.

O artigo constata que isso mudou após políticas atuais do cinema brasileiro, como as ações afirmativas, que permitem a entrada de grupos marginalizados no audiovisual. Assim, com a entrada de mais mulheres negras no setor e com o atual debate identitário que defende a permanência desses grupos dentro do cinema brasileiro, forma-se um grupo semelhante à Sampaio, antes uma figura solitária no cinema se pensarmos na questão identitária.

O cinema negro feminino atual utiliza a figura de Sampaio como pioneira para fincar raízes no cinema brasileiro. Assim como foi procurado um cineasta pioneiro no Brasil ou um filme de longa-metragem pioneiro no país para dar um pontapé inicial na História do nosso cinema, as mulheres negras usam Sampaio como esse pontapé. Seu intervalo de três décadas entre uma produção e outra[11], entretanto, serve como crítica para a falta de mulheres negras realizadoras dentro do cinema. Seu movimento atual no campo pretende mudar isso.

Referências

13 MULHERES negras do audiovisual para conhecer e admirar. *Mídia Ninja*. 25 jul. 2022. Disponível em: < https://midianinja.org/news/13-mulheres-negras-do-audiovisual-para-conhecer-e-admirar/ >. Acesso em: 06 jul. 2023.

AMOR Maldito encerra a mostra dos anos 80. *Correio Braziliense*, Brasília, 28 set. 1984, Atualidades, p. 19.

AMOR Maldito, mais do que pornô. *Correio Braziliense*, Brasília, 20 set. 1984, Atualidades, p. 23.

ANOS 80, debate que não avalia. *Correio Braziliense*, Brasília, 23 set. 1984, Atualidades, p. 1.

ASSIS, Ailton. Amor Maldito, hora e vez do sexo frágil. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 6, 06 mai. 1983.

AZEREDO, Ely. O primeiro longa de José Medeiros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1980, Caderno B, p. 2.

BATISTA, Júnior. Adelia Sampaio, uma negra na direção. *A Tribuna*, São Paulo, 25 fev. 2021, Galeria, p.2.

BIJOTTI, Catarina Silva. A trajetória de Adélia Sampaio no cinema brasileiro (1984-2017): críticas à sociedade conservadora. *Epígrafe*, v. 11, n. 1, p. 122-151, 2022. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/190638 >. Acesso em: 6 jul. 2023.

BRASIL, Samantha. Debate: Por um cinema negro feminino. *Delirium Nerd*, 2 dez. 2016. Disponível em: < https://deliriumnerd.com/2016/12/02/cinema-negro-no-feminino/ > . Acesso em: 04 jul. 2023.

CAKOFF, Leon. Antologia do sexo com culpa. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Ilustrada, 17 ago. 1984, p. 37. Disponível em: < http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1984/08/17/21//4206488 >. Acesso em 06 jul. 2023.

CÂNDIDO, Flávio. A hora é do cinema brasileiro. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1987, Encontro, p. 10.

CICLO de Griffith, na 'Folha' entra em sua segunda semana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1984, Ilustrada, p. 28.

CINEMA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1981, Caderno B, p. 4.

COSTA, Kamilla. Mostra de Cinema Negro Adélia Sampaio está com inscrições abertas no DF. *G1*, 16 set. 2019. Disponível em: < https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/09/16/mostra-de-cinema-negro-adelia-sampaio-esta-com-inscricoes-abertas-no-df.ghtml >. Acesso em: 05 jul. 2023.

CUNHA, Wilson. No Rio, cine-liberação. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1987, Caderno B, p. 4.

DIA da Mulher: mostra 'Pioneiras do cinema' homenageia cineastas. *O Globo*. 08 mar. 2023. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/rioshow/cinema/noticia/2023/03/pioneiras-do-cinema-mostra-no-estacao-net-botafogo-homenageia-mulheres-cineastas.ghtml >. Acesso em: 06 jul. 2023.

DIRETOR de cinema vê em "O Coronel e o Lobisomem" um novo Tom Mix na TV. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 3 set. 1977, Classificados, p. 5.

E AGORA? *Filme Cultura*, 1° semestre de 2018, n°63, p. 22-23. Disponível em: < http://revista.cultura.gov.br/item/filme-cultura-n-63/ >. Acesso em: 06 jul. 2023.

EXPERIÊNCIA de direção. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1973, Caderno B, p. 2.

GLOBO Filmes apresenta ações de fomento à diversidade no audiovisual. *Folha de Pernambuco*. 19 out. 2020. Disponível em: < https://www.folhape.com.br/cultura/globo-filmes-apresenta-acoes-de-fomento-a-diversidade-no-audiovisual/158795/ >. Acesso em: 07 jul. 2023.

LANAVE, Isabella. A saga de uma mulher negra com o cinema. *Revista Trip*, 07 jul. 2017. Disponível em: < https://revistatrip.uol.com.br/tpm/adelia-sampaio-a-primeira-mulher-negra-a-dirigir-um-longa-metragem-no-brasil >. Acesso em: 06 jul. 2023.

LAPERA, Pedro Vinicius Asterito. Das artimanhas da "democracia racial": cineastas negros no campo do cinema brasileiro nos anos 1970. In: CARVALHO, Noel dos Santos. *Cinema negro brasileiro*. Campinas: Papirus Editora, 2022.

LOUZEIRO, José. A estréia do veterano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1979, Caderno B, p. 2.

LOUZEIRO, José. Tuti é o negro firme no palco. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 8, 13 out. 1985.

LOUZEIRO, Luciane. As mulheres no cinema. *O Poti*, Rio Grande do Norte, 08 jun. 1980, O Poti Suplemento, p. 8.

LUA cheia brilha em Curitiba. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 out. 1989, Caderno B, p. 8.

MACHADO, Gilka Serzedello. Uma rosa. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, p. 11, 07 fev. 1973.

MARQUES, Marilia. Primeira cineasta negra do Brasil, Adélia Sampaio exibe filme em Brasília. *G1*, 11 abr. 2017. Disponível em: < https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/primeira-cineasta-negra-do-brasil-adelia-sampaio-exibe-filme-em-brasilia.ghtml >. Acesso em: 07 jul. 2023.

"MINHA escola foi a Difilm": entrevista com Adélia Sampaio. *Filme Cultura*, Rio de Janeiro, nov. 1988, n° 48, p. 89-93.

NEGROS refletem sobre suas lutas de todos os dias. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1981, p. 8.

OLIVEIRA, Clarissa Cé de. *As trajetórias de Adélia Sampaio na história do cinema brasileiro.* Porto Alegre. 2017. 106. Monografia (Comunicação Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAIVA, Nathalie. Mês da mulher: conheça 6 mulheres que fizeram história no cinema. *Toda Teen*, 04 mar. 2023. Disponível em: < https://todateen.com.br/noticias/mes-da-

mulher-conheca-seis-mulheres-que-fizeram-historia-no-cinema.phtml >. Acesso em: 07 jul. 2023.

PARTE de "O Coronel e o Lobisomem" será filmado em Vassouras. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p.3, 08 abr. 1978.

RAMOS, Clóvis. Fotogramas. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p. 21, 09 dez. 1976.

REGRA três**.** *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 07 fev. 1973.

REIS, Ney. Amor Maldito. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, p. 131, 30 abr. 1983.

SEVERO, Nadir. Correndo atrás... *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1997, Tribuna BIS, p. 1.

SOUZA, Edileuza Penha de. *Cinema na panela de barro*: mulheres negras, narrativas de amor, afeto e identidade. Brasília, 2013. 260. Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de educação. Universidade de Brasília.

TEATRO Negro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 106, 11 ago. 1985.

TEBET, Suzana. Vanja Orico por trás da câmera. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, p. 106-107, 29 set. 1973.

TÉCNICOS de cinema se reunirão por melhorias. *O Fluminense*, Rio de Janeiro, p. 5, 16 set. 1977.

TRÊS documentários e a presença de um chinês na disputa. *Correio Braziliense*, Brasília, 05 out. 1988, p. 23.

VIANA, Bia. Santos Film Fest: são as mulheres no set. *A Tribuna*, São Paulo, 14 mar. 2021 a. Galeria, p. 2.

VIANA, Bia. Coleção Santos Film Fest lança três obras. *A Tribuna*, São Paulo, 16 mar. 2021 b. Galeria, p. 1.

VIEIRA, Flávio Pinto. Denúncia Vazia. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, p. 28, 30 nov. 1979.

WAJNBERG, Daniel Schenker. Livro analisa homossexuais no cinema brasileiro. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 27 nov. 2001, BIS, p. 2.

[1] Os períodos de atuação de Adélia Sampaio no cinema foram divididos neste artigo para compreender as devidas particularidades políticas, sociais e do campo cinematográfico de cada época.

[2] A presença do nome de Sampaio relacionada ao teatro é encontrada diversas vezes em jornais e formam a maioria das ocorrências encontradas durante a pesquisa para este artigo. Porém, não serão trabalhadas detalhadamente aqui.

[3]A notícia de estreia da peça é o registro mais antigo que se tem da cineasta nos jornais.

[4] O período foi crucial para os estudos e debates feministas. Com os efeitos da segunda onda do feminismo, o ano de 1975 foi tornado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Nos estudos de cinema, pensadoras e críticas demandavam uma presença maior das mulheres em papéis importantes da produção, mulheres surgiam nos papéis de diretoras para criar ficções e documentários que tratassem do "ser mulher". No Brasil, a década de 1970 aumenta significativamente o número de filmes dirigidos por mulheres, embora

este ainda ínfimo quando visto dentro de um quadro geral: Vanja Orico, Tereza Trautman, Lenita Perroy, Rose Lacreta, Vera de Figueiredo, Maria do Rosário, Ana Carolina, Luna Alkalay e Rosângela Maldonado são as cineastas da década.

[5] Não se coloca aqui a década como pioneira do cinema negro, mas como um ponto de partida para entender o ambiente cultural em que Adélia Sampaio se insere.

[6] Como estratégia de marketing da janela de exibição em São Paulo, um cartaz do filme em que Wilma Dias aparece nua foi criado. O intuito era mascarar, como sugeriu o exibidor, o filme como pornográfico para garantir os ingressos do público. (Brasil, 2016)

[7] De acordo com as notícias encontradas para este artigo e com os dados fornecidos na base de dados da Cinemateca Brasileira, estima-se que Adélia Sampaio atuou na produção de 13 filmes nos anos 1970-1980, além de assinar a direção de 4 curtas-metragens e 2 longas-metragens.

[8] Ou seja, sem ser codirigido por uma mulher negra.

[9]Mesma reportagem citada acima sobre o cinema de mulheres, que traz Sampaio, Trautman e Vera de Figueiredo.

[10] Sampaio destacou o fato de ser duplamente oprimida em algumas entrevistas (mulher e negra), mas o assunto não era tratado diretamente pelos jornais, mas sim partia da cineasta.

[11] Trata-se do intervalo de lançamento de *Fugindo do Passado* (1987) e do longa-metragem *Um dia com Jerusa* (Viviane Ferreira, 2018).

Artigo recebido em 03/08/2023

Aceito para publicação em 10/04/2024

A RETÓRICA DO TOSTÃO CONTRA O MILHÃO: INCURSÕES POLÍTICAS E LITERÁRIAS DE JOEL SILVEIRA

THE RHETORIC OF THE "TOSTÃO" AGAINST THE MILLION: JOEL SILVEIRA'S POLITICAL AND LITERARY INCURSIONS

Cleverton Barros de LIMA[1]

Resumo: Este trabalho percorre, historicamente, a inserção intelectual do escritor e jornalista Joel Silveira, ao final dos anos 1930. Parto das estratégias de inserção do autor, em especial, ao uso de uma retórica política, fundamentada na abordagem da crítica sobre a sua produção ficcional. O embate com o crítico Mário de Andrade expõe as características das disputas políticas no Brasil do período estado-novista. Nesta trama, a ênfase esteve relacionada a acusação do uso de "palavras em falso", desferido pelo autor de *Macunaíma (1928)* no contexto da publicação do livro de contos *Onda Raivosa* (1939), de Silveira. Outrossim, os embates intelectuais de Silveira, evidencia uma parte imprescindível na compreensão do início da trajetória e dos projetos políticos que propôs em suas figurações literárias.
Palavras-chave: Joel Silveira, Literatura, Crítica Literária, Sentimentos Políticos.

Abstract: This work historically examines the intellectual insertion of writer and journalist Joel Silveira at the end of the 1930s. It starts with the author's insertion strategies, particularly his use of political rhetoric based on critiques of his fictional production. The clash with critic Mário de Andrade reveals the nature of political disputes in Brazil during the Estado Novo period. Central to this conflict was Andrade's accusation of Silveira using "false words" in the context of the publication of Silveira's short story collection *Onda Raivosa* (1939). Additionally, Silveira's intellectual struggles are crucial for understanding the beginning of his career and the political projects he proposed in his literary work.
Keywords: Joel Silveira, Literature, Literary Criticism, Political Feelings.

Prelúdio de um projeto intelectual

> (...) quem leu o Sr. Mário de Andrade, sabe perfeitamente que eu sou um verdadeiro depósito de complexos, do Oiapoque ao Chuí, onde a soma de complexos vai além sífilis (Silveira, 1939, p.2).

Com estas palavras, Joel Silveira (1918-2007) desferiu seu diagnóstico sobre a acusação do crítico Mário de Andrade. O embate entre o escritor e o crítico expõe tensões e jogos políticos que impactou a produção literária durante o período pós-decretação do Estado Novo. No caso específico, o escritor sergipano inseriu-se intelectualmente, neste tempo de tensão, momento em que migrou de Sergipe para o Rio de Janeiro, com intuito

[1] Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente da Secretaria Municipal da Educação (SEMED), de Aracaju. E-mail: cleverton.lima@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9547-0405.

de cursar o bacharelado em Direito. Como fonte de renda, o jovem escritor inicia sua trajetória profissional na impressa carioca no jornal literário *Dom Casmurro* (Ferrari, 2011). Este semanário literário reunia intelectuais do Norte do país, a exemplo de Jorge Amado, Graciliano Ramos, dentre outros escritores relevantes na cultura nacional (Luca, 2011).

Meu objetivo[1] é percorrer historicamente as incursões intelectuais de Joel Silveira no início da sua trajetória profissional no Rio de Janeiro. Neste tempo, ele trabalhou em diversos periódicos jornalísticos, ao mesmo tempo, que escrevia e publicava inúmeros contos e poemas. Apesar de ser conhecido como jornalista e repórter, Silveira participou dos circuitos de produção intelectual do país, sempre buscando uma projeção maior que a abrangência da produção de reportagens ou no exercício dos cargos na imprensa carioca. Durante esse período, Silveira engajou-se na produção de uma "escrita política" (Rancière, 2017, p.7) calcada por compreender o país. Dessa forma, procuro compreender as estratégias retóricas utilizadas na proposta literária do final dos anos 1930 (La Capra, 1985, p.16)

Projetando uma escrita política, Joel Silveira estreia na literatura nacional ao publicar o livro de contos *Onda Raivosa*, em 1939. Contudo, esta não foi a primeira experiência literária do autor, pois em 1936, havia publicado a novela *Desespero*, ainda em Aracaju, capital de Sergipe. No ano seguinte, saiu a mesma novela na revista literária *Vamos Ler!* A novela explora a estética do Romance Social dos anos 30 (Bueno, 2006). Em síntese, a narrativa figurou o dilema do agricultor Gaudêncio, no contexto das emblemáticas secas do Sertão nordestino, do início do século XX. Logo, a ficção tornou-se uma prática do escritor durante sua trajetória profissional, considerada inclusive por muitos leitores e críticos como de boa qualidade. Medeiros Lima, por exemplo, indicou na obra de Joel Silveira, a confirmação das "qualidades especiais de escritor" (Lima, 1940). E complementou: "possuidor que é de uma prosa agradável, com um acentuado encanto lírico" (Lima, 1940, p.11). Seu desejo como escritor, ao que indica, era introduzir-se, não somente no jornalismo, pois à época, os intelectuais envolvidos na impressa também publicavam seus contos, poemas e romances, mas, sobretudo, ele procurou esse espaço privilegiado para inscrever-se como novelista e contista, como afirmou em uma entrevista em 1939:

> - Tem planos literários para 1940?
> - Tenho um troço para sair agora em fins de janeiro, "Roteiro de Margarida", edição da Guairá Limitada, de Curitiba e daqui do Rio, continuação daquela literatura flor de laranja do meu primeiro livro.

> Novamente não será grande coisa, mas a gente deve ser teimosa, não é?[2] (*Dom Casmurro*, 1939, p. 7-11).

Nos anos 1930 e 1940, as revistas literárias são vitrines dos jovens escritores como Joel Silveira que almejavam o espaço disputado das editoras (Antelo, 1997, p.8). Neste período, a revista *Dom Casmurro* reunia intelectuais na linha de um, Brício de Abreu, Jorge Amado e Rubem Braga. Trabalhar numa revista ou jornal literário proporcionava um meio acessível de publicação não somente de ensaios críticos, mas, especialmente, de textos literários nas secções dedicadas a esse gênero. O percurso da publicação de livros ficcionais incluía a boa aceitação dos leitores no jornal *Diário de Notícias*, estratégia utilizada por Joel Silveira. Parte destes contos foi primeiramente divulgado na seção do Conto Brasileiro, ou da Antologia do conto moderno, do *Correio da Manhã* (Silveira,1943, p.1-2). Esta informação é imprescindível à compreensão do projeto político e literário de Silveira, pois sugere aspectos das leituras e das tramas envolvidas na construção de sua imagem de escritor versátil. Aspecto oposto à ideia de um autor que desejava apenas o exercício do jornalismo como campo de atuação profissional. Saliento que o uso de uma variedade de gêneros deu maior visibilidade ao autor; mesmo após a publicação das reportagens de maior repercussão na sociedade brasileira, como *Grã-finos de São Paulo* (1943), Joel Silveira recorria à literatura como recurso de linguagem rotineiro nos periódicos.

O autor de *Onda Raivosa* optou pelos diversos meios impressos, nos quais, pudesse aprimorar sua linguagem. A imprensa, então, apresentava-se como acesso à porta de entrada a intelectualidade, pois possibilitava a admissão à publicação nas editoras que surgiam em meio à ampliação do mercado editorial brasileiro, na segunda metade da década de 1930. Joel Silveira dedicou sua produção jornalística às crônicas, resenhas e perfis nos periódicos *Dom Casmurro* e a *Diretrizes*, mas não abandonou a produção de contos, novelas e poemas, como parte integrante do seu trabalho intelectual. Aliás, ele intercalou, nos anos 1940, as publicações ficcionais, as edições de reportagens e entrevistas. Mesmo com a visibilidade que a reportagem *Grã-finos de São Paulo* lhe trouxe, Joel Silveira continuou escrevendo e publicando seus textos literários por décadas durante o século XX.

A retórica política da polêmica

Uma das armas utilizadas em seu arsenal retórico foi à utilização da polêmica, em especial, nas discussões acirradas em que se envolveu (La Capra, 2013, p.99). Neste

sentido, Silveira fez uso desta estratégia política com fim de questionar os parâmetros da crítica literária vigente, ao analisar diversas obras dos escritores renomados como Dostoiévski, aos mais jovens autores candidatos a literatos, que pleiteavam um espaço na "Seara alheia" (Silveira, 1937, p.6). A "Seara", tornou-se um campo de embates políticos na trajetória de Joel Silveira. Título de uma de suas colunas, escrita para o Jornal literário *Dom Casmurro* (1937-1946), o autor corroborava sua pretensão em participar dos debates do campo literário na condição de interlocutor intrometido, num campo que não fazia parte do seu ofício.

Ao utilizar a sátira, Silveira afirmou mais tarde, na coluna "Podia ser pior...", publicada semanalmente no *Dom Casmurro*, o uso de uma retórica que almejava tripudiar os nomes notórios da intelectualidade brasileira. Ele expunha as incongruências da linha de pensamento de um escritor renomado e, assim, iniciava a polêmica visceral. Um caso exemplar ocorreu nos desdobramentos de uma entrevista do escritor José Lins do Rego ao *O Jornal*, quando tratou Marques Rebelo, como "o grande contista", diz Silveira (1939, p.2). Não obstante, Silveira alega que um ano antes, em setembro de 1938, Lins do Rego escreveu um texto onde argumentou que Rebelo não era contista, mas "cronista". Silveira, então, aproveita a oportunidade para desconstruir as ideias do autor de *Fogo Morto*, utilizando da ironia, sarcasmo e humor (Eagleton, 2020, p.20).

É neste contexto, que Silveira rebateu a leitura parcialmente elogiosa, de Mário de Andrade sobre livro de contos, *Onda Raivosa*. Quando de sua publicação, em 1939, o livro abriu o espaço almejado por ele entre a intelectualidade brasileira, pois a crítica do autor de *Macunaíma* reverberou numa polêmica de grande repercussão entre os intelectuais que o tornou plenamente visível. Na trama da leitura crítica do livro de contos de Joel Silveira, estavam os escritores Mário de Andrade, Graciliano Ramos e, por fim, Jorge Amado. Os dois últimos eram próximos de Silveira, pois mantinham relações com os dois colaboradores do *Dom Casmurro*. É bem verdade, que o gosto pelos embates se tornou um dos emblemas do autor e, neste aspecto, é indispensável compreender as disputas em torno de livros. Não há, portanto, palavras vãs nestas controvérsias acaloradas, pois aí, o escritor urde sua imagem pública em torno de projetos políticos em disputa, que são expressas em inscrições estéticas de uma escrita política (Rancière, 2017, p.7).

Daí a crítica ter sinalizado o desdobramento da polêmica entre o sergipano e Mário de Andrade. Aliás, a controvérsia inicia-se na publicação de uma crítica ao livro *Onda Raivosa*, pelo crítico paulista. No texto intitulado "Palavra em falso", Andrade enfocou o problema do uso de certas palavras, tidas como artificiais na produção ficcional de alguns

autores brasileiros. Com efeito, no preâmbulo do texto do autor de *Macunaíma*, o leitor perceber a estratégia de velar o desfecho da análise, pois entre os escritores, incluiu Joel Silveira, naqueles que versavam uma retórica denominada por utilização de "palavras em falso":

> O Sr. Joel Silveira acaba de publicar um livro delicioso de contos, com Onda raivosa. Ele tem o senso poético das coisas e sabe ressaltar bem, dos casos e da alma dos personagens, o elemento da poesia, com muita delicadeza e um tom de humorismo carinhoso, sem sombra de perversidade. É também muito feliz a maneira hábil com que sabe misturar a paisagem e os elementos exteriores nos casos que conta ou nos seres que descreve. A repentina queda da chuva, por exemplo, no conto que dá nome ao livro, sem adiantar nada ao acaso, é um verdadeiro achado que intensifica (aliás ainda aí com bom senso humorístico) o drama que está se passando, e prende ainda mais a ansiedade do leitor. De toques assim, Onda raivosa se apresenta cheio (Andrade, 1939, p.2).

A análise de Mário de Andrade se mostra positiva no preâmbulo de abertura do texto. O crítico crê que Joel Silveira é um "verdadeiro achado" da literatura nacional. O livro, assim, avaliado de boa prosa, muda, todavia, de tom no segundo parágrafo de "A palavra em falso", quando o crítico descreve uma seguinte questão surgida na leitura do livro *Onda Raivosa*: "Estava eu pois me deixando embalar pelo suave encanto desse livro, quando cheguei ao conto "Natal com Margarida" (Andrade, 1939, p.2). Lembro que o conto em questão traz uma das personagens preferidas de Joel Silveira que, não por acaso, em 1940, publica o livro *Roteiro de Margarida*, talvez uma provocação à polêmica surgida após a leitura de Mário de Andrade.

Então, a questão do uso da "palavra em falso", sugerida por Andrade refere-se a um dos problemas estruturais da obra *Onda Raivosa*. Este indício de falsidade no uso de palavras, reverbera na questão política das figurações literárias, e de como os escritores constroem as tramas. Em disputa, há jogos políticos que revelam aquilo que Jacques Rancière trabalhou como as práticas estéticas:

> (...) a questão das práticas estéticas, no sentido em que entendemos, isto é, como formas de visibilidade das práticas da arte, do lugar que ocupam, do que "fazem" no que diz respeito ao comum. As práticas artísticas são "maneiras de fazer" que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade. [...] A questão da ficção é, antes de tudo, uma questão de distribuição de lugares (Rancière, 2005, p.17).

Saliento, a partir da leitura de Jacques Rancière, que existe um regime de práticas estéticas na literatura. Neste episódio literário, o problema da distribuição dos lugares na ficção, delimita a centralidade política quando personagens são figurados. E a eles são

distribuídos não só lugares, mas a própria fala como elemento central de atuação política. Isto porque, segundo Rancière, "A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobretudo o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo" (Rancière, 2005, pp. 16-17).

Em verdade, a crítica de Mário de Andrade defende quais seriam as competências requeridas ao escritor no manejo das palavras, que seriam falsas ao serem atribuídas a alguns personagens. Segundo, Jacques Rancière, a questão da relação entre estética e política vincula-se "na partilha do sensível e na sua reconfiguração, recortando espaços e tempos, sujeitos e objetos, o comum e o singular" (Rancière, 2023, p.39). Assim, ao ler o conto, "Natal com Margarida", Mário de Andrade encontra um problema na voz do narrador ao comentar o personagem e, neste sentido, a uma falsidade nestas palavras que se propõe nomear o sentimento da personagem:

> Pra explicar sem aspereza quem é esta Margarida da roça, basta lhe citar esta frase, no diálogo com o amante: "Você há de se aborrecer de mim, como os outros". É portanto uma mulher que já passou por outros amantes, que a todos amou com sinceridade roceira, e está muito tristonha numa noite de Natal, contemplando a sua própria vida de infeliz. E chora. Neste momento o Sr. Joel Silveira escreve assim: "- Não tenho mais jeito. No dia em que eu estiver velha o que vai ser? Tenho que pedir esmola. Sair de mochila pelas ruas pedindo esmola. – Soluçava como uma perdida". Ao ler esta última palavra tive um sobressalto desagradável. Como é que o escritor delicado deixara escapar essa alusão grosseira ao que era a pobre da Margarida. A palavra soara totalmente em falso. Bem sei que ele só teve intenção de explicar que a mulher se entregara ao pranto, estava "perdida" nas lágrimas, mas dizer da pobre moça que "soluçava como uma perdida", era empregar uma palavra de péssimo sabor trocadilhesco. Um cochilo (Andrade, 1939, p.2).

Mário de Andrade identificou como problema principal da obra de Joel Silveira o emprego falso da palavra "perdida", que não seria a mais apropriada, em sua opinião, ao situar a fidelidade no pranto da personagem Margarida. A rigor, a questão desta personagem de Joel Silveira, trouxe ao debate os "esquemas de pensamento" e a forma de interpretação do crítico (Rancière, 2021, p.8). Andrade salientou não só um problema na precisão da descrição das emoções da personagem, mas, sobretudo, esboçou uma política de interdição à percepção dos afetos, na voz do narrador do escritor sergipano.

O comentário do crítico paulista vincula-se a uma das teses da "técnica do crítico" exposta por Walter Benjamin, quando se trata de pensar a análise de uma obra literária e a questão da polêmica exerce um papel imprescindível. Diz na tese "IX. Polêmica significa aniquilar um livro em poucas de suas frases. Quanto menos se estuda, melhor. Só quem é capaz de aniquilar é capaz de criticar" (Benjamin, 2011, p.30). Na próxima

tese, Benjamin narra que "a polêmica genuína põe um livro diante de si tão amorosamente quanto um canibal prepara para si um bebê" (Benjamin, 2011, p.30).

De certa forma, Mário de Andrade tornou público, não só o emprego de uma "palavra em falso", mas uma questão geral, delineada nos seus escritos, que estaria associada à falta de cuidado com o uso das palavras que grassava na literatura brasileira na década 1930 (Lafetá, 2000, p.164).

Elias Davidovitch (1908-1998), novelista comentado no texto de Andrade, autor de "*Uns homens que eram deuses"* (Davidovitch, 1939), também teria incorrido no cochilo do uso das palavras em falso. Segundo Mário de Andrade, Davidovitch utilizou da "palavra em falso" no humorismo enquanto qualidade de experimento estético. Daí ele diz "o livro não terá a unidade apresentada pelo Sr. Joel Silveira, antes é irregular, com descuidos violentos de linguagem, certa monotonia na invenção, talvez derivada de algum complexo..." (Andrade, 1939, p.2). Designa, portanto, Davidovitch à condição de escritor relapso, sem zelo com a linguagem. Agrega, ainda, o problema dos personagens:

> Quase todos os heróis acabam decaindo, se entregando à embriaguez e à vadiagem, por causa de um amor espezinhado. Mistura de falso brilho intelectual, um conceituoso pessimismo, um cinismo semostrador, em que péssimas influências se reúnem. Como estilo há páginas notáveis, pela naturalidade da dicção, clareza e espontaneidade de pensamento, ao lado de descaídas, preconceitos gramaticais, que uma simples crítica mais desimpedida alimparia. Além desses caracteres, o sr. Elias Davidovich tem um senso raro do grotesco. A horas tantas, o autor, que não se recusa a reconhecer influências tão discutivelmente apreciáveis como Vargas Villa e Pitigrilli, cita Goya. Aliás, dizendo que Los caprichos são telas, quando são gravuras. Pois há um tal ou qual sabor goyesco em muitas passagens do contista. A descrição do casamento, em "Marcha nupcial", é uma página quase esplêndida como grotesco (Andrade, 1939, p.2).

Segundo Mário de Andrade, em Davidovich, as "palavras em falso" são "propositais", "que exigem a atitude crítica do leitor pra que o humorismo se realize" (Andrade, 1939, p.2). Andrade observa ainda um "estupendo grotesco" no conto "Eu e meu barbeiro", onde o "barbeiro e esposa do freguês se apaixonam um pelo outro, e o freguês, embora ainda amando a mulher, a entrega ao seu barbeiro de muitos anos" (Andrade, 1939, p. 2). O caso de amor entre o barbeiro e a mulher do freguês é um típico exemplo do uso da "palavra em falso", atestou Mário de Andrade: "A espera do domingo, dia de folga, as frases muito sérias do barbeiro: "Se assim é, espero que esta comoção íntima não perturbe a nossa camaradagem, a esperança financeira que ele ainda guarda de continuar barbeando aquele ótimo freguês, a recusa deste, tudo é de mão de mestre" (Andrade, 1939, p.2). Mário de Andrade constata a falta de cuidado, de "vontade artística"

neste livro de Davidovich. E, adensa a crítica, ao descrevê-lo como um contista que trabalhou com "palavras em falso", "provenientes de pressa, falta de domínio da linguagem e descuidos de autocrítica" (Andrade, 1939, p.2).

Amadeu de Queirós (1873-1955), autor referido por Mário de Andrade, ao utilizar a "palavra em falso" no livro *Os casos do Carimbamba,* aparece-lhe "na posse completa de seu estilo e personalidade" (Andrade, 1939, p.2). Contudo, Andrade o vê referir-se ao "clarim dos passopretos" (Andrade, 1939, p.2). Para o crítico, Queirós usou uma "imagem falsa", "porque o canto dos pássaros pretos não se assemelha de forma alguma ao timbre do clarim" (Andrade, 1939, p.2). Mário de Andrade, então, sugere ao escritor Amadeu Queirós outra palavra próxima à empregada por Joel Silveira:

> Aqui, si, ficaria bem "assovio", "apito", palavras tão ao gosto do sr. Joel Silveira, escritor agradável de se estudar, por causa dos seus "complexos". "Complexo" seria o do ruído de motor das padarias ("Onda raivosa" e "Um homem acordado..."). E como o sr. Joel Silveira é um auditivo, o assovio, e o apito noturno lhe percorrem quase todos os contos. Chega a dizer "assoviando como as cigarras", em que o assoviar é uma palavra em falso, tanto por serem inassimiláveis os dois timbres, como porque a cigarra obtém som por percussão, e o assovio é um sopro (Andrade, 1939, p.2).

A imprecisão no emprego de palavras é, portanto, uma das características do que Mário de Andrade denominou do uso da "palavra em falso" nestas obras, compulsadas em sua crítica ao livro *Onda Raivosa*, de Joel Silveira. Ainda, Amadeu de Queirós, utilizara, segundo o crítico, outra nuance deste recurso no livro *Auto de perguntas*: "Me refiro às que derivam diretamente da linguagem gramatical, onde o gosto e os preconceitos variam muito. E, tanto mais que a língua nacional está no embaralhado período de sua formação" (Andrade, 1939, p.2). Ademais, o uso da "palavra em falso" é vaticinado pelo crítico, em indício de uma desordem na língua portuguesa praticada no Brasil. Ele exemplifica o problema no texto "Testemunha jurada" de Amadeu Queirós: "Horácio costumava dizer aos oradores: Sê breve e agradarás. Erro nenhum, como se vê, mas um desequilíbrio de concordância que soa em falso, como se fosse um erro" (Andrade, 1939, p.2). Mário de Andrade, enfim, assevera que todos os escritores citados em seu artigo estão repletos de exemplos, onde usaram desmedidamente "a palavra em falso".

Do mesmo modo, o crítico descreve o problema na obra do escritor Newton Sampaio. O autor dos *Contos do sertão paranaense*, segundo Andrade, havia utilizado desse expediente do recurso da "palavra em falso", nos seguintes "ecos desleixados": "VoltaRIA. E não seRIA eu iRIA...", "comenTÁRIO diÁRIO", escreve o sr. Joel

Silveira" (Andrade, 1939, p.2). Enfim, cada peculiaridade conferida ao conceito "palavra em falso", é remetido ao livro *Onda Raivosa*, na qualidade de emblema de uma crise da língua portuguesa.

O autor de *Macunaíma* conclui o texto reportando ao problema da "palavra em falso", e seu desdobramento, na questão da simplicidade. Não seria adequado para Andrade, pensar nesta vertente, pois seria "uma ponte de simplificação e penúria da verdade que graças a Deus sou incapaz de transpor" (Andrade, 1939, p.2). Porém, a simplicidade se enquadraria em um "atingimento de estilo, como no Machado de Assis do *Memorial de Aires*, ou no sr. Amadeu de Queiróz, muito que bem: é uma admirável ou ótima qualidade" (Andrade, 1939, p.2). Ou seja, existiria uma tradição consentida na literatura brasileira, que poderia utilizar a simplicidade enquanto qualidade literária, não é o caso, de Joel Silveira e dos demais escritores citados na crítica de Andrade. Daí o crítico paulista afirmar peremptoriamente:

> Mas imagine-se o que seria a simplicidade, mesmo apenas na dicção, para um Kant, um Proust, para um Euclides da Cunha. Não é a simplicidade que deva-se recomendar e elogiar à bessa, como ideal de escritura. Isso é simplorismo, é curteza de vista, é comodismo, é impor sua economia pra micagem dos outros. É um academicismo também. É falta de objetividade também. O ideal, digo mais: a lei moral do artista digno, é o fazer melhor, o esforço contínuo de se realizar cada vez melhor em sua personalidade. E não dormir conformistamente sobre um quarto de dúzia de coisinhas de mestre-escola sem verifica-las a cada passo de evolução de sua personalidade. O quartanista ginasiano bem comportado, também escreve simples. Não por atingimento porém: por incapacidade (Andrade, 1939, p.2).

As armas foram postas nesta crítica de Mário de Andrade. Isto é, a crise na língua nacional identificada na crítica ao uso da contumaz da denominada "palavra em falso". Nesta percepção, salientou a atitude conformista ao ideal de arte simples, oriunda de um pensamento pueril, ou, em suas palavras, na figura do "quartanista ginasiano" (Andrade, 1939, p.2). Dentre os autores referidos, o único estudante era o escritor Joel Silveira, que havia abandonado a faculdade de bacharelado em Direito durante o período deflagração do golpe do Estado Novo, em 1937. Logo, havia na abordagem crítica de Andrade, um questionamento do lugar de Silveira, que se propunha escrever ficção, sem ao menos superar as limitações no uso da língua portuguesa, demonstrando a ausência de rigor linguístico e aos limites impostos à formação ginasial.

A provocação estava deflagrada neste ensaio de Mário de Andrade, ao que Joel Silveira responde em sua coluna "Podia ser pior...", no *Dom Casmurro*, com o texto "Fala um tostão" (Silveira, 1939, p.2). Silveira espantou-se com o estranhamento do crítico

quanto ao trecho referido na "Palavra em Falso". O pranto de Margarida não estaria, na acepção do autor de *Onda Raivosa*, equivocado, pois Mário de Andrade pegara o "bonde errado":

> (...) no Norte, pelo menos em minha terra, pelo menos em Aracaju, à gente diz que uma pessoa "chorava como uma perdida", como se dissesse que ela "chorava desenfreadamente". Eu não quis dizer que minha adorada Margarida estava "perdida" nas lágrimas. Eu quis dizer que Margarida chorava muito, muito mesmo, sem intervalos, chorava como uma sem salvação, "chorava como uma perdida". Além de tudo, quem leu minhas tolices reunidas no livro, verá logo que eu não seria capaz de maltratar a minha melhor personagem. Pelo contrário, fiz o possível para amaciar a sua vida, arrancando dela as passagens mais puras e mais belas, deixando de mão certos momentos que dariam ótimos comentários e tramas, mas que, de modo, apagariam de mim a figura da Margarida que quero sempre, ter diante dos olhos: a Margarida sem ódios, nem espinhos. Mas o senhor Mario de Andrade é de São Paulo e eu sou de Sergipe. O sr. Mario de Andrade conhece profundamente o folclore, mas o folclore que está colecionado nos livros. Eu falo a linguagem da minha terra, e esta linguagem não está completamente abafada pela linguagem da terra estranha (Silveira, 2, setembro, 1939, p.2).

Joel Silveira, então, respondeu à provocação do crítico ao demonstrar a arrogância e a falta de conhecimento das formas de falar, em especial, no Nordeste brasileiro. Ele remete a imagem de Mário de Andrade a de um intelectual de gabinete, portanto, sem respaldo para discorrer sobre a linguagem da personagem Margarida, inspirada na cidade de Aracaju dos anos 1930. É verdade que na década de 1920, Mário de Andrade publicou *O Turista Aprendiz (1983)*, onde recorreu a duas viagens, em um projeto orientado pela interdisciplinaridade. Entre 1928 e 1929, o crítico explorou o folclore nordestino, em especial, a cidade de Natal no período do Carnaval. Além disso, viajou aos estados de Pernambuco e Paraíba, à espreita da cultura popular.

Silveira, estrategicamente, retoma, em sua resposta a Mário de Andrade, a tentativa deste projeto etnográfico da segunda metade da década de 1920. Esta inferência de Joel Silveira, quanto à falta de conhecimento da linguagem no Nordeste por Mário de Andrade, vincula-se à força hegemônica dos escritores nordestinos sobre os temas em que a prosa traz figurações dessa região do Brasil, como os romances de Jorge Amado, José Lins, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz. Inclusive, todos esses escritores estão unidos no *Dom Casmurro*, principal veículo de oposição ao governo Getúlio Vargas, após a decretação do Estado Novo em novembro de 1937.

No transcorrer de sua resposta à crítica de Mário de Andrade (Moraes, 2007), Joel Silveira salientou o ponto favorável do livro *Onda Raivosa*. Silveira gostou da crítica de Mário de Andrade, especialmente, "porque ele foi justo" (Silveira, 1939, p.2). Daí

Silveira sugere a justiça de Andrade: "Não reconheceu em mim, nenhuma dessas "estrelas excepcionais", mas reconheceu que havia uma certa honestidade nas cenas e dos personagens descritos" (Silveira, 1939, p.2). Mário de Andrade, segundo Joel Silveira, "não apontou como um grande contista, um rival do sr. Marques Rebelo" (Silveira, 1939, p.2). O ponto alto da crítica referia-se, segundo Joel Silveira, à delicadeza, e a sábia utilização da mistura das paisagens e dos elementos exteriores. Aí, o contista diz que os colegas da redação do *Dom Casmurro* "são testemunhas do que escrevi acima: fiquei satisfeito e bastante orgulhoso com a crítica do autor de "Macunaíma", apenas fazendo aquela restrição: às palavras em falso existem no livro: "chorava como uma perdida", não fazem parte dela" (Silveira, 1939, p.2).

Jorge Amado, também se pronunciou a respeito do artigo de Mário de Andrade, referente a recepção do livro *Onda Raivosa*. O escritor de *Capitães da Areia*, à época, compunha a redação do *Dom Casmurro* no cargo de redator-chefe. Mas Joel Silveira não o poupou, ao introduzi-lo no debate que surgiu após a avaliação do crítico paulista:

> Com Jorge Amado acontece uma coisa interessante e rara entre nós: ele gosta de dar a sua opinião própria, gosta de estrilar quando vê qualquer coisa errada ou descabida. Um escritor português, por exemplo, escreve um artigo chamando os romancistas brasileiros de "primários", apontando neles a falta de conhecimento da vida, principalmente da vida subjetiva. Ninguém fala, ninguém protesta, ninguém se desculpa. Vai Jorge Amado e escreve um comentário, faz uma serie de deduções, aponta o nome de Graciliano Ramos, enfim, é a voz que falou por conta própria, já que a classe interessada ficou encolhida no seu conato, com receio de desgostar os avaliadores literários de além-mar (Silveira, 2, setembro, 1939, p.2).

Joel Silveira respondeu, ao crítico paulista, a acusação do uso da "Palavra em Falso", contudo, considerou irrefletida a posição de Jorge Amado, pois, a seu ver, o autor baiano colocara-se na condição de porta-voz dos escritores brasileiros. Nesta ocasião, segundo Joel Silveira, Jorge Amado utilizara-se do mesmo artifício ao questionar Mário de Andrade por sua crítica à *Onda Raivosa*. Silveira diz que o artigo fora publicado no *Dom Casmurro*, "tornou-se um comentário meio melancólico que grita: Mário de Andrade de ontem onde estás que não responde?" (Silveira, 1939, p.2). O artigo citado foi divulgado na revista *Dom Casmurro*, e segundo nos instrui Marcos Antônio Mores, Jorge Amado "mostra Mário como totem caído, pálida sombra do mito revolucionário, decepcionando os jovens" (Moraes, 2007, p.164).

Silveira, então, apresentou um resumo do artigo resposta de Mário de Andrade, que expusera que o autor do comentário era conhecido e o admirava há muito tempo. Daí Silveira considerou necessário explicar a definição de "tostão" na literatura:

> Depois separou os valores literários em duas classes: os valores reais e os falsos valores, definição, aliás, muito antiga. Estes valores reais o sr. Mário de Andrade chama de cinquenta contos de réis: os falsos valores são os tostões. Exemplo, o sr. Mario de Andrade, com óculos, cultura, espírito e tudo. Inclusive fichário e biblioteca, representa a gordíssima soma de cinquenta contos de réis, em cédulas provindas do Banco do Brasil. Eu, com toda a validez, com todos os intestinos arruinados por uma alimentação deficiente, com toda a ignorância, ousadia e burrice: valho simplesmente um tostão, um microscópico tostão sem utilidade. Como se vê, a distinção é sábia. Há os crespis da literatura e há os tostões os João-Ninguém. Há os Matarazzos do ensaio, do romance, da crítica e da poesia, e há os trocos. Há capitalismo e há o proletariado – a velha história de sempre. Ora, muito sábio e hábil, o sr. Mário de Andrade, bem alimentado e bem instalado na vida, não iria logicamente voltar-se, na sua defesa, contra os cinquenta contos de réis. Voltou-se contra os tostões. Quem escreveu o comentário contra ele foi um Crespi da literatura. Mas os tostões pagam o pato. Os tostões nada podem fazer contra o sr. Mário de Andrade. Não tem nome, não tem bagagem literária, a que eles dizem não propaga, não faz eco, o que eles plantam não cria raízes. Os tostões ruminarão o seu ódio, simplesmente. Ódio frágil e sem alento, ódio que nem chega a estrelar (Silveira, 2, setembro, 1939, p.2).

O autor sergipano, portanto, definiu os tostões como metáfora de uma situação corriqueira na vida dos escritores iniciantes (Ricouer, 2015). A disputa pelo espaço literário está na trama deste debate estético político, pois a avaliação de um crítico da envergadura de Mario de Andrade, delimitava os lugares que os autores iniciantes auferiam nas editoras.

É perceptível, ainda, nas palavras de Silveira, um sentimento latente de humilhação e ressentimento nestas palavras contra a atitude desmesurada de Mário de Andrade. Certamente, a questão revelada neste embate entre crítico e o escritor descortina uma situação de humilhação e de sentimentos políticos. No caso da literatura, não é diferente, visto que, existe a situação de uma oposição ao desigual, como nos adverte Pierre Ansart. Não há somente um jogo político de um escritor em início de carreira contra a figura emblemática da crítica na primeira metade do século XX. Existe aí, o aspecto denominado por Ansart de "situação humilhante" que revela a impotência de não "ser respeitado" (Ansart, 2005, p.15). Isto é, a ideia da humilhação refere-se, como adverte Ansart, a pessoa "ser atacada em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua autoimagem" (Ansart, 2005, p.15).

Silveira ainda acusa Andrade de criar "em redor de si uma aureola intransponível" (Silveira, 1939, p.2). Isto é, ele utilizara, segundo Silveira, de uma "técnica antiquíssima e conhecida": "apoia às imagens e cospe nos adoradores" (Silveira, 1939, p.2). Esta ideia seria, para Joel Silveira, sustentada na hipótese de trabalho do crítico que relatara: "Pouco

importa o cuidado artístico admirável de um Graciliano Ramos, o Lirismo Iluminado de um Murilo Mendes, a personalidade talentosa de um Lins do Rego" (Silveira, 1939, p.2). De sorte que, autores de visibilidade editorial e intelectual, não eram tratados com o rigor, que os iniciantes escritores, na ótica de Joel Silveira. Ele resume, assim, o tratamento desigual dispensado pelo crítico aos jovens:

> É que o sr. Mário de Andrade não vê em nós, os tostões, meia dúzia de rapazes que andam atrás da vida, rapazes que lutam pelo pão de cada dia, que andam de redação em redação vendendo o que a cabeça permite fazer mal alimentados, mal vestidos, deficientemente instruídos, sem conforto material de espécie alguma, sem alegrias e sem esperanças (Silveira, 2, setembro, 1939, p.2).

O depoimento de Joel Silveira aludiu, decerto, às condições de como chegavam ao Rio de Janeiro, jovens que encontravam nas redações de jornais literários um meio de sobrevivência (Ansart, 2019, p.11). Questionou, pois, Mário de Andrade: como, naquela atual situação, com a precariedade da falta de estrutura da capital federal, sem bibliotecas, cursos, universidades, "como conseguir cultura?" (Silveira, 1939, p.2). Em resposta a acusação do uso indevido da "palavra em falso", Joel Silveira recorre ao campo político. Ou seja, afirmou indiretamente que o problema na literatura brasileira era resultado da política do Estado Novo, ao qual, o crítico paulista esteve associado em vários cargos. Ele tornou-se, então, a voz desafiadora entre os companheiros da revista carioca *Dom Casmurro das condições sociais dos escritores advindos dos vários estados dos brasileiros: "*Aí meu Deus, infelizmente os tostões são muitos. Só aqui no DOM CASMURRO nós temos bem uns oitocentos mil deles" (Silveira, 1939, p.2).

Mário de Andrade retomou o debate às críticas de Jorge Amado, no artigo "A Raposa e o Tostão" (Andrade, 1939, p.2). Ele não só respondeu ao escritor baiano, mas também, estocou Joel Silveira, ao utilizar a metáfora do Tostão como sua referência imediata. Na opinião de Mário de Andrade, o país estava vivendo um "dos períodos mais brilhantes da sua criação artística" (Andrade, 1939, p.2). Em todas as áreas, o crítico via "apenas algumas genialidades isoladas" (Andrade, 1939, p.2). Contudo, somente no âmbito da literatura, ele percebeu um número crescente de "poetas e prosadores que, de norte a sul, unificam o país dentro da mesma força criadora e da mesma riqueza de manifestações variadas" (Andrade, 1939, p.2). Isto é, Mário de Andrade salientou, naquele final da década de 1930, o número vertiginoso de autores, mas sem identificar inovadores. Daí ele passou a analogia monetária para dizer que "não há riqueza sem trocos miúdos" (Andrade, 1939, p.2). O escopo da argumentação do crítico está na ideia de que "na riqueza nem tudo são cheques de cinquenta contos, mas há notas de cem mil réis, dez

mil réis e até moedinhas de tostão" (Andrade, 1939, p.2). De acordo com Mário de Andrade, a crítica teria essa missão "incivil e antipática, chamar ao tostão pelo seu modesto nome de tostão" (Andrade, 1939, p.2). E explica seu parâmetro crítico para tratar da literatura brasileira da linha do tostão:

> Seria simplesmente imbecil negar o valor das obras menores, porém nem seria possível estuda-las sob o ponto de vista do absoluto das obras primas que as repudiaria, nem seria útil estuda-las em suas mensagens particulares, demasiado restritas para irem além do autor e dos amigos do autor. As obras menores são importantíssimas, porém o seu valor é mais relativo que independente. Alimentam tendências, fortificam ideais, preparam o grande artista e a obra-prima fazem o claro escuro de uma época, e lhe definem traços e volumes muito mais que as grandes obras. Que estas, por isso mesmo que são grandes, passam imediatamente para o domínio do absoluto. Em sua função de quotidianidade, nuas, sem o revestimento aparatoso e eterno da genialidade, as obras menores nos mostram muito melhor os traços, as qualidades e os defeitos numa época. E o que vemos atualmente? (Andrade, 27 de agosto, 1939, p.2).

Esta definição da atividade crítica feita por Mário de Andrade evidencia o quanto a crítica literária brasileira norteava-se pela divisão entre os "grandes escritores" e os "escritores menores". A situação em questão está diretamente vinculada ao peso político do crítico paulista em relegar ao segundo plano, autores não aprovados por seu crivo. Assim, alguns dos jovens do semanário *Dom Casmurro*, seriam os tostões de "algum valor", mas que na opinião do crítico são "apressados inteiramente despreocupados de arte, ignorantes dos problemas de forma, na mais paradisíaca e melancólica de que escrever romance e poemas é deixar correr a pena sobre o papel" (Andrade, 1939, p.2). Deste modo, Mário de Andrade referiu-se ao Modernismo (Faria, 2006) como movimento que "abrira certas portas à liberdade de criação, mas eles que se puseram a destruir todas as muralhas!" (Andrade, 1939, p.2). Ou seja, ele conferiu o crédito a liberdade nas artes exclusivamente aos modernistas, enquanto isso, os jovens escritores ao tomarem a "palavra em falso", eram os destruidores das referências da língua portuguesa nacional.

Como protagonista da Semana de 1922, Mário de Andrade se colocou como guardião da forma. O historiador Daniel Faria, ao pensar as implicações políticas da Semana de 1922, da qual, Mário de Andrade foi um dos ícones, afirma a seguinte questão importante:

> A Semana de Arte Moderna se constituiu como marco simbólico de um grupo que se apresentava como legítimo condutor da cultura brasileira. Frequentemente entendida por seus representantes como um campo de batalha, a cultura era o lugar onde as armas seriam obras de arte e, sobretudo, a capacidade de se impor pelas palavras. Palavras cuja autoridade adivinha do fato de serem proferidas por artistas inspirados

> por uma espécie de fúria sagrada, que se acreditavam inauguradores de uma nova idade civilizacional (Faria, 2000, p.22).

Por isso, a atitude de Mário de Andrade, ao alegar que não haveria espaço para o que definirá de formalismo parnasianismo, não deveria incluir tudo como faziam os rapazes de 1939, com o uso indiscriminado da "palavra em falso".

O problema seria uma confusão, segundo Mário de Andrade, entre o significado de "dissolução e libertinagem" (Andrade, 1939, p.2). Andrade, então, sugeriu a leitura da obra de Manuel Bandeira a fim de compreender a "adequação de uma forma ao seu conteúdo, o valor da expressão linguística exata, e o perigo de uma palavra em falso, capaz de sacrificar uma mensagem" (Andrade, 1939, p.2). Diretamente, o autor de *Macunaíma*, diz a quem embaraça sua atividade crítica no *Diário de Notícias* carioca:

> Embebedados de glória, com as cabeças alcoolizadas de esperança fácil e já se imaginando outros tantos Erico Verissimo ou Jorge de Lima, os moços escrevem e publicam, celebres de antemão. Pois o sr. Marques Rebello também não é celebre? Porque não o serei também! E uns se desiludem porque não lhes dou logo ao primeiro livro honras de um inteiro rodapé, e outros se ofendem porque vou lhes tirar das obras os exemplos que me servem para desenhar as falhas do tempo atual. (Andrade, 27 de agosto,1939, p.2).

Em seguida, Mario de Andrade respondeu retamente a Joel Silveira, visto que partes do livro de contos *Onda Raivosa* haviam sido citadas na argumentação sobre o problema do uso da "palavra em falso". Além disso, ele mencionou a jovialidade dos rapazes que almejavam serem contados na condição de autores consagrados, como Érico Veríssimo e Jorge de Lima.

O peso da opinião da raposa foi revelado, visto que, o crítico expusera sua metodologia, ao dividir os escritores entre "os gênios" e os "sem brilho literário" (Andrade, 1939, p.2). Os primeiros são figurados como preparados para exercício da linguagem, a exemplo Luiz Jardim, que Mário de Andrade situa na condição de "estreante excepcional"; os outros autores, foram enquadrados em sonhadores por glória, mas sem condições de alcançá-la, por única razão da precária linguagem. Andrade, então, alega que na "questão da riqueza, não existem apenas os contos e os cem mil réis: há que não permitir no tesouro a entrada das notas falsas" (Andrade, 1939, p.2). Na condição de crítico, não era possível, no sentido de Andrade, admitir os que não possuíam qualidades mínimas de expressividade de linguagem, sendo, portanto, vedados ao exercício da escrita a essa estirpe de autor.

O lugar do Tostão em debate

Em resposta à crítica de Mário de Andrade, Jorge Amado publicou no *Dom Casmurro*, o texto "A solidão é triste" (Amado, 1939, p.2). O crítico paulista havia citado, em seu texto, que um escritor[3] cometera uma grande injustiça ao avaliar a diretriz que conduziria as suas avaliações literárias, anunciou o escritor baiano. O texto em questão, intitulado "A raposa e o Tostão", publicado na seção "Vida Literária", do jornal *Diário de Notícias*, ao final de agosto de 1939. A raposa é uma figura clássica, trabalhada por Esopo em suas Fábulas. Por vezes, a raposa se apresenta em oráculo da sabedoria aos outros bichos na fábula (Esopo, 2012). Segundo Mário de Andrade, um jovem redator de um jornal literário enviara correspondência com a seguinte questão: "Só não compreendemos é quando você fala no valor essencial da forma e quando cata defeitos de linguagem, porque isso nos desnorteia" (Andrade, 1939, p,2).

Jorge Amado responde com uma provocação ao crítico, ao concluir que ele havia sucumbido a sua forma de analisar a estética, e por isso, "foge para sua torre de marfim" (Amado, 1939, p.2). Observou, assim, que a postura crítica de Mário de Andrade está perfeitamente definida ao final do seu último artigo: "Tudo é possível neste mundo vasto, mas também é incontestável que somente na solidão encontraremos o caminho de nós mesmos" (Amado, 1939, p.2). A solidão, na ótica de Amado, estava encarnada na figura do crítico paulista:

> Mário de Andrade esquece que o verdadeiro criador, o verdadeiro artista, tem de olhar a vida cara a cara, se misturar com os homens, gozar com eles, sofrer com eles, e sofrer por todos. Só em função da humanidade pode existir a grande obra de criação. O mais são tristezas, mesquinhas tristezas (Amado, 1939, p.2).

Haveria um embate entre os escritores que apostam no viver próximo da sociedade, como parte da atividade literária: neste aspecto, Jorge Amado remeteu às narrativas produzidas por escritores nordestinos que figuram personagens que sofrem os reveses da caminhada; mas, ainda, havia outros que se encastelam longe do teatro da vida, no caso de Mário de Andrade, por isso, só lhes restam à solidão como retribuição.

Em "Os sapateiros da literatura", Graciliano Ramos participou do debate deflagrado com a crítica de Mário de Andrade, ao uso descuidado da "palavra em falso" na produção literária do final do decênio de trinta. O autor de *Vidas Secas*, alertou a seriedade da discussão sobre "a literatura feita à pressa, abundante nestes dias de confusão" (Ramos, 1989, p.183). Na síntese do problema, segundo Graciliano Ramos, Mário de Andrade defendia que "um sujeito que se dedica ao ofício de escrever, precisa, antes de tudo, saber escrever" (Ramos, 1989, p.183). Ao que constava, o problema fora

tratado pelo escritor Rubem Braga, que também chegará à mesma conclusão do crítico paulista, assim lembrou o escritor alagoano. O sapateiro, na acepção de Graciliano Ramos, é comparado ao ofício de escritor, quando afirmou que "dificilmente podemos coser ideias e sentimentos, apresentá-los ao público, se nos falta a habilidade indispensável à tarefa, da mesma forma que não podemos juntar pedaços de couro e razoavelmente compor um par de sapatos" (Ramos, 1989, p.183).

A questão abordada aqui, mobilizou a figuração do escritor na condição do artífice da palavra (Sennett, 2020). Com efeito, a questão evocava a oficina de um artífice, sobretudo, a imagem de "um homem de idade cercado de aprendizes e ferramentas" (Sennett, 2020, p.29). Logo, Graciliano Ramos atribuiu a metáfora do sapateiro que desenvolvia seu ofício, como expressão dos escritores numa atividade manual. Outrossim, a resposta de Ramos é uma linha interposta por Joel Silveira que estaria entre os escritores, quando afirmou que Mário de Andrade era um "homem de cultura e gosto, não iria aproximar um escritor dum operário". Tal como Joel Silveira fizera ao dividir os escritores entre os capitalistas e os proletários. Pois, os rapazes do *Dom Casmurro* seriam mesmo os "sapateiros da literatura". Não haveria, "razão por que eles torceram nariz à opinião do crítico", ressaltou Graciliano Ramos:

> Não se zanguem, é isto. Somos sapateiros, apenas. Quando, há alguns anos, desconhecidos, encolhidos e magros, descemos das nossas terras miseráveis éramos retirantes, os flagelados da literatura. Tomamos o costume de arrastar os pés no asfalto, frequentamos as livrarias e os jornais, arranjamos por aí ocupações precárias e ficamos na tripeça, cosendo, batendo, grudando (Ramos, 1989, p.184).

A atitude do escritor alagoano foi de incluir-se entre os jovens da revista *Dom Casmurro*, pois, são como ele, em sua grande maioria, escritores nordestinos, que buscaram o Rio de Janeiro a inscreverem-se na atividade literária e intelectual. Não deixou, portanto, de concordar com a teoria dessa divisão entre os escritores da elite de um lado, e de outro, os tostões sem nome, sapateiros da literatura em busca de várias ocupações que lhe rendessem ao mínimo a subsistência, no caso, o jornalismo e a literatura.

Graciliano Ramos cria que realmente existiam escritores nomeados burocraticamente. A figuração dessa linhagem de literatos seria próxima à vislumbrada por Joel Silveira, pois "eles se vestem bem, comem direito, gargarejam discursos, dançam, conversam besteira com muita suficiência", afirma o autor de Vidas secas (Ramos, 1989, p.184). A juventude do *Dom Casmurro* constituía "uns pobres-diabos, que não sabem fazer nada disso", advertia Graciliano Ramos. O caminho da resposta a Mário

de Andrade anunciava que o mesmo aderiu à ideia de Joel Silveira. Irônico, Graciliano Ramos enfatizou essa desqualificação dos rapazes do *Dom Casmurro* com sarcasmo: "Peçam ao Sr. Joel Silveira ou ao Sr. Wilson Louzada uma conferência a respeito do namoro e verão o desastre: as moças da plateia se chatearão horrivelmente" (Ramos, 1989, p.184). Aos "desgraçados" do *Casmurro*, na ótica de Graciliano Ramos, só restaria à utilização apropriada dos instrumentos da sapataria, ou seja, que a "faca e as sovelas sejam bem manejadas" (Ramos, 1989, p.184). Graciliano Ramos, então, defendia o direito das "criaturas famintas", os rapazes nordestinos, de escrever e, além disso, manejar com sofisticação seu ofício (Ramos, 1989, p.184).

Em outro artigo datado de 1939, "Os tostões do sr. Mário de Andrade", Graciliano Ramos deu seguimento ao debate entre o crítico e Joel Silveira. O lamento do crítico paulista, ao "mau gosto e a imperícia que atualmente reinam e desembestam na literatura nacional", é avaliado novamente por Graciliano Ramos (Ramos, 1989, p.185). Daí ele relembrou a divisão proposta por Mario de Andrade sobre a classe de escritores brasileiros: "- a dos contos de réis, pelo menos de mil-réis, onde se metem alguns indivíduos que arrumam as ideias com desembaraço, e a dos tostões, gavetinha que encerra criaturas de munhecas emperradas e escasso pensamento" (Ramos, 1989, p.185). Nessa ocasião, Graciliano Ramos esboçou uma imagem curiosa de Joel Silveira: a de um "sergipano bilioso, incluiu-se modestamente na segunda categoria, tomou a defesa do troco miúdo, dos níqueis literários que enchem revistas, jornais, cafés, livrarias, cômodos ordinários em pensões do Catete" (Ramos, 1989, p.185).

Essa imagem de Joel Silveira é simbólica, pois expunha como um número crescente de nordestinos se aventurou no Rio de Janeiro, e não só pelos cursos acadêmicos, mas, sobretudo, pelo atrativo de serem reconhecidos como escritores. Os rapazes do *Dom Casmurro* engrossavam as fileiras de literatos, na participação de concursos literários, ou mesmo, na publicação de seus contos e novelas em um crescente número de revistas literárias que surgiam na capital federal. Em 1939, o *Dom Casmurro*, por exemplo, organizou um concurso de contos muito disputado, ocasião em que os vencedores viram seus textos publicados nas páginas deste periódico.

Graciliano Ramos observou essa particularidade dos jovens que se reuniam nas redações das revistas e jornais literários como ponto-chave ao debate sobre a crítica de Mário de Andrade. Para Graciliano Ramos, a exigência do crítico é de "acatamento à tradição e à regra" e, a partir dessa premissa, prossegue, "o jovem contista de *Onda Raivosa* se mostra desabusado e rebelde: não chega a atacar a cultura, mas refere-se a ele com tristeza, julga-a remota e inacessível ao homem comum" (Ramos, 1989, p.185). O

alagoano, então, definiu o embate em duas frentes: de um lado, o crítico diz que "há uma técnica na arte"; de outro, "o moço nortista repele semelhantes exigências" (Ramos, 1989, p.185).

O desagrado do autor de *Vidas Secas* encontra-se na postura parcial do crítico paulista, que "colocando em alguns escritores etiquetas com preços elevados e rebaixando em demasia o valor de outros, vai tornar antipática a boa causa que defende" (Ramos, 1989, p.185). Neste alerta, Graciliano Ramos temia que alguns se colocassem numa frente "demagógica": "Somos tostões, perfeitamente, um considerável número de tostões. Somem tudo isto e verão a quantia grossa que representamos" (Ramos, 1989, p.189). Daí nesta consideração residiria a falsidade, pois segundo argumentava Graciliano Ramos, alguém poderia dizer:

> Joel Silveira é dos nossos, inteiramente igual a qualquer um de nós. Ignorante que faz medo, nunca leu um livro. Conversa mal, não vai além destas pilhérias que a gente larga nos cafés. Mora numa casa cheia de pulgas, é amarelo como flor de algodão e tem a fala arrastada. Pobrezinho, com certeza come pouco ou não come. Pensa pouco ou não pensa. Um tostão como eu, como tu, como aquele (Ramos, 1989, p.186).

Este raciocínio de tostão é, para Graciliano Ramos, um problema a ser superado, pois considerava como debate morto. Mesmo que Joel Silveira tenha gritado ser "um tostão", afiançou Graciliano Ramos, que não há como enquadrá-lo nesta definição. Isto porque, diz Ramos, "Joel Silveira inventa uns negócios que sujeitos entendidos elogiam. Ora, se Silveira, tão arrastado, tão amarelo, tão barato, faz contos e crônicas interessantes, por que não faremos nós coisa igual?" (Ramos, 1989, p.186).

Em 1937, após a chegada ao Rio de Janeiro, Silveira escreveu na redação do jornal *Dom Casmurro* dentre outros periódicos, e seu nome já tornava-se conhecido como escritor alagoano e demais atores da intelectualidade brasileira. A publicação das colunas literárias aferiu seu repertório e o potencial do trabalho com a palavra. Este detalhe é importante na compreensão deste debate sobre o lutar dos escritores que migraram de várias partes do país, vislumbrando uma carreira intelectual durante a Era Vargas.

Por conseguinte, o debate iniciado por Mário de Andrade, encerrou-se com o pedido de Graciliano Ramos, para "por fim a confusão que nos pode render muito prejuízo" (Ramos, 1989, p.186). Ele alegava que já existia um número considerável de livros ruins. E, assim, advertia que "o sr. Joel Silveira não é tostão, nunca foi. Escreveu um excelente artigo para demonstrar que não sabe escrever" (Ramos, 1989, p.186).

O desfecho destes embates, ilustram os jogos políticos e as tramas envolvidas nas leituras da crítica especializada e, o quanto, Joel Silveira manejou a palavra, expondo as interdições de um campo eminentemente disputado. Com efeito, apesar desta querela, Silveira logrou – em sua trajetória- a imagem pública de um exímio escritor, disposto a escrever com clareza e estilo próprio.

A questão política destes debates literárias são centrais à compreensão da trajetória de Joel Silveira. Especialmente, por compreender nestas questões, elementos de sua atuação de escritor, que ousou trabalhar a linguagem não se restringindo ao jornalismo, mas, por uma produção literária significativa de contos e poemas, insistindo veementemente em expressar uma escrita crítica sobre o Brasil.

Referências

AMADO, Jorge. A solidão é triste... *Dom Casmurro*. Ano III, nº. 116. Rio de Janeiro, 2 de setembro, 1939, p.2.

ANDRADE, Mario de. A Palavra em falso. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 06, de agosto,1939, p.2.

ANDRADE, Mário de. A Raposa e o Tostão. Vida literária. *Diário de Notícias*. 27. de agosto. 1939, p.2.

ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. 2ª. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: Marson, Izabel; Naxara, Márcia (Orgs.). *Sobre Humilhação*. Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.

ANTELO, Raúl. As revistas literárias brasileiras. *Boletim de pesquisa NELIC,* v. 1, n. 2, p. 3-11, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. Obras escolhidas volume II – Walter Benjamin. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa, São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: EDUSP, Editora Unicamp, 2006.

DAVIDOVITCH, Elias. *Uns homens que eram deuses* (novelas), Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1939.

EAGLETON, Terry. *Humor*: o papel fundamental do riso na cultura. Tradução de Alessandra Bonrruquer. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ESOPO. *Fábulas de Esopo*. Tradução de Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 2012.

FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

FARIA, Daniel. *O modernismo que se tornou romântico*: literatura, política e brasilidade. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Unb, Brasília, 2000.

FERRARI, D. W. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*, Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. *Mal-estar na estética*. Tradução de Gustavo Chataignier e Pedro Hussak. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Editora Puc-Rio, 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*: Estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental, Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. Jacques. *Aisthesis*: Cenas do regime estético da arte. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Editora 34, 2021.

RANCIÈRE, Jacques, Jacques. *Políticas da escrita*. Tradução de Raquel Ramalhete et al. São Paulo: Editora 34, 2017.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Ed. 159ª. Rio de Janeiro: Record, 2019.

RAMOS, Graciliano. Os tostões do sr. Mário de Andrade (1939) In: RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*: obra póstuma. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

RICOUER, Paul. *A metáfora viva*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SENNETT, Richard. *O artífice*. Tradução de Clóvis Marques. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVEIRA, Joel. O mundo tenebroso de Dostoievsky. Seara alheia! *Dom Casmurro*, 24 junho, Rio de Janeiro, 1937, ano 1, n.7, p. 6.

SILVEIRA, Joel. Podia ser pior...*Dom Casmurro*. A Semana. 30/12/1939, p. 2.

SILVEIRA, Joel. 1939 e os intelectuais. A literatura brasileira em 1939. *Dom Casmurro*. 30-12-1939, p.7-11.

SILVEIRA, Joel. *Grã-finos em São Paulo e outras notícias do Brasil*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1945.

SILVEIRA, Joel. *Desespero*. Novela. Aracaju: Casa Ávila, 1936.

SILVEIRA, Joel. Ismael. Antologia do Conto moderno. *Correio da Manhã*. 14 de novembro, 1943, p. 1-2.

LA CAPRA, Dominick. *History & criticism*. Ithaca, NY, London: Cornell University Press, 1985.

LA CAPRA, Dominick. Retórica e História. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n.1, jan-jun., 2013.

LAFETÁ, João Luiz. *1930*: A crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

LIMA, Medeiros. Estreantes de 1939. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro. 09/03/1940, p.11.

LUCA, Tania Regina de. O jornal literário Dom Casmurro: nota de pesquisa. *Historiae:* Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande, v. 2, p. 67-81, Porto Alegre, 2011.

MORAES, Marcos Antônio de. *Orgulho de jamais aconselhar*: a epistolografia de Mário de Andrade. São Paulo: EDUSP, 2007.

QUEIROZ, Amadeu de. *Os casos do Carimbamba:* contos folclóricos. Rio de Janeiro: Editora a Noite, 1939.

[1] Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Trabalho desenvolvido no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Departamento de História da UNICAMP.

[2] 1939 e os intelectuais. A literatura brasileira em 1939. *Dom Casmurro*. 30-12-1939, p.7-11.

[3] O texto de Jorge Amado não foi assinado, por essa razão, Mário de Andrade não o reporta no texto "A raposa e o tostão" (Vida Literária. Rio de Janeiro, *Diário de Notícias*, p. 2, publicado 27/08/1939).

Artigo recebido em 10/08/2023

Aceito para publicação em 20/12/2023

“LIBERTEMO-NOS DOS REACIONÁRIOS, POIS A ESTRADA DA LIBERDADE ESTÁ AO NOSSO ALCANCE’’: Brasil Gerson e a América Latina no Jornal Tribuna Popular (1945-1946)

“LIBERTEMO-NOS DOS REACIONÁRIOS, POIS A ESTRADA DA LIBERDADE ESTÁ AO NOSSO ALCANCE’’: Brasil Gerson y la América Latina en el Periódico Tribuna Popular (1945-1946)

Adriano Soares SAMPAIO[1]

Resumo: O atual artigo pesquisa as discussões sobre os conflitos, tensões e histórias da América Latina a partir de uma coluna autoral presente no diário comunista *Tribuna Popular*. Interessa pensar as formas que certos tópicos e temas são divulgados na seção diária *Através das Américas*, no contexto do processo de democratização da sociedade brasileira e do estado de expectativa concreta do pós-guerra. Para que fosse possível desenvolver com qualidade as discussões feitas na coluna, foi preciso investigar a trajetória do escritor e intelectual Brasil Gerson, idealizador da coluna *Através das Américas*, para ser possível situar o encontro do produtor com a sua produção cultural no principal jornal do Partido Comunista em circulação no Brasil durante os anos da legalidade partidária. Para fundamentar a presente investigação, utilizou-se o conceito de ‘‘intelectual mediador’’ como categoria de análise histórica, referenciando-nos em Ângela de Castro Gomes.
Palavras-chave: América Latina, Intelectual, Imprensa, Partido Comunista.

Resumen: El artículo actual pesquisa las discusiones acerca del conflictos, tensiones y historias de América Latina de una columna autoral presente en el diario comunista *Tribuna Popular*. Interesa reflexionar las formas que ciertos temas y asuntos son difundidas en la sección diaria *Através das Américas*, en el contexto del proceso de la democratización de la sociedad brasileña y del estado de expectativa concreta en la posguerra. Para que sea posible desarrollar con calidad las discusiones hechas en la columna, fue necesario investigar la trayectoria del escritor y intelectual Brasil Gerson, idealizador de la columna *Através das Américas*, para poder situar el encuentro del productor con su producción cultural en el principal periodico del Partido Comunista en circulación en Brasil durante los años de legalidad partidaria. Para sostener esta investigación, se utilizó como categoría de análisis histórico el concepto de ‘‘mediador intelectual’’, en referencia a la Angela de Castro Gomes.
Palabras clave: América Latina, Intelectual, Prensa, Partido Comunista

Do papel a pólvora: o levante literário da revolução

O Partido Comunista Brasileiro[1] e as suas iniciativas editoriais e comunicacionais emergem em uma sociedade específica e são produtos de uma intelectualidade marginal

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista FUNCAP. E-mail: adrianjohist@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-5969-1025.

da primeira república. A partir da movimentação e reunião dessa intelectualidade advinda do movimento operário e anarquista, com a sua experiência fortemente influenciada pela vitória da revolução proletária em 1917 na Rússia, eclodem os primeiros grupos comunistas dispersos pelo território brasileiro e organizar-se para assumir a responsabilidade de entrar para "a grande família unida, combatente e triunfante do proletariado mundial" (Voz Operária, Rio de Janeiro, nº 148, 22/03/1952, p. 5) e arquitetaram durante os dias 25, 26 e 27 de março de 1922 o congresso de adesão à Internacional Comunista.

Durante os três dias de congresso, seis reuniões foram feitas para fundar a Seção Brasileira da Internacional Comunista. Os nove participantes, delegados representando algumas organizações comunistas de várias regiões brasileiras, se hospedaram em Niterói e se reuniram duas vezes no sindicato dos alfaiates e metalúrgicos, e duas no sobrado das tias de Astrojildo Pereira para fundar o Partido Comunista Brasileiro. A sessão de encerramento aconteceu na casa das tias de Astrojildo. A pedido do anfitrião, o hino da Internacional foi cantado em baixo tom e com os punhos cerrados pelos nove delegados no sobrado em Niterói, para não correr o risco de espantar suas tias com a cantoria (Cordeiro, 1981, p. 83-84).

De sua fundação até a virada da década, o PCB cresceu de 73 membros para cerca de mil (Chilcote, 1982, p. 182). Levando em conta as situações que as seções do partido atuavam, com debilidades orgânicas e sob a clandestinidade, é inusitado, de certa forma, que apesar do seu reduzido número de militantes e simpatizantes, o partido consegue manter expressiva capacidade de organização e influência na sociedade por meio do seu pequeno contingente espalhado pelo território brasileiro.

A primeira década de vida do Partido Comunista consistiu na irregularidade do trabalho jornalístico e editorial das publicações, em parte diante da perseguição governamental e por conta dos altos custos exigidos da manutenção de prédios e propriedades gráficas clandestinas, tornando, muitas vezes, a existência de suas publicações efêmera, porém, essas dificuldades eram possíveis de serem suplantadas. O primeiro semanário *A Classe Operária* teve sua circulação de forma desigual e interrompida em diversos momentos diante dos apertos da repressão política e da falta de dinheiro, estrutura e papel para rodar a folha[2].

Desde a sua fundação, o partido acompanhou o expressivo protagonismo dos tenentes na década de 20 na luta contra as oligarquias brasileiras e a sua inserção no palco da luta de classes. Os levantes militares, em parte, foram uma forma de expressão do descontentamento presente nos círculos militares antes da eleição de Artur Bernardes. A

questão principal para os tenentes era fundamentada na contestação e descontentamento com a política dominante da república oligárquica e autocrática, no qual a força da máquina pública estava sendo dominada por uma coalizão de oligarquias estaduais de São Paulo e Minas Gerais, que dependiam, segundo Chilcote,de um *modus vivendi* no qual estes dois estados se alternavam na presidência da nação" (Chilcote, 1982, p. 182).

Essas primeiras tentativas de rebeliões culminaram com o surgimento de um movimento chamado tenentismo, cujas revoltas e marchas, como a Coluna Miguel-Prestes, acabaram por identificá-las com o almejo da necessidade de transformações políticas e sociais da sociedade brasileira. Os primeiros anos de existência do partido é marcada por um momento de maior autonomia na construção da sua linha política original, construindo a estratégia de aliança do proletariado com a pequena-burguesia representada pelos tenentes dos dezoito heróis do Forte de Copacabana e a Revolução Paulista de 1924, a qual se seguiu a Coluna Prestes (Secco, 2017, p. 95).

O ponto de unidade programática que possibilitou a unidade entre os comunistas e os tenentes de esquerda foi a convergência de uma leitura da realidade brasileira, uma vez que os tenentistas de esquerda enxergavam as oligarquias regionais como as suas grandes inimigas, por sua vez os comunistas identificavam estas mesmas oligarquias como encarnações dos "senhores feudais" (Zimbarg, 2001, p. 19). Dessa forma, a política partidária pode ter sido vista por alguns deles como uma forma de dar continuidade aos ideais comungados nas rebeliões militares, como Luiz Carlos Prestes, a época exilado na Bolívia, foi presenteado por Astrojildo Pereira com um pacote de livros marxistas. Apesar de Luiz Carlos Prestes ser o nome central no processo de aproximação com o PCB, o esforço partidário não era por uma mera conversão individual, mas contava com a participação de um considerável contingente de jovens militares (Zimbarg, 2001, p. 30).

Brasil Gerson, futuro intelectual comunista, era originalmente ligado ao Partido Republicano Paulista na segunda metade da década de 1920 e dirigiu, após a vitória do Golpe que consagrou Getúlio Vargas como presidente da república, o jornal tenentista *Correio da Tarde* no intuito de apoiá-los.

Em uma de suas crônicas publicadas no *Diário da Noite*, Brasil Gerson escreve sobre a sua viagem a Xangai e a entrevista que deu a um jornalista chines sobre a história e política do Brasil, enquanto intercalava suas respostas com doses de whisky acompanhadas de tragos de Abdulla. Concluindo a entrevista, o jornalista perguntou se estava conversando com um ''Nobre? Conde, talvez…'', e recebeu como resposta que ''muito mais! (...) eu sou, mentalmente, tenente de cavalaria da Coluna Prestes!''(Diário Da Noite, São Paulo, nº 728, 20/03/1927, p. 4).

A aproximação de jornalistas de esquerda com os tenentes não foi um caso isolado. Pedro Motta Lima, futuro diretor do *A Manhã*, órgão da Aliança Nacional Libertadora e do diário comunista *Tribuna Popular*, ambos sediadas no Rio de Janeiro, participou da fundação, edição e redação dos jornais ligados ao tenentismo e a militantes de esquerda, sendo eles *O Imparcial* (1922), *O 5 de Julho* (1924) e *A esquerda* (1927).

As contestações sociais da década de 1920 depararam-se com o fim da política da república oligárquica por meio do golpe militar de 1930 que garantiu a coroação do antigo governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, à posse como presidente da república.

A primeira metade da década de 1930 representa uma mudança na fisionomia do partido, com a passagem da década e da nova direção obreirista, o número de publicações, jornais, livros, revistas e traduções se intensificam e, na primeira metade da década de 1930 a ampliação dos quadros e militantes do partido proporcionou maior estabilidade a uma questão que sempre foi cara aos comunistas: a circulação editorial de literatura marxista.

É nesse contexto que o partido conseguiu atrair para as suas fileiras intelectuais, civis e militares desapontados com os rumos da Revolução de 30 e o seu crescimento é concomitante ao obreirismo, a política de proletarização dos quadros e do seu isolamento diante outras forças políticas brasileiras (Secco, 2017, p. 96).

Desde o começo da década de 1930 o movimento contra o fascismo tornou-se internacional. O relacionamento com o fascismo, considerado o inimigo de imediato, foi a pedra angular na aproximação dos homens e mulheres ligadas às artes e a cultura aos movimentos revolucionários e contou com a participação ativa de vários intelectuais (Palamartchuk, 1997, p. 86), se tornando um fator impulsionador do crescimento partidário. Em compensação, esse período foi marcado por profunda instabilidade no comando da organização comunista brasileira.

A primeira metade da década de 1930 é marcada pelo crescimento de publicações voltadas à literatura da Rússia soviética. Os livros de Maximo Gorki, até então o maior expoente da literatura soviética no país e no mundo (Roxo, 2012, p. 60) começam a circular a partir das publicações da Editorial Calvino (*Uma Confissão* e *A Mãe*), Editorial Paulista (*Os degenerados*), Civilização Brasileira (*O espião*) e Cultura (*Konovallof*).

A editora de Calvino Filho começou a funcionar em 1929 e editou até 1932 livros que abordassem as questões sociais e políticas de interesse ao público brasileiro. O catálogo da editora contava com um caráter eclético de livros de romances, direito, medicina, ciência e didáticos.

Caio Prado Júnior ajudou a Editora Caramuru (1934) e fez a primeira tradução da

obra de Bukharin, *Tratado do materialismo histórico* (1922) para o português, que saiu em quatro volumes pela Editora Caramuru.

A aproximação de Prestes com o Partido Comunista, recheado por profundas polêmicas, manifesta o interesse do militar pela promoção de uma leitura crítica no mercado editorial brasileiro. Luís Carlos Prestes, exilado no Uruguai e já bem informado a respeito das decisões da direção nacional do partido (Zimbarg, 2001, p. 64), foi um dos financiadores da Editorial Pax no decorrer dos anos de 1931 a 1932, até o momento que fechou na Revolução Constitucionalista de 1932 (Carone, 2004, p. 65). A Editorial Pax ocupou-se da publicação de livros de viagem e romances proletários e com a publicação das primeiras obras de Alexandra Kollontai.

Caio Prado Júnior e o seu irmão Carlos Prado, que era pintor, participaram da fundação do Clube dos Artistas Modernos. O clube paulista foi parte integrante de uma estratégia de intervenção dos intelectuais, escritores e artistas na esfera da vida cultural do país, por meio de palestras, exposições, concertos e festas, estabelecendo conexões e trocas entre as diversas artes (Nogueira; Gonçalves, 2013, p. 232). O dramaturgo Paulo Fausto De Lamare Torres integrou a diretoria dos Clubes dos Artistas Modernos, responsável pelo Departamento de Teatro, após o sucesso de sua peça *O Andaime* que contou com a colaboração dos cenários de Lívio Abramo e levado à cena no Teatro Boa Vista, em 1932, por Jayme Costa e Brasil Gerson (Antelo, 2022, p. 37-39).

Responsável pela composição dos estatutos do Clube em 1932, Caio publicou nesse ano os seus primeiros textos sobre marxismo e economia brasileira. No ano seguinte, fez uma viagem de estudos a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, após o seu retorno, ministrou palestras sobre a viagem de dois meses a URSS no Clube dos Artistas Modernos, nos baixos do Viaduto Santa Ifigênia, em São Paulo. As conferências das viagens de Caio foram anotadas por espiões. Fruto das suas conferências, publica o livro *URSS, um mundo novo* no ano de 1934, produzido pela Editora Martins e custeada pelo próprio autor. Já no ano seguinte, tornou-se vice-presidente regional da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e, vigiado pela pelos órgãos de vigilância, teve a segunda edição do seu livro toda confiscada pela polícia paulista (Secco, 2017, p. 86).

Um ano depois da I Conferência Nacional (Julho de 1934) do PCB e já com a virada tática para a adesão às frentes populares, o partido chegou a contar com cerca de 5.000 a 10.000 membros espalhados pelo Brasil (Chilcote, 1982, p. 182). A partir de 1934, uma nova política aos poucos se delineou e encontrou a sua realização no VII Congresso da Internacional Comunista em 1935. Com a retomada de uma nova política de alianças,

a proposição nacional-popular foi recuperada em alguma medida, assim como o envolvimento do PCB com a recém-fundada Aliança Nacional Libertadora está articulado com a perspectiva de frentes amplas prorrogadas pela Internacional Comunista.

A encarnação dos sonhos: Brasil Gerson na revolução brasileira

Brasil Vanderheyden Gorresen nasceu em 1904 na cidade de São Francisco do Sul, uma península no norte do estado de Santa Catarina. Filho de Olympio Gorresen e Maria Vanderheyden, a sua árvore genealógica nos leva a época do Brasil Império, quando um de seus tios-avôs da família materna Vanderheyden fora um dos fundadores da cidade de Joinville, limítrofe de São Francisco do Sul.

O avô de Brasil Gerson, Faber Marcos Johnson Gorresen, nasceu em 1826 na cidade norueguesa de Trondheim. Na sua jovem vida adulta, tentou emigrar para os Estados Unidos junto a uma delegação de 73 noruegueses, porém, o seu navio atracou no porto do Rio de Janeiro e por lá ficou, mediante diversas complicações e avarias na estrutura da embarcação, encontrava-se impossibilitado de seguir viagem até a América do Norte. (Arquivo Histórico de Joinville, 1999, p. 11)

A companhia *Sociedade Colonizadora de Hamburgo*, consciente da condição de uma delegação de noruegueses que se encontravam desde meados de 1848 no Rio de Janeiro, com os seus planos abortados e frustrada a sua viagem, a firma hamburguesa aproveitou para convidar os 74 noruegueses que estavam no Rio para se estabelecerem na Colônia Dona Francisca, pouco antes do desembarque dos primeiros imigrantes do veleiro Colen atracar no porto da província de Santa Catarina.

Faber Gorresen aceitou o convite. Assim, logo após a chegada dos 125 passageiros da Barca Colon em 10 de março de 1851 no porto de São Francisco, desembarcou na cidade junto aos noruegueses oriundos do Rio de Janeiro.

A sua bisavó, Caroline Schneider, prussiana e protestante, chegou à Colônia Dona Francisca aos 18 anos com a sua família, após uma viagem na terceira classe da barca hamburguesa Emily (Arquivo Histórico de Joinville, 1999, p. 33). Filha primogênita de um casal de lavradores, a jovem casou-se três anos depois em 1857 com o noruegues Faber Gorresen. Do seu casamento nasceram nove filhos, entre os quais estavam Marcos Gorresen, Olympio Gorresen, Adolph Gorresen, Oscar Gorresen, Ewald Gorresen, Carolina Gorresen, Emilia Gorresen, Ana Gorresen e Laura Gorresen.

Em 1868 começou a ser construído o casarão comercial da família Gorresen, as obras do grande imóvel em estilo colonial açoriano foram concluídas em 1873. No

primeiro andar, constituiu o estabelecimento de uma importante e reconhecida casa comercial na região, onde se abastecia de sabão, cigarros, louça de barro, cerveja, charutos e cigarros produzidos na indústria regional (Pavanello, 2012, p. 62). No andar superior, era localizada a ampla residência da família Gorresen.

O armazém e as vendas de secos e molhados transformou-os em umas das destacadas famílias de São Francisco, ocupando funções para além da compra e revenda comercial, exercendo cargos ligados à direção administrativa e burocrática da cidade. O pai de Brasil Gerson, Olympio Gorresen, foi secretário da superintendência municipal de São Francisco e o seu tio, Marcos Gorresen, foi suplente de juiz de direito da comarca de S. Francisco, major do exército brasileiro e presidente do Conselho Municipal na legislatura de 1919 (Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, nº 3, 1919-1920, p. 1399).

A tia de Brasil Gerson, a viúva Carolina Gorresen da Rosa, é mencionada no almanaque comercial carioca como uma das quatros "capitalistas" da cidade de São Francisco do Sul, junto aos nomes de José Antonio de Oliveira, Augusto Affonso dos Santos e José Basílio Correia (Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, nº 3, 1924, p. 2084).

Marcos foi o filho que levou adiante os negócios do armazém de seu pai, ou, pelo menos, seu nome foi o escolhido pela família para divulgar e publicizar os negócios. Marcos foi representado na imprensa catarinense como um conceituado industrial e destacado comerciante no ramo de importação e exportação, provindas das possibilidades de negócio mediante a localização do armazém nas proximidades do importante porto de São Francisco à época, pelo grande trânsito de navios e embarcações nacionais e estrangeiras.

Em uma breve visita nos diários e semanários de Santa Catarina, podemos constatar a presença dos nomes de Olympio e Marcos na imprensa, mencionados em diversas ocasiões pelas folhas de Florianópolis, Joinville e São Francisco do Sul. A exemplo da visita a cidade de Olympio ou passagem do seu aniversário de Marcos pelos jornais de Florianópolis, a exemplo de *O Dia* e *República*, órgãos do Partido Republicano Catarinense.

A família Gorresen se tornou uma importante família de negociantes e comerciantes da cidade, e assim Brasil cresceu no casarão de sua família contemplando a vista privilegiada das suas janelas a beleza da Baía de Babitonga, que muito provavelmente possuía ao lado das janelas grandes quadros e coleções de obras de artes expostos pela casa.

Oriundo de família abastada, o ambiente familiar deve ter propiciado durante a infância e adolescência recorrentes sessões de rememorações dos importantes feitos de

seus antepassados para a economia e política da sua terra. Quando criança, na época da escola, Brasil conta que sentia-se perplexo com a abordagem dos livros escolares que falavam das ‘‘terras férteis e lindas’’ e que nelas viviam ‘‘alegres e despreocupados, os mais fartos e felizes camponeses de todos os continentes sem nenhum problema que fosse capaz de afligi-los’’, porém, confrontado com a realidade de pobreza que o rodeava, pensava que só os camponeses, ou ‘‘homens do sítio’’ (O Momento, Salvador, nº 601, 20/01/1948, p. 3) do seu Estado é que seriam uma exceção, por não estarem de acordo com a descrição dos livros didáticos. Já na adolescência, as suas leituras críticas seriam em torno dos contos de Monteiro Lobato na *Revista do Brasil*, assinado pelo seu pai. O contato com os contos de Lobato parece ter exercido uma expressiva influência a ele, por ter aberto as possibilidades do entendimento sobre a realidade nacional e da compreensão de que os seus livros escolares fabulavam sobre a situação dos camponeses do país inteiro (O Momento, Salvador, nº 601, 20/01/1948, p. 3).

Brasil e seus primos foram a Joinville estudar, garantindo a educação formal aos filhos da família Gorresen. Em 1920, o jovem Brasil Gorresen já assinava as suas primeiras colaborações na imprensa, como redator do *Jornal de Joinville*, *O Correio do Povo* e redator-secretário do jornal *A Razão*. Aos 16 anos, foi nomeado o correspondente em Joinville dos jornais *O Imparcial* e *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro e *O Estado* de Florianópolis.

Após a sua juventude em Joinville, se transfere para São Paulo onde começa a trabalhar para a imprensa e o teatro, editando junto a Antônio de Macedo a revista *Rua 15* e publicando suas primeiras peças, a exemplo de Estação da Luz, no teatro Boa Vista (Correio Paulistano, São Paulo, nº 23.387, 31/10/1928, p. 9).

Na década de 1930, período em que a mobilização contra o fascismo tornou-se internacional (Palamartchuk, 1997, p. 86), Brasil Gerson se tornou um dos importantes intelectuais da Aliança Nacional Libertadora em São Paulo. Suas primeiras aproximações com o antifascismo se deram com a participação na redação do jornal *O Homem do Povo*, em 1931, de Oswald de Andrade e de Patrícia Galvão, escreveu para a revista *Para Todos*, de Álvaro Moreyra e contribuiu com a revista *Fon Fon*. Em 1932 publicou o livro *A vida acaba no meio*, editado pela Civilização Brasileira e com capa do artista Paulo Werneck.

Segundo Ana Paula Palamartchuk, A Aliança Nacional Libertadora nos seus poucos meses de vida legal, teve um importante papel para a aproximação de escritores e artistas com o Partido Comunista. Brasil Gerson envolveu-se junto a outros escritores e artistas aliancistas na fundação da *Liga da Defesa da Cultura*, no manifesto de fundação,

aparecem os nomes dos que já haviam ingressado no PCB e de futuros comunistas que iriam ter grandes projeções na estrutura partidária (Palamartchuk, 2011, p. 104-105).

O matutino *A Manhã*, de Pedro Motta Lima, foi lançado no começo de 1935 como órgão de divulgação da Aliança Nacional Libertadora e supostamente serviu de inspiração para a organização de *A Platéa*. Brasil Gerson foi redator de *A Manhã* durante os dois primeiros meses de circulação, escrevendo uma coluna fixa e autoral sobre crítica de cinema no Rio de Janeiro, até assumir a direção do vespertino paulista *A Platéa* (A Manhã, Rio de Janeiro, nº 122, 13/09/1935, p. 8).

O jornal *A Platéa* foi um jornal antifascista e aliancista, sob a chefia de Brasil Gerson reuniu na sua cozinha da redação um conjunto de intelectuais comunistas como Heitor Ferreira Lima, Oswald de Andrade, Caio Prado Júnior e Patrícia Galvão. *A Platéa* foi mobilizada como um produto da imprensa antifascista sob o aspecto de organizador coletivo para a construção do consenso social, promovendo reuniões políticas na redação do jornal, a rua Wenceslau Braz, de número 13 (A Platea, São Paulo, nº 274, 06/08/1935, p. 1).

Os leitores da *A Platéa* depararam-se com diversas declarações da Aliança Nacional Libertadora, do Partido Socialista e com notícias sobre a Internacional Comunista. Anos depois, em 1938, Brasil Gerson seria condenado sob a alegação de que o seu diário *A Platéa* se transformou no porta-voz da Aliança Nacional Libertadora e, ademais, o seu envolvimento em outras atividades lhe garantiram a descrição feita pelo Departamento de Ordem Política e Social como como "um dos mais ativos comunistas no tempo da Aliança Nacional Libertadora até a legalidade do P.C.B." (DEOPS/SP, 12/07/1950, p. 1).

Depois da insurreição de 1935, diante do fechamento dos órgãos da imprensa aliancista, conectada a uma forte repressão política com a prisão de numerosos dirigentes e militantes e a desarticulação da estrutura do Partido Comunista, dispersos pela dura repressão policial da qual foram atingidos (Prestes, 2001, p. 19-24), o partido manteve suas instalações e o funcionamento da organização, possuindo sistemas de arrecadações junto aos comitês municipais e promovendo ações nacionais e internacionais de denúncia da situação dos presos políticos sob o governo de Vargas (Secco, 2017, p. 80-90).

Depois do levante armado de 1935, o seu nome aparece na lista de interrogatórios feitos pela polícia para investigar o envolvimento de comunistas na insurreição. A sua atividade como diretor de *A Platéa* foi o que lhe custou o processo e a condenação em 1939 pelo Tribunal de Segurança Nacional. Para não ser encarcerado, fugiu do Brasil e refugiou-se na região do rio da Prata, exilando-se no Uruguai até 1942.

O seu encontro com a região do Rio da Prata em fins da década de 1930 se deu não por coincidência, mas por abrigar um movimento de escritores fortemente envolvidos com as lutas antifascistas. Estes intelectuais estavam organizados em associações que mesclavam a atuação cultural e política. Por sua vez, estas organizações eram responsáveis por publicar revistas importantes para a dinâmica cultural da região e marcos para a disseminação da luta contra o fascismo (Oliveira, 2015, p. 36). Logo que chegou ao Uruguai, Brasil Gerson contatou a "Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores" e tornou-se um associado, recebendo ajuda financeira da entidade. Brasil Gerson é mencionado nas edições do periódico da AIAPE como sujeito presente nas atividades organizadas pela associação, como palestras e exposições culturais.

Na edição extraordinária de outubro-dezembro de 1939 do órgão da "agrupación de intelectuales, artistas, periodistas y escritores (sección uruguaya)" localizamos Brasil Gerson na 8ª página do boletim na relação "Nuevos socios fortifican la existencia de A.I.A.P.E." seguidos de 32 nomes acompanhado de suas profissões, expressivamente escritores, jornalistas, estudantes, professores, músicos, compositores, cartunistas, pintores, artistas plásticos e a pontual presença de um médico e um contador público. Brasil Gerson é mencionado e identificado como um dos "periodistas" recém-ingressos.

Na região do Prata, trabalhou para jornais comerciais como *La Razón (*Oliveira, 2013, p. 164) e colaborou com a imprensa comunista, socialista e antifascista da região. Escreveu para *Justicia*, órgão central do Partido Comunista Uruguaio e para *La Vanguardia*, dos socialistas argentinos. A sua colaboração na imprensa antifascista se deu por meio do conhecido semanário *Marcha*, articulando a afirmação da resistência política e tornando-se em um importante órgão de organização e sedimentação da intelectualidade antifascista uruguaia e latino-americana. Na revista *Marcha* pude identificar a sua assinatura compondo dois números, de agosto e julho de 1942.

Essas discussões do jornalista obedeciam a uma certa voga do momento, como o alinhamento do Brasil às Nações Unidas diante o perigo iminente da vitória do conflito pelas forças nazifascistas. O comum dos dois textos são os debates em torno de Luiz Carlos Prestes e a defesa da política de União Nacional, evidenciando o alinhamento do escritor com a direção partidária comunista, que desde 1937 formulava a política de união nacional.

Após a declaração de guerra do governo brasileiro aos países do Eixo em 1942, os comunistas exilados retornam ao Brasil julgando ser o momento propício para voltar ao país para ajudar no esforço de guerra. Conscientes dos riscos e perigos envolvendo o desembarque no território brasileiro, a maioria deles foram presos e encarcerados para

cumprir os mandados judiciais pendentes desde a segunda metade dos anos de 1930 (Fernández, 2015, p. 21-35). Alguns destes, como Brasil Gerson, foram libertados em meados de 1943, enquanto o restante de militantes, intelectuais e militares amarguraram na prisão até a anistia decretada pelo governo, no início de 1945.

Através das Américas: a América Latina no jornal Tribuna Popular

Em um prédio localizado na rua do Lavradio, na madrugada de 21 de maio, começou a ser editado o primeiro número do jornal *Tribuna Popular* que seria distribuído legalmente nas ruas do Rio de Janeiro, após uma longa jornada de censuras, perseguições e aprisionamentos vivenciados pelos comunistas nos porões da ditadura do Estado Novo. A equipe do jornal reunia um grupo de escritores e intelectuais aclamados pela crítica do momento. Nomes como Carlos Drummond de Andrade, Álvaro Moreira, Pedro Motta Lima, Dalcídio Jurandir e Aydano do Couto Ferraz faziam parte da direção do jornal.

Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro configurava-se como capital do Brasil e era um dos importantes centros intelectuais do país, concentrando expressiva atividade política, jornalística e cultural desde o início do século vinte. A *Tribuna Popular* teve uma ampla circulação e foi o carro chefe do Partido Comunista na capital federal. A folha visava dialogar e atingir um público mais amplo e não comunista, circulando com destaque e relevância no debate público da sociedade carioca.

Logo o impresso tornou-se um veículo fundamental para a divulgação das ideias, práticas e cultura política dos comunistas, no contexto de uma abertura do PCB para alianças com outras forças políticas da sociedade brasileira. O jornal circulava com destaque e relevância no debate público da sociedade carioca, devido a quantidade e qualidade do "prestígio de seus colaboradores, entre os quais estavam muitos artistas e escritores reconhecidos" (Duprat, 2017, p. 42) alguns historiadores creditam a publicação uma tiragem inicial de 30 mil exemplares, chegando a atingir, no seu auge, 50 mil exemplares vendidos diariamente em 1946 (Oliveira, 2011, p. 11). Esses números demonstram a importância do periódico durante os seus anos de existência, equiparando-se aos números dos grandes jornais em circulação no período (Buonicore, 2019, p. 1). O jornal era editado, distribuído e publicado legalmente e por ter o intuito de ser o principal porta voz do partido, visava atingir um público mais amplo e, de modo geral, dialogar com diversos segmentos da sociedade, aglutinando em torno de si uma rede de colaboradores, simpatizantes, divulgadores, pequenos comerciantes e financiadores do jornal. Aos domingos o Partido Comunista aumentava as suas vendas promovendo

comandos e mutirões com todas as suas células e militantes de base, inclusive membros do Comitê Central e de personalidades como Jorge Amado, Cândido Portinari, dentre outros. Esta intrigante experiência editorial perdurou até 1947, quando o governo Dutra cassou o registro do PCB e as instituições ligadas ao partido foram reprimidas, definitivamente fechadas e proibidas de circular livremente.

O vínculo de Brasil Gerson com o diário comunista Tribuna Popular pode ser evidenciado pela sua participação já nos primeiros números do jornal. Pedro Motta Lima e Álvaro Moreyra, diretores do jornal, já haviam trabalhado junto ao jovem Brasil Gerson nas revistas e jornais que dirigiam a época. O seu companheiro de exílio, Pedro, já o havia acolhido na década anterior na redação do jornal aliancista *A Manhã*, na época que fora diretor do mesmo. Álvaro Moreyra, quando dirigiu a revista *Para Todos*, acolheu diversos textos e críticas literárias do escritor francisquense.

Para além dessa atuação jornalística, que contribuiu para a conexão entre o universo brasileiro e latino-americano, cabe uma maior atenção à atuação do jornalista no diário carioca. A ida a região do Prata transformou a vida de Brasil Gerson, foi onde conviveu e dialogou com diversos intelectuais argentinos, uruguaios e latino-americanos. Casou-se em Montevidéu, antes de retornar ao Brasil, e retornaria à cidade que o fascinou e pulsou o seu ímpeto antifascista em outros momentos da sua vida. Passou algumas temporadas como correspondente especial do diário comunista em Buenos Aires e Montevidéu, acompanhando de perto as ebulições das políticas dos países vizinhos.

Brasil Gerson foi sondado pelos seus camaradas de longa data para trabalhar como jornalista na *Tribuna Popular*. A relação de sua trajetória militante e profissional junto à imprensa latino-americana parece ter exercido influência no corpo editorial do jornal, afinal, Brasil Gerson foi um importante interlocutor dos exilados brasileiros na região do Prata, participando dos movimentos de escritores em defesa da cultura. O surgimento da coluna *Através das Américas*, destinada a discutir os problemas da América Latina, na décima edição da publicação revela o interesse do corpo editorial do jornal sobre a reflexão da história, cultura e política latino-americano.

Dessa forma, constatamos que a criação da seção continental no veículo midiático teve a influência do escritor Brasil Gerson, o qual foi destinada para ser o autor, e foi bem recebida pelo corpo editorial em um momento de configuração inicial do jornal.

Para o desenvolvimento da pesquisa, busco situar Brasil Gerson como um intelectual mediador (De Castro Gomes; Hansen, 2016, p. 10-36) por ser um homem que transita nos espaços reconhecidos e demarcados por intelectuais, desfrutando da sociabilidade comunista e por ocupar um cargo estratégico na sua organização política,

escrevendo diariamente para o jornal do partido. Portanto, consideramos ele um sujeito da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, vinculados à intervenção político-social, podendo fundamentar e evidenciar a sua expressiva participação no espaço público, colaborando com a imprensa e outros órgãos comunicacionais, assinando manifestos/abaixo-assinados, trabalhando como tradutor, escrevendo peças de teatro e publicando livros históricos e literários como a publicação da obra *Tiradentes - Herói Popular* publicada em 1946 pela Editora Horizonte, instituição editorial do PCB. A representação cultural construída na coluna interessa na medida da possibilidade de refletir sobre as representações e leituras chaves definidoras sobre a realidade da região.

Fundada a coluna *Através das Américas*, ela configurou-se como uma coluna autoral diária do jornal, junto às seções diárias do diretor Pedro Motta Lima, publicada desde a primeira edição do periódico. A análise da terceira página nobre do jornal evidencia o destaque que a publicação deu aos intelectuais, escrevendo neste espaço da publicação recorrentemente escritores como Astrojildo Pereira, Jorge Amado, Álvaro Moreira, Dalcídio Jurandir, Rui Facó, entre outras figuras intelectuais e dirigentes do Movimento Comunista Internacional.

As referências feitas por Brasil Gerson indicam que a metodologia para a escrita da sua coluna era feita a partir da leitura dos periódicos latino-americanos, correspondências, telegramas e do uso das suas memórias de experiências pessoais. A variedade de periódicos referenciadas na coluna evidencia a inserção de Brasil Gerson em uma rede intelectual que o permitiu estar dentro das discussões políticas do momento, fornecendo base para ele compor a sua apreensão da realidade nas linhas da sua coluna no jornal, exercendo o papel de intelectual mediador e atuando como ator estratégico no processo de produção e circulação de bens culturais (De Castro Gomes; Hansen, 2016, p. 14).

No início de seus artigos, costuma descrever as leituras que fez das páginas dos jornais portenhos, uruguaios, chilenos, dentre outros, que são encaminhados à redação da *Tribuna Popular* ou enviados por seus colegas com que mantém correspondências, no entanto, podem também ser publicações enviadas a residência de Brasil Gerson por meio do pacote de assinatura estrangeira feita pelo jornalista. Essa circulação e variedade de periódicos evidencia a mediação intelectual de Brasil Gerson e pela escolha consciente de produzir, acompanhar e divulgar as movimentações políticas na América Latina, acompanhando as perspectivas políticas dos partidos comunistas na região, algo inexistente até então na imprensa tradicional. Sendo assim, exerce tarefa estratégica na

tradução e condução das mensagens de um lugar ao outro, e, ao se apropriar desta mensagem, atua diretamente produzindo novos significados.

Brasil Gerson, entendido como intelectual mediador de interpretações da realidade, se destaca pela escolha consciente de produzir, acompanhar e divulgar as movimentações políticas na América Latina, acompanhando as perspectivas políticas dos partidos comunistas na região, algo inexistente até então na imprensa tradicional. Sendo assim, é um sujeito estratégico na condução de uma mensagem de um lugar ao outro, e, ao se apropriar da mensagem, atua diretamente na produção de novos significados.

A seção continental tinha como presunção a reflexão sobre a história, cultura e política dos países das Américas.

As primeiras colaborações de Brasil Gerson constam como alguns pequenos artigos, textos de opinião e notas esparsas nas primeiras edições do jornal, como o já mencionado *Nosso amigo Rodolfo* [Ghioldi] e *El Salvador no bom caminho*, *O exemplo dos cubanos*, *O caso uruguaio* e *Américas Unidas*. Na sexta edição, o mesmo publica uma espécie de manifesto em defesa da integração latino-americana na terceira página do jornal (que posteriormente será a página da sua seção).

O escritor demonstrou interesse e enfatizou a necessidade de intercâmbio cultural latino-americano e, assim, o artigo-manifesto, intitulado *Américas Unidas*, disserta inicialmente sobre o estado de desconhecimento que os países da América Latina têm uns dos outros e em seguida comenta sobre uma reportagem publicada recentemente pelo periódico *El Mundo*, de Havana. Pedro Cue, diretor do respectivo jornal, publicou uma matéria que foi traduzida e transcrita (por Brasil Gerson) nas páginas da *Tribuna Popular*, em que chama a atenção para o fato de que ‘‘O intercâmbio de notícias no continente só tem existido entre Brasil e os Estados Unidos, Cuba e os Estados Unidos, o Uruguai e os Estados Unidos …. Mas não existe entre o Brasil e Cuba, entre Cuba e o Uruguai, e o Chile e Cuba e o Peru e Cuba’’ e em seguida, continua, que a relação desenvolvida

> entre os Estados Unidos e as demais nações latino-americanas, não é um mal, evidentemente. Pelo contrário, é um bem. E tudo devemos fazer para que melhore mais ainda. Mas o que não é feito é que no segundo sentido - entre as nações latino-americanas entre si - ainda continue como antes, desconhecendo-nós todos nós mutuamente (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 6, 27/05/1945, p. 3).

A demanda por uma maior aproximação e relação das nações entre si é percebida como uma forma de realização política e social, para que pudessem superar os dilemas das fragmentações entre as “pátrias americanas”. Seguindo esse raciocínio, Brasil Gerson chama a atenção para a importância do estabelecimento de vínculos mais estreitos entre

todos os povos continentais.

Na segunda semana de circulação da *Tribuna Popular*, foi criado a coluna diária *Através das Américas*, veiculando artigos mais extensos que possibilitaram a escrita mais aprofundada sobre os seus problemas. Seus comentários diários são valiosos por tocar em questões que permanecem em pauta até os dias de hoje, como a produção de narrativas históricas voltadas para o "povo'' e a evocação da memória dos personagens históricos das guerras republicanas.

A quarta edição da sua coluna é ilustrativa na forma de definir um lugar no mundo ao registrar a conferência do argentino Rodolfo Ghioldi, na Associação Brasileira de Imprensa, para a sua coluna. O palestrante discursou sobre os projetos de democratização dos países latino-americanos e chamou a atenção para

> aquilo pelo qual já se batiam os nossos inconfidentes e os paladinos da independência e de todos os povos continentais do passado: as nações americanas livres de toda sujeição cultural e política externa, irmandadas entre si, identificadas pelo mesmo sentimento de liberdade e progresso (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 14, 06/06/1945, p. 3).

A referência a esses personagens históricos parece ter a tônica de apelo ao sentimento de identidade latino-americana, evocando a memória dos notáveis inconfidentes e paladinos da luta pela soberania nacional como parte do passado e sentido pelos acontecimentos contemporâneos (Lowenthal, 1998, p. 65).

Dessa forma, as lutas do século XVIII e XIX são tomadas de empréstimo como forma de dialogar e comunicar com o presente, conectando as reivindicações do passado para consolidar o projeto democrático nos países da América Latina. Essa luta, porém, é marcada pela afirmação do pan-americanismo porque agora existe ''a boa vizinhança rooseveltiana de agora, afinal de contas'' (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 14, 06/06/1945, p. 3).

Podemos pensar que, sem dúvidas, essa forma de comunicação é a essência da *Através das Américas*, almejando e gestando um modelo de América Latina com os partidos comunistas na gestão do poder. Nas linhas da coluna existe uma forte e recorrente exaltação da unidade das Nações Unidas contra o fascismo. Segundo Brasil Gerson, a vitória dos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética serviu de inspiração para a formação de amplas frentes nacionais de composições heterogêneas, que incluíssem presidentes, militares, intelectuais, operários, camponeses e indígenas. O papel dos PCs era fundamental nessas frentes porque a vida do povo só poderia melhorar "através da participação que o seu partido de vanguarda venha a ter nos acontecimentos futuros" (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 129, 18/10/1945, p. 3).

As discussões sobre os projetos para a América ocupam destaque nos escritos da coluna. Assim, as lutas de massas, sindicais e eleitorais são noticiadas como parte do papel histórico dos povos continentais de conquistar um regime democrático e combater o "capital colonizador estrangeiro". O projeto denunciado nas folhas como a "América da falange" é encarnado como sendo encarnada como "expressão do latifúndio obscurantista" e "endeusadores de hitler e inimigos de roosevelt" (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 23, 17/06/1945, p. 3), portanto, está fundamentalmente em oposição a unidade democrática das potências vencedoras da guerra e da política de união nacional defendida pelos partidos comunistas.

Nesse momento existia uma disputa interna no partido sobre o caráter da realidade brasileira, que debatia se o Brasil já era um país capitalista ou um país que não tinha desenvolvido por completo o capitalismo e permanecia com resquícios feudais. Brasil Gerson foi um adepto da segunda tese, de que no Brasil era necessária uma aliança com a burguesia nacional a fim de desenvolver o capitalismo, enquanto defendia o projeto de revolução democrático-nacional. A leitura oriunda da Internacional Comunista do caráter semicolonial da realidade brasileira Brasil apresentava um modelo etapista de revolução: primeiro, deveria-se extinguir os ‘‘resquícios feudais’’ e garantir a transição completa ao capitalismo por meio de uma revolução liderada pela burguesia nacional, por escolha própria ou pela pressão social dos trabalhadores. A estratégia ‘‘democratico-naciona[3]’’, portanto, pressupunha a instalação de um regime democratico-liberal que contemplasse as reivindicações operárias e consolidasse a formação de um expressivo proletariado. Após o primeiro momento de aliança com a burguesia nacional, considerada ‘‘anti imperialista’’, seria o momento adequado de adquirir a ‘‘passagem’’ da revolução socialista e da aliança operário-camponesa.

Dessa forma, uma das discussões presentes na coluna é sobre a ideia de uma burguesia culta, contrária ao imperialismo, favorável à soberania nacional e ao desenvolvimento do capitalismo, por meio da reforma agrária, programa de industrialização e educação popular.

Assim, era preciso dar fim a "escravidão camponesa" (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 105, 20/0[4]9/1945, p. 3) pelos donos do latifúndio, "secularmente apegados à pecuária extensiva e outras formas antiquadas de exploração da riqueza" (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 97, 11/09/1945, p. 3) que travam uma guerra ao lado do capital colonizador, contra o progresso e o rápido desenvolvimento industrial das nações latino-americanas.

Portanto, um dos pontos do PCB e de Brasil Gerson consistem na mobilização

pela contemplação de um regime democrático que incluísse as demandas dos trabalhadores da cidade e do campo, promovendo a justiça social a fim de garantir o exercício da cidadania, deveria ser realizado por meio da reforma agrária, a pré-condição de conquista da cidadania e do regime democrático, para cumprir as tarefas da revolução democrático-nacional e eliminar os resquícios feudais do continente.

Esse processo foi discutido na *Através das Américas* como uma "marcha ao progresso" e só poderia ser alcançada mediante a união das "massas" de trabalhadores, camponeses e indígenas, seguindo as deliberações oriundas dos Acordos de Yalta e das Nações Unidas em São Francisco. Nesse contexto da marcha ascendente ao progresso, a burguesia industrial foi compreendida pelos comunistas como um dos seus importantes aliados nesses anos.

Em 1945, pouco antes das eleições Constituintes, Brasil Gerson pôs a circular nas suas colunas várias discussões acerca do tema "burguês progressista". A seção *Através das Américas* de número 16 da *Tribuna Popular* começa com o desabafo do escritor que "Está havendo por aí quem diga que o "burguês progressista" de qual fala Luiz Carlos Prestes, é outra coisa sem sentido". Esse artigo é uma resposta às críticas que os comunistas estavam sofrendo na imprensa, a exemplo dos artigos de Rachel de Queiroz no *Vanguarda Socialista* e *Diário de Notícias* que criticavam publicamente a política de Prestes e do Partido Comunista (Guerellus, 2021, p. 287).

O texto *Alfonso Lopez e o caso colombiano* é publicado na coluna para ilustrar a existência destes homens na América Latina. O texto biográfico traz Alfonso como "homem de fortuna" e um dos maiores banqueiros do seu país, e quando eleito presidente transformou os rumos do país com o progresso industrial, a educação e as conquistas das liberdades públicas. Porém, seu governo contou com "a mais violenta oposição dos seus adversários" e como forma de denunciar os riscos e alertar dos perigos envolvendo a sua vida, Alfonso sofreu um golpe por militares de direita que o sequestraram quando visitou um quartel do interior. A reação do "povo" foi mais uma vez ir para as ruas "pedindo armas, acudindo ao apelo das organizações sindicais e do Partido Comunista, que já tem sua representação no Senado, na Câmara e nos Conselhos Municipais" e graças a essa mobilização democrática "foi ele libertado" (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 16, 08/06/1945, p. 3).

Os inimigos de Alfonso, e por extensão os inimigos do "povo" são descritos como "figuras do clero falangista" e conservadores influenciados pela "filosofia espanhola do fascismo" e de um "típico tradicionalismo reacionário" (Tribuna Popular, Rio de Janeiro, nº 16, 08/06/1945, p. 3). Assim, a conclusão desta edição da *Através das Américas*

exprime a concepção de que existe sentido e lógica em falar de burgueses progressistas, utilizando dos textos biográficos de Alfonso López como exemplos de burguês que quis ilustrar e convencer os seus leitores da perspectiva apontada por Prestes, Brasil Gerson e pelo PCB.

Com regularidade, a seção se pôs a circular temáticas sobre a conversão política democrática, comentando muitos casos de bons burgueses que romperam com suas famílias tradicionais, de reacionários que se tornaram democráticas, de organizadores da repressão política que agora marchavam ombro a ombro com os comunistas. Assim, existe uma forte simbologia em torno dos nobres ideais da conversão política dessa gente, o caso da conversão burguesa é o que mais é aprofundado na coluna, acerca de homens que abdicam dos contratos e luxúrias da sua vida para ajudar na mudança do cenário político, identificado por B. Gerson como exemplos de cidadãos democratas.

No artigo *Voltam a Argentina os primeiros exilados*, o texto começa delineando as mudanças recentes na política interna argentina e o regresso dos primeiros líderes sindicais do auxílio, entre operários, ferroviários, madeireiros e mineiros. Depois trata dos presos que estavam no presídio de Neuquén, na Patagônia, como o jornalista Carlos Dujvone. Porém, o que chama a atenção na coluna é o fato de dedicar mais da metade da seção biografando a vida de um homem: Antônio Santamarina.

O jovem argentino, da família Santamarina, uma das mais tradicionais e ricas famílias argentinas, era ‘‘um grande burguês, um gran-fino’’ e, no começo da ditadura militar de Perón ‘‘Deixou de lado seus interesses, seu autêntico palácio da aristocracia ‘‘calle’’ de Santa Fé, embelezado por uma das coleções de quadros mais notáveis do mundo’’ para confraternizar com os comunistas, socialistas e radicais, e ‘‘se converteu, sob os maiores perigos, num dos animadores da sociedade de resistência Pátria Livre’’ (Tribuna Popular Rio de Janeiro, nº 35, 30/06/1945, p. 3).

Ao final, Antônio Santamarina é caracterizado no vocabulário de Brasil Gerson como um ‘‘cidadão exemplar’’ para o seu país. A escolha dessa temática está vinculada a concepção dos comunistas do período, e a seleção e publicização destas narrativas respondem aos interesses do seu escritor, oriundo de uma tradicional e abastada família de Santa Catarina, que viveu a sua infância e adolescência em uma grande mansão e com parentes ligados ao mundo político e industrial.

Segundo Artieres (1998), a publicização no jornal é também a construção de um arquivo pessoal e social a partir da sua escrita. Os seus textos relegados a posterioridade possibilitam ao historiador problematizar as redes, vínculos e relações estabelecidas com a sociedade latino-americana durante o período, assim a publicização no jornal é também

a construção de um arquivo pessoal e social a partir da sua escrita. Portanto, os registros escritos da coluna possibilitam ao historiador pensar sobre as redes, vínculos e relações estabelecidas com outras figuras do mundo latino-americano durante o período.

Considerações finais

Assim, acreditamos que a experiência da escrita de Brasil Gerson é uma experiência de arquivamento de si próprio e uma forma de se afirmar perante os outros. Distinguindo diferentes práticas, uma delas que deve ser apontada é a sistematização do que é importante ser dito, forjando vozes e discursos sobre a América Latina, afinal, as temáticas discutidas na coluna não foram publicadas por acaso ou coincidência, existe um objetivo alocado pelo autor na escolha do que é publicado na coluna para ser lido pelo leitor, como uma estratégia de comunicação para convencê-lo dos problemas apresentados. Importa ao historiador, portanto, compreender como esse projeto de América Latina vai sendo formulada, fundamentada e comunicada no pós-guerra, refletindo como ponto central as tentativas e limites das constituições das Américas na seção *Através das Américas*.

Os escritos da *Através das Américas* são leituras de combate, de denúncia das desigualdades sociais em um continente marcado pela colonização. Os caminhos para transformar essa realidade apontado pelos textos e palavras de Brasil Gerson esteve ligado não só ao projeto político do PCB, ela fez parte dos seus dilemas e de seus contemporâneos. A seção e escolha do tema a ser trabalhado indica a possibilidade de algumas reflexões sobre a sua preocupação e recorrente insistência na ‘‘marcha do progresso’’ para superar o histórico destino infortúnio do continente.

Referências

A MANHÃ. Rio de Janeiro, nº 121, setembro, 1935.

A PLATEA. São Paulo, nº 274, agosto, 1935.

ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E COMERCIAL. Rio de Janeiro, nº 3, 1919-1920.

ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E COMERCIAL. Rio de Janeiro, nº 3, 1924.

ANTELO, Raul. Doce de abóbra dá chumbo para canhão: Brasil Gerson. *Cadernos de Literatura Comparada*, n. 46, 2022.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. *Lista de imigrantes*. 1999.

BUONICORE, Augusto. Partido Comunista, cultura e intelectuais. *Vermelho*, 2019. Disponível em: https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/augusto-buonicore-partido-comunista-cultura-e-intelectuais/. Acesso em: 28/07/2023.

CARONE, Edgard. O marxismo no Brasil - das origens a 1964. DEAECTO, Marisa Midori; SECCO, Lincoln (orgs.). *Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro*: conflito e integração, 1922 - 1972. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CORDEIRO, Cristiano. *Memória & história*, São Paulo, nº2, LECH, 1981.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, nº 23.387, outubro de 1928.

DE CASTRO GOMES, Angela; HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores*: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Ficha de Brasil Gerson*. Fundo de Delegacia de Ordem Social, 12/07/1950.

DIÁRIO DA NOITE. São Paulo, nº 728, março, 1927.

DUPRAT, Andréia Carolina Duarte. *Clube de Gravura de Porto Alegre e revista Horizonte (1949-1956)*: arte e projeto político. 2017. Dissertação (Mestrado em Artes). Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. História e memória de um exílio esquecido: os militares de esquerda brasileiros na Argentina e Uruguai, 1936-1942. *Historia, voces y memoria*, n. 8, 2015.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História*, n. 17, 1998.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto; GONÇALVES, Adelaide. *Caio Prado Jr.* : Legado de um saber-fazer histórico. São Paulo: Hucitec, 2013.

O MOMENTO. Salvador, nº 601, janeiro, 1948.

OLIVEIRA, Angela Meirelles. Exilados brasileiros nos países do Prata: mediações e luta antifascista (1933-1939). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.19, 2015.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles. *Palavras como bala. Imprensa e intelectuais antifascistas no cone sul (1933-1939)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Luís Eduardo. Na "Tribuna Popular": a atuação sindical do PCB e o início da luta pelo abono de Natal no Rio de Janeiro (1945-1946). In: FERREIRA, *Jorge* (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Em Nome da Segurança Nacional: Os Escritores na Mira da Polícia, *Revista Crítica Histórica*, v. 2, n. 3, 2011.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista*: escritores brasileiros e o comunismo, 1920-1945. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

PAVANELLO, Laércio José. *Ferramentas, fumo, farinha… um estudo sobre o patrimônio comercial de Joinville*. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, Joinville, 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à união nacional (1938 - 1945)*: a virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros*. Formação da esquerda no Brasil. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, nº 105, setembro, 1945.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, nº 129, outubro, 1945.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, nº 14, junho, 1945.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, nº 16, junho, 1945.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, nº 23(B), junho, 1945.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, nº 35, junho, 1945.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, nº 6, maio, 1945.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, nº 97, setembro, 1945.

VOZ OPERÁRIA. Rio de Janeiro, nº 148, março, 1952.

ZIMBARG, Luís Alberto. *O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927-1945)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

[1] Fundado em 25 de março de 1922 sob a consigna de Partido Comunista do Brasil e tendo por sigla PCB, designando a seção brasileira da Internacional Comunista. No V Congresso do PCB, em setembro de 1960, é aprovado a mudança de nome para Partido Comunista Brasileiro, como uma estratégia de adequar juridicamente a legenda partidária para viabilizar o seu registro legal.

[2]O jornal *A Classe Operária* circulou de 1925 a 1953 como órgão central do PCB, depois seu lugar de porta-voz do partido foi assumido pelo *A Voz Operária*. Anos mais tarde, com a cisão que originou o Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1962, a *Classe Operária* foi relançada como órgão central do novo partido.

[3]A respeito dessa linha política, da sua fundação até a década de 1980, a relação do PCB com a estratégia democratico-nacional compõe uma longa sinfonia, entre idas e vindas, teve uma grande influência na vida partidária e no debate político-intelectual de várias gerações. A exemplo do clássico discussão entre Caio Prado Jr, crítico da tese ‘‘feudal’’ brasileira, que pouco ecoou no partido, e Alberto Passos Guimarães, autor da obra *Quatro Séculos de Latifúndio*, partidário da tese do passado feudal brasileiro, ambos militantes do PCB.

Artigo recebido em 10/08/2023

Aceito para publicação em 15/01/2024

O TRAUMA, A MEMÓRIA E OS *GAMES*: Os Jogos Eletrônicos como Instrumento para Analisar o Trauma na Sala de Aula.

TRAUMA, MEMORY AND GAMES: Digital Games as a Medium to Analyze Trauma in the Classroom

Weber Albuquerque Neiva FILHO[1]
Moab César COSTA[2]

Resumo: A discussão sobre memória e trauma mostra-se pertinente e presente na atualidade. Ao pensarmos sobre as possibilidades de discutir e conscientizar de forma sensível sobre o tema, os jogos eletrônicos se destacam como produto cultural propagador de memória e história popular, bem como uma linguagem possível no ambiente escolar. Utilizando dos conceitos e das discussões sobre memória de trauma, o objetivo desse artigo é pontuar o uso de jogos digitais como fonte e objeto para dialogar sobre temas sensíveis. Para tal, discorremos sobre o tema da representação da escravidão nos jogos eletrônicos, e como estes podem ser pensados no contexto da sala de aula.
Palavras-chave: Jogos Eletrônicos, Fontes Históricas, Memória, Trauma.

Abstract: The discussion about trauma and memory is ever-present and pertinent. Digital games, as a cultural product, play a significant role in spreading popular memory and history, presenting new possibilities in the educational environment. This paper aims to explore the potential of digital games as a historical source for discussing sensitive topics, utilizing concepts and previous works on memories of historical trauma. To support this, we analyze the portrayal of slavery in digital games and examine how these games can be effectively used in the classroom to enhance understanding and awareness of historical traumas.
Keywords: Digital Games, Historical Sources, Memory, Trauma.

Introdução

Os jogos eletrônicos possuem expressividade massiva na sociedade atual. Em termos culturais, sua influência já é sentida e abrange diversos outros produtos culturais, com o cinema e a televisão. Suas narrativas proporcionam experiências únicas que apenas o jogo eletrônico é capaz de proporcionar devido à especificidade da mídia, bem como seu valor como fonte histórica já é debatido amplamente dentro da área do *historical game studies*.

[1] Mestrando em Ensino de História pela Universidade Estadual do Maranhão/Programa de Pós-Graduação em História (UEMA-PPGHIST). Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UEMA). E-mail: profwneiva@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-1416-2929.
[2] Professor Adjunto de História da UEMASUL e Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em História - PPGHIST/UEMA. Pesquisador Produtividade Sênior da UEMASUL. Doutor em História pela UNISINOS-RS. E-mail: moabcesar@uemasul.edu.br ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5505-3255.

É igualmente importante frisar que o jogo eletrônico também é responsável pela propagação de uma história pública, da mesma forma que outras mídias o fazem. Aqueles que não são historiadores, ao ter contato com um jogo ambientado em um dado período histórico, podem assumir as informações, a ambientação, o contexto e a narrativa como se fossem de fato uma verdade histórica. Napolitano discorre sobre como conciliar a verdade histórica e a verdade da vítima e suas características, e o mesmo pode ser aplicado aos videogames: como lidar com esta fonte?

Tais debates já existem. Pesquisas voltadas para entender a influência cultural e as diversas possibilidades dos jogos eletrônicos nas pesquisas acadêmicas e em sala de aula podem ser vistas desde o final dos anos 1990, com teorias e métodos sendo desenvolvidos para melhor trabalhar e compreender o impacto da mídia em questão.

Marcelo Carreiro (2013) já dialogava sobre a possibilidade de se utilizar jogos como fontes históricas, defendendo que seu impacto social é indiscutível, além de criticar a academia por repetir um ciclo vicioso do que chama de "chauvinismo intelectual", um processo que o cinema e os quadrinhos passaram antes de serem aceitos com objetos possíveis para a pesquisa histórica (Carreiro, 2013, p. 158). Ainda que soe um tanto tolo, especialmente quando há a consideração que a Nova História e a *Écolé des Annales* legitimam o uso de novas fontes e reforçam novas possibilidades para a historiografia.

Este artigo abordará a viabilidade dos jogos eletrônicos dentro das discussões de memória cultural e história pública e a narrativa sobre traumas e sua abordagem na sala de aula. Para tal, os estudos de Andreas Huyssen (2014) e Marco Napolitano (2020) mostram-se extremamente pertinentes, bem como as pesquisas de Adam Chapman (2016) como arcabouço estrutural para a análise de jogos digitais e de Souvik Mukherjee (2017) sobre a representação da escravidão em jogos eletrônicos. Por fim, discorremos sobre as possibilidades do jogo na sala de aula, pensando no modo em que os jogos digitais podem estimular o desenvolvimento de uma consciência histórica e da formação de um pensamento crítico-histórico nos alunos ao permitirem que estes vejam a si mesmos como sujeitos pertencentes à história. Há também a sugestão de um jogo histórico brasileiro para dialogar de forma mais direta com os alunos dentro de sala de aula.

A memória do trauma como entretenimento

O trauma é um tópico complexo nos estudos da memória da pós-modernidade. Alinhar o discurso historiográfico com a ética do profissional é um requerimento que pode parecer óbvio, mas que ainda assim deve ser feito cuidadosamente. Falar da

memória do trauma é falar de momentos sensíveis para alguém, de dores que são revividas e de verdades que, por vezes, são contestadas. A sensibilidade exigida é imensa e, ao historiador, talvez duas vezes mais – por saber ouvir e saber relatar.

Andreas Huyssen narra uma ascensão de uma preocupação com a memória, tanto no lado político quanto no lado social, levando à uma discussão abrangente iniciada na década de 1960 com as buscas por parte de movimentos sociais na tentativa de encontrar memórias alternativas. O debate gerado pelo Holocausto, que alcança o posto de expressão maior de trauma, acaba por ser globalizado em um dualismo interessante: na mesma intensidade que representa uma falha da civilização moderna, permite que seja utilizado como representação de situações completamente a parte do evento original, conferindo-lhe um caráter comparativo de universalidade (Huyssen, 2014, p.10).

Napolitano corrobora com essa ideia, ao afirmar que "o Holocausto também é um paradigma das novas relações entre história e memória" (Napolitano, 2020, p.28). O status do Holocausto eventualmente gera disputas políticas e gera novos enredos, inclusive a tentativa de revisionismo histórico por parte da extrema direita. O autor salienta que estes negacionistas tentam clamar para si o direito de participar de tais debates, ainda que de fato não possuam qualquer instrução para tal.

O Holocausto é também responsável por um acontecimento interessante: uma junção da memória do trauma com o entretenimento, tendo o Titanic como exemplo em um claro processo de musealização (Huyssen, 2014, p.12). O uso do trauma no ambiente do cinema e outras mídias não é inédito e muito menos se deteve. Cada vez mais essas memórias são resgatadas em uma tentativa constante de proporcionar algo novo e interessante para os espectadores.

Estas novas tentativas acabam gerando uma história pública, que acaba por definir a visão de um leigo sobre estes eventos. Chapman (2016) entende bem este processo quando convida seus leitores a indagar sobre o assunto:

> Pense na chegada à Normandia no Dia D. O que vem à mente? Seriam fatos, mapas, fontes primárias e argumentos que encontraremos em um texto de uma aula de história? É mais provável, ao menos para aqueles que não são historiadores focados na Segunda Guerra Mundial, que pensemos em imagens oriundas de mídias populares. Filmes como *O Resgate do Soldado Ryan* ou *O Mais Longo dos Dias* e para aqueles que jogam, talvez a primeira fase de *Medal of Honor: Frontline*. Não é relativamente controverso argumentar que o imaginário e entendimentos obtidos de mídias populares provavelmente constroem o passado da mesma forma, se não mais, que os livros dos historiadores profissionais (nos quais estas mídias populares são comumente baseadas). Afinal, a maior parte de nós vai ter contato com a história

> após a escola por meio destes meios (Chapman, 2016, p. 12, tradução nossa).

Ainda que os exemplos citados pelo autor estejam reduzidos aos filmes e jogos eletrônicos, uma verdade prevalece: aqueles que não tem contato com a história na academia tendem por apenas consumir produtos culturais baseados em eventos e períodos históricos sem se dar conta da acuidade do material, das liberdades tomadas e do que foi mal utilizado ou adaptado. A intencionalidade de fato é outra, a de entreter, mas há uma distinta realidade entre o que o historiador entende como história para a história pública da sociedade.

Esta argumentação fica ainda mais clara quando pensamos nos primórdios do uso do cinema em sala de aula: buscava-se filmes que retratassem a "verdade histórica", e qualquer coisa aquém disso era severamente criticada pelo simples medo de deturpação (Abud, 2003, p.187). O comentário da autora, claro, refere-se a uma época longínqua e muito antes mesmo de se pensar em qualquer motivo de se entender o cinema como uma fonte histórica própria. Hoje, com teóricos se debruçando sobre o tema e a consolidação de métodos específicos para auxiliar em sua análise, existem diversos momentos e alternativas para o uso do cinema. Seja um documentário que busca manter uma fidelidade histórica e permeado com relatos sobre temas sensíveis ou até mesmo um filme como *A Lista de Schindler*, que elucida e retorna ao ponto do trauma como entretenimento, o uso de filmes em geral para o historiador e para o professor já se faz até essencial para o fazer historiográfico.

É necessário frisar que as duas mídias citadas por Chapman possuí um ponto em comum: elas não possuem a precisão do registro histórico com preocupação maior. Da mesma forma que existem diretores e desenvolvedores que trabalham arduamente em averiguar e certificar-se dos detalhes históricos dos períodos em que seus produtos estão inseridos, também haverá aqueles que, especialmente quando é referente a quão lucrativa será seu trabalho, propagarão o senso comum e "inverdades", coisa que apenas os historiadores vão atentar. Cabe a estes o trabalho de elucidar e esclarecer para que as incoerências não passem a ser pensadas como parte da história.

Na sociedade em que nos inserimos atualmente, é impossível desassociar as discussões sobre memória pública e coletiva da influência das mídias – isto é, pensar em um evento como o Holocausto sem pensar nas inúmeras formas em que ele foi representado e reproduzido (Huyssen, 2014, p.17). A mercantilização do trauma não necessariamente o invalida, e isso nos permite trazer a discussão para diversos públicos com várias possibilidades.

Retornando ao exemplo de *Titanic* mencionado por Huyssen: entre o lançamento em 1997 e o relançamento para comemoração dos vinte e cinco anos da obra, o filme arrecadou um total de mais de 2 bilhões de dólares[1], tornando-se a terceira maior bilheteria do planeta. O feito é ainda mais impressionante quando consideramos os custos do filme (aproximadamente 200 milhões de dólares) e o lucro em seu ano de lançamento (lucrando 1,8 milhões de dólares e sendo o primeiro filme a ultrapassar a marca de 1 bilhão nas bilheterias). Um exemplo ideal para fomentar a ideia de que o público que consome as memórias de trauma e de entretenimento são um só.

O autor entende a importância de trazer esse debate para a esfera das discussões acadêmicas, defendendo sua ideia sobre as novas mídias e a memória:

> A minha tese aqui é esta: o problema não é resolvido opondo simplesmente a memória séria à memória trivial, do mesmo modo que os historiadores por vezes opõem a história à memória *tout court*, à memória entendida como sendo constituída por coisas subjectivas e triviais a partir das quais o historiador faz a coisa autêntica. Não podemos simplesmente colocar o sério museu do Holocausto contra os parques temáticos Disneyficados (Huyssen, 2014, p.17).

Colocá-las em oposição como certo e errado é empobrecer e repetir falhas dos historiadores passados. O caminho jaz na correta utilização dessas novas mídias por parte dos historiadores. É preciso discutir, criticar e entender o que está sendo produzido. Não poderemos, claro, utilizar tudo, visto que a qualidade desta reprodução deve ser debatida caso a caso, mas simplesmente relegar estas mídias como interpretações falhas causa mais dano do que ajuda (Huyssen, 2014, p.17).

Os jogos eletrônicos não se diferem do cinema, ou de qualquer outra mídia pós-moderna. A musealização e o trauma como entretenimento são absolutamente presentes, ao ponto em que se faz necessário pensar sobre o processo como um todo: as cada vez mais constantes refilmagens, a qualidade da reprodução e representação do trauma e quais os pontos devem ser criticados ou apreciados pelos historiadores.

Os números não nos permitem tomar outra conclusão: os jogos digitais são um dos maiores exemplos de produtos culturais da atualidade, cujo lucro supera as indústrias do cinema e da música combinadas há alguns bons anos. Se pensarmos no apelo do *Titanic* pelo impacto que causou, pela influência e o absurdo número de bilheteria (que servem como uma medida do quanto popular o filme é), podemos tecer o mesmo comparativo para alguns determinados jogos eletrônicos no contexto do trauma ocupando o exato mesmo espaço que o entretenimento.

Em termos de comparação, *Call of Duty: WWII* (Sledghammer Games; Raven Software, 2017), um FPS[2] lançado em 2017 que narra os eventos da Segunda Guerra Mundial seguindo o personagem Ronald "Red" Daniels em diversos combates baseados nos eventos ocorridos na Operação Suserano, teve um lucro de mais de 1 bilhão de dólares em menos de dois meses de seu lançamento[3]. É um feito que se mostra ainda mais impressionante quando se percebe que a franquia em si tem lançamentos anuais e o então atual *Call of Duty: Infinite Warfare* (Infinite Ward, 2016) foi extremamente criticado por sua temática futurística.

Outro exemplo pontual (ainda que não seja histórico) e especialmente atual reside no jogo *The Last of Us* (Naughty Dog, 2013), que narra uma realidade pós-apocalíptica graças à uma mutação do fungo *Cordyceps* que destrói os Estados Unidos em 2003. Vinte anos depois, um contrabandista chamado Joel recebe a missão de proteger e levar Ellie, uma garota de 14 anos, para uma facção chamada Vagalumes, que se rebelam contra o governo marcial imposto pelo exército. A importância da menina é finalmente esclarecida quando Ellie revela ser imune à mutação do fungo e que ela talvez seja a única alternativa para que uma vacina seja criada. Ao passarem por cidades, florestas e diversos locais infestados de infectados, caçadores, assassinos e grupos de guerrilha comandando cidades com mãos de ferro, o foco nas relações humanas e no relacionamento de pai e filha que os protagonistas desenvolvem agem como contraponto dos eventos traumáticos que os dois são obrigados a viver durante a jornada.

Lançado em 14 de junho de 2013 para o *Playstation 3*, o jogo foi um sucesso absoluto entre a crítica especializada e jogadores[4]. Em 2014, recebeu uma versão atualizada (usualmente chamado de *remaster*) para o então recém-lançado *Playstation 4*, que receberia em junho de 2020 o segundo jogo e continuação direta *The Last of Us Part II* (Naughty Dog, 2020). Em 2022, o *Playstation 5* recebeu uma nova versão chamada *The Last of Us Part I*. A justificativa seria aproveitar dos avanços do segundo jogo e atualizar o primeiro para as novas tecnologias. E, em 2023, uma série baseada nos eventos do primeiro jogo foi lançada pela HBO, alcançando grande sucesso de crítica e popularidade. O nono episódio da adaptação televisiva teve, em sua estreia, um total de 8.2 milhões de espectadores no mundo e alcançou o patamar de série mais assistida na Europa e América Latina na plataforma de streaming HBO Max[5]. Se levarmos em consideração apenas a plataforma em questão, o primeiro episódio foi visto por mais de

40 milhões de espectadores entre seu lançamento em janeiro e o episódio final em março de 2023.

O trauma, como entretenimento, é popular e não parece ter quaisquer indícios que essa tendencia virá a diminuir nos próximos anos se os exemplos apresentados são referências a serem consideradas. Huyssen bem comenta: "O trauma é tão comercializado quanto a diversão, e nem sequer são comercializados para consumidores de memória diferentes" (Huyssen, 2014, p. 17). Seja reproduzindo memórias traumáticas ou criando narrativas que buscam evocar esse sentimento, os dois podem ser corretamente apreciados em jogos eletrônicos, cabendo ao historiador o papel de criticar se estas representações estão aptas a serem utilizadas para o diálogo com a sociedade.

Souvik Mukherjee, em seu trabalho *Vídeo games e escravidão*, realiza esse processo de análise crítica e pensamento sobre essa temática sensível. Como seria a representação da escravidão em jogos eletrônicos? O autor discorre sobre a questão com três exemplos principais: *Fallout 3* (Bethesda Softworks, Bethesda Game Studios, 2008), *Bioshock Infinite* (Irrational Games, 2014) e *Assassin's Creed: Freedom Cry* (Ubisoft, 2013). Para o autor, a discussão sobre a ausência de liberdade e a reação dos jogadores ao fato é um fator importante e que merece uma discussão, tanto quanto a reprodução de memórias traumáticas em mídias populares.

As menções de *Fallout 3* à escravidão é parte de uma das *quests* iniciais, que mostram a agência do jogador na narrativa. Você pode ajudar os escravos a matarem algozes, gerando uma mudança positiva na história e no final do jogo, ou denunciá-los, ganhando acesso ao campo de escravos e ter um relacionamento bom com os escravagistas – o que causa o ganho de carma maligno[6] (Mukherjee, 2017, p. 292). *Bioshock Infinite*, por sua vez, retrata a cidade de Columbia com um paraíso que Brooker, o personagem principal, está invadindo para cumprir uma missão. Em dado momento ele se depara com um sorteio e lhe oferecem uma bola de baseball com o número 77. Ele ganha e o prêmio aparece após as cortinas se abrirem: o direito de fazer o primeiro arremesso contra um casal interracial: o noivo é branco e a noiva tem a pele negra. Ainda que o jogador possua qualquer dúvida sobre a deturpada visão da cidade, aos lados e atrás do casal existem figuras de macacos e o homem que anuncia o sorteio pergunta se agora "você toma seu café preto".

O jogo, ao apresentar sua primeira decisão, deixa claro a ideia; se você arremessar no homem que anunciou o sorteio doentio, sua decisão é boa, inclusive permitindo que você ganhe um presente do casal em momento posterior do jogo. Você pode arremessar no casal (a decisão ruim) ou não fazer nada. De qualquer modo você é impedido antes

mesmo de completar o ato e aventura "começa". A partir daí, os elementos misteriosos de Columbia não são mais tão misteriosos assim: a *Ku Klux Klan* age abertamente, documentos e áudios no jogo fazem clara menção à situação escravista do local. Ken Livine, o criador da trilogia, foi alvo de grupos supremacistas brancos que afirmavam que o jogo tinha por função primária matar todas as pessoas brancas, como se fosse uma tentativa de propagação de ódio vinda de um judeu (Mukherjee, 2017, p.293).

Fazemos aqui um adendo: a tentativa de abordar o tema do racismo e da escravidão dentro do jogo foi o suficiente para atrair a ira de grupos da extrema-direita que tentam, novamente contestar e empregar uma memória de negação ao trauma, algo que Napolitano trabalha ao falar sobre o Holocausto e a Ditadura brasileira (Napolitano, 2020, p.36). Ainda que seja um assunto denso demais para tratar no momento com o rigor que merece, esta tentativa revisionista não é inédita e não tem qualquer tipo de escrúpulo para conseguir o silenciamento da memória do trauma.

O último jogo descrito extensivamente por Mukherjee é *Assassin's Creed: Freedom Cry*, e sua principal diferença em relação aos outros jogos previamente citados é que ao invés de trazer o trauma como uma discussão baseada nas possibilidades do jogo, a narrativa e o cenário são inseridos no contexto da escravidão (Mukherjee, 2017, p. 293). Conhecemos Adéwalé, nosso protagonista, ainda na condição de escravo. Ele é libertado por Edward Kenway, um pirata e membro da Ordem dos Assassinos. Agradecido e admirado pela proeza de Kenway, Adéwalé acaba por se juntar à tripulação.

No momento em que começamos a história de Adéwalé em *Freedom Cry*, já se passaram quinze anos de sua libertação. Agora também um Assassino e capitão de seu próprio navio pirata, sua missão acaba por conduzi-lo a Porto Príncipe. Ao perceber a situação do local, Adéwalé decide auxiliar e libertar o máximo de escravos possíveis, estendendo o tempo de sua missão em dois anos. As ações de Adéwalé acabam por facilitar a Revolta de São Domingos, derrubando os governantes franceses do que viria a ser o Haiti.

Existe uma cena, porém, que merece destaque. Bastienne, a informante dos Templários, avisa Adéwalé que Pierre de Feyet preparava-se para uma retaliação brutal caso a rebelião e os ataques as plantações continuassem. Adéwalé sabia que os negócios de Bastienne com seus inimigos eram para arrecadar fundos e utilizá-los para libertar escravos, mas duvidou da veracidade do fato, algo que lhe seria um motivo de grande arrependimento no futuro. Durante um ataque naval arquitetado para interceptar um navio negreiro que estava em rota para Porto Príncipe, de Feyet deu a ordem que a fragata que o acompanhava não atirasse contra Adéwalé e seus companheiros, mas sim contra a

embarcação de escravos. Alvejado de várias direções, o navio começa a naufragar, fazendo com que o assassino embarque para tentar libertar os homens e mulheres acorrentados.

Os personagens jogáveis da série *Assassin's Creed* dão uma sensação de liberdade imensa aos jogadores. Capazes de escalar praticamente qualquer prédio, ágeis, proficientes em diversos tipos de armas e especialistas em furtividade, as possibilidades dentro do mundo do jogo são diversas. Invadir um local fortemente vigiado e sair sem sequer ser visto após eliminar um alvo importante e protegido é comum para as missões da série. Com as habilidades de combate, não é difícil que um jogador minimamente proficiente vença cinco ou dez inimigos atacando em conjunto. Formidáveis mal começa a descrevê-los adequadamente.

Mas quando Adéwalé invade o navio, a jogabilidade muda. Limitado em ações[7], o protagonista tenta libertar o máximo de pessoas possíveis, mas o número de baixas é altíssimo. Adéwalé consegue se salvar por conta de suas habilidades, mas nota que até mesmo alguns dos que foram libertados antes que o navio afundasse definitivamente não sobreviveram.

Jill Muray, a escritora principal encarregada de *Freedom Cry*, comentou em entrevista feita por Tracey Lien para o site Polygon sobre a dinâmica entre o jogo e a história de fato:

> [Adéwalé] é tudo que você poderia querer em um herói feito para o que o jogador se sinta poderoso, e você sente isso quando joga como ele. Mas sabemos que, historicamente, aquele homem não 'venceu' a escravidão. Então há uma tensão constante entre os pontos altos que você se sente como jogador, e o conhecimento histórico que você tem no fundo da mente que não é aí que a história acaba (Murray, 2013, tradução nossa).

A limitação imposta pelos *QTE's* na cena previamente descrita são fundamentais para reforçar a ideia da impotência do incrível Adéwalé contra o mundo e, por sua vez, do jogador contra a realidade dos fatos. O ataque não é real, o evento em si não aconteceu. Mas a reprodução da memória do trauma da escravidão e os esforços constantes dos jogadores em libertar escravos durante o jogo servem igualmente para estabelecer o passado do agente jogador, o personagem assassino, e para subverter as expectativas dos jogadores.

Narrar uma memória traumática não é simples. Seligmann-Silva (2008) comenta sobre a dificuldade do testemunho de uma vítima do trauma, ao ponto de existir uma impossibilidade do relato de um evento traumático, levando ao dilema do não-dito: sem

relato não há testemunho e sem testemunho não há vítima. Portanto, a experiência permanece presa e atual para aqueles que a vivenciaram, mas distante e talvez impensável para aqueles que não a conhecem.

Este distanciamento do testemunho é algo que fica claro nas falas de Murray sobre sua escrita em *Freedom Cry*. Os jogadores não poderão de fato ter uma dimensão real do que é ser um escravo, então a imaginação imposta pela narrativa será a artimanha utilizada pela equipe de escritores para lidar com a possibilidade de retratar e narrar a "memória", algo que se assemelha a ideia exposta por Seligmann onde "a imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma" (Seligmann-Silva, 2008, p. 70).

É importante aqui ressaltar que o autor em questão destaca a importância da literatura como ferramenta para servir ao trauma, aceitando-lhe como uma hábil forma de transpor os limites impostos pela impossibilidade do testemunho. Não seria então o esforço da equipe que escreveu e desenvolveu *Freedom Cry*, e das equipes de *Bioshock Infinite* e *Fallout 3* algo que seja comparável a obras como *Os Sertões* e *Ilíada*, tão bem descritas pelo autor como exemplos bem-sucedidos de narração do trauma?

Mukherjee, por sua vez, entende que para retratar a escravidão no contexto dos jogos eletrônicos, a falta de agência do jogador é o que mais se aproxima. A dualidade do distanciamento e experiência traumática nos recortes como o acima descrito permitem conjecturar que é possível usar os videogames de modo a desenvolver narrativas sensíveis, que buscam colocar o jogador para viver um trauma que lhe seja distante (Mukherjee, 2017, p.302). Algo que inclusive é dito pela própria Murray em uma conferência em 2014 sobre a experiência retratada em *Freedom Cry*: remover a agência e o poder dos jogadores serviu para expressar a perda e o desespero[8].

Estes, claro, não são os únicos exemplos. E nem mesmo todos os exemplos serão positivos – cada caso deverá ser analisado com cuidado. Em maio de 2023, a desenvolvedora de jogos para celular Magnus Games lançou na loja de aplicativos do *Google* o jogo Simulador de Escravidão. Dias após o seu lançamento, o jogo sofreu denúncias nas redes sociais e foi removido da plataforma, que antes o listava com classificação livre para todas as idades.

Como todo e qualquer produto cultural, é necessário atenção por parte do historiador ao analisar. Exemplos como o da Magnus Games fortalecem a fala de Huyssen sobre a qualidade da representação da memória do trauma, para que não seja banalizada e estimule ainda mais as memórias de oposição, dando maior palco para o revisionismo e o negacionismo.

O jogo eletrônico na sala de aula.

A pesquisa sobre jogos eletrônicos no Brasil não é recente, ainda que tenha pouca representatividade na academia. Os primeiros trabalhos na área podem ser encontrados no Brasil em meados dos anos 2000, mais precisamente na segunda metade da década em questão. De lá para cá, o número de pesquisadores e professores que lidam com os jogos vem crescendo, mas ainda de forma muito modesta.

Existem algumas considerações a serem feitas quando se fala do jogo digital na pesquisa, sendo a primeira destas a forte resistência por parte da academia de aceitar como fonte histórica, um processo que certamente já deveria ter sido superado há muito devido as possibilidades geradas pela escola dos *Annales*. Considerando a presença constante e inegável dos jogos na sociedade atual, pensar os jogos digitais sob um olhar crítico mostra-se importante para que a escola reforce sua função social (Arruda, 2014).

O segundo ponto que se faz necessário discutir é sobre como olhar os jogos. Marcella Costa aponta a existência de duas narrativas: a histórica e a dos jogos, que por sua vez possuem pontos de convergência e pontos de dissidência importantes a serem entendidos para que se possa afirmar "se" e "como" determinado jogo pode a vir a ser aplicável dentro da sala de aula (Costa, 2017).

Contudo, nos parece interessante frisar que ver os jogos sob uma perspectiva narrativa é algo comum dentro das pesquisas atuais, por vezes deixando de lado a pluralidade de elementos contidos dentro de um jogo. Desde sua fase conceitual, carregado de uma visão específica instigada por seus desenvolvedores, ou até mesmo o viés eurocêntrico comum a vários jogos e a influência comercial, como bem destaca Arruda (2014), isolar elementos específicos é prejudicial para a compreensão da obra.

Os jogos eletrônicos devem ser entendidos por meio de uma análise própria e factual, considerando os elementos que lhe são característicos: design, narrativa, *gameplay*, entre outros. Uma das críticas destinadas à *Freedom Cry*, por exemplo, é travar elementos e armas baseado na quantidade de escravizados libertos durante o jogo, o que poderia levar a uma ideia de precificação da liberdade destas pessoas (Mukherjee, 2017, p.301), ao passo que o design do jogo enfatizou a furtividade durante os ataques às plantações de cana: os escravizados são atacados ao invés caso o jogador fosse detectado. Todas essas ideias são escolhas de uma representação do passado sobre o presente, que tem o propósito sim de gerar consumidores, mas que também demonstra uma preocupação com o que está sendo entendido pelo jogador.

Outro conceito muito debatido dentro do *Game Studies* é o *historical game*. Por definição, este é um jogo que está inserido dentro de um período histórico específico, ou faz alusão a um em sua narrativa (Chapman, 2016, p. 16). A nova conceituação proposta pelo autor expande o que antes havia sido pensado por Esther MacCallum-Stewart e Justin Parsler em 2007, e tal abrangência permite que um jogo como *Wolfenstein: The New Order* (MachinaGames, 2014) que se passa nos anos 1960 após a vitória do regime nazista na Segunda Guerra Mundial, possa igualmente ser entendido como um jogo histórico, pois dialoga com os horrores do nazismo ainda que não se passe necessariamente no período histórico em questão.

Para que se possa pensar no uso da sala de aula, o professor precisa conhecer o jogo em questão. Não é apenas saber do que se trata e que temas podem ser abordados, mas entender a fundo como isto é feito. Este passo talvez seja o mais difícil, pois nem todos tem prazer em jogar ou sequer acham a prática interessante. Também não se pede que o professor seja um exímio jogador - assistir a vídeos da história e *gameplay* do jogo já serviria neste processo.

A alta necessidade de conhecer os jogos eletrônicos é simplesmente porque ele deverá ser o ponto de referência dos estudantes. O processo não vai ser bem-sucedido se você apenas pedir que o aluno jogue e diga o que entendeu. É bem provável que uma parte sequer preste atenção nos pontos que você deseja discutir, ou até mesmo não se interesse em mais nada além de jogar. Jogar por jogar não é a solução, e jogar em sala de aula sob a justificativa de diversão muito menos. McCall discorre bem sobre o uso dessa justificativa, quando se pergunta ao aluno se foi divertido o processo:

> Comparado a quê? Passar tempo com os amigos relaxando fora da escola? Ir para um parque de diversões? Assistir a um programa de comédia? Tomar sorvete? Todas estas atividades são divertidas e talvez ainda mais se comparadas a ter a obrigação de criticar um jogo de forma rigorosa. Até jogar o próprio jogo apenas pelo prazer que traz ao jogador está mais alto na escala de diversão do que jogar com propósito, fazer anotações, analisar e avaliar (Mccall, 2022, p. 18, tradução nossa).

Arruda (2014) também demonstra preocupação sobre a importância de delimitar claramente o uso do jogo na sala de aula:

> O problema que se apresenta é como proceder com o envolvimento do professor nessa relação, uma vez que há um risco de a escola se tornar "brinquedo" ou espaço de lazer e entretenimento, em detrimento do ensino e da aprendizagem historicamente sistematizados. Além disso, o tempo do jogo não tem relação com o tempo da escola, assim como ocorre com outras tecnologias baseadas nas mídias digitais (Arruda, 2014, p. 250-251)

É deveras complicado se pensarmos no cenário completo. As propostas lúdicas de fato alimentam, em parte, uma idealização de "aprender brincando". Diversão não será algo ruim para ninguém, mas quem garantirá que o processo do jogo eletrônico seja divertido? Os alunos podem talvez não gostarem de jogar, ou não apreciar o fato que eles precisam jogar olhando para o jogo de uma forma diferente, algo que não fariam em um contexto fora da escola.

A ideia que o autor sustenta é que o jogo eletrônico deve ser utilizado pelo professor com o propósito de fomentar o pensamento crítico histórico do aluno. Claro, não se esperam teses e trabalhos complexos da educação básica, mas pode ser um dos meios que leve o aluno a pensar sobre a veracidade dos fatos e como estes são apresentados na narrativa. E é neste momento em que o professor se mostra parte essencial do processo.

O educador será o guia e mediador. Tudo o que já foi discutido e pensado na sala de aula pode ser posto à prova quando o aluno for pedido que jogue e discorra sobre o que jogou: os elementos, o *gameplay*, a narrativa, os cenários e personagens. Como já discutimos anteriormente, o consumidor de produtos culturais populares pode ter uma visão significativamente diferente dado à influência deles, especialmente se não estiverem mais em contato com uma roda de suporte adequada para o debate.

Rüsen (2006) também se mostra pertinente ao pensarmos sobre a construção da didática em prol da consciência histórica, que é definida "como sendo um fator básico na formação da identidade humana relacionando estes conceitos com o processo educacional, que também é básico para o desenvolvimento humano" (Rüsen, 2006, p.16). Estimular a percepção do aluno para que este possa entender seu lugar e papel é absolutamente relevante para o processo de ensino da história. A aprendizagem de história, segundo o autor, deve conduzir ao desenvolvimento de uma habilidade de orientação e formação de uma identidade histórica, fator que por vezes passa despercebido em uma corrente onde a disciplina História nada mais é além de decorar datas.

Que esta visão precisa ser fervorosamente combatida é um fato tão óbvio que não nos parece merecer maiores menções. Pensar no aluno como sujeito histórico é fundamental para que a história não seja apenas uma disciplina de provas e datas no ambiente escolar, ainda mais se aplicarmos esta verdade na realidade de um país extremamente problemático e racista como o Brasil. Os jogos históricos podem auxiliar muito no processo de identificação, visto que não estão limitados à escola. É plenamente

possível que alguns destes já sejam conhecidos dos alunos, mas que eles não vejam a si mesmos como sujeitos dentro desse processo histórico.

Coelho e Silva (2023) ressaltam, dentro do contexto do pensamento da didática da história, que jogadores acabam por desenvolver uma consciência histórica por meio dos jogos, ainda que esse conhecimento por vezes seja pautado em representações e interpretações "erradas", tanto por influenciadores e *streamers* bem como pela qualidade da representação histórica contida em determinado jogo.

O *videogame* e por consequência, o jogo histórico, não pode ser pensado de forma isolada. A especificidade desta fonte permite que ela seja implementada com maior sucesso com o auxílio de outras linguagens. O aluno necessitará de embasamento para que ele possa analisar um jogo da forma mais correta possível, compreendendo suas características e o que ali é parte de fato do registro histórico ou não. O jogo eletrônico não substituirá quaisquer outros recursos didáticos e muito menos seria de fato efetivo utilizado como único instrumento possível.

O *Historical Problem Space*, arcabouço estrutural pensado por Jeremiah McCall para utilizar os jogos históricos em sala de aula, é uma sugestão de metodologia a ser implantada pelo professor. O HPS entende o espaço do jogo como um espaço histórico, onde o jogador poderá dialogar com o período histórico em questão. Ele pensa o agente jogador, o mundo do jogo e todos os elementos ao fazer sua análise. O que torna o arcabouço uma ferramenta ainda mais interessante é o fato que a análise precisa ser feita inicialmente pelo professor, caso a caso, para que então se formule questionamentos e propostas para discussões entre os alunos após o *gameplay* crítico.

Ou seja, para pensar em como falar sobre memória de trauma para alunos da educação básica, o educador primeiro precisa avaliar a qualidade da representação desta memória no jogo e como esta é transmitida para o jogador. No caso de *Freedom Cry*, você ativamente luta contra o sistema escravagista do Haiti inserido em uma briga secular entre Assassinos e Templários. Mas e se quiséssemos pensar no caso brasileiro? Como discutir uma temática sensível como a escravidão utilizando jogos eletrônicos, visto que maior parte da produção é internacional?

Mandinga: A tale of Banzo (Uruca Game Studio, 2021) é um RPG[9] produzido no Brasil e que trata a questão da escravidão de uma forma bem contundente, visto que os dois personagens jogadores são escravos: Akil, o Mandinga, é apresentado como um negro de ganho que vende os produtos da fazenda em Salvador todos os dias. Sabe ler, escrever e professa a fé mulçumana. Obadelê é um escravo forte, vive na senzala, capoeirista e devoto dos orixás. O cuidado dos produtores com a história e a representação

do período histórico é digna de nota, visto que assim como *Freedom Cry*, também teve um historiador auxiliando com os detalhes da narrativa e ambientação.

O jogo não poupa medidas para mostrar o quão desumano é a situação do negro no Brasil Colonial. Logo ao iniciar a campanha, uma mensagem diz que as pessoas tendem a crer que os negros escravizados, oriundos da África, eram tratados da mesma maneira e possuíam a mesma cultura e ideias, como se fossem parte de um povo só. Logo depois, mostra a diferença entre a rotina de Akil e Obadelê, incluindo referências às suas religiões. Enquanto o Mandinga tem benefícios e consegue até mesmo juntar dinheiro, o capoeirista é obrigado a cortar cana e suportar o abuso de seus senhores.

O conflito se apresenta quando Lucas, um dos feitores, decide levar a prima de Obadelê, Ayomide, para longe da fazenda durante à noite. Acompanhado de outros que lhe dão cobertura, ele expressa seu desejo carnal e chega a afirmar que a vítima poderia até gostar do que estava prestes a acontecer. A tela fica escura, mas não antes de exibir os gritos de terror de Ayomide.

Akil voltava mais tarde do que de costume porque conseguira vender todas as verduras naquele dia, e presencia tudo. Morrendo de medo, ele não comenta com ninguém e fala para si mesmo que nada poderia fazer ou seria morto. Obadelê, por sua vez, fica preocupado com o sumiço da prima e vai primeiro até o Mandiga para saber se ele ouviu ou viu algo. Akil mente, mas sente-se culpado.

Obadelê foge da fazenda para continuar sua busca e então é encontrado por Lucas e pelos cumplices, gerando o primeiro combate do jogo. Após vencer os dois adversários e enfraquecido, é presa fácil para Lucas, que o tortura durante toda a madrugada. Quando Akil está voltando para a cidade, ele vê o ato de crueldade do feitor, que então decide esconder a arma que carrega para que possa voltar mais tarde e continuar sua tortura. O mandinga, ainda consumido pela culpa de nada ter feito antes, pega a arma e mata Lucas. Obadelê agradece e os dois fogem para a mata, desesperados.

Estes momentos iniciais do jogo podem causar desconforto, mas são uma forma diferente de se retratar a escravidão. Ao invés de apenas remover a agência do jogador, o jogo faz com que eles interajam com isso de uma forma mais direta. Você não será o libertador, mas aquele que precisa ser libertado. Essa mudança na dinâmica serve para a narrativa e serve para o professor dar a fala para os alunos, que poderão discorrer sobre o que jogaram e viram.

Posterior à exposição do jogo, as opções ficam à cargo do professor: deverão eles escreverem sobre a experiência, ou passar que joguem outra sessão específica em casa para discussão em momento posterior? Poderiam eles assistir um documentário ou

comparar com as informações que eles já possuíam sobre o assunto, seja por intermédio das aulas ou graças ao livro didático?

As desvantagens mais claras dos jogos eletrônicos, como o alto custo dos jogos mais atuais (que dificulta o acesso por parte das camadas mais pobres da população) e a indisponibilidade de recursos e estrutura dentro da escola podem ser superadas com o uso de gameplays e cortes específicos apresentados em sites como o Youtube. Não podemos colocar o estudo de jogos eletrônicos em um pedestal ilibado de críticas, mas ignorar as novas possibilidades é empobrecer e simplificar as ideias. Compreender o jogo eletrônico como uma nova fonte histórica é essencial para que se quebre a resistência e o preconceito que atualmente permeiam a pesquisa e suas possíveis utilizações como linguagem na sala de aula.

Considerações Finais

Dialogar sobre jogos eletrônicos é preciso. Este fato, que buscamos reforçar durante todo este trabalho, precisa ser absorvido com mais clareza. Não há mal nenhum em expandir horizontes e buscar novas formas de fazer história, com novas fontes. Estudar o passado por meio de um produto cultural tão influente, sobrecarregado até com as mais diferentes opiniões e expressões, tanto artísticas quanto sociais, nos exige atenção.

Vivenciar o trauma por meio de jogos digitais não é uma experiência inovador ou recente. Como uma expressão direta da visão de seus desenvolvedores, os diálogos que são gerados por estes produtos podem enaltecer e enfatizar uma nova forma da sociedade experimentar memórias traumáticas além das já bem estabelecidas nas pesquisas históricas sobre memória. *That Dragon, Cancer* (Numiouns Games, 2016), baseado na experiência do desenvolvedor em criar seu filho que foi diagnosticado com um câncer terminal aos 12 anos de idade, e *This War of Mine* (11 Bit Studios, 2014), que mostra a guerra sob a perspectiva dos civis afetados por ela e sua luta pela sobrevivência, são apenas dois de muitos exemplos das experiências de memórias traumáticas nos jogos eletrônicos.

O jogo eletrônico, bem como a literatura e outras formas aqui demonstradas, possui sim o poder de transformar-se nesta proteção, neste "escudo de Perseu" citado por Seligmann-Silva que nos permite olhar para o trauma sem o medo de sermos silenciados. A escravidão como memória traumática foi uma escolha definida para este trabalho, mas não é a única opção possível. Os jogos eletrônicos nos proporcionam diversas

possibilidades, limitadas apenas pela análise da qualidade do discurso e as oportunidades do professor. Uma fonte histórica e uma linguagem que carece de um olhar mais atento tanto na academia quanto no ambiente escolar.

Referências

ABUD, Kátia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. *História,* v. 22, n. 1, 2003, p. 183-193.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Aprender história com jogos digitais em rede: possibilidades e desafios para os professores. In: MAGALHÃES, Marcelo et al. *Ensino de História*: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 239-254.

CARREIRO, Marcelo. (2013). Jogando o Passado: Videogames como Fontes Históricas. *História e Cultura***,** v.2, n.2, 2013, p. 157-173.

CHAPMAN, Adam. *Digital Games as History:* How Videogames Represent the Past and Offer Access to Historical Practice. London: Routledge, 2016.

COELHO, George Leonardo Seabra; SILVA, Luiz Gustavo Martins da. Cultura Digital, Games e Educação Histórica: interfaces a partir da netnografia. *Revista Hydra*: Revista Discente de História da UNIFESP, São Paulo, v. 6, n. 12, 2023. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/14425. Acesso em: 15 jan. 2024.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. *Ensino de história e games*: dimensões práticas em sala de aula. Curitiba: Appris, 2017.

HUYSSEN, Andreas. *Políticas de memória no nosso tempo***.** Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

MCCALL, Jeremiah. *Gaming the Past:* Using Video Games to Teach Secondary History**.** 2ª Edição. Routledge, 2022.

MUKHERJEE, Souvik. Vídeo Games e Escravidão. In: FALCÃO, Thiago; MARQUES, Daniel (org.). *Metagame:* panorama dos game studies no brasil. Tradução de Thiago Falcão. São Paulo: Intercom, 2017. p. 291-303.

MURAY, Jill. You can't turn away from slavery in Assassin's Creed 4's Freedom Cry. [Entrevista cedida a] Tracey Lien. Polygon, dezembro. 2013. Disponível em: https://www.polygon.com/2013/12/13/5207494/you-cant-turn-away-from-slavery-in-assassins-creed-4s-freedom-cry. Acesso em 02 de julho. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: Entre Traumas e Tabus. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, jan./jun, p. 18-56, 2020.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão. *Praxis Educativa*. Ponta Grossa-PR, v.1, n.2, jan./ jun, p. 7-16, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 01, p. 65-82, 2008.

[1]Os dados são do site *Box Office Mojo*. https://www.boxofficemojo.com/title/tt0120338/

[2] A sigla *FPS*, no contexto de gêneros de jogos eletrônicos, significa *First Person Shooter* (Atirador em Primeira Pessoa, tradução nossa).

[3] O jogo foi lançado mundialmente em 3 de novembro de 2017 e lucrou mais de 500 milhões de dólares em três dias. Em uma nota divulgada para a imprensa no final do mesmo ano, Activision (a empresa que detém os direitos da franquia) anunciou que o jogo já havia batido 1 bilhão de dólares em lucro e que já era o primeiro jogo em número de vendas no ano de 2017 nos Estados Unidos. https://www.gamespot.com/articles/call-of-duty-ww-2-passes-1-billion-in-worldwide-sa/1100-6455775/

[4] O metacritic, site que reúne opiniões e notas de críticos especializados e de jogadores, lista o jogo como uma nota de 95 baseado em um total de 98 críticas diferentes. Entre os jogadores, o número fica em 9.2. https://www.metacritic.com/game/playstation-3/the-last-of-us

[5] Os números oficiais, divulgados pela própria Warner Bros., podem ser conferidos no site Variety, e conta com outros feitos impressionantes para uma nova série, incluindo um crescimento de 75% no número total de espectadores nas estreias dos episódios. Para maiores detalhes, acessar https://variety.com/2023/tv/news/the-last-of-us-season-1-finale-ratings-viewers-1235551465/

[6] O sistema moral em Fallout 3 é baseado no carma, onde você pode ser neutro, bom (ao realizar ações que ajudam os outros) ou maligno (quando ações terríveis são feitas pelo jogador, como roubar, matar personagens não-malignos e expor outros a situações de risco). O carma determina sua reputação, aliados e seguidores na história, influenciando o final.

[7] A sessão em questão é marcada por *QTEs* (*Quick-time events*, ou eventos temporais rápidos) e mobilidade reduzida. *QTEs* são momentos do gameplay marcados por ações rápidas, como apertar um botão diversas vezes ou apenas uma vez em um momento exato, onde uma ação bem-sucedida levará a um acontecimento automático sem o controle do jogador.

[8] Comentários sobre a conferência, incluindo citações feitas pela roteirista, estão disponíveis em uma reportagem do site The Escapist: https://www.escapistmagazine.com/assassins-creed-iv-freedom-crys-slavery-was-to-shock-you/.

[9] *RPGs* (ou *Role Playing Game*) são jogos com foco no desenvolvimento ao curso da história. O jogador tem acesso a equipamentos, habilidades e os atributos dos personagens em número, onde tem liberdade para escolher como conduzir os combates. A evolução ocorre tradicionalmente pelo ganho de experiência (*XP*, sigla popular para *experience*), que faz com que os personagens subam de níveis e fiquem mais fortes no decorrer da aventura. Nos primórdios do gênero, os combates eram usualmente baseados em turnos entre o jogador e os inimigos, com raras exceções buscando um foco em combates de ação direta, que eventualmente ganharam força e popularidade ao passar dos anos. Apesar de ser baseado nos *RPGs* de mesa, o modo de se jogar entre os dois tipos é bem diferente.

Artigo recebido em 11/08/2023

Aceito para publicação em 16/01/2024

DOS MIGRANTES AOS TERRITÓRIOS NO RIO DE JANEIRO: Acervos da Literatura de Cordel e seu Processo de Conservação Virtual

FROM MIGRANTS TO TERRITORIES IN RIO DE JANEIRO: Cordel Literature Collections and Its Virtual Conservation Process

Elis Regina Barbosa ANGELO[1]

Resumo: A conservação cordelística nacional tornou-se ímpar nos debates acadêmicos e o acervo da Academia Brasileira de Literatura de Cordel – ABLC, no Rio de Janeiro, um fio condutor ao fomento de políticas na criação de medidas preservacionistas, especialmente a partir de seu registro de Patrimônio Cultural Brasileiro. Neste contexto, o projeto de digitalização do acervo da ABLC corroborou no sentido de atentar aos âmbitos (i)material definido por valores identitários, simbólicos e imagéticos na preservação da memória. Assim, este projeto de digitalização foi parte integrante das medidas preservacionistas no fomento à conservação do cordel. Por meio da pesquisa bibliográfica e exploratória experiencial traz-se o processo de digitalização, seus resultados, e a correlação do território cultural aos processos migratórios que ressoam a cultura popular nordestina.
Palavras-chave: Academia Brasileira de Literatura de Cordel, digitalização, acervo, migração, nordestinos.

Abstract: The national cordel conservation has become unique in academic debates and the collection of the Academia Brasileira de Literatura de Cordel – ABLC, in Rio de Janeiro, a guiding thread for promoting policies in the creation of preservationist measures, especially from its Heritage register Brazilian Cultural. In this context, the project to digitize the ABLC collection contributed to paying attention to the (im)material spheres defined by identity, symbolic and image values in the preservation of memory. Thus, this digitization project was an integral part of the preservationist measures to promote the conservation of cordel. Through bibliographical and experiential exploratory research, the digitalization process, its results, and the correlation of the cultural territory with the migratory processes that resonate with northeastern popular culture are presented.
Keywords: Brazilian Academy of Cordel Literature, digitization, collection, migration, nordestinos.

Introdução

Os territórios culturais foram criados pelos sujeitos históricos e suas caraterizações ao longo de gerações, especialmente ressignificando aspectos identitários que viajaram com eles em seus trajetos e deslocamentos, muito comuns num território

[1] Professora Associada dos cursos de Bacharelado em Turismo da UFRRJ e no Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, PPGPACs da UFRRJ. Pós-Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestra em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Líder do Núcleo de Pesquisa em Patrimônio e Memória - NUPAM, membro do Laboratório de Estudos Etnicidade, Racismo e Discriminação - LEER/USP e colaboradora do grupo de pesquisa Imaginário, mobilidade e patrimônio da UFJF. E-mail: elis@familiaangelo.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1799-3910.

extenso como o brasileiro. Aqui se pensa no território cultural como "espaço social vivido" (Rolnik,2011).

No município do Rio de Janeiro essa ideia foi traduzida enquanto terreno fértil para o êxito de expressões como a literatura de cordel, expoente da memória dos acervos populares do cordel de todo o país, como um "lugar de memória" (Nora, 1993). Nesse lugar, tem voz e tom a Academia Brasileira de Literatura de Cordel – ABLC, que acabou se tornando um dos territórios de representação cultural dos cordelistas cariocas, tanto como sede e depósito de um indescritível memorial de trabalhos cordelísticos do Brasil quanto alma de um território repleto de significações para os cordéis oriundos de todos os cantos do país, ou como definido na carta de Quebec, o *"Spiritu loci"* (ICOMOS, 2008).

Nesta declaração, de 4 de outubro de 2008, em que se reconhece o espírito do lugar em seus "[...] elementos tangíveis [...] bem como de intangíveis [...] e que todos dão uma contribuição importante para formar o lugar e lhe conferir um espírito [...] (ICOMOS, 2008), se define também a ideia de que os lugares vão sendo cenários de significações de grupos, como é o caso da ABLC que engloba a literatura de cordel de todo país.

A ABLC fundada em 1988 foi se tornando uma das mais referenciadas entidades literárias, ocupando uma representação ímpar, criando imageticamente um significado de pertencimento da literatura de cordel pela própria forma de acolhimento dada ao material pelo seu gestor e guardião, Mestre Gonçalo Ferreira da Silva, numa verdadeira forma de contemplar num lugar, o espírito de se manter vivo o cordel brasileiro, seja pelo apelo à preservação pelo pleito de registro, seja pela forma de manter vivo o cordel no município representando o todo produzido nos mais distantes recantos.

Além desse acalentado sentido afetivo, se percebe que as relações entre os cordelistas e os migrantes na formação de territórios como a ABLC reforçam cenários da cidade que carregam múltiplos sentidos, que vão desde o acolhimento de grupos e suas produções culturais até a criação e manutenção de acervos que se encontram totalmente carentes de atenção no que se refere à sua conservação. Nesse sentido, Mestre Gonçalo enquanto guardião deu um "tom" e uma forma de manter a academia durante toda a sua trajetória de vida.

Essa trajetória se entrecruza com o cenário da produção cordelística, em que a migração nordestina, a formação da Feira de São Cristóvão e a própria ABLC emergem como os maiores destaques na relação da cidade com a literatura de cordel, haja vista a

chegada, a manutenção e a distribuição dos folhetos na história dos nordestinos com a cidade do Rio de Janeiro.

A Feira de São Cristóvão acabou se tornando um lugar de comemoração e de entretenimento da cidade, mas carrega os sentidos de resistência, de aceitação e mesmo de luta dos nordestinos chegados ao campo de São Cristóvão com as migrações ao longo do século XX (Angelo; Barros, 2017).

Conforme menciona Lessa (2001), os anos de 1920 até 1960 conjugam novos comportamentos e dimensões com a urbanização da cidade do Rio de Janeiro, que acabou alimentando uma certa prosperidade, além das proposições de transformação política que alicerça os próximos anos com a transferência da capital federal.

Para Lessa (2005), a cidade organiza-se por meio de alguns cenários de migrações, como o caso no início do século XIX, com a vinda dos portugueses, que quantitativamente formando a maior parte da sociedade carioca, e, a partir de meados do século XX, o contingente de migrantes, oriundos do Nordeste do Brasil, origina outros espaços e territórios, que se multiplicam em novos pontos de concentração de pobreza. Aqui se assemelha processos políticos que culminaram em reformas e imigração em seus diversos contextos que vão mudar o perfil "da tão sonhada cidade para se viver", esvaziando as expectativas "de comprovante das potencialidades do país" para ser um "testemunho dos desequilíbrios e distâncias socioeconômicos nacionais" e "paradigma de má qualidade da vida urbana" (Lessa, 2001, p. 14)

Conforme menciona Ulpiano Bezerra de Menezes, a historicidade do cordel passa pelo viés de não ser conveniente tratá-lo como documento histórico, mas desconstruí-lo enquanto "componente ativo do jogo social. E, para explorar sua singularidade, quanto ao tópico em questão, tomá-lo como formador de padrões do gosto popular além de excepcional produtor e difusor de imaginário em geral na nossa história" (Menezes, 2019, p.237)

Nesse jogo social, percebe-se ações de privilegiamento e exclusão, como é o caso de muitos imigrantes que foram relegados aos espaços periféricos na própria capital, além dos que se deslocaram para regiões periféricas como a Baixada Fluminense, formaram números significativos de nordestinos em novos bairros e regiões (Angelo, 2023).

Esse processo de urbanização incluiu, entre os anos de 1930 e 1970, um significativo crescimento da periferia e das favelas na cidade, sobretudo nos morros (Vainer, 2009). Nesse quesito reconhecidamente de exclusão e privilegiamento foi se delineando uma nova forma de viver na cidade, em que pesem as mais diversas situações de criação de territórios e culturas migratórias na sua vasta diversidade, seja de cunho

nacional, seja internacional. Como "sociedades multiculturais", os grandes centros, como o Rio de Janeiro, foram se transformando em comunidades deslocadas, que se "encontravam, se organizavam em eventos e expressavam suas tradições, agora circulando entre várias outras" (Alves Santos, 2010, p. 80).

Muitos desafios foram traduzidos nas trajetórias do migrante, em suas ressignificadas relações identitárias, muitas vezes acrescida de resistências e lutas, forjando relações de si e do outro, bem como "traços socioculturais com os quais os sujeitos se identificam e a partir dos quais se fazem reconhecidos como membros de um grupo – e, portanto, envolve o questionamento de valores e de imagens de si e do outro" (Sobral, 1993, p. 19). Nessa correlação, entrelaçam-se formas de identificação que vão desenhando os territórios de saberes, como é o caso do cordel.

Tendo em vista os cenários diversos que abraçam as diversidades culturais oriundas das migrações, busca-se refletir acerca da relevante proposta de conservação virtual do acervo de literatura de cordel como identidade cultural nordestina, após o seu registro como patrimônio cultural imaterial brasileiro, tangenciando sua relevância na composição de territórios culturais múltiplos, além de patrimônios migratórios (Angelo, 2021).

Assim, essa perspectiva de investigação se assenta na análise do "território cultural do cordel", na leitura da cidade a partir de suas relações sociais, constituindo-se a partir das trocas, identificações e mesmo (re)criações exemplificadas pela relação lugar x sujeito, imbricados nas relações de experiência, pertencimento e reinvenção. Essas ponderações vão sendo alicerçadas pela criação de um território de saberes, que se concentra em Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro (Sodré, 2002).

Como encaminhamentos teórico-metodológicos, privilegia-se a experiência a partir da formação documental da ABLC e da proposta de digitalização do acervo enquanto mecanismo de preservação, aspirando corroborar a conservação da memória e a manutenção do registro de patrimônio cultural imaterial brasileiro. A ênfase está na experiência do projeto de digitalização que nasceu da parceria da ABLC com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, na produção virtual do acervo online, promovendo novas realidades na composição da conservação da memória cordelística nacional.

Dessa forma, esse trabalho trouxe a experiência de pesquisa e extensão que possibilitou tornar digital o acervo da ABLC, especialmente tentando articular sua importância para o legado cordelístico nacional e suas implicações a partir da renovação urbana da cidade com as migrações e sua participação efetiva em ações individuais e

coletivas que garantiram à posteridade a preservação da memória da literatura de cordel local, regional e nacional, além dos reflexos da transformação da Literatura de Cordel em Patrimônio Cultural brasileiro e sua relação com a digitalização do acervo, enquanto proposta de conservação e preservação dessa memória.

Outra ressonância desse trabalho foi o reconhecimento da posição do Mestre Gonçalo Ferreira à frente da Academia, enquanto mantenedor ou guardião dessa memória e promotor da valorização do acervo por ele organizado e mantido durante grande parte de sua vida no Rio de Janeiro, que, reconhecidamente pelos cordelistas do Brasil e do mundo forma um acervo afetivo-cultural.

Assim, este artigo está dividido em duas partes. A primeira parte contextualiza a formação desse território cultural e suas relações com os processos migratórios; e a segunda parte versa sobre a experiência da digitalização do acervo da ABLC, que desenhou por meio de um projeto de extensão, a forma de devolver a sociedade um pouco do cordel brasileiro em verso e prosa.

As migrações, a criação da ABLC e o contexto do Território Cultural

Diante das migrações nordestinas no Rio de Janeiro, intrinsecamente ligadas ao processo identitário dos sujeitos históricos da cidade, corrobora-se com a constituição e transformação das experiências nos diversos territórios culturais. Para Tizon (1995), o sentido antropológico de território abarca trajetos sociais relevantes à formação dos usos e do próprio cotidiano, no qual o ambiente vivido conforma a ação e o pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidades que vão se formando à medida que os atores interagem no ambiente. Assim, nos discursos dos migrantes e dos próprios cordelistas, percebe-se um reconhecimento de traços culturais que se caracterizam a partir dos lugares de produção de sentidos, seja da Feira de São Cristóvão, seja da ABLC (Angelo; Barros, 2017).

> Os espaços transformados em territórios imaginados, como a própria feira, a academia do cordel e outros lugares construídos ou constituídos como expressões da cultura nordestina, compõem a vida cotidiana dos sujeitos sociais que o transformam em espaço vivido e experienciado, cujas características vão além das identidades, pois, conferem a este um papel actancial, cujo valor atribuído depende das aceitações e subjetividades que atentam para uma caracterização muitas vezes forjada, privilegiando aspectos que fornecem dados de uma leitura sobre o lugar (Angelo; Barros, 2017, p. 6).

Os sentidos atuantes dos sujeitos históricos acabam conferindo ao território os traços, formas e critérios de elaboração definindo características pelas quais as sociedades se assemelham ou se diferenciam, especialmente pelos próprios grupos que as formatam, pois, assim, o sujeito da ação consegue conceber as feições do que representa a sua história, suas memórias e os sentidos do seu passado, no caso dos (e/i) migrantes. Essa compreensão da vida cotidiana nos territórios culturais nordestinos da cidade parte da base de referências acerca do processo de chegada, instalação e ressignificação para os sujeitos que vivem na cidade.

Mudanças ímpares veiculam novos olhares sobre a urbanização ocorrida nas décadas de 1930 a 1970, em que a região Sudeste tornou-se um lugar ímpar de atração dos movimentos de deslocamento, incentivados pela industrialização (tendo como base São Paulo) e pela busca de melhores oportunidades (como no Rio de Janeiro), alinhando-se aos movimentos de repulsão do Nordeste, com as secas e seus deslocamentos, formando cenários quantitativos de saídas em contingentes expressivos, conforme aponta Valim (1996) acerca desse movimento, apesar do atual debate sobre esse processo ser dinâmico e não dicotômico.

Numericamente se tem um processo migratório condizente com as transformações ocorridas na cidade de atração, pois, do montante de 43 milhões de pessoas que saíram do Nordeste entre 1960 e 1980, significativa parcela passava a compor a população do Rio de Janeiro na reconfiguração do espaço urbano (Brito, 2006).

No âmbito formativo dessas identidades se percebe enfoques mais críticos na formação desses espaços, múltiplos e plurais, que vão sendo esmerados por sentidos e sentimentos que, de certa forma, coadunam com discursos produzidos na esfera mercantil da cultura, e os contradizem em outros momentos, pela vivência, experiência e pelas representações do grupo, e esses grupos, na maioria das vezes, formam-se a partir do próprio processo de territorialização que vai moldando estilos e facetas. Aqui se alinham também as experiências e sentidos, atrelando à ideia de "lugar do nordestino" na cidade, num movimento delicado de apreensão.

As referências e expressões comuns aos seus anseios, muitas vezes escamoteadas por discursos regionalistas, acopla sentidos e vivências, além das similaridades de gostos, apreendidos geracionalmente. De certo modo, adaptam-se à realidade local, fugindo desse jargão colocado como "seu" e do qual fazem parte inúmeros sentidos dados como identitários.

Os grupos formados com a perspectiva de identificação, seja pelo bairros ou periferias, vão produzindo e consumindo produtos e produtores de músicas e sonoridades

relacionadas às tradições do seu Estado, ao lugar de produção de seus gostos, combinados a uma série de atributos, em consonância com o que Ennes e Marcon (2014) salientam, como articulações de grupos; formas de integração do pertencimento; os elementos morais; e outro de elementos que forjam as relações pautadas em similaridades de gostos e ações.

Esses espaços e territórios passam a ser espaços de sociabilidade, de luta e de identificação, e, com essa premissa, colocam-se as questões de identidade e de formação do gosto, atentando para detalhes que farão a construção dos territórios culturais de expressão simbólico territorial, como a ABLC.

Tanto a formação da Feira de São Cristóvão como a formação da ABLC se interligam em ações que captaram de forma simbólica as expressões nordestinas. Sobre a feira, enquanto um território de memórias, de comida, de cores, sabores e histórias, sobressai-se o cordel enquanto forma de interação, já a ABLC, configura-se enquanto forma de manutenção dessa arte popular e simbólica que contempla a história e a preservação da literatura popular (Nemer, 2012).

O cordel da feira de São Cristóvão acaba sendo uma forma de contar a saga da migração, das histórias e das memórias do povo e a sua mudança para o Rio de Janeiro, com um espírito local desde as primeiras integrações percebidas nas paragens dos "paus de arara" que traziam do Nordeste carregamentos de homens e alimentos, muitas vezes traduzido na arte do cordel.

Da feira à ABLC se percebe uma conjuntura de sentidos pelos traços e marcas das migrações na cidade. Com essa expressão, os poetas que se instalaram na cidade acabam formando a memória do cordel e um espírito atrelado a lugares, como a Feira de São Cristóvão, alinhando-se como simbólico, territorial e mesmo imagético (Angelo; Barros, 2017).

Antes mesmo de sua criação, a Feira de São Cristóvão assume esse território de saber literato capaz de aglomerar a formação de uma linha intelectual que faria escola, em especial como um território cultural.

> Espaço privilegiado para a venda de folhetos, apresentação de cantadores e duelos de repentistas, o "Cantinho da poesia" era uma espécie de microcosmo da cultura nordestina praticada na Feira de São Cristóvão que, por sua vez, atuava como um ponto no mapa da cidade do Rio de Janeiro reservado à música, à literatura, aos produtos da culinária e do artesanato do Nordeste, reservado, enfim, à preservação da identidade e da memória dos migrantes nordestinos no novo destino (Nemer, 2012, p. 61).

Historicamente o cordel assume um viés de embate, como menciona Sylvia Nemer (2012, p. 61), "a memória das lutas que o cordel e os cordelistas tentam preservar, o poder público busca, sistematicamente, apagar [...]". As memórias tematizadas nos folhetos dos cordéis contam a saga das lutas pelo espaço, pelo lugar e pelo território compreendido no atual pavilhão, desde a chegada dos primeiros migrantes até a reconhecida literatura de resistência, invocada em "depoimentos e representada nos acervos dos cordelistas que como homens-memória reproduzem no presente as lutas do passado, fazendo com que estas permaneçam vivas a despeito dos mecanismos de silenciamento que foram e continuam sendo impostos" (Nemer, 2012, p. 295).

Na esteira do discurso de representação do território cultural do cordel está sua produção enquanto artefato cultural, pois constrói-se como uma ferramenta de transmissão cultural. Na concepção de Diegues Junior (2012), as narrativas tradicionais, os romances de tradição histórica ou novelística, transferidos da prosa para a poesia, muitas vezes por pessoas iletradas, formaram essa concepção de artefato cultural nordestino, dessa forma, muitos ouvem e transmitem sem nem mesmo serem alfabetizados.

Desde sua inserção no Nordeste, os folhetos foram veículos de informação antes da atuação dos conhecidos meios de comunicação de massa, pois, atuava como meio de comunicação de espaços menos privilegiados com a urbanização, como meios rurais e periféricos aonde não chegava outra forma de comunicação, como o sertão. Essa proposta foi sendo dinamizada ao longo dos anos e veio se reinventar no Rio de Janeiro junto aos famosos "paus de arara", formando redes e grupos a partir da arte popular de citar versos e de fazer folhetos.

Trajetos e deslocamentos foram carregando o cordel para o Sudeste, e em São Cristóvão, mesmo antes da criação do pavilhão, foi se redesenhando na ressignificação dos temas e apelos da "cidade maravilhosa", agora no universo popular do migrante. "Ganhando visibilidade, a cultura popular nordestina se diferenciava da cultura burguesa hegemônica no Rio de Janeiro. Ficava visível o distanciamento cultural entre a realidade carioca e as tradições do povo nordestino migrante." (Borja; Destri, 2017, p. 41)

Segundo Nemer (2016), os migrantes acabaram sendo excluídos dos espaços frequentados pela elite e, de certo modo, a partir da sua condição social, expurgados para as áreas periféricas e desvalorizadas. São Cristóvão foi um desses lugares que acabaram sendo reorganizados pelo encontro dos nordestinos.

No Rio de Janeiro, a ABLC, sem dúvida, criou-se enquanto território do cordel, transformando-se numa das maiores expressões documentais de acervos do cordel do país

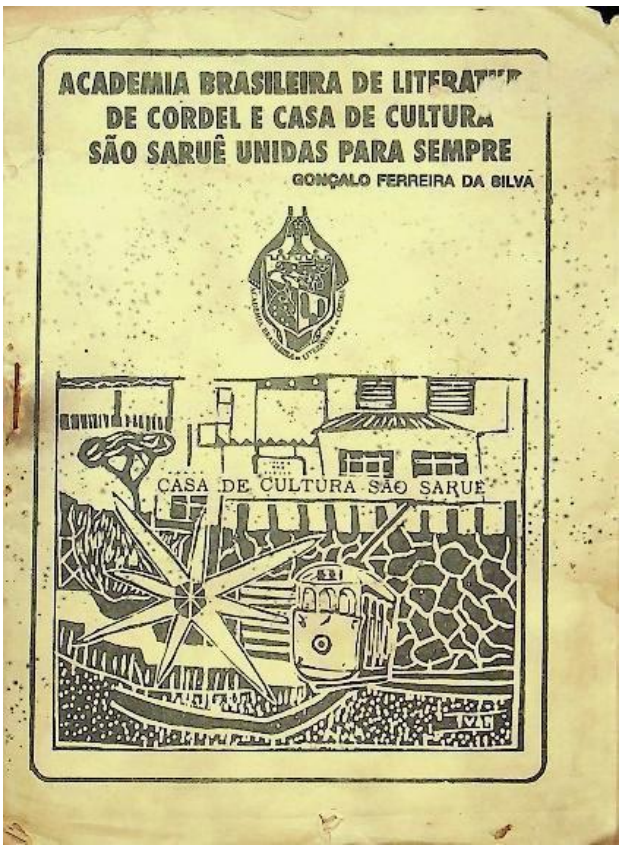
e da América Latina (Angelo; Barros, 2017). A construção de referências culturais reforça o território cultural nordestino, ao ser palco e cenário dessa relevante memória cordelística, abrangendo poetas de todo país, além de condensar nesse território cultural as identidades da cultura nordestina pela expressão poética de um coletivo, que se tornou nacional, na medida em que foi multiplicando seus valores e usos a toda a extensão territorial onde houve processos migratórios quantitativos.

A Academia Brasileira de Literatura de Cordel, ilustrada no folheto de cordel "Academia Brasileira de Literatura de Cordel e Casa São Saruê unidas para sempre" (Figura 1), fundada no dia 7 de setembro de 1988 a partir da união de esforços de cordelistas como Gonçalo Ferreira da Silva (presidente), Apolônio Alves dos Santos (vice-presidente) e Hélio Dutra (diretor cultural), tornou-se um dos símbolos do cordel na cidade e mesmo no país. Ao longo dos anos ampliou-se e disseminou-se como um acervo significativo de cordéis, contando na atualidade com o corpo de 40 cadeiras de membros efetivos (Angelo, 2023).

Essa formação intelectual de membros vai ressignificando aspectos ligados à sua manutenção temporal e mesmo garantindo o seu *"Espiritu loci"*.

Esta saga dos cordelistas se mistura à saga por um lugar a ser o território do cordel, traduzindo necessidades de moradia, de reconhecimento e de trabalho capazes de relacionar sujeitos, suas histórias e mesmo suas lutas pelo lugar. A formação da feira foi, sem dúvida, uma forma de vencer barreiras instaladas desde princípios hegemônicos de poder até a referência de trazer para a cidade um local que pudesse impor aspectos da cultura migrante, da cultura do deslocamento e das misérias e tragédias da vida cotidiana de inúmeros sujeitos da seca, das misérias, bem como de sua perspectiva mais contundente no âmbito da valorização popular, como a própria literatura de cordel e dos saberes assumidos como regionais ou relegados a regionalismos.

Figura 1 - Academia Brasileira de Literatura de Cordel e Casa São Saruê



Fonte: Mestre Gonçalo Ferreira da Silva, s/d. Folheto de Cordel. 15cm x 21cm.

A criação da ABLC foi uma das ações mais contundentes na manutenção do cordel enquanto um patrimônio da sociedade, pois, além de criar formas de manutenção, também assume a responsabilidade de preservar a memória cordelística nacional por meio de seus acervos. Mestre Gonçalo Ferreira, como é conhecido, acabou sendo o elo entre os anseios de criar o território do cordel no Rio de Janeiro e ao mesmo tempo manter uma academia representativa do gênero popular. Manter a academia como uma extensão de sua própria casa, convivendo e cuidando do acervo acabou sendo um modelo e exemplo de guardião da memória do cordel das migrações e do território cultural nordestino no Rio Janeiro, que, dinamicamente, também foi ganhando adeptos e pesquisadores de forma contínua.

Essa imagem refletida na capa do cordel sobre a ABLC (Figura 1) cristaliza a dinamicidade do bairro de Santa Teresa através dos atrativos locais, corroborando a relevância da literatura popular do bairro –no imaginário popular do lugar mágico, encantado. Do bonde ao livreto e à sua própria casa, onde está alocada a Academia e onde se formou um verdadeiro espírito da cultura cordelística nacional. Nesta mesma Figura 1, o Centro de Cultura São Saruê recebe este nome como um espaço escolhido como território cultural no encantamento popular, seguindo a ideia do imaginário do cordel de 1978 escrito por Manuela Camilo dos Santos em *A Viagem a São Saruê*.

Desse imaginário vem a lógica de se criar um espaço destinado exclusivamente para a preservação da literatura de cordel do Rio de Janeiro, que despontava como uma cidade diversa, que conseguiu ser protagonista de novos desafios como este de conservação do cordel brasileiro. Assim, enquanto guardião da memória, mestre Gonçalo cria e mantém de forma exímia a Academia, que, na medida do possível, foi constituindo um território cultural relevante para a cultura popular nacional, foi idealizador da criação de uma memória virtual, visionário do *modus operandi* que levou a sua digitalização, sua conservação, e sua parte emotivo-estrutural da história nacional desse gênero popular, exatamente por meio da criação desse reconhecido um "cantinho" da poesia cordelística carioca e nordestina.

Como menciona Nemer (2016, p. 18):

> Do seu modo e do seu canto – do seu "Cantinho da poesia" – cada um deles tenta recriar o passado, representado pela migração, pela Feira de São Cristóvão e, acima de tudo, pelo cordel que lhes permite reelaborar as experiências vividas transformando-as em histórias e reinventar a saudade, transformando-a em memória.

Mestre Gonçalo apenas exprimiu em toda a sua trajetória de vida o sentimento de preservação da memória do cordel no país. Seguindo na esteira da concepção de *modus operandi* trazida por Pierre Bourdieu (2009) desse processo é que deixou marcas profundas em quem participou, participa e continuará participando dessa incumbência de conservar a literatura no tempo e no espaço e, de certo modo, alimentando a manutenção do registro de Patrimônio Imaterial Brasileiro pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Ressaltar a trajetória de Mestre Gonçalo nesse desvelar da literatura de cordel no Rio de Janeiro e no Brasil estão intrinsecamente ligados, pois, por suas mãos e por sua conduta foi guardado esse patrimônio afetiva e materialmente.

A Academia Brasileira de Literatura de Cordel- ABLC, a representação do cordel e o modus operandi do projeto de digitalização do acervo

A ABLC, segundo Mestre Gonçalo, inaugurada em 1988, na cidade do Rio de Janeiro, em Santa Teresa, teve a união de esforços de protagonismos distintos, como ele mesmo, Gonçalo Ferreira da Silva, Apolônio Alves dos Santos, Hélio Dutra e Umberto Peregrino, que esteve na direção da biblioteca do exército e foi fundador da Casa de Cultura de São Saruê. Enfrentando inúmeros percalços, Mestre Gonçalo, como é conhecido, manteve até 2022, momento de seu falecimento, a Academia em total

funcionamento, desde a sua fundação, com muito esforço e dedicação, passando até pelo pedido de registro do cordel enquanto patrimônio imaterial.

No ano de 2010, a ABLC apresentou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN um requerimento pedindo o referido registro, com assinatura de 85 poetas, abrindo com isso o "processo de registro da literatura de cordel como patrimônio cultural do Brasil". Sendo ela uma das entidades que reúnem poetas da literatura de cordel de todo o país, com suas 40 cadeiras de membros efetivos, entre poetas, xilógrafos e pesquisadores, acabou sendo assim fortalecida pelo coletivo, além da união de muitas formas de cooperação e apoio de entidades de todo tipo, o que, no entanto, infelizmente, não foi capaz de garantir a sua manutenção efetiva.

Coroando sua manutenção frente a todas as dificuldades e adversidades, a literatura de cordel ganhou, em 2018, o título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Esse gênero literário, além de ser ofício de inúmeros cidadãos brasileiros, foi reconhecido pelo Conselho Consultivo como Patrimônio Cultural Brasileiro em 19 de setembro de 2018. Tal conquista, por meio de seu registro, representa para a literatura de cordel uma forma de preservar o gênero, assente nesse instrumento legal de preservação, de reconhecimento e valorização para a sociedade brasileira.

As cadeiras ocupadas na ABLC simbolizam a importância dos membros e seus lugares-símbolo que nomeiam representações, muitas vezes, de regiões do país, tendo sua imediata substituição no caso de morte do titular. Os membros vão sendo regidos pelo estatuto com a finalidade de promover o intercâmbio cultural, social, artístico, literário e cívico, dentro e fora do Brasil, sem discriminação religiosa, social, político e econômica, além de manter a ABLC e suas demandas. Uma delas foi definida, sem dúvida como a mais urgente, de preservar os acervos em meio à falta de recursos econômicos para a conservação dos folhetos físicos, de forma digital.

A situação de precariedade em que se encontravam esses cordéis foi o maior desafio para a constituição de projetos em defesa dessa memória, e um deles acabou culminando no registro de patrimônio cultural brasileiro. No que tange às prioridades, após o registro, o processo de digitalização do acervo foi o mais urgente para a academia. Também por meio do registro, um dos propósitos do Mestre Gonçalo era proteger a ABLC por seu valor histórico, afetivo e cultural para a cidade, tendo como premissa a tentativa de garantir que os acervos não fossem nos próximos anos descaracterizados ou destruídos.

O projeto, que foi de fato um dos pleitos mais relevantes na preservação dessa memória, foi um encontro profícuo entre a pesquisa e a iniciativa política, a partir da

cooperação entre universidade e Ministério da Cultura. O objetivo dessa parceria era a digitalização do acervo da ABLC, trabalhando na formalização dessa transformação do físico em digital, como preocupação específica da academia. E, assim, o acervo disponibilizado pela ABLC foi digitalizado ao longo dos anos 2018-2021 e transformado em imagens e arquivos virtuais.

Em miúdos, a ideia estabelecida pelo Mestre Gonçalo era recuperar o acervo, cuidar dos papéis e formar uma memória digital. Com inúmeros movimentos de compreensão sobre o acervo e seu conteúdo, foram elaboradas visitas técnicas de cunho investigativo, a fim de reconhecimento das atividades e metodologia de trabalho para esse objetivo de transformação do acervo físico em digital.

Após visitas e debates ao longo de dois anos, entre 2017 e 2018, foi elaborada uma minuta da parceria, que considerava aspectos relevantes para sua efetivação, incluindo pontos pouco mencionados na legislação da Academia, enquanto forma de manter a estrutura e as atividades do local. A partir da leitura do espaço enquanto legitimado não apenas pela sua materialidade, mas como forma de compreensão dessa imaterialidade, que abraça o saber-fazer enquanto "espírito do lugar". Foi então sendo pensada uma proposta versada em práticas de formação de acervos virtuais desse território de saberes.

> O projeto de Digitalização do acervo de Cordéis da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC) nasceu da necessidade de preservar a memória e a história da literatura de cordel no Brasil presente nos arquivos da ABLC – Academia Brasileira de Literatura de cordel, localizada no bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro. Diante da demanda colocada pela academia, de construir um acervo digital para seu acervo, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio do Projeto de Extensão: Identidades e expressões populares no Rio de Janeiro e em São Paulo: territórios da literatura de cordel, aprovado em 2017/2018, sob a coordenação de Elis Regina Barbosa Angelo/ DAT/ Turismo- IM– UFRRJ – Professora da UFRRJ (Angelo, 2018, p.04).

A proposição claramente constitui-se numa demanda importante para a manutenção da memória cordelística da ABLC, haja vista o formato de preservação dificultado pela ausência de apoios financeiros e mesmo de articulações que tornem possível o seu uso. Do objeto dessa parceria e dos objetivos, tem-se:

> Essa proposta da ABLC, em seu estatuto não ressalta a necessidade de comprometimento com a memória do lugar, conforme aponta a Carta de Quebec, aprovada no 16º ICOMOS, que trata da preservação do "espírito do lugar", ou seja, os valores agregados em termo identitários, simbólicos, perceptivos e imagéticos, como é o caso do comprometimento com a memória física e intangível, no caso do pleito pela digitalização dos documentos, garantindo sua efetiva continuidade,

> frente a deterioração física do acervo. Assim, percebe-se a necessidade de manter viva essa memória, haja vista que a literatura de Cordel representa o popular, o rural, o diálogo e a informação compartilhada pelo cordão, pela ligação em meios específicos. Autores como Peregrino (1984) e Maxado (1980) entendem que a troca de temas, teses e informações pelo cordel eram de fácil apreensão pelo povo. Vendidos em bancas simples, casas, praças ou nas feiras, além de enfeitarem o lugar, os folhetos distribuídos em cordéis, pendurados pelos pregadores em cordões a venda, criavam um ambiente colorido e dinâmico. O resgate da arte cordelista faz-se necessário para melhor apreendermos as ressignificações que ainda se fazem em torno de elementos da cultura e da herança nordestina e que revitalizam a própria identidade do Nordeste brasileiro e, a partir daí, esse projeto tem o intuito de preservação da memória, por meio da 01/11/2018 SEI - Documento para Assinatura da digitalização do acervo da ABLC. Nesse contexto, ao contribuir na representação do cordel enquanto patrimônio imaterial do Brasil, e, visualizado na natureza e na cultura de um povo, por meio de suas manifestações culturais, seus costumes e práticas cotidianas, percebidos especialmente na língua, na música e alimentação, na religiosidade e outros momentos relevantes postulados pelos criadores e mantenedores, tem a perspectiva subjetivada no papel da memória e da tradição numa forma de construção de identidades e também de sua legitimação. Dessa relação tanto as construções materiais que envolvem objetos e monumentos quanto a identificação e organização dos aspectos imateriais, fornecerão os dados cabíveis para a leitura desses territórios. No decorrer das pesquisas verificou-se que há a necessidade de aprofundar os estudos dos conteúdos dos cordéis ao passar dos anos para acompanhar as possíveis mudanças, evolução das composições e demais ações que possivelmente tenham expressado novos sentidos na literatura de cordel. Desta forma poderíamos verificar se houve uma mudança e como esta mudança foi influenciada pelos novos territórios e contextos históricos da produção de cordéis. Percebeu-se no andamento da investigação, e, devido a ausência da preservação do material histórico-cultural dos arquivos da ABLC, sem nenhum método de conservação, impossibilitando a realização de pesquisas e aprofundamento nos estudos pelos pesquisadores ou mesmo na leitura de obras raras, por segmentos diversos interessados na literatura de cordel, especialmente devido à própria natureza perecível do material que compõe o cordel. Dessa forma a digitalização do acervo da ABLC se torna imprescindível na composição das demandas por pesquisas e preservação do acervo, tanto por criar medidas de conservação dos conteúdos histórico-culturais, quanto para o acesso ao material sem danificá-lo, criando formas possíveis e virtuais à pesquisa por públicos diversificados com interesse nessa temática, possível ainda para o mundo todo virtualmente. Assim, pode-se dizer que a digitalização do acervo da ABLC se torna imprescindível na busca pelo reconhecimento da história e da memória do Cordel no país e no mundo. Como metodologia, busca-se: 1. A recolha do material em lotes de 3000 exemplares; 2. Digitalização e banco de dados concomitantemente, além da imediata criação virtual; 3. Devolução e recolha; (3000 exemplares por vez) 4. Finalização em 10 meses de trabalho (Angelo, 2018, p. 12).

O projeto deu voz e forma a uma das mais relevantes demandas da ABLC, tornar virtual o acervo de cordéis, pois, dessa forma, manteria o material todo definido em papel,

ainda tangível para a pesquisa e mesmo para a manutenção dessa memória viva. Outras questões dizem respeito ao princípio da digitalização desse acervo, assim:

> Para a digitalização do acervo da ABLC enquanto território que preserva e difunde a memória do cordel é necessário compreender que a cultura popular estabelece relações estreitas não só com a História como também com a memória de sujeitos, grupos e regiões, como a própria relação com as migrações e os deslocamentos efetivos que trouxeram para o Rio de Janeiro, a ampliação da cultura nordestina por meio da literatura. Dessa forma, o intuito da digitalização agrega elementos relevantes na sua composição, e a fim de preservar e conservar essa memória tem também a pretensão de: Ampliar o conhecimento e estimular a leitura da literatura de Cordel; Destacar e ampliar o conhecimento das expressões artísticas nacionais brasileiras sobre literatura de cordel e seu reconhecimento como patrimônio histórico da humanidade; Reconhecer e valorizar diversas expressões e grupos da Cultura Popular Brasileira; Valorizar e estimular o conhecimento sobre a produção da literatura de cordel; Identificar, reconhecer e valorizar os trabalhos realizados por diversos Artistas; Preservar o acervo da ABLC em meio digital para evitar a degradação e eventual perda dos conteúdos presentes evitando deste modo o manuseio do material que podem degradar e danificar o material pois devido à natureza diversas do tipo de papeis e tintas utilizados na impressão dos cordéis no decorrer do tempo possuem uma durabilidade muito baixa fora do ambiente adequado de preservação; Proporcionar a disponibilização deste material, - atualmente restrito, - apenas fisicamente e com ressalvas pelo uso e deterioração do acervo, considerando a falta de condições, aos diversos segmentos da pesquisa, por qualquer pesquisador, agente cultural ou mesmo ao público interessado no material histórico cultural brasileiro existente na Academia (Angelo, 2018, p. 08).

De todo o processo que inclui a materialização da proposta, pode-se dizer que o projeto teve muitos desafios, entre os quais o deslocamento dos folhetos em lotes, o manuseio dos folhetos para a digitalização em scanner óptico (sem contato mecânico com o folheto) e a criação de um banco de dados para cadastramento do material digitalizado, proporcionando sua consulta, além da manutenção de cópias de segurança da digitalização em servidor na internet.

Um dos desafios mais contundentes foi, sem dúvida, a pandemia, que acabou postergando muito o trabalho de deslocamento do acervo para os procedimentos de digitalização. Ante as inúmeras dificuldades, o processo acabou sendo moroso e cheio de intercorrências, mas a missão de executar essa digitalização foi conquistada, superando eventos bastante difíceis (Angelo, 2023).

Muitos cordéis do acervo se encontram num estado crítico, tiveram então de ser manejados e digitalizados de modo bastante cuidadoso e moroso. Outra questão dificultosa foi a separação dos livretos, pois, cada vez que se colocava um livreto para digitalizar, uma possível duplicidade no banco de dados deveria ser verificada, bem como

o seu estado físico para leitura e algum tipo de alteração na edição, ou mesmo sua reedição ou outros formatos que pudessem duplicar o título. Percebeu-se durante o processo de captação e digitalização que, muito do trabalho foi duplicado, triplicado e mesmo multiplicado por essa situação, pois, a cada novo cordel, o procedimento incluía revisar no banco de dados a condição e a edição do folheto, comparando com a versão e a qualidade da digitalização já realizada. Assim, muitos foram revistos durante o processo, ocorrendo assim retrabalho em milhares de páginas. Outros, mesmo tendo conteúdo textual idêntico, também deveriam ser digitalizados por conta de outra versão xilográfica associada ao material.

Logisticamente, foram sendo organizados por meio dos procedimentos, tendo desde a montagem do espaço de trabalho, - a fim de organizar cordéis e digitalizá-los – até a construção da verificação no banco de dado, com o escaneamento por meio de equipamento específico por conta da fragilidade dos folhetos, trazendo um manejo mínimo deste *corpus,* seguido de uma forma de organização minuciosa do material.

Diante desta logística estão as ações de organização deste material, as ações operativas do processo logístico de recepção do material e formas de digitalização, além do desafio físico de selecionar, separar, encaixotar e a partir daí executar a captação e operação em si.

Figura 2 - Scanner óptico



Fonte*:* Foto pessoal do procedimento de digitalização, 2020.

Esse menor contato com o livreto teve o intuito de conservar as mesmas condições em que foi encontrado ou mesmo ter o mínimo de contato físico, para sua maior durabilidade. Muitos deles não possuem cópia, dessa forma, foi necessário cuidado extremo com o folhear e mesmo com a manipulação.

Após a digitalização, um software desenvolvido especificamente para o projeto reuniu as imagens e gerou um arquivo em formato "pdf" e um arquivo compactado em formato "zip" contendo todas as imagens e o "pdf" gerado, sendo acrescidas ao final da página as logomarcas das entidades participantes do projeto, ou seja, a própria ABLC, o Ministério da Cultura, atual Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - FAPUR.

Como dificuldades mais contundentes do processo, cabe citar algumas questões burocráticas que impediram seu término em 2019, conforme previsto inicialmente, e, após esse período, a pandemia também dificultou significativamente o processo da digitalização, culminando na finalização em dezembro de 2021.

A proposta foi efetivada e o registro virtual, feito para a academia e, posteriormente, com autorização de cada protagonista, poderá ser disponibilizado ao público, pois o principal intuito não foi a disponibilização ao público, mas a garantia da manutenção do acervo da ABLC, tanto em formato físico quanto virtual. Isso garante à Academia que a proposta de preservação da memória e da história da literatura de cordel no Brasil, presente nos arquivos da ABLC - Academia Brasileira de Literatura de cordel, perdure no tempo.

Essa representação, enquanto território cultural de saberes, organiza-se como preservação de memória cordelística e como referência do patrimônio imaterial brasileiro, por meio do título conquistado em 2018 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e mesmo por sua relevância em territórios de saberes migratórios, já que, de certo modo, acabou identificando os nordestinos a partir de São Cristóvão.

Ao conquistar esse registro, a literatura de cordel passou a representar a memória cordelística nacional, e a ABLC passou a ser um território de concentração de títulos e temáticas da história do cordel no país. As questões simbólicas e culturais, como elementos constituintes de territorialidades, vão reforçando as vivências no bairro, na Academia e suas dinâmicas, que contêm os diálogos e a própria história como aglomeradores de pessoas, intenções e representações. Para Haesbaert (2005, p. 2),

> [...] enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", assim, a dimensão da cultura na constituição dos

> territórios, contempla a lógica "cultural-simbólica", além da funcionalidade e da representação enquanto parte integrante das identidades ali abraçadas.

Para Hall, na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, a identidade se forma enquanto dimensão humana, composta pelas qualidades, crenças, hábitos e valores de indivíduos e membros de grupos e coletividades. A formação e manutenção da ABLC corrobora esse sentido de criar o território e manter com apoio dos sujeitos históricos que produzem, alimentam e referenciam as identidades por meio do cordel (Hall, 2003).

Ao manter o acervo como um compromisso social e cultural, a presidência da ABLC, na figura de Gonçalo Ferreira, não apenas preservou seus valores, mas recriou, a todo momento, a sua relevância na formação de sentidos sobre a cultura popular, sobre a memória cordelística do Brasil, além de evidenciar sua responsabilidade na manutenção identitária e territorialíssima visualizada na edificação do bairro de Santa Teresa onde se localiza a ABLC. A priori, quem conheceu ou conhece o Mestre e a Academia tem no imaginário sua figura cênica refletida em seu apego à ABLC, sempre trabalhando em sua guarda e manutenção, sempre atento aos visitantes, pesquisadores e amigos e, principalmente, sempre presente na sua composição, existência e longevidade.

A referência tão atual de garantir o direito à memória se deve também ao esforço do Mestre Gonçalo, durante esses anos de dificuldades pandêmicas, a manter-se firme no propósito de alicerçar a base das etapas do projeto. Gonçalo perdeu totalmente a visão e, mesmo com toda a debilidade física, manteve-se praticamente sozinho à frente dessa tarefa árdua de separação dos folhetos no processo de digitalização. Conhecedor de cada milímetro da Academia, Gonçalo reunia os lotes de cordéis a serem digitalizados, entregava-os em caixas/lotes e mantinha sua crença na vida e na defesa da memória do cordel.

Esse processo foi extremamente importante na criação da versão digital, pois seus esforços foram de suma relevância na denominação desse "espírito do lugar", sendo a Academia o próprio Mestre Gonçalo Ferreira, guardião do cordel. Aqui se percebe que: "O espírito do lugar é construído por vários atores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido" (Icomos, 2008, p. 2).

Esse novo acervo, agora virtual, permite a continuidade dos saberes, por meio da concentração do que a Carta de Quebec prenuncia enquanto "espírito/alma do lugar". A ABLC mantém a alma do guardião da memória do cordel do Rio de Janeiro e do Brasil para o mundo.

Apesar do falecimento do Mestre Gonçalo em 2022, considerado coração emocional e físico da ABLC, seus esforços e dedicação foram eternizados na memória e no espírito do lugar mantido pelos membros escolhidos com tanto esmero e cuidado por essa relação afetiva do território cultural do cordel em Santa Teresa no Rio de Janeiro.

Algumas considerações

As migrações têm deixado legados importantes na composição das manifestações culturais do país. Delas fazem parte os museus, as paisagens culturais, as festas e as expressões linguísticas, além de uma variedade de elementos relacionados à materialidade e intangibilidade da cultura. Sua concepção, sentidos e formatos vão desenhando dimensões e especificidades, como é o caso da literatura de cordel.

Sua análise pressupõe a abordagem de um conjunto diversificado de elementos, entre os quais: as relações entre história e memória, os processos de musealização de ambientes identificados com a migração e os discursos expositivos que representam a variedade e a dinâmica das formas de deslocamentos populacionais. Acrescente ao processo as diversas camadas que compõem as especificidades e a construção de lugares de memória que vão formar os territórios culturais.

Os migrantes carregam um amplo espectro de manifestações de sua cultura oral, material e simbólica, que, ao longo dos anos, vai sendo incorporada ao espaço urbano e mesclando-se às construções anteriores por meio da transformação local. Desse processo, alguns elementos da cidade podem ser expressos como únicos e singulares nessa correlação. Assim, territórios culturais como a Academia Brasileira de Literatura de Cordel - ABLC, formada a partir dessa construção entre sujeitos, memórias e manifestações migratórias, redesenham e dimensionam novas formas de ligação e afetividade com os lugares, que passam a ser “redutos” desses grupos.

Ligada à formação dos espaços está a comercialização, na qual a produção do consumo passa a ser formada pelo patrimônio em processo. A academia de cordel favorece essa interpretação, pois seus signos e manifestações em formato de objetos de consumo vão pleiteando novas formas de existir e significar o grupo na cidade, seja pela sua história, seja perlo entrosamento dos sujeitos que formam a Academia e os visitantes, moradores de Santa Teresa ou mesmo os turistas do Rio de Janeiro.

A partir da patrimonialização do cordel enquanto patrimônio cultural nacional, vão sendo demonstradas as variadas formas de manutenção temporal desse gênero literário popular, como diversidades temáticas, apelos e mesmo resistências, a exemplo

da necessidade de preservação, que ora encontra terreno fértil na própria Academia – pois patrimonializar não resolve a problemática de manutenção temporal dos folhetos, tampouco sua forma de acondicionamento e os processos de conservação dos objetos.

Como proposta de preservação, a parceria estimulou outras necessidades que interferem diretamente no processo de conservação desse acervo. A digitalização foi apenas um primeiro passo para vencer um processo que é complexo e requer inúmeras ações e políticas de conservação, entre as quais a reorganização do espaço, a adequação do ambiente, a organização dos acervos e sua catalogação e sistematização, além da manutenção dessa conservação ao longo dos próximos anos.

Enquanto território cultural, a ABLC fornece subsídios físicos e agora, com a digitalização, também virtuais de pesquisa e preservação, pois corrobora incentivos e políticas públicas de conservação por meio de pleitos que vem encenando na sua história de parcerias, mantendo aspectos importantes de gestão e continuidades geracionais, com as cadeiras representativas da academia.

Esse território, carregado de sentidos e ressignificações, além de ser parte da história das migrações, forma a diversidade de elos e identidades e referencia suas práticas entre o material e o imaterial, corroborando a relação direta com os espaços sociais vividos e transformados pelas mãos dos cordelistas brasileiros.

Não existe o patrimônio sem a intervenção, não existe o registro sem a manutenção dos acervos e não existe cordel sem a dinâmica social engendrada por sujeitos históricos defensores da memória, da afetividade e do espírito do lugar do cordel carioca.

Referências

ABLC - Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Cadeiras. Disponível em: <http://www.ablc.com.br/a-ablc/cadeiras/>. Acesso em 12/01/2019.

ABLC - Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Site. Santa Teresa, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ablc.com.br/ >. Acesso em: 12/02/2018.

ALVES SANTOS, Luciany Aparecida. Literatura de cordel e migração nordestina: tradição e deslocamento. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 35, p. 77-91, 2010.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Impressões da São Paulo nordestina: entre territórios e identidades no imaginário coletivo. *Revista del CESLA*, International Latin American Studies Review, n. 27, p. 3-20, 2021.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Projeto de Digitalização do acervo ABLC*. Projeto de Extensão, parceria com Ministério da Cultura. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2018. Disponível em: <http://www.projetarium.com>. Acesso contínuo.

ANGELO, Elis Regina Barbosa; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Territórios culturais no Rio de Janeiro:* a Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Territórios Culturais da Literatura de Cordel: cultura, representação e identidades no Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. ROSSI, Mirian Silva. (Orgs.) *Deslocamentos Humanos*: narrativas e representações Brasil, século XX e XXI. São Paulo: LEER/USP, FAPESP, Intermeios, 2023.

AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, p. 35-63, mai./ago. 2003.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. *Tempos Históricos*, v. 19, p. 151-183, 2º Sem 2015.

BORJA, Bruno; DESTRI, Mayara. Formação da Feira de São Cristóvão e a cultura nordestina no Rio de Janeiro. In: ANGELO, E. R. B.; BARROS, L. O. C. *Territórios culturais no Rio de Janeiro:* a Feira de São Cristóvão. Rio de Janeiro: Autografia, p. 27-54, 2017.

BOURDIEU Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Revista Estudos Avançados,* v. 20, n. 57, p. 221-236, maio-ago. 2006.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Ciclos temáticos na Literatura de cordel*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2012.

ENNES, M. A.; MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 274-305, jan.-abr. 2014.

HAESBAERT, Rogério. "Da Desterritorialização à Multiterritorialidade". *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 20 a 26 mar. 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ICOMOS. *Declaração de Quebec. Sobre a preservação do "Spiritu loci"* - Assumido em Québec, Canadá, 4 out. 2008. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. Acesso em: 21/02/2023.

LESSA, Carlos. À guisa de introdução. A longa marcha pela construção da cidadania. In: LESSA, C. (Org.). *Enciclopédia da brasilidade. Auto-estima em verde e amarelo.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis.* Uma reflexão em busca da autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A literatura de cordel como patrimônio cultural. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 72, p. 225-244, abr. 2019.

NEMER, S. *Feira de São Cristóvão: contando histórias, tecendo memórias.* Tese (Doutorado em História Social da Cultura), PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

NEMER, S. Memórias migrantes: a Feira de São Cristóvão nas vozes dos cordelistas. *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH*, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471228890_ARQUIVO_SylviaReginaBastosNemer.pdf>. Acesso em: 21/01/2020.

NORA, Pierre. *Os lugares de memória.* Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1993.

PERLMAN, Janice. Marginalidade. Do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro. *Rio Estudos*, n. 102, 2003. Disponível em: <www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 12/04/2021.

SOBRAL, Germano Leóstenes Alves de. "Imagens do migrante nordestino em São Paulo". *Travessia: revista do migrante*, São Paulo, ano 4, n. 17, p. 10-20, 1993.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho:* Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. *Les territoires du quotidien.* Paris: L'harmattan, p. 17-34, 1995.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. *A Cidade do Pensamento Único.* Desmanchando Consensos. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 75-103, 2009.

VALIM, Ana. *Migrações:* da perda da terra à exclusão social. Espaço e debate, 1996.

Artigo recebido em 14/08/2023

Aceito para publicação em 03/01/2024

"A CONTEMPLAR EMULDECIDA AS REFULGENTES HISTÓRIAS DE SEU PASSADO DE TRIUNFOS": Luiz José da Costa Filho e o anjo lacrimoso da História (1907-1917)

"CONTEMPLATING WITH EMOTION THE SHINING STORIES OF ITS TRIUMPHANT PAST": Luiz José da Costa Filho and the Tearful Angel of History (1907-1917)

Ane Luise Silva Mecenas SANTOS[1]

Resumo: O presente artigo busca analisar os fazeres historiográficos de Luiz José da Costa Filho ao longo dos dois primeiros decênios do século XX, por meio dos textos publicados em jornais aracajuanos entre os anos de 1907 e 1917. O intelectual contribuiu ao propor uma concepção de história articulada com os fazeres e com as demandas oriundas das experiências vivenciadas em solo nacional. Um fazer que implicava não somente na contemplação dos resquícios do passado, mas, notadamente, no exercício de encontrar sentido na ordenação do passado e na problematização acerca da condição do patrimônio.
Palavras-chave: Luiz José da Costa Filho, Intelectual, História, Patrimônio.

Abstract: This article seeks to analyze the historiographical contributions of Luiz José da Costa Filho during the first two decades of the 20th century, through texts published in newspapers in Aracaju between 1907 and 1917. Costa Filho proposed an articulated conception of history that integrated the actions and demands arising from national experiences. His work involved not only the contemplation of the past but also the critical exercise of finding meaning in the organization of historical events and addressing the condition of heritage.
Keywords: Luiz José da Costa Filho, Intellectual, History, Heritage.

Introdução

> Há um quadro de Klee intitulado Angelus Novus. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. *O anjo da história deve ter esse aspecto*. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval (Benjamin, 2012, p. 14).

1 Professora Adjunta do Departamento de História do Ceres da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: anemecenas@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5648-7060.

As palavras que abrem este artigo remetem à reflexão de um dos principais intelectuais do século XX: Walter Benjamin (1892-1940). São palavras que aludem ao desconforto da atitude historiográfica em observar o passado em ruínas e perceber a impossibilidade de reconstruí-lo, de salvá-lo da destruição. O anjo da história volta-se para o passado, mas é impelido a distanciar-se, arrancado pelos ventos do progresso em direção ao futuro. Ele almeja, inútilmente, acordar os mortos e reconstituir as ruínas. Todavia, ele é sugado pelo futuro.

Essas metáforas analíticas acionadas por Walter Benjamin ao longo da primeira metade do século XX para construir uma reflexão sobre os domínios da história serão mobilizados neste texto como reflexão para pensar os fazeres historiográficos de outro intelectual coetâneo, que viveu na outra margem do Atlântico e que também discorreu acerca dos sentidos atribuídos à escrita da história. Um intelectual que pensou a História entre as demandas do instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da atuação profissional como docente de História no ensino secundário. Refiro-me a Luiz José da Costa Filho (1886-1944).

Costa Filho, como era mais conhecido no cenário intelectual sergipano da Primeira República, era bacharel formado pela Faculdade de Direito da Bahia e atuou como professor de História e Geografia do Atheneu Sergipense a partir de 1916. Além disso, desde o primeiro decênio da centúria novecentista, ele desempenhou uma forte atuação na imprensa, por meio da publicação de ensaios que tratavam de temas variados, como política, religião, atividades econômicas e literatura. Os seus escritos versavam sobre biografias, direito internacional, monumentos históricos e teoria da história. Não foi por acaso que ele chegou a ser pensado como um polígrafo (Silva, 2003).

Nesses escritos, Costa Filho mobilizou esforços em polemizar sobre as funcionalidades atribuídas ao conhecimento histórico e aos monumentos que remetiam aos "vultos alquebrados das recordações do passado". Ao experienciar estadias na antiga capital sergipana, São Cristóvão, o intelectual escrevia para expor as suas mágoas acerca do abandono da cidade que fazia recordar o passado de sua terra. Uma reflexão que reafirmava a condição de partícipe no pequeno grupo de letrados do estado que discorriam sobre a salvaguarda da memória materializada nos monumentos,[1] assim como implementava uma significativa contribuição no processo de definição da história.

Neste sentido, é possível inserir Luiz José da Costa Filho entre os intelectuais brasileiros que contribuíram para edificar uma concepção de história articulada com os fazeres e com as demandas oriundas das experiências vivenciadas em solo nacional. Um fazer que implicava não somente na contemplação dos resquícios do passado, mas,

notadamente, no exercício de encontrar sentido na ordenação do passado. Se o anjo da história pensado por Walter Benjamin era repelido para o futuro, o anjo lacrimoso da recordação tecido por Costa Filho pairava sobre as ruínas.

Diante do exposto, tenho como objetivo analisar os fazeres historiográficos de Luiz José da Costa Filho ao longo dos dois primeiros decênios do século XX. Para isso, manuseio como fonte privilegiada os escritos do autor publicados em jornais aracajuanos entre os anos de 1907 e 1917, ou seja, um período que cobre a atuação do intelectual no decênio anterior ao seu ingresso nos quadros docentes do Atheneu Sergipense (Alves, 2005) e que também foram os primeiros momentos de sua atuação como sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, fundado em 1912 (Dantas, 2012).

Para isso, parto da noção de intelectual empregada por Jean-François Sirinelli (2007), com o intuito de articular a construção de seu pensamento historiográfico com a atuação política. A compreensão de Sirinelli acerca do intelectual implica:

> Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de "receptores" da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta (Sirinelli, 2007, p. 242).

No caso de Luiz José da Costa Filho é possível pensá-lo como um intelectual que atuou como mediador cultural, por meio da lida na imprensa como articulista e no ensino secundário como lente da cadeira de História. Além disso, ao contrário de outros homens de letras, confrades do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Costa Filho não chegou a publicar um grande livro que expusesse a síntese de seu pensamento historiográfico. Os seus escritos ficaram circunscritos à pulverização de pequenos jornais de Sergipe e do Rio de Janeiro.

Essa ausência de um livro basilar, de algum modo corroborou para que as contribuições acadêmicas do intelectual fossem tangenciadas pela historiografia. Os seus fazeres historiográficos foram pensados de forma diluída, no âmbito intelectual da república das letras em terras sergipanas (Souza, 2002). Desse modo, o seu nome é lembrado como um sujeito que contribuiu em comissões como a de redatores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Freitas, 2002, p. 25). Como um dos redatores do principal veículo de difusão dos saberes históricos de Sergipe na primeira

metade do século XX, Costa Filho também contribuiu com um significativo número de artigos publicados. No entender de Itamar Freitas:

> Entre os membros que trabalharam recolhendo e selecionando material, muitos escreveram para o veículo. Alguns dos organizadores da Revista chegaram a despontar como seus mais ativos contribuintes. Prado Sampaio e Epifânio Dória foram exemplos disso. Mas também há redatores e membros da Comissão da Revista que nunca publicaram trabalhos como Maria Rita e Maria Neli Santos. Na primeira fase da Revista, que vai da fundação até 1929, podem ser destacados Prado Sampaio (16 trabalhos), seguido por Costa Filho (9), Lima Júnior (8), Oliveira Telles (6), Barreto Neto, Armindo Guaraná e Elias Montalvão (5), Moreira Guimarães (4), Helvécio de Andrade, Homem de Melo, João da Silva melo, Enock Santiago e Pires Wynne (2). Esse grupo de sócios foi responsável por aproximadamente 70% dos trabalhos publicados (Freitas, 2002, p. 26).

De acordo com Itamar Freitas, ao longo do período da Primeira República, Costa Filho se tornou um dos mais prolíferos colaboradores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com nove textos publicados. Numericamente, ele só esteve abaixo do opimo Prado Sampaio. Esses são dados que evocam um intelectual que se tornou uma voz operante no debate científico ao longo dos primeiros decênios republicanos. Além da dimensão quantitativa, ressalta-se a robustez que caracterizava os escritos de Costa Filho, ao enfrentar questões espinhosas, como o tema de seu artigo inaugural na Revista do IHGSE de 1913, no qual "discorreu sobre o paralelo entre a força e o direito" (Dantas, 2012, p. 64). Ao contrário da maior parte de seus confrades, ele optava em priorizar o debate sobre o estatuto epistêmico da ciência.

Entretanto, nem as colaborações nos jornais, nem os artigos publicados na revista do sodalício sergipano tornaram-se alvo da atenção da historiografia. Tanto os escritos biográficos, quanto os de teor teórico permaneceram no limbo da ciência, à espera de apreciações analíticas. Os escritos de Costa Filho atinentes ao patrimônio foram tomados apenas como exemplos de um preâmbulo do debate atinente ao patrimônio histórico ao longo da Primeira República. Conforme Santos:

> Contudo, esse ato instituído por Eronides de Carvalho atendia a um pleito defendido pelos intelectuais sergipanos desde os primeiros anos do raiar do século XX, como o estarrecedor artigo do pensador da história Luiz José da Costa Filho, publicado no dia 8 de março de 1907 (Santos, 2016, p. 158).

Diante do exposto, é oportuno pensar acerca desses escritos e das contribuições de Costa Filho para a construção de uma definição de história e de usos do passado na construção da sociedade. Pautado neste intuito, o presente artigo encontrava-se

estruturado em três momentos. No primeiro recorro aos aspectos biográficos do autor, a partir de sua inserção nas sociedades acadêmicas estaduais e de seus fazeres científicos. No segundo, aciono a concepção de história construída pelo intelectual a partir de seus escritos na imprensa. Por fim, emprego a questão da ruína e do anjo lacrimoso do passado para discorrer acerca da questão do patrimônio e dos resquícios do passado na produção historiográfica do autor.

"De notáveis qualidades intelectuais": Costa Filho, o historiador

Jean-François Sirinelli assevera que os intelectuais constituem um grupo consideravelmente escorregadio, ambivalente e complexo. Isso implicou nos usos imprecisos dessa noção, pois prevalece "o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais" (Sirinelli, 2007, p. 243). Neste sentido, cartografar os sujeitos por meio de sua atuação intelectual resulta no enfrentamento de um desafio, na heurística de vestígios que sinalizem as escolhas e posicionamentos diante do debate público. Os intelectuais encontram-se inseridos em uma arena, mergulhados em conflitos entre os pares, ou seja, forjando tensões em prol de ideais.

Diante de tais circunstâncias, torna-se humanamente impossível a captura das múltiplas facetas do sujeito envolto na trama intelectual. Quaisquer iniciativas providas desta ambição se inserem na armadilha biográfica (Bourdieu, 2010). Assim, recorro apenas à dimensão do intelectual que moveu no movediço campo da imprensa, que no caso de Costa Filho, tornou-se palco principal de divulgação de suas ideias. Essa faceta de articulista foi ressaltada pelo biógrafo Liberato Bittencourt:

> LUIZ JOSÉ DA COSTA FILHO – Poeta e jornalista. Nasceu em Propriá, a 3 de outubro de 1886. Esteve matriculado na academia de direito. Foi deputado estadual várias vezes, e é jornalista de mérito incontestável. Publicou em 1905 as suas produções poéticas *Alma do Sol*, *Poema das Plantas* e *Festum Lucis* e mais tarde os seguintes folhetos, de valia indiscutível: *O Governo nos Estados Livres*, *A Liberdade e a Igreja, O Santo Governo, Um grande sergipano*, *Leis e um conceito jurídico*, *Em prol da Alemanha*, *Pedro de Calazans*, *Memória*, *Aspectos Jurídicos e a Vida do Direito* (Bittencourt, 1913, p. 174).

A lavra do poeta não constitui o escopo deste trabalho, mas de algum modo Liberato Bittencourt corrobora para anunciar um intelectual que não somente investiu na tecitura de textos voltados para a imprensa, assim como também empreendeu na publicação de pequenos folhetos que discorriam sobre alguns dos principais problemas do país no emergir da centúria novecentista. Costa Filho mostrou-se afeito ao debate,

moveu-se nos meandros da polêmica, revirando os assuntos mais delicados de seu tempo. Assim, ele discorreu sobre a liberdade religiosa nos meandros do regime republicano e o fim do padroado régio, a função do direito na formação das sociedades modernas e sobre a superioridade da república em relação à monarquia. Sobre este quesito, Costa Filho publicou um inquietante artigo no qual defendia a queda da monarquia em terras lusitanas:

> Na história política de Portugal, hoje riscada em sua primeira página mais recente com um traço auriverde de liberdade, avulta a repetição gloriosa de um tipo extraordinário que assombrou o mundo há muitos anos já, do seu posto de honra, na ilustre e famosa terra da Alemanha. O homem de maior valor que Portugal hoje possui, o que mais pesa na balança moral desse velho país das rabugices genealógicas, é o ex-conselheiro e insigne cidadão lusitano, que acaba de legar seu grande nome a um ministério agitado: é João Franco. Até não parece português. Porque Portugal é tão carente, tão fraco e tão cativo ainda, que no momento em que a liberdade melhor lhe sorri, no momento em que mais necessidade sente de um gigante do calibre intelectual e da esfera nobremente política de João Franco, neste momento todo de vacilações e angústias, é que justamente expulsa-o, ou deixa-o partir para as amarguras de um degradante exílio (Costa Filho, 5 de abril de 1908, p. 1-2).

A inserção de Costa Filho em defesa da república, acionada como único caminho viável para se instituir a liberdade, não havia fronteiras. A antiga metrópole foi acionada como um espaço do atraso, das contradições e incoerências, pois no momento no qual mais necessitava instituir a ruptura do modelo político havia exilado o que o autor considerava como o maior nome da política e das letras lusitanas. Assim, o intelectual republicano de Sergipe se via envolto nas questões da liberdade na Europa. Ele conclamava: "Portugueses, tirais do exílio a vossa liberdade" (Costa Filho, 5 de abril de 1908, p. 2).

República e monarquia foram acionadas por Costa Filho como forças antagônicas e metaforizadas pela temporalidade: a monarquia era o passado que ainda persistia em agonizar nas sociedades contemporâneas, uma presença incômoda e condenada a desaparecer. A república, por seu turno, emergia como o símbolo da modernidade, o futuro que já podia ser contemplado em determinadas instâncias espaciais, inclusive, no Brasil (Gonçalves, 2002, p.33). A república era uma quimera para os povos que ainda desconheciam a liberdade.

No caso de Luiz José da Costa Filho, os ideais republicanos não foram mobilizados exclusivamente no âmbito da retórica ou da teoria. Assim como a maior parte dos intelectuais do período entre secular, ele também ocupou cargos públicos e se tornou um agente da política nacional no processo de consolidação do regime republicano. Armindo Guaraná no Dicionário Biobibliográfico Sergipano destacou essa presença do

intelectual no campo político: "Foi deputado estadual na legislatura de 1912-1913, tendo feito parte da mesa como segundo secretário. Em 1913 serviu interinamente como procurador da República, por nomeação de 8 de novembro" (Guaraná, 1925, p. 200).

Esse envolvimento na política partidária empeçou ainda nos primeiros anos do século XX. Ao mudar-se para a capital sergipana com o intuito de realizar o curso secundário no Atheneu Sergipense, Costa Filho entrou em contato com o grupo político liderado pelo também jovem carismático Fausto Cardoso. Em decorrência dessa aproximação, Costa Filho tornou-se um dos atores envoltos na revolta de 1906 (Oliva, 2014). Esse envolvimento foi destacado por Armindo Guaraná:

> Luiz José da Costa Filho, Bacharel. – Filho de outro de igual nome e D. Maria dos Prazeres Costa, nasceu na cidade de Propriá a 3 de outubro de 1886.
> Estudou primeiras letras em sua terra natal no colégio dirigido pelo professor Cândido Campos.
> Em novembro de 1903, desejando teatro mais amplo para a sua atividade intelectual, transportou-se para o Aracaju, onde fez os estudos de preparatórios, frequentando o "Atheneu Sergipense".
> Em 1904 entrou para a redação do "Jornal de Sergipe", revelando desde logo qualidades de jornalista. Devotado ao grande tribuno Dr. Fausto Cardoso acompanhou-o na jornada política de 1906, sofrendo com ele os dissabores das lutas partidárias (Guaraná, 1925, p. 200).

Os dados biográficos arrolados por Armindo Guaraná evidenciam que Costa Filho entabulou uma concepção revolucionária da política republicana ainda nos primórdios da centúria novecentista. Em prol do que ele entendia como liberdade, os homens poderiam pegar em armas e lutar contra a opressão. Essa conduta envolta na lida pragmática da política sergipana em 1906 corrobora com a defesa propalada dois anos depois, quando asseverou que a "humanidade acredita, que Portugal não suportará por muito tempo mais a desonra desse exílio forçado e doloroso" (Costa Filho, 5 de abril de 1908, p. 2).

Desta feita, a mediação cultural do intelectual Costa Filho se deu, primordialmente, no âmbito da política e da atividade na imprensa. Os qualitativos de jornalista foram acionados pelo biógrafo Liberato Bittencourt:

> Costa Filho é de média estatura, mas de forte compleição. Fez-se por si próprio. Além de *notáveis qualidades intelectuais*, tem ao seu dispor valiosos predicados de caráter. É um homem honesto e nobre, major da guarda nacional, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. A Santa Fé Apostólica Romana condecorou-o com uma Bênção Papal, assinada por S. S. Pio X, "pelos relevantes serviços de ordem intelectual prestados à Santa Madre Igreja" (Bittencourt, 1913, p. 175).

O verbete biográfico construído por Liberato Bittencourt é um dos poucos registros que evidenciam uma descrição física do intelectual sergipano. Informações que

foram complementadas pelo registro fotográfico publicado no decênio subsequente, no dicionário de Armindo Guaraná, conforme pode ser observado na Figura I:

Figura I -Costa Filho



Fonte: Guaraná, 1925, p. 200.

Costa Filho, ao longo dos primeiros decênios do século XX tornou-se membro de importantes sociedades historiográficas do mundo. Armindo Guaraná menciona que além dos Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ele integrou a Academia Latina das Ciências e Belas Letras de Paris, a Sociedade Acadêmica de História da França, a Sociedade Científica da Itália, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os congêneres estaduais do Espírito Santo, Minas Gerais e Ceará (Guaraná, 1925, p. 200). O intelectual era um homem de academia e se tornou um exímio articulista na imprensa sergipana, teve como predileção discorrer sobre a concepção de História. Neste sentido, cabe discorrer sobre os seus fazeres no tocante à teoria da história.

"Uma formidável inconstante": a concepção de história

Ao longo de sua trajetória, Luiz José da Costa Filho mobilizou a História a partir de uma propositura pragmática, que fundamentava não somente o olhar retrospectivo da sociedade, mas também capaz de mobilizar o direcionamento das ações no tempo presente. Diante de um quadro no qual o intelectual não chegou a sistematizar o seu pensamento historiográfico em um livro que condessasse a dimensão gnosiológica da História, discorrer acerca da concepção de história tecida por Costa Filho implica em vasculhar textos fragmentários, pulverizados nas páginas amarelecidas da imprensa pretérita.

A epistemologia da história diluída na imprensa repercute em algumas características particulares que dificultam a identificação das possíveis conexões teóricas do pensamento autoral, bem como das fontes inspiradoras do raciocínio. Isso ocorre, principalmente, em decorrência da ausência quase total de citações ou de referências às bases que fundamentam o argumento. Deste modo, torna-se necessário pensar em outras articulações, plausíveis de mensurar as fontes dos lampejos teóricos.

Como já foi observado anteriormente, uma das principais inspirações políticas de Costa Filho era o líder republicano Fausto Cardoso, assassinado na revolta de 1906. Ao considerar que Fausto Cardoso foi um intelectual que também investiu na construção de uma epistemologia para a História, é prudente pensar acerca das possíveis aproximações do pensamento entre os dois intelectuais sergipanos. De acordo com Piero Detoni, a "preocupação mais imediata de Fausto Cardoso é solucionar um problema de ordem epistemológica: o de como organizar uma teoria científica, sendo ela um espelhamento do universo empírico" (Detoni, 2021, p. 204).

Assim, no pensamento historiográfico faustista, teoria e empiria se encontravam coadunadas. Certamente, se trata de um elemento do qual Costa Filho comungava. A história era um conhecimento que ao ser sistematizado, fornecia os pilares para a leitura da sociedade, tanto em dimensão diacrônica, quanto sincrônica. Em certa medida, para Costa Filho a História seria provida de leis, nas quais poderiam possibilitar o vislumbrar das repetições. Ao pensar sobre a situação histórica da monarquia lusitana, ele asseverou:

> Será porque Portugal não compreenda que João Franco representa a liberdade abnegada, o sonho suspirado, a República sonhada e querida de seus filhos, do seu povo, de sua raça? Não. É porque o velho país lusitano ainda está sofrendo o opróbio de um rei, a desgraça de um potentado.
> A cora é uma vergonha; o espírito do século renega-a.
> Se Portugal quer realmente ser livre, não deve consentir no reinado de mais um tirano. Elimina-lo, eis a questão. Depois, é seu dever proclamar o regime das liberdades e colocar a João Franco nas alturas da presidência. Este Conselheiro exemplo, Conselheiro gigante, Conselheiro portento, é talvez o tipo assombroso de Bismarck que *se repete na história política e social do Velho Continente* (Costa Filho, 5 de abril de 1908, p. 2).

A assertiva de Costa Filho referenda uma concepção na qual a história seria passível de repetição. Uma repetição que não estaria pautada nos episódios, mas na emergência de sujeitos, com qualidades similares e capazes de movimentar a sociedade para as grandes rupturas, as transformações mais abruptas. Essa concepção elucidava também um viés no qual a história estaria provida de leis. A experiência humana ao longo do tempo estaria regulada pelas leis incontornáveis. Tal questão foi explicitada em um

artigo publicado no impresso Folha de Sergipe em 1908, no qual, ele formulou as premissas atinentes à filosofia da história em formato de uma carta endereçada à Afonso XIII, monarca da Espanha:

> Fatalmente, porém, a filosofia inexorável e perpétua da História, impondo a intransferível execução uma das suas soberanas e formidáveis leis, abrevia o vosso domínio sobre a Espanha.
> A História, jovem Majestade, com a sua prodigiosa filosofia infalível, faz vítimas de toda a sorte, sem distinção de classes nem de posições na gama social; assim, vós sois por mim apreciado como vítima precoce e inconsciente de uma lei filosófica dessa monumental e assombrosa História (Costa Filho, 16 de abril de 1980, p. 1).

Na concepção de Costa Filho, as leis da história seriam inevitáveis, independentemente do poderio e da classe social dos sujeitos históricos. Ele evocava o problema das leis reguladoras da história para pensar os problemas atinentes ao tempo presente. O seu argumento tinha como pano de fundo revelar que a monarquia, em quaisquer partes do mundo, era um modelo de governo arcaico e anacrônico, inconcebível no cenário marcado pela pungente expansão dos ideais de liberdade.

Embebido pelo entusiasmo decorrente da queda da monarquia brasileira em 1889, ele passava a preconizar a derrocada dos monarcas europeus, notadamente, Portugal e Espanha. Neste sentido, a lei da história possibilitaria acelerar os movimentos e a atuação da sociedade. A história tornava-se uma lição, um recurso pedagógico para conduzir as novas gerações ao futuro. Todavia, isso não implicava em tomar a história na perspectiva de Cícero, como mestra da vida. A lição da história necessariamente não se daria de forma diacrônica, mas primordialmente, sincrônica. O movimento em determinado contexto temporal que se tornava implacável e incontornável. Isso pode ser percebido em outro momento da carta direcionada ao monarca Afonso XIII:

> Ninguém será culpado por fosso aniquilamento.
> Vós representais a obra paciente e afanosa de uma longa dinastia que acabara em vós, pois vos anunciastes no mundo como o seu ponto final, o término patente de sua ruidosa jornada.
> Eu vos admiro pela vossa coragem.
> Eu vos admiro pela vossa inteligência.
> Eu vos admiro pela vossa vontade.
> Pela primeira vos livrastes daquela bomba que Paris vos ofereceu como presente grego; pela segunda, saístes a salvo daquela outra que a vossa Nação vos ofertou como presente nupcial; e pela terceira, dessa bomba mais recente, que vos aguardava fulminante, em Salamanca, à porta de um teatro.
> Triunfastes, Rei.
> Majestade, vencestes pela terceira vez. Mas, cuidado!
> A História, como uma sentinela terrível e inexorável, tem os olhos imensos voltados para vós.

> Majestade, a História é uma hecatombe contínua.
> E vós que sois um Rei de firme vontade, um Rei ilustre, um Rei de talento, um Rei corajoso e resignado, absolvei, antes, de cerrar as pálpebras, as mãos gigantes que sustarem o movimento do vosso prendado coração.
> As armas valentes da gloriosa Espanha, vos tenham em sua denodada guarda (Costa Filho, 16 de abril de 1908, p. 1).

A missiva escrita por Luiz José da Costa Filho revelava uma concepção de história análoga à uma interpretação teleológica. No caso da coroa espanhola, apesar da astúcia do monarca que buscava desvencilhar-se dos atentados, a derrocada era vista como inevitável. Pela lei da História, não haveria possibilidade em alterar o destino. O movimento que arrolava em espaços vizinhos só poderia ser retardado, mas não impedido. As vitórias obtivas diante das tentativas de assassinato eram efêmeras, heroicos e inofensivos atos de resistências que apenas protelavam o incontornável e efetivo movimento da lei histórica.

Além disso, Costa Filho acionou a História em perspectiva personalizada. Tratava-se da sentinela, sempre vigilante e que nada poderia escapar de seu olhar. Uma sentinela descrita como terrível e inescrutável, símile ao anjo da História que decênios depois seria pincelado por Kree e narrado por Benjamin. Deste modo, Costa Filho revela uma concepção na qual a História seria "uma hecatombe contínua". Por onde passa, restava-lhe apenas a derrocada dos grandes e às ruínas.

Se no passado o anjo lacrimoso da História somente conseguia vislumbrar aspectos correlatos à ruína e decadência, no tempo presente ele abria espaço para que os ventos da liberdade soprassem sobre todas as sociedades. Os anseios praguejados no Brasil, a partir dos recursos tecnológicos com a imprensa poderia ecoar em outras plagas. O movimento da história tornava-se equiparado entre as nações, notadamente, em situações equipolentes. Esse foi o caso no qual ele discutiu as condições de abandono da classe operária diante do abandono dos patrões e da ausência de leis que lhes assegurassem os direitos basilares:

> Em uma das minhas conferências, eu tive oportunidade de combater a inclemência desses patrões, que não ligam a mínima atenção aos seus operários, ou antes, aos seus escravos, quando acometidos de desastres em virtude do próprio ofício. Alguém, entretanto, classificara esta minha conferência que teve o nome de "Fábricas e Oficinas", com a denominação de *utopia*.
> Eu não faço conferências irrealizáveis e sem utilidade real: por isso, que nunca as fiz sobre *beijos, nuvens, flores e casquilharias*.
> Combati eu aquela revoltante crueldade dos patrões sem a mais longínqua suspeita de que as minhas palavras de protesto e revolta, tivessem assim brevemente uma realização de tal maneira incisiva e perfeita. E quando menos espero, o grande Presidente Roosevelt, este

> prodigioso homem da democracia e das liberdades, atende o meu justo protesto em todas as suas palavras, em todas as suas claras e justíssimas exigências.
> Aos ouvidos sempre atentos de Theodoro Roosevelt, chegou talvez o eco humilde e quebrado do meu humaníssimo discurso sobre a sorte comovente dos operários nos tempos hodiernos, ali no salão da "Sociedade Amparo", proferido no dia 24 de julho de 1907.
> Seria assaz aplausível e assaz belo, que a exemplo do grande Presidente, o nosso, deste pitoresco país, também promovesse e assinasse lei idêntica; pelo menos, o operariado brasileiro, anônimo e sem direitos até agora, seria o primeiro a depositar na cabeça de S. Exc. A coroa primeira de louros a que faria jus a sua administração, no referente a sorte aziaga das multidões que trabalham e arrastam para diante o majestoso carro do ruidoso Progresso.
> Em recompensa da Lei de ouro, derrame Deus bênçãos infinitas e forças fecundas, sobre o espírito são, ilustre, magnífico e triunfante do homem de gênio, que rege sábia e providencialmente os destinos políticos e sociais da América do Norte.
> Exulte o operariado.
> Glória a Roosevelt (Costa Filho, 7 de maio de 1908, p. 1).

Certamente, esse é o escrito no qual Costa Filho proclama abertamente o seu posicionamento sobre o encargo intelectual em deliberar acerca da defesa dos interesses da sociedade. O intelectual era equiparado ao político, por meio da proposição epistêmica de soluções para os problemas vigentes na empiria. A ciência, no geral e a história, em particular, deveriam cumprir com uma finalidade pragmática, ou seja, atender às demandas da sociedade. Costa Filho ironizou os escritos sobre coisas supérfluas ou irrealizáveis. Ele defendia que ao intelectual caberia falar ou escrever sobre ações que tivessem "utilidade real".

Assim como em escritos anteriores, ele defendia que a lei da História poderia implicar na disseminação das ideias. Partiu da premissa de que sua conferência havia orientado a constituição do amparo legal nos Estados Unidos, em consequência do ouvido atento de Roosevelt. Igualmente, as conquistas dos operários norte-americanos deveriam se propagar, a partir das ações que o governo brasileiro poderia tomar pautado na inspiração do vizinho do norte. Os ventos do progresso faziam com que a lei da História fosse sincronicamente profusa. Neste sentido, é pertinente pensar o lugar do passado no pensamento historiográfico de Costa Filho.

"Ressontam a lenda e a história abraçadas": as ruínas da ex-capital da antiga província

Luiz José da Costa Filho mobilizou uma noção de história pautada na premissa utilitarista, provida de uma finalidade prática na sociedade do tempo presente. A história,

assim, emergia em seus escritos provida de uma regularidade que orientava as sociedades sincrônicas a sentirem as direções do movimento do progresso. Mas qual regra ou lógica regia a sociedade em sua concepção. Ele buscou responder essa inquietação no artigo "A sociedade através dos séculos", no qual construiu uma leitura panorâmica acerca da trajetória das diferentes sociedades ao longo do tempo. Para o intelectual:

> Manifestou-se sempre como um obstáculo ferrenho e poderoso a todas as grandes e imorredoiras criações da cultura, do progresso e da civilização da melhor parte do espírito humano; e sistematicamente rebelde, adversaria das grandes reformas e inimiga dos nobres ideais que tem fulgurado em bruxuleios radiantes na imensidade luminosa de peregrinos cérebros e fenomenais corações, ela, essa eterna mascarada do carnaval do mundo, confusa e incongruente sociedade, tem cimentado com sangue, revestido de tormentos e agonias, e coroado de espinhos e dores, todos os heróis, todos os gênios, todas as glórias e todos os santos, que deixaram gravados em letras de ouro e chama nos epitáfios da História seus nomes triunfantes e augustos (Costa Filho, 15 de novembro de 1912, p. 1).

Na concepção tecida por Costa Filho, história e sociedade eram providas por leis. A primeira tinha como regra a regularidade, o movimento incontornável do progresso, que avançava diacrônica e sincronicamente. A segunda tinha como regra uma baliza que delineava a confusão e incongruência, em relação à norma de cimentar com sangue os homens nascidos para gravar seus respectivos nomes na história. Heróis e santos encontravam destinados a cimentar seus nomes com o próprio sangue. Os chamados grandes homens acabavam por ter como destino histórico o fim do mártir: morrer em decorrência de sua principal virtude. De algum modo, a concepção de sociedade gestada por Costa Filho era devedora do catolicismo. Ser grande implicava em ter um destino trágico, sofrer tormentos e agonias, ser sacrificado. Essa seria a lei vigente sobre a sociedade:

> Quem passar em revista, mesmo por mero diletantismo literário, *as paradas verdadeiramente estonteadoras e singulares desse exército de surpresas e catástrofes que é a História*, para logo, sem esforço nenhum de lógica, tão somente por um laço natural de associação de ideias correntes e decorrentes, nota, observa, verifica, o espírito delirante e assustador de incoerência e absoluta contradição, que sempre caracterizou e deprimiu as multidões sociais desde os começos de sua existência política.
> A sociedade foi sempre o que ainda hoje é: uma formidável inconstante. Seu caminho foi em todos os tempos o do erro inconsciente, fatal, profundo e incorrigível. Geômetra exigente e rigorosa no traçar os limites acanhados e frágeis do bem, ela revelou-se em todos os estádios históricos generosa e perdulária calculista no organizar a taboa infinita dos logaritmos do mal (Costa Filho, 15 de novembro de 1912, p. 1).

No entender de Costa Filho, a sociedade teria como elemento regulador a inconstância. A sociedade seria marcada pela fragilidade do bem e infinitude do mal. Talvez por este motivo os humanos que foram historicamente reconhecidos como dotados de bondade, genialidade, santidade ou heroísmo haviam sucumbido pela fatalidade social. Neste cenário pessimista, a história tornava-se uma parada de surpresas catastróficas. Contemplar o passado implicava no enfrentamento de experiências pretéritas estonteantes. A História apropinquava-se da ruína. No entendimento de Walter Benjamin:

> Quando, com o drama barroco, a história penetra no palco, ela o faz enquanto escrita. A palavra *história* está gravada, com os caracteres da transitoriedade, no rosto da natureza. A fisionomia alegórica da natureza-história, posta no palco pelo drama, só está verdadeiramente presente como ruína. Como ruína, a história se fundiu sensorialmente com o cenário. Sob essa forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio (Benjamin, 1984, p. 199-200).

Essa leitura na qual a história fora pensada como um processo de declínio, com um mundo transmutando-se em ruína, inerente ao barroco alemão, pode ser acionado como chave de leitura no tocante ao pensamento historiográfico de Costa Filho. A ruína mobilizada pelo autor implicava em sinais tangíveis da irremediável ausência humana dos grandes homens, dos heróis patrióticos de outrora. Neste sentido, uma simples restauração não seria suficiente para aplacar o sentimento de perda, pois o valor dos monumentos não estava em si mesmos, mas no que eles sinalizavam: a atuação de homens diferenciados, a perda de pessoas do passado que teceram a história por meio de suas vidas. Essa conotação foi revelada no texto "Antiguidades":

> Os edifícios mais antigos de Sergipe e sem dúvida, dos mais antigos do Brasil, são, na decadente cidade de São Cristóvão, ex-capital da velha província: a igreja do Rosário, que data de 1590 e tantos; o convento do Carmo, acabado de construir em 1766; e o convento de São Francisco, edificado em data anterior a esta última.
> Que boa seria a vida humana, se sobre a face da Terra existisse ainda pelo menos uma parte da geração dos que trabalharam naquelas três obras seculares! (Costa Filho, 14 de março de 1907, p. 2).

A ruína dos monumentos reluzia a ausência das gerações de construtores da nacionalidade, dos sujeitos que contribuíram para edificar a grande pátria, Brasil e a pequena pátria, Sergipe. Por tal motivo, a decadência da cidade, da primeira capital provincial era irremediável. Tratava-se de um caminho sem volta. O avanço do progresso só permitia ao historiador vislumbrar-se na angustiante paisagem da perda. Este sentimento norteou Luiz José da Costa Filho em sua escrita cerca de um passeio realizado na primeira capital sergipana:

> Atormentado pela impaciência que o caminho tortuoso e longo da jornada à antiga e dormente capital de minha terra, soe acordar no espírito do viandante, cheguei às portas daquela *triste cidade*.
> Olhei-a com *profunda mágoa no coração*.
> São Cristóvão é inteiramente uma ruína: suas casas empretecidas pelos fenômenos do tempo e pelo abandono dos homens, são como uma confusa multidão de sepulturas exóticas; suas largas ruas, rasgadas sem as considerações de uma medida de arte, todas deterioradas e muitas comidas em grande parte pelos terríveis socovões, semelham destroços de uma velha maltratada, que o mar tivesse arremessado baralhadamente à praia: seus enormes conventos de tosca arquitetura jesuítica, que infelizmente ali demoram como diques opostos à civilização, ao progresso e à liberdade do povo sergipano, parecem, ao primeiro lance de olhos, lendárias fortalezas malassombradas.
> Ainda lá está gemendo aos açoites da ventania, todo sujo, esburacado e melancólico, o venerável paço presidencial, com os seus vastíssimos saguões, seu avançado número de quartos e suas janelas sem conta.
> E qual se fora uma sentinela valente e sagrada que se imobilizasse no seu posto de honra, a contemplar emudecida as refulgentes histórias de seu passado de triunfos. Falam as paredes daquele casarão histórico, fala o forro dourado de seus salões extensos, e até mesmo é eloquente o seu desprezo. *Ressontam a lenda e a história abraçadas*, na alma daquele centenário solar, onde se desdobram ao fulgor a luz fecunda, todos os planos de liberdade emanados de nossos avós.
> Dispenso sério respeito àquele edifício arruinado (Costa Filho, 3 de março de 1907, p. 1).

O palmilhar de Costa Filho pelas ruas de São Cristóvão foi narrado como um exercício doloroso. Um ato de sacrifício, ao contemplar a ruína de um espaço urbano que outrora foi o pulsar econômico, político e social de sua terra natal. Por tal motivo, ele descreve a ação como se fosse provida de mágoa, ao contemplar a cidade que se revelava triste. As falas ecoadas pelas grossas paredes esburacadas e enegrecidas dos sobrados revelavam não o prestígio das edificações em si, mas os planos de liberdade que ali foram sonhados, tracejados e construídos. A luz fecunda irradiada era oriunda da liberdade ali construída pelos avós. Por tal motivo, a ruína emergia como um altar, um espaço sacralizado para cultuar a memória dos antepassados:

> Aquela musgosa cronologia de pedra e cal, foi o áureo berço onde criou sustância e voou a primeira ideia de nossa libertação; foi o altar iluminado onde alçou-se o primeiro troféu de nossas vitórias; foi o horizonte em que raiou a alvorada de nossa alforria e o sarcófago onde fulminada tombou para sempre a derradeira agonia do nosso cativeiro. Amo-o; mais ainda; venero-o (Costa Filho, 3 de março de 1907, p. 3).

A ruína, como sinal tangível da humanidade que ali vivera em pretéritas eras, transmutava-se em espaço sagrado de culto aos mortos. Por tal motivo se tornava digna de ser amada e venerada. Não por ser um vestígio do passado. Mas por evocar essas vozes que ali ressoaram em outros momentos. Diante da ruína, da cidade decadente, emerge a

figura do anjo lacrimoso da história, que soluça a saúde plangente, que vela os mortos que ali transmutaram o espaço em palco da história. Sobre anjo em pranto Costa Filho argumentou:

> De um extremo a outro da tristíssima cidade cristovana, nota-se o sagrado silêncio que o torpor da saudade e da desolação gera nos lugares decadentes de passada grandeza. Pairam sobre aquele amontoado de ruínas, além das variadas famílias de exóticas parasitas, também o anjo lacrimoso da recordação e as asas brancas e longas do fantasma da saudade. Nenhuma outra dor é mais penetrante e mais rigorosa do que essa que ressuscita da lembrança magoada do que já foi.
> E São Cristóvão foi a majestosa capital de Sergipe, aprincesa da antiga Província d'El Rei, cujas plantas eram, como ainda continuam a ser carinhosamente lambidas pela puríssima e milagrosa linfa do serpenteante São Gonçalo.
> E quanta saudade em tudo isso! (Costa Filho, 10 de março de 1907, p. 1).

Sobre as ruínas da cidade decadente, emergem os parasitas que transformam os escombros em novo lar, assim como o anjo lacrimoso e as brancas asas do fantasma da saudade. O cenário tecido narrativamente pelo intelectual sergipano de perda total, de desolação pela mágoa do vazio. O anjo contempla os destroços de uma antiga civilização e chora por saber de sua incapacidade de restituir-lhe à vida. Entre o anjo e o fantasma junta-se às lágrimas dos profetas, feitos de carne e osso, que lamentam e praguejam a derrocada de sua cidade:

> E aquele mar gelado de ruínas, torna-se por vezes um mar de inesgotáveis inspirações.
> Como as Babilônias dos tempos evangélicos, esta destruída Babel dos novos tempos tem seus profetas gentílicos. Alguns deles conheço eu, que à semelhança de Jeremias, choram e declamam sobre as cinzas da desafortunada cidade, ou debruçados nas muralhas de seus templos desabados.
> Maldizem o decreto que ordenou a mudança da capital; arrenegam daquela Assembleia Provincial que unânime o assinou e predizem os maus fins de tudo e de todos que para tal concorreram.
> Então, os seus olhos enchem-se de lágrimas, tremem seus vultos alquebrados, derreiam as alvas cabeças na curva dos braços enfraquecidos e derramam o copioso pranto das recordações do passado.
> E quanta dor em tudo isso! (Costa Filho, 10 de março de 1907, p. 1).

Em uma cidade decadente, pincelada por escombros e sobrados em ruínas, anjos, fantasmas e profetas se curvam diante dos destroços e choram a perda irrecuperável. Na acepção de Costa Filho, a história era o ofício do sofrimento, o mergulho que possibilitava o enfrentamento da perda. A angustiante contemplação da ausência.

Considerações finais

Costa Filho é ainda um intelectual sergipano que pouco aparece nas páginas da história da historiografia sergipana. Oriundo de um contexto marcado por forte presença de gigantes, como Sílvio Romero, João Ribeiro, Fausto Cardoso, Antônio Carvalho Lima Júnior e Manuel dos Passos de Oliveira Telles, ele tornou-se um sujeito secundarizado nas pesquisas sobre o campo das letras e os fazeres historiográficos ao longo da Primeira República.

Em grande parte, esse silêncio é devedor de duas dimensões: do fato de a produção do intelectual ter sido primordialmente veiculada nos jornais, o que corroborou para dispersar o pensamento e, também, pelo teor de suas contribuições, com maior predileção por reflexões epistêmicas da história e com poucas análises acerca das experiências da história sergipana. O mergulho no pensamento historiográfico de Luiz José da Costa Filho, contudo, revela um intelectual que antecipou muitas das questões que se consolidariam no debate acerca da escrita da história ao longo dos decênios subsequentes.

Uma de suas principais contribuições foi no tocante à construção de uma noção de história, que por sua vez, prezava pela investida em atribuir-lhe uma finalidade pragmática na vida social do tempo presente. A história era uma ciência que deveria ter uma utilidade no real. Além disso, influenciado pelo pensamento historiográfico de Fausto Cardoso e de outros pensadores da história de seu tempo, ele partia da premissa de que a história era regulada por leis irrefutáveis, nas quais, os sujeitos estariam cerceados. Essas leis observadas por Costa Filho tinham uma conotação explicativa e de orientação mais centrada na dimensão sincrônica do que diacrônica, ou seja, o movimento do progresso deveria ser entendido a partir de sua pulverização no tempo presente e como se propagava por diferentes povos e espaços.

Contudo, a principal contribuição de Costa Filho incorreu no âmbito do debate sobre o patrimônio, no qual ele assentou o seu pensamento na noção de ruína. O passado só poderia ser contemplado pelo historiador a partir da dimensão da ruína, da decadência, provido pelo sentimento de perda. O historiador emergia assim como o anjo lacrimoso da história, ciente da perda dos sujeitos de outrora e ineficiente na tentativa de captura salvadora das vozes pretéritas. Ao anjo lacrimoso da história resta-lhe apenas chorar diante das ruínas do passado, como se fossem lápides dos grandes homens que fizeram a história em outras temporalidades.

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense:* traços de uma história. Aracaju: ADGRAF, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão.* Trad. Sérgio Barreto Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BITTENCOURT, Liberatto. *Brasileiros Illustres:* Sergipe. Rio de Janeiro: Gomes Pereira, 1913, p. 174-176.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Morais; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral.* 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 183-192.

COSTA FILHO, Luiz José da. A sociedade através dos séculos. *Diário da Manhã.* Ano 11, n. 504, 15 de novembro de 1912, p. 1-2.

COSTA FILHO, Luiz José da. Antiguidades. *Correio de Aracaju.* Ano 2, n. 33, 14 de março de 1907, p. 2.

COSTA FILHO, Luiz José da. Breve Memória Histórica sobre a Revolução Republicana de 1817. *Diário da Manhã.* Ano 7, n. 1724, 8 de março de 1917, p. 1.

COSTA FILHO, Luiz José da. Carta a Afonso XIII. *Folha de Sergipe:* órgão republicano. N. 96, Aracaju, 16 de abril de 1908, p. 1.

COSTA FILHO, Luiz José da. João Franco. In: *Folha de Sergipe:* órgão republicano. N. 93, Aracaju, 5 de abril de 1908, p. 1-2.

COSTA FILHO, Luiz José da. Lei de ouro: Roosevelt e minhas conferências. In: *Folha de Sergipe:* órgão republicano. N. 101, Aracaju, 7 de maio de 1908, p. 1.

COSTA FILHO, Luiz José da. São Cristóvão: aspectos das coisas. *Correio de Aracaju.* Ano 2, n. 35, 8 de março de 1907, p. 2.

COSTA FILHO, Luiz José da. São Cristóvão: recordação do passado. *Correio de Aracaju.* Ano 2, n. 37, 10 de março de 1907, p. 2.

DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe (1912-2012).* São Cristóvão: EDUFS, 2012.

DETONI, Piero. História, ciência, e sociedade em Fausto Cardoso. *História da Historiografia.* V. 14, n. 36, 2021, p. 197-224.

FREITAS, Itamar. *A escrita da história na Casa de Sergipe (1913-1999).* São Cristóvão: EDUFS, 2002.

FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana.* São Cristóvão: EDUFS, 2007.

GONÇALVES, Janice. Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Patrimônio, resistência e direitos: histórias entre trajetórias e perspectivas em rede*. Espírito Santo: Editora Milfontes, 2022. P. 214-241.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda:* os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobliographico Sergipano.* Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 200-201.

MECENAS SANTOS, Ane Luíse Silva. "D'um abismo passamos `outro maior": o patrimônio religioso da cidade de São Cristóvão (1835-1870). *Patrimônio e Memória*. V. 17, n. 2, 2021, p. 343-362.

MECENAS SANTOS, Ane Luíse Silva. "Para assim melhor conservar a desunião": o patrimônio religioso e formação da Vila de Divina Pastora (1782-1818). *Saeculum*: Revista de História. n. 35, 2016, p. 77-100.

MECENAS, Ane Luíse Silva. "Querelas pelo Sagrado: os impasses pela administração dos bens da Igreja de Divina Pastora, na Capitania de Sergipe Del Rey (1816-1818)". *Revista História, Memória e Justiça*. ano 1, n. 2, Aracaju, 2008, p. 01-12.

MECENAS, Ane; SANTOS, Magno; CARVALHO, Angelica de. *Ao romper do século XX*. O município de São Cristóvão por Manuel dos Passos de Oliveira Telles. Aracaju: Editora Criação, 2023.

OLIVA, Terezinha Alves de. *Impasses do federalismo brasileiro:* Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. 2ª. ed. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe:* os 100 anos do IHGSE. Aracaju: IHGSE, 2014, p. 107-156.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; MECENAS-SANTOS, Ane Luíse Silva; CARVALHO, A. *Ao romper do século XX:* o município de São Cristóvão por Manuel dos Passos de Oliveira Telles. Aracaju: Criação, 2023.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Caminhos da penitência:* a solenidade do Senhor dos Passos em São Cristóvão (1886-1920). Aracaju: criação, 2015a.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *O prefácio dos tempos:* caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). Niterói, 320f. Tese (Doutorado em História). UFF, 2015b.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um intelectual a serviço do patrimônio: José Calasans e as políticas do SPHAN em Sergipe. In: ALBUQUERQUE, Samuel. *José Calasans e Sergipe.* Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: EDUFS, 2016, p. 152-177.

SILVA, Lígia Monteiro. "*Na trilha de um polígrafo:* catálogo da obra de Luiz José da Costa Filho (1905-1944), São Cristóvão, monografia de conclusão de curso de licenciatura em História, DHI/UFS, 2003.

SOUZA, Cristiane Vitório de. A Repúblicas das Letras em Sergipe (1889-1930). *Revista de Aracaju.* V. 9, 2002, p. 189-208.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.

TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. *Sergipenses:* escriptos diversos. 2ª. ed. São Cristóvão: EDUFS, 2013.

[1] Destacam-se neste grupo intelectuais como Serafim Santiago (Santos, 2015), Severiano Cardoso e Manuel dos Passos de Oliveira Telles (Santos, Mecenas, Carvalho, 2023).

Artigo recebido em 12/09/2023

Aceito para publicação em 07/02/2024

QUATRO DÉCADAS EM MOVIMENTO: A Evolução dos Videoclipes de Madonna

FOUR DECADES IN MOTION: The Evolution of Madonna's Music Videos

João Paulo Pacheco RODRIGUES[1]

Resumo: Madonna, celebra quatro décadas de uma carreira distinta, marcada por sua capacidade de adaptação e inovação. Este estudo examina a trajetória videográfica da cantora através de cinco videoclipes: *Material Girl*, *Like a Prayer*, *Erotica*, *Hung Up* e *Dark* Ballet. Essas obras ilustram diversidade de estilos e temáticas que a artista explorou dentro do universo pop. Desde a ascensão da MTV até a consolidação das plataformas digitais, Madonna tem exercido uma influência na evolução do videoclipe, transformando-o de mero instrumento promocional em uma expressiva forma de arte. Sua obra desafia constantemente as convenções sociais e culturais, provocando reflexões e diálogos, além de inspirar várias gerações através de suas poderosas narrativas visuais.
Palavras-Chaves: Madonna, Videoclipe, fontes históricas, Produção Cultural.

Abstract: Madonna celebrates four decades of a distinguished career, marked by her capacity for adaptation and innovation. This study examines the singer's videographic trajectory through five music videos: "Material Girl," "Like a Prayer," "Erotica," "Hung Up," and "Dark Ballet." These works illustrate the diversity of styles and themes that Madonna has explored within the pop universe. From the rise of MTV to the consolidation of digital platforms, Madonna has influenced the evolution of the music video, transforming it from a mere promotional tool into an expressive art form. Her work consistently challenges social and cultural conventions, provoking reflections and dialogues, and inspiring multiple generations through her powerful visual narratives.
Keywords: Madonna, Music Video, historical sources, Cultural Production.

Introdução

A história, enquanto disciplina, sempre se alicerçou na utilização de diversas fontes primárias e secundárias para decifrar e interpretar o passado. Enquanto documentos escritos, artefatos arqueológicos e registros orais são tradicionalmente valorizados, o século XX introduziu uma gama de novos meios e mídias. Dentre estes, o videoclipe, comumente associado ao entretenimento musical, emergiu não apenas como um meio artístico, mas também como uma valiosa fonte primária para análise histórica.

Os videoclipes surgiram como uma forma de promoção musical nas décadas de 1960 e 1970, alcançando grande destaque nos anos 1980 com o advento de emissoras como a MTV. Com o passar do tempo, tornaram-se mais do que meras representações

1Professor Adjunto A do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre – UFAC. Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Vice-Coordenador do Grupo de Pesquisa: Patrimônio Histórico e cultural entre fronteiras e disputas: América Latina, Pan-Amazônia, Educação e povos indígenas e não indígenas - PAHFI - APEINI. E-mail: joao.pacheco@ufac.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-7528-4049.

visuais de canções, incorporando narrativas complexas, simbolismo cultural e comentários socioeconômicos.

> Os videoclipes tornaram-se um novo referencial para a apreciação estética da música associada a uma forma de oferecer um produto ao consumo. Inegavelmente, pela indústria fonográfica, vídeos musicais são formas de exposição de um produto que está à venda, um apelo ao consumo. Sua estética une técnicas apuradas do cinema e da publicidade, a liberdade de criação de *film makers* e um universo simbólico que visa à expressão do sentido da canção e da personalidade do artista (Brandini, 2006, p. 4).

Assim, ao observarmos um videoclipe, estamos não apenas consumindo uma peça musical, mas também recebendo *insights* sobre os contextos cultural, social e político de sua época de produção

Um exemplo é o videoclipe *Thriller* de Michael Jackson, lançado em 1983. Mais do que uma produção visual inovadora, ele reflete o fascínio da cultura pop americana com filmes de terror e a cultura de consumo da década de 1980. De forma mais profunda, videoclipes muitas vezes abordam questões de identidade, gênero, raça e classe, servindo como espelhos dos debates e discursos predominantes em determinados períodos.

Assim como qualquer outra fonte primária, é crucial abordar os videoclipes com uma lente crítica. Uma análise interdisciplinar pode ser particularmente útil, combinando métodos da história cultural, estudos de mídia e teoria crítica.

O videoclipe, assim como "o cinema é uma arte que encanta milhares de pessoas e não pode passar despercebido das reflexões dos historiadores e também não pode ser ignorado por aqueles que desejam tornar a aprendizagem mais estimulante" (Cano, 2012, p.31).

Foi com a MTV que o vídeoclipe se popularizou no mundo todo, sendo um instrumento de comunicação entre artista e público. Nesse âmbito, poucos artistas moldaram e definiram o que se entende desse produto como Madonna. A cantora não apenas elevou o videoclipe de um mero veículo promocional a uma forma de arte em si, mas também desafiou normas sociais, despertou controvérsias e influenciou gerações através de suas representações visuais.

> Como Jackson, Madonna percebeu a força de um videoclipe criativo na promoção do produto, tanto quanto do artista. E através de um uso criativo e inteligente do vídeo, rádio televisão, revistas, filmes e livros, Madonna presenteou o mundo com tal espectro de imagens, sendo capaz de agradar públicos diferentes (Friedlander, 2003, p. 34).

Produtos comerciais como os vídeos *Material Girl, Like a Prayer, Erotica, Hung Up e Dark Ballet* destacam-se não apenas como testemunhos da evolução artística de

Madonna, mas também como representações da cultura POP. Nesse artigo faremos uma reflexão do legado cultural da artista que em 2023 comemorou 40 anos do lançamento do seu primeiro álbum, analisando os vídeos supracitados.

Cumpre lembrar que nesse artigo, a análise dos vídeos passou pelo rigor metodológico de autores que versam sobre a produção cinematográfica como fonte, uma vez que entendemos o videoclipe e o cinema, embora distintos em forma e propósito, constituem fontes históricas valiosas, oferecendo perspectivas únicas sobre os contextos culturais, sociais e políticos de suas respectivas épocas. Ambos compartilham a capacidade de refletir e moldar as sensibilidades e as narrativas de seu tempo, tornando-se assim instrumentos indispensáveis para o historiador moderno interessado em decifrar os matizes da história humana através de suas manifestações visuais e sonoras.

Para além dos aspectos externos Martin (2005), analisa os códigos linguísticos da produção cinematográfica, assim como toda forma de expressão que o integra socialmente. Segundo o autor, inicialmente o cinema tratava-se apenas de um espetáculo filmado ou reproduzido a partir do "real"; aos poucos tornou se linguagem, ou seja, "um processo de conduzir uma narrativa e de veicular ideias" (Martin, 2005, p. 22).

Na mesma linha de argumentação, Aumont (2012, p. 53-55), salienta que a importância da montagem se revela por atribuir significados às cenas, uma vez que ela constitui da justaposição de imagens com intuito de sequenciar a narrativa, como poderemos observar na produção de videoclipe de Madonna. Além da análise da montagem, o autor chama a atenção para necessidade de o pesquisador estar atento a aspectos que compõem a imagem como, por exemplo, os planos, enquadramentos, figurinos, cores e cenários.

Ao tratar videoclipes e filmes como fontes históricas, é crucial não apenas decodificar suas mensagens e imagens, mas também situá-los dentro de uma rede mais ampla de práticas culturais e discursos sociais. Essa abordagem permite que os historiadores utilizem essas fontes visuais não apenas para entender como as pessoas viam seu mundo, mas também como essas representações ajudaram a moldar a realidade em que viviam.

Contextualização da Jornada Artística de Madonna.

Madonna Louise Ciccone, mundialmente conhecida pelo nome artístico Madonna, emergiu no cenário musical na década de 1980, estabelecendo-se como uma das figuras centrais de sua geração na indústria do entretenimento. Sua obra não se limitou

ao campo musical, estendendo-se à esfera dos videoclipes, onde contribuiu para alterar as dinâmicas de percepção e consumo de conteúdo audiovisual.

Nascida em 1958, em Bay City, Michigan, Madonna mudou-se para Nova York em 1978, objetivando a carreira de dançarina profissional. A cidade funcionou como um ambiente propício para o desenvolvimento tanto de suas habilidades em dança quanto de sua identidade musical. Durante esse período, Madonna integrou diversos agrupamentos musicais e de dança, refinando sua perspectiva para uma carreira solo.

Segundo Lucy O'Brien (2008), após sua mudança para Nova York com o intuito de seguir a carreira de dançarina, Madonna iniciou sua integração à cena musical local e à colaboração com várias bandas. Nesse contexto, ela começou a criar seu próprio material. Através dessas interações, conheceu Mark Kamins, DJ e produtor que reconheceu o potencial em sua música e voz.

Kamins facilitou o encontro de Madonna com Seymour Stein, co-fundador da Sire Records. Stein, após ouvir as demos apresentadas por Madonna, decidiu assinar um contrato discográfico com ela. Antes de avançar para a gravação de um álbum completo, Madonna lançou alguns singles, iniciando com "Everybody" em 1982, que alcançou um sucesso nas paradas de música dance, seguido por "Burning Up", que também obteve desempenho favorável.

Após a avaliação inicial de seus singles, a Sire Records autorizou Madonna a prosseguir com a gravação de um álbum completo. No processo de criação de seu primeiro álbum, intitulado com seu nome, Madonna colaborou com Reggie Lucas, um produtor com experiência prévia em trabalhos com artistas como Stephanie Mills e Roberta Flack.

Conforme destacado por Lucy O'Brien (2008), durante a produção do álbum, ocorreram divergências entre Madonna e Lucas quanto à direção musical de algumas faixas. Posteriormente, após a gravação de várias músicas, Madonna convidou John "Jellybean" Benitez, um profissional com quem tinha afinidade, para auxiliar na remixagem e finalização do álbum. Lançado em 1983, o álbum "Madonna" teve uma recepção inicial moderada, mas com o tempo alcançou sucesso, dando origem a faixas de destaque como "Holiday", "Lucky Star" e "Borderline". Essas músicas foram determinantes para consolidar a posição de Madonna no cenário pop, além de serem cruciais para o lançamento de sua carreira musical e para estabelecê-la como uma artista inovadora.

Paralelamente ao lançamento do álbum de estreia de Madonna, a MTV surgia como o primeiro canal de televisão dedicado exclusivamente à programação musical

durante 24 horas, transformando significativamente o consumo de música e a própria indústria musical. A emergência dessa nova plataforma demandava um novo tipo de estrela pop, que se destacasse não apenas pela qualidade sonora, mas também pela apresentação visual provocativa. Madonna, com sua habilidade em performances e sensibilidade para tendências visuais, adequava-se perfeitamente a esse novo modelo. Nesta época, a MTV, uma emissora de televisão dedicada exclusivamente à música, estava em seu auge, e Madonna soube como ninguém aproveitar esse veículo para disseminar sua arte. Antes da MTV, a música raramente era acompanhada de uma apresentação visual consistente. Com a ascensão da emissora, os videoclipes tornaram-se uma ferramenta essencial para os artistas. Madonna compreendeu rapidamente a importância deste meio.

Segundo Gasparelli (2009, p. 26):

> O videoclipe firmou-se, ao longo do tempo, como uma importante peça para promoção e divulgação de um artista e de sua música. Sua linguagem abrangente, somada ao poder de alcance da televisão, faz com que o público, cada vez mais, sinta-se fascinado pelo novo meio que se apresenta. O videoclipe serve de maneira muito eficaz à distribuição em massa de produtos culturais.

Madonna a Garota Materialista

Dentro do contexto da cultura pop da década de 1980, o videoclipe "Material Girl" de Madonna não se destaca somente pela sua melodia cativante, mas também pelo seu significativo impacto na percepção da sociedade acerca da feminilidade, consumismo e identidade. Este trabalho não apenas alcançou sucesso nas paradas musicais, mas emergiu como uma expressão cultural significativa.

A década de 1980 foi caracterizada por uma aceleração da globalização, avanços tecnológicos e um período de expansão econômica, particularmente nos Estados Unidos. Esse tempo viu um acentuado foco no consumismo, valorizando o material em detrimento do espiritual. Em meio a esse cenário, em 1985, Madonna introduziu "Material Girl" em seu segundo álbum de estúdio, "Like a Virgin".

O videoclipe da canção, que retrata Madonna em um traje glamouroso, recriando a célebre cena de Marilyn Monroe em "Os Homens Preferem as Loiras", alcançou sucesso imediato. A produção se ambienta em um estúdio de filmagem, onde Madonna, adornada com um vestido rosa, joias brilhantes e luvas longas, assume o papel de uma diva do

cinema, rodeada por homens em trajes de gala. O uso do rosa no vestido e a atmosfera de glamour são referências diretas à cena protagonizada por Marilyn Monroe.

A análise da figura 1 permite observar os momentos em que Madonna homenageia a estrela de Hollywood, demonstrando a intenção da artista em evocar e, simultaneamente, questionar as representações de feminilidade e sucesso associadas à figura de Monroe. Este videoclipe não só solidificou a presença de Madonna no imaginário cultural como também contribuiu para um diálogo mais amplo sobre as expectativas de gênero e a crítica ao materialismo exacerbado.

Figura 1- Comparativo entre o filme "Os Homens Preferem as Loiras", de Marilyn Monroe e o vídeo "Material Girl" de Madonna.



Fonte: Madonna Blows Chunks, 2021.

Na análise da figura 1, identifica-se que Madonna e seus dançarinos executam uma coreografia que foi rigorosamente preparada, encontrando-se no centro das atenções de indivíduos masculinos que demonstram fascínio por sua figura, ofertando-lhe presentes considerados de alto valor na tentativa de conquistar sua afeição. Esta cena traduz de forma explícita o conceito de "Material Girl" ou "Garota Materialista".

Em um segundo plano narrativo do videoclipe, introduz-se um enredo no qual um diretor de cinema, interpretado pelo ator Keith Carradine, aspira a captar a atenção de Madonna não por meio de demonstrações de riqueza, mas por gestos de sinceridade. Observa-se esse diretor no ambiente de filmagem, percebendo Madonna imersa em um contexto de luxo, e opta por uma abordagem distinta para interagir com ela. Em um determinado momento, ele simula ser vítima de um atropelamento como estratégia para atrair seu olhar. A sequência culmina com ambos deixando o local juntos, insinuando que os valores apreciados pela personagem de Madonna transcendem o material.

A princípio, o videoclipe pode ser interpretado como uma exaltação ao materialismo. Contudo, uma análise mais atenta revela uma camada de ironia e crítica social. O trabalho desafia a noção de que o interesse feminino se resume ao acúmulo de riquezas, ao mesmo tempo em que explora e amplifica tal estereótipo. Madonna, por um lado, parece indulgir-se no universo do luxo e ostentação, enquanto, por outro, critica as percepções sociais preestabelecidas acerca de mulheres, riqueza e autoridade.

A dualidade presente no vídeo — a personificação da "garota materialista" nas cenas de filmagem em contraste com a trama romântica paralela — propõe uma reflexão sobre autenticidade *versus* persona. Questiona-se a distinção entre realidade e atuação, tanto na vida de figuras públicas quanto nas interações humanas de forma ampla.

Embora o rótulo de "Material Girl" tenha sido atribuído a Madonna, frequentemente a contragosto, isso não reduziu o impacto do videoclipe, que se mostrou multifacetado em sua influência: consolidou Madonna não apenas como uma estrela pop, mas como uma figura importante e crítica da cultura contemporânea; os estilos e vestuários apresentados no videoclipe adquiriram reconhecimento imediato, influenciando a moda da época e servindo de inspiração para recriações em décadas subsequentes; e, finalmente, Madonna utilizou o vídeo como meio para contestar normativas sociais e estereótipos de gênero, posicionando-se não como uma figura passiva, mas como a protagonista ativa, detentora do controle sobre seu destino e seus desejos.

> Madonna é um foco de genuína contradição. De um lado, promove o feminismo, mas algumas de suas imagens contradizem as críticas feministas às questões da feminilidade, da beleza, da reificação das mulheres, etc. De outro, Madonna sanciona a rebeldia e a construção individual da imagem e da identidade, embora o modo como realiza sua rebeldia seja a dos modelos da moda e da indústria do consumo (Kellner, 2002, p. 375).

Após a divulgação do videoclipe "Material Girl", observou-se uma transformação gradativa na cultura pop. Tanto artistas emergentes quanto estabelecidos passaram a reconhecer o videoclipe não apenas como um veículo promocional, mas também como uma plataforma para narrativa e expressão artística. A década de 1980, já marcada pela influência da MTV, testemunhou um incremento tanto na produção quanto na qualidade dos videoclipes, com "Material Girl" situando-se como um dos precursores nesse movimento. O trabalho estabeleceu um novo patamar de produção e serviu de inspiração para gerações futuras de artistas, evidenciando a sinergia essencial entre a música e a componente visual.

Além do âmbito musical, o impacto de "Material Girl" reverberou em diversas esferas, incorporando o termo ao vocabulário comum para designar mulheres que priorizam aspectos materiais em detrimento dos emocionais ou espirituais. Contudo, este conceito também foi reavaliado como um símbolo de empoderamento, com muitas mulheres jovens reinterpretando o significado de ser uma "Material Girl", transmutando-o de uma conotação superficial para um emblema de independência e autossuficiência.

Madonna, embora tenha manifestado desconforto com o rótulo de "Material Girl" em diversas ocasiões, nunca renunciou à sua capacidade de instigar e questionar normativas sociais. Em seu período inicial, emergiu como um ícone de resistência contra padrões convencionais, promovendo valores de individualidade e autenticidade por meio de sua estética e conduta. As contínuas transformações em sua apresentação visual e identidade sublinham a fluidez e inovação no campo da autoexpressão.

A natureza camaleônica de Madonna, evidenciada por alterações frequentes e, em alguns casos, radicais em sua imagem e abordagem, ressalta uma compreensão histórica de que identidade, moda e sexualidade são construções sociais, passíveis de serem reinterpretadas e remodeladas de acordo com as variações e circunstâncias culturais. Douglas Kellner, em sua obra "Media Spectacle" (2002), destaca esses elementos, enfatizando a capacidade da mídia e das figuras públicas, como Madonna, em desafiar e redefinir constantemente essas construções em um ciclo contínuo de inovação e reconfiguração.

> Madonna sancionava a rebeldia, o inconformismo, a individualidade e a experimentação com um jeito de se vestir e de viver. Suas constantes mudanças de imagem e identidade preconizavam a experimentação e a criatividade nesses campos. Suas transformações, às vezes drásticas em matéria de imagem e estilo, indicavam que a identidade, a moda e a sexualidade são um constructo social, algo que, produzido por nós pode ser modificado à vontade (Kelnner, 2002, p. 341).

A religiosidade no centro: a polémica Like a Prayer.

No disco *Like a Prayer*, de 1989, vemos um claro amadurecimento de Madonna tanto na arte quanto na música, o que é ressaltado nos videoclipes desse álbum. Seu físico reflete essa transformação, indo de um aspecto mais natural para uma forma tonificada, fruto de exercícios intensivos e dieta estrita. As vestimentas *flash-trash*, que combinavam diversos estilos, crucifixos, óculos *punk* e luvas sem dedos, dão lugar a trajes de alta-costura.

> As jogadas artísticas, indumentárias e identitárias de Madonna chamam atenção para o fato de que a cultura de massa é marcadamente comercial e que é preciso pensar estratégias de posicionamento para artistas neste âmbito. Um dos interesses que recaem sobre Madonna é como ela conseguiu construir uma marca enquanto posicionamento de mercado que perdura até os dias de hoje (Santos; Soares, 2014, p. 4).

Lançado em 1989, o álbum "Like a Prayer" é frequentemente citado como um marco decisivo na trajetória de Madonna, simbolizando sua transição de ícone pop para uma artista de reconhecida seriedade e profundidade. A gênese do álbum e os eventos que antecederam sua produção ilustram de maneira elucidativa a evolução artística de Madonna.

Segundo Lucy O'Brien (2008), no final da década de 1980, Madonna já havia alcançado o status de megaestrela global, mas enfrentava períodos de turbulência em sua vida pessoal. Em 1987, concluiu um casamento conturbado com o ator Sean Penn, e encontrava-se em um momento de reflexão sobre as complexidades associadas à fama e à vida pública.

Após sucessos como "Madonna", "Like a Virgin" e "True Blue", que consolidaram sua posição no cenário pop, Madonna buscou evoluir musicalmente, distanciando-se de uma imagem pop superficial em busca de reconhecimento como uma artista de substância e introspecção.

Essa fase de introspecção, impulsionada por desafios pessoais e aspirações artísticas, refletiu-se na composição de suas letras, que passaram a adotar um caráter mais confessional. Temas como o divórcio de Sean Penn, a complexa relação com seu pai e suas reflexões sobre a educação católica tornaram-se centrais em suas músicas.

A faixa-título "Like a Prayer" aborda temas religiosos e usa imagens que provocaram controvérsias, especialmente em seu videoclipe. Para a produção da música, Madonna colaborou com Stephen Bray e Patrick Leonard, com quem já havia trabalhado

anteriormente. Diferentemente dos projetos anteriores, a abordagem para "Like a Prayer" foi mais orgânica, explorando diversos gêneros musicais.

"Like a Prayer" pode ser interpretada como uma narrativa sobre uma profunda experiência espiritual, mas sua letra apresenta uma ambiguidade que mescla o espiritual ao erótico, o que contribuiu para seu aspecto intrigante e, para alguns, controverso.

O videoclipe de "Like a Prayer", carregado de simbolismo e narrativas complexas, tornou-se um dos mais debatidos na carreira de Madonna. O vídeo inicia com uma cena que estabelece um diálogo sobre injustiça racial e preconceito, seguindo para a entrada de Madonna em uma igreja, onde a fusão do sagrado com o profano e a interação entre o humano e o divino são temas recorrentes.

Este período na carreira de Madonna não só evidencia sua disposição em confrontar e questionar normas sociais, mas também destaca sua capacidade de utilizar a música e o videoclipe como veículos para comentários sociais e culturais. Douglas Kellner, em "Media Spectacle" (2002), ressalta a importância de figuras públicas como Madonna na redefinição de construções sociais através da mídia, uma perspectiva que "Like a Prayer" exemplifica notavelmente.

Figura 2-Cena do vídeo “Like a Prayer” de Madonna.



Fonte: MADONNA. Like a Prayer. YouTube, 2009.

Na análise da figura 2, que retrata um momento específico do videoclipe "Like a Prayer", destaca-se a utilização de cruzes em chamas, uma imagem repleta de conotações controversas e potencialmente provocativas. Tal simbologia pode remeter a episódios sombrios associados ao racismo histórico nos Estados Unidos, particularmente os atos

perpetrados pelo *Ku Klux Klan*. Contudo, a abordagem de Madonna subverte essa simbologia, empregando-a como um manifesto de resistência e reivindicação de justiça.

No videoclipe, Madonna, trajando preto e acompanhada por um coro gospel, engaja-se em uma performance coreográfica marcada por intensidade e expressividade dentro de um contexto eclesiástico. A presença da dança e do coro gospel funciona como um elemento de contraste em relação ao caráter grave da narrativa proposta, operando como veículos para a elaboração e enfrentamento coletivos de experiências de dor e injustiça.

Ao término do videoclipe, a narrativa conduz a cantora de volta ao local do crime inicialmente testemunhado, onde ela opta por confrontar a injustiça observada. Ao apresentar-se às autoridades para esclarecer os fatos como verdadeiramente ocorreram, propicia-se a libertação do homem negro injustamente acusado, simbolizando um ato de redenção. O videoclipe sugere que a coragem de enfrentar a verdade, apesar de seu potencial doloroso, constitui um caminho para a cura e reconciliação.

Lucy O'Brien (2008), na biografia não autorizada de Madonna, aborda um episódio relevante à época do lançamento do videoclipe, referente a um contrato comercial firmado entre Madonna e a Pepsi. O acordo previa a utilização da música "Like a Prayer" em um comercial que retrataria cenas da infância da artista e sua ascensão ao estrelato. Entretanto, a exibição do videoclipe desencadeou reações adversas por parte de grupos religiosos e do público em geral, que, surpreendidos e em alguns casos ofendidos pelo conteúdo apresentado, acusaram Madonna de blasfêmia e uso inapropriado de elementos religiosos. A controvérsia ocasionou a Pepsi a retirar o comercial de circulação e a rescindir o contrato com a artista, ainda que Madonna tenha retido os lucros advindos do acordo. A despeito das reações negativas, o videoclipe "Like a Prayer" consolidou-se como um dos mais emblemáticos da carreira de Madonna, ilustrando sua disposição para provocar e desafiar convenções sociais e religiosas.

O erótico e a quebra de paradigmas

No início da década de 1990, observa-se uma subsequente transformação na persona de Madonna. Entretanto, sua projeção continuou a desafiar as convenções das representações sexuais, consolidando-a como um ícone da liberação sexual. Tal postura atraiu a atenção de segmentos específicos da população, como a comunidade LGBTQ+ e acadêmicos, que buscaram analisar e interpretar as nuances de suas imagens e letras.

Obras como *"Justify my Love", "Erotica*" e o livro "Sex" surgiram como símbolos desta fase de desconstrução de paradigmas e reinterpretação de códigos de sexualidade.

"*Erotica",* lançado em 1992, não apenas reflete a evolução musical e artística de Madonna, mas também é um testemunho do *zeitgeist* da época, abordando questões de sexualidade, identidade e feminismo de uma maneira que poucos artistas haviam tentado anteriormente.

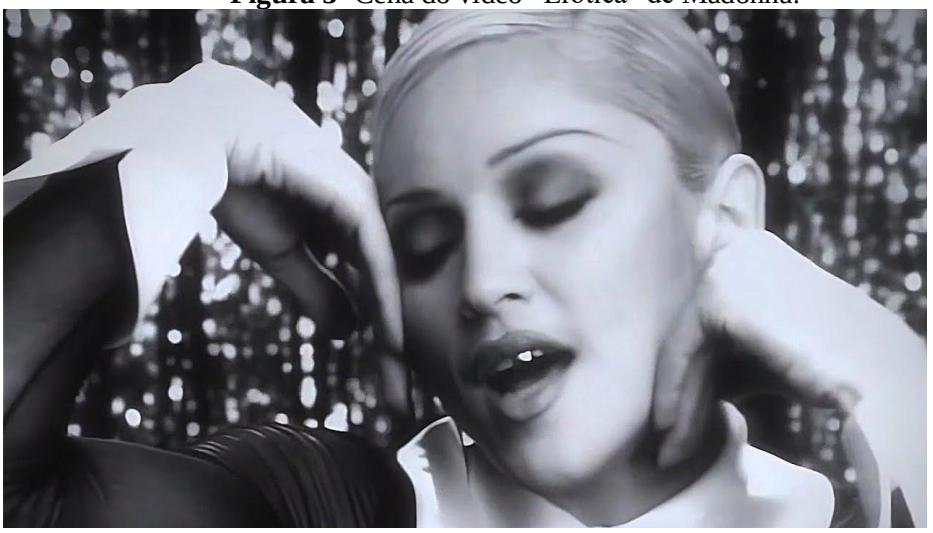
Lucy O'brian (2008) pontua que Madonna já havia solidificado seu lugar como a Rainha do Pop no final dos anos 80, graças aos sucessos de álbuns anteriores como *Like a Virgin, True Blue e Like a Prayer*. Porém, em vez de seguir uma fórmula comprovada, ela optou por desafiar novamente as expectativas do público. No período que antecedeu a gravação de *Erotica*, Madonna se envolveu em diversos projetos que destacaram fascinação pela exploração e expressão aberta da sexualidade.

A faixa-título, que se tornou um dos singles, apresenta a artista assumindo o alter ego "Dita", inspirado na atriz Dita Parlo, enquanto ela sussurra letras provocantes sobre desejo e poder. O videoclipe de *Erotica*, lançado em 1992, é uma extensão visual dos temas ousados e provocativos explorados por Madonna em seu álbum homônimo. A combinação de imagens, narrativa e simbolismo faz deste vídeo uma peça central na era "*Erotica*", representando a jornada da artista ao explorar a sexualidade e suas muitas facetas.

O vídeo inicia com um rosto parcialmente velado e uma voz distintiva, posteriormente identificada como pertencente ao alter ego de Madonna, Dita, que assume o papel de narradora provocante. O emprego de uma máscara e o tom íntimo estabelecem de imediato um clima de mistério e atração.

À medida que o vídeo progride, é revelada a escolha estética por uma abordagem que remete a filmagens caseiras, instaurando uma atmosfera *voyeurística*, como se convidasse o espectador a testemunhar momentos íntimos e reservados.

Figura 3- Cena do vídeo “Erotica" de Madonna.



Fonte: MADONNA. Erotica. YouTube, 2009.

A figura 3 traz um close no rosto de Madona enquanto ela canta o refrão de “Erótica”. O diretor e fotógrafo de moda Fabien Baron optou por gravar partes do o clipe preto e branco que remetem aos filmes dos anos 20 e 30, apresentando cenas eróticas e lúdicas que lembram tanto o cabaré quanto os primeiros filmes pornográficos.

O vídeo não se restringe a uma única narrativa linear. Em vez disso, é composto por uma série de vinhetas que exploram diferentes aspectos do desejo. Em algumas cenas, Madonna é a dominadora, controlando e dirigindo a ação ao seu redor. Em outros momentos, ela parece mais vulnerável, explorando sua própria sexualidade de uma forma mais introspectiva. Esta dinâmica de poder em constante mudança desafia noções tradicionais sobre feminilidade e desejo, sugerindo que a sexualidade não é estática, mas fluida e multifacetada.

> Madonna é a verdadeira feminista. Ela denuncia o puritanismo e a sufocante ideologia do feminismo americano, empacado num estilo de lamúria adolescente. Madonna ensinou as jovens a serem plenamente fêmeas e sexuais quando ainda têm controle de suas vidas. Ela mostra às garotas como serem atraentes, sensuais, enérgicas, ambiciosas, agressivas e engraçadas – tudo ao mesmo tempo (Paglia, 1993, p.16).

Um dos aspectos mais comentados do videoclipe é a inclusão explícita de elementos como disciplina, dominação, submissão, sadismo e masoquismo. Cenas de bondage, chicotes, e jogos de dominação são intercalados ao longo do vídeo, muitos dos quais são acompanhados pela voz sussurrante de Dita. Estas imagens foram polêmicas na época, levando muitos a acusar Madonna de glorificar práticas pervertidas. No entanto, em retrospecto, pode-se argumentar que a inclusão destas imagens foi uma tentativa de Madonna de trazer subculturas sexuais à luz e desafiar tabus sociais.

De acordo com Ana Lúcia Lima da Costa Schmidt (2021) a reação ao álbum *Erotica* e ao livro *SEX* foi polarizada. Enquanto muitos críticos aplaudiram a audácia de Madonna e sua capacidade de desafiar normas culturais, outros a acusaram de obscenidade e de tentar chocar puramente pelo choque. Havia uma sensação generalizada de que Madonna havia cruzado uma linha. Esta divisão foi evidente não apenas entre críticos e público, mas também entre varejistas, muitos dos quais se recusaram a estocar o livro "SEX".

Mas além da sensualidade aberta, o álbum também abordava temas mais sombrios. Canções como *Bad Girl* falavam de arrependimento e autodestruição, enquanto *In This Life* era uma meditação sobre a morte de amigos próximos de Madonna, muitos dos quais vítimas da AIDS.

O reencontro com a Disco Music

Antes do lançamento de "Confessions on a Dance Floor", a carreira musical de Madonna caracterizava-se pela exploração de diversos gêneros, transitando do pop característico de seus primeiros trabalhos até incursões pelo Techno e eletrônica em "Ray of Light", além de adotar um tom mais introspectivo e com ênfase em instrumentação de guitarra em "American Life". No início dos anos 2000, mudanças significativas na indústria musical, incluindo a emergência da música digital, a redução nas vendas de formatos físicos e o aumento da popularidade da cultura de casas noturnas, influenciavam o cenário musical. Nesse contexto, Madonna decidiu revisitar as influências dance de suas origens musicais, propondo-se a elaborar um álbum que homenageasse a música de pista de dança.

Madonna identificou uma tendência de nostalgia em relação aos clubes disco das décadas de 1970 e 1980, assim como um apreço pela cultura clubística original, que priorizava a música e a experiência coletiva da dança. Com a intenção de produzir um álbum com transições fluidas entre as faixas, simulando a experiência de uma noite ininterrupta em uma discoteca, Madonna buscou inspiração tanto nos clubes clássicos quanto nos contemporâneos clubes europeus, especialmente em Ibiza, notáveis por seus longos sets de DJ.

Conforme apontado por Eduardo Rodrigues (2015), para viabilizar essa concepção, Madonna retomou a parceria com o produtor britânico Stuart Price. Em contraponto às produções anteriores, mais densas e com conteúdo político em "American Life", a colaboração entre Madonna e Price para "Confessions on a Dance Floor"

privilegiou uma abordagem sonora mais leve e positiva, integrando elementos da disco music, electro e pop dos anos 1980.

> *Confessions on a Dance Floor* é um álbum tipicamente dançante sem nenhuma balada na sua setlist, foi feito para ser escutado sem pausa. O foco de Madonna era trazer um som tipicamente radiofônico em suas 12 faixas, estratégia que a colocaria de volta ao topo das paradas mundiais, mas mostraria mais uma vez a sua capacidade de reinvenção. Outro objetivo era retomar a popularidade da cantora, e por isso ela recorreu aos momentos em que decolou na sua carreira: as músicas com teor dance (Rodrigues, 2015, p.13).

Hung Up é a faixa mais popular do álbum *Confessions on a Dance Floor* de Madonna, lançado em 2005. Musicalmente, a canção se destaca pelo uso do sample de *Gimme! Gimme! Gimme! (A Man After Midnight)* do ABBA, um hit dos anos 70. No entanto, mais do que um mero exercício nostálgico, a letra de *Hung Up* oferece uma introspecção profunda sobre a passagem do tempo, o amor e a busca da aceitação.

O refrão da canção versa sobre a lenta passagem do tempo para aqueles que esperam por algo ou alguém. Esta é uma reflexão sobre a ansiedade e impaciência que muitas vezes sentimos em nossas vidas, seja esperando por um amante, uma oportunidade ou uma mudança. O tempo é retratado como uma entidade implacável, algo que não pode ser controlado ou negociado.

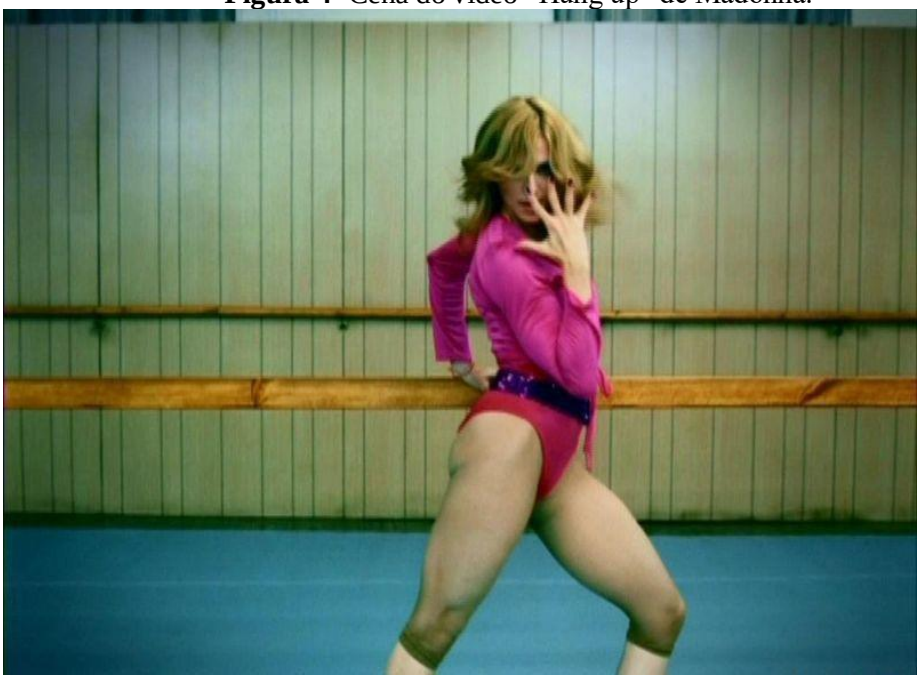
> É Madonna explorando, inteligentemente, a sua zona de conforto: a pista de dança. Toda a construção diferenciada do álbum reflete que a necessidade de retornar aos "charts" a qualquer custo é uma primazia da indústria fonográfica: um artista que está no topo das vendas é sinônimo obrigatório de qualidade e consequentemente será mais consumido. Isso pode explicar, por exemplo, o fato de Madonna ter demorado apenas dois anos para lançar *Confessions on a Dance Floor,* já que é sabido que ocorre muita pressão da gravadora nesses trâmites porque a imagem do artista tende a ficar atrelada ao álbum anterior (Rodrigues, 2015, p.14).

A canção também se aprofunda nos desafios dos relacionamentos. Madonna canta sobre dar todo o seu amor a alguém, mas ainda se sentindo rejeitada. A cantora, conhecida por sua força e independência, insinua a importância de reconhecer o próprio valor e não permitir que outros ditem nossa felicidade.

O produto dirigido por Johan Renck, é uma homenagem à cultura dance e à expressão através do movimento, mesclando elementos de nostalgia e modernidade. Ele combina coreografias marcantes, cenários variados e simbolismos que se aprofundam nos temas da canção.

O vídeo clipe inicia com a imagem de um relógio, ecoando o tema do tempo que é tão proeminente na letra da canção. Madonna é vista em um estúdio de dança, vestindo um collant rosa e meias arrastão, remetendo à imagem de uma dançarina clássica, como podemos observar na figura 4.

Figura 4- Cena do vídeo "Hung up" de Madonna.



Fonte: MADONNA. Hung Up. YouTube, 2009.

Na análise da imagem 4, identifica-se que o diretor Johan Renck enfoca aspectos físicos específicos da cantora, nomeadamente os membros inferiores, enquanto ela realiza gestos com as mãos, aspecto recorrente em sua videografia que remete à temática da sensualidade.

A estética do videoclipe evolui para incorporar elementos visuais mais contemporâneos e urbanos, exemplificados pelo uso de botas de plataforma e uma jaqueta preta por Madonna. Observa-se um diálogo entre o tradicional e o moderno, não apenas no vestuário, mas também nos cenários variados, que incluem ruas urbanas, uma lanchonete e um clube noturno, refletindo um tema recorrente de contraste.

A coreografia constitui um elemento central do videoclipe, com Madonna demonstrando competência na dança e apresentando movimentos que são acessíveis para reprodução. O videoclipe se caracteriza pela inclusão de diversos estilos de dança, abrangendo desde o *breakdance* até a dança contemporânea, evidenciando a diversidade da expressão corporal.

Cenas de dançarinos realizando movimentos acrobáticos em uma lanchonete e outros dançando espontaneamente em espaços públicos, como ruas e metrôs, intercalam-

se com momentos de Madonna dançando em um estúdio, sugerindo uma interconexão entre a dança enquanto forma de arte estabelecida e as manifestações mais espontâneas presentes na cultura urbana.

Elementos simbólicos adicionais permeiam o videoclipe, como o recorrente piscar de relógios, aludindo à temática lírica da música que contempla a passagem do tempo e a experiência da espera. O videoclipe também destaca a noção de comunidade, demonstrada pela união de indivíduos de diferentes idades, etnias e origens, juntos pela música e dança, especialmente na sequência do clube noturno.

Hung Up emerge como uma obra que celebra a dança e a expressão humana, mesclando influências estéticas retrô e contemporâneas, e refletindo a habilidade de Madonna em transitar entre diferentes eras e estilos. O videoclipe não apenas complementa a música, mas também oferece uma exploração visual que aprofunda os temas da obra, ressaltando a dança e a música como forças capazes de transcender divisões e fomentar a união.

Dark Ballet: Simbolismo e provocação.

Mais de uma década após o lançamento de "Hung Up", a obra videográfica de Madonna continua a ser objeto de análise e debate, exemplificado pelo videoclipe de "Dark Ballet" do álbum "Madame X".

O videoclipe inicia-se com uma citação de Joana d'Arc, "Eu não vou ceder à acusação de heresia", estabelecendo imediatamente os temas de perseguição, resistência e fé para a narrativa visual. A introdução da figura histórica de Joana d'Arc, condenada por heresia, prenuncia uma exploração de injustiça, marginalização e a luta contra opressões.

Mykki Blanco, artista transgênero e queer, interpreta Joana d'Arc, trazendo à tona questões contemporâneas de transfobia e homofobia. A representação de Blanco em uma cela, retratando o sofrimento e o conflito interior, ressoa com as experiências de indivíduos marginalizados pela sociedade atual.

À medida que o vídeo se desenvolve, são apresentadas várias imagens religiosas, com a cruz como símbolo recorrente, remetendo à devoção de Joana d'Arc e ao papel significativo da religião em sua vida e execução. Essas referências não somente evocam a história de Joana d'Arc, mas também comentam sobre o uso dual da religião como fonte de inspiração e instrumento de opressão.

Em uma cena particular, observada na figura 5, a execução de Blanco, representando Joana d'Arc, na fogueira pode simbolizar os julgamentos enfrentados por muitos na comunidade LGBTQ+, evidenciando o paralelo entre o martírio histórico e as perseguições contemporâneas contra minorias sexuais e de gênero.

Figura 5- Cena do vídeo “Dark Ballet” de Madonna.



Fonte: MADONNA. Dark Ballet. YouTube, 2019.

Na produção do videoclipe "Dark Ballet", Madonna assume uma participação discreta, limitando sua presença visual, o que se pode interpretar como uma decisão deliberada para enfatizar a mensagem do vídeo e a atuação de Mykki Blanco. Esta escolha sugere uma intenção de priorizar a temática abordada sobre a figura da artista.

A recorrência de simbologia religiosa é um aspecto notável no conjunto da obra de Madonna. "Dark Ballet" se distingue pelo uso da religião não apenas como elemento estético, mas como parte de uma discussão mais ampla que visa questionar e reexaminar conceitos previamente estabelecidos. Através da inclusão de questões religiosas, o vídeo propõe uma análise que transcende a superficialidade, engajando-se em um diálogo interseccional que abrange sexualidade, identidade de gênero e crenças religiosas.

Essa perspectiva interseccional, que entrelaça sexualidade, identidade de gênero e espiritualidade, posiciona Madonna como uma figura proeminente na evolução da videografia musical. Mesmo ao tratar de temas recorrentes em sua carreira, a abordagem adotada por Madonna se destaca por sua capacidade de provocar reflexão, apresentando-se como renovada e desafiadora, ao explorar dimensões tanto atemporais quanto historicamente contextualizadas.

Considerações finais

Madonna é reconhecida por sua contribuição significativa à música pop, marcando a indústria com sua abordagem inovadora desde o início de sua carreira na década de 1980. Seus videoclipes, além das composições musicais, desempenham um papel central em sua expressão artística, funcionando como plataformas para narrativas visuais que acompanham e, ocasionalmente, ampliam o conteúdo lírico de suas músicas. A partir de produções iniciais como Lucky Star e Material Girl, Madonna consolidou sua posição como uma artista que transcende a performance musical para incorporar elementos de narrativa em seus videoclipes, empregando simbolismo, metáforas e enredos que dialogam com as temáticas de suas canções.

Por meio de trabalhos como Like a Prayer, a artista engajou-se em discussões envolvendo religião e questões raciais, provocando reações de grupos religiosos. Em videoclipes como Erotica e Justify My Love, Madonna abordou a sexualidade de maneira direta, uma abordagem até então pouco explorada por outros artistas. Seus trabalhos frequentemente destacam temas de empoderamento feminino, autonomia e independência, seja questionando a cultura materialista em Material Girl ou celebrando a expressão da sexualidade feminina em Hung Up.

Referências

AUMONT, J. *A estética do filme*. Campinas: Papirus, 1995.

BRANDINI, Valéria**.** Panorama histórico – MTV Brasil. In: PEDROSO, Maria Goretti; MARTINS, Rosana. *Admirável Mundo MTV Brasil.* São Paulo: Saraiva, 2006.

CANO, Marcio Rogerio de Oliveira (coord.) *A Reflexão e a pratica no ensino*. São Paulo: Blucher, 2012.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll:* uma história social. Ed. 2. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GASPARELLI, Luiz Guaracy Jr. Mosaico e hipertexto nos videoclipes Vogue, de Madonna. *Revista de estudos e linguagem e tecnologia*, v.2, n.1, 2009. Disponível em: http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/10/125 . Acesso em: 5 fev. 2024.

KELLNER, Douglas. *Media Spectacle*. Londres: Routledge, 2002.

MADONNA. Dark Ballet. YouTube, 6 jun. 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6Uagw4zser8. Acesso em: 10 jan. 2024.

MADONNA. Erotica. YouTube, 26 out. 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WyhdvRWEWRw. Acesso em: 5 jan. 2024.

MADONNA. Hung up. YouTube, 26 out. 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EDwb9jOVRtU. Acesso em: 25 jan. 2024.

MADONNA. Like a Prayer. YouTube, 26 out. 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=79fzeNUqQbQ. Acesso em: 22 jan. 2024.

MADONNA. Material Girl. YouTube, 25 ago. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6p-lDYPR2P8. Acesso em: 11 jan. 2024.

MADONNA Regularly Ripped Off Marilyn Monroe. *Madonna Blows Chunks*, out. 2021. Disponível em: https://mbcantim.wordpress.com/madonna-is-unoriginal-index-page/madonna-regularly-ripped-off-marilyn-monroe/. Acesso em: 5 fev. 2024.

MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. Lisboa: Dinalivro, 2005.

O'BRIAN, Lucy. *Madonna 50 Anos:* A Biografia do Maior Ídolo da Música Pop. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PAGLIA, Camille**.** *Sexo, Arte e Cultura Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RODRIGUES, Eduardo. Confissões da Indústria Musical: Madonna e a Arte de se Reinventa5. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, XVII, 2015, Natal. *Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.* Natal: Intercom, 2015. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-1675-1.pdf . Acesso em: 5 fev. 2024.

SANTOS, Bárbara; SOARES, Thiago. As Contradições do Feminino no Videoclipe "Express Yourself" de Madonna. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2014, João Pessoa. *Anais Eletrônicos XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.* João Pessoa: Intercom, 2014. Disponível em: < https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-0636-1.pdf> . Acesso em: 5 fev. 2024.

SCHMIDT, A.L.L.C; MOZER, C. C. S; PADILHA, L. M; TELES, L. E. Erotica: um impacto na sociedade e a suposta conquista de liberdade das mulheres. *REVISTA TRANSFORMAR*, Itaperuna (Rio de Janeiro), v. 12, n. 2, p. 120-128, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/anala/Downloads/636-1370-1-SM.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

Artigo recebido em 28/09/2023

Aceito para publicação em 28/02/2024

PERCURSOS METODOLÓGICOS SOBRE HISTÓRIA DA IMPRENSA E GÊNERO NO SÉCULO XIX

METHODOLOGICAL PATHS ON HISTORY OF THE PRESS AND GENDER IN THE 19TH CENTURY

Cristiane de Paula RIBEIRO[1]

Resumo: O artigo discute os novos caminhos metodológicos traçados no campo da História da Imprensa devido as contribuições levantadas pelas epistemologias feministas. A partir de uma ampliação de fontes e com o intuito de interpretar a mudança social do período aqui proposto, século XIX, buscamos uma ressignificação sobre o que aqui chamamos de progressão da profissão de jornalista para mulheres no Brasil. Para isso, além de periódicos produzidos por elas, utilizamos documentos comerciais, da instrução pública, da imprensa diária e cartas pessoais. O intuito é o de dar uma densidade analítica sobre a História que queremos contar, identificada a partir de uma desigualdade de gênero estruturada e que requer uma análise mais detida sobre as especificidades sociais que levaram a produção dos jornais e do acesso feminino na imprensa.
Palavras-Chave: História da Imprensa, Gênero, Mulheres Jornalistas.

Abstract: This article explores new methodological paths in the field of Press History, driven by contributions from feminist epistemologies. By expanding the range of sources and focusing on the social changes of the nineteenth century, we aim to reinterpret the progression of the journalism profession for women in Brazil. In addition to journals produced by women, we utilize commercial documents, public instruction records, daily press articles, and personal letters. Our goal is to provide analytical depth to the history we seek to narrate, emphasizing the gender inequality that structured this period and necessitating a detailed analysis of the social specificities that influenced the production of newspapers and women's access to the press.
Keywords: History of the Press, Gender, Women Journalists.

Introdução

As pesquisas sobre imprensa no Brasil avançaram bastante desde os seus primórdios, sejas nas análises dos impressos, jornais ou revistas, enquanto objetos de pesquisa ou como fontes e até mesmo os dois (Luca, 2005). O campo é bastante vasto e tem trazido valiosas contribuições. Todavia, outras discussões fomentadas recentemente relacionam-se a ampliação no uso das fontes para a compreensão do jornal. Nessa perspectiva, documentos literários, judiciais, comerciais, criminais, cartoriais e jurídicos dão outra dimensão a interpretação dos periódicos e de sua circulação, expandindo para além das ideias publicadas[1]. Indo um pouco além, é possível afirmarmos também as novas contribuições ao campo fomentadas pelas epistemologias feministas, que revolucionou

1 Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5177-2807.

de maneira significativa os saberes, trazendo as relações de gênero e as desigualdades estruturadas por ela para o centro das discussões.

A consolidação das epistemologias feministas na História aconteceu tardiamente, e as pesquisadoras responsáveis por esse processo enfrentaram uma série de adversidades, especialmente de seus colegas de profissão. A área só se constituiu efetivamente como um campo de pesquisas na década de 1990 com o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas com características próprias, ainda que em meado de 1970 a categoria "mulher" já aparecesse em algumas produções. Segundo Branca Zilberleib, "ganhar um nome é também ganhar uma especificidade e, mais do que isso, o ato de nomeação foi crucial para que a área ganhasse realidade" (Zilberleib, 2022, p. 132).

Graças a crítica construída por esse campo foi possível questionar status, conceitos, teorias e metodologias concebidas e destinadas unicamente para experiências masculinas, ocidentais e brancas, por muito tempo consideradas como universais pela historiografia. Isso obviamente deixou resquícios nas produções sobre a História da Imprensa. Como os jornais e revistas eram locais de predominância masculina, as recentes pesquisas têm avançado em revisitar muito do que se conhece até então. Segundo Margareth Rago, "os estudos feministas inovam na maneira como trabalham com as multiplicidades temporais, descartando a ideia de linha evolutiva inerente aos processos históricos" (Rago, 1998, p. 12), uma forma de propor novas inteligibilidades a antigos saberes.

Deste modo, as bases teóricas do estudo aqui realizado têm raízes no campo intelectual do feminismo. Por conseguinte, suas preocupações são interpretativas e críticas às estruturas que se perpetuaram historicamente dando vantagens ao sexo masculino, em que o patriarcado assume destaque. Em um estudo ímpar desenvolvido ainda na década de 1970, Gerda Lerner (2019) indicou que a subordinação das mulheres aos homens é mais antiga do que a própria civilização. Para a autora, essa história antecede o próprio capitalismo, uma vez que o controle dos corpos femininos esteve na origem de todas as formas de opressão. Ela também apontou que a escravização das mulheres nas sociedades antigas foi um passo fundamental no desenvolvimento e na elaboração das instituições patriarcais, o que remonta há aproximadamente 4000 anos a.C. Por isso, a compreensão da História das Mulheres é tida como um dos primeiros passos para a emancipação, e por isso escrevê-la sobre um viés epistêmico crítico é fundamental.

Ainda hoje, cinco décadas depois, as pesquisadoras feministas encontram muitos desafios teóricos no desenvolvimento de seus trabalhos. Por exemplo, a própria pesquisa

aqui apresentada poderia ser pensada como pertencente unicamente ao campo das epistemologias feministas, sem considerar a tamanha contribuição propiciada para a História da Imprensa. Como se os trabalhos sobre as mulheres fossem uma aba marginalizada para os outros campos da História. As teorias existentes, consolidadas e validadas por nossos colegas homens, muitas vezes não cumprem com o papel crítico de compreender as especificidades colocadas, estando em constante instabilidade analítica para as explicações propostas, uma vez que as especificidades das mulheres não são consideradas. Para Sandra Harding, por exemplo:

> O trabalho reprodutivo específico das mulheres, o trabalho feito com a emoção, o trabalho "mediador", desaparecia, então, no interior do esquema conceitual da teoria marxista, tornando-as invisíveis como classe ou grupo social agente do conhecimento. [...] Essa corrente feminista fundamenta sua epistemologia numa teoria alternativa do trabalho, melhor dizendo, da atividade propriamente humana, e pretende substituir o proletariado pelas mulheres ou as feministas (as opiniões diferem) como agentes potencialmente ideais do conhecimento (Harding, 2019, p. 105).

O desafio colocado por Sandra Harding e outras estudiosas, no qual também nos inserimos, é o de compreender os privilégios de classe atinente a condição das mulheres analisadas, complexificando a visão da teoria marxista e de outras já existentes, e trazendo um olhar para as particularidades da teoria feminista. Nessa acepção, Maria Odila Leite da Silva Dias corrobora com o nosso argumento ao apontar que: "os estudos feministas participam ativamente do processo de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível a necessidade de determinar novos métodos mais condizentes com a política das mulheres" (Dias, 2019, p. 358). A crítica a totalidades universalizantes tem sido a principal estratégia adotada por pesquisadoras feministas, compreendendo que "o saber teórico implica também um sistema de dominação" (Dias, 2019, p. 359).

O uso do gênero como categoria de análise nos estudos feministas ajuda a analisar as construções sociais que foram impostas aos gêneros masculino e feminino, a partir de um sistema dogmático de crenças tomado como natural e, além disso, profundamente enraizado na cultura, nos valores, nos costumes e nas instituições. Como bem lembrou Joan Scott, "o termo também é utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro" (Scott, 1995, p. 75), isto é, não podem ser pensados separadamente, mas sempre de forma relacional. As abordagens que esses estudos propiciaram para a História da Imprensa são poderosas no sentido de investigar a gênese do processo de inserção feminina no jornalismo, suas transformações e colaborações para a área. Mesmo

caracterizadas como amadoras ou realizando um trabalho de menor valor, constatamos muitas mulheres atuando como escritoras, jornalistas, redatoras, tipógrafas e até mesmo como repórteres ao redor do mundo no decorrer de todo o século XIX, o que comprova que essa História ainda precisa ser contada, questionada e inserida de fato nos estudos sobre História da Imprensa.

Existe uma copiosa literatura sobre a História da Imprensa no Brasil que tem contribuído para novas descobertas na formação de nossa sociedade (Vianna, 1945; Zicman, 1985; Sodré, 1999; Neves; Morel; Ferreira, 2006; Morel, 2007), que remontam seu início ao século XIX. Nessa ocasião, os intelectuais do IHGB produziram obras analisando a constituição da imprensa no país pós instalação da Imprensa Régia, em 1808. O uso dos jornais enquanto fontes têm sido de grande valia para as pesquisas históricas e, segundo Maria Helena Capelato, o jornal

> é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas (Capelato, 1988, p. 21).

A infinidade de periódicos publicados ao longo do século XIX no Brasil tem possibilitado uma série de pesquisas sobre aquela sociedade, trazendo aspectos políticos, sociais e econômicos que estruturavam as relações, sobretudo levando em consideração a escravidão e o sistema paternalista arraigado nas tradições, em que a evolução da imprensa seguiu a evolução capitalista, como já apontou Nelson Werneck Sodré (1999). As publicações diárias feitas em jornais possibilitaram a nós, pesquisadores e pesquisadoras, desbravar inúmeras especificidades perdidas em notas sem importância, não sem fazermos apontamentos sob o nosso olhar crítico, claro.

As pesquisadoras feministas, na maioria das vezes, não se interessam unicamente às notícias que apareceram com destaque na primeira página, normalmente as de viés político, mas sim aquelas notinhas de imprensa que passaram despercebidas aos olhos de uma ciência masculina, tanto na época de sua circulação como nas análises historiográficas posteriores. São nesses lugares que encontramos histórias particulares sobre sujeitos invisíveis, como mulheres, negros e indígenas ocupando postos de trabalho invisíveis e precários espalhados pelas cinco regiões do Brasil.

Um anúncio sobre a venda de um escravizado publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro em meados de 1860, por exemplo, pode trazer uma série de apontamentos sobre a normalização do racismo em práticas estruturais arraigadas desde longínquos anos no país. Igualmente, uma nota sobre o falecimento de alguma senhora

que atuou nas letras pode ajudar a descortinarmos informações sobre suas relações pessoais, a luta pela igualdade de condições no meio intelectual e as desigualdades raciais vigentes no período. Nesse sentido, para Silvana Mota Barbosa,

> interessa-nos a palavra, mas ela não nos diz tudo. As perguntas que fazemos caminham no sentido de entender quem escreve, o que escreve, como escreve e onde. E com quem convive, de quem nos fala. Trata-se de pensar temas da política, mas sempre mantendo os olhos abertos para enxergar as pessoas que a põem em prática. As dobras de um texto são explicitadas na pena que escreve, que, por sua vez, ilumina outras tantas facetas (Barbosa, 2020, p. 9).

Com esse olhar, imbuídas por uma crítica feminista (Scott, 1995; Rago, 1998; Perrot, 2005; Hirata, 2008; Lerner, 2019; Harding, 2019; Vergès, 2020), buscamos demonstrar percursos metodológicos que respondam a questionamentos a partir da combinação com outras fontes vinculadas as informações retiradas do jornal. Assim, uma notinha pode nos levar a um universo desconhecido dentro de processos judiciais, criminais ou até mesmo sobre a organização capitalista em torno da venda de determinado produto. De modo análogo, foi com esse mesmo olhar que nomes de mulheres antepassadas figuraram entre as produções recentes, possibilitando novas formas de pensar o jornalismo pela pena feminina e suas produções ao longo do século XIX.

Com as epistemologias feministas foi possível resgatar os periódicos e as lutas das mulheres por direitos, trazendo uma infinidade de nomes à tona, são eles: Joana Manso de Noronha, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, Amélia Carolina da Silva Couto, Josephina Álvares de Azevedo, Ignez Sabino Pinho Maia, Adelina Lopes Vieira, Júlia Lopes de Almeida, Corina Coaracy e tantas outras (Lobo, 2009; Souto, 2013; 2019; Silva, 2021; Trevisan, 2021; Ribeiro, 2023). Produções sobre suas trajetórias, sobre os periódicos por ela redigidos, as suas obras publicadas, as lutas travadas pela igualdade de gênero e tantas outras existem aos montes, contribuindo para a consolidação de um campo de pesquisa em vigor no país.

Já não é possível afirmações de que a História da Imprensa é constituída apenas por um viés estritamente político e masculino que moldou todo um campo desde o século XIX, quando as produções sobre o tema saíam do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). O campo se transformou e permanece em transformação contínua graças as produções feministas, ainda bem. Ampliando o leque das análises para outras regiões fora do Rio de Janeiro, a mesma constatação se repete e encontramos produções com iguais questionamentos no Norte do país, em que a imprensa foi fundamental para que vozes dissonantes ao discurso escravocrata e paternalista pudessem circular e,

principalmente, dando a devida atenção as especificidades de cada localidade (Pinheiro, 2015; Souza, 2020).

Tendo como fio condutor os jornais, buscamos contar uma História da Imprensa que consiga dar inteligibilidade a produção escrita da folha junto a uma análise mais ampla sobre o processo que envolveu as trabalhadoras por detrás da produção, com particular atenção para a progressão profissional de mulheres. A nossa análise está detida no Rio de Janeiro, e aqui o *Jornal das Senhoras*, o *Bello Sexo*, *O Sexo Feminino*, *O Domingo*, *A Primavera*, *A Voz da Verdade*, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, o *Echo das Damas* e *A Família* são analisados conjuntamente, dando dinamicidade ao que a historiografia tendeu a isolar. Ao compreendermos essas folhas de maneira conjunta estamos priorizando a compreensão do processo em transformação pelo acesso das mulheres na imprensa, inserindo-as como agentes constituintes da profissionalização jornalística.

Para além dos jornais, as fontes analisadas são variadas e encontram-se majoritariamente espalhadas nos arquivos do Rio de Janeiro. Os jornais são apenas o nó que possibilita a amarração necessária as interpretações propostas. Investigamos um universo muito mais amplo e que pelos rastros longínquos acessou outros lugares. Na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, encontramos as coleções de todos os periódicos aqui analisados. Porém, na medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, tivemos a necessidade de ampliar as buscas para outros lugares. No Arquivo Nacional, encontramos a documentação da Junta Comercial, no Arquivo Geral da Cidade, requerimentos e relatórios da Instrução Pública, e na Fundação Casa Rui Barbosa o arquivo pessoal de uma personagem importante para a profissionalização das mulheres na imprensa – Corina Coaracy.

A investigação perpassou, assim, por séries documentais e arquivos variados, que permitiu encontrar vestígios importantes sobre aquelas que transitaram pelo jornalismo em um período de intensas transformações na profissão. Apenas por esse caminho conseguimos perceber que o lançamento de periódicos dirigidos por mulheres não foi apenas para que suas vozes fossem ouvidas, mas um caminho inicial rumo ao exercício da profissão ao lado de seus colegas homens. Essa perspectiva metodológica permitiu apontarmos as diferenças e similaridades no decorrer das décadas em termos de publicação, mas também as personagens envolvidas, que não ficaram indiferentes aos desafios que o tempo e as transformações tecnológicas impunham.

A História da Imprensa que queremos contar está ancorada nas epistemologias feministas e, conjuntamente, busca no social explicações sobre as personagens que

produziram na imprensa. Interessa-nos uma análise sobre o lugar das mulheres na sociedade em geral, muito além do jornal por elas produzidos, mas os caminhos traçados sobre a reivindicação pelo acesso, seguido pela permanência na imprensa e a igualdade na profissão. A primeira constatação a ser considerada é que inicialmente elas lançaram seus jornais como estratégia de dar eco a suas vozes e, seguidamente, reivindicaram também o espaço hegemônico, ou seja, as folhas produzidas por homens e a ocupação de espaços públicos, como as sociedades anônimas jornalísticas e os escritórios de trabalho.

É importante ressaltar, no entanto, que a análise proposta não pode ser pensada em igualdade com o processo que envolveu a profissionalização masculina, isso porque as condições jamais foram as mesmas. Os caminhos enfrentados pelas mulheres em busca do acesso e da valorização no trabalho jornalístico seguiu caminhos completamente diferentes e fora das instituições constituídas para a validação da categoria, tendo que driblar as inúmeras barreiras de gênero que impactaram qualquer progressão na carreira e que criava outras hierarquias (Perrot, 1987). Muitas, inclusive, exerceram outros ofícios, o qual é possível dar atenção para o magistério, uma das poucas profissões abertas às mulheres no período.

A reivindicação profissional jornalística por parte das mulheres seguia uma manifestação política associada a exclusão histórica delas dos espaços legitimados pelos homens e consolidados mediante a conformação de práticas e normas criadas por eles próprios. Assim, enquanto muitos homens de letras foram muitas outras coisas, como médicos, funcionários públicos, políticos, professores, comerciantes, farmacêuticos, advogados e jornalistas, sem serem questionados por isso, as mulheres forram unicamente mães e esposas; e a justificativa que prevaleceu (e ainda prevalece) no imaginário social existente é que elas não podiam extrapolar esse espaço.

Explicando percursos: a análise de jornais femininos e a progressão profissional da mulher jornalista

A descoberta de que as mulheres ocuparam o jornalismo não é recente. No Brasil, o século XIX é o marco para as discussões sobre as reivindicações feministas em circulação na imprensa, as quais algumas ousaram ao lançarem seus próprios jornais para falar sobre a inferioridade dos sexos. A pena foi a principal arma de luta utilizada em todo o Oitocentos, e com elas muitas publicaram obras e textos jornalísticos que ganharam notoriedade entre os círculos intelectuais do período. Foi no ano de 1852 que inaugurou o primeiro jornal feito por e para mulheres, o *Jornal das Senhoras*. Ele é considerado o

marco para as discussões fomentadas sobre a transformação pelo acesso feminino no jornalismo, isto é, a profissionalização das mulheres nesse espaço.

Ao longo do século XIX o simbolismo da palavra impressa só cresceu. Em meados da década de 1850, período aqui delimitado, ainda que o analfabetismo fosse uma realidade concreta, não podemos desconsiderar o acesso a palavra impressa também pela oralidade. Assim, não há motivo para não compreender os escravizados e as escravizadas também como público de leitores e leitoras da imprensa (Barbosa, 2010), complexificando as informações sobre as mulheres que tiveram acesso aos jornais direcionados a elas. É muito difícil imaginar que meninas de classes populares não imaginassem a realidade narrada por aquelas folhas como um futuro distante que almejavam para as suas vidas.

A análise dos jornais inaugurados por mulheres ao longo do século XIX (*Jornal das Senhoras, Bello Sexo, O Sexo Feminino, Echo das Damas, A Família*), localizados na coleção da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, por Maria Thereza Cayubi Crescenti Bernardes trouxe uma nova perspectiva para os estudos sobre a História da Imprensa. Segundo a autora, as reivindicações colocadas pelas jornalistas orientaram-se em 5 pontos principais, sendo eles: igualdade de direitos entre homens e mulheres, melhores níveis educacionais, reconhecimento de profissões e de certas atividades, reforma da legislação matrimonial e direito de voto e elegibilidade (Bernardes, 1988, p. 134). A partir de uma análise sociológica, a autora organizou um repertório importante sobre as reivindicações colocadas nos impressos inaugurados por mulheres, bem como a consolidação de uma rede feminina com objetivos similares.

Desde então, uma série de pesquisas retornaram aos jornais por ela analisados sobre perspectivas diversas. Elas trouxeram contribuições significativas para as produções sobre a História da Imprensa e as relações de gênero (Muzart, 2003; Buitoni, 2009; Duarte, 2016), que ganharam novos contornos dentro dos departamentos de História, tendo em vista que a historiografia das mulheres e das relações de gênero consolidou-se tardiamente no âmbito acadêmico. As folhas possibilitaram o resgate de escritoras desconhecidas, trazendo uma infinidade de personagens que questionaram o *status quo* que tratava como natural a inferioridade entre os sexos.

As ideias presentes nos jornais possibilitaram levantar informações diversas, seja sobre a trajetória das jornalistas como sobre os objetivos traçados e as redes de sociabilidade construídas ao redor da publicação. Muitas vezes essas folhas foram analisadas isoladamente, focando em informações mais precisas sobre o formato, sua redatora e suas colaboradoras, período de circulação, temas publicados, recepção dos

pares, problemas enfrentados com a impressão, dificuldades para permanência com a circulação, a luta pela educação, pelo acesso as universidades e ao mercado de trabalho. Descobertas e questionamentos possíveis apenas pelo uso dos jornais como fonte de análise, ou seja, nesse caso os jornais escolhidos eram não apenas objeto de pesquisa como também a fonte utilizada para as conclusões propostas. De nossa parte, propomos uma ampliação na análise ao revisitarmos as páginas desses mesmos jornais, ressignificando a História a partir de uma ampliação no uso das fontes. Vamos aos exemplos.

Em 1852, no Rio de Janeiro, Joana Manso de Noronha inaugurava o *Jornal das Senhoras*, um periódico que transgredia toda a ordem hegemônica ao ser produzido por mulheres e direcionado para mulheres. Logo na primeira edição, Manso ironizou o estranhamento que a sociedade teve com a inauguração do jornal, apontando que "ora, pois, uma senhora a testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será?" (Jornal das Senhoras, ed. 1, 1 jan. 1852). A novidade surgia com o intuito de questionar os lugares que as mulheres estavam aptas para ocupar, propiciando reflexões para o incipiente feminismo que começava a germinar em território brasileiro.

Ao longo das edições do *Jornal das Senhoras*, que circularam entre os anos de 1852 e 1855, é possível constatar reivindicações sobre o acesso feminino à educação, em que a igualdade de condições estava sendo pleiteada. Entretanto, provavelmente com o intuito de chegar até muitas casas de família e de serem aceitas, a redação optou por um projeto editorial mais descontraído e que tivesse como o fio condutor as modas. Aqui queremos evidenciar o quanto isso foi estratégico, já que falar sobre modas e suas implicações era considerado da alçada feminina, constituindo papéis de gênero muito bem delimitados. Foram as mulheres quem teceram comentários sobre fazendas, acessórios, acompanharam as tendências estrangeiras e frequentaram pessoalmente as lojas na rua do Ouvidor. Muitos consideravam isso como "futilidades" inerentes a seus papéis de gênero, junto a temas de culinária e bons modos.

Segundo Marie-Eve Thérenty (2019), foi nos jornais de moda francesa que as mulheres encontraram liberdade para tomar posições mais críticas em suas crônicas, apontando nas sutilezas questões políticas, econômicas e sociais mais amplas. Começou-se a utilizar, por exemplo, a expressão "modista das letras", numa disposição inicial de inseri-las no universo da escrita como espaço de trabalho. Segundo a francesa, o maior motor econômico do jornal era a coluna de moda — "elle finance généralment entièrement le journal" (Thérenty, 2019, p. 43). Em parte, constatamos o mesmo nas páginas do *Jornal das Senhoras* – a moda ocupou grande espaço nas publicações, sendo

através dela que outros temas se desdobravam. Ao longo dos 4 anos de circulação do *Jornal das Senhoras* alguns nomes de notabilidade nos círculos comerciais da indumentária constaram entre as crônicas, artigos e anúncios publicados, são eles: as modistas Mme. Barat, Mme. Hortence Laccarrière e Mme. Josephine Meunier, junto ao armazém dos irmãos Wallerstein.

Com essa constatação foi necessário investigar um outro universo – aquele associado a produção da moda e a circulação capitalista do dinheiro -, que organizava não apenas as hierarquias de gênero, mas também as hierarquias raciais. Além dos infinitos anúncios dos serviços em jornais espalhados pela Corte, existia o local onde esses comércios eram inscritos para poderem funcionar e onde encontramos uma infinidade de trabalhadores e trabalhadoras. Assim fizemos, iniciamos nossas buscas desbravando a documentação da Junta Comercial, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, órgão incumbido pela gerência legal das sociedades firmadas. Lá encontramos empresas sendo criadas ao longo do século analisado, sendo muitas delas voltada para o comércio das modas presente no centro da cidade, especialmente a Rua do Ouvidor e suas imediações. Dada a importância da rua do Ouvidor como o coração comercial do Rio de Janeiro, ali se estabeleceu como a região que mais recebia mercadorias europeias. Por isso, era lá que as mulheres abastadas iam gastar dinheiro e passar o tempo, ocasionando uma grande circulação de dinheiro. Esse era o espaço que as leitoras do *Jornal das Senhoras* iam passar horas de seu precioso tempo de ociosidade.

Na imensidão da documentação encontramos criações de sociedades anônimas com altos investimentos de capitais veiculadas ao respectivo comércio, sejam armazéns ou armarinhos com produtos e acessórios variados como as grandes casas de modistas, sobretudo aquelas criadas por estrangeiras. Esse é o caso da sociedade anônima *Modas em Josephine Lambert e Cia*, criada por Josephine Gaubin Lambert, francesa, e José Gonçalves Lopes Viana, português, já em maio de 1873[2], duas décadas depois da inauguração do *Jornal das Senhoras*

O comércio, como de costume, foi estabelecido na rua do Ouvidor, n. 136, e reflete esse universo do *bom-tom* constatado pelas páginas do *Jornal das Senhoras*. A produção final da folha era reflexo de um mercado capitalista mais amplo relacionado a circulação de pessoas na Corte. Por isso, as jornalistas responsáveis associaram as reivindicações por mais direitos ao tema que venderia entre seu público de leitoras, o qual definiram como de *bom-tom*, ou seja, aquele de mulheres letradas, de maioria branca e de classe média com poder aquisitivo de compra do que as folhas estavam vendendo.

Na circunstância, cada sócio entrou com metade do capital total, no valor de dezessete contos de réis (17:000$000. O sucedido com essa modista é interessante porque ela entrou com o mesmo capital que o seu sócio, indicando que não havia uma diferença de investimento entre ambos. Para as mulheres, as dificuldades financeiras eram muito maiores, levando-as a entrar na maioria dos negócios apenas com a mão de obra para o serviço. No estatuto de criação da empresa ficou definido que Josephine Lambert seria a responsável pela oficina de costura e José Gonçalves Lopes Viana pelo caixa, uma divisão que denota que o negociante em questão era quem organizava as finanças e os lucros da empresa, bem como as responsabilidades administrativas e burocráticas. Porém, todas as outras responsabilidades e incumbências eram divididas igualmente, como a retirada dos lucros, as perdas e responsabilizações. Essas mulheres eram negociantes e lidavam diariamente com as intercorrências que os seus trabalhos impunham, o que fica explícito quando analisamos os contratos firmados.

Entre as muitas outras empresas inscritas na Junta do Comércio a mesma constatação se repete – a de que circulava muito dinheiro entre esse círculo das modas. Foram muitos os investidores interessados em criar sociedades anônimas com as modistas que tinham lojas espalhadas pela cidade, dando um outro significado para o tema na imprensa – a venda entre o círculo feminino. Não à toa, as redatoras do *Jornal das Senhoras*, cada qual em seu respectivo momento, Joana Manso, Violante de Bivar e Gervazia Pires, adentraram nesse meio, porém de uma outra maneira: noticiando suas tendências e lucrando com isso.

As jornalistas iam pessoalmente até o centro da cidade e visualizavam em primeira mão o que chegava até as lojas, emitindo suas opiniões nas edições publicadas e influenciando muitas leitoras a comprarem o produto. O *Jornal das Senhoras,* na realidade, era reflexo de uma organização social em que existia um amplo mercado capitalista por detrás dos temas publicados, desde a infinidade de lojas até as empresas criadas por modistas, de grande maioria estrangeiras. Ou seja, em um circuito ao qual se integravam a mais humilde costureira, a ajudante imigrante pobre, a modista recém-chegada ao Rio de Janeiro e a jornalista que escrevia sobre o assunto, a moda constituiu-se como elemento importante para a subsistência e independência de muitas mulheres na segunda metade do século XIX, não deixando de fora o jornalismo.

De modo análogo, a professora Francisca Senhorinha da Mota Diniz inaugurava seu jornal, *O Sexo Feminino,* duas décadas depois, em 1873, na cidade de Campanha em Minas Gerais. Dessa vez, no entanto, as modas não apareceram como cerne das publicações; a atenção dada foi para a pauta educacional. Assim como sucedeu com o

Jornal das Senhoras, n'*O Sexo Feminino* o debate perpassou pelo direito das mulheres, em que a educação era vista pela redatora como o caminho inicial de todas as outras conquistas.

Antes de se tornar jornalista, Francisca Senhorinha acumulava quase duas décadas no exercício da docência, o que contribuiu para que ela identificasse uma série de problemas relacionados a formação insatisfatória de meninas, sobretudo aquelas menos favorecidas, que eram instruídas com um currículo completamente oposto ao dos meninos, dificultando com que alçassem maiores níveis intelectuais. Em suma, a educação oferecida pelo Estado formava as meninas para serem unicamente boas esposas e mães, e isso era um verdadeiro problema para Francisca Senhorinha, que acreditava na possibilidade de alcançarem muito mais e contribuírem de maneira igualitária para o progresso do país, inclusive no âmbito do trabalho.

Como o magistério era uma das poucas profissões abertas as mulheres, por ser considerado uma função análoga à maternidade, esse ofício foi ocupado por muitas que não tinham outra oportunidade. Diferentemente do jornalismo, o magistério em meados do século XIX já havia se feminizado (Louro, 2004), em que as mulheres compunham a grande massa das mestras que lecionavam espalhadas pelo país, o que explica a rápida desvalorização da profissão. Francisca Senhorinha da Mota Diniz inaugurou seu jornal com o propósito da emancipação feminina, que apareceu associada a suas experiências no âmbito da docência. Devido ao fato de as mulheres não terem sido aceitas em postos profissionais e na burocracia do Estado, como sucedeu com os homens de letras no XIX (Chalhoub, 2003; Marques, 2003; Godoi, 2017), muitas foram impelidas na educação, vendo nesse espaço uma oportunidade de mobilidade social e financeira.

A experiência docente despontava como crucial para jornalistas como Francisca Senhorinha, que reforçaram recorridas vezes a sua profissão com o intuito de legitimar sua posição na imprensa, e vice-versa, já que a experiência jornalística e intelectual também foi utilizada nas petições encaminhadas para a Inspetoria Primária e Secundária do Município da Corte. Dessa forma, em 1875, ano que Francisca Senhorinha chegava ao Rio de Janeiro com o seu jornal, *O Sexo Feminino*, ela peticionava por uma vaga no serviço público utilizando as seguintes palavras:

> D. Francisca Senhorinha da Mota Diniz, professora habilitada para ensinar e ter colégio de instrução primária e secundária nesta Corte, ex professora pública das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ex professora da aula prática anexa à Escola Normal da cidade de Campanha (Minas), proprietária e principal redatora do jornal "*O Sexo Feminino*", que ela suplicante, atendendo ao dia [sic]do feliz aniversário de V. Majestade Imperial e batizado do Augusto Príncipe do

> Grão-Pará, estremecida esperança do Brasil, vem com o maior recatamento requerer a V.M.I. se digne de na Reforma da instrução primária e secundária do município neutro, que proximamente se aguarda, nomear a suplicante para uma das cadeiras urbanas, sendo desde já provida interinamente em qualquer vaga.
> Senhor, não são unicamente as habilitações literárias, que tornam idônea a professora para o melindroso cargo de educar a mocidade vindoura. A suplicante, mercê de Deus, tem essas habilitações preparadas por longos anos de exercício do magistério.[3]

O trabalho desenvolvido como jornalista, para o qual havia recebido variados elogios dos pares na imprensa, era mobilizado com o intuito de reforçar suas habilidades intelectuais para prosseguir com o exercício na docência, agora em terras cariocas. Provavelmente a estratégia adotada seguiu com o propósito de conseguir um bom posto no serviço público, inserido geograficamente em localidades centrais, que foram as mais concorridas em todo o século, e que ditavam também as hierarquias dentro da categoria de mulheres que exerceram o serviço público.

Ainda que Francisca Senhorinha da Mota Diniz transitasse entre esses dois mundos – a educação e o jornalismo -, junto as funções domésticas em sua residência, era praticamente impossível para a grande massa de mulheres professoras fazer o mesmo. Isso porque encontramos nas fontes que elas pertenciam as mais variadas classes sociais, algumas sem muita formação. A depender da localização das escolas — rural, centro urbano ou subúrbios —, do número de matrículas e da construção em que funcionava o estabelecimento, fica mais explícita essa divisão, sobretudo no quesito remuneração. Segundo Alessandra Schueller e Luiz Gondra,

> Sem falar ainda nas diferenças existentes entre estatutos sociais de uma multiplicidade de profissionais que viviam de ensinar em aulas isoladas, cursos preparatórios, escolas e colégios primários e secundários, os quais possuíam condições de trabalho e remuneração heterogêneas e extremamente distintas, conforme a finalidade, a localização e a clientela atendida pelos estabelecimentos de instrução. (Gondra; Schueller, 2008, p. 171)

Francisca Senhorinha não pode ser considerada pobre no contexto analisado, mas estava longe de ser rica. A família toda estava imersa na docência, marido e as 4 filhas, e o trabalho conjunto era crucial para os cumprimentos das necessidades coletivas. As insatisfações colocadas ao longo das páginas de *O Sexo Feminino* refletem o dilema enfrentado por muitas outras professoras – falta de material, currículo insatisfatório, espaços precários, jornadas exaustivas, salários insuficientes, cobrança de moralidade e tutela profissional ao poder masculino, tudo associado a precarização do trabalho, que com a feminização tornava-se cada vez menos valorizado entre os círculos intelectuais.

Existem uma infinidade de petições de professoras na série da Instrução Pública, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), que possibilitam ilustrar o que aqui estamos falando e que se reflete nas páginas redigidas por Francisca Senhorinha ao longo das décadas de 1870, 1880 e 1890, uma vez que ainda que *O Sexo Feminino* tenha tido algumas interrupções, ela buscou sempre reerguer novos negócios, como sucedeu com a *Primavera* (1880), *Voz da Verdade* (1885) e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1890), todos sob o seu comando.

A grande massa de professoras encontradas na documentação vinha de classes inferiores e trabalhava em lugares distantes, até mesmo rurais, com jornadas exaustivas, conteúdos de menor prestígio e baixa remuneração, como agulha, corte e costura. Guilhermina Emília da Rocha, por exemplo, professora primária da Freguesia de São João Batista da Lagoa, suplicava pela autorização para lecionar as aulas devido à sua condição de órfã e de solteira, um status comum a muitas que buscaram no magistério o trabalho como forma de independência financeira (Ribeiro, 2019). Consta em seu requerimento: "a suplicante espera alcançar colocação adequada na carreira a que se dedicou para poder ter por si os meios de manter-se honestamente"[4].

Os percursos enfrentados pelas professoras para chegarem até as escolas, junto ao acúmulo de aulas, necessário a uma remuneração que fosse suficiente, dificultava com que qualquer mulher comum conseguisse tempo para se dedicarem a suas ambições intelectuais. Isso ocasionava que poucas se destacassem nesse espaço, que já contava com implicações de gênero, mas que deve aqui ser pensado também a partir da classe e da raça (hooks, 2015), sobretudo ao fato de as fontes não apontarem a cor dessas professoras, que pelas condições e lugares apresentados indicam um perfil racializado (Matos, 2014).

Uma outra observação de diferenciação da categoria diz respeito aos questionamentos encontrados sobre remuneração. Delfina Rosa da Silva Vasconcelos, diretora da Escola Pública da Freguesia do Espírito Santo, ao dar cumprimento a um ofício recebido do Estado, em que eram solicitadas algumas informações sobre seu estabelecimento, apontou a "necessidade a condição do professor pelo aumento de rendimentos", pois considerava insatisfatória a quantidade de trabalho acumulado e as condições do exercício. No mesmo ofício, também exigiu socorro do Estado a meninas indigentes e sem acesso à educação regular, além de reforma das mesas, alargamento do material didático e a "substituição da gramática atual por outra em melhores condições de poder servir ao ensino de meninas". Como podemos ver, a professora destacou uma infinidade de questões que a educação pública enfrentava na ocasião, o que impactava diretamente o trabalho dessas mulheres. Com tantos embaraços é fácil compreendermos

como a possibilidade de também escreverem e publicarem seus jornais ou até mesmo seus artigos para a imprensa era um privilégio restrito.

A análise da documentação da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, guardada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), lança novas questões sobre o jornal *O Sexo Feminino*. A publicação segue os propósitos da sua redatora, que teve a docência como marco em sua vivência pessoal, compartilhando experiências com outras mulheres que também lecionavam e vieram a se tornar colaboradoras do jornal. O trânsito entre a educação e o jornalismo dificultou qualquer progressão na carreira dentro da imprensa para as mulheres. Ao mesmo tempo que tinham que lutar por uma educação em igualdade com os homens, elas ainda tinham um outro degrau a ser alcançado, o de ocuparem o jornalismo e buscarem a valorização pelo ofício, o que era ainda mais difícil.

Dentro desse processo, ao longo da década de 1870, aumentava também as discussões sobre a abolição da escravidão e o movimento republicano, que tinha cada vez mais aparição na imprensa. Foram muitos os jornais que se posicionaram abertamente sobre as questões e, claro, as mulheres jornalistas iniciaram igualmente um processo de modificação nos seus discursos, cada vez mais indicando os caminhos dela para uma valorização do ofício. Se por um lado, as modas foi o motor do *Jornal das Senhoras* e a educação o *d'O Sexo Feminino*, as outras folhas que surgiam, *O Domingo*, o *Echo das Damas* e *A Família*, buscaram ampliar os temas, as abordagens e as relações que estabeleciam nesse meio. Como reflexo das transformações políticas em efervescência, a busca pela neutralidade e o viés informativo despontaram como interesse, ao lado de temas instrutivos e literários.

A defesa da abolição da escravidão por mulheres intelectuais teve como fio condutor as discussões humanistas associadas ao viés religioso. Jamais foi pautado uma igualdade de condições entre as mulheres brancas e as mulheres negras, as últimas deveriam continuar a serviço de uma sociedade paternalista muito bem estruturada. As jornalistas estavam insatisfeitas com o modelo burguês de domesticidade que impedia o desenvolvimento intelectual em igualdade com os homens, não com o sistema escravagista em si. Muitas exploravam a força de trabalho dessas pessoas para serviços variados, especialmente o doméstico, normalizando as práticas de violência e coação cotidianas, já que lidavam com essa rotina desde que o mundo existia, para elas.

Falar sobre a abolição da escravidão era um tema muito polêmico, pois tocava diretamente no direito natural à propriedade. As discussões envoltas estiveram associadas ao bom funcionamento da economia e à permanência da política latifundiária em um

modo de produção capitalista, logo, a proposta de abolição deveria ser gradual. Assim, o tema igualmente foi mobilizado pela pena feminina, porém deve ser ressaltado que a abordagem se deu timidamente, uma vez que as jornalistas ainda estavam pleiteando a valorização profissional dos trabalhos que exerciam, abordando mais sobre o trabalho intelectual e o acesso a postos de trabalho, uma característica comum a esse incipiente feminismo que começava a ganhar raízes. Porém, ao saírem da alçada "feminina" com os temas de modas e educação, as jornalistas indicavam caminhos rumo a uma adequação a imprensa diária e os seus temas, mais voltados para a política e a informação rápida.

Em 1873, Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco retornava para imprensa duas décadas após o trabalho com o *Jornal das Senhoras*. A sua nova responsabilidade era muito distinta daquela anterior, em um formato mais simples e menor, e com uma nova proposta editorial. Uma marca comum do *Jornal das Senhoras* foi a publicação das modas, o que veio associado litografias elaboradas com imagens dos figurinos que estavam vindo de Paris e eram vendidos nas lojas na rua do Ouvidor. Se o primeiro possuía de oito a doze páginas, dependendo dos figurinos e partituras presentes na edição, agora esse dispunha de apenas quatro, sem qualquer imagem veiculada nas edições que temos preservadas, e sem dar ênfase no tema das modas. A nova publicação se propunha a falar de outros temas dentro do universo da literatura e em volta das transformações de tecnologias na produção de jornais, em um modelo mais barato.

A relação de troca estabelecida com a imprensa diária por parte de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco era explícita. Em uma das edições, ela agradeceu publicamente a folha *A República* e o seu "digno redator" Quintino Bocaiuva pelos elogios ofertados ao seu nome (O Domingo, ed. 6, 28 dez 1873). É interessante destacar que essas relações iam muito além do cunho literário, e começavam a caminhar também na esfera política, em que novos ideários vinham se delineando. Esse é o caso de *A República* e do seu redator Quintino Bocaíuva, que foi um nome fundamental na propagação de ideias republicanas no país, considerado responsável pelas muitas transformações que o jornalismo passou nas últimas três décadas do século XIX, ocupando postos importantes dentro dos grandes diários que circulavam na ocasião.

Acresce a isso o fato de que Violante Atabalipa fazia questão de deixar seus agradecimentos públicos aos companheiros jornalistas: "corre-nos o dever de dar um público testemunho do mais vivo agradecimento aos nossos colegas da imprensa que, apesar da interrupção que, por força maior, tivemos, continuaram a enviar-nos os jornais que redigem" (O Domingo, ed. 58, 31 jan. 1875). Essas trocas figuram como uma iniciativa de manter diálogo com seus pares, uma vez que ao divulgarem sua folha, ela

almejava uma vida mais longeva e com mais assinaturas. Ao não eleger as publicações de modas para esse jornal, gênero que era direcionado unicamente às mulheres, a jornalista clamava pelo desenvolvimento intelectual das faculdades femininas, buscando ser lida em vários espaços, inclusive se colocando como apta a falar sobre temas "masculinos".

> Bem quisera continuar a escrever, porque só quando escrevo a mulher é que reputo verdadeira, a frase que por aí anda nessas publicações de moda – os jornais – que a missão do escritor é sublime. Sublime, e bem sublime é ela, mas é que, infelizmente, esses mesmos que apregoam e a miúdo esta verdade eterna, são os que a olvidam mais vezes (O Domingo, ed. 4, 14 dez. 1873).

Agora essas mulheres buscavam reivindicar uma valorização profissional dentro da categoria, e inclusive questionavam publicamente o desdém masculino para com os seus negócios, uma iniciativa de cunho estritamente político sobre o lugar que ocupavam. Em meados da década de 1870 esse jornalismo buscava ampliar horizontes, tratando de temas presentes no dia a dia de toda a população, como é o caso da inserção em postos de trabalho e na política. Todavia, um ponto importante sobre a década de 1870 diz respeito às colocações sobre a rivalidade feminina nos negócios com os jornais, sobretudo se consideramos que essa década foi aquela que mais pipocou negócios encabeçados por mulheres na imprensa e, ao que tudo indica, não existia um público de leitores e leitoras que conseguisse contemplar todos eles de maneira a dar lucro.

Ao mesmo tempo que *O Sexo Feminino*, o *Echo das Damas* e *A Família* circulavam, as jornalistas responsáveis – Francisca Senhorinha, Amélia Couto e Josephina de Azevedo respectivamente – não mantiveram qualquer relação de solidariedade entre si. Não há indícios nas fontes de que elas chegaram a divulgar os empreendimentos uma das outras e nem a oferta de permuta pelos seus jornais. Isso pode ser pensado pelo viés do modo de produção capitalista instaurado, em que todas disputavam pelo mesmo público com as vendas, logo, era muito difícil que as três conseguissem o mesmo sucesso, por isso cada uma seguiu projetos editorais bem distintos, ainda que o fio condutor perpassasse pela emancipação feminina. As únicas que informaram a circulação do jornal da colega foi Violante Atabalipa e Francisca Senhorinha, na ocasião que sua folha ainda circulava em Campanha, Minas Gerais, o que talvez não impactasse na concorrência de circulação no Rio de Janeiro.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, trouxe consigo muita esperança para as mulheres que reivindicavam seus direitos. As jornalistas acreditavam que enfim suas reivindicações seriam atendidas, tendo em vista as discussões sobre progresso, democracia e cidadania que se colocava mundialmente. Revés, a república foi

o oposto de tudo que se imaginava, e com isso muitas retornaram para os jornais ainda mais aguerridas para questionar o Estado e a sua organização a partir das novas leis instituídas. Foram nas páginas de *A Família*, periódico sob redação de Josephina Álvares de Azevedo, que encontramos maiores questionamentos sobre a participação política das mulheres, dando coro ao movimento sufragista que se iniciava na recém instaurada Capital Federal.

Era necessário conciliar suas reivindicações com parlamentares solidários a causa da emancipação feminina, mas também acompanhar os desdobramentos que o debate vinha alcançando no âmbito legislativo, informando da maneira mais precisa suas leitoras sobre a desigualdade que estavam submetidas. As mulheres podiam gostar de modas, de serem professoras e mães, mas não deviam ter apenas isso como destino de suas vidas, podendo alcançar postos como médica, advogadas, senadoras, deputadas e jornalistas, tendo na profissão a remuneração necessária ao seu sustento e independência. Foi com essa defesa que Josephina Álvares de Azevedo se diferenciou na imprensa, trazendo o debate de direitos vinculado a sua ambição por tornar-se uma jornalista profissional, em que constatamos uma assimilação com o trabalho exercido pelos colegas homens de profissão.

Com um discurso já consolidado sobre a necessidade de ampliação dos direitos políticos para as mulheres, Josephina Álvares de Azevedo e sua colega Ignez Sabino Pinho Maia, decidiram que era hora de adequarem o seu negócio com a transformação jornalística pela qual o país passava, sobretudo a partir da década de 1890. Para dar mais longevidade ao jornal *A Família* e inserir transformações tecnológicas no processo de impressão, associado também as suas ambições feministas pela igualdade no universo de trabalho, ambas optaram pela ampliação do capital, inscrevendo na Junta Comercial a sociedade anônima *Companhia Imprensa Familiar*. As duas foram as únicas que conseguiram ampliar os horizontes dentro da imprensa, buscando com isso uma adequação ao jornalismo diário e uma consolidação na profissionalização que se colocava frente a conformação sobre o "ser jornalista", que ganhará novos contornos a partir do século seguinte, o XX.

A empresa foi criada e inscrita na Junta Comercial, e uma variedade de sócios acionistas figuraram entre os nomes presentes no estatuto. Nesse processo de transformação da imprensa feminina desde a criação do *Jornal das Senhoras*, em 1852, muita coisa mudou. Josephina Álvares de Azevedo priorizou o debate feminista em seu jornal, mas buscando investidores homens, tanto que nominalmente apenas ela e Ignez Sabino figuram entre as acionistas mulheres dentro de um universo de 34. No meio dos

acionistas encontramos Henrique Chaves, jornalista, um dos fundadores da *Gazeta de Notícias* e secretário da referida sociedade na circunstância, como proprietário de 10 ações, e Júlio Pereira Rebello Braga, detentor de 5 ações, e tesoureiro da mesma companhia de Chaves.

Ambos, principalmente Henrique Chaves, assumiram papéis importantes dentro do jornal *Gazeta de Notícias*, sendo Chaves figura influente no universo jornalístico de finais do século. Os dois eram, respectivamente, o segundo e o terceiro maiores acionistas da *Sociedade Anônima Gazeta de Notícias*, possuindo Chaves 650 ações e Braga 325. Esses dados dão indícios sobre a expectativa de sucesso do empreendimento de Josephina Álvares de Azevedo e Ignez Sabino Pinho Maia por uma parte importante do segmento de jornalismo no mercado de capital. Esse acesso masculino em uma folha com propósitos definidamente feministas provavelmente impactou no direcionamento com os objetivos, que agora seguia um caminho capitalista voltado não apenas para a venda de *A Família*, mas também para materiais de escritório e serviços de impressão, já que a *Companhia Imprensa Familiar* agora dispunha de tipografia própria.

O negócio, ainda que ambicionasse uma vida longeva, teve que encerrar as atividades 11 meses após sua criação. Os motivos para isso foram diversos, mas aqui interessa aquele associado aos construtos de gênero nesse mercado de trabalho. A transformação da imprensa não teve o mesmo êxito para as mulheres, que ainda enfrentavam descrenças quanto as suas reais aptidões para gerenciar e produzir um jornalismo "sério", o que quer dizer masculino e hegemônico. Josephina Álvares de Azevedo, no entanto, não desanimou em sua jornada profissional e continuou com a propriedade particular de *A Família*, que permaneceu em circulação, apesar de suas interrupções, até o ano de 1897, e seu nome constou pela primeira vez como uma jornalista nos anúncios presentes nas páginas do *Almanak Laemmert* (Almanak Laemmert, 1893, p. 268). A experiência com a *Companhia Imprensa Familiar* foi crucial para sua conformação profissional na imprensa, porém não obteve os resultados de sucesso esperados no estatuto de sua criação, que inclusive trazia o propósito de compra de um prédio próprio, ambição que jamais aconteceu.

Por fim, o percurso evolutivo sobre o acesso das mulheres na imprensa no século XIX chega até o ingresso delas como colaboradoras dos grandes jornais. Em meados da década de 1880, ceder espaço para mulheres nas publicações diárias dos periódicos havia virado "modinha", isso porque elas constavam como grande público de leitoras que acompanhavam as notícias. Assim, as redações cediam espaço para que mulheres ocupassem as páginas diárias não porque eram reais defensores da emancipação, ao

contrário disso, eles lucravam bastante com os seus textos. Ainda há que se ressaltar que os casos encontrados não trouxeram as discussões feministas, e a grande maioria abordou temas e assuntos considerados como da alçada feminina, como as modas, os costumes e as crônicas descontraídas sobre os acontecimentos sociais.

Um caso que ilustra a materialização da mulher jornalista dentro dos grandes jornais é o de Corina Vivaldi de Coaracy, que nas palavras do *The Rio News*, "Mme. Corina Coaracy, of the editorial staff of the Paiz, who we believe is the Only lady in Brazil who has adopted journalism as a profession" (The Rio News, ed. 36, 1891).[5] Qual teria sido o real motivo para a designarem como a única que adotou o jornalismo como profissão? Aqui podemos elencar principalmente as relações estabelecidas por ela no meio intelectual e jornalístico e as suas negociações, que caminharam fora do debate feminista colocado na imprensa.

Para ser contratada como jornalista de uma série de jornais para os quais trabalhou (*Arauto, Folha Nova, The New York Herald, Cidade do Rio, Correio do Povo, O Paiz*), Corina Coaracy iniciou a carreira escrevendo temas considerados da alçada feminina – falava sobre modas e costumes em tom descontraído e leve que perpassasse pela maternidade e pelo casamento. Ao lado de seu pai iniciou a carreira na imprensa aos 15 anos, após a saída do colegial. Desde então teve uma escalada de colaboração na imprensa significativa, chegando a ser contratada como correspondente estrangeira pelo jornal norte-americano *The New York Herald* (Ribeiro, 2023). No entanto, na medida que se consolidava na profissão, igualmente tecia comentários sobre a abolição da escravidão, crítica literária, neutralidade jornalística e os debates políticos colocados.

Jornalistas como Corina Coaracy primeiro necessitaram seguir o caminho comum àquelas que a antecederam na profissão. Elas precisavam se posicionar mais timidamente e escolher temas "frívolos", para somente depois que ocuparem efetivamente o espaço da imprensa poderem falar mais abertamente e questionar seus colegas sobre o tratamento recebido, remuneração e acesso a direitos fundamentais. Um exemplo se refere a um dissabor enfrentado por Corina Coaracy com um colega de redação no *Correio do Povo*, que a escreveu se desculpando por ter propiciado uma mágoa "tão feminina". Corina, todavia, em sua resposta, fez questão de se portar profissionalmente e em momento algum trazer a questão do seu gênero para o debate. Nas suas palavras:

> Creia que lhe não conservo o menor ressentimento, e se mágoa experimentei não foi pelo fato de haver escrito o que pensa, francamente, rudemente embora, pois que a crítica, por mais apaixonada que seja, não me poderá ofender como escritora. Magoei-me, e profundamente por se haver dado o caso, e em termos tais, entre

> colegas de redação, por haver sido o artigo publicado em folha a que eu pertenço.[6]

Ou seja, a crítica era comum ao exercício da função, o que causou estranhamento a jornalista foi o fato de a redação de sua afiliação não a ter informado sobre a publicação. Provavelmente um grupo de homens decidiram conjuntamente, sem sequer consultar uma das principais interessadas, prática comum as relações de gênero estruturadas no meio jornalístico. Desde Joana Manso de Noronha, em 1852, até Corina Coaracy, um grupo de mulheres acessou a imprensa de maneiras variadas, buscando cada qual a legitimação pelos trabalhos prestados. Os jornais criados por elas dão indicativos de um processo muito maior sobre as transformações na profissão. Todas elas, apesar das especificidades, enfrentaram os mesmos problemas e cada qual lidou de uma maneira a partir de suas posições na ocasião. A imprensa diária pode ser vista como uma conquista a ser alcançada por elas, mas não apenas o fim de suas trajetórias, que apresenta particularidades significativas no lançamento de seus próprios jornais.

Em vias de conclusão (?)

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi criada apenas em 7 de abril de 1908 pelo repórter Gustavo de Lacerda. O principal objetivo era assegurar a classe jornalística os seus direitos e um espaço para ação após um longo processo de reestruturação capitalista que impactou profundamente os trabalhadores e as trabalhadoras (Nery, 2021). No Estatuto de fundação da ABI ficava definido que "instituirá a carteira jornalística como título de sócio e atestado de identidade e recomendação. Para efeito da expedição dessas carteiras os associados serão, segundo as suas funções, considerados sobre as 4 seguintes categorias: escritores, jornalistas, repórteres e informantes" (Diário Oficial, 1908). Será que poderíamos concluir nossas indagações a partir desse marco e afirmarmos que a profissionalização na imprensa foi efetivada para as mulheres no século XX?

Na primeira década do século XX a imprensa ganhou novos contornos e a luta das mulheres também. Se por um lado, era necessária uma carteirinha profissional; por outro, o movimento feminista se organizava e ganhava uma característica mais coletiva na luta por seus direitos. As desigualdades sobre o acesso feminino na imprensa se perpetuaram nas primeiras décadas do novo século, mas também é possível constatar uma transformação significativa em comparação ao século anterior – agora as jornalistas transitavam por variados temas e colaboravam nos grandes jornais, enfrentando

obstáculos associados aos temas sob suas incumbências e aos cargos de gerência. As desigualdades estruturadas impactaram muito a vida dessas mulheres, sobretudo aquelas que fossem mães, que tiveram suas capacidades contestadas e chegaram até mesmo a perderem seus empregos por falta de uma dedicação exclusiva a rotina atribulada dentro dos jornais e o trabalho das reportagens pelas ruas.

Os dados recentes indicam para uma feminização do jornalismo, em que as mulheres chegam a serem maioria nos quadros de trabalhadores, porém estão longe de serem tratadas com iguais, o que é resquício das consequências de uma rígida divisão sexual do trabalho que tem raízes muito mais extensas. O pesquisador Thales Vilela Lelo (2019) apontou uma série de vetores de expressão das desigualdades de gênero atuais no jornalismo, dentre os quais vale destacar: 1) predominância de profissionais jovens, solteiras e sem dependentes, 2) segregação vertical, 3) homossocialidade masculina, 4) intimidação, assédio e violência sexual e uma série de outros.

Há, ainda, uma outra constatação a ser considerada, que trata das intersecções raciais necessárias a uma análise que não transpareça homogênea. Para cada mulher jornalista que adentrou na imprensa desde aproximadamente 1850, outra mulher negra foi (e continua sendo) obrigada a se submeter ao trabalho invisível e, em grande parte do século XIX, de forma não remunerada. A ascensão profissional de mulheres carrega consigo hierarquias de classe e raça para ser efetivada (Hirata; Kergoat, 2008), e o trabalho doméstico e do cuidado, essencial para a organização patriarcal, é um dos segredos mais bem guardados e consolidados da sociedade capitalista (DAVIS, 2016). Segundo Gláucia Fraccaro e Soraia Melo,

> Atividades prestadas sem custo algum à toda família, e realizadas em nome do amor (que identificamos como prescrições de gênero), quando remuneradas, são mal remuneradas. Muitas vezes, inclusive, quem paga por estes serviços são as mulheres da família. No sentido de não estarem executando sua obrigação, então, a transferência desta obrigação se torna sua responsabilidade (contratar, orientar, pagar). (Fraccaro; Mello, 2021, p. 58)

As mulheres jornalistas, mesmo com a transferência das funções domésticas, enfrentaram descrenças que dificultaram a progressão na carreira. Por muito tempo, a História da Imprensa não atrelou esse dado nas análises feitas, que são cruciais para uma percepção crítica da produção do jornal a partir do campo das epistemologias feministas. Se tivéssemos utilizado apenas da imprensa como fonte talvez os resultados apresentados não fossem os mesmos, isso porque as mulheres necessitaram seguir caminhos distintos dos homens em suas ambições profissionais. O que significa dizer que elas foram

sistematicamente excluídas das empresas jornalísticas, das associações, das instituições literárias e dos espaços deliberativos. Os seus nomes não constam diretamente nas documentações dessas instituições e, quando aparecem, são veiculados como esposas, parentes ou colegas.

A imprensa feminina/feminista (Duarte, 2016) de meados do século XIX, ao ser aqui explorada em suas transformações, reflete um processo amplo que carrega propósitos feministas na busca pela igualdade de gênero dentro da profissão jornalística. Essas mulheres foram muito mais do que jornalistas, elas também eram mães, donas de casa, professoras, dramaturgas, musicistas, e isso tudo associado as dificuldades enfrentadas para seguir com a carreira, questões que não podem ser desconsideradas.

Os jornais foram fontes importantíssimas. Todavia, ao analisarmos eles de modo isolado, somos levados a não perceber os seus lançamentos como reflexo de um fenômeno muito mais amplo. As reivindicações por direitos são compreendidas aqui como o pontapé que levou a publicação dos jornais, que, a partir de então, buscou propósitos profissionais pela igualdade no trabalho com a imprensa. Ao ampliarmos a nossa análise para a documentação comercial, da instrução, dos jornais produzidos pelos pares masculinos e de cartas pessoais, por exemplo, conseguimos compreender mais o meio social que elas estavam inseridas e todos os construtos que explicam os seus objetivos. Essas mulheres questionaram padrões estabelecidos que impediam que ocupassem a carreira de maneira igualitária, mas não deixaram de lado estratégias e métodos para serem aceitas.

Este trabalho pretendeu, então, ser uma pequena contribuição para os novos estudos sobre a História da Imprensa e do Jornalismo no Brasil, mas não apenas. Ele trilhou novos caminhos para que, dentro desse campo em efervescência, a crítica feminista seja efetivamente validada e vista como parte integrante da produção do conhecimento.

Referências

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro. Ano 1893. Disponível em https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso em 20 jun. de 2022.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Silvana Mota. Da história política a uma história social da política: uma definição. In: *Cruzando fronteiras: histórias no longo século XIX*. (orgs.) BARBOSA, Silvana Mota.; BARATA, Alexandre Mansur.; SÁ, Luiz Cézar. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescennti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BUITONI, Dulcília S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. Summus Editorial, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. (Org.) HOLLANDA, Heloisa Buarque. Editora Bazar do Tempo, 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO BRASIL. Ano 1908.

DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*: Dicionário ilustrado. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2016.

FRACCARO, Gláucia Cristina Candian; MELLO, Soraia Carolina de. Trabalho doméstico não remunerado e historiografia brasileira: inquietações sobre ausências e invisibilidades. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 14, n. 1, jan.-jul., 2021. Disponível em https://doi.org/10.22228/rt-f.v14i1.1133 Acesso em 26 jul. de 2023.

GODOI, Rodrigo Camargo. José de Alencar e os embates em torno da propriedade literária no Rio de Janeiro (1856-1875). *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.30, n.62, 2017, p.573-596. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942017000300004 Acesso em 22 abril de 2023.

GODOI, Rodrigo Camargo de. Autoria e responsabilidade jurídica na imprensa brasileira do século XIX. *Revista remate dos malês*. Campinas, São Paulo, v. 43, n. 1, 2023. Disponível em https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8671812 Acesso em 12 ago. de 2023.

GONDRA, J. G; SCHUELER, A. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: (org) HOLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista. Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 264-278.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em https://doi.org/10.1590/0103-335220151608 Acesso em 25 jun. de 2023.

JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro. Ano 1852. Disponível em https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso 15 maio de 2023.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 27 (2), 2019, p. 1-14. Disponível em https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225 Acesso em 26 jul. de 2023.

LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOBO, Luiza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. *Revista Gênero*, Nitehrói, v.9, n.2, 2009, p.47-74. Disponível em https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30904/17992 Acesso 14/06/2023.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARQUES, Wilton José. O poeta e o poder: favores e afrontas. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n.32, 2003, p.33- 49. Disponível https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2203 Acesso 25/07/2023. Acesso em: 14 jun. de 2023.

MOREL, Marco. O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2007, p. 17-30. Disponível em https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13620/10421 Acesso em 27 jul. de 2023.

MATOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

MUZART, Zahidé L. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=en&nrm=iso Acesso 12 jul. de 2023.

NERY, Gabriela. Nos escritórios da rua do Ouvidor: a imprensa e o ofício dos jornalistas na passagem do Segundo Reinado à Primeira República (1875-1891). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 182, p. 111-138, 2021. Disponível em https://www.ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-485/item/108717-rios-da-rua-do-ouvidor-a-imprensa-e-o-oficio-dos-jornalistas.html Acesso 10 jan. de 2022.

NEVES, Lúcia Maria B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

O DOMINGO, Rio de Janeiro. Ano 1875. Disponível em https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso 14/04/2023.

PERROT, Michele. Qu'est-ce qu'un métier de femme? *Le Mouvement social*, 1987, n. 140, Métiers de Femmes, pp. 3-8. Disponível em https://www.jstor.org/stable/i291719 Aceso em 29 jun. de 2023.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Florianópolis: Edusc, 2005.

PINHEIRO. Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Editora EDUA, 2015.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Mirian (orgs.) *Masculino, feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. *"A vida caseira é a sepultura dos talentos": gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos. Dissertação* (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. Mulheres jornalistas e a desigualdade de gênero – século XIX, Rio de Janeiro. *Revista Maracanan*. Rio de Janeiro, v. 34, dez. 2023, pp. 217-241. Disponível em https://www.e publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/77622 Acesso em 01 jan. de 2024

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995, pp.71-99. Disponível em https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721 Acesso em 25 maio de 2023.

SILVA, Laila Thais Correa e. *Dos projetos literários dos "homens de letras" à literatura combativa das "mulheres de letras": imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo: projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Mulheres e ideias impressas: projetos feministas de emancipação em periódicos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires (1852-1855*). Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: UFMG, 2019.

SOUZA, Natália Lopes. *Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)*. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: UFJF, 2020.

THERENTY, Marie-Eve. *Femmes de presse, femmes de letres: de Delphine de Girardin à Florence Aubenas*. Paris: CNRS ÉDITIONS, 2019.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro. Ano 1891. Disponível em https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso em 25 jul. 2023.

TREVISAN, Gabriela Simonetti. *A escrita feminista de Júlia Lopes de Almeida*. São Paulo: Editora Intermeios, 2021.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU Editora, 2020.

ZICMAN, René Barata. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

ZILBERLEIB, Branca. *A mulher como problema de pesquisa em História: emergência de estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira recente (1973-2001).* Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

[1] Ver como exemplo a pesquisa de Rodrigo Godoi (2023) sobre responsabilidade jurídica na imprensa e a metodologia empregada por ele na análise das fontes.
[2]*Modas em Josephine Lambert e Cia.* Número 12644. Junta Comercial. 15 mai. 1873. Arquivo Nacional (ANRJ).
[3] Série número 11.3.36 Instrução Pública. Docentes – requerimentos e ofícios (1871-1879). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ*). Consulta in loco*.
[4] Série número 11.3.28 Instrução pública. Ofícios de delegados, professores – ensino particular, mapas das escolas públicas e particulares, folhas de consignação (1871). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (ACGRJ). Consulta *in loco*.
[5] Tradução nossa: "Mme. Corina Coaracy, da redação do *Paiz*, que acreditamos ser a Única senhora no Brasil que adotou o jornalismo como profissão"
[6] Série BR RJFCRBAMLB C. Cy Cp 10 (Carta entre Corina Coaracy e João Ribeiro). Fundação Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro.

Artigo recebido em 16/10/2023

Aceito para publicação em 01/03/2024

O ELO ENTRE A TRAJETÓRIA DE OTTOKAR DÖRFFEL E A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A HISTÓRIA E PARA O PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NA CIDADE DE JOINVILLE (SC)

THE LINK BETWEEN OTTOKAR DÖRFFEL'S TRAJECTORY AND THE IMPORTANCE OF MEMORY FOR THE HISTORY AND HERITAGE OF GERMAN IMMIGRATION IN JOINVILLE (SC), BRAZIL

Daniele Claudia MIRANDA[1]
Euler Renato WESTPHAL[2]
Roberta Barros MEIRA[3]

Resumo: O artigo discute a importância da memória de Ottokar Dörffel para a história da imigração e seu potencial como patrimônio cultural para a cidade de Joinville (SC). Baseando-se em referenciais teóricos de Halbwachs (1990), Nora (1993), Assmann (2011) e Candau (2011), o estudo examina as memórias sobreviventes de Ottokar, como as cartas e colunas do jornal que ele fundou, o *Kolonie-Zeitung*. A metodologia envolve a tradução e análise de alguns recortes de textos para trabalhar os dados sobre a imigração alemã no Brasil e pensar as possibilidades da inclusão das memórias como patrimônio imaterial de Joinville. Por meio da análise do discurso, são revelados os desafios enfrentados na "nova pátria", lançando luz sobre aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos da Colônia Dona Francisca.
Palavras-chave: Memória, Imigração alemã, Biografia, Ottokar Dörffel, Patrimônio cultural.

Abstract: This article discusses the importance of Ottokar Dörffel's memory for the history of immigration and its potential as cultural heritage for the city of Joinville (SC), Brazil. Drawing on theoretical references from Halbwachs (1990), Nora (1993), Assmann (2011), and Candau (2011), the study examines Dörffel's surviving memories, such as letters and columns from the newspaper he founded, Kolonie-Zeitung. The methodology involves the translation and analysis of selected text excerpts to gather data on German immigration in Brazil and explore the possibilities of including these memories as part of Joinville's intangible heritage. Through discourse analysis, the challenges faced in the "new homeland" are revealed, shedding light on the political, social, cultural, and economic aspects of Colônia Dona Francisca.
Keywords: Memory; German immigration, Biography, Ottokar Dörffel, Cultural heritage.

[1] Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville/UNIVILLE. Mestre em Educação pela Universidade da Região de Joinville/UNIVILLE. Licenciada em Pedagogia pela UFPR. Bolsista da FAPESC do Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade E-mail: daclam42@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6573-9381.

[2] Doutor Honoris Causa (Dr. h.c.) pela Friedrich-Schiller-Universität Jena. Professor titular da universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, docente permanente no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade PPGPCS e pesquisador da Friedrich-Schiller-Universität Jena. Possui graduação em Teologia, Bacharelado em Teologia pela Escola Superior de Teologia - São Leopoldo e doutorado em Teologia pela Faculdade EST. E-mail: eulerwestphal@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4891-8692.

3 Professora Adjunta do curso de História e do Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Pós-doutorado pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e pela Universidad Nacional de Tucumán-Argentina (UNT). Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 CNPq. E-mail: rbmeira@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7739-216X.

Introdução

Os elementos que estabelecem e constituem a memória devem estar conectados no processo que envolve os acontecimentos passados, preservando a manifestação de ideias e pensamentos projetados para o futuro. O objetivo deste artigo foi discutir a importância da memória de Ottokar Dörffel para a história da imigração e as possibilidades de pensar os seus escritos como patrimônio cultural para a cidade de Joinville (SC).

A base teórica para a discussão está amparada em Halbwachs (1990), Nora (1993), Assmann (2011) e Candau (2011), que apresentam reflexões sobre o compartilhamento de memórias que podem ser reveladas nas relações interpessoais do grupo ao qual pertencem.

Na perspectiva do estudo biográfico, a discussão apoia-se em Schwarcz (2013), que aborda as dificuldades e os dilemas enfrentados por historiadores e cientistas sociais ao pesquisar e escrever biografias. A autora reflete sobre a tentação de impor uma narrativa unificada à vida de figuras conhecidas, que muitas vezes desafiam as expectativas e se comportam de maneiras inesperadas. Ainda, ela discute a tendência de priorizar indivíduos de destaque e transformá-los em figuras centrais, desconsiderando a importância de assuntos menos conhecidos. Além disso, Schwarcz (2013) reconhece a tendência de criar heróis por meio de seus súditos, negligenciando as complexidades e ambiguidades inerentes às suas vidas. Como resultado, as biografias às vezes podem tornar-se de natureza determinística ou excessivamente defensiva, algo que não é o propósito deste texto.

Ainda assim, Schwarcz (2013) em seu texto trata da importância de considerar o indivíduo conforme o seu grupo social e contexto na análise de biografias. Ela sugere substituir o conceito *biografia* pelo conceito *trajetória*, que envolve analisar as relações do indivíduo em seu grupo social e na sua trajetória geracional. O conceito *trajetória* permite uma compreensão mais profunda das posições que os indivíduos ocupam em sucessivos campos sociais, tanto individualmente como em relação a outros grupos sociais.

Portanto, a importância de considerar tanto a estrutura quanto a história e a necessidade de uma abordagem que leve em conta o contexto social e as especificidades do indivíduo e sua trajetória foi o motivo da escolha do termo para abordar o contexto de vida de Ottokar Dörffel. A intenção é recuperar a trajetória de um agente relativamente

desconhecido que na atualidade se encontra apagado do cenário histórico de Joinville, apesar de seu destaque na política e na cultura durante a segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, a memória de Ottokar que sobreviveu ao passado e está exposta em inúmeros registros, como cartas endereçadas a familiares e amigos na Saxônia e colunas do jornal que ele fundou, o *Kolonie-Zeitung*, representa uma valiosa fonte histórica para discutir o patrimônio cultural na cidade de Joinville, bem como um recurso para novos estudos sobre a imigração alemã no Brasil.

As contribuições de Dörffel estenderam-se para além de seus escritos. Ele fundou o *Kolonie-Zeitung*, um dos primeiros jornais de língua alemã no Brasil, e atuou como seu editor. Essa publicação, que circulou de 1862 a 1942, desempenhou papel crucial na orientação dos primeiros colonizadores e no alívio da saudade da sua terra natal. O *Kolonie-Zeitung* tornou-se uma importante fonte de informação para pesquisadores alemães e brasileiros, oferecendo um vislumbre de vários aspectos da vida na colônia. Abrangeu uma ampla gama de temas, desde anedotas humorísticas, disputas por propriedades até separações de casais.

Ottokar Dörffel faleceu em Joinville, em 18 de novembro de 1906. Embora viúvo e sem descendentes, deixou um legado como empresário na fundação de Joinville e no estabelecimento de sua fundação cultural. Numa época em que o Brasil ainda estava moldando sua identidade durante as eras imperial e republicana, Dörffel serviu de elo entre a Saxônia, na Alemanha, e Joinville, no Brasil. Seu sonho, concretizado na arquitetura de sua casa, que projetou e mandou construir em 1864, simboliza a preservação da história de Joinville. A casa foi cuidadosamente projetada com atenção aos detalhes e serviu como ponto de encontro de amigos alemães. A construção da casa própria foi um projeto pessoal, refletindo a sua visão de uma vida digna. Dela constam alguns emblemas maçônicos e um ditado, gravado em pedra e mostrando o ano de 1864, que diz: “Na casa e no coração sempre – morando liberdade, paz, piedade” (Dörffel, 2018, p. 250).

Na atualidade, o espaço é ocupado pelo Museu de Arte de Joinville, comumente conhecido como MAJ, que não só abriga uma vasta coleção de obras de arte doadas e adquiridas, mas também oferece uma variedade de atrações, além das paredes da galeria. Embora a história e a arte dentro das paredes do museu sejam atraentes, pouco da história de vida de Ottokar Dörffel está em exposição, embora ele tenha tido influência na construção de Joinville, tenha desempenhado papel fundamental nos primeiros anos da cidade e tenha sido visto como uma figura política importante pela população imigrante nas primeiras décadas da colônia.

O cotidiano da colônia, os desafios enfrentados, detalhes de sua casa são descritos em cartas enviadas à sua família na Alemanha e que preservaram grande parte da história de Joinville, proporcionando um panorama sobre suas ideias progressistas e que pouco foram exploradas.

Para vislumbrar sua trajetória, a metodologia empregada envolveu a tradução e análise de trechos selecionados das cartas pessoais de Ottokar Dörffel endereçadas à sua família na região da Saxônia/Alemanha publicadas no livro organizado por Matzke (2018). Além disso, trechos de textos publicados no jornal *Kolonie-Zeitung* também são utilizados para apresentar argumentos para examinar a Colônia Dona Francisca na perspectiva das memórias como patrimônio imaterial de Joinville. Por meio da análise do discurso, compreendemos os desafios enfrentados nessa "nova pátria", revelando aspectos significativos da Colônia Dona Francisca.

Quem foi Ottokar Dörffel? Sinopse de uma trajetória na Saxônia

Ottokar Dörffel nasceu em Waldenburg, em 24 de março de 1818. Entre 1835 e 1845, estudou Ciências Jurídicas em Leipzig, tornou-se advogado, casou-se com Ida Günter e transitou por tribunais da Saxônia até chegar a Glauchau, em 1846. Em 1847, após um ano e meio de atividades no local, candidatou-se a prefeito. Foi eleito por um comitê de cidadãos políticos da cidade com 22 votos dos 36 no total.

Conforme Wetzel (2018), Ottokar foi considerado pela imprensa local como um "homem liberal e determinado", por atuar no fortalecimento do autogoverno local e pelo incentivo à participação dos cidadãos nas tarefas municipais por meio de reuniões abertas ao público, pois acreditava que o processo administrativo deveria ter transparência. Todavia, o tema dominante na sua vida pública foi menos seu trabalho como gestor local do que seu papel na revolta de Dresden, em maio de 1849, que lhe custou a destituição do cargo após um curto período.

Ainda em março de 1848, acontecimentos revolucionários surgiram motivados por demandas populares reivindicando reformas administrativas tributárias, redução de privilégios da monarquia e melhorias das condições de vida dos cidadãos. Os eventos revolucionários pressionaram Ottokar por um posicionamento político durante as manifestações locais. Muito embora não tenha feito parte da corrente que propagava uma forma democrática de governo, ele a via como uma ação constitucional, porém tanto Matzke (2018) como Wetzel (2018) afirmam que Ottokar era claro no seu posicionamento

de que a monarquia era a melhor forma de governo, dada sua proximidade com Otto Victor I.

Os acontecimentos da época tornavam-se cada vez mais tensos, e nos primeiros dias de maio de 1849 reinava um clima difícil de avaliar, pois surgiam diferentes notícias sobre conflitos populares na região de Dresden. Como chefe da cidade, Ottokar tinha de estar presente nas reuniões e mostrar autoridade na tomada de decisões no conselho municipal e com outras autoridades políticas da região da Saxônia.

Segundo dados apresentados por Matzke (2018) e Wetzel (2018), para apaziguar os ânimos acalorados, tanto dos cidadãos envolvidos nos movimentos revolucionários e presentes nas reuniões quanto dos gestores municipais, que cobravam um posicionamento do prefeito, foi criado um comitê em 5 de maio de 1849, formado por iniciativa da comunidade local, com a participação de Ottokar como mediador entre moradores e autoridades municipais, e anunciou-se a intenção de enviar um grupo de 200 voluntários a Dresden. Fizeram parte desse grupo integrantes da guarda municipal, com recursos financeiros e armas reunidos pelos participantes do movimento.

O levante sequer chegou a Dresden, pois a companhia de trem que fazia o transporte desses voluntários ficou sabendo da iniciativa durante o percurso e os fizeram retornar para Glauchau, impedindo-os de chegar ao destino. Esse acontecimento tornou Ottokar alvo de investigação. Sua presença em público nas reuniões entre os envolvidos passou a ser duramente criticada pela administração distrital, e, considerando a situação, Ottokar foi deposto de seu cargo de prefeito no início de julho de 1849, e dissolveu-se o conselho municipal.

Wetzel (2018) afirma que Ottokar travou uma batalha judicial de três anos para defender-se das acusações apresentadas contra ele, no entanto, mesmo sem provas do seu envolvimento direto como líder do movimento rebelde, foi condenado a 12 anos de prisão. Apesar disso, interpôs recurso e, representando-se, conseguiu ser absolvido das acusações, porém permaneceram as suspeitas em relação ao incidente e, caso surgissem novas acusações, a investigação poderia ser reaberta. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido sua posição como presidente da Câmara, por causa do medo de turbulências e revoltas locais, Ottokar foi forçado a mediar a situação, como o único curso de ação no melhor interesse da cidade, ainda carregando certa tensão em seus ombros. Apesar de sua absolvição, que manchou ainda mais sua imagem política e cidadã em Glauchau, ele decidiu não retomar seu cargo público nem assumir nenhum outro cargo.

Para Wetzel (2018), tais acontecimentos levaram Ottokar Dörffel a um novo começo de vida do outro lado do Atlântico, na Região Sul do Brasil. A decisão de migrar para terras brasileiras foi influenciada pela sua ligação pessoal com um dos principais acionistas da associação de colonização, Otto Victor I.

Razões da imigração de Ottokar Dörffel

As motivações dos imigrantes europeus para promover a imigração e estabelecer colônias foram o desejo de escapar da pobreza, da opressão e da exploração e de melhorar as suas condições de vida. Por outro lado, as elites políticas e econômicas viam a imigração como um meio de aliviar as pressões e tensões internas nos seus países, promover o desenvolvimento econômico em áreas marginalizadas e beneficiar o transporte de imigrantes e o estabelecimento de colônias. Ambos os grupos tinham motivações diferentes, mas convergiram na promoção da imigração e da colonização e no seu apoio.

Portanto, as razões da imigração alemã da região da Saxônia para o Brasil abrangiam inúmeros fatores: econômicos, sociais, políticos, religiosos e pessoais. Para Ottokar Dörffel, a situação não foi diferente; sua decisão de imigrar também envolveu tais motivações.

Segundo Matzke (2018), a segunda metade do século XIX foi um período conturbado para Ottokar. Em 1848, ele se tornou prefeito de Glauchau, que sofria os efeitos ligados à pobreza em massa, à proletarização de sua população e a um intenso conflito que eclodiu na Europa, com uma série de protestos coordenados e rebeliões nos Estados da Confederação Germânica, incluindo o Império Austríaco, que repercutiram em todo o território saxão.

Para Wetzel (2018), o espírito alemão, a chamada *deutschtum* (germanidade), da qual Ottokar transcendia, sempre foi latente em sua vida. Embora não houvesse a Alemanha como Estado, havia uma consciência cultural como nação, pelo menos em parte. A nação alemã, que era a identidade nacional, foi o que gerou a revolução de 1848. Conforme Cunha (2018), Ottokar descendia de uma família de classe média que valorizava a educação e a cultura, e tal fato pode ser considerado como um propulsor de suas ações, uma vez que lhe fora ensinada a importância do conhecimento para a vida em sociedade. O espírito germânico sempre esteve presente em sua jornada. Por mais doloroso que tenha sido deixar sua "velha Pátria", os ensinamentos aprendidos permaneceram vivos em sua vida na "nova Pátria". Uma declaração de Ottokar ao *Jornal*

Geral da Imigração Alemã[1] demonstra o mencionado movimento consciente na decisão de migrar em direção ao Brasil e o intuito de permanecer fiel à sua germanidade:

> Deixe-me assegurar-lhe quando deixei meu país Natal a Saxônia em 1854, fui inspirado e guiado pelo desejo de encontrar um lugar tranquilo onde pudesse permanecer alemão. Mais de uma vez, recebi sugestões e ofertas de conhecidos da América do Norte para ir para os Estados Unidos, mas o medo de ter que sacrificar minha germanidade ao ianque me deteve, e esse desejo me permitiu escolher a Colônia Dona Francisca como destino da minha imigração (*apud* Allgemeine Emigration Newspaper, 1866, p. 2).

Esse e outros registros deixados por Ottokar Dörffel são elementos essenciais para a construção do conhecimento histórico, das memórias por ele deixadas nos arquivos, revelando as construções sociais que sustentaram os valores inerentes ao indivíduo em diferentes tempos.

Ottokar Dörffel no Brasil: trajetória na Colônia Dona Francisca

A história do casal Dörffel começou a bordo do navio Florentin em Hamburgo, na Alemanha, com destino ao Porto de São Francisco do Sul, em novembro de 1854, quando ambos partiram em direção à Colônia Dona Francisca, localizada na Região Sul do Brasil.

Ottokar Dörffel descreveu a experiência da viagem em uma de suas cartas. Enquanto o convés inferior foi descrito como um local em que se ouviam os gemidos e suspiros dos enfermos, o convés da cabine do navio se tornava animado e ativo quando o tempo melhorava. Esse contraste realça a disparidade de experiências e condições nas diferentes partes do navio.

> A vida no navio apresentava os maiores contrastes: lá embaixo, na baiuca, ouvia-se os gemidos e suspiros dos doentes, no convés da cabine havia uma atividade animada assim que o tempo melhorava. [...] Jogavam-se cartas, cantavam-se e tocava-se música no convés dos camarotes, enquanto descendo um lance de escadas, ou seja, no convés propriamente dito, um cadáver era trazido ao mar[2] (Dörffel, 2018, p. 85).

Logo após desembarcar no Porto de São Francisco do Sul, Ottokar retratou as condições em que encontrou a Colônia Dona Francisca, como extremamente precárias, com moradias inadequadas e falta de comodidades básicas. O ambiente na colônia foi descrito como caótico e barulhento, com brigas constantes.

De acordo com Davatz (1972), o Brasil utilizou de forma recorrente argumentos falaciosos apoiados na ideia de um futuro pródigo na "terra da promissão" para convencer

os imigrantes. Nesse sentido, a desilusão na chegada com as terras localizadas longe dos centros urbanos, marcadas por extensas áreas de floresta, sem vias de comunicação ou outro tipo de infraestrutura, se tornou um relato constante nas cartas e diários das colônias agrícolas do século XIX. Essa descrição criou uma impressão negativa da colônia, e Ottokar destacou as difíceis condições de vida:

> Novembro deste ano estamos com segurança no porto de São Francisco [...]. O estado em que encontramos a Colônia Dona Francisca não correspondia em nada às expectativas geralmente baixas que eu tinha dela. A comida é tão cara quanto aqui na Alemanha. Além disso, […] não há locais de aluguel. Portanto, tivemos que ser alojados com outros em um dos edifícios de recepção geral e fomos designados para lá, uma localidade de cerca de 6 m quadrados, com a qual nenhuma vaca na Alemanha ficaria satisfeita. [...] Não há tábuas no chão, o teto está completamente ausente e ouve-se constantemente brigas de pessoas rudes e gritos de crianças das localidades vizinhas, um simples dossel de folhas fornece pouca proteção contra o chuva, um andaime preso a ela de ripas de palmeira é usado para armazenamento e, se você não quiser revelar seus pertences, deve trancar a porta por dentro, que forma duas asas no sentido da largura, com um cadeado do lado de fora, mas do lado de dentro, durante a noite, com um forte bastão, arromba-o. Baratas, pulgas, centopeias e outros vermes vivem neste buraco, e é tão úmido que as roupas que você tira à noite ficam muito úmidas e pesadas pela manhã[3] (Dörffel, 2018, p. 84-88).

Em contraste com a situação inicialmente desfavorável e descrita como difícil e as experiências de viagem e imigração, os registros sobre a Colônia Dona Francisca encontrados no Arquivo Histórico de Joinville mostram avanços dois anos após o desembarque, quando Ottokar já estava envolvido em diversas atividades administrativas e expandindo seu negócio privado. Desenvolver a cultura na colônia era um desafio que ele estava determinado a concretizar, pois lhe era muito importante dinamizar econômica e culturalmente o lugar que escolhera para viver.

> Minha propriedade já foi tão transformada que é tomada por um certo destaque da colônia e eu por um Crösus[4]. Fui procurado por todos os lados sobre meus empreendimentos na propriedade. […] Estou sendo reivindicado por todos os lados. Em março, fui eleito para servir na igreja local e no conselho escolar[5]. Depois fui nomeado presidente de uma associação que se formou aqui para promover o bem-estar da colônia e dos colonos[6], e recentemente estou de volta à construção e manutenção de estradas e pontes. A Colônia nomeou o conselho[7] e fui nomeado pelo conselho como seu presidente. Agora há mãos ocupadas para fazer em todos os lugares e muitas vezes eu troco picaretas e pás, que usei durante o dia, por uma caneta à noite, a fim de cuidar de tais negócios[8] (Dörffel, 2018, p. 122).

Ottokar assumiu várias funções em sua comunidade, incluindo servir na igreja, no conselho escolar e em uma associação comunitária. Essas funções contribuíram para o

bem-estar da comunidade, promovendo momentos de contentamento da colônia e dos seus residentes. Seu envolvimento nessas organizações ajudou a manter e melhorar a infraestrutura, a educação e o desenvolvimento comunitário.

Para Matzke (2018), o casal Dörffel ocupou um papel decisivo no desenvolvimento da colônia, fosse na liderança da comunidade, fosse no fortalecimento dos laços germânicos, fosse no desempenho e na dedicação de Ottokar na direção, na política e na criação de associações com os intuitos de manter a cultura e os laços germânicos, superar as dificuldades e amenizar a saudade da Alemanha, bem como orientar os colonos a viver melhor na "nova Pátria".

Em abril de 1855, foi fundada a Sociedade de Cultura da Colônia Dona Francisca, que ofereceria entretenimento para os moradores da colônia, batizada de Harmonie Society[9]. Na atualidade, Harmonia Lyra é a mais antiga sociedade cultural de Santa Catarina a permanecer ativa.

> Uma grande casa da sociedade com um teatro de pé já foi erguida em Joinville, que será inaugurada pela Harmonie Society local com um teatro e baile assim que as obras internas estiverem concluídas (por volta do Natal). De um modo geral, estão agora a ser tomadas medidas que possivelmente e provavelmente irão assegurar um desenvolvimento mais vigoroso e rápido da Colônia[10] (Dörffel, 2018, p. 227).

As experiências de Ottokar Dörffel durante sua jornada e as condições de vida na Colônia Dona Francisca moldaram seu papel como líder na comunidade. Diante das dificuldades iniciais ao chegar à colônia, Ottokar decidiu melhorar as condições de vida e promover o bem-estar dos demais moradores. Seu envolvimento em diversas organizações lhe permitiu contribuir para o desenvolvimento da colônia e sua infraestrutura, educação e crescimento comunitário.

Essas e outras ações fizeram de Ottokar um líder, e seu papel envolveu engajar-se na política, na religião, na cultura, além de contribuir para o desenvolvimento da cidade e fornecer elementos importantes que constituem o patrimônio cultural de Joinville.

Elementos que constituem o patrimônio cultural de Joinville

Ottokar Dörffel deixou um patrimônio cultural para a cidade de Joinville. Seus relatos, descritos em cartas a parentes e amigos, corroboram essa afirmação. Esses textos revelam um período de desafios para o imigrante alemão na região, bem como uma descrição detalhada do novo território, das redes pessoais formadas, das organizações

políticas e culturais que se estruturaram e de muitos outros aspectos relacionados ao cotidiano, como alimentação, expansão imobiliária, saúde e lazer.

Nesse sentido, são vários os elementos que estabelecem e constituem a memória de Ottokar, como os acontecimentos passados que preservam a manifestação de suas ideias, sua mentalidade progressista e ações que formam coletivamente um legado construído como patrimônio cultural.

Uma característica de Ottokar destacada por Seyferth (2002) foi a expressão do germanismo (*deutschtum*) como uma necessidade para afirmar o nacionalismo alemão na Colônia Dona Francisca, em território brasileiro, isso porque "a experiência de ser minoria nacional, a consequente perda de identidade e a necessidade de construção de uma nova identidade no contexto colonial, ligada ao conceito de pátria" (Seyferth, 2002, p. 128), estavam constantemente ameaçadas pelo preconceito enfrentado pelos colonos alemães por causa da sua identidade étnica.

Como Ottokar tinha influência na representação alemã na colônia, fundou o jornal *Kolonie-Zeitung* para publicar escritos sobre a importância da perpetuação da cultura alemã no novo território, como no trecho a seguir:

> Pátria! […]
> A verdadeira pátria, com as suaves recordações de nossa juventude, com tudo aquilo que se nos tornou caro pela educação e pelo hábito do dia a dia nós a deixamos longe […]. E a nova terra, na qual construímos o nosso lar e à qual ligamos toda a nossa existência? Esta nova terra ainda não se tornou pátria para nós. Ela parece ainda não querer nos aceitar como seus filhos e quanto mais profunda a afetividade com que a ela nos tentamos ligar, mais nos sentimos estranhamente repelidos […]. Realmente embaraçosa e desalentadora situação a nossa, quando – feito apátridas – não sabemos, por assim dizer, a quem pertencemos! Mas não, caros leitores! Exatamente esta nossa situação poderá se tornar bastante feliz, se nós mesmos não falharmos. Com vontade firme e perseverança conseguiremos reatar as relações com a velha pátria, […] torná-las cada vez mais vivas e assim ampliar, por assim dizer, a velha pátria até nós – não no espaço, decerto, mas espiritualmente. Atuando contínua e persistentemente, de acordo com a nossa índole e o nosso espírito germânico, haveremos de conseguir também o respeito e o afeto da nova pátria […]. A fundação deste jornal se deve, primordialmente, ao desejo de contribuirmos para que todos os imigrantes alemães que escolheram o Brasil meridional e, principalmente, a província de Santa Catarina para se estabelecerem, aqui encontrem, realmente, uma nova pátria, sem que isso implique na perda de sua antiga pátria[11] (Dörffel, 1862 *apud* Seyferth, 2002, p. 128/129).

Para Seyferth (2002), os imigrantes alemães no sul do Brasil escreveram textos de propaganda, principalmente panfletos e livros sobre colonização, para atrair compatriotas para projetos de colonização. Esses textos enfatizavam o progresso das colônias

existentes e as possibilidades de acesso à terra e forneciam instruções consideradas "úteis" para potenciais emigrantes. Contudo, apesar de apresentarem uma avaliação positiva das províncias do sul, sua intenção de expandir a imigração alemã para uma região específica do território nacional foi vista como imperialista e um risco à unidade nacional. Esses escritos reforçavam o discurso de assimilação de meados do século XIX e criticavam implicitamente o princípio da colonização patrocinada pelo Estado, que permitia aos estrangeiros viver separadamente da sociedade nacional.

A Colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, localizada no nordeste de Santa Catarina, foi fundada em 1852. Segundo relatório publicado em 1859 e citado por Ferreira (2021), a colônia foi idealizada e organizada pela Associação Colonizadora de 1849 de Hamburgo, empresa alemã formada especificamente para colonizar e comercializar as terras de propriedade da Princesa Dona Francisca, irmã de D. Pedro II. Segundo Ferreira (2021, p. 568), "vista pelo governo imperial brasileiro como 'uma colônia destinada a atrair imigrantes', Dona Francisca (Joinville) tornou-se um dos mais importantes e notáveis assentamentos coloniais do Brasil no século XIX".

Ferreira (2021) descreve que a história de Joinville é conhecida por meio da tradução de documentos disponíveis nos arquivos do Museu Nacional de Imigração e Colonização e do Arquivo Histórico de Joinville, em sua maioria escritos em língua alemã, que revelam a colônia como uma "empresa modelo independente e bem-sucedida, independentemente de favores significativos do governo brasileiro, porque era uma empresa privada organizada e administrada por uma importante e influente sociedade de empresários alemães" (Ferreira, 2021, p. 568). Esse fato é questionável, segundo Ferreira (2021), que apresenta dois manuscritos que comprovam as dificuldades enfrentadas pelo mais significativo núcleo de colonização alemã em Santa Catarina e no Brasil no século XIX, que não constam dos arquivos documentais nem da história da cidade de Joinville.

> O diretor-gerente da Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo (ACH), Friedrich Gültzow, comunicou ao governo brasileiro as dificuldades financeiras da empresa colonizadora e solicitou auxílio do governo para continuar investindo na colonização das terras de Dona Francisca, salientando que a falta de apoio do governo brasileiro à Associação causaria embaraços à colonização do Brasil, uma vez que o fracasso da colônia Dona Francisca teria repercussão negativa na Europa. O segundo manuscrito, originalmente redigido em francês, é a carta do príncipe de Joinville ao conselheiro e mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva, encaminhada meses depois do envio do referido pró-memória. Nessa missiva, o príncipe solicitou que D. Pedro II, seu cunhado, evitasse o naufrágio da colônia Dona Francisca, onde Joinville havia investido grande soma de dinheiro (Ferreira, 2021, p. 568).

Nesse contexto, Ottokar destacou-se com um discurso focado na política de imigração, na manutenção da colônia e, sobretudo, na permanência dos imigrantes que se estabeleceram nesse núcleo alemão.

O sentimento de pertencimento de Ottokar Dörffel à "velha Pátria", escrita no primeiro artigo[12] para o jornal *Kolonie-Zeitung* (*Jornal da Colônia*), lançado em 20 de dezembro de 1862, exalta a intencionalidade de perpetuar a identidade alemã em território brasileiro, a "nova Pátria", uma vez que havia certa fragilidade tanto na manutenção político-administrativa quanto social da colônia, como sugere dois parágrafos de um longo texto:

> *Pátria!* Que Sublime Fascinação a deste nome, e ao pronunciá-lo, como se ergue, como se ergue, como se amplia nosso peito – mas quantos sentimentos, para nós dolorosos, com ele se relacionam! A verdadeira Pátria, com as *suaves recordações de nossa juventude, com tudo aquilo que se nos tornou caro pela educação e pelo hábito do dia a dia* – nós a deixamos; longe, infinitamente longe se encontra ela atrás de nós, e provavelmente dela estaremos separados para todo sempre! E a nossa terra, na qual construímos o nosso lar e a qual ligamos toda a nossa existência? Esta nova terra ainda não se tornou Pátria para nós. Ela parece ainda não querer nos aceitar com seus filhos e quanto mais profunda a afetividade com que a ela nos tentamos ligar, mais nos sentimos estranhamente repelidos, não raras vezes – e tanto mais impetuosa se reacende a saudade da velha e inesquecível Pátria – a Pátria que, na verdade, também já nos perdeu de vista e nos esqueceu. Realmente, embaraçosa e desalentadora situação a nossa, quando – feito apátridas – não mais sabemos, por assim dizer, a quem pertencemos! Mas não, caros leitores! Exatamente esta nossa situação poderá se tornar bastante feliz, se nós mesmos não falharmos. *Com vontade firme e perseverança conseguiremos reatar as relações com a velha Pátria*, e reatá-las quando rompidas e reafirmá-las onde afrouxadas, tornã-las cada vez mais vivas e assim ampliar, por assim dizer, a velha Pátria até nós – não no espaço, de certo, mas espiritualmente. Atuando contínua e persistentemente, de acordo com a nossa índole e o nosso *espírito germânico*, haveremos de conseguir também o respeito e o afeto e o afeto da nova Pátria, tornando ainda mais feliz o nosso relacionamento com ela. Aí então teremos em dobro o que antes apenas possuíamos unilateralmente. Por isso, tenhamos fé e confiantemente olhemos para o alto, para Aquele que dirige o destino dos homens e dos povos para o seu bem (Dörffel, 1862 *apud* Herkenhoff, 1998, p. 31-32, grifos meus).

O texto reflete sobre as complexas emoções e sentimentos associados ao conceito de "Pátria". Ottokar expressa um sentimento de saudade e dor pela verdadeira pátria, deixada para trás, ao mesmo tempo que se sente alienado na nova terra, onde construiu a sua vida. A situação é descrita como confusa e desanimadora, pois sente que não pertence a lado nenhum, porém o autor acredita que essa situação pode ser superada com determinação e perseverança. Ao reconectar-se ativamente com a antiga pátria e promover uma ligação mais profunda com a nova pátria, Ottokar sugere que um

sentimento de pertença mais feliz e gratificante pode ser alcançado. O texto termina com um apelo à fé e à confiança em um poder superior que orienta o destino dos indivíduos e das nações para o seu bem-estar. O texto explora as emoções conflitantes que cercam o conceito de pátria, destacando a saudade da antiga pátria e a luta para estabelecer um sentimento de pertencimento à nova, no entanto o autor permanece otimista, sugerindo que trabalha ativamente no sentido de restabelecer a ligação com a antiga pátria e de promover uma ligação mais forte com a nova.

Para Ottokar, o significado de *pátria* representa o profundo vínculo emocional e apego em relação ao seu país de origem, muitas vezes enraizado em memórias, educação e experiências diárias. É um profundo senso de identidade e conexão com um lugar que possui significado pessoal. Imagine uma pessoa que cresceu numa cidade pequena, rodeada de rostos familiares, tradições e valores culturais. Essa cidade torna-se a sua pátria. Agora, considere a mesma pessoa mudando-se para um país diferente para viver. Inicialmente, pode sentir-se como uma estranha, lutando para adaptar-se a uma nova língua, costumes e normas sociais. Esse novo país ainda não se tornou a sua pátria. Com o tempo, à medida que mergulha na nova cultura, faz amigos e estabelece ligações, começa a desenvolver um sentimento de pertencimento. O novo país começa gradualmente a se sentir como uma segunda pátria, um lugar onde construir uma casa e se integrar na sociedade.

Análogo a esse conceito é o sentimento de estar dividido entre duas pátrias. A pessoa pode sentir saudades da sua pátria original, relembrando as memórias e nostalgias associadas ao seu país de origem. Para compreender melhor a pátria, pense nela como um amor profundamente enraizado por laços familiares e de amizade. É um sentimento de pertencimento e lealdade que transcende os elementos individuais. Ao usar essas analogias, podem-se ter uma compreensão multifacetada do conceito de pátria e explorar as complexidades de identidade, pertencimento e conexões emocionais.

Todavia, quando o sentimento de pertencimento é ameaçado pelo fracasso do empreendimento, algo precisa ser feito para mudar o futuro incerto da colônia. Uma das ações tomadas foi apelar à Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo (ACH) para salvar o projeto.

> A apresentação do pró-memória que a direção da ACH encaminhou ao governo do Império do Brasil, bem como a carta do príncipe de Joinville ao conselheiro Paulo Barbosa, expostas a seguir, foi feita de maneira contextualizada para melhor compreensão da importância desses dois documentos. Assim, este texto está organizado em duas seções além desta introdução. Na primeira seção, são apresentados a origem das terras de Dona Francisca e os cálculos da direção da ACH para a

> colonização de parte dessas terras. Depois, faz-se a transcrição do pró-memória da ACH. A segunda seção demonstra a decisiva intervenção do príncipe de Joinville, que, após o governo brasileiro não oferecer o apoio requerido pela direção da ACH, utilizou-se da sua influência e de seu parentesco com D. Pedro II para requerer o auxílio financeiro indispensável à manutenção da colônia Dona Francisca (Ferreira, 2021, p. 568).

A intervenção decisiva do príncipe de Joinville teve papel crucial na colonização de Dona Francisca. Ferreira (2021) descreve em seu estudo historiográfico que, inicialmente, o governo brasileiro não forneceu nenhuma assistência financeira ao projeto de colonização, apesar das potenciais repercussões negativas do seu fracasso na Europa, no entanto o príncipe de Joinville[13], que havia investido recursos significativos na colônia, manifestou preocupação com o seu futuro e com a necessidade de apoio governamental. Ele enfatizou que o sucesso de Dona Francisca foi essencial não só para suas propriedades, mas também para o futuro do Brasil. Reconhecendo as consequências potenciais do fracasso da colônia, o príncipe de Joinville solicitou assistência das autoridades brasileiras.

Como resultado, o governo acabou assinando contratos para financiar uma parcela significativa dos investimentos na colônia e fornecer transporte para os imigrantes europeus. Esse apoio, aliado à influência do príncipe de Joinville e à sua relação com o Imperador D. Pedro II, garantiu a continuidade da colonização e do progresso de Dona Francisca, que se tornou um dos mais importantes assentamentos coloniais de Santa Catarina e do Brasil no século XIX.

Ferreira (2021) conclui que a intervenção do príncipe de Joinville e o apoio financeiro do governo brasileiro foram fundamentais para o sucesso da Colônia Dona Francisca. Apesar da relutância inicial do governo, a influência do príncipe de Joinville e seu apelo ao Imperador D. Pedro II asseguraram a assistência necessária ao projeto de colonização. Isso contradiz a noção de que o sucesso da colônia dependia exclusivamente dos esforços de uma empresa privada liderada por empresários alemães. Em vez disso, o autor destaca a importância tanto do investimento privado como do apoio governamental no estabelecimento e desenvolvimento de assentamentos coloniais significativos como Dona Francisca.

Manter a colônia era algo necessário para Ottokar Dörffel. Por isso, ele se envolveu na administração pública dela dois anos após chegar ao país. Exerceu os cargos de tesoureiro e contador da colônia de 1856 a 1890, reportando-se diretamente ao diretor[14]. Ele também atuou como presidente do Conselho Municipal e administrou temporariamente a colônia após a morte do diretor.

> Desde o início de 1873, exerço o cargo de Diretor da Colônia local em caráter suplente e o de tesoureiro e recebo o salário correspondente a ambos os cargos. Eu gostaria de aguentar isso por um tempo. Mas eu não tenho a menor vontade de me tornar diretor definitivamente. Porque o próprio salário de diretor é apenas 600 mil-réis por ano a mais do que o meu salário de tesoureiro (Dörffel, 2018, p. 374).

Além das funções administrativas locais, Dörffel ocupou diversos cargos consulares no total de 30 anos. Esteve ativamente envolvido na emissão de certidões de estado civil para emigrantes viúvos e manteve contatos com indivíduos interessados nas relações culturais e econômicas da Alemanha.

Além das funções administrativas, Dörffel participou da fundação do assentamento de São Bento do Sul para acomodar os imigrantes recém-chegados, contudo os desafios de navegar na política local, as oportunidades limitadas de progresso e o reconhecimento contínuo da comunidade local o desgastaram gradualmente.

> Em agosto de 1856, a administração da Colônia local foi encarregada de contratar um tesoureiro e um contador que deveria estar familiarizado com a contabilidade de partidas dobradas. Eu pude ajudar e comecei imediatamente e depois continuei a manter a posição. Acima de mim estava um Diretor a quem logo tive que assistir e para quem tive que representar às vezes. Assim, tratei com três Diretores em um período de 33 anos. Eu tocava o segundo violino, mas, querendo ou não, tocava principalmente a melodia. Em 1873, quando era o único Diretor após a morte do segundo Diretor, fundei o assentamento de São Bento no meio de uma área arborizada primitiva das terras altas para acomodar numerosos novos imigrantes – apesar de não ter recebido aprovação do governo. São Bento, que, para espanto de todos, cresceu rapidamente num clima mais temperado, mais condizente com os alemães, e agora, com a afluência de brasileiros, forma dois municípios com administração autónoma (Dörffel, 2018, p. 408).

No geral, Ottokar Dörffel desempenhou papéis significativos nos negócios, na administração local e nos assuntos consulares durante sua estada no Brasil. Conforme Matzke (2018), ele foi responsável pela gestão das finanças e da infraestrutura da colônia, ocupou cargos no governo municipal e atuou como representante consular dos interesses alemães. O envolvimento de Dörffel nessas atividades lhe permitiu interagir com uma vasta gama de indivíduos interessados em valores culturais e contatos econômicos do lado alemão.

Nessa perspectiva, seu envolvimento na colônia foi intenso tanto em termos sociais quanto culturais, projetando para o futuro a identidade de um líder que se conecta com as memórias deixadas como fonte de um patrimônio de significados constantemente construídos por meio da sua interação com um coletivo.

Um documento escrito por Ottokar Dörffel pode ser descrito de acordo com a compreensão do leitor com base em sua visão de mundo no tempo presente, mediante a interpretação, mas seu conteúdo não pode ser ignorado no passado vivido. Por isso, algumas reflexões são importantes de ser analisadas à luz de autores que dedicaram estudos acerca da memória para organizar toda uma sequência de acontecimentos que marcaram a vida de Dörffel por meio de narrativas, tendo como motivação as circunstâncias sociais, político-administrativas e culturais da segunda metade do século XIX.

Para tanto, faz-se necessária a análise da memória e da identidade, que reforça a associação entre as duas, desde a faculdade individual até um conjunto de representações coletivas capazes de organizar a estrutura dessas identidades e dar sentido a ela. Os estudos de Candau sobre memória e identidade (2011) discutem como são criadas as produções narrativas. Muitos dos documentos em arquivos reproduzem relatos orais, e, ao analisar as "narrativas orais é necessário compreender não apenas o que é dito, que é fonte de pesquisa, mas também o que não é dito" (Candau, 2011, p. 125), o que é igualmente importante para a compreensão dos fatos relatados. Nesse sentido, o esquecimento também faz parte do processo de construção de memórias coletivas ou individuais.

No livro *Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs (1990), a compreensão da memória individual e coletiva é explorada. O autor argumenta que a memória individual é influenciada pela memória coletiva, afirmando que o primeiro testemunho confiável será sempre o nosso. Ele também sugere que recordar ou validar uma memória não requer necessariamente testemunhas físicas, pois diferentes percepções da realidade podem moldar e apresentar memórias. Embora não seja suficiente para descrever com precisão eventos passados, a memória coletiva ainda serve como referência para apresentar uma sequência de situações passadas no presente.

Já Assmann (2011) explora a conexão entre memória e identidade pela perspectiva de poetas, filósofos, sociólogos e historiadores. A distinção entre história e memória é um tema central na discussão. A teórica referencia Halbwachs e Nora, o primeiro com o argumento de que há distinção entre memória coletiva e memória histórica, ressaltando que a memória coletiva está ligada à estabilidade e existência de um grupo. Ele também destaca o papel da interação social na formação e manutenção de memórias. Finalmente,

Pierre Nora expande as ideias de Halbwachs, sugerindo que a memória coletiva é construída por intermédio de símbolos e sinais partilhados em uma comunidade, enquanto a escrita da história é um empreendimento científico. Nora afirma que memória e história se opõem em muitos aspectos, sendo a memória uma experiência atual e vivida e a história uma representação do passado.

Halbwachs (1990) e Nora (1993) enfatizam a natureza construtiva da memória, o seu papel na formação da identidade e a sua importância em relação à ciência histórica objetiva. A oposição entre vivido e abstrato, habitado e desabitado, é um aspecto central dos seus argumentos.

Outra discussão apresentada por Assmann (2011) trata da relação entre memória funcional e memória cumulativa. A autora argumenta que a oposição entre memória e história está a tornar-se menos sustentável, uma vez que existe um consenso de que a história e a memória estão interligadas e não podem ser separadas. Ainda, sugere encarar a história e a memória como dois modos de recordação que podem coexistir e complementar-se.

A memória funcional refere-se à memória de um grupo, seletiva e vinculada a valores e à orientação futura. Por outro lado, a memória cumulativa refere-se à memória das memórias, em que são armazenados elementos que perderam a ligação vital com o presente. Assmann (2011) propõe que esses dois modos de memória podem ser produtivos quando referenciados entre si, permitindo a renovação e utilização da memória funcional. O texto também explora a relação entre memória individual e memória cultural, traçando paralelos entre ambas. A memória cumulativa contém informações não utilizadas e obsoletas, enquanto a memória funcional envolve a seleção e interpretação de memórias, mas as duas são importantes para a construção da identidade e compreensão do passado.

O texto de Assmann (2011) acerca das tarefas da memória funcional discute diversas formas dessa memória, focando em três possibilidades: legitimação, deslegitimação e distinção. A legitimação refere-se à prioridade da memória política ou oficial, em que o poder dominante procura legitimar a sua própria origem por meio de formas elaboradas de conhecimento histórico, como as genealogias. Essa memória legitimadora não só olha para trás, mas também para o futuro, pois os dominadores querem ser lembrados e erguem memoriais para comemorar as suas conquistas. Por outro lado, a deslegitimação é a memória subversiva que desafia as relações de poder opressivas. Trata-se de relembrar acontecimentos e figuras que foram apagadas ou suprimidas pela memória oficial. E a distinção abrange os meios que representam a

expressão que constitui a identidade coletiva. Por fim, tem-se o papel da memória cumulativa, que serve como repositório para memórias funcionais futuras e fornece um corretivo para memórias funcionais atuais. Enfatiza a importância de instituições como arquivos, museus e bibliotecas na preservação e divulgação do conhecimento cultural, destacando a necessidade de que a memória funcional e a cumulativa coexistam e se complementem numa cultura que se diferencia e se autonomiza.

Tal aspecto é relevante quando se considera uma trajetória de vida pautada em uma história oficial que valoriza a imigração germânica e apaga outras culturas, como aconteceu com a história de Joinville. O caminho iniciado por Ottokar Dörffel como político, jornalista e gestor na colônia ressaltava discursos de defesa da germanidade amparados no sentimento de orgulho de ser alemão.

Algumas informações escritas por Ottokar Dörffel e apresentadas neste artigo sugerem que a sua decisão de imigrar para o Brasil em meados do século XIX foi influenciada por vários fatores. Em primeiro lugar, Otto Victor I Von Schönburg-Waldenburg, antigo empregador de Dörffel e um dos principais acionistas da ACH, desempenhou papel significativo na sua decisão. Segundo Wetzel (2018), Dörffel interpretou a extensa aquisição de ações por Schönburg como planos promissores para o futuro e ofereceu-se para ajudar na concretização desses planos. Além disso, a ocupação de Dörffel como advogado e seu *status* social como membro da elite intelectual em Glauchau provavelmente contribuíram para o seu desejo de buscar novas oportunidades no Brasil.

Todavia, o desejo de Dörffel de manter sua identidade alemã e a percepção de que o Brasil era uma área de assentamento ideal para os alemães motivaram ainda mais sua decisão. O seu envolvimento na administração local e nas diversas funções na colônia também influenciou a sua decisão, pois lhe proporcionou oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Tais apontamentos suscitam a reflexão que move este subtítulo, de que memória e identidade se conectam numa perspectiva social e cultural. Em outras palavras, identidade é um conceito socialmente construído e constantemente redefinido na inter-relação entre o indivíduo e o coletivo, em que são compartilhadas memórias, crenças, práticas e representações. Portanto, a memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado.

Ter contato com todo um repertório transcrito dos textos de Ottokar Dörffel pode ser um referencial de entendimento sobre a sua forma de organização social e concepção

de vida, que nada mais são que retomadas de memórias que advêm de um passado apresentadas no presente.

A maneira como as sociedades contemporâneas lidam com o repertório da memória é algo complexo, pois existe uma linha tênue entre a lembrança e o esquecimento, e pode ser superada quando narrada por meio de uma seleção de repertórios incluídos ou excluídos em uma narrativa identitária.

Uma pesquisa biográfica como a que conta a vida de Ottokar Dörffel se apoia em documentos[15] encontrados no Arquivo Histórico de Joinville, no Arquivo Histórico de Chemnitz, na Alemanha, e no Museu de Waldenburg, também na Alemanha. Esses documentos passaram por um processo de seleção e esquecimento e materializaram-se como fontes de divulgação documental de determinado período histórico. Esses espaços guardam registros de narrativas que permitem interpretar e captar o sentimento de pertencimento de Ottokar Dörffel à comunidade da Colônia Dona Francisca.

Em nossos registros, na análise da memória identitária de Ottokar Dörffel e do que está por trás da escrita de seus textos, seja nos exemplares impressos do jornal *Kolonie-Zeitung*, seja nas cartas trocadas com sua família, há uma dinâmica revelada sobre quem foi Ottokar Dörffel como indivíduo e em sua relação com o coletivo.

As fontes originais apresentam suas percepções existenciais que operavam na dinâmica dos grupos aos quais Ottokar pertencia, na tradição da Colônia Dona Francisca como seu reduto de preservação e perpetuação cultural, na defesa de ideais externalizados, em seu modo de ser, em suas crenças e valores morais e intelectuais, que o levaram a tomar decisões, organizar a comunidade e compartilhar conhecimentos, formando sua identidade.

Portanto, com base nas reflexões de Candau (2011), pode-se fazer a seguinte correlação: como se formou a identidade de Ottokar Dörffel com base na sua relação com o grupo ao qual pertencia? A resposta está nos traços de escrita que o próprio Ottokar compartilhou, limitados pelos enquadramentos sociais que determinaram sua participação na Colônia Dona Francisca.

A forma como fortaleceu a dinâmica de sua filiação ao grupo, fosse pela repetição de traços de personalidade, fosse por suas condutas que o tornaram um líder respeitado no contexto histórico, bem como outras projeções culturais nas quais desempenhou papel de destaque, constitui um legado que contribui com o patrimônio material e imaterial da cidade de Joinville. Patrimônio material por conta da residência de Ottokar Dörffel em Joinville, que foi tombada como patrimônio histórico da cidade e atualmente abriga o Museu de Arte, porém sua biografia como figura histórica não tem a mesma visibilidade

que a do museu, que conta pouco de sua história. As memórias servem como um lembrete da passagem do tempo, mas carregam um significado profundo. Seus escritos podem ser vistos como uma ferramenta para exteriorizar o que é interno e inacessível, permitindo a autoexpressão e a compreensão da possibilidade de continuidade, contrastando com o inevitável processo de envelhecimento.

Considerações finais

Ao longo da vida, Ottokar Dörffel e sua esposa mantiveram intensa correspondência com parentes e amigos que deixaram quando imigraram para o Brasil. O resultado disso é uma coleção de cartas trocadas ao longo de mais de 50 anos, formando um *corpus* documental de quase 100 cartas. As cartas trocadas entre parentes e amigos retratam a perspectiva de Ida e Ottokar Dörffel sobre os acontecimentos que marcaram suas vidas após a travessia do oceano até o Brasil. Essas correspondências contêm relatos das experiências vividas na Colônia Dona Francisca, bem como o compartilhamento de suas opiniões, emoções, frustrações e detalhes específicos de seu novo lar. As cartas trocadas entre familiares e entes queridos são documentos valiosos para estudar as mudanças ocorridas no contato com brasileiros e outros imigrantes alemães em Santa Catarina.

A possibilidade de acessar o passado de Ottokar Dörffel por meio de fontes primárias presentes no Arquivo Histórico de Joinville, como seus textos escritos em inúmeras publicações do jornal *Kolonie-Zeitung*, em que expressa seu ponto de vista sobre a dinâmica vivida na Colônia Dona Francisca, e no Arquivo Histórico de Chemnitz, onde se encontra grande parte das cartas escritas por Ottokar e sua esposa, Ida, endereçadas a parentes e amigos da região da Saxônia, é importante para conhecer mais sobre o indivíduo. Uma interpretação aceitável e reflexiva na contemporaneidade sobre as formas de interpretar o passado. O compromisso científico com a história de Ottokar permanece na busca pelo que é dito na fonte de pesquisa e pelo que não é dito da mesma maneira, para a compreensão dos fatos relatados.

O lugar da escrita é ponto determinante para a interpretação da história e marcado pela construção do conhecimento e pelo interesse do tempo presente. Portanto, sua interpretação não fica petrificada ou congelada, mas ganha novo questionamento ou reflexão a respeito de acontecimentos passados para dar sentido ao tempo presente, que por sua vez será sempre provisório.

Assim, determina-se a inter-relação da memória pelo presente e pelo manejo dos registros passados. Essa reflexão move este texto sobre como são concebidas hoje as formas de conhecimento do passado. A perspectiva acerca da história, por meio dos registros arquivísticos, difere da memória, que opera de modo mais afetivo, embora ambas tenham seu valor e compartilhem aspectos comuns que envolvem a identidade, contudo elas ainda vão além de uma seleção do que é narrado no presente com base no que está disponível nos arquivos históricos e ganham vida a cada nova versão do passado.

Ottokar Dörffel, que nasceu na Saxônia, Alemanha, e migrou para o Brasil com uma formação intelectual consolidada e o desejo não apenas de permanecer alemão, mas também de perpetuar a cultura alemã em território brasileiro, é importante para a história da imigração no Brasil e para a discussão do patrimônio cultural em Joinville. Sua dimensão identitária envolve uma perspectiva mais ampla, uma interpretação mais abrangente do que se projeta nas ações por ele promovidas e comprovadas nos registros de cartas e outros documentos presentes no Arquivo Histórico de Joinville. Por exemplo, ele foi o fundador do jornal *Kolonie-Zeitung*, cofundador da Harmonie Society, membro fundador de diversas associações culturais e assistenciais, além de membro da Loja Maçônica Deutsche Freundschaft (Amizade Alemã), na Colônia Dona Francisca. Chama a atenção a intensa dimensão da vida sociocultural e econômica da comunidade que motivou essas inúmeras ações.

A força de sua abordagem situacional, de sua identidade, que foi construída por meio de suas relações interpessoais, de sua visão de mundo, foi uma forma de perpetuar algo que lhe era muito caro, sua herança alemã. Portanto, seu sentimento de pertencimento a um grupo social, que consequentemente se relacionava com uma dimensão coletiva em determinados tempo e espaço, foi fundamental tanto para construir quanto para perpetuar valores e ideias que o identificaram em dados tempo e espaço, sem a necessidade de romper um vínculo, sua conexão entre os dois continentes. As memórias foram construídas por fatos envolvendo o indivíduo Ottokar Dörffel, numa dimensão individual, que se relacionava com uma dimensão coletiva. Ottokar construiu uma história de ações cotidianas que representavam o pensamento dos imigrantes alemães em território brasileiro.

Por fim, que este texto, como sugere Schwarcz (2013), sirva para refletir acerca dos contextos sociais, culturais e políticos da atualidade, aproximando a história das nossas próprias realidades e contradições. Os acervos, compostos de indícios do passado – presentes em documentos como cartas e jornais – podem ser questões-chave para as reflexões sobre o patrimônio cultural da cidade. Urge sair da visão que privilegia somente

o passado ligado à imigração germânica, mas cabe na mesma medida sair do encastelamento de um patrimônio cultural de pedra e cal que apaga a biografia dos sujeitos históricos. Do mesmo modo, os escritos de Ottokar Dörffel permitem analisar os discursos passados e as suas apropriações no presente, a composição das políticas patrimoniais ao longo do tempo e as disputas que envolvem a memória.

Referências

ALLGEMEINE EMIGRATION NEWSPAPER. v. 20, n. 13, p. 2, 29 mar. 1866. Disponível em: https://zs.thulb.uni-ena.de/servlets/MCRFileNodeServlet/jportal_derivate_00047648/AWZ_20_1866_Nr013.pdf. Acesso em: out. 2023.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação:* formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CUNHA, Dilney. *A origem e o desenvolvimento da Colônia Dona Francisca/Joinville no sul do Brasil no século XIX*. Von Glauchau nach Brasilien. Auswandererbriefe von Ida und Ottokar Dörffel (1854-1906). Halle/Saale: Mitteldeutscher Verlag, 2018.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1858)*. Tradução de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Edusp, 1972.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. Dois manuscritos para revisar a história da colônia Dona Francisca (Joinville/SC), um dos mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. *Revista História Unisinos*, v. 25, n. 3, p. 567-576, set./dez. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERKENHOFF, Ely. *História da imprensa de Joinville*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

MATZKE, Judith. *Von Glauchau nach Brasilien*. Auswandererbriefe von Ida und Ottokar Dörffel (1854-1906). Halle/Saale: Mitteldeutscher Verlag, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. *Revista História Social*, Campinas, n. 24, p. 51-73, 2013.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

WETZEL, Michael. *Ottokar Dörffels Herkunftsregion Die Schönburgischen Herrschaften in der ersten Hälfte des 19:* JahrhundertsVon Glauchau nach Brasilien. Auswandererbriefe von Ida und Ottokar Dörffel (1854-1906). Halle/Saale: Mitteldeutscher Verlag, 2018.

[1]Com circulação entre 1846 e 1871, O *Allgemeine Emigration Newspaper* (*Jornal Geral da Imigração Alemã*), de Rudolstadt, de responsabilidade de editoração de Günther Fröbel, tinha a publicação semanal de três exemplares. Além de conselhos aos que desejavam imigrar e de relatos das experiências dos que migraram, publicava listas dos imigrantes alemães nos navios como fonte de informações censitárias.

[2] Tradução da carta escrita por Ottokar Dörffel para sua mãe, Christiane Charlotte Dörffel. Data: 1º de dezembro de 1854. Repositório: Saxon State Archives, Chemnitz State Archives, 32875 Dörffel – Kretzschmar, patrimônio da família, nº 4/70.

[3] Tradução da carta escrita por Ottokar Dörffel para sua mãe, Christiane Charlotte Dörffel. Data: 12–17 março de 1855. Repositório: Saxon State Archives, Chemnitz State Archives, 32875 Dörffel – Kretzschmar, patrimônio da família, nº 4/80.

[4] Crösus, ou Krösus, foi um rei da Lídia, região da Ásia Menor. Viveu entre 590 a.C. e 541 a.C. Ele, antes da guerra contra os persas, buscou no oráculo de Delfi instruções para tal e só depois iniciou a ofensiva.

[5] Já em dezembro de 1851, formou-se uma congregação protestante, seguida logo depois de uma associação escolar. Os membros de ambos os conselhos eram quase idênticos nos primeiros anos: Ottokar Dörffel, Eduard Trinks, Albert Kröhne, Carl Lange, Louis Niemeyer, Jacob Richlin, Heinrich Fissmer, Pastor Jacob Daniel Hoffmann e Pastor Georg Hölzel.

[6] Fundada como associação cultural em 29 de abril de 1855 por Ottokar Dörffel, Josef Ferdinand Reiß, Carl Parucker e o pastor Georg Hölzel, com os objetivos de promover a agricultura e a indústria, aconselhar imigrantes e realizar experimentos agrícolas. Ottokar Dörffel foi seu primeiro presidente, de 1855 a julho de 1858.

[7] Fundada em 1855 como associação de proprietários de terras, com o objetivo de manter as estradas e pontes, existiu como loteamento particular até o fim da Colônia Dona Francisca, em 1869. A associação formou a comunidade da colônia, que foi dividida em distritos, e elegeu um conselho comunitário. Os membros principais foram Ottokar Dörffel, Otto Niemeyer e Bernhard Poschaan.

[8] Tradução da carta escrita por Ottokar Dörffel para sua mãe, Christiane Charlotte Dörffel. Data: 1º de agosto de 1855. Repositório: Saxon State Archives, Chemnitz State Archives, 32875 Dörffel – Kretzschmar, patrimônio da família, nº 4/100.

[9] Ata da reunião registrada em 1858, com o secretário Ottokar Dörffel e a presença de Eduardo Trinks, Georg Otto Niemeyer e Jean Bauer. Fundação: maio de 1858.

[10] Tradução da carta escrita por Ottokar Dörffel para sua mãe, Christiane Charlotte Dörffel. Data: 25 de outubro de 1858. Repositório: Saxon State Archives, Chemnitz State Archives, 32875 Dörffel – Kretzschmar, patrimônio da família, nº 4/340.

[11] Kolonie Zeitung, J. 1, Probenummer, 20 dez. 1862, p. 1. Tradução de Elly Herkenhoff (Arquivo Histórico de Joinville).

[12] Recorte do texto traduzido por Elly Herkenhoff, que se encontra no livro de sua autoria *História da imprensa de Joinville*. A continuação do artigo escrito por Ottokar Dörffel está disposto nas páginas subsequentes, páginas 33 e 34.

[13] A íntegra dos documentos citados neste artigo se encontra no apêndice do trabalho de Luiz Mateus da Silva Ferreira. Dois manuscritos para revisar a história da colônia Dona Francisca (Joinville/SC), um dos mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX.

[14] Louis François Leónce Aubé (1816–1877) foi um engenheiro francês e oficial do exército francês que serviu como vice-cônsul e plenipotenciário do príncipe de Joinville no Brasil em 1844. De 1855 a 1860, atuou como diretor da Colônia Dona Francisca. Aubé assinou contrato com a Companhia de Colonização de Hamburgo, que implantou a Colônia Dona Francisca em uma área de 8 léguas quadradas. Como representante do príncipe de Joinville, Aubé participou ativamente dos primeiros anos de implantação da colônia e executou a construção da Estrada da Serra (Estrada Dona Francisca, hoje SC-418), que se tornou a principal ligação ao planalto norte de Santa Catarina e estimulou os dois primeiros ciclos econômicos da região, as indústrias da erva-mate e da madeira.

[15] Colunas em jornais, principalmente no *Kolonie-Zeitung*; cartas endereçadas a parentes e amigos, descrevendo seu cotidiano na Colônia Dona Francisca; e livreto escrito por Ottokar Dörffel com o tema voltado à sua gestão na colônia.

Artigo recebido em 09/11/2023

Aceito para publicação em 16/04/2024

MEMÓRIA E HISTÓRIA: Reflexões sobre a Lagoa do Mato em Paramirim-BA

MEMORY AND HISTORY: Reflections on Lagoa do Mato in Paramirim-BA

Roseli Ramos de OLIVEIRA[1]

José Alves DIAS[2]

Resumo: O presente estudo pretende analisar a história de ex-moradores da Lagoa do Mato impactados pela desapropriação do território. A pesquisa tem abordagem qualitativa, nesse caso, a História Oral, coletadas através de entrevistas semiestruturadas; também, é de caráter documental e bibliográfico. Como resultado da pesquisa, conclui-se que a barragem do Zabumbão transformou o cotidiano de, aproximadamente, oito comunidades rurais e mais de 52 (cinquenta e duas) famílias. A desapropriação foi movida por imposições, violações e, consequentemente, mudança material e simbólica para a memória e a história daquelas pessoas. Constata-se que a referida comunidade foi destituída do seu território e, quando insistiu, sofreu ameaças e coerções; houve consequências negativas nas indenizações e prejuízos econômicos.
Palavras-chave: História, Memória, Classe trabalhadora, Desapropriação, Lagoa do Mato.

Abstract: This study aims to analyze the history of former residents of Lagoa do Mato who were impacted by the expropriation of their territory. The research adopts a qualitative approach, utilizing Oral History based on testimonies collected through semi-structured interviews, and includes both documentary and bibliographic analysis. The findings reveal that the construction of the Zabumbão dam transformed the daily lives of approximately eight rural communities and more than fifty-two families. The dispossession of these families was marked by impositions and violations, leading to significant material and symbolic changes in their memory and history. The community was deprived of the right to live in its territory and those who resisted faced threats and coercion, resulting in negative consequences regarding compensation and economic stability.
Keywords: History, Memory, Working Class, Expropriation, Lagoa do Mato.

Introdução

Em todo o mundo, a investida em projeto de barragem teve um impacto preponderante ao provocar alterações diversas no ambiente natural dos rios, modificando o modo de vida de comunidades ribeirinhas que usam dos recursos hídricos como uma forma de subsistência. É evidente que esse recurso natural sempre foi objeto de exploração e cobiça, pelo fato de alimentar aos interesses econômicos, tanto no

1Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia (UESB). Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: roseramos41@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2833-9730.

[2]Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UGRJ). E-mail: jose.dias@uesb.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2236-9354.

agronegócio como no setor elétrico, especialmente para a geração de energia, de mineração e de saneamento.

Destarte, nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram em várias regiões do Brasil diversos tipos de conflitos em decorrência das ações nocivas de construção de barragens, desalojando milhares de pessoas que perderam suas casas, seus trabalhos, suas histórias de vida. Por isso, os movimentos sociais de resistência à instalação desses empreendimentos têm sido registrados nos mais diferentes contextos nacionais e internacionais, formando verdadeiras redes que reúnem diversos agentes sociais em torno dessa problemática.

Como um procedimento recorrente, as barragens têm afetado, significativamente, essas comunidades, causando impactos na dinâmica de uma região, tanto pelos eventos decorrentes das migrações compulsórias como pela própria questão das transformações sociais resultantes das áreas inundadas. Essas alterações foram vivenciadas pela comunidade da Lagoa do Mato com a construção da barragem do Zabumbão, edificada no município de Paramirim-BA.

O reservatório teve como órgão executor a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em 1996, com o argumento de que a construção dessa barragem promoveria o desenvolvimento da agricultura irrigada, através da regularização do rio Paramirim (Codevasf, 1960). Esse fato mudou a vida da comunidade, de forma incalculável, em diversos aspectos, inclusive, as relações de trabalho, de moradia e de laços de convivência construídos durante uma vida.

Por tais questões, interessa tratar da história da Lagoa do Mato, utilizando os estudos do campo da memória social, na perspectiva de compreender dimensões que ainda permanecem vivas, na ordem material e simbólica, entre os grupos que vivenciaram a experiência de serem atingidos por barragens. Para esse fim, mobilizou-se a categoria "memória social", tendo por base os autores Fentress e Wickham (1992) que apresentam a categoria como um fenômeno amplo no sentido de pensar nas relações em sociedade. É válido dizer que as compreensões sobre o tema da memória são diversas, contudo, os autores apontam como fundamentais para essa discussão a memória enquanto social. Por isso, será discutida a memória a partir da precisão e da concernência de um fenômeno, unicamente, do tecido social compartilhado com o grupo.

Nesse sentido, a teoria da memória em Halbwachs (1990) estabelece a dependência entre o fenômeno da memória e os grupos. Assim, "[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.

E porque, na realidade, nunca estamos sós" (Halbwachs, 1990, p. 16). Nesse caso, é importante questionar quais são as características específicas sobre a noção de grupo que está diretamente relacionada aos fenômenos da memória. Com base na concepção halbwachiana, foi mobilizada a história de vida dos ex-moradores da Lagoa do Mato para compreensão de como ela se constitui e se associa a uma memória de comunidades tradicionais que ancoram à memória de grupos.

Ao buscar esclarecimento sobre o processo da construção da barragem do Zabumbão, na Lagoa do Mato, no município de Paramirim, é imprescindível levantar como questão central da pesquisa: Qual a história de vida dos moradores da Lagoa do Mato em relação à desapropriação e qual a relação material e simbólica desse território para a comunidade? Levantadas essas proposições, é pertinente analisar a história de vida de ex-moradores da Lagoa do Mato impactados pela desapropriação do território.

Este texto está organizado em quatro momentos, inicialmente com a introdução, na sequência, traça-se os aspectos metodológicos, bem como os procedimentos da coleta dos dados com observância ao rigor ético. Correspondente aos aspectos teóricos, aborda-se o planejamento de barragens com o enquadramento teórico que sustentaram a investigação, seguida das discussões e dos resultados obtidos das entrevistas. Por fim, nas considerações finais, busca-se estabelecer diálogos diante das questões sobre a história de vida de ex-moradores da Lagoa do Mato.

Traçando os aspectos metodológicos

Com base nos objetivos traçados para este estudo, adota-se uma pesquisa de abordagem qualitativa por entendimento de que ela pode revelar a importância das relações subjetivas ao relacionamento humano. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e de atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, julgados pertinente a esta pesquisa.

Metodologicamente, este estudo estabelece conexões com a História Oral que visa trazer à tona as memórias, através das narrativas sobre a história de vida da comunidade de Lagoa do Mato, retratadas na vivência pessoal ou de um grupo, contadas por ele próprio e estudadas dentro dos contextos social, econômico, político e histórico. De acordo com Alberti (2008, p. 155), a História Oral "[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX". O que define esse método é exatamente a realização de entrevistas e os

relatos de acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

A História Oral mostra-se bastante fértil na tarefa de investigação da memória, especialmente, como é neste caso, da memória social como um método valioso para a construção do conhecimento sobre o passado, partindo das memórias individuais como via de acesso para a reconstituição das memórias dos grupos.

Nesse sentido, mobilizou-se teoricamente os estudos de memória elaborados por Halbwachs (1990) e Fentress e Wickham (1992), materializados a partir das relações sociais. À vista disso, a memória é socialmente construída, porque as narrativas orais são por natureza um mecanismo de recuperar as experiências vivenciadas também no coletivo. A dependência da memória marca característica da História Oral, por isso, esse é um processo que se constitui e se identifica nas histórias de vida (Fentress e Wickham 1992). Pensar nas relações sociais é entender que "[...] indivíduo que lembra é reflexo da sociedade em que vive [...] é na sociedade onde normalmente o homem adquire sua memória, é lá onde os evoca, os reconhece e os localiza" (Halbwachs, 2004, p. 8, tradução nossa). Seu empreendimento nesse campo de estudo é apresentado através da memória coletiva como um fenômeno construído na experiência do que é vivido e experimentado em grupo, ou ainda, pelo indivíduo que se localiza através dos quadros sociais da memória.

Para a construção do *corpus* documental desta pesquisa utilizou-se de laudos técnicos, atas, relatórios e reportagens, contendo as informações da construção da barragem do Zabumbão no tocante ao tema deslocamento e conflitos. A investigação documental foi realizada ainda em *sites* oficiais, como: ANA, MAB, CBHSF, Codevasf, entre outros.

Com relação ao *lócus*, este estudo versa sobre a Lagoa do Mato, espaço destinado ao aglomerado das comunidades e que cobre uma área de quase 3 mil hectares cercada por montanhas, atravessada por ilhas ao longo do rio principal que abriga uma diversidade de espécies da fauna e da flora regionais. Nela, existe a contenção da Barragem do Zabumbão, construída em uma área que une o Morro da Estrela e a Serra do Cruzeiro, formando um reservatório com mais 8 km de extensão rio acima, onde existe maior concentração de famílias.

Com a aprovação e a liberação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia[1], para o trabalho de campo, seguiu-se os trâmites da pesquisa. O processo de identificação dos entrevistados deu-se com as iniciais do nome e o ano em que ocorreu a entrevista, primando, assim, pelo respeito e anonimato dos depoentes.

Em se tratando dos instrumentos de coleta de dados, aplicou-se a entrevista semiestruturada, no período de novembro de 2021 a junho de 2022. O critério referente à coleta das amostras é que os entrevistados fossem deslocados da comunidade da Lagoa do Mato. Pelo fato de a pesquisa encontrar-se em andamento, a amostragem para coleta dos dados foi composta por oito entrevistas, sendo, seis participantes deslocados, três mulheres e três homens; um integrante da Codevasf e um da EMATER-BA. Na época da concessão das entrevistas, as mulheres tinham 59; 70 e 77 anos, e os homens estavam com idade de 64 e 68 anos. As entrevistas com os participantes foram realizadas presencialmente com tempo em torno de 40 minutos, com, aproximadamente, 12 (doze) encontros, quantidade suficiente para se conhecer e entender a história da comunidade.

A constituição da rede de depoentes deu-se por meio do contato presencial. Nesse primeiro momento foram identificadas as pessoas que poderiam contribuir devido os critérios de inclusão da pesquisa. A definição das datas e dos momentos das entrevistas foi feita através das possibilidades dos depoentes. Com os participantes deslocados tentou-se priorizar que fosse realizada na Vila Nova, local para onde foram transferidos, por ser o lugar carregado de significados e que ancora uma memória, portanto, possibilita mobilizar a memória.

Já com o superintendente da Codevasf, a entrevista foi realizada por meio de vídeo chamada no *Google Meet*, por questões da logística do trabalho do entrevistado; e no caso do representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA), a entrevista ocorreu, explicitamente, no local de trabalho. A coleta das entrevistas configurou-se por meio de gravações com o aparelho celular[2], dada a praticidade, e de gravador de voz, posteriormente, as conversas foram transcritas.

Com relação às análises, procedendo com a obtenção das narrativas colhidas por meio das entrevistas, seguida de processo de análise e interpretação dos dados, conforme classificação apresentada com base em Minayo (2001), a fase de análise na pesquisa social reúne três finalidades: (i) estabelecer uma compreensão dos dados coletados; (ii) confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas; e (iii) ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando ao processo teórico-metodológico nas interpretações das histórias de vida às quais foram transcritas, selecionadas, categorizadas, analisadas e discutidas. Ou seja, os materiais ainda receberão um tratamento analítico e discursivo baseado na memória.

Trabalhar com História Oral remete viver experiências traduzidas no tempo presente-passado reconhecidas e empreendidas por sujeitos que transformam relatos em

fatos e acontecimentos a partir das vivências. O contato com a comunidade foi caloroso. Os integrantes sempre agiram com disposição, presteza, interesse em participar e contar as histórias de forma elucidativa. Sentiu-se, por parte dos entrevistados, motivação e emoção nos relatos com o resgate da memória, uma vez que eles não passaram por uma experiência parecida antes, era algo novo e uma forma de explicar sobre toda a história que viveram. Contudo, a experiência vivenciada pela pesquisadora foi incrível, e os entrevistados desenvolveram fluidamente suas narrativas a partir do relato oral que advém da memória de pessoas que constroem sua própria história.

Proposições teóricas do planejamento de barragem

O planejamento da barragem na Lagoa do Mato, em uma comunidade rural de Paramirim-BA, iniciou entre os anos de 1935 e 1950, desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), ao elaborar os primeiros estudos sobre a viabilidade do projeto. Posteriormente, em 1961, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), hoje denominada Codevasf, recebeu o encargo de elaborar e coordenar a execução de um plano de aproveitamento total das possibilidades do rio São Francisco e seus afluentes, visando à distribuição das águas, à utilização do potencial hidrelétrico e à modernização dos transportes do São Francisco.

Entretanto, somente no ano de 1981, foi dado o parecer final sobre a viabilidade da construção da barragem, constatando que o vale do rio Paramirim apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento de culturas agrícolas irrigadas, pelas boas características dos solos do ponto de vista pedológico, consolidando a elaboração do projeto de perenização do rio (Codevasf, 2006).

É importante esclarecer que o período de 1980 foi o marco da construção da barragem, quando, precisamente, iniciaram as desapropriações de algumas famílias da Lagoa do Mato. Nesse período, o país ainda se encontrava sob o comando de um governo ditatorial, em que as políticas autoritárias e desenvolvimentistas da ditadura militar consolidaram a seu bel-prazer uma ideologia dominante, visando projetos de modernização do Estado brasileiro, a partir de grandes obras de infraestrutura.

Sistematicamente, o modelo de produção energética, mediante a edificação de grandes barragens e hidrelétricas, foi favorecido no país desde o segundo governo de Getúlio Vargas, no qual foram firmadas políticas, a partir do conceito de "nacional desenvolvimentismo". Para o pesquisador Bresser-Pereira,

> O desenvolvimentismo é uma prática de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico que supõe uma intervenção moderada do Estado na economia visando promover a industrialização e a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Está, umbilicalmente, relacionada com o nacionalismo econômico. É uma ideologia: a ideologia do interesse nacional em um quadro de competição e cooperação internacional. E é uma teoria: a *development economics* ou desenvolvimentismo clássico, formulada entre os anos 1940 e 1960, e, desde a primeira década do século XXI, o novo-desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2018, p. 864).

Os interesses da política econômica eram estimuladores do projeto desenvolvimentista no Brasil, implementado, por vezes, por um modelo econômico que objetivava a consolidação do capitalismo, com a defesa da industrialização pesada. Entende-se que "[...] esse modelo vigorou a partir do nacionalismo e das políticas econômicas expansionistas, com a instituição de atores estatais para atuação no mercado interno, através de bancos e empresas públicas" (Fonseca, 2004, p. 233-234).

A verdade é que, impulsionado pela política de desenvolvimento a partir do modelo econômico adotado, além da industrialização, o Estado brasileiro deu ênfase à construção de barragens que tinha ao seu lado as forças do mercado que buscam constantemente transformar a água em mercadoria. Contudo, o interesse em expandir o progresso e o crescimento econômico sobre os recursos naturais, nesse caso, a apropriação da água pelo capital, gerou um problema de grandes proporções.

No caso em questão, a edificação da barragem do Zabumbão deu-se de acordo com as diretrizes indicadas pela Codevasf, com um projeto de sistema de armazenamento de água que permitiria dar condições de perenização do rio Paramirim, aproximadamente, entre os municípios de Paramirim e de Rio do Pires (Codevasf, 2006). Para tanto, a conjuntura histórico-social, política e econômica em Paramirim trouxe conflitos sociais em desacordo com a construção da barragem Zabumbão, que ocorreu seguindo as deliberações autoritárias por parte do Estado.

Nesse sentido, a dominação é o elemento que mantém o poder concentrado com um grupo, sendo responsável pela organização e controle social do Estado que está no âmago da sociedade capitalista. A luta de classes evidencia as relações sociais e de poder que estão na base da sociedade moderna. Vemos, desse modo, que a sociedade se constitui como um espaço classista e segregacionista, sob o domínio da burguesia e funciona como um todo orgânico integrado, onde a vida social é indissociável das lutas e buscas por direitos.

Para Marx e Engels, o Estado teria surgido, visando

> Conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados (Marx; Engels, 2007, p. 193).

Fica claro que o Estado dominante reproduz a lógica da acumulação e da desigualdade, advinda da divisão do trabalho, a qual configura uma sociedade estratificada em classes. De certa forma, conter as desigualdades concebidas pela dominação e pela exploração é uma forma do Estado estabelecer um equilíbrio ou, pelo menos, minimizar as disparidades explicadas nos nexos e contextos dos conflitos históricos das civilizações ocidentais.

Nessa perspectiva é que foram percebidas as intenções por parte do Estado com a construção da barragem, pautada pelo discurso desenvolvimentista para o Vale do Paramirim, com o suposto intuito dos benefícios, do progresso, ocultando, portanto, os danos culturais e sociais em nome da prosperidade econômica. Desse modo, é oportuno questionar: benefícios e progresso para quem? Evidentemente, que não seriam para as 52 (cinquenta e duas) ou 76 (setenta e seis) famílias desabrigadas, algumas lutam por décadas pelo reconhecimento de seus direitos, ao moverem uma ação judicial para cumprimento das obrigações da Codevasf.

Pensar na memória e na história dos atingidos de barragem, como é o caso da Lagoa do Mato, torna oportuno analisar o contexto da desapropriação e entender essa comunidade como sendo um estrato da classe trabalhadora, vítima de um projeto excludente. Logo, busca-se evidenciar os danos velados, sofridos em todos os âmbitos pelos atingidos com a construção da barragem do Zabumbão, ressaltando que esses são irreversíveis, mas, para que sejam minimizados, deve-se, sobretudo, evidenciá-los. Para tanto, é preciso entender o discurso ideológico, sobre o qual Terry Eagleton (2019) expõe que,

> O discurso ideológico é apresentado de forma muito clara ao qual afigurou-se como elemento legitimador do discurso de uma classe para a instituição de órgãos de controle de informações e criação de um aparato repressivo por uma classe a fim de dominar a outra. É possível compreender a forma de atuação do Estado na propagação do discurso como uma força transformadora, isto é possível para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio, consentimento e a coerção (Terry Eagleton, 2019, p. 128).

Esse tipo de discurso é o fio condutor do poder que se apropria de uma ideologia e dos discursos gerados para assegurá-la, esses, são utilizados como instrumento de submissão velada das classes marginalizadas e da superioridade da classe dominante.

Para tanto, o fenômeno das relações de poder existentes na sociedade é evidenciado a partir das representações que os indivíduos têm da realidade que se conecta à maneira como eles atuam diante do estado de coisas, e isso, em uma sociedade dividida, significa legitimar ou não certas relações de dominação. Em virtude disso, é preciso expor que, nas considerações de Oliveira (1981), existem elementos que precisam das forças e dos agentes que influenciam a transformação, sendo que essas forças são repletas de interesses próprios.

Neste caso, vê-se que o Estado está ligado ao capital e, como consequência, intensifica os conflitos sociais, assim "[...] não é o planejamento que planeja um sistema capitalista, mas é o capitalismo que sobrepõe os seus interesses e que planeja o planejamento" (Oliveira, 1981, p. 24-25). O autor também entende que o planejamento é sem nenhuma perspectiva de mediação, pois ele marca o caráter de produção e, portanto, as relações sociais carimbadas pelo sistema capitalista, intrínseco à luta de classes.

Entretanto, observa-se que, na comunidade Lagoa do Mato, sobrevivente de movimentos conflituosos relacionados com a água e/ou seu território, tais fatos têm ligação peculiar e têm consequências na destituição de direitos, em função de um poder, nesse caso, do Estado, responsável por todo processo de planejamento e de desapropriação da comunidade no percurso da construção da barragem do Zabumbão.

As construções desses tipos de empreendimentos, mesmo que possam trazer alguns benefícios, causam grandes impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e também na memória dos habitantes do território, especialmente daqueles atingidos e obrigados a se deslocarem. Posto isso, lugar com dimensões geográficas insere-se, portanto, como a escala da totalidade do cotidiano e deve ser entendido a partir da relação entre o espaço geográfico, o território usado e o lugar (Santos, 1996).

É importante fazer referência também que o lugar não está isento das tensões e das disputas. A consequência de um deslocamento traz alterações e efeitos irreversíveis, uma vez que esses lugares também têm novas reconfigurações, alguns se transformam, inclusive, nos aspectos físicos que ficam irreconhecíveis aos olhos humanos. Apenas quem vive a experiência do lugar é capaz de captar os vestígios materiais e simbólicos desse passado reproduzido, bem como as lembranças que foram apagadas pelo tempo e pelas alterações humanas. Com base em Santos,

> [...] o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (Santos, 1978, p. 171).

As relações advindas do espaço organizado são também uma forma resultante da interação do espaço social correspondente ao espaço humano, lugar de vida, de trabalho e de moradia e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. Ao considerar os vários aspectos abordados aqui sobre a memória, é imprescindível considerá-la nos seus diversos contextos, levando em conta a tônica das experiências que a comunidade da Lagoa do Mato vivenciou em relação aos acontecimentos apresentados pelas forças externas.

> Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz a si mesmo. Ele penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evocação (Halbwachs, 1990, p. 133).

A imagem que a comunidade de Lagoa do Mato possui é reconstruída em consonância com a memória de diversos membros daquele grupo social. Por isso, pode-se falar em memória coletiva somente se evocar um evento que também fez parte da vida coletiva do grupo do qual faz parte. Halbwachs (1990) exemplifica a ideia de grupo como algo que vai se recompondo a partir das referências do dia a dia, da relação com o espaço e com o tempo, para recuperar, desse modo, essas lembranças.

Na compreensão do antropólogo e do historiador, a contraposição ocorre no tratamento dado à memória individual e, sobretudo, ao termo "memória coletiva", também para evitar a "[...] imagem de um inconsciente coletivo junguiano" (Fentress; wickham, 1992, p. 8). Entende-se que o ponto de vista mais adequado para essa análise é a abordagem de "[...] memória social pelas lentes dos autores que assumiram uma responsabilidade conjunta de apresentar o tema ocupando-se inevitavelmente, do lado mais público e social" (Fentress; Wickham, 1992, p. 8).

Para tanto, é necessário que se admita a memória entrelaçada no tecido social que contempla a discussão sociocognitiva, subjetiva, como um conjunto de sentimentos, de pensamentos e de lembranças compartilhadas pelos grupos como um fenômeno que se descortina nas tradições orais, e, ainda, pelas informações que carregam como uma abordagem ampla da sociedade. Ao referirem-se às vinculações e às relações entre as duas dimensões da memória, individual e coletiva, os indivíduos recordam as dimensões

cognitivas, mas concordam que o papel essencial da memória é também representado pelo social, pois essas relações constroem as suas próprias imagens do mundo, estabelecendo uma versão acordada do passado que se estabelece graças à comunicação, não por via das recordações pessoais (Fentress; Wickham, 1992, Halbwachs 1990). Na verdade, a noção de memória é a representação de episódios que acontecem na vida de um grupo ancorado na memória coletiva. O indivíduo, na sua formação pessoal e intelectual, faz-se a partir das interações e dos interesses que se definem de acordo com a dinâmica de algum grupo social: familiar, escolar, profissional, entre outros.

Relato oral: da História à memória da Lagoa do Mato

Para tratar da história da Lagoa do Mato, é necessário contextualizar os fatos marcados pelas impressões de várias classes sociais associadas à própria formação dos grupos ao longo da história e das relações que desenvolviam na comunidade pelas diferentes classes sociais organizadas em três categorias: proprietários; não proprietários; e aqueles que não se identificavam nem como proprietário e nem como meeiros. Essas classes sociais na Lagoa do Mato apresentavam interesses diversos e lutavam pelos mesmos fins: o direito de permanecer no território.

O processo que deu origem do povoamento das terras em Paramirim- Ba ocorreu por consequência do deslocamento dos portugueses, os quais se estabeleceram em função da exploração do ouro em Rio de Contas. Com o declínio, esses povos desceram pelas margens do rio Paramirim e começaram a desenvolver atividades de agricultura e pecuária. Essas atividades permitiram a aquisição de prioridades que foram divididas e transferidas de donos que também originaram dos núcleos formadores de famílias que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para as sucessões das terras da região.

Esse processo explica os fatos sobre a colonização e o povoamento da Lagoa do Mato. Um ex-morador relatou que o processo se deu pelos patriarcas Zé Calotes, José de Ambrósio e Macaro Pereira da Silva, sendo estes os primeiros a chegarem àquela região. A partir da memória local da comunidade, um informante recordou: "[...] meu pai, que era garimpeiro, veio de Jequié explorar as terras, o nome dele é Macaro Pereira da Silva, casou com minha mãe e ficou morando na Lagoa do Mato" (J. P. S., 2021).

Diante do exposto, compreende-se que a ocupação desse espaço foi marcada pela presença de pessoas que mantinham expectativas, sonhos e desejos de construir uma vida melhor. Segundo o entrevistado, "[...] os outros povoamentos se deram também pela

aglomeração de trabalhadores que vinham trabalhar nas fazendas, sendo eles: Sr Abílio, Zé Goiano, Zé Pereira que foram os primeiros moradores" (J. T. A., 2021).

Com base nas informações colhidas através das entrevistas, a Lagoa do Mato e as comunidades de Pau da Bateia, Volta do Rio, Terra Branca, Monte Alegre, Rabudo, Engenho Grande, Pé da Serra e Lagoa do Mato, no momento da construção da barragem, eram habitadas por 76 (setenta e seis) famílias que trabalhavam e residiam na área, sendo obrigadas a desocupar aquela região, abandonando anos de história. Entretanto, nos dados da Codevasf, de 2006, divulgados nos relatórios, o quantitativo era de 52 (cinquenta e duas) famílias, sendo 16 (dezesseis) meeiros e 36 (trinta e seis) pequenos proprietários, divergindo, assim, dos números fornecidos pelos ex-moradores.

A comunidade de Lagoa do Mato era a mais desenvolvida entre os demais povoados citados, haja vista possuir igreja, escola e campo de futebol comunitário. O acesso à sede do município, nesse caso, Paramirim, era extremamente difícil, pois o rio cortava as estradas de alguns povoados e quando da ocorrência "das cheias", a travessia era realizada com dificuldades por trilhas, realidade alterada somente após a construção da ponte. Assim, é percebido nos relatos que a vida social daquela comunidade e a recordação que seus moradores compartilham é de que,

> Era bom... a gente morava na roça, a gente plantava de tudo... plantava cana, nós tocávamos a roça com Armandinho, dono da fazenda; nós plantávamos cana, moia, destilava pinga, plantava arroz e carregava aquele feijão nas costas (M. L. A. 2021).

Nota-se que as várias atividades desenvolvidas, a exemplo da agricultura, da pecuária, da moagem em engenho e da pesca, de forma mais abrangente, a agricultura de subsistência, eram as principais formas de obtenção dos alimentos pela comunidade. Destacava-se o cultivo de hortas, com incidência das culturas de feijão, de arroz, de algodão, de mandioca, de milho, de cana de açúcar e de batata. Além disso, a comunidade esteve sempre ligada às tradições locais, como missas e festejos juninos.

O espírito comunitário e as relações de solidariedade entre as comunidades sempre estiveram presentes no cotidiano de seus moradores, especialmente por desenvolverem atividades coletivas em prol da comunidade, como narrou uma das entrevistadas, "Nós fizemos a igreja, ficou uma beleza. Nós fizemos o correto. [...] era tudo pertinho. A luz acesa de óleo iluminava os meninos. Fizemos a igreja, não era igual essa de hoje, não!" (M. L. A. 2021).

As memórias dos deslocados revelam a essência de um senso coletivo, associado à partilha de sentimentos de pertencimento, e esse vínculo com o espaço, com a

sociabilidade empreendida e com a cultura local subsidia a recordação de processos de mobilização social para o bem comum no qual as pessoas se unem para compartilhar interesses comuns que fortalecem a identidade de um grupo.

Para tanto, a vida na Lagoa do Mato inspirou a reconstrução da memória coletiva/social como um fenômeno experienciado pelas histórias de vida em sociedade, como bem explicitou a fala de uma ex-moradora da localidade ao ser questionada sobre a vida que leva. "[...] Vou te falar... Eita lugarzinho que deixou saudade! Lá tinha uns 70 moradores, [...] Tudo ali era a coisa mais linda... mais linda! Lá era gostoso, não tinha confusão, não tinha briga, todos unidos" (M. L. A. 2021).

Os ribeirinhos sofreram um processo de significativas transformações no cotidiano, de forma individual e também coletiva. O sentimento de uma vida em um lugar com boas condições para estabelecer as relações materiais e afetivas foi interrompido por interesses diversos ao da comunidade. Afirma-se, portanto, que a memória de um grupo reflete a realidade de homens e de mulheres do território onde vivem e de suas origens, recuperadas no cotidiano, através da partilha e das histórias dos acontecimentos que marcam a memória coletiva/social. Contudo, a comunidade foi impactada pela transformação do lugar, nesse caso, houve um evento intencional que foi o projeto da construção da barragem que ocasionou vários impactos, principalmente, na história e na memória dos moradores.

Discussão e reflexões: o dilema da desapropriação

Como resultado, o projeto da barragem do Zabumbão transformou o cotidiano de, aproximadamente, oito comunidades rurais. Toda a trajetória que se deu desde os primeiros estudos topográficos até o deslocamento dos atingidos aponta para a inferência, o domínio e a imposição do Estado capitalista sobre a classe trabalhadora que esteve presente em vários momentos daquela comunidade. Nessa fase, os moradores ainda viviam no meio rural, desenvolvendo pequenas lavouras e criações de animais, tendo acesso à pesca de subsistência, o que garantia a alimentação e a comercialização do excedente da agricultura familiar.

No entender dos interesses econômicos, o projeto da barragem do Zabumbão pleiteava uma usina hidrelétrica. Nota-se, portanto, que a área foi considerada como "[...] reconhecida possibilidades de aproveitamento do rio Paramirim para fins hidrelétricos, contudo o que mais impressionou, favoravelmente, foi a existência de uma área extensa, porém considerada primitiva, por inexistir sistema de irrigação" (Codevasf, 1960, p. 33).

De acordo com relatório emitido pela empresa, a perenização do rio, nesse trecho, daria condições de irrigação durante todo o ano, e, portanto, de permanência da população ribeirinha em Paramirim (Codevasf, 2006).

Equivale dizer que a comunidade foi obrigada a desvincular-se de uma vida marcada pela tradição e pelas relações que lá mantinha enraizadas. As experiências dos conflitos sociais e dos eventos que ocorreram no período das negociações, das resistências, das mobilizações, das indenizações entre outras questões serão apresentadas pelas entrevistas obtidas no trabalho de campo. Assim relata um técnico do órgão,

> Eu cheguei aqui em 1978 trabalhando na EMATER-BA um órgão de extensão do Estado. Eu conhecia Lagoa do Mato quando a gente fazia uns projetos de agricultura lá. Era uma comunidade organizada, todos moravam lá. Mas tinham em mente que um dia teria que sair de lá por causa da construção dessa barragem [...] no decorrer do tempo eles tinham sempre em mente que um dia ia ter que sair porque essa história da barragem do Zabumbão foi desde 1935 segundo um dos mais velhos aqui, aí com o desenrolar do tempo em 1980 para 1982 começou os trabalhos da barragem (A. H. B. A., 2021).

A construção da barragem Zabumbão trouxe aos moradores da Lagoa do Mato uma situação recorrente a todos os deslocados: o fato de não ter um lugar para onde ir; o abandono de seus pertences, tanto materiais como simbólicos; entre outros. Nesse sentido, a memória social de um passado compartilhado pelo coletivo deve ser considerada, também, enquanto símbolo revelador de práticas cotidianas e populares do entrelaçamento de vivências coletivas, recordação de uma memória em processo de transformação.

Esse projeto foi desenvolvido com um discurso sobre a precariedade da região, sobre as narrativas e a divulgação de documentos oficiais, os quais são subscritos na fala de um técnico responsável pelos estudos da área, como pode ser observado a seguir,

> Pouquíssimos os produtores que vivem uma vida melhor e produzem o suficiente para suprir outros mercados. Pode-se afirmar que na área em exame não há indústria; no máximo, por meios rudimentares, a fabricação de rapadura e farinha (Codevasf, 2006, p. 07).

Notadamente, nas entrelinhas do discurso é descrita uma área com características e potencial de pouco crescimento, pois não tinha indústria, aspecto marcante da política econômica, fruto da ideologia nacional-desenvolvimentista. Nessa perspectiva, a única solução seria o convencimento do progresso pautado também na construção de barragens em todo o país. Por consequência da localização, o projeto era aplicável à comunidade da Lagoa do Mato, assim como o contexto relatado pelos técnicos, que estudavam a área, indicava atraso, pois era um lugar sem condições de perpetuar o capital.

Em paralelo, para a população existente naquela região, o seu desenvolvimento era satisfatório, suas ações de subsistência demonstravam um estilo de vida agradável, fácil e acessível para aqueles moradores, visto que eram providos de recursos naturais para suas práticas laborais, condições ofertadas pelos fatores geográficos. Sendo assim, mudar o cotidiano das famílias e seus modelos econômicos afetaria a cultura que estava sendo construída por elas.

A promessa de desenvolvimento equitativo já circulava há décadas, como noticiada em uma reportagem no jornal Voz Operária, do Rio de Janeiro. A matéria, publicada no jornal carioca, no dia 13 abril de 1957, de título "Paramirim município rico e esquecido" chamava atenção para a situação do município, "[...] sobre a solução das terras seria a viabilização e realização do projeto da barragem o qual iria fomentar a agricultura sendo prioritário para a melhoria da população" (Matheus, 1957, Jornal Voz Operária, p. 11).

Entretanto, havia divergências quanto à construção da barragem, de um lado, representantes do governo e proprietários de fazendas; do outro, moradores da comunidade, meeiros, parceiros, agricultores de sobrevivência. Muito se dizia sobre as condições da região, contrapondo-se ao discurso governamental representado na pessoa de um técnico responsável pelos estudos da área, o qual está subscrito no relatório. Na visão de um dos moradores, o espaço em que eles viviam, nesse caso, a comunidade, oferecia as condições de sobrevivência e existência necessárias, como pode ser averiguado na fala que segue

> As famílias eram pessoas bem-sucedidas, tinham um bom terreno com fruteiras de várias espécies, engenho, canavial, fábrica de rapadura o ano todo. Tinha três simples casas de moradia na propriedade e hoje mora de favor. Essas pessoas cederam à indenização e assinaram e a Codevasf não cumpriu com o prazo e a morada desvalorizou (A. S. A., 2021).

Com a desapropriação das famílias, ocorreram várias alterações sobre o modo de vida da comunidade, gerando conflitos e resistências por vários motivos, entre eles o deslocamento, as negociações, o baixo valor das propriedades, enfim, as questões conflituosas que também fizeram parte da história da construção da barragem no município de Paramirim.

Em entrevista, um dos moradores relata que

> A Codevasf chegou ameaçando, intimidando a gente porque se a gente não negociasse, eles desapropria pelo mínimo que podia ser do governo, então, muita gente avexou logo vendeu as coisas barato igual um tio meu vendeu e não dava para compra nada eu também agoniado

> com medo dos problemas que teve eu vendi o que eu tinha lá para comprar uma geladeira com a Codevasf ameaçando. Os outros pegou foram fazendo greve... greve confusão (J. T. A., 2021).

Na fala do entrevistado, fica perceptível que houve ameaça, coação e medo, revelou também um reflexo condicionante do sistema capitalista. A intimidação sofrida fez com que os moradores agissem precipitadamente e vendessem o que tinham de forma desvalorizada. É verdade que os objetivos não são do Estado, mas sim da classe dominante, o estado só representa seus interesses para perpetuar a dominação e o controle sobre a classe trabalhadora.

Dessa forma, as contradições ficam evidentes quando analisadas sob uma óptica das relações entre memória e história, como consta na seguinte entrevista, cedida por um superintendente da Codevasf.

> Quando eu cheguei à barragem, já estava pronta, porém ela tinha uma expectativa frustrada. Esperava-se que ela tivesse uma capacidade de alguns milhões de metros cúbicos de água e ela só tinha a metade. A vazão da barragem era a metade do que se tinha projetado, estava aquém dos objetivos que se tinha pensado para a função que ela ia cumprir. Ainda tinha um outro problema com a negociação das famílias que estavam no entorno. Essa negociação implicava em um hectare de terra a cada uma das famílias e uma indenização. Esse hectare de terra lá perto do aeroporto de Paramirim com área inóspita completamente onde se chama Sertão de carrasco caatinga brava. Uma área de pedregulhos destinada a essas famílias e um tanto inservível, não tinha como ser utilizada. Eu sabia que estava paralisada a lei, estática, sem poder cumprir suas funções agrícolas, porque a barragem interrompeu completamente aquelas atividades. Serviu-se daquela área e ao mesmo tempo não realizou a indenização. E foi engraçado que a primeira vez que eu cheguei aí em Paramirim fui para uma reunião, quando eu saí tinham 14 cruzes do lado de fora organizadas com carro de som. As 14 Cruzes que significavam as pessoas que já haviam morrido sem a indenização. Mas, enfim, a agressividade era grande em função da indenização que não havia sido paga e o engodo que foi a negociação com os moradores que perderam as suas áreas e receberam em troca um carrasco inservível, além de muito longe da cidade. Ninguém ia trabalhar naquela área, uma área contígua completamente inóspita (J.P.O.N., 2021).

J.P.O.N (2021) apresenta em sua narrativa que, ao assumir a superintendência e fazer uma reunião com a comunidade para retomar as questões referentes ao Zabumbão, foi criado um momento tenso em função da mobilização dos ex-moradores que colocaram 14 (quatorze) cruzes, fazendo memória às pessoas que já haviam morrido esperando indenizações.

A questão tratada, sem dúvida, é muito triste, talvez os idosos foram os mais afetados. Nesse relato encontram-se fortes argumentos de como a comunidade foi massacrada, chegando no ápice da crueldade em função dos interesses do órgão da

Codevasf. Não se sabe, ao certo, os motivos das 14 (quatorze) mortes, mas o fato é que em vida esses moradores foram submetidos à violência psicológica e à incerteza da indenização e da realocação, entre outras.

O informante ainda descreve com detalhes sobre a negociação com as 52 (cinquenta e duas) famílias que, ao agilizar os processos referentes aos pagamentos das indenizações que estavam pendentes, perceberam que havia situações que traziam um descrédito da comunidade em relação ao reassentamento, como por exemplo, a falácia de um terreno próximo ao aeroporto de Paramirim com características de um carrasco seco. Evidentemente, a Codevasf comprometeu-se em fazer um projeto de desenvolvimento que foi frustrado por questões óbvias, isto é, o solo não oferecia nenhuma condição, essa era uma promessa que os deslocados sabiam que não consumaria devido às impossibilidades da área.

Percebe-se que existem várias situações embaraçosas, pois o órgão não apresentava um plano concreto para atender à comunidade, até mesmo na condução das negociações houve desrespeito; a terra é um elemento crucial, formado pelas relações de trabalho e do modo de vida.

Outra questão polêmica apresentada pelo informante J.P.O.N (2021) foi com relação à execução da barragem. Na visão dele, o projeto apresentou problemas evidentes, principalmente no que se refere à capacidade de armazenamento de água da barragem que ainda está aquém dos objetivos da funcionalidade. Ainda hoje, esses contratempos persistem, visto que a capacidade de reservação é de apenas 50%, uma questão sem solução aparente, porque apenas a nascente do rio Paramirim é o principal meio de escoamento da água que abastece e alimenta a barragem, uma vez que a jusante da barragem tem cinco represas de regulação de fluxo que não funcionam. A água é toda desviada, corre por inundação e não chega à Caturama.

No que concerne ao ressarcimento financeiro, de acordo com a Codevasf (2006), as famílias foram indenizadas com o valor médio de R$12.000,00 (doze mil reais). Um fato que chama a atenção nessa informação é que a barragem entrou em operação em 1998 e só em 2006 as indenizações foram realizadas. Ao desenrolar dos fatos, muitas informações cercam a trajetória sobre os acertos, entre elas: desvalorização das propriedades; atraso no cumprimento dos acordos; e valores abaixo da estimativa dos benefícios.

Segundo entrevistas, consta que o Estado foi moroso em cumprir os compromissos assumidos, e, além disso, nem todos os moradores foram indenizados, sobretudo, por não possuírem a comprovação da posse da terra. Como informa o entrevistado,

> A comunidade não aceitou, porque o valor continuava muito baixo. As terras sem benefícios, mesmo sendo de irrigação, para a Codevasf, não tinha valor. As que tinham benefícios mesmo sendo de irrigação com cerca de pedra, canal de irrigação, casas fruteiras, os valores ainda eram baixos e *essa hectares de terra incluindo na indenização era inviável.* Porque não encontravam valores altos. Prometeram comprar terras de seco e sem irrigar, mas nos sabíamos que eram impossíveis porque a barragem iria ser para abastecimento de água e não para irrigar (A.S A., 2021, grifo nosso).

Uma questão fundamental para compreender os fatos sobre o reassentamento pode ser conferida nos relatos dos informantes J.P.O.N (2021) e A.S.A (2021). A promessa inicial de terra para as famílias era inviável pelas condições de localização e de irrigação, a comunidade já sabia das reais intenções do órgão e das manobras usadas para convencer a comunidade. Vê-se, assim, que a desapropriação imposta pelo Estado aconteceu de forma turbulenta, a comunidade permaneceu na área por alguns anos, mesmo com as idas e vindas da construção. Esse período confirma, em parte, que a resistência foi um elemento permanente durante o percurso das obras. A construção parou por diversas vezes, ora por falta de recurso, ora por força das mobilizações da comunidade, porque o governo não havia cumprido com o combinado.

Logo, a relação com a comunidade não foi pacífica, e a reação dos moradores retrata a forma como ocorreram esses conflitos. Sendo assim,

> Toda a situação da população atingida resultante do não cumprimento das promessas governamentais motivou o protesto organizado das famílias atingidas, configurando-se um processo de mobilização. O sossego já não existia e quando a obra recomeçou a coisa piorou cada vez mais. Você estava almoçando e era obrigado a deixar o prato por causa dos estrondos das dinamites quebrando as pedras. Mas a comunidade não desistia continuou lutando em luta pelos direitos, até protestos na rodovia, no campo de trabalho, no alojamento da firma sempre com o apoio de alguns órgãos competentes e advogados para paralisar a obra até resolver a situação da comunidade. Conseguimos a paralisação porque nossa força foi maior (A.S.A., 2021).

Nota-se, portanto, que os obstáculos com relação à construção da barragem também eram desafios que apareciam vinculados ao temor das indenizações, o que intensificava as manifestações como uma forma de expressão coletiva e também um exercício de democracia, pois cria um espaço público de discussão, visto que a comunidade também dava visibilidade ao problema. O informante argumenta que,

> Aí nós tivemos que parar o canteiro de obras todinho através de conflito madeira na estrada quebrando o canteiro de obra foi tudo programado. A Lagoa do Mato vinha todo mundo pelo fato de ser o Sindicato Municipal outras comunidades se ofereceram para serem

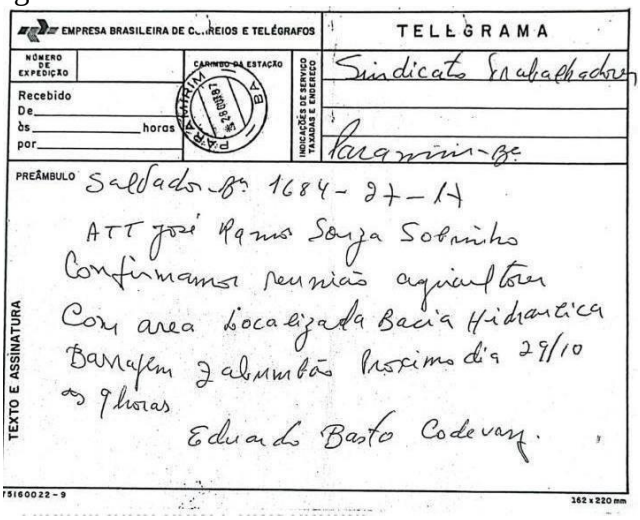
> solidários não vou deixar vocês ficarem sós não aí arrumar vamos o movimento (A.H.BA., 2021).

Houve várias idas e vindas nesse processo de andamento das obras, algumas provocadas pela ação da comunidade que reagiu de forma não pacífica em alguns momentos, forçando a paralisação das obras por períodos e até mesmo por tempo indeterminado, intensificando as cobranças e as lutas. Esse processo causava angústia e instabilidade na comunidade.

> [...] até protestos na rodovia, no campo de trabalho, no alojamento da firma sempre com o apoio de alguns órgãos competentes e advogados para paralisar a obra até resolver a situação da comunidade. Conseguimos a paralisação porque nossa força foi maior (A.S.A., 2021).

Segundo relatório da auditoria realizada na Barragem do Zabumbão/BA, houve diversas paralisações pontuais que compreenderam o período de 1989 a 1992. Conforme consta no documento, os problemas foram de ordem financeira[3]. Os informantes afirmam que as paralisações ocorriam também em função das pressões da comunidade, as obras, então eram interrompidas por dias. Um fato importante a mencionar são as ações promovidas por meio da Associação São Vicente de Paula, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, figura 01, com o objetivo de reunir e mobilizar para acelerar e destravar o impasse entre o órgão e a comunidade.

Figura 01: Telegrama Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, 1987.


EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

NÚMERO DE EXPEDIÇÃO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

PARAMIRIM BA

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E EXTRAS

Recebido
De
às horas
por

Sindicato Trabalhadores
Paramirim-Ba

PREÂMBULO

Salvador-Ba 1684-27-14

ATT José Ramos Souza Sobrinho
Confirmamos reunião agendada com
Com area localizada Bacia Hidraulica
Barragem Zabumbão Proximo dia 29/10
as 9 horas
Eduardo Basto Codevasf.

TEXTO E ASSINATURA

75160022-9

162 x 220 mm

Fonte: Arquivo pessoal do memorialista Domingos Belarmino da Silva, 1987.

Na figura 01, o telegrama apresentado refere-se a uma reunião da comunidade com um representante da Codevasf. Segundo informantes, as reuniões tinham pautas bem definidas e desenvolvidas conforme as urgências e as demandas. Alguns grupos integravam essa luta como interlocutores da comunidade, no sentido de fortalecer as

reivindicações, estabelecer o diálogo e como forma de pressionar a Codevasf pelos acordos não cumpridos, são eles: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), as Federações de Trabalhadores na agricultura (FETAG), a liderança religiosa local e outros representantes da sociedade civil.

O objetivo era ajudar a comunidade a se defender de forma organizada, reivindicando e mobilizando. A Associação São Vicente de Paula tinha característica jurídica que representava os trabalhadores ribeirinhos e camponeses em defesa da terra. No início, a luta era solitária, cada um lutava pelos seus direitos, mas com a formação da associação entenderam a importância da luta do grupo por meio da associação e por meio dos canais legais e do sindicato dos trabalhadores. Todos os processos vivenciados pela comunidade em relação à postura da Codevasf trouxeram aprendizagens, compreensão de que as ameaças se resolvem com luta, que cabe aos ameaçados articular-se, juntar-se para serem mais fortes. Essa memória de luta na verdade é dos muitos momentos no coletivo, afinal, foi através da ação coletiva que a luta teve força e que os direitos foram reivindicados.

A comunidade tinha razão em se proteger, pois em todo Brasil existia um movimento orquestrado de obras de grandes magnitudes, inclusive de barragens. Em contrapartida, as informações não eram favoráveis aos projetos. Segundo o discurso de um dos técnicos, os motivos de desconfiança da comunidade advinha da experiência de outros municípios com problemas referentes aos valores das indenizações:

> Durante a entrevista, encontrou-se uma série de obstáculos, não só os próprios e oriundos de uma pesquisa dessa espécie, assim como os decorrentes dos boatos espalhados entre os proprietários, sobre a tomada de suas terras por parte do Governo. Histórias sobre o açude construído no vizinho Município de Livramento de Brumado, com indenizações baixíssimas, reforçaram o temor daqueles proprietários. As explicações dadas, acerca dos benefícios que advirão ao Vale com a perenização do Rio Paramirim, esmaeceram as resistências oferecidas à pesquisa (Codevasf, 1981, p. 03-04).

Constata-se que a insegurança da comunidade tinha fundamento. No tocante às experiências das famílias desapropriadas da Lagoa do Mato, não foram garantidas a elas a justa indenização. Esse fato motivou conflitos sociais que, devido às circunstâncias, levaram a comunidade a reagir de forma turbulenta e, como desdobramentos, os atingidos tiveram consequências nas relações econômicas, em suas relações de trabalho e na própria organização comunitária.

O estudo apresenta evidências de memórias do conflito levando em consideração que as diversas classes sociais que lutavam por seus interesses queriam a permanência na

terra, enquanto, no caso do órgão da Codevasf, do Governo Federal, Estadual e grandes proprietários buscavam a concretização do projeto como prerrogativa do desenvolvimento. Há um fato indiscutível nesse processo de lutas que se constitui nas relações sociais e no contexto material como um elemento que vai se integrando como um processo contínuo de reformulação e reconstrução da memória social composta por diferentes versões do passado, fundamentadas nas vivências dos indivíduos ou grupos ao longo de sua existência, configurando o próprio movimento das relações de classe.

Considerações finais

A imposição operada pela Codevasf para a desapropriação gerou insegurança nos moradores da Lagoa do Mato, intensificou os conflitos, em função das tentativas frustradas de negociação. De forma geral, esses grupos sociais foram historicamente excluídos, subjugados pelo poder do órgão que ainda prevalece com os efeitos mercadológicos, fundamentado pela lógica do capital. Levando em conta a história e a memória coletiva/social da Lagoa do Mato, há claras evidências das transformações determinantes no modo de vida dos grupos. Isso, de fato, foi verificado nos relatos dos entrevistados, com alterações materiais e simbólicas.

A intenção foi aprofundar o debate sobre a temática; buscou-se compreender como se estruturam os sentidos da história de grupos, de comunidades e/ou de populações e quais as implicações no campo da pesquisa sobre a desapropriação do território. Por conseguinte, esse é um ponto que deveria ser estudado em pesquisas posteriores, pois são recorrentes os problemas causados. As políticas públicas que são criadas para garantir direito não são eficazes para atender à complexidade e à singularidade de determinados grupos com especificidades. Sendo assim, há um gargalo operante sobre os efeitos nas histórias de vida de desapropriados por barragem que precisa ser discutido amplamente: o silenciamento dos grupos que tiveram sua história e sua memória coletiva/social ocultadas e, consequentemente, seus direitos de participação cidadã no lugar escolhido.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Orais*. São Paulo: Contexto, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, v. 27, p. 853-874, 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ecos/a/bCNpGgxbbsv6jbDfysW54vk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 de Fev. de 2022.

CODEVASF – Companhia De Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. *Possibilidades de aproveitamento do rio Paramirim nos locais de Balaios e Água Quente, no Estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Hidroservice, 1960.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. *Pagamento de Indenização*. 23 de Agosto de 2006. Disponível em:http://www.codevasf.gov.br/noticias/2006/pagamento-de-indenizacao/?searchterm=barragem%20do%20zabumb%C3%A3o. Acesso em: 20 Abr. 2021.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão e seus diferentes profetas. Tradução: prefácio e notas de Marcelo Backes Organização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATHEUS, Arlindo. Paramirim um Município Rico e Esquecido. *Jornal Voz Operária*, Rio de Janeiro, 13 de abr. de 1957. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/154512/per154512_1957_00410.pdf. Acesso em: 18 de Ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. 3 ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

[1]Número do Parecer: 4.755.363 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAAE 46863621.30000.0055.

[2] Utilizou-se Smartphone Samsung Galaxy S20. Fe 128GB 4G Wi-Fi Tela 6.5" Dual Chip 6GB RAM Câmera Tripla + Selfie 32MP - Cloud Lavender. Optou-se por esse aparelho pela praticidade e funcionalidades - Áudio/câmera, uma vez que ele oferece recursos diversos.

[3] Relatório pertinente à Auditoria realizada na Barragem do Zabumbão/BA, obra a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Lê-se no relatório: A construção da barragem do Zabumbão foi iniciada em 1989 e sofreu paralisação entre este ano e 1992, quando as obras adquiriram ritmo contínuo. - Motivo da paralisação: - conforme pode-se constatar, as paralisações deveram-se à falta

de regularidade na liberação dos recursos associada à ocorrência de uma falha geológica não detectada nos estudos geotécnicos que exigiu serviços complementares. Disponível em: Relatório de Auditoria; Obra Pública; Senado Federal; Comissão Temporária; Paramirim BA; Liberação de Recursos; Execução Parcial de Obras e Serviços; Codevasf; Acompanhamento. Acesso em: 04 de Maio 2024.
O processo de identificação das entrevistas deu-se com as iniciais do nome dos informantes e o ano em que ocorreu a entrevista. Assim, respeitou-se a decisão dos depoentes e seu anonimato.

Artigo recebido em 11/11/2023

Aceito para publicação em 22/05/2024

THE BIRTH OF THE ACADEMY OF SCIENCES IN RUSSIA: An Overview on the Cultural Context

O NASCIMENTO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS NA RÚSSIA: Uma Visão Geral do Contexto Cultural

Vitor Gustavo Ribeiro de MATOS[1]

Abstract: This paper analyzes the historical factors behind the emergence of modern science in the Russian Empire, focusing on the Academy of Sciences during the 18th and 19th centuries. By adopting an externalist approach, it explores the interplay of religious, political, social, and intellectual elements on the evolution of science and the establishment of the Academy. The study emphasizes the relationship between the State and scientific progress, highlighting Peter the Great's modernization efforts. It also discusses cultural exchanges with the West and the role of foreign scientists. This paper provides an overview of the cultural context influencing scientific institutionalization in Russia, offering guidance for future research on its development.
Keywords: Academy of Sciences, Russia, Peter the Great, History of Science.

Resumo: Este artigo realiza uma análise abrangente dos fatores históricos que propiciaram o surgimento da ciência moderna no Império Russo, com ênfase na criação e desenvolvimento da Academia de Ciências nos séculos XVIII e XIX. Adotando uma abordagem externalista para a História da Ciência, investigamos as interações entre aspectos religiosos, políticos, sociais e intelectuais, e seu impacto na evolução da ciência como instituição social. Este estudo visa proporcionar uma visão abrangente da institucionalização do trabalho científico na Rússia, servindo como guia para pesquisas especializadas futuras e oferecendo perspectivas sobre as influências multifacetadas que moldaram a ciência moderna no Império Russo.
Palavras-chave: Academia de Ciências, Rússia, Pedro, o Grande, História da Ciência.

Introduction

The present paper undertakes an exploration of the cultural and historical backdrop that led to the emergence of modern science and its institutionalization in the Russian Empire. The distinct characteristics of Russia within the broader scope of world history have captured the attention of scholars from diverse disciplines. In order to properly expose the historical trajectory of the Academy of Sciences in Russia, a comprehensive approach is required, one that acknowledges its unique attributes. Although not aiming to provide an exhaustive account, this study seeks to offer a general overview of the cultural context surrounding the establishment and development of the Academy of Sciences in Imperial Russia. This analysis encompasses cultural elements

[1] Doutorando em História Contemporânea pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). Mestre em História e Análise Sociocultural pela Universidade de Oviedo (UNIOVI). E-mail: vitor.gustavorm@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4336-7016.

such as religion, intellectuality, as well as historical, political, and economic factors. By presenting a broad cluster of information, this paper aims to pave the way for further investigations that can delve into specific topics discussed subsequently.

In order to facilitate readability, it is necessary to clarify our choice of terminology. Throughout the following pages, we will refer to our subject of study as the "Academy of Sciences", which work as an alias, since its official name underwent several changes over time. Initially known as the Saint Petersburg Academy of Sciences (1725-1747), it was later renamed the Imperial Academy of Sciences and Arts (1747-1803), followed by the Imperial Academy of Sciences (1803-1836), and finally, the Imperial Academy of Sciences of St. Petersburg (1836-1917). Despite our aforementioned choice, it does not dismiss the importance of considering the historical period to ascertain under which specific name the institution operated.

Historical Background of the Birth of Modern Science in the Russian Empire

The study of Russian history stands as a focal point of interest for numerous scholars across various research disciplines. What makes Russia intriguing is the combination of its geographical location and limited cultural exchange, which have profoundly influenced its distinct sociocultural identity. This identity was shaped by the selective interactions and assimilation of diverse traditions from both Eastern and Western influences. As a result, Russia becomes a compelling focal point for scholars seeking to unravel its rich past and understand its current complexities.

The factors that influenced the development of science in the Russian Empire are numerous and distinct from those observed in the West. Scholars like Graham (1993, p. 6), Buss (2003, p. 4-6), and Coleman (2014, p. 6) highlight the role of Orthodox Christianity in shaping the cultural and intellectual sphere of Eastern Europe, and its implications on the development of a local scientific tradition to varying degrees. Within scholarly discussions on this subject, a prevailing assertion suggests that the religious domain of the Slavic peoples, due to its fundamental doctrines, may have had a retarding influence on Russia's scientific development during its Middle Ages and early Modern Age. A significant piece of evidence supporting this proposition is the ascetic inclination observed in the monastic traditions of Orthodox Christianity. Nevertheless, it is important to note that the mentioned authors view this correlation as a hypothesis requiring further investigation and do not establish a definitive and direct causal relationship between the two historical phenomena.

Additionally, scholars commonly point to other aspects of Orthodoxy that might have influenced to some degree the delay in Russia's scientific development. One of these is the fact that the Russian intellectual context before the 18th century relies on the extensive translation of philosophical and scientific texts into the Church Slavonic language, promoted by dominant religious institutions. Consequently, this emphasis on translation at times led to a detachment from the classical Greek tradition to a greater extent, potentially hindering a comprehensive engagement with the original theoretical framework of thinkers such as Plato, Aristotle, and the Neoplatonists. Graham (1993, p. 14) elucidates this phenomenon in his work, pointing to the possibility of a syncretic appropriation of ideas from these classical sources regardless of the commitment to their original intellectual context.

The intellectual development fostered by the Orthodox Church yielded notable advancements in the fields of arts and humanities, primarily manifesting through its liturgical expressions. However, substantial developments in natural sciences and mathematics were relatively constrained, with only a few prominent individuals making noteworthy contributions (Vernadsky, 1969a, p. 781). As noted by Hughes (1998, p. 310), scientific endeavors can be identified within ecclesiastical circles, yet their distinctive feature lies not on direct knowledge production but rather in their pursuit of comprehending the internal order of Creation, being the knowledge of physical realm some sort of tool to achieve this goal.

In the existing literature, scholars have put forth arguments suggesting that the influence of Orthodox Christianity in Russia shares some similarities with the relationship between Protestantism, modern science, and Western capitalism. Makrides (2019, p. 30), Hall and Bayuk (2016, p. 576) demonstrate that dedicating oneself to work, both practically and theoretically, engaging in empirical action in the physical world, and accumulating wealth were not stigmatized or guilt-inducing within the context of Orthodox Christianity. On the other hand, Tarasov (2011, pp. 130, 140) points out that despite the absence of restrictions on work dedication, as supported by the monastic principle of *ora et labora*, the actual impact of Orthodox labor ethics on the establishment of capitalism in Russia was limited. This limitation was due to the modest surplus of production and the primary focus that the monastic work had on its educational and social aspects. Interestingly, the religious dedication to work did not provide the material conditions for capitalism to emerge, as proposed by the well-known Weberian thesis, nor did it offer the intellectual structures for the Scientific Revolutions that would foster the flourishing of modern science in the Russian Empire[1].

Based on these considerations, the existing literature exploring the connection between religious traditions in Medieval Russia and the Russian Empire with the development of a scientific tradition reveals limited overlapping relationships between these phenomena. These intersections alone are inadequate to conclusively assert that the historical development of science in the Russian Empire can be solely explained by the influence of the religious sphere. While it may have been a significant factor in the process, it lacked sufficient impact to initiate a profound revolution in the cultural and spiritual domains that would drive the essential transformations for establishing a scientific tradition and its subsequent institutionalization within an Academy of Sciences. Nonetheless, considering the available bibliography, it would be unscientific and contrary to the evidences to claim that the Orthodox Church, due to its doctrinal particularities, represented an absolute hindrance to Russian intellectual development, not only for the reasons mentioned above, but also for its role in facilitating to some extent the contact between the Slavic peoples and Western culture (Vernadsky, 1969a, pp. 743-745, 776).

In the context of political and diplomatic relations before the 18th century, specialized bibliography highlights the significant impacts of the Mongol and Tatar occupation on the territory of Kievan Rus — a tribal federation existing at the time. Beginning in the 13th century, the subjugation of the Russian principalities to the Khan's rule endured for approximately two hundred and fifty years. Throughout this period, the presence of Mongols and Tatars — sometimes indistinguishable in historical sources — contributed to the formation of the Kievan Rus state, especially regarding the administrative and bureaucratic spheres.

In terms of scientific development, the Mongol occupation in Russian territory had no substantial impact on the emergence of an autochthonous scientific tradition that would later play a key role in the scientific revolutions of the Modern age. Despite the remarkable development in many scientific fields in Mongolia, such as medicine (Safavi-Abassi et al., 2007), and the cultural exchanges among the nationalities under Mongolian sovereignty being a common practice, Russian citizens, however, remained largely unaffected by these profound cultural exchanges (Vernadsky, 1946, pp. 56-58). The general outline of this period of occupation is usually described as:

> For two and a half centuries, while Western Europe grew in political strength and cultural achievement, the Russian principalities were under foreign rule. The Mongols were interested primarily in political submission and taxation; after submission was established, they allowed the Russians to maintain the Orthodox church and their princely order because this system facilitated administration and payment of taxes. A side effect of the system, however, was to increase

> political and intellectual authoritarianism (already strong even before the arrival of the Mongols) throughout Russia, and to reduce its contacts with Western Europe (Graham, 1993, p. 15).

Additionally, the Mongol Empire's political stance of permitting subjugated nations to uphold their local faiths, though commendable for its time, proved insufficient in cultivating the scientific aspirations essential for the forthcoming scientific revolutions in Russia. This limitation stemmed from the Orthodox Church's incapacity, as previously underscored, to propel such ambitions on its own.

A comparable impact can be observed in the realm of local economic development. Prior to the invasion led by Genghis Khan, the principalities of Kievan Rus boasted a vibrant artisan culture and a flourishing manufacturing system, both of which were completely devastated by the time of the Mongol invasion (Vernadsky, 1953, p. 338; Furhmann, 1972, p. 14). As a result, the economic conditions in Russia post-liberation in the 15th century were ill-prepared for a gradual escalation in its production rate, whose surplus would have played a crucial role in composing the material basis to foster the development of modern science, distinguished by its experimental practices. Vernadsky (1969a, pp. 747-750) further describes the period of Mongol occupation in Russia, from the 13th to 15th centuries, as characterized by a significant initial economic depression and a series of subsequent economic fluctuations until Moscow's liberation in 1480. The impacts of these foreign invasions on Russian territory generated instabilities that deeply influenced the development of Russian science.

Therefore, the Mongolian occupation had two significant effects on Russia during the period of subjugation. Firstly, it failed to introduce the necessary foreign influences essential for the emergence of modern science, a deficiency that would only be rectified centuries later. Secondly, the distinct characteristics of Mongol rule in Russian lands hindered the substantial development of its material infrastructure, thereby resulting in a considerable economic setback. The correlation between this economic stagnation and the delayed scientific development has been increasingly studied in recent decades within the field of history of science.

Russia on the Doorstep of Modernity

The tumultuous trajectory of Russian history offers valuable insights into comprehending, among various phenomena, its distinct delay in scientific development. Geopolitically, its strategic location between the East and West emerges as a crucial factor for a comprehensive understanding of its historical evolution. The cultural and political

interactions that Russia experienced — as Kievan Rus (882-1240), under the Tatar and Mongol yoke, and its influence in the Principality of Moscow (1283-1547), or as the Muscovite Tsardom (1547-1721) — with neighboring entities such as Lithuania, Poland, Germany, Mongolia, and others were formative in shaping its identity as a people, culture, territory, and, from 1721 onwards, an empire.

Moreover, the cultural composition of the Russian people exhibited resistance to assimilating foreign intellectual influences, and concurrently, no indigenous intellectual movement emerged to drive the essential advancements required for the establishment of extensive industry and technological progress. Conversely, despite the existence of contacts with Western culture before the 18th century, there is no compelling evidence to support the notion of sufficient cultural assimilation akin to what transpired in the West to facilitate the development of modern science. Similarly, throughout its history, Russia did not undergo a series of revolutionary processes crucial for the cultural transformations that would create a conducive atmosphere for scientific progress. As aptly put by Marc Raeff:

> The Western Europe of the late seventeenth century, however, was a product not only of the medieval flowering of a Christian civilization and of a social system built around the family (in the broader sense), the corporation, the church, and the common acceptance of norms and symbols that combined the pagan tribal with the Christian imperial legacies. If it were only that, then the world of the West would have been no more strange to the Russians of the late seventeenth century than it had been to their ancestors of Kievan times or to their teachers, the Byzantines of the ninth century. In fact, however, the West implied much more, and in particular those elements that had been developed by the historical events we call—in shorthand fashion—the Renaissance, the Reformation, individualism, and the rise of modern science (Raeff, 1972, p. xv).

The Foundation and Initial Development of the Academy of Sciences in the 18th Century

The immediate antecedents leading to the establishment of the Russian Empire in 1721 significantly influenced the overall trajectory of scientific development in the nation. Peter I, widely regarded as the "modernizer of Russia", perceived his country as falling behind the featured Enlightenment standards prevalent in 18th-century Western Europe, in stark contrast to the knowledge and ideas it was actively assimilating from the West.

The figure of Peter I holds a central position in the study of Russian history. Notably, his role in the formation of the Russian Empire in 1721 remains a subject of scholarly debate among historians. Scholars such as Raeff (1972, pp. ix-xiii) and Cracraft (2004, pp. 1-12) scrutinize the impact of Peter I on Russian history. While some argue that his reforms were revolutionary in nature, others contend that his actions represent the culmination of a transformation with deeper historical roots embedded in the broader context of Russian history.

During the reign of Peter I, a significant process of cultural convergence with Western Europe took place. The impacts of this process extended beyond the realm of governmental and administrative institutions and were evident in various cultural aspects of society from clothing (Raeff, 1972, p. 56) to language (Offord et al., 2018, pp. 94-95). However, it is crucial to acknowledge that this cultural assimilation, spearheaded by Peter I, primarily targeted the Russian nobility.

In this context, the establishment of the Academy of Sciences played a pivotal role in the process of Westernisation, which was widely perceived as synonymous with modernization during that era. The objective extended beyond merely assimilating intellectual products from the West; it also encompassed the education and preparation of Russian intellectuals to operate within the standards of Western research. As Turnaev aptly states:

> In 1724, a new scientific center emerged in Europe – the St. Petersburg Academy of Sciences. Founding the Academy and inviting foreigners to become its first members, Peter I and his associates hoped to address an important state task – to carry out the scientific and technological modernization of the country and prepare domestic scholars for this purpose (Turnaev, 2013, p. 134).[2]

In conclusion, the process of modernization, rooted in the cultural engagement with Western Europe, was set in motion by Emperor Peter I, with its most pronounced developments unfolding in subsequent historical periods. Consequently, a thorough analysis of the available resources becomes imperative to identify references and influences associated with the assimilation of Western scientific knowledge in Russia.

The presence of technicians and scientists from other countries in Russia is a phenomenon that can be traced back centuries before the inception of the Empire. The influx of foreign labor, particularly of a technical nature, was substantial in the initial years following the liberation from Mongol yoke. This fact finds confirmation in research on the genesis of capitalism in the 16th and 17th centuries (Fuhrmann, 1972, p. 23), as well

as in publications detailing the social changes that unfolded during the 18th century (Cracraft, 2004, p. 39).

However, the foreign contact that exerted the most significant impact on the early decades of the Russian Empire's Academy of Sciences was the exchange of letters between Peter I and the German philosopher G. W. Leibniz. This view is widely shared among the consulted sources, including Cracraft (2003, p. 107), Lipski (1953, p. 349), Demidov (2012, p. 670), and Vernadsky (1969b, p. 37). Moreover, Massa-Esteve (2020, p. 4) and Guseinov (2017, p. 511) provide more concrete evidence, demonstrating that many of the measures implemented by Peter I to advance scientific production in the country were directly suggested by Leibniz. Examples of such measures include organising expeditions to explore poorly charted regions of Russian territory and producing subsequent cartographic works, facilitating the travel of students and researchers to other countries, and enacting legislative changes to ease the entry of foreigners into Russia.

Thus, from its inception to its early years of operation, the 18th-century Academy of Sciences in Russia was predominantly influenced by foreign members. Although the adoption of Russian citizenship for migrants had been implemented in the 15th century in the context of economic development, foreigners who went to the Russian Empire for scientific purposes typically returned to their home countries after completing their stay (Graham, 1993, p. 30). Consequently, conducting research on the members of the Academy of Sciences of the Russian Empire becomes pertinent to identify the presence of foreign members within the scientific organization, their hierarchical positions within the Academy, and their influence in the bureaucracy.

The overwhelming presence of foreigners among the membership of the Academy of Sciences is evident from historical documents meticulously recording its composition. A thorough examination of Modzalevskii's (1908) comprehensive list of members reveals a striking pattern during its formative years. The Academy heavily relied on the expertise and contributions of foreign scholars, reflecting an era of robust international collaboration and knowledge exchange.

However, as the Academy matured and evolved over time, a discernible trend towards russification became apparent in its later years. This gradual shift can be observed in the increasing representation of Russian intellectuals and scientists within the institution. The Academy of Sciences, once primarily reliant on foreign knowledge and expertise, began to nurture and cultivate a growing cadre of domestic scholars, as it can be seen in the following table:

Table 1: Percentage of member in the Academy of Sciences that were born and dead in Imperial Russia.

Distinctive period of the Academy of Sciences in Russian Empire	Born in Russia	Dead in Russia
Saint Petersburg Academy of Sciences (1725-1747)	12,2%	65,3%
Imperial Academy of Sciences and Arts (1747-1803)	30,5%	70,6%
Imperial Academy of Sciences (1803-1836)	26,6%	71,1%
Imperial Academy of Sciences of St. Petersburg (1836-1917)	77,3%	80,9%

Source: Prepared based on own database.

The table provided above delineates key characteristics pertaining to the internal membership dynamics within the Academy of Sciences in Imperial Russia. It is essential to underscore that the dataset employed for constructing this table primarily comprises individuals holding the title title of "Ordinary Members" (*Дѣйствительные члены*, as designated in the document). This designation was reserved for individuals actively engaged in scientific endeavors and administrative works within the institution. To include "Honorary Academics" (*Почетные Академики*) and "Correspondent Members" (*Члены-корреспонденты*) and some other titles in our analysis could potentially introduce misrepresentations of the prevailing circumstances. Honorary Academics were granted their title based on meritorious achievements rather than direct affiliation with the Academy, while Correspondent Members were individuals associated with scientific institutions abroad, who used to have connections to the Academy of Sciences to some extent. Though all these categories of members constituted the Academy of Sciences as a whole, their inclusion might attenuate the precision of our conclusions concerning the dimensions of foreign engagement and the emergence of an indigenous scientific community.

Throughout the period indicated in the table (1725-1917), a conspicuous disparity between the proportion of native Russian academics and those who passed away within Russian territory becomes evident upon initial examination. This phenomenon can be attributed to the fact that Imperial Russia could not draw upon a pool of scholars educated within its own institutions, as Russian universities did not exist until the latter half of the 18th century. As Guseinov (2017, p. 512) remarks “All 17 of the first members of the Academy were foreigners, primarily from German principalities. They did not know either the language or the morals of the country where they were going to work. For

almost ten years, no Russian was in the Academy." Consequently, a substantial portion of early members were foreign, including notable figures such as Leonhard Euler and Daniel Bernoulli. Simultaneously, a noteworthy portion of these foreign scholars chose to remain in Russia until their demise, while others, primarily those in opposition to the tsarist government, departed the country shortly after the expiration of their contracts.

Moreover, there is an observable gradual escalation and slight variability in the proportion of natively Russian academics during the initial stages of the Academy of Sciences, with a notable exponential increase occurring during the latter half of the 19th century. This surge can be attributed to several contributing factors, including the advancement of scientific research within universities, the proliferation of nationalist sentiments leading to a growing divergence from Western influences, and the emergence of intellectual movements such as Orientalism and Slavophilism. Notably, this temporal pattern coincides with the presidency of the Academy of Sciences by scholars who supported these ideas, including Sergey Uvarov (1818-1855) and Dimitri Tolstoy (1882-1889), whose profound influence significantly shaped the activities within the institution. The rise in the representation of Russian scientists within the ranks of the Academy of Sciences reflects a component of what Schulze (1985, p. 317-319) characterizes as the process of Russification within this scientific institution.

This transformation in the Academy's membership composition reflects the dynamic nature of scientific and academic exchange during that period. It illustrates the institution's progressive integration of native talent and expertise, contributing to the eventual development of a uniquely Russian scientific community. As a result, the Academy of Sciences played a pivotal role in fostering indigenous scientific advancements and promoting national scientific identity.

The Consolidation and Development of Intellectual Production in the Academy of Sciences

Throughout the 18th century, the scientific production of the Academy was primarily focused on the fields of mathematics and natural sciences (Graham, 1993, p. 31), with a distinct emphasis on their utilitarian applications in military and maritime development (Graham, 1993, p. 17). This pragmatic orientation in scientific research aligns with Peter's explicit agenda to modernize the cultural sphere and foster the material advancement of the Russian state.

Moreover, the endeavor to import scientific knowledge, as highlighted by Ratto (2021, p. 333), did not yield the desired success in its first decades. Even Voltaire had previously remarked on the challenges Russia encountered in assimilating the scientific ideas of the West, attributing the absence of conducive intellectual conditions for the flourishing of a local scientific culture in the country. In this context, Graham reiterates the ongoing debate on this matter, shedding further light on the complexities surrounding Russia's engagement with Western scientific thought.

> Peter the Great at the beginning of the eighteenth century was impatient to bring science and technology from Western Europe to Russia, and he attempted to do it by starting from the top, with an academy of sciences. His critics doubted the wisdom of this method, maintaining, "There is no one to learn, for without secondary schools this academy will merely cost a great deal of money and yet be useless." Peter replied characteristically, "I have to harvest large shocks of grain, but I have no mill; and there is not enough water close by to build a water mill; but there is water enough at a distance; only I shall have no time to make a canal, for the length of my life is uncertain, and therefore I am building the mill first and have only given orders for the canal to be begun, which will force my successors to bring water to the completed mill" (Graham, 1993, p. 17).

In this historical context, the 18th century culminates with a noteworthy intellectual contrast that would pose a significant challenge for the Russian Empire in the 19th century: the establishment of a national and enduring Academy of Sciences, harmonized with the interests of the Russian state. This would entail the creation of an Academy that could operate independently of foreign intellectual influence. However, this endeavor encountered initial volatility, as many foreign scientists returned to their homelands after completing their contracts in Russia and largely expressed disagreements with the policies of the tsars (Turnaev, 2013, p. 135). These circumstances added complexity to the task of shaping a robust and self-sustaining scientific institution and a coherent scientific community in the country.

In contrast, the 19th century was marked by prominent national figures who had international impact, such as the mathematician Nikolay Lobachevsky and the chemist Dmitri Mendeleev. However, scientific development faced an unfavorable political and social environment, primarily due to the influence of nationalism and conservatism, which extended cultural barriers with the West and affected scientific production in the Academy. In this regard, Graham asserts that,

> The evolution of education and science in nineteenth-century Russia was a dramatic and painful story that combined, at different moments, grand ideals and great achievements with political repression and

> obscurantism. Despite the setbacks and continuing difficulties, the record in science was impressive. By 1900 Russia had produced a number of scientists known throughout the international science community. Science had at last won a place in Russia's rich cultural tradition, alongside religious art, architecture, literature, music, and poetry (Graham, 1993, p. 53).

Accordingly, the apparent paradox of notable scientific achievements amid a backdrop of political tension and complex interactions among foreign and Russian scientists and the State underscores the necessity for our analysis to delve into these dynamics to substantiate our conclusions effectively. Thus, in addition to examining the historical trajectory of the Academy as an institution, it becomes imperative to consider the intertwined political, social, and economic factors that surround it. Ignoring these essential aspects would render our work detached from its material and scientific analytical foundations, hindering a comprehensive understanding of the subject matter.

The State and its Relations with the Academy of Sciences in the Russian Empire

Conducting a comprehensive examination of the Academy of Sciences in Russia requires moving beyond a sole focus on the intellectual aspect by itself. Instead, it becomes indispensable to explore the institution's internal dynamics while simultaneously considering its intricate connections with the state power of the Russian Empire and its position within Russian society. By encompassing these interrelated facets, a more nuanced and complete understanding of the Academy's role and impact in shaping Russian scientific development can be achieved.

Since its genesis, the Academy of Sciences in Russia shared a deep connection with the Russian government, even if the Empire's nominal mark was not explicitly evident. Functioning as a governmental body, the institution's ties with the Empire can be traced back to its earliest days. Accordingly, the relation between Leibniz and Peter the Great was crucial to the development of science in Russia, and it spreads light into the question of scientific institutions as well. As Guseinov states,

> Leibniz was obsessed with the ideas of the integrity of science and its decisive role for the growth of the welfare of society and the might of the state and the necessity to unite the possibilities of science with the strength of supreme power. According to him, the corresponding form of organizing science was academies as communities of scientists under the direct protection of a sovereign (Guseinov, 2017, p. 511).

Therefore, the Russian Empire exerted direct influence on the organisation of the Academy, particularly in its highest hierarchical positions. This interplay between the

Academy and the Russian Empire highlights the significance of considering the institutional and political context in our analysis. As Graham points out,

> The Academy was from the beginning treated as a branch of the government and subject to imperial command. The original project drawn up by Blumentrost and approved by Peter granted the Academy the privileges of self-government, including the right to elect its own members and president. However, this provision was violated from the start. The entire 1725 project, carrying Peter's signature, was hidden from the academicians by the court librarian, J. D. Schumacher, who acquired personal control of the Academy, establishing the precedent of rule by court favorites, which became a feature of the Academy's history. The promised right of electing their own presidents was withheld from the academicians until the advent of the provisional government in 1917 (Graham, 1993, p. 19).

Throughout the studied period, the State consistently influenced the functioning of the Academy, emphasizing the significance of taking these factors into account in our analysis. Moreover, it is essential to recognize that state policies aimed at advancing scientific knowledge had positive implications for the Academy, even if they were not specifically targeted at it. An illustrative example of this is the Russian Empire's promotion of written culture, including the translation and publication of scientific texts and the creation of maps, initiated in the early 18th century to challenge the ecclesiastical monopoly on the press (Hughes, 1998, pp. 298-301). Consequently, shortly after its establishment, the Academy of Sciences began publishing scientific journals. By considering these interconnected aspects, we can obtain a more comprehensive understanding of the Academy's development and its relationship with the Russian Empire.

The influence of State intervention in scientific and intellectual activities could vary, acting as both a catalyst and a repressive force. In the decades from 1720 to 1740, foreign scientists affiliated with the Academy vigorously opposed state control, advocating for principles of independence and autonomy for scientific institutions. Turnaev (2013, p. 135) highlights that these members of the scientific community held an advantage as foreigners, knowing they could return to their homeland after finishing their contracts. However, the State sought to suppress this movement, revealing that the relationship between the State and the Academy of Sciences was evident from its early years, encompassing aspects such as financial and technical support, as well as regulatory and supervisory roles. By recognizing these dynamics, one can better comprehend the intricate interplay between the State and the Academy in shaping the scientific landscape during this period.

The 19th century stands out as a significant period when examining the repressive nature of the State towards the Academy. Marked by the instability caused by the Napoleonic wars, this era witnessed a surge in mysticism, conservatism, and nationalism, prompting the State to implement restrictive measures. Notably, Tsar Nicholas I, in response to the revolutionary incidents of 1830 and 1848, decreed the closure of universities and imposed constraints on the exchange of ideas and scientists between Russia and the Western world. These actions had profound implications for the Academy's scientific pursuits and interactions with the international community, shaping the scientific landscape within the confines of the Russian Empire. Understanding this historical context is crucial to grasp the complexities and challenges faced by the Academy during this period.

Indeed, the 19th century was not characterized solely by absolute repression and terror, but rather by a dynamic interplay between the interests of the Tsarist regime and the autonomous endeavors of the Academy of Sciences. Throughout this period, a constant tension existed between the State's desire to foster national progress and scientific advancement and the Academy's pursuit of autonomy. While the government aimed to align scientific development with the nation's interests, there were instances when the Academy had to comply with direct control from the state bureaucracy.

It is essential to recognize that the 19th century witnessed both State repression and initiatives to promote scientific progress in the Russian Empire. For instance, rulers like Nicholas I implemented highly restrictive measures, such as the closure of universities and restrictions on the free exchange of ideas and scientists. Conversely, other rulers like Alexander II initiated reforms that encouraged greater openness to foreign influences and increased autonomy for Russian scientists, although the tangible outcomes of these policies were often more limited than their formal representation. Nonetheless, during the second half of 19th century, as much as the restriction over scientific work were loosen, the prestige it faced in the civil society has increased and began influencing and shaping Russian worldview in a large scale (Hachten, 2002, p. 181).

The tension between the Tsarist regime's interest in advancing science aligned with national goals and the Academy's aspirations to maintain its independence and research freedom remained an ever-present aspect of this historical era. Understanding this complex relationship between the State and the Academy is vital for comprehending the challenges and developments that shaped the scientific landscape within the Russian Empire during the 19th century.

Hence, a broad approach of these dynamics is crucial, as they play a vital role in the present research. Graham aptly summarizes this process, stating that.

> Nonetheless, significant advances in education for science and technology occurred even during the conservative eras. Indeed, the rulers of nineteenth-century Russia favored the development of science and technology if given the assurance that it would not undermine the existing political and social order (Graham, 1993, p. 32).

Nobility as the Thinking Class

Even prior to the establishment of the Academy, the Russian nobility emerged as the class entrusted with the production and dissemination of technical and scientific knowledge to serve the Russian Empire, owing to their close ties with the Tsar's power. This is evident in Peter I's direct control over various aspects of noble families' lives, starting from the late 17th century, particularly concerning education and State service. As highlighted by Hughes (1998, p. 174), the formal education of noble children was typically overseen by their parents, but their studies was often limited to basic literacy, which did not align with Peter I's modernization plans. In this context, state intervention played a pivotal role as the State was responsible for determining the level and duration of studies for young members of noble families, under direct orders from the Tsar and faced with the risk of severe penalties whether studies were conducted otherwise.

The concept of “service” plays a crucial role in understanding the role of the nobility in scientific development within the Russian Empire. Extended study stays in Western countries not only marked the initial phase of a noble's education but also served as preparation for their future responsibilities: serving the State. Regarding this aspect, it is important to consider two distinct dimensions. On one hand, as noted by Hughes (1998, pp. 173-174), the nobles had a fundamental obligation to fulfill certain tasks, such as joining the military body of the Russian Empire. However, on the other hand, it was not merely a matter of pure obligatoriness. Works by Besançon (1967, p. 448) and Confino (1993, p. 48) confirm that during Tsar Peter I's rule, the nobility's status underwent changes, with lineage losing its significance in maintaining noble status. Therefore, for the nobles, their identity and sense of purpose were intricately linked to serving the Russian Empire. However, it was not a direct submission to the Tsar but rather to a third entity: the State.

Following the promulgation of the Table of Ranks in 1722, the rationalized system of promotion and social advancement for the nobility increasingly emphasized the aspect

of public service. Consequently, from its establishment until the Regulations of the Imperial Academy of Sciences in 1863, the scientific body of the Academy was predominantly composed of members of the nobility, with only a few exceptions like Mikhail Lomonosov.

Therefore, for a significant part of its history, the Academy was primarily led by scientists from the nobility, and this phenomenon becomes essential to analyze the development of this institution, once this material condition might have essentially influenced the history and functioning of the Academy of Sciences in Imperial Russia.

Conclusion

In conclusion, the inception and evolution of the Academy of Sciences in Russia is the outcome of a confluence of diverse factors, intricately intertwined with both internal dynamics and external influences. The historical narrative underscores the institution's adaptive nature in navigating the complexities of Western scientific influences while simultaneously aligning with the imperatives of the Russian State. This relationship between the Academy and broader social forces underlies its pivotal role in shaping the scientific landscape of Imperial Russia.

By delving into the nuanced interplay of foreign intellectual currents, state interventions, and indigenous scientific endeavors, this study sheds light on the multifaceted nature of the Academy's development. The institution's engagement with Western ideas, coupled with its integration into the Russian society, highlights the dynamic of transformation of scientific institutions within a complex cultural milieu.

Moreover, further research endeavors should aim to delve deeper into the institutionalization process of the Academy of Sciences in Russia, examining particular mechanisms through which it interfaced with state power and external intellectual currents. This study serves as a stepping stone for future investigations into the mosaic of influences that shaped the Academy on each stage of its development.

References

BESANÇOM, Alain. Noblesse et Intelligentsia , *Cahiers du Monde Russe et Soviétique.* v. 8, n. 3, p. 447-451, Jul.-Sep. 1967.

BUSS, Andreas. *The Russian-Orthodox Tradition and Modernity*. Leiden and Boston: Brill, 2003.

COLEMAN, Heather (Org.). *Orthodox Christianity in Imperial Russia.* Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2014.

CONFINO, Michael. À propos de la notion de service dans la noblesse russe aux XVIIIe et XIXe siècles, *Cahiers du Monde russe et soviétique.* v. 34, n. 1-2, p. 47-58, 1993.

CRACRAFT, James. *The Petrine Revolution in Russian Culture*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2004.

CRACRAFT, James. *The Revolution of Peter the Great*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 2003.

DEMIDOV, Serguei. La Naissance de L'Académie de Sciences de Saint-Pétersbourg: "Le Projet Russe" et sa Contribution au Développement de la Science, *Archives Internationales d'Histoire des Sciences.* v. 62, n.169, p. 669-677, Dec. 2012.

FUHRMANN, Joseph T. *The Origins of Capitalism in Russia*. Chicago: Quadrangle Books, 1972.

GRAHAM, Loren. *Science in Russia and the Soviet Union.* New York: Cambridge University, 1993. Press

GUSEINOV, Abdusalam. A. The Significance of Academy of Sciences for the Development of Philosophy in Russia, *Herald of the Russian Academy of Sciences.* v. 87, n. 6, p. 510–517, 2017.

HACHTEN, Elizabeth A. In Service to Science and Society: Scientists and the Public in Late-Nineteenth-Century Russia, *Osiris.* v. 17, p. 171-209, 2002.

HALL, Karl; BAYUK, Dimitri. Science and Russian Orthodox Scholarship, *Isis.* v. 103, n. 3,p. 449-685, Sept. 2016.

HUGHES, Lindsey. *Russia in the Age of Peter the Great*. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

LIPSKI, Alexander. The Foundation of the Russian Academy of Sciences, *Isis*, v. 44, n. 4, p. 349-354, Dec. 1953.

MAKRIDES, Vasilios N. Orthodox Christianity and Economic Development: An Overview, *Archives de sciences sociales des religions. n.* 185, p. 23-43, 2019.

MASSA-ESTEVE, M. Rosa. The impact of the relationship between Peter I and Leibniz on the development of science in Russia, 2020. Available at: http://hdl.handle.net/2117/329086.

MODZALEVSKII, B. L. *Список членов Императорской академии наук, 1725-1907.* Saint Petersburg: Типография Императорской академия наук, 1908.

OFFORD, Derek; RJÉOUTSKI, Vladislav; ARGENT, Gesine. *The French Language in Russia:* A Social, Political, Cultural, and Literary History. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2018.

RAEFF, Marc. *Peter The Great Changes Russia*. Lexington, Massachusetts and Toronto: D. C. Heath and Company, 1972.

RATTO, Adrián. Voltaire, Diderot, y la historia de Rusia en el siglo XVIII, *Eidos.* n. 36, p. 316-340, May 2021.

SAFAVI-ABASSI, Sama et al. The fate of medical knowledge and the neurosciences during the time of Genghis Khan and the Mongolian Empire. *Neurosurg Focus*. v. 23, n. 1, p. 1-6, Jul. 2007.

SCHULZE, Ludmilla. The Russification of the St. Petersburg Academy of Sciences and Arts in the Eighteenth Century. *The British Journal for the History of Science.* v. 18, n. 3, p. 305-335, Nov. 1985.

TARASOV, Abkadyi E. The Religious Aspect of Labour Ethics in Medieval and Early Modern Russia, *IRSH*. n. 56, p. 125-140, 2011.

TURNAEV, Valeri. Исторический процесс модернизации России и Петербургская Академия наук, *Vestnik Tomskogo gosudarstvennogo universiteta.* n. 372, p. 134-136, 2013.

VERNADSKY, George. *A History of Russia*. New Haven: Yale University Press, 1946.

VERNADSKY, George. *History of Russia. Volume 3:* The Mongols and Russia. New Haven and London: Yale University Press, 1953.

VERNADSKY, George. *History of Russia. Volume 5:* The Tsardom of Moscow 1547-1682. Part II. ca.

VERNADSKY, George. Rise of Science in Russia 1700-1917, *The Russian Review*. v. 1, p. 37-52, 1969b.

[1] We are aware of Robert K. Merton's thesis in *Science, Technology, and Society in Seventeenth-Century England* and its contribution in relating the core values of experimental science to the Protestant ethic. However, in this article, we cannot dedicate too much space to this cultural aspect, although the value of conducting research on Merton's thesis in the specific case of the religious landscape of the Russian Empire is undeniable. We leave this approach for potential future occasions.

[2] Free translation of: В 1724 г. в Европе появился новый научный центр –Петербургская Академия наук. Основывая Академию и приглашая иностранцев, ставших её первыми членами, Пётр I и его сподвижники надеялись решить важную государственную задачу – произвести научно-техническую модернизацию страны и подготовить для этой цели отечественных учёных. Последствия, однако, превзошли ожидания. Иностранные учёные, прибывавшие с Запада, везли с собой не только знания, но и западные образцы организации общественной жизни. Включение России в общеевропейский научный процесс (хронологически совпавшее со второй четвертью XVIII в.) не было простым. Страна находилась на периферии европейской цивилизации. Европейские фасады зданий, покрои платья, манеры общения, появившиеся в годы петровских реформ, не могли скрыть общей отсталости России, обнаруживавшейся во всех областях. Главным препятствием были общественные отношения, покоившиеся на несвободном труде.

Artigo recebido em 04/01/2024

Aceito para publicação em 25/03/2024

FAMÍLIAS POVOADORAS: Açorianos e a Vila de São José de Macapá nas Rotas do Atlântico Equatorial (1750-1788)

SETTLER FAMILIES: Azoreans and the Village of São José de Macapá on the Equatorial Atlantic Routes (1750-1788)

Hugo Matheus Rocha AGUIAR[1]

Adolfo Ricardo Monteiro de MENEZES[2]

Resumo: Neste artigo abordaremos a relação entre as famílias açorianas, as rotas do Atlântico equatorial e o povoamento da vila de São José de Macapá entre 1750 e 1788. Assim, nosso objetivo é compreender como os movimentos no Atlântico influenciaram a chegada e sobrevivência dessas famílias em Macapá, analisando suas migrações e interações com a Coroa portuguesa. Nesse sentido, utilizaremos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), em diálogo com o conceito de áreas de circulação, de Kapil Raj, juntamente com a literatura especializada. Desta forma, demonstraremos que Macapá desempenhou um importante papel nas rotas do Atlântico equatorial e como esses movimentos/deslocamentos impactaram na formação e dissolução das famílias açorianas nesse lugar.
Palavras-chave: Famílias, Açorianos, Deslocamentos, Atlântico português, Amazônia colonial.

Abstract: In this article, we discuss the relationship between Azorean families, the equatorial Atlantic routes, and the settlement of the village of São José de Macapá between 1750 and 1788. Our goal is to understand how movements in the Atlantic influenced the arrival and survival of these families in Macapá, analyzing their migrations and interactions with the Portuguese Crown. To achieve this, we will use manuscripts from the Overseas Historical Archive (Lisbon) in conjunction with Kapil Raj's concept of circulation areas and specialized literature. We aim to demonstrate that Macapá played an important role in the equatorial Atlantic routes and how these movements and displacements impacted the formation and dissolution of Azorean families in this region.
Keywords: Families, Azoreans, Displacements, Portuguese Atlantic, Colonial Amazon.

Considerações iniciais

A historiografia brasileira tem frisado cada vez mais a importância de se pensar a história do Brasil fora do próprio território americano. Por um lado, essa perspectiva foi empregada, por exemplo, por Luiz Felipe Alencastro, em *O trato dos viventes*, quando o autor compreendeu a formação nacional baseado principalmente nas relações decorrentes do comércio escravista no espaço do Atlântico Sul. Por outro lado, concordamos com Rafael Chambouleyron (2008) ao evidenciar que boa parte dos estudos relativos ao

1Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: hugoaguiar@usp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9551-2102.
[2] Mestre em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: adolfomenezes30@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5305-596X.

período colonial brasileiro se direcionou para o Atlântico Sul, espaço com o qual os Estados como o Maranhão e o Grão-Pará pouco se relacionavam, devido à baixa inserção da região amazônica nas trocas dos circuitos dinâmicos sul-atlânticos.

Por sua vez, essa visão analítica, que privilegiou as rotas do Sul, está muito ligada à discussão de centro-periferias, na qual a Amazônia foi considerada uma área periférica. Todavia, autores como Patrícia Sampaio e Mauro Coelho (2013) sustentam que o governo da Amazônia não foi apenas administrativamente distinto do governo do Brasil, mas permaneceu separado por cerca de 200 anos, evidenciando que esse espaço teve dinâmicas de gestão próprias, não subordinadas ao Estado do Brasil. Dessa forma, o Estado do Grão-Pará manteve vias de comunicação direta com a metrópole, assim como trocas comerciais e sociais com outros espaços do Atlântico equatorial. Neste atinente, Antonio Otaviano Viera Junior (2017, p. 343) assevera que o "Grão-Pará, Açores e Lisboa se conectam através de linhas invisíveis que articulam experiências de diferentes sujeitos em diferentes partes do império português".

Neste sentido, o que propomos é uma ruptura com os estudos que baseiam suas investigações nas discussões de centro-periferias, dado que esse viés sempre privilegiará um determinado espaço considerado "central", construindo a história a partir desse ponto de vista, observando o que está ao redor apenas como algo secundário ou acessório. Desse modo, para auxiliar nossa abordagem investigativa, usaremos o conceito de *áreas de circulação*, do historiador Kapil Raj, que entende a ideia de circulação fundamentada na multidirecionalidade de suas direções, potencializando seu conceito ao aplicá-lo em consonância as reflexões e práticas policêntricas. A circulação está vinculada ao que se desloca, isto é, as mudanças que são produzidas por um determinado movimento. Nas palavras do autor a circulação é o "processo dinâmico, de transformações que ocorrem nesses processos de idas e vindas" (Silva, 2016, p. 5).

Dessa forma, ele busca a compreensão diante dos objetos, dos humanos, das práticas e dos saberes que se transformam a partir do fenômeno do deslocamento. Em seu artigo "Conexões, cruzamentos, circulações" Kapil Raj (2007) interpreta as práticas cartográficas, como resultantes de trocas híbridas de técnicas de produção, de procedimentos topográficos, do "saber-fazer", que foram decorrentes da circulação, principalmente, entre os agentes indianos e ingleses. O autor utiliza um método que se concentra nas tentativas dos sujeitos estudados de fazerem/construírem seu lugar no mundo, isto é, "reconfigurando-o, mudando os seus ingredientes, introduzindo, entre si e o tecido social novos objetos e recomposições" (Raj, 2007, p. 179). Nessa perspectiva, o autor complementa:

> Seguindo, portanto, o devir dos atores, e o seu grau de sucesso nestas mudanças e recomposições, este método faz uso das mudanças de escalas históricas, passando de vidas singulares a níveis nacionais, transnacionais e transcontinentais. Assim sendo, esta metodologia permite uma melhor apreensão da maneira como os eruditos e os objetos científicos e técnicos adquirem a capacidade de intervenção prática sobre o mundo moderno. Permite-nos sobretudo ver como emergem e se constituem conjuntamente, nascendo de um mesmo movimento, objetos científicos, técnicas, nações, impérios, identidades nacionais (Raj, 2007, p. 179).

No entanto, o conceito de circulação não é sinônimo de fluidez, uma vez que "os espaços de circulação permitem ou travam a conexão entre diferentes partes do mundo, dependendo das conjunturas" (Silva, 2016, p. 10). Assim, neste artigo nós ancoramos esse conceito diante da análise do espaço do Atlântico equatorial e da Amazônia, em especial a vila de São José de Macapá. Tendo como guia está vertente teórica, acreditamos que será possível compreendermos como os movimentos, os deslocamentos e as sociabilidades impactaram os arranjos familiares açorianos dentro dos nossos recortes.

Sobre o tipo de estudo que estamos propondo, os pesquisadores Eloy Abreu e Romário Basílio (2018, p. 2) acreditam que é uma tendência que vem ganhando "corpo", pois se faz "distante de leituras que privilegiavam centros e periferias como centros únicos de poder, leituras globais, conectadas, que tomam o Atlântico, o Índico ou o Báltico como centro de dinâmicas individuais e coletivas têm-se popularizado entre os investigadores de todos os tempos históricos, tendo em vista relações transnacionais, transimperiais e multiculturais". Nesse cenário, portanto, a Amazônia se conectou ao Atlântico por meio, dentre outros, dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, que serviam de entreposto para a navegação com o Reino e outros centros de fornecimentos de "gentes", para o povoamento deste estado, através de lavradores, escravizados ou soldados.

Nas últimas décadas, os estudos que utilizam a abordagem da circulação de pessoas, de conhecimentos, de modelos econômicos, políticos e jurídicos tornaram-se, segundo Gibran Bautista y Lugo e Maria Fernanda Bicalho (2022, p. 133), um dos principais eixos de transformação da história moderna e colonial, centrando suas maiores contribuições em questões como: "circulação de pessoas no contexto da expulsão de grupos marcadas pela sua confissão e raça, a migração de escravos e cativos, a lógica financeira e social das diásporas, a mobilidade do pessoal administrativo das monarquias europeias e os seus efeitos sociais e econômicos, as delegações territoriais nas cortes, a itinerância como fundamento da nova nobreza". Esses autores asseveram também que as pesquisas que focaram seus olhares nas histórias transnacionais e conectadas encontraram

na circulação "um aspecto intrínseco da configuração de sociedades em várias latitudes do planeta a partir do século XVI" (Lugo; Bicalho, 2022, p. 133).

A atenção aos movimentos de pessoas, de coisas e de ideias surtiu efeito positivo na construção de novos modelos explicativos a respeito da presença europeia no mundo. Ou seja, estas interpretações deixaram de lado "discursos teleológicos valorativos a favor de abordagens que priorizam práticas específicas e dinâmicas relacionadas a partir de investigações baseadas na convergência de fontes de diferentes arquivos" (Lugo; Bicalho, 2022, p. 134).

No período por nós destacado, dissidentes perseguidos por práticas ilícitas vieram ou foram enviados para o Grão-Pará, seja por degredo ou por fugas. Da mesma maneira que, havia os que se moviam pelo Atlântico equatorial, em busca de melhores condições de vida, como alguns dos povoadores que ocuparam a vila de Macapá e aqueles que, sob uma égide violenta, foram obrigados a embarcar nas longas jornadas de travessias, como os milhões de trabalhadores africanos escravizados, circulando nesse espaço transatlântico diversos tipos de agentes. Dessa forma, para Lugo e Bicalho (2022), as interações sociais dos sujeitos que se deslocavam ultrapassando os limites da política confessional, carregavam consigo a transferência de ideias da esfera da colônia para a capital portuguesa e vice-versa. Neste atinente, Janaína Amado (2000, p. 816) afirma que "o degredo acabou se constituindo em importante instrumento de circulação de pessoas – portanto, também de circulação de ideias, de práticas, de culturas – dentro dos espaços do império português, incluída a Amazônia".

Realizado o preâmbulo inicial apresentando nossa fundamentação teórica, neste artigo versaremos sobre a relação entre os açorianos, as rotas do Atlântico equatorial e o povoamento da vila de São José de Macapá na segunda metade do século XVIII, analisando o entrelaçamento da vida desses sujeitos por meio de seus deslocamentos e das relações estabelecidas entre esses colonizadores e a Coroa portuguesa, tendo como palco principal a referida vila. O recorte cronológico no qual estamos inseridos é nomeado pela historiografia de "Era pombalina" (1750-1777). Durante esse período, um conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais foram levadas a cabo, no Reino e nas suas possessões no além-mar, pelo então secretário de Estado português Sebastião de Carvalho e Melo, posteriormente conhecido como Marquês de Pombal.

Neste âmbito, argumentaremos numa linha contrária a estabelecida pela historiografia centro-sulista, que encarava a Amazônia como uma de suas periferias. Além disso, dentre as motivações para o fluxo de deslocamentos dos açorianos, demonstraremos que a Coroa, na figura de Pombal, teve grande papel de incentivar o

povoamento da região amazônica. Para que isto seja exequível, empregaremos um conjunto documental composto principalmente por cartas, requerimentos, ofícios e mapas populacionais oriundos do *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU), de Lisboa, referentes a capitania do Pará, a qual a vila de Macapá era parte integrante. Assim, o aparato empírico será cruzado ao material teórico, para que a partir desta confrontação cheguemos as nossas próprias conclusões.

Desse modo, o leitor encontrará a seguir um texto que é composto por duas partes principais. A primeira delas aborda o que chamamos de "trânsito atlântico", isto é, a travessia dos "casais"[1] açorianos, as suas dificuldades, as motivações dos seus deslocamentos, assim como o cenário formado na segunda metade do século XVIII envolvendo esses habitantes e o povoamento da região amazônica. Já na segunda parte nos detivemos a discutir as relações dos ilhéus com a Coroa lusitana, bem como, os seus modos de vida e as circunstâncias que se depararam ao viver na recém fundada vila de São José de Macapá, dando ênfase a trajetória de seis famílias açorianas.

O transporte dos "casais" açorianos nas rotas do Atlântico equatorial

O "Atlântico português", como é denominado pela historiografia, refere-se à área geográfica composta por um o conjunto de Ilhas e regiões costeiras banhadas pelo Oceano Atlântico, que estiveram sob a influência e domínio do Império lusitano ao longo da história, ao criar espaços sociais e imprimir sua marca nesses territórios, reivindicando a sua soberania. O arquipélago dos Açores, formado por nove Ilhas (Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo), estava inserido nesse complexo marítimo, desempenhando várias funções cruciais, fundamentalmente, por meio do comércio, da defesa e dos deslocamentos, que foram essenciais para as conexões e circulações oceânicas e interoceânicas, desde o período colonial, até o presente (Russell-Wood, 2014).

Além dos Açores, destacamos outros arquipélagos como a Ilha da Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe que estavam localizadas em áreas estratégicas, do ponto de vista militar e econômico, pois funcionavam como entrepostos comerciais, conectando esses lugares aos continentes do Atlântico Norte e Sul. Em virtude disso foram alvos de constantes ataques e pilhagens de outras nações europeias (Menezes, 2023).

Para além das supracitadas funcionalidades físicas das ilhas, os seus habitantes foram povoadores de diversas áreas da América lusa, em especial, neste caso, da Amazônia colonial. Rafael Chambouleyron (2008) sustenta que as rotas que conectavam

a região amazônica, as ilhas como as dos Açores, Madeira e Cabo Verde formavam o Atlântico equatorial. Desse espaço circulavam e se deslocavam para o Estado do Grão-Pará e Maranhão diversos sujeitos, tais como lavradores, escravizados, soldados e degredados que serviam para "aumentar e conservar" a população desses territórios.

Os fluxos comerciais com os Açores e a circulação desses indivíduos na Amazônia datavam desde as primeiras décadas do século XVII. Chambouleyron (2008) nos revela que em duas jornadas ocorridas entre os anos de 1674 e 1677 chegaram aos portos do Estado do Maranhão e Pará 100 "casais" açorianos, sendo 50 em cada uma delas. Na primeira jornada, o número total foi de 234 pessoas, já na segunda viagem foram 235. O movimento desses sujeitos parecia estar atrelado a dois fatores principais: a) a necessidade do Estado em povoar aquela região; b) as dificuldades encontradas pelos moradores das Ilhas devido as catástrofes naturais, como terremotos e erupções, registradas pouco tempo antes em 1647 e 1672. Antonio Otaviano (2023a), por sua vez, salienta que havia imigrações financiadas pela Coroa acontecendo em diferentes anos no século XVII: 1619, 1621, 1649, 1666, 1672, 1675 e 1677, sendo que as levas destinadas ao Estado do Maranhão eram anteriores aos recebimentos do sul do Estado do Brasil, que iniciaram somente no século XVIII. Logo, segundo esse autor "não podemos desconsiderar o quadro de longa experiência de emigração açoriana para a América, em especial para o Estado do Maranhão" (Vieira Junior, 2017, p 345).

Essa experiência de longa duração foi caracterizada no século XVII pelo voluntariado, ou seja, frente as graves crises econômicas, sociais e diversos "dramas naturais" enfrentados nas Ilhas, restava aos moradores, principalmente aos que pertenciam as camadas populares, o deslocamento para a região setentrional da América lusa, local indicado pelo Reino como detentor de grandes possibilidades de melhores condições de vida. Contudo, Viera Junior (2017) destaca que na década de 1750, essa emigração articulada pelo Império marítimo português e marcada pela espontaneidade deu espaço para "notícias no sentido contrário", o que significa dizer que muitos desses deslocamentos não ocorreram sem conflitos, negociações e resistências.

Essa conjuntura se moldou desta forma, pois nesse período o cenário de desastres naturais outrora intenso, estava mais ameno, havendo, inclusive, "abundância de frutos da terra", ou seja, as safras de plantio e colheita estavam rendendo bons resultados para os nativos, o que consequentemente os oportunizava ter como primeira opção a permanência nos seus locais de origem, ao invés de migrar. Esse argumento é comprovado pelo autor ao evidenciar que três viagens ocorridas entre 1751 e 1754 não foram suficientes para cumprir a demanda da Coroa portuguesa de mil colonos para o

Estado do Grão-Pará e Maranhão. A proposição inicial era de embarcar apenas os "casais" oriundos da Ilha Graciosa, porém as duas primeiras viagens ocorridas em 1751 e 1752 se demonstraram insuficientes, sendo necessário, por isso, ampliar o contingente na terceira viagem (1754). Assim, com o objetivo de reunir novos candidatos para a travessia, foram aceitos moradores de qualquer uma das Ilhas do arquipélago dos Açores (Vieira Junior, 2017).

Embora as condições de vida estivessem melhores nas Ilhas durante este período, não podemos considerar este como o único fator da não adesão de alguns açorianos. Existiam, por exemplo, conflitos ligados a administração local das Ilhas, ou seja, a interferência de juízes ordinários, que se dedicavam a convencer os habitantes a não deixarem suas residências, bem como, atrapalhavam os embarques ao riscarem os nomes dos inscritos para a emigração das listas de agrupamentos e transporte. Isso ocorria em razão da carência de trabalhadores para as elites locais das Ilhas, ocasionando uma intensa disputa entre eles e a metrópole, para assegurar que os habitantes permanecessem nessas terras. Não apenas autoridades do judiciário estavam envolvidas nesse "boicote", como também os párocos da Ilha Graciosa persuadiam os casais alistados a não embarcarem (Vieira Junior, 2017).

Em resposta, a administração portuguesa, representada pelo corregedor das Ilhas, chegou a usar o aparato estatal para enviar ilhéus através do uso da violência, todavia, não foi o único modo, empregando na maior parte das vezes o convencimento e a negociação com os trabalhadores. Entendemos que as resistências destacadas pelo autor estavam ligadas mais as autoridades locais do que aos "casais" de colonos. Por outra perspectiva, Avelino Meneses (2014) expõe as más experiências vivenciadas pelos açorianos no Novo Mundo. Dentre elas estavam as epidemias, a alta mortalidade gerada pelas longas viagens de travessia do Oceano Atlântico e o não cumprimento de promessas régias, fatores que convergiam para uma existência adversa para os novos povoadores.

Na segunda metade do século XVIII houve a assinatura do Tratado de Madri (1750), no qual as fronteiras luso-espanholas outrora flutuantes passaram a ganhar novos contornos, impactando, assim, em uma alta demanda por novos povoadores para áreas de divisa, como o Cabo do Norte (atual Amapá). Nesse atinente, o então governador do estado, Francisco Pedro de Mendonça, relatou em carta endereçada ao Conselho Ultramarino, a deplorável situação das capitanias, devido ao elevado número de indígenas mortos por uma epidemia.[2] Frente a esse cenário o governador solicitou o envio de negros escravizados da Angola, Guiné, Costa da Mina e Ilhas de Cacheu, devido sua suposta robustez física. Em resposta, o Conselho autorizou o transporte de cativos e de cerca de

quatro mil casais das Ilhas dos Açores para a América lusa. Desse número total, mil casais açorianos e da Ilha da Madeira deveriam ser remetidos com a maior brevidade para as capitanias do Maranhão e Pará, para povoar as terras e garantir a posse dos domínios da Coroa, principalmente aquelas que faziam fronteira com as "terras da Coroa da França" (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 31, doc. 2976).

No que tange ao uso da mão de obra escravizada ou compulsória na Amazônia, precisamos fazer uma pequena digressão para explicar como isso se entrelaçou com a vida dos povoadores açorianos. Em 1755 foi instaurada a Lei de Liberdade dos Índios, que dentre outras medidas impedia a escravização desses sujeitos, contudo não os afastava do trabalho compulsório. Sendo a maior força de mão de obra da região, os nativos eram, sem dúvidas, uma importante peça nesse "jogo de xadrez". Porém, com a epidemia mencionada acima e o elevado número de perdas autóctones, os colonos demandaram por mais trabalhadores. O contágio, segundo o argumento utilizado por Antonio Otaviano (2023b), seria um dos principais motivos que desencadeou a imigração compulsória dos cativos da África, uma vez que eles seriam empregados para sanar os desdobramentos produtivos do surto. À vista disso, o autor sustenta:

> O contágio não criou uma demanda específica, mas acirrou tensões econômicas, sociais e políticas que se arrastavam desde o século XVII e envolviam o uso, a resistência e o monopólio do trabalho escravo dos diversos povos indígenas que habitavam o "sertão" da capitania. Diante da resistência dos colonos em aceitar o fim da escravidão indígena, a Coroa lusitana, a partir da criação da Companhia de Comércio, resolveu incrementar a inserção de escravizados africanos. Tal esforço corria no sentido de ampliar o número de moradores a se utilizar dessa força de trabalho e, com isso, favorecer a diminuição da resistência ao fim da escravidão dos indígenas (Vieira Junior, 2023b, p. 17).

Observamos, então, que a circulação no espaço Atlântico (Cabo Verde, Bissau, Cacheu, Benguela e Luanda) se deu de diferentes formas, que poderiam estar atreladas ou não ao povoamento de uma determinada área estratégica, relacionadas ou não a demanda por trabalhadores, ou ainda a necessidade individual de melhores condições, dentre outros fatores que podem ser considerados. De todo modo, o que nos parece claro nessa conjuntura é que a Amazônia se tornou uma importante área de circulação dessas rotas.

Sobre o termo "casais" e povoamento frisamos que há uma relação intrínseca, pois havia, segundo Viera Junior (2023a) uma preocupação das autoridades de Lisboa e dos Açores em embarcar "casais" e não indivíduos isolados, dado que a família funcionava como um atenuante para a fixação dessas pessoas ao novo território. Em outras palavras, o deslocamento de famílias inteiras facilitava o fomento ao povoamento da região, porém,

o autor destaca que na prática houve um grande fluxo de indivíduos sem laços de parentesco direto, classificados como fâmulos ou "companhias". Em virtude disso, Viera Junior entende que o termo "casais" deve ser grafado entre aspas, uma vez que nem todos ali poderiam ser maridos, esposas e filhos.

Além disso, as autoridades incentivavam, igualmente, o alistamento de mulheres, especialmente as que estivessem numa faixa etária fértil (havia, inclusive, uma ajuda de custo para as mulheres com mais de 12 anos e menos de 25 anos de idade, fossem elas casadas ou solteiras). Entretanto, Vieira Junior menciona que na listagem da viagem de 1752 não havia nenhum "casal" encabeçado por uma mulher, sendo uma das possíveis explicações a tentativa de afastamento dessas figuras do comando dos seus domicílios. Todavia, isso não quer dizer que tais medidas foram acatadas passivamente por elas, pelo contrário, uma das hipóteses levantadas pelo autor é que "embora não aparecesse formalmente a chefia feminina, por ocasião do alistamento algumas famílias comandadas por mulheres acabavam se agregando provisoriamente aos grupos sob chefia masculina e com isso imigravam para o Grão-Pará" (Viera Junior, 2023a, p. 113-114).

Em diálogo com o autor, tomamos a liberdade de acrescentar a sua hipótese argumentando que os "casais" eram compostos por vários tipos de arranjos familiares, que iam para além da estrutura de "família tradicional nuclear" ou "família patriarcal". Essas famílias poderiam sofrer novas mudanças ao aportar nas terras amazônicas, isto é, algumas eram formadas, outras eram desfeitas e outras ainda poderiam ser refeitas, em um movimento de rearranjamento característico das relações movediças moldadas pelos constantes deslocamentos do mundo colonial. É evidente, porém, que não quer dizer que essa realidade pulverizada impediu outras famílias de serem mantidas ao longo do tempo. No que toca aos açorianos, Vieira Junior (2023a, p. 118-119) assevera que: "a fragmentação das famílias dos imigrantes durante o processo de fixação na região poderia ser explicada por um eventual falecimento de alguns membros, retorno aos Açores e/ou pela composição de outro domicílio".

Lembremos que as composições de novos arranjos familiares foram possibilitadas oficialmente durante o período aqui estudado, dado que vigorava o conjunto legislativo conhecido como Diretório dos Índios (1757-1798), no qual houve um forte incentivo dos governantes da Amazônia aos casamentos interétnicos, entre indígenas e colonos. Segundo Hugo Aguiar (2023, p. 95), essas uniões foram encorajadas "por meio da concessão de honrarias e mercês, vistas como a principal maneira de garantir uma efetiva colonização e povoação da região amazônica de forma 'pacífica'". Isso gerou o que podemos chamar de "atmosfera facilitadora", principalmente aos povoadores açorianos

que se deslocavam isoladamente em busca de ascensão social, que poderia ocorrer através desses casamentos.

Ao nos voltarmos sobre as maneiras como eram feitas as travessias intercontinentais, destacamos que em 7 de abril de 1751, José Alves Torres já com um contrato arrematado solicitou ao rei D. José I as ordens necessárias para que ele pudesse partir para os Açores com seu navio (Nossa Senhora da Piedade e São Francisco de Paula), em busca dos "casais" e transportá-los a capitania do Pará. Sua embarcação possuía a capacidade máxima de 450 pessoas, porém o construtor da Ribeira das Naus, responsável pelas vistorias das embarcações, autorizou o transporte de apenas 150 pessoas, visando a comodidade e segurança dos passageiros. Este caso em particular nos chamou atenção, pois revela a rota atlântica entre o Grão-Pará, Açores e Argel, onde era responsável pelo transporte de pessoas e mercadorias (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 32, doc. 3030).

O contrato de José Alves, com validade de aproximadamente dez anos, afirmava que o assentista deveria fazer o transporte de mil pessoas das Ilhas dos Açores para o Pará.[3] Dentre as 23 condições ou cláusulas que esse extenso documento possuía, fazemos destaque a alguns. A primeira era relacionada especificamente ao que se transportaria, neste caso deveriam ser apenas as pessoas, proibindo-se o embarque de produtos para o comércio (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 33, doc. 3128). Essa foi uma das tentativas de monopólio da administração portuguesa, que quase sempre não era obedecido por esses trabalhadores. Entretanto, essa situação específica, na qual os navios eram fiscalizados no embarque e no desembarque, fez com que os assentistas requeressem em vários momentos a autorização para comercializar produtos, como o sal, juntamente com o transporte dos "casais".

As boas condições estruturais da embarcação estavam inseridas nas cláusulas contratuais, chamando nossa atenção para a exigência de pelo menos um cômodo exclusivo para as mulheres, que fosse fechado e separado das outras pessoas. Condição essa que deveria ser vistoriada pelo Construtor de Naus, demonstrando preocupação com essas figuras, que normalmente eram a maioria nestes transportes.[4] Além disso, as crianças faziam parte do grupo que recebia maiores cuidados e as que possuíssem até 3 anos de idade não precisavam arcar com os custos da passagem e da alimentação.

Também estavam inseridos nestes termos o curso da navegação, devendo sair de Lisboa em direção a Ilha da Madeira e posteriormente aos portos dos Açores. Após o embarque dos "casais" navegaria diretamente ao Pará. A passagem pelas ilhas atlânticas suscitava da coroa uma maior atenção e controle sobre esses navios, por esses locais

serem de grande movimentação e fluxo de pessoas vindas de todo o Império marítimo português, sejam elas livres, funcionários da administração portuguesa, militares, donos de embarcações, trabalhadores livres e escravizados, agricultores, colonos, indígenas e negros, além de todo tipo de mercadorias, exemplificando a característica multifacetada desse Reino e seus domínios no Atlântico.[5]

A fiscalização deveria ser exercida pelos próprios assentistas, para que não entrassem outras pessoas, inclusive, pelo alto valor das passagens, que eram de 19.350 réis por cada pessoa com idade acima de três anos completos. Interessante destacar que a Coroa só se responsabilizava em pagar esse valor aos "casais" que chegassem em vida aos portos do Pará. Sendo, por isso, necessário que o assentista não apenas se responsabilizasse pelo transporte, mas também pela segurança de seus passageiros, uma vez que isso refletiria diretamente na quantia total do seu pagamento.

Como podemos observar, a travessia realizada por um assentista era repleta de cláusulas de controle e a participação de outros agentes da Coroa, como capelões, que se faziam presentes na nau rezando missas e cuidando dos enfermos, e cosmógrafos que deveriam garantir a segurança e a agilidade da viagem. Por meio destes destaques sobre algumas alíneas do contrato, compreendemos que houve uma flexibilidade da administração portuguesa colonial, ao estipular condições contratuais que poderiam atrair os "casais" açorianos para realizarem a travessia para o Pará, em um momento de disputa com as elites das Ilhas pela mão de obra desses trabalhadores, ao mesmo tempo em que mantinham o comércio e o tráfico dos indivíduos sobre os atentos olhares da metrópole.

Contudo, as condições contratuais, aliadas a fiscalização da administração não foram suficientes para evitar o desastre ocasionado pelo naufrágio do navio "Nossa Senhora da Piedade e São Francisco de Paula", do capitão Agostinho dos Santos, ocorrido no dia 19 de setembro de 1754, no baixio da Tijioca (trecho perigoso para a navegação), próximo um dia de viagem da cidade de Belém do Pará, após se chocar em um banco de areia. Nesta ocasião, 42 pessoas tiveram suas vidas ceifadas vítimas de afogamento, sendo 40 moradores da Ilha Terceira dos Açores, incluindo crianças, e 2 pretos escravizados (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 37, doc. 3449).[6]

Esta ocorrência tomou grande vulto, envolvendo inclusive o governador do Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que remeteu um ofício ao secretário, ordenando que algumas canoas fossem enviadas para acudir os sobreviventes, resgatando 36 ilhéus e toda a equipagem do navio. No entanto, não foi possível salvar o carregamento que estava na embarcação, incluindo o sal, que posteriormente se tornou um problema alimentar para os moradores do Pará, tendo que temperar a comida, em alguns momentos,

com açúcar. A importância da carga do navio foi tanta, que Mendonça Furtado deslocou uma escolta militar com experiência no local, chefiada pelo capitão-mor João de Almeida da Mata, para buscar e recolher os possíveis produtos que estariam nas praias da Ilha de Joanes (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 37, doc. 3450).

Em seu relato a respeito desse desastre o bispo do Pará, Miguel de Bulhões, destacou as infelizes perdas humanas e comerciais, principalmente, a posterior carência de sal naquela região. Entretanto, o que nos chamou a atenção foi a grande preocupação do sacerdote com os prejuízos financeiros dos sujeitos que aguardavam não apenas colonos dos Açores, mas também produtos para usufruir e comercializar, incluindo diretamente o governador do Estado e ele próprio, lamentando, assim, o grave dispêndio econômico que ambos tiveram (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 37, doc. 3453).

A situação dos casais povoadores açorianos sobreviventes que chegaram em terra firme era precária. Segundo as descrições deixadas por Mendonça Furtado, eles não possuíam calçados, nem roupas para vestir. Nesse sentido, o governador e o bispo apresentaram ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real uma relação da ajuda de custo no valor de 4 mil réis para cada homem e mulher. Já para as crianças entre 3 e 10 anos de idade, o valor foi de dois mil réis. O documento possui um anexo onde é apresentada a relação do pagamento feito para os sobreviventes do navio capitaneado por Agostinho. De acordo com esse anexo, foram sete famílias, compostas por 15 adultos e 3 crianças. Além disso, havia uma relação de 18 indivíduos adultos que parecem não ter nenhuma ligação com as outras famílias, porém devido a alguns sobrenomes em comum, podem ter algum nível de parentesco entre si, totalizando assim, 36 pessoas entre adultos e crianças (22 homens e 14 mulheres), segundo a informação dada no ofício de Mendonça Furtado. O valor total da ajuda de custo dos sobreviventes desse naufrágio foi de 138 mil réis (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 37, doc. 3458).

Esse montante estipulado por Mendonça Furtado, para socorrer os adultos, não parece ser algo novo, pois foi o mesmo pago para os trabalhadores vindos das ilhas atlânticas para o Pará, como uma forma de incentivo as suas novas vidas nestas terras, antes da estipulação do contrato com os assentistas. Em 29 de maio de 1751, Diogo de Mendonça Corte Real, já na função de Secretário da Marinha e Ultramar, enviou para o presidente do Conselho Ultramarino, D. Estevão de Meneses, o Marquês de Penalva, um aviso sobre o pagamento da ajuda de custo para os ilhéus. Neste documento foi ressaltado que o valor de 4 mil réis deveria ser pago somente para as mulheres que fossem casadas e estivessem acompanhadas de seus respectivos maridos, reforçando o propósito da colonização e povoamento através das famílias. Este mesmo documento evidencia que

não apenas "casais" e trabalhadores eram transportados, mas presos que cumpririam seus degredos, recebendo assistência na travessia de um fundo utilizado para a subsistência dos encarcerados autorizado pelo Provedor (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 32, doc. 3049).[7]

A partir dos dados analisados, compreendemos que os contratadores e os assentistas foram indivíduos que possuíram valorosas e poderosas redes de negócios privados, que em muitos sentidos auxiliavam o Império lusitano, como no caso do serviço de transporte dos açorianos, chegando, por isso, a conquistar várias benesses e incentivos do Estado para os seus negócios, em detrimento até mesmo de negociantes reinóis. Portanto, esses agentes foram fundamentais para a circulação de pessoas e mercadorias, mas também de ideias, símbolos e culturas nas rotas do Atlântico equatorial.

A vila de São José de Macapá e o povoamento das famílias açorianas

Após enfrentar um tortuoso caminho de travessia até a chegada nas terras amazônicas, as famílias açorianas remanescentes ainda estavam longe de alcançar as promessas propaladas pela Coroa lisboeta. Alguns desses ilhéus foram direcionados a recém fundada vila de São José de Macapá (1758), onde encontrariam, em tese, os subsídios do Estado para a sua sobrevivência. Antes de sua elevação a condição de vila, Macapá era um povoado habitado, segundo Paulo Cambraia da Costa (2022, p. 281-282), por "famílias oriundas das Ilhas dos Açores e das Canárias, trazidas pelo rei D. João V, desde a década de 1740". O que denota, como analisamos anteriormente, que os deslocamentos visando o povoamento dessa área não eram algo novo em meados do setecentos, bem como demonstra a inserção desse lugar na circulação das rotas atlânticas.

Entretanto, a reboque do número crescente de moradores vieram os problemas relacionados a manutenção da vila, que padecia, assim como grande parte das vilas do Grão-Pará nesse período, da escassez de produtos alimentícios, em particular do sal. Além disso, possuía condições infraestruturais precárias, faltando aos novos habitantes elementos fundamentais, como: terras, gados, ferramentas para lavrar o solo e trabalhadores escravizados, principalmente os de origem africana. A falta de escravizados era tamanha, na recém-criada vila de Macapá, que não havia nem "quem lhe faça um recado, e nem com o dinheiro na mão podem conseguir um escravo, porque o número é tão pouco, e a natureza de tal qualidade, que morrem muito, razão porque cresce a precisão diminuindo-se o número dos poucos com que se fornece este Estado" (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 48, doc. 4435).

No ano de 1761, o governador Manuel Bernardo Melo e Castro enviou um ofício relatando sobre a sua viagem para a vila de Macapá, onde inspecionou a construção da fortaleza e as dificuldades enfrentadas pelos moradores. Dentre as suas observações, o governante expôs o péssimo estado em que muitos "casais" se encontravam, pois nem se quer poderiam se proteger das chuvas devido à falta de telhas em suas residências. Aliado a essa problemática, a arquitetura das habitações era simples, isto é, de pequenas dimensões e despadronizadas. Para remediar essa realidade Melo e Castro ordenou a entrega de telhas e madeiras para os reparos necessários nas casas (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 48, doc. 4436).

A alimentação na vila também se tornou transtorno em razão da falta de farinha de mandioca (produto basilar para a subsistência de grande parte da sociedade amazônica). Essa séria carência era derivada diretamente da falta de estrutura desse lugar, que além de produzir esse tipo de alimento em quantidades insuficientes, não possuía moinhos para moer o milho produzido em escalas maiores na colônia, fazendo necessário o deslocamento dos povoadores de Macapá para as vilas vizinhas, como Melgaço e Portel, à procura desse alimento (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 48, doc. 4436). É possível notar que o cotidiano vivenciado pelos novos povoadores nesse lugar estava longe de ser aquele proposto inicialmente pela Coroa portuguesa, quando tentavam os convencer a se deslocar das Ilhas.

Ao aportar em Macapá, junto de sua comitiva, na manhã de 3 de fevereiro de 1761, Manuel Melo e Castro decretou a reabertura de duas escolas, "tomando rol" de todos os meninos "capazes de aprender" e ordenando aos mestres que retornassem o ensino "com grande zelo". Logo após visitou pessoalmente as terras, campinas e roçados de plantação de algodão, arroz, frutas e mandioca, assim como foi ao curral onde criavam-se os animais para consumo. Nesta inspeção, o que lhe chamou a atenção foram as condições da olaria da vila, que se encontrava "na última decadência", o que também refletia na falta de coberturas das residências dos moradores e outros edifícios, como a igreja. Neste atinente, Melo e Castro solicitou "toda a ajuda e favor indo pessoalmente assistir muitas experiências que mandou fazer sobre a diversidade de barros e várias misturas". Outra medida tomada por ele, no que tange organização paisagística e arquitetônica das habitações, foi a padronização das dimensões dos terrenos para as construções das casas dos povoadores em 30 braças de fundo (aproximadamente 55 metros), intervindo diretamente na distribuição dos ditos lotes e na construção das habitações, nesse caso, de 114 moradores, incluindo aqueles que já possuíam construções na vila, algumas irregulares. Assim, segundo Feliciano Ramos, o governador teria "amigavelmente

distribuído mais braças a cada um conforme a possibilidade do terreno e menos deformidade" tentando a "perfeita regularidade da edificação de toda vila" (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 48, doc. 4436).

Feliciano Ramos também assevera que, o governador "a sua custa" se utilizou de indígenas para os trabalhos na vila, em prol dos povoadores "mais pobres", mandando "fazer as suas moradas de casas fazendo-lhe entaipar paredes e cobrir as casas", além de ter ordenado "buscar muita madeira e palha" e distribuiu "por muitos moradores para poderem fazer as suas casas". Utilizou-se ainda, "por quase uma semana" de 117 indígenas "das povoações" para roçarem "uma larga e grande parte do mato em que se situaram as duas belas ruas das flores e nova da campina ficando ainda muito espaço descoberto", reedificou os quartéis antigos, construiu um quartel que "bem acomoda um grande destacamento" e deixou ordens para a construção de outro para os oficiais.

Outra medida tomada por Melo e Castro em 1761 foi a criação de uma série de 33 posturas obrigatórias, que deveriam ser seguidas pela população da vila de São José de Macapá, a fim de "continuar o perfeito estabelecimento desta vila em benefício comum dos moradores dela" (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 50, doc. 4551).[8] Este regulamento abordava, dentre outros, questões sanitárias, como a preservação de fontes de água limpa (com multa para quem lavasse suas roupas nesses lugares), ordens para que a construção de poços e cisternas só ocorresse mediante licença da câmara, que indicaria o local propício, sendo encargo dos colonos construir proteções ao redor para evitar quedas e acidentes com crianças, sob multa de mil réis para os que descumprissem. Era, de igual modo, responsabilidade dos povoadores, a limpeza das ruas e praças, bem como a dispersão de animais mortos fora da área da vila, com o intuito de evitar que doenças se proliferassem.

Todavia, após a conclusão dessa série de supostas benfeitorias, a situação parece ter piorado, visto que "apesar de toda expectativa depositada pelos governantes na principal vila situada na foz do rio Amazonas, trinta anos após a fundação de Macapá [...] a situação daquela povoação era desesperadora" (Costa, 2022, p. 292). Com isso, os "casais" açorianos que chegavam à vila de Macapá, em seus anos iniciais, e encontravam sim largos campos com muitas "drogas", no entanto se deparavam também com um lugar que guardava uma infraestrutura precária, longe do que lhes foi prometido pelo Reino quando ali aportassem.

Fazemos destaque neste artigo a seis dessas famílias açorianas, que foram encontradas no mesmo ofício referente ao código de posturas, por meio principalmente de diversas listas, denominadas de relações, alusivas aos moradores da vila. A primeira

lista referia-se ao número de "cabeças" das famílias, constituídas pelo nome do casal, juntamente com o quantitativo de filhos (sem identificação). Do total das 151 famílias existentes na vila, os Espinola formavam 18 delas (maior expressão numérica), seguidos pelos Rosa com 17 famílias, sendo a maioria de seus membros mulheres (esposas ou viúvas). Em terceiro estava os Silva, que aparecem em 13 famílias, depois os Rosário, os Bitencourt e os Conceição, com 10, 9 e 9 aparições respectivamente. Esse levantamento numérico evidencia que apenas essas seis famílias somavam pouco mais da metade do total de clãs que residiam na vila, dando-lhes uma alta representatividade (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 50, doc. 4551).

Os elos de parentesco entre essas famílias foram estreitados em vários momentos, por meio de casamentos entre os seus membros. Vemos isso na união entre Manuel Espinola Bitencourt e Maria da Conceição, que juntos geraram um casal de filhos. Perante esse contexto, a nossa hipótese é que essas uniões, em sua maioria, não ocorriam arbitrariamente, pois estavam associadas a formação e ao fortalecimentos de alianças político-estratégicas entre as famílias. Possivelmente essas ligações ocorriam há um certo tempo, dado que neste exemplo Manuel possuía o sobrenome de duas famílias (Espinola e Bitencourt), subentendendo que seus pais, outrora, também fizeram parte de acordos matrimoniais como esse. As vantagens desses casamentos poderiam ser várias, dentre as quais destacamos o aumento numérico dos integrantes das famílias. Essa conjectura se torna patente quando analisamos a relação do número de moradores registrados em Macapá no ano de 1761. O total era de 525 pessoas, sendo que 161 pertenciam a algumas das seis famílias de açorianos que mencionamos, o que representa aproximadamente 30% do total de habitantes da vila. Esse percentual aumenta quando analisamos os 100 povoadores desta região, pois 52 sujeitos pertenciam a pelo menos uma das famílias abordadas, ou seja, mais da metade da relação apresentada até então.

Outro benefício gerado por esses vínculos conjugais estava relacionado ao poder econômico das famílias. Observamos nestas listas que dentre a composição dos que "podem comprar pretos", os sobrenomes de três das seis famílias açorianas foram mencionados, são eles: o capitão Francisco Espinola, casado com Maria Bitencourt, com quem teve 6 filhos; Thomé Francisco Bitencourt, cônjuge de Maria do Rosário, sem descendentes; Antônio José da Silva, casado com Tereza, também sem filhos. Aparecem ainda duas viúvas na lista: Clara Maria, mãe de um filho e Francisca Espinola, que era progenitora de um casal.

Para além do poder aquisitivo, havia também as relações de poder local, como foi o caso das Ordenanças (importante distinção militar) criadas pelo governador da vila de

Macapá. Os integrantes eram: o capitão Pedro Furtado de Mendonça, 1 alferes, 2 sargentos, 4 cabos e 49 soldados. Dessa soma, 11 eram das famílias Silva, Espinola e Bitencourt, sendo, com exceção de dois que eram Cabos, todos soldados. A documentação também expõe que as famílias Espinola e Silva tinham pretos escravizados, assim como éguas, touros e vacas. Já os Bitencourt gozavam das mesmas condições, porém não possuíam pretos e touros.[9] É válido ressaltar que, os Silva possuíam ainda mais relevância no que tange a cargos políticos, em virtude de alguns de seus membros comporem o quadro da câmara da vila.

Ao analisarmos essas listas, parece-nos claro que não havia uma relação diretamente proporcional entre número de membros em uma determinada família e a sua fortuna. Os Rosário e os Conceição, por exemplo, não aparecem em mais nenhuma listagem referente a condições de adquirir escravizados, animais e terras, apresentando, aparentemente, somente relevância numérica. Diferentemente dos Espinola e os Silva, que se faziam presentes em todas as listas, seguidos dos Bitencourt e dos Rosa, que apareciam parcialmente em algumas listas, com menos membros que possuíam bens ou os poderiam adquirir. Entendemos, por essa razão, que a formação de alianças matrimoniais era estrategicamente planejada para permitir que famílias com poucos herdeiros expandissem sua influência ao aliarem-se a famílias mais numerosas, em contrapartida, os clãs extensos, mas sem grandes fortunas ou poder político, poderiam buscar isso em seus acordos com as demais famílias. Em outras palavras, os pactos selados com casamentos deveriam trazer vantagens a ambos os lados do tratado, seja através da expansão de seus recursos, da consolidação de suas posições sociais ou da obtenção de poder político.

Constata-se ainda na lista que dentre as 151 famílias que residiam em Macapá durante esse período, 16 delas se desviavam do "modelo nuclear", arraigado ao padrão patriarcal português imposto tanto pelo Estado quanto pela Igreja. Nesse atinente, identificamos um total de 10 famílias lideradas por viúvas, sendo que 8 destas mulheres tinham um ou mais filhos a seu cargo, enquanto 3 viúvos não tinham prole alguma. Isso denota que alguns arranjos familiares eram constituídos por apenas um indivíduo remanescente, que eram os próprios viúvos. Além disso, houve situações de famílias formadas sem a presença dos progenitores, ou seja, sem os pais biológicos. Encontramos três ocorrências que se encaixam nesse perfil: duas delas eram lideradas por homens que cuidavam de crianças (que poderiam ser parentes próximos, como um tio, ou mesmo pessoas sem laços consanguíneos), e uma por um homem sem qualquer tipo de

descendente. Quanto as mulheres, não nos deparamos com nenhum caso em que elas se encontrassem nessas condições.

Pouco mais de dez anos depois, a política voltada ao aumento populacional da vila de Macapá se mantinha inalterada por parte da Coroa lisboeta, apesar da contagem reduzida de indivíduos, se comparados ao contrato de mil pessoas de Bento José Alves em meados do século XVIII. Assim sendo, no começo do ano de 1764, Mendonça Furtado remeteu uma minuta para o então governador do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro Fernando da Costa de Ataíde e Teive de Sousa Coutinho, contendo a relação dos povoadores que deveriam ser enviados para a vila de São José de Macapá, transportados em dois navios, um galeão denominado de "Nossa Senhora da Glória e Santa Ana" e uma charrua chamada de "Nossa Senhora das Mercês", para os quais deveriam ser entregues gado, ferramentas e as terras para estabelecerem seus currais. O número total de pessoas que se deslocaram foi de 77, sendo seis famílias voluntárias, somados aos soldados que tinham como destino Cabo Verde, que totalizavam 38 pessoas e 39 indivíduos dos Açores, sendo a maioria solteiros (24 sujeitos). Isso demonstra que a maioria dos "casais" ilhéus veio formar suas famílias na vila, dado que só seria possível adquirir os incentivos doados pelo Reino se estivessem em união matrimonial (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 55, doc. 5026).

No que diz respeito ao transporte em questão, é notável que a concessão de benefícios não foi uniforme entre todas as famílias voluntárias envolvidas. A primeira família, composta pelo casal José de Lima Henriques e Victória Maria Teresa, quatro filhos (dois casais), a cunhada Maria da Graça, três homens não identificados (que poderiam ser parentes próximos ou indivíduos isolados, sem laços de sangue claros), um sobrinho e uma pessoa escravizada, recebeu o donativo de 20 vacas, 4 touros, 2 éguas e algumas ferramentas. Em contraste, a segunda família não recebeu doação alguma, sendo composta por um arranjo diferente, formado pela avó (Francisca da Conceição) e seus dois netos (Joanna Maurícia Leocadia e João Pacanha), filhos de José Bento que já era morador do Pará – provavelmente se deslocou em uma viagem anterior e só após ver as condições daquele lugar, trouxe o restante dos membros da família.

A terceira família, formada por Manoel de Jesus (espadeiro), sua esposa Joaquina Jacinta Roza e o irmão de Manoel, Antonio de Jesus, recebeu 4 vacas, 1 touro e 2 éguas. Já a quarta família recebeu 6 vacas, 1 touro e 2 éguas, sendo encabeçada por Antonio de Souza Maia, sua esposa Eufrasia de Mendonça, uma filha (Anna Rita de Mendonça) e a cunhada Cláudia Joaquina de Mendonça. A quinta família, composta por Francisco José, vindo da cadeia do Porto, sua esposa Joanna Maria e mais três filhos, deveria receber 3

vacas, 1 touro e 1 égua. A sexta e última família, liderada por Teotonio José de Carvalho, também vindo da cadeia, sua esposa Margarida Ignacia, a filha do casal Maria Salomé e o irmão Clemente José de Carvalho, que aparece com o nome riscado na lista (levantamos três hipóteses plausíveis para isso: desistiu de embarcar; faleceu durante a travessia; ou teve seu nome riscado por algum administrador das Ilhas ou do Pará), também deveria receber 3 vacas, 1 touro e 1 égua. Havia ainda três famílias de soldados que se achavam presos e tinham como destino final Cabo Verde. Elas deveriam receber 3 vacas, 1 touro e 1 égua, igual padrão se aplicava aos casados e solteiros vindos das Ilhas.

Ao que tudo indica, o tamanho das famílias desempenhou um papel relevante na distribuição dos bens concedidos pelo Reino. Nessa perspectiva, várias possibilidades emergem, destacando-se a formação de alianças entre as famílias e outros indivíduos não relacionados por laços de parentesco, conforme discutimos anteriormente, visando o aumento do seu contingente e, por conseguinte, obter mais incentivos da Coroa. Dado que o não pagamento desses recursos ocorreu com certa frequência, acreditamos que os povoadores buscaram ampliar suas chances de recebimento por meio dessas alianças estratégicas. Essa hipótese se solidifica com base em dois fatores: a) a facilidade do transporte de famílias: ao formar alianças, sujeitos que poderiam enfrentar dificuldades para viajar sozinhos tinham uma maior probabilidade de assegurar o seu transporte. Essa cooperação mútua garantiria maiores chances de chegada ao Novo Mundo com sucesso; b) benefícios adicionais para famílias colaboradoras: aquelas que celebrassem esses acordos também receberiam mais recursos e produtos, fortalecendo, assim, suas perspectivas de sobrevivência na Amazônia.

No ano de 1773, o governador do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, enviou um ofício para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, relatando sua viagem a vila de Macapá. Em seus escritos ele enfatizou, dentre outros aspectos, que os "moradores vivem sofrivelmente com os proventos da agricultura, e das suas lavouras, em que na verdade se tem empregado e empregam com trabalho superior às suas possibilidades" (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 71, doc. 6065). Junto dessas problemáticas, podemos observar que apesar do empenho da administração portuguesa frente a esta vila, após mais de duas décadas, desde que era um povoado, ainda se encontravam casas inacabadas, sem telhas ou de má qualidade, e apesar de não ser citada diretamente, supõe-se com base nos relatos que a olaria permanecia pequena ou talvez arruinada devido a persistente situação das casas desse local.

Ainda nesse ano, o mapa populacional (ou mapa dos habitantes e fogos) da freguesia de São José de Macapá nos revela que havia 1307 pessoas entre livres e cativos.

Desse total, 986 eram livres, sendo 127 crianças do sexo masculino de até sete anos de idade, 98 rapazes entre sete e quinze anos, 259 homens entre quinze e sessenta anos, 18 de sessenta a noventa anos e apenas 2 com mais de noventa anos. Em relação as mulheres livres, havia 106 crianças de até seis anos de idade, 89 raparigas de sete a quatorze anos, 254 mulheres entre quatorze e cinquenta, 33 com cinquenta até noventa e somente 1 com mais de noventa. Já entre os cativos, o número total era de 321, sendo 18 crianças do sexo masculino e 21 do sexo feminino até sete anos de idade, 10 rapazes de sete até quinze e 8 raparigas de sete até quatorze, 204 escravizados entre quinze e sessenta anos e 60 mulheres cativas de quatorze a cinquenta anos, não havendo nenhum escravizado com faixa etária superior aos sessenta anos. Em comparação com o levantamento feito em 1761, em mais de uma década o número de povoadores livres quase dobrou, ocorrendo um aumento de 461 pessoas livres, em outros termos, chegavam a Macapá, numa média aproximada, 40 pessoas por ano.

Em fevereiro de 1779, o escrivão da câmara da vila de Macapá, Estevão Luís da Rocha, escreveu uma missiva para a rainha Maria I, na qual relatava as queixas dos oficiais da câmara sobre a administração liderada por Lobo de Almada e as condições em que se encontrava aquele lugar. No mesmo documento, ele retrata também algumas reclamações dos povoadores açorianos que se achavam na Macapá desse mesmo período:

> Fomos convidados por um decreto real para virmos das ilhas, povoar esta nova colônia e animados de socorro, que se nos pertencia pela Real Fazenda, desamparamos as nossas pátrias e nos deixamos conduzir, mas não apenas nos deixaram nessa situação, nos desampararam de todo o humano socorro, e nos obrigaram violentamente a um serviço excessivo, de limpar os matos deste terreno dentro de lagos e sem o limitado sustento de farinha, cuja necessidade nos obrigou a comer várias frutas agrestes de que pegaram famílias inteiras e morreram a maior parte dos homens e depois nos mandaram para o mato cortar madeiras e conduzi-las para a feitura das casas, que só por conta da Real Fazenda se mandaram levantar dezoito paus para cada uma e cobertas de palha como ainda hoje se costuma e tudo o mais a nossa custa (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 82, doc. 6721).

Contrastando com as supostas obras realizadas pelo ex-governador Melo e Castro na década de 1760, afirmadas por ele e seu staff governativo, o embate entre Lobo de Almada e os povoadores da freguesia, descortinou a dura realidade dos sujeitos que buscavam melhores condições de vida na vila de Macapá. Segundo a perspectiva dos ilhéus, a Macapá do final da década de 1770 permanecia num estado similar ao momento em que aportaram nessas terras, mais de vinte anos antes, dado que apesar da reabertura das escolas feita por Melo e Castro em 1761, poucos anos depois foram fechadas. Além do mais, esses moradores pagavam por cada cabeça de gado da vila e tinham de custear

aos indígenas pela carne que compravam em outras vilas. O cenário se torna mais caótico quando esses sujeitos declaram que além de promessas não cumpridas por parte do governo português, no que toca a estruturação de suas vidas na Amazônia e o suporte para a sua sobrevivência e desenvolvimento, havia altos impostos e serviços cobrados, sem a garantia de pagamento.

Contudo, os açorianos se utilizaram de certos mecanismos de ascensão na sociedade colonial. Dentre os já mencionados nesse texto salientamos a participação desses sujeitos na câmara da vila, que lhes permitia ter mais representatividade política nos vários embates cotidianos travados entre autoridades locais e representantes governamentais, podendo variar em esferas locais ou mesmo entre a colônia e a metrópole. Destacamos o emblemático caso da visita do Intendente Geral a Macapá, que devido ao seu conflito com o ex-governador Melo e Castro, somado ao momento histórico vivido na Amazônia, fez com que ocorressem importantes mudanças favoráveis aos participantes da câmara desta vila.

Entendemos, portanto, que esse conflito, em particular, entre o governador Lobo de Almada e os membros da câmara de Macapá, evidenciou redes de comércio, governativas e sociais que resultaram em subornos, reuniões secretas para conspiração e imposição de vontades, culminando em um processo jurídico com a participação direta da Coroa portuguesa. Apesar de perderem a batalha contra o administrador local mais poderoso, as redes dos povoadores na vila de Macapá permitiram que alguns deles ainda estivessem residindo e resistindo na vila que, mesmo sendo de grande importância para a administração portuguesa da época, na realidade impunha uma condição totalmente desafiadora para a grande maioria dos povoadores que em Macapá chegavam nos seus primeiros trinta anos de existência oficial.

Em 28 de outubro de 1789, o governador da praça de Macapá, João Vasco Manuel de Braun destinou um ofício ao secretário Martinho de Melo e Castro contendo um mapa de todas as famílias existentes na freguesia, juntamente com os trabalhos e as lavouras que eles produziram durante todo o ano de 1788. As famílias foram divididas entre os "cabeças", "mulheres, filhos, parentes e agregados", "pessoas efetivas de soldado" e os "escravos", todos subdivididos por gênero e idade (classificados em "menores" e "adultos"). Com isso, os cabeça de família homens eram 203, já as mulheres eram 54, totalizando 257. Do total de famílias, frisamos que 45 (com 96 indivíduos no total) eram formadas por membros de alguma das seis famílias de povoadores açorianos. No grupo "mulheres, filhos, parentes e agregados", somavam-se 713 sujeitos. Enquanto no grupo "pessoas efetivas de soldado" constava apenas 2, um casal de adultos e o grupo dos

escravizados somava 733 ao todo, sendo 417 "machos" e 316 "fêmeas". Assim, o montante total de pessoas na vila de Macapá em 1788 era de 1705 moradores (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 99, doc. 7852).

Quando comparamos com o levantamento de 1773, podemos notar um aumento de 398 moradores na vila. Entretanto, se somarmos os números das pessoas livres do mapa de 1788, ou seja, os "cabeças", mais as "mulheres, filhos, parentes e agregados" e mais as "pessoas efetivas de soldados", temos 972 pessoas, menos que as 986 que residiam em Macapá quase vinte anos antes. Portanto, o número de habitantes em Macapá cresceu nesses dezesseis anos, devido, entre outros fatores, ao aumento significativo de escravizados africanos, passando de 321 em 1773, para 733 em 1788. Acreditamos que esse incremento em mais de 100% ocorreu com o auxílio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que foi fundada em 1755, tendo funcionado até 1778. Essa Companhia tinha como objetivo fomentar o comércio e a agricultura na Amazônia, por meio do tráfico em larga escala de cativos africanos, articulando-se as políticas implementadas por Pombal, mas também seguindo as demandas e necessidades específicas dos colonos desse lugar.[10]

Ao analisar os dados obtidos pelos mapas populacionais, ressaltamos uma tendência: embora tenha havido uma redução da quantidade de pessoas livres, houve um aumento notável de 106 novas famílias desde 1761. No entanto, quando nos concentramos nas seis famílias açorianas que destacamos, observamos uma diminuição na quantidade de outras famílias formadas por algum de seus membros, caindo de 69 para 45. A partir de 1761, observamos um crescimento exponencial na população, de 525 para mais de mil em 1788. Porém, de maneira semelhante ao declínio do número de famílias formados por membros dos clãs destacados, a quantidade de indivíduos pertencentes às seis famílias caiu de 161 para 96 ao longo desse período. Nossa hipótese é que dentre outros motivos, essa queda está atrelada as agruras enfrentadas em Macapá, o que pode ter ocasionado deste mortes desses sujeitos a migração para outros lugares da América lusa. É importante relativizar a redução da presença dessas famílias em relação ao número total dos moradores da vila, devido ao grande aumento de indivíduos negros entre esses levantamentos dos anos de 1761 e 1788.

Entendemos que ao longo da segunda metade do setecentos, as seis famílias açorianas por nós analisadas tiveram destinos diferentes. Os Rosário, por exemplo, que representavam 10 famílias em 1761, desaparecem por completo do levantamento de 1788. Algo parecido quase ocorreu com os Conceição, que em 1761 eram 9 famílias, tiveram seus nomes reduzidos a um único membro, a viúva Maria da Conceição, que não tinha

ofício, profissão ou roça alguma, vivendo "pobremente". Embora as outras quatro famílias não tenham desaparecido no levantamento de 1788, tiveram seus números reduzidos: os Espinola caíram de 18 para 10, os Bitencourt de 9 para 7, os Silva de 13 para 11 e os Rosa passaram de 17 para 15.

Apesar da redução de seus membros, nem todas as famílias se encontravam na mesma situação econômica que a viúva Maria da Conceição. Os Rosa, por exemplo, se achavam financeiramente estáveis. Esse clã representava a maior parcela das famílias remanescentes, sendo formado em grande parte por viúvas (das 15 famílias, 11 eram encabeçadas por elas), com apenas uma exceção, Margarida Rosa, que era solteira e vivia miseravelmente. O oposto era representado pela dona Clara Rosa, que possuía 8 trabalhadores escravizados de origem africana e roças produtoras de algodão, feijão, milho e farinha. Assim como ela, Maria Rosa também tinha plantações variadas e dois cativos. Quitéria Rosa do Nascimento seguia na mesma vertente de cultivo e era proprietária de três escravizados. Um exemplo adicional é o de Francisca Rosa, que exercia a profissão de tecedeira como sua principal fonte de subsistência, uma vez que não possuía cativos. Os outros quatro indivíduos que completavam o número da família Rosa eram: Cipriano Rosa, Manoel da Rosa Pereira (viúvo), Manoel da Rosa Pereira (casado) e Manoel dos Santos Rosa. Sendo todos roceiros com plantações de algodão, feijão, milho, farinha ou arroz, sem nenhum escravizado, com exceção de Manoel da Rosa (casado), que possuía 1.

Dentre as transformações ocorridas ao longo desses anos, os Bitencourt continuavam a ser os que mais construíram alianças nupciais com as outras famílias açorianas, pois das sete famílias do senso de 1788, três eram constituídas por eles, em laços com os Espinola ou os Silva. A maior parte de seus membros, assim como os Rosa, eram possuidores de plantações diversas (algodão, milho, farinha, feijão e arroz), com exceção de Francisco Espinola de Bitencourt que era casado, não possuía bens (terras e cativos), vivendo pobremente. Dos sete Bitencourt, apenas Francisco e Antônio de Souza não tinham escravizados.

A respeito da família Espinola, dentre os seus 10 membros, a única mulher era Francisca Espinola, que possuía 6 escravos e uma pequena roça produtora de algodão, feijão e farinha. Dessa família, com exceção do já citado Francisco Espinola de Bitencourt, todos possuíam roças com três ou mais produtos, destacando-se Manoel José com 17 escravos, e André, que também tinha suas plantações e possuía 4 escravos. Entre os outros Espinola, três eram soldados: Antônio, João e Manoel. Já entre as onze famílias formadas pelo clã Silva, seis possuíam ofício, Lourenço José era carpinteiro, Raimundo

José era sapateiro, já João, João da Silva D´Ávila e Antônio José eram todos soldados. Porém, mesmo com seus trabalhos, a maioria possuía roças, entretanto, poucos deles tinham escravos (não passando de 3 cativos). Com isso, entende-se que os Espinola e os Silva continuavam a possuir os membros em melhores condições financeiras, com mais indivíduos com empregos na administração pública, no entanto, já não eram os mais numerosos. Os Rosa assumiram essa posição, mas a grande maioria de seus membros estava na pobreza.

Podemos observar que durante o período estudado as condições dessas famílias mudaram radicalmente, tendo como um dos fatores para isso o estabelecimento de um governo local, pois a rede de favorecimento passou a se alargar, ocasionando a perda de privilégios para muitos membros dessas famílias. Nesse sentido, ser membro de um desses seis clãs já não significava se encontrar em grande vantagem em relação aos outros moradores, mesmo possuindo uma grande rede familiar, como foi o caso de Francisco Espinola de Bitencourt, que em 1788 vivia na miséria, apesar de ser integrante de duas das seis famílias açorianas e ter participado da criação das leis municipais, através do código de posturas de 1761.

Considerações finais

Ao longo deste texto, abordamos diversos aspectos da relação entre o processo de povoamento, os deslocamentos populacionais e os desafios enfrentados pelas famílias açorianas que se estabeleceram na vila de São José de Macapá em meados do século XVIII. Demonstramos, assim, a importância da Amazônia como uma área de circulação desde o século XVII, inserida nas rotas do Atlântico equatorial. Isso ocorreu não apenas devido ao povoamento promovido pelos ilhéus açorianos, mas da mesma forma, em decorrência do tráfico de africanos escravizados, que manteve conexões com diversas partes do Reino e de suas possessões. Esses elementos evidenciam que a vila de Macapá e a região amazônica estiveram integradas em um significativo circuito de comunicação política, econômica e socio-estratégica.

Observamos também que a luta pela sobrevivência foi constante desde o início da travessia atlântica em direção ao Grão-Pará. Os trabalhadores enfrentaram inúmeras dificuldades, desde disputas por espaço com as mercadorias negociadas pelos assentistas até o longo tempo de viagem, naufrágios e as frequentes tragédias humanas durante essa jornada naquela época. Tudo isso fazia com que a chegada ao porto de Belém fosse um

momento de grande alívio para esses indivíduos. Todavia, essa primeira impressão logo se transformava em desânimo ao se depararem com a dura realidade cotidiana de Macapá.

Casas inacabadas ou cobertas com palhas improvisadas; olaria em estado de ruínas; carência de mão de obra indígena e africana; dificuldades no cultivo da terra e na criação de animais; escassez de alimentos essenciais, como a farinha; ruas e travessas intrafegáveis devido a obstáculos; pontes pequenas e negligenciadas; acesso problemático a fontes de água potável; comércio desprovido de pesos e medidas padronizados; constantes desafios relacionados a animais selvagens e frutas silvestres; agruras no processo de obtenção de terras, acarretando em conflitos e concentração de propriedades nas mãos de alguns poucos residentes; além da não realização de diversas promessas feitas pelo Estado português. Todos esses fatores, apesar dos relatos otimistas encontrados em alguns documentos oficiais, contribuíram para intensificar o sentimento de desespero desses povoadores.

Por fim, compreendemos que, apesar das várias adversidades enfrentadas, esses sujeitos conseguiram, em certos momentos, reerguer-se e estabelecer alianças familiares e políticas em Macapá. Isso se deu tanto por meio de matrimônios entre as proeminentes famílias açorianas, quanto pela ocupação de cargos políticos, na administração local, nas Ordenanças e na gestão de seus próprios bens, como terras cultivadas. Esses elementos evidenciam a significativa influência dos "casais" açorianos na construção histórica da Macapá deste período.

Referências

ABREU, Eloy; BASÍLIO, Romário. "As gentes no Atlântico": bibliografias e histórias conectadas (séculos XVII a XIX). *Revista de História UEG*, Morrinhos, v. 7, n. 2, p. 1-4, jul./dez., 2018. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/8657/6355

AGUIAR, Hugo Matheus Rocha. *Nos meandros da família*: casamentos, transgressões e sobrevivência cotidiana no Grão-Pará (1750-1798). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023. Disponível em: https://www2.unifap.br/ppgh/files/2023/07/Hugo-Aguiar-Nos-meandros-da-familia.pdf

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMADO, Janaina. Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial. *História, ciências, saúde*, Manguinhos, v. 6, p. 813-832, setembro, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Qnb7RvzYbVhjgfQd9YcM7MD/?format=pdf&lang=pt

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 31, doc. 2976. 16/05/1750.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 32, doc. 3030. 07/04/1751.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 32, doc. 3049. 29/05/1751.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 33, doc. 3128. 07/04/1751.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 34, doc. 3181. 14/04/1753.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 37, doc. 3449. 26/09/1754.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 37, doc. 3450. 26/09/1754.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 37, doc. 3453. 30/09/1754.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 37, doc. 3458. 01/10/1754.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 48, doc. 4435. 28/04/1761.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 48, doc. 4436. 28/04/1761.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 50, doc. 4551. 03/07/1761.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 55, doc. 5026. 26/01/1764.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 71, doc. 6065. 08/11/1773.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 82, doc. 6721. 10/02/1779.

Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 99, doc. 7852. 28/10/1789.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 2, n. 1, p. 187-204, jan./dez., 2008. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/issue/view/210/54

COSTA. Paulo Marcelo Cambraia da. *Em Verdes Labirintos*: a construção social da fronteira Franco-portuguesa (1760-1803). Belém: Paka-Tatu, 2022.

FRAGOSO, João e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico*: Comunicações entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LUGO, Gibran Bautista y; BICALHO, Maria Fernanda. Êxitos e fracassos: a circulação de pessoas, práticas e conhecimentos nos mundos ibéricos, séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 28, n. 2, p. 132-140, maio/ago., 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/tF5jwTHjgRS9xGhNrXRbfsN/?format=pdf&lang=pt

MENESES, Avelino de Freitas de. Os Açorianos na estruturação do Brasil do sul. As levas de meados do século XVIII. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Izilda; ARRUDA, Jobson; SARGES, Nazaré;

FERLINI, Vera. *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: Cepese, 2014.

MENEZES, Adolfo Ricardo Monteiro de. *Os casais povoadores*: açorianos na vila de São José de Macapá (1758-1788). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023. Disponível em: https://www2.unifap.br/ppgh/files/2023/10/DISSERTACAO-DE-ADOLFO-RICARDO-MONTEIRO-DE-MENEZES.pdf

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações. A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. *Cultura* (Revista de História e Teoria das Ideias), v. 24, p. 155-179, junho, 2007. Disponível em: https://journals.openedition.org/cultura/877

RUSSELL-WOOD, John. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SAMPAIO, Patrícia; COELHO, Mauro. O Atlântico equatorial: sociabilidades e poder nas fronteiras da América portuguesa. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 16-23, jan./jun., 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/58843/61827

SILVA, Matheus D. "Circulação não é fluidez" – entrevista com Kapil Raj. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 9, p. 1-13, junho, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304539397_Circulacao_nao_e_fluidez_-Entrevista_com_Kapil_Raj

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Imigração açoriana para a Amazônia, capitania do Grão-Pará 1751-1754. *Revista del CESLA*, v. 31, p. 109-124, 2023a. Disponível em: https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/download/807/618/4004

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Imigração compulsória africana para a capitania do Grão-Pará, 1756-1778. CANCELA, Cristina Donza; CASTRO, Lara de (org.). *Nortes migrantes*: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira. Brasília: Senado Federal, 2023b.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 342-367, ago./dez., 2017. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/642/pdf

[1] A palavra aparece entre aspas, pois as travessias não eram compostas somente por casais. Apesar do termo ser grafado desta maneira na documentação, havia outros arranjos familiares nesse contexto.

[2] Cabe frisar que as epidemias foram constantes ao longo da colonização e no século XVIII isso não foi diferente. No contexto epidêmico dos anos de 1748-1750, segundo Viera Junior (2023a, p. 111), "colocaria mais uma vez o deslocamento de açorianos no escopo de soluções implementadas por administradores lusitanos".

[3] O não cumprimento do regramento estipulado ocasionaria numa grande perda da receita que seria paga para esses trabalhadores por cada pessoa não embarcada. Todavia, essa condição posteriormente gerou alguns conflitos entre os assentistas. Em 1753, José Rodrigues Esteves e Bento José Alves – este último assumindo o contrato de José Alves Torres devido ao seu falecimento – apresentaram um requerimento ao

rei solicitando licença para transportar produtos juntamente com 900 soldados açorianos para a Amazônia. Este transporte seria realizado pelos navios dos requerentes. Embora não se tenha registro se esse empreendimento foi concluído com sucesso, esse documento é significativo, pois ilustra um período em que tais solicitações eram incomuns. Em seu pedido, José Rodrigues Esteves e Bento José Alves basearam-se em uma permissão previamente concedida pela Coroa a outro assentista. Portanto, os suplicantes enfatizaram em seu requerimento que o transporte seria feito em conjunto com a frota, o que impediria desvios para portos comerciais fora da rota oficial portuguesa. Além disso, garantiram que os produtos a serem comercializados não prejudicariam o alojamento dos casais, um aspecto crucial de acordo com o contrato estabelecido pela Coroa portuguesa (Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, cx. 34, doc. 3181).

[4] Antonio Otaviano (2017, p. 351) assevera que "a emigração açoriana sob o aval da coroa tinha uma forte presença feminina. A desproporção entre homens e mulheres poderia dificultar o processo de povoamento – ao qual Lisboa estava incentivando".

[5] Sobre isso, ver a coletânea organizada por João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro (2017).

[6] Ressaltamos que o quantitativo de mortos varia na documentação que noticiou a tragédia, sendo ora 38 (no caso do governador Mendonça Furtado e Bispo Miguel de Bulhões), ora 42. Vieira Junior (2023a) apresenta ainda o número de 54 perdas.

[7] Durante a década de 1750 a quantia recebida por pessoa variou com base nos contratos dos assentistas, assim como estava associada ao cargo que o sujeito exercia, a exemplo dos oficiais militares, podendo ser superior ou inferior.

[8] Este foi, provavelmente, o primeiro conjunto legislativo efetivado pelo Estado português para vila de Macapá e foi assinado, dentre outros, por membros de algumas famílias açorianas aqui destacadas. Ao que tudo indica, a elaboração deste código teve como motivação um incidente trágico: o afogamento de uma criança que caiu em um dos numerosos buracos presentes nos quintais das casas da vila, após um período de intensas chuvas.

[9] Nesse aspecto, a família Rosa detinha éguas e vacas, mas não dispunha de escravizados nem tinha recursos financeiros para adquiri-los. Por outro lado, as famílias Rosário e Conceição não possuíam nenhum dos elementos mencionados.

[10] No que diz respeito ao número total de escravizados, é notável que apenas um reduzido grupo de indivíduos detinha uma concentração significativa dessa mão de obra. Em outras palavras, somente 14 pessoas possuíam mais de 10 trabalhadores escravizados. Quando aumentamos o critério para um mínimo de 20 escravizados, identificamos apenas 5 indivíduos capazes de atender a esse requisito. Estes são: o vigário da vila, Francisco José Pereira, que tinha 24 escravos; o Alferes de auxiliares Carlos de Melo, com 25 cativos; o Capitão auxiliar Antônio José Vaz, com 28 africanos escravizados; o cirurgião-mor Julião Alvares da Costa, que possuía 44 escravos; e, por último, o Capitão auxiliar Manoel Caetano, com um total de 47 cativos. É importante observar que nenhum dos maiores proprietários de cativos pertencia às seis famílias de açorianos que destacamos anteriormente.

Artigo recebido em 04/01/2024

Aceito para publicação em 07/05/2024

O INCESTO NA LITERATURA E NA HISTÓRIA: Uma Análise Das Obras Oitocentistas Mathilda, de Mary Shelley, e The Cenci, de Percy Shelley

INCEST IN LITERATURE AND HISTORY: An Analysis of the Nineteenth-Century Works Mathilda, by Mary Shelley, and The Cenci, by Percy Shelley

Luana da Silva de SOUZA[1]

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a temática do Incesto, presente em duas obras escritas por pessoas inglesas oitocentistas, sendo elas *Mathilda (1820),* de Mary Shelley e *The Cenci (1819),* de Percy Shelley. Buscamos através da História Intelectual estabelecer relações entre o universo mental dos indivíduos do séc. XIX em relação ao Incesto e a criação destas duas obras literárias, utilizando assim a obra ficcional como documento historiográfico. Realizamos ainda uma revisão bibliográfica das análises interpretativas sobre ambas as obras e utilizamos os autores Lévi-Strauss e Freud para entender as origens da proibição do Incesto como forma de contextualização do tema. Através de um esforço analítico apontamos que ambas as obras apresentam uma abordagem crítica e histórica em relação ao tema do incesto, situando-o no contexto do período em que foram escritas.
Palavras-chave: História, Literatura, Ficção, Incesto.

Abstract: This article aims to analyze the theme of incest in two works written by nineteenth-century English authors: Mathilda (1820) by Mary Shelley and The Cenci (1819) by Percy Shelley. Using the lens of Intellectual History, we establish relationships between the mental universe of 19th-century individuals and their perspectives on incest, treating these literary works as historiographical documents. Additionally, we draw on the theories of Lévi-Strauss and Freud to understand the origins of the incest prohibition. Through analytical efforts, we highlight that both works present a critical and historical approach to the theme of incest, situating it within the context of the period in which they were written.
Keywords: History, Literature, Fiction, Incest.

Introdução

Duas obras literárias oitocentistas escritas por ingleses têm como parte de sua trama o incesto. São elas: "*Mathilda*[1]" de Mary Shelley e "*The Cenci*" de Percy Shelley. Mathilda foi concluída em 1820, mas publicada pela primeira vez em 1959, depois da morte de Mary Shelley, devido à temática tabu para a época; *The Cenci* foi escrita em 1819, e apesar de ser um poema em forma de peça, não foi levada ao palco no século XIX.

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES-DS. E-mail: theluana2010@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-9155-2145.

Antes de começarmos a trabalhar sobre a presença do incesto nestas obras literárias, é necessário contextualizar os autores que as criaram. Mary Wollstonecraft Shelley (1797-1851) foi escritora, dramaturga, ensaísta e biógrafa, tendo sido filha de dois autores ingleses que tiveram enorme destaque. O pai dela chamava-se William Godwin (1756-1836), e foi jornalista, filósofo, político e novelista; e a mãe dela chamava-se Mary Wollstonecraft (1759-1797), e era escritora e filósofa.

Em relação ao nascimento de Mary Shelley, dez dias após o parto, Mary Wollstonecraft morreu devido a uma febre puerperal, o que devastou William Godwin, que se viu sozinho frente aos cuidados de sua primeira filha, além de ter ficado responsável pela criação de sua enteada, a primeira filha de Mary Wollstonecraft, Fanny Imlay (1794 – 1816). Mary cresceu sentindo-se culpada pelo óbito da sua mãe; outrossim, ela era incentivada pelo pai a ser uma intelectual tão exímia quanto a mãe. Desta forma, Mary teve acesso a uma educação diferenciada em relação às mulheres de seu tempo, visto que além de ser incentivada a ler e escrever em boa parte do seu tempo, ela constantemente tinha em sua casa a presença de grandes intelectuais da época, amigos e adoradores tanto de seu pai quanto de sua mãe, e foi assim que ela conheceu Percy Shelley, o grande amor de sua vida, e com quem pôde compartilhar muitas ideias e pensamentos, muitos deles presentes em suas obras.

Dele, temos a dizer que Percy Bysshe Shelley (1792 -1822) tinha nacionalidade inglesa, e foi um poeta, escritor, tradutor e ensaísta, tendo sido filho do casal Elizabeth Pilfold e Timothy Shelley. Timothy era membro do parlamento e juiz de paz de seu condado. Percy Shelley, por um tempo, foi educado em casa, e, logo após, frequentou o Eton College, tendo acesso, em 1810, à Universidade de Oxford. Na Universidade de Oxford, ele publicou um panfleto intitulado *The Necessity of Atheism (1811)*, atitude que causou sua expulsão e lhe uma fama ruim na Inglaterra. Percy chegou a se aventurar na prosa com obras como *Zastrozzi (1810),* e *St. Irvyne: Or, The Rosicrucian: a Romance (1811)*, ente outras, mas foi como poeta que teve seu maior reconhecimento. Como aponta Maurois (1923), Shelley, nos últimos sete anos de vida, escreveu uma série de versos líricos, odes, poemas contemplativos e políticos. Morreu de forma trágica aos 29 anos, vítima de afogamento, devido ao naufrágio de seu barco.

História Intelectual na teoria crítica literária

Com o auxílio metodológico e teórico da História Intelectual, buscamos estabelecer relações entre o universo mental de dois escritores do séc. XIX no que

concerne à temática do incesto, e isso por meio da análise de suas obras literárias, mais especificamente as que apresentam tal assunto em suas narrativas.

Como aponta Giassone (1998), para o historiador que trabalha com história e literatura, a tarefa de interpretação consiste em um encontro, um momento de investigação e interpretação de uma obra literária particular; no nosso caso, trata-se de *Mathilda* e *The Cenci*, obras que, ainda de acordo com Giassone, não se encontram em um contexto exterior ao tempo e ao espaço, mas num tempo e num lugar determinados, segundo objetivos também determinados.

Para esse trabalho metodológico e teórico apontamos ainda as ideias de Dominick Lacapra e Ricoeur, pensando a escrita da história junto a obra literária. Sobre história e literatura, de acordo com Lacapra (1982):

> [...] é comum a distinção entre história e literatura, em termos de que a história se preocupa com o reino dos fatos, enquanto a literatura transita pelo reino da ficção. É verdade que ao historiador não é permitido inventar fatos ou referências, enquanto o escritor "literário" se permite esta liberdade. Com relação a esta diferença, o último possui maior margem de ação ao explorar relações. Contudo, em outros níveis, o historiador faz uso de ficções e modelos heurísticos para orientar sua pesquisa factual. A questão que tento levantar é a de se o historiador se encontra restrito à reportagem e à análise dos fatos, naquilo em que se relacionam ao passado. De modo inverso, a literatura bebe, de modos múltiplos, na fonte do repertório factual, e o "transplante" do documentário tem um efeito de transferência, o qual invalida quaisquer tentativas de encará-la em termos de uma pura suspensão de referências à "realidade", ou de transcendência do empírico ao puramente imaginário. Mesmo quando a literatura tenta enquadrar a realidade empírica ou suspender funções documentais mais simples, entra em uma práxis referencial, por meio da qual o texto documenta seu próprio modo de produção (Lacapra, 1982 apud Giassone, 1999, p.12).[2]

Desta forma, há um esforço, frente às reflexões de Lacapra, em ampliar o documento literário para uma ferramenta do conhecimento histórico. Destacamos ainda que tanto as obras literárias quanto os documentos se alinham com a noção de suplementaridade, oferecendo uma abordagem historiográfica viável:

> I would also argue that all forms of historiography might benefit from modes of critical reading premised on the conviction that documents are texts that supplement or rework 'reality" and not mere sources that divulge facts about "reality" (Lacapra, 1985, p. 11).[3]

Para Ricoeur (1997), a história e a ficção possuem uma relação singular, pois uma recorre à outra conforme o contexto discursivo.

> A ficção é quase histórica tanto quanto a história é quase fictícia. A história é quase fictícia tão logo a quase-presença dos acontecimentos

> colocados "diante dos olhos" do leitor por uma narrativa animada supre, por sua intuitividade, sua vivacidade, o caráter esquivo da passividade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase história na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história. […] A relação é, aliás, circular (Ricoeur, 1997, p. 329-330).

Ainda de acordo com Ricoeur, "a relação é, aliás, circular, poderíamos dizer que é como quase histórica que a ficção confere ao passado essa veracidade de evocação que faz de um grande livro de história uma obra-prima literária" (Ricoeur, 1997). Sobre o entrecruzamento entre história e ficção e sobre a representância do passado pela história, e ainda sobre as variações imaginativas da ficção, Ricoeur (1997), enfatiza:

> Para concluir, o entrecruzamento entre história e ficção na refiguração do tempo repousa, em última análise, nessa sobreposição recíproca, com o momento quase histórico da ficção trocando de lugar com o momento quase fictício da história. Desse entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar o tempo humano, onde se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, tendo como pano de fundo as aporias de fenomenologia do tempo. (Ricoeur, 1997, p. 332).

Giassone (1999), nos apresenta a seguinte ideia sobre a interpretação da obra literária pelo historiador.

> Sem dúvida, a leitura e a interpretação de uma obra literária feitas por um historiador são algo particular, que distingue a história da crítica literária, pois está presente mais fortemente, nesse caso, a necessidade de "ultrapassar" o texto em sua "dimensão intervalar", na acepção de João Alexandre Barbosa (1990), ou seja, nas instâncias onde estão presentes as relações entre texto e contexto, entre ficcionalidade e realidade, entre discurso e ação. Nesse sentido, devemos sempre lembrar que, embora não esteja necessariamente presente na obra literária um compromisso direto com a "verdade" histórica, seu autor nunca está totalmente ausente da realidade cotidiana de sua época, que ele, como agente social, vivencia e interpreta (Giassone, 1999, p. 13).

Ainda de acordo com Barbosa (1990), na obra literária não lemos somente as palavras impressas na página, pois para além das palavras, temos a intensidade com que os valores da linguagem, que são intrínsecos à literatura, são explorados, levando à problematização profunda de outros valores - como os filosóficos, psicológicos, sociais e históricos - que são transmitidos por meio da literatura.

Movimento Romântico

Como aponta Baumer (1990, p. 24), há uma especial dificuldade em tentar definir o Romantismo, que provém, sobretudo, mais da natureza do movimento em si. Baumer (1990, p. 24), enfatiza que os românticos tendiam ao misterioso e davam importância ao sentimento e à expressão individuais, assim como também gostavam de paradoxos, os quais dificultavam a compreensão de suas expressões.

Entretanto, em um exercício de tentar definir o Romantismo, Baumer (1990, p.25) aponta:

> Em resumo, o romantismo pode ser definido, portanto, primeiro de tudo, como um movimento europeu, que talvez tenha afectado mais profundamente a Alemanha, mas de forma alguma exclusivamente, uma vez que influenciou grandemente toda a Europa. Além disso, o Romantismo era mais do que um movimento artístico e literário. Após algum tempo, tornou-se um movimento filosófico, e os românticos também desenvolveram ideias sobre política e história (Baumer, 1990, p.25).

Ainda sobre uma possível definição do romantismo, Bowra (1949, p. 271) aponta:

> The word "Romantic" has been used so often and for so many purposes that it is impossible to confine it to any single meaning, still less to attempt a new definition of it. Let it suffice that it is applied to a phase of English poetry which began in 1789 with Blake's Songs of Innocence and ended with the deaths of Keats and Shelley. This at least fixes a historical period, and there is no great quarrel about calling it the "Romantic age" (Bowra, 1949, p. 271) [4]

Sobre o indivíduo romântico e como ele queria ser apresentado ao mundo, Baumer (1990, p. 42-43) enfatiza que:

> Não havia consistência na imagem romântica do homem. Mas havia um denominador comum. O que todos os românticos estavam a tentar dizer, ainda que de modos diferentes, era que o homem era muito mais do que uma máquina pensante, que a natureza humana não podia ser considerada exclusiva ou primordialmente em termos de sentimento e "entendimento". Por outras palavras, o romantismo projectava uma maior visão do homem que o iluminismo. Mas, a visão romântica do homem não era necessariamente mais optimista. No seu ponto mais profundo, captava o trágico dilema do homem, as perturbações íntimas da sua alma provocadas pela presença de qualidades tanto divinas como sanguinárias " (Baumer, 1990, p. 42-43).

Sobre a poesia no Movimento Romântico, Bowra (1949, p. 1) comenta que a imaginação é fundamental, visto que para os românticos, sem a mesma, seria impossível fazer poesia. Anthony Burgess (1996, p. 198) aponta que ser poeta significava uma tremenda responsabilidade, uma vez que o poeta tinha a chave oculta dos mistérios do coração e da própria vida. Burgess (1996, p.198) acrescenta ainda que o poeta não era um

mero embelezador da vida cotidiana, mas o homem que dava vida a seu significado. Desta forma, no século XVIII, apesar da poesia ainda ser vista como um mero hobby de cavalheiros ociosos, com os românticos, torna-se uma vocação (Burgess 1996, p.198). De acordo com Burgess (1996, p.198), Percy Shelley proclamou: "Os poetas são as trombetas que cantam a batalha; os poetas são os legisladores não reconhecidos do mundo". Baumer (1990, p. 40) aponta ainda que para Percy Shelley, o poeta era mais do que humano, um visionário que participava do eterno, levantando o véu do "mundo oculto da beleza".

Raízes do Incesto e contexto histórico Inglês: breve explanação à luz da antropologia estrutural de Lévi-Strauss e da Psicanálise de Freud

Sobre a origem da palavra Incesto:

> A palavra 'incesto' deriva de incestum, que quer dizer estritamente 'sacrilégio'. Incestum deriva de incestus, que significa 'impuro' e 'sujo'. Incestus, por sua vez, é forjada a partir do privativo in e cestus, que é uma deformação de castus, que significa "casto, puro". Assim incestus tem também o sentido de 'não casto'. Pode-se imaginar aí o cortejo de interditos feitos aos padres e às vestais. Mas com a evolução da língua, castus foi confundido com cassus, que significa 'vazio, isento de', até suplantar como supino do verbo careo, que significa 'eu falto'. Incesto, portanto, poderia aí ser traduzido sem exagero por 'a quem nada falta' (Naouri, 1994 apud Machado, 2015).

Adentrando ao assunto, devemos apontar além da definição de incesto, a definição de família, visto que o assunto pertence à mesma.

> Podemos definir a família como um tipo específico de agrupamento social, cujos membros estão vinculados por laços de parentesco. Ainda que essas uniões frequentemente impliquem certas interações fisiológicas entre os indivíduos em questão, a família, em grande parte, está determinada por normas culturais (Beals; Hoijer, 1974 *apud* Cohen, 2021, p. 11)

Alguns dos autores que se dedicaram ao estudo do Incesto foram o antropólogo Lévi-Strauss e o psicanalista Sigmund Freud, partindo de referências teóricas e resultados diferentes em seus estudos, onde trabalharam com a origem da proibição do ato incestuoso em diversas culturas. Como aponta Namba (2018), na obra *As estruturas elementares do parentesco* (1982), o autor Lévi-Strauss refere-se à proibição do incesto como uma regra que se encontra em todos os povos e em todos os tempos, considerando-a até mesmo como uma regra universal que marca a passagem da natureza para a cultura. Já Sigmund Freud, em *Totem e tabu* (1913/1974), apresenta discussões a respeito das raízes e características do totemismo [5]e do tabu, além de discussões sobre o horror perante

à possibilidade de uma relação incestuosa entre membros de um mesmo totem[6]; também há discussões sobre o tabu como uma proibição dentro do totemismo e as relações de amor e ódio despertadas por essas proibições (Amaral, 2019). Freud descreve o "Tabu", como um termo de difícil precisão, uma vez que carrega dois sentidos contrários: "por um lado, 'sagrado', 'consagrado', e, por outro, 'misterioso', 'perigoso', 'proibido', 'impuro" (Freud, 1913/1974, p. 38).

O mito grego de Édipo, reescrito por Sófocles, em forma de tragédia, por volta de 427 a. C, e que apresenta um caso de incesto, foi muito estudado por Sigmund Freud; daí foi que surgiu a expressão "Complexo de Édipo[7]"; para o psicanalista, a história de Édipo explicitaria a triangulação na constituição familiar, que poderia definir a estrutura psíquica do indivíduo (Pontes, 2004).

Sobre o uso dos mitos, nas análises de Freud:

> A mitologia seria uma verdadeira fonte do inconsciente dos povos antigos, na qual apreendiam suas aspirações e seus terrores. Os personagens mitológicos que passeiam pela obra freudiana são elevados ao status de figuras do inconsciente, sustentando boa parte dos argumentos de sua construção metapsicológica, não sendo menos reveladoras da alma humana que os sonhos e os sintomas, mas abrindo uma visão em outra realidade e alargando a existência humana e suas possibilidades. Funcionam assim Édipo e Narciso: verdadeiras figuras-matrizes do inconsciente (Teixeira, 2005, p. 119).

Frente ao tabu do incesto, Lévi-Strauss (1982) aponta que regras universais são princípios indispensáveis para a vida em sociedade, sendo uma dessas regras a proibição do incesto, vista como uma medida de proteção, e tendo por finalidade defender a espécie dos resultados nefastos dos casamentos consanguíneos. (Lévi-Strauss, 1982, p. 51).

Ainda de acordo com Pontes (2004), a respeito da proibição do incesto para Lévi-Strauss (1982):

> Para Levi-Strauss a proibição do incesto, enquanto regra, é social, e, ao mesmo tempo é pré-social. Sua condição de pré-sociabilidade dá-se por sua universalidade, que impõe ao homem normas e atitudes, que inclusive estão determinadas por sua consciência. Acrescido a isso se verifica que a v+ida sexual, que está intimamente ligada à questão do incesto, é algo que expressa o grau máximo de natureza animal do homem e atesta na cultura, nas relações humanas, a sobrevivência dos instintos. A proibição do incesto é para o homem justamente a expressão da transcendência concretamente objetivada numa regra que ao mesmo tempo deixa entrever a satisfação de desejos individuais, que muitas vezes segundo este autor são os menos respeitados das convenções sociais assim como expressa também as respostas às tendências específicas que se sobressaem aos próprios fins da sociedade (Pontes, 2004, p. 9).

Apontamos ainda a importância da apropriação de categorias analíticas da Antropologia, integrando-as à esfera da História, em um movimento interdisciplinar, recorrendo aos escritos de Lévi-Strauss e Freud, para elucidar as origens da proibição do incesto, dada a escassez de material historiográfico sobre o tema. Seguimos para a questão do incesto no contexto inglês, considerando que os autores de ambas as obras têm origem britânica.

Kuper (2009), aponta que do século XII até o início do século XIX, o incesto na Inglaterra era assunto exclusivo das autoridades eclesiásticas, e somente em 1908, de acordo com Weeks (1981), a regulamentação legal do estado substituiu a eclesiástica no controle do incesto. Stevenson (2016) aponta que o incesto foi considerado crime na Escócia em 1567, e punível com a morte, sendo que a Lei do Incesto de 1567 incorporou ao direito penal escocês os princípios do Capítulo 18 do Livro de Levítico na Bíblia, usando a versão do texto da Bíblia de Genebra de 1562. A Lei em questão foi revogada somente em 1986.

Porém, como aponta Stevenson (2016), na Inglaterra, o incesto não foi criminalizado devido ao Ato de Elizabeth de 1576, que alinhou a idade de proteção sexual com a idade de casamento aos doze anos. Ainda no período vitoriano, de acordo com Houghton (1974), as pessoas fechavam os olhos para o que fosse feio ou desagradável, e fingiam não existir; desta forma, o incesto era uma questão que eles não estavam dispostos a enfrentar, visto que essa realidade criava contradições na lógica do ideal doméstico burguês.

Outrossim, de acordo com Adam Kuper (2009), no século XIX, famílias bem sucedidas na Grã-Bretanha criaram redes de alianças familiares com o casamento entre primos, fornecendo assim vantagens frente ao acúmulo de capital e cargos.

Breve Revisão Bibliográfica, Contexto e Análise das Obras

Adentrando a apresentação das obras que serão trabalhadas neste artigo, iniciamos por Mathilda, obra que foi extremamente importante para a recuperação de Mary Shelley após a morte de seu segundo filho, William (1816 – 1819), acometido de malária ou febre romana. Como aponta Gordon (2020):

> O ato de escrever essas poucas palavras, ainda que amargas, ajudou Mary a se lembrar do consolo que sempre encontrava em seu diário. Foi o primeiro passo em sua jornada de volta à vida. A cada dia ela voltava a escrever, pouco a pouco, e quase que imediatamente após o registro acima, uma heroína chamada Matilda surgiu em sua imaginação, plena

> e acabada, trazendo consigo uma história que, de muitas formas, era mais assustadores que Frankenstein.
> *"Um pouco de paciência, e tudo estará acabado"*. Mary grafou essas palavras em itálico, pois foram as palavras ditas por Wollstonecraft no leito de morte, e também pela mãe de Wollstonecraft, pouco antes de morrer, e pela figura da mãe no último romance de Wollstonecraft, *Maria*. A morte de Matilda une a jovem ao pai morto, mas as palavras da heroína também a vinculam à sua autora e à mãe de sua autora (Gordon, 2020, p. 337).

Elizabeth Nitchie (1943), aponta que no primeiro manuscrito de Mathilda, há uma parte intitulada "Fields of Fancy", que contém uma estrutura fantasiosa posteriormente abandonada em Mathilda:

> O modo de contar a história no esboço final difere substancialmente daquele usado no rascunho. Em The Fields of Fancy, a história de Mathilda é ambientada por um quadro fantasioso. A autora é transportada pela fada Fantasia para os Campos Elísios, onde ouve o discurso de Diotima e encontra Mathilda. Esta, por sua vez, conta a sua história, que termina com a morte. No rascunho final, essa estrutura irrealista e largamente irrelevante é descartada: Mathilda, cuja morte se aproxima, (des)escreve ao seu amigo Woodville os detalhes completos da sua história trágica, que ela nunca tinha tido a coragem de lhe contar pessoalmente (Nitchie, 1943, tradução Guimarães, P., 2020, p.3).[8]

Sobre "*The Fields of Fancy",* Nitchie (1943) ainda acrescenta o interesse intrínseco de Mary e Percy pelos clássicos gregos, pois ambos estavam lendo Platão no período dessa escrita, e acrescenta que esse manuscrito revela a estreita conexão da escrita de Mathilda com a dor e a depressão de Mary.

De acordo com Christa Schönfelder (2013), a última versão de Mathilda é de fevereiro de 1820; entretanto, a obra só foi publicada em 1959, 108 anos após a morte de Mary Shelley[9]. Christa Schönfelder (2013), aponta que, por meio de uma amiga da família, Maria Gisborne, Mary enviou o romance ao pai em maio de 1820, solicitando ajuda a Godwin para a devida publicação de Mathilda; mas, Godwin recusou-se a publicá-la, visto que para ele, o assunto principal da obra, no caso o incesto, era "nojento e detestável". Schönfelder (2013) ressalta que Godwin não apenas rejeitou o pedido de Mary como também recusou-se a devolver o manuscrito. Miranda Seymour (2000) aponta que a rejeição de Godwin pela obra não era devido ao tema do incesto, visto que tal temática era quase um cliché-literário entre os românticos, "Far from being shocked by it, Godwin was ready to praise "The Cenci" as one of hisson-in-law's finest works" (Seymour, 2000, p. 236).[10]

Desta forma, o incômodo de Godwin, de acordo com Seymour (2000), era com o suicídio do pai de Mathilda no enredo da história, pois durante o período de escrita de

Mathilda, Mary enviou cartas a Godwin, nas quais compartilhou sua angústia pela perda de seus filhos, expressando um desejo até mesmo pela própria morte; Godwin contrapôs-se a tal desejo, fornecendo razões sólidas para que Mary desejasse viver. Essa interação reflete a complexa dinâmica entre os dois, e lança luz sobre as influências pessoais que podem ter influenciado o enredo e os temas abordados em sua obra literária; e como aponta Seymour (2000), Mary entregou a Godwin, um homem que via tal tema de forma desonrosa, um romance que cortejava a ideia da morte, do suicídio. Para Godwin, "Matilda's attitude was weak, cowardly and unworthy of interest, let alone admiration. He could not contemplate offering such a work for publication" (Seymour, 2000, p.236).[11]

Ainda trabalhando com essa ideia da rejeição de Godwin por Mary Shelley, e a possível transferência desse sentimento de abandono para a personagem Mathilda, Anne Mellor (1988) aponta que quando Mary fugiu com Percy, um homem casado até o momento, Godwin ficou dois anos e meio sem querer vê-la ou se corresponder com ela, mas após o casamento da filha, em dezembro de 1816, até mesmo se gabou do excelente casamento de Mary com Percy (Mellor, 1988). Pode-se ainda apontar um trecho de uma carta enviada de Godwin para seu irmão, Hull Godwin, sobre o casamento da filha:

> The piece of news I have to tell, however, is that I went to church with this tall girl some little time ago to be married. Her husband is the eldest son of Sir Timothy Shelley, of Field Place, in the county of Sussex, Baronet. So that, according to the vulgar ideas of the world, she is well married, and I have great hopes the young man will make her a good husband. You will wonder, I daresay, how a girl without a penny of fortune should meet with so good a match. But such are the ups and downs of this world. For my part I care but little, comparatively, about wealth, so that it should be her destiny in life to be respectable, virtuous, and contented (William, Godwin [Correspondência]. Destinatário:Hull Godwin, London, 21 fev. 1817 *apud* Bennett, 1995).[12]

Nesta carta é possível ver as intenções de Godwin, visto que como aponta Don Locke (1980), foi extremamente duro com Mary, arrogante com Percy e, como o próprio autor enfatiza, pedia empréstimos vergonhosos para o genro, e agora, devido a uma cerimônia (que aliás Percy não fazia muita questão), encontrava-se bem, visto que a filha se casara com um jovem talentoso e rico. Mas, mesmo com todas as controvérsias vindas de Godwin, a filha nunca deixou de idolatrá-lo. Segue uma passagem, retirada de uma carta enviada por Mary a Jane Williams, que comprova a devoção da mesma por seu pai.

Voltando para a temática do incesto, Gordon (2020) também aponta que o mesmo era um tema comum no Romantismo, aparecendo nas obras "*Les Cenci"* (1837), de Stendhal, "*Les Cenci"* (1839-1840), de Alexandre Dumas, "*Beatriz Cenci" (1844-1845)*, de Gonçalves Dias, entre outras; e, de acordo com Paula Guimarães (2020), Mary e Percy

nutriam um certo interesse pela temática, possivelmente devido "a vida pessoal do próprio Byron, o qual alegadamente se tinha apaixonado pela sua meia-irmã, Augusta Leigh, e teria contribuído sem dúvida para esse mesmo interesse"(Guimarães, p., 2020, p. 4).

Vale ressaltar ainda que a obra "*Frankenstein (1818)"* também poderia ter tido casos de incesto em sua narrativa, visto que, ainda que inicialmente, Elisabeth Lavenza, futura esposa de Victor Frankenstein, fosse concebida como uma prima distante da família Frankenstein, ela, na edição publicada em 1831 e revisada por Mary, passou a ser a filha – adoptada por Alphonse e Caroline – de uma família de camponeses. Apontamos ainda que quando a criatura pede a Victor Frankenstein uma companheira, a mesma pode ser vista como uma irmã, considerando que o pedido de concepção foi para seu criador, ou como é apontado ao longo da obra, seu pai. De acordo com Bernheim (2014), ao suprimir o laço de parentesco entre Elisabeth Lavenza e Victor, a autora quis sem dúvida que o livro não pudesse ser acusado de defender o incesto, visto que como enfatiza Bernheim (2014), era um flagelo moral que manchou a reputação do seu amigo Byron e mesmo de Percy Shelley, que esteve na adolescência apaixonado pela sua prima, cujo nome também era Elizabeth.

De acordo com Gordon (2020), enquanto Mary escrevia sobre Mathilda, Percy estava no andar de cima, trabalhando em um conto de incesto entre pai e filha, uma peça que ele intitularia "*The Cenci"*, baseada em uma história real da qual ele e Mary haviam tomado conhecimento juntos (Gordon, 2020).

Gordon (2020) aponta que Mary e Percy viram um retrato de Beatrice Cenci em Roma, no Palazzo Colonna, onde Percy teria ficado impressionado com a semelhança física entre Cenci e Mary. De acordo com Miranda Seymour (2000), Mary sentiu-se incomodada com essa comparação, visto que Percy começou a tratá-la como um personagem, e que a procurava para vê-la atuar. "Como Mary, Beatrice era "pálida" e tinha a testa "grande e à mostra". Ela parecia "triste e de espírito abatido. [...] Os olhos que, segundo dizem, eram célebres por sua vivacidade, estão inchados de tanto chorar e não têm brilho, mas revelam uma beleza terna e serena" (Gordon, 2020, p.338).

Figura 1 –Suposto retrato de Beatrice Cenci por Guido Reni (Bolonha 1575-1642). Óleo sobre tela, 1599. Galeria Nacional de Arte Antiga em Roma, Palazzo Barberini.



Fonte: PORTRAIT of Beatrice Cenci. In: Wikipédia, 2023.

Sobre Beatrice Cenci, e de acordo com Jéssica Guimarães (2021), Stendhal além do drama "*Les Cenci"*, também escreveu uma crônica, em 1839, para a "*Revue des Deux Mondes"*, versando a mesma sobre a história da família italiana. Jéssica Guimarães (2021) aponta que a história foi escrita a partir de relatos de cidadãos da época e de documentos oficiais sobre os Cenci, e desta forma, por meio da leitura da crônica de Stendhal, é possível o acesso a algumas informações tidas como verídicas (Guimarães, J., 2021, p. 39).

Na crônica de Stendhal, o conde Cenci é um tirano que odeia seus filhos, fazendo com que eles peçam ajuda até mesmo para o papa da época Clemente VIII. Cenci vendo a agitação dos filhos, tranca Beatriz, em um quarto e passa abusá-la fisicamente e psicologicamente. A jovem para se livrar desse ato horrível, busca ajuda de servos e vassalos, além do irmão e sua mãe. Juntos pensam em um plano para matar o pai. A execução do plano tem falhas, eles matam o conde, mas são descobertos, fazendo com que todos envolvidos fossem julgados. No decorrer do julgamento, houve comoção pública, porém em 11 de setembro de 1599, todos são condenados à morte (Guimarães, J., 2021, p. 39-40).

Sobre o interesse de Percy Shelley pela história de Beatriz Cenci:

> Na minha excursão pela Itália – conta ele – mostraram-me um manuscrito, copiado dos arquivos do Palácio dos Cenci em Roma, contendo a narração detalhada dos horrores que culminaram na extinção de uma das mais nobres e das mais ricas famílias dessa cidade durante o pontificado de Clemente VIII, no ano de 1599 (Shelley, P., 1819 apud Hutchinson, T., 1961, p. 275).[13]

De acordo com Margaret Garrett (1996), Mary realizou a tradução do manuscrito para Percy, do italiano para o inglês. De acordo com a nota introdutória de Mary Shelley, em *The Cenci*, na edição de 1839, ela incentivou o marido a se aventurar em um novo gênero literário, a tragédia, algo um pouco distante para Percy, que se via como um metafísico e abstrato, muito apaixonado pelo teórico e pelo ideal. Mary Shelley ainda complementa:

> This tragedy is the only one of his works that he communicated to me during its progress. We talked over the arrangement of the scenes together. I speedily saw the great mistake we had made, and triumphed in the discovery of the new talent brought to light from that mine of wealth (Shelley, M., 1839 apud Hutchinson, T., 1961, p. 335).[14]

Como aponta Gordon (2020), em sua peça, Percy Shelley pretendeu acessar o universo intrincado da justiça judicial através da trágica histórica de Beatrice Cenci. Gordon (2020) disserta que algumas leituras da obra permitiram estabelecer um paralelo entre a experiência de Beatrice vivida no século XVI e a das mulheres do século XIX, envolvendo denúncias de estupro. De acordo com Gordon (2020), em diferentes épocas, as denúncias de crimes sexuais eram de difícil exposição, não só pela dificuldade em se ter acesso à justiça, mas também pelo próprio discurso utilizado sobre o ocorrido. Na obra *Women's Silence, Men's Violence 1770 e 1845*, de Anna Clark (1987), Gordon (2020), aponta que em alguns casos de assédio sexual processados na Inglaterra, observou-se uma ênfase exagerada dos tribunais no discurso médico e jurídico, onde os detalhes tecnicos se sobressaiam, frente ao depoimento emocional e coloquial das vítimas. Ainda de acordo com as autoras, testemunhar nesses processos era o mesmo que pisar em ovos, e quando, finalmente, as vitimas prestavam as informações sobre como havia ocorrido o estupro, alguns relatos eram omitidos do processo em nome do bem público. Na história de Shelley, como enfatiza Gordon (2020), Beatrice foi condenada à morte pelo crime de parricídio, crime esse que se sobressai para além da escrita de Shelley, fazendo com que a peça fosse criticada como imoral e sequer fosse executada no período em que o autor viveu, silenciando assim o relato de Beatrice Cenci.

De acordo com Susan Wolfson (2009), o aspecto dramático da obra está intrinsecamente ligado às questões de gênero, pois tanto o sofrimento quanto a revolta de

Beatrice são indissociáveis de sua criação dentro de um sistema patriarcal corrupto (Wolfson, 2009). Por outro lado, Kasmer (2019) ressalta que o drama também está interligado à integridade do Estado Papal, visto que o controle exercido pelo Conde Cenci sobre seus filhos reflete não somente o controle paterno como também abrange as estruturas patriarcais da igreja e do Estado.

> […] in the crises of 1819, *The Cenci* and *The Mask of Anarchy* mark an impasse in Shelley's indignation between violent and visionary courses of action-so, too, in Hemans's records and histories of women, which repeatedly stage violent female confrontations with male tyrannies, in a poetry of seemingly inescapable death sentences for women. The Cenci is infused with gender politics: because her torment and retaliation are inseparable from their formation in, and by, corrupt patriarchy, "Beatrice Cenci" is a figure for England in 1819 no less than of the Italian Renaissance (Wolfson, 2009, p. 104).[15]

Scandolara (2015) aponta que os pontos altos do poema *The Cenci* incluem a alta qualidade do verso e a representação de Beatrice como uma mulher forte, que mantêm sua dignidade de figura trágica até os momentos finais de confronto com a morte. Vale ainda ressaltar que a obra foi elogiada por Ezra Pound, que como aponta Scandolara (2015), era um grande crítico da obra de Percy Shelley e desqualificava a escrita do mesmo.

Segundo Ann Wroe (2007), Percy tinha um objetivo claro ao escrever *The Cenci*:

> With *The Cenci*, his only completed drama, Shelley's moral purpose was even higher: 'the teaching the human heart, through its sympathies and antipathies, the knowledge of itself. Such knowledge, after all, was what he most desired in his own life. He wanted to do for his readers what Homer did for him as he read the Iliad aloud, crouching in the glow of the fire, letting the word-music race and mount and flow until, 'at the high & solemn close of the whole bloody tale in tenderness & inexpiable sorrow', he would close the book reverently, set it softly down, raise his eyes to the ceiling and exclaim, in adoration, 'Hah!"(Wroe, 2007, p. 259).[16]

Como aponta Gordon (2020), Mary e Percy Shelley possuíam perspectivas distintas quanto à abordagem do incesto em suas obras. No que se refere à visão de Mary, Gordon (2020) observa que:

> Ela tinha por objetivo explorar os paralelos existentes entre ela mesma e sua criação ficcional. A escritora e Matilda perdem a mãe ao nascer, e ambas perdem o pai, porém, o pai de Matilda comete suicídio por amá-la demais, ao passo que o pai de Mary a isola porque ela mantém um caso com Shelley. Para Mary, que se sentira rejeitada pelo pai quando Mary-Jane entrou em suas vidas, e novamente depois de sua fuga com Shelley, a ideia de um pai que ama demais a filha era, sem dúvida, uma fantasia gratificante. No entanto, era também uma

> representação psicológica adequada da própria experiência de Mary. Ao longo do período em que viveram junto, apesar da inexistência de quaisquer relações de caráter sexual, Godwin realmente representara o papel psíquico do amante decepcionado, indignado por ter sido substituído por Shelley. Em última análise, tal como a criatura em Frankenstein, Matilda chega à conclusão de que ela é o ser monstruoso quando, na verdade, o pai é o verdadeiro monstro. Afinal, qual é o crime de Matilda, ou, aliás, o da criatura? Nenhuma criança pode ser considerada responsável pelo próprio nascimento. Assim, Mary colocava a culpa diretamente nos ombros das figuras paternas, ao mesmo tempo em que apontava a lógica equivocada (e trágica) dos filhos (Gordon, 2020, p.339).

A respeito da visão de Percy Shelley frente ao incesto narrado em sua peça, Gordon (2020), explana:

> Para Shelley, por outro lado, o incesto era uma oportunidade de expor a corrupção das instituições e dos homens que as comandavam. No conde Cenci, pai de Beatrice, um tirano cruel na vida real, Shelley encontrava o emblema perfeito do poder paterno irrefreado. Ao contrário de Mary, ele não explorava a psicologia das personagens principais. O poeta não aborda a vida interior de Beatrice, usando a história da jovem para comunicar sua rebeldia furiosa contra a opressão e enunciar sua filosofia, derivada de Godwin, de que a liberdade do indivíduo é um elemento necessário para um Estado virtuoso. Beatrice é uma heroína porque ela derrota o governante perverso (Gordon, 2020, p.339).

Assim, Gordon (2020) aponta que para Mary Shelley, o mais importante seriam os sentimentos da vítima, a vida interior da mulher, diferente de Percy Shelley, que tende a enfatizar à Igreja ou ao Estado, ou às maléficas forças institucionais que regem a vida de Cenci (Gordon, 2020).

Gordon (2020), ainda disserta que Mary esperava que Percy compartilha-se de sua dor, a dor da perda de seus filhos, mas como a mesma não se sentia acolhida pelo marido, pelo contrário, abandonada, introduziu um personagem em sua narrativa chamado de Woodville, que guardava uma incrível semelhança com Shelley (Gordon, 2020).

Como aponta Gordon (2020), na narrativa da obra de Mary, Woodville e Mathilda tornam-se amigos leais, mas não amantes, e Mathilda espera que Woodville partilhe do seu desespero, assim como Mary queria que Percy compartilhasse de sua dor pela perda dos filhos, sendo que, porém, na narrativa, Woodville recusa-se a sentir o mesmo que Mathilda, levando-a a exclamar:

> Sou, pensava eu, uma tragédia; uma personagem que ele vê atuar - vez por outra ele me dirige para que minhas palavras se aproximem de seus interesses... talvez ele já esteja planejando um poema no qual figurarei. Para ele, sou farsa e drama; para mim, trata-se da mais terrível realidade

> – ele toma para si todos os louros; já eu carrego todo o fardo. (Shelley, M., 2015, p. 127).

Outro parágrafo mostra a visível decepção de Mary frente às atitudes de Percy; como aponta Gordon (2020), Mary faz Mathilda implorar para que Woodville morra com ela, todavia ele recusa-se, visto que um dia ele poderia ser capaz de realizar algo para melhorar o mundo; desta forma, Mathilda afunda-se rumo à própria morte, e suas palavras, a seguir, expressam a dor (dela e da autora) de ser traída: 'Adeus, Woodville. O relvado logo estará verde sobre meu túmulo, as violetas logo florirão sobre ele. Ali está minha esperança e anseio; os teus pertencem a este mundo; e que eles se realizem" (Shelley, M., 2015, p. 153).

Podemos ressaltar que Percy Shelley, em alguns de seus poemas, mostra uma visão mais positiva do mundo e da humanidade, como por exemplo no poema *Prometheus Unbound – (1920),* confirmando desta forma a teoria de Gordon (2020), que aponta o personagem Woodville como uma representação de Percy. Gordon (2020) ainda enfatiza que, para Mary, essa escolha pela vida podia representar uma rejeição a ela – sua esposa e sua paixão – em favor de um foco no mundo exterior por parte de Percy.

Para Seymour (2000), outra interpretação possível e mais biográfica frente à obra *Mathilda,* e que já foi brevemente apontada nesse artigo, poderia estar relacionada à preocupação de Mary Shelley frente aos problemas financeiros de seu pai, William Godwin, que constantemente exigia quantias significativas por parte de Percy Shelley. Como Seymour (2000) aponta ainda, Godwin, nas cartas enviadas para Mary, enfatizava que o mesmo estava à beira da ruína.

Guimarães (2020), disserta sobre o ato corajoso de Mary Shelley ao escrever uma história contendo incesto, visto que na esfera literária, 'escrever o tabu' é igualmente um ato de rebeldia, onde o intocável deus-criador do Romantismo é banido para dar lugar à 'mulher criadora' que escreve com uma linguagem e um conhecimento próprio (Guimarães, 2020). Guimarães (2020), acrescenta que escrever sobre tal tema no limiar da Era Vitoriana pode ser traduzido como um ataque direto aos códigos sociais e ao estereótipo do caráter feminino púdico, que era elogiado pela 'temperança' das suas paixões e a sua submissão à figura masculina (Mosquera, 1996). Para Mosquera (1996), o ato de Mathilda ao escrever sua história e revelar o ato incestuoso na narrativa, mesmo com a intenção de no final cometer suicídio, mostra que seu texto não tem a intenção de apresentar seu luto, mas sim a história escrita de uma mulher que ousa proferir o indizível, que o conde Cenci, do contemporâneo Percy Shelley, escondeu com tanto cuidado.

Adentrando a nossa interpretação das obras, apontamos primeiramente um parágrafo da obra Mathilda, onde a personagem principal Mathilda narra o possível reencontro com seu pai, sendo a Escócia o lugar escolhido. Pensando na questão local de vivência desses personagens, a Escócia, como foi apontado por Stevenson (2016), tinha leis muitos rígidas, e até mesmo pena de morte para casos incestuosos, além de ter incorporado ao direito penal escocês os princípios do Capítulo 18 do Levítico. Assim, acreditamos que o tabu em volta da temática deveria ser bem mais intenso na Escócia, visto que, como apontado, o destino do indivíduo que praticasse tal ato era a morte.

> Foi no meu aniversário de dezesseis anos que minha tia recebeu uma carta de meu pai. Não consigo descrever o tumulto de emoções que surgiram dentro de mim enquanto a lia. Fora enviada de Londres; ele tinha retornado! Meus arroubos só encontravam alívio nas lágrimas, lágrimas de pura alegria. Ele tinha retornado, e escrevia para saber se minha tia viajaria a Londres ou se ele poderia visitá-la na Escócia (Shelley, M., 2015, p. 32).

Como apontando na história, quando jovem, o pai de Mathilda, buscava validação dos seus próximos em relação aos seus atos; essa necessidade de validação torna dedutível que, possivelmente, o peso da condenação do ato incestuoso viesse a ser um fardo muito grande para o genitor da protagonista carregar.

> Ao grupo mais amplo de espectadores, era como se ele fosse de todo indiferente à censura e desdenhasse da fé nos preconceitos do vulgo; entretanto, ao mesmo tempo que caminhava a passos triunfantes acima do resto do mundo, ele se acovardava, com uma pequenez à qual fechava os próprios olhos, ante seu próprio grupo e, embora sendo o líder, jamais ousava exprimir uma opinião ou sentimento até que tivesse certeza de que receberia a aprovação de seus companheiros (Shelley, M.,2015, p. 16-17).

No parágrafo a seguir, apontamos a narrativa que descreve o desejo incestuoso por parte do pai de Mathilda, desejo esse expresso em uma carta que o mesmo dirige a ela, através de sua criada, visto que o mesmo resolve ir embora, sem se despedir de sua filha, em parte devido ao sentimento desonroso que experimenta. Nesse parágrafo ainda é visível a percepção do pai em relação ao que sente pela filha, e a vergonha que carrega por sentir tais desejos, que como ele mesmo aponta, contrariam as leis da natureza.

> Minha querida Filha, "Traí tua confiança; atentei contra a pureza de teus pensamentos e apresentei a teu coração inocente os modos e as palavras de uma paixão monstruosa, contrária às leis da natureza. Devo pagar por tais crimes; e é de minha responsabilidade buscar alguma punição à minha culpa. Estás, não tenho dúvida, preparada para o que estou prestes a anunciar: devemos romper e nos separar para sempre (Shelley, M., 2015, p. 74).

> "E agora, Mathilda, devo fazer minha última confissão. Enganei-me desgraçadamente ao imaginar que era capaz de subjugar meu amor por ti; nunca poderei. Ver esta casa, estes campos e bosques em que meu primeiro amor viveu parece tê-lo aumentado. Em minha loucura, ousei dizer a mim mesmo: Diana morreu ao dar à luz; o espírito de sua mãe transferiu-se a seu corpo, e ela há de ser como Diana para mim'. Apesar de todos os esforços de libertar-me, mais me via preso a esse amor, um amor culpado mais abominável do que o ódio, um amor que me secou as esperanças e destruiu-me para sempre. Melhor que tivesse amado o desespero, pois um beijo não lhe custaria a vida (Shelley, M.,2015, p. 80).

Já na obra de Percy, *The Cenci*, o ato incestuoso, através do estupro, aparece já no Ato II, mas não é claramente nomeado, sendo subentendido através das conversas de Beatrice com Lucrécia, sua mãe, no Ato III.

> BEATRICE
> T is the restless life
> Tortured within them. If I try to speak,
> I shall go mad. Ay, something must be done;
> What, yet I know not--something which shall make
> The thing that I have suffered but a shadow
> In the dread lightning which avenges it;
> Brief, rapid, irreversible, destroying
> The consequence of what it cannot cure.
> Some such thing is to be endured or done;
> When I know what, I shall be still and calm,
> And never anything will move me more.
> But now!--O blood, which art my father's blood,
> Circling through these contaminated veins,
> If thou, poured forth on the polluted earth,
> Could wash away the crime and punishment
> By which I suffer--no, that cannot be!
> Many might doubt there were a God above
> Who sees and permits evil, and so die;
> That faith no agony shall obscure in me (Shelley, P., 1819 *apud* Hutchinson, T., 1961, p. 298).[17]

Ainda no Ato III, começa-se a revelar a violação sofrida por Beatrice para os outros membros da família, o que é perceptível pelas intensas manifestações emocionais apresentadas ao longo da cena.

> GIACOMO: My sister, my lost sister!
> BEATRICE: Lost indeed! I see Orsino has talked with you, and
> That you conjecture things too horrible
> To speak, yet far less than the truth. (Shelley, P., 1819 apud Hutchinson, T., 1961, p.305).[18]

No Ato IV, Beatrice encomenda a morte de seu pai, o Conde Cenci, resultando na prisão da família e dos assassinos contratados. No Ato V, diante da condenação e do parricídio, Beatrice indaga os desígnios de Deus que não a protegeram da violência

infligida por seu pai. Nessa cena, Percy Shelley busca retratar Beatrice como uma mulher forte, que não recua diante das acusações.

> BEATRICE
> Or wilt thou rather tax high-judging God
> That he permitted such an act as that
> Which I have suffered, and which he beheld;
> Made it unutterable, and took from it
> All refuge, all revenge, all consequence,
> But that which thou hast called my father's death?
> Which is or is not what men call a crime,
> Ce, or have not done;
> Say what ye will. I shall deny no more.
> If ye desire it thus, thus let it be,
> And so an end of all. Now do your will;
> No other pains shall force another word
> (Shelley, P., 1819 apud Hutchinson, T., 1961, p.329).[19]

A peça termina com a condenação tanto da mãe quanto da filha, destacando-se um momento de intimidade e respeito entre ambas.

> BEATRICE
> Give yourself no unnecessary pain,
> My dear Lord Cardinal. Here, mother, tie
> My girdle for me, and bind up this hair
> In any simple knot; ay, that does well.
> And yours I see is coming down. How often
> Have we done this for one another; now
> We shall not do it any more. My Lord,
> We are quite ready. Well--'t is very well.
> (Shelley, P., 1819 apud Hutchinson, T., 1961, p.334).[20]

Nessa cena marcante, a mãe prende o cabelo de Beatrice, revelando a profundidade do amor materno-filial mesmo na iminência da morte. Para Kasmer (2019), esse ato de arrumar os cabelos alude a ideia de perda de pureza, sendo o cabelo, um sinal de feminilidade, no qual foi "desfeito", marcando uma falta de decoro em sua aparência, carregando consigo também a implicação de sua ruína, por estar na situação em que se encontra.

Conclusão

Como foi apontado no início de nosso artigo, o objetivo principal era compreender a temática do incesto através de duas obras literárias oitocentistas, com o auxílio da História Intelectual, que permite ao historiador, através de autores como Lacapra e Ricoeur, repensar suas fontes e trabalhar com obras ficcionais, para auxiliar assim na compressão do passado histórico. Utilizamos ainda os autores Lévi-Strauss e Freud, para

compreender e contextualizar as origens da proibição do incesto, visto que o material historiográfico sobre a temática é escasso. Apropriamo-nos, nesse sentido, de categorias analíticas da Antropologia, aplicando-as à História, num movimento interdisciplinar, onde o conceito de Tabu, que remonta de épocas longínquas, se encontra presente na própria recepção de ambas as obras, no período em que foram escritas; onde uma delas não pôde ser transformada em peça teatral e a outra foi privada de publicação pelo pai da autora, e ainda de acordo com Guimarães (2020), a escrita de Mary sobre o tema, uma mulher de seu tempo, pode ser visto como um ato de rebeldia. Destarte, nas obras trabalhadas *Mathilda* (1820), de Mary Shelley, e *The Cenci* (1819), de Percy Shelley; escritas quase na mesma época, e na qual os escritores eram casados, mas que independentemente da união familiar, as visões sobre a temática mostraram-se destoantes em cada um – apresentamos isso ao longo do artigo. Em relação ao passado histórico na obra de Mathilda, podemos apontar a rígida estrutura jurídica relativa ao ato incestuoso na Escócia, o qual tinha a morte como pena e um código jurídico e moral atrelado aos princípios do Capítulo 18 do Levítico. Como apontado na obra, o pai de Mathilda convive com a mesma durante um período na Escócia; não olvidemos, contudo, que alguns pensadores apontam a obra como sendo de natureza autobiográfica, e enfatizam os problemas pessoais de Mary, principalmente com seu pai e, posteriormente, com seu marido. Já a obra *The Cenci*, de Percy Shelley, já vem de uma narrativa histórica acessada por Percy Shelley, e no qual o mesmo transformou em uma peça histórica. Conforme destacado por outros pesquisadores e pela análise da obra, é evidente que as relações de gênero na obra são moldadas pela corrupção e poder do patriarcado, patriarcado esse sustentado pela influência da Igreja Católica. A partir desse esforço analítico, inferimos que ambas as obras adotam uma perspectiva crítica e histórica em relação à temática do incesto, ressaltando que escrever sobre, pode se revelar como um ato de rebeldia.

Referências

AMARAL, Felipe. Totem e Tabu: notas sobre parricídio e ficção. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 228–236, mai. 2019.

BARBOSA, João Alexandre. *A leitura do intervalo: ensaios de crítica.* São Paulo: Iluminuras, 1990.

BAUMER, A. Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno:* séculos XIX e XX. Tradução de Maria Manuela Alberty. Ed. 2. Lisboa: Edições 70, 1990.

BEALS, Ralph L.; HOIJER, Harry. *Introdución a la antropologia.* Madri: Aguilar. 1974.

BENNETT, Betty T. *Selected Letters of Mary Wollstonecraft Shelley*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1995.

BERNHEIM, Cathy. *Mary Shelley: uma biografia da autora de Frankenstein*. Lisboa: Antígona, 1° ed, 2014.

BOWRA, Cecil Maurice. *The Romantic Imagination.* Oxford: The Oxford University, 1949.

BURGESS, Antony. *A literatura Inglesa.* São Paulo: Ática, 1996.

CLARK, Anna. *Women's silence, men's violence: Sexual assault in England, 1770-1845*. Pandora, 1987.

COHEN, Claudio. *O incesto, um desejo*. Ed. 2. São Paulo: Blucher, 2021.

FANTINATO, M. Literatura e história: um diálogo possível. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v.21, n.2, p.12-19, jul., 2017.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.* Tradução de James Strachey. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 11-191.

GARRETT, Margaret. Writing and Re-Writing Incest in Mary Shelley's "Mathilda". *Keats-Shelley Journal*, v. 45, p. 44-60, 1996.

GIASSONE, Ana Claudia. *O mosaico de Frankenstein: o medo no romance de Mary Shelley*. Brasília: UnB, 1999.

GODWIN, William. *Correspondência para Hull Godwin*. Lordbyron.org, 1817. Disponível em: <https://www.lordbyron.org/monograph.php?doc=WiGodwi.1876&select=WGII9.16>. Acesso em: 19, julho, 2023.

GORDON, Charlotte. *Mulheres Extraordinárias: as criadoras e a criatura.* Tradução de Giovanna Louise Libralon – Rio de Janeiro: Darkside Books, 2020.

GUIMARÃES, Jéssica de Oliveira. *O romantismo e a liberdade em Beatriz Cenci: um estudo sobre o drama gonçalvino.* 2021. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

GUIMARÃES, Paula Alexandra. O (Melo)Drama da Melancolia em Mary Shelley: Mathilda (1819) ou a Confissão Traumática de Incesto e Suicídio no Feminino. In: SILVA, Jorge B. (ed.). *Mary Shelley: Para Além do Monstro.* Porto: Cetaps-Flup, 2020.

HAROLD, Bloom. *Percy Shelley*. Chelsea House Publications, 2009.

HOUGHTON, Walter. *The Victorian frame of mind.* New Haven, Yale University Press, 1974.

HUTCHINSON, Thomas. The Poems of Shelley. London: Oxford University Press, 1961.

KASMER, Lisa. "National Trauma and Romantic Illusions in Percy Shelley's The Cenci". *Humanities,* Basel, v. 8, n.2, 2019.

KOLTAI, Caterina. *Totem e tabu: um mito freudiano*. Ed. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KUPER, Adam. *Incest and Influence: The Private Life of Bourgeois England*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2009.

LACAPRA, Dominick. *History and Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LACAPRA, D.; KAPLAN, S. L. (orgs.). *Modern European Intellectual History.* London: Cornell University Press, 1982.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. *Vocabulário da Psicanálise*, trad. Pedro Tamen, São Paulo, Martins Fontes, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco.* Tradução: Mariano Ferreira. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOCKE, Don. *A Fantasy of Reason-The Life and Thought of William Godwin*. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.

MACHADO, Érica Prado. *A desmesura da paixão: reflexões sobre a situação incestuosa.* 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAUROIS, André. *Ariel ou a vida de Shelley*. Rio de Janeiro: Record, 1923.

MELLOR, Anne K. *Mary Shelley: Her Life, Her Fiction, Her Monsters.* Londres: Routledge, 1988.

MOSQUERA, Ana María Sánchez, "The Female Writing the Taboo: Mary Shelley's Matilda". *Many sundry wits gathered together. I Congreso de Filología Inglesa, vol. I*. Coruna: Universidade da Coruna, pp. 305-311, 1996.

NAMBA, Janaina. A proibição do incesto em Lévi-Strauss e Freud: algumas aproximações. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 176-190, 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145521. Acesso em: 17 out. 2023.

NAOURI, Aldo. Um inceste sans passage à l'acte: la relation mère-enfant. In: HÉRITIER, F. (org.). De l'inceste. Paris: Odile Jacob, 1994.

NITCHIE, Elizabeth. "Mary Shelley's Mathilda: An Unpublished Story and its Biographical Significance". *Studies in Philology*, Chapel hill, v. 40, n. 3, p. 447-462, Jul., 1943.

PONTES, Andrea Mello. O tabu do incesto e os olhares de Freud e Lévi-Strauss. *Trilhas*, Belém, v. 4, n. 1, p. 7-14, 2004.

PORTRAIT of Beatrice Cenci. *In: W*ikipédia, 2023. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/portrait_of_beatrice_cenci . Acesso em: 25 jul. 2023.

PRADO, Tomás. Freud, Foucault e as análises históricas do parricídio: as formas simbólicas e a poesia nos arquivos. *Eutomia*, Recife, v.12, n.1, p. 143-162, jul., 2013.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa:* Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

SCANDOLARA, Adriano. *Shelley e a renovação da linguagem morta: traduzindo Prometheus Unbound.* Dissertação (Mestrado em Letras - Estudos Literários) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2013.

SCANDOLARA, Adriano. *Prometeu Desacorrentado e outros poemas.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SCHÖNFELDER, Christa. Chapter Four: A Tragedy of Incest. Trauma, Identity, and Performativity in Mary Shelley's Mathilda. In: SCHÖNFELDER, Christa. *Wounds and Words*. Bielefeld: transcript Verlag, 2013.

SEYMOUR, Miranda. *Maria Shelley*. London, John Murray, 2000.

SHELLEY, Mary Wollstronecraft. *Mathilda*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Grua livros, 2015.

SHELLEY, Mary Wollstronecraft. Note on the Cenci. In: HUTCHINSON, T. *The Poems of Shelley*. London: Oxford University Press, 1961.

SHELLEY, Percy Bysshe. The Cenci. A Tragedy, in Five Acts. In: HUTCHINSON, T. *The Poems of Shelley.* London: Oxford University Press, 1961.

SOUZA, Babi. *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*. 1a Ed. Rio de Janeiro: Galera Record, p.144, 2016.

STEVENSON, Kim. "These are cases which it is inadvisable to drag into the light of day": Disinterring the Crime of Incest in Early Twentieth-Century. *Crime, History & Societies*, England, v. 20, n. 2, 2016.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. O lugar da literatura na constituição da clínica psicanalítica de Freud. *Psychê*, São Paulo, vol. IX, n. 16, 2005.

WEEKS, J. *Sex, Politics and Society: The Regulation of Sexuality Since 1800.* London and New York: Longman, 1981.

WOLFSON, Susan J. *'Something must be done': Shelley, Hemans, and the Flash of Revolutionary Female Violence.* In *Fellow Romantics: Male and Female British Writers*, 1790–1835. Edited by Beth Lau. Surrey: Ashgate, 2009.

WROE, Ann. *Being Shelley: The Poet's Search for Himself*. London: Cape, 2007.

[1] Apontamos que o nome da obra é "Mathilda", mas nos diários e cartas de Mary Shelley, aparece em alguns momentos o nome "Matilda", dando a entender que ambas formas poderiam ser usadas, tanto que em artigos citados, os autores muitas vezes optam por usar "Matilda".

[22]De acordo com Giassone (1999), é fundamental que saibamos ler a obra literária também como documento, ultrapassando a mera questão da "arte pela arte" ou da completa ausência de vínculos entre criação ficcional e realidade histórica. Fantinato (2017) complementa ainda que mais do que representar, para Lacapra, a literatura permite o que chama de diálogo ("dialogical exchange", no original, o que, literalmente, seria traduzido como "troca dialógica") com o passado; uma determinada atitude que, embora não rejeite o olhar documental, procura levar em consideração outras questões, impalpáveis e difíceis de tangibilizar (Fantinato, 2017).

[3] *Eu também argumentaria que todas as formas de historiografia podem se beneficiar de modos de leitura crítica baseados na convicção de que documentos são textos que complementam ou retrabalham a "realidade" e não meras fontes que divulgam fatos sobre a "realidade" (tradução nossa).*

[4]*"A palavra "Romântico" tem sido utilizada tão frequentemente e para tantos propósitos que é impossível confiná-la a um único significado, e ainda mais impossível tentar cunhar uma nova definição para ela. É suficiente que ela seja aplicada a uma fase da poesia inglesa que começa em 1789, com as Songs of Innocence, de Blake, e acaba com as mortes de Keats e Shelley. Isso pelo menos fixa um período histórico, e não há grande querela sobre chamar esse período de "era romântica"*.

[5] sistema que, em certos povos primitivos da Austrália, América e África, tem o papel de uma religião e fornece a base da organização social (Freud, 1913/1973, p. 103).

[6] Via de regra é um animal, comestível, inofensivo ou perigoso, temido, e mais raramente uma planta ou força da natureza (chuva, água), que tem uma relação especial com todo o clã. O totem é, em primeiro lugar, o ancestral comum do clã, mas também seu espírito protetor e auxiliar, que lhe envia oráculos, e, mesmo quando é perigoso para outros, conhece e poupa seus filhos. Os membros do clã, por sua vez, acham-se na obrigação, sagrada e portadora de punição automática, de não matar (destruir) seu totem e abster-se de sua carne (ou dele usufruir de outro modo) (Freud, 1913/1973, p. 21).

[7]De acordo com Laplanche e Pontalis (1992), o complexo de Édipo é caracterizado da seguinte forma: "Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. Segundo Freud, o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. O complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia" (Laplanche; Pontalis, 1992, p. 77).

[8]The mode of telling the story in the final draft differs radically from that in the rough draft. In The Fields of Fancy Mathilda's history is set in a fanciful framework. The author is transported by the fairy Fantasia to the Elysian Fields, where she listens to the discourse of Diotima and meets Mathilda. Mathilda tells her story, which closes with her death. In the final draft this unrealistic and largely irrelevant framework is discarded: Mathilda, whose death is approaching, writes out for her friend Woodville the full details of her tragic history which she had never had the courage to tell him in person.

[9]Elizabeth Nitchie foi a primeira editora a transcrever o manuscrito original.

[10]*Longe de ficar chocado com isso, Godwin estava pronto para elogiar "The Cenci" como uma das melhores obras de seu genro (tradução nossa).*

[11]*A atitude de Matilde foi fraca, covarde e indigna de interesse, quanto mais de admiração. Ele não poderia cogitar oferecer tal obra para publicação (tradução nossa).*

[12]*A notícia que tenho para contar, no entanto, é que fui à igreja com essa menina alta há pouco tempo para casar-lhe. Seu marido é o filho mais velho de Sir Timothy Shelley, de Field Place, no condado de Sussex, Baronet. De modo que, de acordo com as ideias vulgares do mundo, ela é bem casada, e tenho grandes esperanças de que o jovem será um bom marido. Você vai se perguntar, ouso dizer, como uma garota sem um centavo de fortuna deve se encontrar com um par tão bom. Mas tais são os altos e baixos deste mundo. De minha parte, pouco me importo, comparativamente, com a riqueza, de modo que deveria ser seu destino na vida ser respeitável, virtuosa e contente (tradução nossa).*

[13]A manuscript was communicated to me during my travels in Italy, which was copied from the archives of the Cenci Palace at Rome and contains a detailed account of the horrors which ended in the extinction of one of the noblest and richest families of that city, during the Pontificate of Clement VIII., in the year 1599.

[14]*Essa tragédia é a única de suas obras que ele me comunicou durante seu andamento. Conversamos sobre o arranjo das cenas juntos. Rapidamente vi o grande erro que havíamos cometido e triunfei na descoberta do novo talento trazido à luz daquela mina de riqueza* (Shelley, M., 1839, apud harold, 2009, tradução nossa).

[15]*[...] na crise de 1819, The Cenci e The Mask of Anarchy marcam um impasse na indignação de Shelley entre os cursos de ação violentos e visionários - assim também nos registros e histórias de mulheres de Hemans, que repetidamente encenam violentos confrontos femininos com as tiranias masculinas, numa poesia de sentenças de morte aparentemente inescapáveis para as mulheres. The Cenci está impregnado de política de gênero: porque seu tormento e retaliação são inseparáveis de sua formação no e pelo patriarcado corrupto, "Beatrice Cenci" é uma figura para a Inglaterra em 1819, não menos que para o Renascimento italiano* (tradução nossa).

[16]*Com The Cenci, seu único drama completo, o propósito moral de Shelley era ainda maior: "ensinar ao coração humano, através de suas simpatias e antipatias, o conhecimento de si mesmo. Tal conhecimento, afinal, era o que ele mais desejava em sua própria vida. Ele queria fazer por seus leitores o que Homero fez por ele ao ler a Ilíada em voz alta, agachado no brilho do fogo, deixando a palavra-música correr, montar e fluir até que, "no alto e solene fim de todo o conto sangrento em ternura e tristeza inexpiável" ele fecharia o livro reverentemente, abaixaria suavemente, ergueria os olhos para o teto e exclamaria, em adoração: 'Hah!'* (tradução nossa).

[17] *Uma vida sem descanso/ Torturada por eles. Se eu tentar falar/ Enlouquecerei. Sim, algo precisa ser feito;/ O que, eu não sei – algo que faça/ A coisa que senti se reduzir a uma sombra/ No terrível raio que o vingará/ Breve, rápido, irreversível, destruidor/ da consequência do que não pode ser curado./ Tal coisa deve ser suportada ou feita;/ Quando eu souber o quê, estarei tranquila e calma,/ e nada mais me atormentará./ Mas agora! – Ó sangue, que é o sangue do meu pai,/ Circulando por essas veias contaminadas,/ Se, pelo menos, derramado sobre a terra poluída,/ Poderia lavar o crime e a punição/ Dos quais eu sofri - - não, isso não pode ser feito!/ Muitos podem duvidar que há um Deus acima/ Que vê e permite o mal, e então morrer;/ Essa fé, nenhum sofrimento obscurecerá em mim.* (tradução nossa).

[18] *Giacomo: Minha irmã, minha irmã perdida!/Beatrice: Perdida mesmo! Vejo que Orsino falou com você, e/ Que você presume coisas horríveis demais/ Para falar, mas muito menos que a verdade* (tradução nossa).

[19] *Ah! por que não prefere acusar o juiz supremo, Deus/ Que permitiu tal ato como aquele/ Que eu sofri, e ele contemplou;/ E para o qual não deixou/ todo refúgio, toda vingança, toda consequência,/ Exceto aquilo que chamaste de morte do meu pai?/ É ou não é o que os homens chamam de crime,/ Fiz ou não fiz;/ Diga o que quiser. Não vou negar nada./ Se você quer que seja assim, que assim seja,/ E assim terminemos tudo. Agora faça a sua vontade;/ Nenhuma outra tortura arrancará de mim qualquer outra palavra.* (tradução nossa).

[20]*Não se exceda, / Meu caro Senhor Cardeal. Aqui, Mãe, amarra a minha cinta para mim e prende o meu cabelo num nó simples; sim, assim mesmo. E o seu eu vejo que está solto. Quantas vezes fizemos isso uma para a outra; agora não faremos mais. Meu Senhor, estamos bem prontas. Assim, assim mesmo."* (tradução Scandolara, A., 2013, p.55).

Artigo recebido em 13/01/2024

Aceito para publicação em 04/06/2024

MYSTICAL IMAGES IN THE ROMANTIC ERA ART WORKS: Through Ancient Legend of the Giselle Ballet to Picturesque Canvases by C.D. Friedrich

IMAGENS MÍSTICAS NAS OBRAS DE ARTE DA ERA ROMÂNTICA: da Antiga Lenda do Balé de Giselle às Telas Pitorescas de C.D. Friedrich

Tatiana PORTNOVA[1]

Abstract: The article focuses on a comparative analysis of the Romanticism works by A. Adam and C.D. Friedrich. The study aims to comprehensively describe the Giselle ballet and the paintings by C. Friedrich, jointly analyzing them from the standpoint of mystical beauty as reflected in the Romanticism trend in 19th-century art. This study is notable for being the first attempt at such a joint analysis. The author highlights innovations originating in the ballet theatre and the pictorial art of the period, which achieved a natural balance in the spatial organization principles between all components of performance and painting. It is demonstrated that these works cooperate at the junction of a figurative romantic idea, serving as a powerful psychological tool.
Keywords: Theatrical Interpretation, Stylistics of Romanticism, Landscape, Picturesque System.

Resumo: O artigo foca em uma análise comparativa das obras românticas de A. Adam e C.D. Friedrich. O objetivo do estudo é principalmente pautado pelo fato de ser a primeira tentativa de analisar conjuntamente o balé Giselle e as pinturas de C. Friedrich, proporcionando uma descrição abrangente a partir da perspectiva da beleza mística refletida na tendência romântica da arte no século XIX. O autor destaca as inovações surgidas no teatro de balé e na arte pictórica da época, que proporcionaram um equilíbrio natural nos princípios de organização espacial entre todos os componentes da performance e da pintura. Demonstra-se que essas obras colaboram na interseção de uma ideia romântica figurativa, atuando como uma poderosa ferramenta psicológica.
Palavras-chave: Interpretação Teatral, Estilística do Romantismo, Paisagem, Sistema Pitoresco.

Introduction

The cultural and historical unity of a particular period includes similar moods in various types of creative activity. The artistic language expressiveness issue has always been a controversial point. It would be of certain interest to consider connections and dependencies of different genre solutions similar in their figurative and psychological aspects as to their internal correlation and integrity. The question may arise as to the need in analyzing the type of correspondences, rapprochements and divergences between

[1] Professor of Art History Department at Institute of Arts and Choreography Art, The Kosygin State University of Russia, Moscow, Russian Federation. Doctor of Art History. Fellow of Theatre Union of the Russian Federation and a number of international and Russian Academies, Moscow, Russia. E-mail: portnova_ta@bk.ru. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4221-3923.

heterogeneous art areas being chronologically united by the same period within one stylistic trend. It is rather clear that the Giselle ballet by A. Adam and the paintings by the German artist C.D. Friedrich present no obvious direct similarity, yet their creators' range of interests is allied. C. Friedrich created his landscapes at the same time when the Giselle ballet was staged. It was a trend infinitely distant from the baroque luxury and noisy extravaganza. In the 19th century, the modernizing tendencies in theatre and painting redressed a natural balance in the spatial organization principles of art works – among all components of the performance and the painting (Bianchini, 2023; Pereira, 2018; Bondarenko et al. 2022). The solutions was to reject the purely constructive approach of the stage box, adopt new solutions, and embrace the ability to arrange the scene applying a picturesque spatial method (Togaibayeva et al., 2021). An attempt to create an appropriate visual solution within the Romanticism stylistics was made in the scenery and entire atmosphere of the Giselle ballet. Having perceived the Romanticism figurative stylistic system in the landscape genre, C. Friedrich creatively transformed traditions in theatrical and decorative painting and at the same time shifted the center of gravity to solving pictorial problems and subordinating them to compositional logic. At a time when Romanticism was still emerging on the ballet theatre stage, it instantly adopted the interaction traits emulated by the landscape painting, literature and choreographic drama itself, which was manifested in creating the majestic romantic drama (Zafeiroudi et al., 2022). Undoubtedly, C. Friedrich was the most prominent exponent of the German Romanticism and concurrently its most decisive reformer. The picturesque landscape method by C. Friedrich appeared to be one of the most illustrative examples in reflecting the stage Romanticism concept.

Thus, the purpose of this article is principally determined by the fact that it is the first attempt to jointly analyze the Giselle ballet and the paintings by C. Friedrich, and to provide their comprehensive description from a standpoint of mystical beauty reflected in Romanticism trend in art in the 19th century.

To achieve the results, the following tasks were set:

- determine the interpretation peculiarities in ideological and philosophical concept within the semantic and figurative compositional space of the specified art works;
- identify the core models for creating pictures of nature and principles of their implementation under the scenic and pictorial frames;
- display the association patterns related to the major natural states in the context of choreographic and pictorial works concept.

References

Philosophers and art critics have turned to the study and analysis of the Romanticism ideas as evidenced by their works (Berkovsky, 2001; Vanslov, 1988; Zhirmunsky, 1996). The available sources on the ballet Romanticism and creative activities by C. Friedrich predominantly include papers and books by foreign authors. The author was drawn to the topic by the mystery riddle in Romanticism, romantic fiction, play and interaction of expressive forms, as well as the comparison of Russian artistic experience with its German counterpart; yet, the question on artistic and choreographic relationships and interactions was not raised. The Giselle ballet has often been the subject of ballet criticism. Newspaper and magazine articles provide an opportunity to acquaint oneself with the reviews on the ballet staged by various theatres around the globe; their authors mostly consider its dance and performing side (Emelyanova, 2012; Naumova, 2016; Randy; Aksenova, 2017). Publications about C. Friedrich are presented as a conversation about his work in general as well as display the analysis of his paintings (Bialostocki, 1977; Börsch-Supan, 1975; Wolf, 2006). Among publications dedicated to the artist, there are papers exploring the landscape genre, which is the main trend in C. Friedrich's creative activity (Azadovsky, 1971; Mikhailov, 1989; Zeri, 2001). It should be additionally underlined that German Romanticism analysis based on the example of the Giselle ballet second act and the fine art works presented by C. Friedrich's landscape painting creativity has never been the main subject of a scientific research.

Materials and methods

The study sources included text and photographic materials provided by theatre museum archival funds of A.A. Bakhrushin State Central Theatre Museum, St. Petersburg State Museum of Theatrical and Musical Art, The Russian State Archive of Literature and Arts (RGALI), as well as video recordings of the Giselle ballet of various years, a direct analysis of modern staging solutions, references and encyclopedias. To study C. Friedrich creative activities, the works presented in museum collections were studied – predominantly German ones.

The comparative analysis method was applied as the primary one as it is indicated in the topic wording to present the material (Mabrouk et al., 2023). Under the study, the analytical method involves a parallel examination of images created in choreography and painting alike. The complex analysis method considers the connection between the ballet

drama performance and stage design in their correlation to the images on C. Friedrich's paintings. Such an approach to the study associations and parallels between contrasting yet simultaneously adjacent works within the synchronous and diachronous consideration apprehends bountiful meanings. When analyzing the artistic images of nature as a component of an individual (choreographic and pictorial) poetical and symbolic model of the mystical beauty, the main line of their mutual consideration was laid by a single direction developed in the 19th century; within its boundaries, similar creations belonging to diverse art types were born.

Results

Semantics of the Giselle ballet and paintings by C.D. Friedrich

Giselle, or Willis (fr. *Giselle, ou les Willis*) is a "fantastic ballet" in two acts by composer Adolphe Adam on the libretto by Henri de Saint-Georges, Théophile Gaultier and Jean Coralli based on the legend retold by Heinrich Heine. The tale intertwined with the Slavic legend about brides who died before their weddings and rose from their graves at night to quench their passion for dancing, as it was not satisfied during their lifetime. Therefore, the love story of a peasant girl and a noble gentleman harmoniously fitted into the romantic atmosphere of the era. The plot also provided a possibility to generate an unconventional stage drama immersed rather in creating an intimate integral world of a grievous rural cemetery where fog disappeared at night and an old belief revived than noisy joy with numerous variegated exits and dance processions. In his writings, H. Heine wrote on elemental spirits the following:

> Willis are brides who died before their weddings. The poor young creatures cannot lie quietly in their coffins. In their dead hearts, in their dead legs, there is still that passion for dancing they could not quench during their lifetime. And, at midnight, thee leave their graves and gather in crowds on the roads. And, woe be to the young man who meets them! He must dance with them, they embrace him with an unbridled thirst for fun, and he dances restlessly until he falls dead. Dressed in their wedding dresses, with flower grafts and fluttering ribbons on their heads, with sparkling rings on their fingers, the Willis dance in the moon light just like the elves (Heine, 1904, p. 140).

Figure 1 - "Giselle" by A. Adan. Stage version of the Bolshoi Theater. Scenography by R. Perziola. 2023

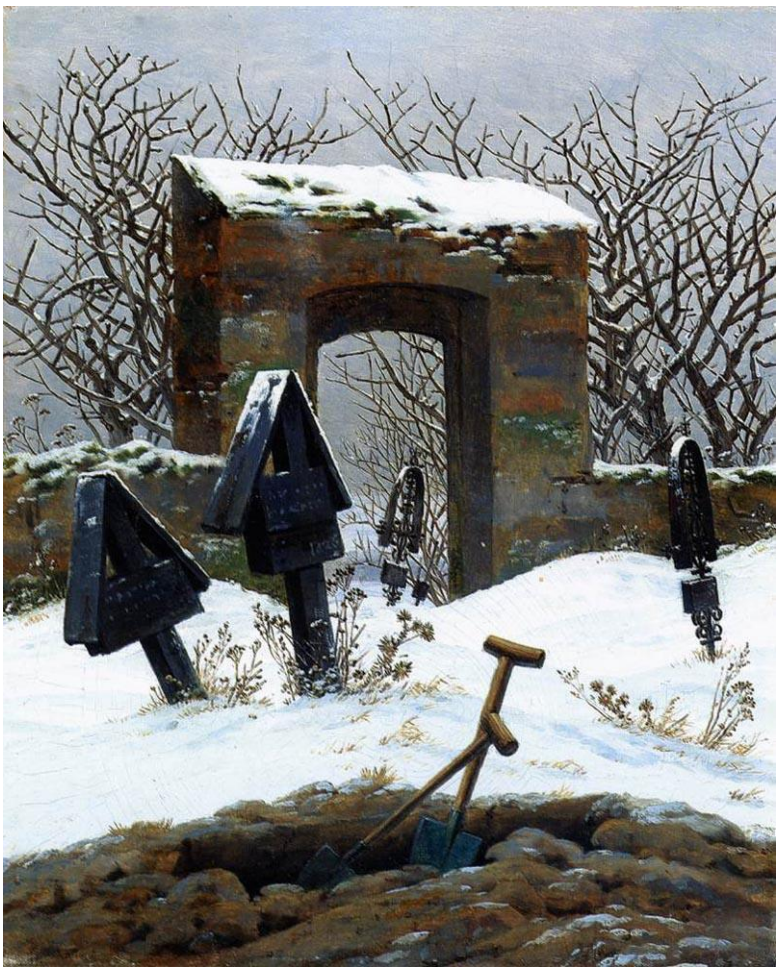


Source: Natalya Voronova, 2021

> However, their faces are while like snow, they are young and beautiful. The girls laugh so terribly merrily, so criminally graceful, they nod their heads in such a mysteriously voluptuous manner, they promise so much ... it is impossible to resist these dead bacchantes (Heine, 1904, p. 146).

This central plot line of the second act enabled the Giselle ballet to acquire the status of a legendary performance and remain the undisputed pinnacle of the romantic style. From a sentimentally beautiful story about a deceived love, Giselle gradually turned into a poem of the betrayed trust and love stronger than death. In the same way, a pastoral sunny rural nature of the first act was transformed into a mystical darkness of the village cemetery; at night, ghostly Willis appear among the graves in the moonlight – brides who died before their weddings. They are dressed in their wedding dresses.

Figure 2 - C.D. Friedrich. "Graveyard under Snow." 1826. Museum der bildenden Kunst, Leipzig.



Source: ALLARTCLASSIC. Caspar David Friedrich romanticism, n.d.

The images of cemeteries, crosses, roadside crucifixes, distant cities and ships floating in the sea depths are the central theme of C. Friedrich. His canvases present a mélange of natural scenery inhabited by lonely characters with philosophical reflections on the life purpose. The aching feeling of loneliness and a sense of being lost in a vast space and time seem to be duplicated and developed in the stage interpretation of the Giselle ballet. C. Friedrich including the image of the man into his landscapes as he sought to justify his behavior rather with the laws of nature than religious standards. The plot device and story line in the Giselle second act appeals to the dignity of the human personality and demands a reasonable clarity of behavior, a firm choice in determining the decision from it. While the ballet proclaims a concept to actualize the topic and make viewers contemplate thereon, C. Friedrich believes the issue to be too abstract. The Willis and Giselle changed, they became distrustful, and a naive idea ofa joyful life purpose become a thing of the past. Transition from the first act to the second one is vividly paralleled with a former naive human conviction and a cruel reality of mystical belief. Evidently, the libretto author is a person of a colorful imagination: along with general philosophical reflections, his text contains a specific content. The clear position set forth

in the legend facilitates to understand the author's subsequent and a frequently complex course of the choreography. In his canvases, C. Friedrich does not express such definite judgment as to his characters' nature. Still, similar to H. Heine, the ballet libretto author, he elaborated on the issue troublesome for him, the laws of a changing and simultaneously unchanging historical process. They both believed in the immortality of the soul, visions and miracles; they willingly picked up the idea of the nature as an eternal mystical phenomenon. The two authors can be labelled cosmic creators. Still, each of them followed their own nature. A man is ruled by a blind and cruel soul, and, after his death, he disappears into oblivion. People are only a part of nature not its lords; their conventional thoughts like pursuit for wealth, fame, and court vanity deserve contempt. C. Friedrich presents a person inclined to follow the laws of nature and perceive it in an exceptional way. The mystery of the inner world emanated by the Romanticists comes from a deliberate understatement. On the contrary, in the ballet, analysis strives for gaining an exhaustively clear knowledge of the human soul, and yet fails to reach it. C. Friedrich presents mysteriousness while the Giselle ballet dwells in mystery.

Compositional and Scenographic Structure of the Giselle Ballet Second Act of and Paintings by C.D. Friedrich

Under context of the issues discussed, C. Friedrich focuses a particular interest on considering the compositional and scenographic structure of the Giselle ballet second act and paintings, as it becomes the milestone feature for the idea that a romantic atmosphere coincides with a mystical beauty. The shapes of the dancers twirling on the stage become subordinate to the geometric form due to an elaborated choreography. Suffice it to recall the Gothic principle of transferring sculptural functions to an architectural structure; while, in this very case, everything changes its places – the bodily form is transformed into high matters of the Gothic style linearity. It can be observed in mise-en-scenes arrangement, through open and closed movements of the dancers – Willis grouped in a multi-faceted elusive flexible movement, in directions developing in various planes and heights.

Figure 3 - "Giselle" by A. Adan. Mariinsky Theater. St. Petersburg. Edited by L. Titova. Production designer Y. Samodurov.



Source: МАРИИНСКИЙ ТЕАТР. Санкт-Петербург, Мариинский театр, n.d.

Figure 4 - C.D. Friedrich "Monastery Cemetery in the Snow".1819. Alte und Neue Nationalgalerie, Museum Berggruen, Berlin.



Source: reproduction by Tatiana Kutomanova, 2013.

Though, similar to the canvases by C. Friedrich, the isolation method is indirectly present in the drama stage space. However, it is violated in the ballet stage direction, which is expressed in the numerous pieces of disappearance and re-appearance of the performers, their movement seems to go beyond the curtains. C. Friedrich's canvas frames as well as the stage curtains put no special obstacles to the movement, it easily rushes forward. The "theatrical behavior" of his characters is not immediately evident as

it is primarily achieved due to the combining various compositional logic aspects: linear and spatial one along with light and shadow one. In the ballet, the white figures of Willis, as if phosphorising through the moonlight in the darkness, dance against the background of grave crosses to reveal the ambiguity of the ongoing action arisen on the verge of a visible and imaginary reality. This symbolic arrangement module shapes the mood of a mystical romantic beauty in both cases.

Figure 5 - "Giselle" by A. Adan. Kremlin Ballet. Moscow. Ballet master-director A. Petrov. Artist S. Benediktov.



Source: KREMLINPALACE, n.d.

In C. Friedrich's paintings, the compositional principle is manifested even more profoundly when he deliberately builds plans and lighting and includes the characters' figures in natural motives to force them to silently contemplate its unusual states. It is appropriately to assume that, when creating his canvases, the artist was influenced by the following theatrical performances: Two Men Contemplating the Moon (1819-1820, Old Masters Picture Gallery, Dresden), Chalk Cliffs on Rügen, (abt 1818, the Oskar Reinhart Collection, Winterthur), On a Sailboat (1834, The National Art Gallery, Oslo), Wanderer over the Sea of Fog (1818, Hamburgen Kunsthalle), Moonrise (Two Men on the Shore) (abt 1835-1837, Hermitage, Saint Petersburg), etc.

Figure 6 - C.D. Friedrich. "Moonrise over the Sea". 1822. Old National Gallery. Berlin.



Source: WEB Gallery of Art. Wikipedia, n.d.

It can be observed that the canvases primarily connect two forms of the image theatricalization (planning and light). “Light on the stage.., sets or actors – it is all or almost everything. Light can save everything or destroy everything” (Kozlinsky; Frese, 1975, p. 118). Principles and methods on including a light source in the compositional and color structure of the art works are broadly similar. The presentation of one natural reality – moonlighting in a landscape and a performance – becomes a story line playing an essential part in implementing their ideological concept. The moon image in the works is essential in expressing both the author's position and the attitude of the author-producer and author-artist to the characters. It will be discussed in detail in the last section hereof.

C. Friedrich often inscribed human figures with their backs turned to the viewer into the landscape background. Their forward glances open up a distant perspective. In addition, the artist seeks to attract the viewer to what is happening, to turn them into a character, which is a theatrical technique too.

A completely different principle similar to a theatre curtain appears in the following canvases by the artist: Ruins of the Oybin, (1840. The State Hermitage Museum), Ruins of Eldena, near Greifswald, (1824, Old and New National Galleries, Das Museum Berggruen, Berlin), The Grave of Ulrich von Hutten (1824), where he created a monumental architectural ensemble as he supposedly combined the interior of the hall with a stage, where a powerful portal akin to the gates of a Gothic cathedral dominates and serves as a majestic backdrop to launch the performance. Such a curtain without a ramp significantly differs from the technique considered by us despite the fact that the

theatrical method nature and the tasks it sets before the artist remain the same. Here, C. Friedrich remains within the limits of the compositional solution reconstructive concept, though, this time, it gets a divergent expression. As if the “real” architecture was transferred to the small stage of the artist's canvases, which added to its scale the grandeur of a large performance and removed the museum plaque, the accentuated convention distinguishing the pictorial solutions of the ancient theatre (Khodakovsky, 2003).

Figure 7 - C.D. Friedrich "Two Contemplating the Moon". 1825-30. Metropolitan Museum of Art. United States.



Source: THE MET. Two Men Contemplating the Moon, n.d.

In a number of other works by C. Friedrich, the key to construct the story line is the arch forming a breakthrough into the picture plane being similar to the stage surroundings and leading the viewer's gaze into the depths as in The Gazebo (Neue Pinakothek Munich), Man and Woman Contemplating the Moon (1830-1835), Chalk Cliffs of Rügen (abt 1818, the Oskar Reinhart Collection, Winterthur).

Figure 8 - "Giselle" by A. Adan. Ballet Theater of classical choreography. Edited by M. Lavrovsky Moscow 2020.



Source: Shuparskiy Roman, n.d.

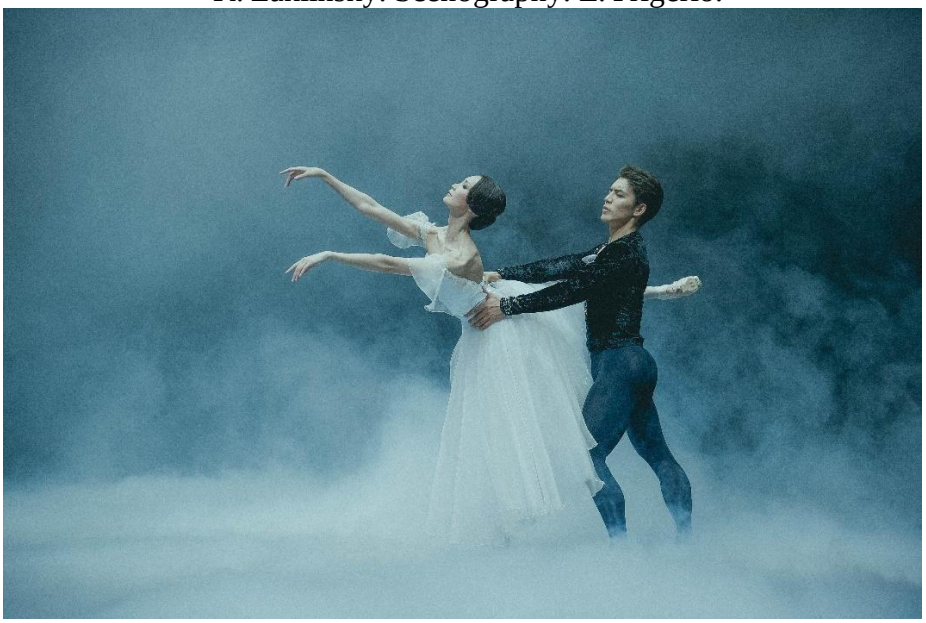
The presence of the portal framing the wide-open stage area is ambiguous. It is also a kind of the performance enclosure delivering an independent character to the theatrical action, complying with the classical traditions of decoration. It is also a generalized image to concentrate the major story lines to drama solutions. In addition, it performed a technical function – an integral part of the entire curtain system. A special arrangement of the portal curtains can narrow the stage mirror and the illusion of a deepened space provided that the principle of creating two stage atmospheres is consistently implemented: more muted and gloomy foreground is combined with a brighter background.

The Mysticism of Nature in the Giselle ballet compared to the Landscape Interpretation by C.D. Friedrich

Now, it is only necessary to take one-step to proceed to the analysis of the nature representation in the stage and painting by C. Friedrich in accordance with the general spirit of his creativity and the nature interpretation in the Giselle ballet second act. C. Friedrich called himself a co-author of the nature, as it becomes his permanent companion, despite the fact that, sometimes, a gap is formed between the images of architectural ruins and human figures, but the picturesque motive stereotype is triggered in this case. Pierre-Luc-Charles Cicéri designed the first ballet sets. The Giselle set design is based on the free composition principle – the emphasized winding lines of the rural cemetery are arbitrarily transformed into various artistic interpretations, yet, at the same time, they do not appear on the stage floor. In ballet, the conceptual complexity of the compositional dance form seems to be at its highest. The artist, his models (performers)

and potential viewers are all brought to the stage of the unparalleled pictorial performance at once. Despite a clear geometry in the construction, the dancer groups seem to be ghostly formations contradicting everything material and creating an illusory picturesqueness. The landscape image space and all characters in action assembled together, every gesture and glance are imbued with duality – they are simultaneously ghostly, yet, due to the plot, they correlate with reality and the representation concept and, thus, are flesh and part at the same time.

Figure 9 - "Giselle" by A. Adan. Astana Opera Theater. 2019. Ballet master - director. K. Zaklinsky. Scenography. E. Frigerio.



Source: Astana Opera, 2019

Likewise, C. Friedrich's landscapes present no collision of two opposite worlds but their unity. His perception of nature reflected something new that manifested itself under the influence of the Romanticism ideas, namely: The Abbey in the Oakwood (1809-1810, Old National Gallery, Berlin), Cross-in the Mountains (1807-1808, Old Masters Picture Gallery, Dresden), Cross and Cathedral in the Mountains (1812, Fine Arts Museum of Dusseldorf), Monastery Graveyard in the Snow (1826, Museum, Leipzig). A lonely traveler is lost in a white snowy silence to instil a dreary horror with his seemingly hopeless loneliness. The same sharp, almost graphic contrasts in the tree silhouette images, the same feeling of the world being torn apart and detached are presented in the canvas The Monk by the Sea (1808-1810, Old National Gallery, Berlin), A Walk at Dusk (1837) in which someone appears from an unknown place and for an unknown reason.

Figure 10 - C.D. Friedrich "Wanderer over the Sea of Fog". 1818. Kunsthalle, Hamburg.



Source: TIQETS, Hambúrguer Kunsthalle, n.d.

The infinity of imperceptibly moving time materializes in the fog-shrouded spaces of the 1820s paintings. In a subtle light glow of ochre shades, the images preserved by memory appear, and frozen figures often unconnected to each other show up as if they were listening to themselves and time. Friedrich's fine, richly nuanced, almost monochrome paintings with a spectacular inclusion of light spots and a similar monochrome dark blue space of the Giselle scene possess a specific meaning associated with the symbolism in interpreting the entire landscape pattern of the second act.

For the artist and the choreographer, painting is a state of mind in this case. The peculiar beauty of Friedrich's paintings is deliberately cold and impassive, similar to the atmosphere of the Giselle ballet second act. Facing it, just like the eternity, human feelings become silent due to their powerlessness, and the mind leaves the sinful earth.

> With the first rays of the rising sun, the white ghostly Willis disappear. The light shadow of Giselle disappears too, but she will always live in Albert's memory as an eternal regret for the lost love – a love stronger than death (The Bolshoi Theatre, 2020).

Light and color arrangement acts as a means of manifesting the inner personal world – as a tool to accuse and present sorrow in ballet and the self-denial and contemplation in the paintings by C. Friedrich, which is poured in the mystical mystery of the universe.

Conclusion

In the romantic era, the national landscape as a natural form of spiritual culture was organically included in the art works structure. In this sense, stage and artistic creativity was in line with existing traditions. The image of nature was a crucial component of C. Friedrich's paintings and closely associated with the author's philosophical and aesthetic concept formation. Nature in the Giselle ballet is not so much a means of artistic expression, yet it is one of the moral categories to form the essence of understanding the female lead as a human being and her world.

Giselle's affinity to the natural world and her perceptual pattern as to the environment become peculiar criteria for determining the degree of her spirituality as well as her position adjacency to the choreography director positions. As one can see, the romantic trend cannot be attributed to only one type of artistic creation, therein lies its independence as it is synthetic – it concentrates its efforts of many representatives of literature, painting, and theatre around itself. It is an organic connection between the art types.

The romantic concept in Giselle and the romantic mindset of C. Friedrich is a very peculiar, in some way a close world, still in some way a very distant one from us, it is exciting and mystical. Dancing ghosts – Willis, can harmoniously blend into the artist's landscapes, and the nature depicted in his paintings can become a decoration for a ballet. The prevalence of a picturesque landscape scenery on the stage becomes the dominant element of the performance itself. It is one side of the contact artistic analogies, while the other one is the transformation of choreography into a landscape painting.

It should be emphasized that our description of the mystical beauty ideas in the works of the Romanticism era based on example of the Giselle ballet and paintings by C. Friedrich could not aspire to completeness yet it may be of certain use for understanding the spiritual environment the authors of the art works contacted with.

References

ALLARTCLASSIC. Caspar David Friedrich romanticism. Available at: < https://www.allartclassic.com/pictures_zoom.php?p_number=196&p=&number=FRC023> . Accessed at: 20 jan. 2024.

AZADOVSKY, Konstantin Markovich. Peyzazh v tvorchestve K.–D. Fridrikha. *Problems of Romanticism Journal*, Moscow, v. 2, p. 100-118, 1971.

BERKOVSKY, Naum Yakovlevich. *Romantizm v Germanii*. St Petersburg: Azbuka-classic, 2001.

BIALOSTOCKI, Jan. Tor und Tod bei Caspar David Friedrich. *In*: *Caspar David Friedrich. Leben, Werk, Discussion*. Berlin: Union-Verlag, 1977, p. 155-159.

BIANCHINI, José Augusto Souza e Silva. Bastidores Da Cena: a crise no teatro de São Paulo na correspondência de Ferreira de Menezes a Machado de Assis. *História e Cultura*, v. 12, n. 1, p. 301–317, 2023.

BONDARENKO, N. G; BELOGLAZOVA, L; SHAFAZHINSKAYA, N. E; AKHYADOV, E. S.-M; ROZHKOV, A; SAENKO, N. R. Public Execution as Theatricalized Means of Influencing Society from New Testament Times to Modern History. *European Journal of Science and Theology*, v.18, n.5, p. 77-89, 2022.

BÖRSCH-SUPAN, Helmut. *Caspar David Friedrich*. München: Prestel-Verlag, 1975.

EMELYANOVA, Glafira Nikolaevna. *Ispolnitel'skaya traditsiya partii Zhizeli v russkom baletnom iskusstve XX veka: na primere peterburgskikh tantsovshchits*. 2012. Author's abstract of the dissertation (candidate of art history). Saint-Petersburg State University of Culture and Arts, St. Petersburg, 2012, 25 p.

HEINE, Heinrich. *Polnoye sobraniye sochineniy*. Vol. 3. St. Petersburg: Izdaniye A.F. Marksa, 1904.

KHODAKOVSKY, Evgeniy Valentinovich. *Kaspar David Fridrikh i arkhitektura*. St. Petersburg: DB, 2003.

KOZLINSKY, Viadimir Ivanovich; FRESE, Ervin Petrovich. *Khudozhnik i teatr*. Moscow: Sovetskiy khudozhnik, 1975.

KREMLINPALACE. Gisele. presentation of the Kremlin Ballet Theatre . Available at: < https://kremlinpalace.org/events/zhizel -spektakl-teatra-kremlevskiy-balet> . Accessed at: 5 jan. 2024.

MABROUK, F; ABDULRAHIM, H; GANGWANI, S; ALSMARI, E. A Comparative Analysis of Student Satisfaction and Motivation, Academic Performance and Subjective Well-Being Before and During Covid-19 Pandemic. *Journal of Educational and Social Research*, v.13, n. 2, p. 42-54, 2023.

МАРИИНСКИЙ ТЕАТР. Санкт-Петербург, Мариинский театр. Available at: < https://www.mariinsky.ru/playbill/playbill/2021/8/13/1_1900/> . Accessed at: 2 jan. 2024.

MIKHAILOV, Aleksandr Viktorovich. Priroda i peyzazh u Kaspara Davida Fridrikha. *In:* TAMRUCHI, Natalya Olegovna (Ed.). *Prostranstvo kartiny*. Moscow: Sovetskiy khudozhnik, 1989, p. 55-57.

NAUMOVA, Angelina Vladimirovna. Balet "Zhizel'" skvoz' prizmu trokh stoletiy. *Kul'tura i obrazovaniye*, Moscow, v.23, n.4, p. 96-102, 2016.

PEREIRA, R. D. C. M; MACHADO, L. F. Teatro e resistência em época de supressão de liberdades: uma análise das matérias de Macksen Luiz publicadas no jornal Opinião em 1975. *História e Cultura*, v. 7, n. 2, p. 316-336, 2018.

RANDY, Elena; AKSENOVA, Anna. Zhizel' kak skrytoye voploshcheniye esteticheskogo ideala. *Teatr. Zhivopis'. Kino. Muzyka*, n. 3, p. 96-110, 2017.

THE BOLSHOI THEATRE. Giselle by A. Adam. Ballet in two acts. Ed. by Yu. Grigorovich. Summary. 2020. Available at: https://www.bolshoi.ru/performances/41/libretto/ . Accessed: October 8, 2020.

THE MET. Two Men Contemplating the Moon. Available at: < https://www.metmuseum.org/art/collection/search/438417> . Accessed at: 11 dec. 2023.

TIQETS, Hambúrguer Kunsthalle. Available at: < https://www.tiqets.com/pt/atracoes-hamburgo-c64886/bilhetes-para-hamburger-kunsthalle-sem-filas-p976728/> . Accessed at: 3 jan. 2024.

TOGAIBAYEVA, A; RAMAZANOVA, D; IMZHAROVA, Z; ALIMPIYEVA, T; ISSIBAYEVA, Y; IMANCHIYEV, Z. Correlation between Religious and Legal Norms at the Stage of Postsecularisation. *European Journal of Science and Theology*, v. 17, n.3, p. 161-170, 2021.

VANSLOV, Viktor Vladimirovich. *Estetika romantizma*. Moscow: Iskusstvo, 1988.

WEB Gallery of Art. Wikipedia. Available at: < https://en.wikipedia.org/wiki/Web_Gallery_of_Art> . Accessed at: 16 dec. 2023.

WOLF, Norbert, BRYADINSKAYA, A. A. (Trans.) *Kaspar David Fridrikh, 1774-1840*. Khudozhnik spokoystviya. Moscow; Cologne: Taschen, 2022.

ZAFEIROUDI, A; CHATZIPANTELI, A; ATHANASIOU, A. C; TSARTSAPAKIS, I; KOPANOU, A; KOUTHOURIS, C. Exploring Self-Compassion among Recreational Dancers: Differences Between Tango and Ballet - Dance Teaching Implications Through Somatic and Embodied Disciplines. *Journal of Educational and Social Research*, London, U.K., v. 12, n.6, 2022.

ZERI, Federico. *Putnik nad morem tumana*. Moscow: Bely Gorod, 2001.

ZHIRMUNSKY, Viktor Maksimovich. *Nemetskiy romantizm i sovremennaya mistika*. St. Petersburg: Axioma, Novator, 1996.

Artigo recebido em 06/02/2024

Aceito para publicação em 03/06/2024

OS CAJUEIROS DAS ALMAS E SEPULTAMENTOS DE VÍTIMAS DO NAUFRÁGIO DO VAPOR BAHIA NO MAR DE PONTA DE PEDRAS, GOIANA-PE

THE CASHEW TREES OF SOULS AND BURIALS OF VICTIMS OF THE SINKING OF THE VAPOR BAHIA IN THE SEA OF PONTA DE PEDRAS, GOIANA-PE

Thais M. BARBOSA[1]

José Bartolomeu dos Santos JÚNIOR[2]

Sávio Roberto Fonseca de FREITAS[3]

Resumo: Este artigo, tem como objetivo evidenciar e identificar lugares em que foram enterradas algumas pessoas que perderam suas vidas no acidente náutico entre os navios Bahia e Pirapama, em março de 1887, próximo da praia de Ponta de Pedras, Goiana, Pernambuco, e a formulação mística que se organizou a partir de então. Por perspectivas qualitativas e bibliográficas, vamos argumentando conexões com as percepções de Peter Burke (2008), Durval Júnior (2007), e de pesquisadores da história do município que discorreram sobre esse acontecimento e sobre o caráter de encantamento sacro que se formulou nos cajueiros, como nos informa Antonio Miranda (2010), Josué Sena (2007), Mário Santiago (1946), Mário Rodrigues do Nascimento (1996) e Octávio Pinto (1968), bem como do Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo (1868-1892) para assentir as informações.
Palavras chave: Interculturalidade, Ponta de Pedras, Sagrado, Sepultamento, Vapor Bahia.

Abstract: This article aims to highlight and identify the burial sites of individuals who lost their lives in the nautical accident between the ships Bahia and Pirapama in March 1887, near Ponta de Pedras beach in Goiana, Pernambuco. It also explores the mystical formulation that emerged from that moment. Using qualitative and bibliographical perspectives, we create connections with the perceptions of Peter Burke (2008), Durval Junior (2007), and city history researchers who discussed this event and the sacred enchantment associated with the cashew trees, as noted by Antonio Miranda (2010), Josué Sena (2007), Mário Santiago (1946), Mário Rodrigues do Nascimento (1996), and Octávio Pinto (1968). Additionally, the Book of Burials of the Parish of São Lourenço de Tejucupapo (1868-1892) is used to confirm the information.
Keywords: Interculturality, Ponta de Pedras, Sacred, Burial, Steam Bahia.

Introdução

Durante fins do século XX e princípio do XXI, pesquisadores estiveram detidos no debate dos termos Ponta de Pedras e Pontas de Pedras. Para alguns, o correto seria

[1] Doutoranda do programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: thais.m.barbosa@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6655-1409.
[2] Doutorando do programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: jbsjr@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9150-1051.
[3] Professor Doutor do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando do programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: savioroberto1978@yahoo.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7541-3377.

tratar o Terceiro Distrito de Goiana como Pontas de Pedras, já que havia no estado do Pará um município com o nome de Ponta de Pedras. Surgiram várias defesas em prol da praia do litoral pernambucano, tendo referência à antiguidade dos reflexos da colonização portuguesa no continente americano, pois, mesmo não dispondo de documentos tradicionais que o comprovem, existe uma oralidade que alguns autores utilizaram em suas obras relatando que em 18 de agosto de 1501, navegadores a serviço da Coroa Portuguesa aportaram nesta praia. Severino Carneiro de Oliveira (2010) e Antonio Alves de Miranda (2010) dão ênfase a essa chegada. Vejamos a exposição feita na obra de Severino Carneiro de Oliveira; vale destacar que a Praia de Ponta de Pedras fica bem próxima da divisa do Estado de Pernambuco com a Paraíba.

> Em 1501, uma expedição exploradora comandada pelos navegadores Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio chega à praia de Ponta de Pedras para fazer o mapeamento das terras, objetivando o início do povoamento destas que agora pertenciam à Coroa Portuguesa (Oliveira, 2010, p. 56).

No livro "Praias de Goiana", Antonio Alves de Miranda, de certa maneira complementa as informações fornecidas por Severino Carneiro de Oliveira, quando afirma que

> Os navegantes portugueses comandados por Gaspar de Lemos e orientados pelo piloto Américo Vespúcio, voltam a singrar as águas do Atlântico e no dia 18 de agosto de 1501 aportam em terras brasileiras, para um melhor reconhecimento das terras que Cabral descobrira no ano anterior (Miranda, 2010, p. 24).

Contudo, Ponta de Pedras teve um maior destaque, no ponto de vista do colonizador, a partir do ano de 1589, quando o frei Antônio do Campo Maior, prior e construtor do convento franciscano de Igarassu, na capitania vizinha de Pernambuco (já que Ponta de Pedras estava no território da Capitania de Itamaracá) organizou a instituição de missões catequéticas em aldeias indígenas que existiam em Itapissuma, Itamaracá e em Ponta de Pedras. "Frei Antônio de Campo Mayor fundou uma missão indígena, cujo povoamento começou a se expandir em 1589" (Oliveira, 2010, p. 311). No primeiro volume dos Anais Pernambucanos, coletânea de livros em 10 volumes (tomos), onde o pesquisador Francisco Augusto Pereira da Costa (nascido em 1851 e falecido em 1923) discorre sobre a história colonial, imperial e republicana de Pernambuco faz registro sobre a presença missionária da Ordem franciscana (de São Francisco de Assis) naquela praia, Pereira da Costa diz que

> Neste ano fundou o padre franciscano Fr. Antônio de Campo Maior uma missão de índios na sua aldeia de Ponta de Pedras, em terras da Capitania de Itamaracá, quando se achava na vizinha vila de Igarassu dirigindo as obras de construção do seu convento. Por esse mesmo tempo fundou ele também mais outras duas missões, nos aldeiamentos de Itamaracá e de Itapissuma (Costa, 1983, p. 614).

Na mesma obra, Pereira da Costa ainda enfatiza sobre a comunidade ali organizada teve a edificação de um templo católico a partir de uma irmandade leiga na primeira metade do século XIX; "[...] em 1838 tinha uma capela sob a invocação de N. S. da Expectação, com uma irmandade, a qual foi reconstruída, aumentadamente, em 1867, e em 1863 foi a localidade constituída em uma subdelegacia" (Costa, 1983, p. 614-615). Nossa Senhora da Expectação também é conhecida como Nossa Senhora do Ó; no livro 'Padroeiros Pernambucanos' (2004), José Ricardo Paes Barreto explica que

> A invocação a Nossa Senhora do Ó é representada com o ventre sagrado desenvolvido, reconhecendo-se nela a esperança do parto próximo. A denominação Nossa Senhora do Ó tem origem, segundo autores, de ser a letra "O" símbolo de imortalidade, e, portanto, de Deus, de quem Maria é mãe. Outros, entretanto, dizem que provém das antífonas Maiores que celebram a vinda de Jesus, rezadas pouco antes do Natal e que a repetem várias vezes a exclamação "oh!" Conhecida por esse motivo, pela população, com "as antífonas do Ó". O bispo de Toledo, Santo Idelfonso foi quem, pela primeira vez, mandou festejar no dia 18 de dezembro a festa da Expectação do Parto da Santíssima Virgem, a fim de comemorar, com alegria, como Maria aguardava o nascimento do filho. O culto a Nossa Senhora do Ó é bastante conhecido em Portugal e no Brasil (Barreto, 2004, p. 162).

Na Comunidade de Ponta de Pedras, depois, acreditamos que em fins do século XIX e início do século XX, o templo dedicado à Nossa Senhora do Ó agregou uma devoção a Santo Amaro, festejado no calendário católico em 15 de janeiro, reforçando o aspecto hagiográfico. Segundo Carvalho (2013), a hagiografia é um gênero literário utilizado para narrar a vida de pessoas que alcançaram a santidade servindo para retratar a vida de homens ou mulheres que, ao longo de suas vidas, agiram de forma a determinarem sua condição de sagrado.

Existe uma tradição nas festividades dos padroeiros daquela praia no que diz respeito aos direcionamentos e a saída dos andores nas procissões que sempre acontecem no último domingo do mês de janeiro: nos anos pares (exemplo, 2024), é dada visibilidade para Nossa Senhora do Ó e seu andor é o primeiro no cortejo da procissão; já nos anos ímpares (exemplo, 2023), os festejos são direcionados para Santo Amaro e seu andor ganha destaque na procissão. José Ricardo Paes Barreto (2004) discorrendo sobre este santo católico explica que

> Amaro nasceu na cidade de Roma, na Itália, no ano de 510 da era cristã. Filho do senador Eutíquio e da senhora Júlia. Aos doze anos de idade, ele e seu amigo Plácido foram confiados a Dom Bento, hoje São Bento, a fim de serem educados na ciência e na fé cristã do Mosteiro Sublaco. Sua permanência no mosteiro despertou-lhe a vocação para o ofício religioso, destacando-se pela fé e obediência aos preceitos cristãos, ganhando assim, a predileção de Dom Bento pelas suas virtudes de humanidade e caridade, especialmente para com os pobres. Seu primeiro milagre aconteceu ainda residente no mosteiro, quando salvou seu companheiro Plácido de um afogamento, mas com seu espírito de humanidade afirmou ser aquele milagre mérito de Bento. No decorrer de sua vida religiosa, cumpriu tão rigorosamente o seu ideal monástico, que passou a ser visto como perfeito herdeiro espiritual de Bento que, convicto da capacidade de seu discípulo, lhe confia a missão de fundar seu primeiro mosteiro beneditino em Glanfeul, na França. Santo Amaro é invocado nos casos graves de rouquidão, reumatismo, dor de cabeça e paralisia. É também padroeiro dos carregadores, carroceiros e fabricantes de velas (Barreto, 2004, p. 29).

A comunidade está localizada em uma planície que fica em um extremo pontal que adentra no mar chamado pelos nativos indígenas de Itaraca e que significa Ponta de Pedras e que constitui a parte mais oriental da costa do Brasil. Antonio Miranda, discorre que o nome deste acidente geográfico é Cabo de Santa Helena. Mário Rodrigues do Nascimento, relembra suas aulas primárias na década de 1930 em Goianinha (atualmente Condado) ministradas pela professora Maria Olindina de Barros Silva "[...] fez referência a Ponta de Pedras como o ponto mais oriental do Brasil nos estudos de geografia daquele tempo" (Nascimento, 1996, p. 169).

> O Farol de Santa Helena, construído em 1918. Por volta de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, ele foi destruído por um incêndio. Sua forma atual apresenta influência da modernidade existente na época de sua reconstrução. Dali do alto se avista o belo panorama litorâneo, os telhados avermelhados das casas e toda a vegetação circunjacente. O Pontal de Santa Helena é considerado o segundo ponto extremo oriental das Américas, ficando o primeiro com a Ponta dos Seixas, em Cabo Branco, na capital da Paraíba (Oliveira, 2010, p. 309).

Na obra copilada por Genny da Costa e Silva e Maria do Carmo Rodrigues, é relatado que na Ponta de Pedras existe um povoado consideravelmente aumentado próximo ao pontal que lhe deu nome e "[...] situa-se entre a barra de Catuama e a de Goiana; este ponto é considerado a parte mais extrema da América do Sul" (Silva; Rodrigues, 1972, p. 268). O missionário metodista Daniel Parish Kidder esteve na nossa região nordeste nos anos de 1836 e 1837. Estando na Ilha de Itamaracá, acertou e pagou sua ida até a Paraíba. Na sua descrição cita Ponta de Pedras, mas, dá maiores detalhes sobre Guajiru, também conhecida por comunidade de Pontinha (Silva; Rodrigues, 1972, p. 348), primeira praia do litoral sul da província paraibana naquele momento. Daniel

Kidder observa que em nosso litoral é muito comum a plantação de coqueiros, e que ao avistá-los já é uma certeza de nas proximidades encontrar moradores.

> Dentro em pouco a ilha desapareceu atrás de nós e fomos passando sucessivamente pela Barra, Ponta das Pedras, Barra de Goiana, Guajiru, Pitimbu, etc., etc. Passamos ao largo de Guajiru ao nascer do sol e ficamos maravilhados com o aspecto claro e jovial. Todas as povoações litorâneas ostentam coqueirais frondosos. Essas utilíssimas palmeiras não proliferam espontaneamente. Têm de ser plantadas e regadas cuidadosamente durante muito tempo. Por isso, quando se avista ao longe um grupo de coqueiros, já se sabe de antemão que por perto existem moradores. Era interessante verem-se esses tufos oscilantes, plantados na areia, a certa distância uns dos outros (Kidder, 2008, p. 143).

Em 1850, na Comunidade de Ponta de Pedras já funcionava uma escola de primeiras letras financiada pelo governo da província de Pernambuco, pois, a lei nº 266 declarava "[...] que o prof. de primeiras letras de Ponta de Pedras, José Francisco de Souza tem o direito a perceber a gratificação anual do art. 10 da lei de 15-10-1827" (Silva; Rodrigues, 1972, p. 315). No ano de 1881, outra lei provincial (lei nº 1549) "[...] autorizava a despesa de 10:000$000 para a construção de uma estrada de rodagem de Goiana a Ponta de Pedras" (Silva; Rodrigues, 1972, p. 322). Com essa introdução, quisemos ofertar ao leitor um pouco de elementos panorâmicos da praia de Ponta de Pedras para adentrarmos em aspectos do naufrágio do Vapor Bahia e seus desdobramentos de culturas e memórias que são transmitidas, incorporadas e herdadas através dos tempos; neste sentido, Peter Burke (2008) explanando sobre História Cultural diz que

> Cultura é um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (Burke, 2008, p. 52).

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo, fizemos uso de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental[1], a partir dos pesquisadores que já escreveram sobre as histórias e memórias locais, e consultamos um documento manuscrito da segunda metade do século XIX, trata-se do livro de enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo à qual a Capela de Nossa Senhora do Ó em Ponta de Pedras estava subordinada a fim de encontrarmos registros de sepultamos ocorridos e estejam relacionados com o sinistro do Vapor Bahia em 1887.

Naufrágio do Vapor Bahia em Ponta de Pedras

Várias tribos indígenas estavam instaladas e convivendo com suas crenças, saberes e sagrados antes da chegada dos europeus que se intitularam de 'descobridores' de terras que já eram habitadas e cultivadas com respeitos aos rios, matas, enfim, os povos originários conviviam com a flora e fauna em uma relação respeitosa e de cuidado. Nessa região litorânea, destacamos a presença dos Caetés, dos Tabajaras e dos Potiguares. Jesanias Rodrigues de Lima, Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira, e Suely Creusa Cordeiro de Almeida informam:

> Retomando a história dos indígenas que viviam na região, os potiguaras levavam uma vida frugal, pois plantavam, caçavam e pescavam, tanto no mar quanto nos rios, assim estavam sempre providos de todos os mantimentos de que necessitavam. Por fim, cantavam, bailavam, comiam e bebiam, tendo hábitos semelhantes aos dos caetés. Mas, eram um grupo forte e aliado dos franceses. Foi necessária a associação entre a Coroa e os habitantes de Itamaracá para derrota-los no final do século XVI (Lima; Oliveira; Almeida, 2024, p. 40).

No projeto colonizador, os portugueses escravizaram indígenas e depois tornou mercadoria e desumanizou o negro para forçadamente trabalhar. Eles foram capturados em suas terras natais e a força embarcados em navios negreiros, onde trouxeram consigo e em conjunto suas culturas, tradições, crenças e sagrados. Mesmo no aspecto europeu de crenças católicas elas sofreram influências variadas desde suas fusões na Península Ibérica que fora ocupada e dominada por variados povos em diferentes épocas.

Então, aqui no Brasil, mesmo no período colonial/imperial, a imposição da religião católica enquanto 'oficial', as crenças não deixaram de inter-relacionar-se, de sofrer e gerar influências umas nas outras, organizando o que ficou conhecido por catolicismo popular, com uma dimensão mística-religiosa que muitas vezes não estavam (nem estão) nas diretrizes oficiais da igreja oficial de Roma, mas sim nas percepções das tradições afro indígenas. Assim, na organização das ideologias envolvidas em torno dos Cajueiros das Almas de Ponta de Pedras perpassam pelo conceito de Interculturalidade, de Marga Janete Stroher:

> A interculturalidade, então, é uma dimensão viável de uma interação sociocultural que permite um diálogo entre os diferentes atores sociais. Ela pressupõe processos de comunicação e diálogo e a interação entre etnias, culturas, religiosidades e modos de organização social que estabelecem relações em um mesmo espaço de convivência (Stroher, 2020, p. 116).

Nas ritualísticas indígenas, africanas e europeias/católicas, a preocupação com o sepultamento dos mortos sempre teve um destaque importante. O medo de mortes trágicas

ou do não enterramento dos corpos foram fomentadores de temores, preocupações e cuidados para com o sagrado no trato para o pós-morte. Os vivos se preocupavam e cuidavam de suas almas e das almas dos parentes e antepassados que os precederam na morte. Nessa perspectiva, nos recordamos das palavras de Albuquerque Júnior, quando relaciona a interação entre passado e presente:

> É o presente que interroga o passado e o conecta com a nossa vida, com as suas problemáticas; o passado, como a história, é uma invenção do presente, embora ancorada nos signos deixados pelo passado. Passado que está longe de estar morto, de estar acabado, passado que é parte do próprio presente. No rio, como na história, águas passadas movem moinhos e destinos (Albuquerque Júnior, 2007, p. 33).

No nosso caso, não são águas dos rios que movem a presente pesquisa, mas, sim, as do mar, do Oceano Atlântico, que por meio de suas ondas, trouxe até à praia, corpos, objetos e destroços durante os dias que se seguiram depois do acidente que até hoje segue sem muitas explicações, além de alguns comentários da época.

> Não ficou definida de modo claro a causa, nem caracterizada a culpa pela imperícia de alguém. Restaram apenas as versões e comentários da época, concentrando toda culpabilidade do inominável sinistro na pessoa do comandante do patacho "Pirapama", que permaneceu, durante meia hora, ouvindo gritos e gemidos, em pé e de braços cruzados no tombadilho de seu navio, sem prestar socorro às vítimas do "Bahia", deixando-as entregues à fúria de tubarões famintos (Nascimento, 1996, p. 170).

"A imprensa se ocupou do acidente debatendo as suas causas, acusando-se fortemente o comandante Francisco Raimundo de Carvalho, do 'Pirapama', como responsável pelo abalroamento" (Pinto, 1968, p. 45). Na gestão do prefeito Fred Gadelha, antes de ser sancionado o projeto de lei nº 2.306 de 2016, nomeando as ruas do antigo Sítio Monte Alegre, atualmente Loteamento Ponta de Pedras, fora solicitado que a antiga rua onde um dos possíveis cajueiros se encontra(va) fosse denominada por Rua Cajueiro das Almas. Josué Sena, relata que "o frondoso cajueiro que sombreava os túmulos, venerados pela população de Ponta de Pedras e ponto de visitação dos veranistas, foi derrubado e as cruzes retiradas do local" (Sena, 2007, p. 490).

Na noite de 24 para 25 de março de 1887, era de uma quinta para sexta-feira, aconteceu no mar da praia de Ponta de Pedras, município de Goiana, um acidente náutico envolvendo o Vapor Bahia, que acabou afundando, e o Pirapama; o primeiro havia saído de Cabedelo, na Paraíba, e o segundo, da capital pernambucana.

De acordo com o preconizado pelo Dec. 8.943 05/1883, os navios deveriam ter se avistado a, pelo menos, 3 milhas de distância - devido as luzes de navegação situadas em

ambos os bordos e no tope do mastro principal - que corresponde a algo em torno de 5,5 km, distância mais que suficiente para realizar uma manobra segura que impedisse o acidente (Barbosa, 2014, p. 76).

Levando em consideração o relato do Oficial, Sr. Manoel Antonio Noites Dias, 1° Piloto do Bahia, sobrevivente do sinistro, este avistou o Pirapama e tentou manobrar para boreste, mas o outro continuou sua rota. Da forma como foi relatado, pode-se subentender que o Bahia, se realmente avistou o Pirapama, já estava muito próximo para evitar o abalroamento (Barbosa, 2014, p. 76).

Barbosa, a partir do relato anterior, traz à baila alguns questionamentos

> As luzes de ambos estavam apagadas ou inoperantes? Porque não foram dados, de ambas as partes, os avisos sonoros preconizados no Dec. 8.943 05/1883? Já que era tarde da noite, estariam os responsáveis pela navegação, desatentos ou dormindo? Houve alguma festa ou despedida na noite anterior? Pelo que se pôde observar nenhuma dessas questões foram levantadas no decorrer da investigação, portanto essas perguntas não poderão ser respondidas (Barbosa, 2014, p.76).

O que se sabe ao certo é que o acidente aconteceu e o Bahia naufragou. Segundo Barbosa (2014), acredita-se que, ou não houve qualquer manobra, o que demonstraria que ambos os responsáveis pela navegação estariam dormindo ou desatentos à faina e os navios se abalroaram ao acaso, ou um dos pilotos só notou a iminência do abalroamento quando já não existia tempo hábil para guinar, tendo a tentativa de guinada ocorrido para o bordo errado, assim a manobra que parece ter sido realizada é a que o Bahia guinou para bombordo, ignorando as regras internacionais, e o Pirapama continuou no seu curso, indo de encontro ao costado de boreste do Bahia.

Segundo Barbosa,

> Pela forma como está descrito no inquérito, sugere que o bico de proa do Pirapama (que está torcido de boreste para bombordo e com 10 chapas de boreste partidas) se chocou primeiro com a bochecha de boreste do Bahia e resvalou até a roda-de-pás onde, provavelmente ficou preso, tendo que ter dado máquinas atrás para se desvencilhar do Bahia. Esse choque casou danos em parte da bochecha de boreste, próxima a proa e no bico de proa do Pirapama (talhamar, escovém e chapas de boreste) e abriu rasgos no costado do Bahia (Barbosa, 2014, p.74).

Alguns passageiros devem ter acordado com o estrondo do choque entre os navios e, como só existiam dois conveses (a medida do pontal é de 4,30 m, portanto só dá para dois conveses), eles poderiam subir um lance de escada e chegar ao convés principal, dessa forma algumas pessoas conseguiram se salvar, enquanto que os que estavam no convés inferior e sofreram algum tipo de injúria com a batida (não se sabe os tipos de 75

cama, materiais e da posição dos indivíduos nas mesmas),ficaram desacordados e/ou presos nos camarotes e morreram afogados com a entrada da água nos diversos compartimentos (Barbosa, 2014, p. 74).

Na historiografia goianense, destacamos três autores e suas obras que discorrem sobre o caso. Em um de seus capítulos, Octávio Pinto (1968) em Velhas Histórias de Goiana**,** nos faz adentrar na história como se estivéssemos presentes naqueles momentos; também Mário Rodrigues do Nascimento (1996), em Crônicas Goianeneses**,** republicou dois artigos de sua autoria originalmente divulgados no Diário de Pernambuco em junho de 1984 (Naufrágio do Vapor Bahia) e outro em junho de 1987, no ano do centenário do ocorrido (Cajueiro das Almas); no Primeiro Tomo do Analecto Goianense, Álvaro Alvim da Anunciação Guerra, com o pseudônimo de Mário Santiago (1946) copilou informações do Jornal do Recife (edições de 27 e 30 de março de 1887), do jornal goianense 'Gazêta de Goiana' de 26 e 30 de março daquele ano, e de um artigo seu mesmo, do próprio Mário/Álvaro, publicado em 25 de julho de 1942 na 'Voz Operária'. Com uma narrativa envolvente, Octávio Pinto, que ouviu os relatos de João Guedes, capataz em Ponta de Pedras e um dos envolvidos no socorro às vítimas do afundamento do Bahia, elaborou sua resenha sobre os fatos; vejamos um trecho:

> A tragédia foi pavorosa, agravando-se com a escuridão da noite e a explosão das caldeiras. O "Bahia" adernou de proa e começou a submergir rapidamente. Na precipitação, atordoados pelo estampido, os passageiros atiravam-se ao mar, sendo muitos devorados pelos peixes. Alguns ficaram presos nos camarotes. Os escaleres, com o excesso de lotação, despencavam-se lá de cima, arrebentando-se de encontro às ondas. A tripulação não pôde manter a ordem. A confusão era enorme. Todos queriam no mesmo tempo tomar os escaleres. Era o momento do "salve-se quem puder". Cenas trágicas, gritos lancinantes, ataques de loucura em que os passageiros rasgavam suas vestes ficando nus, era o que se via a bordo. D. Maria Sampaio de Moura, filha do conselheiro Sinval de Moura, que era cega, implorou a proteção de N. S. de Lourdes e precipitou-se no abismo. Pela manhã, apareceu na praia, em cima de um garajau de galinhas (Pinto, 1968, p. 42).

Citando Octávio Pinto, Mário Rodrigues faz uso da pesquisa feita pelo ex-prefeito de Goiana durante a Era Vargas (1938-1942) e relembra o relato de Barbosa Lima Sobrinho quando afirma que encontrou cruzes de ferro e sepulturas em uma área da praia denominada Sítio, que ele explica se tratar do "[...] antigo sítio Monte Alegre, hoje transformado em loteamento com belíssimas casas de veraneio, há um lugar, batizado com velas e amuletos pela crendice popular com o nome de Cajueiro das Almas" (Nascimento, 1996, p. 169). Vejamos o testemunho de Barbosa Lima Sobrinho contido

em nota explicativa em Octávio Pinto (1968) e em Mário Rodrigues do Nascimento (1996):

> Quando veraneei pela primeira vez na praia de Pontas de Pedra, visitei à beira-mar, debaixo de frondosos cajueiros, alguns túmulos dos náufragos do "Bahia". E nos braços de duas cruzes continham as seguintes inscrições: - "Carcaceno Henrique – 25-3-1887 – Tenente H. C. Braune. Faleceu a 24.3.1887. Naufrágio do "Bahia" – Ponta de Pedras (Nascimento, 1996, p. 171-172).

Mário Santiago, discorre uma lista considerável de sobreviventes que foram conduzidos ao Recife depois que chegou à Ponta de Pedras no dia 26 de março de 1887 o rebocador Moleque, que trouxe a comissão designada de recolher e dar sepultura aos mortos que encontrasse. São informações importantes pois nos fomentam interpretações e (re)conhecimentos de alguns locais de sepulturas.

> Em Catuama, soube a comissão que não havia náufragos ali e que, pela manhã daquele dia, tinham sido arrojados a praia um corpo e a metade superior de outro. O cadáver perfeito – foi averiguado – era do cap. Otaviano Augusto de Magalhães, que embarcara na Paraíba. Sepultaram-no na igrejinha local. A metade do outro corpo – uma massa informe e pútrida – não poude ser identificada e teve sepultura no areal da praia. Dali seguiu a comissão para Pontas de Pedra, onde, na manhã do mesmo dia, corpos tinham sido também arrojados, sendo sepultados no cemitério da povoação. Pelo exame cadavérico procedido pela autoridade do lugar, foram identificados os seguintes mortos: Carcaceno Henrique (estudante embarcado no Maranhão); 1º tte. Henrique Christiano Brown; Manuel Carlos de Azevedo Ribeiro, 2º cirurgião tenente da Armada (achava-se fardado). Os demais não puderam ser identificados e eram: uma mulher branca e magra; um rapaz branco; e mais dois homens (um dos quais, despido). O cadáver do tenente Brown e o da mulher foram inumados junto ao cruzeiro, um de cada lado, e os outros no quintal da igreja, que era o cemitério. A comissão pernoitou em Pontas de Pedra, e, no dia 27, seguiu para o local do afundamento. Também foi arrojado a Carne de Vaca o cadáver de um homem dilacerado, cujo enterramento ali mesmo foi feito; e a Pontas de Pedra, uma caixa contendo dinheiro-papel, a qual foi entregue ao subdelegado. Os jangadeiros andaram encontrando pedaços de corpos e do navio. Desapareceram no tétrico naufrágio as seguintes pêssoas: o comandante do navio, 1º tte. Aureliano Isaac; e o imediato Silvério Antônio da Silva (Santiago, 1946, p. 222).

Pelas informações, o cruzeiro defronte da Igreja de Nossa Senhora do Ó serviu de enterramento para uma mulher não reconhecida e para o tenente Henrique Christiano Brown. O sepultamento na frente da Igreja de Nossa Senhora do Ó em Ponta de Pedras parece que já era uma realidade, pois, no ano de 1874 um senhor que faleceu por causa de varíola ali foi enterrado. Vejamos:

> Aos doze dias do mez de novembro de mil oito centos setenta e quatro, sepultou-se na frente da Capella de Ponta de Pedras, involto em hábito branco e fallecido de varíola Jacynto Alves Salgado, branco, com trinta e oito annos, cazado com Joanna Roza Pacheco, moradores em Ponta de Pedras, do que fis este assento e assignei. O Vigário Manoel José D'Oliveira Rego (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 38, frente).

Retornando ao Henrique, percebemos que a grafia do sobrenome do tenente está diferente em Pinto e Nascimento que escreveram Braune. Uma cruz de ferro foi forjada e indicava nos cajueiros o sepultamento de Braune e não Brawn, possivelmente erro na confecção e/ou erro fonético, uma não compreensão da pronúncia do sobrenome. Devemos perceber ainda que as árvores do fruto da castanha estão no plural no relato de Barbosa Lima Sobrinho (frondosos cajueiros) e no singular (Cajueiro das Almas) no título do texto de Nascimento (1996).

O cemitério de Ponta de Pedras ainda não era o atual, um pouco distante da igreja, mas, o campo santo era o terreno/quintal do templo sacro, o que era comum naquela época. Sobre ele, no livro de enterramentos do século XIX encontramos um registro do ano de 1884, em que nele foi sepultado um escravizado de nome Luís.

> Aos dois dias do mes de novembro de mil oito centos e oitenta e quatro foi sepultado no Cemitério de Ponta de Pedras, Luís, preto, idade sesenta e cinco annos, de lesões, escravo do Capitão Manoel Felix de Sousa, morador em Ponta de Pedras, desta Freguesia, o que para constar fis este assento e assignei. O Vigº José Leitão da Costa Machado (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 72, frente).

O Governo da Província de Pernambuco cogitou edificar um cemitério na sede da cidade de Goiana em 1859: "Construção de um cemitério público com capela" (Silva; Rodrigues, 1972, p. 274). Mas, acreditamos que por causa das irmandades e confrarias esse cemitério só veio a ser inaugurado quase 20 anos depois em 1878 e com a "[...] ausência de 7 das 13 existentes na cidade de Goiana, inclusive a da Santa Casa de Misericórdia" (Silva, 2017, p. 99). Em Mário Santiago (1947) encontramos a Ata de Inauguração do Cemitério de Goiana:

> Aos vinte e quatro dias do mez de março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo mil oito centos e settenta e oito, quinquagésimo settimo da Independencia e do império, nesta cidade de Goianna, as 5 horas da tarde, presentes no recinto do edifício construído por ordem da Câmara Municipal para servir de Cemitério publico, o Doutor João Gonçalves d'Azevedo, Presidente interino da mesma Câmara, os de mais Senadores e Secretario, achando-se também o Parocho da freguesia presente Reverendo Joaquim Francisco de Vasconcelos, e com esses outros sacerdotes, Padre Antonio Dias da

> Costa, Padre Francisco Gonçalves Ferreira Lemos, Padre Manoel Vicente dos Santos, Padre Manoel Elodio Estanislao Ferreira, Padre Francisco Cavalcante Assis Bezerra de Menezes, Padre Júlio de Maria Rego Barros e o Coadjutor da Parochia o Padre Luís Francisco Sales Pessoa e bem assim o juiz de Direito da Câmara, Doutor Joaquim da Costa Ribeiro e outras Autoridades, o Promotor Público Doutor João Joaquim de Freitas Henriques, o subdelegado Manoel Tavares Barreto, as confrarias e Irmandades: a do Santíssimo Sacramento, do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Amparo, a de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, a de S. Benedicto; e grande concurso do povo, a fim de ter lugar a inauguração do dito cemitério, o mencionado reverendo parocho, a convite do Presidente da Câmara, dirigio-se com as pessoas presentes ao lugar mais central do edifício e procedeo a cerimonia solene da Sagração, depois da qual annunciou que se achava inaugurado o cemitério público de Goianna; do que para constar lavrei a presente acta, que vai assignada pelas pessoas acima nomiadas, e as de mais pessoas presentes que a quiserem. Eu Antonio Ferreira d'Aguiar, secretário da Câmara Municipal a escrevi (Santiago, 1947, p. 269-270).

O primeiro cemitério público da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo foi organizado e inaugurado em 1882; "Tem um cemitério público fundado em 1882, além da igreja matriz e a capela de N. S. do Rosário que já existia em 1743" (Silva; Rodrigues, 1972, p. 250). Sendo assim, ainda em fins do século XIX naquela freguesia vamos encontrar registros de sepultamentos dentro das igrejas, capelas, em seu entorno e/ou em cemitérios muito próximos delas.

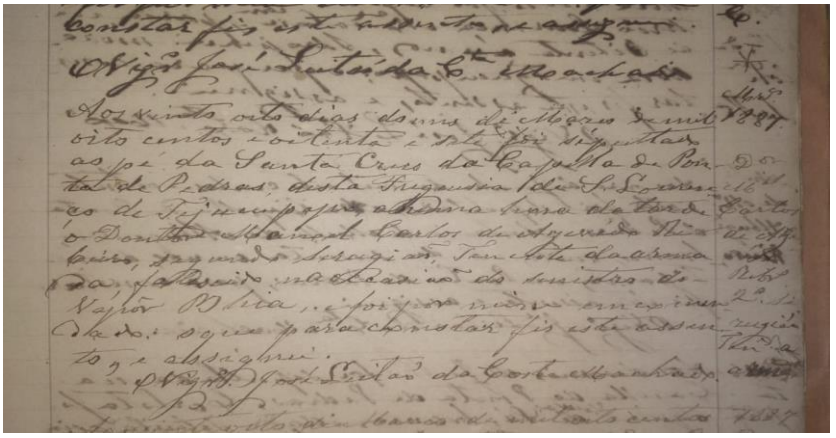
Dentro da Capela de Santo Antônio em Catuama foi sepultado o capitão Otaviano Magalhães e ainda em Carne de Vaca aconteceu pelo menos um enterramento. Daí mensuramos as grandes proporções do acidente pois, os corpos, pedaços de corpos, objetos e destroços foram encontrados por pescadores trabalhadores nessas praias e o trecho engloba alguns quilômetros por nossa orla.

> Ao longo da praia, de Catuama à Carne de Vaca, deram cerca de 62 cadáveres, quase todos mutilados e irreconhecíveis pela voracidade dos peixes. Eram braços, cabeças, pernas, aqui e acolá. Em Catuama foram sepultados na capela o cedete Rego Barros, Manoel Rodrigues Paiva e o Capitão Octaviano Augusto de Magalhães. O espetáculo era, realmente desolador. As autoridades tomaram logo as providências para o sepultamento dos mortos. Foram ainda identificados o tenente Henrique Cristiano Browne, Carcaceno Henrique e o Dr. Manoel Carlos Azevedo Ribeiro (Pinto, 1968, p. 43).

Fomos em busca dos registros dos enterramentos nos livros da antiga Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, pois, Ponta de Pedras era integrante desta paróquia naquele ano de 1887. No livro analisado, que possui assentos entre os anos de 1862 e 1892, não encontramos indicações dos sepultamentos que os pesquisadores atestam que aconteceram nas capelas de Catuama (Santo Antônio), Carne de Vaca (Santa Ana), nem

no Cajueiro das Almas; mas, encontramos três sepultamentos que ocorreram no adro, defronte da Igreja de Ponta de Pedras na tarde do dia 28 de março de 1887. Dois dos registros (Dr. Manoel Carlos e D. Leopoldina Garcia) estão na frente da página 84 do livro e o terceiro (Tenente Braune) no verso. Iremos transcrever e traduzir os registros para melhor compreensão.

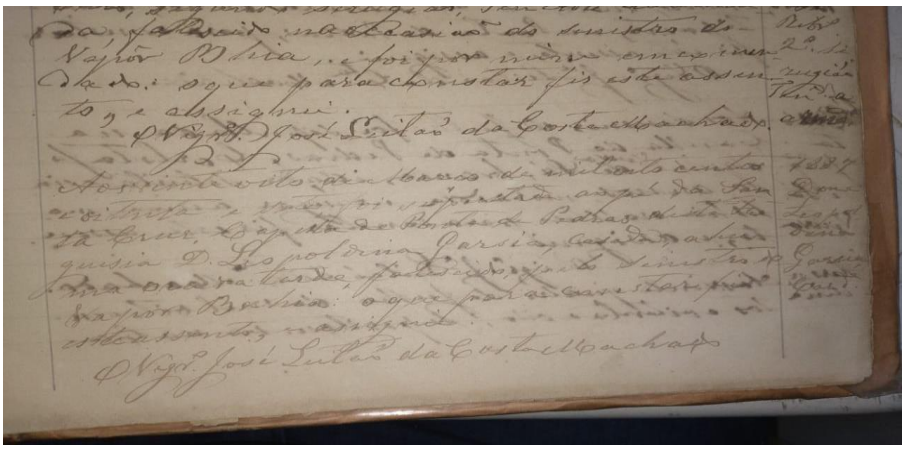
Figura 1: Registro do sepultamento do Dr. Manoel Carlos de Azevedo Ribeiro



Fonte: LIVRO de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84.

> Aos vinte oito dias do mes (mês) de março de mil oito centos (oitocentos) e oitenta e sete foi sepultado ao pé da Santa Crus (Cruz) da Capella (Capela) de Ponta de Pedras, desta Freguesia de S. Lourenço de Tejucupapo, a huma (uma) hora da tarde, o Doutor Manoel Carlos de Azevedo Ribeiro, segundo serurgião (cirurgião), tenente da armada, falescido (falecido) na ocasião do sinistro do Vapor Bahia, e foi por mim encomendado, o que para constar fis (fiz) esse assento e assignei (assinei). O vigário José Leitão da Costa Machado (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84, frente).

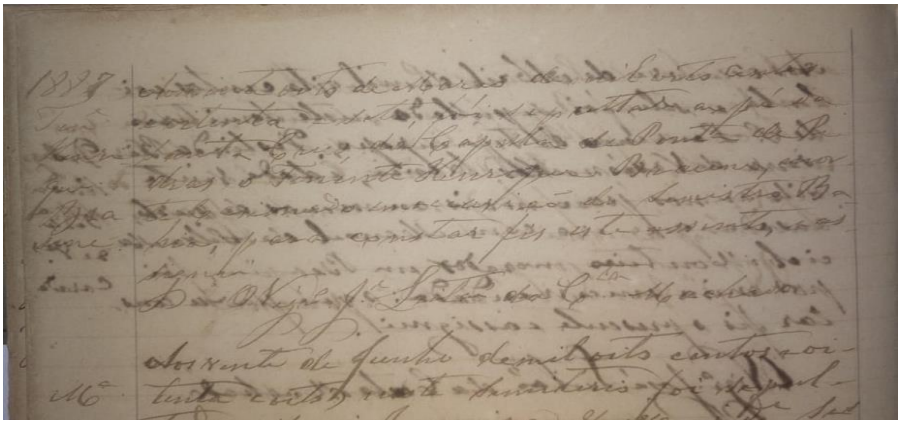
Figura 2: Registro do sepultamento de D. Leopoldina Garsia.



Fonte: LIVRO de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84.

> Aos vinte oito de março de mil oito centos (oitocentos) e oitenta e sete, foi sepultada ao pé da Santa Crus (Cruz) Capella (Capela) de Ponta de Pedras, desta Freguesia, D. Leopoldina Garsia (Garcia), casada, a huma (uma) ora (hora) da tarde, falescida (falecida) pelo sinistro do Vapor Bahia, o que para constar fis (fiz) este assento e assignei (assinei). O vigário José Leitão da Costa Machado (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84, frente).

Figura 3: Registro do sepultamento do Tenente Henrique Braune



Fonte: LIVRO de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84.

> Aos vinte oito de março de mil oito centos (oitocentos) e oitenta e sete, foi sepultado ao pé da Santa Crus (Cruz), da Capella (Capela) de Ponta de Pedras, o Tenente Henrique Braune, morte casionado (causada) em ocasião do sinistro Bahia, para constar fis (fiz) este assento e assignei (assinei). O vigário José Leitão da Costa Machado (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84, verso).

Com esses registros, fazemos conexões com Antonio Miranda, quando ele informa que na manhã do dia 28 de março de 1887, mesmo dia do sepultamento dos corpos identificados e registrados pelo vigário José Leitão da Costa Machado, vejamos:

> Ao amanhecer do dia 28 a boiar nas águas da praia desta povoação 11 cadáveres, sendo dez de homem e 1 de mulher. Logo alguns moradores começaram a retirar estes corpos e o digno subdelegado João Rocha de Souza imediatamente organizou o serviço do ajuntamento, fazendo-se acompanhar do escrivão, praças do destacamento e 2 peritos que nomeou para a devida vistoria. Retirados d'água os cadáveres e postos no lugar para a vistoria, começou-se a proceder às buscas e indagações necessárias a identificação de cada um deles. Impossível era descrever os traços fisionômicos, por estarem em adiantadíssimo estado de decomposição, sem cabelos, e alguns faltando-lhes partes importantes, como cabeça, perna, braço, e carnes, entretanto os peritos e subdelegado foram incansáveis em procurar em cada um, com toda minuciosidade, as marcas da roupa, documentos que traziam e outros característicos para determinarem a identidade. Examinaram todos os cadáveres e cada uma das peças de roupa que traziam a começar pelas meias, a fim de descobrirem os esclarecimentos precisos. Feito isso, **passou-se a sepultar esses infelizes com tal ordem que em qualquer tempo que se chegue a verificar a sua identidade, sabe-se a cova de cada um** (Miranda, 2010, p. 33-34, grifo nosso).

A referida citação foi publicada originalmente em 07 de abril de 1887 no jornal Diário de Pernambuco e copilada pelo senhor Antonio Alves de Miranda em seu livro. Pelo Registro de sepultamento, o Tenente Henrique Cristiano Braune não foi sepultado no Cajueiro das Almas, onde muitos atestam ter estado duas cruzes de ferro indicando duas sepulturas, deste tenente, que no caso, foi na frente da Capela, "ao pé da Santa Cruz", e do Carcaceno Henrique. Podemos presumir que essa referida cruz do tenente pode ter sido levada posteriormente ao Cajueiro das Almas, em uma das possíveis reformas do entorno do templo dedicado à Nossa Senhora do Ó. Essas cruzes podem ter sido confeccionadas justamente para identificar a qualquer momento. Assim conjecturamos, pois, em Mário Rodrigues do Nascimento, encontramos ênfase numa cerimônia fúnebre presidida pelo padre Fernando Passos onde os restos mortais de alguns dos náufragos foram colocados em um mausoléu erguido no atual cemitério, inaugurado em 1938, na gestão de Octávio Pinto onde fora fixada "[...] uma cruz com a inscrição: cirurgião da armada Dr. M. C. Azevedo Ribeiro falecido a 24 de março de 1887, naufrágio do Bahia" (Miranda, 2010, p. 42).

> Ela de fato aconteceu faz anos, com muitas flores, lágrimas e hinos entoados pelos escolares, além do povo postado em frente à igreja de Ponta de Pedras para ouvir atentamente a palavra do grande orador sacro, padre Fernando Passos, que depois de brilhante alocução fúnebre, de breviário na mão, lendo textos bíblicos, espargiu água benta

> nos ossos exumados e na cruz de ferro que serviu de tema da carta acima aludida. A urna com os ossos e a cruz foram levadas em procissão para o mausoléu construído em homenagem aos náufragos do "Bahia" no cemitério local e lá ficaram até hoje (Nascimento, 1996, p. 171).

O Cônego Fernando Rodrigues dos Passos tomou posse como pároco desta cidade em 1930, aqui ficando apenas um ano, e depois regressando em 1942 como pároco inamovível, ou seja, tudo leva a constatar que esse translado dos ossos exumados para o mausoléu no cemitério deva ter sido no ano de 1942 ou posterior. Mas, mesmo assim, "[...] a crendice popular fazia do Cajueiro das Almas o altar de suas preces; e flores e velas jamais faltaram no túmulo dos náufragos" (Nascimento, 1996, p. 172). Também era comum os crentes visitantes amarrarem fitas votivas de promessas feitas e alcançadas nos cajueiros que tinham uma atmosfera de assombrado pelas almas. Nestes panoramas dos divinos e sagrados, na Interculturalidade que os Cajueiros e as almas das vítimas do navio Bahia estão imbricados recordamos a exposição de Clarissa De Franco e Nicolás Panotto sobre a finalidade e os desdobramentos desse conceito.

> A interculturalidade permite a compreensão da cultura e das relações culturais como constitutivamente conflitivas e tensas, reconhecendo espaço para as diferenças e abrindo caminhos para uma negociação cultural a partir do enfrentamento dos conflitos provocados pela assimetria do poder (Franco; Panotto, 2022, p. 273).

Desde 2016, o Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO), fundado originalmente em 1870 como Instituto Histórico de Goiana, por meio do Projeto Paredes que Contam Histórias, já confeccionou vários painéis em azulejos que estão espalhados pela sede da cidade e em comunidades do munícipio e mesmo em outras cidades de Pernambuco e no estado da Paraíba. São painéis fixados em praças, monumentos e instituições, onde sempre é colocado em paredes e ou pedestais erguidos para esta finalidade. O objetivo é informar aspectos históricos sobre fatos, acontecimentos, entidades e personalidades que contribuíram de alguma forma para nossa história.

Figura 4: Painel fixado pelo IHAGGO em junho de 2023



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Em março, o professor doutorando (PPGCR-UFPB) José Bartolomeu dos Santos Júnior e sócio efetivo do IHAGGO escreveu um texto de quatro laudas relembrando o naufrágio do Bahia e do Cajueiro das Almas que está publicado no site oficial do instituto solicitando que patrocinadores pudessem auxiliar na confecção de painéis que marcassem tais acontecimentos. Prontamente, o presidente do IHAGGO, o Dr. Harlan de Albuquerque Gadelha Filho, grande fomentador e defensor dos nossos patrimônios culturais se disponibilizou na empreitada e já estão sendo fincados tais painéis para que nativos, visitantes e veranistas da praia de Ponta de Pedras possam (re)conhecer alguns lugares importantes desta história que envolve crenças, lágrimas, memórias, e reformulações. Os locais escolhidos pela comissão do Projeto Paredes foram a praça defronte da Igreja de Nossa Senhora do Ó, local de alguns sepultamentos como já enfatizamos, e o outro ficará próximo do obelisco do Cabo de Santa Helena, segundo Ponto mais oriental do país, depois de Cabo Branco (PB).

Considerações Finais

O que podemos constatar é que as histórias, religiões, crenças, sagrados, divinos estão em constantes mudanças, se relacionando, influenciando e se deixando influenciar pelas sendas do tempo. Ponta de Pedras, praia do litoral pernambucano, desde o século XVI esteve na rota de navegadores que objetivando conquistar novas terras, teriam aportado em 18 de agosto de 1501. Depois, no fim da década de 1580, o franciscano Frei Antônio do Campo Maior estabeleceu missões em uma aldeia nesta praia que fazia parte da Capitania de Itamaracá. Mas, o destaque aqui abordado foi para o trágico naufrágio do

vapor Bahia, que em sua época era considerado um dos mais importantes pertencente a Companhia Brasileira de Navegações, transportando passageiros de primeira e segunda classe em seus camarotes. Na noite de 24 de março de 1887, os navios Bahia e Pirapama tiveram um confronto resultando no afundamento do Bahia em poucos minutos no mar, próximo de Ponta de Pedras. A partir da morte de várias vítimas e de seus corpos que foram sepultados em alguns lugares, como nos Cajueiros das Almas e nas proximidades do cruzeiro defronte da Igreja de Nossa Senhora do Ó criou-se um culto histórico, de veneração, memória e tributo das almas dos sepultados, sobretudo nos Cajueiros. Algumas cruzes de ferro foram confeccionadas para identificar os locais de sepulturas; buscamos averiguar no livro de enterramentos da freguesia as informações e encontramos três registros de corpos que chegaram à praia na manhã do dia 28 de março em avançado estágio de putrefação e que no início da tarde foram enterrados ‘ao pé da Santa Cruz’ em frente da igreja; foram os corpos do doutor Manoel Carlos de Azevedo Ribeiro, dona Leopoldina Garcia e do tenente Henrique Braune. Com o passar dos tempos, as crenças e memórias do Cajueiro das Almas foram perdendo força; atualmente, não existe mais sua devoção na comunidade, apenas suas lembranças pelos mais antigos que relatam suas histórias vivenciadas por eles próprios ou já recontadas por outros que as experimentaram.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História:* a arte de inventar o passado. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

BARBOSA, Marina Souza. *Desvendando o Naufrágio do Vapor Bahia (1887)*: o olhar da arqueologia subaquática. Recife: UFPE, 2014 (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, UFPE).

BARRETO, José Ricardo Paes. *Padroeiros Pernambucanos*. Recife: Baraúna, 2004.

BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* Tradução Sergio Goes de Paula. 2.e d. rev. e ampl. Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Cibele. As hagiografias franciscanas. *Revista Diálogos Mediterrânicos,* n. 4, p. 142-160, 2013.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos:* 1493-1590. Recife. FUNDARPE, 1983.

FRANCO, Clarissa De; PANOTTO, Nicolás. Decolonização do Campo Epistemológico das Ciências da(s) Religião (ões) e Teologia(s) pela via Contra-Hegemônica dos Direitos Humanos In RIBEIRO, Claudio de Oliveira (Org.). *Princípio Pluralista e Decolonialidade*. São Paulo: Editora Recriar, 2022.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscência de Viagens e Permanências no Brasil*: província do Norte. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

LIMA, Jesanias Rodrigues de; OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos; ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de (Orgs). *Itapissuma:* de aldeia a povoado (séculos XVI-XIX). Teresina: Cancioneiro, 2024.

LIVRO de *Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo,* 1862-1892.

MIRANDA, Antonio Alves de. *Praias de Goiana*. Olinda-PE. Livro Rápido, 2010.

NASCIMENTO, Mário Rodrigues do. *Crônicas Goianenses*. Recife: Editora do Autor, 1996.

OLIVEIRA, Severino Carneiro de. *Goiana é uma Festa*: história, cultura e turismo. Recife. Gráfica Palmeiras LTDA ME, 2010.

PINTO, Octávio. *Velhas Histórias de Goiana*. Rio de Janeiro: Casa Editorial Vecchi LTDA, 1968.

SANTIAGO, Mário. *Analecto Goianense*: Tomo I. Goiana-PE: Tipografia Violeta, 1946.

SANTIAGO, Mário. *Analecto Goianense*: Tomo II. Goiana-PE: Tipografia Violeta, 1947.

SENA, Josué Antônio Fonseca de. *Goiana em Versos e Prosa*. Recife: Editora do Autor, 2007.

SILVA, Genny da Costa e; RODRIGUES, Maria do Carmo. *Bibliografia Sobre Goiana*. Recife, 1972.

SILVA, Maria de Jesus Santana. *Devoção e Resistência*: as irmandades de homens pretos de Goiana. Rio de Janeiro: Publit, 2017.

STROHER, Marga Janete. Interculturalidade e Espiritualidade In RIBEIRO, Claudio de Oliveira; ARAGÃO, Gilbraz; PANASIEWICZ, Roberlei (Orgs). *Dicionário do Pluralismo Religioso*. São Paulo: Recriar, 2020

[1]LIVRO de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço: 1862-1892; Nossa pesquisa utilizou como documento inédito o livro de registro de sepultamento da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo (1862-1892) que se encontra atualmente no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário do município de Goiana-PE, Diocese de Nazaré da Mata.

Artigo recebido em 11/03/2024

Aceito para publicação em 11/06/2024

EL BRONCE DE ABDÓN CALDERÓN: Reflexiones Sobre la Construcción de su Imagen y Monumento.

O BRONZE DE ABDÓN CALDERÓN: Reflexões Sobre a Construção de sua Imagem e Monumento.

Nataly Andrea CÁCERES-SANTACRUZ[1]

Resumen: Este artículo reflexiona acerca de la fabricación de la imagen de Abdón Calderón, por medio de la construcción de su camino como héroe, desarrollado en relatos de escritores cuencanos del siglo XX, y de su escultura monumental como respuesta artística que materializa su figura heroica en la época. Se tomó en consideración la historia de Octavio Cordero, con *Vida de Abdón Calderón* de 1916, el boletín del Comité Calderón de 1928 y 1931, las narraciones de Ricardo Márquez y *Leyendas del tiempo heroico* de Manuel J. Calle de 1905. Las piezas documentales mencionadas responden a la necesidad una narración oficial sobre Abdón Calderón y su gesta. Como conclusión Calderón obtuvo favorable acogida, pues a nivel nacional, se recibieron respuestas entusiastas en tono patriótico para honrarlo como Héroe del Pichincha.
Palabras clave: Héroe, Ecuador, Escultura Monumental, Nación, Abdón Calderón.

Resumo: Este artigo reflete sobre a fabricação da imagem de Abdón Calderón, por meio da construção de sua trajetória como herói, desenvolvida em histórias de escritores de Cuenca no século XX, e sua escultura monumental como resposta artística que materializa sua figura heroica na época. A história de Octavio Cordero foi levada em consideração, com *Vida de Abdón Calderón* de 1916, o *boletim do Comitê Calderón* de 1928 e 1931, as narrações de Ricardo Márquez e *Leyendas del tiempo heroico* de Manuel J. Calle de 1905. As peças documentais mencionadas respondem à necessidade de uma narrativa oficial sobre Abdón Calderón e seu feito heroico. Como conclusão, Calderón foi recebido favoravelmente, pois em nível nacional foram recebidas respostas entusiasmadas em tons patrióticos para homenageá-lo como Herói de Pichincha.
Palavras-chave: Herói, Equador, Escultura Monumental, Nação, Abdón Calderón.

Las independencias americanas se convirtieron en una fuente de inspiración para la creación de obras por parte de escritores, pintores y escultores. En estas obras se mostraba la epifanía de la guerra en los campos de batalla, donde se forjó la idea del joven héroe como un comodín, catalizador y estabilizador de una sociedad emergente de imágenes. El héroe definido como "varón ilustre y famoso por sus hazañas o virtudes (…) que lleva a cabo una acción heroica (...) y como personaje principal de todo poema en que se representa una acción(...) es el campeón de las cosas por hacer, no de las que ya están hechas" (Bauzá; Cipolla, 2007, p. 5), fue en el mundo moderno, valorado por el móvil

[1] Doctoranda de programa en Historia y Estudios Humanísticos: Europa, América, Arte y Lenguas de la Universidad Pablo de Olavide (España). Magister en Historia con especialización en Arte y Patrimonio por la Universidad de Montevideo (Uruguay). E-mail: natalina.deleche@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1352-9790.

ético de sus acciones, bajo los principios de solidaridad y justicia social, razón por la cual, fue considerado modelo de emulación social.

Esta imagen fue fundamental para constituir el discurso cívico, en el que la patria es la madre y los ciudadanos sus hijos. Se establecen valores que al ser otorgados son favores recibidos. Aspectos como la libertad, el territorio, entre otros, conforman el conjunto de beneficios adquiridos, y esto a su vez se vuelve una deuda que debe ser pagada. De ese modo los hijos se convierten en ingratos, sobre todo si demoran en retribuir dicha obligación. En ese sentido, los padres de la patria, como mártires han dado su vida por el bien de otros, y por ello se vuelven el ejemplo de quienes retribuyen a la nación.

Comúnmente, los héroes han sido descritos como hombres con el deseo de querer cambiar al mundo, que en algunas ocasiones no miden las consecuencias de sus acciones, pero que asumen los riesgos y batallan contra las adversidades. El héroe patriótico se configuró como modelo del héroe moderno, vinculado y trascendente de la tradición antigua y cristiana, indudablemente con tintes románticos, sea por transferencia directa o indirecta, siguiendo modalidades diferentes entre un país y otro, con indudable influencia de la revolución francesa. El historiador Francisco Bauzá plantea que gracias a la acción paradigmática del héroe es posible mantener la historia viva y activa, puesto que son los motores que dinamizan la historia. En general son presentados como transgresores y revolucionarios, que buscan

> traspasar el umbral de lo prohibido, (...) ir más allá de los límites impuestos por la sociedad, (...) de manera utópica- querer ordenar un mundo des armónico y lanzarse para ello- en todos los casos de manera absolutamente convencida- a una aventura (...) un viaje hacia lo ignoto (Bauzá; Cipolla, 2007, p. 6).

En tal sentido, es menester el uso de la figura del héroe, en cuanto a su rol desempeñado en la historia, a su vez que como defensores de la justicia social y seres cuasi-divinos, siendo los recursos discursivos para los gobiernos del momento, que sean estos mitificados, históricos o ficticios, son herramientas para obtener consenso y apoyo.

Figura 1- Abdón Calderón, héroe del Pichincha., Víctor M. Izurieta, 1922.



Fuente: Colección Iván Cruz Cevallos. Biblioteca Aurelio Espinoza Polít (BEAP), n.d.

En la emergencia republicana, de la que algunos autores hacen referencia, la idea de la nación dependió de la creación de las narrativas, en las que los héroes asumieron un rol protagónico. De forma intencional, el personaje elegido como héroe, debía englobar en su ser los postulados políticos vigentes, pero también las intenciones conductuales dirigidas hacia la población, y así permitir la confirmación histórica de la existencia de seres humanos con excelsas cualidades provenientes del espacio geográfico en donde se origina la narrativa.

En una suerte de categorización de los hombres sobrehumanos es notable la presencia de los "héroes niños" como parte del derrotero histórico de las naciones americanas. Estos niños heroicos actuaron en eventos fundamentales para la nación, como batallas decisivas para el territorio, permitiendo el énfasis en su valentía y otras virtudes que pretendían la emulación colectiva. A través de la literatura es posible encontrar la creación de narraciones apoteósicas donde aparecen estos personajes. En Perú, después de la Guerra del Pacífico, se conmemoró en el panteón de héroes nacionales, a los niños combatientes llamados "Los cabitos" como Néstor Batanero Infantas, Juan José Soto Siles, Manuel Bonilla, Isaías Clivio, Braulio Badani Suárez, entre otros, que defendieron al Perú y fueron acribillados durante la ocupación chilena el 13 y 15 de enero de 1881.[1]

En Colombia, aparece la figura de Antonio Ricaurte, llamado héroe niño y que destaca junto con "La Pola" y otros por su sacrificio, en su caso en el ingenio de San Mateo, en el que se inmoló impidiendo que las tropas realistas tomaran el armamento guardado para los patriotas, el 25 de marzo de 1814 (Martínez Martín; Otálora Cascante,

2012, p. 21). La guerra con Estados Unidos y México fue el evento donde aparecen la figura de los seis cadetes muertos durante la defensa de Chapultepec, el 13 de septiembre de 1847, donde cayeron presos del enemigo: Juan Bautista Pascasio Escutia Martínez, Agustín Melgar, Fernando Montes de Oca, Francisco Márquez, Vicente Suárez y Juan de la Barrera. En el Ecuador, una de las figuras seleccionadas para cumplir con esta tarea fue la del teniente Abdón Senén Calderón Garaicoa. La victoria en la batalla del Pichincha, el 24 de mayo de 1822, se considera como la puerta de entrada para la independencia ecuatoriana, puesto que después de este evento, la liberación del territorio se concretó. El acontecimiento llamó la atención de los historiadores de la época, quienes, en sus escritos destacan –algunos de manera fantástica– la labor de soldados y jefes militares relevantes. En ese sentido, la intervención de Calderón no pasó desapercibida, pues al ser miembro de una familia respetada en el austro y litoral ecuatoriano, su edad al momento de morir –tenía apenas dieciocho años–, y el rango militar que poseía, lo incluyó en el relato de la legión de los libertadores, estableciendo así la fórmula perfecta para crear la imagen de un héroe adecuado a los fines pertinentes.

Pero ¿cuál fue la razón para desarrollar la figura del héroe niño a inicios del siglo XX considerando que ya existían piezas que respondieron a las necesidades visuales? La respuesta atiende al complicado panorama político y económico del país. Entre 1912 y 1924 se encontraba gobernado por la oligarquía liberal de la costa, más conocida como el predominio plutocrático. Además, entre 1913 y 1916, se produjo una guerra civil con gran cantidad de víctimas, y con el endeudamiento fiscal del Estado con los bancos privados, como el Banco Agrícola y Comercial, a los que se pidió ayuda para financiar la campaña del gobierno. En los años veinte hubo una importante agitación urbana, pues los sectores medios que habían crecido con la burocracia y el comercio menor pugnaban por su participación en el poder. Las organizaciones obreras –artesanales, de forma amplia, solicitaban en mayor medida la reivindicación de sus derechos. Territorialmente, el Ecuador había firmado un tratado de límites con Colombia el 15 de julio de 1916, el denominado Tratado Vernaza – Suárez con el propósito de resolver definitivamente toda controversia relativa a sus derechos territoriales, y con el fin de estrechar sus relaciones amistosas y así atender intereses mutuos. También en la misma época, el advenimiento de los Centenarios de la independencia, que podemos decir, al igual que en Quito, en la ciudad de Cuenca fue fundamental organizar eventos, en los que se intentaba mostrar su progreso al resto del Ecuador.[2] Lo cual, nos muestra que en ese contexto se inicia el proceso para la construcción de la imagen en bronce de Calderón. Este proceso responde a un esfuerzo pedagógico, en el sentido de inculcar obediencia en los más jóvenes. Una

forma de propaganda del gobierno y la persistencia de la herencia religiosa, de divinizar los actos realizados en nombre de Dios y de la patria. De forma especial, en la imagen del héroe niño existe una carga simbólica importante. Desde la creencia popular y de los primeros cristianos, resulta la santidad derivada de la juventud al momento de la muerte, en especial cuando se trata de una muerte violenta.

En ese sentido, las jóvenes víctimas de asesinato o que murieron en el campo de batalla recibieron tratamiento de mártires, a nivel oficial y popular. Su figura representaba la inocencia de la juventud y el drama de la muerte injusta, que, alejado de su raíz religiosa estas cualidades despertaron en el pensamiento ilustrado como una visión renovada de la niñez, afianzando el discurso oficial.

Para construir la idea del héroe se necesitó más que un relato de victoria y apoteosis. Es necesaria la legitimación del héroe a través de la visibilización de su transitar para convertirse en uno. Ese proceso fue denominado por Joseph Campbell como el camino del héroe. Se trata de tareas y hazañas increíbles realizadas por el personaje que deben ser aprendidas por sus congéneres. El camino comienza cuando el individuo va hacia la aventura, a una región de prodigios sobrenaturales, en el que se enfrenta con fuerzas fabulosas y gana una victoria decisiva, entonces, el héroe regresa de su misteriosa aventura, con la fuerza de otorgar dones a sus hermanos y ganar contra su enemigo, así esto le signifique la muerte. Es un arquetipo inspirado en imágenes básicas de la mitología y la visión del ciudadano ideal. Dicho de otro modo, el camino del héroe es un relato en el que se describe y se explica el trajinar del personaje, justificando el ingreso del protagonista al pabellón nacional de ilustres, y se basa en la literatura existente para cumplir con ese objetivo.

Este artículo reflexiona acerca de la construcción de la imagen de Abdón Calderón, por medio de la construcción de su camino como héroe hecha a través de los relatos de escritores cuencanos a inicios del siglo XX, y de su escultura monumental, como respuesta artística materializada para la creación de su figura heroica en la época. Para este estudio, se tomó en consideración el relato de Octavio Cordero titulado *Vida de Abdón Calderón* en 1916, obra que sirvió al Comité Calderón para conocer los hitos del personaje y difundirlos en su boletín, en la sección de contenido cultural. En este medio también encontramos referencias a la efigie de Abdón Calderón. Otra obra relevante es *Leyendas del tiempo heroico* de Manuel J. Calle, publicada en 1905, y el texto *Estirpe gloriosa* de Ricardo Márquez en 1931. Estas fuentes surgieron por la necesidad de crear una narración oficial sobre Abdón Calderón y su gesta. Asimismo, es importante la obra

Abdón Calderón, su destino de gloria de Mariano Sánchez Bravo, publicada en el año 2001.

Abdón Calderón en la palestra de los héroes

Abdón Senén Calderón Garaicoa nació el 31 de julio de 1804 en la ciudad de Cuenca, provincia del Azuay. Es importante mencionar que en la historia de la independencia del Ecuador, sobre todo en los sucesos acontecidos previos a 1822, la figura de Calderón aparece muy poco. Algunos datos refieren a su participación en la revolución de Guayaquil el 9 de octubre de 1820. Lo describen como un mensajero, a quien le confiaron portar órdenes, avisos y resoluciones de los dirigentes que apoyaban la gesta. En el ámbito castrense aparece como miembro de las filas del ejército colombiano, participando en algunos combates de forma esporádica. Es más, hay documentos donde sin tanto detalle lo nombran pero no destacan su rol militar. No obstante, en las descripciones acerca de la batalla en las faldas del volcán Pichincha, el 24 de mayo de 1822 en Quito, cambia totalmente, puesto que reaparece este personaje, como uno de los tenientes que perdió la vida después de la batalla, debido a las heridas que recibió al inicio del combate.[3]

Los documentos sobre la independencia ecuatoriana, escritos hasta finales del siglo XIX, describen de manera escueta acontecimientos en los que Calderón participó, es más, de forma rápida hablan de su vida y muerte, sin destacar su rol en la época, sino más bien como una síntesis informativa, lo cual, no fue posible utilizar para crear una narración mitología. De este modo, hasta principios del siglo XX no se rescató la figura de Calderón, momento en el que empiezan a construir su historia y a posicionarle en el panteón de los héroes. Para ello, fueron claves los escritores cuencanos. Es un hecho que cuando se trabaja la configuración de los personajes ilustres se considera de manera inicial sus hazañas más importantes. Asimismo, su vida explica un antes y un después y les da insumos a los artistas para contextualizar sus obras. Estas fuentes incluyeron decisivamente en el contenido sociocultural de la figura.

El relato oficial, en el que se justificaba la decisión de incluir a Calderón como héroe, fue construido con las fuentes posteriores al combate en Pichincha. La narración oficial se presentó un siglo después para establecer de forma verídica su existencia, y defender su materialización artística.

Calderón y la batalla del Pichincha

Lo que la historia oficial nos dice es que la gesta inició desde la noche del 22 de mayo de 1822 con las tropas patrióticas desfilando sigilosamente con dirección al Pichincha, desde la parte sur de la Real Audiencia, pasando por poblados como Latacunga al día siguiente, para llegar al sector de Chillogallo –sur de Quito– donde decidieron pernoctar en una hacienda. Y temprano salieron hacia Quito para enfrentarse al enemigo. Los batallones llamados a combatir fueron el Albión, Alto Magdalena, Yaguachi, entre otras, todas comandadas por el general Antonio José de Sucre. El teniente Abdón Calderón formaba parte del batallón Yaguachi. El día 24 de mayo de 1822, las tropas,

> a eso de las ocho de la mañana, coronaron la montaña, ya la altura por la vanguardia, con el fin de dar descanso a las tropas fatigadas y no dormidas(...) hacia las diez de la mañana, cuando el General Don Antonio Morales, nuestro Jefe de Estado Mayor general, dio la voz de alarma (Cordero Palacios, 1916, p. 35-37).

Octavio Cordero relata que acabando de almorzar los soldados, y hacia las diez de la mañana, cuando el general Antonio Morales dio la voz de alarma el combate había empezado. A media cuadra del punto de partida en el terreno se toparon con el enemigo, que desembocaba por entre la maleza del terreno, casi a quema ropa, iniciando así la acción (Cordero Palacios, 1916, p. 34). Los batallones que se desplegaron fueron el batallón Trujillo y el Piura por el lado derecho, y el Yaguachi que lideraba Calderón fue hacia al centro, acompañado por el Alto Cuenca-Magdalena, que iba a la izquierda.

Se detalla que, en los momentos iniciales de la acción, al disiparse el humo de la primera descarga del batallón Yaguachi, aparece el héroe niño "magnífico de Coraje y gallardía, empuñando la espada con la sinistra (Izquierda), pues una bala acababa de herirle en el brazo de los valientes, el derecho" (Cordero Palacios, 1916, p. 35). A partir de este momento, todos los escritores mencionan aspectos idealizados, pero en particular Calle, con su relato cambió el rumbo de la mirada hacia Calderón. Es así como en la *Leyenda del tesoro heroico* menciona que retirada la vanguardia del general Córdoba, por falta de municiones, volvió al combate, reforzada en dos compañías del batallón Yaguachi, entonces,

> inflamado de valor, corre al frente de los suyos, y se precipita sobre el enemigo. ¡Adelante, amigos míos¡¡Avancen, muchachos ¡- exclama con delirio, dirigiéndose a los suyos, y se entra por donde arreciaba el peligro y se cernía la muerte, con la mirada encendida y la espada desnuda en la diestra (Calle, 1905, p. 188).

En la narración de Cordero y Márquez señalan que, pese al primer balazo, Calderón continuó,

> sin volver a pensar siquiera en semejante accidente, y cuando por la falta de municiones, que no había llegado aún, comenzaron los nuestros a retroceder, dando fuego en retirada, él trató de impedirlo, hasta que otra bala que sobrevino le destrozó el hueso del brazo izquierdo, por lo que dejó caer la espada" (Cordero Palacios, 1916, p. 35; Márquez, 1931, p. 21).

Mientras que, en la *Leyenda del Tesoro Heroico*, de Calle dice,

> silba una bala y le rompe el brazo derecho. Pasa Calderón la espada á la izquierda, y continúa la lucha al grito de: ¡Viva la Patria¡¡Silba otra bala y le rompe el brazo izquierdo!! ¡Viva la República!, grita el heroico adolescente, y siempre en pie, siempre sereno, anima á los suyos, y corre adelante con la espada en los dientes (Calle, 1905, p. 188).

Cordero en esta parte del relato explica que los superiores de Calderón le pidieron que se retirase, pero él se rehúsa, "sosteniendo este brazo al cuello, en cabestrillo" (Cordero Palacios, 1916, p. 35). También detalla, al igual que Márquez, que siguió al frente de su Compañía impidiendo que se retiraran del campo de batalla sus compañeros hasta que llegaran las municiones y pudieran contraatacar (Cordero Palacios, 1916, p. 35; Márquez, 1931, p. 21). Es más, en el texto, hay una descripción de la gestualidad del personaje. Todos los escritores analizados coinciden en que la determinación manifestada en su mirada y gesto de Calderón motivó a que los soldados de la tercera compañía del batallón Yaguachi avanzasen con coraje y precisión como al principio del combate. Cordero, por ejemplo, se refiere a la mirada de Abdón Calderón como "un rayo partido de una pupila y un entrecejo plegado en las crispaturas del heroísmo, se condujeron tan bien como los reflejos del acero" (Cordero Palacios, 1916, p. 35), pese a que no podía moverse, ni mover la bandera logró enardecer a los suyos con la mirada. Este hecho fue una de las razones por las que se generó la afamada leyenda del héroe niño, así lo menciona Márquez. Cordero coincide con Márquez al mencionar que con

> el tronco estático, fallo como se hallaba del airoso movimiento de los brazos, ¿Cómo pudo Calderón enardecer a los suyos, cuando el ademán del Jefe, es el acicate del soldado, en medio de la acción? ¡Oh prodigios del gesto y de la mirada! (...) Aquel con la expresión, ésta con sus lampos, lo hicieron todo (Cordero Palacios, 1916, p. 35; Márquez, 1931, p. 21).

La muerte de Abdón Calderón

Continuando con el relato, Cordero recita que "de repente Calderón comenzó a claudicar de la pierna izquierda. Pues se trataba de una tercera bala que acababa de herirle por encima de la rodilla, desastillándole el hueso" (Cordero Palacios, 1916, p. 35). Siguiendo la misma línea narrativa, Calle le pone voz a Calderón, quien dice: "¡Avancen¡ ¡A ellos¡", pero "silba otra bala y le atraviesa el muslo" (Calle, 1905, p. 188). Según Márquez, aunque era peligroso que continuará en combate, y para este punto ya estaba siendo atendido por otros compañeros de lucha. Calderón continuaba en su puesto. De hecho, Calle dice que por la actitud que tenía Calderón nadie podía contenerlo, "en la sublime inconsciencia de los valientes y aunque hay un momento en el que vacila el niño, éste no cae" (Calle, 1905, p. 189). En esta parte del relato, la fantasía hace presa de Calle, quien escribe en la *Leyenda Tesoro del tiempo heroico*, que Calderón grita como puede "¡Patria¡ ¡Patria¡ ¡Libertad¡ ¡Libertad¡ Y ¡adelante¡ (...), dejando caer la ya inútil espada" (Calle, 1905, p. 189). Además, hace alusión a las escenas en la que está herido, momento en el que grita para motivar a las tropas, y finalmente morir en el campo de batalla,

> viene una bala de cañón y le lleva ambas piernas - ¡Viva la Independencia ¡Y cae sobre su espada! Y allí, en el suelo, sin brazos, sin piernas, destrozado, mínima parte de sí mismo, aun respira con el aliento de su valor gigantesco y lanza entre el hipo de la muerte el último viva á la República. Y luego, como una pálida flor que se dobla, blanco como un lirio que se marchita en un lago de sangre, entrega su grande alma (Calle, 1905, p. 189).

Los textos de Márquez y Cordero mencionan otros detalles de la batalla, como el ejercicio de los otros batallones y las arremetidas del enemigo. También señalan el momento en el que Calderón recibió el cuarto balazo en el muslo derecho –cuyo hueso fue horrorosamente destrozado–, los miembros de su compañía corrieron a socorrerlo, recibiéndolo en brazos. También narran que lo llevaron suavemente a tierra y allí lo atendieron, para luego sentir el repique de las campanas de la iglesia de la Recoleta del Tejar, que anunciaba la victoria del ejército patriota y avisaba el terminó del combate. Cordero, Márquez y Calle indican que Abdón Calderón, no quiso irse del campo de batalla. Y aunque murió días después, en las obras ya es descrito como un héroe que se resiste a la muerte, en un intento de posponer su destino, como si quisiese cerciorarse de que su labor esté concluida. Este acto hace eco del simbolismo de la salvación y del renacer, porque el héroe al morir se transforma.

Pese a todo lo ocurrido, Calderón sobrevivió. Para ese momento, Calderón estaba gravemente, por lo que fue trasladado a casa de José Félix Valdivieso para recibir atención. Según las fuentes documentales de Sánchez Bravo, las heridas le provocaron

una infección generalizada y un cuadro de deshidratación aguda que lo llevaron a la muerte el 7 de junio de 1822, catorce días después de la batalla. Al día siguiente, se llevó a cabo el velorio en el convento Máximo de San Nicolás de Bari en Quito, también conocido como la iglesia de la Merced. Si embargo, en la obra de Cordero se menciona que Abdón Calderón falleció el 29 de mayo de 1822. Por otro lado, los relatos de Calle y Sánchez Bravo, este último basándose en la versión del coronel Manuel Antonio López sobre la batalla del Pichincha, afirman que "murió el valiente mancebo, la tarde del mismo día" (Calle, 1905, p. 189; Sánchez Bravo, 2001, p. 150).

Sánchez Bravo indica que los historiadores no contaban con archivos relacionados con el fallecimiento de Calderón, por lo que su historia está sesgada. Por ello y para despejar estas dudas por medio del análisis de las cartas enviadas y recibidas por Antonio José de Sucre y de otros documentos en posesión de historiadores como Víctor Arellano Paredes, en las que se puede llegar a la fecha real de la muerte de Calderón. Sucre el 28 de mayo de 1822 envía una misiva a Manuela Garaicoa en la que le comunica la gravedad de su hijo, lo que establece que hasta el 29 de mayo no había muerto, como Cordero lo afirma, y la contestación de la madre de Calderón, lo hará el 11 de junio del mismo año, por las distancias y tipos de comunicación asumimos que no conocía la fecha de la muerte de su hijo. Además, ya enterada del fallecimiento, Manuela Garaicoa escribe una misiva fechada de 18 de diciembre de 1832, en la que incluye el testimonio de José Arciniegas y Paredes, escribano público, y fray Pedro Albán, provincial de Quito, de la orden militar de nuestra señora de las Mercedes, que afirman que el 7 de junio de 1822 murió Abdón Calderón, hijo de Francisco Calderón y de Manuela Garaicoa, vecina de Guayaquil en casa de José Félix de Valdivieso. Es decir, que soportó el dolor de las heridas durante catorce días antes de expirar. Este testimonio aclara la confusión.

Octavio Cordero en su narración dice que los restos de Calderón no se encuentran en posesión de los cuencanos. Indica que, por la posición social de la familia Calderón en Guayaquil, la importancia de su padre y madre en Cuenca y su irrefutable actuación en Quito, es posible que sus restos se encuentren en una tumba especial, relacionada con la familia que lo atendió. Ciertamente, los restos mortales de Calderón no tuvieron el mismo fin que de otros desafortunados. Hay testimonios que indican que, por la cantidad de cuerpos sin vida encontrados después de la batalla, tuvieron que lanzarlos en la quebrada de los Gallinazos, también llamada de Jerusalén –ahora Boulevard de la 24 de mayo–. Con relación a este tema, Calle no ahonda, tampoco lo hacen otros historiadores en los documentos hasta 1930. Sin embargo, Sánchez Bravo refiere a este tema en particular en su reflexión, señalando que los restos de Calderón fueron sepultados en la iglesia del

convento Máximo de San Nicolás el 8 de junio de 1822, en una bóveda de la cripta de esta basílica menor. Con el paso del tiempo, los restos del héroe niño fueron trasladados a la ciudad de Guayaquil. Del paradero de los restos no se tenía certeza, puesto que al ser exhumados se perdió su rastro. No obstante, el 22 de julio de 1948, se encontraron unos restos en una tumba de la catedral de Guayaquil, los cuales al parecer eran de Calderón. Estos restos se hallaban en una urna de madera, que se hizo polvo al intentar sacarla. Los fragmentos óseos y pedazos del uniforme militar encontrados fueron depositados en una caja de cartón con un papel en el que citaba la siguiente inscripción "Restos de Abdón Calderón, encontrado en la Catedral en una tumba fuerte- Julio 22 de 1948". Con este hallazgo en la catedral de Guayaquil se estableció que en algunas de las criptas se encontraban enterrados miembros de la familia Garaicoa, por lo que se presumía que en este espacio fue la segunda morada de Calderón. Posteriormente, los restos mortales fueron entregados a los sobrevivientes de la familia Garaicoa, quienes lo depositaron en algún lugar de Guayaquil, que no han querido declarar, ni hacerlo público.

Tratando de recorrer el camino del héroe

Ricardo Márquez, en el Boletín "Abdón Calderón" del 31 de julio de 1928, se cuestiona acerca de los vacíos que existen en torno a la vida de Calderón, como, por ejemplo, ¿en qué casa fue enterrado y cuál fue la fecha específica en la que murió?, ¿en qué fecha fue ascendido a Capitán?, o ¿si hay algún retrato verídico de él? Márquez explica que constantemente hubo elucubraciones con respecto a las preguntas planteadas, y que esas afirmaciones provocaron que no hubiera un consenso en cuanto a la veracidad de varios aspectos de la vida de Calderón.[4] Incluso plantea que existieron errores en la identificación del rostro de Calderón, ya que establece que en revistas y periódicos de la época se publicaron imágenes del héroe niño de forma errónea, correspondientes a otros combatientes como José María Córdova. Entonces, la idealización de la figura de Calderón fue una realidad, como también lo fue la adaptación literaria realizada para ser utilizada como insumo para la construcción de su imagen artística.

Los datos recabados sobre la vida de Abdón Calderón, como se ha dicho, son pocos e idealizados, aunque se puede decir que la obra de Octavio Cordero es una de las más completas. El resto de los documentos que tratan sobre la vida del héroe niño ecuatoriano permiten la creación del camino del héroe. La primera parte de este proceso es presenciar un hecho que marque su vida, que le motive a retirarse del seno familiar hacia la aventura, porque

> el lugar del nacimiento (...) del cual retorna para llevar a cabo sus hechos de adulto entre los hombres, es el punto central u ombligo del mundo(...) Desde el lugar umbilical, parte el héroe hacia su destino. Sus hechos de adulto derraman fuerza creadora sobre el mundo (Campbell, 1959, p. 300).

Para Calderón fue en el mes de febrero de 1816 cuando presenció el ataque del comodoro Guillermo Brown en Guayaquil. Este hecho lo impresionó y "le dispuso temprano a ceder a los sentimientos de valor y arrojo, de que tan épicas muestras dio bien pronto" (Cordero Palacios, 1916, p. 15). Además, la muerte de su padre y el hecho de acogerse al legado militar que lo obligaba a seguir sus pasos,

> el sangriento fin de Don Francisco, y la contemplación del hecho de que Sámano, su asesino, estuviese prevaleciendo en el alto puesto de Virrey, deben haber sido un torcedor para el corazón del niño. No Némesis, la Venganza, sino Themis, la Equidad, incubaba en él de continuo la idea de la sanción personal (Cordero Palacios, 1916, p. 15).

Cordero dice que después de la muerte de Francisco Calderón, padre de Abdón, Manuela Garaicoa, su madre, buscó ayuda en sus hermanos Francisco Javier, José y Lorenzo, y en los esposos de sus hermanas, el general Villamil y el señor Vivero. De forma que, aunque Francisco Javier, cura de Yaguachi, lo educó en humanidades, también influenció Vicente Rocafuerte, que en 1817 impartió lecciones de francés y geografía y fue quien inspiró a Calderón con sus ideas patrióticas. La presencia de personajes como Rocafuerte en el relato corresponde a los encuentros con figuras protectoras y de seguridad, que puede ser una persona adulta o anciana, identificando la sabiduría para proporcionar al aventurero amuletos contra la fuerza del enemigo. En el caso de Calderón fue Vicente Rocafuerte su maestro, debido a que este incitó al joven a luchar a favor de la independencia. Por tanto, Rocafuerte representa la fuerza protectora y benigna del destino.

El héroe tiene un llamado y este puede ser para la vida o para la muerte. Podría significar una alta empresa histórica o marcar una posible iluminación religiosa para su despertar. La llamada descubre el misterio del cambio, de la transfiguración, para el paso espiritual que cuando se completa es el equivalente de la muerte y el renacimiento. Entonces, conforma la imagen arquetípica que se activa simbolizando el peligro, la reafirmación, la prueba, la iniciación y la extraña santidad a los misterios del nacimiento. Parte del camino del héroe es la negativa a la llamada que hace el destino, pero pese a su corta edad, siendo considerado un niño,[5] no hubo una negativa por su parte. De esa forma, el héroe continúa su camino, y con ayuda cruzó los desafíos que se fueron presentando.

Luego habrá más umbrales que superar. En el caso de Calderón fueron las acciones previas a la revolución guayaquileña en 1820. Cordero indica que cuando Calderón tenía dieciséis años actuó como mensajero. El llevó de forma discreta órdenes, avisos y resoluciones "y así conducir y atar los hilos de la conjuración, por ellos manejados, sin despertar las sospechas de las autoridades" (Cordero Palacios, 1916, p. 16). Con esta actuación se ganó la confianza de Olmedo, Vivero y Villamil (próceres guayaquileños). Después fue incluido como miembro oficial de la causa. En la mañana del 9 de octubre de 1820, junto a León Febres Cordero, se dirigió al cuartel de los granaderos de reserva para confirmar la rendición de este grupo de militares. Esta acción significó para Calderón su ingreso al ejército de operaciones como subteniente. Al igual, formó parte del batallón de infantería al mando del teniente coronel Ignacio Alcázar. En esta parte de la narración, y siguiendo el camino del héroe, Calderón se involucra en el ámbito revolucionario, lo que le da cierto estatus y la capacidad de realizar acciones con legítima justificación.

Ahora bien, el héroe debe enfrentarse a diferentes obstáculos, donde incluso el enemigo aparece. Como parte del relato se describen diferentes batallas como la de Camino Real, Huachi, Huachi grande, Yaguachi, Tanizagua, entre otras. En estos enfrentamientos encontró dificultades cercanas a la muerte, victorias temporales y derrotas. En estas hazañas se describe a Calderón como un soldado primerizo, y que junto a sus compañeros formaban grupo de "neófitos de Marte se bautizaron hijos suyos en esta primera hazaña" (Cordero Palacios, 1916, p. 18). Las derrotas son experiencias relevantes para el aprendizaje del héroe, puesto que es parte del proceso de heroificación. Al dar la cara a los enemigos, el héroe adquiere experiencia y obtiene el arma del conocimiento que estaba dentro de él. Desarrolla la capacidad de liberarse a sí mismo y de liberar a otros. Por ello debe continuar con su camino y conquistar otro espacio desconocido. Entonces, por medio de una aventura inicia su viaje, encontrando dificultades y más empresas, en las que debe sumergirse para desaparecer y luego resurgir. En esta fase, el personaje de forma aparente se desvanece por un peligro inminente, al punto de parecer muerto. Si pierde algún combate no puede darse por vencido, y debe continuar en la búsqueda del santuario (el sitio para encontrar un tesoro/talismán/pitonisa que motive el viaje).

Ahora bien, en la narrativa, Calderón con el tiempo fue adquiriendo experiencia en el frente. Además de destacar como un buen soldado, también lo hizo como oficial al mando en varios enfrentamientos, logrando el repliegue del enemigo. Todo ello, le significó el grado de teniente, solicitado a la Junta Patriótica de Guayaquil por parte del

general Urdaneta (Cordero Palacios, 1916, p. 18). Estos eventos permitieron que en la imagen de Calderón tuviera sentido la heroificación patriótica y a su apoteosis en Quito en 1822 signifique su renacimiento como un héroe de la nación.

Por consiguiente, en el relato se reconocen dos estados del héroe, el primero en su período mundano y el segundo cuando trasciende a la inmortalidad. La etapa mundana es cuando posee su forma humana, transita por obstáculos y vive un sinnúmero de experiencias, como lo que vive un individuo común. Al transitar los eventos le dotan de conocimiento y atributos que forman su carácter para ese viaje sin retorno. Mientras que el segundo periodo trata sobre la trascendencia hacia la inmortalidad, correspondiente al último acto, antes de su muerte, evento al que pocos llegarán bajo la condición en la que el héroe lo hace. Es un momento donde se sintetiza todo el sentido de su vida, y es ahí donde debe ser descrito como un ser que no teme morir. Calderón es definido como quien tenía en sus venas sangre de héroes y de mártires, y que por su obligación con la patria debía defender a todos aquellos que lucharon por ella e incluso vengar la muerte de su padre (Calle, 1905, p. 187).

En textos como la *Leyenda del Tiempo heroico,* Manuel J. Calle traza el perfil de Calderón como un sujeto extraordinario, que encarna virtudes y que se transforma por medio de sus actos hacia la divinidad. De esa forma Abdón Calderón nos recuerda que el individuo que se vuelve héroe lleva en armonía el discurso y el mito. La acción del héroe se enfoca en ser presentado como un dios vivo y sus características son: la superación de obstáculos, vivir transformaciones constantes que lo llevan hacia el momento final y que su figura exista para ser destrozada en el combate, y luego su historia dispersada para provocar la admiración. Es así como la creación de esculturas monumentales atiende al deseo de la continuidad del pasado, en la que el camino del héroe permite que se hable del origen de la patria, pero en este caso de la patria cuencana.

La imagen de Calderón en el tiempo

En 1920 se creó una Junta del Centenario en Cuenca con el objetivo de desarrollar el festejo de la independencia el 3 de noviembre de ese año. Para lograr este cometido, se solicitó la colaboración de la población mediante donaciones y cuotas. En particular al sector indígena se le establecieron tributos específicos, situación que provocó protesta y que finalmente se resolvió en acuerdos para calmar los ánimos.

En las vísperas del Centenario, se levantaron monumentos efímeros alrededor de la plaza central de Cuenca. Aunque estos fueron realizados en pedestales de piedra, tanto

las esculturas como las columnas, se emplazaron en lugares específicos para luego terminado el festejo ser retirados del espacio público. Estos monumentos fueron patrocinados por diferentes sectores de la población. Las fuentes visuales consultadas nos indican que la gente quería ser partícipe de este acto. Con respecto a las características de estas esculturas monumentales, se trató de pilastras rectangulares que en su cúspide se encontraba una alegoría que representaba a una organización en particular. Aquellos monumentos ubicados en los exteriores y alrededores de la plaza representaban a los gremios de sociedades obreras y entidades públicas, mientras que los monumentos establecidos dentro de la plaza eran representaciones de personajes ilustres como Luis Cordero Crespo y Fray Vicente Solano, entre otros. En particular llamó la atención que la Sociedad La Salle haya levantado un monumento efímero de Abdón Calderón.

Figura 2- Monumento a Abdón Calderón en el parque del mismo nombre, Manuel Jesús Serrano (Fotógrafo), ca. 1917-1920.



Fuente: FOTOGRAFIA PATRIMONIAL.Colección Manuel Jesús Serrano, n.d.

Tiempo después, en el año de 1927, la Revista *Claridad* hace una invitación a la sociedad ecuatoriana para la realización de un certamen nacional de belleza, que se llevaría a cabo el 24 de mayo. La iniciativa tuvo gran acogida, tanto que, en Cuenca, previo al certamen, se realizó un torneo para elegir a la representante azuaya. Conjuntamente, se recolectó el pago de cada uno de los votos por las candidatas, y de esa forma se armó un fondo para la realización de la escultura de Abdón Calderón. Como hace notar el Boletín del Comité "Abdón Calderón" se captó alrededor de diez mil sucres, además de que este acto se concibió como la demostración de desprendimiento y buena voluntad hacia la figura de Abdón Calderón por parte de los ciudadanos "significó patriótica alianza de la hermosura y virtudes de la mujer azuaya con el homenaje al héroe

Niño" (Comité Abdón Calderón, 1928, p. 3). Todo parece apuntar a que Luz María Cordero y Toral, proclamada reina del Azuay, fue quien solicitó que los fondos recaudados fueran destinados a esa obra.

Para iniciar el proceso de construcción de la escultura se constituyó el Comité "Abdón Calderón" el 3 de junio de 1927. El grupo estuvo conformado por 17 miembros. Uno de ellos, el coronel Ángel Chiriboga, fue también partícipe en el comité del certamen de la Reina de Belleza del Azuay, lo que confirma que la idea de la recaudación para la obra fue respaldada por el comité organizador del certamen (Comité Abdón Calderón, 1928, p. 5-6).

El héroe niño en bronce

La obra fue diseñada y elaborada por el escultor quiteño Carlos Alberto Mayer, artista becado, residente en Italia. Mayer y el Comité "Abdón Calderón" firmaron el contrato el 22 de septiembre de 1927, documento en el cual se especificaban detalles tales como que el material debía ser el bronce y que la obra debía fundirse en Génova. También señalaba que Mayer tenía setenta días para entregar toda la documentación relacionada con la escultura al comité. Además de la obra principal, se solicitaron dos placas de bronce para el basamento, la primera con la leyenda "Cuenca a Calderón", y la segunda con la inscripción "Murió gloriosamente en Pichincha, pero vive en nuestros corazones –Bolívar–".[6] La escultura monumental fue inaugurada el 24 de mayo de 1931 en el parque Central de Cuenca.

Para la construcción de la base, se convocó a un concurso local en el que se debían presentar propuestas respecto a la forma y el material. La notificación fue publicada en *El Diario Nacional,* donde se detallaron los parámetros de la licitación. Se solicitaba un mármol fácil de pulir, con brillo y en cantidades suficientes. Carlos Mayer se dirigió a los miembros del comité para informar que en el Azuay se puede conseguir el mármol rosado *Sacay* para la gradería y el pedestal. También prefería de color verde *Mangan* o de cualquier otro color –para las fuentes– que se ajustara a la figura de bronce. Finalmente, la propuesta ganadora para la base fue la presentada por el artista cuencano Benigno Vintimilla, autor de la columna conmemorativa a Antonio José de Sucre, en la Casa de los Tratados en Girón- provincia del Azuay.[7]

Con respecto a la escultura en bronce, Carlos Mayer plasmó la actitud invicta del héroe, interpretado con gesto marcial pero apacible, representando al héroe que sabe morir por la libertad y la patria. De acuerdo con el Boletín "Abdón Calderón" de 1931,

Mayer resaltó la figura simbólica del héroe, en la que "resplandece no solamente el valor propicio a las grandes locuras de la guerra, sino la plenitud de un patriotismo impaciente por arrancar la victoria a través de los infiernos dantescos de la muerte" (Comité Abdón Calderón, 1931, p. 21).

Mayer también contribuyó en la configuración de la imagen, ya que seleccionó como representación la alegoría del Amor a la Patria, que corresponde a un "joven (...), situado entre la batalla, mirando con alegre o sagaz ademán en el gesto, llevando en la diestra una (...) bandera (...)vestido con ropa militar" (Ripa, 2007, p.99). Sin duda, se resalta la figura del héroe guerrero y mártir, que de acuerdo con Cordero, exhibe

> como si de sus vértebras los andes hablaran, (...) pese a que su juventud fue desgarrada por las balas de una lucha de emancipación, el héroe resplandece no solamente el valor propicio a las grandes locuras de la guerra, sino la plenitud de un patriotismo impaciente por arrancar la victoria a través de los infiernos dantescos de la muerte (Cordero Palacios, 1916, p. 51).

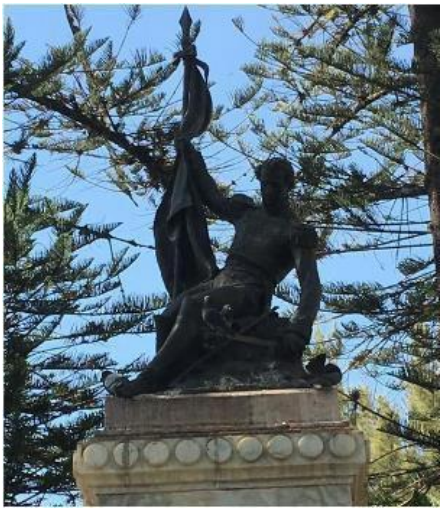
Calderón está sedente. Iconográficamente, por el furor de la guerra el soldado manifiesta valentía, fuerza y determinación. En ese sentido, es capaz de defender los ideales con su propia vida. Se trata de la imagen de un niño que se ha convertido en hombre. En su mano derecha "brilla la bandera de las grandes reivindicaciones, simbolizando la libertad para los hombres por medio de la democracia, y en la que anhela la juventud eterna para la realización de las patrias del futuro" (Comité Abdón Calderón, 1931, p. 20), y en la mano izquierda tiene la espada, que simboliza su firmeza en cumplir y morir por sus ideales.[8] Rafael Arizaga menciona que durante la batalla, el héroe ecuatoriano tenía entre sus manos "el tricolor bendito, y al plantarlo sobre una roca del Pichincha, para enseña perpetua de la libertad ecuatoriana, se desploma inerte, despedazado el cuerpo, pero impertérrito el espíritu inmortal" (Arizaga, 1931, p. 21). Mayer quiso plasmar esta imagen, por lo cual la escultura posee el tricolor nacional, con gesto de fijarlo sobre una roca. Esta acción demuestra que el monumento es un altar de la patria, ante el cual las nuevas generaciones deberán inclinarse para recibir el fuego de la pasión sublime.[9] Es decir, esa emoción que eleva a las personas hacia la espiritualidad heroica para perpetuar la libertad. Aunque su cuerpo fue despedazado, él ya es un espíritu inmortalizado que ha alcanzado su apoteosis.

En lo simbólico, la imagen tiene un discurso visual potente. La escultura nos dice que la juventud debe estar en lucha por el progreso, con sacrificios y renunciaciones, pues el héroe, que en vida representa la perspectiva dual –entre el deber y el sacrificio–, después de su muerte, es una imagen que sintetiza muchas otras cualidades. La

perfectibilidad es el privilegio de la juventud porque el anhelo temprano de lo nuevo e innovador impide al joven acomodarse a los intereses creados. Lo cual, nos lleva a pensar en que lo importante al establecer una representación, en esta la era de la conmemoración, pues se trata del desarrollo de una figura que pueda ser socializada con la renovación mental, que pueda,

> prolongar la juventud en la edad adulta (...) que busque fórmulas nuevas que superen el presente en vez de cerrar los ojos para volver a los errores tradicionales. La juventud, cuando duda, rectifica su marcha y sigue adelante; la vejez, incapaz de vencer el obstáculo, desiste y vuelve atrás (Ingenieros, 2007, p. 60).

Figura 3- Detalle frontal del Monumento a Abdón Calderón.



Fuente: Fotografía 3024 x 4032 mm. Parque Calderón, Cuenca., 2018.

Según Campbell, hay dos tipos de hazaña que pueden realizar los individuos para lograr ser héroes. La primera es física, es decir, cuando el héroe realiza un acto de valor en la batalla como salvar una vida; y la segunda es espiritual, en la que el individuo aprende a experimentar la vida espiritual humana y después vuelve con un mensaje. La figura de Calderón fue construida en función de la primera hazaña. Como héroe es alguien que ha dado su vida por algo más grande que él mismo. Al morir, se creó su mito que se vincula con la historia, permitiendo la evocación de sus glorias.

El héroe niño es la imagen de un joven (efebo), que en un sentido espiritual está obligado a renunciar a su infancia y convertirse en adulto; a morir en su personalidad y mentalidad infantil, sin dejar de amar a la patria. Aunque crezca, seguirá amando a la patria, en otras palabras, Abdón Calderón es la alegoría del Amor a la Patria.

La patria, cuya raíz proviene de padre, se pronuncia con la terminación femenina, que representa una combinación de ambos géneros. Esto implica que debe ser igualmente honrada como lo serían ambos progenitores. Sin embargo, si es de defenderla, la patria ha de ser prioridad,

> puesta totalmente por delante de cualquiera de los dos padres por separado (...), porque el individuo recuerda que, (...) por el eterno honor y obligación que naturalmente a la suya cada uno le debe, igual que el hijo al padre, habiendo sido engendrados en aquella y habiendo de ella recibido el espíritu, y el aire que nos da la vida (Ripa, 2007, p. 100).

Este afecto se debe al eterno honor y deber que cada individuo naturalmente le debe a su patria, similar al respeto y la gratitud que un hijo le debe a su padre, ya que ambos han sido engendrados en ella y han recibido de ella el espíritu y el aire que les da vida. Este amor por la patria surge de manera natural para que cada individuo ame su patria, independientemente de su tamaño o prestigio, ya que nadie ama a la patria por su grandeza, sino simplemente por ser suya. La imagen de Calderón se ajusta perfectamente a esta idea. Manuel J. Calle afirma que Calderón al pelear en la batalla del Pichincha brindó al Ecuador "la prueba mayor de hasta dónde puede llegar el heroísmo cuando está alentado por el sagrado amor a la patria; y por eso, en esta acción, se destaca su figura entre tantos guerreros beneméritos" (Calle, 1905, p. 187). Así también, refiriéndose a los héroes jóvenes, Ripa explica que estos individuos se fortalecen y se vuelven vigorosos, y aunque avancen en edad, se vuelvan robustos,

> sin debilitarse ni perder sus fuerzas nunca, mientras que cesan los demás amores. Un Caballero, tras haber servido en amor a una Dama durante un cierto tiempo, una vez apagado el amoroso fuego que el tiempo enfría, siendo la edad menos fresca y viniendo con ella otros pensamientos; poco a poco la olvida; más de la patria no se olvida nunca (Ripa, 2007, p. 100).

De la manera en que está compuesto el monumento escultórico, se trató de enseñar que el cumplimiento del deber está inspirado en la protección del hogar, que es el origen de la patria. De acuerdo con el Boletín del Comité "Abdón Calderón", morir por la patria significaba encontrar la dicha que el ser humano debía hallar en la vida para que esta tuviese sentido. Naturalmente, no solo se hablaba de los jóvenes cuencanos, sino de los ecuatorianos en general, ya que el monumento se erigió con el fin de expresar el alma nacional modelada en el hogar, la escuela y las ciudades. Además, no solo se intentaba conectar con los jóvenes varones, sino también a con las mujeres. Al involucrar la construcción de la escultura en un concurso de belleza femenino se pone de manifiesto que los deberes con la patria, al ser mujer, corresponden al de ser el núcleo de la familia.

Al mismo tiempo, se considera el hogar como un santuario donde las madres son "maestras excelsas de nobles y profundos afectos, saben infundir en sus hijos el amor a los grandes ideales que son el complemento de las admirables virtudes que enaltecen a la mujer ecuatoriana" (Comité Abdón Calderón, 1928, p. 35).

Los documentos revisados mencionan que la construcción de esta escultura buscaba que el alma de los individuos "se llene de profundas emociones, de mirar a través de los años, las refulgentes huellas, de los colosos de la libertad" (Comité Abdón Calderón, 1931, p. 11), aunque eso implicara una novelización de los eventos. Se trata de un repertorio literario y visual que estaba enfocado y dirigido a las nuevas generaciones. Entonces, la escultura monumental, basada en narraciones épicas, permitía que las figuras de personajes nacionales ingresasen en el imaginario social, siendo protagonistas del panteón nacional de héroes de manera indiscutible, o al menos eso es lo que intentaron que fuera en dicha época.

Aunque la imagen de Calderón no lo presenta como un personaje infantil, y en la literatura verificada se menciona su edad en la etapa adolescente, todo apunta a que la escultura debía incentivar un comportamiento cívico, especialmente en los más jóvenes, y así fomentar las virtudes patrióticas, equivalentes a las de un ciudadano. Es más, en la *Leyenda Tesoro heroico*, se advierte desde el principio que "el objetivo es (...) facilitar a los niños un pequeño libro de lectura que les hable de los grandes días de la Emancipación y procure despertar su infantil curiosidad que los lleve, más tarde, a un estudio serio de aquella época de la historia patria" (Calle, 1905, p. 8).

Es relevante decir que la historia fantástica de Calle logró con el tiempo incluirse en el imaginario social, puesto que fue incluida en textos escolares como el Terruño. Este libro de cívica narraba con el capítulo de acontecimientos históricos, "La Batalla de Pichincha", como en la sección de "Personajes notables" la historia de valor de Abdón Calderón, para incentivar el patriotismo en los lectores. Sin embargo, en el documento del Boletín del Comité "Abdón Calderón" se resalta la importancia de escribir la biografía del héroe, "sin hacer derroche de poesía, ni lujo de invenciones, como hasta ahora han hecho algunos escritores" (Comité Abdón Calderón, 1928, p. 12).

La ficción en la narración no solo imita las acciones humanas, sino que las recrea de manera profunda. El primer paso de lo teórico a lo práctico está en la medida en que lo que ciertas ficciones reescriben es precisamente la propia acción humana. O al sentido inverso, "la primera manera según la cual el hombre intenta comprender y dominar lo diverso del campo práctico es la de procurarse una representación ficticia de él" (Ricoeur, 2004, p. 204). La estructura narrativa proporciona a la ficción la abreviación, articulación

y condensación, mediante las cuales logra el efecto de aumento icónico que se describe en la escultura.

Pero no queda ahí, aunque seguramente no fue el único adolescente en las filas del ejército patriota, su participación en la revolución de octubre y las campañas bélicas lo configura como un protagonista, por ello recibió reconocimientos póstumos. Después de la muerte de Calderón, el mariscal Antonio José de Sucre lo ascendió al grado de capitán, como homenaje a su sacrificio en combate. Sucre hace una particular mención:

> La conducta del Teniente Calderón, que, habiendo recibido sucesivamente cuatro heridas, no quiso retirarse del combate. (...) y previa disposición, después de fallecido, le ascendió a Capitán graduado, ordenando, que, con ese grado, siempre se le pasase, Revista de presente (...) él murió, pero el Gobierno de la República, sabrá compensar a su familia los servicios de este Oficial Heroico (Comité Abdón Calderón, 1931, p. 37).

El hecho se ratifica, el 16 de julio de 1822, cuando llega Simón Bolívar a Quito y decreta honores a la legendaria memoria de Abdón Calderón, como símbolo de gloria en Pichincha.[10] Ricardo Márquez dice que hasta el año 1829, la tercera compañía del batallón Yaguachi no tuvo capitán. En la nómina de soldados, la casilla donde debe aparecer el nombre del capitán de turno está escrita la palabra "vacante" con letras grandes, "simbólica palabra, que evoca el recuerdo de Bolívar, perpetuando la apoteosis del Héroe Niño, con la sublime frase: Murió gloriosamente en Pichincha, pero vive en nuestros corazones" (Comité Abdón Calderón, 1928, p. 11).

En el campo militar son frecuentes este tipo de conmemoraciones, y buscaban construir la imagen de un héroe. Creemos que más allá del simbolismo, lo que se quiere es configurar la imagen de un líder. Para connotar la figura del líder Calderón, se hizo énfasis en su ascenso al cargo,

> Un Capitán (...) habiendo guerreado muchos años para lograr gloria y fama, al fin retornará a la Patria a reposar. Sírvase de ejemplo el sagaz Ulises, quien habiéndose desenvuelto como glorioso Capitán en los nobles lugares de la Grecia toda, y siendo no ya grato, sino gratísimo a la espléndida Corte del Imperio, aun así, deseaba retornar a su Ítaca, Patria Oscura, vulgar y fastidiosa (Ripa, 2007, p. 100).

Aunque el héroe es quien sirve a la humanidad por medio de sus hazañas y proezas, el reconocimiento se lo hará de manera local. Dependiendo del enfoque en el que se lo mire, este personaje fue quien vio lo inevitable y se puso al frente, y así motiva a otros a la búsqueda visionaria de una misión en común. El héroe patrio se mueve más allá de la dicotomía del bien y del mal. Las situaciones a las que se enfrenta se traducen

en un comportamiento unilateral, extremo y apasionado. En ocasiones, llega hasta la brutalidad e incluso puede utilizar a otros y sus vidas como instrumentos para lograr sus objetivo, y esto puede o no tener relación con la supervivencia del grupo y el mantenimiento del orden. Pero estas acciones se ven justificadas porque el protagonista está llevando a cabo un acto moral, considerado de alto nivel, donde sacrifica su propia vida para obtener la victoria ante el enemigo. De acuerdo con Andrade, el patriota al igual que el héroe muere por la patria, por sus creencias y verdades, y en ese sentido es un verdadero prócer. Morir así es una muestra de santidad,

> santa es la muerte cuando uno es inmolado por luchar en defensa de los hombres, en contra del lestrigón del conservadurismo que satisfacía sus entrañas con estos próceres y santos, que escriben su historia sobre la losa de la Patria (...) su muerte no sería en vano, pues mientras más víctimas cobraban los gobiernos conservadores, más se evaporaba su discurso político (Andrade, 1887, p. 5).

A modo de conclusión

Fue necesario realizar homenajes a los militares que participaron en las batallas, y en el caso del joven Calderón –como de muchos otros– ese honor fue póstumo. En vida los actos glorificaban las acciones con gestos conmemorativos. Pero ante la tardanza, como es en este caso, la escultura monumental suplió esa carencia. Si bien es cierto que los restos de Abdón Calderón no se encuentran en Cuenca, el monumento en su honor reemplazó –al menos mediáticamente– la presencia real del héroe en su ciudad natal.

Su apoteosis fue el día de su muerte. A su corta edad fue considerado un veterano de guerra por las batallas en las que participó, y es uno de esos héroes que se sacrificaron y sucumbieron antes de ver la victoria de su bandera. Por esa razón, la historia trata de vincular la acción del personaje en el combate con símbolos de sacrificio y unidad.

Hasta aquí, el heroísmo tiene el objetivo moral de salvar al pueblo y apoyar un discurso oficial. Entonces, el liderazgo del personaje motiva a la ejecución de ideas e incide en los comportamientos. Quién observa al héroe lo identifica, y esta contemplación conduce a la imitación y luego a la elevación espiritual. Por ello, las esculturas monumentales, en cuanto a su eficacia, sirven y responden ante la audiencia porque cumplen con la creencia tácita en que los cuerpos en ellas representados tienen en cierto modo el rango de cuerpos vivos. En ese sentido, se puede saber si la imagen tuvo éxito o no entre el público, con tan solo exponer la idea de la erección de su escultura en algún punto geográfico. En el caso de la escultura de Calderón, las fuentes indican que tanto la

idea de su construcción como la obra fueron apoyadas por las ciudades principales del Ecuador. Se recibieron respuestas entusiastas en tono patriótico para honrar su nombre como el héroe del Pichincha, convirtiéndose en una imagen de reconocimiento colectivo. Además, este acto significó para Cuenca la categorización como ciudad "cuna de héroes". Es así como la efigie motiva la peregrinación al lugar donde nació el héroe para estar, sentir y reconocer esa valía en el personaje.

Adicionalmente, esta clase de representaciones permite a los recursos del arte, hábitos sociales como las aglomeraciones para presenciar el homenaje al héroe. En la inauguración de la escultura pública en 1931, las fuentes nos indican que hubo una considerable concurrencia de gente en el acto. En documentos como los boletines del Comité "Abdón Calderón" se indica que se trata de la voz del patriotismo que se está manifestando, y que anuncia al Ecuador que ha llegado la hora de consagrar el recuerdo imperecedero de los héroes que combatieron por la libertad. El evento estuvo cargado de significados, porque la figura de Abdón Calderón se materializó como un punto de confluencia y confirmación de glorias nacionales. De ahí la necesidad de una imagen especial y exclusiva. Por ello se entiende que cuanto más bella y bien hecha la obra, tanto más famosa se vuelve en el espacio público.

De acuerdo con los documentos revisados, durante la conmemoración de fechas importantes en Cuenca, como el 31 de julio –natalicio de Calderón–, 24 de mayo –batalla del Pichincha–, y el 3 de noviembre –independencia de Cuenca– se desarrollaron homenajes al héroe niño. Los ecuatorianos acudieron a las festividades morlacas[11] como resultado de la popularidad que adquirió el personaje, por lo tanto, el espacio donde está el monumento se convirtió en su santuario. En ese tenor, aparece Calderón como el representante de las virtudes cuencanas.

Finalmente, en el mismo espacio público donde fue inaugurada la obra escultórica de Calderón, durante el siglo XIX, se desarrollaron fusilamientos. Uno de los más sonados fue el de Luis Vargas Torres –combatiente liberal– el 20 de marzo de 1887, situación que marcó el imaginario popular cuencano, puesto que luego del hecho, la plaza fue denominada por los ciudadanos como Parque Vargas Torres. Por tanto, la inauguración del monumento a Calderón respondió a ese proceso de olvido – recordando a Ricoeur– que supone la superposición de hechos, en las que se reemplaza una idea con otra para modificar (impulsar a que se recuerde) la historia y los elementos identitarios del lugar. Es así como Calderón no solamente es el héroe niño nacional, todo apunta a que su figura fue la fundadora de Cuenca como ciudad moderna.

Referencias

ANDRADE, Roberto. *Otro Mártir.* Ica: RPD XVIII -XIX, Biblioteca Aurelio Espinoza Polit, 1887.

ARIZAGA, Rafael. Apoteosis. *Boletín "Abdón Calderón" III*, Cuenca, v. 4, págs. 21–22, 1931.

BAUZÁ, Hugo; CIPOLLA, Carlo. *El mito del héroe:* morfología y semántica de la figura heroica. Ed. 3. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

CALLE, Manuel. J. *Leyendas del tiempo heroico.* Ed. 1. Cuenca: Imprenta "El Telégrafo", 1905.

CAMPBELL, Joseph. *El héroe de las mil caras.* Psicoanálisis del mito. México - Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

CAMPBELL, Joseph; MOYERS, Bill. *El Poder del Mito.* Barcelona: Emecé Editores, 1991.

COMITÉ ABDÓN CALDERÓN. *Boletín "Abdón Calderón" I,* Cuenca, v. 1, 1928.

COMITÉ ABDÓN CALDERÓN. *Boletín "Abdón Calderón" II.,* Cuenca, v. 2, 1928.

COMITÉ ABDÓN CALDERÓN. *Boletín "Abdón Calderón" III.*, Cuenca, v. 4, 1931.

CORDERO PALACIOS, Octavio. *Vida de Abdón Calderón.* Cuenca: Tipografía Colegio Nacional Benigno Malo, 1916.

DE LARA, Jorge. De la gesta del Pichincha, *Boletín "Abdón Calderón" III*, Cuenca, v. 4, pág. 20, 1931.

FOTOGRAFIA PATRIMONIAL. Colección Manuel Jesús Serrano. Disponible en: http://fotografiapatrimonial.gob.ec/web/es/galeria/element/17654. Acceso en: 4 nov. 2024.

INGENIEROS, José. *Las Fuerzas Morales*. Buenos Aires: Gradifco, 2007.

MÁRQUEZ, Ricardo. "Estirpe Gloriosa". *Boletín "Abdón Calderón" III*, Cuenca, v. 4, págs. 1–34, 1931.

MARTÍNEZ MARTÍN, Abel; OTÁLORA CASCANTE, Andrés Antonio Ricaurte. La creación de la imagen de un héroe niño 1830 -1881. *Historia y memoria*, n. 4, págs. 13–44, 2012.

RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido.* Madrid: Trotta Editorial S A, 2004.

RIPA, Cesare. *Iconología I- II.* Ed.3. Madrid: Akal, 2007.

[1] En el caso del Perú, Guillermo Sánchez Ortiz ha identificado a más de veinte héroes entre niños y adolescentes que según manifiesta participaron a favor de la causa nacional peruana.

[2] Así como en Quito, Cuenca estaba limitada en sus conexiones con el resto del país, por un lado, por las vías en mal estado y por una topografía que complicaba el acceso a esta ciudad. Se puede decir que, en cierta medida, el pueblo cuencano estaba aislado.

[3] Los relatos mencionan que, debido a las heridas recibidas durante el combate, tuvo una fuerte infección, que lo llevó a una grave deshidratación que resultó en su muerte.

[4] El nacimiento de Calderón suscitó acaloradas discusiones entre Guayaquil y Cuenca hasta 1890, pues ambas alegaban ser la cuna de nacimiento del héroe. A partir del análisis de la partida bautismal se estableció que Calderón nació en Cuenca.

[5] Constitucionalmente eran adultos quienes eran ciudadanos. En la primera Constitución de 1830, en el art. 12, de la Sección III, plantea que, para entrar en el goce de los derechos de ciudadanía, se requería: ser casado o mayor a veintidós años. Luego en constituciones como la de 1897 eran ciudadanos quienes hayan cumplido los 18 años, y sepan leer y escribir. En la de 1906, se detalla que, para tener la misma cualidad política y legal, el individuo debía tener 21 años. En todo caso, de acuerdo con el relato oficial, Calderón no era un adulto, ni ciudadano. En la *Leyenda del tiempo heroico* es presentado como un niño soldado.

[6] Estas placas debían estar unidas por guirnaldas, adornado con llamas; dos cabezas de león y dos festones que adornan el motivo arquitectónico base de las cabezas, una palma en la parte posterior, pergamino a medio desarrollar con la inscripción: Miembros del Comité que mandó erigir este monumento, con los respectivos nombres.

[7] El pedestal se entregó quince meses después, a partir del día en el que se celebró el contrato con Vintimilla, con un valor de Diez y seis mil sucres (Comité Abdón Calderón, 1931, p. 8).

[8] La leyenda cuenta que Calderón llevaba en sus manos la bandera colombiana, guiando a los soldados del batallón, a lo cual, fue herido el brazo derecho por lo que tuvo que sostener la bandera con el brazo izquierdo, luego fue herido también en el brazo izquierdo y ambas piernas, por lo que tuvo que sostener la bandera con la boca. Este acto de valentía motivó a los soldados a seguir peleando y así lograr la tan ansiada victoria.

[9] Al parecer este sería un elemento idealizado, pues según la tradición militar, los alféreces eran los llamados a sostener las banderas, pues los miembros de las tropas sabían que, si la bandera se mantenía alzada, el combate proseguía, de lo contrario si se encontraba en el suelo era el fin. Calderón tenía el rango de teniente, por lo que una bandera no sería parte de su indumentaria normal

[10] Según Márquez, el decreto primero mencionó que "para honrar debidamente la memoria de Calderón, no se nombrará otro Capitán a la Primera Compañía del Batallón "Yaguachi"; segundo: en lo sucesivo pasará revista el expresado Calderón, como si estuviese vivo; y cuando en las de Comisario, sea llamado por su nombre, toda la Compañía responderá: "Murió Gloriosamente en Pichincha; pero vive en nuestros corazones"; tercero: a la madre de Calderón, se le pagará mensualmente el mismo sueldo del que hubiese disfrutado su hijo en la clase de Capitán, al que fuese ascendido después de su muerte, por su extraordinario valor" (Comité Abdón Calderón, 1931, p. 37).

[11] Morlaco es un sobrenombre para las personas naturales de Cuenca de la provincia del Azuay.

Artigo recebido em 26/03/2024

Aceito para publicação em 21/07/2024

v.13, n.1, agosto/2024 | *ISSN: 2238-6270*

E RESENHAS

Notas de Pesquisa

NAÇÃO, ESPÍRITO E ESTADO: O Integralismo Brasileiro ao Longo do Século XX

NACIÓN, ESPÍRITU Y ESTADO: El Integralismo Brasileño a lo Largo del Siglo XX

Tamires de Moura Nogueira ROSA[1]
Milene do Carmo GOMES[2]
Juliana Nogueira Garcia ROQUE[3]

Resumo: A partir da promoção de valores autoritários, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi o maior movimento e partido político fascista extraeuropeu. Com uma trajetória centrada nos anos 1930, o seu fechamento durante o Estado Novo varguista não significou o fim do integralismo brasileiro, que se rearticulou por meio do Partido de Representação Popular (PRP), criado em 1945. Isto posto, tenciona-se investigar os sentidos atribuídos aos princípios que ampararam os projetos políticos integralistas nos dois contextos apresentados. Para isso, analisa-se o *Manifesto de Outubro de 1932* e o *Manifesto-Programa de 1936*, criados pela AIB, e a *Carta de Princípios e Programa do PRP*. Com isso, verifica-se que, entre continuidades e distanciamentos, o integralismo baseou sua doutrina em ideais nacionalistas, espiritualistas e corporativistas.
Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira, Partido de Representação Popular, Nacionalismo, Espiritualismo, Corporativismo.

Resumen: Desde la promoción de valores autoritarios, la Acción Integralista Brasileña (AIB) fue el mayor movimiento y partido politico fascista extraeuropeo. Con una trayectoria centrada en la decada de 1930, su cierre hasta el "Estado Novo varguista" no significó el fin del integralismo brasileño, que he rearticulado a través del Partido de Representación Popular (PRP), creado en 1945. Teniendo esto en cuenta, se pretende investigar los significados atribuidos a los principios que sustentaron los proyectos politicos integralistas en los dos contextos presentados. Para ello, se analizan el *Manifiesto de Octubre de 1932* y el *Manifiesto-Programa de 1936*, creados por la AIB, y la *Carta de Principios y Programa del PRP*. Con eso, se muestra que, entre continuidades y distanciamientos, el integralismo basó su doctrina en ideales nacionalistas, espiritualistas y corporativistas.
Palabras clave: Acción Integralista Brasileña, Partido de Representación Popular, Nacionalismo, Espiritualismo, Corporativismo.

Integralismo brasileiro em perspectiva: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Partido de Representação Popular (PRP)

[1]Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC - CNPq) no projeto "O fascismo transnacional: circularidades entre Brasil, Uruguai, Peru e Argentina". E-mail: tamnrosa@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3945-4184.
[2] Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq) no projeto "Transformações e continuidades na política antidemocrática: análises sobre o legado integralista do Partido de Representação Popular (PRP) (1945-1965)". E-mail: milenegomes645@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0003-7150-1806.
[3] Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/ FAPEMIG) no projeto "Conexões e interações: fascismos e corporativismos na América Latina". E-mail: julianaroque00@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0005-1105-1959.

A trajetória do integralismo brasileiro teve seu momento de maior notoriedade política nos anos 1930, com a Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, as ideias que fundamentaram esse partido político de caráter fascista não desapareceram por completo com o fim da AIB, no processo de instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas. Desde então, as lideranças integralistas buscaram uma rearticulação de seus ideais, de modo que, em 1945, foi fundado o Partido de Representação Popular (PRP), que reordenou o integralismo no pós-guerra. Assim, para compreender esse fenômeno político ao longo do século XX, torna-se fundamental a análise de ambos os contextos.

A AIB, criada em 1932, foi o primeiro partido político de massas do Brasil e a organização fascista de maior êxito na América Latina (Pinto, 2021). O movimento expandiu-se por todo o país, promovendo um projeto de caráter autoritário, conservador, antiliberal, anticomunista e antidemocrático (Trindade, 1979). A partir desses ideais, os camisas-verdes almejavam a construção do "Estado Integral", que visava o estabelecimento da harmonia social através de um Estado forte, a partir de pilares nacionalistas, espiritualistas e corporativistas (Tanagino, 2018).

A elaboração desse projeto deu-se por meio da atuação dos intelectuais que integraram o movimento e conceberam seus eixos teóricos. O escritor e jornalista Plínio Salgado foi o fundador e o Chefe Nacional do integralismo desde a criação do movimento até seu falecimento, em 1975 - data que marca o fim do integralismo[1] (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020). Ademais, Gustavo Barroso e Miguel Reale foram lideranças que, partindo de seus referenciais pessoais, influenciaram na constituição ideológica do movimento (Gonçalves; Caldeira Neto, 2019).

Salgado foi o responsável pelo *Manifesto de Outubro*, que oficializou o movimento, lançado na cidade de São Paulo em 7 de outubro de 1932. Atuando enquanto carta-programa, o documento alicerçou a orientação ética e moral que sustentava o "novo" conceito de homem proposto pelo integralismo (Tanagino, 2013). O *Manifesto* apresentava as bases da doutrina integralista, definindo as diretrizes ideológicas do movimento. Com isso, ele pode ser considerado a certidão de nascimento da AIB, trazendo em si críticas aos partidos políticos, tecendo elogios a princípios autoritários e defendendo a família conservadora (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Durante seus primeiros anos, a AIB apresentou um notório crescimento político, fato que levou à realização do Segundo Congresso Integralista, sediado na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. O evento foi responsável por realizar alterações jurídicas que transformaram o movimento em partido político, com o intuito de lançar um candidato para as eleições presidenciais em 1937. Assim, publicado pela Secretaria

Nacional de Propaganda, o *Manifesto-Programa* foi lançado no Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1936, sendo definido como a concretização da doutrina do *Manifesto de 1932* (Salgado, 1936, p. 1).

Posteriormente, o processo histórico de redemocratização no pós Estado Novo empreendeu um caminho de construção e consolidação democrática, conforme se observa na Lei Agamenon de 1945, que formalizou a condicionante para o registro de qualquer partido político de cunho nacional (Delgado, 2003). À vista disso, inspirado pelo líder do integralismo brasileiro, Plínio Salgado, e outras lideranças do movimento, foi criado, em 1945, o PRP, que significou a rearticulação do integralismo no pós-guerra e, novamente, constituiu-se enquanto organização política de âmbito nacional, como fora entre 1932 e 1937 a AIB (Calil, 2001). Embora o PRP não tenha alcançado a mesma projeção militante e eleitoral da AIB, o partido portou-se na cena pública com relevância, possuindo uma militância expressiva, além de um patrimônio eleitoral não muito elevado, mas bastante sólido (Christofoletti, 2010).

Em 26 de outubro de 1946, foi aprovada a *Carta de Princípios e Programa* do PRP, durante a Segunda Convenção Nacional do partido. Este evento marcou, além da aprovação do documento, a reformulação do Programa partidário, o retorno de Plínio Salgado do autoexílio de Portugal e sua eleição à presidência do PRP (Calil, 2001). No documento de 1946, a seção "Programa do Partido de Representação Popular" engendrava uma espécie de plataforma de governo, enquanto a tônica da seção "Carta de Princípios" apontava para uma base filosófica imutável, reforçando o vínculo entre o partido e a doutrina integralista, mesmo sem mencioná-la explicitamente (Calil, 2001).

Este contexto de rearticulação integralista até o lançamento da candidatura de Salgado à República, em 1955, foi calcado por um território de hostilidade nas representações da memória social, associando o integralismo ao nazifascismo (Victor, 2012). Assim, o abandono sutil da simbologia, da ritualística e da proposta corporativa foram estratégias de amenização da práxis radicalizada e fascistizante dos anos 1930. Porém, a partir de 1955 até a promulgação do Ato Institucional nº2, em 1965, que extinguiu todos os partidos políticos, o PRP buscou o retorno de aparatos simbólicos e ritualísticos, demonstrando o escopo de aparente desfascistização do movimento, marcado pelo resgate do fascismo clássico (Caldeira Neto, 2022).

A atuação política integralista no pós-guerra foi, portanto, esboçada por um labirinto de memórias (Victor, 2012), tensionado pela memória social que vetava o movimento e pela memória da própria militância que afirmava a cultura política autoritária do integralismo. Desse modo, ancora-se à perspectiva fundamentada por

Berstein (2003) de que os partidos políticos podem ser notabilizados pela difusão ideológica, formação das elites políticas e estruturação social. No caso do PRP, sua formação político-doutrinária projeta a constituição de um sistema de crenças compartilhado por militantes, membros e eleitores do partido.

Diante disso, a partir dos documentos oficiais da AIB e do PRP, objetiva-se compreender, linguística e ideologicamente, os princípios que embasaram os projetos integralistas em dois contextos: nos anos 1930 e após a Segunda Guerra Mundial. Com base nisso, tenciona-se identificar os elementos de ruptura e de continuidade presentes em cada programa político. Desse modo, a investigação se volta para a análise dos sentidos atribuídos a três categorias, que foram centrais no desenvolvimento da doutrina integralista: o nacionalismo, o espiritualismo e o corporativismo.

Integralismo e nacionalismo: o renascimento nacional frente à "decadência" moderna

O século XX foi marcado por intensos debates acerca da nacionalidade, que visavam, em distintos contextos, o renascimento nacional. A conjuntura de fundação e atuação da AIB esteve inserida em uma intensa efervescência intelectual, em que diversos projetos de Estado encontravam-se em disputa, buscando projeções voltadas para a reestruturação da ordem por meio do estabelecimento de uma identidade nacional (Pacheco, 2021, p. 97). À vista disso, o conceito de "nacionalismo"[2] torna-se estruturante para a compreensão do projeto salvacionista que se daria a partir da institucionalização do "Estado Integral" proposto.

Os movimentos fascistas caracterizavam-se pela contestação da ordem social e política vigente, rejeitando os elementos "degenerados" da época moderna, em face da proposição de modernidades alternativas por meio de projetos compensatórios (Griffin, 2007, p. 72). Nesse sentido, ao oficializar o movimento, *o Manifesto de Outubro* trazia, em sua introdução, a tarefa de depurar a civilização de uma modernidade fracassada, promovendo a sensação crescente de um novo começo que transcenderia a decadência moral: "A crise nacional agrava-se gradualmente, surgem focos de agitação e desagregação; [...] a permissividade corrói a sociedade, a lama internacional espalha-se pelo Brasil num neocolonialismo sútil e desmoralizante" (Salgado, 1932, p. 3).

A AIB tinha como propósito restabelecer a ordem, a partir de ideias nacionalistas, tornando o Brasil uma nação "organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz" (Salgado, 1932, p. 2). Com isso, o nacionalismo é apresentado na IV seção do *Manifesto de Outubro*, colocando-se enquanto a única solução para o combate às

influências estrangeiras que impregnaram os lares brasileiros. Nesse sentido, temas indissociáveis ao cosmopolitismo e à ausência de consciência nacional, alicerçados em uma aversão ao estrangeirismo e ao liberalismo, foram basilares no nacionalismo realista propagado pelo integralismo.

Inicialmente, o nacionalismo da AIB esteve pautado em dimensões como a exaltação do homem, da terra, da nova raça e assim por diante (Trindade, 1979). Desse modo, sua "certidão de nascimento" dedicou-se ao combate de noções deterministas acerca do povo brasileiro, afirmando que, devido ao estrangeirismo, o caboclo e o negro eram vistos enquanto motivo de vergonha, assim como as raças das quais proviemos eram menosprezadas (Salgado, 1932, p. 3). Deste modo, o movimento nacionalista atuaria reafirmando os valores do Brasil para unir o povo em um só espírito, buscando referenciais no passado que propusessem a exaltação e o retorno às origens brasileiras.

O nacionalismo continuou a ser norteador dos lineamentos gerais no plano de governo, lançado no *Manifesto-Programa*. Ao longo da década de 1930, o aspecto econômico foi incorporado ao conceito. Além disso, uma terceira faceta foi introduzida, compreendendo a dimensão do imperialismo, que tencionava difundir a doutrina integralista pela América Latina (Trindade, 1979). Na IV seção, "Relações exteriores - Política internacional", é apontado que o integralismo não desejava somente a libertação do Brasil, mas de todos os países deste hemisfério (Salgado, 1936, p. 6). Esta noção compreendia, também, fatores relativos à economia, como a extinção das tarifas alfandegárias entre as nações sul-americanas.

Já no contexto de formação do PRP, o partido aprovou, no ano de 1946, a *Carta de Princípios e Programa*. O documento, diferente do *Manifesto de Outubro*, foi marcado pelo detalhamento de diversas questões, com propostas pontuais acerca de temas diversos (Calil, 2001, p. 156)[3]. Entretanto, no que se refere ao nacionalismo, ele apresenta aproximações com os delineamentos estabelecidos em 1932. Assim como no *Manifesto*, a declaração de que o nacionalismo transcende o culto à bandeira e ao Hino Nacional, sendo uma convicção que resulta da consciência de nossas realidades e do conhecimento de nossa história, faz-se presente. O apelo pela autenticidade do Brasil permeia a tônica do nacionalismo, na defesa de uma nação que seja capaz de pronunciar "a *sua* palavra, inédita, pessoal e fecunda" (Salgado, 1955, p. 16).

Nesse sentido, o combate ao estrangeirismo foi um pilar central na edificação da identidade nacional proposta pelo integralismo, transcendendo todas as suas fases. Tal como em 1932, a preocupação com as influências estrangeiras norteia o *Manifesto de 1936*, onde é evidenciada a pretensão da AIB em "Estabelecer um serviço rigoroso de

estudo e verificação da influência estrangeira e da imigração" (Salgado, 1936, p. 7). Assim, a influência de povos estrangeiros foi compreendida enquanto um sinal de aniquilamento do nacionalismo, de forma que a subserviência a ideologias ou partidos estrangeiros seria um perigo de morte para a Pátria (Salgado, 1955, p. 16).

Ainda nesse contexto, o chamamento pela unidade nacional de todos os brasileiros remete, linguística e ideologicamente, ao texto de oficialização da AIB, em que é enunciado: "Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo no caráter e nos costumes brasileiros" (Salgado, 1932, p. 4). De forma muito semelhante, na *Carta de Princípios* é indicado: "Levantamo-nos em um grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que é útil e belo, nos hábitos e costumes brasileiros" (Salgado, 1955, p. 16).

Integralismo e espiritualismo: uma práxis política

De acordo com Berstein (2009), substratos filosóficos semelhantes subsidiam o coerente sistema de visão de mundo partilhado por culturas políticas. No caso do integralismo brasileiro, os preceitos espiritualistas possuíam centralidade, já que a filosofia integralista estabelecia uma visão oposicionista e orgânica entre espiritualismo e materialismo, preconizando a crença na existência de Deus, da alma imortal e de uma realidade supra-terrena (Merg, 2007; Tanagino, 2018).

O espiritualismo excedia o plano das ideias, assumindo uma postura combativa na ordem social e política, ou seja, para o triunfo do espírito, era indispensável a conscientização e participação, intervindo e modificando as leis materiais (Araújo, 1988). A chamada "revolução interior" atribui, portanto, um movimento de ideias que permitiria a mobilização militante em função do espiritualismo, gestora de um "Estado Integral".

Desse modo, nos anos 1930, muito além do lema "Deus, Pátria e Família", o *Manifesto de Outubro de 1932* tratava de enunciar no seu lócus político as ideias primordiais na fundamentação do chamado "Estado Integral". Esse modelo de Estado acionava os valores próprios do espírito, uma vez que o projeto político buscava realizar "[...] a ideia suprema, a síntese de nossa civilização na filosofia, na literatura, nas artes que exprimirão o sentido do nosso espírito nacional e humano" (Salgado, 1932, p. 11-12). Segundo Tanagino (2018), a filosofia integralista apropriou-se do conceito de "síntese" para contrastar o dualismo entre o espírito e a matéria, ordenando o sentido de síntese integral à uma era cultural, étnica e temporalmente nova.

No *Manifesto-Programa de 1936*, a concepção do Estado ancorada ao espírito é retomada: "[...] só um fundamento espiritual indestrutível dá ao Estado a consciência, e [...] somente orientado por essa consciência o Estado adquire capacidade revolucionária no sentido de interferir no ritmo social e nas atividades econômicas [...]" (Salgado, 1936, p. 1). O sentido espiritual seria o apêndice da revolução integralista, que buscava, em suma, a instituição de um modelo corporativista, autoritário e radical, baseado na doutrina nacional-corporativa e na ordem da cooperação espiritual cristã (Gonçalves; Caldeira Neto, 2019).

A formalização integralista do pós-guerra orientou um sentido político espiritualista ainda mais acentuado. A presença central de Plínio Salgado na constituição da ordem intelectual integralista permeou a ênfase político-cristã na sua atuação e consequentemente no PRP. Segundo Gonçalves (2018), o período do autoexílio de Plínio Salgado em Portugal (1939-1946) possibilitou contatos com a intelectualidade portuguesa conservadora, que auxiliaram no desenvolvimento do discurso integralista teologizante, necessário a sobrevida na sociedade luso-brasileira[4]. Desse modo, houve o fortalecimento de laços entre catolicismo e conservadorismo, gestando o constructo teórico de "democracia-cristã" a partir das influências do regime de Salazar.

No documento perrepista de 1946, a seção "Programa do Partido de Representação Popular" pautava-se na "[...] subordinação de toda a Política ao conceito espiritualista da vida" (Salgado, 1955, p. 32). O horizonte espiritualista orientava as concepções político-sociais do integralismo, estabelecendo um vínculo entre política e religião com a finalidade de justificar a oposição ao caráter laico do Estado, fundamentando uma proposta de "contrarreforma moral e intelectual" (Calil, 2005). Semelhante prescreve a seção "Carta de Princípios", a qual se porta como uma enunciação de "sincera mensagem de fé" (Salgado, 1955, p. 1), proclamando que "[...] Em Deus propomos o princípio e o fim de nossa doutrina política. Em Deus pomos o supremo destino de nossas aspirações" (Salgado, 1955, p. 31).

A ação política do PRP era substanciada pela dimensão espiritualista, ficando evidente na *Carta de Princípios* ao afirmar-se "não somente espiritualistas, mas cristãos, porque nos ensinamentos do Evangelho encontramos a chave da felicidade humana, dos governos justos e da paz entre os homens e as Nações" (Salgado, 1955, p. 31). Assim, princípios como autoridade, democracia, ordem e justiça social eram transpassados pela cosmovisão religiosa. A organização político-social preconizada pelo partido possuía, então, os vislumbres da práxis política espiritualista, buscando no Estado anti-

individualista e anti-totalitário, a predominância do "[...] moral sobre o social e o espiritual sobre o moral" (Salgado, 1955, p. 14).

Tratando da soberania de Deus na política, o caráter espiritualista é objeto de recorrência, contrapondo-se ao materialismo, pois "[...] opondo nossa clara doutrina a todas as formas do materialismo, ficamos com o Cristo. E confiados nesta Fé, que nos abrasa, proclamamos, mais uma vez: 'Deus dirige o destino dos povos'" (Salgado, 1955, p. 31). Assim, o espiritualismo atuava como fundamento doutrinário de identificação e suporte teórico na intervenção integralista do pós-guerra (Merg, 2007), influenciando a concepção cristã e orgânica da democracia, o nacionalismo e o anticomunismo.

A colocação que finaliza a *Carta de Princípios*, na qual se evoca a afirmativa de que "Deus dirige o destino dos povos" (Salgado, 1955, p. 31), é uma reprodução da frase que abre o *Manifesto de Outubro de 1932*, que marcou a gênese da AIB. Além de evidenciar o espiritualismo como base filosófica permanente e atemporal, demonstra que, apesar dos distanciamentos contextuais e linguísticos entre AIB e PRP, a concepção integralista é transcendente às organizações políticas, solidificando a força da tradição do integralismo na política brasileira, ao fundamentar leituras comuns do passado e inspiração para projetos políticos do futuro.

Integralismo e corporativismo: os projetos para o almejado "Estado Integral"

Além dos componentes ideológicos indicados, o integralismo, ao inserir-se em um contexto de circulação de ideias autoritárias, adotou os princípios corporativistas. Propondo um modelo de representação social e política alternativo à democracia liberal e ao comunismo, o corporativismo moderno foi utilizado por diversas organizações da direita conservadora e radical da primeira metade do século XX (Pinto, 2014). Embora não seja exclusivamente fascista, houve uma forte associação entre os fenômenos, devido à incorporação de tais ideias por esse setor da extrema direita (Garrido, 2016).

Na AIB, os princípios de um novo modelo de representação social e política se evidenciaram no primeiro documento oficial do movimento, ainda que esse conjunto de ideias não fosse definido pela expressão "corporativismo" (Tanagino, 2018). Isto é, o *Manifesto de Outubro*, ao apresentar a nação brasileira, defendeu a organização da nação através de classes profissionais, transformando a organização federalista em uma "união íntima e perfeita de seus filhos" (Salgado, 1932, p. 2). Nesse sentido, afirma-se:

> Queremos criar um direito público nosso, de acordo com as nossas realidades e aspirações, um governo que garanta a unidade de todas as

> Províncias, a harmonia de todas as classes, as iniciativas de todos os indivíduos, a supervisão do Estado [...] (Salgado, 1932, p. 5).

A partir desse documento, a doutrina integralista articulou distintos elementos ideológicos que ambicionavam alterar a sociedade brasileira, cujos rumos se voltariam para uma integração nacional através da cooperação harmônica entre os grupos "naturais", notadamente organizados "com base nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família" (Salgado, 1932, p. 11). Com isso, as dimensões nacionalista e corporativista do integralismo se entrelaçam a partir de uma perspectiva "orgânica", em que a projeção de um Estado corporativo constituiria o horizonte visado para a nação.

Essa estrutura nacional-corporativa foi oficialmente incorporada pelo *Manifesto-Programa da AIB*, em que a defesa do corporativismo tornou-se explícita:

> IV - O Integralismo não é antidemocrático. Ao contrário, quando condena os partidos é porque visa substituí-los pelas corporações, [...] O Estado Integral será um Estado Forte, não para comprimir as liberdades legítimas e naturais, porém, para garanti-las contra o abuso dos poderosos [...] (Salgado, 1936, p. 1-2).

A fim de aprofundar as disposições anteriores, o *Manifesto-Programa* advogou em prol de uma organização corporativa do Estado. Ademais, considerando o contexto eleitoral visado pela AIB no momento de publicação desse documento, sublinha-se que a promoção do "Estado Integral" foi relacionada a um "Estado Forte", embora discursivamente dissociado de ideias ditatoriais e antidemocráticas. Essa estratégia visava, pois, legitimar o programa integralista, que almejava recompor as estruturas sociais, econômicas e políticas da nação – proposta que convergia diretamente aos fundamentos da doutrina apresentada pelo *Manifesto de Outubro de 1932*.

Posteriormente, com a emergência do PRP no pós-guerra, Calil (2005) indica que o momento de constituição do partido ocorreu em um novo cenário político, o que levou à depuração de aspectos que se tornavam incômodos. Assim, o corporativismo foi um dos principais componentes ideológicos dos quais o integralismo buscou se distanciar (Calil, 2005). Isso se evidenciou pela *Carta de Princípios e Programa do PRP*, que deixou de abordar o projeto corporativista apresentado dez anos antes, preconizando a "defesa de Cristo e da Pátria" (Salgado, 1955, p. 3).

Apesar da ênfase em pequenas reformas na organização estatal, que seria o espaço de ação encontrado pelo PRP nesse contexto, o documento oficial do partido indicava que a afirmação de seus princípios seria imutável e permanente. A partir disso, identifica-se que parte das concepções apresentadas são ideias retomadas da doutrina integralista, como a dimensão organicista, presente na *Carta de Princípios e Programa*:

> O papel do Estado é o zelador e distribuidor do bem comum.
> Mas, é evidente que o bem comum só existirá, se os homens, como partes da sociedade, concorrem para a realização dele.
> [...] Cada órgão tem seu lugar no conjunto, sua função social, seu dever de servir ao corpo a que pertence (Salgado, 1955, p. 5).

Evidencia-se, portanto, a concepção de Estado promovida pelo PRP e seu entendimento através da função social desempenhada por cada organismo em prol do todo social. Aliado a isso, a *Carta de Princípios e Programa* indica a centralidade da "família", do "grupo profissional" e do "município" (Salgado, 1955, p. 11-12), que, notadamente, aproximam-se das proposições do *Manifesto de Outubro de 1932*.

Além disso, na *Carta de Princípios e Programa do PRP*, também efetivaram-se a contraposição ao liberalismo e ao comunismo, bem como a busca de uma sociedade embasada na "a união moral e necessária de seres humanos, vivendo harmoniosamente" (Salgado, 1955, p. 13). Embora a expressão "corporativismo" tenha sido abandonada nessa fase, alguns de seus princípios seguiram presentes. Em 1957, porém, os ideais corporativistas foram retomados de modo explícito, o que marca um período de reaproximação à doutrina integralista fascistizada, evidenciando o "labirinto de memórias" atravessado pelo integralismo no pós-guerra (Victor, 2012).

Considerações finais

A política autoritária não foi uma práxis exótica ao sistema democrático, de modo que o mapeamento histórico das representações e práticas do integralismo demonstram a proeminência do fenômeno ao longo do século XX. A AIB, enquanto organização fascista de maior êxito na América Latina (Pinto, 2021), aludiu à inspiração político-doutrinária para os rumos partidários do PRP, já no pós-guerra. Nesse cenário, elementos como nacionalismo, espiritualismo e corporativismo tornaram-se substanciais para a ação mobilizante do integralismo brasileiro nos dois momentos históricos, ainda que existam distanciamentos contextuais e linguísticos. Diante disso, o integralismo estabeleceu-se enquanto movimento político que atravessou a realidade social e cultural, enquadrando-se em meio a referenciais autoritários e fascistizantes na política brasileira.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução*. O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. IN: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Batista; KNAUSS, Paulo (Orgs.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil, do local ao global? *Esboços*, Florianópolis, v.29, n.52, p. 599-616, set./dez, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/87065 . Acesso em: 20 dez. 2023.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo pós-guerra:* a formação do PRP (1945-1965). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro - a trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965):* cães de guarda da ordem burguesa. 2005. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo*: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961). 2010. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154.

GARRIDO, António. O corporativismo na História e nas Ciências Sociais: uma reflexão crítica partindo do caso português. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 2, 2016, p. 387-408. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/22506 . Acesso em: 20 dez. 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado:* um católico integralista entre Portugal e Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O corporativismo e a tríade integralista. In: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio. *Corporativismos ibéricos e latino-americanos.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 209-238.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes:* do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GRIFFIN, Roger. *Modernismo y Fascismo:* La sensación de comienzo bajo Mussolini y Hitler. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2007.

MERG, Camila Ventura. *"Saberei sustentar a cruz de Cristo e a bandeira da Pátria"*: o espiritualismo integralista na doutrina do Partido de Representação Popular (1945-

1950). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PACHECO, Gabriela Santi Ramos. *Panorama e o projeto integralista*: uma análise da revista intelectual. 2021. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo. *Varia História*, v. 30, n. 52, 2014, pp. 17- 49. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/Y4pgLWDLShPDJ9QmKrzMb9y/?lang=pt . Acesso em: 20 dez. 2023.

PINTO, António Costa. *A América Latina na Era do Fascismo.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932.* Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932.

SALGADO, Plínio. *Manifesto Programa.* Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1936.

SALGADO, Plínio. *Carta de princípios e programa do Partido de Representação Popular*. Porto Alegre: Edição do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, 1955.

SMITH, Anthony. *La identidad nacional.* Madrid: Trama Editorial, 1997.

SCHMIDT, Patricia. *Plínio Salgado*: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *O homem integral e seus novos pactos de sociabilidade segundo os Protocollos e Rituaes da AIB (1937).* 2013. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *A síntese integral:* a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). 2018. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. Ed. 2. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto integralista:* o PRP e o conflito de memórias (1938-1962). 2012. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade

[1] Posteriormente ao falecimento de Salgado, irromperam grupos neointegralistas, que se estabelecem na contemporaneidade brasileira e retomam o legado integralista (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

[2] Smith (1997) define o nacionalismo enquanto ideologia e linguagem, sendo pautado por nuances culturais e sociais que ultrapassam a doutrina política.

[3] De acordo com Calil (2001), a *Carta de Princípios e Programa* tinha um tom radical que contrastava com qualquer documento político do integralismo. *O Manifesto de Outubro* tratava apenas de questões gerais, como a defesa da questão social, do autoritarismo, do nacionalismo e do corporativismo, além da oposição partidária e da defesa do Estado Integral. Já o documento referente ao PRP, trouxe em si uma preocupação

com as questões cotidianas, contendo uma "base filosófica imutável" e sendo fundamentada nas instituições naturais, sendo elas: família, grupo profissional e município.

[4] Em Portugal, Plínio Salgado foi conhecido como "quinto-evangelista", realizando inúmeras conferências e publicações, principalmente a obra *Vida de Jesus*, lançada em 1942, que ampliou a sua notoriedade. As relações estabelecidas em solo luso coadunaram para a cristalização de uma "nova" doutrinação, selada na ordem cristã, mascarando as intenções fascistizantes de Salgado (Gonçalves, 2018).

Artigo recebido em 04/01/2024

Aceito para publicação em 18/03/2024